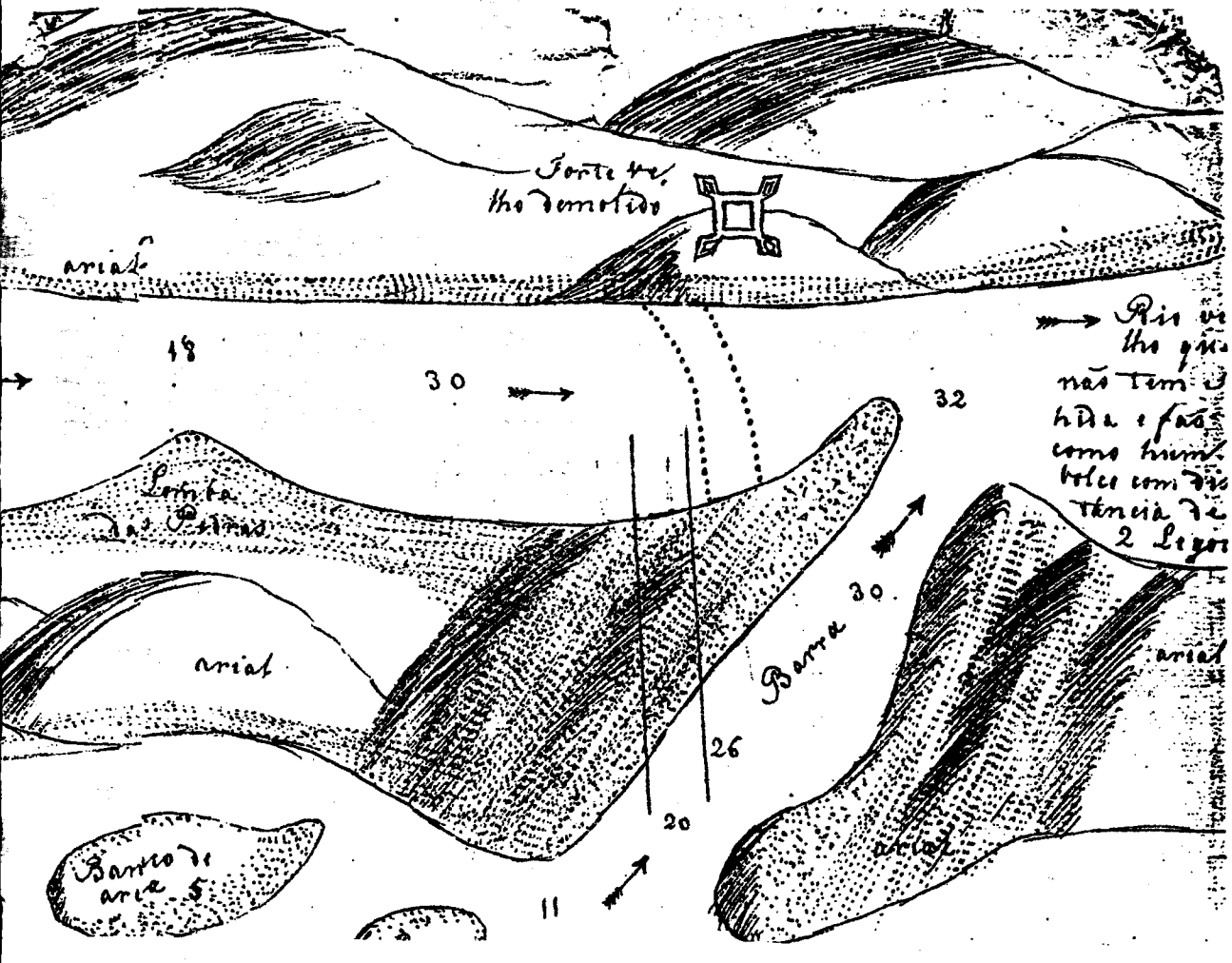
Inês Amorim

AVEIRO E SUA PROVEDORIA NO SÉC.XVIII (1690-1814)

- estudo económico de um espaço histórico -

Volume I



Faculdade de Letras do Porto

Curso de História

1996

Inês Amorim

AVEIRO E SUA PROVEDORIA NO SÉC.XVIII (1690-1814)

- estudo económico de um espaço histórico -

Volume I

Faculdade de Letras do Porto

Curso de História

1996

Dissertação de Doutoramento apresentada à
Faculdade de Letras do Porto,
na área de História Moderna

À memória de uma larga família
humana que conviveu anos atrás...
À minha família...

ESTRUTURA DO TRABALHO

ABERTURA

NOTA PRÉVIA

INTRODUÇÃO

I PARTE - DELIMITAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Cap.1 - A estrutura dos espaços: político-administrativo e religioso

Cap.2 - O meio

Cap.3 - O espaço urbano: "olhares" sobre Aveiro

Cap.4 - A ocupação do espaço

II PARTE - ESTRUTURAS E CONJUNTURAS ECONÓMICAS

CAP.5 - OS CAMPOS:

Cap.5.1 - Estrutura da paisagem agrícola

Cap.5.2 - Os Senhores da terra

Cap.5.3 - Medir, arrecadar, contar e projectar

CAP.6 - O SAL

Cap.6.1 - Metrologia, áreas, proprietários, produção

Cap.6.2 - O comércio do sal: interno e externo

CAP.7 - A INDÚSTRIA

cap.7.1 - Inventariação e evolução

Cap.7.2 - Aveiro, entre a tradição e a inovação

Cap.7.3 - Actividade piscatória

CAP.8 - O COMÉRCIO

Cap.8.1 - Aveiro, vila/cidade portuária

Cap.8.2 - Comércio local e regional

CONCLUSÃO

FONTES, BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ÍNDICE

ABERTURA

Qualquer tese é sempre resultado da junção de um conjunto de condições, objectivas e subjectivas, inseparáveis e fundamentais, para alicerçar, solidamente, o trabalho desgastante de investigação científica e permitir compreender os rumos e as limitações do trabalho em causa.

O tema delineado exigia a frequência de 'laboratórios', esses arquivos e bibliotecas, poucas vezes vistos como tal, dispersos, quantas vezes mal equipados, mesmo inexistentes, se não estiverem inventariados. Raramente se pensa nas consequências deste movimento itinerante do investigador, sobretudo em direcção à capital que concentra o maior número de fundos documentais. Daí que os custos de deslocação sejam uma fatia substancial do orçamento mensal, a não ser que se conte com alguns apoios extras. No meu caso recebi, oriundas do financiamento estatal à investigação científica, duas bolsas de curta duração (2 x 15 dias para deslocação a Lisboa), distribuídas pelo, então, INIC, através do Centro de História da Universidade do Porto e do empenho do Sr.Prof.Doutor Baquero Moreno, seu director. Foi, porém, de Câmaras Municipais que recebi o maior apoio. Entidades que, apesar de, tradicionalmente, pouco vocacionadas para projectos, a médio prazo, e sem grandes benefícios visíveis (e eleitorais), acreditaram nas propostas de levantamento documental que não só servissem este trabalho, como a outros, de interesse para a história local. Os agradecimentos vão para a Câmara de Santa Maria da Feira e, especialmente, para a Câmara da cidade de Aveiro, que financiaram grande parte da minha estadia, em Lisboa.

Além disso, a história não mais se faz, apenas, com lápis e papel. A informática é instrumento essencial, recurso indispensável. Infelizmente, nem sempre este facto é entendido pelos poderes públicos, e cabe ao investigador continuar a arcar com os custos dum instrumento pessoal e doméstico, retirando ao espaço familiar um dos compartimentos, ou obrigando o agregado... a mudar-se. Todavia, contei, pelo menos, com uma vantagem: um marido que, por obrigação profissional, entende de computadores, sabe

aumentar memórias, ensina, empiricamente, a 'aprendiza de feiticeira', sempre pronto a acudir aos revezes da linguagem binária. Torna-se, porém, um processo desgastante, muito lento, sendo bem certo que um centro de informática, ao serviço do investigador, serviria muita mais gente do que a mim própria, afortunada por um casamento conveniente.

Tive o apoio do meu orientador científico, Sr. Prof. Doutor Cândido dos Santos, que me ouviu e aconselhou; a sensibilidade que demonstrou na espera delicada e compreensiva da conclusão desta tese, ultrapassou, largamente, as suas atribuições formais e objectivas, facto que, sinceramente, agradeço.

Alargam-se e adensam-se os sinais de disponibilidade, amizade e colaboração: uma particular menção à minha grande amiga, Helena Osswald, de conselho indispensável, visão alargada, dum humanismo total; depois a João Carlos Garcia, incentivador da leitura cartográfica, crítico exigente dos meus primeiros passos neste domínio, amigo. E ainda lembro os colegas e alguns amigos com quem troquei ideias e que me ajudaram a rever alguns pontos de vista; cito: Amélia Polónia, Celso dos Santos, Edite Velhas, Teresa Soeiro, Prof.Henrique David.

Este agradecimento estende-se àqueles Professores que marcaram, certamente, a minha evolução curricular, porque, em vários momentos, condicionaram, positivamente, os diversos degraus pedagógico-científicos que fui atingindo. Destaco os Professores da área de História Moderna: Prof.Doutor Oliveira Ramos, Prof.Doutor Eugénio dos Santos, Prof.Doutor Aurélio de Oliveira (meu orientador pedagógico) e Prof.Doutor Ribeiro da Silva. A eles devo, muito concretamente, terem-me permitido gozar os 3 anos de dispensa de serviço, indispensáveis à conclusão deste trabalho.

Mas, todo o equilíbrio depende dum enquadramento afectivo forte. Tive-o entre os mais queridos, Rui, Clarisse e Pedro. E em meus pais, incentivadores de sempre, principais críticos deste trabalho que ilustraram, com sua memória, as raízes desta tese, larga família humana que conviveu, anos atrás...

NOTA PRÉVIA

Algumas advertências:

- a inclusão de quadros no texto obedeceu ao seguinte critério: intercalaram-se todos aqueles onde consta informação inédita ou síntese de estudos já publicados, que se consideravam imprescindíveis para a compreensão, imediata, do texto; remeteram-se para anexo (quadros ou figuras) os que serviram de base à elaboração dos anteriores, de gráficos, ou de mapas inseridos no texto (este anexo vai organizado por capítulos correspondentes aos do texto);

- a inclusão de mapas, históricos ou construídos por nós, seguiu o critério seguinte: intercalaram-se os que ilustravam e serviam, de imediato, o texto; os restantes incluiram-se no anexo;

- a transcrição de excertos de documentos inseridos no texto, na maior parte dos casos, foi actualizada, excepto quando, a peculiaridade do assunto (opção subjectiva, é certo), exigia outro cuidado; neste caso, as regras foram a supressão das maiúsculas, a não ser quando se impunha o realce de certas expressões, o desdobrar de abreviaturas e o respeito pela pontuação e sintaxe originais;

- acrescente-se que, o desdobramento das principais abreviaturas foi o seguinte:

"ADA" - Revista "O Arquivo do Distrito de Aveiro"
"ADERAV" - Revista da Associação e Defesa do Património...de Aveiro
AA - Alfândega de Aveiro
ACL - Academia de Ciências de Lisboa
ADA - Arquivo Distrital de Aveiro
ADB - Arquivo Distrital de Braga
ADP - Arquivo Distrital do Porto
AGM - Arquivo Geral da Marinha
AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto
AHMOP - Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
AHU - Arquivo Histórico Ultramarino
AMA - Arquivo Municipal de Aveiro
AMSMF - Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira
ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ASCMA - Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro
ATC - Arquivo do Tribunal de Contas
AUC - Arquivo da Universidade de Coimbra
BAJ - Biblioteca da Ajuda

BC - Barras do Continente
BGUC - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BMA - Biblioteca do Museu de Aveiro
BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa
BPMA - Biblioteca Pública Municipal de Aveiro
BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto
CA - Casa de Aveiro
Cav - Cartórios Avulsos
CF - Conselho da Fazenda
CFT - Casa Forte
CH - Chancelaria
Cx - Caixa
DA - Documentação Avulsa
DP - Desembargo do Paço
ER - Erário régio
IGC - Instituto Geográfico e Cadastral
JC - Junta do Comércio
L - Livro
LV - Livro de Vereação
MAJ - Manuscrito da Ajuda
MGr - Mosteiro de Grijó
ML - Manuscrito da Livraria
MP - Memória Paroquial
MR - Ministério do Reino
MSAg - Mosteiro de S.Agostinho da Serra do Pilar
Res - Reservados
RP - Registo Paroquial
SM - Secção Monástica
SN - Secção Notarial
az - azul
cod - códice
d.c. - documento citado
doc - documento
f. - folio
ms - manuscrito
ss - sessão
v - verso

INTRODUÇÃO

1 - As opções fundamentais

Justificar uma tese, por razões afectivas, poderá parecer motivação menor. Nascida e criada em Oliveira de Azeméis, tenho raízes em familiares, originários de um espaço mais alargado que se cruza com o meu: lavradores de Sever, pescadores de Ovar e Espinho, sapateiros de S.João da Madeira ou Vila Chã de S.Roque, mestres-escolas em Pinhão ou Pindelo. Nestes encontros, muitas histórias feitas e desfeitas, percursos de vida, trajectos riscados.

Aveiro era, na minha infância, sinal de feira, a "Feira de Março", ainda de terra batida, junto ao canal, onde, anualmente, via o circo ambulante, comprava o brinquedo de pau ou folheta, o algodão doce, extravagâncias do ordenado de pais, professores primários de há 30 anos.

Em 1986, estudei o vasto espaço patrimonial do Mosteiro de Grijó[1]. Constava uma larga fatia, próxima da beira-mar, à volta de Aveiro, e que se apresentava com características de ocupação humana, relativamente recente. As relações senhoriais apercebiam-se de forma inesperada, fazendo pressentir um quadro sócio-económico, bem diferente do conhecido Entre-Douro e Minho.

Estava, desta forma, imaginada a opção de estudo: um projecto que englobasse estas vivências. Assim se colocou a necessidade de encontrar a coerência histórica de um determinado espaço, ligado a uma cidade, Aveiro. Não se nega que as preocupações actuais, de interesse renovado, pela problemática da regionalização, nos obrigam a discutir os seus fundamentos históricos, bem como a repensar as antigas experiências de divisão do território, respectiva funcionalidade e sentido.. Expressões como "região", "área", "bacia", não são unidades históricas, mas, antes, conceitos operativos *"enquanto espaço de construção de identidades: pela valorização e salvaguarda da paisagem;*

[1] AMORIM. Inês - *O Mosteiro de Grijó - Senhorio e Propriedade..., o.c.*

pela recuperação e consolidação de uma memória; pelo lançamento de um projecto de desenvolvimento".[2]

Propomo-nos, então, estudar a economia dum "espaço histórico", a "Provedoria de Aveiro", unidade histórica de longa duração, suficientemente vasta, para representar traços do Portugal moderno e, não apenas, uma realidade local. Simultaneamente, Aveiro surge-nos como sede burocrática deste espaço, evoluindo, ao longo do tempo por nós definido, séc.XVIII (1690-1814), de vila a cidade.

O espaço histórico é um conceito operativo. Com que limites e com que alcance? Trata-se dum espaço político-administrativo (Provedoria), com um centro (Aveiro) e limites territoriais (limites de jurisdição). Porém, este espaço, que definiremos, interessa-nos pelas consequências económicas que imprime. É que, além das fronteiras exteriores da Provedoria, que o poder régio limitou, os poderes senhoriais e locais instituiram, no seu interior, uma multiplicidade de fronteiras. Ora, a nossa interrogação é apurar até que ponto estas fronteiras políticas significariam fronteiras económicas, obstáculos à deslocação da produção ou dos factores necessários à produção. Por outro lado, a concentração do poder político, dirigente, num ponto de decisão (Aveiro), pode também originar uma área económica pelas directrizes emanadas a partir daí, criando, artificialmente, relações de dependência[3]

Ora, o nosso trabalho não mais deixará de ter em vista esta relação, entre uma cidade pequena, de criação puramente administrativa, sede de Comarca, Provedoria e mesmo Diocese, e os espaços que dirige. A definição de cidade, nos inícios do séc.XVIII, contempla aquela relação: *"ajuntamento de homens no mesmo lugar com casas contiguas, ou visinhas [...]. Multidão de homens de differente profissão e estado; nobres e plebeos, ricos e pobres, Doutos e ignorantes, que no mesmo lugar obedecem aos Magistrados*"[4]. Esta marcante presença burocrática, sinal da presença do poder central, coloca o poder local, como meio fundamental de articulação, entre

---

[2] Cf.GASPAR, Jorge - *A propósito do eixo Aveiro-Viseu-Guarda...o.c.*, p.18-20; ainda FIGUEIREDO, Ernesto Valério Soares de - *Portugal: que regiões?...o.c.*, pág.XVI, defende "*ficámos convencidos - é uma das ilações da tese - de que quanto mais significativa for a história que uma região possuir, tanto mais marcada fica por sucessivas metamorfoses a que ou de que foi sujeita. Como consequência, a sua identificação nos 'tempos presentes' torna-se mais fácil e consensual. Ao invés, regiões históricas menos ricas tornam-se, por vezes, de mais difícil caracterização*". Ainda SANTOS, José António - *Regionalização, processo histórico..., o.c.* Uma profunda discussão acerca do tema "*Região*", ver *Enciclopédia Einaudi...o.c.*

[3] Este aspecto, teorizado em DOCKÉS, Pierre - *L'espace dans la pensée économique..., o.c.*, p.11-12.

[4] Raphael Bluteau - *Vocabulario Portuguez e Latino...*, Suplemento, t.II, p.59-60.

Estado e Provedoria[5]. Desta relação surgem questões a que tentaremos responder: relação cidade-campo e cidade-poder central[6], deixando por ora, de lado, a relação complementar, cidade-elites urbanas.[7] Nesta perspectiva, a aproximação a uma história local surge, necessariamente. A história local parece ter, por função tradicional, satisfazer a curiosidade dum público reduzido que sonha conhecer o passado da sua aldeia ou cidade, mesmo duma "região". Porém, deve contribuir para a história geral, que se auxilia de todos os materiais, acumulados, por um paciente labor de base. Entre estas duas formas de história, tem que haver uma união e nunca uma ruptura[8].

O estudo é económico. Não só das estruturas agrícolas, industriais e comerciais, mas, igualmente, das conjunturas que permitem falar dum crescimento ou não crescimento deste espaço, encontros e desencontros das diferentes dinâmicas. Deverá responder a três questões muito simples, fundamentais à economia: o que se produz, como se produz, como se distribui o que se produziu[9]

Deste ponto de vista, se percebe o tempo escolhido, a longa duração, cujas balizas delimitam, sempre, marcos bem alargados, susceptíveis de enquadrar mudanças conjunturais, conhecidas para o Reino: dos problemas económicos de finais de XVII e princípios de XVIII, às sequelas da Guerra Peninsular (1807-1814)[10].

Naturalmente, que, a este espaço, se atribuíram, ao longo dos tempos, vocações, sobretudo, quando se reduziam a um rio, o Vouga, à sua foz ou Barra, à "Ria de Aveiro", a um produto, "sal", ex-libris de todo um passado que ainda é presente. Temos, por herança, todo um discurso, à volta da Ria de

---

[5] RINAUDO, Yves - *Un Équilibre Méditerranéen...*, *o.c.*, p.203-217.

[6] À volta desta questão, a reflexão de MATTOSO, José - *Introdução à História Urbana...o.c.*, *p.9*-20. Como aplicação prática desta perspectiva, entre outros trabalhos, de GUIGNET, Philippe - *Le pouvoir dans la ville au XVIII siècle...o.c.*

[7] Acerca destes conceitos, os sugestivos trabalhos em POUSSOU, J.P, LOUPÈS, Ph., dir.- *Les petites villes ...*, *o.c.*; DUBY, Georges- *L'urbanisation dans l'histoire...*, *o.c.*, *p.*10 a 13; MEYER, Jean - *Quelques vues sur l'histoire des villes...*, *o.c.*, p.1551 a 1568. Id. - *Études sur les villes en Europe Occidentale...*,*o.c.*RONCAYOLO, Marcel, PAQUOT, Thierry, dir. - *Villes & Civilisation urbaine XVIII-XX siècle...*, *o.c.*BENEDICT, Philip - *Cities and social change...*, *o.c.*

[8] Esta perspectiva é bem desenvolvida em JACQUART, Jean - *Histoire génerale, histoire locale...o.c.*, p.31-32.

[9] Estas questões e outras desenvolvidas por CIPOLLA, Carlo M. - *Introdução ao estudo da História Económica...o.c.*, p. 13 a 28.

[10] GODINHO, V.Magalhães - *Prix et Monnaies au Portugal...*, *o.c.*, p.249-287. MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno - *História Económica de Portugal...*, *o.c.*, p.111-131.

Aveiro e das suas potencialidades que, a todo o momento, sobressai do fundo documental. Preenche grande parte de relatórios e monografias, desde meados do século passado, e hoje, anima debates acerca da sua viabilidade, quando se constatou que ela se tornara mais ameaça do que oportunidade[11] .

Neste contexto, pareceu-nos, extremamente pertinente, soando como grito de alerta, contra um determinismo histórico, a crónica de Alberto Souto (em inícios deste século), jornalista, escritor, entusiasta dos interesses de Aveiro[12], que, justamente, escreveu acerca das actividades multifacetadas do homem /habitante:

"...frequentes são os erros dos que supõem que tudo aqui foi sempre e é apenas uma ria [...] ; [o homem] na costa foi pescador como os da Murtosa, enxameou com colónias varinas na capital e noutras terras de além-mar; foi marinheiro como os de Ílhavo e correu o mundo nas aventuras do navêgo; foi artífice, marnoto e artista e quedou-se, como os de Aveiro, a rêr o sal e a contemplar a placidez da água dos canais no intervalo das procissões; foi negociante hábil e poupado como os de Ovar; vinhateiro como os da Bairrada; mineiro como os de Sever, de Arouca e Paiva; industrial como os da Feira, Azeméis e S.João da Madeira"[13]

É com este olhar, multifacetado, que abordaremos o nosso objecto de estudo: a Provedoria de Aveiro - espaço histórico construído. E é com o mesmo olhar que a sua acessibilidade, entenda-se comunicação, em termos de transportes e mercado de bens[14], de homens e mesmo de ideias (tecnologias), será analisada.

Aveiro, cidade, e como qualquer cidade "*é um artefacto, expoente máximo de transformação, pela sociedade, do meio natural num ambiente profundamente artificial, no sentido de construído*"[15]. Por consequência, será objecto fundamental de observação em duas vertentes principais: trocas comerciais (fluxo de mercadorias), nos dois sentidos (de e para a cidade) e trocas de serviços (de informações), sobretudo administrativas, deixando, por ora, de lado, o estudo das trocas monetárias ou dos fluxos de capitais[16]

---

[11] *Jornadas da Ria de Aveiro...o.c;* Jornal *Público*-Local. 15 de Janeiro de 1995, p.58/59: *"Aveiro: perder ou ganhar"*.

[12] A série de trabalhos estão recenseados num artigo: *No octogésimo aniversário do nascimento dum grande aveirense - Dr.Alberto Souto...o.c.*p.241.

[13] SOUTO, Alberto - *A paisagem e o homem na grande região Aveirense...o.c.*,p.4 e 5.

[14] HESPANHA, A.Manuel - *As vésperas do Leviathan...o.c.*, p.81 a 112.

[15] SALGUEIRO, Teresa Barata - *A espacialidade no tempo urbano...o.c.*, p.7. Ainda a sua tese *A cidade em Portugal..., o.c.*

[16] FRÉMONT, Armand - *A região, espaço vivido...o.c.*, p.60-64.

Colocadas estas questões gerais, quanto ao objecto e objectivos de trabalho, algumas explicações se impõem, mais detalhadas, sobre a estrutura do trabalho e cada um dos seus capítulos. Encontra-se dividido em duas partes fundamentais: numa I Parte, descobre-se o espaço histórico em estudo, e os homens que o ocupam, enquanto que, na II Parte, se abordam os diferentes sectores produtivos, isto é, os campos, o sal, a indústria e o comércio, que se desenrolam, naquele espaço ou que o extravasam.

A I Parte abrange 4 capítulos e pretende traçar o percurso de delimitação do espaço de estudo e da sua ocupação.

No Cap.1 procurámos detreminar a extensão, limites e configuração desse espaço, tanto na vertente administrativa como na religiosa, originando, respectivamente, unidades senhoriais/da Coroa (terras) e freguesias. Para tanto, construímos quadros informativos e descritivos, acompanhados de cartografia que, facilmente, servirão de esteio ou suporte à explanação e que poderão funcionar, como base de dados, a todo o tempo consultável e que, espera-se, seja, para muitos, proveitosa e disponível.

No Cap.2, descrevem-se os suportes físicos deste espaço, quer as características naturais (geológicas e climáticas) e capacidade do uso do solo, quer as vias de comunicação, infra-estruturas fundamentais de circulação, por terra e por água, muito especialmente, as que ligam a terra ao mar. Tentaremos mostrar, no espaço em análise, como alguns condicionalismos físicos suscitaram reacções humanas, elucidando, através mesmo de cartografia histórica, a evolução da Barra de Aveiro ao longo da costa.

No Cap.3, a cidade de Aveiro é apresentada como centro deste espaço, que merece uma análise mais detalhada: a forma como é representada na cartografia histórica, as vias pelas quais é transformada sob a acção de novos processos de construir e de novas formas de circular, pela cidade, ou para fora dela. Tenta-se perceber a "posição" da cidade, ou seja, a função original que determinou a instalação do povoamento, e "o sítio" - as condições que permitem a vida do aglomerado e a realização da função para que foi destinado (relevo, composição do terreno, fontes de água, entre outras)[17].

---

[17] RIBEIRO, Orlando - *Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesa...o.c.*, p.66. SALGUEIRO, Teresa Barata - *A espacialidade no tempo urbano*...o.c., p.9-10.

A ocupação humana do espaço preenche o Cap. 4. Por um lado, verifica-se a evolução da população de toda a Provedoria, ao longo de XVIII (estimativas, densidade e taxas de crescimento) e, por outro, analisa-se, com maior detalhe, o comportamento demográfico da cidade de Aveiro. Conseguimos construir uma base de dados para as 148 freguesias que formam a Provedoria, cartografando a diferente distribuição do espaço, detectando, aqui e ali possíveis movimentos migratórios. Sobre Aveiro, a análise será mais profunda, visto não utilizarmos, apenas, os "recenseamentos" da época, mas também, os registos paroquiais. Permitir-nos ão estudar as oscilações da mortalidade, e as respostas, a nível da nupcialidade e natalidade, conduzindo-nos ao estudo das tendências demográficas. Através da nupcialidade, tentaremos apurar a existência de movimentos migratórios, testando o raio de influência ou atracção da cidade, em relação ao espaço envolvente, mesmo, quando ultrapasse o limite da Provedoria.

Na 2ªPARTE iremos desenvolver, efectivamente, a análise das estruturas e conjunturas económicas.

Ensaiámos um olhar pelos CAMPOS. O Cap.5.1, principiando por observar a paisagem agrícola e a distribuição das culturas, salientará, no entanto, a área inculta, principalmente, quando ela vai ser, ao longo do séc.XVIII, alvo de acesa discussão. Temos o propósito de, neste ponto, demonstrar a variedade de situações e as possíveis originalidades, nos terrenos alagadiços, sob influência do Vouga ou da Ria. Relativamente à área agricultada, destacamos as culturas que são alvo de discussão, acerca do seu avanço: milho e vinha. Neste quadro de paisagem, a criação de gado merece interesse particular, tanto mais que uma série de iniciativas tentam articular os prados com culturas intensivas, no que diz respeito às terras marginadas pela Ria. O Cap.5.2, pretende avaliar os obstáculos à circulação dos produtos da terra , marcas do poder de senhores que, através da concentração de dízimos, direitos de foral, ou extensões substanciais de terrenos, condicionavam a exploração da terra ou os níveis de rendimento dos seus moradores. Neste contexto, destacaremos três casas senhoriais: a da Feira, a de Aveiro e a de Bragança, analisando, sobretudo, os direitos ancestrais; a seguir, os senhorios eclesiásticos, como sejam, os dos Mosteiros de Jesus, de Aveiro, Arouca, Lorvão

e S.Agostinho da Serra; finalmente procuraremos sinais de constituição de novos patrimónios, à custa de créditos e hipotecas, num processo original. Havia ainda que localizar alguns bens que sofreram disputa calorosa entre senhores e camponeses, e que são, por natureza, bens a partilhar: águas, maninhos, moliços, matas e montados. A 3ª vertente deste tema, no Cap.5.3, será tentar medir a produção agrícola, ao longo do século, acautelando as diversidades dos pesos e medidas, tentando estimar as rendas e, desta forma, aproximarmo-nos, indirectamente, da produção, ora através da avaliação de extensão de terras arroteadas, ora através de contabilidade de quintas, ou ainda, através da curva das dizimarias e preços de cereais.

No Cap.6 desta II Parte, abordar-se-á uma das temáticas mais apaixonantes: o SAL, produto fundamental para homens e animais. Sabemos da animação comercial, a ele ligada, que motivou, no séc.XVII, circuitos de Lisboa e Setúbal para a Europa, enquanto que, acerca do sal de Aveiro, se conhece a sua importância, até ao séc.XV, graças à súmula que Virgínia Rau apresentou[18]. A iniciar este desenvolvimento, no Cap.6.1, chamaremos a atenção para a peculiaridade da metrologia do sal de Aveiro. Depois, tentaremos, numa primeira vertente, reconstituir as características específicas da sua produção: definição da marinha de Aveiro, número de marinhas e sua localização, proprietários e sistemas de exploração. Em seguida, estimaremos a produção de sal, tendo em consideração as diferentes condicionantes, quer as características anteriores, quer novas condições: técnica de trabalho, mão-de-obra, condições climáticas, custos de produção. A segunda vertente de análise, Cap.6.2, será o estudo da circulação do sal, quer internamente, quer para fora do Reino e as consequências que daí advieram: o interesse do Estado na recolha de receitas, as instituições criadas, as condições de comercialização (contratos e transportes), as quantidades e rumos do comércio, as próprias séries de preços. Finalmente, atendendo às características específicas deste produto, avaliaremos a sua importância na vida económica da cidade, ao verificarmos se, por este facto, seria lícito falar de "monocultura" do sal.

O Cap.7 sobre a INDÚSTRIA, encerra três áreas de estudo. A primeira, no Cap.7.1, é uma tentativa de medir o peso desta actividade no espaço em

[18] RAU, Virgínia - *Desenvolvimento dos salgados portugueses durante a Idade Média*, in "Estudos sobre a História do sal.... o.c., p.54 a 61.

causa, através da análise da estrutura sócio-profissional, e ainda de uma inventariação de actividades, disseminadas, algumas ancestrais e artesanais (cestaria e tapeçarias), outras em manchas de concentração (ferrarias e cerâmica), outras, implicando uma certa organização (vidro, papel e cerâmica). A segunda área, no Cap.7.2., constitui uma tentativa de verificar o peso de Aveiro, na globablidade das iniciativas de industrialização, régias ou privadas, que caracterizaram o séc.XVIII, mas, tendo como enquadramento, as actividades corporativas preexistentes, e mesmo o contexto espacial da Provedoria. Finalmente, no Cap.7.3., é contemplada a área da pesca, actividade ligada a uma costa vastíssima. Ao provocar uma investigação que passa pela inventariação de centros de pesca, e sistemas de exploração, desde a técnica ao financiamento, da organização e estrutura das companhas ao comércio e à indústria conserveira e que são o seu prolongamento, procura-se descobrir os "caminhos da sardinha", de "processos de salga" que lhe ampliam o alcance.

O último capítulo, Cap.8, dedicado ao COMÉRCIO, pretende apurar as ligações internacionais, por um lado, mas, do mesmo modo, aquelas que, podendo articular-se, ou não, com estas, têm, sobretudo, um âmbito local e regional. No Cap.8.1., analisa-se a estrutura do comércio marítimo, entrada e saída de embarcações, produtos comercializados e, em especial, se avalia o movimento conjuntural, ao longo do século XVIII. Este estudo foi precedido pela descrição da construção do porto "comercial", ligado a interesses, poderes e conflitos vários, mas condição essencial para que os fluxos se processassem. No Cap.8.2., o comércio local e regional medem-se pela distribuição das feiras, "lojas", circulação de vendedores e mercadorias. Por fim, tenta-se articular todos os circuitos, anteriormente referidos, com a praça de Aveiro, observando como é que a cidade funcionou, como plataforma de produtos e comerciantes, e que direcções tomaram.

Do conjunto desta abordagem, fica-nos a certeza de que haverá muita investigação a fazer-se, noutra ocasião: a que é relativa aos protagonistas, à sociedade que age neste quadro económico, parte activa na compreensão do funcionamento da economia, que, apenas levemente foi tocada, aqui e além, a propósito de mercadores, industriais, ou "homens de negócio". Mas, certamente, que fontes e, sobretudo, metodologia teriam de ser diferentes.

2- Fontes

Os diferentes objectos de investigação levaram-nos a procurar fontes adequadas e metodologias que lhes correspondessem. À medida que forem utilizadas, procuraremos advertir para os seus limites, embora, desde já, nesta introdução, alguns comentários se tornem fundamentais.

A dispersão arquivística não é originalidade, própria deste trabalho, mas o período de organização de arquivos que atravessámos, privou-nos, por algum tempo, do contacto com guias ou inventários desenvolvidos, passando por situações, comuns a muitos investigadores - depender da boa vontade de funcionários que, em vez das autorizadas espécies, levadas à sala de leitura, transportavam um "carrinho", onde se poderia verificar títulos, datas e assuntos. O facto mais flagrante foi o período em que na Torre do Tombo tivemos de consultar o núcleo da Alfândega de Aveiro. O ficheiro deste fundo encontrava-se retirado da Sala de Catálogos, por, de momento, se encontrar em "organização", de modo que construímos o "nosso" ficheiro, não admirando que se utilizem as cotas desse momento, que ainda hoje (Julho de 1995) se mantêm, sem identificação da espécie[19] . Outro momento difícil foi o do acesso a documentação que, oficialmente, deveria estar integrada no Arquivo Distrital de Aveiro, instituição criada em 1965, e que contém registos paroquiais, notariais e julgados de paz, mas que omite, completamente, documentação monástica ou eclesiástica, dispersa entre o Arquivo da Universidade de Coimbra e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Apesar dos projectos de constituição do Arquivo, com rol, detalhado, dos diferentes livros depositados no AUC[20], que deveriam transitar para o Arquivo Distrital de Aveiro, nunca tal foi efectuado, ou por motivos de falta de condições materiais, ou por questões administrativas, o que, em qualquer dos casos, é de lamentar.

Na estruturação dos espaços político-administrativos e religiosos, tentámos utilizar fontes e colher delas informações que pudessem servir, de base de trabalho, a outros investigadores. Assim, dos anexos, destacámos dois

---

[19] Deste trabalho resultou o artigo: AMORIM. Inês - *Alfândega de Aveiro...*, *o.c.*, p.19 a 25.
[20] NEVES. Francisco Ferreira - *A criação do Arquivo Distrital de Aveiro...*, *o.c.*, p.161 a 193.

quadros: um que associa os Forais aos diferentes senhorios, data e lugares de publicação; outro que forma uma listagem das freguesias da Provedoria, indicando diferentes fontes para o seu reconhecimento, englobando inclusivé cotas e lugares de publicação. Dentre estas, salentámos as *Memórias Paroquias*, de 1758, que, apesar de todas as limitações, a começar pela irregularidade de informação (nem sempre seguem o Interrogatório previsto), não deixam de ser preciosas, facultando, ao longo da Tese, e das diferentes abordagens, informações significativas. O principal problema foi utilizá-las como fonte de tipo demográfico, sabendo que se referem, ora a *almas*, ora a gente *de comunhão*, ora *de confissão*, ora *maiores e menores*, ora *pessoas, homens e mulheres*, numa grande heterogeneidade. Contornámos esta dificuldade, ao utilizar, somente, o dado "*fogos ou vizinhos*", como se poderá ver no capítulo 4[21].

As fontes paroquiais foram utilizadas, exclusivamente, na análise da evolução demográfica de Aveiro. As lacunas documentais são evidentes. Porém, detectámos a existência, no Arquivo Paroquial da Igreja de Vera Cruz[22], de alguns livros da, então, freguesia de N^{a}S^{a}de Apresentação, não integrados no Arquivo Distrital de Aveiro.

Os fundos municipais foram, de igual modo, utilizados, sobretudo, no estudo de Aveiro, recorrendo-se ao Arquivo Municipal e ainda à Biblioteca do Museu de Aveiro[23]. A Câmara da actual freguesia de Santa Maria da Feira, possui, igualmente, um importantíssimo Arquivo Municipal, onde realizámos alguma pesquisa[24].

---

[21] Acerca dos diferentes inquéritos do séc.XVIII, promovidos pela Coroa, ver CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - *Inquéritos promovidos pela Coroa...*, *o.c.*, p.93 a 130.

[22] A actual paróquia de Vera Cruz, possui um Arquivo significativo que, entre outras espécies, contém vários livros de registo paroquial, róis de confessados para o séc.XIX, tombos de confrarias, verbas de testamentos e outros da freguesia de N^{a}.S^{a}.da Apresentação que, precisamente, faltam na listagem do núcleo paroquial, existente no Arquivo Distrital de Aveiro.

[23] O Arquivo Municipal, está, actualmente, a ser objecto duma catalogação mais adequada, embora tivesse sido, para nós, fundamental a simples inventariação que, em 1990, alguns colegas historiadores realizaram : SOUSA, Fernando et alii- *O Arquivo Municipal de Aveiro...*, *o.c.*. Encontrámos, por um acaso, na Biblioteca do Museu Regional de Aveiro, antigo Convento de Jesus, algumas espécies documentais, sem qualquer catalogação, entre as quais, um Tombo da Câmara.

[24] O Arquivo de Santa Maria da Feira não está ainda inventariado. Realizámos um contacto com as espécies que nos eram mais preciosas, em 1991 e 1992, num protocolo com a Câmara, que incluía a cedência, da nossa parte duma listagem de toda a documentação dispersa por Arquivos de Lisboa, acerca da "Terra da Feira", no séc.XVIII, e ainda, identificação das espécies existentes no Arquivo Municipal. Cumprimos a primeira tarefa; a segunda, em parte, visto, entretanto, localmente, haver técnicos a realizarem-na.

A administração de patrimónios incentivou o nosso interesse pelos fundos monásticos e conventuais, ou ainda pelos das casas senhoriais, procurando sempre encontrar Livros de Tombo, que especificassem direitos, rendimentos, títulos de posse e características das propriedades, susceptíveis de comparar e inventariar diferentes fortunas. Como resultado deste trabalho, o cap.5 mais aproveitou, permitindo chegar, mesmo, aos "bens a partilhar" como lhes chamámos: águas e maninhos, embora a nossa perspectiva possa estar viciada pela fonte senhorial. Ainda dentro desta contabilidade, os livros de Receita e Despesa ou de Dizimarias são raríssimos e deficientes. A utilização destas últimas fontes esbarrou com alguns obstáculos. Como se poderá ver pelo Anexo 1, desse capítulo, relativamente às freguesias da Diocese de Aveiro, em 1775, os padroeiros não são, na maior parte dos casos, os que recebem os dízimos, sendo excepção, as Freiras de Jesus e o Mosteiro de Grijó. As primeiras, com 7 freguesias, seriam, em princípio, um excelente campo de observação; porém, o arrendamento dessas rendas de dizimarias, agrupadas e em diversas combinações, não permite um estudo, minimamente, capaz. Optámos, então, pelo de Grijó, até porque possuía, além das 3 freguesias, na Diocese de Aveiro, uma outra, na Diocese do Porto (Argoncilhe), podendo, desta forma, comparar-se realidades diferentes. É certo que se trata de número reduzido de freguesias, mas, foi o possível de realizar.

As listagens de preços de cereais poderiam contribuir para analisar ritmos de produção e da conjuntura, em geral, mas a origem das séries coloca alguns problemas: embora todas elas sejam extraídas de Contabilidades de Misericórdias (Porto, Feira e Aveiro), trata-se de preços de alqueire de trigo, que, por um lado, não tinha a mesma capacidade, em litros, nos três locais, como veremos, e por outro, não era o cereal mais difundido. Sendo, no entanto, proveniente dos foros, lançados pela instituição, rapidamente, era vendido, reflectindo, de forma mais aguda as oscilações do mercado. De qualquer forma, não conseguimos qualquer outra série.

Aliás, a documentação da Misericórdia de Aveiro revelou-se profícua, em muitos aspectos, nomeadamente, no estudo do sal. Sendo uma das proprietárias mais poderosas das marinhas de Aveiro, permitiu observar os

processos de gestão deste tipo de propriedade, alguns custos e receitas, única fonte onde colhemos preços de venda do sal, embora muito incompleta.

As fontes Alfandegárias, relativas ao comércio e imposições fiscais sobre uma variedade de produtos, sendo numerosas e distribuídas pelo ANTT e AMA, revelaram-se bem problemáticas de analisar. Tratando-se de fontes, essencialmente, de natureza fiscal, registam, só, as mercadorias que poderão ser objecto de imposição, e não a totalidade das mercadorias transaccionadas; tudo isto dependendo da legislação e da conjuntura financeira do Estado. Pierre Vilar, na sua pioneira tese sobre a Catalunha, explicou e deu a um dos pontos introdutórios acerca da documentação alfandegária, relativa ao tráfego comercial, o seguinte título: "*fontes do movimento comercial: sua mediocridade, variedade e concordâncias*"[25], ou seja, indispensáveis, mas bem problemáticas.

Vejamos a tipologia de alguns dos livros de registo alfandegário:

Títulos	Conteúdo
Entradas e manifestações sal	saídas de sal pela Barra para qualquer destino (quantidades de sal)
Receita donativo do sal	imposto sobre sal, qualquer que fosse o destino (40 réis por moio)
Receita extracção do sal	imposto sobre sal, saído para o estrangeiro (500 réis por moio)
Fianças dos portos secos do sal	saídas sal para barras portuguesas (com guias que atestam não irem para Espanha)
Guias das fianças do sal	saídas para lugares próximos, da Comarca, por terra ou pela Ria
Visitas [de saúde] às embarcações	entrada barcos, regista qualidade da mercadoria, poucas vezes quantidade,
Receita Portos Secos	entrada mercadorias de Espanha (pagam 10% sobre a pauta)
Receita de Consulado	entrada e saída de mercadorias de e para portos estrangeiros(35+2%)
Receita da Mesa Grande	entrada pela barra de fazendas de lã e seda sem definir proveniência (10%)
Guias das fianças do mar	saída de barcos para portos portugueses (com guias atestando não saírem dos portos do Reino e regressando com a prova da

[25] PIERRE VILAR - *Cataluña en la España moderna...o.c., v.3, p.*21 a 29. Porém, apesar de todas as reservas assinaladas, escreve a pág.27: *"estes indices têm a vantagem de serem variados, o que permite proporcionar-nos informação conjunta acerca de vários aspectos importantes da conjuntura comercial"*

	descarga no destino previamente designado)
Guias ou fianças da alfândega	circulação de mercadorias para o interior (com guias atestando não saírem das feiras e locais do Reino e regressando com a prova da descarga no destino previamente designado)
Fianças do mar	entrada e saída de e para portos portugueses de qualquer mercadoria, repetidamente sem indicar quantidades

A tipologia de livros não se esgota, até porque, as necessidades do Terramoto de 1755 criaram o chamado donativo de 4% que se cobrava da seguinte forma "*os escrivães contarão o Direito deste Donativo a 4% sobre a avaliação das fazendas* [estrangeiras] *que vierem às suas respectivas estações; e o recebedor receberá a sua importância em dinheiro, ainda que delas se paguem os Reais Direitos em espécie*"[26]. Já nos inícios do séc.XIX, a Guerra Peninsular criou uma imposição extraordinário, o "Novo Direito de Guerra", imposto, desde Julho de 1808, sobre pipa de azeite, vinho, aguardente e vinagre[27].Como se verá, são fundos inesgotáveis, com problemas de tratamento, mas que poderão dar informações fundamentais.

Os Registos Notariais são, a nosso ver, das fontes mais prestáveis a uma leitura do quotidiano silencioso, substituindo fontes perdidas, ou respondendo a múltiplas temáticas[28]; mas a sua utilização coloca problemas vários, desde a grande massa volumétrica, até ao problema da representatividade: quem vai ao notário? Decidimos utilizar a documentação notarial, apenas de Aveiro, para o que contabilizámos o número de Livros, entre 1690 e 1814, datas limites do trabalho, cujo resultado foi o seguinte:

[26] ANTT, AA, n.744, "Instrucções para servirem de Regimento aos Recebedores e Escrivães dos 4%"
[27] AMA-n.54-f.15: Livro de Registo de Ordens
[28] Como representante de trabalho pioneiro e pleno de sugestões, sobretudo, na construção de fichas de trabalho e utilização de metodologias adequadas à tipologia de fontes ver POISSON, Jean-Paul - *Notaires et Societé..., o.c.*

Anos	Número livros	Média livros/ano
1690 - 1699	14	1.4
1700 - 1709	23	2.3
1710 - 1719	22	2.2
1720 - 1729	10	1
1730 - 1739	10	1
1740 - 1749	12	1.2
1750 -1759	16	1.6
1560 -1769	15	1.5
1770 - 1779	13	1.3
1780 - 1789	10	1
1790 - 1799	11	1.1
1800 - 1809	13	1.3
1810 - 1814	11	2.5
1690 - 1814	180	1.44

Daqui se depreendem as lacunas e falta de uniformidade, que nos levaram a tomar algumas opções. Por um lado, decidimos fazer um corte tipológico, massivo e serial, de escrituras que tivessem a ver com algumas temáticas: sal, pesca, fábricas, empréstimos ou confissões de dívida, sociedades; por outro lado, sempre que outras fontes (caso das Vereações ou Livros da Alfândega) apontavam figuras da oligarquia dirigente de Aveiro, estávamos atentos à informação notarial que completasse o seu perfil[29].

Como instrumento cognitivo do espaço, utilizámos cartografia histórica que traduz, cada vez mais, ao longo do séc.XVIII, um crescimento da consciência territorial, correspondendo à criação de Academias Reais de Marinha, Fortificações, Artilharia e Desenho, com a respectiva impressão de cartas hidrográficas, geográficas e militares , num processo que a representação iconográfica do Marquês, debruçado sobre plantas e mapas, personifica. Não apenas o preocupava a reconstrução urbana de Lisboa, mas de todo o país *"o vale do Douro, o litoral algarvio, a ria de Aveiro, a navegação do Tejo e do Mondego, a colonização em vários pontos do Império, em especial no Brasil, mas também em Angola e no Extremo Oriente [.... Muitos planos: a construção e procura do espaço ideal"*[30]. Neste

[29] Sobre bibliografia que auxilie na investigação notarial, destacamos, além do citado na nota anterior, EIRAS ROEL, Antonio - *De las fuentes notariales a la historia serial..., o.c.*, p.13 a 30.

[30] Sobre a evolução da cartografia ver ALEGRIA, Maria Fernanda, GARCIA, João Carlos - *Etapas da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)...o.c.*, p.227 a 279; Id. - *Aspectos da evolução*

sentido, demos especial atenção a uma série de cartas elaboradas por engenheiros militares, ligados às obras da Barra, com descrições minuciosas da toponímia, localização das marinhas, cursos de água, alguns aglomerados populacionais, ou mesmo, a projectos de intervenção na cidade. Deste conjunto, destacaremos os pormenorizados mapas da complexa Ria de Aveiro.[31]

Por último, as fontes impressas merecem algumas considerações. Referimo-nos a fontes publicadas na conhecida Revista "Arquivo do Distrito de Aveiro", fundada, em 1935, por António Gomes da Rocha Madahil, Francisco Ferreira Neves e José Ferreira Tavares, a qual sobreviveu até 1976, divulgando imensa documentação dispersa, por vezes, na mão de particulares, ou até em Arquivos Públicos, mas de difícil acesso, de que destacamos a publicação, embora incompleta, das Memórias Paroquiais ou dos Forais Manuelinos do Distrito de Aveiro[32]. As monografias de freguesias foram, também, importante veículo de informação, na medida em que nos punham em contacto com documentação de arquivos privados, ou mesmo, não localizados, enriquecendo a nossa própria recolha arquivística. Aliás, uma das constatações a que chegámos foi a da dispersão documental, pela própria natureza da administração da Provedoria, não admirando que, muitas vezes, se encontre, nas mãos de particulares, vultuosa documentação, alguma transitando já para alfarrabistas e daí, para outros destinos, dispersando núcleos fundamentais. Espera-se que a organização dos arquivos municipais, entre eles o de Aveiro, que se encontra numa fase de rejuvenescimento, provoque um movimento voluntário de entrega de documentação, para que, em condições de conservação e trabalho, capazes, possa servir a muitos.

3 - Metodologia

---

da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)..., o.c., p.27 a 84. E ainda, acerca do espaço urbano, uma breve síntese em BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo - *O espaço urbano de Braga...o.c.*.

[31] Estas cartas revelam-se importantes pelo contraste e persistência das representações arcaicas da Ria de Aveiro como seja, entre outras, o mapa de Álvaro Seco de 1560 que irá ser, sucessivamente, representado em pleno séc.XIX, ignorando o precioso levantamento da Ria, entre 1781 e 1791, como observou Suzanne Daveau no Catálogo da exposição na Biblioteca Pública do Porto onde se encontra uma carta preciosa sobre a Barra de Aveiro: veja-se *A Pintura do mundo, Geografia Portuguesa e Cartografia dos séculos XVI a XVIII*, Porto, Biblioteca Pública do Porto, 1992.

[32] Existe, na Biblioteca de Aveiro, um índice coligido pelo Padre Monsenhor João Gonçalves Gaspar, de Maio de 1984, que poderá prestar um bom serviço na pesquisa individual.

Não podemos falar em metodologia, mas metodologias. É certo que houve uma opção prévia, história económica, história quantitativa, história serial, documentação que, sendo qualitativa, poderia ter tratamento quantitativo. É também certo que a abordagem de certos temas pode ter sido afectada pela falta de documentação[33], mas esta é sempre "uma parte do que se deseja"[34], sobretudo do que nos "chega", suplantada, por hipóteses, assinalando os limites da fonte, tentando construir modelos de interpretação.

Criticar, e construir em seguida, foi o método privilegiado de abordagem. Ao longo do texto, chamaremos a atenção para este facto, mas desde já, algumas opções devem ser apontadas.

A primeira parte do trabalho, sendo o enquadramento espacial prioritário, mereceu-nos um cuidado ponderado, no sentido de fornecer um conjunto de elementos, de fácil apreensão. Daí, a cartografia ter um peso expressivo, não só a cartografia histórica existente, mas também a construção do espaço que os elementos, de índole administrativa, nos permitiam desenhar. Deste ponto de vista, os quadros em Anexo, são suportes fundamentais, construídos com base em fontes manuscritas ou impressas, que constituem uma base de dados que outros poderão vir a utilizar e completar.

A análise da estrutura da cidade, é feita através da fusão de fontes dispersas, como se poderá verificar, no sentido de se encontrar uma distribuição funcional da cidade. Neste sentido, um Tombo da Casa de Aveiro, relativo a um antigo imposto estipulado no Foral, poderá dar uma imagem incompleta (porque nem todas as casas eram foreiras, nem todas as ruas tinham casas foreiras), mas aproximada, da distribuição profissional pelas ruas e pelo tipo de casas (térreas ou sobradas) que as compõem, nos inícios do séc.XVIII.

Relativamente à ocupação humana, algumas opções foram tomadas. Tratando-se de um conjunto vasto de freguesias, utilizámos o método que Romero de Magalhães havia já experimentado, para o Algarve: cortes cronológicos e fontes globais que nos pudessem fazer "ver", num dado

---

[33] Acerca das limitações documentais e da forma como a historiografia tratou este problema, o interessante e crítico estudo de MARTIN, Hervé - *La pénurie documentaire, paradis ou géhenne des historiens?...*, *o.c.*, *p.*21 a 30.

[34] Acerca dos limites de investigação, mas igualmente, das potencialidades, a reflexão de MORINEAU, Michel - *Pour une histoire économique vraie...*, *o.c.*, p.7 a 19.

momento, a população geral, se bem que apenas os "fogos", pelas razões apontadas atrás, acerca das Memórias Paroquiais. Não foi possível utilizar Corografias, pelo facto de, tal como se verificou na reconstrução das unidades administrativas, estarmos perante uma manta, de tal forma retalhada, que dificilmente as diferentes terras são referidas por todas as fontes, em causa, como se poderá ver no Anexo do Cap.1. O caso mais manifesto foi o da Corografia do Pe.Carvalho da Costa, o qual se revela, para a Comarca de Aveiro, completamente alheada da realidade, não só, porque os dados demográficos são de 1668, fornecidos por uma *Memória da Vila*, mas também, porque confunde jurisdições, por desconhecimento do "terreno", sendo de conjecturar que o não tivesse percorrido. O que não será, de resto, de admirar, atendendo às características de circulação que apurámos no cap.2. Sujeitámos os dados, em causa, a uma distribuição espacial (por densidades), avaliando taxas de crescimento, representadas por mapas de dispersão, índices de masculinidade e tentando formular, ou confirmar, hipóteses de mobilidade geográfica, ao nível da Provedoria.

Para a cidade de Aveiro, utilizámos este mesmo método, reunindo toda uma série de estimativas, criticando-as e, apenas, seleccionando aquelas que mereciam confiança, no sentido de se observar densidades e estrutura demográfica. Numa segunda abordagem, com a contagem de registos paroquiais, pretende-se traçar movimentos de longa duração e cíclicos, utilizando, aqui, o método de medição de crises demográficas, baseado, exclusivamente, na estatística dos óbitos, preconizado por Dupâquier. Depois optámos pelo cálculo da tendência linear pelo método mais curto (cálculo do trend, desvios e flutuações cíclicas), tentando-se apurar, a partir das indicações da origem geográfica dos nubentes, o raio de mobilidade, relativamente a Aveiro.

Acerca do estudo dos CAMPOS, fizemos opções várias. Em primeiro lugar, utilizando Tombos que permitissem uma visão global de patrimónios fundiários, em cortes cronológicos próximos, ou então, com distância suficiente de modo a avaliar alterações em colheitas, áreas e produtos cultivados. Quer neste capítulo, quer no seguinte, acerca do sal, considerámos importante verificar os diferentes pesos e medidas. Através desta avaliação e mesmo de

cartografia, tentaremos desenhar áreas de produção e, mesmo, de comercialização. A análise das séries de dízimos segue as propostas de Aurélio de Oliveira, no sentido duma tentaiva de reconstituição da evolução conjuntural da produção. O estudo estatístico dos preços dos cereais tentará articular produção e comercialização; enfim, detectar mercados regionais.

Relativamente ao SAL, tivemos, como ponto de referência, os trabalhos de Virgínia Rau e, sempre que possível comparámos métodos de trabalho, níveis de produção e de comercialização, não só com Setúbal, mas igualmente com as salinas do Noroeste francês, a partir de um trabalho de certa forma antigo, de 1960, mas extremamente organizado e inspirador de sugestões de trabalho[35]. Porém, as fontes, sobretudo, alfandegárias, fiscais, colocando problemas de crítica apertada, como já falámos atrás, e que viremos a verificar, obrigaram-nos a, cautelosamente, construir séries, muitas vezes incompletas, que nos aproximassem dos níveis de comercialização..

A abordagem do capítulo, sobre a INDÚSTRIA, teve que seguir diferentes metodologias, conforme as fontes: a inventariação de actividades tradicionais, como a moagem e o barro, seguiu as memórias paroquiais e monografias locais; a pesca recorreu aos registos notariais, enquanto as ditas "Fábricas "surgem assinaladas nos "Inquéritos" de inícios de XIX, dispersos por "caixas" no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Por outro lado, a informação sócio-profissional que a fonte "*Descrição da Comarca da Feira*" permitiu dar, para inícios do séc.XIX[36], não teve, todavia, paralelo para a de Aveiro. Cruzando estas fontes, procuraremos quantificar dados, muitas vezes qualitativos, desenhar manchas artesanais, articulando-as com as novas manufacturas.

Finalmente, o estudo do COMÉRCIO, articulando o portuário com o que se alarga a toda a Provedoria, mobilizará toda a informação que permita o estudo dos suportes ao comércio, pela barra de Aveiro: desde a construção do porto à pilotagem, usando-se relatórios e pareceres, regulamentos e notícias de obras, tentando-se construir o quadro institucional do porto comercial. Relativamente à evolução do tráfego, cruzaremos rendas da Alfândega com rendas das sisas. Qualquer uma destas fontes peca, por omissões, porque eram

---

[35] M.DELAFOSSE. CL.LAVEAU - *Le commerce du sel de Brouage aux XVII et XVIII siècles...*, o.c.
[36] AMORIM. Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801...*, o.c, p.227 a 285.

de natureza fiscal, com um leque de isenções que varia mesmo, localmente, intimamente ligadas às necessidades de orçamento local ou do Estado. Umas e outras dar-nos-ão, sobretudo, tendências, porque a oscilação legislativa ou das condições de cobrança sobre um conjunto de bens afecta o resultado final.

Na análise da estrutura do comércio, utilizámos vários tipos de livros, demonstrando os limites da documentação, mas construindo, ponderadas as devidas críticas, algumas hipóteses e linhas de força. Relativamente ao comércio interno, o inventário de feiras e mercados, feito, em especial, a partir das *Memórias Paroquiais*, permitirá construir uma rede, provavelmente sempre incompleta. Os inquéritos de inícios de XIX, ligados à cobrança do donativo voluntário, por alturas da guerra peninsular, permitirão, por sua vez, aperceber áreas de algum comércio organizado. No entanto, a fonte que nos mereceu uma atenção mais pormenorizada, até porque nunca a tínhamos visto citada, nem utilizada, foram os chamados livros de "Guias dos Portos Secos", úteis para o estudo do sal e de outros produtos. Os limites desta fonte residem no facto de as mercadorias, sob a mira da Alfândega, se terem alterado, ao longo do tempo: não acreditamos que certos produtos tenham pura e simplesmente desaparecido da circulação, e principalmente, os cereais, isentos de imposto, escapam a qualquer controlo. Apesar destas lacunas, parece-nos ser possível vir a desenhar direcções e fluxos de mercadores e mercadorias, destacando-se as feiras, por onde, numerosos comerciantes, cujo número também evolui, circulariam. Entre aqueles, destacámos os de Aveiro. Tentaremos identificá-los e descobrir de que forma a cidade representava ou não, um centro redistribuidor.

Em suma, sempre procuraremos cruzar fontes, colmatar falhas documentais, criticar e depois construir, mas nunca avançar para lá daquilo que elas não dizem. Por vezes, inventar processos de tratamento, sobretudo quando, pelos obstáculos de abordagem, dificilmente responderem a metodologias experimentadas. Fica-nos a mágoa de não podermos ir, humanamente, em termos técnicos e de recursos, além do trabalho individual, porque fundos alfandegários (entre muitos outros), nomeadamente, Livros de Fianças dos Portos Secos, mereceriam tratamento de equipa, único método a poder explorar e potenciar toda a riqueza informativa que veiculam.

I PARTE - DELIMITAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Cap.1 - A estrutura dos espaços: político-administrativo e religioso

A estrutura espacial é o pano de fundo, o palco onde tudo vai acontecer, mas que condiciona a acção - o "espaço vivido"[1] - apreendido, sentido, modelado pelos homens, no tempo.

1- Quadro Político-administrativo

"Não foi senão há muito pouco que a noção de espaço foi tocada pela mesma vaga que sublinha o seu caracter construído, o seu caracter simbólico, o seu caracter não homogéneo (por outras palavras, o seu 'pluralismo')"[2]

A - Provedoria de Aveiro

A Provedoria aparece como um espaço histórico que, pelas suas características, está acima do mosaico das jurisdições afectas às correições régias ou às ouvidorias senhoriais. Espaço contínuo, porque sujeito à autoridade de um mesmo funcionário, da administração régia, ao qual cabem um conjunto de competências bastante heterogéneo[3]: tutelar interesses de pessoas ou instituições que não estivessem em condições de o fazer (defuntos, ausentes, orfãos, cativos; confrarias, capelas, hospitais, concelhos); e, no domínio da fazenda, fiscalizar receitas e despesas das câmaras, arrendamentos reais e pagamentos do almoxarifado; prover obras públicas; atombar bens reais.

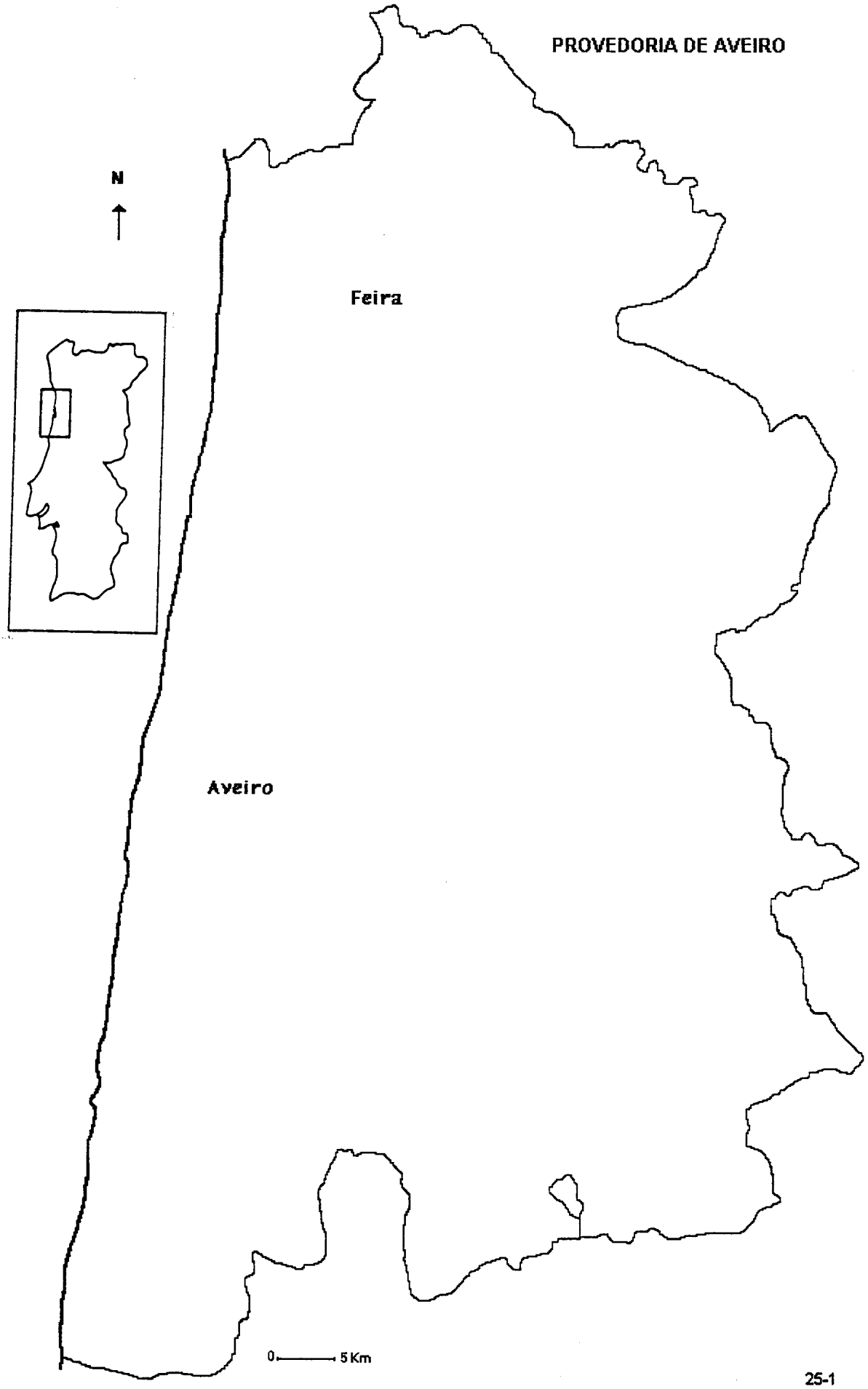
Não se trata aqui de estudar tal estrutura, mas sim de utilizar este espaço construído historicamente, e avaliar como evoluiu nele a agricultura,

---

[1] FRÉMONT, Armand - *A região, espaço vivido..., o.c.*. O autor utiliza a expressão região como um conceito a discutir: p.17,"*a região, se existe, é um espaço vivido*"

[2] HESPANHA, Manuel - *As vésperas do Leviathan, Instituições e Poder Político. Portugal, Séc.XVII..., o.c.*, v.1, p.115.

[3] Id., *Ibid.*, pág.287 a 293.



25-1

a indústria, e o comércio, nas suas diferentes especificidades, ao longo do séc.XVIII.

Parece ser bem recuada a percepção da individualidade deste espaço, quer em relação ao interior, quer em relação ao sul estremenho, notada já no testamento de D.Dinis, de 1299, onde se encontra uma primeira enumeração das Províncias, aparecendo destacada a área d'Entre Douro e Mondego[4].

A criação da provedoria (e comarca) de Aveiro, insere-se no processo de reforma administrativa dos princípios do séc.XVI, com a instituição, no reinado de D.João III, de novas comarcas, entre as quais a de Aveiro, em 20 de Dezembro de 1533[5], sendo nomeado o Licenciado Francisco Fernandes para Corregedor e Provedor da dita Comarca, composta por 31 vilas, 9 concelhos, 1 couto e 1 comenda[6] [ver Anexo I].

A elevação de Aveiro a sede de Comarca, era, de resto, um contra-senso, visto que a jurisdição da Vila não pertencia à Coroa, mas a D.Jorge, filho bastardo de D.Joao II. Este doou-lhe, no seu testamento de 29 de Setembro de 1495, vários senhorios, entre eles, o Ducado e Alcaiadaria-mor da cidade de Coimbra, e de tudo o mais que tivera o seu tio-avô D.Pedro, encarregando o seu sucessor de formalizar estas mercês[7]. D.Manuel I, ampliou ainda estas doações ao conceder-lhe, em 27 de Maio de 1500, vilas como Aveiro e Montemor-o-Velho, entre outras, além de rendas e padroados, transmissíveis por qualquer linha, e fora da "Lei Mental". Só que, à data da referida doação, Aveiro estava ainda na posse de D.Sancho de Noronha, 2º

---

[4] Id., *Ibid.*, p.136.

[5] Vide, sobre esta matéria, Id., *Ibid.*, p.137. NEVES, Francisco Ferreira - *A Formação do Distrito Administrativo de Aveiro*.... o.c., p.37; COSTA, Mário Alberto Nunes - *A provedoria de Esgueira...*, *o.c.*, p.60, o qual publica o documento relativo à criação da Comarca e Provedoria da Chancelaria de D.João III.

[6] Cf. em OLIVEIRA, António de - *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, ..., o.c., pág.11, que noticia o manuscrito n.870 do ANTT, Ms.da Livraria. Ver ainda, LOUREIRO, J.Pinto-*A Comarca de Esgueira*...., o.c., pág.202, o qual apresenta uma lista extremamente deficiente pela omissão e destrinça de vilas, coutos e concelhos, e ainda problemas de transcrição. Por exemplo: onde escreve "couto da Barca da Guarda", deve ler-se Couto de Barrô Daguada", ou ainda "Pereira de Gestao" por Vila de Pereira de Jusaa, etc. Estes erros são repetidos em COSTA, Mário Alberto Nunes - *A Provedoria*..., o.c., pág.54.

[7] Vd.PEREIRA, João Cordeiro - *A renda duma grande casa senhorial de Quinhentos* ..., o.c., p.789.

Conde de Faro e Odemira, passando para a jurisdição de D.Jorge apenas em 1520, por morte daquele [8].

Por outro lado, designava-se Comarca de Aveiro, mas a sede era Esgueira. A escolha desta para cabeça da Comarca, explica-se provavelmente pela sua proximidade de Aveiro, e pelo facto de a jurisdição crime ser da Coroa sendo a cível das freiras de Lorvão [9]. Porém, em 1552, já a Comarca e Provedoria de Esgueira surge sob a jurisdição do Corregedor de Coimbra[10]. A justificação para tal facto reside, certamente, na constituição da Ouvidoria de Montemor-o-Velho, atribuída ao Duque de Aveiro, em 1547 (por carta não passada pela Chancelaria mas confirmada por uma outra de D.Sebastião, datada de 1557) e que levou ao desmembramento da antiga Comarca de Aveiro[11]. Com a nomeação, em 1587, por Filipe II, do Doutor Pedro Aires Botelho para Provedor *"das obras, órfãos, hospitais, confrarias, albergarias, gafarias, e contador das tenças e resíduos da comarca e provedoria dessa vila* [Esgueira], *que ora houve por meu serviço mandar separar da provedoria da cidade de Coimbra"*[12], criam-se dois provedores distintos, mantendo-se, porém, um só corregedor, o de Coimbra.

Efectivamente, num manuscrito de 1640, que indica cidades vilas e lugares das diferentes comarcas do Reino, com a menção dos respectivos vizinhos, ofícios e seus rendimentos[13], referenciam-se algumas terras da

---

[8]Cf. NEVES, Francisco Ferreira - *A casa e ducado de Aveiro, sua origem, evolução e extinção...*, o.c., pags.164 e 166. Id.- *Os Duques de Aveiro..., o.c.*, pág.242.

[9]Vd. LOUREIRO, J.Pinto - *A Comarca de Esgueira...*, o.c., p.201.

[10] OLIVEIRA, António de - *A vida económica...*, o.c., p.15.

[11] NEVES, Francisco Ferreira - *A Casa e Ducado de Aveiro...*, o.c., pág. 171. Id. - *A Formação do Distrito...*, o.c., p.42. A Ouvidoria de Montemor-o-Velho, contava com as seguintes terras: Montemor-o-Velho, Lousã, Torres Novas, Penela, Abiul, Casal de Alvaro, Aveiro, Recardães, Segadães, Brunhido, como se lê em LIMA, Jorge de - *O Distrito de Aveiro na Ouvidoria de Montemor-o-Velho..., o.c.*, pág.265 a 277.

[12] COSTA, Mário Alberto Nunes - *A Provedoria de Esgueira...*, o.c., pág.61, transcreve o documento de 5 de Dezembro de 1587, do ANTT, Chancelaria de D.Filipe I, Doações, Liv.18, fol.14v.

[13]ANTT, Manuscritos da Livraria, n.488. *Relação de cidades, vilas, concelhos e lugares das diferentes Comarcas do Reino, com indicação dos vizinhos, oficios e seus rendimentos, distâncias entre lugares e destes à cabeça de correição*, datado de 1640. Contém as Comarcas ou Provedorias de Lamego, Pinhel, Guarda, Castelo Branco, Porto, Guimarães, Viana, Miranda, Torre de Moncorvo. Este volume é a continuação dum outro que Manuel Hespanha indica na sua tese, "*As vésperas do Leviathan*", ...o.c., vol.1, última página, em adenda. Encontra-se nos Manuscritos da Livraria, com o n.1194, referente às Comarcas ou Terras de Santarém, Tomar, Évora, Beja, Priorado do Crato, Avis, Nisa, Setúbal, Campo de Ourique, Lagos, Tavira, Leiria e Viseu. Os dois livros são provenientes da Livraria do Convento da Graça de Lisboa, com cotas consecutivas, respectivamente, (ANTT, n.488) M-10-32 e (ANTT, n.1194) M-10-33. Estes dois livros corresponderiam a um pedido régio de 20/12/1639, de uma relação de "*cidades, vilas, lugares e concelhos*"de cada comarca, "*com distinção das léguas que há de cada uma à cabeça da correição, e de uns lugares a outros e que vizinhos haverá em cada um deles, e quais são de donatários, com a declaração de seus nomes e da*

Comarca de Coimbra onde apenas entra o Provedor de Esgueira, estando totalmente vedadas à entrada do corregedor de Coimbra. Com efeito, na "*relasao das villas, conselhos e lugares da Provedoria de Esgueira aonde o Corregedor não entra pôr correição*" integram-se Aveiro, Recardães, Segadães, Brunhido, Casal de Alvaro e Bolfear, terras sujeitas ao Duque de Aveiro; da jurisdição da Condessa da Feira: Vila da Feira, Vila de Pereira Jusã com o Couto de Cortegaça, Vila de Ovar, Vila de Cambra e Vila de Castanheira; Couto de Sandim (jurisdição cível das freiras de S.Bento da cidade do Porto), Couto de Crestuma (jurisdição cível do Bispo do Porto), Couto de Cucujães (jurisdição cível dos frades Bentos de Cucujães). Sujeitos à jurisdição cível e crime da Universidade de Coimbra seriam as Vilas de Aguada de Cima, Anadia e Pereiro. Finalmente, uma menção às vilas de Avelãs de Caminho, do Conde de Cantanhede, e às de Bustos e Sorães do Comendador de Ansemil. A Provedoria englobava outras terras ainda, onde o corregedor da Comarca de Coimbra entraria, sem que a fonte as especifique.

A proveniência das tropas alistadas, sete anos mais tarde, pelo Dr.Constantino Correia, corregedor das comarcas de Coimbra e Esgueira, como soldados auxiliares da Guerra de Restauração[14]; remete-nos, de resto, para a mesma trama topográfica traçada jé em 1533 [cf.Anexo 1].

Estes avanços e recuos na determinação dos limites de jurisdição, são, como vemos, uma constante, e sinais de uma teia complicada de poderes privados e das dificuldades sentidas por um Estado em construção em consolidar a sua alçada jurisdicional. Este facto será motivador de dúvidas e conflitos, como os que surgem em 1618, quando se exige aos povos da Comarca de Esgueira a imposição sobre carnes e vinhos, aplicada às pontes, calçadas e cais de Coimbra, suscitando, naturalmente protestos[15]. Os de Coimbra alegavam que há muito as duas comarcas se achavam fundidas,

---

jurisdição que neles tem e quantos oficios há em cada uma, das ditas vilas e lugares e concelhos, e de cuja data e apresentação são, e o que cada um poderá render"

[14] BN -Cod.8569: "Lista de soldados auxiliares-1647". Fonte referida por OLIVEIRA. António de - *A vida económica...*, o.c., vol.1, pag.18, em nota. Sobre o assunto ver ainda POMBO. Padre Ruela - *Comarca de Esgueira, Informaçäo Militar (1647)...*, o.c., p.271 a 275 e COSTA. Eduardo - *"Viriato Trágico"na Comarca de Esgueira, ...*, o.c., pág.27.

[15] LOUREIRO. J.Pinto - *A Comarca de Esgueira...*, o.c., p.203. OLIVEIRA. António de - *A vida económica...*, o.c., p.19, escreve "*pelo menos para fins tributários ao serviço de interesses regionais, as duas comarcas, com áreas e nomes distintos, eram uma só*".

utilizando os mesmos oficiais, enquanto os de Esgueira sustentavam que embora o corregedor fosse o mesmo, tinha de fazer assistência seis meses numa e seis meses noutra, de tal modo que Esgueira continuava a ser sede de uma Provedoria, sendo os funcionários de uma e outra comarca pagos pelos respectivos almoxarifados de Aveiro e Coimbra.

Nos finais do sec.XVII, a conhecida *Corografia* do Padre Carvalho da Costa refere ser constituída a Provedoria de Esgueira pelas Comarcas de Esgueira, onde inclui as vilas pertencentes à Casa de Bragança[16], e a Ouvidoria da Feira[17]. E questiona-se nestes termos: por que é que "*sendo Aveiro vila nobre e notável e das mais populosas de todo o Reino, se não fez nela cabeça de Comarca, senão em Esgueira, vila pequena e sem pre-eminência?*" Pergunta retórica, a que imediatamente responde, e que confirma parte do que dissemos anteriormente: sendo o Infante D.Pedro, Duque de Coimbra e Senhor de Aveiro, uniram-se as duas comarcas, das quais se tornou depois senhor, D.Jorge. Todavia, com a criação do Ducado de Aveiro por D.João III a "*D.João de Lencastre houve de dar-lhe ouvidor de suas terras: ficando as da Coroa e Donatários particulares, como Esgueira e outras, sujeitas (como até hoje são) ao Corregedor de Coimbra; e o Provedor da dita cidade que entrava em todos estes distritos se dizia Provedor das Comarcas de Coimbra e Almoxarifado de Aveiro*"[18]. Assegura, porém, o mesmo autor, que, em 1590, as duas comarcas se teriam dividido, elegendo-se Esgueira como cabeça de Comarca, apesar de Aveiro ter todas as proeminências: o ser vila nobre e notável, ter banco nas Cortes, a ela escreverem os soberanos, aí estarem sediados o Almoxarife executor, o cartório, escrivão e mais oficiais da Provedoria, assim como o Provedor.

Uma provisão régia de 1681, esclarece melhor as competências referidas. Na falta do Provedor de Esgueira serviria o Corregedor de Coimbra, e na de ambos, o juiz de fora da Vila de Aveiro[19]. A conclusão a retirar será a da existência de um Provedor de Esgueira com acção em duas unidades administrativas: a comarca de Esgueira, superintendida pelo corregedor de Coimbra, e a Ouvidoria da Feira, tendo à frente um ouvidor nomeado pelos

---

[16] COSTA. Pe.António Carvalho da - *Corographia Portuguesa e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal..., o.c.*, p.96 e 97.

[17] Id., *Ibid.*. Distingue, o autor, a Comarca de Esgueira da Comarca e Ouvidoria da Feira.

[18] Id., *Ibid.* p.89 e 90.

[19] "*Provisão régia, para que o juiz de fora desta vila sirva de Provedor - 12 de Fevereiro de 1681*", publicada in MADAHIL. A.G.da Rocha - *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos..., o.c.*, v.2, p.253.

Condes da Feira. Um estudo sobre a estrutura administrativa do Condado da Feira no séc.XVII [20] confirma a presença do Provedor de Esgueira amiudadas vezes, devido às suas alargadas competências no domínio das disposições testamentárias, curadoria de órfãos, fiscalização e aprovação de contas concelhias, assim como do Corregedor de Esgueira, que era o mesmo de Coimbra, nos assuntos de ordem judicial e mesmo administrativa.

Em 1689, o "*Promptuário das Terras de Portugal*", disposto e ordenado na Secretaria da Junta dos Três Estados, apresenta uma resenha completa da Provedoria. Trata-se da "*Descrição da Provedoria de Esgueira*"[21], bem semelhante à lista de terras de 1533.

Já no 2ºquartel do séc.XVIII, em 1732, Caetano de Lima, enumera as terras da Provedoria, omitindo as da Ouvidoria da Feira, escrevendo de uma forma um tanto vaga que as terras "*que não são de donatários, e se acham unidas à Coroa, dependem da Correição de Coimbra, assim como o faziam antigamente da Correição de Aveiro*"[22]. Argumenta que, a quando da criação duma correição cuja cabeça era Aveiro, entregue a D.Jorge, filho de D.João II, nomeou-se um ouvidor para ela. Por consequência, várias vilas passaram para a correição e provedoria de Coimbra. No entanto, e segundo a leitura do autor, "*andando o tempo e crescendo mais as povoações, pareceu melhor separarem-se aquelas terras, e formar-se delas uma nova provedoria, para cuja cabeça se escolheu a vila de Esgueira*"[23].

Nas vésperas da criação da comarca de Aveiro, o *Mapa de Portugal* de Baptista de Castro[24], cinge-se à repetição dos dados de Caetano de Lima, com excepção de Esgueira, que localiza na Comarca de Coimbra, numa altura em que Aveiro era já cidade.

---

[20] SILVA, Francisco Ribeiro da - *Estrutura administrativa do Condado da Feira...*, *o.c.*, p.257.

[21] COSTA, Mário Alberto Nunes - *A Provedoria de Esgueira...*,o.c., p.53 a 80. Publica o "*Promptuário das Terras de Portugal*", de Vicente Ribeiro Meireles, de 1689, existente no ANTT, no que diz respeito à provedoria de Esgueira.

[22] LIMA, Luís Caetano de - *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa...*, *o.c.*, vol.2, pág.97 a 110. O autor refere as diferentes terras da Provedoria de Esgueira, acrescentando sem mais pormenores: "*entre estas terras, as que não são de Donatários, e se acham unidas à Coroa, dependem da Correição de Coimbra, assim como o faziam antigamente da Correição de Aveiro*". Nesta lista (como se vê no anexo I), estão integradas terras da Ouvidoria de Montemor-o-Velho como Segadães, Recardães, Brunhido, Casal de Álvaro e Aveiro mas, as da chamada Ouvidoria da Feira, não constam (Cambra, Castanheira, Ovar, Pereira Jusã e Feira).

[23] Id., *Ibid.*, p.98.

[24] CASTRO, J.Baptista - *Mapa de Portugal*,..., o.c., p.59 a 67.

Finalmente, em 1760, foi criada, ou recriada a Comarca de Aveiro. Esta localidade, elevada a cidade em 1759[25], depois do estrangulamento do Ducado de Aveiro, envolvido no atentado ao Rei[26], estava apta a funcionar como centro de comarca, definindo-se-lhe os limites. O documento refere claramente: "*fui servido extinguir a Ouvidoria da Vila de Montemor o Velho, e erigir essa Vila de Aveiro em cidade e cabeça de Comarca[...]; e o Provedor que até agora se intitulava de Esgueira, fica de hoje em diante sendo Provedor da Cidade de Aveiro, sendo o distrito da sua Provedoria o mesmo que até agora foi, por não haver mudança alguma nas vilas do seu distrito e somente na sua denominação*"[27]. Aveiro fora, até então, um dos poucos centros urbanos a não pertencer à Coroa, passando assim, desde a sua inserção na jurisdição régia, a assumir o papel de centro da Comarca e Provedoria.

Entretanto, a Ouvidoria da Feira, que em 1700, depois de o último Conde, D.Fernando Forjaz Pereira, ter falecido sem descendência, vagou para a Coroa e foi integrada na Casa do Infantado a 10 de Fevereiro de 1708[28]. Era constituída por Vila da Feira, Ovar, Macieira de Cambra, Castanheira do Vouga, Pereira Jusã e Couto de Cortegaça. Além destas terras, ainda os Coutos de Cucujães, Crestuma e Sandim, pertencentes à Ouvidoria, mas não à Casa do Infantado, embora ligados a esta pelo facto de se servirem de oficiais do provimento daquela, com a excepção dos juízes ordinários, de nomeação dos respectivos donatários[29].

Finalmente, por carta de lei de 19 de Julho de 1790 e alvará de 7 de Janeiro de 1792, foram os ouvidores substituídos por corregedores de nomeação régia, e redefinidas as comarcas, de modo que as terras das

---

[25] Cf. MADAHIL, A.G. da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., p.586.

[26] Id., *Ibid.*, p.583: Sessão do Senado de Aveiro, lamentando os acontecimentos relacionados com o atentado ao rei.

[27] Carta régia de 19 de Setembro de 1760, publicada in MADAHIL, A.G. da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., pág.592. As vilas da nova Comarca eram as seguintes: "*Esgueira, Ilhavo, Arada, Soza,Vagos, Frossos, Pinheiro, Angeja, Estarreja, Fermedo, Bemposta, Trofa, Serém, Vouga, Aguieira, Préstimo, Assequins, Recardães, Segadães, Casal D'Álvaro, Brunhido, Avelãs de Cima, Sangalhos, Ferreiros, S.Lourenço do Bairro, Couto de Esteves, Paredes, Ois do Bairro, Oliveira do Bairro[...]e ainda que algumas destas vilas pertencessem até ao presente à Correição de Coimbra, lhe fica esta diminuição recompensada com as mais vilas que foram da Ouvidoria de Montemor-o-Velho*".

[28] ANTT, MR, CF, maço n.294 "*Fundação e Regalias da Serenissima Casa e Estado do Infantado dos Reinos de Portugal e Algarves*, por Francisco Xavier de Lemos, 1826". ANTT, Casa do Infantado, C.17, n.235, "*Notícia Histórica da Casa do Infantado, feita a 18 de Setembro de 1830, pelo Dr.Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque*". Ainda os trabalhos de LOURENÇO, Maria Paula Marçal - *A Casa do Infantado: perspectivas de estudo de um património senhorial...*, o.c., v.2, p.821 a 839. Id. - *A Casa e o Estado do Infantado, 1654 a 1706...*, o.c., .

[29] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira - 1801...*, o.c., p.234 e 235.

ouvidorias extintas ficassem pertencendo às comarcas mais próximas[30]. A rainha prescrevia, assim, a total abolição das ouvidorias e isenções de correição, concretamente as da Casa das Rainhas, Casa de Bragança e Casa do Infantado[31], três senhorios com significativa implantação na Provedoria de Aveiro, como mais à frente iremos ver.

Não seria totalmente bem recebido tal alvará, sobretudo no que dizia respeito ao Almoxarifado de Eixo. Este transitara em 1680 para a posse da Casa de Bragança, depois da morte do 6ºConde de Odemira, sem descendência, e por as terras pertencentes a este Almoxarifado não terem sido confirmadas ao 7ºConde. como as restantes da Casa de Odemira[32]. O Almoxarifado de Eixo compunha-se das vilas e concelhos de Eixo, Ois da Ribeira, Paos, e Vilarinho do Bairro[33]. Ora, apesar do disposto nas providências legislativas de 1790 e 1792, estas nunca tiveram inteira execução no que diz respeito ao Almoxarifado de Eixo, porque, ficando-lhe mais próxima a comarca de Aveiro, continuaram as suas terras a pertencer à comarca de Barcelos, exceptuando somente a parte da freguesia de Águeda, que o citado alvará de 7 de Janeiro de 1792 mandou expressamente anexar à comarca mais vizinha[34].

Os limites da Provedoria sofreram uma última alteração, quando a Vila e Comarca de Mira, da Casa das Rainhas, provavelmente a partir de 1770, passou a integrar a Provedoria de Aveiro[35] [mapa 1]. E se até então era o Corregedor de Coimbra que ali entrava como ouvidor da Rainha e não

---

[30] MIRANDA, J.C. de - *Dissertação histórico-jurídica em defeza dos povos do extincto almoxarifado d'Eixo...*, o.c., p.7

[31] SANTOS, José António - *Regionalização, processo histórico...*, *o.c.*, p.48.

[32] GOMES, Marques - *O Distrito de Aveiro...*, *o.c.*, pág.168. HESPANHA, António - *As vésperas do Leviathan...*, o.c., 2ºvol., pág.91.

[33] BNL-Cod.678/1801-*Relacção das Igrejas, Comendas, Alcaiadarias-Mores, Lugares de Letras...da Casa de Bragança-feita no anno de 1680 e copiada em 1844*: fol.31- Vilas que por morte do Conde de Odemira tornaram ao Estado de Bragança.

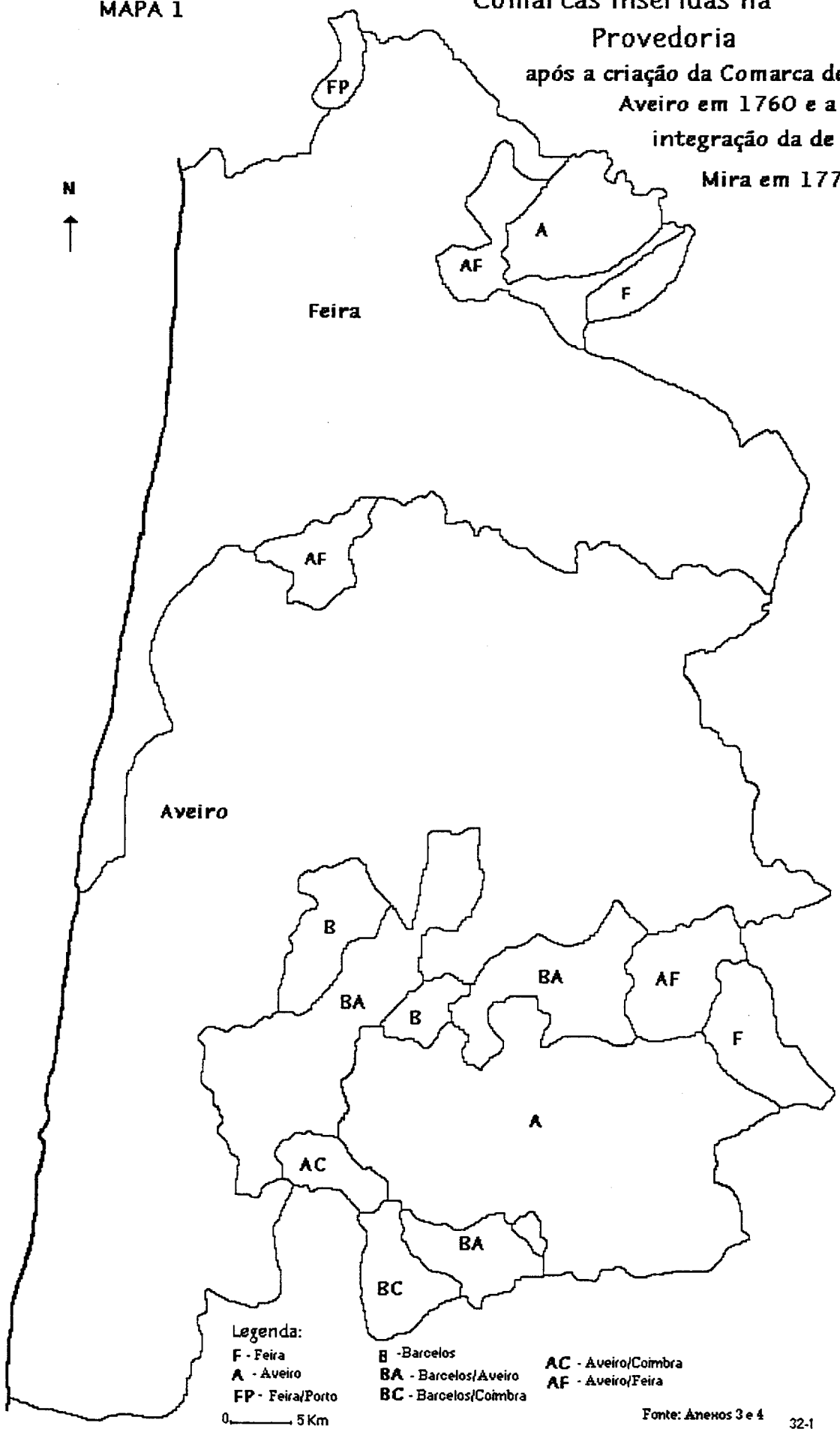
[34] MIRANDA, J.C. - *Dissertação histórico - juridica* ..., o.c., p.7.

[35] ANTT-Casa das Rainhas, maço 391, Cx.2, L.22 - *Descripção Statistico - Geografica das terras da Real Casa e Estado*, por José Joaquim Leal, 1823.Pelo menos o levantamento de Pina Manique, de 1789 já refere Mira dentro da Comarca de Aveiro. Desde 25/1/1770 que a Casa das Rainhas, que até 1769 tinha administração independente, passou, por ordem do Marquês de Pombal a ser administrada pelo Erário Régio; sobre o assunto ver in *Dicionário de História de Portugal...*, *o.c.*, vol.5, pag.231: "Casa das Rainhas"; e ainda BENEVIDES, Francisco da Fonseca - *Rainhas de Portugal. Estudo histórico...*, *o.c.*, t.1, p.37, onde se explica que a partir de 25/1/1770 passou a Casa das Rainhas a ser administrada pelo Erário Régio, sendo as receitas integradas no Erário, e as Despesas pagas segundo o determinado por decretos e ordens da Rainha..

MAPA 1

Comarcas inseridas na Provedoria

após a criação da Comarca de Aveiro em 1760 e a integração da de Mira em 1770



Fonte: Anexos 3 e 4

como corregedor[36], a partir da criação da Comarca Aveiro, estas funções transitaram para o respectivo corregedor, tanto mais que pertenciam igualmente, àquela Casa as rendas do pescado e os direitos reais da cidade de Aveiro[37].

Finalmente, em 1801, as "*Taboas Topograficas e Estatísticas de todas as Comarcas de Portugal*", apresentam estas rectificações administrativas, distinguindo, dentro da Provedoria de Aveiro, as terras das diferentes jurisdições: Casa do Infantado-Comarca da Feira, Casa de Bragança-Comarca de Barcelos, e Comarca de Aveiro [38].

É este, enfim, o espaço histórico da Provedoria de Esgueira/Aveiro que se constitui em inícios de XVI, que sofre vicissitudes ao longo do tempo, mas cujos limites, grosso modo, se mantêm. No seu interior os contornos das comarcas oscilam, as vilas, coutos e concelhos são um mosaico descontínuo, e sobretudo as unidades mais simples, as paróquias, dividem-se entre jurisdições, num "puzzle" difícil de reconstituir. Tentaremos assim estabelecer vários quadros que definam o espaço da Provedoria a vários níveis: comarcas, vilas e seu termo, dioceses e freguesias.

B - Rede de unidades administrativas: unidades senhoriais e da Coroa - a manta retalhada

O espaço histórico da Provedoria de Aveiro apresenta as características típicas da organização administrativa do Antigo Regime, entre as quais a pulverização jurisdicional que se traduz numa descontinuidade territorial, persistindo até às reformas de XIX, apesar da forte contestação, desde finais do séc.XVIII, contida em várias propostas de espíritos racionalizadores[39]. A.Hespanha aponta, como exemplo chocante, de dispersão

---

[36] HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan*..., o.c., v.2, p.80.

[37] Em 1764, foi passada uma carta de propriedade do cargo de Almoxarife do pescado e direitos reais de Aveiro, e rações de Mira a João Rangel Varela de Quadros, de Aveiro, sendo o corregedor desta cidade a dar-lhe posse do dito cargo, como se vê em MADAHIL, A.G. da Rocha - *Milenário de Aveiro*..., o.c., vol.2, pág.593.

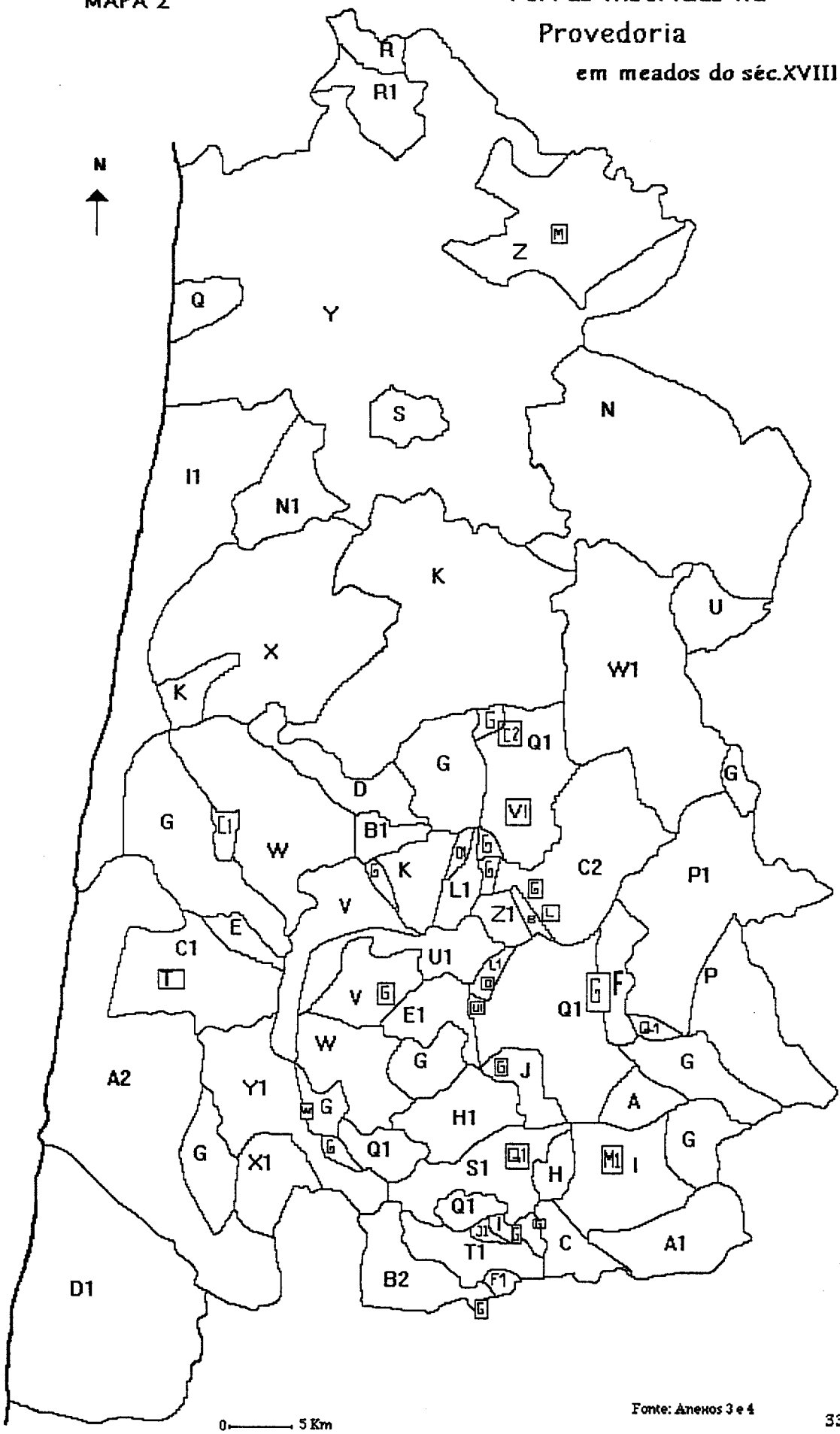
[38] *Taboas Topograficas e Estatisticas de todas as Comarcas de Portugal, e das terras de cada huma em Ordem Alfabética. Com a Povoação existente no Anno de 1801*, in "Subsídios para a História da Estatística em Portugal"..., o.c.

[39] HESPANHA, A. Manuel - *As vésperas do Leviathan*..., o.c., p.130.

MAPA 2

Terras inseridas na Provedoria

em meados do séc.XVIII



Fonte: Anexos 3 e 4

territorial no séc.XVII, precisamente a comarca de Aveiro[40], que, como veremos, assim se manterá até finais do séc.XVIII, embora em meados do século Pombal tenha introduzido algumas medidas que "arrumaram", de uma melhor forma, aquele espaço, sinal de uma alteração nas relações entre espaço e poder.

Como já verificámos no ponto anterior, a Provedoria abrangia quatro comarcas [cf.mapa 1]: a de Esgueira/Aveiro, a ouvidoria /comarca da Feira, algumas terras da comarca de Barcelos (desde 1680), e ainda a comarca de Mira (desde 1770). Se se torna chocante a quantidade de territórios desenhados neste espaço, cerca de 53 [cf.Anexos 2, 4 e 5], a verdade é que só na comarca de Aveiro se contam 40 terras, dificultando a sua reconstituição num e desnho num mapa claro. Dificuldade agravada, de resto, pela fragmentação das unidades mais simples, que são as paróquias, pelas diferentes vilas, concelhos e seus termos. O mapa 2 evidencia essa extrema pulverização de poderes, que transformam este espaço numa autêntica "manta de retalhos". A inventariação nele efactuada leva-nos a perceber as tentativas de intervenção do poder central, num reordenamento do território. No que a este aspecto se refere podemos considerar quatro momentos ao longo do séc.XVIII:

- o primeiro em 1708 com a integração da Casa da Feira, então vaga, na Casa do Infantado, que conquanto fosse pertença dos filhos segundos do rei, alargava o património da própria família real e, indirectamente, o controlo desses espaços pela coroa, impedindo-se que passasse para a posse de donatários[41].

- o segundo em meados do séc.XVIII(1760), quando foi criada a comarca de Aveiro, a partir da extinção da ouvidoria de Montemor-o-Velho, e

---

[40] Id., *Ibid.*, p.131.

[41] Este objectivo, num contexto pós Restauração, teria presidido à criação da Casa do Infantado, em 1654, como estudou LOURENÇO, Maria Paula Marçal - A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706..., o.c., p.25 a 44, como bem sintetiza na página 32 e 33: " *Na impossibilidade de levar a efeito uma racionalização geográfica do território português, submetido a vários enquadramentos político-institucionais (o senhorio, o município, a administração régia), expressão de interesses divergentes e, por vezes, em conflito, parece ter havido a noção mais ou menos formalizada, de que através da dependência de grandes manchas territoriais da administração de casas da família real era possível diminuir a assimetria do património territorial da Coroa. Poder-se-ia designar por 'centralização possível' a esta criação simultânea de unidades governativas autónomas, mas supervisionadas, em última instância, pelo monarca.* "

do processo de liquidação da Casa de Aveiro, cuja cabeça era a vila de Aveiro (a partir de então, cidade), passando para a Coroa uma fatia significativa de territórios. Com estes processos se construiu um espaço mais homogéneo do ponto de vista jurisdicional e se atribuiu a Aveiro um papel administrativo central, reforçado ainda por outras intervenções que a seu tempo veremos: a criação da Diocese, as obras para melhor navegabilidade da barra, o fomento da indústria, entre muitas outras;

- o terceiro, foi a anexação da Comarca de Mira, em 1770, que passou a depender do corregedor de Aveiro, e não mais do de Coimbra[42], podendo-se interpretar esta anexação como uma forma de equilibrar a presença régia, através de uma parcela territorial que não sendo da administração da Coroa, era-o indirectamente, da família real, através da rainha;

- o quarto, mais de ordem administrativa, foi o reordenamento dos territórios em 1792, que apenas levou à integração de toda a freguesia de Águeda no termo de Aveiro, como explicitamente a lei determinava.

Estas intervenções do poder central não são, no entanto, exclusivas deste espaço histórico. Inserem-se num processo de rementalização política da sociedade e reestruturação do Estado[43], que se concretizaram, entre outras acções, na criação de novas cidades, comarcas e dioceses[44]. É, sem dúvida, num contexto de tensões político-sociais, que se integra o processo da extinção da Casa de Aveiro (e outras casas ligadas ao atentado régio), corporizando as novas relações centralização/descentralização, ou seja, a concentração do poder da Coroa, assumindo atribuições até então

---

[42] Veja-se o ponto anterior, e leia-se ainda em ANTT-Casa das Rainhas, maço 391, Cx.2, L.22, - *Descripção Estatistico - Geografica...*, 1823, manuscrito citado, f.59 "*encravada na Comarca de Aveiro, a qual tão somente comprehende o Concelho e Vila de Mira, cuja freguesia he situada na estrada que segue ao longo da costa da Figueira para Aveiro.[...].Nesta comarca tem alçada o corregedor de Aveiro, por Carta das Senhoras Rainhas e he ordinario o juiz do Concelho*";

[43] DIAS, Sebastião Silva - *Pombalismo e Teoria Política...*, o.c., p.69.

[44] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal [1750-1807]...*, o.c., v.6, p.112. Receberam o foro de cidades, 5 localidades: Aveiro, Penafiel, Castelo Branco, Pinhel e Vila Nova de Portimão, que correspondeu à necessidade de criar novos bispados, sem grande futuro. Bispados de Beja, Penafiel (antiga vila de Arrifana de Sousa, depois cidade e comarca de Penafiel), Pinhel, Castelo Branco, Portimão e a desanexação da Diocese de Bragança da de Miranda do Douro.

periféricas, de fiscalidade, justiça, defesa, cultura e economia, que se traduzem num redimensionamento do espaço nacional[45].

Os próprios teóricos coevos definiam como instrumento do Estado Moderno *"a autoridade que os Princepes tem para estabelecerem e proverem os meios, e subsídios, que facilitem, e promovão a observância das suas Leis. Os meios são principalmente a cultura das disciplinas, o aumento da População, a saúde dos povos, o Comércio, a Agricultura, as manufacturas"*[46]. Esta concepção de administração activa significou o assumir de tarefas até então próprias dos corpos periféricos, dos senhorios ou dos municípios[47], e é expressão de uma nova mentalidade de tipo claramente iluminista motivada pela dinamização de leis que proporcionassem o bem-estar público e privado e eliminassem as deficiências que obstavam ao desenvolvimento da sociedade[48]. O projecto de constituição de um território unificado e integrado do ponto de vista político-administrativo confrontava-se, porém, com uma rede burocrática pouco densa e mal articulada, que tornava a extensão da alçada do poder central mais simbólica que real, resultando numa centralização teórica, que contrastava com a pulverização prática do poder[49]. Em suma, toda uma discussão se desenvolveu em finais do séc.XVIII, acerca dos poderes concelhios e senhoriais, tidos como incompatíveis com a construção de um espaço político-administrativo e

---

[45] HESPANHA, A. Manuel - *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime...*, o.c., p.63 a 64: *"no plano institucional concreto, a absolutização e concretização do poder processa-se através da assunção progressiva pela Coroa de atribuições até aí periféricas:a fiscalidade [...], justiça [...] defesa [...], cultura [...], economia". "A política de integração, segue portanto duas vias: por um lado, a de, através da doutrina do primado da lei, submeter os direitos particulares dos corpos periféricos [...]; por outro lado, limitando a liberdade doutrinal dos juristas, o poder vinculante das decisões dos tribunais [...], a eficácia do costume e a vigência do direito comum, a de acabar com a partilha da ordem jurídica e conferir ao direito régio a plenitude da sua vigência. Para completar, um retoque ideológico [...] a ideia de 'código'..."*.

[46] SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa - *Prelecções do Direito Pátrio, público e particular...1793*, in "Poder e Instituições..., o.c.", p.422.

[47] HESPANHA, A.Manuel - *Poder e Instituições...*, o.c., p.72.

[48] ASTUTI, G. - *O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de Polícia*, in "Poder e Instituições...,o.c.", p.252.

[49] Aspectos focados por HESPANHA, A. Manuel - *Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime...*, o.c., p.55. e COELHO, M.Helena Cruz, MAGALHÃES, J.Romero - *O Poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de história social, ...*, o.c., p.32-33. Como factores de entrave ao poder central estariam a rede burocrática e enormes distâncias em tempo de percurso, mas igualmente a grandeza de ratio habitante/ofício que se torna flagrante na comarca de Esgueira, por dois factores: abundância de coutos e honras "*em que as estruturas do oficialato estavam involuídas em relação ao estádio concelhio*" e "*pelo dinamismo demográfico destas zonas durante os séculos XVI e XVII*".

económico, homogéneo e coerente, do qual resultou, entre várias medidas, a intervenção na limitação das correições[50].

Na sequência deste movimento de reflexão e intervenção concreta, dois manuscritos se revelam nucleares no desenhar da Provedoria de Aveiro ou pelo menos de parte dela. Referimo-nos à "*Descrição da Comarca da Feira... em 1801*", e a uma "*Notícia sobre as Comarcas -1798/1803*"[51]. O primeiro é fruto do trabalho do Corregedor da Feira, Columbano Pinto Ribeiro de Castro, bem conhecido pelo facto de ter sido igualmente autor da descrição da Província de Trás-os-Montes[52]; o segundo é de um anónimo, que projecta, para todo o Reino, uma nova organização administrativa, com a nítida preocupação de simplificar os contornos das circunscrições administrativas, evitando a partilha das freguesias por vários termos.

Conjugando estas fontes com o conhecido "*Censo de Pina Manique*" de 1798[53], e comparando com os dados preciosos e minuciosos que as *Memórias Paroquiais* nos fornecem, tentámos observar a organização do espaço da provedoria ao longo do séc.XVIII [ver Anexos 2, 3 e 4, e mapas 1 e 2].

A partir destas fontes, algumas constatações tornam-se claras:

1. A relativa homogeneidade da ouvidoria/comarca da FEIRA, espaço contínuo, com excepção do enclave, na comarca de Aveiro, da vila de Castanheira. Isso mesmo se infere da primeira fonte referida, segundo a qual, "*a villa da Feira he a Capital da Comarca que fica central a todas as Villas e Coutos de que se compõem as quaes lhe estão em boa proporção a excepção da Castanheira que dista nove légoas entrexassadas nas Comarcas de Aveiro, e Vizeu, confina esta Comarca pelo Nascente com a do Porto, e Rio Douro, Norte com Lamego, Sul Aveiro, e Poente com o Mar*"[54]. O espaço desenhado (ver mapa 3), mostra a "centralidade" da Vila da Feira. As restantes vilas seriam Cambra, Ovar, e os Coutos de Cortegaça, Sandim,

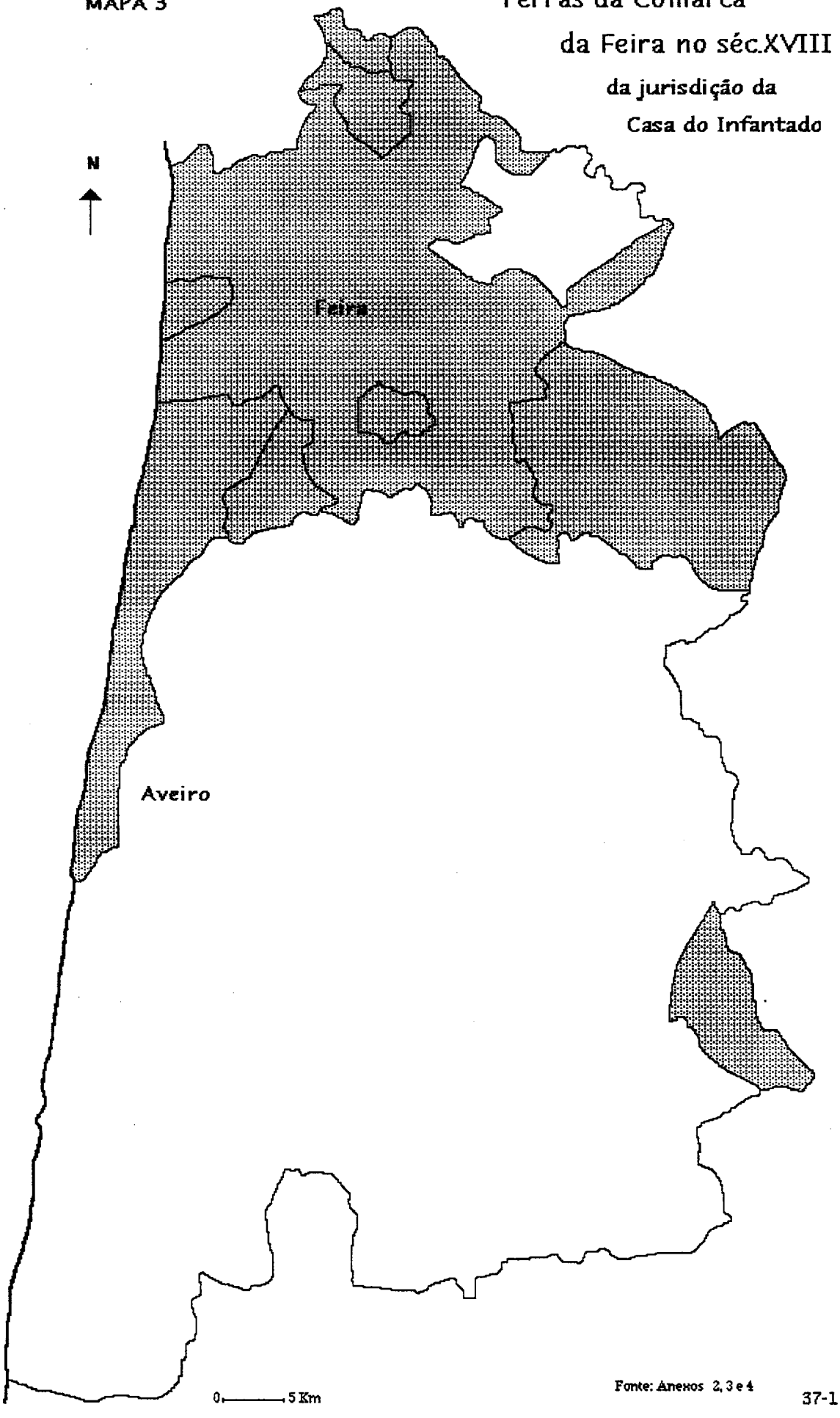
---

[50] MENDES, José Maria Amado - *Trás-os-Montes nos fins do séc.XVIII, segundo um manuscrito de 1796..., o.c.* Nesta publicação faz, o autor, um apanhado de manuscritos publicados e publicáveis.
[51] Vide, respectivamente, AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...*,o.c., no qual se publica e critica o manuscrito; e BAJ, ms.54-V-26:"*Notícia sobre as Comarcas -1798/1803*".
[52] MENDES, José Maria Amado - *Trás-os-Montes nos fins do séc.XVIII...*, o.c.
[53] SERRÃO, J.Veríssimo - *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique..., o.c.*
[54] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...*, o.c., p.265.

MAPA 3

Terras da Comarca da Feira no séc.XVIII

da jurisdição da Casa do Infantado



Fonte: Anexos 2, 3 e 4

Crestuma e Cucujães; vila de Pereira Jusã, e a vila de Oliveira de Azeméis a partir de inícios de 1799[55] reunindo parte do antigo termo da Vila da Feira.

Quatro freguesias são meeiras da Comarca de Aveiro: Avanca, Escariz, Romariz e Vale. A primeira, de S.Marinha de Avanca, pertencia simultaneamente ao termo da Vila de Estarreja, Comarca de Aveiro, e ao termo da Vila da Feira (depois de Oliveira de Azeméis). S.André de Escariz e S.Isidoro de Romariz inseriam-se quer no Concelho de Fermedo, da Comarca de Aveiro, quer na Comarca da Feira, estando Romariz no termo da Vila da Feira, e Escariz igualmente no mesmo termo, que a partir de 1799 formou termo de Oliveira de Azeméis. S.Maria do Vale, era também do Concelho de Fermedo e da Comarca da Feira.

A vila de Pereira Jusã, de limites imprecisos, abrangia, de forma indeterminada, parte das freguesias de Ovar, S.Vicente da Pereira e Válega. Disponde de juiz ordinário, foi todavia completamente ignorada no citado Censo de Pina Manique, muito provavelmente pelo esvaziamento progressivo de poderes motivado pela influência crescente da vizinha vila de Ovar[56].

Finalmente, algumas freguesias estavam repartidas por vários termos. Citemos como exemplo a de Olival, dividida entre o termo de Feira e Coutos de Crestuma e Sandim[57]. A vila de Castanheira, por sua vez, era, como vimos, um enclave na Comarca de Aveiro e reduzia-se à freguesia de Agadão e parte da de Castanheira[58].

---

[55] Esta é a datação de Columbano de Castro, cf. AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...*, o.c., p.269, a 5 de Janeiro de 1799, embora em ANTT-MR-CF, maço n.294, "*Fundação e Regalias da Serenissima Casa e Estado do Infantado dos Reinos de Portugal e Algarves, de 31 de Agosto de 1826 por Francisco Xavier de Lemos*", se refira a elevação a vila em 31 de Março de 1800.

[56] Tornou-se comum, como notou OLIVEIRA, P.Miguel de - *Válega, memória histórica e descritiva..., o.c.*, p.119, confundir Pereira Jusã com a antiga freguesia de S.Vicente da Pereira; ora Pereira Jusã foi sempre um lugar da freguesia de Válega, enquanto S.Vicente da Pereira, só em parte, teria sido do seu termo. Ainda como confirmação das dificuldades dum desenho aproximado dos seus limites veja-se o que se escreveu em AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801...*, o.c., p.239 e 274.

[57] Parte desta freguesia era ainda do termo do Porto, por entrar no Couto de Pedroso, como revela a respectiva M.P., ANTT, v.26, f.153.

[58] No séc.XVII, o Condado da Feira seguia de perto o espaço apontado, embora não se refira a Vila de Castanheira, como se pode ler em, SILVA, Francisco Ribeiro - *Estrutura Administrativa do Condado da Feira no séc.XVII..., o.c.*, pág.255-271: "*integrava o núcleo das freguesias que actualmente compõem o Concelho de Santa Maria da Feira. Faziam ainda parte dele as vinte freguesias que em 1799 foram desmembradas para constituir o Concelho de Oliveira de Azeméis, e posteriormente o de S.João da Madeira. Incluía ainda os Coutos de Cucujães, Lever, Crestuma, Sandim e Cortegaça. Ia até ao mar, através das freguesias dos actuais concelhos de Espinho e Ovar. Prolongava-se até à margem esquerda do Douro, não só pela freguesia de Canedo, como hoje, mas também pelas freguesias de Lever e Crestuma e parte da de Olival, cujo porto de Arnelas lhe*

Lembremos que a Casa da Feira, senhora de todo este espaço, foi integrada, como vimos, na Casa do Infantado, por decreto de 10 de Fevereiro de 1708[59], de D. Pedro II e após a morte, sem descendência, do último Conde da Feira, D.Fernando Forjaz Pereira, em 1700[60]. A Casa do Infantado fora instituída por João IV, com as mesmas prerrogativas da Casa de Bragança, sendo administrada pela respectiva Junta, criada em 1704, interrompida em 1748 ao passar para o Conselho Real da Fazenda, mas recriada por decreto de 28 de Novembro de 1749[61].

Lembremo-nos que eram da jurisdição cível de outros senhorios o Couto de Cucujães, Couto de Sandim e Couto de Crestuma. Do primeiro era donatário o Convento de Beneditinos da mesma localidade, do segundo as Freiras Beneditinas do Porto, e do terceiro a Mitra do Porto, servindo-se dos oficiais da justiça e fazenda da Vila da Feira ou de Oliveira de Azeméis[62] . Estes Coutos eram da jurisdição crime do Conde da Feira, até à extinção dos Coutos em 1692, limitada por lei de 1703, e só abolidos, definitivamente, por volta de 1790[63].

A organização administrativa deste espaço era encabeçada pelo Ouvidor/Corregedor, com assento na Vila da Feira. A administração da Casa do Infantado dava provimento aos juízes de fora, assim como aos ordinários de Cambra, Castanheira, Cortegaça e Pereira Jusã, e nomeava, de igual modo, por alvarás anuais, os cargos de vereadores e procuradores, tendo em conta as eleições trienais que nas ditas terras se faziam. Nomeava ainda os oficiais da justiça e fazenda de sua administração, com excepção dos ofícios de sisa e Alfândegas. Provia todos os postos de ordenança (capitães-mores, sargentos-mores, capitães, alferes e ajudantes)[64] . Deste modo se poderá falar numa

---

pertencia. Entrava ainda em cunha pelo actual concelho de Arouca, através das freguesias de Escariz e Mansores, e incluía a chamada Terra de Cambra (Macieira de Cambra, hoje Concelho de Vale de Cambra)".

[59] ANTT-Casa do Infantado, n.235, "Notícia Histórica da Casa do Infantado", feita a 18 de Setembro de 1830, pelo Dr.Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque, fol.5. O outro manuscrito que serviu certamente de modelo, se não mesmo de cópia a este: ANTT-MR-CF, maço n.294, "*Fundação e Regalias da ...*" d.c.;

[60] CARDOSO, Aguiar - *O Castelo da Feira, ...*, o.c., p.29.

[61] ANTT-Casa do Infantado, n.235, doc.cit.

[62] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...*, o.c., p.280-282.

[63] *Dicionário de História de Portugal...*, o.c., v. 2, p.224 "Couto". COSTA, Mário Alberto Nunes-*A Provedoria de Esgueira...*, o.c.,: nas págs.74 em diante descreve as terras da Casa da Feira, ou que lhe estavam ligadas pelo direito de jurisdição crime.

[64] ANTT- Casa do Infantado, n.235, doc.cit., f.5 e segs.

certa homogeneidade administrativa, visto todos os territórios estarem intimamente ligados a uma ou duas cabeças principais: Feira e, desde finais do século, Oliveira de Azeméis.

2. O enclave da comarca de Barcelos, designado por ALMOXARIFADO DE EIXO, estava ligado à Casa de Bragança. Compunha-se da Vila e Concelho de Eixo, da Vila e Concelho de Ois da Ribeira, da Vila e Concelho de Paus, e da Vila e Concelho de Vilarinho do Bairro (mapa 4). Segundo José Correia de Miranda "a *Vila de Eixo que era a cabeça de todo o julgado, tinha juiz de fora que exercia jurisdição nas quatro indicadas vilas e seus termos; havendo também em cada uma delas uma Câmara Municipal, cujo vereador servia também de juiz nos impedimentos ou ausências do juiz de fora. Está situada a Vila de Eixo, na margem esquerda e ao poente do rio Vouga pouco abaixo do ponto onde começa a confluência deste com o rio Agueda e Cértima; distando d'Aveiro cinco a seis quilómetros para o nascente*"[65].

Pertencendo à Comarca de Barcelos, o seu ouvidor era nomeado pela Sereníssima Casa de Bragança, para exercer todos os actos próprios de um corregedor, e apesar da Carta Régia de 19 Julho de 1790, e alvará de 7 de Janeiro de 1792, no sentido dum reordenamento das jurisdições, o Almoxarifado de Eixo continuou a pertencer à distante Comarca de Barcelos. Entre os privilégios da Casa de Bragança contava-se o de, sem licença do Duque, não se executavam nas suas terras as ordens dos Tribunais, e nem ainda as do próprio Rei[66]. Assim aquela Casa exercia, nas terras do Almoxarifado, todos os poderes jurisdicionais, nomeando as Justiças, Câmaras e outros funcionários, cujos diplomas se passavam por despacho da Junta do Desembargo da mesma Casa.

---

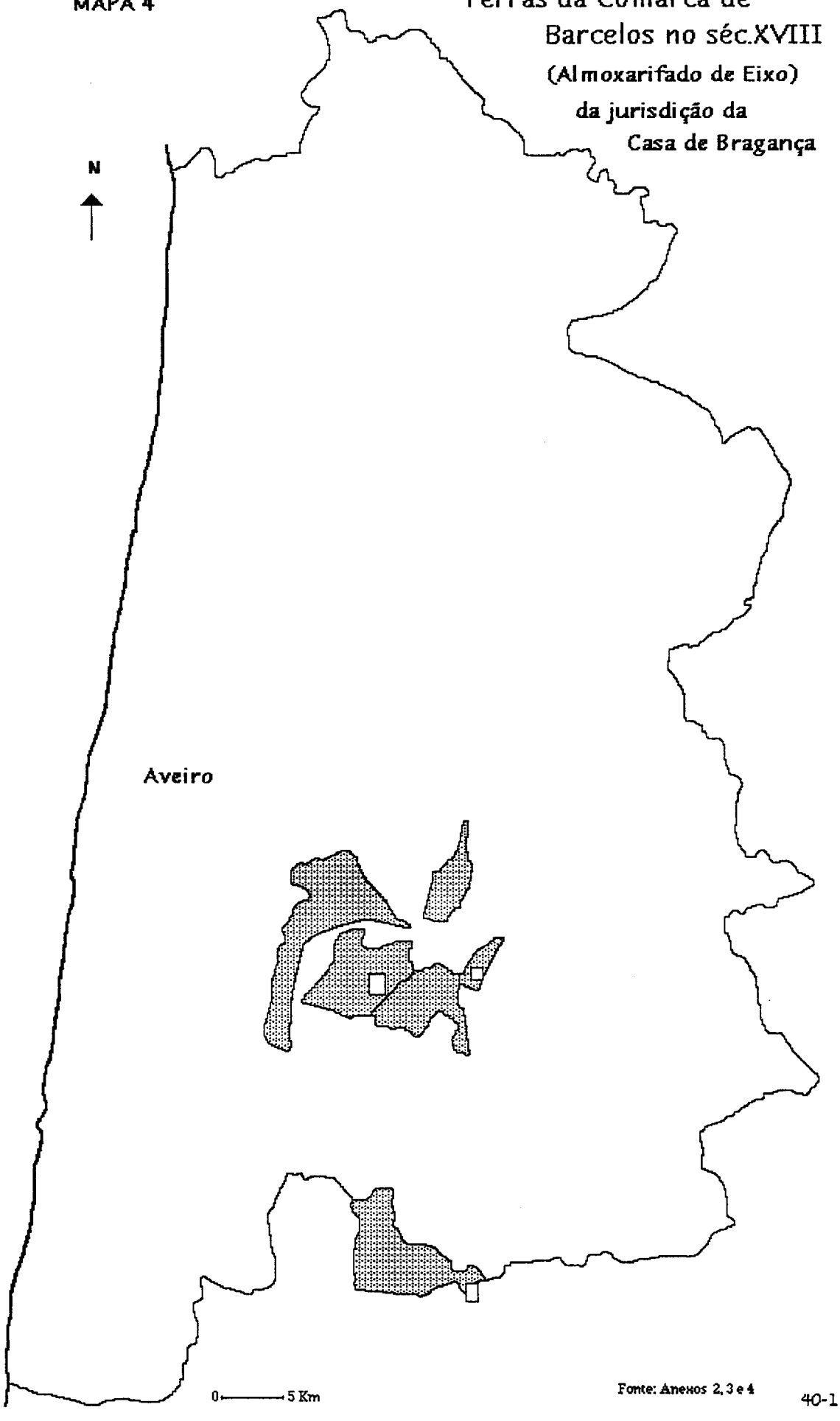
[65] MIRANDA, José Correia de - *Dissertação histórico-jurídica em defeza dos povos do extincto almoxarifado d'Eixo...*, Porto, 1866, p.5. Segundo FERRÃO, F.A.F.Silva - *Tractado sobre Direitos e encargos da Serenissima Casa de Bragança...*, o.c, p.119: " *a instituição política de património para os primogénitos foi uma determinação superveniente que vinculou a Casa a esse encargo; mas que a não destruiu, nem a incorporou na Corôa, antes teve por fim a conservação da mesma Casa, e a sua perpetua separação da Corôa*"; e compara, na pág.120: "*na Casa do Infantado* [onde se inseriu a Casa da Feira], *os bens, por effeitos do Poder Real, supremo e absoluto, podiam ser alienados, e portanto hypothecados especialmente porque nunca perderam a qualidade de bens publicos, desde a instituição da mesma Casa. Não assim, porém, na Sereníssima Casa de Bragança, em vista da Carta Patente de 27/10/1645, devendo intervir a authoridade das Côrtes, para se conceder a necessaria licença - e ainda assim, ficando salva a indemnisação, no que fosse de propriedade particular, que, nem o Rei, nem as Côrtes, podiam prejudicar, sem espoliação*".

[66] MIRANDA, José Correia de - *Dissertação histórico-jurídica...*, o.c., p.8.

MAPA 4

Terras da Comarca de Barcelos no séc.XVIII

(Almoxarifado de Eixo) da jurisdição da Casa de Bragança



Fonte: Anexos 2, 3 e 4

Atente-se em que o domínio da Casa de Bragança se estendia à generalidade do terreno: *"os seus marcos eram os marcos dos concelhos do Almoxarifado; e dentro da área deles fazia seu todo o terreno que não tinha outro Senhorio particular; a ponto de os seus almoxarifes e justiças lançarem foro aos terrenos tomados ao alvéolo do rio Vouga, quando reduzidos à cultura pelos possuidores das terras confinantes com o mesmo rio"*[67].

3. A criação da COMARCA DE AVEIRO, em 1760, foi, como já vimos anteriormente, a grande alteração de meados do século. Era composta, em finais do séc.XVIII, por uma cidade e 35 vilas e concelhos, das 40 terras enunciadas para inícios do século. Algumas desapareceram provavelmente por se terem, entretanto, integrado noutras. Tal é o caso de Cabeçais, no concelho de Fermedo, e Couto de Pereiro em Avelãs de Cima, e ainda Segadães incluído no concelho de Recardães, que igualmente envolvia Casal Alvaro e Brunhido [ver anexos 4 e 5].

Constata-se, rapidamente, a grande partilha deste espaço por diferentes senhorios (cf. mapas 1 e 2), acrescida da repartição a que algumas freguesias estavam votadas, como é o caso de Águeda, Sosa, S.Lourenço do Bairro e Valongo do Vouga, entre muitas outras. Como nota curiosa, retiramos o facto de alguns concelhos actuais corresponderem ao somatório de várias circunscrições do tempo. Por exemplo, o actual concelho de Águeda, correspondia, na antiga divisão territorial, a 14 concelhos ou julgados: Aguada de Cima, Aguieira, Assequins, Barrô, Brunhido, Casal Álvaro, Castanheira do Vouga, Óis da Ribeira, Préstimo, Recardães, Segadães, Serém, Trofa e Vouga[68]. No território que hoje ocupa o concelho de Anadia existiam os seguintes concelhos inteiros: Sangalhos, Avelãs de Cima, Ferreiros, Vilarinho do Bairro, S.Lourenço do Bairro, Aguim, Vila Nova de Monsarros (estes dois da comarca de Coimbra), Avelãs de Caminho, Anadia, Mogofores, Ois do Bairro, Paredes do Bairro e...Pereiro! Ao todo treze!. A esta sub-divisão acresce ainda uma outra *"no meio desses concelhos havia ainda povoações encravadas*

[67] Id., *Ibid.*, p.9.
[68] PORTELLA, Adolpho - *Agueda*....o.c., p.105.

pertencentes a outros distantes. Assim a chamada ouvidoria de Boialvo, [...] era do concelho de Aveiro; parte do lugar de Levira do concelho de Coimbra; Saima e Ancas do de Recardães "[69].

Do ponto de vista da evolução dos cargos administrativos lembremos que em 1689, apenas o concelho de Aveiro possuía juiz de fora e três vereadores e procurador que se faziam por eleição, presidida pelo ouvidor de Montemor-o-Velho e confirmada primeiro pelos Duques de Aveiro e depois pela Coroa[70]. Todos os outros territórios possuíam apenas juízes ordinários. Em 1798, para lá do juiz de fora de Aveiro, existiam ainda outros em Oliveira do Bairro e Recardães[71]. A primeira vila teria contado com juiz de fora desde 1748, tornando-se cabeça do concelho de Oliveira do Bairro, com a anexação das mais terras do concelho de Vouga[72], enquanto que Recardães possuía, desde aproximadamente 1737, três vilas anexas com seus termos: Casal Álvaro, Brunhido, e Segadães[73], como provável consequência dos interregnos na posse destas jurisdições por parte dos senhores da Casa de Aveiro.

Do ponto de vista da evolução do espaço, a série de apêndices e quadros anexos servir-nos-ão para verificar o evoluir dos limites de algumas terras, e respectivos senhorios, observando as vicissitudes sofridas ao longo do séc.XVIII [ver especialmente os Anexos 2 a 5]. Da sua leitura algumas constatações se podem retirar:

1ª. O espaço sob jurisdição régia partiu dum núcleo modesto, como o mapa 5 revela, integrando concelhos da Coroa: Aguieira, Cabeçais, Couto de Esteves, Fermedo, Frossos, Mira, Préstimo, Sangalhos, Serém, Sever, Sosa,

---

[69] SILVEIRA, Joaquim da - *Migalhas da História Administrativa. O concelho de Anadia...*, o.c., p.259.

[70] COSTA, Mário Alberto Nunes - *A provedoria de Esgueira...*. o.c., p.62.

[71] A identificação das diferentes vilas em CORNIDE, D.José - *Estado de Portugal en el ano de 1800...*. o.c., t.2, p.287 a 294; ainda, SERRAO, J.Veríssimo - *A população de Portugal em 1798...*, o.c..

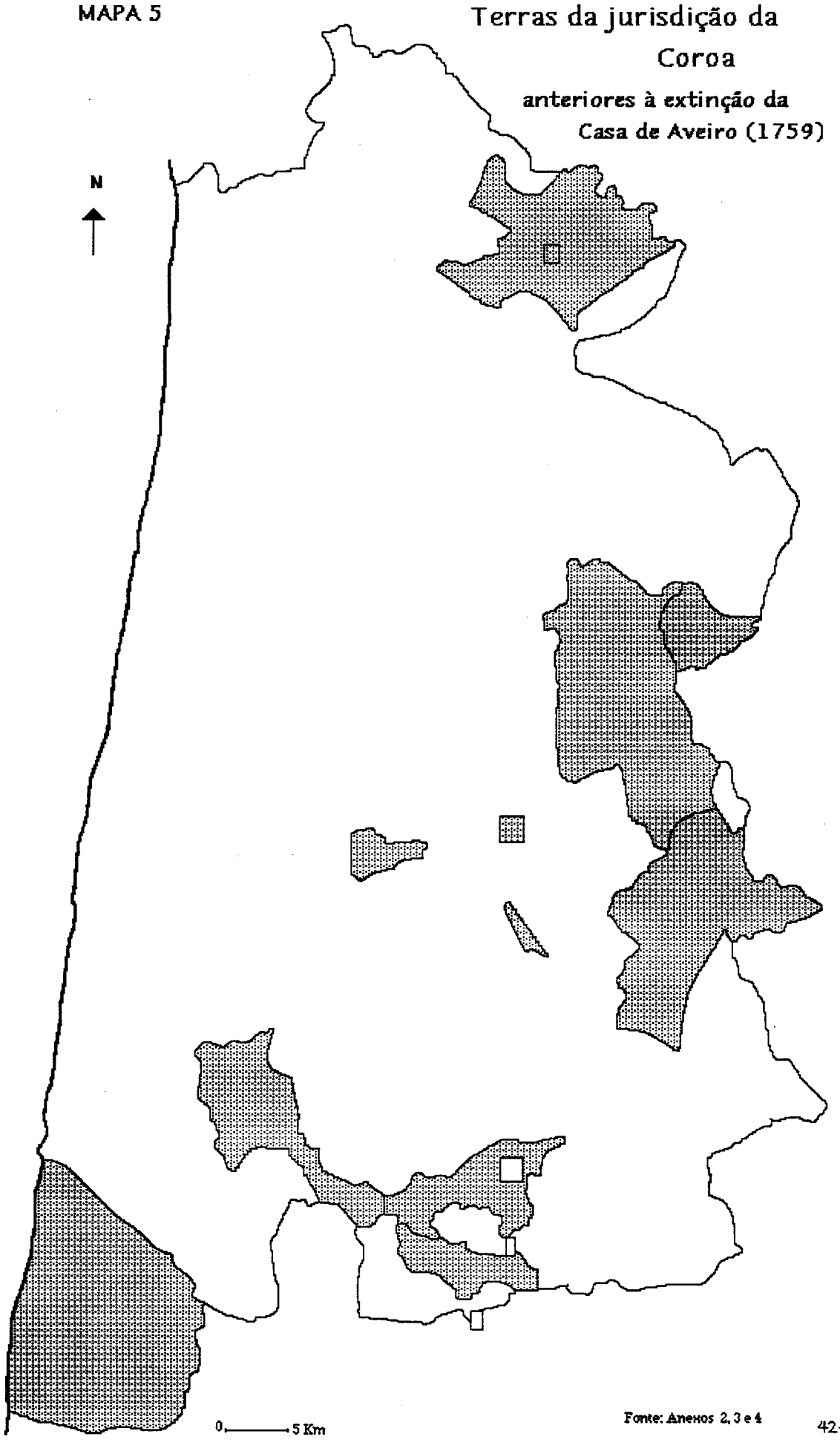
[72] Referido na M.P. da freguesia de Oliveira do Bairro e confirmado igualmente na de Valongo do Vouga do termo da vila de Vouga. Ver ainda em ANTT-DP-Beira, maço 3, n.173a, o Duque de Lafões, donatário das vilas de Vouga e Oliveira do Bairro, solicitava um juiz de fora letrado, trienal, para as 2 vilas, com residência em Oliveira do Bairro, porque em Vouga apenas existiam 7 ou 8 vizinhos e os restantes muito dispersos, enquanto Oliveira do Bairro, além de ser muito populosa, possuía uma Casa de Câmara nobre e cadeia forte para ambos os sexos; ser-lhe-á concedido por alvará de 11/12/1748.

[73] Referido quer na M.P. de Segadães, quer na de Recardães.

MAPA 5

Terras da jurisdição da Coroa

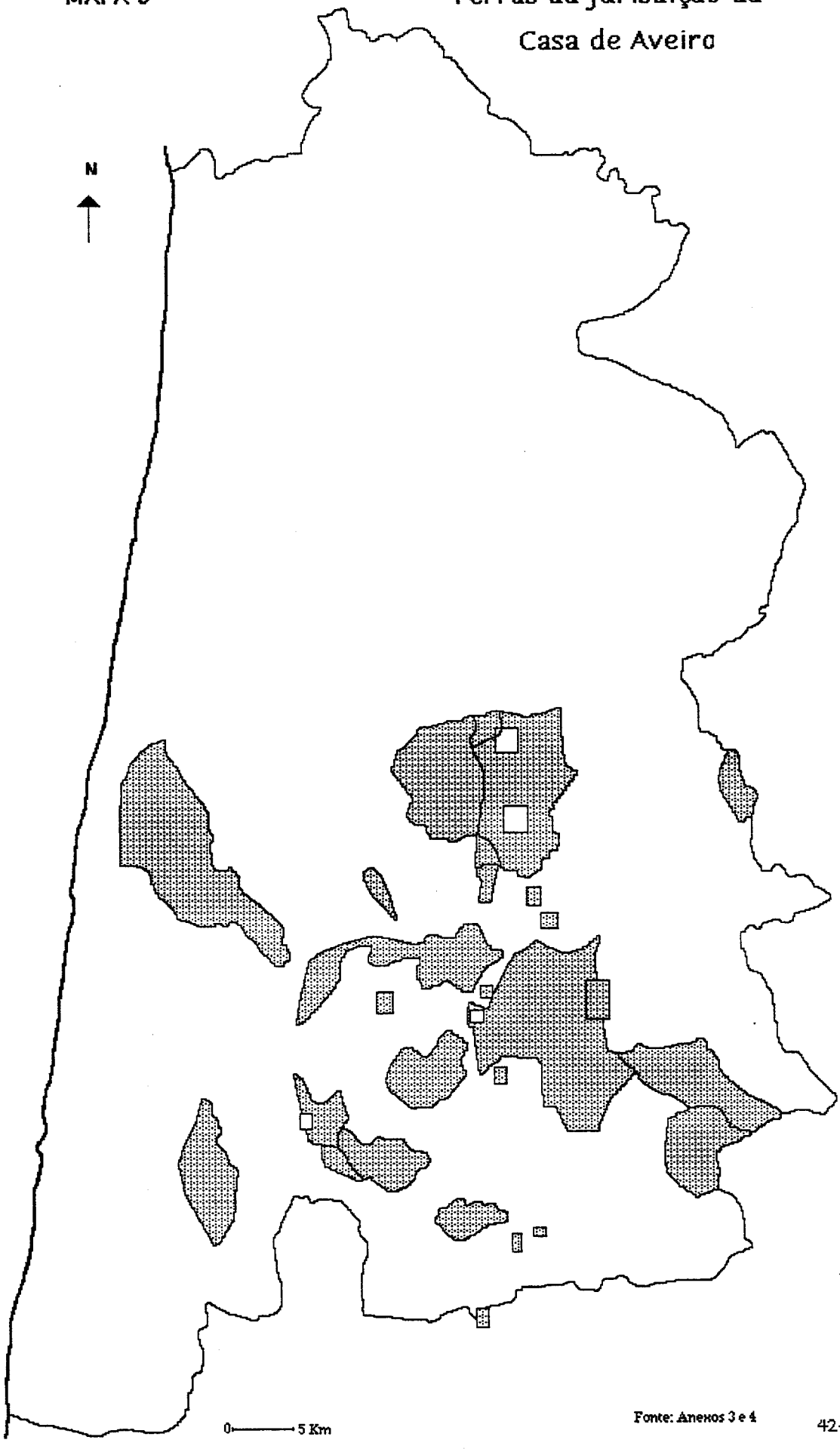
anteriores à extinção da Casa de Aveiro (1759)



Fonte: Anexos 2, 3 e 4

MAPA 6

Terras da jurisdição da Casa de Aveiro

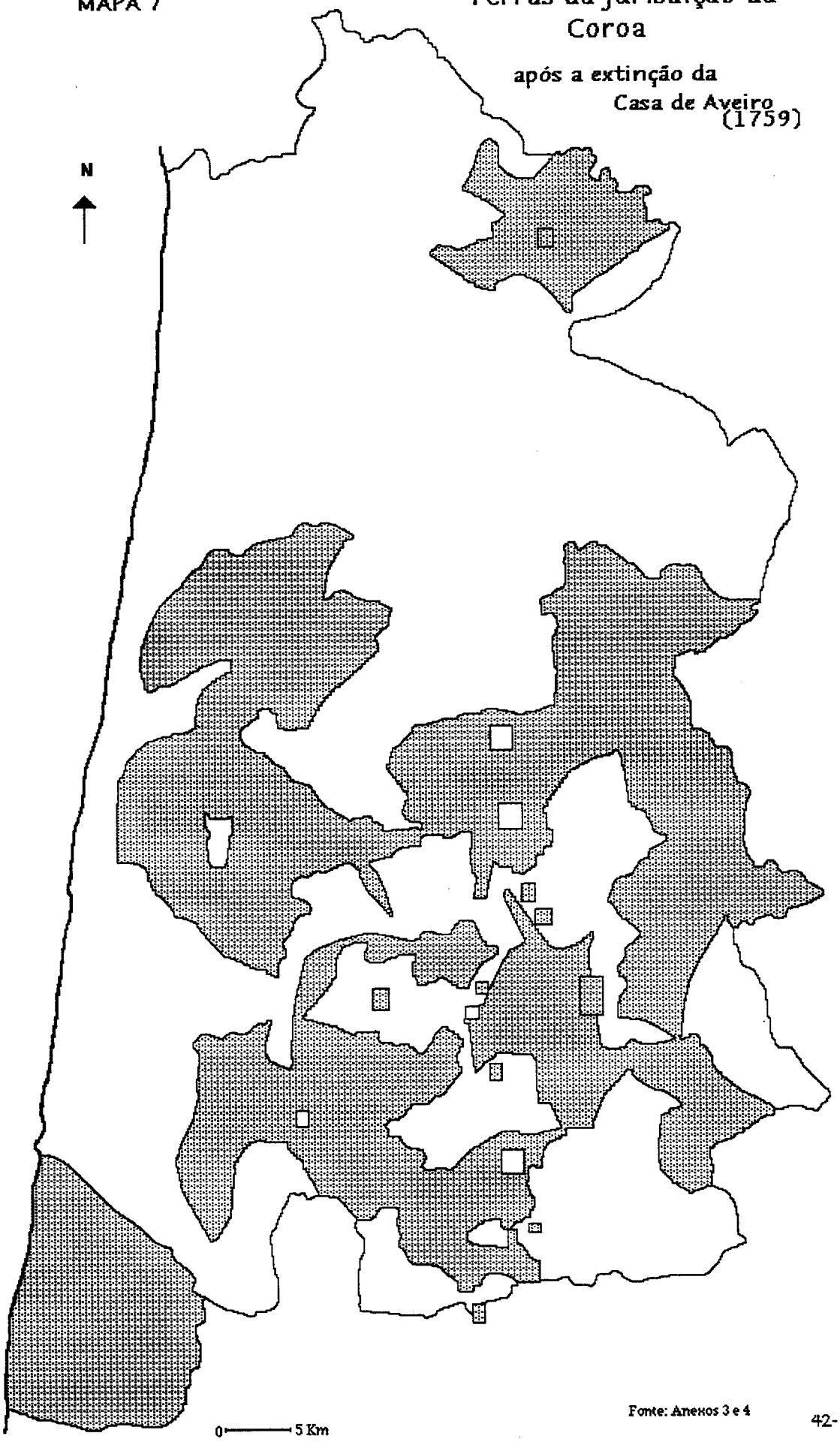


Fonte: Anexos 3 e 4

MAPA 7

Terras da jurisdição da Coroa

após a extinção da Casa de Aveiro (1759)



Fonte: Anexos 3 e 4

S.Lourenço do Bairro; e aqueles que o eram na jurisdição crime como Aradas, Estarreja e Esgueira;

2ª. À Casa de Aveiro pertenciam grandes manchas territoriais que fragmentavam a comarca de Aveiro, como se vê no mapa 6. Nelas se situam as vilas de Aveiro com o seu termo, Segadães, Recardães, Brunhido, Casal Álvaro e Bolfear;

3ª. A extinção desta Casa permitiu à Coroa, sem dúvida, criar uma maior homogeneidade no território, sob a sus jurisdição, evidenciada no mapa 7, compreendendo-se assim como a destruição desta Casa, só nesta Comarca, significou um reforço do poder central;

4ª. Senhorios laicos e monásticos detinham, todavia, ainda grandes manchas territoriais, como se pode ver no mapa 8. Aos Almadas pertenciam Avelãs de Cima, Ferreiros e Ilhavo; aos Condes de Vila Verde, Angeja, Bemposta e Pinheiro; ao Convento de S.Clara de Coimbra, a vila de Sangalhos; à Ordem de Malta, a vila de Sorães e Bustos; ao Conde de Monsanto e Marquês de Cascais, a vila de S.Lourenço do Bairro; ao Conde de Cantanhede, Marquês de Marialva, a vila de Avelãs de Caminho; aos Saldanhas, a vila de Assequins;

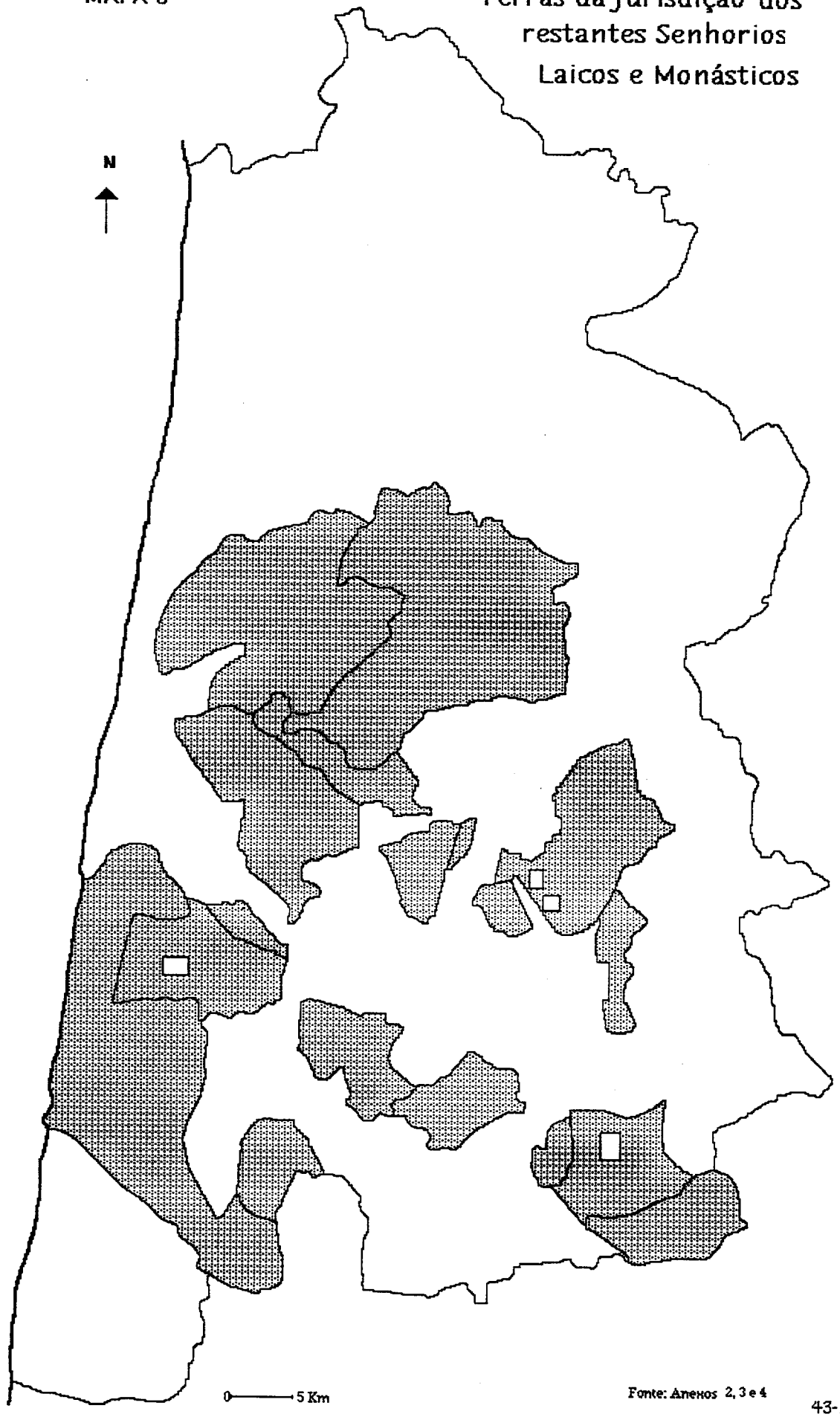
5ª. Cabido, Mitra e Universidade de Coimbra limitamo seu domínio a áreas reduzidas, dispersas e encravadas noutros senhorios, mas nem por isso menos significativas, como se vê no mapa 9: à Universidade de Coimbra cabiam as vilas de Aguada de Cima, Anadia e Couto de Pereiro[74]; ao Bispo de Coimbra, o Couto de Ermida, e Vila de Ois do Bairro, e ainda o couto de Barrô d'Aguada (partilhado com Aveiro); à Sé de Coimbra, o Couto de Paredes do Bairro (o crime, do Duque de Aveiro);

6ª. Só a Ouvidoria/Comarca da Feira, administrada pela Casa do Infantado apresenta um espaço contínuo, apenas cortado por alguns coutos que, por sua vez, estavam ligados àquela pela utilização dos mesmos funcionários; a única excepção era a vila de Castanheira, encravada na

[74] ANTT-DP-Beira, maço 6, n.423, parecer favorável do Provedor de Aveiro de 8/1/1768, perante a petição dos juiz e moradores do Concelho de Pereiro para se anexarem ao de Anadia, distante apenas 1/4 légua, visto serem apenas 25 vizinhos, sujeitos à ordenança do capitão de Anadia e terem o mesmo escrivão; para tal anexação contavam já com o acordo da Universidade.

MAPA 8

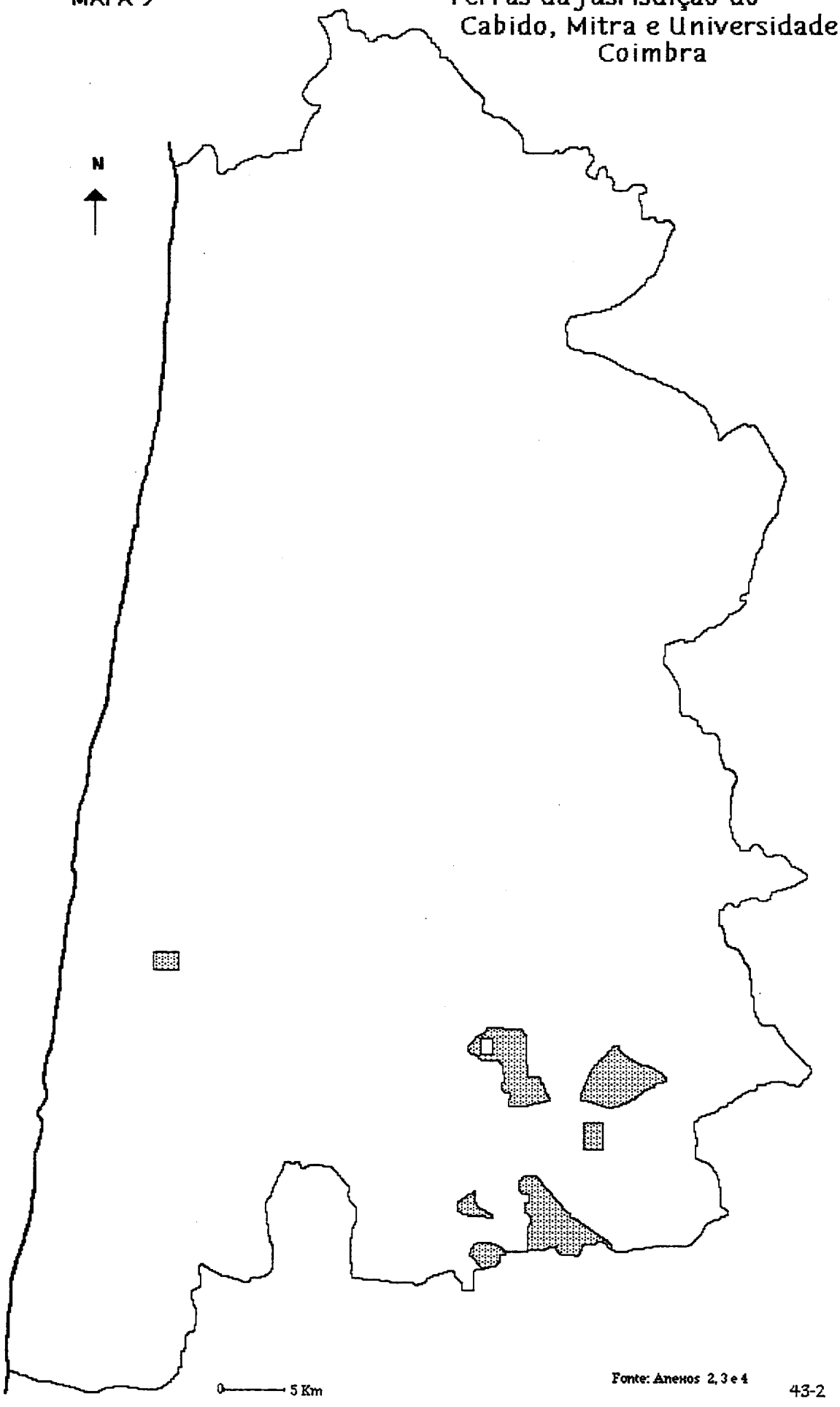
Terras da Jurisdição dos restantes Senhorios Laicos e Monásticos



Fonte: Anexos 2, 3 e 4

MAPA 9

Terras da Jusrisdição do Cabido, Mitra e Universidade Coimbra



Fonte: Anexos 2, 3 e 4

43-2

Comarca de Aveiro, como tivemos já oportunidade de sublinhar (ver mapa 3).

Este quadro de pulverização de poderes leva-nos a questionar acerca das inevitáveis consequências. Como se constata, do ponto de vista da racionalização da vida político-administrativa, a comarca, então de Esgueira, apresentava um diminuto equipamento político-administrativo, pelo menos no decurso do séc.XVII. Tal realidade devia-se à abundância de coutos, ao carácter patrimonial dos ofícios e à impreparação dos seus detentores, características que não teriam acompanhado nem as exigências de uma burocratização do poder, nem as de um documentado crescimento demográfico[75]. Para o séc.XVIII, correndo o risco de se tratar dum caso isolado, ilustremos esta ilação com a ocorrência verificada em Assequins, onde o corregedor da Comarca de Aveiro verificou, em 1739, que o juiz ordinário não sabia ler nem escrever, suspendendo-o das suas funções, e após novas eleições, repetindo-se a mesma situação, um alvará régio de D.João V estabeleceu a possibilidade de serem eleitos juizes iletrados, por ser terra de lavradores e "*andarem ocupados com a fábrica das fazendas...*"[76], dando assim aval político a uma situação de facto.

Neste quadro afigura-se-nos que a absorção das terras do então Ducado de Aveiro, e a criação da Comarca de Aveiro, em 1760, foram factores fundamentais na formação de um espaço mais uniforme e veiculador das directrizes estatais[77]. Apesar deste objectivo claro, manteve-se um entrecortado de jurisdições, e mesmo nos concelhos da Coroa, alguns direitos relativos a foros, rações, e outros foram alienados a donatários. A análise dos forais permite uma visão desta realidade, nomeadamente em relação a alguns direitos: portagens, maninhos, rios, alfândegas e outros, obstáculos possíveis à circulação de gentes, capitais e mercadorias. É precisamente esta perspectiva que nos interessa investigar.

---

[75] HESPANHA, A.Manuel - *Centro e Periferia...*, o.c., p.43-46.

[76] GRAÇA, Soares - *A antiga vila de Assequins...*, *o.c.*, p.126.

[77] No entanto as situações de falta de gente habilitada no desempenho das funções governativas continuou a acontecer, para desespero do Corregedor de Aveiro. Em 1766, a propósito do vereador mais velho da Vila de Oliveira do Bairro, por não saber ler, pretender provisão de dispensa, o corregedor, desabafando escreve: "*em muitas vilas do Reino compostas de lavradores rústicos que nao sabem ler nem escrever, e por não se perpetuarem os poucos que sabem ler na governança [...], passam a servir também de juizes os que não sabem ler*": ANTT-DP, Beira, maço 5, n.358.

C - Aveiro: de vila (1580) a cidade (1759)

Aveiro deveu a sua elevação a vila notável em 1581, por alvará de Filipe II de Espanha, por variadíssimas razões: as oficiais, centradas no facto de ser "*lugar de grande povoação e trato [...] povoada de muitos fidalgos, cavaleiros e pessoas de nobre geração e de criação dos nobres destes reinos, acompanhada de outro muito povo e cercada de muros, enobrecida de igrejas, mosteiros e de muitos edifícios e casas nobres*"[78], e as reais relacionadas com o envolvimento da vila no conflito da sucessão, do qual decorreu a destruição da cidade, pelo exército do Prior do Crato, após a aclamação, em Aveiro, de Filipe II[79]. As relações com Espanha eram um facto, e davam-se a vários níveis, quer económico, pelas intensas relações comerciais com a Galiza[80], quer político, pelo facto do segundo duque de Aveiro, D.Jorge de Lencastre, falecido em Alcácer-Quibir, ter casado com D.Madalena Giron, filha do 4º conde de Urena e irmã do 1º duque de Ossuna[81].

O séc.XVIII foi marcado pela elevação da vila a cidade, em 1760, consequência duma forte intervenção do poder central que acabou com o Ducado de Aveiro. A história de Aveiro está ligada, como já vimos no ponto A,

---

[78] Vd. NEVES, Francisco Ferreira - *Privilégios da Vila de Aveiro..., o.c.*, p.247.

[79] Vd. Id. - *Livro dos Acordos da Câmara de Aveiro de 1580..., o.c.*, p.35: 29 de Agosto de 1580 é a data da aclamação, em Aveiro, de Filipe II, mas em 4 de Julho havia sido a de D.António. A existência de dois partidos tinha-se revelado a quando das cortes de Santarém convocadas por Filipe II em que os dois procuradores de Aveiro, eleitos, se travaram de razões, em forte briga pública pelas suas posições antagónicas, até que, feitas novas eleições, foram nomeados dois do mesmo partido de Filipe II, mais 'convenientes' para o fim em causa.

[80] Vd. Id., *Ibid.*, p.62: em 9 de Março de 1580, a câmara autoriza a venda de centeio e milho vindo da Galiza; ainda in MADAHIL, A.G.Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., várias provisões para o juiz de fora de Aveiro tomar caravelas para levar sal à Galiza: 22/9/1625 e 30/10/1627. Sobre este comércio do sal com a Galiza ver AMORIM, Inês - *O comércio do sal de Aveiro até meados de XVII..., o.c.*, p.9 e, à frente, cap.6.

[81] NEVES, Francisco Ferreira-*A Casa e Ducado de Aveiro*, in "ADA", v.38, Aveiro, 1972, p.192. A filha deste 2º.Conde foi tomada à protecção da irmã de Filipe II, D.Maria de Áustria, para que a criasse no seu Paço em Espanha. Casou-se, mais tarde, D.Juliana com seu primo, D.Álvaro de Lencastre, segundo vontade expressa no testamento de D.Jorge. O filho destes, D.Jorge, casou com uma dama espanhola, D.Ana Manrique de Cardenas e Lara. O filho destes, D.Raimundo, na regência de D.Luísa de Gusmão, partiu para Madrid a oferecer os seus serviços ao rei de Espanha que lhe concedeu o título de duque de Ciudad-Real. Por este motivo foi condenado em Portugal a ser executado em estátua e à confiscação de seus bens; sua mãe e irmã, foram expulsas de Portugal e juntaram-se a D.Raimundo; ver in NEVES, Francisco Ferreira - *Os Duques de Aveiro..., o.c.*, pág.243.

desde inícios de XVI, àquela Casa, não pela sua presença efectiva, mas pelas várias intervenções na gestão da então vila[82]. Com efeito, a posse desta Casa sofreu interrupções. Nos inícios do séc.XVIII, por falecimento da duquesa D.Maria de Guadalupe em 1715, que se encontrava em Espanha, a Casa de Aveiro foi incorporada na Coroa e o ducado ficou vago. Após pleito, no Juízo da Coroa, a sentença de 1720 deu sucessão ao filho daquela, D.Gabriel de Lencastre Ponce de Leon, mas com condição de vir fixar-se em Portugal. Só em 1732 este se deslocou à corte de Lisboa para cumprir as cláusulas da sentença, e jurar vassalagem a D.João V, tomando posse da vila de Aveiro, por procuração, em 7 de Julho de 1732, da alcaiadaria-mor e do padroado do Convento das Carmelitas Descalças que havia sido fundado pelo 4º Duque de Aveiro, D.Raimundo em 1657. Protegeu a Casa da Misericórdia de Aveiro de que foi irmão e Provedor, e o Convento de Jesus, onde, por sua determinação, veio a ser sepultado a 23 de Julho de 1745[83]. Morrendo sem descendência, surgiu novo pleito que terminou com uma sentença a favor de D.José de Mascarenhas, ainda no reinado de D.João V e confirmada no de D.José. A posse da vila de Aveiro deu-se só em 1752. Em 1758 foram suspensos os magistrados e oficiais de justiça postos pelo Duque, em consequência do atentado de 3 de Setembro de 1758, em que foi implicado. Em 17 de Janeiro de 1759 extinguiu-se a Casa de Aveiro e anularam-se todas as doações[84]. A partir daqui, sucederam-se os alvarás de criação da cidade, comarca, provedoria e diocese de Aveiro.

A área do concelho limitava-se a quatro freguesias: S.Miguel, Espírito Santo, Vera Cruz e Apresentação. Terminava a Norte e Poente na Ria, ilhas e marinhas, excluindo a costa de S.Jacinto que já pertencia a Ovar, da comarca da Feira, apertado pelo concelho de Esgueira[85]. Para nascente terminava no lugar de Sá, pertença do concelho de Ilhavo (mas eclesiasticamente da freguesia de Vera Cruz). Para Sudeste abrangia os lugares de Presa, Quinta do Gato, Vilar e S.Bernardo até ao marco onde começava o concelho de Eixo,

---

[82] NEVES, Francisco Ferreira - *A Casa e Ducado de Aveiro*...o.c., apresenta vários extractos dessas intervenções, reproduzindo cartas de nomeação de juízes de fora, confirmando vereadores, tratando da defesa da vila, etc.

[83] Id., *Ibid.*, p.257 a 274.

[84] Id., *Ibid.*, p.275 a 296.

[85] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa...*, *o.c.*, p.84.

da Comarca de Barcelos . A Sul terminava no pequeníssimo concelho de Arada, da jurisdição dos cónegos regrantes de S. Agostinho da Serra do Pilar de Vila Nova de Gaia[86], formado apenas pela povoação daquele nome, porque os lugares de Verdemilho, Bom Sucesso e Quinta do Picado, embora pertencessem à freguesia de S.Pedro de Aradas, faziam parte do concelho de Ilhavo[87]. Visualiza-se o limitado espaço a que a vila/cidade estava confinada, como que uma ilha, cercada de senhorios, água, rio e mar.

O seu prolongamento fazia-se através do seu original termo, disperso por 14 ouvidorias, intercaladas nos diferentes concelhos da Comarca: Albergaria a Velha, Agueda (parte da freguesia), Arinhos (pequena ouvidoria na freguesia de Ois do Bairro), Balazaima, Boialvo (na freguesia de Avelãs de Cima), Lamas (da freguesia de Lamas do Vouga), Oião e Perrães (da freguesia de Oiã), Ouca (da freguesia de Sosa), Loure, São João de Loure (da freguesia de S.João de Loure), São Romão (na freguesia de Vagos), Taipa (freguesia de Requeixo), Talhadas (da freguesia de Talhadas do Vouga), e ainda a jurisdição crime nos coutos de Mogofores (da freguesia de S.Lourenço do Bairro), e Barrô (das freguesias de Barrô e Aguada de Baixo) [ver Anexo 4 e mapa 10][88]. Nestas servia o juiz de fora da cidade, os seis escrivães do cível e do crime, além do que era privativo dos órfãos. O juiz julgava no cível, crime e órfãos, estando no domínio cível e crime subordinado ao corregedor, e no dos órfãos ao provedor[89].

Do ponto de vista militar, a capitania-mor de ordenanças era constituída por 4 companhias, correspondentes às 4 freguesias da vila/cidade, e ainda outras três: uma em S.João de Loure, outra em Albergaria-a-Velha e outra em Lamas do Vouga, com a anomalia de pertencer o lugar de Taipa, da freguesia de Requeixo, à companhia de S.Miguel de Aveiro[90].

---

[86] AMORIM, Inês - *Convento de Grijó e S.Agostinho da Serra, sua importância na geografia económica da época moderna..., o.c.*

[87] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro...*, o.c., p.84; a MP de Aradas, não faz exactamente esta divisão, veja-se Anexo 3..

[88] Informações retiradas da MP de Aveiro. ANTT, v.5, n.44, f.799 a 819v, e ainda as MP de outras freguesias que localizaram as pequenas ouvidorias; note-se que por vezes abarcam ainda lugares de freguesias vizinhas; para maior detalhe ver o Anexo 4, vila de Aveiro.

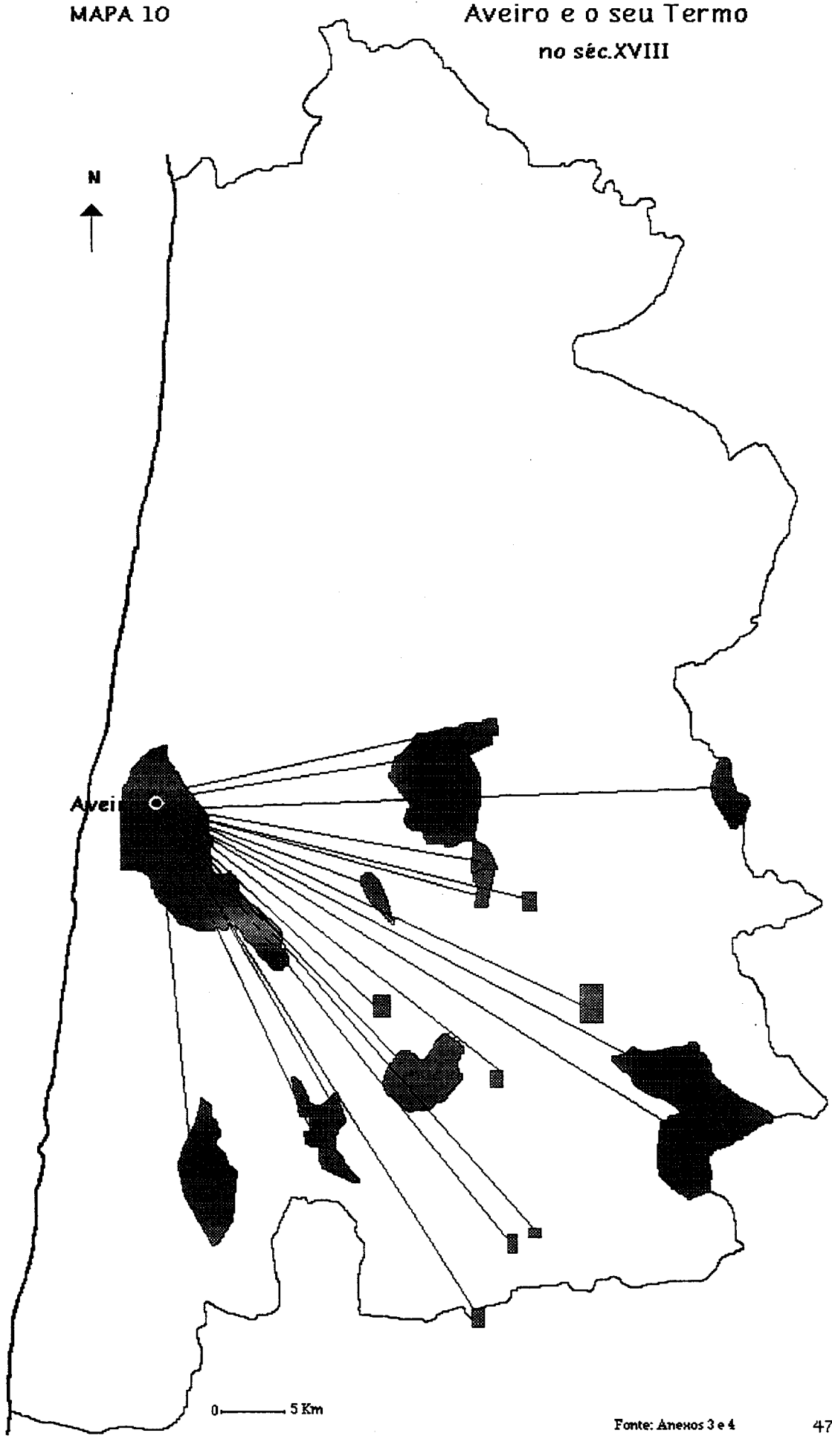
[89] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro...*, o.c., p.84.

[90] Id., *Ibid.*, p.86.

MAPA 10

Aveiro e o seu Termo

no séc.XVIII



Fonte: Anexos 3 e 4

A origem de tal termo, disperso e incoerente, subdividido em múltiplas 'ilhotas', justifica-se pela forma como os territórios circundantes foram sucessivamente alienados, com carácter perpétuo, por várias instituições, que os fizeram excluir de qualquer controlo do senhor da vila/cidade, fosse ele quem fosse[91]. Tal estado de coisas levou naturalmente a movimentos centrífugos da parte das ouvidorias mais dispersas, e centrípetos por parte do centro que era Aveiro. Os primeiros notam-se de longa data[92], mas é ao longo do séc.XVIII que mais se reforçam[93]. Estas ouvidorias eram contribuintes por excelência. Sempre que se tratava de partilha de maninhos, barcas de passagem, abertura de canais ou alvéolos de rios, a Câmara tinha uma palavra a dizer que, a breve prazo, significaria impostos a cobrar[94]. Estes conflitos de jurisdição verificam-se igualmente com outros termos, pertencentes a Ovar e Vila da Feira, e estalam facilmente a propósito de direitos de pescado e de dízimos, visto que o areal de Ovar se prolongava até Mira, suscitando, ao longo do séc.XVIII, sobretudo com a deslocação da barra do Vouga para sul, várias demarcações e outros tantos conflitos[95].

---

[91] SILVA, MªJoão Violante Branco M. da - *Aveiro Medieval..., o.c.*, p.110.

[92] Id., *Ibid.*, refere, na nota 141, as reclamações apresentadas à corte em 1481.

[93] Alguns exemplos: AMA -LV, n.7, 28/10/1759: o juiz de fora de Recardães requeria que se desse em troca, para Aveiro, os lugares de Horta e Eirol, e para aquela vila o lugar de Águeda (proposta que não foi aceite); LV, n.7, f.133v: 21/2/1761, prisão do juiz de crime de Barrô que nunca veio fazer juramento a Aveiro, apesar dos sucessivos avisos, caminheiros, despesas, sendo os seus bens penhorados para pagamento de tais encargos. LV, n.9, 9/11/1805, pretendiam os moradores de Albergaria erigir-se em vila, pronunciando-se a Câmara de Aveiro negativamente sem a mínima justificação.

[94] Alguns exemplos: AMA.-LV, n.8, 26/10/1774: a mudança do alvéolo do rio Águeda exigiu a permanência de uma nova barca no lugar da Taipa, ouvidoria de Aveiro:o juiz de Taipa chamou a si a administração da barca não a entregando aos indivíduos nomeados pela Câmara de Aveiro. LV, n.8, 3/8/776, carta da Câmara de Vouga para que o juiz da ouvidoria de Lamas fizesse com que o seu povo abrisse o rio Marnel por que, manifestamente, se tratava de utilidade pública. LV, n.8, 29/7/769, o Procurador do Concelho de Aveiro quer ser ouvido nas medições que se estavam a fazer nas jurisdições da cidade, especialmente em Albergaria onde a Coroa pretendia reduzir a cultura os maninhos.

[95]Estas demarcações foram apresentadas por RAMOS, Maria Camila Lumiar - *Duas demarcações da Barra de Aveiro no século XVIII..., o.c.*, p.98; a primeira, em 1757, limitava a freguesia de Ovar até 3 léguas abaixo da capela de N.S.Areias, como a MP de Ovar refere. A segunda, de 1779, é uma delimitação não de freguesias, nem de concelhos, como indica aquela autora, mas, como informa documentação de ANTT (MR- Correspondência dos juízes de fora, maço n.367), tem a ver com os dízimos de pescado, porque apesar dos protestos do Cabido da Sé do Porto, senhor da igreja de Ovar, o desembargador que procedeu à demarcação respondeu que "*não vinha demarcar a dita freguesia nem decidir sobre o dízimo da Igreja*". Na verdade havia estalado forte questão em 1777, por o rendeiro da massa de Aveiro perseguir os contratadores da sardinha de Ovar que vinham vender ao cais e barra de Aveiro, prendendo-os e extorquindo-lhes dinheiro, "*não pelo sítio onde compraram a dita pescaria, nem pelo porto ou praça onde o vão vender, mas sim por a terem transportado pelo Rio onde deviam a dita dízima*".

A lei de 1790 sobre a regulação dos distritos, trouxe a anexação de Agueda para Aveiro[96], e suscitou uma interessantíssima resposta por parte da Câmara que tentava, a todo o custo, a anexação de termos doutros senhorios que lhe ficavam próximos, ao mesmo tempo que evitava a alienação do seu próprio termo. Daí a proposta de um significativo prolongamento dos limites da cidade: a norte, logo na continuidade da rua do Carmo, na freguesia de Vera Cruz, pela anexação das povoações de Sá e Arnelas, do termo de Ilhavo, visto que "*as justiças daquela vila quando tem que fazer ali alguma acção judicial, vem atravessando pelo meio desta cidade*"; da vila de Esgueira, ao sul, a "*insignificante aldeia*" de Aradas; ao poente, a vila de Ilhavo, e ainda mais a sul, parte de Vagos, Sosa, Ouca; para Este, Eixo, Requeixo e Oiã. Ou seja um perímetro bem dilatado e contínuo.

Em contrapartida, a ouvidoria de Arinhos, lugar da freguesia de Ois do Bairro, solicita continuar no termo de Aveiro, o que os vereadores se apressam a incluir na proposta que foi enviada a Sua Majestade em 15 de Dezembro de 1791[97]. Sinal deste movimento aglutinador, e como reacção, note-se a recusa do senado da câmara da vizinha vila de Esgueira, em obrigar os clérigos daquela freguesia a incorporarem-se na Procissão do Corpo de Deus de Aveiro, precisamente no mesmo ano de 1791. Argumentam, entre outras razões, o ter sido Esgueira cabeça de comarca, ali residirem pessoas de primeira nobreza, possuir 7 vintenas bem povoadas, e o clero, em Aveiro, ser suficiente, com os Conventos que possuía para acompanhar decentemente a procissão[98].

Apesar de todas estas propostas, o termo ficou nos mesmos limites, o que confere a Aveiro uma das suas maiores contradições que o mapa 10 claramente evidencia: a exiguidade do espaço, mais acentuada por grande parte dele corresponder a uma imensidão de terrenos alagados na foz do Vouga, de que resulta a limitação dos recursos e tributos a cobrar. Um círculo mais próximo com Albergaria a Oeste e Ouca a sul, são os limites prováveis da influência da cidade, duvidando-se de uma relação eficaz com os

---

[96] Ct. MADAHIL, A.G.da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., p.614 a 618.
[97] Id., *Ibid.*, p.618 a 622.
[98] ANTT, DP, Beira, maço 11, n.972, de 6 de Julho de 1791; acrescentavam ainda o calor da hora, o ser hora tardia e inconveniente o regresso, e a Igreja matriz ser colegiada onde todos os dias rezavam em coro as horas canónicas.

espaços mais longínquos. Do ponto de vista administrativo naturalmente que o seu peso terá aumentado, sobretudo a partir do momento em que foi elevada a cidade e, sobretudo, a cabeça de comarca e provedoria, apesar de não ser totalmente reconhecida, em particular pela ouvidoria da Feira, que contesta a eficácia do provedor residente em Aveiro: "*distante 6 léguas, onde vem apenas duas vezes por ano, e precisando qualquer requerimento para aperfeiçoamento de obra ou arrematações do real têm que ir a Aveiro, atrasando as obras[...] que têm pouca duração e dentro de 15 a 20 anos se arruinam[...] e outras não se terminam pelas demandas*"[99].

Apesar desta contestação, sem dúvida que Aveiro se transformou no centro retransmissor das directrizes da Administração Central, com reflexos na própria estrutura imobiliária e urbanística. Com efeito, a partir de 1797[100], com projecto delineado desde 1780[101], construíram-se os Paços do Concelho que funcionavam, até então, numa casa pequena, o que demonstra, antes de mais, as dificuldades económicas do município, mas também a dignidade e operacionalidade crescentes do senado, tanto mais que se tornou frequente a presença de figuras proeminentes na cidade, ligadas, entre outros motivos, às obras da Barra. Por isso mesmo, possuía uma hospedaria municipal, junto aos Paços do Concelho, onde se instalavam os magistrados que chegavam, até encontrarem habitações permanentes[102].

Recapitulando, encontramos sediados em Aveiro, desde 1760, como representantes do poder central, a figura do corregedor e do provedor. Além destes, e em consequência da criação, em 1755, da Superintendência da Barra de Aveiro, também aí se fixara o primeiro superintendente, o Bacharel João da Fonseca da Cruz[103]. A sua função era a de reunir as verbas provenientes dos reais da água e do dobro das sisas, impostos criados na cidade desde 1751, explicitamente para a abertura da Barra de Aveiro[104], e extensivos a toda a comarca, desde Maio de 1756[105], à revelia das câmaras, "*atendendo a que neste negócio se trata da sua propria utilidade...*", salvaguardando-se

---

[99] ANTT, DP, Beira, maço 11, n.956, de 9/12/1791.
[100] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro...*, o.c., p.193.
[101] CARVALHO, Luís Gomes de - *Memória Descritiva (...) na abertura da Barra de Aveiro..., o.c.*, p.52.
[102] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro...*, o.c., p.194.
[103] AMA, L.n.182 - Obra da Barra de Aveiro, s.pág.
[104] Ct. MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia Pombalinas da Ria e Barra de Aveiro..., o.c.*, p.32; trata-se no entanto, de informação repetida em vários artigos.
[105] Id., *Ibid.*, p. 35-36.

que, havendo "*justa causa de escusa, a todo o tempo se poderá deferir pela Mesa do meu Desembargo do Paço, precedendo a informações necessárias*".

As funções desta Superintendência, por vezes imbricavam nas dos juízes de fora, provedores e corregedores, embora de forma confusa para os contemporâneos. Na verdade, a Coroa sempre lhe conferiu uma certa dignidade e proeminência, como parece indicar em 1786, uma Real Resolução de D.Maria, a propósito dos transtornos da mudança dos dias de audiência da Vereação para os da Superintendência, e assim resolve ordenar "*ao dito Juiz de Fora, que restituísse as audiências do seu Juizo aos dias que para elas se achavam estabelecidos pelo uso, e costume*"[106]. Além disto, as atribuições do Superintendente aproximavam-se das do corregedor que, aliás, o substituía, apesar das dúvidas surgidas entre aquele e o provedor[107]. As suspeitas acerca das suas competências eram tais que foi necessário expedir ordens aos donatários, ao Bispo-Conde e ao Reitor da Universidade de Coimbra, assim como à Junta da Casa de Bragança, a fim de o superintendente poder proceder às cobranças, embora se sublinhasse "*na parte que somente disser respeito à arrecadação e contribuição e factura da dita obra*"[108]. Porém, em 1816, tinha jurisdição para adjudicar os terrenos necessários para o encanamento de rios, cortar árvores, fazer demolir açudes e indemnizar os prejudicados[109].

O Senado participou, de forma limitada, nesta instituição como já acontecera em 1758, quando o Cofre da Barra se enchia com os primeiros contributos da comarca. Nessa altura, uma carta régia manda o Desembargador da Relação do Porto passar por aquela cidade, fazer contas sumárias, depositar o dinheiro num cofre fechado com quatro chaves, devendo ser entregues : "*uma ao Superintendente que se acha nomeado, outra ao Juiz de Fora da dita vila outra a João de Sousa Ribeiro, que com zelo e desembolso abriu o canal da Barra que hoje existe e outra ao Tesoureiro que foi por vós nomeado para o dito Cofre*"[110].

---

[106] CERQUEIRA, Eduardo - *O "Cofre da Barra" de Aveiro na função de caixa de empréstimos ou subsídios...*, *o.c.*, p.121.

[107] Por exemplo, em 1788, o corregedor subsituiu o desembargador superintendente da Barra, Francisco António Gravito, porque assim procederam os corregedores seus sucessores em situações semelhantes: in AHMOP-MR-n.32-Processos de Obras Públicas, ofício de 3/2/1788. Por outro lado, em 1791, era superintendente o Provedor Nuno de Faria da Mata e Amorim:vide in MENDES, Gabriel-*Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro no último quartel do século XVIII...*, *o.c.*, p. 265.

[108] MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia Pombalinas...*, o.c., p.136-137.

[109] AMA-L.n.182 - Obra da Barra de Aveiro.

[110] CERQUEIRA, Eduardo - *O Cofre da Barra...*, o.c., p.126.

Mas, nas decisões maiores, nunca o Senado será consultado, ao ponto de, a propósito de queixas do procurador do concelho, responder que nada tinha a ver com a administração da Barra "*cujas forças eram desconhecidas por este mesmo Senado*"[111]. A confusão e a desorientação eram tais que a própria nomeação de pilotos para a barra suscitava as maiores contradições, entre Superintendente e Senado, chegando a afirmar-se que "*eles* [pilotos], *não conhecem superior legítimo que os dirija*"[112].

Em 1781, foi nomeado um Governador da Barra e igualmente da cidade, "*pelo adiantamento em que se acha a obra de abertura da Barra de Aveiro*", tendo-lhe dado posse o Governador de Armas do Partido da Cidade do Porto[113], encarregando-o da defesa da costa, além do comando do terço de infantaria auxiliar. Tal cargo havia sido interrompido desde 1705, pela "*inutilidade em que se pôs aquele porto*".

Além destes quadros, é preciso não esquecer o aduaneiro. Ligado à Alfândega, existe todo um aparelho burocrático: juizes (do consulado, portos secos, da extracção, do contrabando), escrivães, feitores, guardas, porteiros, recebedores, tesoureiros [114]. Para além de dispôr de um quadro semelhante ao das outras alfândegas, juntam-se oficiais encarregados do produto mais específico de Aveiro - o sal[115].

Em suma, do ponto de vista administrativo e burocrático, Aveiro adquiriu, em meados do século, um papel primordial, intimamente ligado aos projectos reguladores da Coroa, que suscitou, bem frequentemente, conflitos de competências, dificuldades de articulação, revelando-se mais artificial e burocrático do que real.

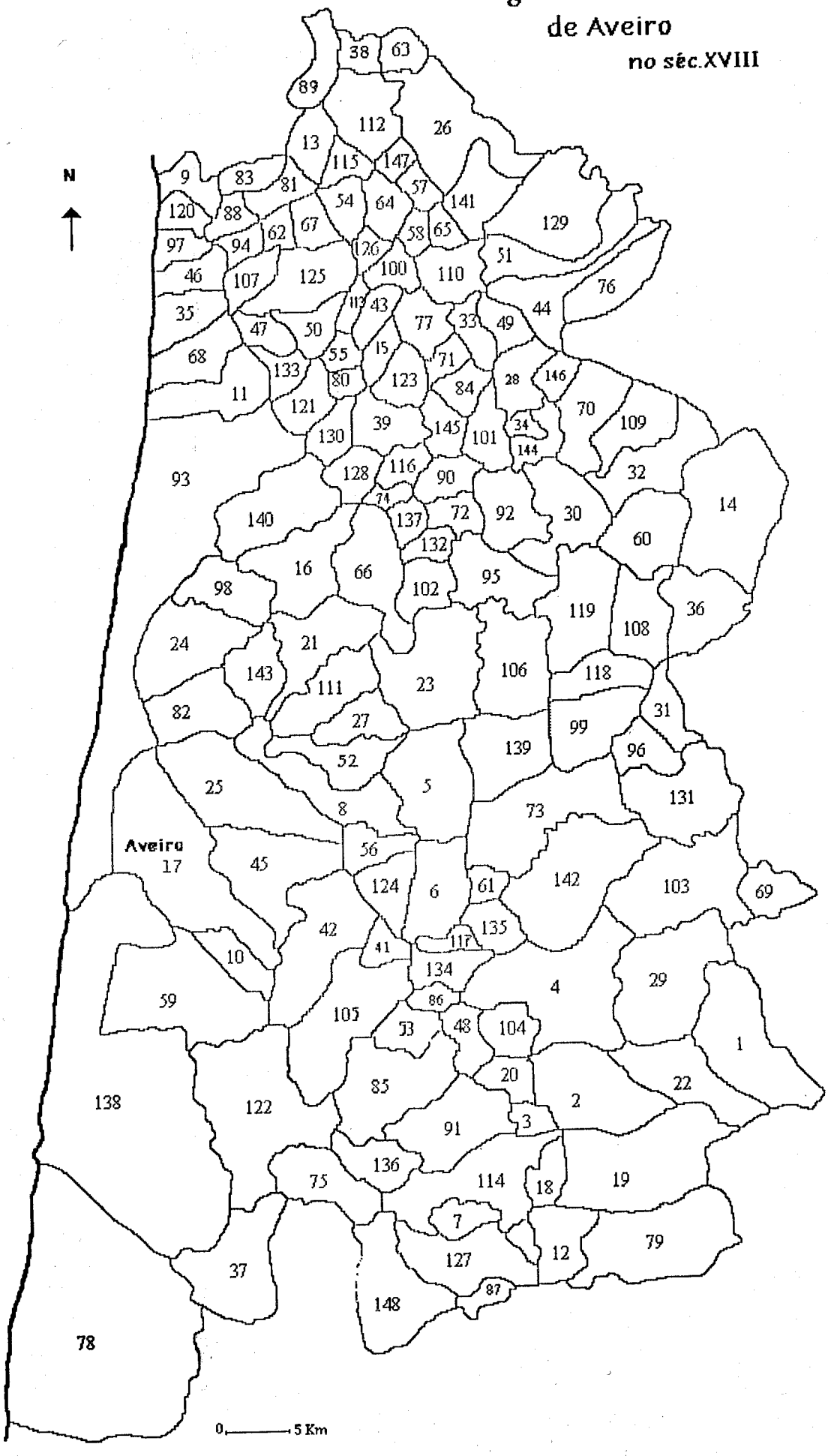
2 - Quadro Religioso

---

[111] AMA, LV, n.9, f.119v, 31/3/1808.
[112] PIMENTA, Belisário - *A Barra de Aveiro em 1809...*, *o.c.*, p.168.
[113] Vd. MADAHIL, A.G.da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., p.608, documento de 22/3/1781. Ainda Id., *Ibid.*, p.460: em 20/10 /1705 foi dada patente de governador da vila e Comarca de Esgueira a Aires de Almeida e Sousa, para servir e exercitar os capitães-mores, sargentos-mores e mais oficiais e soldados de ordenança.
[114] ANTT,ML, n.488, f.34.
[115] AMORIM, Inês - *Alfândega de Aveiro...*, *o.c.*, p.19.

Freguesias da Provedoria de Aveiro

no séc.XVIII



O espaço da Provedoria abarcava 148 freguesias [ver mapa 11] distribuídas por várias Dioceses, cujos contornos evoluíram, ao longo do séc.XVIII. Vejamos.

A - A criação da Diocese de Aveiro (1774)

A criação das novas dioceses, por iniciativa do governo Pombalino, tem sido justificada por razões mais emocionais que racionais. E, no caso de Aveiro, muitas vezes se apontou o conflito com o bispo de Coimbra, D.Miguel de Anunciação, como pretexto para desmembramento da sua Diocese[116]. Por outro lado, as dioceses criadas, na maior parte dos casos, eram encabeçadas por vilas que, precipitadamente, foram elevadas a cidades, cujo diminuto número de habitantes não o justificaria[117].

O propósito dum reordenamento territorial está bem patente na carta instrutiva para Francisco de Almada e Mendonça, embaixador em Roma, expondo os motivos particulares sobre os desmembramentos dos Bispados: a grandeza dos antigos bispados, outrora matos desabitados que se povoaram com o tempo, necessitavam ser amparados "*como ovelhas do rebanho de Cristo*". Mas a razão de fundo relaciona-se com os novos conceitos do Estado interventor: os jesuítas são apontados como estrategos dum plano de redução da Monarquia a "*uma aristocracia, desautorizando e espoliando a Coroa e transportando para certas famílias nobres, com eles coligadas, toda a autoridade, todos os cabedais, e por necessária consequência todas as forças do Reino...*"[118].

Sem dúvida que a figura de D.Miguel de Anunciação teria sido uma contrariedade nas iniciativas da Coroa, tanto mais que se encontrava preso desde 1768 (e até 1777), por ter emitido uma pastoral que criticava certos

---

[116] Vd. GASPAR, Pe. João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro..., o.c.*, p.41, onde o autor resume todas estas justificações.

[117] SERRÃO, J.Veríssimo - *História de Portugal..., o.c.*, p.112; as restantes dioceses criadas foram: Penafiel (antiga Arrifana de Sousa), Castelo Branco, Pinhel e Vila Nova de Portimão.

[118] GASPAR, Pe. João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro...*, o.c., p.39. Esta perspectiva era uma afirmação do predomínio dos direitos do Estado sobre a Igreja, que se deu um pouco por toda a Europa, o regalismo prático de Pombal, não era contra a Igreja propriamente, mas situava-se dentro do despotismo iluminado, como refere e estudou SANTOS, Cândido dos - *António Pereira de Figueiredo e a Aufklärung. Ensaio sobre o regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2.metade do séc.XVIII..., o.c.*, p.172 e 200.

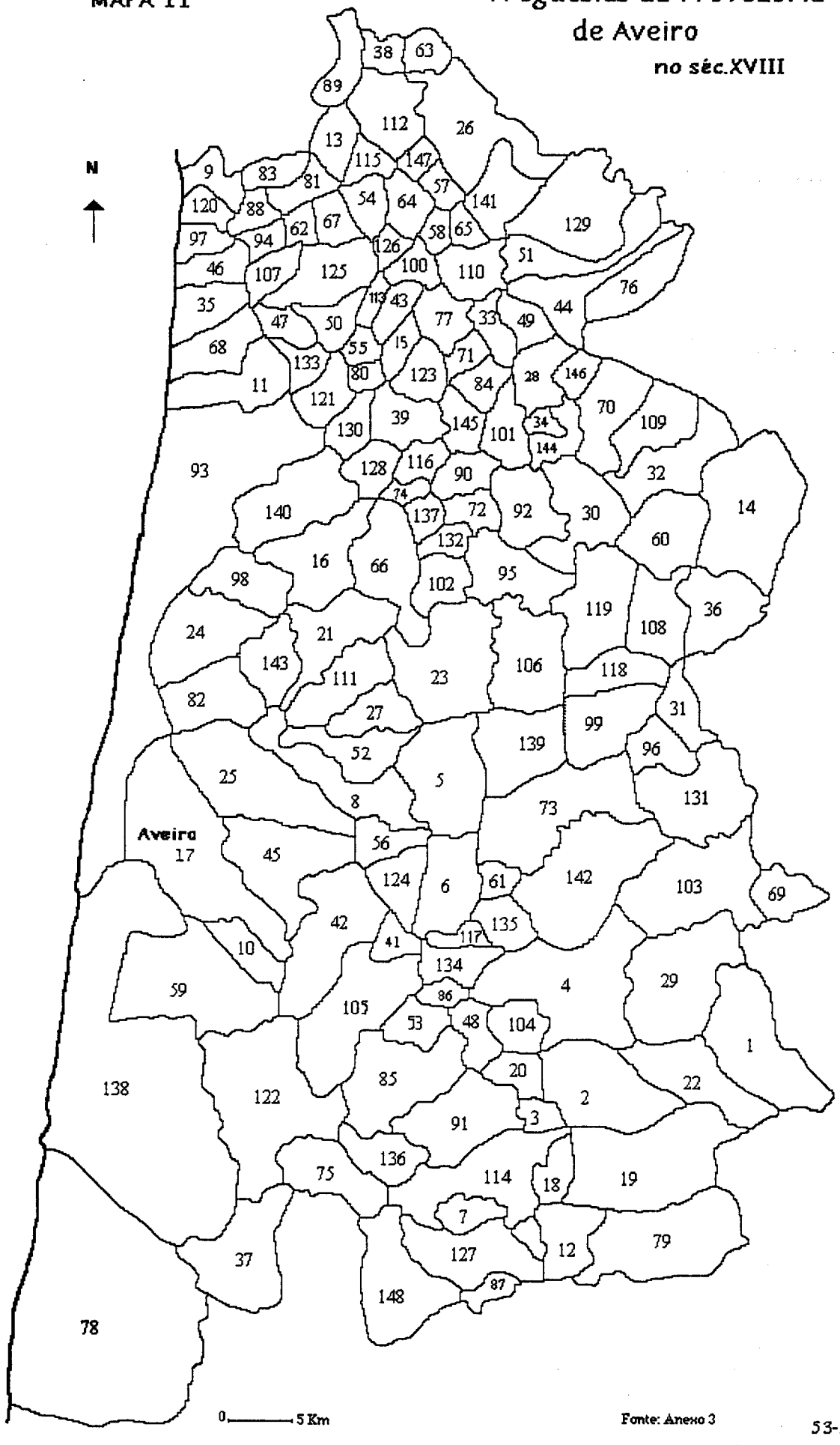
Freguesias da Provedoria de Aveiro ao longo do séc.XVIII (legenda do mapa em acetato)

Nº	Freguesias	Nº	Freguesias
1	Agadão,S.M.Madalena	75	Mamarrosa,S.Simão
2	Aguada Cima,S.Eulália	76	Mansores,S.Cristina
3	Aguada de Bx,S.Mart.	77	Milheirós de Poiares,S.Miguel
4	Agueda,S.Eulália	78	Mira,S.Tomé
5	Albergaria-a-Velha,S.Cruz	79	Moita,S.Tiago Maior
6	Alquerubim,S.Marinha	80	Mosteiró,S.André
7	Ancas,N.S.Assunção	81	Mozelos,S.Martinho
8	Angeja,N.S.das Neves	82	Murtosa,N.S.Natividade
9	Anta,S.Martinho	83	Nogueira da Regedoura,S.Cristovão
10	Aradas,S.Pedro	84	Nogueira do Cravo,S.Cristovão
11	Arada,S.Martinho	85	Oiã,S.Simão
12	Arcos,S.Paio	86	Ois da Ribeira,S.Adrião
13	Argoncilhe,S.Martinho	87	Ois do Bairro,S.André
14	Arões,S.Simão	88	Oleiros,S.Paio
15	Arrifana,S.Martinho	89	Olival,Sa.Maria
16	Avanca,S.Marinha	90	Oliveira de Azeméis,S.Miguel
17	Aveiro(4 freguesias)	91	Oliveira do Bairro,S.Miguel
18	Avelãs de Caminho,S.António	92	Ossela,S.Pedro
19	Avelãs de Cima,S.Pedro	93	Ovar,S.Cristovão
20	Barrô,S.André	94	Paços de Brandão,S.Cipriano
21	Beduido,S.Tiago	95	Palmaz,S.Marinha
22	Belazaima do Chão,S.Pedro	96	Paradela,N.S.Loreto
23	Branca,S.Vicente Martir	97	Paramos,S.Tirso
24	Bunheiro,S.Mateus	98	Pardilhó,S.Pedro
25	Cacia,S.Julião	99	Pessegueiro,S.Martinho
26	Canedo,S.Pedro	100	Pigeiros,S.Maria
27	Canelas,S.Tomé	101	Pindelo,S.Maria
28	Carregosa,S.Salvador	102	Pinheiro da Bemposta,S.Paio
29	Castanheira do Vouga,S.Mamede	103	Préstimo,S.Tiago
30	Castelões,S.Pedro	104	Recardães,S.Miguel
31	Cedrim,S.João Baptista	105	Requeixo,S.Paio
32	Cepelos,S.João	106	Ribeira de Fráguas,S.Tiago
33	Cesar,S.Pedro	107	Rio Meão,Santiago
34	Codal,S.Tiago	108	Rocas,S.João
35	Cortegaça,S.Marinha	109	Roge,S.Salvador
36	Couto de Esteves,S.Estevão	110	Romariz,S.Isidoro
37	Covão do Lobo,S.Salvador	111	Salreu,S.Martinho
38	Crestuma,S.Marinha	112	Sandim,S.Maria
39	Cucujães,S.Martinho	113	Sanfins,S.Tiago
40	Duas Igrejas,S.Silvestre	114	Sangalhos,S.Vicente
41	Eirol,S.Eulália	115	Sanguedo,S.Eulália
42	Eixo,S.Isidoro	116	Santiago de Riba-Ul
43	Escapães,S.Martinho	117	Segadães,S.Pedro
44	Escariz,S.André	118	Sever,S.Maria
45	Esgueira,S.André	119	Silva Escura,S.J.Baptista
46	Esmoriz,S.Maria	120	Silvalde,S.Tiago
47	Espargo,S.Tiago	121	Souto,S.Miguel
48	Espinhel,N.S.Assunção	122	Sosa,S.Miguel
49	Fajões,S.Martinho	123	S.João da Madeira
50	Feira,S.Nicolau	124	S.João de Loure
51	Fermedo,N.S.do Ó	125	S.João de Ver
52	Fermelã,S.Miguel	126	S.Jorge
53	Fermentelos,S.André	127	S.Lourenço do Bairro
54	Fiães,S.Maria	128	S.Martinho da Gandara
55	Fornos,S.Salvador	129	S.Miguel do Mato
56	Frossos,S.Paio	130	S.Vicente de Pereira
57	Gião,S.André	131	Talhadas,S.Mamede
58	Guisande,S.Mamede	132	Travanca de Grijó,S.Martinho
59	Ilhavo,S.Salvador	133	Travanca,S.Mamede
60	Junqueira,S.Miguel	134	Travassô,S.Miguel
61	Lamas do Vouga,S.M.Assunção	135	Trofa do Vouga,S.Salvador
62	Lamas,S.Maria	136	Troviscal,S.Bartolomeu
63	Lever,S.André	137	Ul,S.Maria
64	Lobão,S.Tiago	138	Vagos,S.T.Maior
65	Louredo,S.Vicente	139	Valmaior,S.Eulália
66	Loureiro,S.J.Baptista	140	Válega,S.Maria
67	Lourosa,S.Tiago	141	Vale,S.Maria
68	Maceda,S.Pedro	142	Valongo Vouga,S.Pedro
69	Macieira de Alcoba,S.Martinho	143	Veiros,S.Bartolomeu
70	Macieira de Cambra,N.S.Natividade	144	Vila Chã de Cambra,N.S.Purificação
71	Macieira de Sarnes,S.Eulália	145	Vila Chã de S.Roque,S.Pedro
72	Macinhata da Seixa,S.André	146	Vila Cova do Porrinho,S.João
73	Macinhata Vouga,S.Cristovão	147	Vila Maior,S.Mamede
74	Madail,S.Mamede	148	Vilarinho do Bairro,S.Miguel

MAPA 11

Freguesias da Provedoria de Aveiro

no séc.XVIII

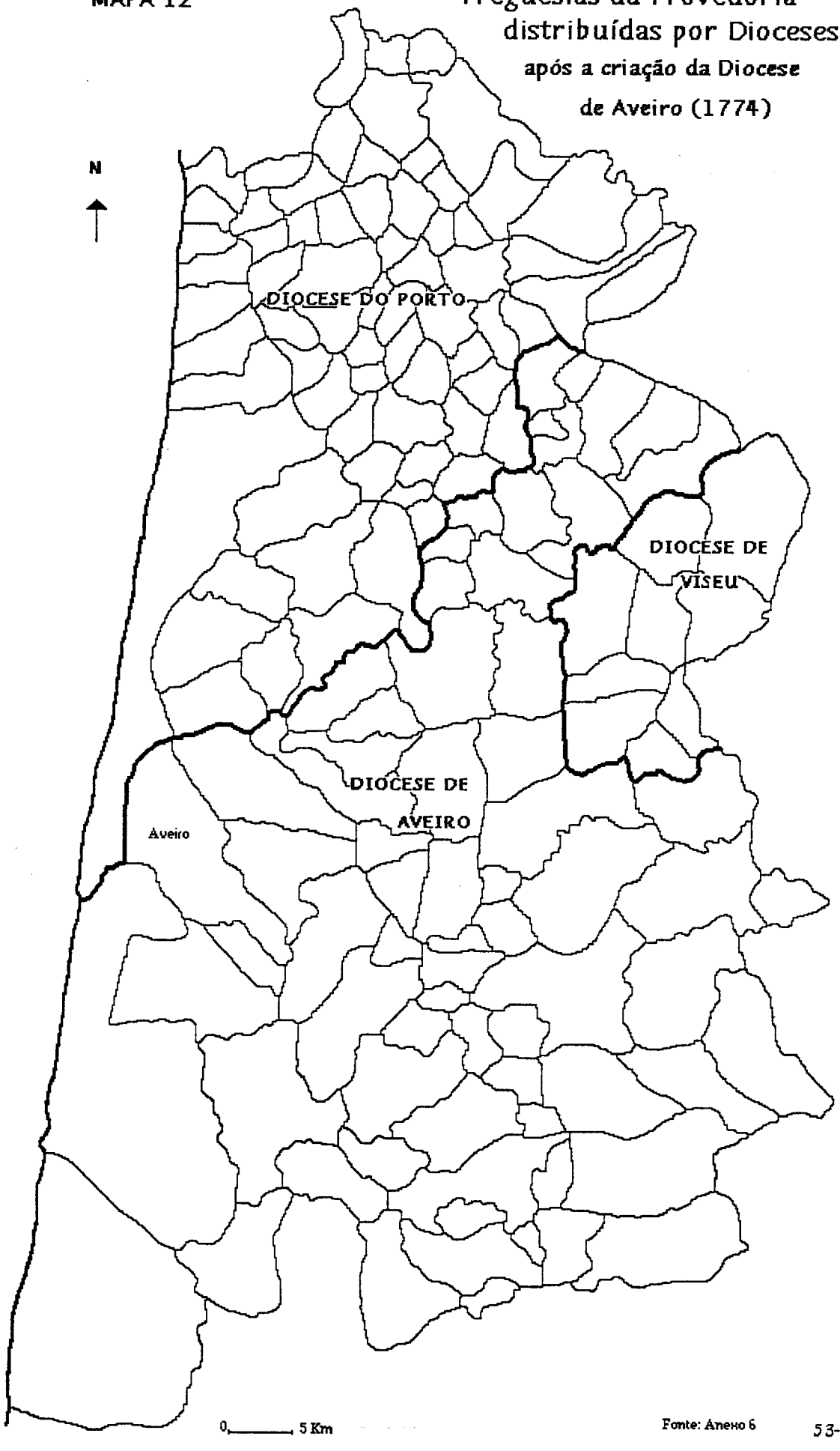


Fonte: Anexo 3

MAPA 12

Freguesias da Provedoria distribuídas por Dioceses

após a criação da Diocese de Aveiro (1774)

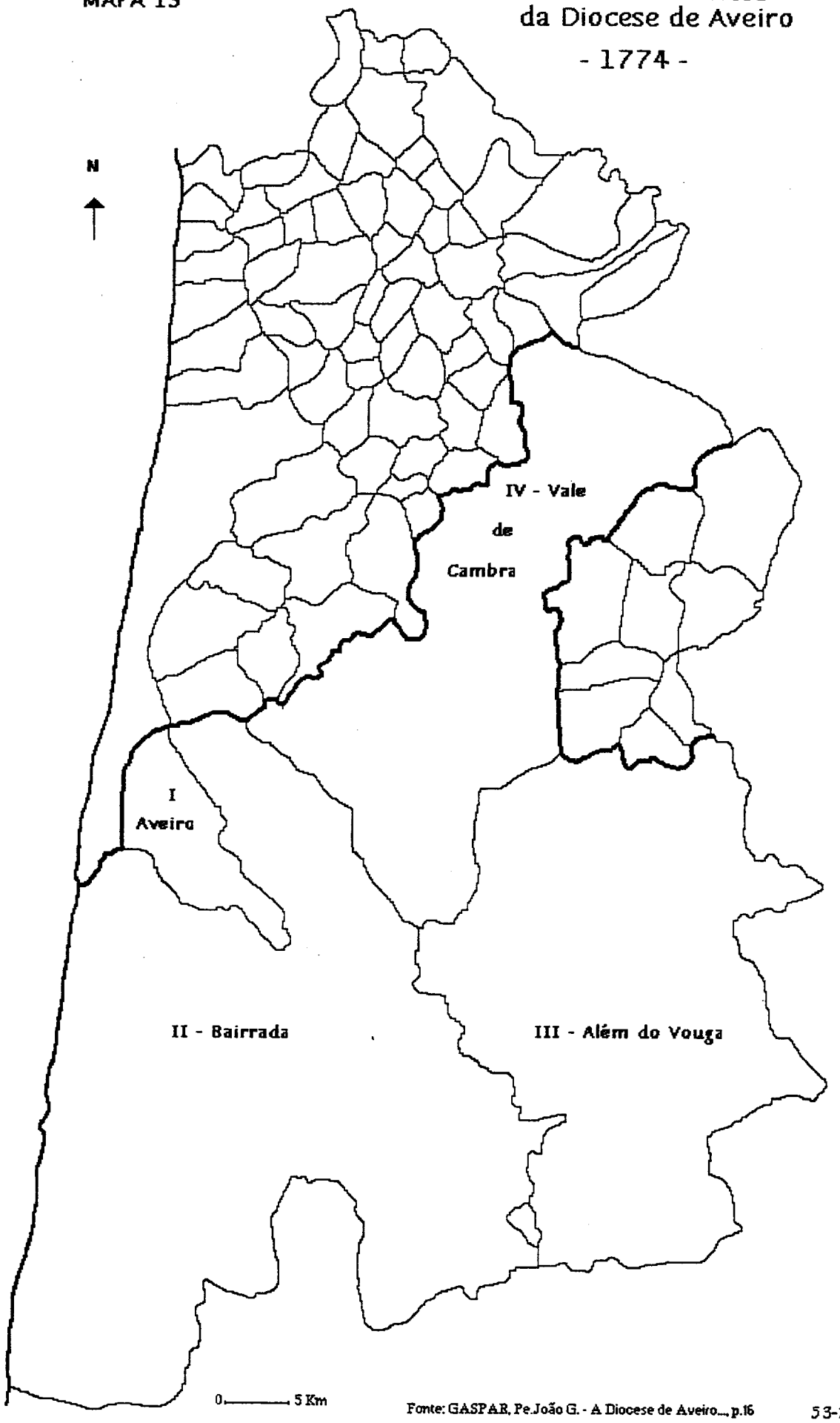


Fonte: Anexo 6

MAPA 13

Distritos Eclesiásticos da Diocese de Aveiro

- 1774 -



Fonte: GASPAR, Pe.João G. - A Diocese de Aveiro..., p.16

livros contrários ao ensinamento da Igreja[119], invadindo as atribuições da Real Mesa Censória, a quem competia o exame e censura dos livros. Visto como a personificação e instrumento do poder dos padres jesuítas[120], a pastoral por ele emitida, foi tida como um *"escrito de rebelião e sedição"*[121].

Em 28 de Setembro de 1773, uma carta régia dirigida ao Papa Clemente XIV, referia a extensão do Bispado de Coimbra, e solicitava que *"do mesmo Bispado se dividisse a Comarca de Esgueira, para nela constituir uma nova Diocese, a que sirva de cabeça a cidade de Aveiro, constituindo a mesma comarca o território da nova Diocese"*[122]. Ora, naquela data, já se tinha formado a comarca de Aveiro, cujos contornos não coincidiam com os limites propostos para a nova diocese [veja-se a divisão das dioceses, mapas 12 e 13]. Podemos, porém, admitir que este documento tenha sido forjado, já por volta de 1760, quando da elevação de Aveiro a cidade, perante um quadro administrativo impreciso e desconhecendo-se os limites da nova jurisdição, como aconteceu na criação de outros bispados, nomeadamente no de Pinhel[123].

O processo canónico em ordem à criação do novo Bispado não tardou a ser iniciado e, a 17 de Janeiro de 1774, o Núncio Apostólico, em Lisboa, ouviu depoimentos sobre as condições e estado da Igreja de Aveiro: confirmava-se a grande extensão da Diocese de Coimbra com *"bastantes jurisdições civis denominadas comarcas"*, e sugeria-se que destas fosse retirada a de Esgueira, que compreenderia 60 freguesias com mais de 20.000 fogos e cerca de 75.000 almas. À cabeça, a cidade de Aveiro com 2000 fogos e 7000 fiéis. Ficaria dependente da Arquidiocese de Braga, assim como a Igreja Conimbricense era sufragânea da mesma Metrópole[124].

---

[119] Id., *Ibid.*, p.41. Além disso, D.Miguel da Anunciação era da família dos Távoras, por parte da mãe, D.Arcângela de Távora.

[120] RODRIGUES, Manuel Augusto - *Pombal e D.Miguel de Anunciação, Bispo de Coimbra...*, *o.c.*, p.225.

[121] Id., *Ibid.*, p.230.

[122] GASPAR, Pe.João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro...*, o.c., p.40.

[123] Vd. GOMES, J. Pinharanda - *História da Diocese da Guarda...*, *o.c.*, p.70 e 71, na carta de Março de 1770, que propõe a Clemente XIV a criação do Bispado de Pinhel, este ficaria com 225 paróquias, enquanto que posteriormente, em Setembro de 1773, reduz-se já para 142 e as imprecisões multiplicam-se, reafirmando a ideia dum imperfeito conhecimento das terras e das paróquias.

[124] GASPAR, Pe.João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro...*, o.c., p. 44.

Finalmente, a 12 de Abril de 1774, erigiu-se a nova Diocese, sendo o monarca seu padroeiro, como já o era de todas as outras do Reino. O Cabido nunca chegou a ser apresentado por D.José, suprindo essa falta os beneficiados da Colegiada da Misericórdia e os párocos das 4 freguesias da cidade[125].

O primeiro bispo foi D.António Freire Gameiro de Sousa, nomeado por proposta régia, a 18 de Abril de 1774. A sua entrada em Aveiro deu-se apenas em 1 de Julho de 1778[126]. Até então, esteve instalado em Lisboa ou na freguesia de Angeja, próxima de Aveiro, enquanto não terminavam as obras no antigo palácio dos Tavares, na rua do mesmo nome, na cidade de Aveiro, próximo da Igreja matriz de S.Miguel, assim como do templo da Misericórdia, que viria a ser escolhido como Sé[127].

Entretanto foram várias as iniciativas que tomou de protecção a instituições religiosas mais modestas, mas continuando a adoptar as Constituições e Pastorais de Coimbra[128], como normas canónicas. Entretanto, promoveu um interessante inquérito, a 22 de Setembro de 1775, dirigido a todos os párocos da nova Diocese, que estabelecia, com exactidão, os seus limites, clérigos, número de almas, padroados, encargos e rendimentos[129]. A partir desta informação, é mais fácil perceber como foi constituída a nova Diocese. As suas freguesias eram, na totalidade, provenientes da Diocese de Coimbra, como já se sabia, especialmente do chamado Arcediagado do Vouga, nas freguesias que lhe ficavam a Norte e Leste[130], formando quatro Distritos Eclesiásticos: o das freguesias da cidade, o da Bairrada que reune as freguesias à volta de Aveiro e para sudoeste; do Além Vouga, com as freguesias a sudeste e este e, finalmente, o de Vale de Cambra que agrupa as de nordeste (ver mapa 13)[131].

---

[125] Id., *Ibid.*, p.47 e 48.
[126] Id., *Ibid.*, p.53 e 56.
[127] Id., *Ibid.*, p.56 e 57.
[128] Id., *Ibid.*, p. 54 a 56.
[129] GASPAR, Pe.João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no século XVIII, um inquérito de 22 de Setembro de 1775..., o.c.*
[130] Pode-se confirmar em VASCONCELOS, Dr.António Garcia Ribeiro de - *O Arcediagado do Vouga..., o.c.*, p.13, e 28 a 35; e ainda CARVALHO, Joaquim, PAIVA, J.Pedro - *A Diocese de Coimbra no século XVIII..., o.c.*, p.258 a 267.
[131] GASPAR, Pe. João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no século XVIII...*, o.c., p.16; compunham, cada um dos Distritos Eclesiásticos, as seguintes freguesias: I-Cidade de Aveiro: S.Miguel, Apresentação, Vera Cruz, e Espírito Santo; II-Bairrada: Aradas, Ilhavo, Sosa, Vagos, Mamarrosa,

Este primeiro bispo governou de 1774 a 1799. Sucedeu-lhe D.António José Cordeiro (1801-1813) e D.Manuel Pacheco de Resende (1815 1837), sofrendo este, devido à época conturbada, imensas interferências por parte do poder civil[132]. A Diocese teve a sua duração até 1881, quando foram extintas, igualmente, as de Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel. Nesta altura houve uma nova redistribuição das paróquias pelas Dioceses do Porto, Viseu e Coimbra[133]. Em 1938, a Diocese de Aveiro foi recriada, nela se conjungando algumas freguesias daqueles bispados, mas numa configuração diferente da apresentada em 1881.[134]

Os argumentos utilizados na sua extinção comprovam a certeza de que a sua criação fora uma medida essencialmente política, tal como era, agora, o seu terminus: é considerada pouco extensa, pouco povoada, tendo como sede uma cidade secundária (também o era Lamego, e não foi posta em causa a sua existência), relativamente recente, constituindo ainda uma usurpação à de Coimbra, por cujas Constituições sempre se regeu, não ter Cabido, nem Sé, nem Paço Episcopal, nem Seminário com internato, nem rendimentos suficientes, ser o Rio Vouga limite natural e antigo entre as duas Dioceses de Aveiro e Porto, etc.... Ora , a falta de Bispo e de Cabido devia-se ao próprio Estado que há 40 anos não apresentava novo Bispo à Santa Sé, e o Cabido, do padroado real, nunca fora nomeado[135].

Em suma, razões políticas criaram Aveiro, e quiseram dar-lhe papel crescente entre dois polos que tradicionalmente se impunham, em termos de jurisdição política e religiosa - Porto e Coimbra. Mas, na prática, nunca conseguiu conjugar os items necessários para se afirmar, efectivamente.

Covão do Lobo, Mira, Vilarinho do Bairro, S.Lourenço do Bairro, Ois do Bairro, Sangalhos, Ancas, Troviscal, Oliveira do Bairro, Oiã, Fermentelos, Requeixo, Eirol, Eixo, Cacia, Esgueira; III-de Além do Vouga: Ois da Ribeira, Espinhel, Recardães, Barrô, Aguada de Baixo, Avelãs de Caminho, Arcos, Moita, Avelãs de Cima, Aguada de Cima, Belazaima do Chão, Agadão, Castanheira do Vouga, Macieira de Alcoba, Talhadas, Préstimo, Valongo do Vouga, Macinhata do Vouga, Lamas do Vouga, Trofa do Vouga, Segadães, Travassô, Agueda; IV- de Vale de Cambra: Angeja, Frossos, S.João Loure, Alquerubim, Albergaria-a-Velha, Valmaior, Ribeira de Fráguas, Palmaz, Ossela, Castelões, Cepelos, Roge, Macieira de Cambra, Vila Chã, Vila Cova do Perrinho, Carregosa, Codal, Macinhata de Seixa, Travanca de Grijó, Pinheiro da Bemposta, Branca, Salreu, Canelas, Fermelã.

[132] COUTINHO, Bernardo Xavier - *Apontamentos para a História do Pinheiro da Bemposta..., o.c.* p.85.

[133] Id., *Ibid.*, p.84: apresenta uma relação dessas freguesias.

[134] GASPAR, Pe.João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro...*, o.c., nas primeiras páginas apresenta um esboço dos contornos da Diocese de Aveiro ao longo das diferentes reformas.

[135] Id., *Ibid.*, p.223.

Passados 40 anos da sua criação, em 1814, ainda não tinha Sé própria (continuava na Igreja da Irmandade da Misericórdia), não tinha Cabido, não exercia cura de almas na Sé, até porque não possuía baptistério, a habitação do prelado onde funcionava também o Seminário, com apenas 6 jovens estudantes, carecia de obras[136]. Enfim, uma Diocese facilmente sujeita às vicissitudes que a Igreja sofreu, sobretudo a partir da turbulência liberal.

B - As freguesias: rede antiga de criação contínua

O espaço histórico da Provedoria não se esgota, do ponto de vista eclesiástico, na Diocese de Aveiro [ver Anexo 7]. São cerca de 148 freguesias, repartidas pela Diocese de Viseu (9), Diocese do Porto (70), e Aveiro(69). Apenas uma freguesia (de Mogofores)[137], só em parte era da Provedoria, e pertencia à Diocese de Coimbra. Não se trata aqui de um estudo profundo da criação e evolução das paróquias, mas apenas, identificar o suporte paroquial onde gentes e actividades se movimentam, visto que, recordamos, este primeiro capítulo trata de um reconhecimento político, administrativo e religioso do espaço histórico em causa.

Identificadas as freguesias que se desmembraram ao longo do séc.XVIII, ou cujos limites são duvidosos e geradores de conflitos, algumas ilacções simples ressaltam [ver Anexos 6 e 7, e mapa 14]. As freguesias do Bispado do Porto apresentam algumas alterações: situações caricatas e conflituosas de certos limites, como as de Vale e Louredo, que uma série de lugares meeiros mais complica, o que aliás era comum entre freguesias vizinhas (Vale, Mato, Romariz e Canedo); ponto extremo desta evolução é o desaparecimento, no séc.XIX, de Duas Igrejas, anexada ora a Pigeiros, ora a Romariz[138]. No litoral, a fragilidade das fronteiras marítimas e o crescimento demográfico explicam quer os lugares meeiros em Avanca, Beduído e Loureiro, quer os conflitos entre Cortegaça, Esmoriz, Paramos e Riomeão, ou

---

[136] Id., *Ibid.*, p.106 a 107: inquérito sobre o estado da Diocese a 27 de Agosto de 1814.

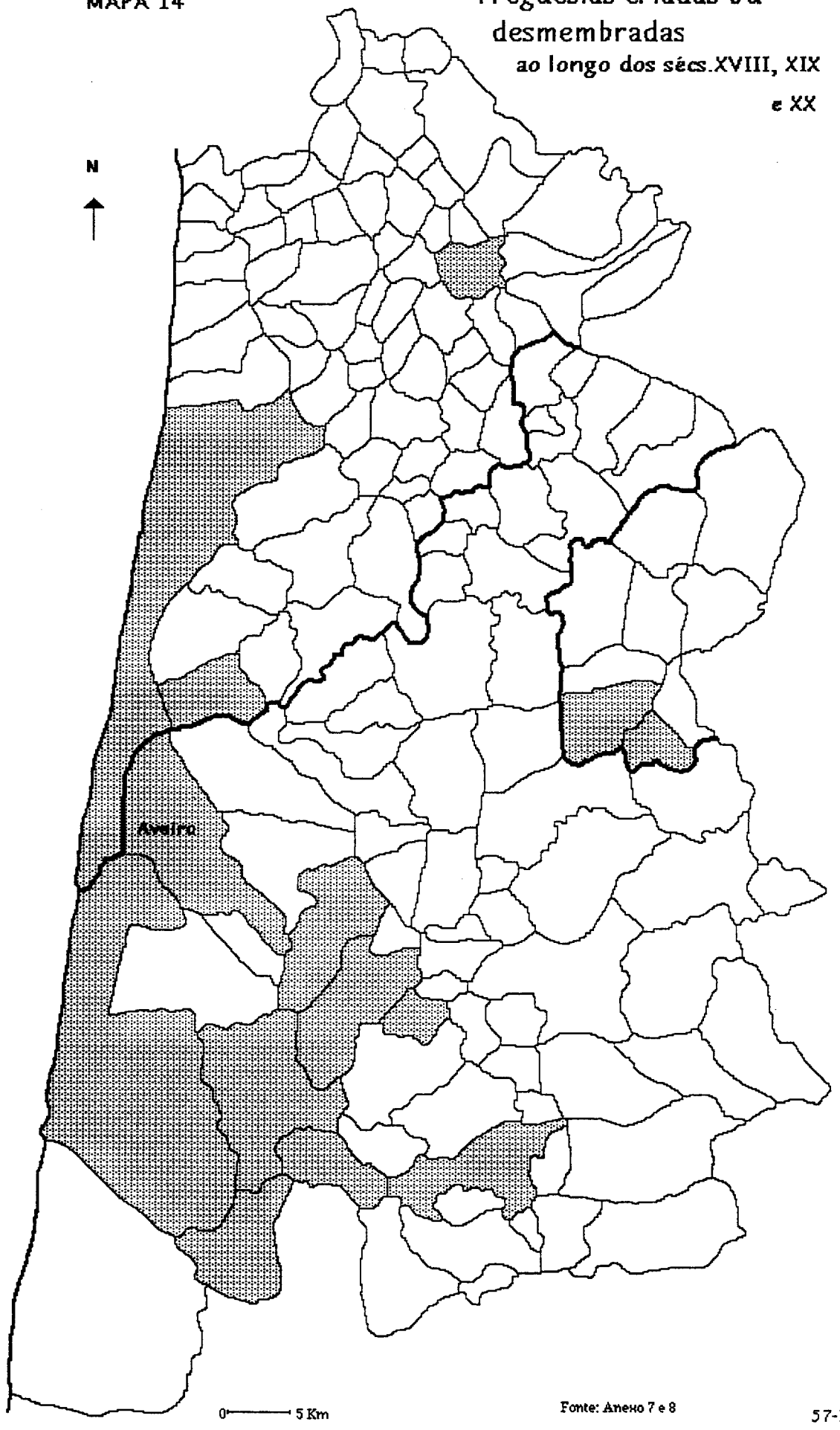
[137] Não a contemplo na listagem ou contagem das freguesias da Provedoria, pela sua repartição por Coimbra.

[138] Ver Anexos 6 e 7 acerca das freguesias de S.Mª de Vale, S.Miguel do Mato, S.Isidoro de Romariz, S.Pedro de Canedo e S.Silvestre de Duas Igrejas.

MAPA 14

Freguesias criadas ou desmembradas

ao longo dos sécs.XVIII, XIX e XX



Fonte: Anexo 7 e 8

entre Ovar e Aveiro[139]. Ainda no séc.XIX, surge Espinho que não foi, ao contrário do que pensávamos, um lugar da freguesia de Anta, como nos finais de XVIII alguma documentação parece indicar, (o lugar de Espinho como ponto da costa da comarca da Feira, como significativo porto de pesca da sardinha)[140], mas da freguesia de S.Félix da Marinha[141]. As freguesias de Pardelhas e Torreira, foram já criações do 2ºterço do séc.XX, a partir das de Murtosa e Ovar, respectivamente[142].

Na Diocese de Aveiro, alguns desmembramentos deram-se em pleno séc.XVIII, entre eles o da nova freguesia de Fermentelos, retirada da de Requeixo, em 1738 e no meio de grandes conflitos[143]. Nos primeiros 20 anos do séc.XIX, ainda de Requeixo surge, em 1819, a freguesia de Nariz, e da de Sosa, em 1804, surge Palhaça. Em 1835 foi Aveiro a readministrar o seu espaço paroquial, passando de 4 a 2 paróquias. Em meados de XIX, a enorme freguesia de Vagos iniciou o seu processo de desmembramento, dando origem às várias Gafanhas: da Nazaré, Encarnação, Carmo e Boa-Hora, Calvão e Ponte de Vagos.

Na Diocese de Viseu apenas de Pessegueiro do Vouga se desmembrou a freguesia de Paradela, em 1740, embora só 7 anos depois se referisse a construção da nova capela[144].

As razões que presidiam a todas estas desanexações prendem-se com vários factores: por um lado, sobretudo no litoral, o forte crescimento demográfico, associado à pesca, agricultura e até turismo que se desenvolveu a partir do séc.XIX, e por outro lado as antigas aspirações de independência religiosa à volta de pequenas capelas que impulsionaram a autonomia[145]. Normalmente, as gentes apresentavam vários argumentos que se repetiam : as dificuldades de deslocação às igrejas matrizes, devido às fronteiras

---

[139] AMORIM. Pe.Aires de - *Demarcações entre Esmoriz e as freguesias de Riomeão e Paramos...*, *o.c.*, p.74; Id. - *Questões entre Esmoriz e Cortegaça, por causa dos marcos que separam as duas freguesias...o.c.*, p.241. RAMOS. Maria Camila Lumiar - *Duas Demarcações da Barra de Aveiro no séc.XVIII*..., o.c., p.98.

[140] AMORIM. Inês - *Descrição da Comarca da Feira*.... o.c., p.267.

[141] MOREIRA. Pe.Domingos - *Freguesias da Diocese do Porto*..., *o.c.*, 2ªSérie, v.2, p.67.

[142] Ver Anexo 7, freguesias de Murtosa e Ovar.

[143] Ver Anexo 7, freguesia de Requeixo.

[144] TAVARES. A.Henriques - *Pessegueiro do Vouga. Das Origens à Actualidade*..., *o.c.*, p.71.

[145] Esta aspiração religiosa descrita em REZENDE. Pe.João Vieira - *Monografia da Gafanha*..., *o.c.*, p.107 a 167.

naturais como rios, canais, cheias periódicas, declives, tudo obstáculos que as afastavam dos sacramentos. Comprometiam-se assim, a participar, generosamente, na construção do lugar do culto e mesmo a sustentar o clérigo. Daí, que este espírito de forte participação paroquial nos faça compreender as repetidas questões, à volta da alienação do património religioso que era de todos.

Uma listagem, por Dioceses, dos diferentes padroeiros seculares, instituidores da igreja, levantam, por sua vez, breves comentários (ver Anexos 8 e 9 e mapas 15 a 18):

- na Diocese de Aveiro, a Coroa tem uma forte presença, como se pode verificar no mapa 15, sobretudo com a extinção de alguns senhorios, como sejam a Casa de Aveiro, recebendo os padroados respectivos; segue-se um número considerável de freguesias apresentadas pela Casa de Bragança, em freguesias que respondiam ao seu Almoxarifado de Eixo. Os Conventos e Mosteiros têm forte implantação, especialmente o das Freiras de Jesus de Aveiro, mas igualmente os de Lorvão, Grijó e S.Clara de Coimbra; a Mitra, Bispo e Cabido detinham apenas 5 paróquias; finalmente, alguns (poucos) priores, vigários e reitores apresentam curatos.

- a Diocese do Porto, pelo contrário, tem, em maior número, apresentações de Conventos e Mosteiros, com especial incidência dos do Porto, mas também dos cónegos regulares da Serra do Pilar em Vila Nova (margem esquerda do rio Douro), do Mosteiro de S.Salvador de Grijó, e dos de S.João Evangelista da Vila da Feira. Mitra e Cabido recolhem um número significativo de paróquias. As Comendas de Riomeão e de Malta mostram um certo peso que se revela nos conflitos à volta da demarcação de limites de freguesias[146]. A Universidade de Coimbra atinge alguma notoriedade, enquanto que o padroado real se reduz a 3 freguesias, embora, note-se, não estejamos a tratar todas as freguesias da Diocese do Porto, mas apenas aquelas que desta Diocese se integram na Provedoria.

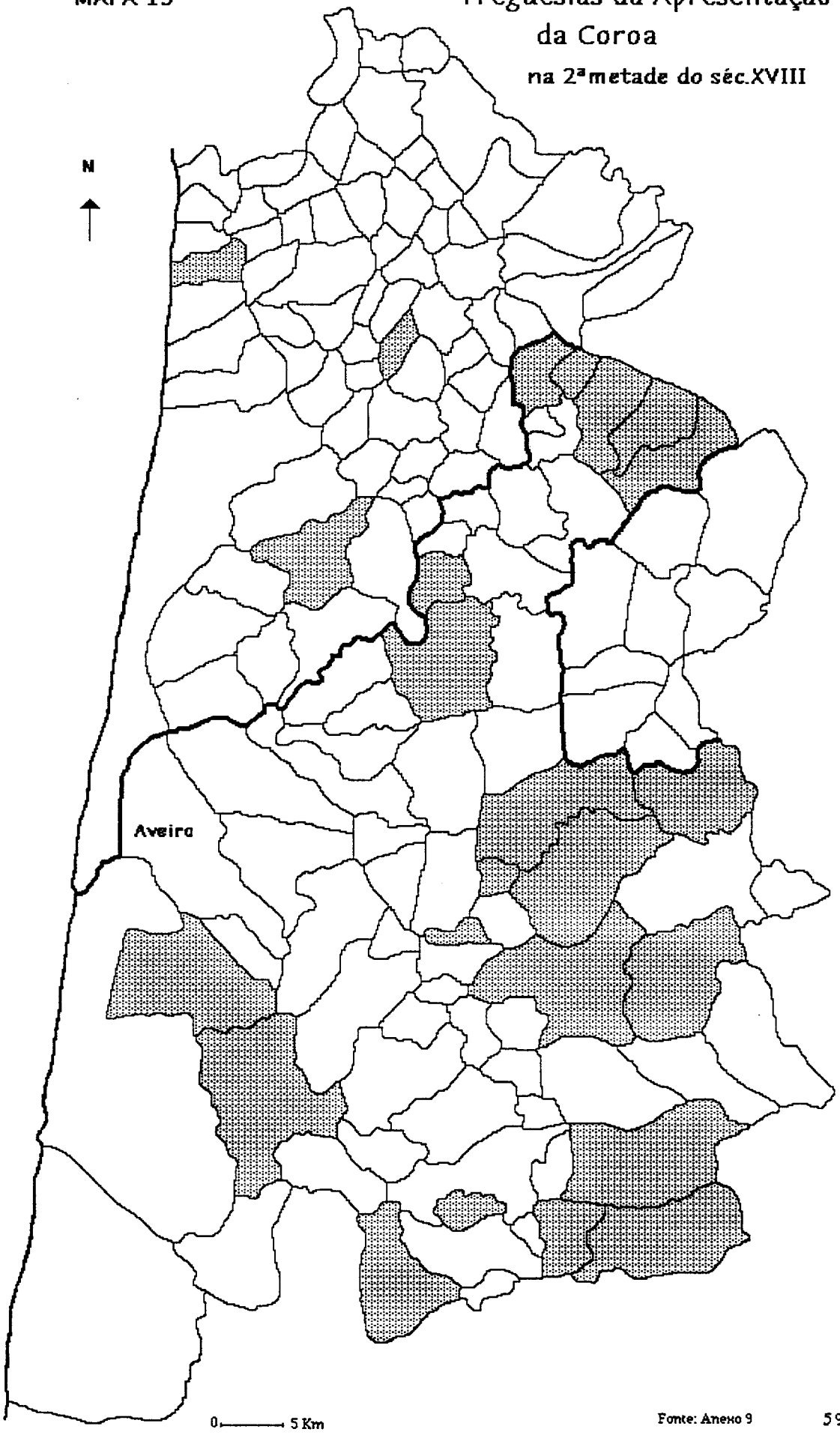
Aveiro, como centro da Provedoria, merece particular atenção no que se refere ao seu percurso paroquial. Enquanto vila, sofrera uma primeira

[146] AMORIM. Pe.Aires de - *Demarcações entre Esmoriz* e .... o.c.

MAPA 15

Freguesias da Apresentação da Coroa

na 2ª metade do séc.XVIII

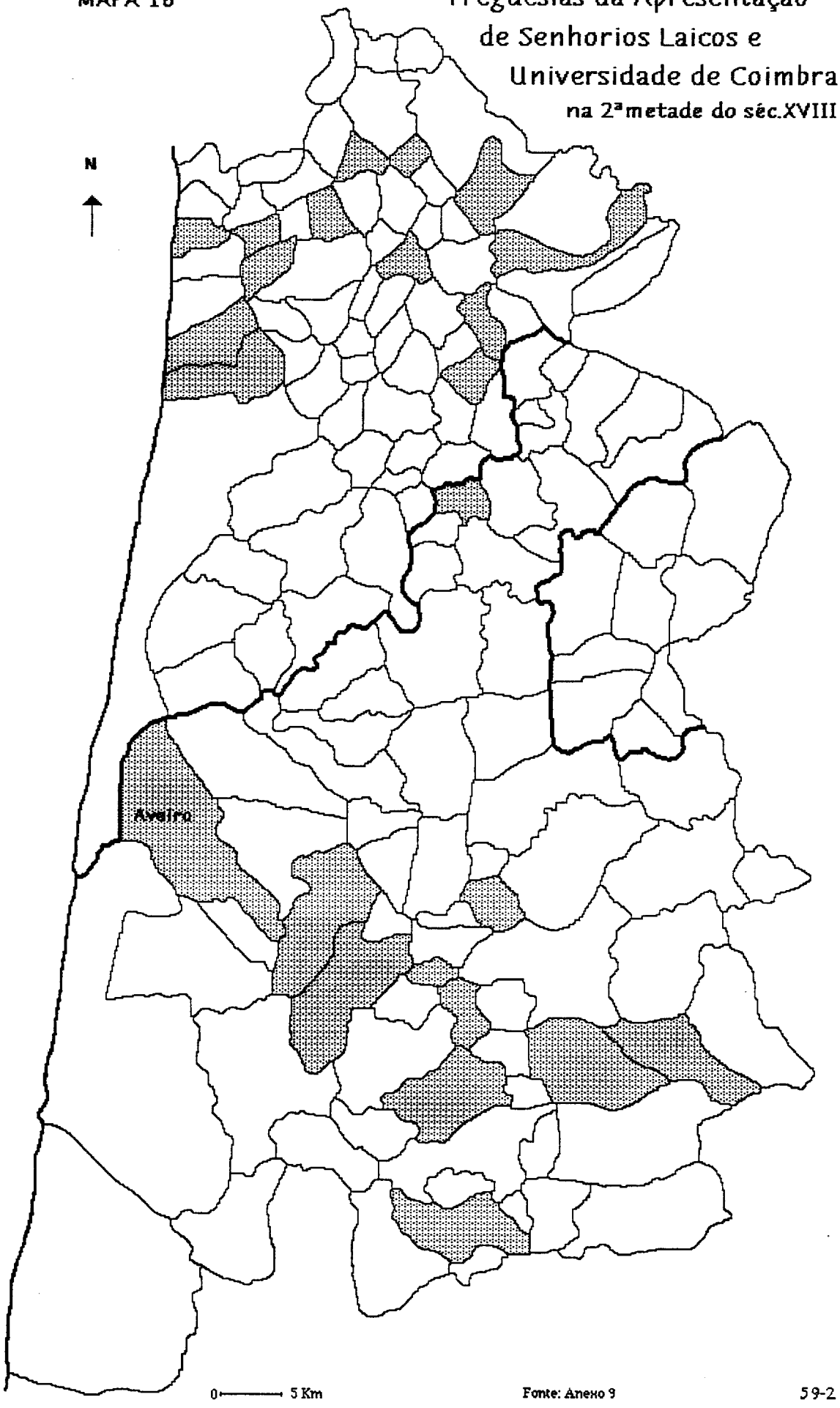


Fonte: Anexo 9

MAPA 16

Freguesias da Apresentação de Senhorios Laicos e Universidade de Coimbra

na 2ª metade do séc.XVIII



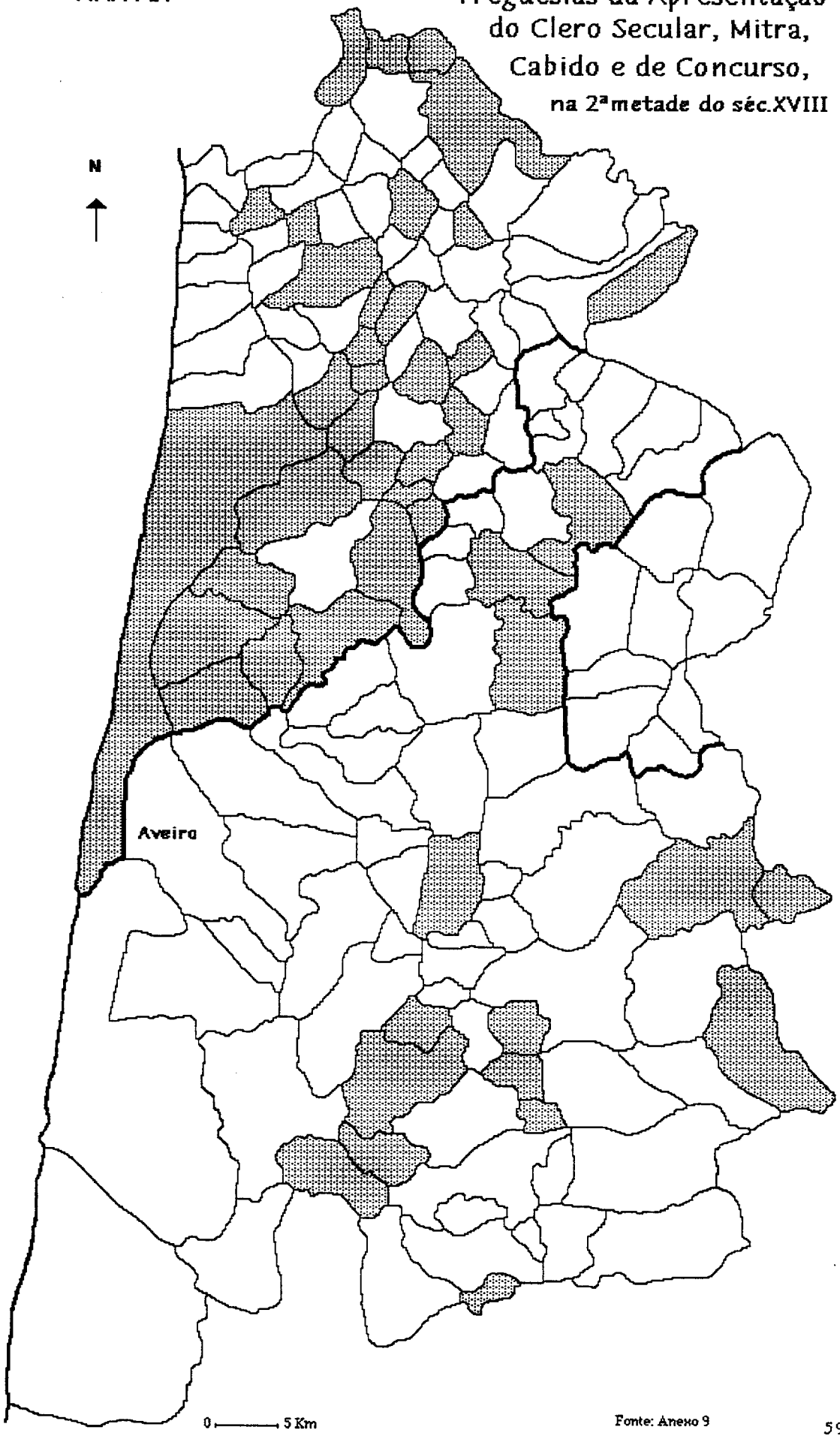
Fonte: Anexo 9

59-2

MAPA 17

Freguesias da Apresentação do Clero Secular, Mitra, Cabido e de Concurso,

na 2ª metade do séc.XVIII

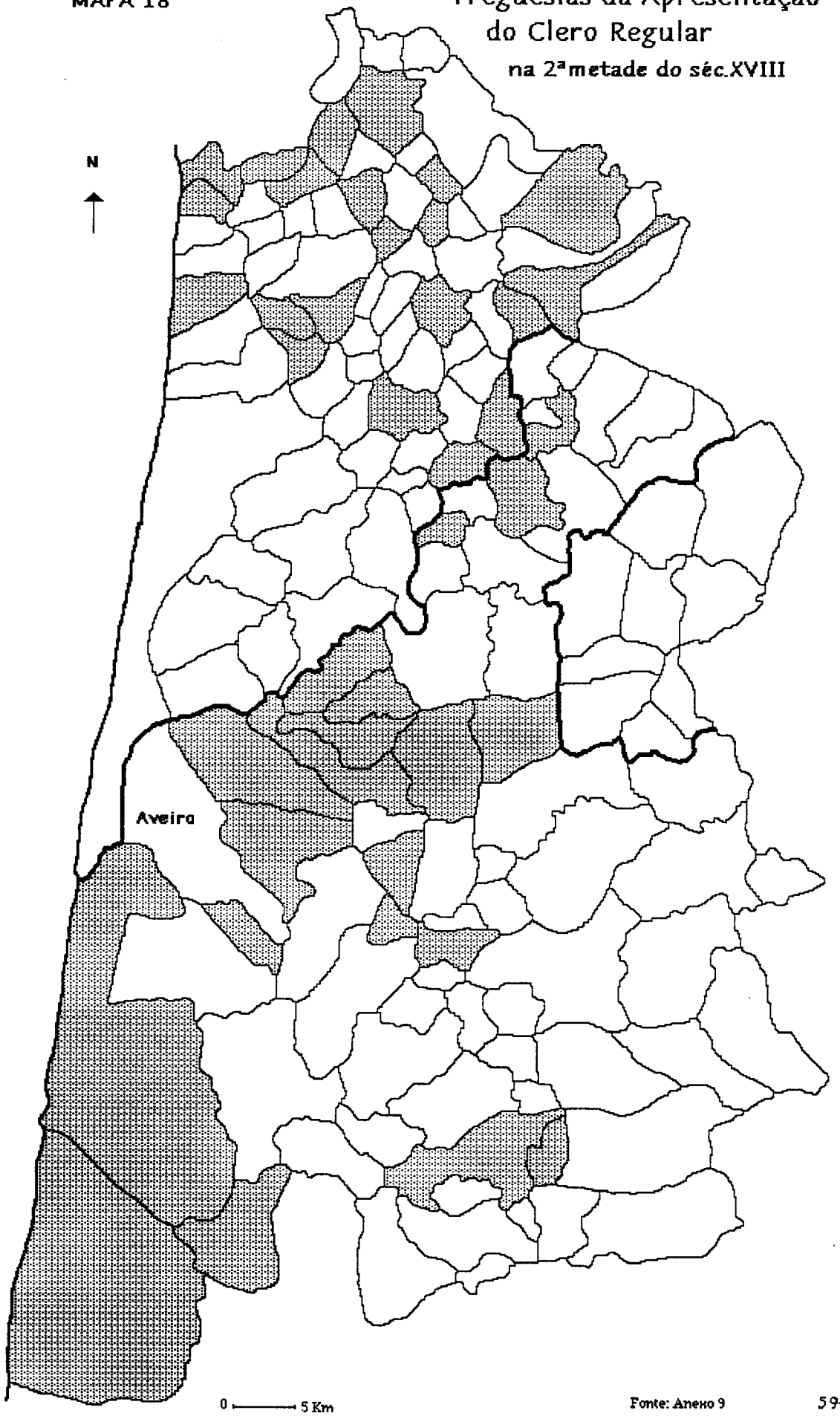


Fonte: Anexo 9

MAPA 18

Freguesias da Apresentação do Clero Regular

na 2ª metade do séc.XVIII



Fonte: Anexo 9

reforma nos finais do séc.XVI: a reorganização paroquial através da acção do Bispo de Coimbra, D.João Soares, que, em 1572, mandou fazer um rol das pessoas de comunhão, achando-se na "*paroquiall Igreja de Sam Miguell da villa d'Aveiro (...)dois mill visinhos e mais de homze mill almas de cura, afora muita gente extrangeira que nella de continuo reside*"[147].

D.João Soares havia regressado do Concilio de Trento e, por conseguinte, considerou que uma só paróquia, de S.Miguel, era insuficiente para uma boa administração religiosa. Dividiu-a em quatro, continuando a de S.Miguel a ser priorado, e as outras, Vera Cruz, S.Gonçalo e Espírito Santo, vigararias. No entanto, a paróquia de S.Miguel conservou a parte mais nobre e antiga da povoação, correspondendo a quase toda a zona muralhada[148]. Além disso, comportava seis Conventos, três de Religiosos e outros tantos femininos. Os dois mais antigos, do séc.XV, são da Ordem de S.Domingos; o feminino, de Jesus, associado à Princesa Santa Joana (1462), e o masculino de Nª.Sª.da Misericórdia (1423). No 1ºquartel do séc.XVI funda-se o de S.António dos Frades Menores da Província da Soledade (1524); nos inícios de XVII (1613), o dos Carmelitas Calçados, masculino, de Nª.Sª.do Carmo, enquanto que, em meados de XVII (1644), surge o das Religiosas Terceiras de S.Francisco ou Convento de Madre de Deus de Sá. Finalmente, já na 2ªmetade do séc.XVII (1658), instala-se o Convento de Carmelitas Descalças, feminino, de S.João Evangelista, por iniciativa do Duque de Aveiro, D.Raimundo, nos paços que lhe deixou sua tia D.Brites Lara, fundadora igualmente do Convento dos Carmelitas Calçados[149].

Em suma, deparamo-nos com uma cidade recheada de instituições que animavam a vida religiosa, cultural e mesmo económica, sem paralelo nas restantes vilas que formavam a Provedoria[150]. Se lhes juntarmos ainda as

---

[147] NEVES, Francisco Ferreira - *Uma descrição das Igrejas e Capelas da freguesia de S.Miguel de Aveiro no séc.XVIII...*, o.c., p.182 e segs.

[148] QUADROS, J.Reinaldo Rangel de - *Aveiro, origens, brasão e antigas freguesias...*, o.c., p.95.

[149] NEVES, Francisco Ferreira - *Uma descrição das Igrejas...*, o.c., p.95; ainda existia o Recolhimento de S.Bernardino das Terceiras de S.Francisco, fundado em 1680, mas que nunca foi reconhecido oficialmente como Convento.

[150] A única excepção é o Convento da Vila da Feira, dos Cónegos Seculares de S.João Evangelista, fundado em 1560, segundo se pode ler em AMORIM, Inês- *Descrição da Comarca da Feira...*, o.c., p.267. Era padroeiro D.Diogo Forjaz Pereira, 4ºConde da Casa da Feita como se lê em ANTT, C.2, v.3: Convento de Espírito Santo da Feira.

irmandades e confrarias de várias devoções[151], de que se foi destacando a Misericórdia, que se organizou e ampliou ao longo do séc.XVII[152], temos um conjunto de razões para colocar Aveiro como centro deste complexo quadro político, administrativo e religioso.

[151] Um levantamento que seria noutro lugar que não este, mas possível de fazer através da obra QUADROS, J.Reinaldo Rangel de - *Aveiro, origens, brasão...*, o.c.

[152] AMORIM, Inês - *Misericórdia de Aveiro e Misericórdias da Índia no séc.XVII. Procuradoras dos defuntos...*, *o.c.*, v.1, p.115 a 119; este crescimento verificou-se quer na construção da nova Igreja e Casa do Despacho, quer na organização do património, aumento do número de irmãos, etc.

Cap. 2 - O meio

O estudo do meio é, antes de mais, condicionado pelo "*...peso duma certa geografia, atenta sobretudo aos dados humanos. [...] a procura duma certa história*"[1].

Palavras de Braudel com que nos identificamos, por considerarmos que, mais do que descrever aspectos naturais (morfológicos, geológicos e climáticos), nos interessa mostrar alguns condicionalismos físicos que suscitaram reacções humanas no espaço da Provedoria.

1 - O Mar e os Rios

"*Uma reconstituição do litoral e dos acessos ao respectivo interior é indispensável para se poder apreciar a importância histórica de qualquer porto*" .

Orlando RIBEIRO - *Introduções Geográficas à História* ..., o.c., p.98[2].

A - O litoral e a Barra

Se nos baseássemos na documentação e bibliografia referentes à História de Aveiro, diríamos que apenas existia um ponto de datação: antes e depois da abertura, à navegação, da Barra de Aveiro, em Abril de 1808, significando esta data, na linguagem da época, "*hum segundo dia de creação*"[3]. Na verdade, as dificuldades de circulação na barra, comunicação com o mar e acesso a Aveiro, tornaram-se motivo de discussão frequente, ao longo do séc. XVIII, que se repercutiu na produção bibliográfica até aos

---

[1] BRAUDEL, Fernand - *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen...*, *o.c.*, v.1, p.21.
[2] RIBEIRO, Orlando - *Introduções geográficas à História de Portugal...*, *o.c.*, p.98
[3] CARVALHO, Luis Gomes de - *Memória Descritiva[. . .]na abertura da Barra de Aveiro...*, *o.c.*, p.30.

nossos dias, repetindo, sem cessar, que a causa maior do declínio de Aveiro foi, desde sempre, a imprevisibilidade da Barra[4].

O processo lento de submersão do litoral português permitiu, e ainda permite, o assoreamento de certos rios e de certas reentrâncias, de tal forma que se nota, desde o séc. XIV, ter ganho mais a terra do que o mar, nas secções de costa baixa sobretudo, entre o Douro e o Cabo Mondego[5]. Esta costa, arenosa, foi alimentada pelas areias da plataforma continental que as correntes litorais impelem para terra[6]. Os materiais, assim transportados, acumulam-se normalmente no recôncavo das baías ou de encontro a promontórios. Se as condições da costa o permitem, surgem restingas ou cordões litorais, cuja extremo progride no sentido do momento do transporte, ao contrário do que sucede com o avanço dos depósitos, apoiados de encontro a um obstáculo[7]. Na costa em causa, encontram-se estas duas situações: o cordão litoral, que se estende do Carregal (em Ovar) às proximidades de Mira, avançou de norte para sul, no sentido da corrente que lhe deu origem, enquanto que os areais de Quiaios, Mira e o cabedelo da Gafanha, se formaram por acção da mesma corrente, mas apoiados no pontal do Cabo Mondego, de sul para norte[8]. Como resultado destas duas tendências, os depósitos acabaram por se unir, situação com que nos deparamos ao longo do séc. XVIII.

Percorramos, mais demoradamente, esta costa. Veja-se o pormenor toponímico registado na carta n.5 [ver Anexo]: encontramos, um pouco ao sul da actual cidade de Espinho, a lagoa de Esmoriz ou de Paramos, provavelmente já existente no séc. IX[9], comum às duas freguesias, das quais

---

[4] Especificamente, partilhando esta perspectiva de determinismo da Barra, na vida económica de Aveiro, destacam-se os trabalhos do Comandante Silvério Ribeiro da Rocha e CUNHA - *Noticia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania do porto de Aveiro..., o.c.*, p.6-7: "*a história económica da região está estreitamente ligada a três factos essenciais da evolução da laguna - o avanço, de Norte para Sul, do cordão litoral, - o estado das comunicações com o mar, - o regimen de marés dentro da laguna - factos inter-dependentes que condicionam as actividades económicas vitais da população que a explora e a sua própria existência*".

[5] MARTINS, A. Fernandes - *A configuração do litoral português no último quartel do séc. XIV..., o.c.*, p.177-178.

[6] DAVEAU, Suzanne, RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann -*Geografia de Portugal-I. A posição geográfica e o território..., o.c.*, p.78.

[7] MARTINS, A. Fernandes - *A configuração do litoral. . . .* o. c. p. 179

[8] Id. , *Ibid.* , p. 179.

[9] AMORIM, Pe. Aires de - *Alguns Problemas Históricos a respeito da Barrinha de Esmoriz..., o.c.*, p.5 e 18.

recebeu o nome, divididas em terra por uma vala, pelo menos até finais do séc. XVII[10]. As potencialidades da pesca, navegação e formação de moliços faziam conjugar as forças das duas freguesias na desobstrução da "barrinha" que, por vezes, se tapava, a provocar prejuízos nos campos contíguos[11], pelo menos desde inícios do séc.XVIII.

Continuando para sul, surge-nos a Ria de Aveiro[12], o acidente mais importante desta parte da costa, delta interior, edificado pelos aluviões do Vouga, no abrigo duma laguna[13]. No último quartel do séc. XIV, o processo da formação da laguna estava já adiantado, e diminuído o papel da corrente litoral. Sobre os depósitos transportados pelo Vouga, o delta começava a crescer[14].

Nos princípios do séc.XIII, estava já constituído o cabedelo da Murtosa, surgindo um novo cordão de areias, isto é, uma flecha litoral, desde o Carregal (de Ovar), crescendo para sul, e atingindo a latitude da Torreira[15]. Assim sendo, é provável que a barra do Vouga tivesse estado, até ao séc. XII, ao norte da Torreira, próxima de Ovar, bem comprovado pela produção de sal em Cabanões e Ovar[16]. A partir de então, foi-se deslocando para sul, sucessivamente até se situar em frente da Ilha da Testada, como descreve um documento de 1407 "*a qual [barra] parte de uma parte com a veia de Vouga e da outra parte com a veia que vai para o val de Cabanões e da outra parte com a veia que vem pela*

---

[10] Id., *Ibid.*, p.14

[11] As MP das duas freguesias referem este esforço conjunto, explicando o seu mecanismo: na MP de Esmoriz escreve o pároco: "*era costume entre esta freguesia e a de Paramos [. . .]ir uma pessoa de cada casa e desobstruir a saída*"; na de Paramos o pároco desenvolve a acção: quando entrava o mar que se dava "*nos quartos de Lua, Nova e Cheia*", tapava-se, tornando-se perigosa, como aconteceu em 1735:razão por que entre as duas freguesias, sempre se procurou manter a foz"*vulgarmente chamada Barrinha*", aberta, nomeando dois juizes, um de cada freguesia, que vigiavam a barra.

[12] Sobre a designação de 'Ria', o artigo de DAVEAU, Suzanne - *Documentos para o ensino. A História do Haff-Delta de Aveiro...*, *o.c.*, p.327-349. Entre outros aspectos, em que contesta a expressão haff, que nunca nos topónimos locais teria alguma vez surgido, refere, a certa altura, que "*dizer que a Ria de Aveiro é um Haff-delta, um delta lagunar como se diria mais claramente em português, é implicar que o Vouga é o factor principal da sua evolução. Não será exigir muito deste pequeno rio?*". Já LEITÃO, António Nascimento - *Aveiro e a sua Laguna...*, *o.c.*, contestava a comparação com um polder (p.28), haff (p.34), ou mesmo com a bacia de Arcachon (p. 38.

[13] DAVEAU, Suzanne, et alii - *Geografia de Portugal*. . . , o. c. , p. 78

[14] MARTINS, A. Fernandes - *A configuração do litoral português*. . . , o. c. , p. 187

[15] Id. , *Ibid.* , p.188, refere na nota 1: "*esta posição provável do extremo sul da flecha litoral, foi deduzida do rumo do avanço do cordão;e essa cadência por sua vez foi determinada com algum rigor, tendo em consideração as seis posições datadas da ponta da flecha*".

[16] NEVES, Francisco Ferreira - *Resumo Histórico da Barra de Aveiro...*, o.c., p.21, indica os documentos.

passagem de Cacia e vai para o mar"[17]. Em inícios do séc. XVI, já se encontrava mais a sul, em frente à Ilha do Monte Farinha, como atesta o foral de Aveiro de 1515 "*...outra ilha contra a foz a que chamam Monte Farinha*"[18]. Entretanto, surgem notícias e representações dum Forte Novo, inacabado, frente a S.Jacinto, como acontece nos mapas da 2ªmetade de XVIII, sinal de que era necessário proteger a barra aberta nas suas proximidades, mas em data desconhecida[19]. Ter-se-ía, entretanto, deslocado bastante mais para sul, como descreve, em 1687, uma Memória sobre Aveiro: "*ter o canal [da barra] mais de 3 léguas, que são 9 milhas da Vagueira de Mira aqui*"[20]. A existência de referências a um Forte Velho, em frente à saída da Vagueira, onde se encontrou uma lápide com a inscrição "*1643. Rei de Portugal*" parece confirmar a necessidade de equipamentos, na regulamentação da deslocação da barra para este ponto da costa[21];

Ao longo do séc.XVIII, esta situação parece piorar, ao ponto de se fechar a barra que, em 1757, se encontrava em Mira e que, momentaneamente, foi aberta, pela acção voluntariosa do capitão-mor de Ilhavo, na zona da Vagueira, quase em frente do Forte Velho[22]. Assim se manteve, pelo menos até 1783, altura em que aí decorriam obras para a sua fixação. Contudo, em 1788, estava a 5 léguas de Aveiro, para sul, ou seja, quase em Mira, e obstruída[23]. Esta deslocação para sul está comprovada cartograficamente, pois que, em 1802, o engenheiro então responsável das obras da barra, representa-a em Mira. Apesar da tentativa de abrir um regueirão, em 1791, no local da provável barra do séc.XVI, em S, Jacinto, logo

---

[17] MARTINS. A. Fernandes - *A configuração do litoral. . . .* o. c. , p. 189. Transcrito ainda em NEVES. Francisco Ferreira - *Breve História da Barra de Aveiro..., o.c.*, p. 220.

[18] Id., *Ibid.*, p. 221.

[19] Acerca desta referência, defendem alguns tratarem-se de vestígios pouco significativos, provavelmente desconhecedores das representações cartográficas da época; é o caso de NEVES. Francisco Ferreira - *As reflexões históricas...*, o.c., p.107: "*a existência do antigo Forte da Gafanha chamado o Forte Novo, o que induziu a abrir a Barra onde está; o que talvez não sucedesse, se então se reflectisse não só no nome tradicional do dito Forte que indicava haver outro mais antigo, mas igualmente que não podia consistir a fortaleza duma Barra tão frequentada como foi a de Aveiro, em umas simples paredes, sem vestígios de outras obras, que era o que ali existia*".

[20] Id. - *A Memória sobre Aveiro de Pinho Queimado..., o.c.*, p.99.

[21] Citado por NEVES. Francisco Ferreira-*Breve História. . . .* o. c. , p. 222. , que deve ter recolhido a informação no manuscrito que, aliás, publicou, de Manuel Martins de Almeida Coimbra, datado de 1835, intitulado "*Reflexões históricas sobre a Barra de Aveiro*", in "ADA", v. 29, 1963, p. 107. Ainda CUNHA. Silvério Ribeiro da Rocha e - *Relance da História Económica de Aveiro..., o.c.*, p.21; ainda LOUREIRO. Adolpho - *Porto de Aveiro..., o.c.*, p.15.

[22] NEVES. Francisco Ferreira - *Breve História. . . .* o. c. , p. 224.

[23] AMA-L. V. n. 8, f. 411v, sessão do Senado de 27/2/1788.

foi entupido[24]. As malogradas obras de fixação da barra na Vagueira, apontavam para a construção de um dique, na parte norte da duna da Gafanha, que passaria junto (e pelo sul) do Forte Novo, terminando no oceano, através do cordão de areia, o que permitiu a fixação da barra (não a sua perfeita navegabilidade), de Abril de 1808 até aos nossos dias[25]. Enfim, desde meados do séc. XVIII, o litoral já não anda ao sabor das correntes - o homem começou a intervir.

B - A Ria e os rios

A Ria de Aveiro é um delta interior, edificado pelos aluviões do Vouga, no abrigo duma laguna[26]. O seu eixo longitudinal, com um comprimento de cerca de 45 Km, tem uma orientação próxima de NNE-SSW. A amplitude das marés que varia entre 0.8 e 3.5m à entrada da barra, determina a extensão da área molhada que se estende por 45 Km2; a largura da massa de água é muito variável e atinge o seu valor máximo, de cerca de 10 Km no largo do Laranjo, a sul da Murtosa; a profundidade é muito pequena, salvo nos canais de navegação onde, graças à intervenção humana, são mantidas profundidades maiores[27].

Utilizemos as cartas de 1778 e de 1813 [respectivamente n.5 e 9 do Anexo], e façamos um breve percurso pela Ria. Partindo da ilha do Monte Farinha, a NO. de Aveiro, surge a Cal Grande que se dirige para norte, dividindo-se em dois braços: um fica no seguimento directo do ramo principal, constituindo a cal de Ovar, outro segue para oriente e denomina-se cal de Murtosa ou do Vouga. Entrando nesta estamos numa das zonas mais ricas da Ria, ligada a esta por cales ou esteiros, de Estarreja, Antuã, Salreu, Canelas, Fermelã, sendo actualmente designada por Baixo Vouga Lagunar, sujeita à dupla influência das cheias dos rios e ribeiras existentes, e às marés

[24] NEVES, Francisco Ferreira - *Breve História. . . .* o. c. , p. 229
[25] Id. , *Ibid.* , p. 230-231.
[26] DAVEAU, Suzanne, et alii - *Geografia de Portugal. . .* o. c. , p. 78.
[27] HALL, A. , et alii - *Presença de mercúrio nos sedimentos da Ria de Aveiro..., o.c.*, p.103.

da Ria[28]. A cal da Murtosa ou, mais apropriadamente, do Vouga, foi, até ao ano de 1813, o caminho de acesso do Vouga à laguna, até que pela acção do plano de melhoramento e consolidação da barra, se alterou e mudou o curso do Vouga. A partir de então rasgou-se a Cal do Espinheiro, reforçando as águas, num direccionado à barra aberta em 1808. Tal evolução foi contemplada na toponímia, designando-se o antigo percurso como Rio Velho e o novo como Rio Novo do Príncipe (D.João)[29]. Na planta de 1813 [n.9 do Anexo] surge o pormenor do projecto sobre a cal de Espinheiro e ligação ao Vouga. Porém tal obra fora já prevista em 1778, como claramente sugere a planta com esta data [n.4 do Anexo].

Imediatamente a sul e a oriente do Monte Farinha, aparecem diversas formações insulares. Na secção meridional da Ria, desenham-se dois canais ou braços da Ria: a leste o da cale de Ílhavo, em direcção a Vagos, passando pela Vista Alegre. O segundo braço é o de Mira, que corre pela beira litoral, por uma depressão interdunar. Os dois braços limitam uma faixa arenosa, a Gafanha que, pela sua grande fertilidade, contrasta com a do litoral[30].

Esta extensa laguna acolhe o Vouga, pouco depois de Cacia, onde se abre, numa planície que, no seu percurso, desde a Serra da Lapa, passando por S. Pedro do Sul e Vouzela, recebe os seus primeiros afluentes de certa importância: as ribeiras de Sul, Troce e Ribamá, na sua margem direita. O rio Caima, também nesta margem, desce da Serra da Freita onde nasce. Na margem esquerda, o Águeda, formado pela junção dos rios Alfusqueiro e Agadão, desagua perto de Eirol; entretanto, o Cértima que nasce no Buçaco, percorre a região plana da Bairrada, junta-se ao Águeda depois de ter passado a Pateira de Fermentelos[31]. Esta surgiu em consequência do assoreamento do Vouga de que resultou o represamento das águas no Agueda e, consequentemente, na Pateira[32].

---

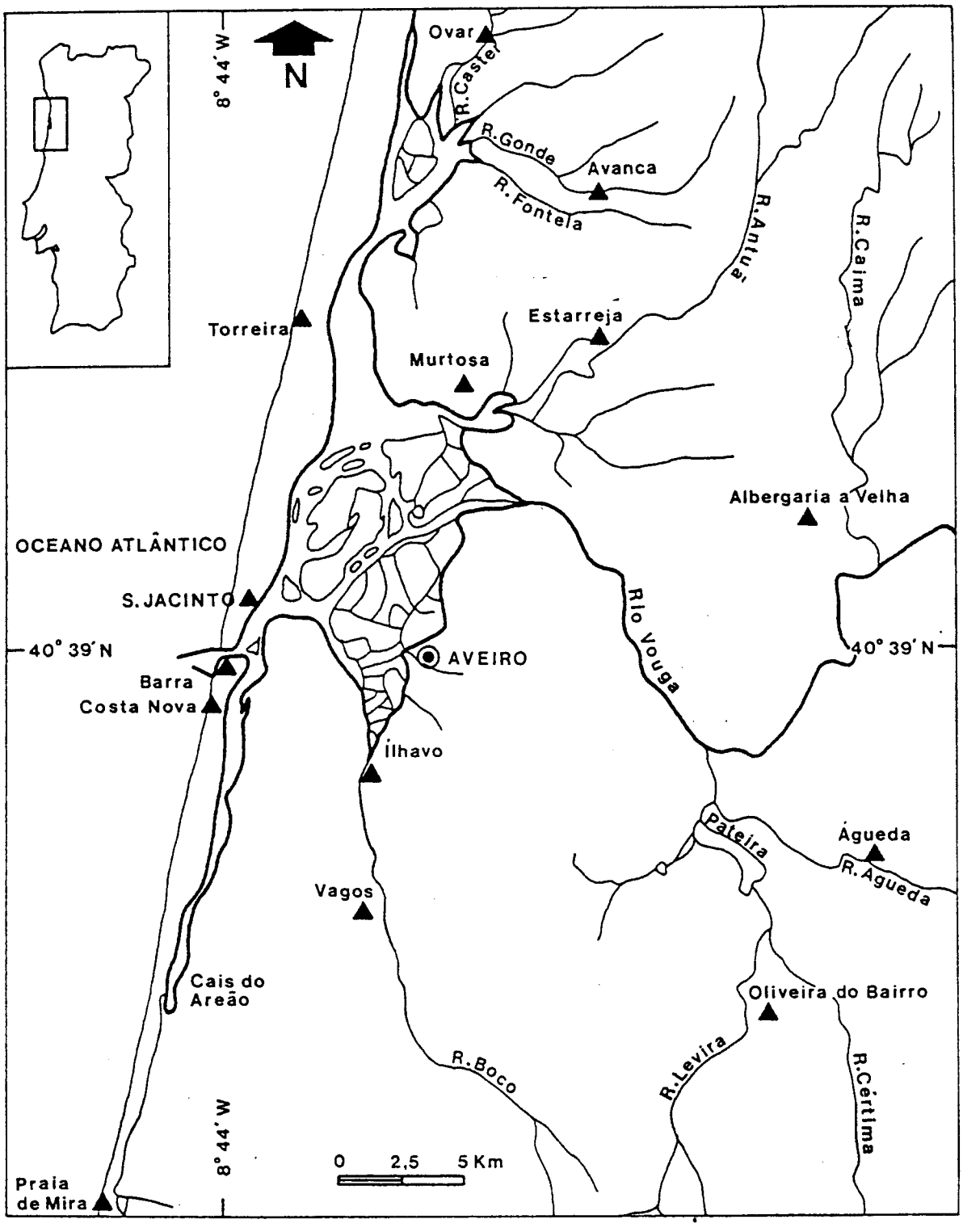
[28] BRAGANÇA. João Manuel F. - *Perspectivas do desenvolvimento agrícola do Baixo Vouga Lagunar...*, *o.c.*, p.76.

[29] LEITÃO. A. do Nascimento - *A Bacia Hydrographica de Aveiro e a Salubridade Pública...*, *o.c.*, p.25. Ainda NEVES. Francisco Ferreira - *As actividades hidráulicas do engenheiro Luis Gomes de Carvalho...*, *o.c.*, p.227.

[30] LEITÃO. António do Nascimento - *A Bacia Hydrographica de Aveiro. . .* , o. c. , p. 32.

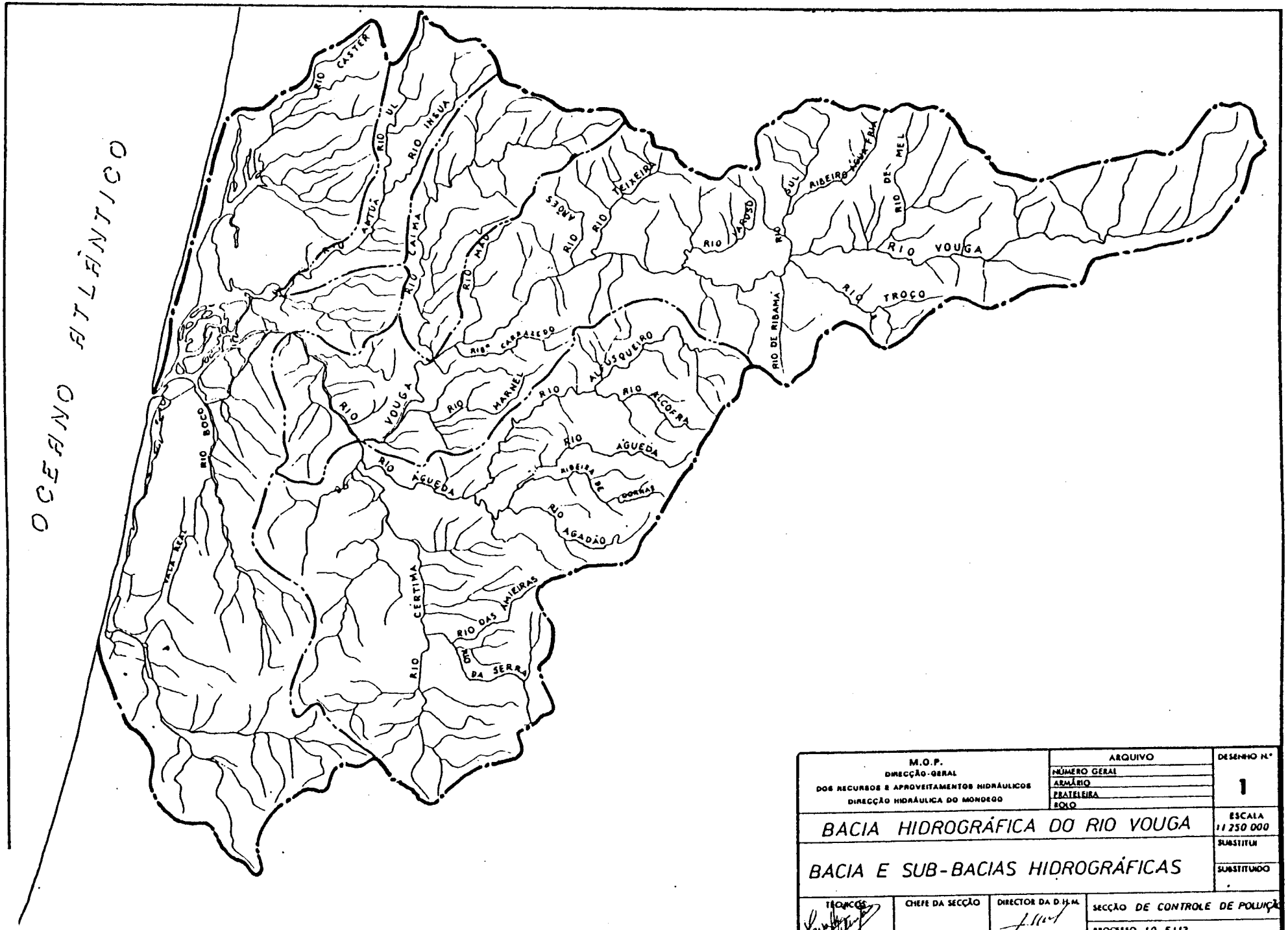
[31] GIRÃO. Amorim - *A Bacia do Vouga...*, *o.c.*, p. 51.

[32] PATO. Mário dos Santos - *A Pateira de Fermentelos...*, *o.c.*, p. 9



- Localização e distribuição espacial da Ria de Aveiro e dos cursos de água mais importantes da sua região
▲ - Povoações mais importantes

FONTE: HALL, A., et allii - *Presença de mercúrio nos sedimentos...*, in "Jornadas da Ria de Aveiro", v.1, Aveiro, 1985, p.104.



M.O.P. DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS E APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS DIRECÇÃO HIDRÁULICA DO MONDEGO	ARQUIVO NÚMERO GERAL / ARMÁRIO / PRATELEIRA / POLO	DESENHO Nº 1
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VOUGA		ESCALA 1:250 000
BACIA E SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS		SUBSTITUI / SUBSTITUIDO
TÉCNICOS	CHEFE DA SECÇÃO / DIRECTOR DA D.H.M.	SECÇÃO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO / PROCESSO 10.5112

672

A laguna recebe, igualmente, vários cursos de água de que se destacam o Rio Antuã (resultado da união entre os rios Ul e Ínsua), com uma orientação norte-sul e que desagua no braço norte da Ria. Ainda mais a norte, no braço da ria de Ovar, desemboca o rio Caster. A sul, o rio Boco, pequena ribeira que se forma nas planuras de Covões, entra no braço de Ilhavo ou de Vagos (ou da Gafanha). Depois, mais a sul, a Vala Velha e a Vala da Fervença, entram no braço de Mira[33]. Juntando isto às muitas dezenas de quilómetros de esteiros e rias, fica-se com uma ideia do complicado sistema hidrográfico.

Uma das constatações mais frequentes ao longo do séc.XVIII, relatadas em documentos, mas que, provavelmente, ocorreram antes, era a frequência de dois fenómenos físicos: inundações e assoreamentos com o desaparecimentos de esteiros, que interrompiam os fluxos normais, ora de água doce para as terras de cultura, ora as de água salgada para a feitura de marinhas. Em qualquer dos casos, sabia-se que tinha influência o movimento das marés (que entravam na barra), os ventos e a força da corrente do rio.

Um dos primeiros dados a ter em conta, e que temos vindo a repetir, é que o Rio Vouga não desagua directamente no mar, mas na laguna. No Inverno, o caudal aumenta, provocando inundações, arrastando terras e areias, retidas nas raízes e folhas, junto das margens, num mecanismo que se repete e provoca o desaparecimento de vários canais e lagoas[34]. Em segundo lugar, foi já referida a tendência para a formação de cordões litorais que, conjugada com outros factores (ventos fortes e frequentes e marés), concorrem para o seu assoreamento. Ora, o mar e a laguna são dois vasos comunicantes que só deixam de despejar água um para o outro, no momento em que o nível da maré, na laguna, seja igual ao da maré, na barra. Ou seja, dos bancos que na baixa-mar aparecem fora da água, alguns há que não chegariam a descobrir; outros não descobririam tanto, se, ao assoreamento, não viesse juntar-se o abaixamento do nível da maré, o que não é senão uma

---

[33] Em vários: PERY. Gerardo - *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias...*, *o.c.*, p.10. LAZARO. Dália. SILVA. Joaquim Evaristo da - *Poluição da Ria de Aveiro. Poluição dos seus afluentes...*, *o.c.*, p.41. HALL. A. et alii - *Presença de mercúrio nos sedimentos. . . .* o. c. , p. 104, 107, 110, 113. SOBRAL. F. J. A. et alii - *Rio Vouga-estabelecimento de um mapa de qualidade da água...*, *o.c.*, p.229 e 254; MP de Mira.

[34] PATO. Jaime S. - *Problemas da Região de Aveiro...*, *o.c.*, p. 25.

consequência da elevação dos fundos, precisamente, porque há um maior depósito de areias a provocar a diminuição da entrada das águas na bacia[35].

Esta complexidade realça a importância das actuações humanas sobre o equilíbrio duma laguna, sobretudo, se os interesses forem contraditórios. A riqueza de recursos e oportunidades que a Ria proporciona, desde a pesca à indústria salineira, ao transporte e à fertilidade dos campos, justificam que os melhoramentos na Barra e a defesa de algumas propriedades confinantes com a ria, fossem, muitas vezes, soluções contraditórias.

C - Cartografia e Engenharia

A política de grandes trabalhos e projectos hidráulicos é algo que se repete, ao longo dos grandes portos da Europa. Em parte, porque as necessidades de um comércio, cada vez mais volumoso, implicam obras de acesso aos grandes portos[36], em parte, porque um corpo de engenheiros hidráulicos circula por vários países, solicitado pelas necessidades do Estado absolutista, interventor no sector do exército, circulação de bens e informações, dinamizador dos vários sectores económicos[37]. Portugal insere-se neste movimento, sobretudo na segunda metade de Setecentos, com a presença de arquitectos e engenheiros estrangeiros. A guerra com Espanha em 1762 e as necessidades de defesa, incentivaram os levantamentos topográficos. Depois várias instituições revolucionaram o conhecimento científico contribuindo para a renovação da cartografia[38]

---

[35] Id. . *Ibid.* . p. 46.

[36] Algumas obras que indicam outras tantas referentes a este assunto: PONTET-FOURMIGUE. Josette - *Bayonne, un destin de ville moyenne à l'époque moderne..., o.c., e* ainda PFISTER-LANGANY. Christian - *Ports, Navires et Négociants a Dunkerque(1662-1792)*.... o.c..

[37] PEREZ SARRION. Guillermo - *Agua, Agricultura y Sociedad en el siglo XVIII-El Canal Imperial de Aragon..., o.c.*

[38] VICENTE. António Pedro - *Memórias Políticas, geográficas e militares...*, o.c., p.42 a 53. ALEGRIA. MªFernanda, GARCIA. João Carlos - *Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)...*, o.c., p.70-71. Entre os mestres estrangeiros contam-se Miguel Franzini e Miguel Antonio Ciera

Em Aveiro, encontram-se, nesta luta contra o poder da natureza, os mesmos ingredientes de outras cidades: as intervenções técnicas, construções de diques, vigilância das obras; a falta de unanimidade de pareceres que esconde lutas de interesses, grupos de pressão; custos elevados a condicionar soluções[39]. Este peso humano é de tal forma, que se nos tornou difícil, desprender, apenas, os aspectos técnicos do estudo da Barra.

Ao longo do séc. XVIII, as tentativas para a abertura e fixação da Barra chamaram, a Aveiro, uma série de engenheiros hidráulicos que estudaram e cartografaram o litoral, a ria, os seus braços, o curso do rio e, evidentemente, as aberturas da barra que propunham. Para além destes, surgem particulares a dar opiniões, a terem mesmo a iniciativa de tentarem solucionar, toscamente, o assoreamento.

Como já foi dito, a evolução do litoral levou à constituição dum cordão de areias que dificultava o escoamento do Vouga. Daí, que a barra fosse deslizando para sul, mas, oscilando entre duas áreas: uma de S. Jacinto ao Forte Novo e, a outra, a área lagunar da Vagueira (ou Forte Velho) até Mira. Estes dois espaços conduziram a própria opinião pública da época, e, sobretudo, correspondiam a duas visões diferentes: a daqueles que consideravam ser a abertura da barra a única solução para todas as contrariedades, o que exigia uma forte intervenção de engenharia e custos elevados; e a outra que respeitava a tendência natural da barra, a abertura a sul, intervindo apenas no desassoreamento dos canais, solução muito mais económica e rápida. A esta última opinião juntava-se a convicção de que a abertura duma barra, em frente da cidade, por alturas de S. Jacinto, se podia ser óptima para as marinhas, não o era para as terras cultivadas.[40]

---

[39] PONTET-FOURMIGUE, Josette - *Bayonne, un destin de ville. . . .* o. c. , p. 390-393.

[40] MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro...*, *o.c.*, p.216

QUADRO 1

Evolução da Barra de Aveiro e diversos projectos de intervenção no séc.XVIII

Data	Engenheiros e outros	Situação da Barra	Propostas de abertura
Séc.XIII		Torreira	
1407		frente à Ilha da Testada	
1515		frente Ilha Monte Farinha	
7 *		Forte Novo	
1643		Forte Velho	
1687	holandeses,engenheiros hidráulicos	Vagueira	S.Jacinto
1757	João de Sousa Ribeiro, capitão-mor de Ílhavo	fechada, em Mira	abriu um canal na Vagueira, perto do Forte Velho
1758	-Francisco Xavier do Rego e	Vagueira ou Forte Velho	-conservar a aberta pelo capitão-mor
	Francisco Pinheiro da Cunha,portugueses		
	-Louis d'Alincourt e		-dois projectos: um para conservar a barra aberta,
	François Hyacinte de Polchet,franceses		outro para a abrir mais a norte, em S.Jacinto
	-Adam Venceslas Hetochoffs,alemão		-conservar a aberta
1777	Guilherme Elsden	3/4legua abaixo	entre o Forte Novo e
	Isidoro Paulo Pereira	da Vagueira	S.Jacinto(N.Sa.Areias)
	Manuel de Sousa Ramos		
1780	João Iseppi, italiano	*o mesmo*	manter a actual barra
1788	Guilherme Vallere, francês	Mira	desconhece-se
1791	Estevão Cabral e Louis d'Alincourt	fechada	abriu regueirão abaixo da capela de S.Jacinto
1802	Reinaldo Oudinot e	fechada, em Mira	entre o Forte Novo e S.Jacinto
a 1808	Luis Gomes de Carvalho		
*	inacabado ou destruído? Se novo, relativamente ao Velho, construído a Norte, significa melhoria da Barra?		

Em suma, duas posições que, à vez, foram tomadas pelos diferentes engenheiros que visitaram Aveiro, ao longo do séc. XVIII, ou mesmo antes (ver Quadro 1). Porém, a opinião pública, claramente, se inclinava para a barra na Vagueira (no Forte Velho). Foi aqui que em 1757 o capitão-mor de Ilhavo, com fortes interesses na cidade[41], abriu um regueirão que se manteve, pelo menos, até pouco antes de 1788[42], exemplo suficiente para a vereação da cidade defender a manutenção daquela embocadura, em 1764[43] e em 1771[44]. Entretanto, em 1791, após fortes inundações, abriu-se um regueirão, frente a Aveiro, na zona de S. Jacinto, mas que rapidamente se

[41] Id. - *Cartografia e Engenharia Pombalinas da Ria e Barra de Aveiro..., o.c.*, p.53. Além de ter o cargo de capitão-mor de Ílhavo, tinha várias ilhas na Ria, arrendadas, onde fabricava sal; possuía uma majestosa casa no Terreiro das Carmelitas; várias vezes vereador, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício.

[42] AMA - LV, n.7, f.411v., ss.27/2/1788. Neste ano diz-se estar em Mira mas em 1783 ainda se encontrava um pouco a sul da Vagueira.

[43] ANTT-MR-Correspondência do juiz de fora, maço 367-Letra A. doc.9/9/1764.

[44] AMA-LV.n.7, f.82, ss. 6/7/1771.

fechou[45]. Finalmente, em 1802 a barra estava bastante obstruída, em Mira. A opção do engenheiro foi no sentido de se fixar a barra no Forte Novo, ou seja, obras demoradíssimas, que só em 1808 permitiram a sua abertura[46].

Este longo período de graves problemas de sobrevivência (1791-1808), conseguiu, de uma vez só, pôr todos os interesses particulares contra o engenheiro hidráulico, Luis Gomes de Carvalho, visto terem sido afectados, em simultâneo, todos os recursos que a Ria permitia: comércio, agricultura, salinas e até a pesca, tornando-se num período de forte agitação, rumores, escritos, ameaças de violências [47]. Um exemplo desta hostilidade foi a circulação dum panfleto pela cidade de Aveiro, contendo ameaças de morte, de que deu conta o Governador da barra ao então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros[48] :

"Aveirenses, chigou a crise de nóços males
Rompeu-se emfim o véo da impostura
Há! maldita sejas tú, ó creatura
Que em ruina nóça, tua fortuna iguales.

Anolarte Pigmeo, hum povo desgraçado*
O qual por cobardeza, tuas asneiras atura
Mas eu os vingarei, que depois de hirado
Te tirarei a existencia, e a emvoltura
** o Engenheiro Gomes"*

A análise dos diferentes relatórios e cartas de que se tem conhecimento permitiu-nos estudar a evolução da barra e, sobretudo, do evoluir dos seus braços e canais. A primeira representação cartográfica terá sido o mapa de Portugal de Álvaro Seco, de 1560, que oferece, da ria, um desenho arcaico com duas espessas restingas a apontar o oceano, e que será repetido, frequentemente, até ao séc.XIX[49]. Em 1584-1585, o atlas do holandês Lucas Janzoon Waghenaer denota um certo avanço sobre a de

---

[45] MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia da Ria. . .*, o. c. , p. 266.
[46] NEVES, Francisco Ferreira - *Breve História da Barra . . .*, o. c. , p. 231;
[47] Id.- *Resumo Histórico da Barra. . .*, o. c. , p. 27.
[48] AHMOP, MR, n.32, doc.21/6/1807.
[49] Catálogo da exposição *A Pintura do Mundo-Geografia Portuguesa e Cartografia dos séculos XVI a XVIII...*, *o.c.*, p.15.

Álvaro Seco[50], assinalando os bancos de areia que aconselham a ter cuidado ao entrá-la[51], mas são sobretudo, representações qualitativas que, ao assinalarem o pormenor das marinhas, o recorte exagerado do porto, vincam a importância económica de Aveiro, naqueles tempos.

As representações da Barra, com carácter rigoroso, não se conhecem, até 1759, sendo provável que a primeira intervenção humana, pragmática, na abertura da barra, pelo capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro da Silveira, verificada entre Fevereiro e Dezembro de 1757, tenha despoletado o desenhar mais pormenorizado da Ria e costa de Aveiro. Naquele ano, as inundações punham em perigo as salinas e o comércio: *"não falta o alimento necessário por esterilidade das terras, sim a falta de comércio, pela dificultíssima entrada da Barra"*[52]; *"no rio de Aveiro há mais de 1500 marinhas; [tem] concorrido para esta perda, as contínuas cheias que desfizaram os muros das mesmas marinhas, por não terem saída as águas do rio pela barra estar tapada"; "há pouco mais de 50 anos as embarcações ordinárias que entravam pela barra, a saber, hiates, patachos, e caravelas, iam dar fundo ao cais de Aveiro, defronte da Alfândega, [agora] acha-se entupido"*[53].

No ano seguinte, em 1758, em resposta ao pedido da Câmara de Aveiro, suplicando *"se digne Vossa majestade mandar a esta vila engenheiro, que vendo e examinando a nova barra diga se está ou não apta e capaz"*[54], reunem-se em Aveiro três equipas de engenheiros que verdadeiramente, realizam um estudo do terreno: dois portugueses, Francisco Xavier do Rego e Francisco Pinheiro da Cunha, dois franceses, Louis d'Alincourt e François Hyacinte de Polchet, e o alemão Adam Venceslas Hetochoffs[55]:

- os portugueses descrevem a ria *"a antiga barra estava distante 2 léguas da que agora há, e desta a N. S. do Bom Sucesso[ou N. S. das Areias], vão 4 léguas, e 2. 5 léguas até à vila de Ovar. Tinha a nova barra de largura no mês de Julho, de 1758, braças 172; em 20*

---

[50] MENDES. H.Gabriel - *Cartografia e engenharia Pombalinas...*, o.c., p.16.
[51] Id. - *Lucas Jansz Waghenaer e o conhecimento náutico das costas de Portugal..., o.c.*, p.25.
[52] MENDES. Humberto Gabriel - *Cartografia e engenharia Pombalinas. . . .*, o. c. , p. 60.
[53] Id. , *Ibid.* , v.43. p. 67 e 68.
[54] ANTT. MR. maço 376. ss.de 27 de Maio de 1758.
[55] Id. , *Ibid.* , v. 42. p. 72 a 75. e v. 43. p. 9: o primeiro. vinha de trabalhar num mapa das margens do rio Douro:o segundo trabalhou nos projectos de reedificação de Lisboa. e no rio Lima:dos franceses. destaca-se Polchet. pelo facto de ser um bom conhecedor das obras de Bayonne. e estar a par das necessidades da barra do Porto e. de Aveiro. deixou cartas meticulosas: o outro francês trabalhou também em Espanha. O alemão foi dos que partiram para o Brasil na expedição científica destinada à delimitação dos domínios portugueses: regressado participou nas delimitações dos vinhedos. no Douro.

de Setembro do mesmo ano 250 braças; e em 10 de Dezembro do mesmo ano 400 braças"[56]; e ainda "*um areal norte sul, e paralelo à Ria continua por toda aquela costa acabando no Porto, sendo nesta parte mais estreito, pois junto da capela de S. Jacinto que fica defronte de Aveiro, não chega a ter meia légua de largo, neste areal quebra o mar, e antes de chegar a ele continua outro banco de areia paralelo ao mesmo areal, que cerca toda a costa, e ainda que não sai fora de água, tem pouca altura, e nele quebra furiosamente o mar*"[57]. Propõem a manutenção da barra aberta, na Vagueira;

- o alemão verifica que a barra aberta, com a largura de 247 braças, em Agosto de 1758 já ia em 137, das quais apenas 37 tinham a profundidade suficiente para a passagem de embarcações de média tonelagem[58]; aconselha a manutenção da barra. Na elaboração quer do estudo deste, quer dos primeiros, parece ter tido serventia uma carta, intitulada "*Planta da Ria de Aveiro, desde a bouca Vouga athe a Barra novamente aberta, e Canal, que vai para a Barra Velha*"; no verso está escrito: "*Cópias de documentos pertencentes a abertura da barra da Vª de Aveiro mandados pello Sargto. Mor Francisco Xavier Rego, e pelo Tenente Adam Venceslão Hestok...1759*". Esta planta, bastante deteriorada, a que faltam pedaços, localiza diversas marinhas, uma vasta toponímia e determina as sondas de profundidade ao longo do canal de acesso a Aveiro assim como no canal de Ovar, rio Vouga e barra nova[59]

- Polchet e Alincourt desenharam uma preciosa carta[60] que descreve, fielmente, a Ria, canais , esteiros, marinhas, mas, sobretudo, povoações , linhas de água, igrejas , caminhos, arvoredos em relação à barra "*o grande banco de areia que separa o mar e lhe impede o comunicar com o canal que corre desde Nossa Senhora do Bom Sucesso[N. Sa. das Areias], até a Barra e do mesmo modo 2 léguas mais desde ela para a parte do Sudoeste até onde estava a antiga é inteiramente de areia pura, no meio mais elevado em forma de lombas formadas pelos ventos*"[61] (ver planta n.2). Apresentam dois projectos, um de conservação da actual barra, outro de abertura duma nova, em S. Jacinto. Nenhum dos projectos foi adoptado e as recomendações empíricas do capitão-mor, foram superando o quotidiano.

---

[56] Id. - *Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro...*, *o.c.*, p. 190.
[57] Id. , *Ibid.* , v. 43, p. 94.
[58] Id. , *Ibid.* , p. 99.
[59] IGC -Planta n.314.
[60] IGC - Planta n.315.
[61] MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e engenharia...*, o.c., v. 43, p. 24

No entretanto, em 1764, a barra estreitecida, preocupava a vereação[62], que após um auto de vistoria onde estava presente o capitão-mor, apresenta um esboço tosco da saída da barra, feito pelo consul holandês em Aveiro, Jacob Henrique Severim, em que são retomados os alvitres do capitão-mor [ver planta n.3]. Nesta "planta", representa-se não só o litoral, desde a Capela de Nª Sªdas Areias, em S.Jacinto até à barra de então, frente ao Forte Velho, como também os bancos de areia e as braças de profundidade.

Quase 20 anos depois, em 1771, os problemas mantêm-se, e a Vereação reunida descreve-o bem: "*de Inverno, quando as correntes da água são grandes, formam uma barra que se pode chamar boa, pois rasgam as areias espalhando-as para os lados do canal da mesma barra e expedem este , e que de Verão se tornam as areias a juntar por falta das chuvas , e ocasião dos ventos, expraiando-se as mesmas areias para o meio do canal[...]; a corrente das águas para o rio Velho[braço da ria de Mira], a fazem enganosa na saída, pois quando a maré enche dividem-se as águas, parte para o rio Velho e parte para a Cal Grande; logo que a maré se completou devem as águas principiar a vazar, e como o rio Velho tem a distância de 2,5 léguas e não tem saída, retrocedem as águas e continuam a fazer enchente para a Cal Grande, visto que nesta como de muito maior âmbito, se espalham as águas mais, e ficam mais baixas que no Rio Velho, do que procede que na dita Cal Grande continua a encher a maré, quando na Costa e pela Barra já se acha em quarto de vasante*"[63]. A solução é a mesma que o capitão-mor preconizou, em 1757, tapar o Rio Velho.

Na década de 70, outro grupo de engenheiros elabora um conjunto notável de cartas topográficas e hidrográficas, que, para lá de escolherem o melhor sítio para a fixação da Barra, estudam a forma de esgotar as águas estagnadas próximas à cidade e a possibilidade de tornar navegável o Rio Vouga até S. Pedro do Sul[64], apercebendo-se que o problema estava também na própria circulação das águas na laguna. Sob a direcção inicial do tenente coronel Guilherme Elsden, desde 1777 que dois engenheiros, Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos elaboram várias cartas que levantam o terreno, desde Mira até ao Porto.

---

[62] ANTT-MR. maço n.367. Correspondência dos juízes de fora - Letra A. ss.4/9/1764.

[63] MENDES. Humberto Gabriel - *Cartografia e engenharia*...o.c.. v. 43. p. 85. Reproduz a acta da sessão do AMA-LV -n. 8. f. 82. de 6/7/1771; igualmente reproduzido em NEVES. Francisco Ferreira - *Breve História*. . . , o. c. , p. 226-227.

[64] MENDES. Humberto Gabriel - *Cartografia e engenharia*...o.c.. p.198.

Veja-se, nas cartas, em anexo, o pormenor toponímico e o conjunto de informações[65]. Das memórias descritivas que acompanham algumas das cartas, verifica-se que a barra estava já 3/4 de légua abaixo da aberta, em 1757, na Vagueira. As zonas mais afectadas eram a própria cidade, a maior parte do campo da Casa de Bragança, na Vila de Eixo, *"aumentando esta ruína, as pedreiras de terra vermelha ao pé de Eixo"*[66]. Decidem-se pela abertura da Barra, por alturas da Senhora das Areias, e defendem a navegabilidade do rio Vouga[67].

A década seguinte abre com a morte do engenheiro responsável e a sua substituição pelo arquitecto hidráulico, italiano, João Iseppi, que considerou ser mais importante manter a actual barra e, sobretudo, iniciar trabalhos que escoassem as águas estagnadas nos sítios do Cais, Esteiro da Ribeira e Cojo, ou seja, de acesso à cidade[68]. Surge o mapa topográfico do esteiro da cidade, com projecto da obra do cais, esteiro da Ribeiro e Cojo, feito em 1780/1781 [ver mapa n.7], mas as obras da barra tardam como explica a Memória do então Superintendente da Barra que sintetiza as diferentes soluções que, até então, nunca foram postas em prática, e não o serão, pelo menos, até 1791, altura em que a barra estava praticamente obstruída e, momentaneamente, se abriu o regueirão, junto a S.Jacinto.

Até 1802, apesar da passagem por Aveiro do Marechal de Campo, Guilherme Luis António de Valleré e do Professor Hidráulico, Pe. Estêvão Cabral, nada resultou, em termos cartográficos e de intervenção efectiva e vigorosa[69].

Neste interregno, as iniciativas da Vereação multiplicam-se, no sentido de prevenir a limpeza dos canais[70], nomear pilotos hábeis na condução das embarcações[71], enviar relatórios à Rainha por figuras gradas da cidade, acerca da situação insustentável em que se encontrava[72]. Os particulares, entretanto, dão-nos conta das modificações da paisagem: terras em Segadães *"que tendo sido o antigo alvéolo dos rios Vouga e Alfusqueiro, eram agora*

---

[65] IGC - Cartas n.309 e 312; BPMP, Res., cota: C-M&A - Pasta 19 (23);
[66] MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e engenharia....* o.c., p.209;
[67] Id., *Ibid.*, p. 213.
[68] Id., *Ibid.*, p. 242.
[69] Id., *Ibid.*, p. 262-263.
[70] AMA, LV, n.8, ss. 7/8/79; 8/3/84; 6/8/88; 27/2/88.
[71] AMA, LV, n.8, ss. 7/10/78; 12/1/82; 14/2/84; 20/5/86; 7/9/87.
[72] AMA, LV, n.8, ss.16/4/91; 5/5/91; ANTT, MR, maço 984.

areias áridas e estéreis " que se pretendiam cultivar[73], ou então, as freiras de Arouca, donatárias de Estarreja, a reivindicarem o aprofundamento do esteiro dos "Carregais" (esteiro de Estarreja)[74].

Os inícios do séc.XIX, trazem a Aveiro engenheiros hidráulicos de grande craveira: o coronel Reinaldo Oudinot, de nacionalidade francesa e o sargento-mor Luis Gomes de Carvalho, seu genro, ambos familiarizados com grandes obras no rio Lis e no rio Douro[75]. Os projectos que desenvolvem, repetem a opção duma intervenção, na zona do Forte Novo, logo, na região central da laguna, num projecto global que incluía, como na década de 70, a navegação do Vouga e ligação com o Douro e o Mondego, um plano de fortificações para a nova barra[76], e um plano de estradas complementares[77].

Luís Gomes de Carvalho, que acabou por ficar sozinho à frente das obras, descreve as condições: "*a Barra pelo seu entupimento[...]não dá marés sensíveis na Ria, nem salgadas para renovar as mesmas águas durante o estio e menos para beneficiar as marinhas, as quais estão inundadas 8 a 9 meses do ano*"[78]; "*a lavoura dos campos [...] foi muito florescente podendo servir de exemplo da antiga fertilidade os de Estarreja que pagavam de ração de 5 para 6. 000 alqueires de milho, e feijão às freiras de Lorvão [...]. O mesmo aconteceu aos de Vilarinho, Cacia, Sarrazola, Murtosa, S. Martinho de Salreu, Fermelã, Canelas, parte dos de Angeja, os de Frossos, etc [...], privando esta comarca de quase milhão e meio de alqueires de milho e feijão, ou seu valor de produção anual*" [79].

Mas a população estava impaciente para resolver os seus problemas, especialmente os proprietários das salinas, privados da água do mar enquanto se construía o dique transversal que represava as águas. Para os atender Luis Gomes de Carvalho introduziu, do lado da Gafanha, umas comportas (portas de água), para dosear, provisoriamente, a passagem da água: entrar a salgada nas salinas e sair a estagnada da Ria[80]. Os resultados

---

[73] ANTT. MR. CF. maço 300. doc. 6/2/1794.
[74] ANTT. DP. maço 14. doc.25/1/1790.
[75] NEVES. Francisco Ferreira - *Documentos relativos à abertura da actual Barra de Aveiro...., o.c.*, p.276. 278.
[76] NEVES. Francisco Ferreira - *Resumo histórico da Barra....* o.c., p. 67.
[77] GRACA. Pais - *As estradas previstas pelo engenheiro Luis Gomes de Carvalho...., o.c.*, p. 118.
[78] NEVES. Francisco Ferreira - *Resumo histórico da barra....* o.c., p. 67.
[79] Id., *Ibid.*, p.95.
[80] Id., *Ibid.*, p.27; Id. - *Breve história da barra....* o.c., p. 231.

foram medíocres e o descontentamento suscitou amotinações, com tentativas de abertura, forçadas, da Barra[81].

Em 1807, o estado era caótico, "*as terras lavradas estão fora de estado de cultura; os prados submergidos; as salinas todas cobertas; morre o gado que vive das ervas, adoece muita gente em Aveiro-baixo, e na Marinha; e alguns médicos dizem que o peixe que vai pastando plantas que não são aquáticas e que apodrecem debaixo da água, vem a ser muito nocível[. . .];já ninguém em Aveiro quis comprar peixe da Ria*" [82].

Perante este quadro, não admira que, quando, em 3 de Abril de 1808, se abriu a barra (a que hoje existe), o "seu" engenheiro exclamasse: "*rapazes, mulheres, tudo trabalha, tudo ganha dinheiro e andam fartos. Então não é isto bonito?!*"[83]. Infelizmente para Aveiro, as melhoras, embora significativas, exigiram obras constantes e, sobretudo, a sua irregularidade suscitou vivas suspeitas sobre o engenheiro, quase de imediato e, mesmo posteriormente, até ao séc. XX, o seu plano foi contestado, não obstante se reconhecer que a economia dos custos o justificava[84].

Talvez sejam pertinentes as palavras do oficial da marinha de guerra que dirigiu em Maio de 1809 a entrada de 39 navios de transporte, britânicos, com mantimentos e munições e um bergantim, pela primeira vez, na nova barra: "*não pretendo aqui meter-me no detalhe de mostrar se foi a natureza que fez a erupção, ou se foi obra premeditada do oficial engenheiro; porque quer fosse por um quer por outro modo, ele sempre merece no meu conceito todos os elogios, porque a natureza não poderia ali fazer as suas funções se a arte lhe não tivesse preparado o caminho*"[85]. E continua "*as Artes nesta parte do território têm marchado a passos lentos, porque esta cidade estava entregue somente aos acasos naturais da embocadura do Vouga, que umas vezes inundava o país, outras o fazia florescer...*"

Voltaremos a este assunto, no Cap.8.1, a propósito duma imperiosa necessidade de domar a boca do mar, de construir um porto comercial, sentida pelos homens de negócio de Aveiro.

---

[81] Estes conflitos surgiram desde 1807, e suscitaram uma série de ofícios enviados pelo juiz de fora, o próprio engenheiro, o Superintendente da Barra, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros: AHMOP, MR, n. 32.

[82] AHMOP, MR, n. 32, "Memória sobre a Barra de Aveiro"de 23 de Abril de 1807.

[83] NEVES, Francisco Ferreira - *As actividades hidráulicas* .... o.c., p.234.

[84] Em 1836 foi criticada pelo médico Almeida Coimbra nas suas "Reflexões Históricas", publicado por NEVES, Francisco Ferreira - *As "Reflexões Históricas*. . . , o. c. , p. 94. Depois por SILVA, Engenheiro Silvério Augusto Pereira da - *Barra de Aveiro...*, *o.c.*, p.165; ainda por LOUREIRO, Adolfo - *Porto de Aveiro...*, o. c. , p. 30.

[85] PIMENTA, Belisário - *A Barra de Aveiro em 1809*. . . , o. c. , p. 164 e 167.

2 - Solo, clima e cobertura vegetal

A - O solo

Uma caracterização geológica, mesmo que superficial[86], apontaria para uma divisão do nosso espaço em dois blocos, duas unidades fisiográficas, divididas, grosso modo, por uma linha imaginária que unisse o curso do rio Caima, de norte para sul, com o do Cértima, de sul para norte:

. a leste, uma região de formação mais antiga, de granito e algum xisto, cujo relevo é bastante acidentado, com altitudes máximas acima dos 300 metros, vales profundos encaixados com vertentes abruptas, correspondendo àquilo que, vulgarmente, as gentes chamam 'Serra'[87], e ainda planaltos de média altitude, adjacentes a zonas montanhosas, tornando-se a zona mais viçosa das Beiras, bem exposta aos ventos marítimos a que os vales do Vouga e Mondego dão acesso[88]. Vale de Cambra, Sever do Vouga, Talhadas, Castanheira estão na franja de várias elevações (Serra da Freita, Talhadas e Caramulo, respectivamente).

. a Oeste desta linha uma região plana de formação mais recente, de composição variada de calcários, argilas, arenitos, areias, denotando a progressiva retirada do mar para ocidente. A estreita faixa ao longo do curso inferior do rio Vouga, a orla marítima, a partir da praia de Espinho, é caracterizada pela acumulação de areias dos rios e mar, e daí que surjam, também, duas realidades: por um lado, a fertilidade dos nateiros, por outro, a esterilidade das areias (a não ser quando plantadas de pinhal)[89].

---

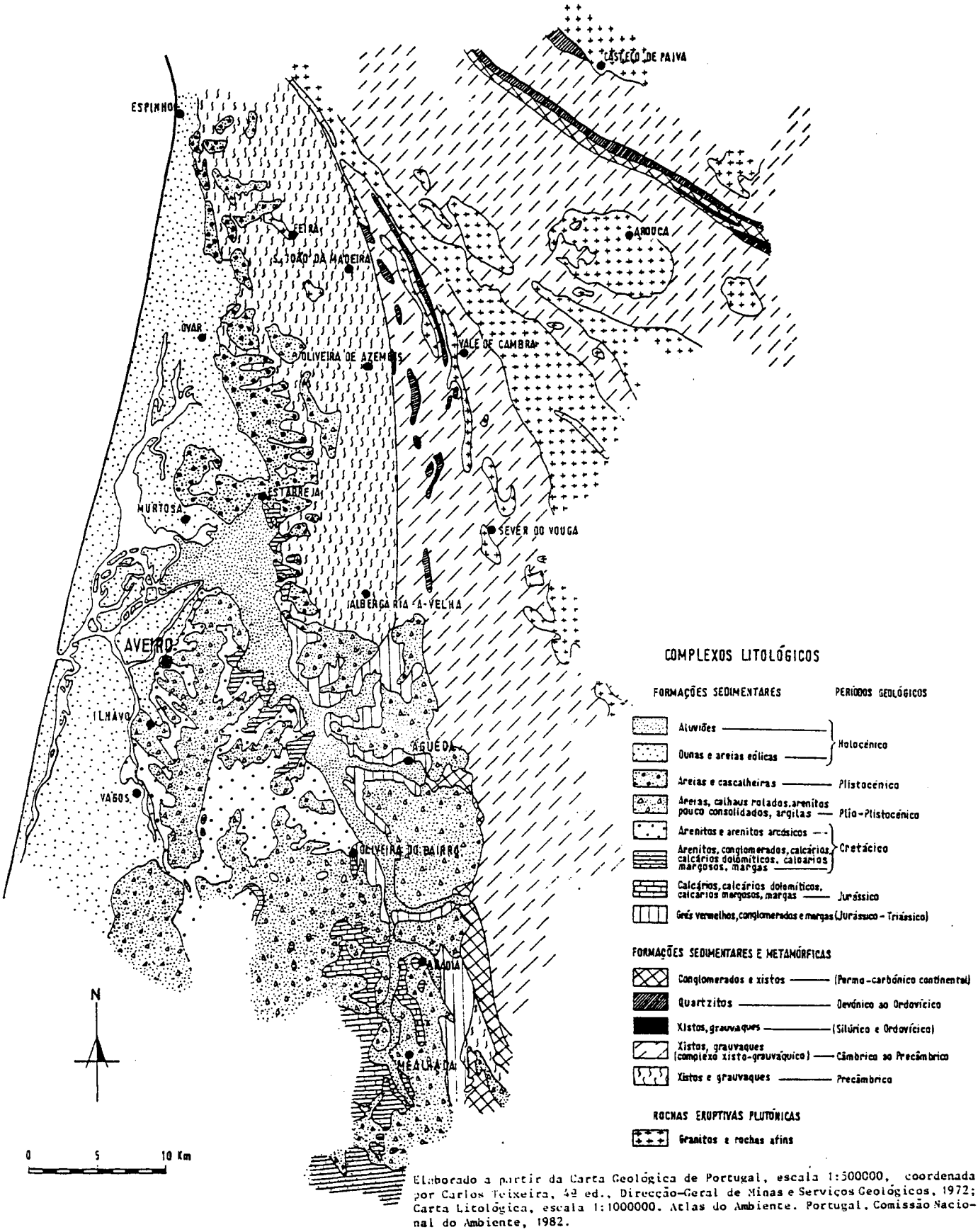
[86] Esta perspectiva foi estudada por vários: GIRÃO. A. Amorim - *Esboço duma carta regional de Portugal...*, *o.c.*, p. 33 e segs .: Id. - *Geografia de Portugal...*, *o.c.*, p.48 e segs.: SOUTO. Alberto - *Geologia do Distrito de Aveiro...*, *o.c.*, *v.1*, *p.*161, v.2, p.137: Id. - *Apontamentos sobre a geografia da Beira Litoral-Origens da Ria de Aveiro...*, *o.c.*

[87] ALMEIDA. A. Campar de - *O concelho de Anadia. Do Cértima ao rebordo montanhoso...*, *o.c.*, p.6

[88] GIRÃO. A. de Amorim - *Esboço duma carta regional de Portugal. . .*, o. c, p. 35..

[89] GIRÃO. A. de Amorim - *Geografia de Portugal...*, o. c., p.91.

ESBOÇO LITOLÓGICO



Elaborado a partir da Carta Geológica de Portugal, escala 1:500000, coordenada por Carlos Teixeira, 4ª ed., Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1972; Carta Litológica, escala 1:1000000. Atlas do Ambiente. Portugal, Comissão Nacional do Ambiente, 1982.

CAETANO, Lucília de Jesus - *A indústria no Distrito de Aveiro...*, o.c., v.1, p.19.

As características deste solo para uso agrícola, nos terrenos adjacentes à Ria, são descritas pelos próprios engenheiros Polchet e Alicourt, em 1759:

"*As terras dos arredores de Aveiro pela banda do lugar de Alqueidão e Vila de Ilhavo, etc, são terras cultiváveis e de boa qualidade muito plantadas de árvores de diferentes espécies e em algumas partes de pinheiros dos quais há maior abundancia nas maiores distâncias dos povoados. As que ficam da banda da vila do Vouga são também terras capazes de cultura ainda que tenham mistura de areia grossa, e muito plantadas de pinheiros. As terras baixas que estão da banda do Rio Vouga ladeando até Nossa Senhora do Bom Sucesso [das Areias] são arenosas e muito plantadas de pinheiros e os maiores baixos delas junto ao Rio se inundam nas grandes cheias. As que ficam entre os diferentes braços do Rio Vouga são mais ou menos pantanosas de pouca profundidade, mas a sua superfície é geralmente de areia, e pela maior parte cultivadas pela curiosidade dos proprietários, que lhes têm formado valados para embaraçar que se inundem excepto nas grandes cheias. As ilhas formadas pelo caes do Espinheiro, cal do Ouro, cal de Aranhão, esteiro de Esgueira são lagoas misturadas de marinhas de sal, e do mesmo modo as há costeando pela banda de Vouga até Ilhavo. As terras que se acham entre a Cal de Ilhavo, e a Cal que conduz a barra, são de areia do mar em forma de lombas, excepto as bordas ou extremidades de perto de 300 braças de largura, que produzem algumas ervas pouco sucozas de pouco rendimento e utilidade e em algumas partes em terras cultivadas que produzem milho. O grande banco de areia que separa o mar e lhe impede o comunicar com o Canal que corre desde Nossa Senhora do Bom Sucesso até a barra e do mesmo modo duas léguas mais desde ela para a parte do Sudoeste até onde estava a antiga, é inteiramente de areia pura, no meio mais elevado em forma de lombas formadas pelos ventos.*"[90]

Longa citação, mas fiel e, traduzindo uma variedade de paisagem, corresponde à existência de terrenos cobertos e descobertos pelas marés, de que destacamos quatro grupos fundamentais[91]:

- primeiro grupo: banhados apenas pelas marés equinociais, são ora de natureza agrícola (milho e, no séc.XIX, arroz), ora de vegetação herbácea-caniçais, as chamadas praias de junco, com importância agrícola como adubo de terras e cama de gado, e vegetação arbustiva como os ameeiros, choupos e salgueiros[92];

---

[90] MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e engenharia...*, o.c., p.23 e 24.
[91] *A legitimação da propriedade particular em terrenos alagados pela Ria de Aveiro em 1897...*, *o.c.*, p.181.
[92] REIS, Álvaro - *Recursos biológicos da ria de Aveiro...*, o.c., p.206.

- segundo grupo: banhados 12 a 15 dias de cada mês pelas marés de águas vivas, ocupadas pelas chamadas praias de bajunça (igualmente para adubo e camas de gado, mas, sobretudo, cobertura dos montes de sal)[93];

- terceiro grupo: banhados, mais ou menos, por todas as marés, e conhecidos por praias do moliço, sendo as mais interessantes de toda a Ria, pela produção natural do moliço e pelo estabelecimento de marinhas de sal;[94]

- quarto grupo: por se acharem numa cota inferior ao nível do mar, nunca são descobertos pelas marés, e podem fazer-se, neste caso, três distinções:

.terrenos que já tiveram cota inferior ao nível das marés ao tempo da sua descrição documental;

.terrenos que foram altos, quando descritos, mas que foram escavados e rebaixados pelo embate das águas;

.canais de navegação que os proprietários abriram em terreno seu e para serviço de seus prédios[95].

O cordão dunar desempenha um papel muito importante como barreira natural ao avanço do mar, enquanto que os areais da Gafanha vão sofrer um paciente trabalho de fertilização, graças ao moliço da ria, num processo secular que remonta ao séc. XVII[96].

À medida que caminhamos mais para o interior, ou seja, para zonas acima de 400 metros, caso de Sever do Vouga, Macinhata do Vouga, Macieira de Cambra, Fermedo, etc, os terrenos mais acidentados marcam as dificuldades do seu amanho. Alguns excertos das Memórias Paroquiais de 1758, embora poucos, dão alguns elementos significativos, como na freguesia de Préstimo "*a terra é tão inclinada que todos os anos é preciso levar às costas do fundo*

---

[93] *A legitimidade da propriedade...*, o.c., p.182.

[94] Id., *Ibid.*: naturalmente que as dificuldades em fabricar o sal levam ao abandono das marinhas e a preferir-se a cultura do moliço.

[95] Id., *Ibid.*, p. 185. Deste último grupo fazem parte várias ilhas e ilhotes, em grande medida da propriedade do Mosteiro de Lorvão e da Câmara de Aveiro, mas que entretanto passaram para a posse de particulares.

[96] REZENDE, Pe. João Vieira - *Monografia da Gafanha..., o.c.*, p. 19 e segs. Parece que a capacidade de utilização da terra se mantém praticamente constante ao longo de 100 anos, como se lê em COSTA, J. V. Botelho, ALVES, J. de Almeida - *Condições Físicas das Terras da Gafanha. Modificações determinadas pela cultura...*, *o.c.*, p.130.

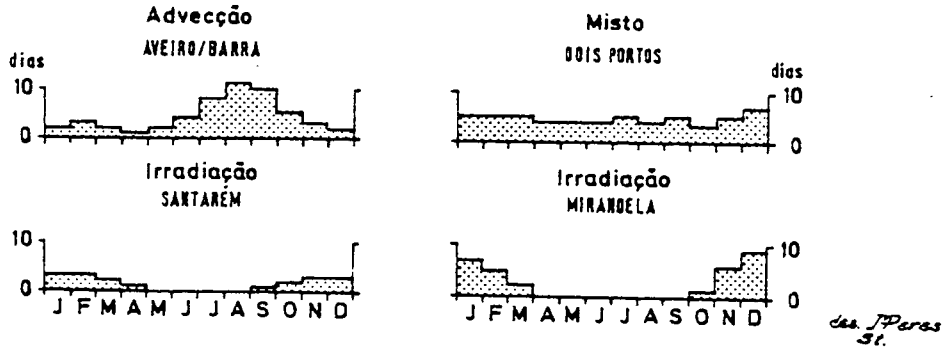
para cima, porque de outra forma já estaria nos regatos"[97]; ou ainda em Valongo do Vouga "*[produz] de tudo pouco, por ser o lastro da terra muito frio e necessitar de muitos adubos e muita cultura*"[98]. Sever "*vila e concelho situado nas ásperas montanhas do Bispado de Viseu, [...].É terra áspera levantada entre eminentes montanhas*"[99].

B - clima e cobertura vegetal

Começando pela Ria, três elementos climáticos actuam poderosamente na sua configuração: a acção eólica que altera o perfil da Barra e a profundidade do estuário; as fortes chuvas que influem nos caracteres biológicos pela diminuição da salinidade; e a evaporação que intervém nas múltiplas modalidades económicas da zona, sobretudo na indústria do sal[100].

Na tentativa de caracterização de regiões climáticas, a Provedoria é influenciada por climas propriamente litorais, de amplitude térmica muito atenuada[101], com frequente nevoeiro de advecção, durante as manhãs de Verão, resultante da condensação da humidade da atmosfera em contacto com as águas marinhas frescas, sensível sobretudo, de madrugada[102].

Tipo de nevoeiro em Aveiro (nºmensal de dias-1931/1960)



in DAVEAU, Suzanne - *Mapas climáticos...*, o.c., p.37

[97] ANTT. MP. L.30. n.261. f.1947.
[98] ANTT. MP. L. 38. n.35. f.189.
[99] ANTT. AHMF. II/A/159: *Tosca descrição do concelho de Sever* - 1785"
[100] LUCCI. L. F. de L. Schwalbach - *Estudos Geográficos*. . . , o. c. , p. 38.
[101] DAVEAU. Suzanne. et alii - *Geografia de Portugal*. . . , o. c. , v. 2. p. 454.
[102] Id. - *Mapas Climáticos de Portugal...*, *o.c.*, p.36.

O resto da fachada atlântica regista alguns dias de forte calor ou de frio acentuado, rapidamente corrigidos pela brisa do mar de Verão ou de uma massa oceânica de Inverno. A leste da faixa atlântica existe uma área de transição, em função das massa de relevo que a delimita. Nestes espaços, os períodos, francamente atlânticos, alternam caprichosamente, com os de cariz continental[103] [ver mapa "Esboço provisório das regiões climáticas..."].

Do ponto de vista da precipitação, embora a região de Aveiro se possa considerar dentro da região de noroeste húmido, descrita por Suzanne Daveau, distingue-se por uma certa atenuação, sobretudo na estação estival[104].

Finalmente, dois apontamentos extremamente importantes referidos por Barros Gomes, em 1878, na sua caracterização dos climas litorais, onde distingue o clima da Beira litoral com *"uma evaporação nas marinhas da costa muito inferior à do resto do litoral para sul"*, dum Centro Litoral, com *"uma evaporação, nas marinhas do Tejo, sete vezes maior que nas da região precedente"*[105]. Infelizmente não contamos com dados históricos, pequenas informações documentais que nos pudessem informar sobre uma conjuntura climática.

Sobre a cobertura vegetal, trataremos aqui mais dum levantamento duma história dos arvoredos, ou da sua falta, do que duma descrição de culturas que será remetida para o capítulo das estruturas agrárias. As Memórias Paroquiais, a propósito da questão acerca das espécies vegetais, fornecem alguns elementos. Talvez que a mais detalhada seja a das freguesias de Agadão e Castanheira *"produzem muitos matos, lenhas e árvores silvestres como são herbedeiros, aderneiros, lenticos, murteira, sobreiros, carvalhos e castanheiros"*[106].

A comarca da Feira é toda ela marcada por abundantes pinhais, que já no séc. XVI justificavam um tráfico de madeiras para o Porto[107], numa

---

[103] Id. -*Geografia de Portugal*. . . , o. c. , v. 2, p. 454.
[104] Id. - *Répartition et rythme des précipitations au Portugal...*, *o.c.*, p.167.
[105] GOMES, Barros - *Cartas Elementares de Portugal-1878*, "Carta Agronómica", p. 5.
[106] ANTT, MP, L. 9, n. 196, f. 1267
[107] AMORIM, Inês - *Os Senhores da Feira e a propriedade da terra no séc. XVI...*, *o.c.*, p.134.

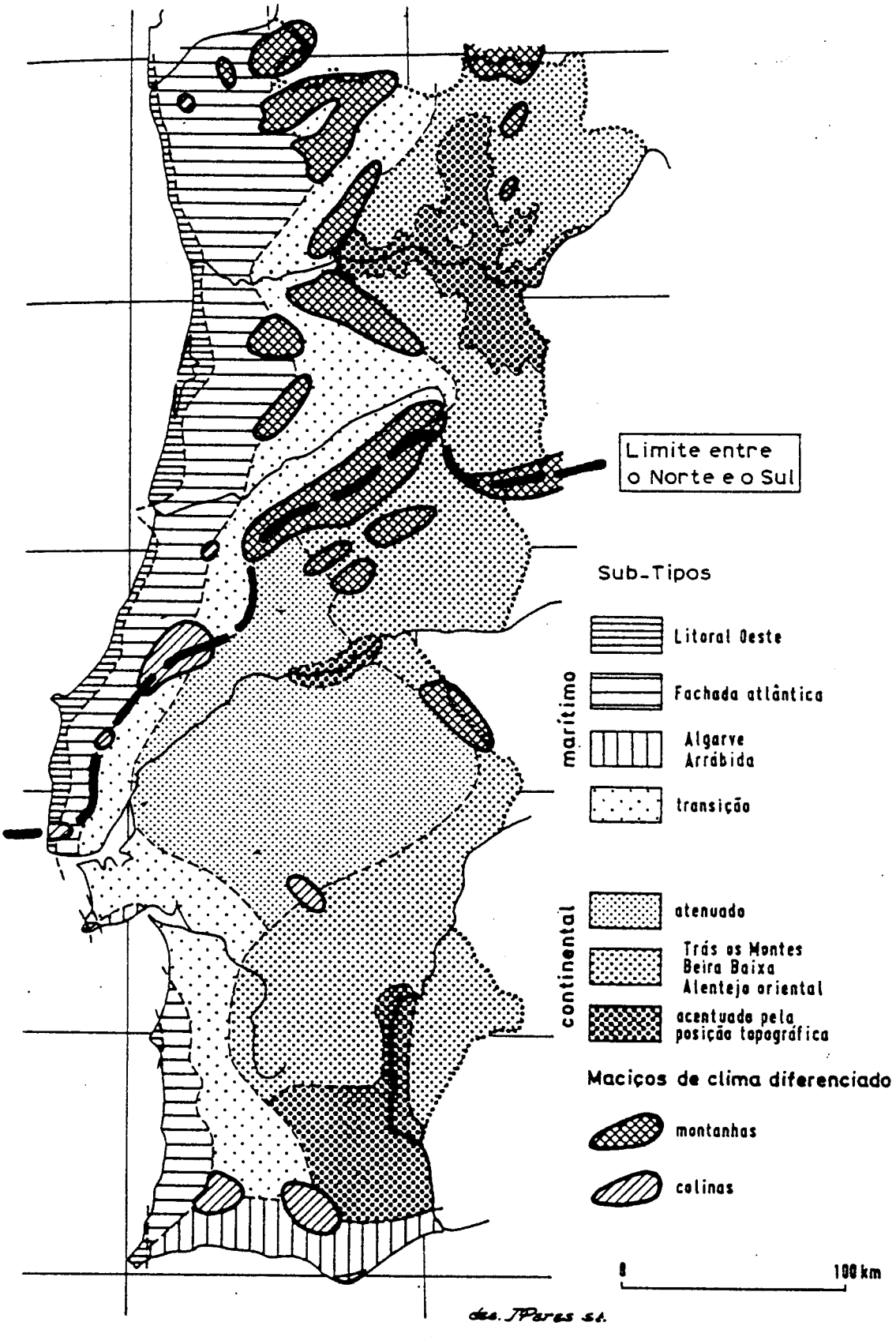


Figura 104.

Esboço provisório das regiões climáticas de Portugal.
S. Daveau et alii, 1985 (citado na nota 35), modificado.

DAVEAU, S. et alii - *Geografia de Portugal...*, o.c., v.2, p.456.

área de densa vegetação que abrigava uma das montarias reais do séc. XV[108], em "Terras de Santa Maria". Nos inícios do séc. XIX as características são as mesmas: "*muitas lenhas e devesas de castanho que vendem com grande reputação para arcos de pipas*"[109]. No espaço da comarca da Feira, a freguesia de Olival regista "*abundância de pinhais de que continuamente se fabricam madeiras que pelo Douro se conduzem para o Porto, mas apenas do pinheiro bravo, porque proibido o manso*"[110]. Na Comarca de Aveiro, sede de Montaria real[111], a Mata de Perrães estendia-se por Fermentelos, Ois da Ribeira e Requeixo, prolongando-se ao longo do rio Cértima, até aos limites do couto de Aguada e Barrô; pelo menos em 1741, foi desbravada parcialmente, para se transformar em terras agrícolas, tiradas à mata, trabalhadas entretanto[112].

Se a norte, a Provedoria está bem provida de floresta, já a sul, pelo menos, no litoral, estamos no domínio da "floresta a existir"[113], área que servirá de objecto de discurso acerca da arborização, em especial as dunas de Ovar até Mira[114]. Ílhavo parece ser a única localidade com alguns pinheiros "*de que se servem para tabuados e lenhas, conduzidas para Aveiro e outras terras, especialmente para a nossa vila de Ilhavo, que delas carecem*"[115]. Se o pinheiro bravo domina todo o espaço em estudo, também se articula com o castanheiro, sobreiro e oliveira, embora esta tenha um predomínio maior nos terrenos calcários[116].

Sabe-se que a partir do séc. XIV com a degradação florestal motivada pelas necessidades de construção, abastecimento, aquecimento e transporte,

---

[108] DEVY-VARETA, Nicole - *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa...., o.c.*, p.68: indica na Terra de Santa Maria os seguintes topónimos onde existia montaria, Adaes, Arriba, Carregal, Demande, Ermida, Espadanheira, Espargo e Sá, Malsabula, Ribeira.

[109] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira - 1801....*, o.c., p.267.

[110] MP, L.26, n.18, f.153.

[111] DEVY-VARETA, Nicole - *Para uma geografia histórica da . . .*, o. c. , p. 68: indica na montaria de Aveiro, os seguintes lugares: Eixo, Foroços, Molembra, Pé de Frade, Perraes, Ponte de Azurva, Soutelo, Tanoeira, Vila Boa.

[112] LADEIRA, Francisco Dias - *A vila de Águeda..., o.c.*, p.302-305.

[113] RADICH, Maria Carlos - *A Silvicultura em Portugal no século XIX..., o.c.*, p. 63.

[114] Id., *Ibid.* :"*uma convicção que surge enraizada nos estudos oitocentistas [...] é a de que o revestimento vegetal do país se restringira significativamente num período multissecular*"

[115] MP, publicada em "ADA", v.2, p.302.

[116] Carta de Barros Gomes, p. 2"Carta dos Arvoredos". Porém a oliveira aparece por toda a parte e os seus limites são apenas a proximidade do mar e a altitude, como refere RIBEIRO, Orlando - *Evolução e estado actual da cartografia dos arvoredos e plantações em Portugal..., o.c.*, p. 285.

foi-se criando a obrigação legal da reflorestação[117]. Ao longo da época moderna, as medidas multiplicam-se, já sob o domínio filipino para o plantio de árvores e maninhos, punindo os descaminhos de madeiras[118], codificado nas Ordenações[119]. D. João V continuou esta política, atribuindo aos corregedores tais competências[120]. Mas os problemas que a falta de madeiras colocavam, desde aumento de preços a especulações, e, sobretudo, a falta de abastecimento à capital, como escreveu Aurélio de Oliveira[121], levou a um maior vigor nas iniciativas de florestação, quer por particulares[122], quer por parte da Coroa por intermédio dos corregedores.

A comarca de Aveiro não foi excepção e, tirando as medidas conducentes à cultura de plantas industriais que estudaremos noutro lugar, os inícios de XIX, marcam algumas iniciativas de florestação, na continuidade duma herança natural bio-climática e fito-geográfica, ou seja, se o pinheiro bravo vai dominar, deve-se a espécies que já lá estão, condicionado por vegetação de tipo Atlântico-Mediterrânico, mas com a prevalência do primeiro[123]. Surge um "*Mapa das florestas mandadas plantar pelo Corregedor de 1801 a 1802*"[124], entre as quais se destacam:

- o plantio de sementes de pinheiro em vários territórios e sobretudo no litoral;

- a associação de outras árvores: oliveiras, castanheiros, álimos, etc..

Assinale-se a correspondência do corregedor, provedor e ainda do engenheiro Oudinot responsável pelas obras da Barra, acerca das tentativas de plantio de pinheiros, desde a costa de Ovar à de Aveiro, a fim de fixar os

---

[117] DAVEAU, Suzanne et alii - *Geografia de Portugal*. . . , o. c. , v. 2, p. 602. Este estudo da evolução florestal para a Idade Média, até ao séc. XVI, foi feito por DEVY-VARETA, Nicole - *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa..., o.c.*, p. 47.

[118] SILVA, J. J. Andrade e - *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa..., o.c.*, v.2, p.330 "31 de Julho de 1618-Carta Régia indicando a plantação de árvores de pinho e sovro nas comarcas do Reino"; v. 5: "20 de Agosto de 1638-Carta Régia com providências para a plantação de árvores nos baldios, e punição dos descaminhos de madeira".

[119] *Ordenações Filipinas*, L.1, Tit.LXVI, &26.

[120] ALMEIDA, Fortunato de - *Subsídios para a História Económica de Portugal..., o.c.*, p.145.

[121] OLIVEIRA, Aurélio de - *A Abadia de Tibães e o seu domínio, 1630/1680 -1813..., o.c.*, v.1, p.229.

[122] Id. , *Ibid.* A Abadia de Tibães tornou-se exemplar no cultivo de várias espécies, acompanhando a legislação, mas sobretudo a conjuntura.

[123] ALBUQUERQUE, J.Pina Manique e - *Zonas fito-climáticas e regiões naturais do Continente português..., o.c.*, p.569 a 591.

[124] BPMP-Res, ms. 294 "*Registo das Ordens e Officios tendentes à Plantação das Amoreiras e mais árvores silvestres-28 de Março de 1803*".

areais. Dos três elementos da governação citados, todos unânimes na necessidade de plantios, a de Oudinot é extremamente técnica: explica os recursos financeiros reunidos a partir duma consignação sobre os barcos que navegavam na Ria[125]; depois o método "*a partir de algum abrigo que proteja as sementeiras nos lados do Norte e do Poente, e continuar progressivamente para o sul e para o nascente*"; a árvore silvestre era o pinho que os naturalistas chamavam de pinho marítimo de Malliole[126], ajudado por sementeiras de tojo, giesta e sargaço. Mas é o provedor e desembargador da Barra de Aveiro, João Cardoso Verney, que explica, com todo o pormenor, as dificuldades de fixação das sementes.

Esta política esteve ligada à acção de José Bonifácio de Andrade e Siva, que foi encarregado, desde 1802, de dirigir as sementeiras e plantações nos areais da nossa Costa. À imagem daquilo que se passava noutros países, como a França, Alemanha e Holanda, foram feitas as primeiras tentativas em Aveiro que saíram baldadas; mas as de Ovar vingaram, apesar de "*muitos suores e despesas*"[127]. Esta política de plantio de pinhais, apesar das propostas de J. Bonifácio, não teve efeito para sul de Ovar, de modo que o assunto volta a ser retomado em 1874, como medida urgente, para travar o avanço das areias, responsável pelo assoreamento da Barra[128], mote repetido em 1884[129] e daí para a frente, sem cessar[130], sinal dum plano antigo com dificuldades técnicas e económicas de aplicação.

Relativamente à implementação de árvores na comarca, servimo-nos do "*Mapa das florestas...* "de 1801, citado acima, para construir o quadro seguinte:

QUADRO 2

	álimos	freixos	oliveiras	carvalhos	castanheiros	sobreiros	amoreiras	pinhão*
Aveiro e seu Termo	242 (1)	87 (2)	1348	380 (3)	361 (4)		99	18
Aradas			52		96 (4)	76		

[125] O decreto relativo à criação desta consignação publicado em MATTOS, José Maria de Melo de - *Memória sobre a arborização das dunas de Aveiro...*, *o.c.*, p.106, transcrito em doc. n. 6.

[126] SILVA, José Bonifácio de Andrade e - *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal-1815...*, *o.c.*, p.99. Referir-se-á a Mattioli, autor referido por Andrade e Silva?

[127] Id., *Ibid.*, p.69.

[128] SILVA, Silvério Augusto Pereira da - *Barra de Aveiro...*, *o.c.*, p. 262.

[129] MESQUITA, Egberto de Magalhães - *Arborisação da Costa de Aveiro...*, *o.c.*,

[130] BORGES, Joaquim Ferreira - *As Dunas de Portugal e sua arborização...*, *o.c.*, p.239; MESQUITA, Egberto de Magalhães - *Relatório dos serviços de arborização das dunas...*, *o.c.*, p.153.

Ilhavo	vários	pinhais;	imprópria	para outras	árvores			
Ermida	poucos	baldios,	pinhais,	choupos. e	outras	árvores;		
Vagos	baldios com	pinhais;	as areias	não deixam	plantar	árvores		
Soza	não tem	baldios						
Sorães	tem-se	plantado	de tudo					
Oliveira do Bairro			3276	205 (3)	399 (4)			18
Sangalhos			300		49 (4)		43	20
Paredes do Bairro	pequenos	baldios, com	oliveiras,	amoreiras,	sobreiros e	pinheiro;		
S.Lourenço do Bairro	baldios com	oliveiras,	carvalhos,	sobreiros,	e algumas	amoreiras;		
Ois do Bairro	baldios com	oliveiras,	carvalhos,	sobreiros,	pinheiros, e	amoreiras;		
Anadia	pequenos	baldios,	oliveiras,	castanheiros	impróprio	para	amoreiras;	
Ferreiros	baldios com	oliveiras,	carvalhos,	sobreiros,	pinheiros	algumas	amoreiras;	
Avelãs de Cima	baldios com	muitas oliveiras,	castanhei-ros,	poucas amoreiras,	"por ser terra árida";			
Avelãs de Caminho	baldios com	algumas oliveiras.	bastantes pinhais,	algumas amoreiras,	e carvalhos;			
Aguada de Cima			3492	217 (3)				197
Barró			160	14 (3)		158 (4)	52	
Recardães			600	177 (3)		150 (4)	não pode	300
Assequins	mais de 200	pés de	oliveiras e	amoreiras;				20
Préstimo	"não se tem	plantado	por ser	agreste, tem	carvalhos	antigos";		
Aguieira	baldio	ocupado	com	muitas	oliveiras e	pinhais:		
Trofa	baldio	ocupado	com	oliveiras,	carvalhos e	pinhais:		
Vouga	baldios	com	oliveiras	e pinhais;				
Serém	pequena	extensão	do baldio.	com pinhal;				
Couto de Esteves	baldios com	oliveiras.	castanheiros	carvalhos.	sobreiros e	amoreiras:		
Sever	baldios	com	carvalhos,	castanheiros	algumas	amoreiras;	algum	pinhão;
Fermedo	baldios	com	oliveiras,	carvalhos,	sobreiros,	pinheiros,	algumas	amoreiras
Bemposta			1000		alguns			200
Angeja	não tem	maninho						
Pinheiro	vão-se	pondo	algumas	amoreiras;	e outras	árvores:		
Frossos	tem pinhais,	oliveiras.	vão -se	plantando	algumas	árvores:		
Esgueira	baldios com	pinhais.	carvalhos.	castanheiros	e pés de	oliveira:		
Comarca da Vila de Mira	408 (1)		58	225 (3)			20	63

* refere-se a alqueires de semente de pinhão; os outros títulos referem-se a pés de árvores plantadas;

(1) e lagumeiros; (2) e faias; (3) e alimos; (4) e sobreiros;

Naturalmente que se trata duma informação mais qualitativa do que quantitativa, mas torna-se evidente a clara disseminação dum conjunto de espécies arbóreas: sobreiros, castanheiros, carvalhos; as amoreiras e oliveiras seleccionam os terrenos; mas é notória a quantidade das segundas, cerca de 10. 286 pés contabilizados, além dos não especificados. Curiosa a associação dos álimos aos carvalhos; os álimos ou "alemos", seriam uma espécie de choupo recomendado para chãos húmidos, margens de ribeiros, lagoas e

valas, com variadíssimas aplicações, desde a carpintaria à tinturaria[131]. Finalmente a semente de pinhão, cerca de 836 alqueires de semente, com especial incidência para Mira, Bemposta, Recardães, e Aguada de Cima . Enfim, a costa e as margens do Vouga precisavam de ser domadas.

Entre tal vegetação, surgem alguns "espaços-refúgio". Referimo-nos aos locais onde os animais, ditos selvagens, encontravam ainda refúgio perante o avanço do homem e a desflorestação. Se às portas de Aveiro, em Esgueira, ainda aparecem raposas que provocavam estragos nas novidades[132], os animais mais perigosos para o homem confinavam-se aos montes, na parte mais a leste da provedoria: no nordeste, em Mansores, em 1758, "*lobos e muitas raposas, em demasia*" [133], e em S. Miguel do Mato "*numas montarias que se fizeram mataram-se 7 lobos*"[134]. Continuando para sul, em Junqueira, raposas e também lobos[135]; Rocas do Vouga "*lobos, porcos bravos, javalis, caça do monte abundante*"[136]; em Cedrim, lobos e raposas[137]; Paradela, na serra de "*Alombada, lobos, porco montês e tourões*"[138]; finalmente em Préstimo "*lobos e raposas não faltam*"[139]. Mais para o litoral, Albergaria e Valmaior parecem ser o limite de refúgio" *por estar contígua a grandes serras e montanhas*"[140]. Mais a sul, a mata de Perrães, em Fermentelos, foi refúgio para javalis e lobos; estes só se retiraram por volta de 1870-1880[141].

Mas um dos traços característicos de Aveiro e da sua Ria é a diversidade de biótipos (águas livres, ilhas com vegetação, vasas e lodos, sapais, salinas, campos agrícolas e dunas). Se tivermos em conta estudos recentes, acerca daquela variedade, imaginamos que no passado, sem os

---

[131] SILVA, José Bonifácio de Andrade e - *Memória sobre as necessidades e utilidade. . .* , o. c., p. 132.
[132] ANTT-DP -Beira, maço 4, n. 274, 19 de Dezembro 1766: diz António de Oliveira, morador na Quinta do Gato, lugar de Solposto, Esgueira, que tendo as suas fazendas e vinhas "*entre matos nos quais se criam muitos bichos bravos, como são raposas, tourois, ginetes e outros que destroiem novidades*", precisava autorização para utilizar espingarda; pedido que repete em maço 7, 5 de Maio de 1767;
[133] MP, L.22, n.44, f.281.
[134] MP, L.23, n.89, f.597.
[135] MP, publicada in "ADA", v.27, f.307.
[136] MP, L.32, n.165, f.995.
[137] MP, publicada em "ADA", v.34, p.62.
[138] MP, L.27, n.68, f.437.
[139] MP, L.30, n.261, f.1947.
[140] MP, Albergaria, L.1, n.67, f.479; MP, Valmaior, L.38, n.42, f.231.
[141] LADEIRA, Francisco Dias - *A vila de Águeda. . .* o. c. , v. 1, p. 304.

agentes agressores actuais, as espécies seriam em muito maior número. O valor ornitológico pode ser medido da seguinte forma: 51.8% das espécies observadas são sedentárias na região, 14.5% são invernantes, 19.1% visitantes de Verão, e 14.6% utilizam a Ria como etapa intermediária nas suas viagens migratórias. Além do valor ornotológico, existirão no sistema lagunar, pelo menos 24 espécies piscículas, 125 espécies de plantas entre as quais 49 espécies de algas[142]. Em 1758 o pároco de Mira refere a proliferação de aves que se deixavam apanhar facilmente, por processos artesanais, e onde vinham caçar "*as pessoas principais deste Reino mas também o faziam os Senhores Reis, não só a caça na dita lagoa, se não também a pesca*"[143] .

3 - Os caminhos: por terra e por água

Em Aveiro e à volta da sua Laguna, caminhos de terra e de água confundem-se, completam-se, ou dificultam-se. Na Provedoria de Aveiro, lado a lado, a tradição e a inovação, ou seja, as rotas antigas, englobando estradas mouriscas e barcas de passagem, e as novas vias, projectadas pelos engenheiros. Daí que o estudo dos percursos seja o estudo das contradições, entre ambições do poder centralizador (e, por isso, as novas vias encerram um papel político, económico e social)[144], e a tradição, ou seja, os projectos régios na hora da concretização, não passavam do papel, sendo os particulares a resolver casos pontuais.

A - As vias tradicionais

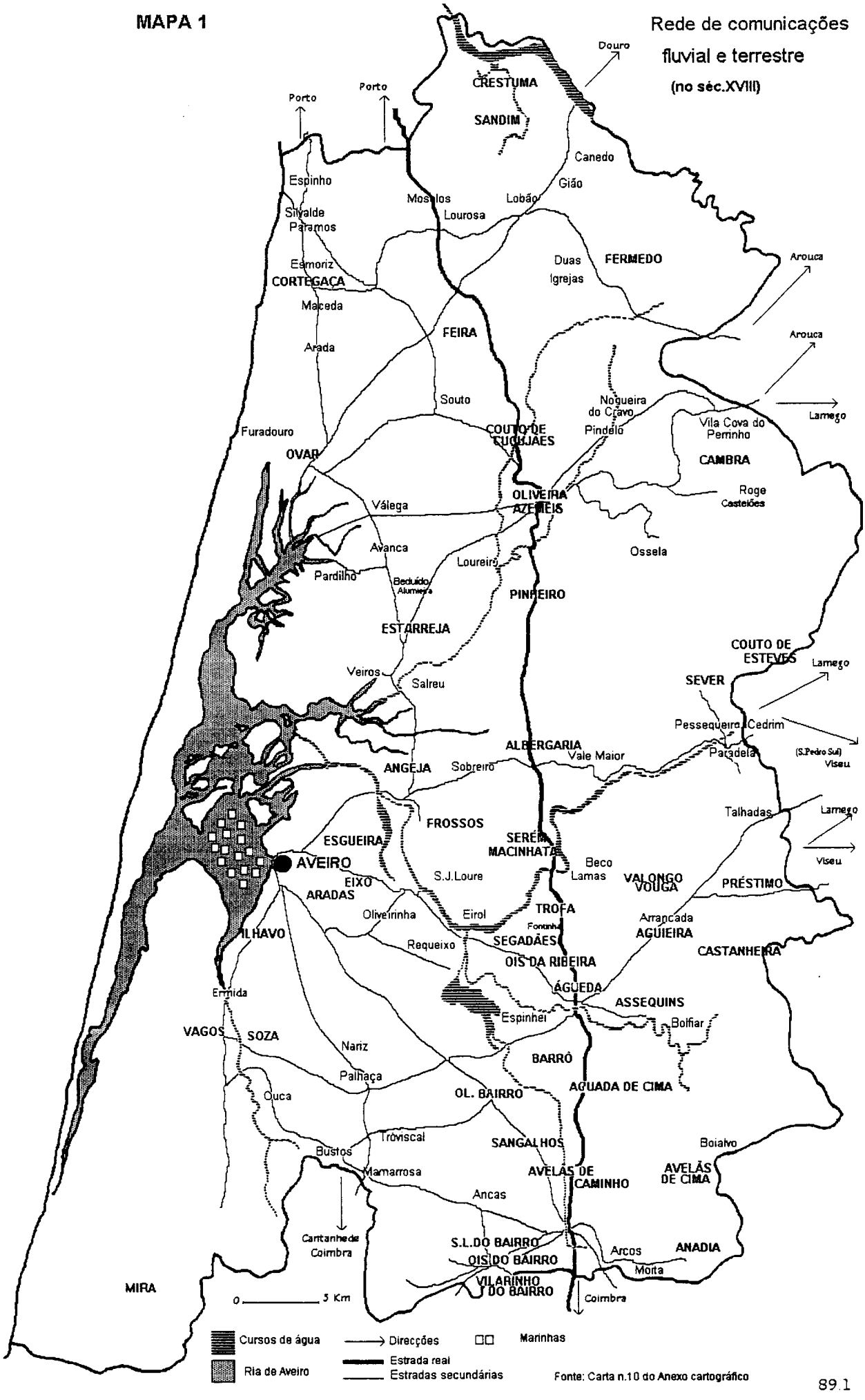
Uma espinha dorsal corta a Provedoria longitudinalmente - a velha estrada romana, sucessivamente promovida a estrada medieval ou real, conforme os tempos, Porto/Coimbra/Lisboa. Aveiro ficava bem longe deste trajecto. De sul para norte, entrando por Arcos, prosseguia por Avelãs de

---

[142] REIS, Alvaro - *Recursos biológicos da Ria de Aveiro..., o.c.*, p. 203 a 206.
[143] MP, L.23, n.152, f.973.
[144] BORDES, Maurice - *Les routes des intendants..., o.c.*, p. 151.

MAPA 1

Rede de comunicações fluvial e terrestre (no séc.XVIII)



Fonte: Carta n.10 do Anexo cartográfico

Caminho, Aguada, Sardão (Águeda), ponte de Serém, Albergaria, Oliveira de Azeméis, Souto Redondo (freguesia de S. Jorge), Grijó, Carvalhos, Porto[145].

Depois, cortada em latitude pela estrada de Viseu, que partia de Aveiro, por Eixo, Águeda, Préstimo, Macieira de Alcoba, e depois Alcofra (até Viseu)[146]. Ou então, outro trajecto, a partir de Águeda, seguia por Talhadas, até Vouzela. A partir daqui dividia-se em dois ramos, um que seguia para Norte (Castro Daire), e outro para Viseu[147]. Talhadas era, aliás, um entroncamento de várias direcções: de Coimbra, de Aveiro, do Porto e de Lamego, como argumentam os seus habitantes em 1767, ao pedirem uma feira mensal[148]; a existência dum Hospital e Albergaria, comprova o carreiro de gentes[149].

De Aveiro para o Porto três percursos a considerar: de barco, pela Ria, até Ovar, continuando por Cortegaça, Paramos, Anta; ou então, saindo de Aveiro, em direcção a Angeja, Salreu, Avanca, Ovar, Arada, Cortegaça e Porto[150]; finalmente, entre este último percurso e a estrada real, um terceiro trajecto, por Esgueira, Cacia, Angeja, onde se passava de barca no tempo de Inverno, Fermelã, Canelas, Salreu, Estarreja, Santo Amaro, Alumieira, S. Martinho da Gândara, Vila da Feira, Grijó, Carvalhos e Porto[151].

Finalmente, de Aveiro a Coimbra, encontra-se o percurso que, entrando por Arada, Palhaça, Mamarrosa, Vilarinho do Bairro, se dirigia à estrada real que passava na Mealhada[152]. A outra alternativa era a saída por Arada para Ilhavo, Sosa, onde se atravessava de barca para Vagos, e depois, pelo areal, até Mira e Figueira da Foz[153].

---

[145] GRACA, José P. de Almeida-*Do "Roteiro Terrestre de Portugal"de 1748 ao plano rodoviário de 1945..., o.c.*, p.306. Ver também em MATOS, Artur Teodoro de - *Transportes e Comunicações em Portugal, Acores e Madeira..., o.c.*, páginas não numeradas, quadros relativos a itinerários nas Beiras. Servimo-nos da carta de 1884, que consta do Anexo com o n.10, para construirmos os mapas de localização das estradas, pontes e barcas, para o séc.XVIII.

[146] GRAÇA, José P. de Almeida - *Do "Roteiro Terrestre de Portugal"*. . . , o. c. , p. 307.

[147] GIRÃO, A. de Amorim - *Antiguidades Pré-Históricas de Lafões..., o.c.*, p. 8

[148] ANTT, DP, maço 5, n. 327.

[149] ANTT-CF, n. 684 - Treslado do Tombo do Real Hospital de Doninhas e Pedras Talhadas-1790; MP de Talhadas, "*tem uma albergaria a que chamam hospital*".

[150] GRAÇA, José P. de Almeida - *Do "Roteiro*. . . , o. c. , p. 308. ; e ainda MATOS, Artur Teodoro de - *Transportes*. . . , o. c. , s. p. quadro "Aveiro ao Porto".

[151] GRAÇA, *Pais - As estradas previstas pelo engenheiro Luis Gomes de Carvalho no seu relatório de 1805...*, o.c., p. 120.

[152] Id., *Ibid.*, p.121.

[153] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro ..., o.c.*, p. 87-88.

A partir de Oliveira de Azeméis (que é cortada pela estrada real), desenha-se um nó fundamental de eixos viários, que um abrigo para viajantes, comprova[154]: para Oeste em direcção a Ovar, passando por Couto de Cucujães e Souto; para Este, dois ramais, um passando por Pinhão e Macieira de Cambra e, virando para Nordeste, encontra-se com o ramal que também partindo de Oliveira de Azeméis, passa por Carregosa, ambos se dirigindo a Vila Cova do Porrinho e direccionados a Arouca e outras terras, para nascente[155].

Também Albergaria a Velha era outro eixo significativo, por intersectar a estrada real com as ligações do interior, Valmaior, Pessegueiro, Cedrim, para a região Lafonense[156], e em sentido contrário para Antuã (Estarreja), caminho antigo que justificou a fundação duma "Albergaria" por D. Teresa[157].

Finalmente, à beira-mar: a partir de Ovar, e pelo menos na segunda metade de XVIII, com a pesca da sardinha e novos processos de salgamento, desenha-se uma ligação para o Douro e a Régua[158].

Mas as vias fluviais parecem acompanhar as relações entre terras. A Ria, pelo menos, era navegável, mas com certos limites; as embarcações que navegam são barcos sem quilha "*nem é capaz de barcos de maior fundo*"[159]; não podia ir muito além do moliceiro, que segundo a M. P. de Avanca, em 1758, só no esteiro daquele nome, eram mais de 300 "*além de outro tanto número de pescadores* "[160]. Nalgumas áreas era mesmo impraticável "*há tradição que antigamente navegavam [as caravelas] até defronte de Vagos a carregar sal [...]; ao presente[...] impraticável[...] por se achar completamente areado*[161], mas mesmo assim

---

[154] Registado na MP. publicada no "ADA": "*casa térrea na R. Oliveira defronte de cruzeiro que serve de abrigo [. . .], há mais de 50 anos*".

[155] Referido em GASPAR, Mons. Jorge - *A Diocese de Aveiro no séc. XVIII, um inquérito de 22 de Setembro de 1775...*, *o.c.*, p.141 e 146, respectivamente Macieira de Cambra e Carregosa, referindo-se à estrada que vai para Arouca, S. Pedro do Sul e Pinhel:

[156] TAVARES, António Henriques - *Pessegueiro do Vouga...*, *o.c.*, p. 79.

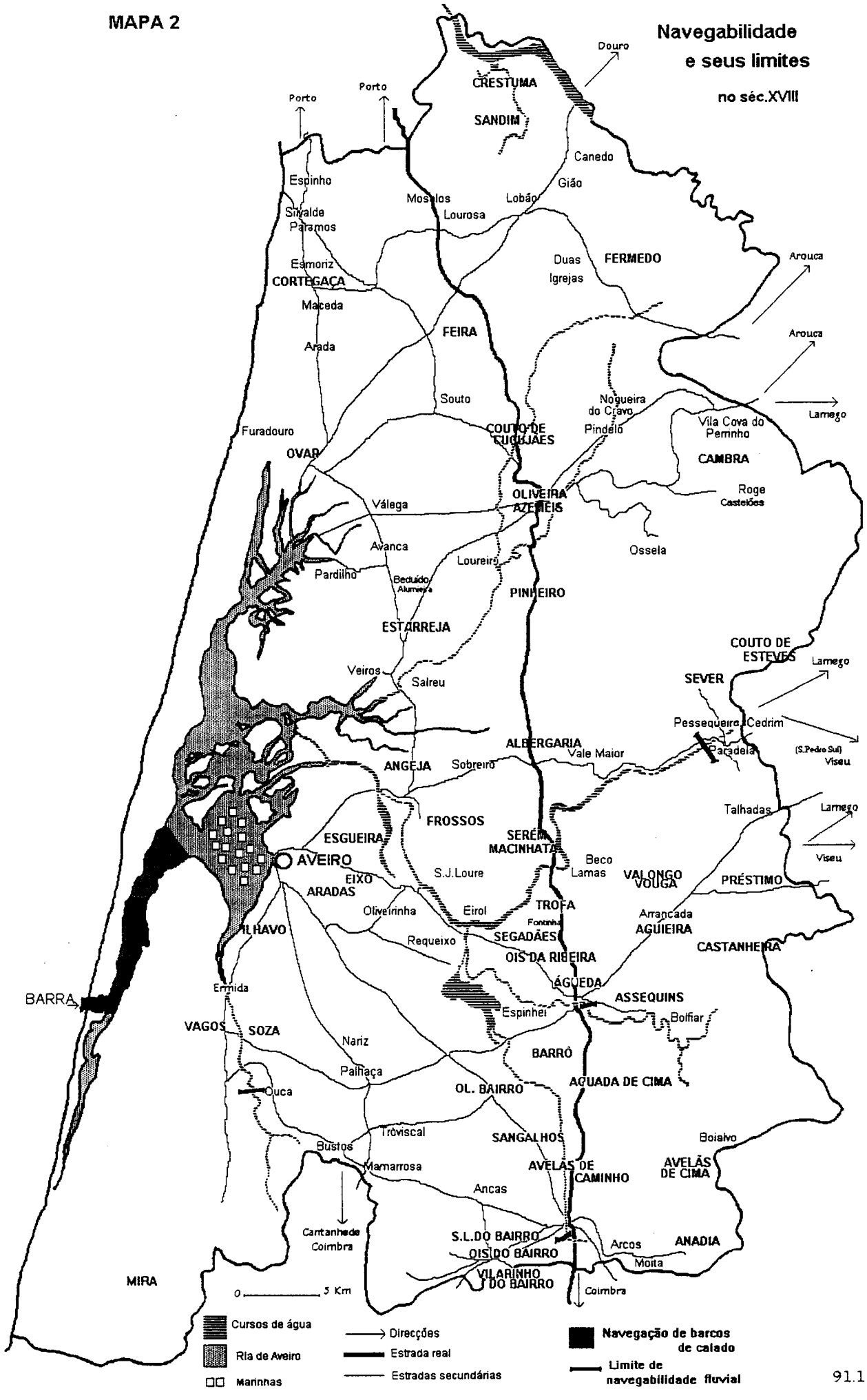
[157] PINHO, António de - *Albergaria a Velha e o seu concelho...*, *o.c.*,; ANTT, CF, n. 682 e 683-Tombo do Hospital de Albergaria-a-Velha-1789; ANTT-MP, p. 480 "*as rações dos frutos são aplicadas neste hospital, administrado por um administrador nomeado pela Coroa*".

[158] GRAÇA, Serafim Soares da - *Águeda Antiga...*, *o.c.*, p.57, nota 2:"*em 1806 o comércio de peixe concentrava-se em Ovar e os seus mercantéis faziam as suas expedições para o Vale do Douro pelo Porto e por Crestuma e para a Beira por Águeda e Albergaria*"

[159] MP, publicada em *Cacia e o Baixo-Vouga...*, *o.c.*, p. 29.

[160] MP, publicada em "ADA", v.35, p.273.

[161] MP, publicado em "ADA", v. 2, p. 302.


MAPA 2
Navegabilidade
e seus limites
no séc.XVIII
Douro
Porto
Porto
CRESTUMA
SANDIM
Canedo
Espinho
Gião
Mosteiros
Lobão
Silvalde
Paramos
Lourosa
Esmoriz
CORTEGAÇA
Duas
Igrejas
FERMEDO
Arouca
Maceda
FEIRA
Arouca
Arada
Souto
Nogueira
do Cravo
Lamego
Vila Cova do
Perrinho
Furadouro
COUTO DE
CUCUJÃES
Pindelo
OVAR
CAMBRA
OLIVEIRA
AZEMEIS
Roge
Castelões
Válega
Avanca
Ossela
Loureiro
Pardilho
Beduído
Alumieira
PINHEIRO
ESTARREJA
COUTO DE
ESTEVES
Lamego
Veiros
Salreu
SEVER
Pessequeiro
Cedrim
ALBERGARIA
Vale Maior
Paradela
(S.Pedro Sul)
Viseu
ANGEJA
Sobreiro
Talhadas
Lamego
FROSSOS
SERÉM
MACINHATA
ESGUEIRA
AVEIRO
Beco
Lamas
Viseu
EIXO
S.J.Loure
VALONGO
VOUGA
PRÉSTIMO
ARADAS
TROFA
Oliveirinha
Eirol
Fontinha
Arrancada
AGUIEIRA
ILHAVO
Requeixo
SEGADÃES
CASTANHEIRA
OIS DA RIBEIRA
ÁGUEDA
Ermida
ASSEQUINS
BARRA
Espinhel
Bolfiar
VAGOS
SOZA
Nariz
BARRÔ
Palhaça
AGUADA DE CIMA
Ouca
OL. BAIRRO
Troviscal
SANGALHOS
Boialvo
Bustos
Mamarrosa
AVELÃS DE
CAMINHO
AVELÃS
DE CIMA
Ancas
Cantanhede
Coimbra
S.L.DO BAIRRO
Arcos
ANADIA
OIS DO BAIRRO
Mealhada
MIRA
VILARINHO
DO BAIRRO
Coimbra
0 5 Km
Cursos de água
Ria de Aveiro
Marinhas
Direcções
Estrada real
Estradas secundárias
Navegação de barcos
de calado
Limite de
navegabilidade fluvial
91.1

ainda se lhe "*comunica muito pescado, especialmente de Verão, por vezes 50 barcos, que trazem sardinha fresca*" [162].

Até à cidade de Aveiro não se podia chegar "*só pequenas embarcações porque em distância dela um quarto de légua, pouco mais ao menos, (sítio da Gafanha), há um banco de areia que atravessa o canal de um ao outro lado, onde só se encontram dez palmos de água na praia-mar [...]; porém até o dito lugar da Gafanha podem chegar embarcações de maior lote, e o transporte de mercadorias para terra é facílimo de fazer-se, não só pela muita abundância de barcos, que há naquela Ria, como até por ser pequena a distância à cidade e ser a Ria muito tranquila*". "*A Ria tem uma prodigiosa quantidade de barcos de pescaria: o seu número é certamente de 3 mil*"[163].

Esta multiplicidade de embarcações, o fervilhar de ligações que a Ria permitia, correspondia a outros tantos cais e desembarcadouros que os múltiplos esteiros permitiam comunicar; a carta de 1778 de toda a costa mostra essas potencialidades.

O Vouga era navegável até Pessegueiro do Vouga[164], "*no sítio de Esmarrida [...], a cujo sitio chegam com muito trabalho alguns barcos de sal com muito trabalho, que vem de Aveiro [...], que são pequenos*"[165]. O rio Águeda, que na localidade do mesmo nome recebe o rio Alfusqueiro, e era navegável desde o lugar de Raivo, meia légua acima de Águeda[166], nalguns pontos, tornava-se indispensável recorrer a algumas juntas de bois que arrastavam os barcos (mercantéis), "*por ser tão pouca a água que lhes não dava navegação*"[167]. O rio Cértima, navegável com "*barcos de carreto*"[168], vai igualmente entrar no rio Vouga, permitindo, como a MP de Avanca descreve, o interesse de alguns irem ao rio Vouga, "*porque a estes somente os que vão a conduzir os vinhos chamados de Anadia*"[169], através naturalmente da ligação com o Cértima.

As pontes e as barcas eram a comunicação possível. A ponte de maior porte seria a chamada ponte de Serém, sobre o Vouga, na freguesia de Macinhata do Vouga, destruída por grandes cheias de 1708, reconstruída em

---

[162] MP. L.38. n.4. f.17.
[163] Memória sobre a nova Barra de Aveiro aberta em 3 de Abril de 1808. por Isidoro Francisco Guimarães. publicada por PIMENTA. Belisário - *A Barra de Aveiro em 1809..., o.c.*, p. 170.
[164] GIRÃO. A. Amorim - *A bacia do Vouga...*, o.c., p.46.
[165] MP de Pessegueiro do Vouga. V.28. n.95. f.613.
[166] MP. L.1. n.55. f.385.
[167] NEVES. F.Ferreira - *A memória sobre Aveiro...*, o.c., p.268.
[168] MP de Oliveira do Bairro. L.26. n.23. f.75.
[169] MP publicada em "ADA", v.35. p.273.

1715 [ver carta n.4 do Anexo][170]. Ainda em Pessegueiro do Vouga, a partir de 1807 uma ponte de pedra permite a transição para Paradela e a penetração para a Beira Alta[171]. Depois a ponte sobre o Águeda na terra deste nome, de cinco arcos, construída a partir de 1614[172], e finalmente, quase a meter-se no Vouga, a chamada ponte da Rata ou de Almear, entre Eirol e Travassô[173]. Em 1778 esta ponte encontrava-se em decadência, como refere a carta dessa data [n.4 do Anexo], num dos seus pormenores e observações a propósito do rio, demonstrando a necessidade de, paralelamente às pontes, existirem barcas de passagem : "*a ponte de Almiar, que tem tres arcos cahidos [...], aonde hoje esta a Barca*"[174] .

As barcas de passagem, na maior parte de senhorios, eram fundamentais na circulação. Sobre o Vouga, no lugar de Serém, freguesia de Macinhata do Vouga, uma barca funcionou até bem depois de inícios de XIX[175]. Em S. João de Loure, outra do Convento de Jesus de Aveiro[176]. Em Lamas do Vouga, na ouvidoria de Vila Verde, do termo de Aveiro, foi levantada uma barca em 1763[177]. Para o interior, em Pessegueira do Vouga, uma barca, de uso sofrível porque se preferia atravessar a ponte do Vouga, para "*poente 2 léguas*"[178], só substituída em inícios de XIX, por iniciativa do pároco, que desde 1807 adiantou verbas e conseguiu que o transporte dos blocos de granito das pedreiras de Talhadas se fizessem gratuitamente[179]. Já sobre o Cértima, no lugar de Almiar (quase a entrar no Vouga), uma barca dos senhores de Trofa[180], ligava Eirol a Travassô, outra em Ois para Requeixo, em Fermentelos, do lugar de Piedade a Perrães, outra de Ois da Ribeira a Fermentelos e finalmente de Aguada ao Cercal [181].

---

[170] GRAÇA, José P. e Almeida - *Pontes existentes nas estradas nacionais no Distrito de Aveiro...*, *o.c.*, p. 85; e ainda BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa - *Pontes de Vouga e de Marnel...*, *o.c.*, p.81.
[171] GRAÇA, José P. de Almeida - *Pontes existentes*. . . , o. c. , p. 93; esta ponte foi construída para substituir as barcas de passagem.
[172] GARCA, Serafim Soares da - *Águeda Antiga*. . . , o. c. , p. 67. Esta ponte foi demolida em 1882.
[173] NEVES, Francisco Ferreira - *A memória sobre Aveiro*. . . , o. c. , p. 266
[174] IGC, planta n.309, ano de 1778.
[175] LADEIRA, Francisco Dias - *A vila de Águeda...*, v. 2, p.143.
[176] GOMES, Marques - *O Distrito de Aveiro...*, *o.c.*, p. 71.
[177] AMA, LV, n. 8, f. 209v, ss.19 de Janeiro de 1763
[178] MP, "*uma barca que é do Marquês de Fontes*"
[179] GRAÇA, José P. de Almeida - *Pontes existentes*. . . o. c. , p. 93.
[180] MP publicada in "ADA", v. 40, p. 125.
[181] LADEIRA, Francisco Dias - *A vila de Águeda...*, *o.c.*, v. 1, p.168.

No litoral, de norte para sul, em Esmoriz/Paramos atravessava-se, de barco, a lagoa, seguindo o trajecto que completava a estrada em direcção ao Porto[182]. A que ligava Aveiro a Ovar, arrendada pela Misericórdia[183], era de fundamental importância no percurso para o Porto. Em Sosa, 2 barcas de passagem para Vagos, uma, logo abaixo da vila de Sosa, no lugar de Fareja, e outra, no lugar de Pedricosa[184].

As dificuldades de circulação eram tão evidentes que suscitaram alguns comentários em contemporâneos, mesmo nos inícios de XIX *"quem aqui [em Aveiro] nascia aqui morria sem se aventurar a ir para além de Coimbra ou Porto , e ainda assim com quantas dificuldades lutava! Para se ir ao Porto entrava-se num barco de Ovar, assim chamado, que fazia carreira diária entre os dois pontos, quem podia tomava a proa, se não estava já tomada; aliás, ia no convés e ao relento, e no Inverno ao vento e à chuva. A partida era sempre às nove ou dez horas da noite, chegando-se a Ovar de manhã, às horas que o barqueiro queria. Ali justava a cavalgadura, havendo-a, pois que, algumas vezes, nem uma aparecia; havendo sardinha em Espinho todos para ali corriam; havendo-a, sobre uma albarda de carga, sem estribos, sem freio, sem rédeas, e ela partia por entre os pinheiros, seguindo o trilho seu conhecido, sem que o passageiro pudesse guiá-la"*. A passagem da Barrinha [Esmoriz/Paramos], sempre incómoda, era perigosa, no Inverno; os barcos velhos, mal aparelhados e guiados por barqueiros imperitostransportavam cavalgaduras juntamente com os passageiros, entre os quais muitas vezes seguiam crianças[185].

Mas se pretendia seguir para S.Pedro do Sul, *"nos concelhos serranos, só podia jornadear-se em cavalgaduras costumadas aos caminhos, sempre com guia, o qual, de quando em quando convidava os passageiros a apearem-se, até que chegasse o ponto do qual pudessem seguir a cavalo. Na passagem do Vouga, em tempo de cheias, quase todos os anos havia perda de vidas, porque, alastrando as águas para os campos e cobrindo as valas que por ali há , nelas caiam passageiros que não conheciam a direcção que deviam seguir, até chegarem ao ponto onde a barca os esperava, pois que esta somente servia para a passagem no alvéolo ou leito do rio"*. Enfim, *"as jornadas [...]sempre por caminhos péssimos, azinhagas com largura apenas para um carro de bois, eram sempre incómodas e quase sempre arriscadas; aqui, atoleiros em que as cavalgaduras se enterravam até aos peitos, ali charcos de água que era forçoso transpor, por toda a parte silvas dos valados, rasgando o fato ou ferindo os cavaleiros; eram inconvenientes que a gente de pé evitava quanto podia, abrindo portais nos*

---

[182] MP. L.27. n.79. f.491.
[183] ASCMA-entre vários livros. n. 10-Livro de assentos da Mesa- 1688/1703. A 26 de Julho de 1693 arrendamento da Barca de Ovar do dia de S. Isabel a outro tal dia. pago em 4 quarteirões. ao domingo gratuito aos pobres.
[184] MP de Soza. L. 35. n. 240. f. 1711; MP de Vagos. L. 38. n. 4. f. 17;
[185] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro*. . . . o. c. . p. 265.

valados, e subindo as terras, fazendo caminho por diversos carreiros, através de sementeiras e searas, com prejuízo de seus donos"[186].

Esta última afirmação apresenta os agentes e o meio mais utilizado e dinâmico de circulação - o percurso a pé. Em Águeda, ponto fundamental de transição para a serra, quando o rio deixa de ser navegável, o trajecto a pé toma acento: "*nas antigas estalagens de Além Ponte, estão os carreiros, os almocreves e as sardinheiras, até que chegue a hora de partirem. Sentados à volta de compridas mesas de pinho, os almocreves comem em grandes tijelas vermelhas, o caldo e o cozido; as serranas e os carreiros, uns sentados outros de pé, com um bom naco de boroa na mão, saboreiam o peixe do nosso rio, frito alí mesmo à hora da estalagem, tirar da péla e pôr no pão, como eles diziam. Bebem a sua malga de vinho e depois duma pequena sesta, estão aptos a caminhar léguas e léguas. O gado descança também nas cavalariças e currais que ali há para este fim*"[187] .

A partir de Ovar, melhor, do Furadouro, diz-se que para finais do séc.XIX, mas certamente bem antes, os mercantéis levavam o peixe salgado até Trás-os-Montes e Douro. Mas as peixeiras de canastra corriam até Ovar ou seus arrabaldes. Os "peixeiros" iam mais longe, com as cangalhas (gigos com cerca de 50 a 60 quilos), atestadas de peixe, enfiadas nas extremidades duma vara com mais de 1.80m, pousada no ombro do homem como um travessão de balança, correndo em passo miudinho 2 ou 3 léguas, até chegar a Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Vila da Feira ou Vale de Cambra[188]. Para a Figueira da Foz e Lisboa, e demais povoações da beira-mar, só os pescadores de Ilhavo e Murtosa seguiam, assim como "*um recoveiro de Mira que prestava bons serviços nas viagens mensais, levando e trazendo encomendas*"[189].

B - Os novos projectos: entre tradição e inovação

Esta história dos caminhos tem de ser vista, pelo menos a partir do período Pombalino, em função dos ritmos da autoridade central. Não é por acaso que o "*Roteiro Terrestre de Portugal*" de Baptista de Castro justifica a marcação das distâncias a partir de Lisboa "*Lisboa, como Corte do Reino Português, é o coração da sua monarquia, não tanto pela vantagem do felicíssimo sítio em que está, quanto*

---

[186] Id. . *Ibid.* , p. 266

[187] GRAÇA. Serafim Soares da - *Águeda antiga*.... o.c., p.44.

[188] LARANJEIRA. Lamy - *O Furadouro, o povoado, o homem e o mar*...., o.c., p. 416 a 419.

[189] NEVES. Francisco Ferreira - *A memória sobre Aveiro* . . . . o. c. , p. 269.

pela grande capacidade e conveniência do comércio que tem; onde à maneira do coração dos corpos viventes, que é o principal fundamento, que vivifica todos os seus membros, assim Lisboa com uma fácil e contínua distribuição comunica e reparte a substância vital dos cabedais a todas as partes mais remotas das suas comarcas; ou já pelas veias dos portos e trajectos dos rios ou pelas vias das estradas, por meio das quais recebe também com recíproca afluência a fertilidade e regalo dos frutos, que todas as terras deste Continente lhe estão tributando"[190].

Logo, o grande objectivo era articular todo este corpo.

Os projectos não faltam. Pelo menos, desde Pombal, que se idealizam obras variadíssimas: a construção de estradas, desassoreamento de rios e sua navegabilidade e, sempre que possível, a articulação entre os dois tipos de vias, numa estrada só. Seria nos finais do séc.XVIII que, a consciência da importância das comunicações se desenvolveu, preconizando-se uma intervenção nos cursos fluviais, articulados com a costa[191]. Assinalam-se algumas iniciativas, na construção de algumas vias terrestres, com especial atenção para o eixo Porto/Lisboa, Coimbra/Aveiro e Ovar/Porto[192].

Em 1805 o engenheiro hidráulico Luís Gomes de Carvalho, que trabalhava no projecto de abertura da Barra de Aveiro, defendia a construção da estrada Porto/Coimbra, mas com um ponto de passagem que se aproximasse de Aveiro, apresentando as vantagens da construção duma via paralela à costa que incluísse Vagos e que permitisse um relacionamento com a Barra, em breve aberta, estabelecendo ligações com Porto, Coimbra, Figueira da Foz e o porto de Aveiro[193]. Deste projecto, destacamos alguns aspectos justificativos duma estratégia de desenvolvimento do comércio, da pesca, da defesa, em que o percurso das vias terrestres, articulado com a estrada marítima e fluvial, era factor fundamental:

."porque divide ao meio a mesma estrada por Aveiro, todo o país muito povoado e rico que medeia entre as serras e a costa do mar, desde o Porto até Coimbra, passando por todas as cabeças de Comarca, e aproximando-se de povoações muito consideráveis, tais como Ovar, Ilhavo, etc. , que além de sua grande importância são portos de mar, na Ria de Aveiro";

---

[190] GRACA, José P. de Almeida - *Do Roteiro Terrestre. . . .* o. c. . p. 305

[191] SERRAO, Joel - *Transportes..., o.c.*, p. 18.

[192] Em 1791 a recuperação da ponte do Vouga em Serém, em 1792 as estradas Porto/Lisboa, e em 1798 as de Coimbra a Aveiro e de Ovar ao Porto; para estas obras foram retiradas verbas do Cofre da Barra de Aveiro; visto em SILVA, Eng. Silvério Augusto Pereira da - *Barra de Aveiro..., o.c.*, p.184. Estas verbas, extraídas do Cofre das Obras da Barra de Aveiro, estão registadas em AHMOP-MR-n.18-Correspondência: estradas e encanamentos do Mondego e Barra de Aveiro.

[193] GRAÇA, Pais - *As estradas previstas* .... o.c., p.122-123.

."*porque sendo já muito abundante a pescaria desde Espinho até Mira, muito mais o será para futuro, quando pela abertura da nova barra de Aveiro, cuja época está próxima, a ria apresentar o espectáculo da mais abundante pescaria [...] a qual juntamente com a do sal, que as marinhas de Aveiro prometem promoverão grandes estabelecimentos deste género na costa, de que o Reino tanto precisa para diminuir a enorme despesa do peixe salgado que compra no estrangeiro*";

."*porque feita a estrada por Aveiro, formará ela, do Porto até esta cidade, metade da que deve reunir os três portos de mar, a saber: Porto, Aveiro e Figueira, ficando feita até Vagos, com as dobradas vantagens de ser estrada, e ter navegação ao longo e paralela a ela*";

."*porque ficando mais próxima da costa, dá muita mais facilidade em tempo de guerra para a defesa da mesma costa*" .

Palavras bem claras, que achamos por bem reproduzir. Do projecto, apenas se fizeram dois troços de via, "*um junto à Vila da Feira, pequeno e que se não acabou, outro de Aveiro até perto de Palhaça, onde chamam o Funtão de quase 2 léguas*"[194]. De resto, apesar dos atoleiros que Luis Gomes de Carvalho classificou de urgente intervenção, nada se fez, nomeadamente na estrada Aveiro/Coimbra, perto da Palhaça, porque até 1933 as condições eram as mesmas[195].

O grande objectivo da monarquia é a comunicação dos veios de água, alegoria a um reino disperso que se pretende coerente, eficaz e complementar. A construção de canais, a junção de bacias fluviais e do mar, conduziram a projectos verdadeiramente audaciosos que interessaram toda a Europa[196]. Não será por acaso que os primeiros estrangeiros, que vieram a Aveiro tomar contacto com os problemas da Barra, já no séc. XVII, eram holandeses, mas viriam igualmente franceses e alemães como já se viu.

A primeira vez que se pôs a hipótese duma relação do Vouga com o mar, e a sua total navegabilidade, foi em 1778, aquando da elaboração duma planta da Barra, [ver pormenor da carta n.4 do Anexo] por Izidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos. A legenda da carta de 1778, intitulada "*Observaçoens arrespeito do Rio Vouga*", indica, desde a ponte de Almear até à foz do rio Vouga, as principais dificuldades de navegação. A Memória

---

[194] Id., *Ibid.*, p.126.
[195] Id., *Ibid.*, p.266.
[196] LIVET, Georges - *Les routes françaises, aux XVI et XVII siecles...*, *o.c.*, p. 107.

descritiva que acompanha a carta descreve os embaraços à navegação até S. Pedro do Sul[197]:

."*corre o rio Vouga perto da vila de S. Pedro do Sul [...] e vem correndo por entre montes até o lugar de Pessegueiro distante de S. Pedro do Sul 5 léguas; e por todo este sítio, como também até Aveiro há terras fertilíssimas, principalmente em milhos, vinhos e linhos, cujos efeitos superabundam aos Povos que nelas vivem que são bastantes, pois a cada quarto de légua e menos há uma povoação, e uma grande parte dela são vilas, e terras grandes, por cuja causa seria muito útil a dita navegação e todo aquele povo se interessa muito nela*";

."*quase toda esta obra é feita na Comarca de Viseu, que tira dela uma grande utilidade, pelo que parece que deve esta também contribuir para a dita obra*".

Em 1808, após a abertura da Barra de Aveiro, o engenheiro Luis Gomes de Carvalho continuou o projecto de consolidação do seu trabalho anterior, ou seja, conferindo mais força ao braço do Vouga que entrava na laguna dirigido à Barra, a que chamou Rio Novo do Príncipe, e melhorar a navegação dos rios Vouga, (navegar até S. Pedro do Sul), e seus afluentes, Águeda e Cértima, para lá de continuar uma série de outros projectos no Rio Douro, Mondego, porto de S. Martinho, barra da Nazaré, ponte da Barrinha de Esmoriz, plano geral de sementeiras entre Espinho e Ovar[198]. Escreve o engenheiro:

"*eu terei muito respeito a quem fizer bem navegável um rio no gosto do Tejo, desde a Barquinha até Valada; do Mondego da Foz-Dão para a Figueira; e do Vouga da Murtosa para cima; todo o Agueda e o Cértima: eu hei-de ser um velho muito alegre se der conta da minha tarefa; pois se levar os barcos a S. Pedro do Sul?!*"

Tarefa inacabada se pensarmos que os reparos e 'reflexões' sobre a navegabilidade do Vouga se vão repetir ao longo dos séculos XIX e XX, 'esquecendo-se' muitas vezes de referenciar a acção e descrição de obras de Luis Gomes de Carvalho, ou mesmo as que lhe são anteriores[199].

---

[197] MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e engenharia* ... . o. c. . p. 213 a 215. Este relatório foi, neste artigo, publicado integralmente.

[198] NEVES, Francisco Ferreira - *As actividades hidráulicas do engenheiro Luís Gomes de Carvalho...*, *o.c.*, p. 227. Este autor publicou a correspondência daquele engenheiro para o "Jornal de Coimbra", v. 29, com extractos de 1814. Entretanto, em 1817, intitula-se "Director das obras das Barras de Aveiro, Porto, S.Martinho, e Melhoramento e navegação dos rios Vouga, Águeda e Cértima", numa carta em que pretende receber os honorários que lhe são devidos: ADB, Arquivo do Conde da Barca, carta de 3/5/1817

[199] BAPTISTA, Dr.Joaquim - *Reflexões sobre a navegação do rio Vouga (1820/1829)...*, *o.c.*, p.32, introdução e notas de A.Lúcio Vidal; neste trabalho, A.Lúcio Vidal faz um apanhado de tais trabalhos.

Estes projectos megalómanos tiveram a sua expressão máxima num plano que tornasse comunicável o rio Douro com o Vouga e este com o Mondego. Um primeiro projecto surgiu por volta de 1778 e foi representado por Isidoro Paulo Pereira e seu colega [ver Anexo, carta n.6], referindo-se a um canal indicado por um francês, provavelmente o idealizador de um projecto, de autor anónimo, designado por "*Porfil dum canal como se executa em Languedoc*"[200]. Este francés, de Languedoc, era Pedro Myoulle que se instalou em Ovar, por volta de 1773, mais propriamente no Furadouro, com alguns catalães, incrementando a pesca com a introdução das "artes grandes", procedendo a novas formas de conserva da sardinha[201], fundando uma fábrica de azeite que vendia para o Porto e terras do vinho generoso[202]. Em 1821, em sessão das Cortes, o mesmo Pedro Myoulle, relembrou a sua Memória sobre a abertura dum canal entre Porto e Ovar, projecto que várias vezes foi relembrado, posteriormente, mas nunca concretizado[203].

Enfim, uma vasta rede de comunicação se projectava e participava num objectivo comum: fazer o contacto, quer por estradas quer por mar e rios, entre Viseu e o mar, do rio Douro, no Porto, até Coimbra e o Mondego.

Se o último quartel do séc. XVIII foi fértil em projectos, quer para a Barra de Aveiro, quer para todas as direcções passíveis de a porem em comunicação com o interior, a verdade é que na prática poucos resultaram, e mesmo a abertura da Barra foi fortemente contestada pelos seus rogados benefícios. Assim sendo, foram alguns particulares, movidos por interesses próprios, a tomarem iniciativas, como é o caso das freiras de Arouca, com fartas propriedades em Estarreja que propuseram em Março de 1789, a

---

[200] AMORIM, Pe. Aires de - *Alguns problemas históricos a respeito da Barrinha de Esmoriz..., o.c.*, p.33-34. Este mapa anónimo, parece-nos ser de Pedro Myoulle, o tal francês a que se referem os engenheiros citados na nota anterior.

[201] AMORIM, Pe. Aires de - *Dois projectos de um canal interior, ligando o Douro à Ria de Aveiro..., o.c.*, p. 29, nota 7.

[202] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga na costa Noroeste nos fins do séc. XVIII. O contributo da técnica francesa..., o.c., p.103;* apresenta o papel importante deste francês na indústria de produção de azeite, que aproveitou o conflito gerado pela suspensão das exportações galegas de pescado e o abalo nas colónias algarvias.

[203] AMORIM, Pe. Aires de - *Dois projectos. . . ,* o. c. , p. 28 a 30.

abertura dum canal de 25 palmos de largura, segundo as razões que invoca o procurador das religiosas[204]:

. *"desde a Barra da cidade de Aveiro, continua um rio navegável ou braço de mar até às marinhas de Antuã, limite da dita vila de Estarreja, e daí pelo meio delas, sai e vai continuando uma vala a que chamam esteiro grande até ao sítio dos Carregais[...] ;*

. *"sendo este rio uma navegação contínua para o transporte de várias e distintas fazendas, bem como trigo milho, cevada, vinho de negociação e outros víveres, em que costumam tratar e negociar várias pessoas, não só para se consumirem na dita indicada vila de Estarreja e seu continente, mas ainda para todas as terras daquela circunvezinhança, com utilidade comum e notório proveito de todos os povos vassalos de Vossa Magestade, e ainda com visível aumento dos reais direitos impostos nas sobreditas negociações";*

. *"por ali se transportavam as fazendas para as feiras chamadas de S. Amaro e da Sa. da Alumieira, que se costumam fazer em todos os meses do ano, sendo ambas elas as melhores, mais ricas e populosas da Comarca".*

Este pedido, foi corroborado pelo então Provedor que justificava a dita obra, com os seguintes argumentos:

. *"porque ia fazer o desembarque imediato ao recinto da vila e diminuir consideravelmente a importância dos carretos;*

. *"porque havendo de fazer-se o transporte no estado actual por caminhos alagados, sofrem danificação e avaria os respectivos géneros".*

Após a abertura da barra, os moradores de Ouca, no princípio do ano de 1814, solicitavam a desobstrução do braço da Ria, a chamada Cal de Ílhavo ou de Vagos que, entupido, inundava campos e impedia a circulação de estrumes, cal, lenhas, vinhos e outros géneros vendidos em Aveiro, Ovar e outras localidades. O engenheiro, Luis Gomes de Carvalho, apresenta algumas soluções, dependendo, grande parte delas, da vontade dos moradores: limpeza de regatos e margens do esteiro; proibição de açudes que tirassem força à correnteza da água, devendo esta ser conduzida aos moinhos por meio de valas e não tapagens[205].

Enfim, entre tradição e inovação significa o possível e o impossível, quando às razões económicas, políticas e até militares (a conjuntura externa dos inícios de XIX), se sobrepõem as contrariedades técnicas, e fiscais. Quem

---

[204] ANTT, DP, Beira, maço 14, s/n/, ano de 1789.
[205] AHU-MR, cx. n. 2749

paga os custos de obras demoradas cujos resultados viriam a largo prazo? A resposta é imediata:

"*porque, enfim, devendo os povos concorrer ao menos para conservarem as estradas dos seus respectivos distritos, será tanto mais seguro esse meio de conservação, quanto mais rico for o pais que a mesma estrada atravessar, e quantas mais vantagens a mesma estrada lhe oferecer*"[206].

Esta clara exposição do engenheiro Luis Gomes de Carvalho, em 1805, não consegue convencer os povos da Provedoria que, por um lado, têm na Ria um caminho livre e sempre disponível, por outro, se vêem esmagados por múltiplos impostos, esbanjados em obras, desde a Companhia de Vinhos do Alto Douro, até às obras do Mondego, sem que a Barra se tornasse operacional. Entretanto, as comunicações em Aveiro, correm ao ritmo do moliceiro ou do mercantel, ou dos almocreves, ou das sardinheiras...

---

[206] GRAÇA. Pais - *As estradas previstas*.... o.c.. p.123.

Cap. 3 - O espaço urbano: "olhares" sobre Aveiro

1 - Representações de Aveiro

"Ninguém aqui vem que não fique seduzido, e, noutro país esta região seria um lugar de vilegiatura privilegiado. É um sítio para contemplativos e poetas: qualquer fio de água lhes chega e os encanta"

Raul Brandão - *Os Pescadores...*, o.c., p.66

A - O "sítio" de Aveiro

A instalação de um aglomerado pode obedecer a variadas razões, de natureza militar, económica, religiosa, intimamente relacionadas com funções que desempenha, ou desempenhou[1]. Neste sentido, procurámos reunir, por um lado, relatos de viagens da época moderna, de passagens por Aveiro, dando uma imagem do "sítio de Aveiro"; por outro, "Memórias" de aveirenses que reflectissem sobre o lugar onde viviam.

Surpreendentemente, ou não, ocupa pouco espaço na observação dos viajantes, fora dos percursos habituais; ficava à margem do eixo Porto/Lisboa, era preciso 'querer' ir a Aveiro. Na literatura deste género, em 1699, François de Tour descreve-a, em poucas palavras "*é uma vilazita pelo menos bonita e que tem um porto de mar onde vêm os holandeses carregar sal branco que ali se fabrica*"[2], palavras que contrastam com as impressões que recolheu em Viana "*vila vasta e muito bela*".

A mais antiga descrição sobre Aveiro, dum seu habitante, é a do Licenciado Cristóvão Pinho Queimado de 1687, e que foi abundantemente

---

[1] GASPAR, Jorge - *Estudo Geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental...*, *o.c.*, *p.*127.

[2] CHAVES, Castelo-Branco - *Portugal nos séculos XVII e XVIII...*, *o.c.*, p. 78

utilizado pelo Pe. Carvalho da Costa na sua Corografia, publicada em inícios de XVIII [3]:

"a 9 léguas do Mondego e 10 do Douro, tem seu assento a antiga e muito nobre, e notável vila de Aveiro, uma das melhores de Portugal, e maior povoação, excepto Coimbra, do que nenhuma outra da Beira, nem de Trás-os-Montes. Dilata-se quase toda de norte a sul em forma prolongada sobre uma fértil e aprazível campina, que não tem competidora em muitas léguas em roda; e descobrindo vistosa face ao poente, faz alegre e magestosa face, e perspectiva ao norte". Por oposição, a Barra tem dificuldades, e *"daqui a pouco mais de meio século não terá esta vila por moradores se não os que se ocupam na pesca, alguns mareantes, e aqueles que não tiverem meios de irem para outras partes".*

Em 1758, o padre que respondeu ao Inquérito Paroquial, repete, aproximadamente, as mesmas características:

"a natureza a dividiu em duas, e a arte a fez uma só, aquela abrindo-lhe no meio um vale, que hoje está bordado de quintas, e esta fazendo-a comunicável por duas pontes, a da Ribeira e a do Cojo, por onde passa o fluxo e refluxo das águas encanadas por entre um cais de pedra, que se termina em três pequenas pontes; de uma e outra parte deste cais, se vêem as casas de alguns moradores, que fazem muito vistosa sua entrada pelo rio. Estende-se quase toda de norte a sul em forma prolongada sobre uma deliciosa e fértil campina, sem embaraço em muitas léguas à roda. [...] E desde o norte quase até o sul, logra a vista do ameno rio que a banha, fazendo assim uma alegre e engraçada vista aos que o navegam." Só que *"a falta de comércio, a continuada vexação das fintas, o estrago das doenças e finalmente a mudança dos tempos, tem reduzido esta vila ao pequeno número de habitadores, que hoje a povoam"*[4].

São descrições imbuídas de contrastes, sendo a irregularidade da Barra a sombra ameaçadora à vida da cidade. Estes 'desabafos' vêm de longe, pelo menos desde 1575, quando os impostos da sisa levantaram protestos, e pedidos de abaixamento do seu encabeçamento[5]. Em 1684 não se consegue atingir a verba estipulada, por estar *"entupida a Barra"*, por *"falta de embarcações que os turcos e piratas tomaram"*, pelo *"trato da Terra Nova que os ingleses tomaram"*, porque as gentes diminuíram[6]. Estas queixas, não são exclusivas

---

[3] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro de Pinho Queimado..., o.c.*, p.89; COSTA, Pe. António Carvalho da - *Corographia Portuguesa e descripçam topographica..., o.c.*,

[4] MP. L.5. n. f. 800.

[5] MADAHIL. A.G da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., v. 2, p. 265 *"em tempos tinha a vila 57 navios que iam ao pescado da Terra Nova, e solicitaram que para ultrapassar os precalços do contrato do pescado com El-Rei, se fizesse um cômpito certo que esta vila se obrigasse conforme o muito ou pouco tráfico que tivesse"*

[6] Id. , *Ibid.* , p. 274. Pedem que se rateie as dívidas por terras com sobejos de cabeções significativos. Ílhavo, Avelãs, Estarreja, Vagos e Angeja comentam *"anexando cinco concelhos miseráveis para aliviar uma vila com tantas opulências"*, o.c., p. 316.

de Aveiro, porque outros portos do Entre-Douro e Minho manifestam as mesmas preocupações: Caminha e Viana entre outros, o que traduz por um lado o assoreamento dos portos, e por outro o aumento da tonelagem dos barcos[7]. Enfim, os tráfegos passam ao largo...

Nos finais de XVIII, na "*Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799 par Link* ", Aveiro apresenta ainda as antigas muralhas, mas as casas "*são em geral pequenas e o número de pessoas de distinção pouco considerável[. . .]. O comércio é pouco importante. Não há senão pequenas barcas que se podem aproximar da cidade; geralmente existem apenas navios pouco carregados que possam atingir a perigosa Barra*"[8]. Por volta de 1812, a abertura da Barra despoletou uma série de notícias em cadeia, que se repetem tanto no *Jornal de Coimbra*, em 1812[9], como no *Investigador Português em Inglaterra*, de 1813[10], baseados, sem dúvida, na *Memória Descritiva da Barra*, elaborada pelo bem sucedido engenheiro Luis Gomes de Carvalho, responsável pela abertura da Barra[11]. Adrien Balbi, no seu *"Essai Statistique..."*, recorre-se desses dados e explica, minuciosamente, a 'história de Aveiro' que, enfim, parece resumir-se à história da sua Barra: "*esta cidade, outrora pobre e esquecida, recupera de dia para dia a sua importância marítima e torna-se menos insalubre*"[12]. Meio século mais tarde, Gerardo Pery escreve vigorosamente: "*Aveiro onde estive alguns dias é uma cidade insignificante, que nem merecia as boas estradas que já possui, e o dinheiro que se tem gasto na Barra [...]. Tem um comércio muito fraco que logo se avalia pela alfândega que possui a cidade, que não é mais que um pequeno armazém*"[13]. Um outro conceito de cidade?

A descrição do engenheiro já tão nosso conhecido, Luis Gomes de Carvalho, do "sítio" de Aveiro, dá, acima de tudo, uma imagem do possível e

---

[7] CRUZ, Ma. Alfreda - *Caminha. Evolução e estrutura duma antiga vila portuária...*, *o.c.*, p. 83.

[8] V. 1, Paris, 1803-1805, p. 415.

[9] *Memória sobre a cidade de Aveiro...*, *o.c.*, p. 22. Faz um historial completíssimo do esplendor de Aveiro à volta das pescas e do comércio nos sécs. XV e XVI, até à sua decadência que começaria por volta de 1685.

[10] *Memória sobre a cidade de Aveiro*, seguido de *Reflexões sobre a precedente Memória*, in "Investigador Português em Inglaterra"..., o.c.

[11] Publicada por NEVES, Francisco Ferreira - *Resumo Histórico da Barra de Aveiro...*, *o.c.*, p. 20.

[12] BALBI, Adrien - *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d' Algarve, comparé aux autres états de l'Europe...*, *o.c.*, v. 2, p. 206. Explica a evolução da vida económica de Aveiro, largamente, baseando-se, sem dúvida, nos documentos anteriores.

[13] In "ADA", v. 14, 1948, p. 267: *"Uma viagem pelo Distrito de Aveiro no séc. XIX"*, publicação do 1. Caderno de Apontamentos de Viagem, 13 de Abril de 1860, de Gerardo Pery, respeitante à Beira Alta e Beira Baixa.

do impossível, do que a cidade encerra em si, das funções que, em princípio, lhe eram proporcionadas:

"perto e a este da actual foz do rio Vouga, ou Nova Barra, quase no meio da costa do mar da província da Beira, ou proximamente a distâncias iguais do Porto e Figueira, ou das fozes do Douro e do Mondego[...]. Aveiro fica em uma espécie de Península agradavelmente terminada deste lado, tendo pelo norte e poente a grande ria coberta de marinhas de sal e muitas ilhas; oferecendo um porto dos mais seguros e extensos da Europa, e tão vasto que nele cabem muitos milhares de navios, os quais mesmo chegam até às pirâmides que terminam o cais de Aveiro. [...] Muitos viajantes e estrangeiros lhe têm dado o epíteto de Veneza e ao país o de Holanda portuguesa. Um longo areal que não chega a 1/4 de légua de largura, termo médio, e se estende quase norte/sul, separa desde Ovar até Mira a Ria do oceano, em cuja costa se contam 6 estabelecimentos de pesca de sardinha com as redes de arrastar chamadas artes, ramo sumamente importante. Todo o país vizinho, e quanto cerca Aveiro de perto e a grandes distâncias, é abundantíssimo em vinhos generosos e muito estimados na América e países do Norte, conhecidos debaixo do nome de vinhos de Anadia; abunda em toda a sorte de grãos, em azeite, frutos, gados, madeiras, etc. , e é sem contradição um dos mais ricos, mais povoados e mais belos países de Portugal e talvez do mundo"![14]. O que é que falta a Aveiro, para aproveitar toda a riqueza desta área envolvente?

B - Representações iconográficas e cartográficas

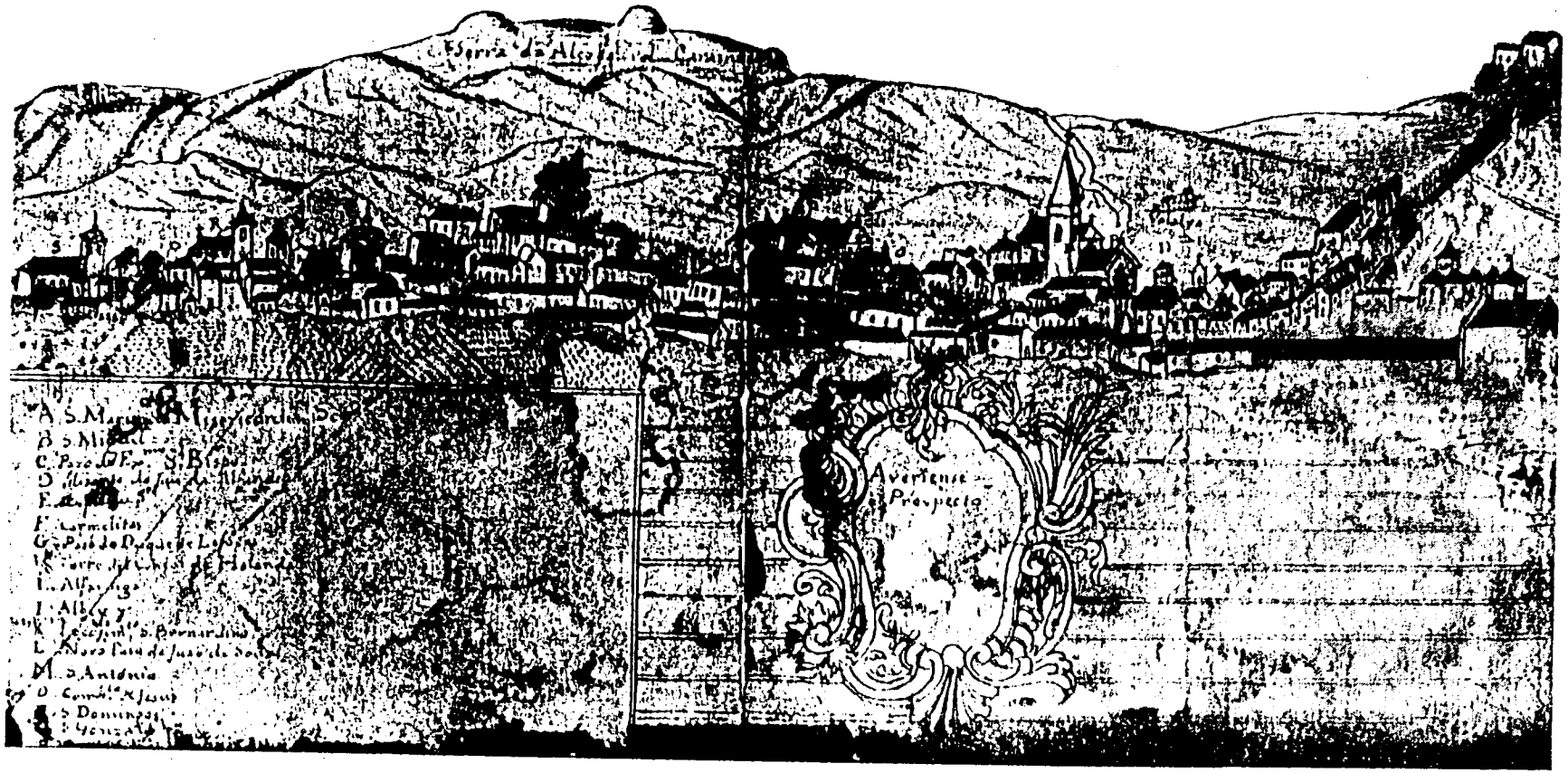
As primeiras representações de Aveiro são extremamente tardias, ao que se presume, dum anónimo espanhol. Trata-se de duas perspectivas: um desenho de Aveiro, visto do lado norte da cidade, e uma planta da cidade[15]. Ambas do séc.XVIII, na nossa opinião, feitas entre 1770 e 1775, altura em que um espanhol, matemático, esteve ao serviço do então corregedor de Aveiro[16]. De inestimável valor como se compreende. O que sobressai de qualquer uma das representações cartográficas é a determinação do perímetro das muralhas e a visualização dos principais edifícios, dentro e fora das muralhas, num desenho quase 'fotográfico'.

---

[14] NEVES, Francisco Ferreira - *Resumo Histórico da Barra . . .* , o. c. , p. 59.

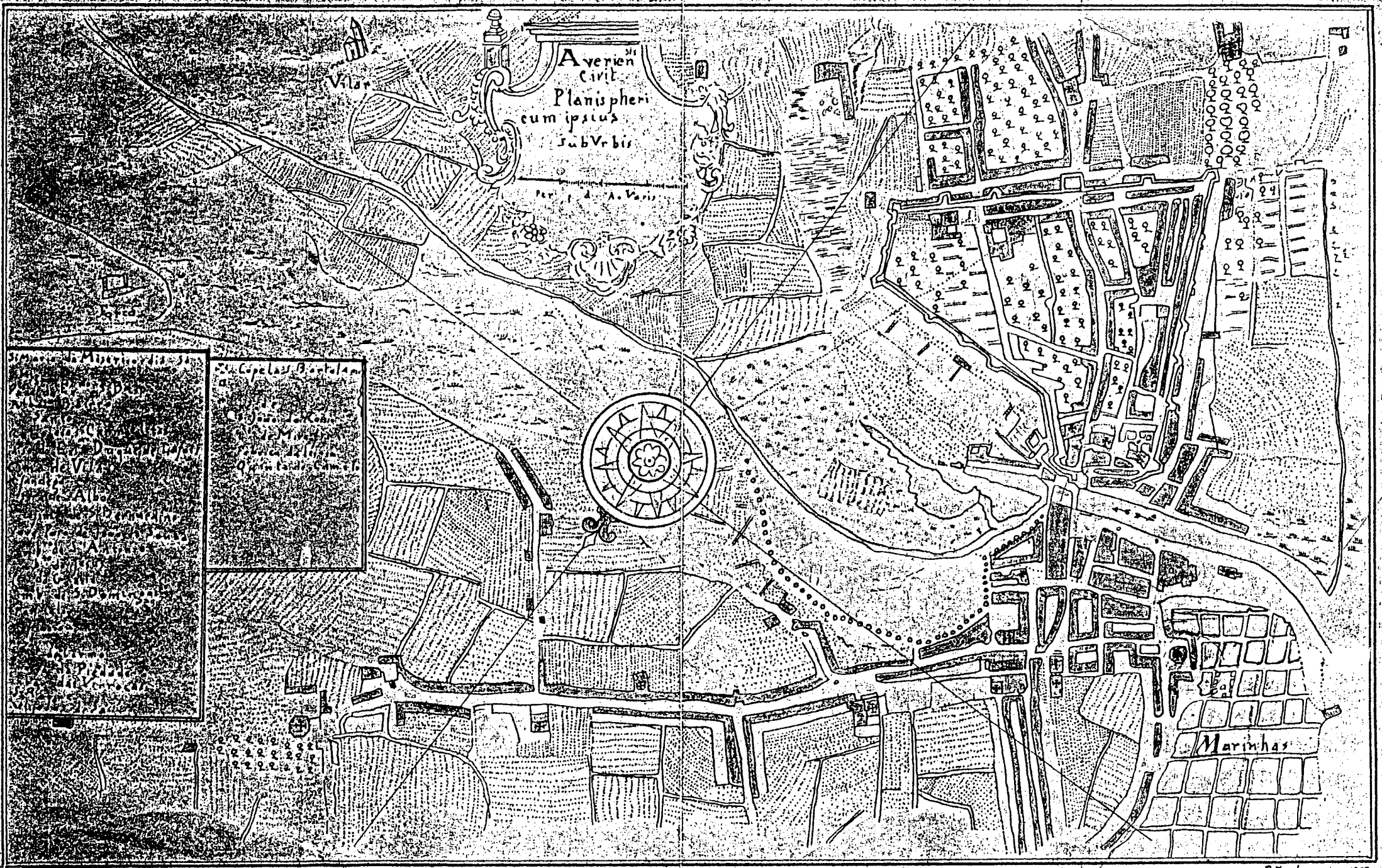
[15] Encontra-se depositado no Museu de Aveiro, antigo Convento de Jesus de Aveiro.

[16] Este espanhol, Juan Garcia Marquez, foi recomendado pelo então corregedor da Comarca, José António Pestana e Silva, como professor de Matemática para a cidade, o que foi recusado pela vereação: AMA, LV, n. 8, ss. 30/8/1777, provavelmente o mesmo que, com extraordinário espírito de estatística, descreveu, minuciosamente, as amoreiras da Comarca "Plano y Estado das Amoreiras. . . , 1772", in AHMOP-JC, n. 8. Ver tudo isto in AMORIM, Inês - *Os poderes urbanos face às mutações económicas:a Fábrica de Algodão de Aveiro-1769/78...*, o.c., p. 137.



Perspectiva da cidade de Aveiro, nos fins do século XVIII. Anónimo espanhol?

— Museu de Aveiro



P. Souto, copiou-1957

105.2

CÓPIA DA PLANTA DA CIDADE DE AVEIRO, NO SÉCULO XVIII

V I S T O :

Está conforme o original:

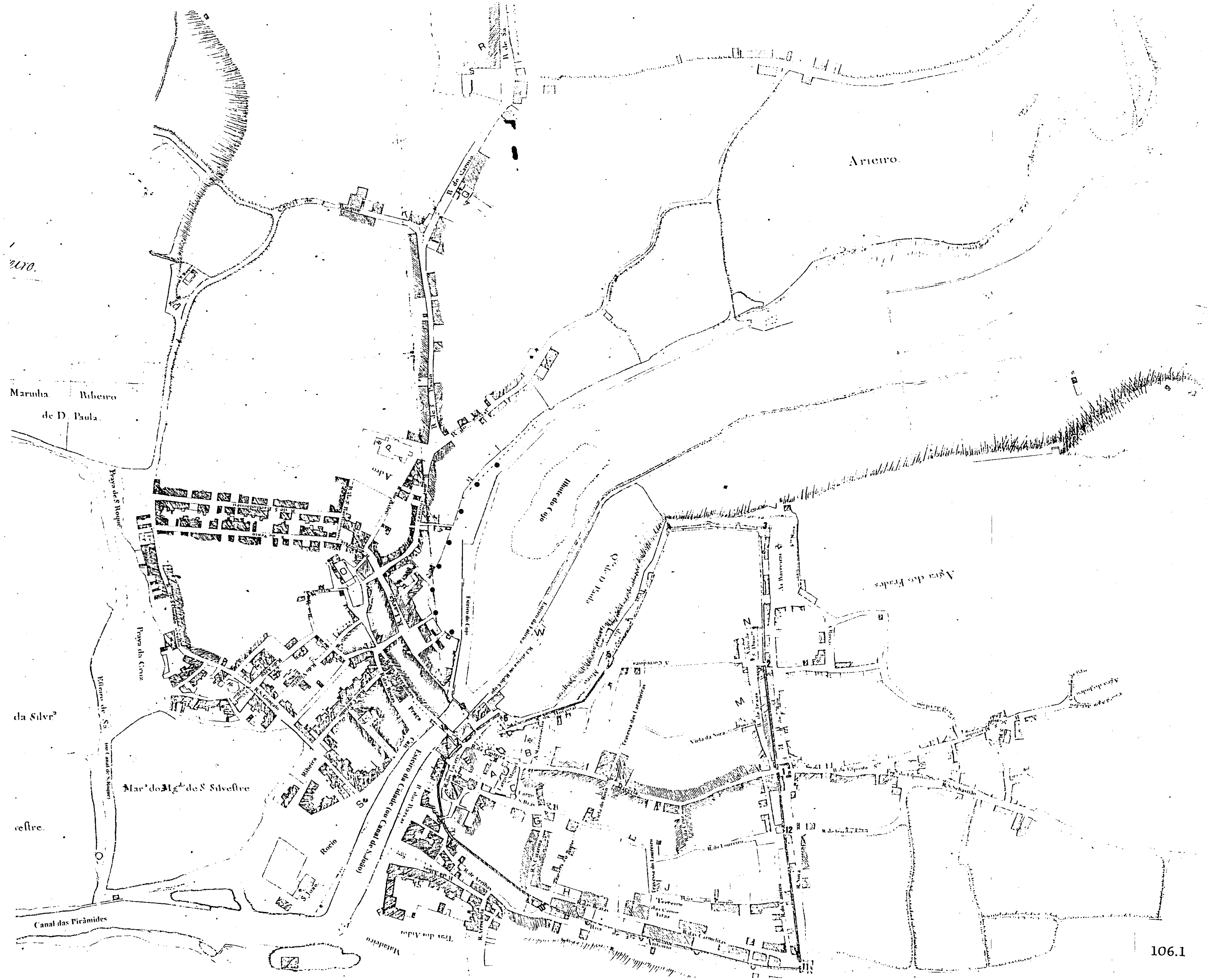
Entretanto, dois mapas preciosos se podem acrescentar, da responsabilidade do capitão engenheiro Isidoro Paulo Pereira, do ajudante engenheiro Manuel de Sousa Ramos, e do arquitecto hidráulico Giovanni Iseppi, em 1780[17], altura em que apresentavam projectos de intervenção na Barra de Aveiro, como vimos no capítulo anterior. Deles, o mais interessante é o levantamento topográfico da cidade de Aveiro, "*Planta da Cidade de Aveiro*", com as dimensões 1021x738mm, desenhada a tinta preta , na escala 1000 palmos medindo 114mm [carta n.7 do Anexo][18], sem data, mas provavelmente de 1780-81. Constitui peça fundamental para a reconstituição da cidade, pelo pormenor da toponímia que ajudará a identificar trajectos das ruas, e para a representação planimétrica das antigas muralhas, embora manifestamente o desenho não tenha sido terminado. O outro "*Mapa Topográfico do esteiro da cidade de Aveiro..1781.*", com as dimensões 606x326mm, escala gráfica de 100 braças medindo 114mm, corresponde a um projecto de intervenção na zona do Rossio, Ribeira e Cojo, num reordenamento dos espaços de circulação, quer canais quer na Ribeira [carta n.8 do Anexo][19].

Com a ajuda destes elementos, tentámos reconstituir a cidade ao longo do séc. XVIII, utilizando como base a planta de Aveiro no séc. XVIII, identificando as freguesias, muralhas, ruas e canais, pontes, praças e rossios, fontes, Conventos, Mosteiros, Igrejas, Casas particulares, e, finalmente, a distribuição funcional e social da cidade. A carta que apresentamos de seguida é a consequência deste levantamento, lançando alguns elementos novos e reconstitutivos sobre a carta de 1780-81, que nos permitirá percorrer a cidade, daqui para a frente.

O traçado urbano de Aveiro, realça imediatamente um espaço limitado por muralhas, a sul; e a norte, um outro aglomerado marcado por ruas, relativamente geométricas, que confluem à praça da Ribeira. A dividir estes dois espaços uma via larga, aquática, se impõe, o chamado esteiro (canal) da cidade, fundamental ligação com a Barra e o mar. A rua Direita

---

[17] Estes mapas foram divulgados pela primeira vez por MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro no último quartel do séc. XVIII...*, *o.c.*, p. 246.
[18] IGC. n. 390.
[19] IGC. n. 318.



Arieiro.
Marinha.
Ribeiro de D. Paula.
Agra dos Frades
Ilhote do Cojo
Rocio
Canal das Pirâmides
Vista da Nora

106.1

LEGENDA DA CARTA DA CIDADE, DE 1780-81 (?)

Muralhas

1 - Porta da Vila
2 - Porta do Sol
3 - Porta do Campo
4 - Postigo Norte ou do Campo
5 - Postigo da Corredoura
6 - Porta do Cojo
7 - Porta da Ribeira
8 - Porta do Caes
9 - Porta do Alboi
10 - Porta de Rabaes
11 - Porta de Vagos
12 - Postigo do Sol
13 - Ponte do Cojo
14 - Ponte da Ribeira

Imóveis

A - Igreja de S.Miguel
B - Igreja e Hospital da Misericórdia
C - Câmara em finais de séc.XVIII
D - Provável localização da, até então, Câmara
E - Palácio dos Condes de Tavares, depois Paço Episcopal
F - Marqueses de Arronches, depois Fábrica de Algodão
F1 - 1º local Fábrica de Algodão
G - Hospedaria e Hospital de S.Brás
H - Recolhimento de S.Bernardino
I - Hospital de S.Catarina ou S.Cruz
J - Convento das Carmelitas
K - Convento de S.António
L - Capela de S.Sebastião
M - Convento de Jesus
N - Convento de S.Domingos
O - Igreja de Apresentação
P - Igreja de Vera Cruz
Q - Convento do Carmo
R - Convento de Madre de Deus e Sá
Y - Alfândega
W - Fábrica de Louça ?
S - Pelourinho
T - Hospital Nª Sª da Alegria
o o o o - Aqueduto

que se articula com a Porta da cidade, a sul, e a rua Larga e dos mercadores a norte desembocam precisamente, nas duas pontes que atravessando o esteiro, ligam os dois espaços. Assim, Aveiro parece combinar, no terceiro quartel do séc. XVIII, dois tipos de malhas urbanas: uma dentro da muralha, radiocêntrica, a partir dum núcleo central, o canal, donde divergem radialmente artérias[20]; e a ortogonal, na zona de intervenção à volta do projecto da Praça da Ribeira, e, em geral, na freguesia de Apresentação, mas tendo, como elemento linear de orientação, o canal grande da cidade[21].

C - Percursos pela cidade

Existem vários trajectos para entrar na cidade, mas podemos pura e simplesmente, aceitar aquele que o memorialista de Aveiro, Pinho Queimado, indirectamente propõe: entrar de barco, embora desde finais do séc. XVIII só em pequenos barcos,[22] por um canal não muito bem conservado, "*cortado com duas pontes, uma de boa fábrica, e guarnecido com dilatado caes*". Na margem deste esteiro, dois bairros de mercadores: a sul, de ingleses, de Alboi, segundo o mesmo autor, a norte, de naturais, na rua do mesmo nome. Para "*a parte boreal se vão estendendo e levantando as ruas até ao bairro chamado de Vila Nova*", até ao Mosteiro de Madre de Deus e Sá. "*Da ponte para a parte austral se continua com pequena subida o quarto bairro, que é o melhor e o mais antigo [...], em que reside quase toda a nobreza*". Mais para sul, pegado ao anterior, mas fora das muralhas, o bairro e igreja de Espírito Santo, "*já cercada de frescas hortas e lavranças [e] para o nascente as fábricas dos oleiros*".

Esta divisão em 5 bairros, vai organizar-se em 4 freguesias, correspondendo à acção reformadora do Bispo de Coimbra D. João Soares que, em 1572, mandando fazer um rol das pessoas de comunhão de Aveiro,

---

[20] SALGUEIRO, Teresa Barata - *A cidade em Portugal...*, *o.c.*, p. 218.

[21] Id. , *Ibid.* p. 216. Esta autora escreve "*uma cidade pode possuir mais do que um tipo de malha e diferentes traçados ortogonais podem ter sido usados em diferentes planos de expansão ou reconstrução. Deste modo, em quase todas as cidades encontramos bairros regulares de traçados dominados por perpendiculares em que a largura das vias, a dimensão dos quarteirões e dos lotes revelam a diferente época em que foram abertas, o trânsito que existia ou o estatuto social dos moradores a que se destinavam*".

[22] PIMENTA, Belisário - *A Barra de Aveiro em 1809...*, *o.c.*, p. 170 refere:"*só pequenas embarcações podem chegar até à cidade*"

achou na "*paroquial Igreja de Sam Miguel da vila d'Aveiro [...] dois mil vizinhos e mais de onze mil almas de cura, afora muita gente estrangeira que nela de contínuo reside*"[23]. O bispo, regressado do Concílio de Trento, considerou que uma só paróquia, a de S.Miguel, era insuficiente para uma boa administração religiosa. Dividiu-se em quatro paróquias, continuando a de S. Miguel, a ser priorado, e as outras, Vera Cruz, S. Gonçalo ou N^{a}S^{a} da Apresentação, e Espírito Santo, vigararias. No entanto, a paróquia de S. Miguel conservou a parte mais nobre e antiga da povoação, envolvida praticamente pelas muralhas, onde se instalavam os edifícios mais significativos como sejam a Misericórdia, as Carmelitas Descalças no séc.XVII, antigo paço dos Duques de Aveiro, Câmara e outros edifícios volumosos de casas particulares[24].

A partir do séc.XV, a construção das muralhas, deu uma maior dignidade à Vila, distinguindo-a da paisagem que a rodeava, único objectivo que parece encontrar-se para tão prolongada e custosa construção[25], visto as suas funções terem sido vagamente defensivas, a não ser por alturas da passagem do Prior do Crato[26]. Ainda pouco depois de 1640, uma memória anónima refere a fraca defesa de Aveiro, onde vários embarcações da Galiza e Biscaia haviam facilmente entrado *"na praça de Aveiro com 500 soldados e marinheiros que iam para Cádis"*[27]. Não admira, pois, que, conservadas até finais de XVIII, com o mesmo carácter prestigiante que aparece nas gravuras, a partir de 1802 fossem demolidas, com autorização régia, a fim de fornecerem as obras de abertura da Barra[28], o que se insere na generalidade da história das cidades: a queda das muralhas faz parte do seu crescimento e alteração de funções, quer a modificação das técnicas militares, quer a adaptação a novas

---

[23] NEVES. F. Ferreira - *Uma Descrição das Igrejas e Capelas da Freguesia de S. Miguel de Aveiro...., o.c.*, p. 182 e segs.

[24] QUADROS. J. Reinaldo Rangel de - *Aveiro, origens, brasão e antigas freguesias..., o.c.*, p. 53.

[25] SILVA. Maria João Violante Branco Marques da - *Aveiro Medieval..., o.c.*, p. 27. Esta autora demonstrou a prolongada construção das muralhas, da inicitiva do reinado de D.João I. e não de D.Pedro.

[26] Id. . *Ibid.*, a autora insere estas obras, no esforço de desenvolvimento e fomento económico e político.

[27] BAJ. ms. 51-IX-7(211). Provavelmente por estas razão se iniciaria construção dum Forte Novo da Barra, que aquando das citadas obras 1802, desvendaram a data de 1643, como refere a Memória do engenheiro Luis Gomes de Carvalho, veja-se em NEVES. Francisco Ferreira - *Resumo Histórico da Barra...*, o. c. , p. 24.

[28] Carta régia publicada em GOMES. Marques - *Subsídios para a História de Aveiro..., o.c.*, p.256.

condições económicas[29]. A demolição de tais limites trazia, entre outras vantagens, a economia de meios financeiros, disponibilizados para outros empreendimentos[30] - no caso de Aveiro, a pedra da muralha era fundamental para as obras da Barra, numa região onde a pedra vinha de longas paragens *"por mar, pois não se acham pedreiras tão perto pela terra"*[31].

Pelo seu destaque, comecemos o percurso pelas muralhas, guiados pela pena minuciosa dum contemporâneo à derrocada de alguns restos daquelas[32], ao ponto de nos permitir a reconstituição, não apenas da muralha, mas da sua toponímia, assim como de todas as ruas dentro de muros, completando a preciosa carta da cidade a que, anteriormente, nos referimos.

Entremos pela porta da cidade, porta dupla, fazendo entre si uma espécie de átrio rectangular; neste, havia bancos de pedra, ponto de reunião de muitos indivíduos e acesso para todos aqueles que viessem de sul[33]. No fim da rua do Rato, ao nascente, estava a Porta do Sol, junto ao Convento de S. Domingos[34]. Seguindo por detrás da Igreja deste Mosteiro, abraçando a cerca deste, e o Campo que incorporaram na sua cerca, ficava a Porta do Campo[35]. Fazendo uma grande curva, as muralhas iam até à esquina do muro da cerca do Mosteiro de Jesus, onde aparece o Postigo do Campo ou do Norte[36]. Em seguida, continuavam até ao Postigo da Corredoura que, ao nascente da Travessa da Corredoura, e como ficava voltado um pouco para o Cojo e para o Norte, também se chamava Postigo do Nascente ou Postigo do Cojo[37].

---

[29] Na França nos finais do séc. XVIII. ou inícios de XIX. a maior parte das cidades tornaram-se cidades abertas. perdendo o circuito de muralhas. quer devido a um crescimento interno à procura de espaço como Nimes. quer externo com a pressão das redes terrestres e fluviais e. portanto. comerciais. como refere TEISSEYRE-SALLMANN. Line - *Urbanisme et Societé: l'exemple de Nimes aux XVII et XVIII siecle...*, *o.c.*, p. 965.

[30] MEYER. Jean - *Etudes sur les villes en Europe Occidentale. milieu du XVII siecle à la veille de la Révolution Française...*, *o.c.*, p. 151.

[31] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro de Pinho Queimado. . .* , o. c. , p. 96.

[32] QUADROS. José Reinaldo Rangel de. escreveu uma memória das muralhas de Aveiro. a convite de Marques Gomes. que inseriu no seu livro intitulado *Subsídios para a Hisória de Aveiro. . .* , o. c. , p. 262 a

[33] Id., *Ibid.*, p.264.

[34] Id., *Ibid.*, p.267.

[35] Id., *Ibid.*, p.269.

[36] Id., *Ibid.*, p.270.

[37] Id., *Ibid.*, p.271.

Continuando, "*depois duma pequena recta, chegavam ao sítio onde foi a Praça da Fruta, e hoje se chama Largo de Luis Cipriano* [actual Praça de Humberto Delgado[38]], *formando aí um perfeito ângulo recto reentrante, tendo uma das faces voltada para o Norte e outra para o Nascente. Nesta havia um arco abatido sobre o qual acentava uma grande varanda. [...]. Encostado a esse arco e com a face para o exterior das muralhas havia um arco ogival, que era o da Porta do Cojo*"[39]. Por esta se saía, para o lugar do mesmo nome, depois de se atravessar a ponte do Cojo, paralela à da Ribeira[40].

Continuando para oeste, a Porta da Ribeira era fronteira à Ponte da Praça [ou da Ribeira][41]. Por trás da Rua dos Tavares, quase a chegar à saída da viela do Correio, a Porta do Cais ou Porta do Norte[42]. Continuando o percurso, encontramos a Porta do Alboi, voltada para o poente, quase defronte duma estreitíssima e curta viela, que, do Largo de S.Brás, dava passagem para a Rua das Barcas[43]. Desta, continuando a acompanhar a Rua de Arribas, até se encontrar uma entrada, *"a porta de Rabães"*, voltada para poente; no cunhal desta porta, encontrava-se um Torreão, quase um pequeno castelo, donde se avistava a Ria[44]. Continuavam as muralhas até defronte do antigo Campo de Santo António, onde havia a Porta de Vagos, com uma porta paralela como na da Ribeira e da Vila, com assentos de pedra, encostados aos lados interiores, ponto de reunião e passeio[45]. Entre a Porta de Vagos e a da Vila, apenas o Postigo do Sol; este lanço ficava paralelo *"entre a Rua Nova (vulgo Rua do Lameiras) e a chamada hoje [1898] Travessa do Passeio e antigamente Rua do Caneiro"* [46]. Assim se termina o périplo proposto, das 9 portas e vários postigos que aparecem inscritos na planta referida[47].

Desenhado o percurso, percebe-se agora quais eram as entradas principais de Aveiro: a Porta da Vila/Cidade para sul e a Porta da Ribeira para o Canal Grande e as salinas. A ponte do Cojo, de construção posterior à da Ribeira e paralela a esta como já referimos, dava acesso a um caminho

---

[38] FERREIRA, Fausto de Matos Melo - *Antiga Toponímia de Aveiro...*, *o.c.*, p. 50.
[39] Ver atrás, nota 33, p.271.
[40] Id., *Ibid.*, p.272.
[41] Id., *Ibid.*, p.274.
[42] Id., *Ibid.*, p.284.
[43] Id., *Ibid.*, p.286.
[44] Id., *Ibid.*, p.288.
[45] Id., *Ibid.*, p.294.
[46] Id., *Ibid.*, p.298.
[47] Id. , *Ibid.* , p. 300. Rangel de Quadros refere o erro em que incorreu o autor da Memória de Aveiro, Pinho Queimado, ao nomear a Porta de S.António para lá de Vagos, quando se tratava da mesma, esquecendo ainda a Porta do Cais.

muito menos povoado e mais recente, como iremos ver. A descrição dos percursos apresentado por um memorialista de meados de XIX, mas recolhendo apontamentos de seus avós, é um retrato visual preciso: de Arada até S. Sebastião, era "*uma estrada larga ladeada de frondosos álamos, cujos ramos entrelaçando-se [...] faziam agradável sombra, sendo por isso o único passeio público da cidade, frequentado pelas pessoas mais gradas dela, assim seculares como eclesiásticos, tendo em todo o seu comprimento do lado do poente, uns três ou quatro bancos de alvenaria com encosto onde se sentavam os passeantes, gozando de bom ar e de boas vistas, e vendo passar continuamente gente de pé e de cavalo, porque era a única saída da cidade para as povoações do sul e do sudeste. Por ali vinham os carros de cal, de madeiras e lenha, os viajantes que de Coimbra preferiam esta estrada para aproveitar as 5 léguas de barco entre Aveiro e Ovar, as padeiras de Ilhavo e Vale de Ilhavo, as lavadeiras de roupa, tudo o que ía ou vinha da cidade ou para a cidade*"[48].

Vejamos a cidade numa outra perspectiva, a divisão paroquial, seus limites e edifícios mais significativos, completando a descrição toponímica da cidade, inserindo agora a área fora de muros. A igreja de S. Miguel, matriz, ficava no adro do mesmo nome, vulgarmente conhecido por Largo da Cadeia, inconfundível pela sua torre, facilmente identificada nas gravuras atrás indicadas[49]. A freguesia estendia-se do nascente ao poente, desde a rua do Cojo, até ao fim do largo dos Santos Mártires e, ao sul, chegava da rua Direita "*à volta que a mesma rua ali faz, defronte da rua da Cruz*"até à travessa do Loureiro[50]. Dentro destes limites, ficavam casas nobres de que destacamos a casa dos Tavares, senhor de Mira, depois Paço Episcopal, desde 1778[51]; dos Sousas, depois Marqueses de Arronches e Lafões[52], o Paço dos Duques de Aveiro, depois Convento das Carmelitas (desde 1657). Também a Igreja da Misericórdia, Recolhimento de S. Bernardino, os Hospitais de S.Brás[53] e S.Catarina ou S.Cruz, a Capela dos Santos Mártires (já fora de muros) [54]. Igualmente a Câmara, que era de início "*uma casa de dois sobrados, sobre dois arcos que formam a Rua Direita que vai para a ponte; serve no 1. andar [rés do*

---

[48] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa..., o.c.*, p. 87-88

[49] QUADROS, José Reinaldo Rangel de - *Aveiro, origens brasão e antigas freguesias...*, o. c. , p.43.

[50] Id., *Ibid.*, p.53.

[51] Ver Cap.1, 2.A.

[52] Ver Cap.1, Anexo 5, terras de Oliveira do Bairro, Soza e Vouga.

[53] QUADROS, José Reinaldo Rangel de - *Aveiro, origens, brasão. . .*, o. c. , p. 55

[54] QUADROS, A. Rangel de - *Apontamentos avulsos(manuscritos)*, p. 268 "*na Rua Direita do lado do poente*". "*Foi demolido com outros prédios e com parte do Convento das Carmelitas, para formar a tal Praça[do Marquês de Pombal]*".

chão] de Casa de Ver o Peso, e no 1. sobrado de Casa de Audiência, no de cima de Câmara da Vila"[55]. A partir de 1797, passou a ser um edifício volumoso, dos Paços do Concelho[56], com projecto desde 1780[57], possuindo uma hospedaria municipal[58] para os magistrados que chegavam de novo, até encontrarem instalações permanentes, mas, principalmente, para acolher as figuras proeminentes que as obras da Barra traziam à cidade.

Tomemos o resto da Rua Direita, para sul, saiamos fora da Porta da Vila e encontraremos a Igreja do Espírito Santo, num largo do mesmo nome, entre as aberturas das ruas de S. Sebastião e S. Martinho, composta pelo Bairro de Cimo de Vila, como se chamava à parte da cidade construída fora das muralhas, e dos lugares de Vilar, S. Bernardo, parte austral da Quinta do Gato[59]. Mais para sul, seguindo a rua de S. Sebastião, onde encontramos uma capela do mesmo nome, propriedade da Câmara de Aveiro, *"a cidade, isto é, as ruas com casas unidas, terminava a três ou quatro casas da rua de S.Sebastião, acima da travessa de S.Martinho; daí até Arada e S.Bernardo, não havia casa alguma"*[60] como, aliás, se pode verificar no mapa da cidade. Dentro desta freguesia, estavam as igrejas e mosteiros de S.Domingos e de Jesus, ainda no perímetro das muralhas; o Convento de S. António, ao fundo do campo do mesmo nome, e ainda várias capelas[61]. Destaque também para o Bairro das Olarias, limitado pela Fonte Nova e Rua do Rato até à Rua de S. Martinho[62].

Passemos agora pela freguesia de Vera Cruz, atravessando a ponte do Cojo, passando pela Rua do Vento, seguindo depois para este, em direcção ao Convento de Madre de Deus, até ao meio do lugar de Sá (a outra parte pertence à freguesia de Esgueira) e, para ocidente, pelo sítio do Cojo e do Seixal, até à Quinta do Gato e lugar da Forca.[63]. A antiga igreja de Vera Cruz estava no adro do mesmo nome, e no limite oriental, dois conventos próximos, instalados no séc. XVII: o Convento dos Frades do Carmo e o das freiras de Madre de Deus e Sá (por estarem neste lugar). De salientar, entre

---

[55] BMA-Tombo da Câmara. Títulos e Papéis desta cidade de Aveiro. 1767. f. 20.
[56] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro*. . . . o. c. . p. 193
[57] NEVES. Francisco Ferreira - *Resumo Histórico da Barra de Aveiro*. . . . o. c. . p. 52
[58] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro*. . . . o. c. . p. 194.
[59] Id. . *Ibid*. . p. 179. QUADROS. A. Rangel - *Aveiro, origens*. . . . o. c. . p. 150 e 156.
[60] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro*. . . . o. c. . p. 89
[61] QUADROS. A. Rangel - *Aveiro, origens*. . . . o. c. . p. 156.
[62] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro*. . . . o. c. . p. 92.
[63] QUADROS. A. Rangel - *Aveiro, origens*. . . . o. c. . p. 123

as múltiplas capelas: a da Senhora de Sá ou da Alegria, que pertencia à freguesia de Esgueira, mas era de grande devoção dos de Aveiro[64], preferida às igrejas de Vera Cruz e Apresentação. Estava-lhe associada uma florescente confraria, dos pescadores de Aveiro e de Esgueira, que fundou, igualmente, um hospital, junto de uma capela de Nossa Senhora da Graça[65], próximo do antigo Convento do Carmo, na rua deste nome, fazendo esquina com a Rua do Carril de S. Roque[66].

Resta-nos a freguesia de Apresentação, com o cais da Ribeira e o Rossio de S. João, onde se encontra o Pelourinho[67]. Quando foi criada, ficou como sede paroquial a capela de S. Gonçalo, até se construir a nova igreja, no prolongamento da Rua dos Mercadores, num largo do mesmo nome[68]. A toponímia associa esta parte da cidade à mercancia, e às salinas.

Enfim, a cidade está disposta, segundo o eixo sul/norte até à Ribeira, e daqui, o canal é a grande estrada aberta para a Ria e o mar, ou seja, a cidade está voltada para sul e poente, o norte faz-se pela Ria, não por terra; este último eixo terá que esperar pelo caminho de ferro, de meados de XIX, e então as avenidas terão uma razão de ser.

2 - Mudar a cidade

"*A mudança introduz-se discretamente, por vezes clandestinamente, no espaço arcaico da velha cidade. A necessidade de construir impõe-se, não somente porque o tempo desgasta as coisas, mas também porque as desactualiza*"

BARDET, Jean-Pierre - *Rouen aux XVII et XVIII siècles...*, o.c., p.99

---

[64] GOMES, Marques - *Subsídios para a História de Aveiro*. . . , o. c. , p. 117.

[65] Id. , *Ibid.* , p. 50-56. NEVES, Francisco Ferreira - *A confraria dos pescadores e mareantes de Aveiro(1200-1855)*..., p. 244. A capela foi designada, indiferentemente, por N^a^S^a^de Sá ou da Alegria desde finais do séc.XVII e, num documento de 1702, escreve-se, claramente, "*Nossa Senhora de Sá, a que chamam da Alegria termo da Vila de Ilhavo*": Id., *Ibid.*, p.258

[66] CHRISTO, António - *Capelas de Aveiro..., o.c.*, p. 31. Sobre este hospital, Marques Gomes, na obra citada atrás calcula que tenha extinguido em 1766

[67] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro*. . . , o. c. , p. 183, apresenta uma breve notícia sobre o Pelourinho, posicionando-o no Rossio, em frente da Rua Rainha, antiga rua de S.Gonçalo.

[68] QUADROS, Rangel de - *Aveiro, Origens*. . . , o. c. , p. 180. Esta igreja teve diversas invocações, desde S.Gonçalo, até N^a^S^a^ das Candeias. A data provável para o início da construção seria, segundo este autor, 1594.

A - O poder urbano: da gestão partilhada à penúria de meios

Podemos afirmar que os problemas surgidos na vida da cidade são preocupações, mais ao menos comuns, a todas as Vereações[69]: abastecimento, sanidade, educação, festas religiosas e profanas, jurisdição, nomeação de cargos, pleitos, policiamento, fiscalidade municipal e central, etc, mas em ritmos de actuação diferentes. Há aqueles que são praticamente inalteráveis, por se tratar de assuntos bem enraizados na tradição local (festas religiosas e civis), ou na gestão local (o ritmo eleitoral para os diversos cargos a ocupar). Há os que são marcados por uma forte incidência de factores cíclicos e conjunturais: a guerra (nos inícios do séc.XIX - as Invasões Francesas), as inundações ligadas ao assoreamento da Barra, o abastecimento, a insegurança social. Há, finalmente, os temas ligados à fazenda local e real, em cuja evolução contam factores cíclicos e conjunturais, mas fazendo sobressair um problema estrutural, como, por exemplo, a situação endémica das finanças centrais e municipais que se prolonga, desde a 2ªmetade do séc. XVII, associado aos grandes gastos nas obras da Barra.

Seleccionadas as actas das vereações relacionados com a estrutura viária, infraestrutura urbana e renovação urbanística[70], encontramos sessões sobre obras de responsabilidade da Câmara, edifícios públicos, cais, ruas e canais, obras de iniciativa privada que exigiam aprovação municipal e ainda o ordenamento de trânsito, higiene pública, assistência aos expostos. Mas, na base de toda esta polivalência, a política fiscal torna-se a preocupação maior. Há que encontrar meios de recolher o necessário financiamento para as obras das calçadas, pagamento do partido dos médicos e cirurgiões e, igualmente, para a Barra em construção. Dividem-se cofres: um reune a contribuição fiscal da cidade e termo para obras na cidade, o outro recolhe

---

[69] Acerca da tipologia dos assuntos municipais ver SANCHEZ PEREZ, Antonio Jose - *Poder Municipal y Oligarquia. El concejo Cacereno en el siglo XVII...*, o.c., p. 102.

[70] Na abordagem desta temática consideramos pertinentes as sugestões contidas em MERINO BEATO, Maria Dolores - *Urbanismo y Arquitectura de Valladolid en los siglos XVII y XVIII...*, o.c., t.2.

os impostos de toda a Provedoria (comarcas de Aveiro e Feira) destinados a custear a abertura da Barra[71].

Se esta pressão é fundamental para a sobrevivência do município, facilmente se compreendem os desabafos e incompreensões, perante as exigências fiscais do poder central que intervém poderosamente, não na cidade propriamente dita, mas, por arrastamento, na Barra. Se por um lado, a vereação parece estar em consonância com as directrizes centrais, propondo as respostas concretas e adequadas à realidade local, a verdade é que, de várias formas, reage às directrizes do poder central, que, normalmente, acarretam maiores encargos e desvios dos primeiros objectivos locais. Podíamos enumerar vários exemplos, mas os finais do séc. XVIII, com a multiplicação de projectos, e sobretudo o estrangulamento orçamental que as Invasões Francesas trouxeram, apontam dois momentos, particularmente dolorosos, para a população, expressivamente pronunciados pelo procurador do concelho:

- o primeiro incidente deu-se, durante a primeira invasão e após a requisição, pelo Senado do Porto, dum imposto sobre o negócio. O procurador protestava contra o atraso na abertura da Barra que só traria prejuízo para os habitantes e gastos consideráveis à fazenda real. A Câmara considerava-se impotente para dar resposta às justas reclamações, visto nada ter a ver com a administração da Barra "*cujas forças erão desconhecidas por este mesmo Senado*"[72], e dependiam, portanto, da administração central. Era o esmagamento de um projecto, há muito concebido, que não dava frutos, e para o qual contribuíam duplamente, pois que, mesmo sem os resultados esperados, continuava a cobrança fiscal;

- o segundo incidente, muito mais veemente, deu-se um ano mais tarde, quando a vereação reage perante o lançamento de mais um real sobre cada quartilho de vinho para o partido dos médicos. O discurso do procurador resume todo um conjunto de contrariedades provocadas pela grande penúria de meios[73], face à falta de comércio e à multiplicidade de

---

[71] O chamado Cofre da Barra criado desde 1756. in CERQUEIRA, Eduardo - *O Cofre da Barra de Aveiro na função de caixa de empréstimos ou subsídios...*, *o.c.*, p. 123.

[72] AMA, LV, n. 9, fol. 119v. , 31 Março 1808

[73] AMA, LV, n. 9, fol. 185-187, 26 Agosto 1809

impostos sobre o vinho. Com efeito, este novo imposto agravava a carga fiscal, já existente, sobre o vinho: ora um real para o Cofre da Barra, ora para as obras públicas, mais outro de subsídio literário, mais o real d'água, e ainda, para a cidade e seu termo, sobre cada pipa, 4500 reais. Acontecia que os contribuintes acabavam por ser colectados várias vezes para o partido dos médicos: do real da Barra se retirava determinada importância para os ordenados dos médicos e, quando estavam doentes, pagavam aos mesmos médicos; entretanto surgia o novo real. Intolerável!

Desde 1680, que a Vereação se queixava que as rendas do concelho nunca chegavam para as despesas e apontava, como exemplo, a ruína dos edifícios públicos: cais da Ribeira, arcos do fontenário, casa da Vereação, calçadas, igreja de S.Sebastião, da responsabilidade camarária[74]. As mesmas queixas sobre obras, por fazer, repetem-se em 1728[75], 1759[76], 1763[77]; entre 1766 e 1767 a capela de S.Sebastião sofre remodelações, mas em 1770 descreve-se a ruína de imóveis como a Câmara, Cadeia e Cais[78].

Embora não tenham chegado, até nós, livros de Receita e Despesa Municipal, um Tombo da Câmara refere, em 1768, como únicas receitas, as provenientes de foros em casas, propriedades, ilhas e marinhas, e os assentos e percentagens na Feira de Março, da venda do sal e de outros produtos[79]. Mas seriam extremamente parcas, perante as necessidades, a acreditar nas repetidas queixas, nesse sentido. Entretanto, precisamente a partir de 1770, conseguiu-se um imposto sobre a circulação de carros, a aplicar na manutenção das calçadas[80], até que as obras de maior fôlego na cidade, como o cais da Ribeira e Câmara, exigiram o recurso ao sobejo das sisas do Cofre da Barra[81]. Enfim, as dificuldades da conjuntura, apesar e devido a elas, terão marcado, a partir da década de setenta, um maior surto de intervenções no

---

[74] MADAHIL. A.G. da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, *o.c.*, v. 2, p.249. documento transcrito, de 30/10/1680.
[75] AMA. LV. n.6. ss.4/2/1728.
[76] AMA. LV. n. 7, ss. 3/10/1759:consertar as pontes e demais obras com dinheiro ou emprestado, ou do rendimento da terça, ou da massa das sisas.
[77] AMA. LV. n. 7, ss. 12/9/1763:a cidade está sobrecarregada de reais: 2 para a finta da sisa, 1 para a abertura da Barra; não havia quem rematasse a massa das sisas.
[78] AMA. LV. n.8. ss. 10/6/1770.
[79] BMA. Tombo da Câmara. f.11.
[80] AMA. LV. n. 8. ss. 26/5/1770.
[81] AMA. LV. n.8. ss.29/6/1784.

arranjo da cidade, exigindo, de forma crescente, um recurso a novas receitas, aspecto generalizável à conjuntura do séc. XVIII[82].

B - Gestão do quotidiano

A higiene das ruas e a salubridade dos ares parecem ter sido algumas das grandes preocupações que se desenvolveram ao longo do séc. XVIII, associadas ao conceito de prevenção das epidemias[83]. Não espanta que a limpeza das ruas prolongasse o princípio medieval de que os habitantes são responsáveis pela via pública[84], mas, no caso de Aveiro, não interessava, apenas, manter as ruas limpas, mas, sobretudo, os canais. As primeiras eram muitas vezes ocupadas por estercos e lodos, postos a secar nas ruas, para a cama dos animais ou adubo das terras[85]. Mas, pelo menos, a partir de 1727, destinou-se um local apropriado para os estercos da cidade, "*junto à torre dos Oleiros*"[86]; em 1783, mais para nascente[87]; até que em 1815 lhes foi destinado um lugar, definitivamente, bem fora da cidade "*no largo da travessa de S. Martinho em Cimo de Vila*", tornando-se um rentável negócio que atraía compradores de fora da cidade, arrematando na Praça, sob a presidência do juiz de fora, a reverter para as receitas do Concelho[88]. De qualquer forma, estas medidas eram limitadas pela própria câmara a quem interessavam as verbas das condenações por lançamento de dejectos, ou ainda, dos esterqueiros, prática antiga que existia na cidade, pelo menos desde 1770[89], "*eram filhos e criados dos lavradores residentes nas povoações circum-*

---

[82] RODRIGUES, Luis Nuno - *Um século de Finanças Municipais:Caldas daRainha(1720-1820)...*, o.c., p. 49. Um dos aspectos que demonstra, é o aumento das despesas acompanhado dum aumento e diversificação das receitas.

[83] SILVA, Francisco Ribeiro - *Temores do homem portuense no primeiro quartel do século XVII...*, *o.c.*, p. 215.

[84] PONTET-FOURMIGUE, Josette - *Bayonne, un destin de ville moyenne à l'époque Moderne, (fin du XVII siecle-milieu du XIX siecle)*..., o.c., p. 260.

[85] GOMES, Marques - *Subsídios para a História de Aveiro...*, *o.c.*, p. 50. Refere este autor que, em 1442, era prática, no Inverno, pôr os estrumes no caminho da capela da Alegria, para adubação das searas na Primavera, o que provocou um protesto ao infante e regente D. Pedro.

[86] AMA, LV, n.6, ss. 23/4/1727.

[87] AMA, LV, n.8, ss. 17/8/1778.

[88] AMA, LV, n.9, ss. 30/7/1814.

[89] AMA, LV, n.8, ss. 21/2/1770, a propósito dos esterqueiros não usarem de pás para limparem as ruas, mas vassouras, porque de contrário levantavam as calçadas.

vizinhas; não faziam a limpeza da cidade, mas percorrendo as ruas, em uma das mãos a canastra e na outra a pá e a vassoura, só colhiam delas o que entendiam ser conveniente para as suas estrumeiras; também costumavam trazer palhas, sobre as quais lançavam lodo tirado à beira dos canais"[90].

Além da limpeza das ruas, havia que conservá-las e regular o trânsito. A conservação, em certa medida, fez-se por acordo entre câmara e locatários das ruas, como aconteceu em 1762; a primeira fornecia a pedra e os segundos consertavam-nas[91]. Só em 1770, se propõe um arranjo mais profundo da entrada, por excelência, da cidade, a Porta da Vila, ou seja, desde a Fonte dos Amores, no largo do Espírito Santo, até àquela[92], possível com o imposto sobre a circulação de carros, estipulado no mesmo ano[93]. Por outro lado, a regulação do trânsito tentava prevenir acidentes pessoais *"alguns carreiros entravam e giravam por esta cidade com os carros sem andarem diante deles com o risco de matarem ou atropelarem alguma criança"*[94], mas, sobretudo, evitar o desgaste de todas as ruas, marcando os pontos de circulação e concentração de mercadorias, evitando a passagem pelo centro (ruas intra-muros), ou perto dos arcos do aqueduto do Cojo[95].

Mas, mais do que os arruamentos, em Aveiro, eram as vias fluviais e seus anexos, ou seja, o cais e os canais, sobretudo o canal grande ou da cidade, os pontos fundamentais de circulação entre a Barra e a cidade. Por isso, se tornavam objecto de frequentes intervenções: projectos de construção ou reconstrução, evitando a sua degradação com o despejo frequente de dejectos, nomeadamente cascas de mexilhão e berbigão[96], limpando-os de lodos que lhes tiravam a profundidade, construindo em 1764

---

[90] NEVES, Francisco Ferreira - *A memória sobre Aveiro...., o.c.*, p. 91. Ainda nos inícios deste século se conheciam os esterqueiros, oriundos de terras vizinhas de Aveiro, que avaliavam as covas domésticas, para onde se lançavam os dejectos, e atribuiam-lhes um preço correspondente à sua qualidade e quantidade. Os esterqueiros, ao contrário dos varredores que juntavam o estrume das ruas para, depois, o venderem, compravam-no para uso próprio, isto é, para adubarem as suas terras de lavoura. Todos estes aspectos, e muitos outros, bem pitorescos, podem ser lidos em CAMPOS, João Evangelista de - *Achegas para a Historiografia Aveirense....*, o.c., p.50.

[91] AMA, LV, n. 7, ss. 17/8/1768: que todas as pessoas da cidade, no prazo de 10 dias, consertassem as calçadas das suas testadas, não com entulho, mas com a pedra que o procurador do concelho destinara e depositara defronte do Pelourinho e na rua do Alboi.

[92] AMA, LV, n.8, ss. 15/7/1770.

[93] AMA, LV, n.8, ss. 26/5/1770; LV, n.9, ss. 28/6/1806 e 6/8/1814.

[94] AMA, LV, n.8, ss. 14/7/1770.

[95] AMA, LV, n. 8, ss. 28/8/1790:a passagem dos carros para a parte do Cojo"*arruinava as paredes dos arcos do Cojo*".

[96] AMA, LV, n.7, ss. 31/10/1764.

uma estacaria de pinheiros que firmassem as margens, evitando o deslize de lamas, retiradas frequentemente do fundo do canal[97]. Sem dúvida que era à volta das duas pontes do Cojo e da Ribeira, do cais e do canal, que se operavam as principais transacções comerciais. Mas a partir de 1777, a fim de se evitar a sua degradação, desviaram-se as operações de carga e descarga das "*escadas do Pelourinho para a parte do Rossio e Capela de S.João, e que da mesma forma se não pudesse vender sardinha para canastra se não no dito sítio*"[98].

Esta normalização de costumes, preparada pela Vereação, com maior incidência desde 1770, acabou por ser codificada em 1811, num "*Regulamento para a polícia do cais da cidade de Aveiro*"[99], mas sob a vigilância da Superintendência da Barra. Entre os 11 artigos, destaquem-se aqueles que proibiam a entrada de embarcações para dentro das pirâmides do cais da cidade, e todas as operações que o degradassem, desde a colheita das minhocas nas suas margens, até à estadia prolongada de barcos atados caoticamente às escavações provisórias, ou ainda os buracos das tendas dos feirantes da Feira de Março, no largo de S.João contíguo ao Cais; o mercado do peixe transitaria para o Largo do Cojo, "*junto dos Arcos que conduzem a água para a Fonte da Praça por ser este sítio mais central da cidade*"[100], e os desperdícios, entre os quais as tripas de peixe deveriam ser lançados na parte sul do cais, "*na praia que está entre a fábrica velha [trata-se da fábrica de algodão estabelecida em 1772 no palácio do Marquês de Arronches] e a quinta dos Santos Mártires, terreno que foi comprado pelo Superintendente da Barra e que convém altear-se em benefício público*"[101]. Finalmente, o mercado do peixe fixa-se a partir de 1816, quando se muda para o Caizinho, onde chega o esteiro da Ribeira, onde passavam a aportar os barcos carregados de peixe[102].

Até 1780, os canais da cidade limitavam-se ao grande Esteiro da Cidade (chamado canal das Pirâmides) até ao ângulo obtuso que faz com o

---

[97] AMA. LV. n.7. ss. 30/10/1764.
[98] AMA. LV. n.8. ss. 27/8/1777.
[99] CERQUEIRA. Eduardo - *Breve glosa do "Regulamento para a polícia do cais da cidade de Aveiro"do ano de 1811*. in "ADA". v. 38. 1972. p. 44.
[100] Id.. Ibid.. p. 53. artigo 8.
[101] Id.. Ibid.. p.54. artigo 9.
[102] AMA. LV. n. 9. ss. 18/5/1816 - apresentado nesta sessão o ofício do Desembargador Superintendente da Barra. contendo um aviso da Secretaria dos Negócios da Marinha. relativamente a estas alterações.

canal de S.João ou da cidade[103]. Segundo projecto desta data (ver ponto 3 deste capítulo), alargou-se o esteiro de Sá, rasgando-se um outro, perpendicularmente a este, que ia ter à Ribeira; corresponderiam hoje, respectivamente, ao canal de S. Roque, que limitava a cidade por NO, separando-a das marinhas[104]e o cais dos Mercantéis que dava, e ainda dá, acesso ao mercado do peixe. Entretanto, o esteiro da cidade, a partir da ponte do Cojo, bifurcava-se entre o esteiro da Fábrica (Fábrica da Louça instalada nas suas margens), e o esteiro do Cojo (totalmente desaparecido). Entre estes dois esteiros, ficava uma das zonas mais insalubres da cidade, o ilhote do Cojo, uma espécie de lagoa[105], "*onde viviam milhares de rãs e se produziam silvas, bajunças, caniços e outros vegetais semelhantes[...]; aqui alto ali baixo, alagadiço conservando-se nele lagoas permanentes, formadas tanto pelas águas fluviais como pela invasão das da Ria*"[106]. Mas a este se juntavam, ainda nos inícios do séc. XX, toda uma massa de água pantanosa que ficava desde a alameda de árvores, junto ao Convento de S.António, até aos Santos Mártires[107].

Outro aspecto crucial era o da manutenção das fontes que facilmente se degradavam. Existiam as seguintes: Fonte da Praça ou da Ribeira, Fonte Dalém (da Ajuda?), Fonte Nova, de S. Sebastião (ou de Benespera, ou dos Amores) e de S. Roque[108], além das particulares com que os Conventos, certamente, se equipavam[109]. Em primeiro lugar, a Fonte da Praça, cujo manancial ficava na Forca (Nascente da Forca), vindo pela rua do Seixal, até à arcada do Cojo, correndo por aqueduto até à Praça[110]. A sua grande extensão, de quase 2 quilómetros, expunha-a a entulhamento, e captações clandestinas, ao ponto de se designarem 'olheiros', homens

---

[103] LEITÃO, António do Nascimento - *A Bacia Hydrografica de Aveiro e a Salubridade...., o.c.*, p. 99.
[104] Id. , Ibid. , p. 100. Com a construção do caminho de ferro este esteiro era fundamental porque, já fora da cidade, tinha um amplo cais onde uma estrada o fazia comunicar com o caminho de ferro transporte por excelência do sal a partir de 1931. , como se percebe em JUSTINO, David - *O sal e o milho no mercado de Aveiro....*, o.c., p. 47.
[105] NEVES, Francisco Ferreira - *Um projecto de Luis Gomes de Carvalho para o melhoramento de Aveiro em 181..., o.c.*, p. 148.
[106] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro. . . .* o. c. , p. 186
[107] SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro. Dissertação inaugural apresentada..., o.c.*, p. 53.
[108] AMA, LV, n.8, ss. 7/5/1777.
[109] O Convento de S. Domingos tinha uma nascente que lhe ficou quando anexou os terrenos do Rossio que lhe ficava próximo por contrato coma Câmara, por volta de 1700; o Convento de Jesus possuia um anel de água que também adquiriu à Câmara.
[110] SOARES, José- *A Hygiene d'Aveiro. . .* o. c. , p. 74. segundo os cálculos deste autor, ficaria a 1300 metros da fonte de Vera Cruz, instalada apenas em meados de XIX, a que podemos acrescentar mais 300 metros segundo a escala do mapa que ele anexa, entre esta fonte e a da Praça.

encarregados de vigiarem esta Fonte desde a sua nascente[111]. A Fonte Dalém, com localização provável próxima da capela da Sª da Ajuda, com nascente próxima[112], era ponto de passagem para as vilas de Ílhavo, Sosa, Vagos e Figueira, onde *"gados e cavalgaduras transitam bebendo da dito há tempo imemoriável"*[113]. A Fonte de Benespera ou dos Amores[114], ou de S.Sebastião[115], com nascente também próxima, era fundamental para todos aqueles que entravam pela porta da Cidade, vindos do sul. Depois, a Fonte Nova, perto do Convento de Jesus, da qual as Freiras tinham direito a um anel de água[116]. Finalmente, a Fonte de S. Roque, junto à capela da mesma invocação[117].

Ao situarmos os diferentes mananciais pelas freguesias da cidade, (ver quadro 1), verifica-se que, dentro de muros, não existia qualquer fonte, do que se queixa a vereação, quando da instalação da Fábrica de Algodão em 1772, na rua do Alboi[118], ou do ofício de marroquinaria, perto da mesma rua[119], que trouxeram graves problemas de poluição nas pias da Fonte da Praça, propondo o juiz de fora em 1772, construir uma nova fonte, na Rua do Alboi, *"fazendo-se uma fonte próxima das casas em que existem as manufacturas de algodão"*, apontando três razões que o justificavam: a formosura da cidade, a utilidade dos moradores e evitar-se a despesa da condução das águas para as tinturarias da fábrica de algodão[120].

---

[111] AMA. LV. n.7. ss. 29/4/1760.
[112] SOARES. José - *A Hygiene d'Aveiro*.... o.c.. p.80.
[113] AMA. LV. n.8. ss.29/8/1772.
[114] GOMES. Marques - *Subsídios para a História de Aveiro*. . . . o. c. . p. 340.
[115] AMA. LV. n.8. ss. 7/5/1777.
[116] AMA. LV. n. 9. 13/8/1806. AMA. RG. n.1683. f.66. a propósito das Freiras quererem consertar o cano da Fonte. em 1798 que se encontrava danificado. requerendo a contribuição da Câmara. inserem uma provisão sobre o mesmo assunto de 23/11/1680.
[117] SOARES. José - *A Hygiene d'Aveiro*. . . . o. c. . p. 78.
[118] AMA. LV. n.8. ss. 29/8/1772.
[119] AMA. LV. n.8. ss. 29/8/1778.
[120] AMA. LV. n.8. ss. 29/6/1772.

Quadro 1

Evolução do número de fontes públicas

Período	Apresentação	Vera Cruz	S.Miguel	Espírito Santo	Total
Séc.XVIII	Praça	S.Roque		Fonte Nova, S.Sebastião, NªSªAjuda	6
Séc.XIX*	Praça, Praça do Peixe	S.Roque, Vera Cruz, Barrocas	S.Mártires	Fonte Nova, S.Sebastião, NªSªAjuda, S.Tomás, Espírito Stº**	11

* a partir de 1834 apenas existiam 2 freguesias, a de Apresentação que reunia as anteriores de Vera Cruz e Apresentação, e a da Glória correspondendo às de S. Miguel e Espírito Santo,

** não conseguimos localizar;

Fontes: séc. XVIII, AMA, LV, n.8 e n. 9; séc. XIX, SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro...*,o.c.p.53 e segs.

Quadro 2

Mapa da quantidade de água fornecida diariamente à cidade

Nascente	Fonte	1904*	1770**
da Forca	Vera Cruz	43 200	
da Forca	Praça	69 120	69 120
da Forca	Praça peixe	36 000	
da Forca	Santos Mártires	5 760	
da Brejeira	Espírito Santo	172 800	
S.Roque	S.Roque	414 720	414 720
Fonte Nova	Fonte Nova	86 400	86 400
campo próximo	Sªda Ajuda	69 120	69 120
Esgueira	Sªdas Barrocas	187 680	
campo próximo	S.Sebastião	34 560	34 560
campo próximo	S.Tomás	59 120	
	TOTAL:	1178 480	673 920

Fonte: SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro. . .*, o. c., p. 81.

Para 1770, utilizamos a mesma fonte, sabendo que, naquela data, existiam apenas aquelas fontes, e partindo do princípio de que o caudal era o mesmo.

Desta distribuição, se conclui que, mesmo no séc. XIX, visto grande parte das obras de condução e captação de águas serem de meados de XIX[121], o casario, dentro de muros, continuava sem qualquer fonte, sendo a mais próxima a dos Santos Mártires, um braço do mesmo manancial que abastecia a da Praça. De qualquer forma, embora o volume quase duplicasse, a verdade é que em termos de ratio litros/habitante/dia, a média era de cerca de 100

[121] NEVES. Francisco Ferreira - *A memória sobre Aveiro do Conselheiro...*, o.c. . p. 98. Diz-se nesta Memória a certa altura "*foi, pois, uma obra importante, a da Câmara de 18..., na presidência de..., a demolição da arcada, o aterramento do esteiro, a abertura da estrada e o encanamento subterrâneo da água, assim como as pesquisas para se encontrar novas nascentes, podendo não só abastecer a Fonte da Praça do Comércio, mas as novamente construídas no largo de Vera Cruz e no largo da Praça do Peixe, indo ainda abastecer a do bairro dos Santos Mártires*".

litros[122], metade do ratio de 1770 de, aproximadamente, 200 litros[123]. Não obstante esta abundância, os trabalhos dos higienistas referem a fraca qualidade da água, pelo grau elevado da sua dureza e enorme quantidade de cloretos, devida à natureza do terreno e vizinhança de água salgada; a única água de melhor qualidade seria a da nascente da Forca, que servia a principal fonte da praça[124].

Esta apreciação do carácter das águas é agravada por um outro factor fundamental, a grande inquinação do solo. Vale a pena transcrever o sistema de saneamento da época, em Aveiro, que não seria muito diferente de outras cidades, e que preocupava as élites[125]. Na zona piscatória, seja, freguesias de Vera Cruz e Espírito Santo, as fossas, depósitos escavados nos terrenos onde assentam as habitações, em franca comunicação com o interior das casas, recebiam todos os produtos provenientes das excreções humanas, de detritos de animais e vegetais. Os líquidos tinham uma saída por um tubo que fazia comunicar a fossa com o cano de esgoto da rua, ou então, lançavam-se na valeta da rua ou na ria[126], ou ainda, quando não havia fossa, tudo era lançado no pátio, onde viviam porcos e galinhas, contribuindo para maior receita ao lavrador na venda desses produtos[127]. No *"Mapa Topográfico do Esteiro. . . "*, [ver carta n.8 do Anexo], vêem-se dois canos: um que desce a rua do Alboi e, atravessando a das Barcas, desemboca no canal da cidade; outro, que viria da Rua das Beatas, à Praça, despejando no mesmo canal[128]. Os sólidos eram, mais ao menos de mês a mês, removidos pelos lavradores das redondezas que pagavam este serviço, como já foi referido[129]. Os habitantes da zona entre muros, tinham a fossa fixa, no meio

---

[122] SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro...*, o.c., p.80.

[123] Os cálculos foram a divisão do número de litros de água prováveis para meados do séc. XVIII, segundo as fontes de que temos informação, utilizando o caudal respectivo, indicado em 1904, a dividir pelo número de almas apontado pela Memória Paroquial de Aveiro em 1758, ou seja, 673920 litros/3316 almas=203, 23 litros, certamente ainda inferior, porque o número de almas não incluía menores.

[124] SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro...*, o.c., p.83.

[125] BARDET, Jean-Pierre - *Rouen aux. . . .*, o. c. , p. 110

[126] SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro...*, o.c., p.66.

[127] Id., *Ibid.*, p.68.

[128] O cano que aparece na rua do Alboi até à Rua das Barcas, era designado por Caneiro Real, como se lhe refere no AMA, LV, n. 8, ss. 3/10/1778.

[129] Ver ainda, SOARES, José - *A Hgyene d'Aveiro...*, o.c., p.68.

da casa, sendo menos ventilada que a zona piscatória, nela permanecendo os gases, ou extravasando as fossas[130].

As deficiências higiénicas estruturais tornavam-se catastróficas, sempre que o entupimento da barra provocava inundações, como em 1788[131], 1791[132] e 1807/1808,[133] entre outras. As zonas mais atingidas eram "*o bairro baixo*"[134], ou seja, "*ruas da Praça, e os bairros do Alboi*"[135]. Os médicos práticos de Aveiro, nos finais de XVIII, inícios de XIX, referem que, anteriormente à abertura da Barra, a estagnação das águas, frente à cidade, "*entretendo humidade e fornecendo efluvios deleterios, eram sem dúvida a origem da insalubridade*"[136], o que não admirava, porque "*um país [Aveiro] baixo, cercado pela mais grande parte de pântanos lamacentos e lodosos, cobertos continuamnente de águas estagnadas e corruptas fazem um foco permanente de miasmas podrese pestilentas que se desenvolvem em massas enormes para a atmosfera no tempo dos calores do estio, e sendo inspirados pelos habitantes são causa das epidemias endémicas tão destruidoras como aqui se experimentavam à semelhança de Flandres, países baixos e alagadiços*"[137].

Só que Aveiro conta com um factor adicional, as marinhas. Por volta do terceiro quartel do séc. XIX, discute-se a responsabilidade da cultura do arroz[138]e do fabrico das salinas, na insalubridade pública. Precisamente os resultados de algumas teses médico-cirúrgicas apontam para um aspecto fundamental: não são as salinas causadoras de focos infecciosos, só que onde existem salinas, existem terrenos pantanosos e, estes sim, são insalubres[139]. O perigo residia no abandono de uma salina, quando a mistura de águas doces

---

[130] Id., *Ibid.*, p.68.
[131] AMA, LV, n.8, ss. 27/2/1788.
[132] AMA, LV, n.8, ss. 16/4/1791.
[133] AMA, LV, n.9, ss. 31/3/1808.
[134] AMA, LV, n.8, ss. 27/2/1788: "*considerando a vexação em que se acha a cidade por causa das repetidas inundações que têm alagado por vezes todo o bairro baixo da mesma no qual se compreende o forte do negócio por ser habitação dos homens dela o que tudo provem pela distância de 5 léguas em que se acha presentemente a Barra, além de estar entupida.*
[135] NEVES, Francisco Ferreira - *Documentos relativos à abertura da actual Barra de Aveiro...*, *o.c.*, *p.* 295, *"carta do escrivão da Superintendência da Barra acerca da abertura da Barra em 3/4/1808"*.
[136] Id., *Ibid.*, p. 287: doc. n.18, certidão sob juramento do médico prático da cidade de Aveiro, atestando as melhoras da salubridade devido à abertura da Barra, de 24/1/1812
[137] Id., *Ibid.*, p.288: doc.n.19.
[138] SILVA, José Barata da - *Reflexões sobre os arrozais e as Comissões ...*, *o.c.*
[139] BPMP, Res, n. 1250: CANEVA, António Augusto da Costa Simões - *Dissertação Académica sobre salinas e sua influência na saúde dos povos, 1873-74*, 19fls. ; FERRARI, José de Melo- *Salinas. Parte histórica. Distribuição do sal à superfície do Globo. Indústria do sal em Portugal. Influência das salinas sobre a saúde pública*, 1874, 26 fls.

e salgadas inicia um processo de destruição dos seres vivos[140]; ora esta situação aconteceu ao longo do séc. XVIII, quando acontecia o entupimento da Barra, ou ainda, quando o sal, comercialmente, deixava de interessar.

C - "Curar" a cidade

Para minorar as consequências das doenças, médicos e cirurgiões estavam a expensas da Câmara, ou do Cofre da Barra. Desde 1766 que um corpo de médicos se propunha curar e tratar, estabelecendo-se mesmo o preço das consultas[141], e todos servem para acudir aos males, mesmo os menos ortodoxos[142]. Como hospitais propriamente ditos, só a Misericórdia teria maior capacidade de atendimento, porque, desde 1702, que os soldados aquartelados em Aveiro, se doentes iam para aquele Hospital que, por cada um, recebia 120 reis de diária, fora os medicamentos[143]. Embora sem documentação, para o séc. XVIII[144], que dê indicações acerca do movimento de entradas e saídas no hospital, alguns elementos, parcos, se indicam no quadro seguinte:

Quadro 3

Óbitos no Hospital da Misericórdia

Ano	Mulheres	Homens	Crianças	Total
1741/42	123	85	60	268
1742/43	80	50	26	156
1746/47				100
1747/48				156
1748/49	79	36	35	150
1749/50	90	90	25	205

Fonte: ASCMA, n. 207 e 210, Livros de Receita e Despesa

[140] BPMP. Res. n.1250: MAIA. António de Azevedo - *Duas palavras sobre as salinas e sua influência sobre a salubridade pública*. 1874. 14 fls. "*considerada em globo uma salina é uma vasta superfície destinada à evaporação da água do mar;em particular é uma série de tabuleiros que a água vai lenta e sucessivamente percorrendo, concentrando cada vez mais à medida que avança até ao ponto que deposita o sal que contém em dissolução*".

[141] AMA. LV. n. 7. ss. 9/9/1766. O Senado estipulou a seguinte tabela: pessoa de nobreza ou negócio, viva com abundância:480 réis e daí para cima; de algum ofício mecânico, pescador, lavrador ou trabalhador: 200 réis para cima; pobre, nada paga; A partir de 1792, passaram a ser pagos pelo Cofre da Barra, ver em AMA-n. 1682, Livro de Registo Geral, f. 534.

[142] AMA. LV. n. 7. ss. 14/8/1766. D.Antónia Josefa Rita Joana e seu marido, o Capitão Francisco José Ferreira da Costa, para poderem curar cancros e tumores cirrosos

[143] ASCMA-n. 10-Livro de assentos da Mesa, f. 267, 16/7/1702. Nos livros de Receita e Despesa surgem, por vezes, parcelas globais referentes a gastos com soldados

[144] Existe apenas para o séc. XVII:ASCMA-n. 306-*Livro do Hospital em que se hão-de carregar os doentes que entrarem e sairem do Hospital - 1615/1658*..

Este hospital era contíguo à Misericórdia assim como o cemitério dos pobres que lá faleciam[145]. Além deste, existia, frente a ele, o de S.Brás, edifício bastante comprido, com apenas um andar. Neste, para o lado do largo de S.Miguel, ficavam uma pequena sala de recepção, refeitório, casa de arrecadação e dois quartos, e, para trás, oito pequenos quartos, uma cozinha e despensa e outras pequenas dependências; no rés-do-chão, oito pequenas lojas[146]. As intenções do instituidor deste hospital obrigavam ao acolhimento de romeiros e peregrinos, passageiros, *"dar sete lojas das oito do hospital para habitações de mulheres pobres, e virtuosas"*[147]. Os registos paroquiais dão-nos notícia de aqui, se darem vários nascimentos de crianças, algumas filhas de estrangeiros[148]. No Hospital de S.Brás (ou SªCatarina), ao longo de todo o séc.XVIII, se registam internamentos[149]

Finalmente o de NªSªda Graça, pertencente à Confraria dos pescadores de Aveiro, junto à capela de Nossa Senhora da Graça, próximo do antigo Convento do Carmo, na rua deste nome, fazendo esquina com a Rua do Carril de S. Roque, onde ainda em meados de XVIII, faleciam alguns "pobres"[150].

O cemitério foi uma preocupação muitíssimo tardia, ao contrário da de outras cidades que, desde meados de XVIII, numa inquietude crescente, os retiram do centro da cidade[151]. Em Aveiro, só a partir de 1834, serviu para tal fim, parte da antiga cerca dos frades de S. Domingos[152]. Até ali, conventos, igrejas e Misericórdia iam acolhendo os falecidos.

---

[145] NEVES, Francisco Ferreira - *Memória sobre Aveiro...* . o. c. . p. 193.
[146] QUADROS, Rangel de - *Apontamentos Históricos....* v. 2, p. 60.
[147] Id., *Ibid.*, p.44.
[148] QUADROS, A. Rangel de - *Apontamentos Avulsos(manuscritos)*....o.c., p. 268"*na Rua Direita, do lado do poente*".
[149] Em 1818, aqui falece um indivíduo do sexo feminino, adulto: ADA, L.26, f.104.
[150] NEVES, Francisco Ferreira - *A confraria dos pescadores e mareantes deAveiro..., o.c.*, p. 241. Em 19 de Agosto de 1742, faleceu uma mulher, pobre, no "Hospital de NªSªda Graça": ADA,L.29, f.129v.
[151] BARDET, Jean Pierre - *Rouen aux XVII. . . .*, o. c. . p. 114.
[152] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro....* o. c. . p. 180

3 - Imaginar a cidade

Imaginar a cidade, ou como os contemporâneos a projectaram...No séc.XVIII, nota-se uma reflexão "interdisciplinar" como concluiu Jean-Claude Perrot, a propósito do estudo da cidade de Caen: os negociantes, religiosos, funcionários régios, médicos, engenheiros, correspondem-se acerca da funcionalidade da cidade, reflectem sobre as suas potencialidades, veiculando intenções, e provocando mesmo, muitas vezes, uma alteração das realidades[153] .

A - Novos projectos, novas funções

Sem dúvida alguma que, a partir de 1780, Aveiro contou com uma série de projectos que prepararam uma renovação da sua "baixa", embora a efervescência dessas medidas não deixe esquecer as que vinham de trás. Quem observa as duas plantas da cidade [cartas n.7 e 8 do Anexo], verifica a intervenção projectada para a zona da Praça, canal da cidade, canal de Sá e cais da Ribeira. Se Lisboa e Porto viveram uma forte renovação urbanística[154], Aveiro também a teve, à sua maneira, aspecto inevitável numa arrumação urbana, remodelada e liderada por uma visão estatal de reorganização do espaço[155]. Assim se entende a intervenção crescente desde o tempo de Pombal, mas que o reinado de D.Maria, no nosso entender, mais desenvolve.

Um aviso régio de Agosto de 1780, estabelece as prioridades: primeiro, projectar o cais, esteiro da Ribeira e do Cojo; depois, estudar as outras necessidades: aqueduto da Fonte da Praça, Paços do Concelho e Cadeia Pública[156]. Só 10 anos depois, é que se iniciaram as obras que deram a

---

[153] PERROT, Jean-Claude - *Genèse d'une ville moderne: Caen au XVIII siècle...*, *o.c.*, p.38-39.

[154] SALGUEIRO, Teresa Barata - *A espacialidade no tempo urbano...*, *o.c.*, p. 18. Para o Porto o trabalho sumário de MANDROUX-FRANCA, Marie Thérese - *Quatro Fases da Urbanização do Porto no século XVIII...*, *o.c.*, ; para Lisboa, o trabalho fundamental FRANÇA, José Augusto - *Une ville des Lumières. La Lisbonne de Pombal...*, *o.c.*

[155] MEYER, Jean - *Etudes sur les villes en Europe Occidentale, milieu du XVII siecle ...*, *o.c.*, p. 18. Este autor refere que, no caso francês, a realeza começou a intervir e controlar os trabalhos públicos urbanos, por razões financeiras e de integração das cidades, na rede de circulação, a "bem do Reino", desde finais do séc. XVII.

[156] CERQUEIRA, Eduardo -*Um acervo de obras em Aveiro, incluido num aviso...*, *o.c.*, p. 205

disposição que ainda tem hoje[157]. Estes trabalhos criaram espaços muito bem delimitados: o da Ribeira, com a sua Praça do Peixe e o do Rossio. E o que as obras não conseguiram, imediatamente, o Regulamento da Polícia, de 1811, estabeleceu as funções[158].

O Rossio, mais ordenado, estava provavelmente, pronto a acolher mais gente, o que só viria a acontecer lá para finais do séc. XIX, para oeste da Praça do Peixe[159]. Entretanto, torna-se ponto de confluência de diferentes actividades: a carga e descarga de mercadorias provenientes do mar, e sobretudo, local da realização da antiquíssima Feira de Março. Esta, ao longo do séc. XVIII, mudou-se várias vezes: em 1761, estava, *"segundo os usos mais antigos, das portas da Ribeira para baixo, ocupando todo o lugar da ponte, balcões, Praça, rua do Cais, Rocio"*, apesar da tentativa dos ourives em ocupar o adro de S.Miguel, rapidamente proibida pela Vereação[160]. Em 1764, a Feira começa a deslocar-se cada vez mais para a Praça: *"crescendo as lojas e mercadores deste género[dos ourives]já lá [na ponte] não cabiam"* e *"padecia de se lhe pregarem paus na mesma ponte"*, acordando-se que não houvesse lá loja alguma, passando a ser do chafariz para diante, para norte, dispondo-se os vendedores pela seguinte ordem: primeiro os ourives, depois tendeiros de mercearia e chapéus, finalmente, sapateiros e mercadores de sola e couro[161]. Em 1776, aqui continuava, mas o perigo das inundações e a destruição das calçadas levou a Vereação a desviá-la para o campo de S.António, fora de muros, perto do Convento da mesma invocação, excepto as madeiras que continuaram no mesmo local[162]. Três anos mais tarde, os resultados económicos mais modestos e a coincidência com o circuito da Via Sacra fazem com que regresse à Praça, mas *"não na Ponte da Praça"*[163]. Acabou por ficar, definitivamente, em 1782, a conselho dos *"directores das obras públicas desta cidade, sargento-mor Isidoro Paulo Pereira e o ajudante Manuel de Sousa Ribeiro, no Rossio, onde está o Pelourinho que é verdadeiramente a*

---

[157] NEVES, Francisco Ferreira - *O Cais de Aveiro...*, *o.c.*, p. 320

[158] CERQUEIRA, Eduardo - *Breve glosa do Regulamento para a polícia do cais da cidade...*, *o.c.*, p.++

[159] NEVES, Francisco Ferreira - *A memória sobre Aveiro* .... o.c., p. 99. E ainda CERQUEIRA, Eduardo - *Aspectos e modificações do Rossio...*, *o.c.*, p. 29, transcreve a acta da vereação respeitante à edificação daquela área.

[160] AMA, LV, n.7, ss. 25/3/1761.

[161] AMA, LV., n.7, ss. 19/3/1764.

[162] AMA, LV, n. 8, ss. 7/12/1766.

[163] AMA, LV, n. 8, ss. 20/12/1779.

Praça, Rossio de S.João, e não junto à Fonte a arcos dos Balcões"[164]. Quando em 1788 se criou uma feira mensal, a 24, ficou estabelecido ser no Rossio, com excepção dos gados, que se estenderam pelo Cojo, e das madeiras, no Alboi e Rua das Barcas[165].

O Rossio era um dos espaços, propriedade da Câmara, "*o rocio, junto ao Pelourinho, onde está a capela de S.João, com as eiras de pôr sal, desta banda, como da parte d'além, onde chamam o matadouro*"[166], local polivalente[167], onde sempre se acolheram as espectaculares e luzidias corridas de touros[168], pelo menos, desde inícios de XVIII, visto, até então, se realizarem no chão e rossio junto do Mosteiro de S.Domingos que, entretanto, passou para a cerca daquele convento[169].

O Cojo, por sua vez, sendo um prazo da coroa, em 1763, "prazo da Caldeira", praia salina com ervas, tornou-se coimeiro, passando a Câmara a receber boas receitas sobre a venda de estrumes e multas sobre a entrada de pessoas que os colhiam indevidamente e, ainda, sobre as entradas de gado[170]. Este bom negócio levou a que a vereação transformasse o Cojo num autêntico pântano, tapando as entradas das marés, a fim de criarem as plantas que vendiam para estrumes, em prejuízo da saúde pública, de tal modo que a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra ordenou, em 1818, ao engenheiro Luis Gomes de Carvalho, autor da nova abertura da Barra de Aveiro em 1808, que projectasse o saneamento e urbanização do Cojo[171]. Do projecto nada se aproveitou, a não ser obras

---

[164] AMA. LV. n.8. ss. 14/3/1782.
[165] AMA. LV. n.8. ss. 28/6/1788.
[166] BMA - Tombo da Câmara. títulos e papéis... f.71v.
[167] Sobre este carácter polivalente. nalguns aspectos. até inícios de séc. XX. ver CERQUEIRA. Eduardo - *Aspectos e modificações do Rossio*...o. c. .
[168] Id. . *Ibid.* . p. 26. NEVES. Francisco Ferreira - *Antigas touradas em Aveiro...., o.c.*, p. 217.
[169] MADAHIL. A. G.da Rocha - *Milenário de Aveiro....* o.c.. p. 445; documentos de 1701:a troco duma renda. do ensino das crianças de Aveiro. de sermões gratuitos e duma cadeira de Filosofia a ministrar no Convento.
[170] AMA. LV. n. 7. ss. 4/5/1763 "*Januário Barreto Teixeira Pimentel, correio-mor desta cidade. tinha alcançado provisão de Sua Magestade, expedida pelo Tribunal do Desembargo do Paço, pela qual lhe fez mercê de ser coimeiro um prazo sito no Cojo desta cidade, chamado o prazo da Caldeira em 3ª vida à Coroa*".
[171] NEVES. Francisco Ferreira -*Um projecto de Luis Gomes de Carvalho para o melhoramento...*, *o.c.*, p. 148

sumárias de esgotamento das águas e aterramentos sucessivos, ou experiências de iniciativa privada[172].

B - Construções públicas e privadas

A cidade tinha pouco mais de 1000 fogos em 1775[173]. Na generalidade, são parcas as informações sobre este sector. Para já, um problema a equacionar, o da "bacia de materiais"[174]. Ora, um dos dados fundamentais é o da carência generalizada de materiais de construção, ou pelo menos, daqueles que confeririam uma maior durabilidade ao imóvel. A pedra de granito, como pedra nobre, pelas próprias características geológicas da situação de Aveiro, tinha de vir de muito longe, mesmo por mar[175], e a Câmara apressava-se a impedir a saída de pedra da cidade[176]. Entretanto, havia que usar os materiais mais próximos: a madeira que, pelo menos, se vendia, abundantemente, na Feira de Março, o calcário, na vizinha freguesia de Eixo, o barro e os seixos rolados do mar. Estes, numa argamassa consistente, serviam de suporte à construção, solução prática para a falta de pedra[177], provavelmente o material que os higienistas de princípios do séc. XX referem *"usam-se uns paralelipípedos de cal e areia-adobes-que se unem e cobrem com argamassa"*[178]. Além desses, usavam tijolos, secos ao sol e depois cozidos em fornos, utilizados mesmo em construções notáveis como o Mosteiro de Jesus[179]. Tais materiais eram extremamente permeáveis à humidade, degradando-se facilmente, o que explica os frequentes comentários da vereação, acerca da degradação do parque habitacional, não apenas um comentário político, mas uma realidade.

---

[172] Id., *Ibid.*, p. 150. Sobre este enorme aterro existe hoje a avenida Lourenço Peixinho que liga as pontes à estação de caminho de ferro.
[173] Teria cerca de 1166 fogos segundo GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no séc. XVIII...*, o.c., p.19.
[174] Esta expressão utilizada em MEYER, Jean - *Etudes sur les villes. . .*, o. c. , p. 40.
[175] NEVES, Francisco Ferreira - *A memória sobre Aveiro de Pinho Queimado...*, o.c., p.96. Note-se o que já se disse acerca do aproveitamento da pedra das muralhas nas obras da Barra.
[176] AMA, LV, n.7, ss. 5/1/1771.
[177] SILVA, Maria João Violante Branco Marques da - *Aveiro Medieval...*, o.c., p. 46
[178] SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro..., o.c.*, p. 64.
[179] SILVA, Maria João Violante Branco Marques da - *Aveiro Medieval. . .*, o. c. , p. 45.

Em relação ao volume das construções, a análise do desenho sobre Aveiro [desenho 1 atrás], vemos dentro de muros, casas sobradas e fora deles, quer para sul, quer para norte, o predomínio de casas térreas. A partir de alguns tombos sobre a cidade[180], conseguimos estabelecer uma certa tipologia por ruas. Assim, nas ruas da freguesia de S.Miguel e na de Vera Cruz, pelo menos nas ruas da Praça, Barcas, Arcos, surgem casas sobradas [cartan.7 do Anexo], enquanto que as ruas do Vento e de S.Bartolomeu, de pescadores, são térreas. Uma deliberação da Câmara de 1787 exigiu que, quem pretendesse edificar ou reedificar casas, não alterasse a sua altura, em relação às casas vizinhas, à excepção dos que quisessem fazer de dois sobrados, tendo, por vizinhos, casas de um sobrado "*guardando-se nas mais uma uniformidade na sua altura e frente*"[181]. Uma descrição das casas térreas refere a existência de uma sala, à frente, recebendo a única luz da casa, dois ou três quartos sem luz, ou recebida por uma clarabóia, e uma cozinha sem soalho, com o chão, de terra batida coberto de junco, que se colhe na Ria[182].

Notícias de imóveis particulares são raras, mas em 1777, a Vereação queixa-se da falta de casas nobres, aplaudindo todos aqueles que tivessem a iniciativa de as construir[183]. Pelo menos, em 1689, a *Memória de Pinho Queimado* refere dois imóveis notáveis[184], o do Marquês de Arronches, onde se veio a instalar a fábrica de algodão em 1771[185], e o dos Tavares, senhores da Vila de Mira, ainda mais sumptuosa, ambas situadas no largo da Igreja de S. Miguel (ver planta n. 3). No Largo das Carmelitas existiria outro núcleo de casas nobres: a do Duque de Aveiro que serviu para habitação das freiras[186], umas "*grandes e nobres casas que vieram ao Convento[de Jesus], por herança*"[187], ou ainda o Novo Paço de João de Sousa, única casa particular que mereceu registo, na chamada planta anónima de Aveiro do séc. XVIII.

---

[180] AUC-Casa de Aveiro. III D/1. /15/4-Tombos n. 3. 6 e 7. 1692 a 1707
[181] AMA. LV. n.8. ss. 20/6/1787.
[182] SOARES. José - *A Hygiene d'Aveiro...*. o. c. . p. 65:e ainda NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro...*. o. c. . p. 95.
[183] AMA. LV. n.8. ss. 30/4/1777.
[184] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro de Pinho Queimado*. . . . o. c. . p. 94
[185] AMORIM. Inês - *Os poderes urbanos face às mutações económicas:a Fábrica de Algodão..., o.c.*, p.143.
[186] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro de Pinho Queimado*. . . . o. , c. . p. 95.
[187] MADAHIL. A. G. da Rocha - *Para a História da evolução urbanística e residencial..., o.c.*, p. 312

Este imóvel andava em construção em 1770, visto o seu proprietário, juiz da Alfândega, pedir, em 1770/72, que as casas que andava a construir (ou reconstruir?) no Terreiro das Carmelitas, contíguo a estas, lhes servisse de varanda, o muro da muralha da cidade, para mais facilmente avistar os navios que entravam e saíam da Barra[188].

Tirando estes palácios, os conventos marcavam, volumosamente, a paisagem: dentro de muros, os de Jesus e S.Domingos, de implantação medieval, ligados à protecção régia[189], o das Carmelitas Descalças, fundado em 1657, nos paços do então Duque de Aveiro, por vontade testamentária de D.Brites de Lara, tia de D.Raimundo de Lencastre, que se tornou padroeiro, como seus sucessores, deste Convento[190] . Fora de muros, e perto destes, o de S.António, da Ordem Franciscana, o terceiro a ser construído, por volta de 1524, sendo, na opinião de Carvalho da Costa, o maior de Aveiro *"com sua ribeira com fontes, horta, pomares, tanques de peixe e bosque, perpétuo domicílio de sonoras aves"*[191]. Na freguesia de Vera Cruz, dois conventos de implantação tardia: o Convento de NªSªdo Carmo, da Ordem dos Camelitas Descalços, foi o quarto a implantar-se na cidade, em 1613, apesar das oposições de alguns[192], que recebeu igualmente o patrocínio de D.Brites de Lara, e nele acabou por ficar sepultada. Finalmente, o Convento das Freiras de Madre de Deus, provenientes da Praça de Almeida (conturbada pelas guerras da Restauração) e que se acolheram, inicialmente, ao palácio da *"benfeitora espiritual"* de Aveiro, D.Brites de Lara[193]. Devemos ainda acrescentar o Recolhimento de

---

[188] AMA. LV. n.8. ss. 6/6/1770. e 24/10/1772.

[189] SILVA. Maria João Violante Branco Marques da - *Aveiro Medieval...*, o. c. . p. 134. Ainda QUADROS. Rangel de - *Apontamentos Históricos*, v. 4. Most. de S. Domingos e de Jesus. Ainda MADAHIL. A. Gomes da Rocha - *Livro dos Títulos do Convento de S. Domingos da cidade de Aveiro, sécs. XV a XVIII...*, *o.c.*, p. 81. Ainda MAURICIO - *O Mosteiro de Jesus de Aveiro...*, *o.c.*

[190] O duque apenas cumpriu as vontades testamentárias de sua tia D.Brites de Lara. que desde 1604 vivia em Aveiro. onde projectou e trabalhou no sentido de fundar um Convento na cidade. construindo um imóvel e comprando bens que o dotassem de património. Apesar das suas intenções. não conseguiu obter tal licença. provavelmente. porque seu filho e seu sobrinho foram condenados à morte. por conspiração ao rei D.João IV. Ver em NEVES. Francisco Ferreira-*A Fundação e extinção do Convento das Carmelitas Descalças de Aveiro...*, *o.c.*, p. 241: ainda QUADROS. Rangel de-*Apontamentos Históricos*. . . . v. 5. p. 208.

[191] COSTA. P. Carvalho - *Corographia Portuguesa* ..., o.c.. v. 2. p. 68. Ver ainda QUADROS. Rangel de - *Apontamentos avulsos*. v. 5. p. 14

[192] AUC-Convento de N. S. Carmo. D. III. Est. 15. T. 2. n. 33. refere que. apesar do apoio da população. em geral. de Aveiro. *"fidalgos, nobres e povo e beneplácito do Duque"*. el-rei os mandou sair. visto já haver dois conventos masculinos. um deles de Descalços. e o de S. António

[193] QUADROS. Rangel de - *Apontamentos Avulsos*. v. 5. p. 88.

S.Bernardino, na rua que se veio a chamar das Beatas, que embora fundado por volta de 1680, com cinco donzelas, todas pertencentes à Ordem Terceira de S.Francisco, nunca constituiu convento, ainda que, desde 1745, possuísse templo[194].

Das obras públicas, destacam-se a Alfândega, situada na rua das Barcas[195], e a Casa da Câmara, construída em 1797[196], onde funcionava a cadeia; em frente, ficava-lhe a capela de S.António dos presos. Fora de portas, a sul da igreja do Espírito Santo, a capela de S.Sebastião, de onde a Câmara sempre fazia sair procissão[197].

C - A estrutura funcional da cidade

Ao longo deste capítulo, ficou clara a existência dum centro de actividade comercial, à volta do canal, da Praça e do Rossio de S.Gonçalo. Aqui se fizeram os grandes projectos, para aqui se canalizaram as feiras anuais ou mensais, tentou-se mesmo prolongar este espaço, tornando salubre o pântano do Cojo que continuaria o canal da cidade. Sabemos também que o largo de S.Miguel concentrava um conjunto de imóveis significativos: a igreja de S.Miguel, o Município, a Misericórdia, a Hospedaria de S.Brás, as casas particulares dos marqueses de Arronches e Lafões e dos Tavares senhores de Mira. Sabemos também que as áreas de lazer se dividiam, entre os arvoredos do largo do Convento de S.António e o polivalente Rossio.

Infelizmente, não temos livros da décima que nos permitam falar, claramente, duma distribuição funcional da cidade. Foi, graças aos Tombos da Casa de Aveiro, de 1698, relativos à cobrança dum antigo imposto "*soldos das casas*", estipulado no Foral Novo, sobre todos aqueles que tivessem casas quer próprias, quer alugadas[198], que tentámos saber se se poderia falar duma especialização social e funcional na cidade. Esta fonte[199] indica a localização

---

[194] Id., *Ibid.*, p.156.
[195] Id., *Ibid.*, v.6, p.70.
[196] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro* ... , o. c. , 193.
[197] QUADROS, Rangel - *Apontamentos Históricos...*, o.c., v. 3, p. 215. Era feita a 20 de Janeiro, embora saísse em várias ocasiões.
[198] MADAHIL, A. G. da Rocha - *Forais Novos do Distrito de Aveiro- Aveiro..., o.c.*, p. 71.
[199] Ver nota 179.

dos imóveis, tipo, proprietário ou locatário (não distingue), sua profissão. Dos mais de 600 imóveis, perto de um quarto da população de Aveiro[200], *"todas as ruas não eram foreiras nem todas as ruas tinham casas foreiras"*[201], só em metade dos casos temos a indicação da profissão, e muitos imóveis referem-se ao mesmo locatário, logo, a mesma profissão se repete. De qualquer maneira, como não estamos a tratar dum reconhecimento do estatuto sócio-profissional da cidade, mas a relação entre ruas e profissões, pareceu-nos legítimo utilizar esta fonte.

Mas olhemos, mais em pormenor, os dados que nos fornece a fonte, acima referida: a Praça do Peixe não fez mais do que contemplar a vida daqueles que residiam à sua volta. Pelo quadro anexo 1, verifica-se que nas ruas do Vento, de S.Bartolomeu, de S.Gonçalo e do Esteiro, se situam quase, exclusivamente, pescadores e marnotos, em bairros perfeitamente piscatórios, com casas térreas. A aproximarem-se da Praça, encontram-se casas, ora térreas, ora sobradas, na rua Larga e rua da Palmeira, onde vivem mercadores, ourives e sombreireiros. A Rua de S.Paulo, prima pela diversidade, coexistindo cardadores, tecelões, barbeiros, marceneiros, sapateiros, pois que nos encontramos próximos de dois conventos que animam, certamente, esta estrutura diversificada, o do Carmo e o da Madre de Deus.

Voltemo-nos para sul do canal; as ruas do Cojo e das Barcas reunem tanoeiros e calafates, o que não admira, pois trabalham com a mesma matéria-prima que lhes vem, ora por mar, ora por terra, reunida na tradicional feira de Março que sempre lhes destinou este espaço; ainda em 1771, se construía um barco na zona do Matadeiro, da margem sul do canal, em frente do Rossio de S.João[202]. Subindo pela rua de S.António e cortando pela do Caneiro, novamente a diversidade, à volta dos diferentes conventos que ocupam este espaço: pedreiros, alfaiates, sapateiros e trabalhadores. Os mercadores estão também aqui, na Rua Direita e Rua Nova, mas fora de muros, onde têm preferencialmente armazéns. Finalmente, os oleiros, numa

---

[200] Segundo a estimativa de do Licenciado Pinho Queimado, existiriam em Aveiro perto de 2700 vizinhos. in NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro do Licenciado*. . . , o. c. , p. 94.
[201] AUC, Casa de Aveiro, Tombo n.3, f.186.
[202] AMA, LV, n. 8, ss. 10/4/1771

tradição ancestral[203], confinados à rua do Rato e de Jesus, dando nome ao bairro das olarias que vem representado na planta da cidade de 1780 [ver planta 3].

Sem dúvida alguma que a Ria, o mar, o comércio e os serviços solicitados pelos conventos delimitaram a funcionalidade da cidade. Neste último caso, as reflexões dum memorialista de Aveiro, nos inícios do séc. XIX, confirmam-no "*em todos os Conventos o tratamento era abundante, mas em S.Domingos excedia as necessidades de alimentação [...], sendo os sobejos para os pobres, além da comida que para eles especialmente se fazia, e para toda aquela gente das ruas de Jesus, Rato e Fonte Nova, que quase toda vivia à custa dos dois Conventos Dominicanos. Com efeito, ali vivia, o alfaiate, o barbeiro, o sapateiro, a lavadeira, a engomadeira, e enfim as serventes do Convento das Freiras, dos criados dos frades, havendo pessoas que eram exclusivamente sustentadas por uma daquelas casas religiosas*"[204].

[203] SILVA. Maria João V. Branco M. da - *Aveiro Medieval*.... o. c. , p. 109.
[204] NEVES. Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro* ... , o. c. , p. 275.

Cap. 4 - A ocupação do espaço

1 - Evolução e movimentos da população, ao longo do séc. XVIII

Este capítulo encerra o reconhecimento do espaço que nos propusemos estudar: espaço administrativo laico e religioso, o meio, o "sítio" de Aveiro e, finalmente, a ocupação humana deste espaço, no sentido de observar e compreender a trajectória que conduziu um efectivo a outro, ao longo do século XVIII. As mudanças, no volume e distribuição da população, serão factores condicionadores, quer do sector agrícola, áreas de produção e consumo, rendas, quer da formação dum mercado consumidor, conceito este que, relativamente à Provedoria, parece bem esclarecido "*a esta cidade [Aveiro] descem os povos circum-vizinhos [...] pelos rios Cértima, Alfusqueiro e Vouga em barcos e por estes levam os mesmos géneros com muito pouca despesa*"[1] .

A - O contributo dos "recenseamentos" ao longo do séc. XVIII

A forma mais directa de se conseguir uma ideia do movimento geral da população para um determinado espaço é recorrer a estimativas que, devidamente criticadas, cubram a época em estudo[2]. As dificuldades e incertezas na utilização de fontes "estatísticas", que no caso português só surgiram a partir de 1801[3], não invalida a possibilidade de estimar a evolução do quantitativo de cada paróquia, entre cortes cronológicos bem definidos. Romero de Magalhães utilizou pela primeira vez tal metodologia,

---

[1] AHMOP-JC-Cx. 8 - Carta de Correição de Aveiro, 11/11/1772.

[2] Este método foi utilizado, com sucesso por MAGALHÃES, Romero de - *O Algarve Económico, 1600-1773...*, *o.c.*, Livro I, " As Gentes", e, sobretudo, as notas desenvolvidas e apresentadas na sua tese de doutoramento, policopiada, em 1984.

[3] MATTOSO, José, dir- *História de Portugal-O Antigo Regime(1620-1807)*...., o.c., v.4, p. 49.

ultrapassando a perspectiva cepticista de muitos[4]. Da nossa parte, mais do que um cálculo global da Provedoria no conjunto do Reino, interessa-nos verificar a distribuição espacial da população, ritmos de crescimento regional e montante dos aglomerados.

Considerando, como unidade base, a paróquia, pusemos de lado fontes cujas contagens, globais, fossem de ordem administrativa, visto que, no caso da comarca de Aveiro, encontrámos freguesias retalhadas por múltiplas jurisdições, impedindo qualquer reconstituição fiável[5](ver cap. 1).

Para a Provedoria de Aveiro, seleccionámos as seguintes fontes: o recenseamento geral da população de 1801[6], as Memórias Paroquiais para 1758[7] e, para inícios do século, na impossibilidade de encontrar um documento abrangente para toda a Provedoria, utilizámos, para a Diocese de Aveiro e as poucas freguesias da Diocese de Viseu, os dados de Caetano de Lima para 1732[8], e para a Diocese do Porto os dados das Constituições Diocesanas de 1687[9].

Esta nossa opção não ignorou a variedade de fontes disponíveis, mas, ou por se tratarem de balanços parciais daquele espaço, ou de cronologias pouco fiáveis, desistimos de as utilizar. Neste último caso se

---

[4] MAGALHÃES. Romero de - *O Algarve Económico...* , o. c. , p. 19 a 21

[5] Tentámos fazer esta contagem, possível nas comarcas da Feira e na de Barcelos, mas na de Aveiro, a fragmentação extraordinária, por diferentes terras, que, por sua vez, partilham freguesias, impossibilitou tal reconstituição.

[6]SOUSA. Fernando de - *A população portuguesa nos inicios do séc. XIX..., o.c.,*. Este recenseamento foi publicado, duma forma sintética, em *Taboas Topograficas e estatisticas de todas as Comarcas de Portugal... com a população existente no ano de 1801*, in «Subsídios para a História da Estatística em Portugal»..., o.c. Agradecemos ao Sr.Prof.Doutor Fernando de Sousa o facto de nos ter fornecido os dados, detalhados, respeitantes às freguesias de toda a Provedoria.

[7] ANTT. MP 1758, +1 vols+2Supl+1 Indice. Estes 2 volumes suplementares seriam informações soltas de 1721 e 1732, que estiveram na base do *Dicionário Geográfico* do Padre Luis Cardoso. Baseado nestas Memórias Paroquiais o Padre Luis Cardoso, sob pseudónimo de Paulo Dias de Niza, publicou os dados em *Portugal Sacro-Profano*, 1º e 2º vols-1767, e 3. º vol. em 1768; este assunto foi esclarecido por CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - *Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII..., o.c.*, p. 93-130.

[8] LIMA, Luis Caetano de - *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa..., o.c.*. Romero de Magalhães pôs em causa os valores desta fonte, provando que, pelo menos, para o Algarve eles são datáveis de 1705, in *O Algarve Económico 1600-1773..., o.c.*,v. 2, p. 1072, nota III. Porém CARVALHO, Joaquim, PAIVA, José Pedro - *A Diocese de Coimbra no séc. XVIII. População, Oragos, Padroados e Títulos dos Párocos...*, o.c., p. 201, demonstram que aquela obra apresenta um elevado índice de concordância com outras fontes directas, mas mantendo presente que se poderia estar a incorrer num erro de 10 anos.

[9] *Constituições Diocesanas de D.João de Sousa*, 1735, contém os dados das *Constituições de 1687*. Preferimos estes dados visto os de Caetano de Lima não apresentarem coerência como demonstra a Dª Helena OSSWALD, na sua tese, a sair, "*Estruturas de família no Porto do Séc.XVII*".

insere a *Corografia do Padre Carvalho da Costa*, datada de 1707; por um lado, pelo menos no caso da comarca de Aveiro, confunde freguesias com jurisdições, quase parecendo que nunca a calcorreou, ao contrário do que afirma, isto é, o basear-se numa observação directa[10]. Na verdade, relativamente à cidade de Aveiro, repete os dados duma Memória de 1689[11] e, em relação às restantes freguesias da antiga Diocese de Coimbra, comparados com os róis de confessados, datados de 1709 a 1712, a Corografia subestima a população[12]. Entretanto, para finais do século, o chamado Censo de Pina Manique fornece igualmente dados importantes[13], mas preferimos as contagens do Recenseamento de 1801, que representa o início da época «estatística» em Portugal, até por incluir os chamados menores de 7 anos e não apenas as almas, como até então.

Além destas estimativas, existem contagens parciais que, por este facto, não foram, por ora, utilizadas. Para a Comarca da Feira encontrámos um manuscrito *"Descrição da Comarca Feira - 1801"*[14]. Trata-se, fundamentalmente, duma contagem de fogos e almas, prestando-se, sobretudo, a um levantamento sócio-profissional da população. Para a Diocese de Aveiro e ligada à sua criação, surge um Inquérito às freguesias em 1775, indicando apenas fogos[15].

Em suma, fizemos três cortes cronológicos: grosso modo, em inícios de XVIII, meados, e finais do século. Com estes dados, iremos ver, numa primeira fase, a evolução da população, baseada nos dados respeitantes a fogos, visto sabermos que a contagem, por almas, não corresponde a

---

[10] No entanto as tentativas feitas para a utilizaçao ao nível de grandes espaças administrativos como Províncias ou Comarcas têm, certamente, cabimento como fizeram HESPANHA, António - *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político...*, *o.c.*, ou ainda SERRÃO, José Vicente - *Demografia e Agricultura no Portugal do séc. XVIII...*, o.c., p. 7.

[11] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro de Pinho Queimado...*, *o.c.*, p. 89.

[12] Porém em CARVALHO, Joaquim, PAIVA, José Pedro - *A Diocese de Coimbra no séc. XVIII*. . . , o. c. , p. 197, demonstram o baixo índice de correlação com fontes altamente correlacionadas entre si, como sejam, das que nos interessam, as de 1758 e a *Geografia* de Caetano de Lima. Por outro lado, demonstram que a *Corografia* subestima a população, estando longe de apresentar dados, em primeira mão, e caindo na característica típica das aproximações grosseiras a 0 ou 5.

[13] Publicado por SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique...*, *o.c.*

[14] ANTT- Fundo do antigo AHMF, *"Descrição da Comarca da Feira-1801"*, por Columbano Pinto de Castro, publicada por AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801...*, *o.c.*

[15] GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no séc. XVIII, um inquérito de 22 de Setembro de 1775...*, *o.c.*

habitantes, mas sim a maiores de confissão de 7 anos, senão mesmo de 14, conforme o critério utilizado, nem sempre referido ou possível de comprovar[16]. A partir daqui, se farão algumas análises de avaliação dos montantes populacionais, densidade populacional por Km2, taxas de crescimento e de urbanidade.

B - O peso da Provedoria

As estimativas globais conhecidas e divulgadas, permitem algumas reflexões. Em primeiro lugar, podemos fazer uma estimativa do peso demográfico da Provedoria, ao longo do século. Apesar das falhas para algumas freguesias, calculámos as taxas de crescimento médio e, partindo dos dados completos do Recenseamento de 1801, aplicámos análises de regressão[17] que nos permitiram calcular, aproximadamente, em fogos, o peso da Provedoria na globalidade do Reino.

QUADRO 1

Estimativa do número de fogos, por análise regressiva

a partir dos dados de 1801

	1689/1732-1758	1758-1801	1692/732-1801
Taxa de crescimento[18]	0.10%	0.08%	0.10%
Número de fogos[19]	40 170	43 408	44 927
% do Reino[20]	7.3%	6.9%	5.9%

[16] Esta opção justificada foi tomada em SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano*, in "História de Portugal". . . o. c. , v. 4, p. 50 . Mas, naturalmente, o factor de maior peso é o facto de os quociente por fogo sofrer grandes variações, visto só em 1801 entrarem os menores de 7 anos, quando até então, apenas se referem «almas».

[17] NAZARETH, J.Manuel - *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p.166: a fórmula será, a partir da taxa de crescimento, tentar avaliar o montante da população alguns anos atrás, seja: log. número fogos conhecidos/número de fogos a saber = número de anos de diferença entre as duas datas. log (1+ taxa de crescimento entre as duas datas).

[18] Embora correndo riscos de crítica do método empregue, mas tendo em conta as fontes disponíveis, trata-se de taxa de crescimento média das diferentes taxas de crescimento por freguesias, de que se tem informação, ver Anexo 1.

[19] Conhecido o montante dos fogos para o ano de 1801, e as taxas de crescimento entre inícios do séc.XVIII e finais do século, ou meados(1758) e finais, pretende-se saber os de 1758 e 1689/1732, ou seja: para o ano de 1758 aplicou-se a seguinte: log : 44 927/Fogos de 1758=43 log(1+0.0008); para o ano de 1689/1732, naturalmente a taxa de crescimento entre aqueles anos extremos: log de 44 927 /fogos de 1689/1732=112 log(1+0.001).

[20] Este cálculo fez-se a partir das estimativas do número de fogos em Portugal, reconstituídos para 1732, 1760 e 1801 apresentados por SERRÃO, J. Vicent e- *O Quadro Humano*..., o. c., v.4, p. 51, quadro I.

A primeira conclusão a retirar é a perda de peso da Provedoria, relativamente ao montante dos fogos do Reino, ao longo de XVIII. Por outro lado, as taxas de crescimento dividem o século em duas metades, uma primeira de crescimento ligeiramente mais alto, enquanto a segunda metade um pouco inferior. Mas todo o século não ultrapassa a taxa de crescimento de 0.10% ao ano, muito longe da taxa para todo o Reino de 0.46%[21].

Esta estimativa, frágil, como se percebe, poderá ter uma outra abordagem. Calculámos por Dioceses, freguesias que pertenciam à do Porto (cerca de 68), e à de Aveiro (67 freguesias), das quais não possuímos dados em 1732 para 11 freguesias, e em 1758 para 3 freguesias, excluindo-as dos somatórios para 1758 e 1801[22], eliminando ainda as de Viseu com lacunas de dados (9 freguesias), e elaborámos o seguinte quadro:

QUADRO 2

Taxas de crescimento do número de fogos

por Dioceses

Diocese	Anos	NºFogos	Taxa de crescimento
Aveiro (57 freguesias)	1732/1801	18.902/ 20.978	0.15%
64 freguesias	1758/1801	20.578/ 22.497	0.20%
Porto (68 freguesias)	1687/1758	12.122/17.993	0.55%
	1758/1801	17.993/20.460	0.29%
	1687/1801	12.122/20.460	0.46%

Este quadro apresenta um ritmo de crescimento distinto entre as freguesias, no norte da Provedoria da Diocese do Porto, perto dos 0.5% para todo o século, próximo dos valores para o Reino, ou de algumas das suas províncias como o Algarve, onde os valores de 1672 a 1758 foram de 0.59%[23], e as que ficam a sul, na Diocese de Aveiro, de crescimento mais modesto. Estas apresentam taxas, perto dos 0.2%, aliás como já havia sido demonstrado num estudo sobre a Diocese de Coimbra de 1720 a 1798 (incluía mais de metade das freguesias de Aveiro até 1775, ver cap. I) que

---

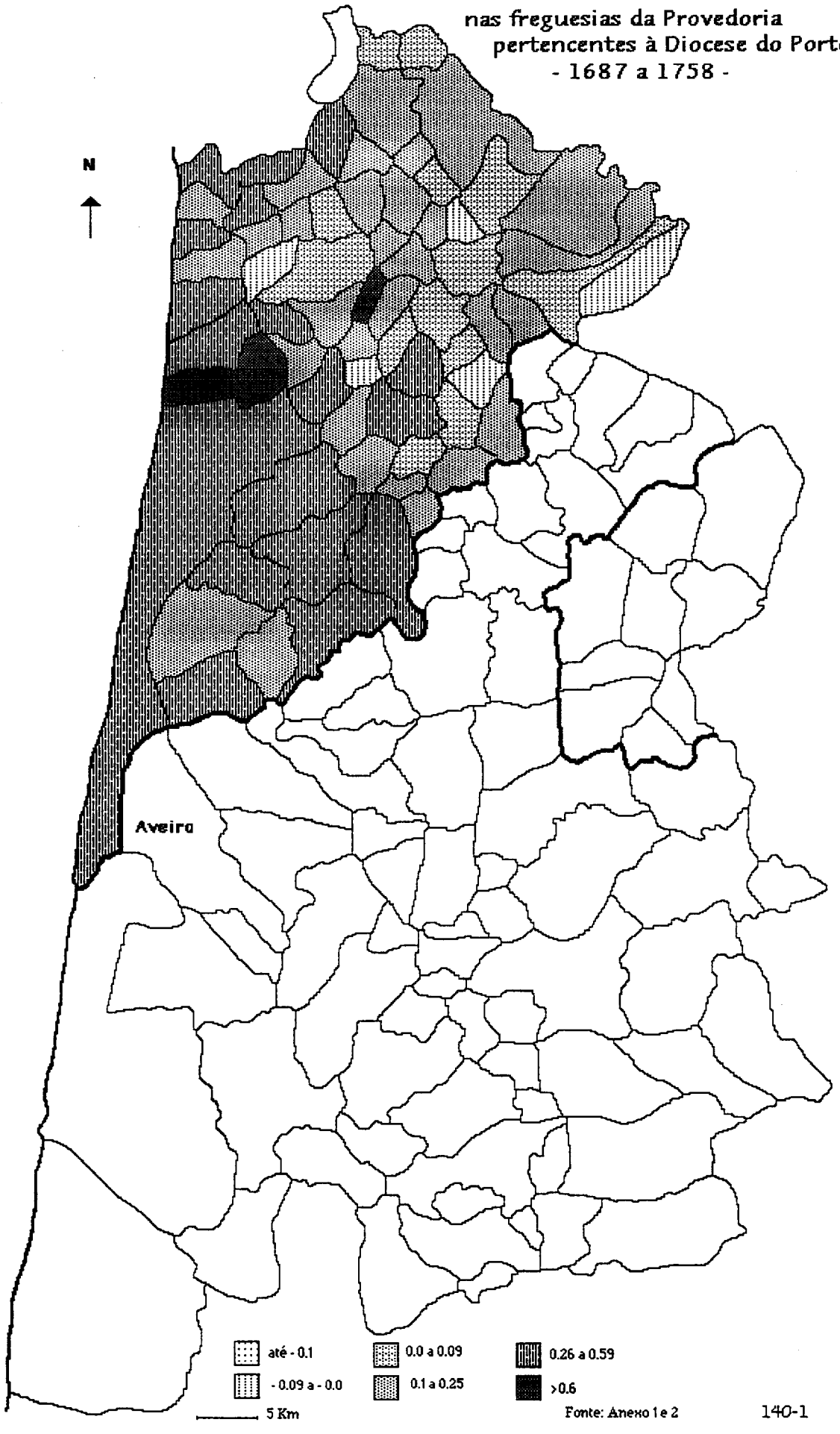
[21] Id. . *Ibid.* . p. 52.

[22] Para 1732. faltam as seguintes freguesias: Aradas. Aguada Baixo. Barrô. Cepelos. Eirol. Fermentelos. Frossos. Ois do Bairro. Oliveira do Bairro. Travassô. Vale Maior. Em 1758, faltam as de Eirol. Moita e Travassô.

[23] MAGALHAES. Romero - *O Algarve Económico...*, o. c. . p. 20.

MAPA 1

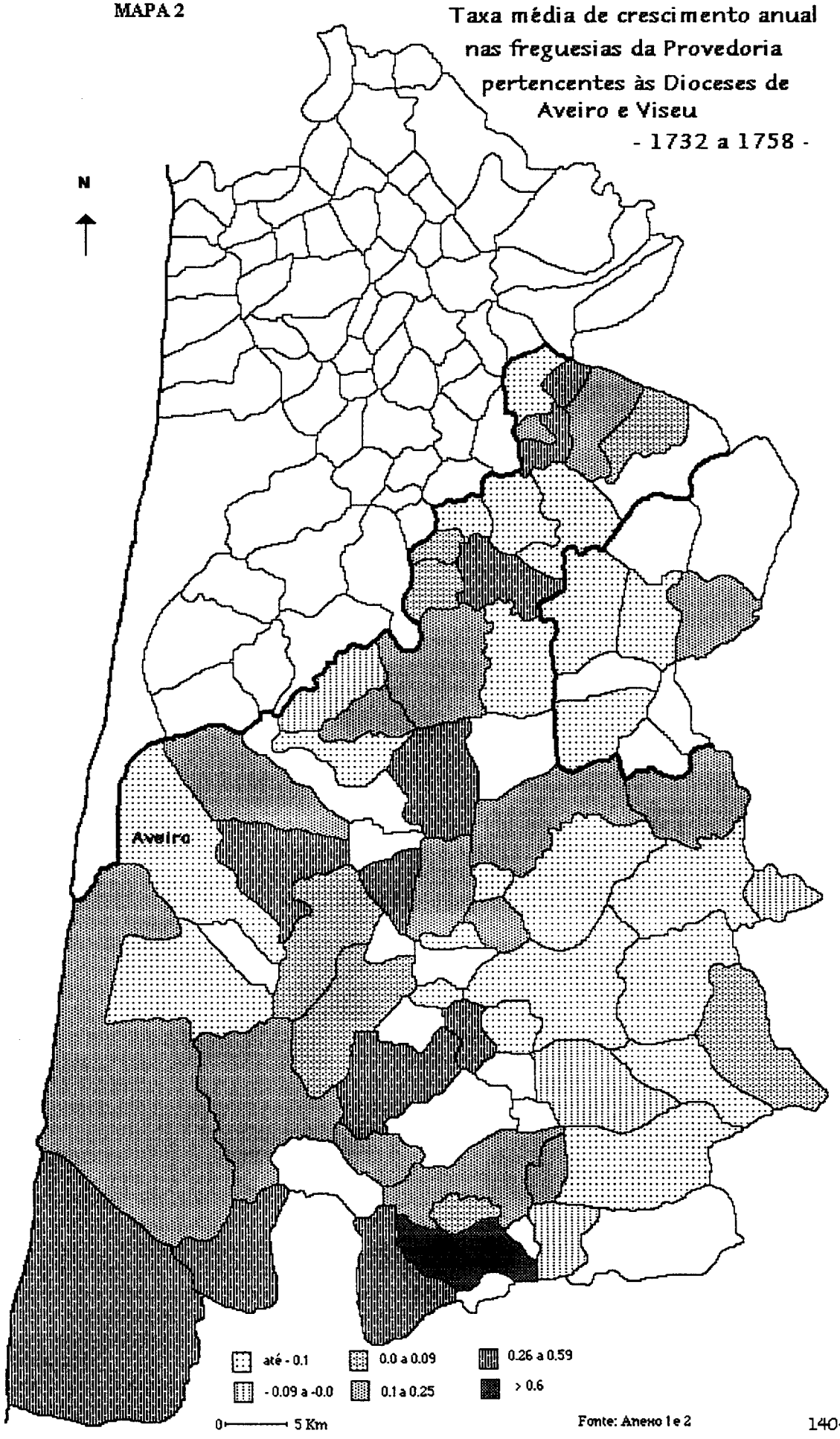
Taxa média de crescimento anual
nas freguesias da Provedoria
pertencentes à Diocese do Porto
- 1687 a 1758 -



MAPA 2

Taxa média de crescimento anual nas freguesias da Provedoria pertencentes às Dioceses de Aveiro e Viseu

- 1732 a 1758 -

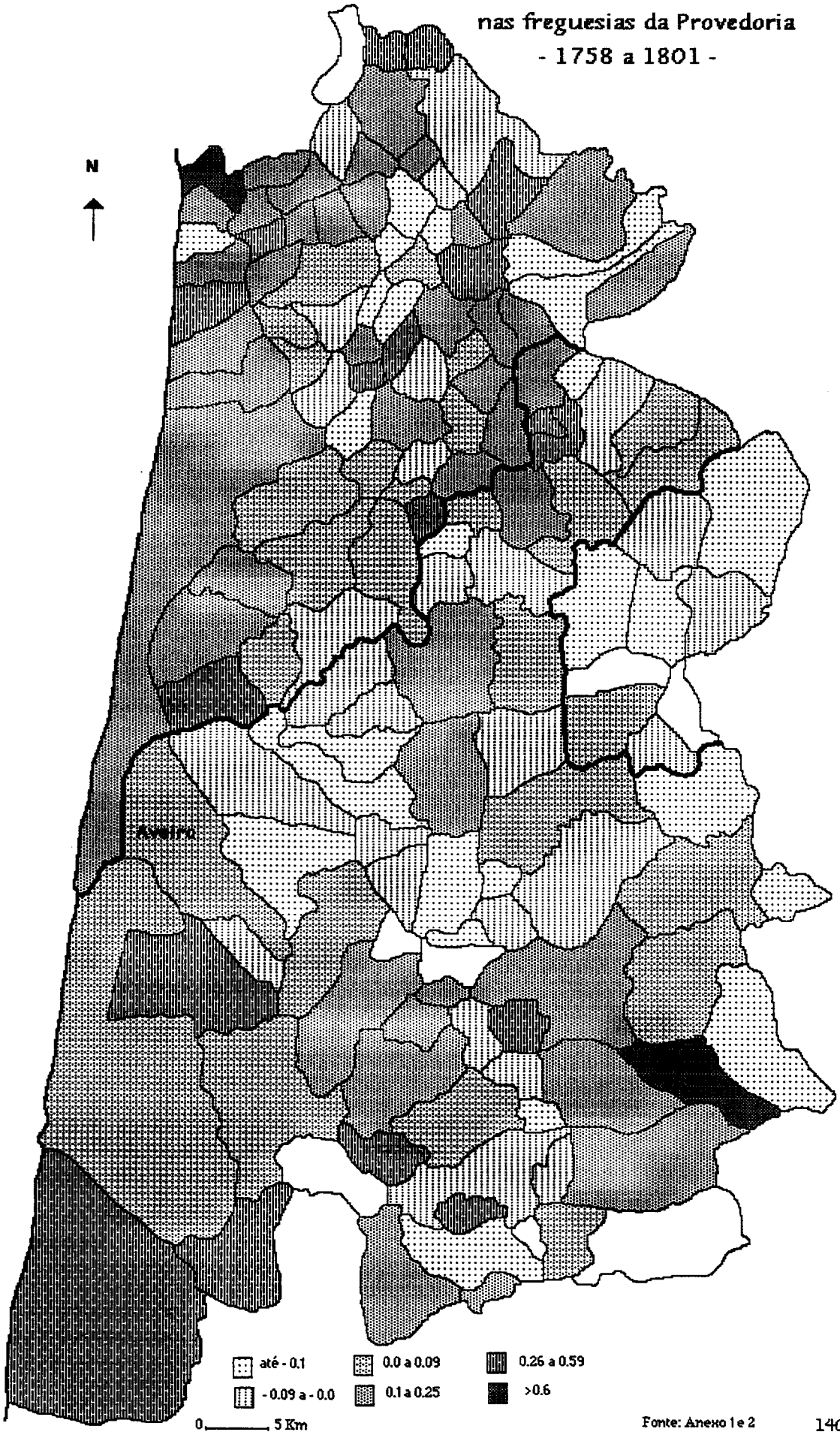


Fonte: Anexo 1 e 2

140-2

MAPA 3

Taxa média de crescimento anual nas freguesias da Provedoria - 1758 a 1801 -



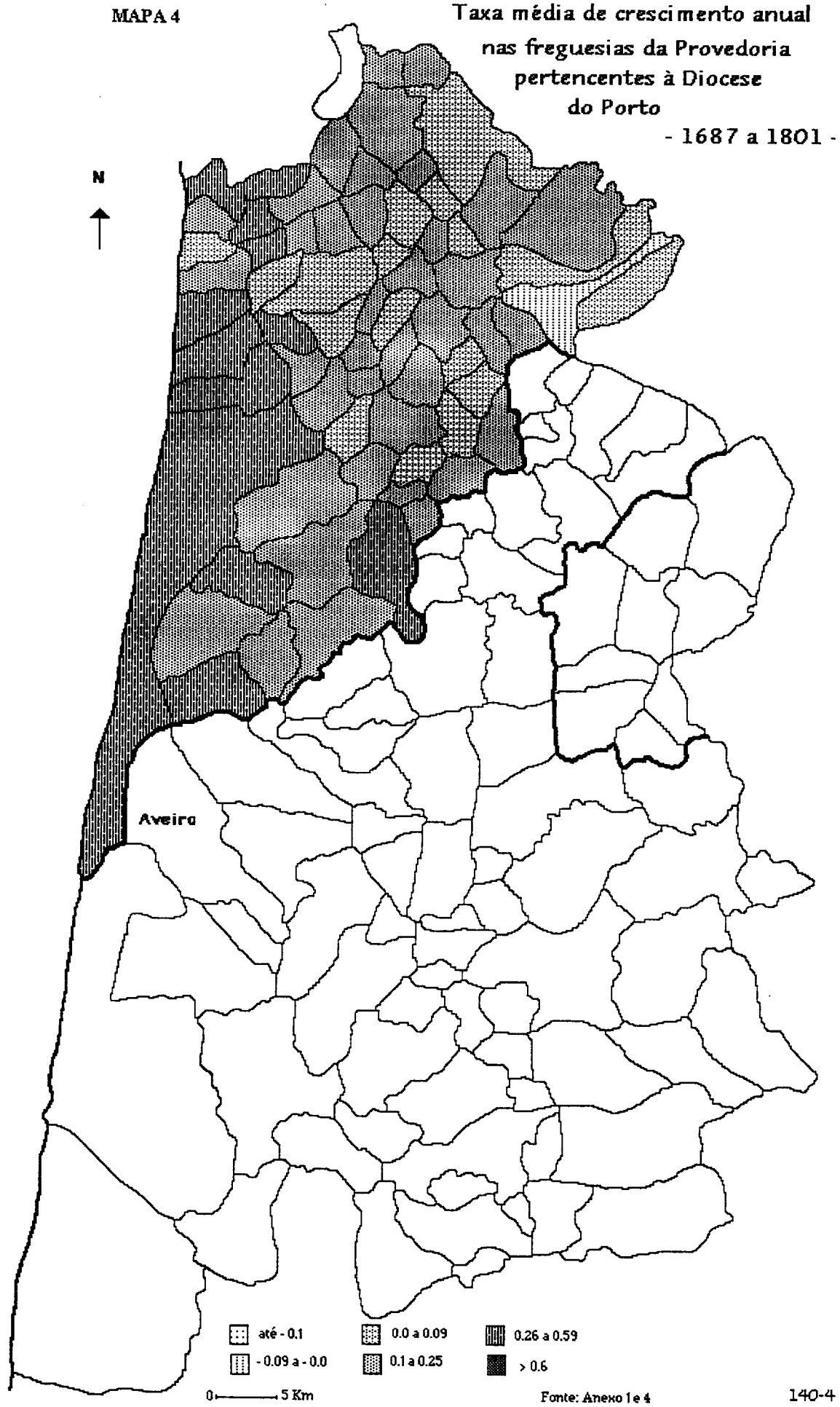
Fonte: Anexo 1 e 2

140-3

MAPA 4

Taxa média de crescimento anual nas freguesias da Provedoria pertencentes à Diocese do Porto

- 1687 a 1801 -



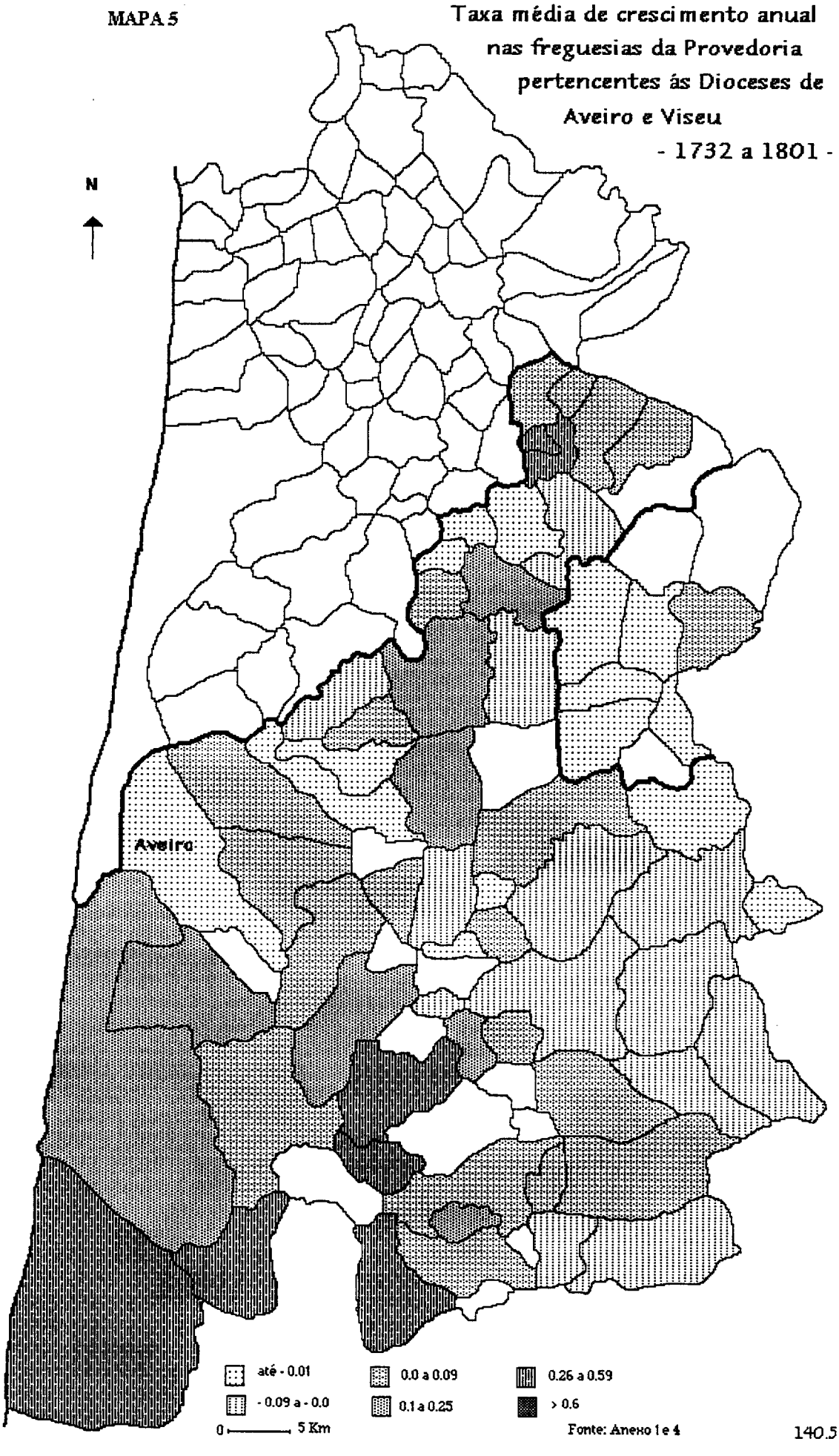
Fonte: Anexo 1 e 4

140-4

MAPA 5

Taxa média de crescimento anual nas freguesias da Provedoria pertencentes ás Dioceses de Aveiro e Viseu

- 1732 a 1801 -



Fonte: Anexo 1 e 4

apontava valores à volta dos 0.22% ao ano[24]. Estamos, assim, perante um espaço com diferentes ritmos de crescimento, mais lento a sul, enquanto que as freguesias da Diocese do Porto, embora diminuindo a sua taxa de crescimento, na 2ªmetade de XVIII, fizeram-no ao ritmo do Reino[25].

Porém, quando se entra na análise micro-regional, analisando e cartografando, em três cortes cronológicos, conformes às fontes disponíveis, as taxas de crescimento médio anual, podem fazer-se algumas constatações [ver Anexo 1 e mapas n.1, 2, 3, 4, 5] :

- as freguesias de crescimento negativo localizam-se, quase na sua totalidade, na Diocese de Aveiro e Viseu;

- as taxas mais altas, entre os 0.50% e os 0.93%, verificam-se, cronologicamente, entre 1758 e 1802;

- na Diocese de Aveiro, nota-se um interior em menor crescimento do que o litoral e o sul; mas, mais certo, é falar-se mesmo em crescimento negativo ou inferior a 0.1%, numa faixa horizontal que vai, desde Aveiro, no litoral, Cacia, Esgueira, Angeja, Frossos, Alquerubim, abrindo-se num ângulo agudo, desde Sever do Vouga até Agadão, para o interior, portanto. No litoral, Ílhavo, Vagos, Mira e Covão do Lobo não param de crescer;

- na Diocese do Porto, as taxas negativas, poucas, só na 2ªmetade do século e, sobretudo, para o interior (Lobão, Gião, Canedo);

- esta mesma Diocese, apresenta no seu litoral, uma tendência para acentuado crescimento, sobretudo entre 1687 e 1758, que se reflectirá, certamente, nas densidades, enquanto que, na 2ªmetade, há uma tendência para descida;

- Aveiro, marcada por um crescimento negativo ao longo do século, um pouco acima de 0 entre 1758 e 1801, não deixa de contrastar, vivamente, com freguesias, que, no litoral, a norte e a sul crescem fortemente, embora em três freguesias que lhe eram imediatamente próximas, como Esgueira, Cacia e Eixo, num raio de 10Km, aproximadamente, nunca se verifiquem taxas acima dos 0.09%.

---

[24]CARVALHO, Joaquim, PAIVA, José Pedro - *A Diocese de Coimbra...*, o. c., p. 209

[25] Este declínio verificou-se igualmente no Algarve, de forma mito mais acentuada, declinando de 1758 a 76 para 0. 06%, com ligeira recuperação até 1798, de 0.10%; in MAGALHÃES, Romero - O *Algarve Económico...*, o.c., p.20.

Resta saber quais os resultados deste crescimento na evolução das densidades, ou seja, número de fogos por Km2[26][ver Anexo 5 e mapas 6, 7, 8 e 9]. Fizemo-lo em quatro cortes temporais, visto que, para inícios do século, as fontes obrigaram-nos a distinguir a Diocese de Aveiro e Viseu da do Porto. Algumas constatações:

- os vales interiores e eixos de circulação parecem adensar o espaço, enquanto que, nas terras altas, para o interior, o homem rareia: veja-se as freguesias que acompanham a espinha dorsal que era a estrada real, os nós de Oliveira de Azeméis, Albergaria, Águeda, S.L.Bairro, e a diminuição da densidade para o interior;

- no litoral, verifica-se uma distinção: a norte de Aveiro, aumenta, significativamente, a densidade, enquanto, para sul, rareia, mantendo-se ao longo de XVIII;

- as maiores densidades deste litoral norte reflectem o crescimento vertiginoso numa faixa entre Anta e Ovar, e noutra que lhe é paralela: Murtosa, Bunheiro, Pardilhó, Souto e S.Vicente da Pereira, atestada por sucessivos conflitos de jurisdição (ver cap.1);[27]

- a freguesia de Anta adensa-se, vertiginosamente, ao longo do séc.XVIII, justificada pela comunidade de pescadores que, na costa, em Espinho, se terão instalado em finais de XVIII[28], senão mesmo, já no 3°quartel, visto o *"Mapa Topográfico da Barra, Rios e Esteiros da Cidade de Aveiro... , 1778"* [ver Anexo cartográfico, carta n.4], indicar, na Costa de Anta, aquele povoado;

- para sudeste de Aveiro, apenas médias densidades em Eixo, Requeixo, Oiã e Oliveira do Bairro; entre 1758 e 1801 as únicas freguesias que, até então, contrastavam com as baixas densidades de Aveiro para este,

---

[26] As áreas utilizadas para o cálculo das densidades foram obtidas no Anexo à *Carta Administrativa de Portugal*, Secretaria do Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Lisboa, 1986, Distrito de Aveiro, p. 11.

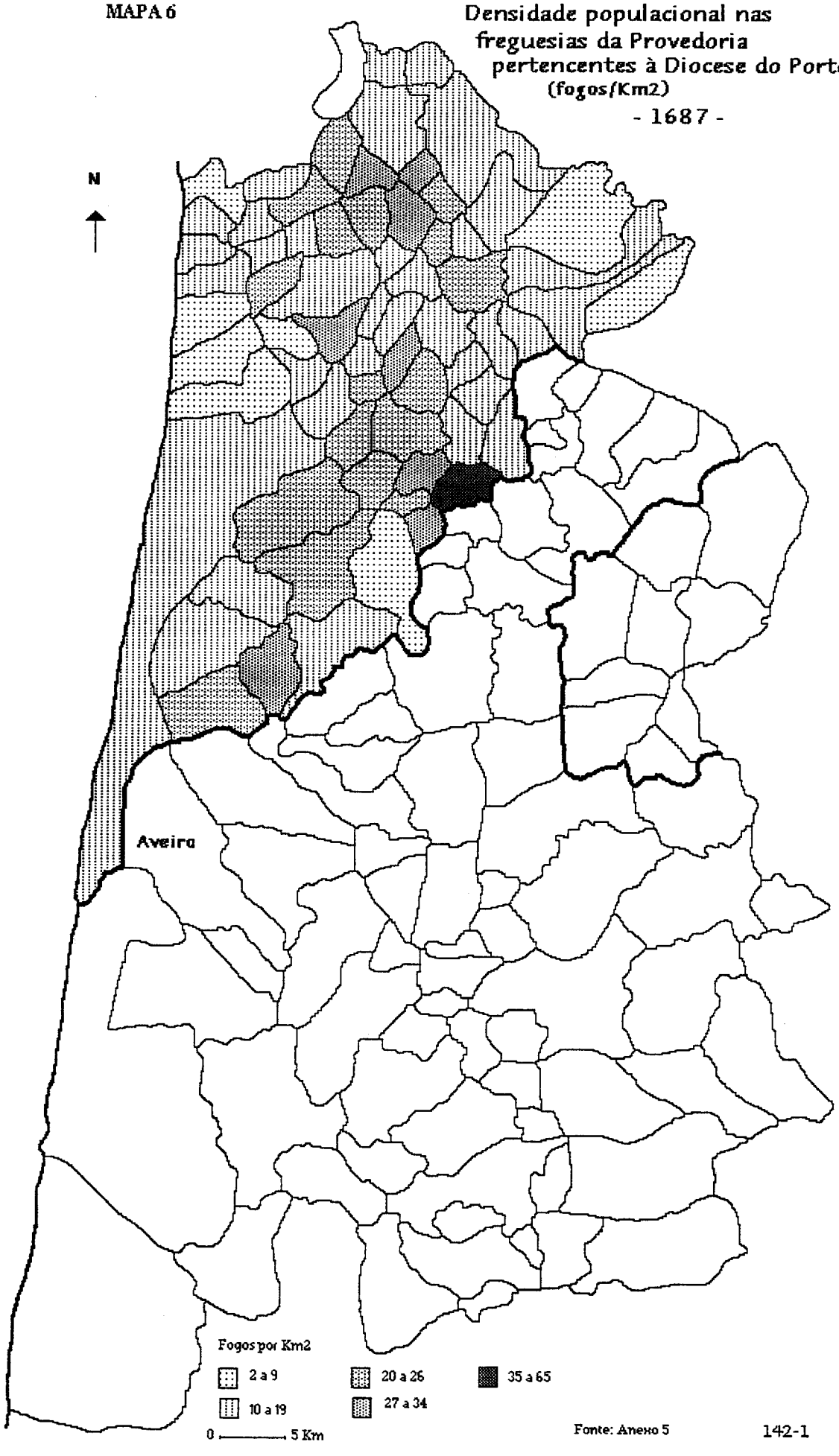
[27] Ver Cap.1. Desde meados do séc. XVI que se verificavam conflitos de ordem administrativa, laica ou religiosa, entre Cabido do Porto e os seus territórios em Ovar, Válega, Beduído; no séc. XVII com Arada, Maceda e Cortegaça, como se lê em LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar..o.c.*, v.1, p. 80.

[28] Informação in AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801...*, o.c., p.267: « *fica neste sítio a Costa de Espinho em que trabalhão de Verão, e de Inverno, quando o mar o permite, muitas campanhas de pescadores*».

MAPA 6

Densidade populacional nas freguesias da Provedoria pertencentes à Diocese do Porto (fogos/Km2)

- 1687 -



Fonte: Anexo 5

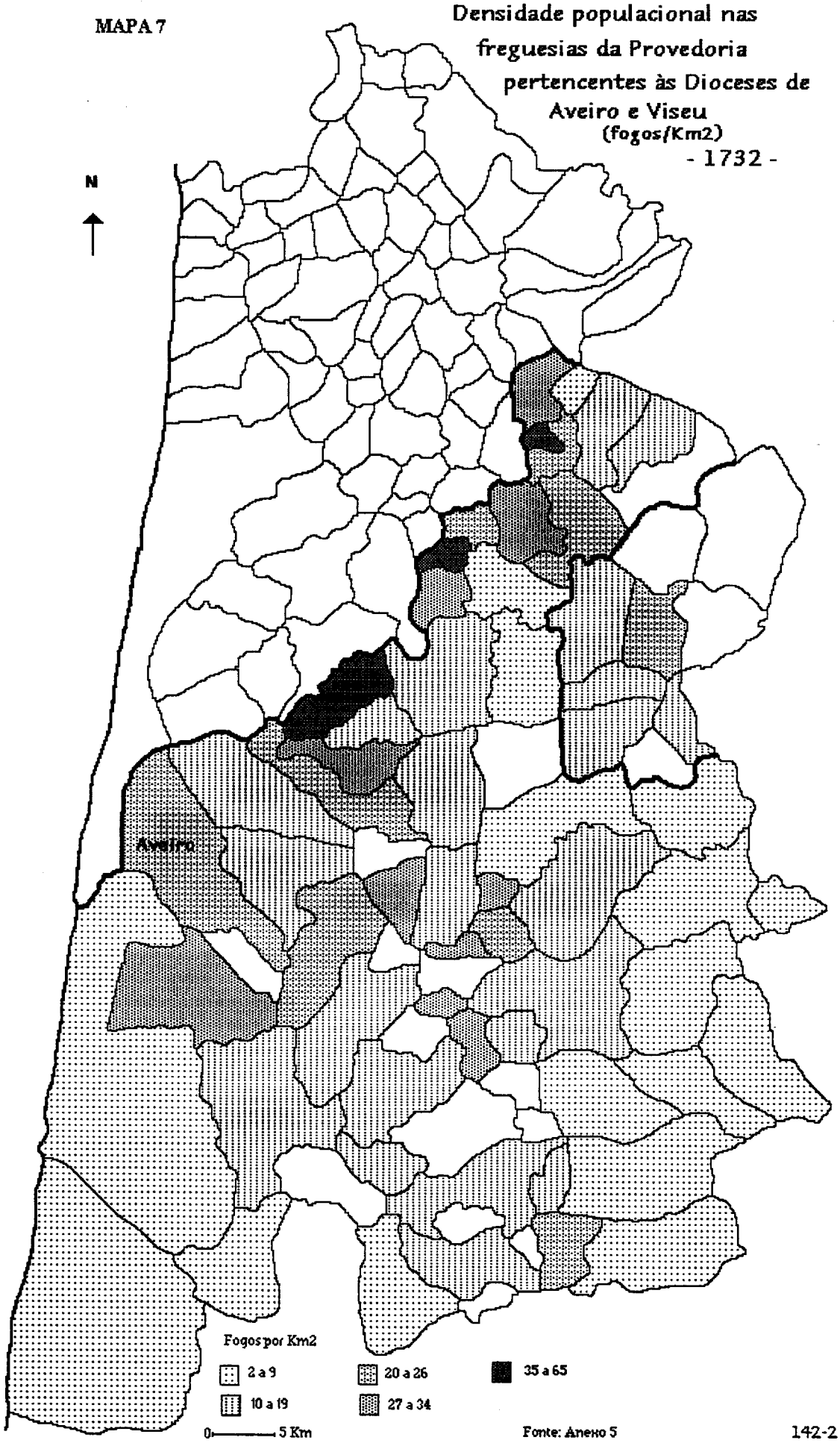
142-1

MAPA 7

Densidade populacional nas freguesias da Provedoria pertencentes às Dioceses de Aveiro e Viseu

(fogos/Km2)

- 1732 -



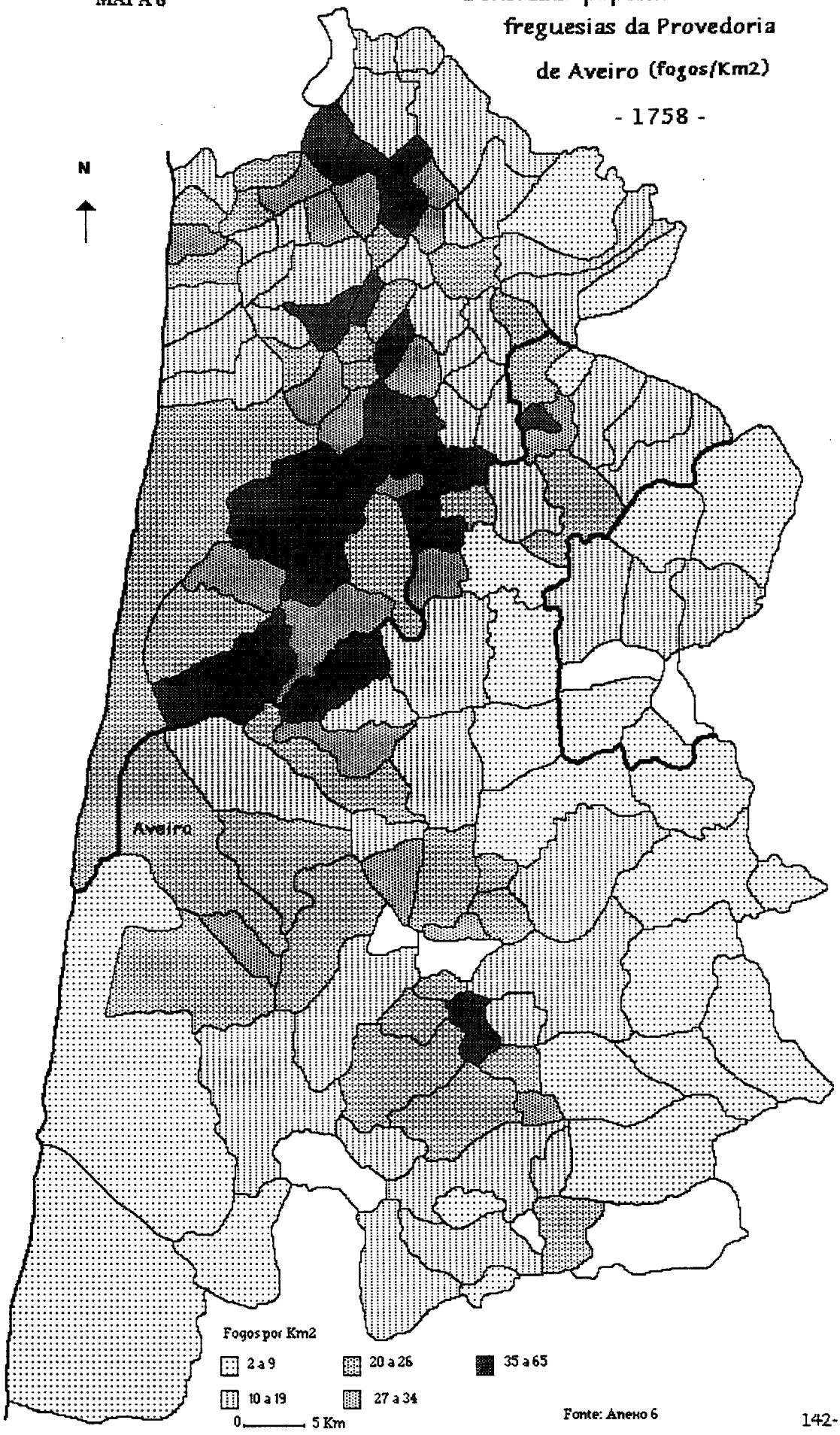
Fonte: Anexo 5

142-2

MAPA 8

Densidade populacional nas freguesias da Provedoria de Aveiro (fogos/Km2)

- 1758 -



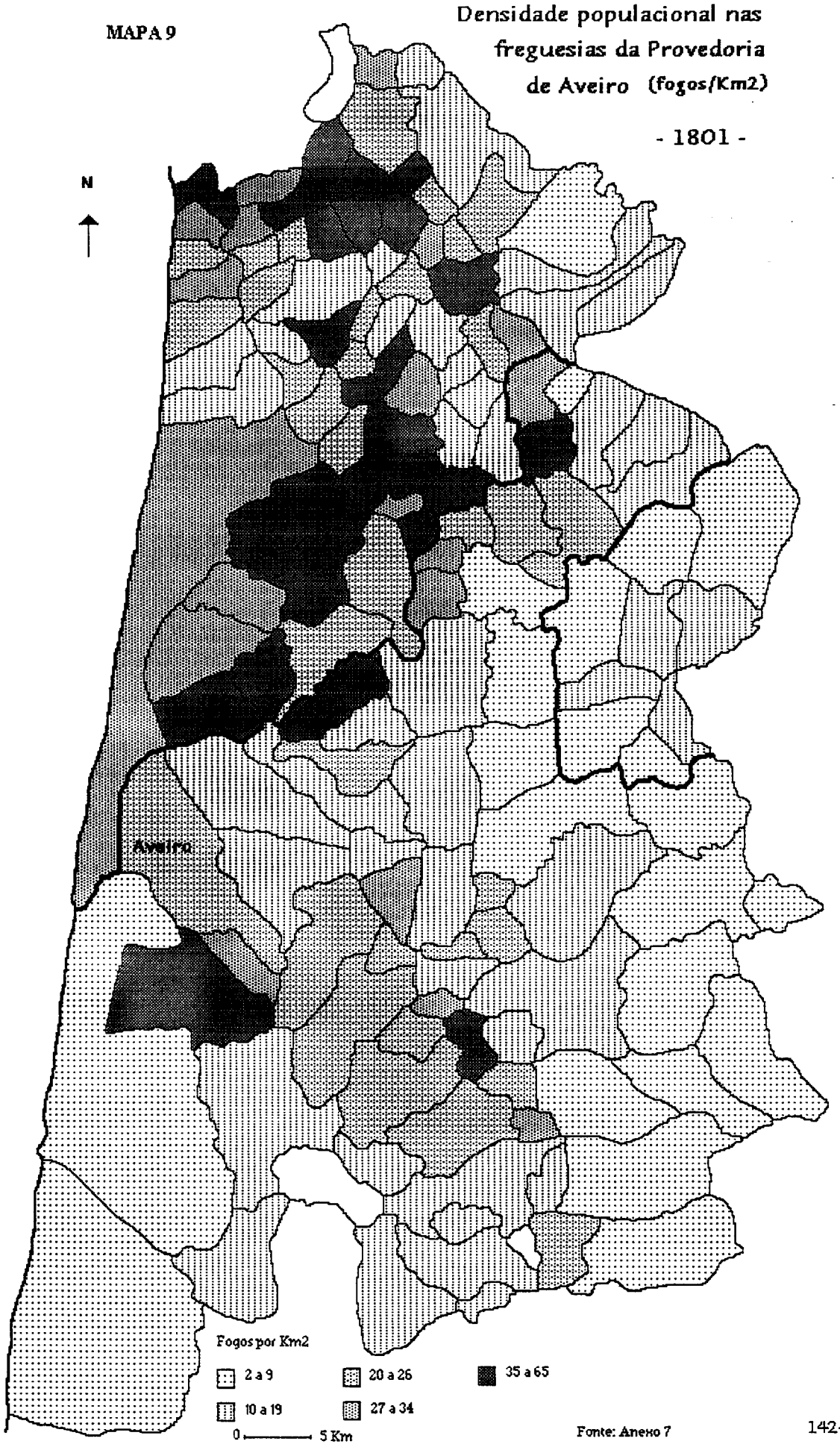
Fonte: Anexo 6

142-3

MAPA 9

Densidade populacional nas freguesias da Provedoria de Aveiro (fogos/Km2)

- 1801 -



Fonte: Anexo 7

142-4

esvaziaram; eram as de Esgueira, Angeja e Fermelã, resultado do crescimento negativo como se viu atrás;

- imediatamente a norte e a sul de Aveiro, as densidades aumentam, espectacularmente, ao longo de XVIII, como em Ílhavo, Ovar e Murtosa; porém, se mais para norte se mantêm essas densidades, para sul e interior, mantêm-se as baixas densidades;

- parece poder-se estabelecer, dentro da Provedoria, um limite entre uma área de densidades acima dos 20 fogos/Km2, em forma de ângulo rectângulo, cujo vértice recto se encontra em Vila Chã de Cambra, para norte, ligado a Crestuma, e, para oeste, à Murtosa; é esta a área mais densa, no prolongamento das altas densidades do norte[29].

Em suma, tendo em conta a incidência das taxas de crescimento e a densidade populacional, podem-se colocar alguns problemas a que o capítulo seguinte tentará dar resposta:

- o maior crescimento dá-se em zonas de grande densidade; no entanto, em resposta a este facto, nota-se a ocupação de áreas litorais, arenosas, sobre as quais, certamente, haverá um grande investimento humano; no entanto, a velocidade de ocupação dessas areias seria muito mais rápida a norte do que a sul do Vouga;

- o vale do Vouga, a contar de Aveiro, mantém a sua densidade baixa, ao longo do séc. XVIII, entre 10 a 26 fogos/Km2, graças a baixas taxas de crescimento, senão mesmo negativas, indicando um certo bloqueamento demográfico.

C - Hierarquia da rede urbana

Ao colocar-se, aqui, esta questão, naturalmente que estamos a adoptar um critério quantitativo de população urbana. Os critérios que distinguem população urbana de rural variam e todos eles são discutíveis[30].

---

[29] SERRÃO, Vicente Jorge - *O Quadro Humano...*, o. c. , p. 55

[30] Além dos critérios quantitativos, que se adoptaram no nosso caso, e como se lê a seguir, junte-se: o aspecto urbano da aglomeração, a existência dum centro, modo de vida e comportamento social, dependência alimentar do exterior, funções governamentais e religiosas: BAIROCH, P., BATOU, J, CHÈVRE, P.- *La population des villes européenes de 800 à 1850..., o.c.*, p.300. A definição de

Do ponto de vista teórico, existe um consenso à volta da noção de urbano/cidade: tamanho do aglomerado, concentração de habitações, domínio de actividades não agrícolas. Em termos práticos, quando se trata dum grande conjunto geográfico, acaba por se reter apenas a noção de tamanho, partindo do princípio que existe uma excelente relação entre aquele e a densidade[31]. A realidade é bem mais complexa, porque, no nosso caso, estamos a lidar com freguesias, cujo montante resulta do somatório de habitantes distribuídos por um núcleo, sede da freguesia e um conjunto de lugares dispersos. Porém, na impossibilidade de fazer distinções mais finas, toma-se o critério, comum a outros estudos europeus[32].

Fernando de Sousa havia feito algumas propostas, com base no recenseamento de 1801, de que destacamos o critério utilizadao - população que habitava freguesias com mais de 2000 habitantes, ou então, com mais de 5000 habitantes[33]. Vejam-se os seguintes quadros:

QUADRO 3

População de freguesias com mais de 2000 habitantes em 1801

Comarcas	População	Percentagem%	População Total
Aveiro	44.172	48.2%	91.559
Feira	18.740	26.4%	71.114
Total	62.912	38.6%	162.673

Fonte: SOUSA, Fernando de - *A população*...o.c.

QUADRO 4

População de freguesias com mais de 5000 habitantes em 1801

População Total	População	Percentagem %
162.673	18.074	11.1%

Fonte: SOUSA, Fernando - A *População* ...o.c.

espaço urbano torna-se mais pertinente e difícil, quando se trata de pequenas cidades. Para a sua abordagem revela-se fundamental o trabalho: POUSSOU,J.P., LOUPÈS, Ph, dir. - *Les petites villes du Moyen Age à nos jours*..., o.c. Entretanto, uma reflexão pioneira havia sido feita por GODINHO, V.Magalhães - Estrutura da antiga sociedade portuguesa..., o.c., p.26 e segs.: "*o que deve considerar-se 'cidade' tem variado consoante as épocas, embora haja sempre que atender a um duplo critério - numérico e funcional - para a distinguir da 'vila' e da 'aldeia'* "

[31] BAIROCH, P., BATOU, J, CHÈVRE, P.- *La population des villes européenes* ..., o.c., p.289.

[32] Id., *Ibid.*

[33] SOUSA, Fernando - *A população nos inícios do séc. XIX*, ...o.c., p. 180.

Comparando estas percentagens com os cálculos conhecidos para a Europa, dir-se-á que os núcleos com mais de 2000 habitantes representam 38.6% da Provedoria, ou seja, bastante acima da percentagem da população urbana para 1800, de 15.5% ou 17.5%[34]. Espanta, igualmente, a altíssima percentagem da comarca de Aveiro, de mais de 48%. Porém, quando cruzamos estes dados com as densidades populacionais, verificamos que se trata de freguesias de baixas densidades, por se tratarem de áreas consideráveis.

Mas, quando o critério mínimo são os 5000 habitantes, a percentagem da Provedoria situa-se próxima dos 12.1% ou 13.8% apontados para Europa[35], bastante abaixo dos 14.9% para Portugal[36].

Porém, adoptando-se o critério de 1000 fogos[37], apenas cinco freguesias ultrapassam tal cifra: Aveiro, Murtosa, Mira, Ílhavo e Ovar somam cerca de 18.4% dos fogos, dentro da média conhecida para o Reino, 18.2% naquela data, e mesmo próxima dos níveis europeus[38]. Veja-se o quadro seguinte:

QUADRO 5

Freguesias acima dos 1000 e 1300 fogos em 1801

Freguesias	Nºfreguesias	Nºfogos	Percentagem%	Total fogos
+1000 fogos	5	8.169	18.4	44.192
+1300 fogos	2	4.848	10.9	mesmo

Fonte: SOUSA, Fernado de - *A população...*, o.c.

[34] O primeiro valor de 15.5% aparece em BAIROCH, Paul - *De Jericho à Mexico..., o.c.*, p. 284. Contudo, noutra obra de que é um dos autores, apresenta a percentagem de 17.5, como se lê em BAIROCH, P., BATOU, J, CHÈVRE, P.- *La population des villes européenes de 800 à 1850...*, o.c., p.255.

[35] BAIROCH, Paul - *De Jericho à Mexico..., o.c.* p.284, indica os 12.1%, enquanto na outra obra sobe para os 17.5% BAIROCH, P., BATOU, J, CHÈVRE, P.- *La population des villes européenes de 800 à 1850...*, o.c., p.255

[36] SERRÃO, Vicente Jorge - *O Quadro Humano...*, o. c. , p. 63.

[37] Este critério foi utilizado em Id. *Ibid.* , p. 61.

[38] Id. , *Ibid.* , p. 62.

Como se pode ver, quando o limite aumenta para os 1300 fogos, dá-se um afastamento das taxas de urbanidade europeias e mesmo da média nacional, de 14.9%[39].

Uma apreciação do mapas e quadros relativos à distribuição dos fogos, em seis classes, ao longo do séc.XVIII, aponta alguns aspectos [ver mapas n.10, 11, 12 e 13]. Sobressai um grande desequilíbrio da malha urbana, verificando-se uma multiplicidade de pequenas e médias aglomerações a norte, enquanto a sul, sendo de maior dimensão espalham-se por uma enorme área. Melhor dizendo, as freguesias que correspondem, grosso modo, à Diocese do Porto, embora modestas em volume, adensam-se, pressupondo e justificando as maiores taxas de densidade demográfica da Provedoria. Em contrapartida, para sul e este duas realidades: no litoral multilicam-se os maiores aglomerados, ao longo do litoral (Mira, Ílhavo, Aveiro, Murtosa e Ovar), onde as baixas altitudes permitem a concentração; para o interior os núcleos são modestos e rareiam

Interessa, no entanto, associar um outro dado que, mesmo para os contemporâneos, definia um centro urbano: a densidade e aglomeração. Em termos de densidade daquelas 5 freguesias, apenas a Murtosa, Ílhavo e Ovar apresentam densidades elevadas, num ritmo crescente, ao longo do séc.XVIII. Mira, apesar do seu volume, mostra grandes espaços vazios, de tardia ocupação. Aliás, só na carta de 1813, do engenheiro Luis Gomes de Carvalho, se faz referência e se inscrevem os "palheiros de Mira" [ver Anexo documental, carta n.9]. Esta franja arenosa, a sul de Aveiro, só mais recentemente, deu origem às grandes aldeias-ruas que a cartografia bem representa[40].

Ainda em termos de densidades, sobressaem Oliveira de Azeméis, S^{a}Maria de Ul, e Codal, freguesias acima dos 50 fogos/Km2. Porém, se se acrescentarem descrições de algumas aglomerações insertas nas Memórias

---

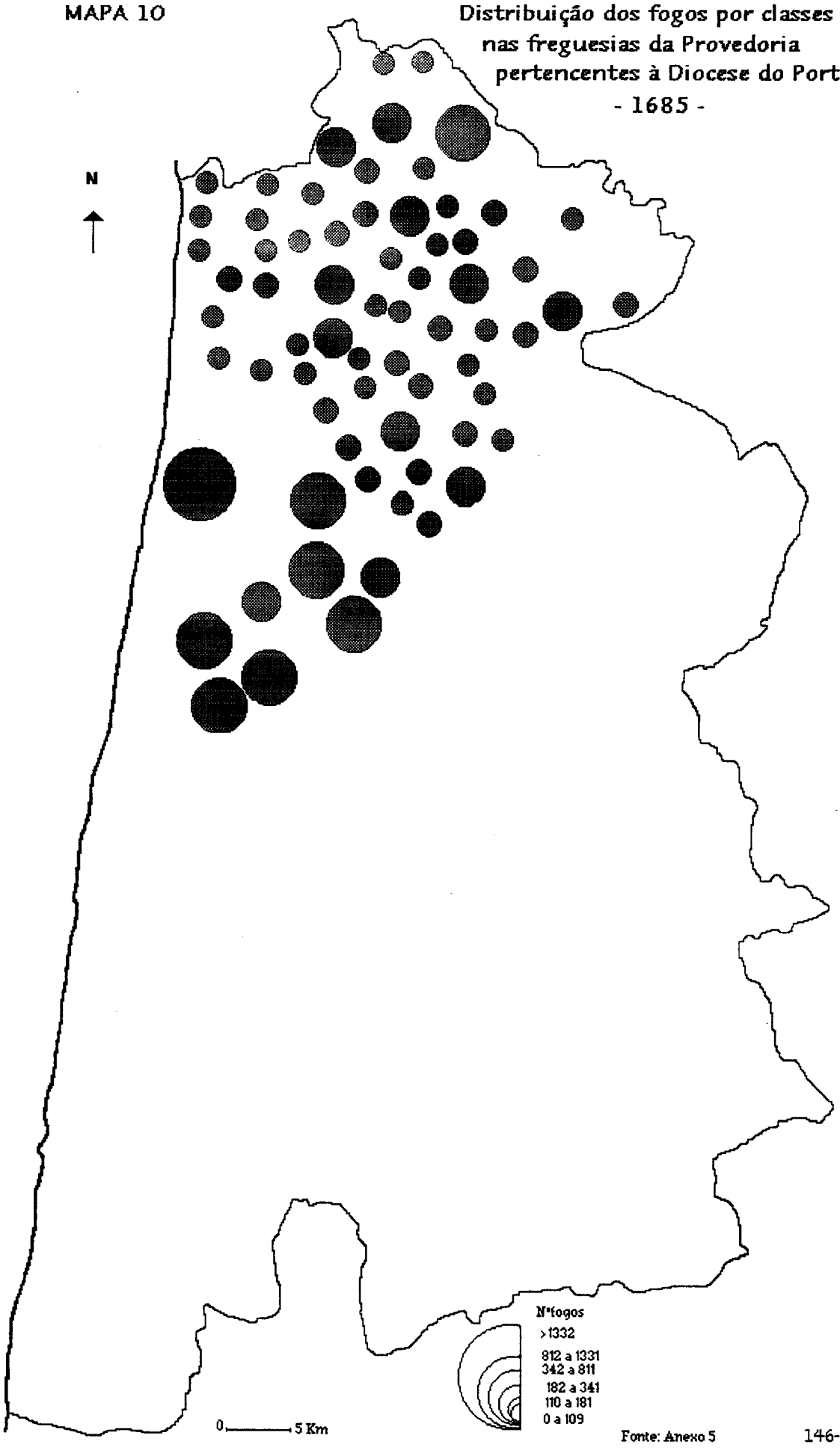
[39] Id., *Ibid.*, p.62. Na pág.65, mapa 4. EIXO vem representado como aglomerado constituído por 1300 a 2499 fogos. Acontece que aquele montante corresponde, não à freguesia que era de 817 fogos, mas ao Almoxarifado de Eixo, que compreendia as freguesias de Ois da Ribeira (partilhada com a comarca de Aveiro), S.Lourenço do Bairro (parte), Águeda (parte), Vilarinho do Bairro, Recardães (parte), Alquerubim (parte), Soza (parte), Eirol (parte), Requeixo (parte), Fermentelos, Ois da Ribeira, Espinhel. Se se somar o número de fogos das freguesias que pertencem totalmente ao Almoxarifado, o resultado é de 1799 fogos, logo, dentro daquele limite, acima dos 1299 fogos (ver Anexo 7).

[40] Entre outras cartas, IGC-Carta de Portugal 1:100 000, Aveiro, fl. 16. Sobre a distribuiçao da população vimos DAVEAU, Suzanne et alii - *Geografia de Portugal...o.c.*, v.3, p.742 a 744.

MAPA 10

Distribuição dos fogos por classes nas freguesias da Provedoria pertencentes à Diocese do Porto

- 1685 -

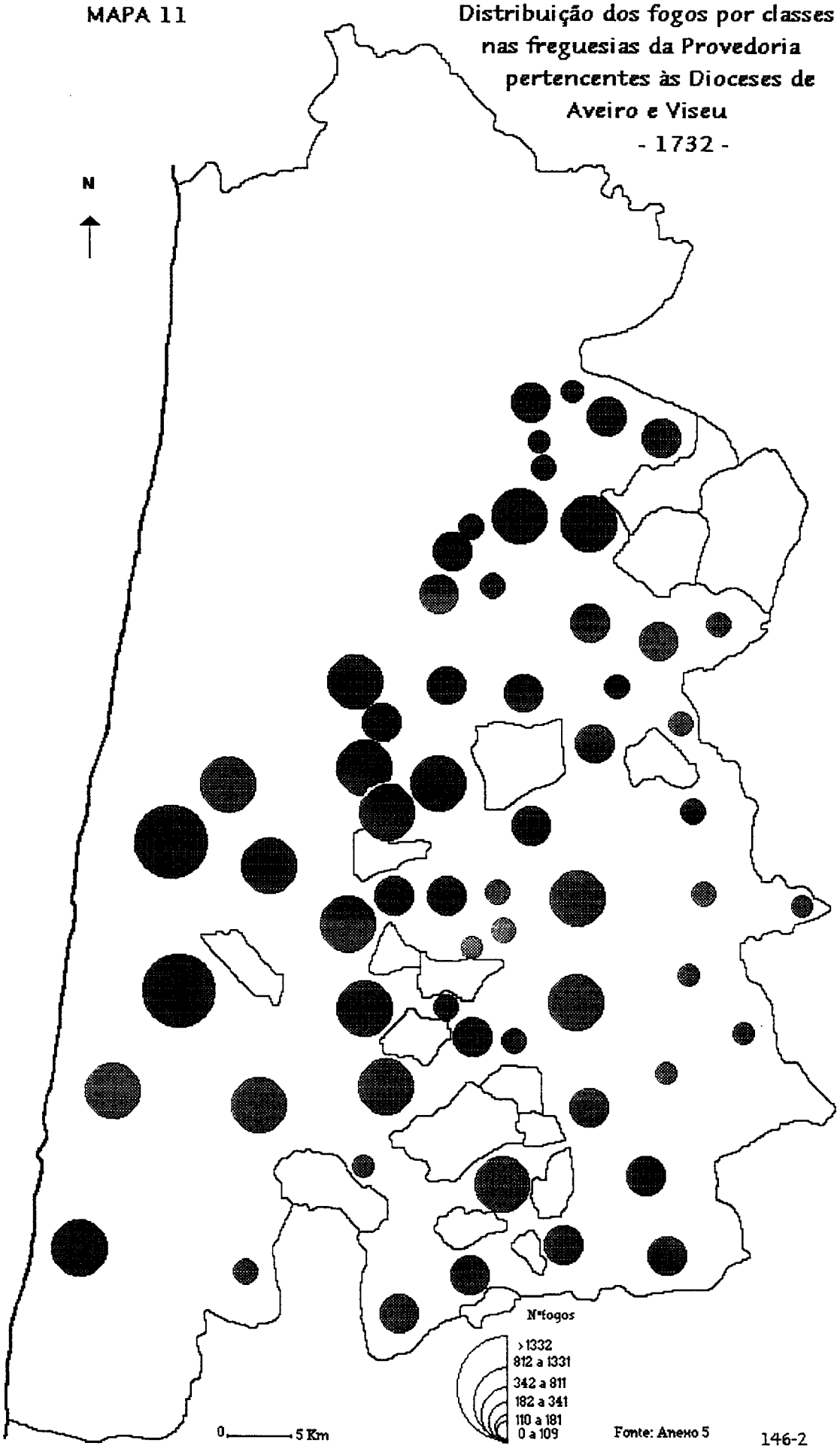


Fonte: Anexo 5

MAPA 11

Distribuição dos fogos por classes nas freguesias da Provedoria pertencentes às Dioceses de Aveiro e Viseu

- 1732 -

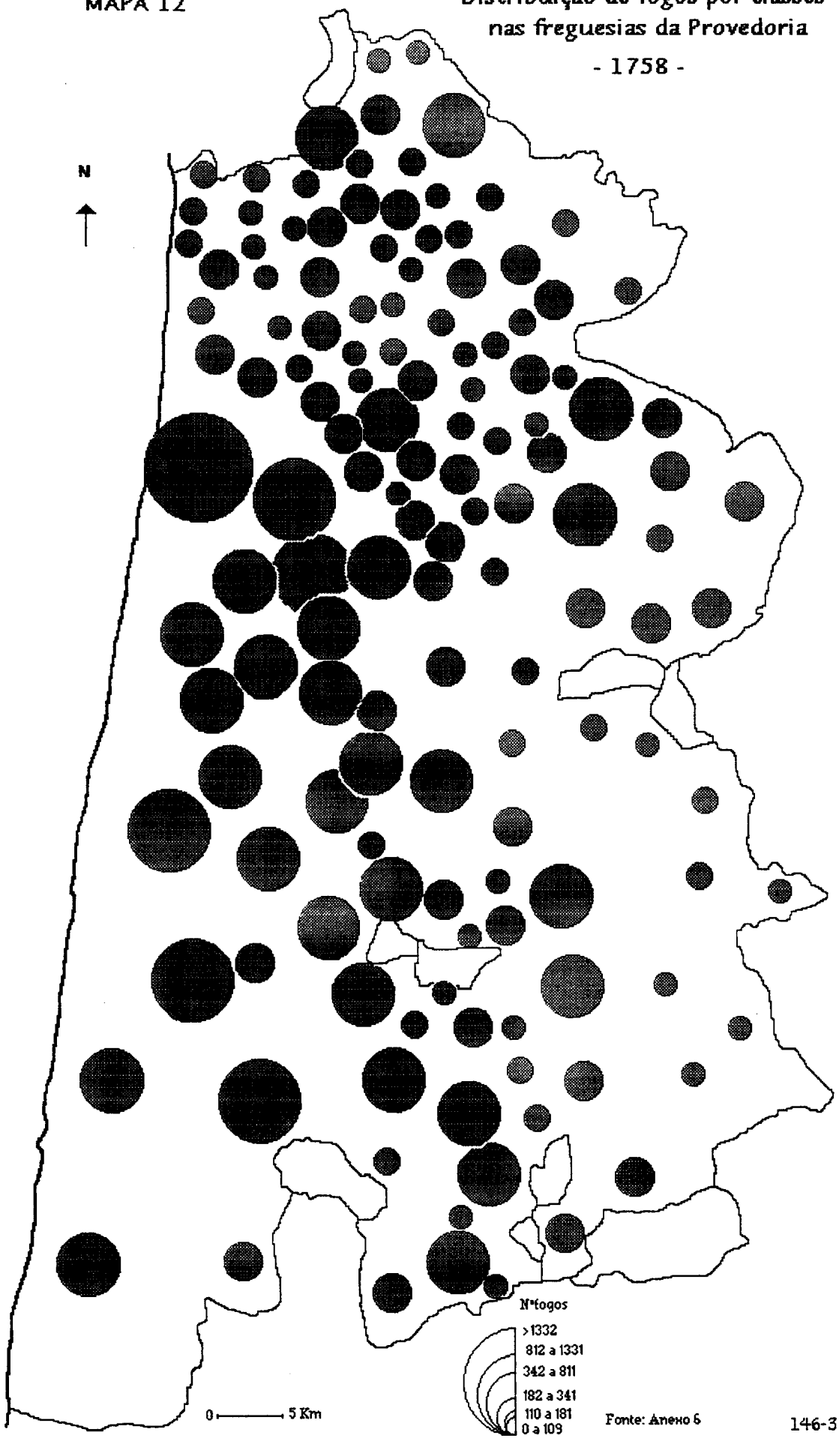


Fonte: Anexo 5

MAPA 12

Distribuição de fogos por classes nas freguesias da Provedoria

- 1758 -

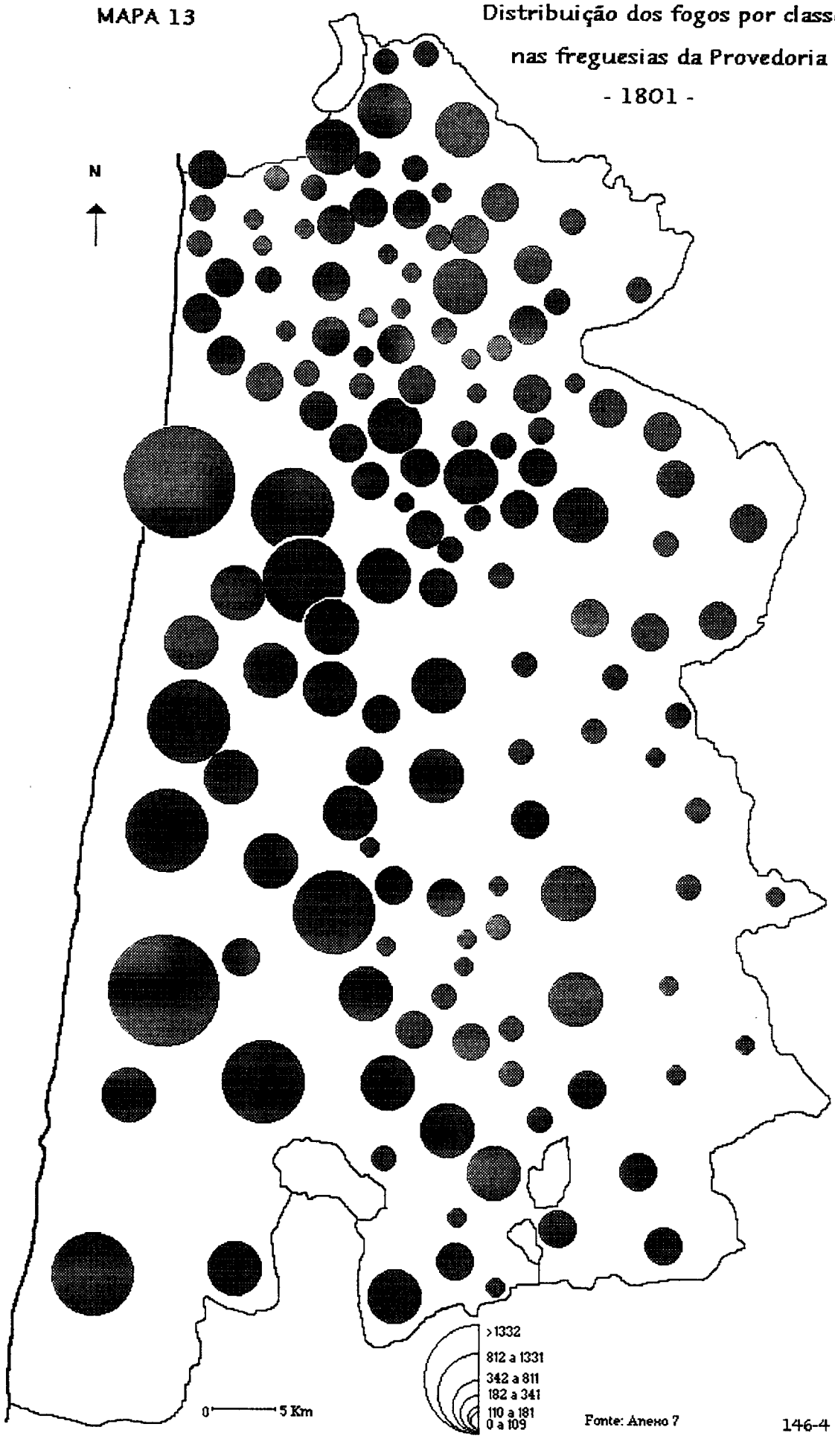


Fonte: Anexo 6

MAPA 13

Distribuição dos fogos por classes nas freguesias da Provedoria

- 1801 -



Fonte: Anexo 7

Paroquiais, pode-se atingir outros aspectos. Por exemplo, Ílhavo, com os seus 1023 fogos em 1758, mais de 5000 almas, *"tem alguns edifícios de distinção, mas poucos; [...] quase no meio da vila fica a praça pública, bastante pequena para o tráfico das gentes e comerciantes que a ela concorrem»*[41]. A praça ou a rua parecem ser os factores determinantes duma certa urbanidade ou não.

Se em Aveiro, como já vimos (cap. 3), era o canal a ordenar, em Oliveira de Azeméis era a "rua" que *"se dilata por ambos os lados, formada por 150 moradas de casas [...] com um largo que serve de ostentar às vezes os ensaios da Milicia em seus alardos". "Pelo meio corta a estrada real de Lisboa e Porto". "Do mais alto da freguesia se avistam 20 freguesias, entre as quais 20 vilas [...]; vêm-se 4 bispados, Porto, Lamego, Viseu, e Coimbra"*[42]. A projecção desta freguesia não foi apenas demográfica, mas também e, talvez por isso mesmo, administrativa, ao ponto de justificar, em 1799, o encabeçamento dum novo concelho, desmembrado do da Feira, arrastando consigo cerca 19 freguesias (ver cap.1), das mais povoadas da Comarca da Feira e mesmo da Provedoria (ver mapa das densidades de 1801, n.9)[43]. Não será então por acaso que, em meados de XIX, Balbi escreve, numa sua viagem: Oliveira de Azeméis era, *"vila moderna e tem aumentado muito depois que se fez a estrada nova"*, enquanto que *"Aveiro [...] cidade insignificante"*, Ílhavo *"uma vila grande e que tem tantos fogos como Aveiro, porém pobre como todas as terras de pescadores"*, e Ovar *"terra de pescadores e por isso pobre"*[44]. Naturalmente, que nesta classificação, está implícito um outro critério, funcional, que não apenas o quantitativo.

D - Migrações

As indicações, a este propósito, são mais qualitativas do que quantitativas. Podemos distinguir três vertentes: migração para o litoral,

---

[41] MP de Ilhavo.... p.305.

[42] MP de Oliveira de Azeméis.... p. 56

[43] Eram as seguintes: além de Oliveira de Azeméis. Escariz. Fajões. Avanca. Carregosa. Cesar. Macieira de Sarnes. Nogueira do Cravo. Macinhata da Seixa. Madail. Mansores. S. Pedro de Vila Chã de S.Roque. Santiago de Riba-Ul. Pindelo. S.Martinho da Gândara. Ossela. S. Vicente da Pereira. Válega. Arrifana. S. João da Madeira;

[44] *Uma viagem pelo Distrito de Aveiro no séc. XIX...*, *o.c.*, p.267. trata-se da publicação dum manuscrito *"1. Caderno/Apontamentos de Viagem/13 d'Abril de 1860/Gerardo Pery/ Beira Alta e Beira Baixa"*.

que como vimos se verifica ao longo do séc. XVIII, provável migração para certos centros urbanos, migrações sazonais e, finalmente, para fora do Reino, mais difíceis de apurar.

Sabe-se que, desde longa data e devido ao tipo de ocupação piscatória, uma percentagem significativa da população duma faixa litoral que vai, desde Ovar a Mira, emigrava, sazonalmente, para Lisboa, Sesimbra, Cascais, etc, por as campanhas de pesca não trabalharem no Inverno, nem a actividade agrícola os ocupar o suficiente, indo muitos dedicar-se ao serviço de fragateiros, carregadores e vendedores de peixe[45]. Em Ovar fala-se de 200 homens que se encontravam em Lisboa, quando se deu o Terramoto[46], e Vila Nova Portugal refere, em 1791, a existência, em Azeitão, de 118 homens *«habitadores da comarca de Aveiro, que todos os anos costumam vir a este termo fazer os trabalhos da terra»*[47], migração sazonal, portanto.

Tradicionalmente, são os homens de Ílhavo que mais se associam a este fluxo migratório, sobretudo na fundação de novos núcleos piscatórios ao longo da costa. A mesma MP de Ovar é clara: os de Ovar foram para a Torreira, e os moradores de Ilhavo para o sítio de N^{a}S^{a}das Areias, actual S.Jacinto. Seriam não povoações fixas, mas abarracamentos para guardar material de Inverno quando não trabalhavam na pesca[48], como acontecia um pouco por toda a costa[49]. Para as areias da Gafanha, ia, naturalmente, gente de Vagos, porque facilmente comunicava[50]. Esta fixação parece ter sido precedida por uma política de aforamentos por vários senhorios[51], entre estes, o Mosteiro de Grijó que, pelo menos desde inícios de XVII, no lugar de

---

[45] Este aspecto está sintetizado em MOREIRA, Carlos Diogo - *Populações marítimas em Portugal..., o.c.*, p. 203. Mas também em MATOS, José Maria Melo de- *Memória sobre a arborização das dunas de Aveiro..., o.c.*, p. 136, refere esta população flutuante das freguesias de Avanca, Fermelã, Ílhavo, Beduído, Soza e Murtosa, para Lisboa, ou mesmo Ribatejo, onde são conhecidos sob a mesma designação.

[46] BASTOS, Manuel Pires de - *O concelho de Ovar nas Memórias Paroquiais..., o.c.*, p. 34.

[47] PORTUGAL, Tomás António de Vila-Nova - *Observações sobre o mapa da povoação de Azeitão-1791..., o.c.*, t. 3, p.229.

[48] NEVES, F. Ferreira - *A Memória de Aveiro..., o.c.*, p.178.

[49] BRITO, Raquel Soeiro de - *Palheiros de Mira...*, o.c., p.37, refere a presença da população piscatória apenas nos meses de pesca, pelo menos até 1872.

[50] REZENDE, Pe. João Vieira - *Monografia da Gafanha..., o.c.*, p. 32-33. A 4 de Março de 1786, uma provisão régia proibia a construção de armazéns na costa de Vagos, sem autorização régia: AMA, n.1682, L.registo, f.428v.

[51] Id., *Ibid.*, p.20. Apresenta vários senhorios, entre os quais o Conde de Aveiras, que como Senhor de Vagos, seria igualmente o directo senhorio das terras da Gafanha.

S.Romão de Vagos, aumentou o número de emprazamentos sobre "montes e matos", partindo da prática de prazo fateozim (ou perpétuo), para o de vidas, à medida que, trabalhados aqueles, se iam constituindo unidades funcionais como o casal[52] .

Na costa de Mira, na transição do séc. XVII para XVIII, assiste-se a um aumento progressivo da ocupação do espaço, já notado, desde meados de XVI. Até inícios de XVIII, contou com aportações de Ilhavo, Aveiro, Vagos; a partir de 1700, quase 90% dos progenitores são de Mira, embora se mantenham as aportações daquelas e outras freguesias[53]. Este afluxo ao litoral, terá, certamente, a ver com a introdução de culturas que ultrapassaram as condições naturais, pouco propícias à ocupação humana[54].

Mas a forma, indiscutivelmente grosseira, mas hipotética, que encontrámos para tentar medir ou avaliar a possível mobilidade, foi através da análise das relações de masculinidade, ou seja, dividir, em cada idade (ou grupo de idades), os efectivos masculinos pelos femininos e multiplicar por 100[55], partindo do princípio de que um índice abaixo dos 105 indicaria situações de desequilíbrio de sexos, provocada, eventualmente, por deslocações[56] . Utilizando o Recenseamento de 1801, Fernando de Sousa havia já demonstrado que, em particular a Comarca de Aveiro, apresentava em média uma relação de masculinidade bastante baixa, relativamente às restantes comarcas do Reino e a da Feira, ligeiramente mais alta; a taxa de masculinidade média, para o Reino, era de 97%.[57].

QUADRO 6

---

[52] AMORIM, Inês - *O Mosteiro de Grijó-Senhorio e propriedade: 1560-1720...*, *o.c.*, p. 203 e 211.
[53] CRAVIDÃO, Fernanda Delgado - *A população e o povoamento da Gândara...*, *o.c.*, p. 67 a 83.
[54] OLIVEIRA, Ernesto Veiga, et alii - *A região e a casa Gandaresa...*, *o.c.*, p. 418.
[55] NAZARETH, J.Manuel - *Princípios e métodos...*, o.c., p.171: "*devido à relação de masculinidade dos nascimentos rondar o valor de 105, a relação de masculinidade do primeiro grupo de idades é muito próxima deste número; depois, à medida que se avança na idade, devido ao efeito da sobremortalidade masculina, as relações de masculinidade vão diminuindo - é o efeito idade. Por outro lado, cada geração tem a sua história própria, marcada por uma sobremortalidade masculina mais ou menos forte, por migrações diferenciais segundo o sexo, mais ou menos importantes, o que implica a existência de profundas modificações na evolução normal da curva - é o efeito geração*".
[56] SERRÃO, José Vicente - *O Quadro Humano...*, o.c., p.66. Como este autor sintetiza, a taxa de masculinidade dos nascimentos em Portugal anda à volta de 105 homens para cada 100 mulheres. Verifica-se que a feminilidade se torna mais forte no período activo, 25 a 60 anos, sinal de movimentações masculinas, equilibrando-se os sexos acima e abaixo daqueles limites.
[57] SOUSA, Fernando de - *A População Portuguesa...*, o. c., p. 301-302.

Relações de masculinidade, por grupos de idades, no ano de 1801

Comarca	1 - 6	7 - 24	25 - 39	40 - 59	+ de 60	Total
Aveiro	106.0%	93.5%	77.7%	84.2%	83.2%	88.7%
Feira	100.8	89.0%	77.5%	94.8%	99.1%	90.9%

Fonte: SOUSA, Fernando de - *A população portuguesa...*, o.c.

Verificamos então, à escala micro-regional, por freguesias, quais os índices de masculinidade, tendo em conta o Anexo 8, mapa 14, e tirámos as seguintes conclusões, preliminares:

- as taxas mais baixas encontram-se no litoral, a sul de Aveiro, inclusivé, mas, igualmente, em toda uma mancha no centro da Provedoria, na Comarca de Aveiro, entre Pinheiro da Bemposta a norte, e Valongo do Vouga, a Sul, flectindo depois para Este, até Macieira de Alcoba, com taxas que oscilam entre 60 e 92%;

- deste grupo se exceptua um núcleo, à volta de Oliveira do Bairro, entre os 87.1 e os 98%.

- a norte, parece haver um certo equilíbrio de sexos, surgindo taxas mais baixas, em zonas mais interiores como Mansores, Cepelos e Castelões;

- no litoral, a norte de Aveiro, verifica-se um grande equilíbrio de sexos, sobretudo entre Murtosa e Maceda.

Finalmente, se confrontarmos as cartas de densidades, aglomerações, taxas de crescimento e índices de masculinidade, algumas hipóteses parecem-nos possíveis de colocar. Primeiro, relativamente às freguesias da Comarca de Aveiro, algumas constatações:

- um grupo de freguesias, no litoral, como Ílhavo, Vagos, Mira, e Covão do Lobo, possuem boas taxas de crescimento, uma densidade baixa (com excepção de Ílhavo) e índices de masculinidade igualmente baixos, o que interpretamos como espaços em expansão, com aportações de gente;

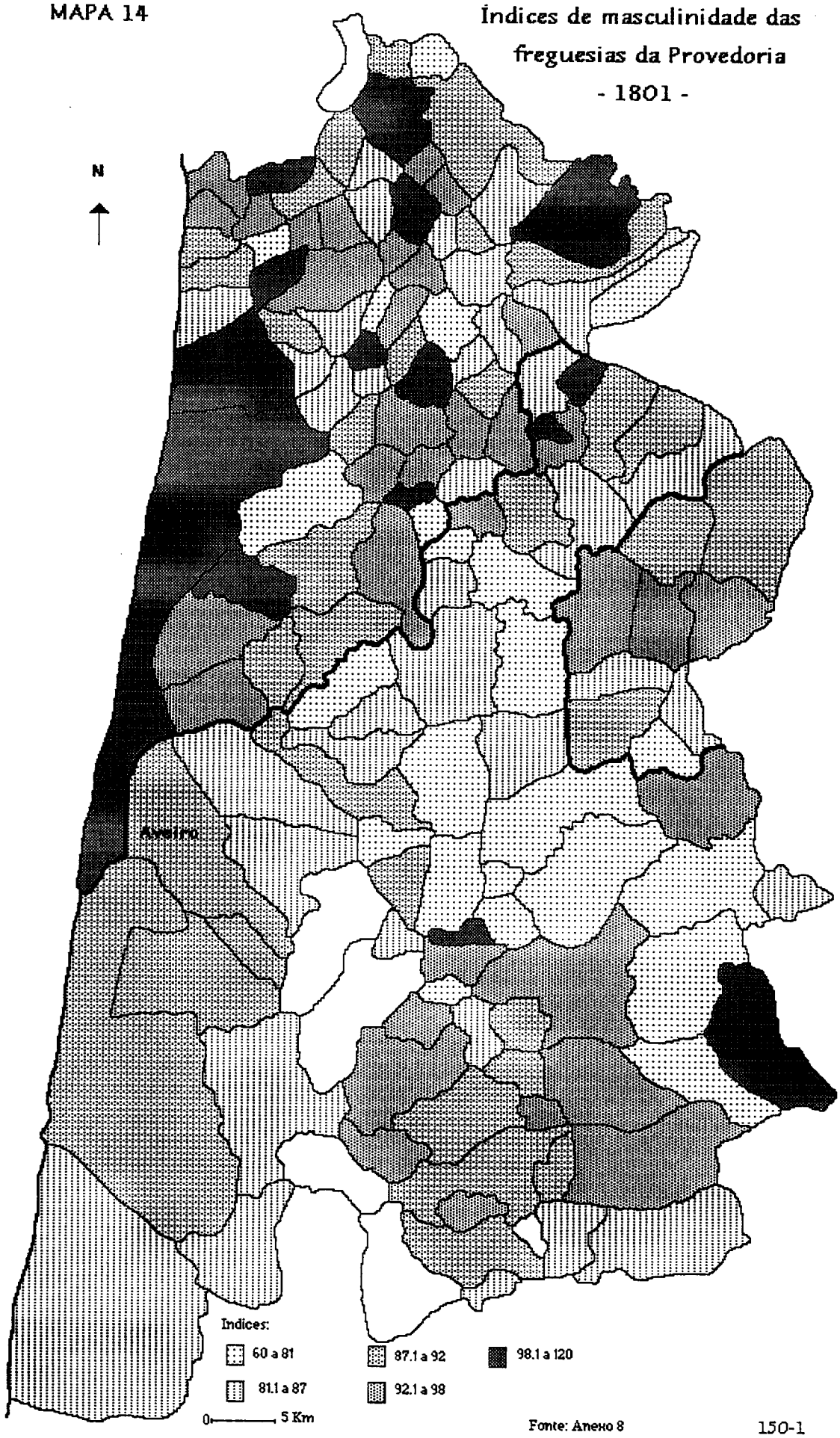
- outro grupo constituído por Aveiro, Cacia, Esgueira, Angeja, Salreu, Canelas, Fermelã, apresenta todos aqueles índices baixos, com taxas de crescimento negativas, num equilíbrio precário, com dificuldades de atracção e fixação de gentes;

- uma faixa desde Águeda a S.Lourenço do Bairro, apesar de densidades médias, até 26 fogos/Km2, apresentam índices de masculinidade

MAPA 14

Índices de masculinidade das freguesias da Provedoria

- 1801 -



Fonte: Anexo 8

150-1

acima dos 87.1, e taxas de crescimento positivas, acima dos 0.09, denotando uma tendência para manutenção senão mesmo, crescimento e fixação de gentes, mas num ritmo mais lento do que no litoral;

Nas freguesias da Diocese do Porto, a Norte, dificilmente se poderá crescer mais:

- no litoral, todas as taxas são altas, pontos atractivos e fixadores, certamente; Ovar e Anta são as freguesias mais típicas;

- por outro lado, freguesias como Oliveira de Azeméis e Ul, que em 1801 apresentam as maiores densidades, possuem os mais baixos índices de masculinidade, com taxas de crescimento moderadas, denotando dificuldades de aferimento entre o espaço e a sua ocupação; no entanto, freguesias próximas, com características semelhantes em termos de densidades e taxas de crescimento, apresentam índices de masculinidade mais altos, num verdadeiro mosaico, como o mapa n.14 apresenta.

Enfim, em conclusão, diríamos que a Provedoria apresenta sinais de grande mobilidade, mais a sul do que a norte, num movimento que parece mais precoce no litoral, a norte de Aveiro, e que a sul se faz à custa de freguesias como Ilhavo, autêntico alfobre, ao nível de núcleos piscatórios, mas cujos areais serão desbravados por agricultores de Vagos ou Mira.

Aveiro, centro da Provedoria, está envolvido por freguesias com crescimento negativo que se prolongam para o interior. A norte verificam-se as mais altas densidades. Na 2ªmetade do séc.XVIII sucedeu-se um abrandamento do crescimento populacional, explicado, provavelmente, por uma emigração. Contudo, algumas freguesias mantiveram os seus efectivos, talvez porque encontraram certas alternativas, fixadoras de gentes, através do desenvolvimento de sectores produtivos como a agricultura ou a indústria.[58]

---

[58] Uma pequena observação: Jan de Vries havia concluído, relativamente à urbanização da Europa, que a partir de meados do séc.XVIII, se inverteu a tendência de plurisecular de concentração nas cidades maiores, em favor de pequenas cidades, à custa de factores institucionais e tecnológicos, associados a uma protoindustrialização, e ainda muito simplesmente, porque houve, na generalidade, uma melhoria das condições vegetativas: VRIES, Jan de - *La urbanización...*, o.c., p.332-333.Wrigley, elogiou os cálculos de Vries, mas chamando a atenção para o facto de que a aceleração do crescimento urbano, na 2ªmetade do séc.XVIII, particularmente na Inglaterra, não teve uma relação directa com o rendimento real, per capita, mas que, nem por isso, deixou de ter importância fundamental: WRIGLEY, E.A.- *Gentes, ciudades y riqueza...*, *o.c.*, p.233 a 251.

2 - A "originalidade de Aveiro"

Entre as datas previstas, o saldo fisiológico da cidade foi quase sempre negativo, não que se trate de característica exclusiva de Aveiro, mas de tantas outras cidades onde, em muitos casos conhecidos, só sentiam um certo equilíbrio, graças à aportação de gentes[59]. Em Aveiro, as taxas de crescimento negativas ou inferiores a 0.1, como vimos no ponto anterior, indicam que, provavelmente, as partidas eram mais significativas do que as chegadas.

A - Evolução a partir dos numeramentos e memórias

Aveiro era, sem dúvida, uma cidade modesta, em meados do séc. XVIII. Ficou provado no ponto anterior que, relativamente a outras freguesias da Provedoria, o seu peso humano não a impunha como centro de Provedoria. Qual o percurso demográfico desta cidade, ao longo do séc.XVIII ? Reunamos os elementos informativos, as estimativas sobre a população da cidade, em cortes cronológicos. Juntam-se, aqui, informações de carácter administrativo, 1685-Encabeçamento das Sisas, 1732-*Geografia Histórica*, 1798-*Censo de Pina Manique*, e de caracter eclesiástico, inquéritos paroquiais de 1721, 1756, 1758, 1775, 1801[60].

Podemos datar, de 1685, o primeiro discurso no sentido de alertar para o esvaziamento da cidade. Quer a Memória do Licenciado Pinho Queimado, quer o documento relativo ao encabeçamento das sisas da mesma data, desenvolvem um discurso de declínio da cidade, particularmente uma diminuição dos seus efectivos, apresentando os diversos factores para tal acontecimento "*a mudança de muitas famílias que foram morar para outras terras do reino por casamentos, ou conveniências, as guerras de Africa onde militaram e morreram muitos nobres desta vila, a declinação dos tempos, e as epidemias tem diminuído o povo*"; "*o achaque das maleitas [...] e as epidemias tem sido a principal das razões porque a maior parte*

[59] Como refere BARDET, Jean-Pierre - *Rouen aux XVII et XVIII siècles...*, *o.c.*, p. 23. Um trabalho fundamental: MEYER, Jean - *Etudes sur les villes en Europe Occidentale...*, *o.c.*, p.15, p.49 e p.77.
[60] Todas estas fontes foram já citadas no primeiro ponto deste capítulo.

da nobreza, e pessoas abastadas a tenham abandonado"[61]. E, continua o Memorialista, o motivo maior, residiria no entupimento da barra, com demoras e gastos na sua recuperação, concluindo que, sem obras urgentes "*daqui a pouco mais de meio século não terá esta vila por moradores se não os que se ocupam na pesca, alguns mareantes, e aqueles que não tiverem meios de irem para outras partes*"; em suma, a cidade deixaria de ser polo de atracção e fixação das gentes.

Esta ideia dum abandono da cidade, volta a surgir na pena do pároco, autor da MP de 1758, referindo um leque de razões: «*a falta de comércio, a continuada vexação das fintas, o estrago das doenças e finalmente a mudança dos tempos, tem reduzido esta vila ao pequeno número de habitadores que hoje a povoam*"[62], todas ligadas às dificuldades da Barra.

Este conjunto de reflexões repete-se ao longo do séc. XVIII, na boca da Vereação da cidade, embora as queixas se refiram à diminuição de contribuintes, não da população em geral, mas sempre associadas ao entupimento da Barra e decréscimo de tráfego comercial (ver cap.2). Esta consciência ganha novo alento, nos inícios do séc.XIX, quando se projecta e executa a obra de abertura da barra de Aveiro, pelo engenheiro Luis Gomes de Carvalho. Este escreveu uma série de documentos que terão forte divulgação em jornais da época. Ao justificar a sua opção de intervenção na Barra, apresentou uma "*Memória Descritiva ou circunstanciada do plano... na abertura da barra de Aveiro...*", partindo duma justificação da antiga prosperidade de Aveiro, onde consta o facto de «*estar reduzida [em 1802] a 900 fogos miseráveis, no ano de 1685 tinha 1710 fogos; e em 1575 chegava o seu número a 2500, que deviam além disso ser mais abastados, porque o aumento da população é uma consequência natural das facilidades, riqueza e vantagens que um país oferece à felicidade da espécie humana, para a atrair e propagar*"[63]. Estes números, estas palavras foram, repetidamente, retomados e serviram para que o mesmo engenheiro elaborasse uma "*Memória sobre a cidade de Aveiro*", que foi publicada no "*Jornal de Coimbra*", em 1812[64], e no "*Investigador Portuguez em*

---

[61] NEVES. Francisco Ferreira - *A memória sobre Aveiro de Pinho Queimado...*, *o.c.*, p.89.
[62] ANTT, MP, v. 5, f. 800
[63] NEVES. Francisco Ferreira - *Memória Descritiva ou Noticia...*, o.c., p. 95.
[64] *Jornal de Coimbra*, v. 2, n. 7, 1812, p. 22-29. Aliás, o engenheiro manterá uma correspondência regular com este jornal, aparecendo publicada a " *Memória Descritiva ou Notícia. . .* ", v. 4, n. 28, 1814, e v. 5, n. 32 de 1815.

Inglaterra" em 1813[65], dada como memória anónima, mas que, facilmente, identificamos, como sendo da autoria do próprio Luis Gomes de Carvalho[66]. Refere-se a frequência da morte, provocada por epidemias cíclicas que "*em breves anos [transformaria Aveiro num] deserto e uma terra perdida para o Estado*"[67]. Esta perspectiva, dum abatimento drástico do quantitativo populacional, foi repetida até aos nossos dias, colhendo-se, naquela Memória, a perspectiva dum declínio irreversível, desde o séc.XVII, só interrompido pela feliz "*ressurreição*" da cidade, nos inícios de XIX, a partir da abertura da Barra de Aveiro, em 1808[68].

Esta compilação de dados reflecte o desenvolvimento da consciência de uma certa mortalidade diferencial, quer em termos sociais (a fuga de gentes nobres), quer em termos geográficos e ecológicos que, de certa forma, orientaram interrogações que, hoje se colocam, acerca da desigualdade perante a morte e a vida[69].

Juntemos, agora, as "estatísticas" existentes e tente-se avaliar a população, ao longo de Setecentos. Um dos primeiros dados de observação é, precisamente, o *Numeramento de 1527*. Aveiro aparecia como a quarta sede de unidade administrativa da província da Estremadura (894 moradores), depois de Lisboa, Coimbra e Santarém, perfeitamente destacada, relativamente a Esgueira (311 moradores), Ílhavo (130 moradores), ou Ovar (153 moradores) entre outras[70]. Mais ainda, quando se comparam as vilas de

---

[65] "*O Investigador Portuguez em Inglaterra*", v. 6, 1813. Este repete textualmente a anterior acrescentando apenas umas " *Reflexões sobre a precedente Memória* ", uma espécie de comentário laudatório ao engenheiro e ao rei.

[66] Os documentos que serviram de base à escrita daquela "*Memória sobre a cidade de Aveiro*", foram publicados em NEVES, Francisco Ferreira - *Documentos relativos à abertura da actual barra de Aveiro..., o.c.*, p. 275.

[67] Id. , *Ibid.* , p. 288; trata-se duma certidão dum cirurgião de Aveiro, atestando a melhoria das condições de sanidade, após a abertura da Barra.

[68] Esta perspectiva parece-nos bem apresentada num artigo de AMARAL, Diamantino Antunes do - *A Laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro..., o.c.*, p.34; daqui retiramos algumas passagens mais sugestivas « *no princípio do séc. XIX, a crise tinha chegado ao seu auge e a miséria era geral*», « *na verdade a partir do dia 3 de Abril de 1808, Aveiro podia, com razão entoar aleluias pela vida renascida...* ». Este mesmo artigo serviu para se concluir da grande decadência de Aveiro, como se lê em SOUSA, Fernando de - *A população de...* ,o.c., p. 197; também em GASPAR, J. Gonçalves - *Aveiro, Notas Históricas...*, o.c., p. 92: «*até podemos acompanhar o índice populacional da povoação pelas flutuações na localização da referida barra*».

[69] BLUM, Alain - *Mortalité différentielle du XVIIe au XVIIIe siècle, espace et société...,o.c.*, p.14.

[70] SILVA, Maria João Violante M. da - *Aveiro Medieval..., o.c.*, apresenta esta apreciação a p. 52. A representação cartográfica feita em GALEGO, Júlia, DAVEAU, Suzanne - *O numeramento de 1527-32. Tratamento cartográfico..., o.c.* Os dados pormenorizados relativamente à Provedoria de Aveiro, publicados por FREIRE, A. Braamcamp - *Povoação da Estremadura no XVI século..., o.c.*, p. 241.

Aveiro, Esgueira, Ilhavo, Ovar, ao nível do "corpo da vila", isto é, espaço contínuo e correspondente ao centro da vila e que se distingue do termo, disperso, mas na sua dependência administrativa, Aveiro sobressai, completamente, como se pode ver no quadro seguinte:

QUADRO 7

Moradores de algumas vilas, em 1527

Vilas	Corpo da Vila	Termo
Aveiro	894	566
Esgueira	175	136
Ovar	112	41
Ilhavo	50	80

Fonte:FREIRE, A. Braamcamp-*Povoação da Estremadura*...o. c.

Em meados do séc. XVIII, as Memórias Paroquiais possibilitam uma mesma avaliação em relação ao corpo da vila, mas agora, distinguindo-a dos restantes lugares da freguesia[71]. O quadro é o que se segue:

QUADRO 8

População (Almas) de algumas vilas, as MP de 1758

Terras	Corpo da Vila	Termo
Aveiro	3240	*
Esgueira	516	1828
Ovar	3826	7111
Ílhavo	2947	5046

* não indica

Uma rápida constatação se retira. Se se compararem freguesias, como se fez no ponto anterior (ponto 1 deste capítulo), fica claro que, pelo menos, as freguesias de Ovar e Ílhavo, ultrapassaram, de longe, Aveiro, mas, quando se compara o aglomerado contínuo, na feliz expressão do Numeramento de 1527, "o corpo da vila", então Aveiro, não perdeu significado, e Ovar ultrapassa-a "apenas" em 500 almas. Este aspecto limita a

[71] Para a freguesia de Ovar, que não distingue o número de almas do seu termo, indicando apenas os fogos, fizemos o seguinte cálculo: número de fogos da freguesia, menos o do termo (2393-1117 = 1276); este resultado multiplicou-se pelo quociente almas/fogo de 3, média da freguesia, obtendo-se assim, exclusivamente, os moradores da vila.

ideia duma queda drástica de efectivos da cidade. Mas perdeu de certeza um certo carácter urbano: no final do século, Link, na sua " *Voyage en Portugal depuis 1797...*", atribui a Aveiro 1400 fogos e a Ovar 1300 fogos, embora notando que, na primeira, "*as casas são em geral pequenas e o número de pessoas de distinção pouco considerável*", enquanto "*Ovar é uma 'villa' bastante considerável [...] com um bom número de grandes casas*"[72]. Um último aspecto se pode acrescentar que contribuiu para a consciência dum certo atrofiamento da cidade: enquanto que Ilhavo e Ovar têm um Termo contínuo, Aveiro tem-no sem dúvida dilatado, como se estudou no cap.1, mas não contínuo, limitando-a e apontando para uma ideia de decadência demográfica e, consequentemente, económica (limite de contribuintes e consumidores).

Feita esta primeira consideração, vejamos mais detalhadamente, as sucessivas avaliações da população de Aveiro, ao longo do séc.XVIII. Aveiro possui, além do Numeramento já referido anteriormente, e para finais de XVI, uma estimativa global. Trata-se de um documento relativo ao encabeçamento das sisas de 1685, já citado anteriormente, que contém o montante de fogos, quer para 1575, data do primeiro encabeçamento, quer para aquela segunda data[73]. Vejamos então:

QUADRO 9

Evolução do número de fogos ao longo do séc.XVIII

	1575	1685	1721	1732	1758	1775	1798	1801
S.Miguel		450	370	347		241	243	231
Esp.Sto		375	370	372		363	360	345
V.Cruz		455	385	379		340	319	282
Apres.		370	239*	233		222	219	201
Total	2500	1650	1364	1331	1047	1166	1141	1059
Variação		-850	-286	-33	-284	+119	-25	-82
Tx.cr.%		-0.38%	-0.53%	-0.22%	-0.92%	+0.64%	-0.09%	-1.85%

* não regista, mas para um valor aproximado, e para conseguir uma avaliaçao global para aquele ano utilizámos o quociente almas/ fogo médio de 3.4, obtido a partir dos quocientes das restantes freguesias

[72] LINK, Heinrich Friedrich - *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799..., o.c.*, v. 1, p.414 a 417.

[73] MADHIL, A.G.da Rocha - *Milenário de Aveiro..., o.c.*, p. 275. « *sendo os moradores da dita Vila de Aveiro no tempo do primeiro contrato [1575] de mais de dois mil e quinhentos fogos se acha hoje [1685] em número de mil e setecentos e des, que consta por rol dos párocos*»; porém, mais à frente, a p. 292 e 293, o pároco de cada uma das paróquias descrimina o número de 1650 fogos e não os 1710, referidos anteriormente; optamos por esta segunda informação, visto descriminar os montantes respeitantes a cada uma das freguesias.

Fonte: nota [74]

São dados parcos, desconfia-se das terminações em 0 e 5, mas não se podem ignorar, totalmente. Verifica-se um acentuado declíneo do número de fogos, ao longo do séc. XVIII, sobretudo no 2ºquartel, e em 73 anos (1685-1758) perderam-se perto de 600 fogos, sendo a taxa de crescimento de 1732 a 1758 de -0.92% ; o único sinal positivo verificado em 1775, acaba por ser absorvido, nos anos seguintes.

Comparem-se, agora, os números respeitantes a Almas (entendam-se maiores de 7 anos), com excepção de 1801 que diz respeito a toda a população, inclusivé menores:

QUADRO 10

Evolução do número de Almas no séc. XVIII

	1721	1732	1756	1758	1801
S.Miguel	1297	1148	850		895
Esp.Santo	1300	1231	800		1122
V.Cruz	1212	1248	965		904
Apresentação	814	760	625		872
Total	4623	4387	3240	3316	3793
Variação		-236	-1147	+76	+477

Fonte: nota [75]

Facilmente se observa uma queda dos efectivos, dentro das mesmas décadas, referidas acima; mais de 1000 almas até meados de XVIII que, só em finais do mesmo, parece recuperar, parcialmente. Na verdade, se se pensar que o número de fogos se mantém entre 1758 e 1802, veja-se Quadro 9, o que se verificou foi o não registo de menores de 7 anos em 1758, visto tratar-se de Almas de comunhão. A comprová-lo, uma simples operação aritmética: deduzindo ao montante de 3793 pessoas, 472 menores de 7 anos,

[74] Ver nota anterior: o número de fogos para o ano de 1575 inspira-nos desconfiança, visto que, em 1527, o Numeramento indica 894 fogos no corpo da vila e 566 no termo o que dá 1460 na totalidade: passados 48 anos contam-se 2500 fogos: só para a Vila? ou será Termo? 1721: - MADAHIL, A.G.da Rocha - *Inquérito Paroquial de 172..., o.c.;* 1732 -LIMA, Caetano de - *Geografia Historica* .... o.c., v. 2; 1758 - *Memória Paroquial de Aveiro* in ANTT, v.5, n.44, f. 800; 1775 - GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro...,o.c.*: 1798 - SERRÃO, J. Veríssimo- *A população de Portugal em 1798*, ...o.c.; 1801 - SOUSA, Fernando de - *A População Portuguesa* ..., o.c.

[75] As seguintes fontes: 1572, 1721, 1732, 1758, 1801: ver nota anterior; 1756, COSTA, Eduardo - *O terramoto de 1755 no Distrito de Aveiro...*, *o.c.*, p. 123.

montante atribuído a este grupo no Recenseamento de 1801, restam 3321 indivíduos, praticamente equivalente às 3316 de 1758.

Em suma, por estes dados globais, diríamos que a população de Aveiro teria declinado até meados de XVIII, provavelmente e de forma mais acentuada, entre 1732 e 1758, tornando-se estacionária na 2ª metade, apesar da tentativa de recuperação entre a década de 50 e 70, como a evolução dos fogos parece apontar.

B - Densidades por freguesias

Com estes mesmos dados, talvez seja possível analisar como cresce a cidade, como se distribui a sua gente, as freguesias em expansão ou retracção, enfim, detectar alguns desequilíbrios. O pároco de S.Miguel, em 1758, pormenoriza: "*dentro do seu próprio recinto 872 vizinhos com 2824 pessoas de todas as idades. Nos lugares e aldeias pertencentes às suas freguesias abaixo nomeadas se contam 175 vizinhos com 492 pessoas*"; "*a de S. Miguel está inteiramente de muros adentro e por isso não tem fora lugar nenhum que lhe seja sujeito, nem da mesma forma a freguesia de NªSªda Apresentação. A de Vera Cruz, além dos moradores dentro na vila tem fora três lugares: o de Sá que não é separado da mesma vila; Presa Pequena e Quinta do Gato. A do Espírito Santo três: Vilar, S. Bernardo e Quinta do Gato*"[76].

Como já se viu [cap.3], a cidade dividia-se em quatro freguesias, servindo o canal da cidade de avenida divisória, entre as de S. Miguel e Espírito Santo para sul, e as de Apresentação e Vera Cruz para Norte. Determinar exactamente a área de cada uma delas torna-se difícil, visto que em 1835 se reduziram a duas, ainda hoje existentes: a da Glória que englobava as duas primeiras, e a de Vera Cruz as duas últimas e ainda parte do bairro de Sá da freguesia de Aradas [ver cap.1, Anexo 8]. Mas, por este mesmo facto, podemos determinar que as duas primeiras freguesias tinham de área 11.63 Km2, e as segundas 38.58Km2, num total de 50.21Km2; note-se que a grande extensão da freguesia de Vera Cruz corresponde às salinas que se prolongam até ao mar.

[76] ANTT, MP, v. 5, n. 44, f. 801

Veja-se, então, como se distribuiu a população de Aveiro, ao longo do séc.XVIII pelas diferentes freguesias e avalie-se o peso relativo de cada uma delas, relativamente ao total, com os dados disponíveis:

QUADRO 11

Peso relativo dos fogos de cada uma das freguesias relativamente ao total (em %)

Freguesias	1685	1721	1732	1775	1798	1801
S.Miguel	27	27	26	21	21	22
Esp.Santo	23	27	28	31	32	33
Vera Cruz	28	28	28	29	28	27
Apresent.	22	18	18	19	19	19

Deste quadro se constata que as freguesias com maior número de fogos, em 1685, eram S. Miguel e Vera Cruz; em 1801, embora Vera Cruz se tenha mantido, S.Miguel perde 5% do seu peso relativo, enquanto Espírito Santo aumenta significativamente, compensando as perdas das restantes freguesias. Vera Cruz e Apresentação perdem, igualmente, peso relativo, embora a primeira apenas 1% e Apresentação 3%. O quadro seguinte comprova esta primeira constatação:

QUADRO 12

Evolução percentual de fogos por freguesias e taxa de crescimento entre 1685 e 1801

Freguesias	1685	1801	Evolução % *	T.Cresc.%
S.Miguel	450	231	- 48.7	- 0.57
Esp.Santo	375	345	- 0.8	- 0.35
Vera Cruz	455	282	- 38	- 0.41
Apresentação	370	201	- 45.7	- 0.52
Total	1650	1059	- 36	- 1.85

* evolução percentual: (100-F1/F2) . 100

Este quadro demonstra que Espírito Santo foi, sem dúvida, a freguesia que menos fogos perdeu, enquanto as freguesias de S.Miguel e Apresentação são fortemente esvaziadas, ou seja, aquelas que rodeavam o canal, e que constituíram o núcleo da cidade.

Vejamos agora as densidades, fogo por Km2, agrupando os valores, conforme as áreas conhecidas para as actuais freguesias de Glória e Vera Cruz:

QUADRO 13

Densidade habitacional (fogos/Km2)

Fregues.	Km2	1685	1721	1732	1758	1775	1798	1801
Glória*	11.63	71	64	62		52	52	50
V.Cruz**	38.58	22	16	16		15	14	13
Total	50.21	33	27	27	21	23	23	21

* Glória engloba S.Miguel e Espírito Santo
* Vera Cruz engloba a freguesia do mesmo nome e Apresentação.

Observadas em pormenor, as freguesias apresentam sempre, ao longo do séc.XVIII, perda de densidade, mais as de S.Miguel e Espírito Santo, primeiro entre 1685 e 1721, e depois entre 1732 e 75; as de Vera Cruz e Apresentação, apesar duma perda dentro desta mesma cronologia, é contudo muito mais suave. Globalmente, diríamos que, ao longo do séc. XVIII, houve uma forte perda de densidades, sobretudo na primeira metade (menos 12 fogos/Km2 entre 1685 e 1758), e depois a estabilidade, apesar da ligeira recuperação até finais do terceiro quartel de Setecentos; a parte sul da cidade, S.Miguel e Espírito Santo, sente-se mais diminuída, porque perdeu cerca de 21 fogos, entre 1685 e 1801, enquanto a parte norte, apesar de densidade inferior, perdeu apenas 9 fogos por Km2.

Vejamos, porém, se esta distribuição terá a ver com a própria distribuição almas/fogo. A partir dos dados disponíveis, elaboramos o seguinte quadro:

QUADRO 14

Evolução da relação almas/fogos séc. XVIII

Freguesias	1721	1732	1758	1801*	1801**
S.Miguel	3.5	3.3		3.4	3.9
Esp.Santo	3.5	3.3		2.8	3.3
Vera Cruz	3.1	3.3		3.0	3.2
Apresentação	3.4	3.3		3.7	4.3
Total	3.4	3.3	3.2	3.2	3.6

* apenas Almas, porque se diminuíram o número de crianças até 6 anos,(ver Anexo1)
** toda a população

Parece certo podermos falar numa diminuição dos quocientes almas/fogo entre 1721 e 1758, mantendo-se até 1801. Isolando as freguesias, S.Miguel e Apresentação, freguesias onde se verificaram taxas de crescimento das mais negativas (ver quadro 12), apresentam, em 1801, quocientes mais altos, o que levanta duas hipóteses: ou os menores de 7 anos são aí em maior número, ou então, fogos significa casas, moradias, e estamos perante freguesias, de perímetro estrangulado entre o canal e as que lhe são imediatas, concentrando mais gente.

C - Estrutura demográfica

Procuramos as respostas na análise da estrutura populacional, a partir da única fonte que o permite, o Recenseamento de 1801.

QUADRO 15

População das freguesias da cidade de Aveiro em 1801, distribuída por grupos de idades, em %

	I	II	III	IV	V
Freguesias	1-6	7-24	25-39	40-59	60-80
Esp.Santo	14	35	22	21	5
Apresentação	15	36	26	19	4
S.Miguel	13	33	27	18	9
Vera Cruz	7	31	26	33	3
Total	13	34	25	22	5

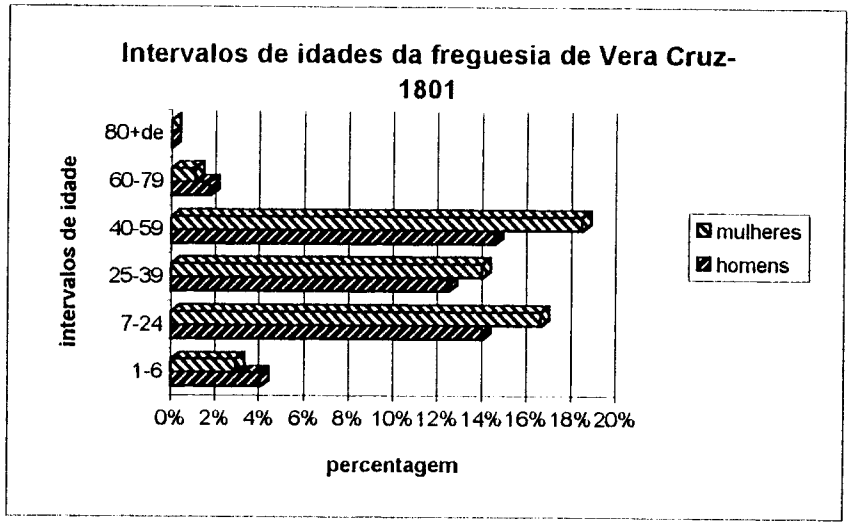
Fonte: dados gentilmente fornecidos pelo Prof. Doutor Fernando de Sousa, utilizados nos cálculos relativos à sua tese, " *A população Portuguesa*. . . , o. c. ", mas não publicados. Ver Anexo 9 e representação gráfica: gráficos n. 1 e 2.

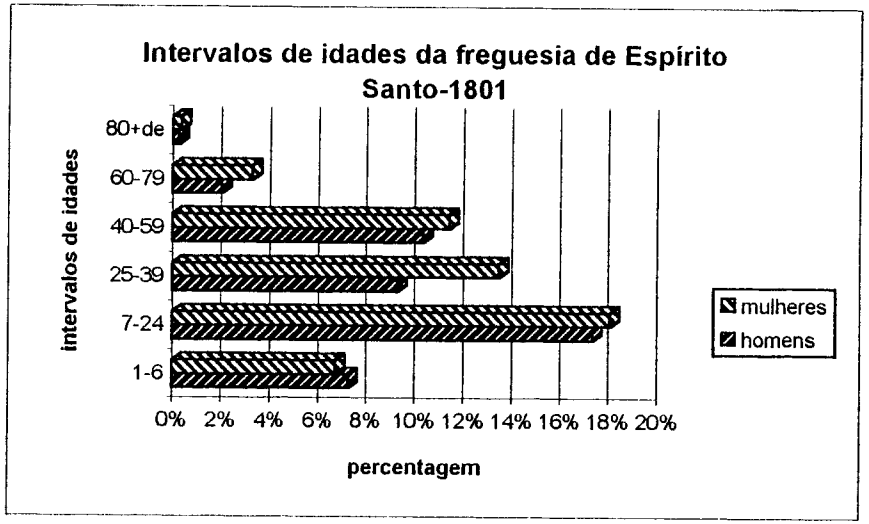
O quadro e a representação gráfica anexa [gráf.1 e 2] permitem retirar algumas conclusões:

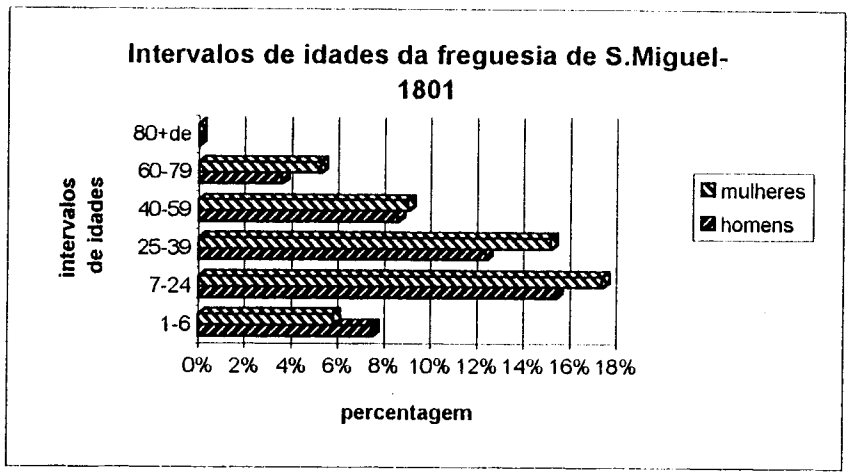
- globalmente, a cidade, apresenta uma taxa mais baixa, relativamente à comarca de Aveiro, estimada por Fernando de Sousa para o grupo de idades de 1-6 anos de 15.8%, e mais elevada relativamente ao grupo de 7-24, estimado em 31,6%[77].

[77]SOUSA, Fernando de - *A população portuguesa*..., o.c., v. 1, p. 128.

Gráfico 1


Intervalos de idades da freguesia de Vera Cruz-1801
intervalos de idade
80+de
60-79
40-59
25-39
7-24
1-6
0% 2% 4% 6% 8% 10% 12% 14% 16% 18% 20%
percentagem
mulheres
homens


Intervalos de idades da freguesia de Espírito Santo-1801
intervalos de idades
80+de
60-79
40-59
25-39
7-24
1-6
0% 2% 4% 6% 8% 10% 12% 14% 16% 18% 20%
percentagem
mulheres
homens


Intervalos de idades da freguesia de S.Miguel-1801
intervalos de idades
80+de
60-79
40-59
25-39
7-24
1-6
0% 2% 4% 6% 8% 10% 12% 14% 16% 18%
percentagem
mulheres
homens

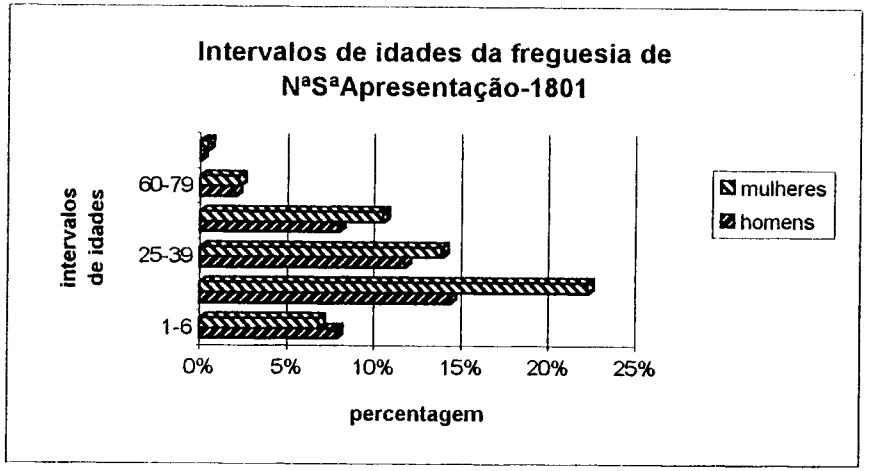
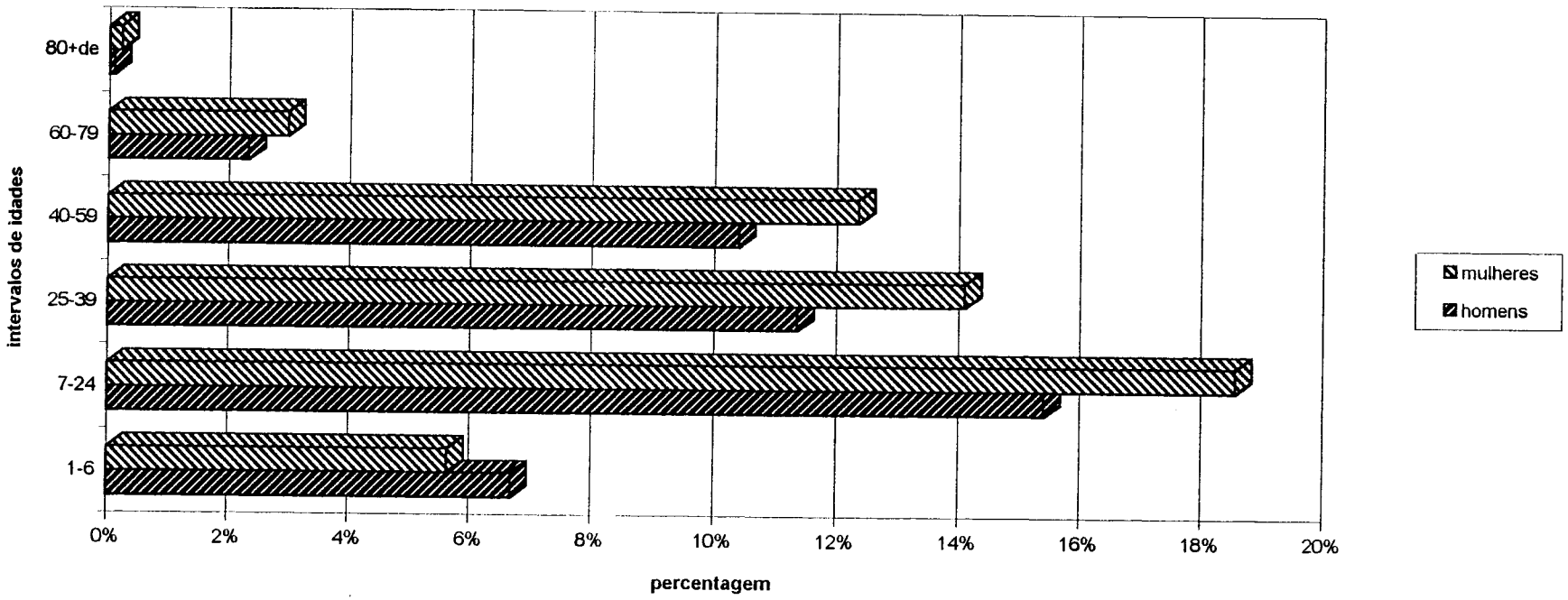

Intervalos de idades da freguesia de NªSªApresentação-1801
intervalos de idades
60-79
25-39
1-6
0% 5% 10% 15% 20% 25%
percentagem
mulheres
homens

Gráfico 2

Intervalos de idades em toda a cidade-1801



- se se considerar a percentagem de jovens entre 1 e 24 anos, ou seja, o grupo I e II, a freguesia de Apresentação apresenta-se à frente, com 51%, seguida, de perto, por Espírito Santo, com 49%, e, mais afastadas S.Miguel 46%, e Vera Cruz com apenas 38%;

- Vera Cruz apresenta, no I grupo, uma percentagem baixíssima, sinal duma natalidade igualmente reduzida;

- quando se passa para o grupo imediato, III, de população activa jovem, verifica-se que a maior percentagem se encontra, praticamente, invertida, em relação ao grupo anterior; primeiro, a freguesia de S.Miguel, com 27%, seguindo-a, de perto, as restantes de Vera Cruz e S.Miguel, e bem longe, com 22%, a de NªSªde Apresentação; este aspecto, pode indicar perturbações na estrutura de idades, provocadas por mortalidades ou migrações, aspecto que o quadro seguinte, respeitante às relações de masculinidade, poderá esclarecer;

- sobressai o forte envelhecimento da freguesia de Vera Cruz que apresenta, no grupo IV, uma percentagem de 33% de população activa velha, contrastando com as outras freguesias que oscilam entre 19 e 22%;

Em suma, a resposta à questão posta acima, relativamente aos altos quocientes habitantes/fogo, verificados em S.Miguel e Apresentação, parece tratar-se, no primeiro caso, de aglomeração em moradias de pisos, na área, dentro de muros, de maior concentração [ver cap.3], pois que, do ponto de vista urbanístico, apresenta construções em altura, e é também aqui que se parecem localizar os forasteiros, assim como grupos nobres e conventos, com utilização de pessoal doméstico e auxiliar. Em contrapartida, Apresentação, pertencendo também ao núcleo urbano primitivo (bairro piscatório), mal se atravessa o canal para a margem norte, tem a maior taxa de menores, cerca de 15% de crianças até aos 7 anos. Dever-se-á isto ao facto de apresentar um modelo familiar mais jovem e reprodutivo, como o quociente almas/fogos indica [ver quadro 14]?

As características das fontes não permitiram determinar grupos funcionais, dentro dos parâmetros recomendados (0-14, 15-64 e 65 e+)[78], mas, mesmo assim, tentamos aproximarmo-nos, fazendo alguns cortes

[78] NAZARETH. J.Manuel - *Princípios e métodos....* o.c.. p.172: ou então "0-19. 20-59 e 60 e + anos)

adequados. A partir desse grupos transformámo-los em índices que resumissem a informação ("índices-resumo"): GrupoI/População Total . 100, e o mesmo fizemos com os restantes grupos. Note-se, Espírito Santo e Apresentação com 50% de jovens, grupo I, e Vera Cruz, com acentuado grupo de "adultos", do grupo II. Veja-se:

QUADRO 16

Índices - Resumo da População de Aveiro em 1801

	I		II		III		Total	
	1-24		25-59		60 e mais		1 e mais	
Freguesias	N.	%	N.	%	N	%	N	%
Esp.Santo	558	49.5	503	44.6	67	5.9	1128	100
Apresentação	458	51.2	394	44	42	4.7	894	100
S.Miguel	413	46	405	45.2	79	8.8	897	100
Vera Cruz	344	37.6	544	59.5	26	2.9	914	100
Total	1773	46.3	1846	48.2	214	5.5	3833	100

Fonte: ver quadro anterior

Se a análise dos índices-resumos dos grupos funcionais parecem indicar algumas perturbações na estrutura demográfica da cidade, variável de freguesia para freguesia, as relações de masculinidade poderão completar a análise, pondo em evidência o duplo efeito idade-geração, como já se referiu no ponto anterior[79]. Atente-se no quadro seguinte:

QUADRO 17

Relações de masculinidade em 1801

	I	II	III	IV	V
	1-6	7-24	25-39	40-59	60-80
Esp.Santo	108	96	69	90	62
Apresesnt.	114	64	84	75	90
S.Miguel	128	88	81	95	68
Vera Cruz	137	84	89	78	160
Total	118	82	80	84	78

[79] Id., *Ibid.*, p.171.

Fonte: ver Quadro anterior

Neste quadro é saliente o baixo índice de masculinidade nas freguesias de Apresentação e Espírito Santo, respectivamente no grupo II e III. Se a partilha, entre sexos, parece seguir o processo normal de predominância masculina no grupo I (mesmo bastante altos, em Vera Cruz e S.Miguel), com o abaixamento consequente do índice de masculinidade, a verdade é que os índices atingidos por aquelas duas freguesias indicam modificações fortes na evolução normal da população. Levam-nos a pensar que existiam movimentos migratórios, provavelmente dependentes da estrutura sócio-profissional, tanto mais que com um grupo etário até 7 anos dentro dos parâmetros previstos, esvazia-se dos seus homens a partir dos 20 anos, senão mesmo mais cedo.

Este conjunto de quadros indica-nos um comportamento diferente de freguesia para freguesia: a de S.Miguel e, sobretudo a de Vera Cruz, denotam sinais de envelhecimento, na base e no topo da pirâmide: a primeira, com 13% no grupo de 0-6 anos, aproxima-se da média da cidade, 13%, mas apresenta 9% no V grupo (60-80), quando a média é de 5%; o índice-resumo acima dos 60 anos, mostra a maior percentagem relativamente a todas as outras freguesias, 8.8%, ou seja, um grupo de velhos considerável. Este carácter é muito mais pronunciado em Vera Cruz, com 7% no grupo I e 33% no grupo 4 (40-59) [ver quadro 9]. As freguesias de Espírito Santo e Apresentação mostram uma certa vitalidade, com uma base da população alargada, que estreitece nos grupos funcionais e que se volta a alargar no topo.

A tendência para um declíneo demográfico, entre a década de 30 e 50, e um marasmo até finais do século XVIII, com ligeira recuperação para as freguesias de N^{a}S^{a} da Apresentação e Espírito Santo, são as conclusões, até agora, possíveis de tirar; com a contagem dos registos paroquiais, tentaremos estabelecer uma cronologia mais rigorosa. Parece-nos que a distribuição populacional e o crescimento desequilibrado que se percebe, através destas avaliações globais da população, confirmam a tendência que apurámos no capítulo 3: a cidade cresceu e evoluiu, urbanisticamente, na zona de Apresentação com a construção dum novo canal e arruamentos e,

para sul, na freguesia de Espírito Santo, à volta da estrada larga a sair pela tradicional Porta da Vila.

O quociente familiar é notável como se viu no quadro 8 (incluindo os menores de 6) na freguesia de Apresentação, 4.3 habitantes por fogo em 1801. Parece-nos que, se se tiver em conta os grupos sociais aqui residentes, nomeadamente funcionalismo, comerciantes, marítimos e barqueiros que possuem, como provou Rui Cascão (relativamente à Figueira da Foz), uma estrutura do fogo, mais dilatada, entre 4.65 e 4.16[80], não admira a dimensão do fogo daquela freguesia, assim como a de S.Miguel. Como escreveu aquele autor "*a dimensão do fogo varia na razão directa da importância do estatuto social*", ou seja, maior número de filhos e maior proporção de indivíduos estranhos à família nuclear. A freguesia de S.Miguel, com maior taxa de ocupação por Km2 (juntamente com Espírito Santo), cresce em altura, como parece apontar a deliberação da Vereação em 1787, no sentido de que toda a edificação ou reedificação de casas não alterasse a altura em relação às mais próximas.[81]

3 - Os registos paroquiais e o movimento demográfico a vários tempos (longa duração e cíclico)

A utilização dos registos paroquiais de forma exaustiva seria a forma ideal de nos aproximarmos da realidade, partindo duma reconstituição de famílias que, definitivamente, avaliaria a vitalidade duma cidade, mas que constituiria um outro trabalho de investigação. O que nos preocupa, agora, é verificar quando e quanto foi afectada a evolução da população da cidade.

Conscientes dos limites que as próprias fontes impuseram desde a dispersão[82], às lacunas[83], e à suspeita inevitável de sub ou sobrerregistos, tentámos construir algumas séries [ver Anexo 10]. No caso dos óbitos está já

---

[80] CASCÃO. Rui - *Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX...*, *o.c.*, p.111.

[81] AMA. LV. n. 8. ss. 20/6/1787: à excepção dos que quisessem fazer casas de dois sobrados, tendo por vizinhas, casas de um só sobrado "*guardando-se nas mais uma uniformidade na sua altura e frente*".

[82] Parte dos registos paroquiais da então paróquia de NªSª da Apresentação ainda se encontram no Arquivo Paroquial da actual Igreja de Vera Cruz.

[83] A paróquia de S. Miguel não possui livros de Óbitos entre 1737 e 1787, de Baptismos de 1756 a 65, e de 76 a 80, e de Casamentos até inícios de XIX.

provado, para alguns casos, que uma percentagem significativa de crianças passava despercebida[84]. Em Aveiro, parece acontecer o mesmo, como as fontes, explicitamente, escrevem "*não acabou o registo [de baptismos] porque faleceu logo*"[85]. Além disto, distinguir uma mortalidade juvenil, dita de "menores", cujo critério variou, conforme se entendia, de confissão, abaixo dos 7, ou de comunhão, abaixo dos 14, torna-se difícil[86]. Felizmente que o facto de os párocos explicitamente escreverem menores de 7, ou então, quando passam a considerar menores de comunhão, e de indicarem as idades das crianças, uniformizou o critério.

Os baptismos parecem marcar exageros, especialmente na hipótese de registo de crianças expostas ou ilegítimas, exteriores à aglomeração, como parece certo acontecer na freguesia de S.Miguel, a partir da última década de XVIII e, sobretudo, inícios de XIX, quando oficialmente a Câmara foi notificada nesse sentido[87] [ver à frente, ponto B]. Mais delicado ainda se torna avaliar o montante dos casamentos, perturbado pelos jogos de migração. Ou então, contabilizar o eventual, o desconhecido, o pobre anónimo que a desgraça, a fome, a doença e a morte pôs termo ao percurso: "*andava a pedir pelas portas de cabelo e barba preta, testa larga e alta de cor trigueira, e de estatura ordinária, que morreu no palheiro do alpendre dos Religiosos Dominicos, aonde muitos pobres mendigos se costumam recolher, ao qual pobre nada se achou do seu espólio mais do que alguns farrapos cheios de piolhos*"[88]. Com estas cautelas, trabalhamos pela aproximação.

Um simples olhar, sobre as curvas, lança uma certeza (nesta visão global, retiramos a freguesia de S.Miguel pelas lacunas já referidas): não há uma evolução brutal ou cortada por pontos bem demarcados, a cidade estagna (ver gráficos 3, 4, 5, 6 e 7). Nada de surpreendente, porque o mesmo se passa um pouco por toda a Europa[89]. Mas a análise das curvas e cálculos

---

[84] AMORIM, M. Norberta - *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico...*, *o.c.*, p. 386: refere ao longo do séc. XVIII um sub-registo de menores de 7 anos, e mesmo o não registo de crianças falecidas antes de receberem o baptismo solene.

[85] ADA, RP, Espírito Santo, L. 13, f. 101, 31/8/1794.

[86] ADA, RP, Espírito Santo, acontece a partir de 1801.

[87] AMA-L, Registo Geral, n. 1684, f. 92: «*Portaria e Instruções para a criação e aproveitamento dos engeitados e orfãos*»-1812.

[88] ADA, RP, Espírito Santo, Óbitos, L. 27, 11/5/1808.

[89] VRIES, Jan de - *La Urbanizacion de Europa...*, *o.c.*, p.259 «*a importância das migrações no estudo do crescimento urbano é indiscutível, ainda que actualmente o papel demográfico especifico desempenhado pelos emigrantes seja objecto de discussão* »; BAIROCH, Paul - *De Jéricho à*

Gráfico 3

Evolução do movimento demográfico em 3 freguesias: Apresentação, Vera Cruz e Espírito Santo 1695-1815

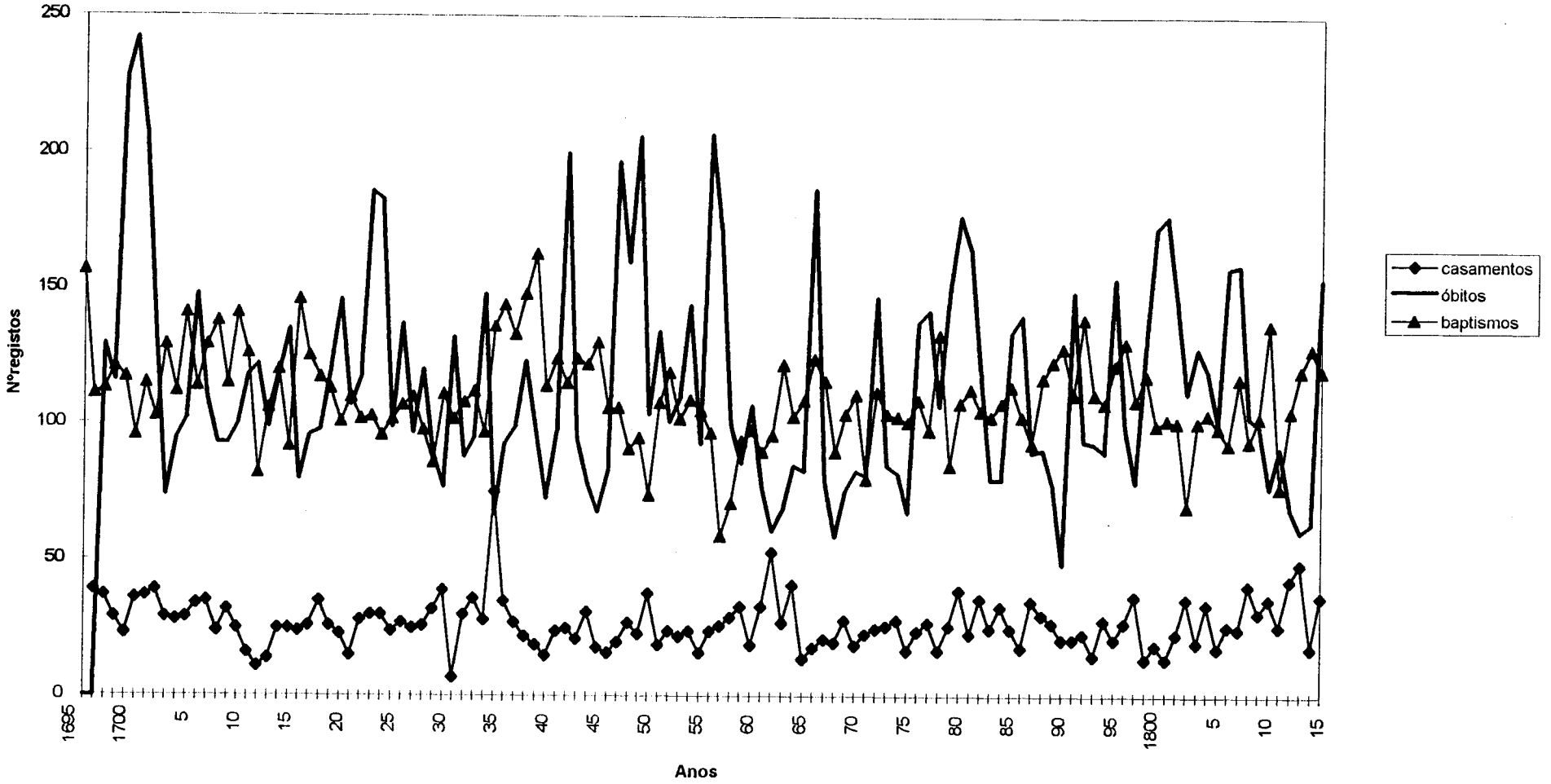


Gráfico 4

Movimento demográfico da freguesia de NªSªApresentação 1695-1815

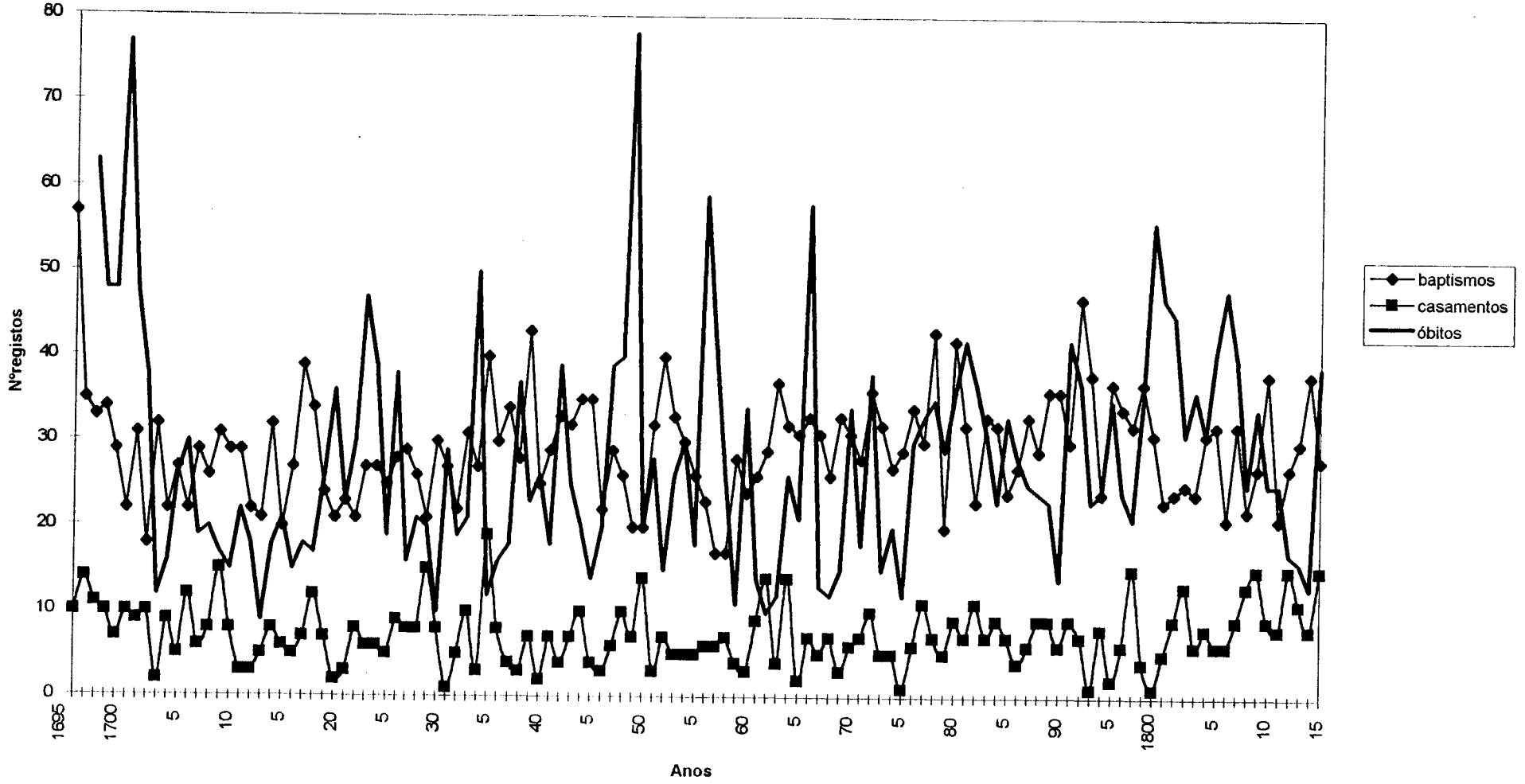


Gráfico 5

Movimento demográfico da freguesia de Vera Cruz 1695-1815

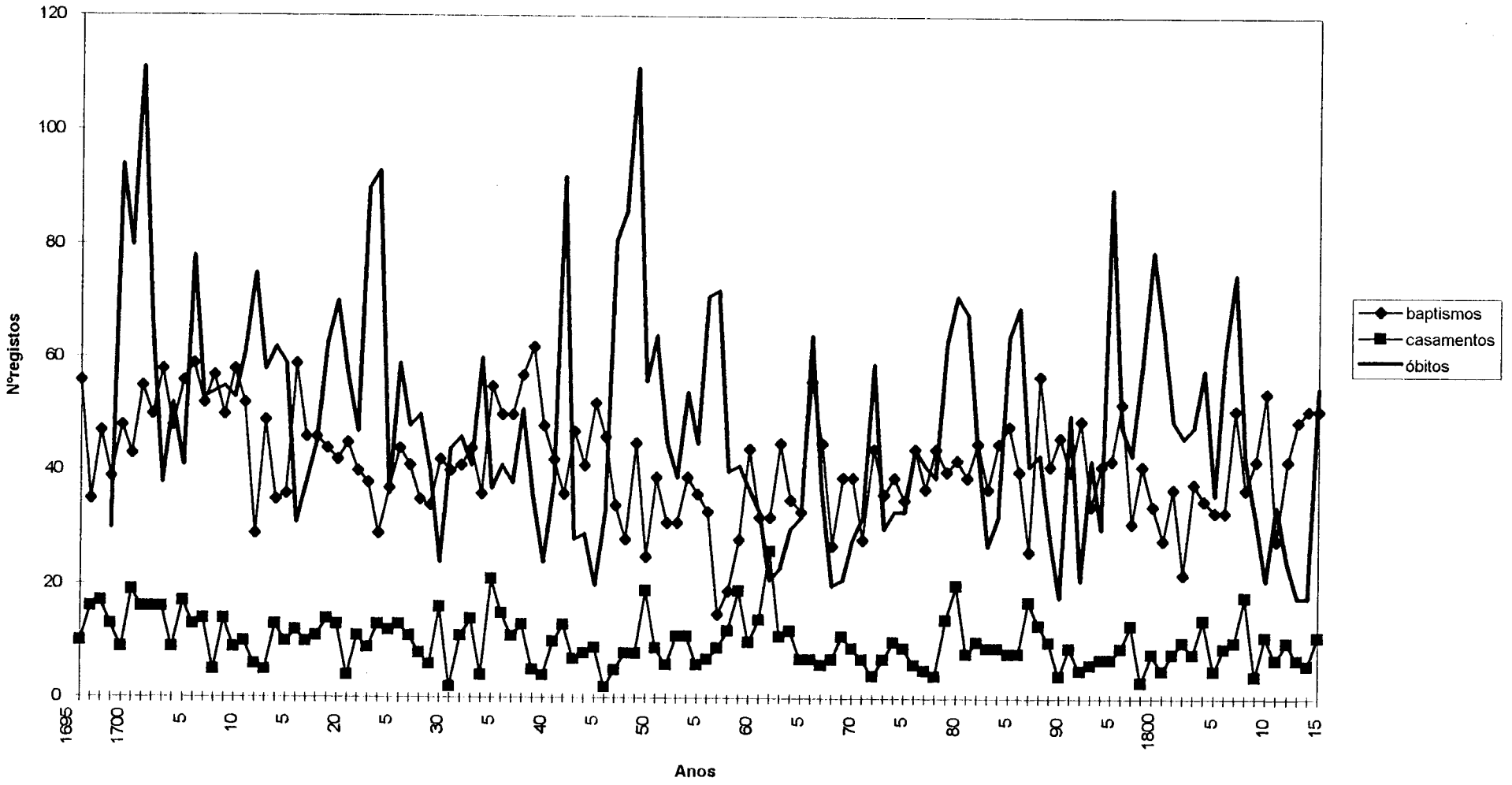


Gráfico 6

Movimento demográfico da freguesia de Espírito Santo 1695-1815

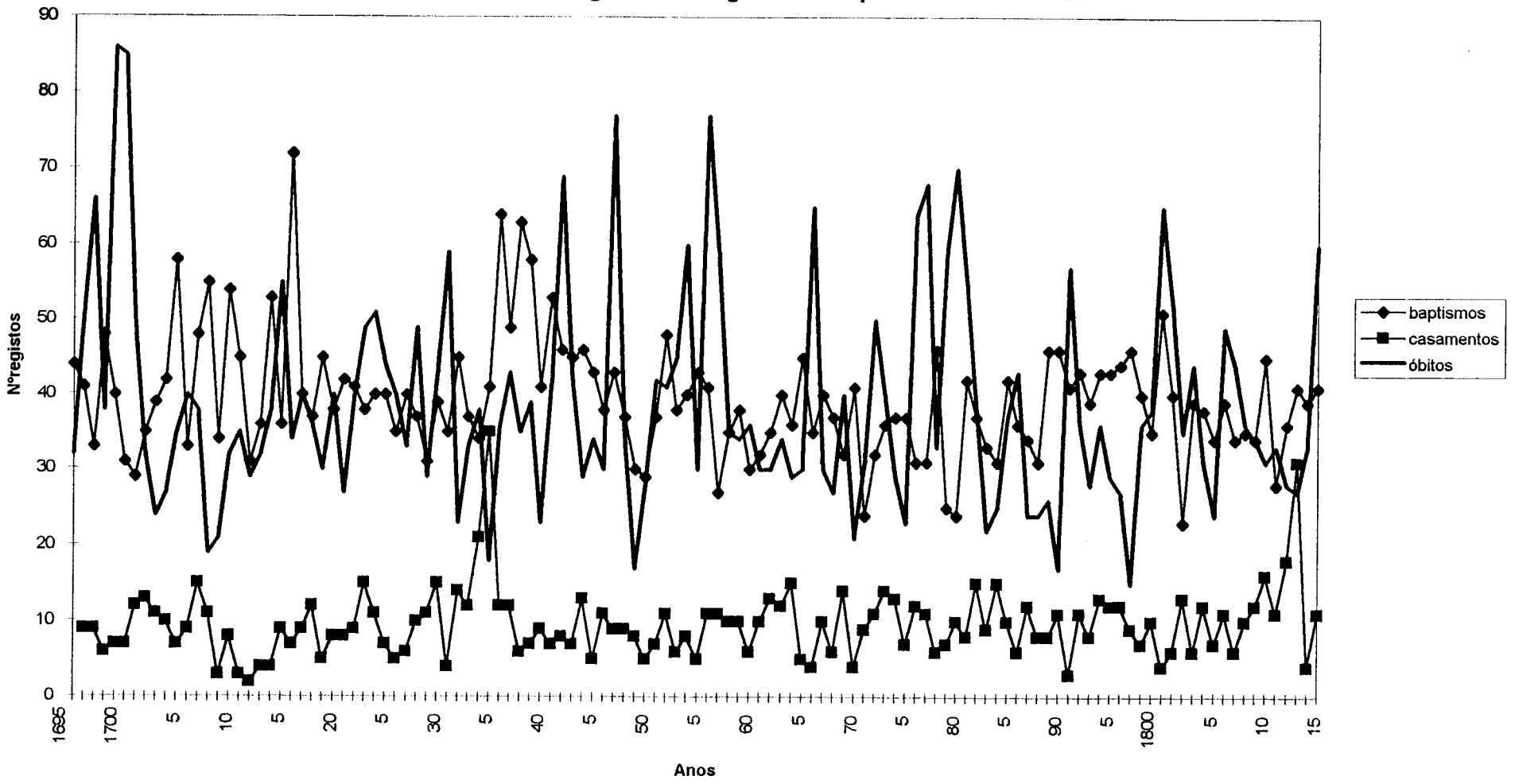
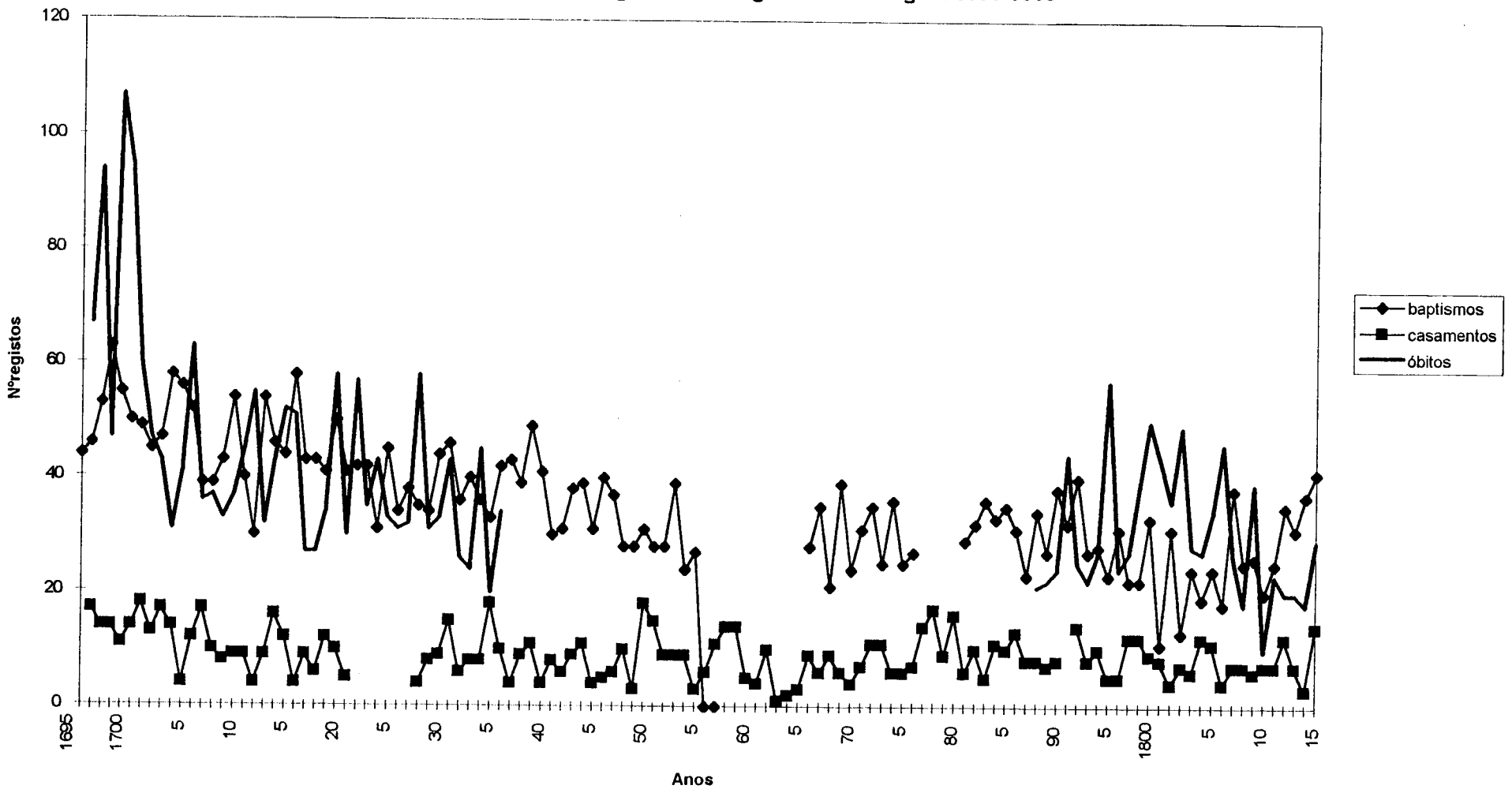


Gráfico 7

Movimento demográfico da freguesia de S.Miguel 1695-1815



operados, nos possibilitarão avaliar as verdadeiras interrupções do crescimento demográfico e procurar justificações.

A - Mortalidade e crises demográficas

Parece, hoje, ponto assente que as grandes epidemias e fomes não funcionaram, ao longo do Antigo Regime, como único factor de contenção do crescimento demográfico, ou seja, numa perspectiva maltusiana de aferição entre recursos e progressão geométrica populacional[90]. Os estudos mais regionalizados provaram que, tal explicação, mecanicista, esbarrava com argumentos fortes como sejam: o real crescimento de efectivos, ao longo da época moderna, a incidência de crises em regiões não tão densamente povoadas e, sobretudo, em períodos cujo ritmo de crescimento vinha a diminuir. Verificou-se que, após uma crise, os mecanismos de nupcialidade e natalidade tendiam, rapidamente, a repor os efectivos perdidos, e isto devido essencialmente, a um abaixamento da idade média de casamento, a um rejuvenescimento da fecundidade, pois que a mortalidade permite, mais cedo, a substituição de fogos envelhecidos, aspecto só compreensível se for entendido o sentido do casamento no Antigo Regime: ou seja, não existe casamento sem casa, sem fogo; logo, era preciso o desaparecimento dos pais para o casal assegurar a sua independência económica. Daí perceber-se que "*as crises de mortalidade ao estimularem o crescimento, levam a substituir os casais velhos por jovens em plena fecundidade*"[91]. Constata-se, assim, que as oscilações bruscas da mortalidade, desencadeadas por múltiplas razões, provocaram respostas a nível da nupcialidade e natalidade; logo o grande interesse em aprofundar o estudo das primeiras que nos conduzirão ao estudo das tendências demográficas.

Mexico..., o.c., p. 268: « *um balanço natural negativo: a cidade aprovisiona-se no campo não somente em alimentação mas também em homens*».

[90] Aspectos sintetizados em NAZARETH, Manuel, SOUSA, Fernando de - *A Demografia portuguesa em finais do Antigo Regime..., o.c.*, p. 7 e 8.

[91] Id., *Ibid.*, p.11.

A metodologia que utilizámos foi, há muito, claramente proposta num artigo de François Lebrun: "*se se quiser estudar serenamente as crises demográficas de tipo antigo [...], é preciso evitar todo o pressuposto teórico e toda a generalização[...]. O percurso correcto consiste em estabelecer primeiro uma cronologia precisa das crises [...], a partir dos registos de óbitos da paróquia ou da região estudada, depois classificá-los em função da intensidade a partir dumas das escalas propostas, enfim analisar cuidadosamente as causas e efeitos utilizando todas as fontes disponíveis: dados mensais dos registos paroquiais, repartição dos óbitos por idade nos anos de sobre-mortalidade, registos de hospitais, mercuriais com eventual correlação entre preços e óbitos, todas as fontes narrativas...*"[92] Seguimos o conselho.

O gráfico 8 apresenta os óbitos acumulados das quatro freguesias, verificando-se, à primeira vista, alguns bicos mais pronunciados. Porém, a falha de registos da freguesia de S.Miguel, por 50 anos consecutivos, invalida o seu tratamento conjunto. Assim sendo, foi a partir do somatório das outras freguesias que desenhámos o trend [ver anexo 11 e gráfico 9], e realizámos toda a estatística utilizada.

Os valores da tendência[93] dão-nos uma ordenada a=115.16, e cada ano diminui - 0.16 (valor de b), ou seja uma descida da mortalidade muito lenta (e nunca abaixo dos baptismos). Mas a análise das flutuações, a partir dos desvios à tendência (ver anexo 12), flutuação cíclica (médias móveis de cinco desvios), e flutuação não cíclica (diferença entre desvios e média móvel dos desvios)[94], destaca os períodos mais críticos de todo o século. O gráfico 10 assinala os seguintes períodos relativos a uma flutuação cíclica crítica:

QUADRO 18

Anos de assinalável flutuação cíclica

1700-1703
1721 - 1725
1747 -1751
1754 - 1758
1777 - 1783
1797 - 1808

[92] LEBRUN. François - *Les crises demographiques en France aux XVII et XVIII siècles..., o.c.*, p.208.

[93] A recta está ajustada aos dados pelo método dos mínimos quadrados; seguimos aqui o método proposto em FLOUD. Roderick - *Métodos cuantitativos para historiadores..., o.c.*, p. 113 a 119.

[94] Id. , *Ibid.* , p. 121 « Método para separar as três influências sobre uma série temporal»; embora se possa discutir o âmbito das médias móveis, ímpares de 3, 5, 7, 9, ou mais, estamos sempre a operar cortes, de certa forma, arbitrários; preferimos seguir o exemplo de Roderick Floud.

Gráfico 8

Óbitos acumulados nas 4 freguesias de Aveiro 1695-1815

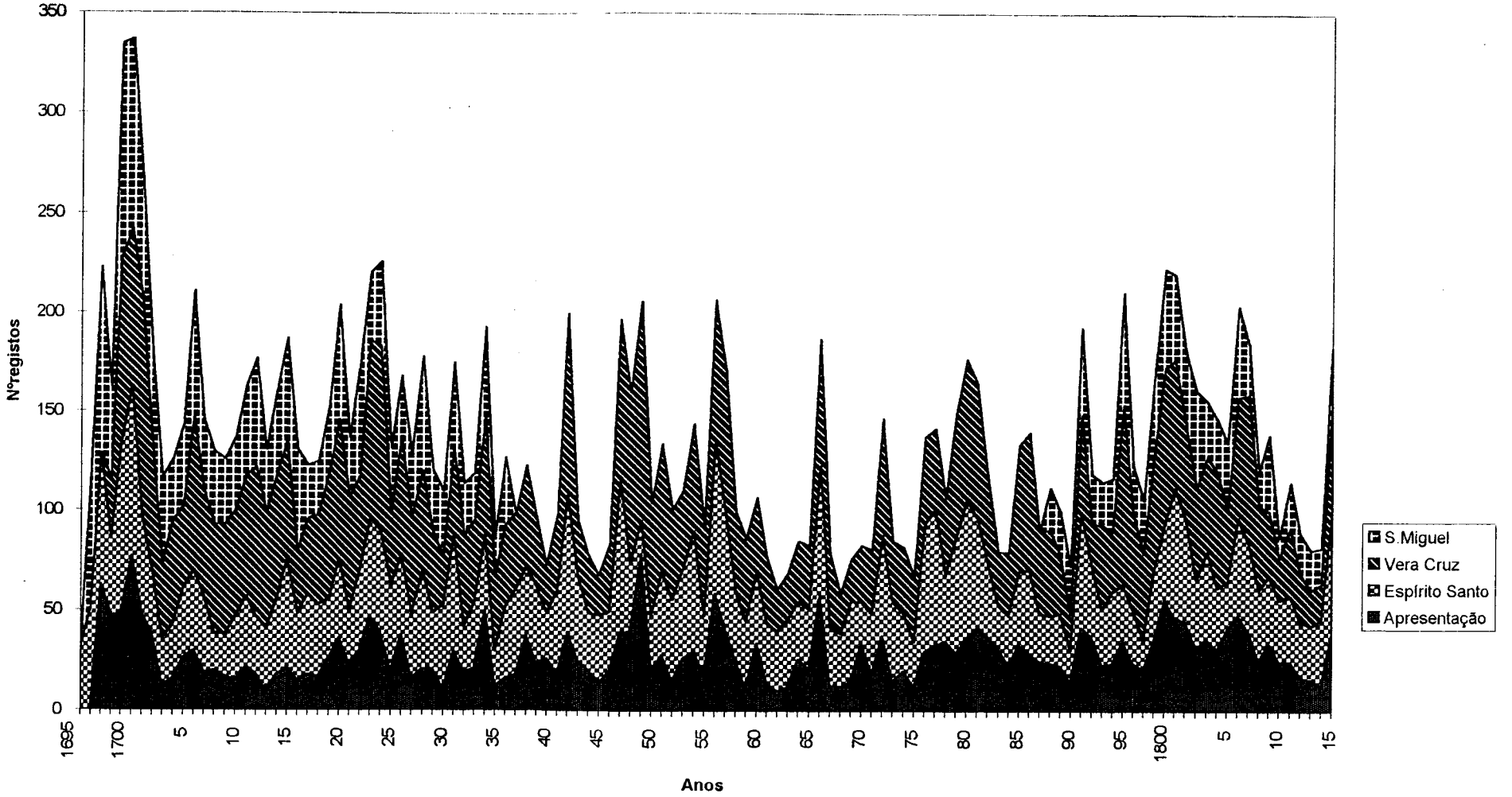


Gráfico 9

Tendência linear dos óbitos e baptismos 1695-1810

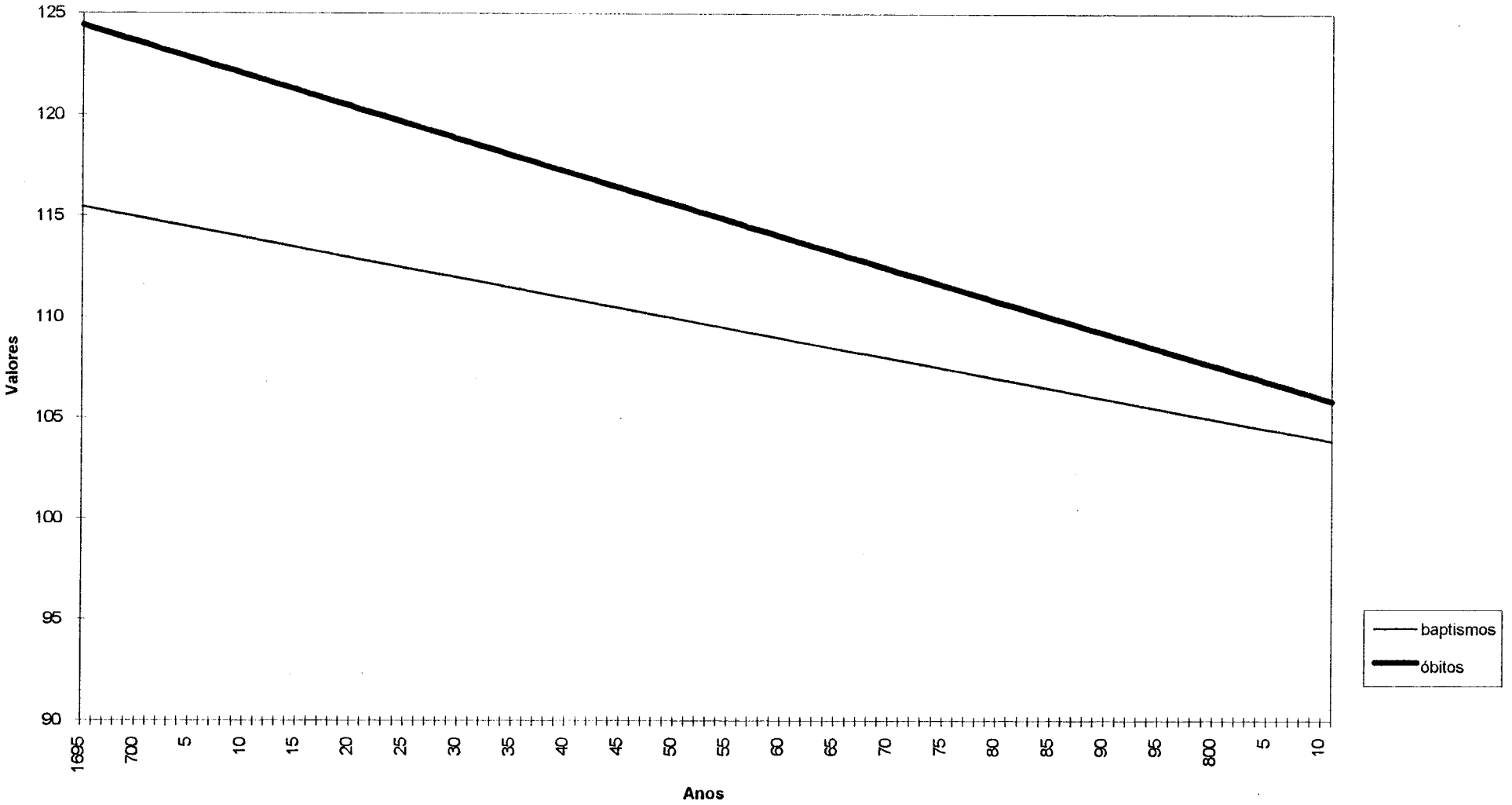
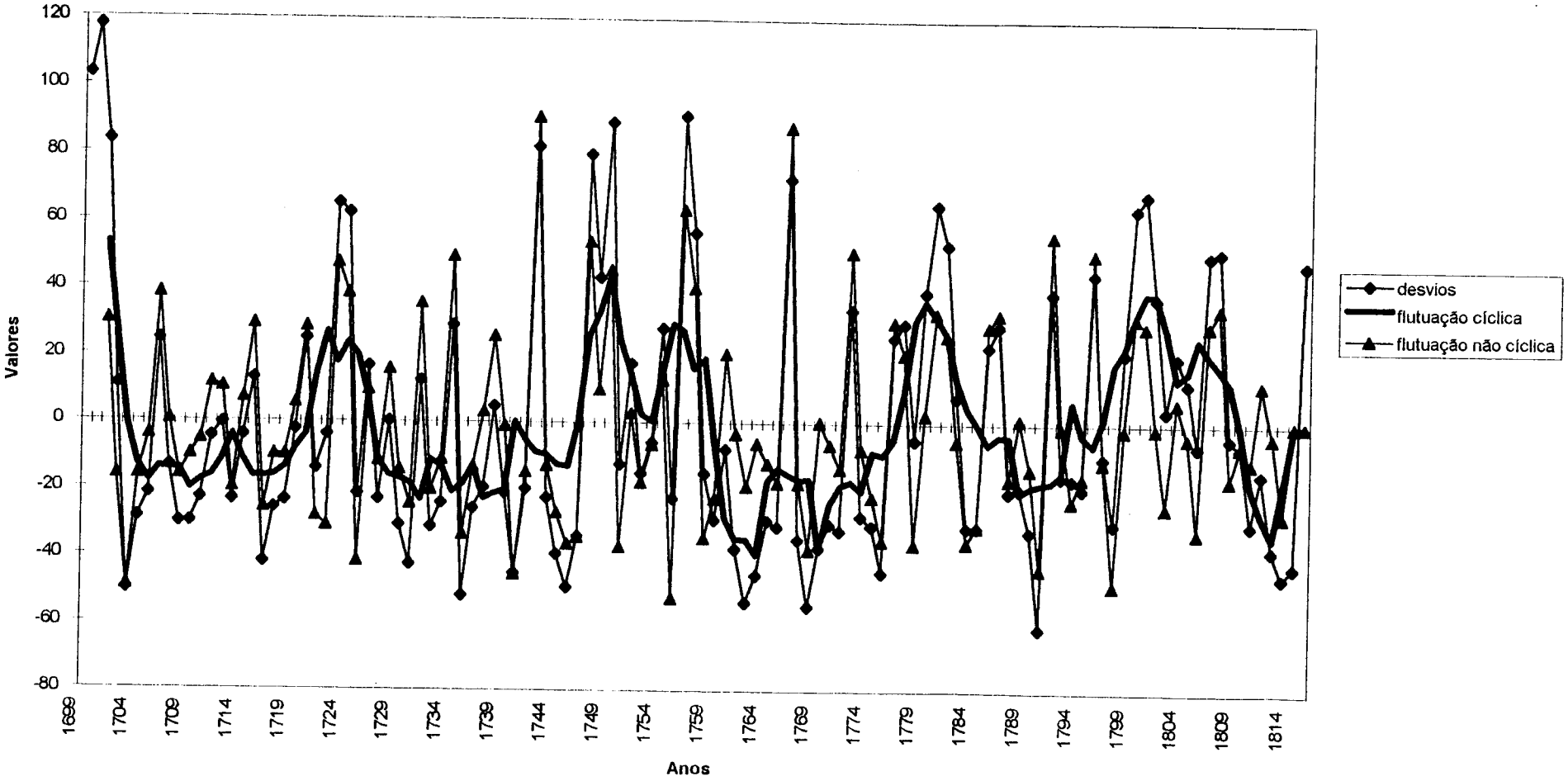


Gráfico 10

Desvios, flutuações cíclicas e não cíclicas dos óbitos, em 3 freguesias (Apresentação, Espírito Santo e Vera Cruz) 1699-1815



Fonte: Anexo 2, gráfico 8

Entretanto, o ziguezaguiar dos desvios e flutuações não cíclicas, apontam, como anos de picos assinaláveis, os de 1700/1701, 1723/1724, 1742, 1747/1749, 1756/1757, 1766, 1772, 1781/1782, 1785/1786, 1791, 1795, 1800/1801, 1806 e 1807.

Para uma análise mais detalhada da intensidade das crises, utilizámos o método de medição das crises de mortalidade, baseado, exclusivamente, na estatística dos óbitos, segundo o método preconizado por Dupâquier[95].

QUADRO 19

Intensidade das crises de mortalidade[96]

em 3 freguesias (Apresentação, Espírito Santo e Vera Cruz)

Anos	Intensidade	Magnitude	%óbitos menores
1706	1 a 2	menor	59
1715	1 a 2	menor	63
1720	2 a 4	média	54
1723	4 a 8	forte	28
1724	2 a 4	média	39
1734	1 a 2	menor	68
1742	4 a 8	forte	39
1747	2 a 4	média	55
1748	1 a 2	menor	30
1749	1 a 2	menor	31
1756	1 a 2	menor	45
1766	1 a 2	menor	65

[95] A apresentação das diferentes metodologias em PEREZ MOREDA, Vicente - *Las crises de mortalidad en la Espana interior..., o.c.*, p. 93 a 112. Entretanto, DUPÂQUIER, J. na sua tese: *La population Rurale du bassin Parisien à l'époque de Louis XIV...*, o.c., p. 248. desenvolve a sua metodologia.. Em DAVID, Henrique - *As crises de mortalidade no concelho de Braga(1700-1880)...*, o.c., p.27 e 28, apresenta as diferentes metodologias de medição de crises de mortalidade, seleccionando a de Dupâquier por uma série de razões que invoca, e repete num seu outro artigo *Aspectos da mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)...*, o.c., p.77, entre as quais o recorrer-se apenas a um tipo de fontes, a simplicidade e rapidez dos cálculos matemáticos, a introdução do desvio-padrão que anula as disparidades entre freguesias de desigual dimensão.

[96] DUPÂQUIER, J. - *La population rurale...*, o.c., p.248: I = D-M/σ, em que I- intensidade da crise num ano X, D- número de mortos num ano X, M- média aritmética dos 10 anos em torno dessa data, σ - desvio padrão dos óbitos durante aqueles 10 anos, ou seja, na escolha dos anos à volta do ano X, utilizamos os 10 anos anteriores, com excepçao dos 5 primeiros anos da série, em que contamos com a média de 5 anos anteriores e 5 posteriores, recuperando assim 5 anos de informação. Depois, Dupâquier, propõe uma escala de diversas magnitudes que pode atingir a crise:

Magnitude	I - Intensidade
crise menor	de 1 a 2
crise média	de 2 a 4
crise forte	de 4 a 8
crise importante	de 8 a 16
grande crise	de 16 a 32
catástrofe	de 32 ou mais

1772	1 a 2	menor	62
1776	1 a 2	menor	28
1777	1 a 2	menor	50
1779	1 a 2	menor	36
1780	2 a 4	média	24
1781	1 a 2	menor	53
1791	1 a 2	menor	49
1795	1 a 2	menor	66
1798	1 a 2	menor	48
1799	2 a 4	média	55
1800	1 a 2	menor	39
1806	1 a 2	menor	42
1815	1 a 2	menor	63

Fonte: Anexo 3

Desta lista se tiram algumas conclusões: os anos em que se destacam crises médias e fortes situam-se na 1ªmetade do séc.XVIII, particularmente, nos anos quase consecutivos de 1720, 23 e 24, e ainda 1742 e 1747. Porém, devem tornar-se demolidoras as crises menores ou crises médias sucessivas, como sejam 1747 a 1749, antecedidas por uma crise forte em 1742, ainda toda a década de 70 e, finalmente, de 1795 a 1800.

A análise do saldo fisiológico nas três freguesias de que possuímos dados completos [Anexo 14, gráfico 11], reforça esta ideia duma sequência de anos negativos: de 1699 a 1702, toda a década de 20, de 45 a 60, de 76 a 86 e, por fim, de 95 a 1809.

Igualmente pertinente, é observar quais os grupos etários mais atingidos; assim verificamos a percentagem de menores, até 7 anos de idade, no total dos óbitos (anexo 14 e gráfico 12), assim como a percentagem desses menores relativamente aos baptismos (ver anexo 14 e gráfico 13); finalmente, comparam-se os anos de crises, segundo o método de Dupâquier, com as percentagens de óbitos de menores (ver quadro 19). Por este último método, constatou-se que nos anos de 1723, 24, 42, 48 e 49, 76 a 81 não se tratou de crises por mortalidade juvenil, mas por mortalidade adulta; pela comparação da percentagem de óbitos de menores, sobre os baptismos, verifica-se que é superior a 50% nos anos de 1706/7, 15/16, 20/21, 25/27, 34/35, 1749, 1755, 1758, 1766/67, 72/73, 78 a 1780, 1787, 92, 96, 1800, 1804 a 1808 (ver gráfico 13 e Anexo 14). Esta conjugação de informações explica o modesto saldo fisiológico nos anos que se seguiram, a difícil substituição de gerações, a inviabilidade dum crescimento demográfico, visto

Gráfico 11

Saldo fisiológico nas 3 freguesias de Apresentação, Vera Cruz e Espírito Santo 1697-1815

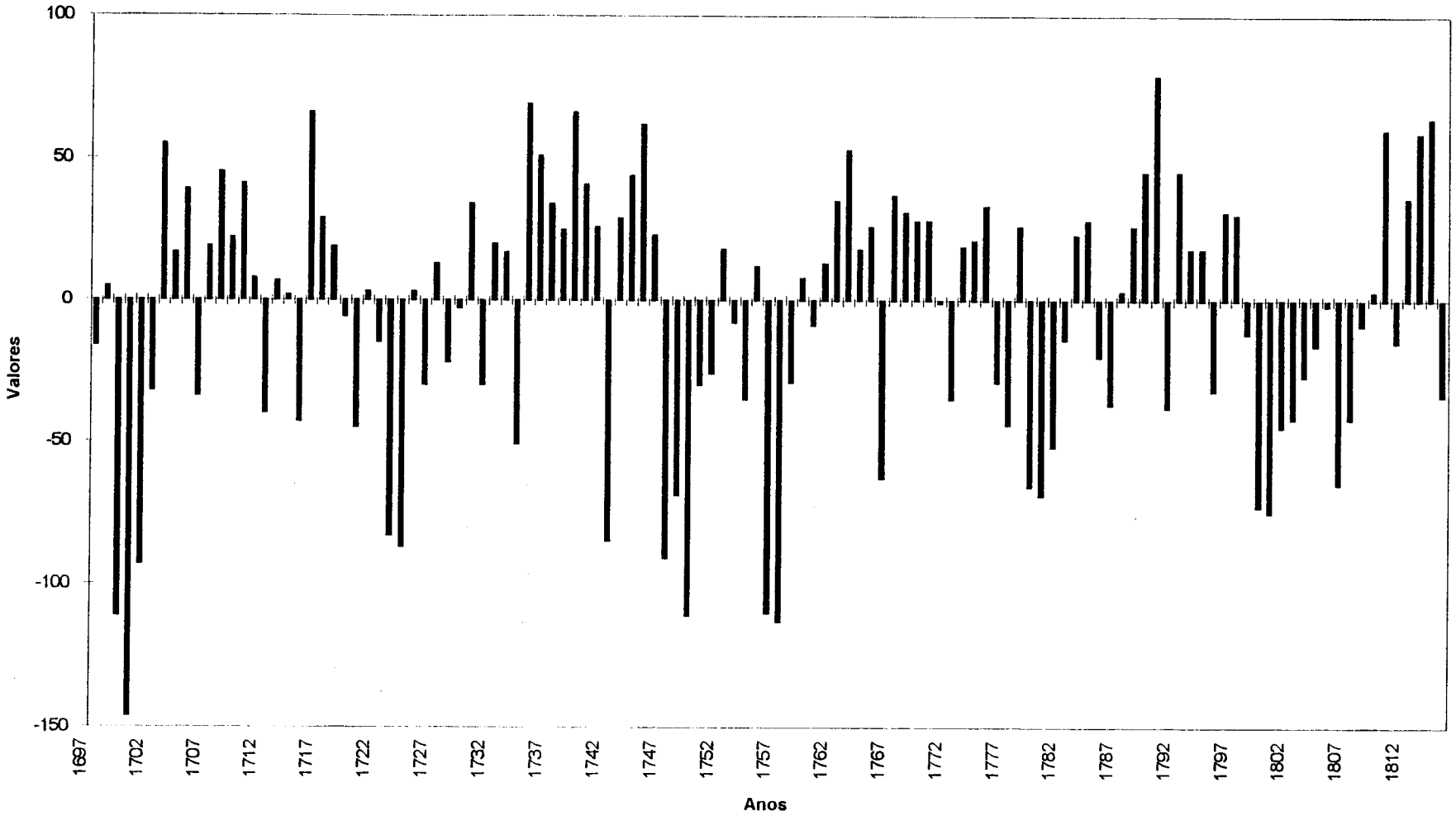


Gráfico 12

Percentagem de óbitos de menores em três freguesias: Apresentação, Vera Cruz e Espírito Santo 1697 a 1815

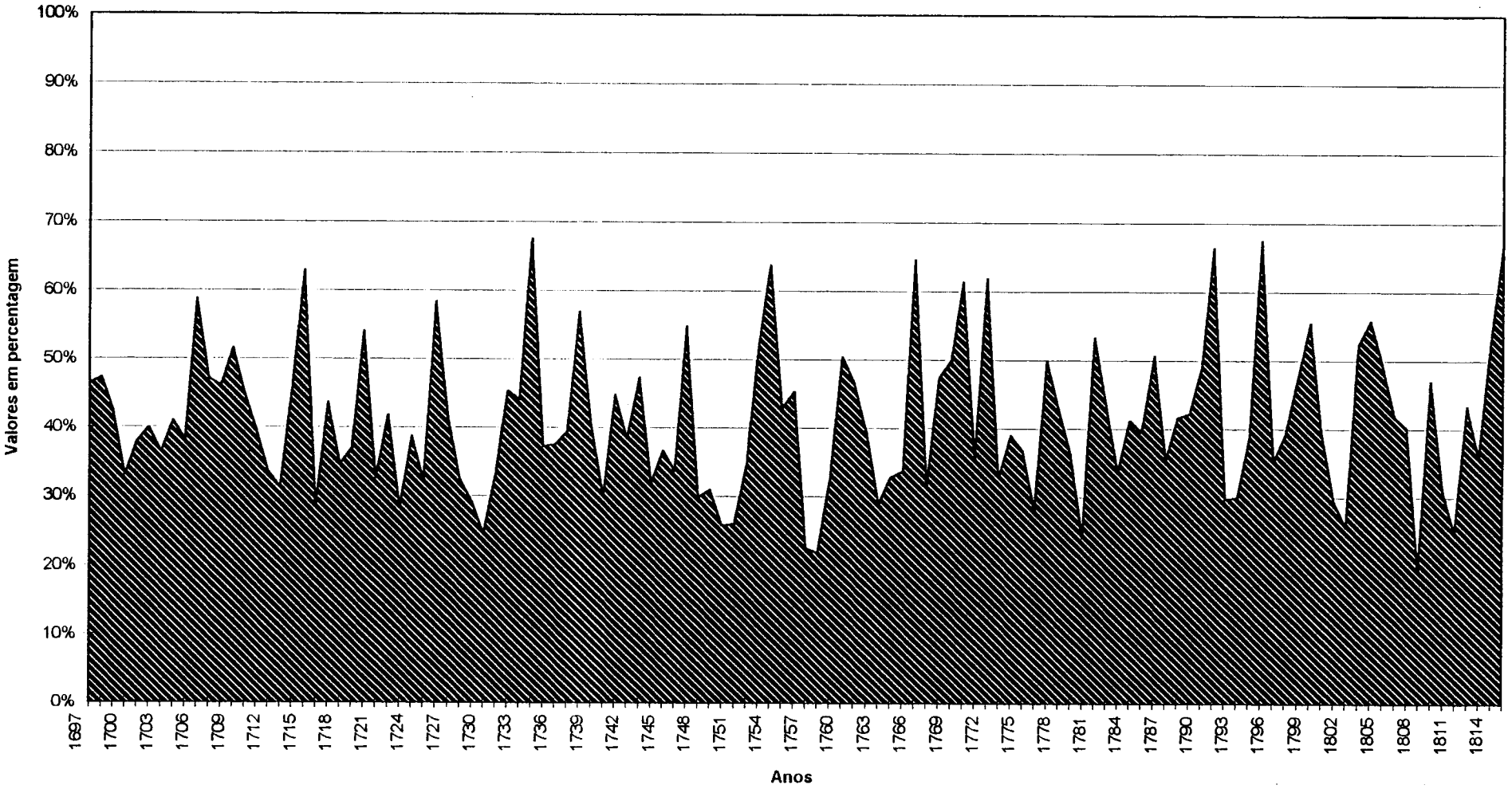


Gráfico 13

Percentagem de óbitos de menores sobre os baptismos 1699-1815

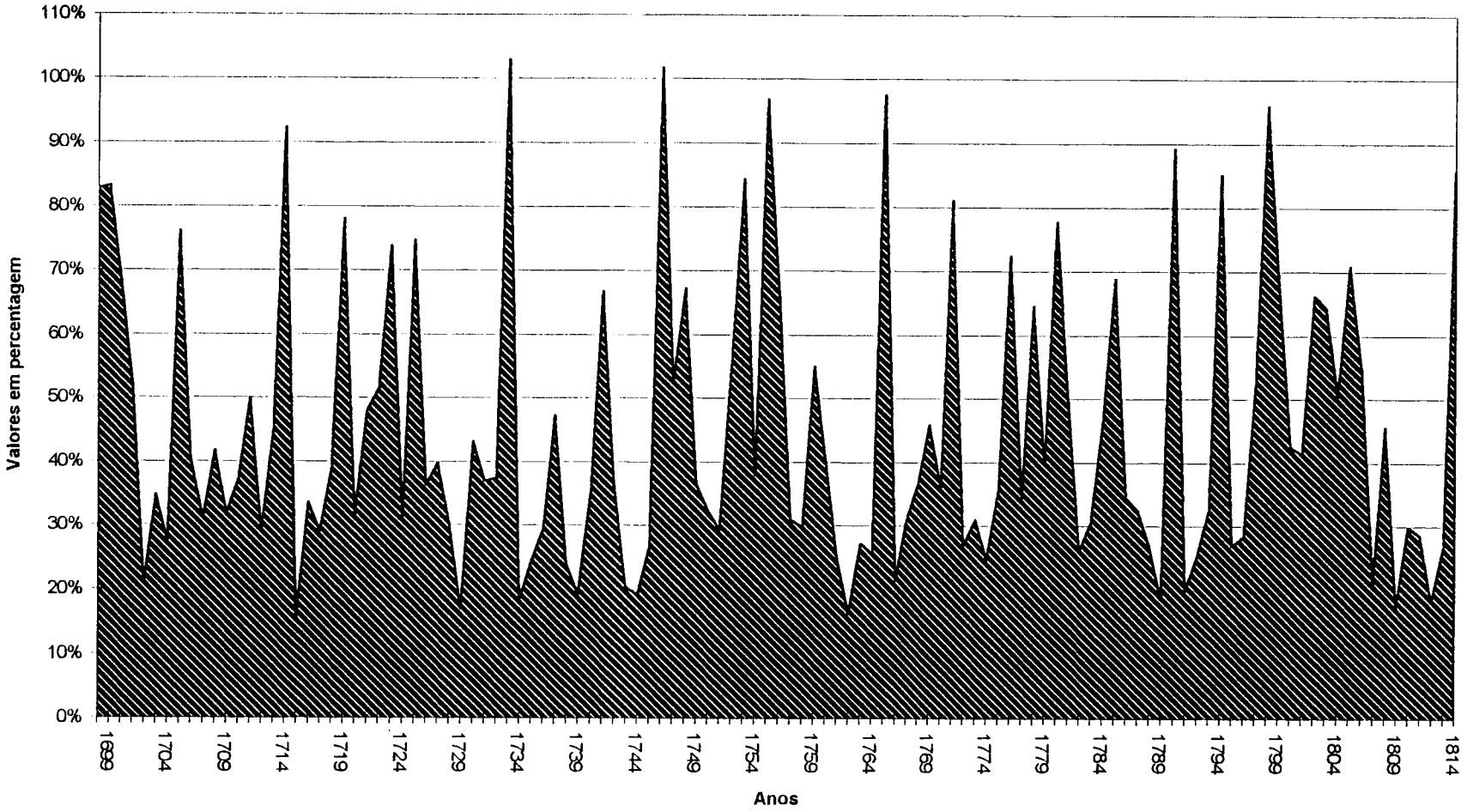
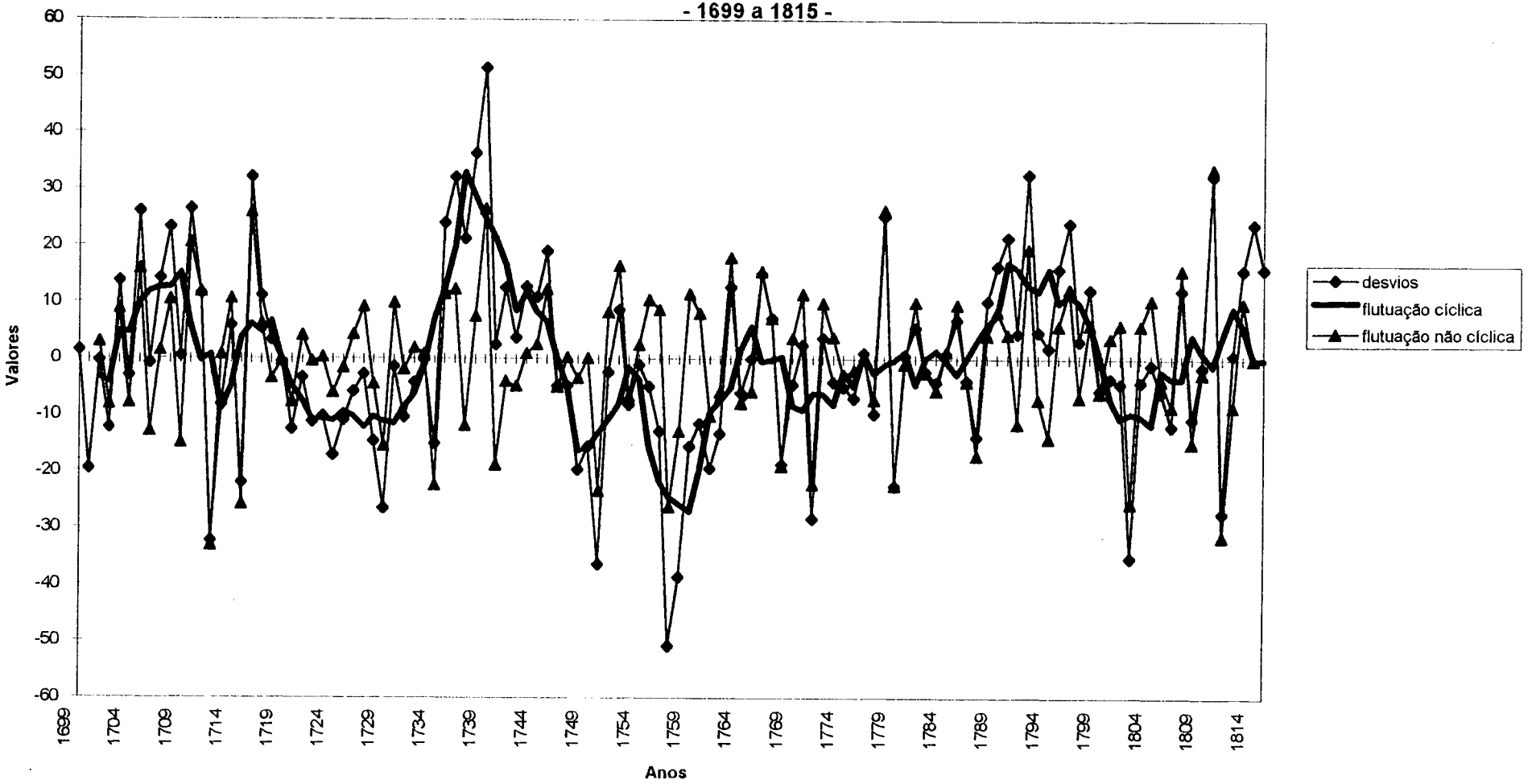


Gráfico 14

Desvios, flutuações cíclicas e não cíclicas dos baptismos, em 3 freguesias (Apresentação, Espírito Santo e Vera Cruz)
- 1699 a 1815 -



que os grupos, em idade de reprodução, ou em crescimento, foram, certamente, afectados.

Precisamente nos anos de 41/42 e 46/50 a Misericórdia contabilizou no seu livro de Assentos, espécie de registo da vida quotidiana da Instituição, um balanço dos óbitos a seu encargo, no seu Hospital. Acrescente-se que foi o único momento, em todo o século, que a Mesa da Misericórdia se debruça sobre estes encargos, comprovando, em nosso entender, o período mais difícil do século.

QUADRO 20

Falecidos no Hospital da Misericórdia: 1741/43, e 1746/50

Ano	Mulheres	Homens	Crianças	Total
1741/42	123	85	60	268
1742/43	80	50	26	156
1746/47				110
1747/48				156
1748/49	79	36	35	150
1749/50	90	90	25	205

Fonte: ASCMA-L. 12 e 13: Livros do termos. . .

Vejamos, por último, as taxas brutas de mortalidade, distinguindo a adulta da juvenil (até 7 anos). Fazemo-lo em duas datas, 1758 e 1802, só possível, na 1ªdata, por termos concluído e demonstrado no ponto anterior (2.A), que o número de habitantes da cidade era praticamente o mesmo, multiplicando o quociente 3.6 por fogo ao número de fogos de 1758:

QUADRO 21

Evolução das taxas brutas de mortalidade, adulta e juvenil

para os anos de 1758 e 1801

Anos	Fogos	População	Maiores	Menores	Ób.Mai #	Ob.Mn. #	TBM	TMJ
1758	1047	3769	3316*	453**	90	53	37.9% 0	117%0
1801	1059	3793	3321	472	70	53	32.4% 0	112% 0

* número de almas de 1758; ** deduzindo as almas da população total
média de óbitos do decénio anterior

Parece certo que as taxas brutas de mortalidade oscilavam, na população pré-industrial, entre os valores 35 e 45 por 1000, sem notáveis modificações; tal amplitude é resultado, em parte, da dificuldade material de recolher dados precisos, em parte, porque influenciada pela composição, por idades, da população, mais velha ou mais jovem[97]. Aveiro insere-se neste leque de valores, tendendo a diminuir em inícios de XIX[98]

Relativamente à mortalidade juvenil, neste caso de menores de 7 anos, a percentagem atingida, 117 ou 112 por mil, mostra-se inferior à do Porto, freguesia de S.Ildefonso, no período de 1779-94, cuja taxa de mortalidade infantil e juvenil (0-7 anos), era de 269.5%0[99]. Outra possibilidade de analisar, de forma aproximativa, a mortalidade juvenil, é precisamente utilizar a designação e quantificação da época de "menores de 7 anos", e verificar a percentagem, relativamente aos nascimentos e ao total dos óbitos. Ou seja, se a mortalidade dos "menores" era de mais de 40 % dos nascidos, seria então, com muita aproximação da ordem dos 50% do total dos óbitos[100]. Feito este cálculo (ver Anexo 14), comparando os óbitos de menores de 7 anos, com os baptismos, verifica-se que aqueles representam, em média, 45%, e a média dos óbitos de menores de 41%, relativamente aos óbitos totais, o que aponta para uma forte taxa de mortalidade infantil e juvenil.

A acreditar nalguns valores conhecidos para o período de 1899-1903, em Aveiro, a taxa bruta de mortalidade era de 14.16%0[101], muito abaixo da da cidade do Porto que era das mais altas no contexto europeu, com valores superiores a 30 por 1000, e uma forte mortalidade infantil[102], ligeiramente acima das taxas de Lisboa qualquer que fosse o sexo[103].

Os factores para uma mortalidade acentuada seriam múltiplos e difíceis de destrinçar. As crises frumentárias criam condições de subnutrição, acolhem doenças, sem se saber, propriamente, onde termina e começa a

---

[97] PÉREZ MOREDA. Vicente - *Las crises de mortalidad en la España interior....* o.c., p.133.
[98] Id., *Ibid.*, p.137. aponta para a Europa interior um abaixamento da taxa..
[99] SANTOS. Cândido dos - *Nota sobre a mortalidade infantil nos sécs.XVIII e XIX..., o.c.*, p.47 a 76.
[100] PÉREZ MOREDA. Vicente - *Las crisis de mortalidad....* o.c., p.161.
[101] LEITÃO. Nascimento - *A Bacia Hidrográfica de Aveiro. . .*, p. 166
[102] DAVID. Henrique - *A Mortalidade no Porto em finais do sé. XIX..., o.c.*, p. 270
[103] Id.- *Alguns aspectos da mortalidade em finais do séc. XIX - as cidades do Porto e Lisboa..., o.c.*, p. 193.

influência de cada um dos agentes. Concretamente, para o ano de 1741/42, os Livros da Alfândega (do Consulado) indicam a entrada de cereais, do exterior, para colmatar a fome[104]; nos anos de 1768, entra cereal da França; nos anos de 1768 a 1770, e 1789 a 1790, houve quedas acentuadas das rendas de dízimas nas freguesias, à volta de Aveiro; nos anos de 1790 e 1801, a Câmara reflecte sobre o esvaziamento dos celeiros; para reforçar esta falta de pão, os preços do trigo de Aveiro apresentam grandes picos nos anos de 1742, 1768-70, 1779-81, e 1789[105].

Também a falta de condições higiénicas era um factor apetecível para a propagação de epidemias, com esgotos a céu aberto e, no caso de Aveiro, os canais como locais de despejo das imundícies, estagnação das águas. As notícias de inundações ligadas ao entupimento da Barra são várias, em particular, as de inícios de XIX[106]. Contudo, já anteriormente, tais contrariedades haviam suscitando várias providências desde procissões como em 1776[107], até ao contrato com médicos e cirurgiões, estipulando o preçário das consultas na eventualidade "*de doenças graves e perigosas*" em 1766[108], sem esquecer aqueles que, pela sua "*habilidade*", eram reconhecidos pelo Desembargo do Paço como curadores de "*cancros e tumores cirrosos*"[109].

---

[104] Ver cap.8.1.

[105] Ver cap. 5.3.

[106] Os projectos de abertura da Barra, reflectem a aflição das inundações provocadas pela barra obstruída. Entre elas, encontra-se descrita a que teria terminado com a abertura da Barra em Abril de 1808 "*as agoas que cobrião as ruas da Praça desta cidade e os bairros do Alboi e da Praia, baixaram*", in NEVES, F. Ferreira - *Documentos Relativos à abertura da actual Barra..., o.c.*, p.295.

[107] Em 1776, refere-se a procissão a S.Sebastião, para aplacar «*as doenças graves que presentemente atingem a cidade*»: AMA-LV, n. 8.ss.28/8/1776. Aliás, a Vereação tinha a seu encargo a conservação e promoção da capela a S.Sebastião, na freguesia de Espírito Santo (ver cap.3), onde, anualmente, a Vereação acorria à procissão, a 20 de Janeiro, que saía da Igreja de S.Miguel, com a imagem de S.Sebastião com uma relíquia no braço, sendo obrigado a acompanhá-la uma pessoa de cada casa, sob pena de multa. Ver AMA, LV, n. 8, ss. 28/8/1776, ainda QUADROS, Rangel de - *Aveiro-Apontamentos Históricos..., o.c.*, p.60; Id. - *Apontamentos Históricos...o.c.*, v. 3, « *Procissão da Festa de S.Sebastião*», p.215. A capela de S.Sebastião, foi demolida, em 1839, por ameaçar ruína, e reedificada em 1896 onde voltou a acolher a imagem e relíquia de S.Sebastião como se lê em CHRISTO, António - *Capelas de Aveiro..., o.c.*, p.67. Se o culto ao Santo definir as oscilações das pestes, parece que, só nos finais do 1ºquartel de XIX, haveria um declínio daquela devoção, renovado com os surtos epidémicos de finais do mesmo século.

[108] O Senado acordou: pessoa de nobreza ou de negócio que viva com abundância, 480 reis para cima; de algum ofício mecânico, pescador, lavrador ou trabalhador, 200 réis para cima; pobre, nada pagará: AMA, L.8, ss. de 9/9/1766.

[109] Sessão do Senado em que foi apresentada uma provisão, expedida pelo Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço, e alcançada por Dª Antónia Josefa Rita Joana e seu marido, o Capitão Francisco

A justificação próxima para tal mortalidade torna-se difícil de apurar, visto que os registos paroquiais quase não dão referências. A crise de inícios de XIX parece ser justificada pela grave mortalidade juvenil, provocada por "*sesões*", que lavravam desde Setembro de 1804, retomando em Outubro de 1805, Setembro a Novembro de 1806, e Agosto a Novembro de 1807, como os livros de óbitos da freguesia de Espírito Santo parecem indicar; mas, além destas, as bexigas, sarampos, catarral, malinas[110]. As situações de mortalidade provocadas por uma alimentação deficiente ou mesmo fome, criam condições para o desenvolvimento de infecções[111]. Os trabalhos sobre a higiene de Aveiro, embora de inícios deste século, salientam a variedade alimentar da cidade que dispõe de peixe e carne, simultaneamente; o exemplo estaria na alimentação própria dos marnotos e gente da beira-mar, residente na freguesia de Apresentação e ainda prolongamentos para Vera Cruz, mas que, atendendo à oferta local, não seria muito diferente da população, em geral:

. ao Almoço (hoje, pequeno almoço), sardinha assada ou cozida, ou peixe da ria, fresco e miúdo, ou bacalhau assado, cozido ou frito e pão de milho ou trigo;

. ao Jantar (hoje, almoço), caldo de feijões ou de hortaliça e toucinho; uma vez ou outra, carne de porco fresca, ou vísceras de boi (fressura) ou de porco; e mais raras vezes, (ao domingo) carne de boi e arroz; ou, quando havia abundância, peixe fresco de diferentes espécies (caldeirada) e batatas ou, além do caldo, sardinha fresca ou salgada, assada ou cozida, ou frita; algumas vezes, papas de farinha de milho com abóbora, peixe ou crustáceos; ou arroz com enguias ou moluscos, pão de milho e vinho;

. à Ceia (hoje, jantar), peixe, predominando a sardinha e o bacalhau, com hortaliças ou batatas; ou ainda moluscos ou crustáceos; ou pão de milho "*os mais pobres, quando o mar não dá e não podem chegar à carestia do*

José Ferreira da Costa, para poderem fazer curas de cancros e tumores cirrosos sem que sobre as referidas curas se pudessem intrometer os comissários do cirurgião-mor, o que todos acharam ser útil ao bem comum; sobre o mesmo ver AMA, LV, n. 8, ss. 14/8/1766.

[110] A freguesia de Espírito Santo é a única que entre meados do ano de 1803 e 1818 indica, quando se trata de menores de 7 anos, a causa do óbito: ADA, RP, Espírito Santo, L. 26.

[111] PEREZ MOREDA, Vicente - *Las crises de mortalidad...*, o.c., p. 80-81.

peixe salgado, leva-os a miséria a fazer resistência à fome com hortaliça ou batatas condimentadas intencionalmente com o sal barrento, já servido na salgação da sardinha"[112].

Mas, se a alimentação, no geral, era variada, no que diz respeito à da primeira infância seria deficiente; na verdade, os higienistas de inícios deste século referem a introdução, precoce, da alimentação da família (sopas de caldo), na alimentação das crianças, quer por ignorância, quer porque as suas mães tinham que passar tempo fora de casa, deixando os mais novos ao encargo dos mais velhos[113], como acontecia nos bairros piscatórios de Apresentação, onde a população feminina também se ocupava, na sua maioria, nas indústrias da ria, na escolha, contagem, salgação, acondicionamento e venda de peixe, ou então na baldeação do sal[114].

Resta-nos comparar as crises sentidas em Aveiro com as de duas localidades, uma do norte, Braga, e outra do interior, fronteiriça, de Idanha-a-Nova; e ainda com o Algarve, até à década de 70, do séc.XVIII [115]; veja-se:

- a crise de inícios de século, 1705/6 é comum às localidades estudadas, pela conjugação dos efeitos da Guerra de Sucessão de Espanha, particularmente na terra de fronteira, devido à falta de alimentos e às epidemias;

- 1720-24, anos de crises médias e fortes, em Aveiro, verificam-se em Idanha entre 1721 e 1723, com características semelhantes; parece tratar-se dum surto epidémico que se vai estendendo de umas para outras freguesias, atingindo, tal como em Aveiro, sobretudo os adultos; para Braga, o ano de 1722, nota um recrudescimento para fora da cidade, apontando também para um surto epidémico; o Algarve não escapa, embora "*nada permite supôr calamidades*"[116]

- 1734, o mesmo acontece em Braga, embora com menos incidência; em Idanha, situação ainda mais agravada; como Romero de Magalhães acentua, no Algarve, tal crise verifica-se entre anos de más colheitas[117];

---

[112] LEITÃO, António do Nascimento - *A bacia hidrográfica*. . . . o. c. . p. 150.
[113] SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro*. . . . o. c. , p. 92.
[114] LEITÃO, A. do Nascimento - *A bacia hidrografica*. . . . o. c. , p. 149
[115] DAVID, Henrique - *Aspectos da mortalidade no concelho de Braga*..., o.c.; MOREIRA, Maria João Guardado - *Vida e morte no Concelho de Idanha-a-Nova..., o.c.* MAGALHÃES, Romero de - *O Algarve económico*.... o.c.
[116] Id., *Ibid.*, p.71.
[117] Id., *Ibid.*, p.73 e 181;

porém, no Norte, a crise não parece estar relacionada com a fome, uma vez que à volta de Tibães se verificaram bons anos agrícolas[118], assim como no Alentejo se indicam boas produções[119], o que atira a responsabilidade desta crise para um surto epidémico;

- 1742, parece tratar-se de uma forte crise local. Não se detecta em Braga, ou os sinais são muito ligeiros nos anos de 1739 e 44; mas as informações da costa Algarvia, atingida por pestes que grassavam na Europa e África, colocaram os seus portos de prevenção relativamente a embarcações e passageiros provenientes do Mediterrâneo[120]; pode colocar-se a hipótese de o mesmo ter acontecido em Aveiro, por se tratar de porto de mar;

- 1747 a 1749, em paralelo com Aveiro nota-se uma crise acentuada em Idanha, sentida, igualmente, na Espanha interior; parece ser comum à França, caracterizada por "*um maior peso da mortalidade adulta, embora a infanto-juvenil não tenha valores muito distantes, sobretudo em 1747 (adulta 52% e 48% para a infanto-juvenil)*"[121];

- 1756, aparece isolada nesta década; nos restantes locais com que fazemos comparações, a crise surge nos anos seguintes (1757 para o Algarve[122]), ou anteriores (1755 para Idanha[123], 1754 para Braga[124]), motivada por falhas na produção agrícola. Em Aveiro poderá estar relacionada com progressivo entupimento da Barra (empiricamente aberta em 1759, como se veu no cap.2), a existência de águas paradas, a formação de febres e a consequente percentagem de óbitos de menores (45%);

- 1766, 1772, 76, 77, 79, 80, 81, difícil decénio, apenas com uma crise média, as restantes crises menores, mas sucessivas. Os óbitos atingem quer menores quer maiores, sobretudo os primeiros. A crise torna-se mais vincada quando se comparam, em termos percentuais, os óbitos de menores sobre os baptismos ou sobre a totalidade dos óbitos. Em Idanha, verificam-se crises que se estendem a outras freguesias vizinhas e, ao longo de vários

---

[118] DAVID, Henrique - *Aspectos da mortalidade*.... o.c., p.79.
[119] MOREIRA, Mª João Guardado - *Vida e morte* ..., o.c., p.108.
[120] MAGALHÃES, Romero de - *O Algarve económico*..., o.c., p.74.
[121] MOREIRA, Mª João Guardado - *Vida e morte*..., o.c., p.118.
[122] MAGALHÃES, Romero de - *O Algarve económico*..., o.c., p.149.
[123] MOREIRA, Mª João Guardado - *Vida e morte*..., o.c.,p.127.
[124] DAVID, Henrique - *Aspectos da mortalidade*..., o.c., p.80.

anos. Porém, os factores não são claros[125]. Em Aveiro, a falta de cereais, a queda dos índices de dizimarias e a subida de preços indicam a articulação entre fomes e óbitos, com possíveis doenças entretanto associadas;

- 1791, uma crise menor verificada igualmente em Braga onde ganhou características de febre tifóide, que teria grassado um pouco pelo Norte[126]; neste ano, a Barra fechara-se e águas estagnadas propiciam o eclodir de febres;

- 1795, 98, 99, 1800, sentem-se quer em Idanha[127], quer em Braga[128]; em Aveiro as mesmas crises estão relacionadas com estados de subnutrição e fome que a conjuntura agrícola deficitária indica, mas igualmente "sesões", "malinas" e "catarral", epidemias, que o pároco diligente, da freguesia de S.Miguel, refere;

-1806, crise menor, que, localmente, os registos paroquiais indicam como anos em que grassam "sesões"; nada se refere em Braga, que só mais tarde, em 1809, irá sofrer os efeitos das Invasões Francesas[129]. Aveiro poderá ter antecipado tal influência, ao acolher gente fugida de outras paragens, em busca de protecção, visto não ter sido directamente atingida;

-1815, "vermes, bexigas, sarampo, escarlatina", anota o atento pároco da freguesia de S.Miguel; a percentagem altíssima de óbitos de menores indica epidemias de crianças. Em Braga, já nos anos de 1811, 1812, se fala de efeitos das Invasões, mas de menores consequências[130].

B - Natalidade e marginalidade

O trend secular apresenta-nos uma surpreendente queda de concepções, que embora lenta, b= - 0.10, explicará, apesar da diminuição tendencial dos óbitos (b= - 0.16), a manutenção dos efectivos populacionais (ver gráfico 9 e Anexo 15).

[125] MOREIRA, Mª João Guardado - *Vida e morte*..., o.c., p.139.
[126] DAVID, Henrique - *Aspectos da mortalidade*..., o.c., p.82.
[127] MOREIRA, Mª João Guardado - *Vida e morte*..., o.c., p.151.
[128] DAVID, Henrique - *Aspectos da mortalidade*..., o.c., p.81.
[129] Id., *Ibid.*, p.83.
[130] Id., *Ibid.*, p.84.

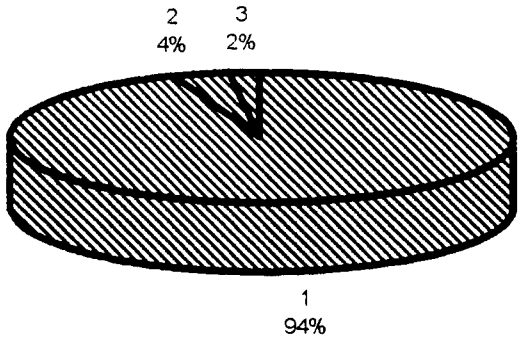
Mais uma vez, utilizámos apenas as três freguesias com dados contínuos, e elaborámos o gráfico 14 que mostra as flutuações cíclicas e desvios ao trend (ver Anexo 16). Apenas em dois momentos de flutuação cíclica se indica a recuperação às crises de mortalidade: o primeiro de 1735 a 1745 movimento positivo, após a mortalidade de 1734; o segundo de 1787 a 1797 com flutuação de menor amplitude, embora positiva, após a crise de 1772 a 1784. De resto, os desvios e flutuação cíclica dão-nos um quadro de estabilidade.

Na análise deste movimento de concepções, entra o registo de expostos e ilegítimos, índice que pode permitir a medição da abertura da cidade em relação a uma área de influência e atracção, visto que a mobilidade traria, muito provavelmente, modificações de comportamento e dificuldades de sobrevivência. Evidentemente que, na estatística operada até aqui, excluímos estes montantes, tanto mais que os expostos eram quase sempre baptizados na freguesia de S.Miguel que, como já escrevemos atrás, pelas lacunas de meados do século, excluímos dos totais de baptismos, óbitos e casamentos.

Aveiro, ao longo do séc. XVIII, nunca contou no total dos baptismos com mais de 2% de ilegítimos e 4% de expostos, percentagens quase insignificantes, como se pode verificar no gráfico seguinte:

Gráfico 15

Ilegítimos e expostos (%)



1-total, 2-expostos, 3-ilegítimos

Entenda-se que, por ilegítimo, consideramos: criança filha de mãe solteira e pai casado, ou ambos solteiros, claramente indicado pelo pároco; e expostas, as abandonadas anonimamente. A evolução do número de

ilegítimos e expostos [ver anexo 17], visualizada no gráfico 16, demonstra que até 1775 o número de expostos foi sempre inferior ao dos ilegítimos, ultrapassando-o em dois momentos: 1775 a 1785 e 1802 em diante, disparando em 1810 para números que rondam os 40% dos nascimentos!

A percentagem de 6% de expostos e ilegítimos aproxima-se dos valores apresentados para Rouen[131]; nesta cidade, entre 1740 e 1789, a média percentual rondava os 6.5%, enquanto que em Aveiro, para o mesmo período, era de 3.3%; de 1790 a 1819 a média é já de 20.4% para Rouen e para Aveiro de 1790 a 1809 ainda de 2.4%, mas nos 5 anos seguintes, de 1810 a 1815 subiu, vertiginosamente, para os 22.8%. Ou seja, foi principalmente, na 2ª década de XIX, que os níveis de marginalidade se aproximaram de outros casos. No Porto, o movimento das exposições acentua-se "*nos fins do século XVIII e torna-se espectacular no princípio de XIX até à Revolução Liberal*"[132]. Em Guimarães, na década de 90, ascende rapidamente, atingindo os 32% na zona urbana; de 1800 a 1809 os 40.8%, e, na década seguinte, 54.8%[133], percentagem muito superior a Aveiro mas que prova uma mesma cronologia.

Na verdade, por volta de Agosto de 1783, foi dada ordem à Câmara pelo Juízo da Provedoria, para que fosse criada a Roda dos Expostos[134]. Até então, as crianças eram colocadas ou às portas de conventos, capelas ou igrejas, ou mesmo de figuras da governação da cidade, procurador ou corregedor [ver anexo 18]. A partir daquela data, existia, oficialmente, uma Roda, na cidade; porém, a falta de verbas levou a que se enviassem para a Roda da cidade do Porto "*na forma que sempre se praticou sem que houvesse perigo algum nos expostos, sendo eles enviados por pessoas de probidade à custa da Câmara*"[135]. Ficou assim estabelecido, em Dezembro de 1785, que os expostos fossem recolhidos na Roda, na freguesia de S.Miguel, Rua da Corredoura, onde seriam baptizados e alimentados e, em seguida, enviados para a Roda do

---

[131] BARDET, Jean-Pierre -*Rouen...*, o.c., p. 320 e 331. No quadro da página 320 comparam-se várias cidades francesas que demonstram a aceleração dos finais de XVIII e inícios de XIX.

[132] SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820...*, *o.c.*, p. 26.

[133] AMORIM, Maria Norberta - *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico...*, *o.c.*, p. 236.

[134] AMA, LV, n. 8, ss. 2/8/1783, segundo a lei datada de 30 de Maio de 1783 que obrigava a criação de Roda dos Expostos em todas as vilas e cabeças de concelho.

[135] AMA, LV, n. 8, ss. 22/2/1784. A falta de verbas foi uma dificuldade desde o primeiro momento: ss. 2/8/1783, 3/11/83, 21/4/84, 20/10/84, 17/8/85.

Porto, por a cidade não possuir rendimentos suficientes para as diferentes despesas, amas de leite ou de fora[136], o que se confirma pelo gráfico 16, ao indiciar uma queda imediata das exposições. Finalmente, em 1812, uma portaria e instruções para a "*criação e aproveitamento dos engeitados e orfãos*"[137], despoletou um processo de inspecção à Casa da Roda, averiguando-se que, além dos maus tratos, por vezes, "*havia pouca actividade do dito Rodeiro em participar a entrada dos mesmos expostos ao Procurador do Concelho logo que são recolhidos à Roda*"[138]. Alargaram-se, então, as fintas ao Termo da cidade "*pelas muitas despesas que tem havido na sua condução à Roda do Porto, em razão do grande número de expostos*"[139].

Este conjunto de afirmações corroboram a estatística, embora não se saiba, ao certo, se foi a institucionalização da Roda que atraiu maior número de exposições, ou o contrário, sendo provável que um factor acelerou o outro. Na verdade, já para Guimarães, Norberta Amorim verificou que depois da criação da Roda, a percentagem de enjeitados ou expostos, fora da zona urbana, decai, porque passou a haver um acolhimento oficial, orientado para a cidade[140]. Com efeito, parece-nos que o engrossar do número dos expostos se relaciona com a legislação e a criação de instituições próprias para receber os abandonados, anonimamente, facto que se verificou noutras cidades europeias[141]. Mais ainda, a curva dos expostos, no Porto, mostra, claramente, que houve um decréscimo de exposições, a partir de 1783 até 1787 e, a partir de então, uma subida vertiginosa[142]; isto é, parece ter havido um desafogo da cidade que desviava as exposições, mas que, perante as dificuldades financeiras de estabelecimento das Rodas locais, voltou a recolher um número crescente de crianças.

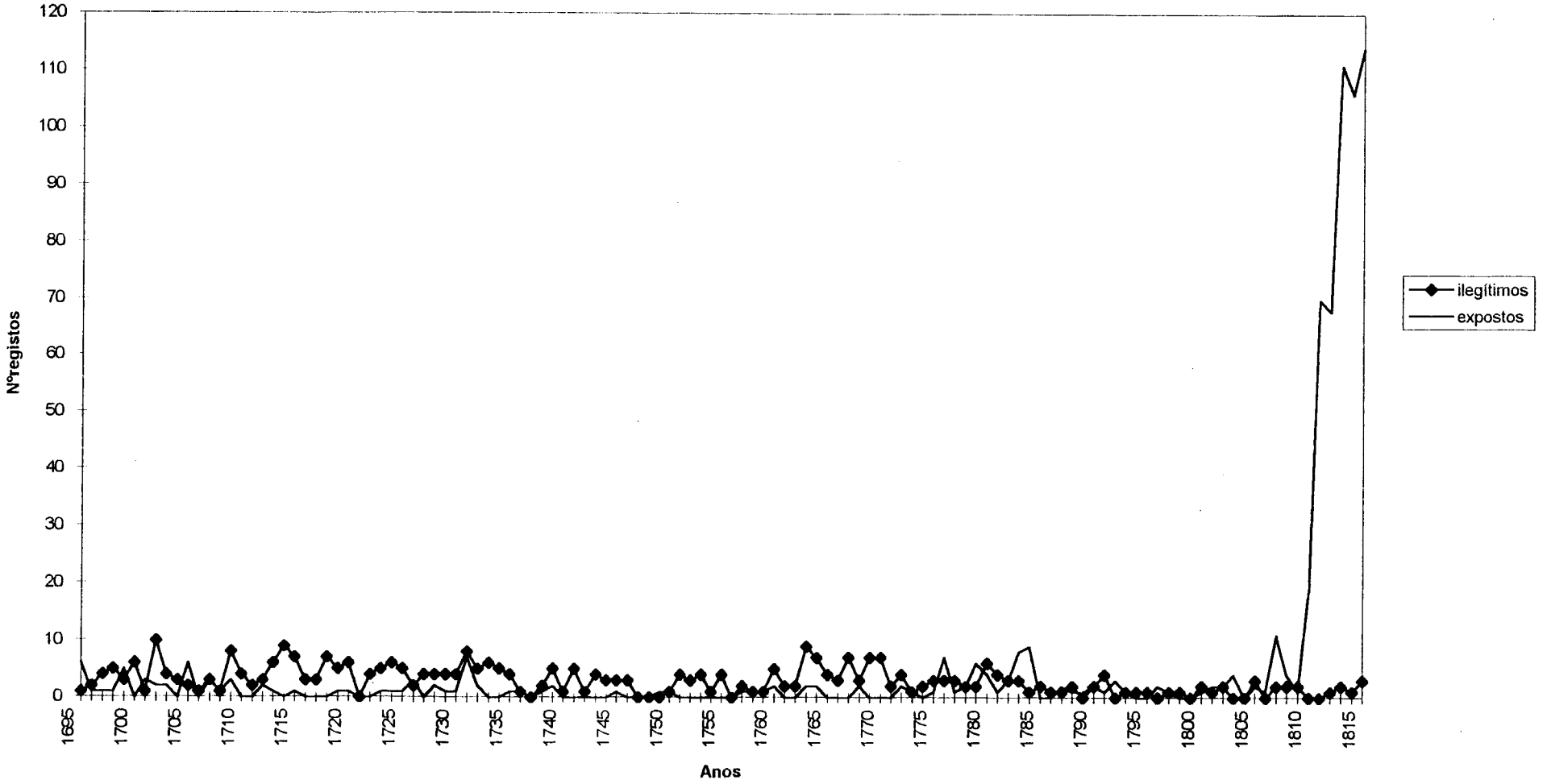
Todavia, o "boom" que se verificou, nos inícios do séc.XIX, não parece ser apenas um restabelecimento de situação prévia. As razões de exposição

---

[136] AMA. LV. n.8. ss. 3/12/1785.
[137] AMA. RG. n. 1684. f. 92.
[138] AMA. LV. n. 9. ss. 23/9/1812.
[139] AMA. LV. n. 9. ss. 7/1/1815
[140] AMORIM. Norberta - *Guimarães. . . .* o. c. . p. 265
[141] PONTET-FOURMIGUE. Josette - *Bayonne, un destin de ville moyenne..., o.c.*, p. 184. refere o aumento de abandono de crianças na 2ªmetade de XVIII. e o maior controlo. nos finais daquele século. por parte do Consulado da cidade. ao distinguir os filhos de pais desconhecidos dos reconhecidos.
[142] SANTOS. Cândido dos - *A População do Porto*....o.c.. p. 66 e gráfico 2.

Gráfico 16

Número de ilegítimos e expostos em 3 freguesias (Apresentação, Espírito Santo e Vera Cruz)



terão evoluído e a ilegitimidade parece ser ultrapassada pela conjuntura difícil. Na verdade, para Guimarães, Norberta Amorim provou que, depois de 1800, um número considerável de crianças enjeitadas seriam filhos legítimos não aceites pelos pais e estimou esse número, entre 5 e 10%[143]. Já Cândido dos Santos havia chamado a atenção para a correlação entre o movimento dos expostos e o preço do trigo, no sentido de que evidenciava um movimento tendencial de alta. Mas foi na análise do movimento mensal e estacional das exposições que verificou o aumento destas nos chamados meses de soldadura, ou seja, no período que vai do escasseamento do cereal do ano anterior até nova colheita[144].

Enfim, parece provado que a criação de instituições captou as exposições para esses centros, sem que isso signifique aumento de ilegitimidade; porém, perante uma conjuntura difícil, tais instituições são verdadeiros centros de acolhimento e redistribuição de crianças. Neste sentido, Aveiro aumenta as suas responsabilidades sociais e económicas, captando gentes, num raio que, ao certo, desconhecemos, visto os livros de registo só aparecerem a partir de 1837[145]. Todavia, o facto do Termo de Aveiro contribuir com fintas para a sua sustentação, atira, para aquele perímetro, o raio de atracção.

C - Nupcialidade e mobilidade geográfica

A nupcialidade em Aveiro era, como se pôde apurar através do cálculo do trend linear, duma estabilidade impressionante [ver Anexo 19 e gráfico 17]. Os únicos desvios positivos a assinalar são os de 1735 e 1762 como reflexo da forte mortalidade dos anos anteriores, enquanto a partir de 1807, parece prolongar-se um pouco [ver Anexo 20 e gráfico 18]. Sabendo que o valor do trend era de 0.007 e o dos nascimentos de -0.10, abaixo dos

---

[143] AMORIM, Norberta - *Guimarães*. . . . o. c. . p. 239: «*notemos que a filiação natural da primeira para a segunda década do séc. XIX, não acusa nenhuma descida, apresentando-se mesmo em aumento nas zonas rural e mista. No mesmo período passaríamos de 16,3% para 21,9% de enjeitados. Isso significará que, no início do século XIX, 5 a 10% dos indivíduos expostos seriam filhos de uniões legítimas?*

[144] SANTOS, Cândido - *A População*. . . . o. c. . p. 27-28.

[145] AMA-n.1320: Livro de escrituração dos expostos entrados na Roda do Porto: 1837-1845.

Gráfico 17

Tendência linear dos casamentos em 3 freguesias (Apresentação, Espírito Santo e Vera Cruz) 1699-1815

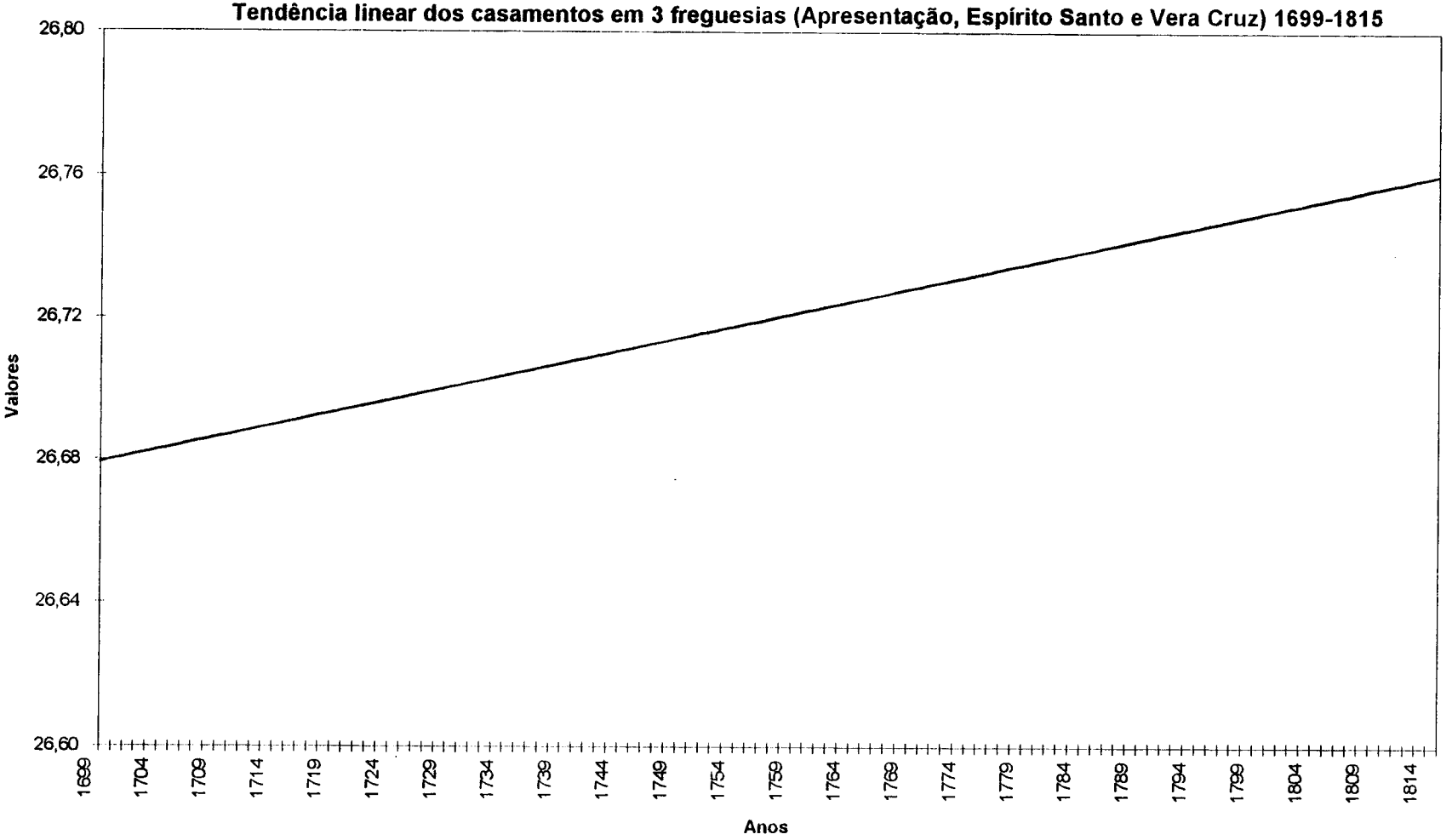
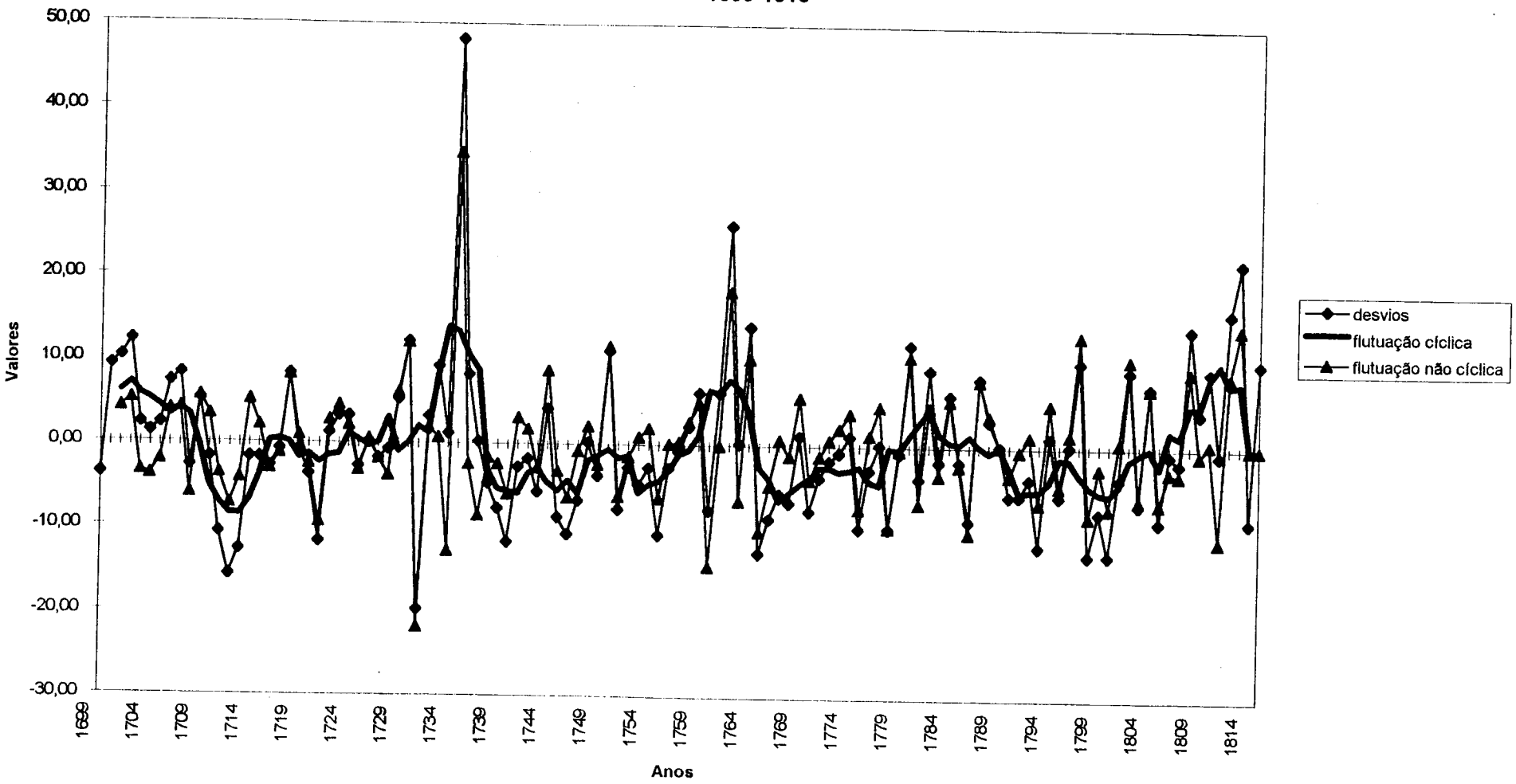


Gráfico 18

Desvios, flutuações cíclicas e não cíclicas dos casamentos, em 3 freguesias (Apresentação, Espírito Santo e Vera Cruz) 1699-1815



óbitos de -0.16, e verificada a manutenção dos efectivos populacionais da cidade, ao longo de XVIII, como se viu no ponto anterior, isto significa que a cidade dificilmente se sustentou, tendo que contar, muito provavelmente, com aportações de gentes. Embora se desconheça, ao certo, a percentagem de celibatários que contribuíram para este marasmo, a verdade é que a existência de seis conventos na cidade devia contribuir, fortemente, para este comportamento.

Sabido que grande parte das cidades do séc. XVIII cresceram à custa de movimentos migratórios[146], também aqui nos resta apurar este aspecto que caracterizará o raio de atracção de Aveiro, sobre um espaço a delimitar, a partir do contributo de elites administrativas, da animação de novas e estimulantes actividades produtivas, carreadoras de diferentes correntes humanas[147].

Sabemos que os assentos de casamentos poderão dar alguma resposta neste sentido, embora os limites da fonte sejam evidentes, pois que nem sempre indica a naturalidade dos nubentes. Por isso, utilizámos a referência à origem geográfica dos pais. Por outro lado, nada nos garante que, após o casamento, permaneçam na cidade, o que necessitaria ser confirmado ou por óbito ou por prole, que só a reconstituição de famílias permitiria. Tentámos, então, tirar algumas constatações através da análise destas fontes, observando, por freguesias, a origem geográfica dos nubentes, em cortes de 20 anos, cientes de que se trata duma aproximação, contornando a impossibilidade de reconstituição familiar. Alguns resultados se podem observar, a partir do Anexo 20 e dos gráficos que o acompanha [gráficos 19 a 22]:

. em primeiro lugar, a freguesia de Vera Cruz contrasta com as restantes, ou seja, o fluxo migratório deu-se, sobretudo, na primeira metade do séc. XVIII e depois decaiu, dando razão a uma certa estabilidade que o ponto anterior [ponto 2.A, quadro 9] já apontou;

---

[146] MEYER, Jean - *Etudes sur les villes en Europe Occidentale..., o.c.*, p. 15 e 77. Veja-se nota 8.

[147] Teve-se em conta a perspectiva que BARDET, Jean-Pierre - *Rouen...*, o.c., p.223, apresenta : "*o jogo das migrações não responde necessariamnete à estrita lógica das ofertas locais. A emigração urbana aumenta quando tudo vai mal fora e dentro da cidade*"

Gráfico 19

Entrada de nubentes na Freguesia de S.Miguel, exteriores à cidade

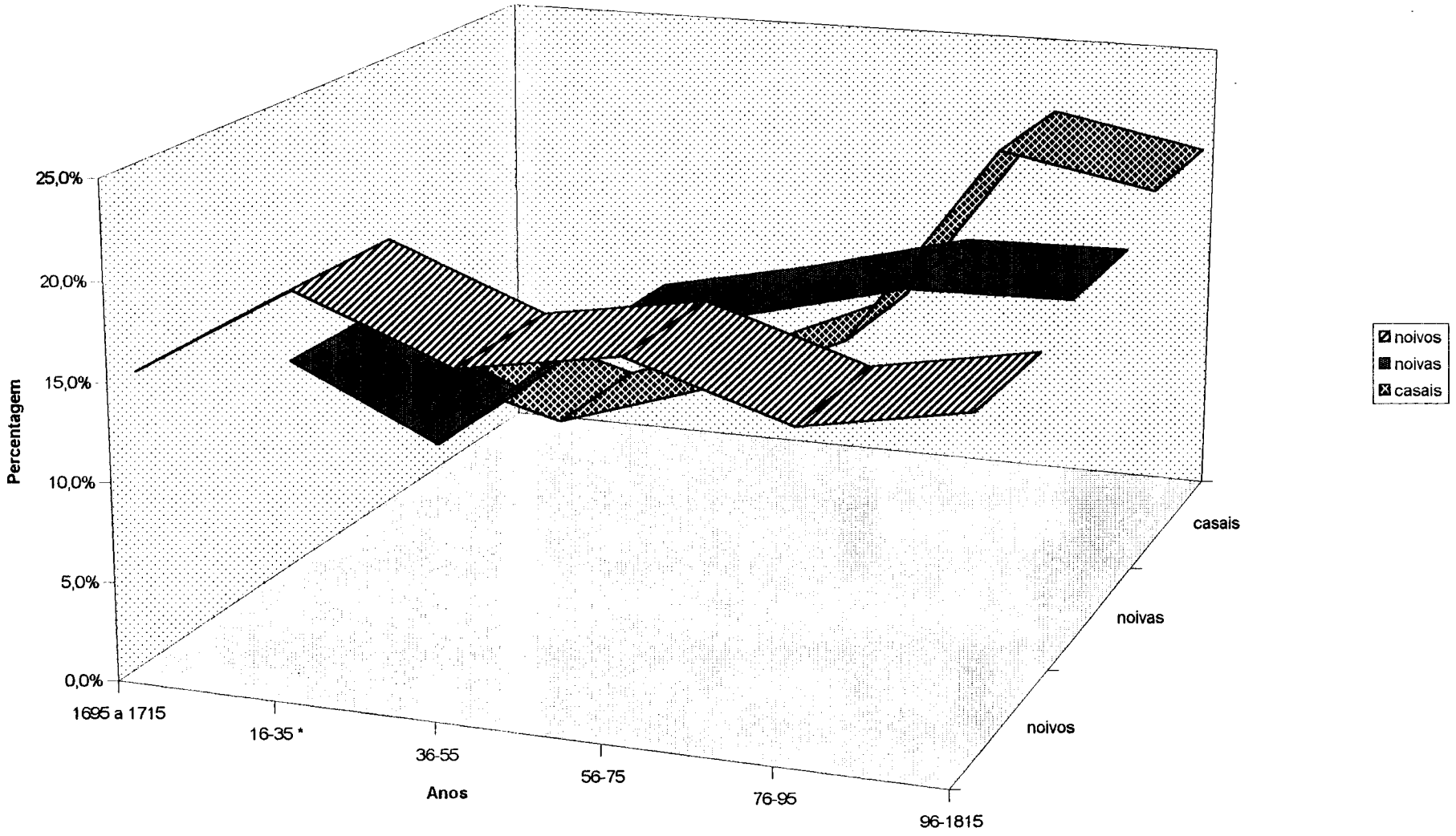


Gráfico 20

Entrada de nubentes na Freguesia de Espírito Santo

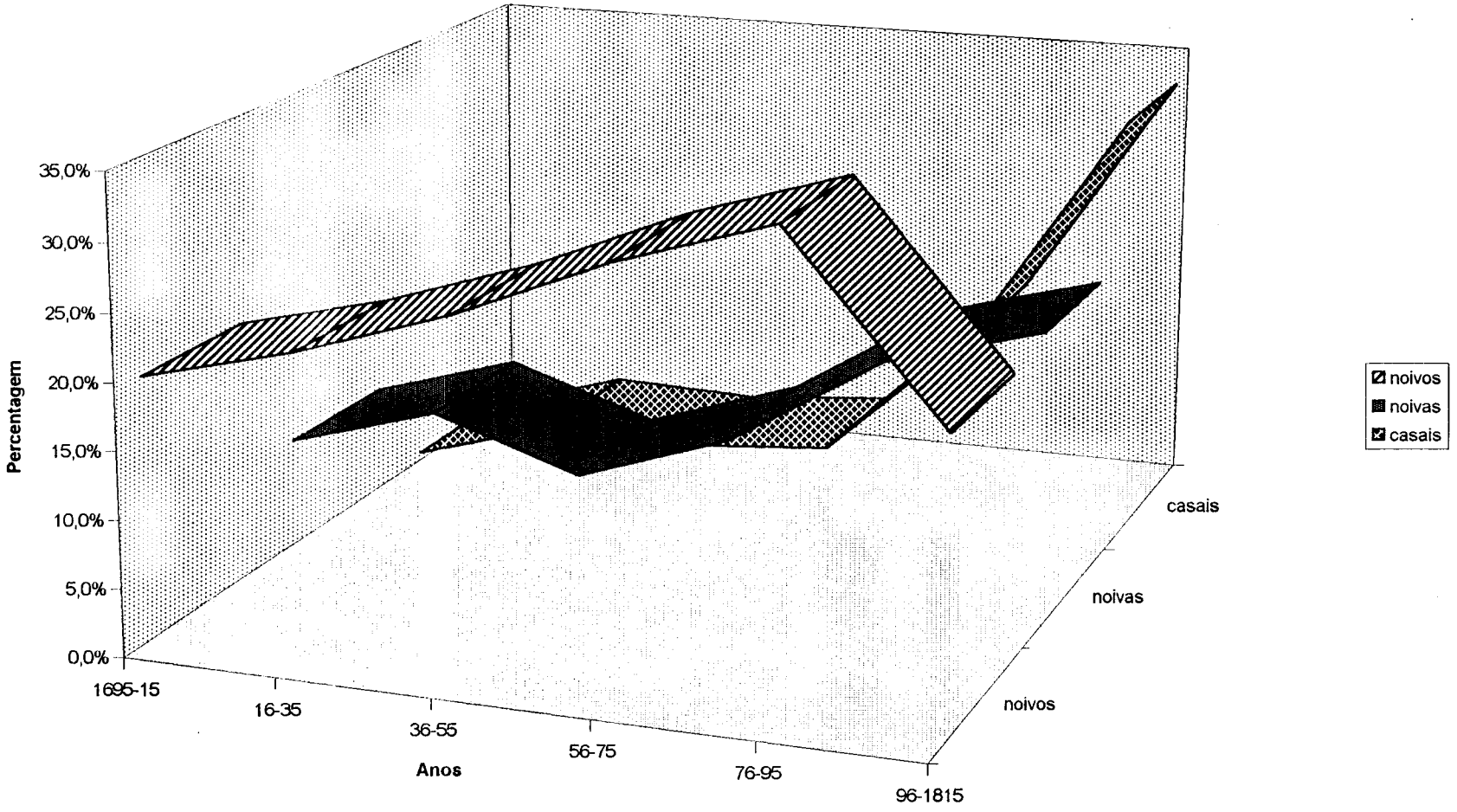


Gráfico 21

Entrada de nubentes na Freguesia de NªSªda Apresentação

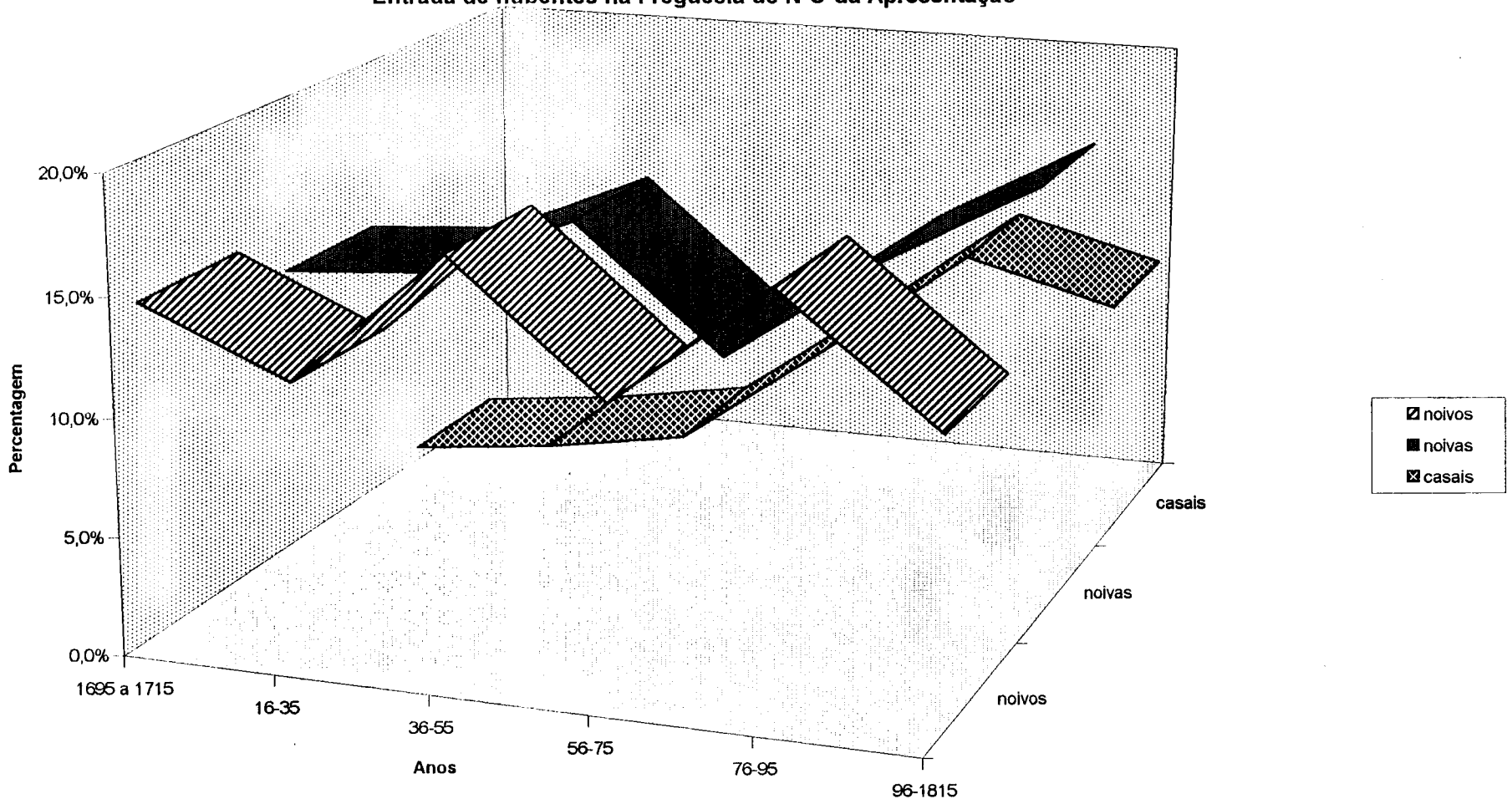
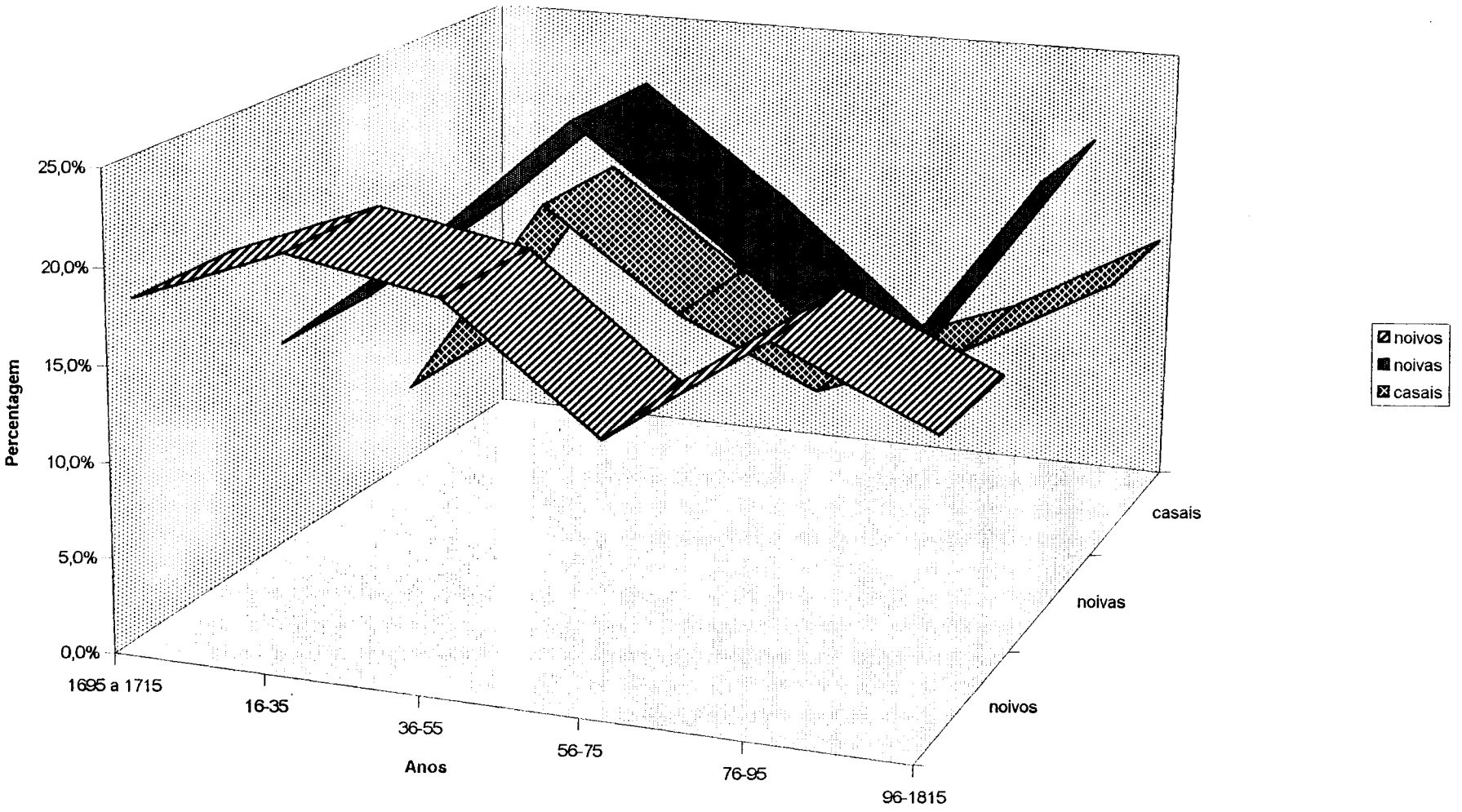


Gráfico 22

Entrada de nubentes na Freguesia de Vera Cruz



. em segundo lugar, apesar da percentagem da mobilidade masculina ser superior, particularmente em Espírito Santo, a verdade é que a feminina tende a crescer em todas as freguesias, particularmente nos últimos 20 anos, 1796 a 1815;

. finalmente, o número de casais a instalar-se na cidade cresce e equilibra-se relativamente aos dois sexos, a partir de 1756/75; ora, como já observámos acima, as crises de mortalidade de 1742 a 1756 são crises que afectam sobretudo os adultos, agentes reprodutores, e foi em especial, a partir de 1776 que esta imigração de casais mais se evidenciou.

Os documentos qualitativos poderão contribuir para explicar estes afluxos. Saliente-se a presença dum Esquadrão de Cavalaria, sobre o qual pouco sabemos[148], que promoveu alguns casamentos, como os registos paroquiais assinalam. Num segundo momento, quando das Invasões Francesas, pelo facto de Aveiro lhes ter escapado, nunca sofrendo as devastações das cidades mais próximas, Porto e Coimbra[149], acolheu gente de várias proveniências; escreve um cirurgião "*os imigrados que para aqui se refugiavam, e que vinham tocados de enfermidades contagiosas de outras terras, pelas fatais consequências da guerra, aqui convalesceram...*"[150]. A partir desta data, instalou-se um Batalhão de Caçadores nº10 que, no dizer do juiz de fora de 1815, inflaccionou o preço das rendas das casas pelo "*aumento que tem havido da População*"[151].

Pode-se falar, entretanto, dum outro tipo de imigração, ligada a actividades produtivas ou cargos administrativos. Comecemos pelo segundo caso que, naturalmente, estará ligado ao facto de Aveiro se ter tornado centro de comarca, Provedoria, cidade desde 1759, centro episcopal desde 1774 [ver cap.1] e, por conseguinte, ponto obrigatório de resolução de

---

[148] MADAHIL, A.G. da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., p. 560: documentos de 11 e 22 de Dezembro de 1738 «Treslado da provisão para a Câmara fazer os boletos para os soldados que se aquartelam nesta Vila»;

[149] SARMENTO, Alexandre Tomás de Morais - *Relação das medidas de defesa que se executaram na margem doRio Vouga, ..., o.c.*, p. 135. Na segunda invasão, o inimigo anda no seu termo, mas não passa dum perímetro afastado, Albergaria-a-Velha, Ovar, a norte: o Vouga seria a fronteira, entre a posição ocupante, a norte, e o exército luso-britânico, a sul, à volta duma linha que ia desde Águeda e ponte do Marnel, até Eixo. Desenvolvemos este aspecto das medidas de defesa da cidade em AMORIM, Inês - *Municipalismo e Guerra Peninsular..., o.c.*, p. 25

[150] NEVES, Francisco Ferreira - *Documentos relativos à abertura. . . .* o. c. , p. 289.

[151] AMA, LV, n. 9, ss.26/10/1815.

problemas burocráticos para uma população flutuante que poderá mesmo vir a fixar-se.

Por outro lado, encontram-se alguns indivíduos ligados a determinadas profissões e localidades. É o caso dum grupo pequeno que está envolvido na laboração da Fábrica de Algodão que se instalou na cidade em 1771 e da Fábrica de Cerâmica, desde 1774 [ver II Parte, cap.7.2]. Os registos paroquiais os assinalam, embora o seu número seja reduzido [ver Anexo 22]: ligados à Fábrica de Algodão, alguns estrangeiros, a começar pelo italiano fundador daquela unidade, João Baptista Locatelli, assim como José Becalli também italiano, e ainda alguns de proveniência galega e francesa. Esta comunidade de estrangeiros parece preferir a freguesia de S.Miguel, ainda que, por vezes, casem numa freguesia e baptizem os filhos noutra [ver anexo 23]. Mas não podemos falar, propriamente, de comunidades de estrangeiros, aqui residentes, se verificarmos que, apesar de cuidadosamente os identificarmos, o seu número cabe numa folha.

Tentámos então um outro tipo de abordagem, para verificar o raio de atracção da cidade, traçando círculos concêntricos, a partir de Aveiro, estabelecendo áreas:

1 - as duas freguesias imediatamente a norte e a sul de Aveiro, respectivamente Esgueira e Aradas;
2- até 10Km,
3- até 20Km,
4 -até 30Km,
5 -até 40Km e as restantes freguesias da Provedoria,
6 - de fora da Provedoria e no País,
7- fora do País (ver Anexo 24).

Feita esta demarcação, certamente artificial, nela distinguimos os nubentes, por sexos e casais, resultando o seguinte quadro:

QUADRO 22

Percentagem de nubentes entrados em Aveiro 1695 a 1815

Freguesia de Vera Cruz

	1	2	3	4	5	6	7
Noivas	36	7	26.4	14	1.8	15	
Noivos	20.4	13	14	13	3	36	1.4
Casais	23	8	30.5	12	0.8	25	0.8

Freguesia de S.Miguel

Noivas	23.4	18	23.4	18.6	1.3	15	
Noivos	11	14	18	9	4	43	0.5
Casais	12.6	15	29.4	11.7	1.6	27.7	1.6

Freguesia de Espírito Santo							
Noivas	23	26.4	23.8	11	1.2	14	
Noivos	29	25	12.4	6	1.3	26	
Casais	16	24	37.6	8	2.4	12	
Freguesia de NªSªda Apresentação							
Noivas	20	15	35.7	14	1.5	13.4	
Noivos	14.6	10	5.5	10	4	53	3
Casais	4	17.6	13.7	13.7	4	45	2

A partir deste quadro elaboramos os gráficos (nº 23 a 26), donde se podem tirar algumas afirmações:

- um aspecto comum às 4 freguesias é o da maior percentagem de nubentes ser proveniente de uma área com um raio até 30 Km, seguindo-se uma queda brusca para fora deste círculo;

- mas era das freguesias até 10Km que se deslocavam para Aveiroentre 35 a 50% dos nubentes;

- parece haver uma mobilidade diferencial: os noivos movimentam-se de áreas mais longínquas, enquanto uma pequena percentagem de noivas não ultrapassa mais do que o círculo dos 20 Km; a percentagem de casais parece acompanhar o percurso dos noivos (com excepção da freguesia de Espírito Santo);

- a freguesia de Espírito Santo atrairia, essencialmente, nubentes das freguesias dum raio até 10Km;

- finalmente, seria nas freguesias de S. Miguel e Apresentação que se instalava aquela percentagem significativa de noivos e casais, das diferentes partes do Reino, exteriores à Provedoria.

Enfim, algumas conclusões:

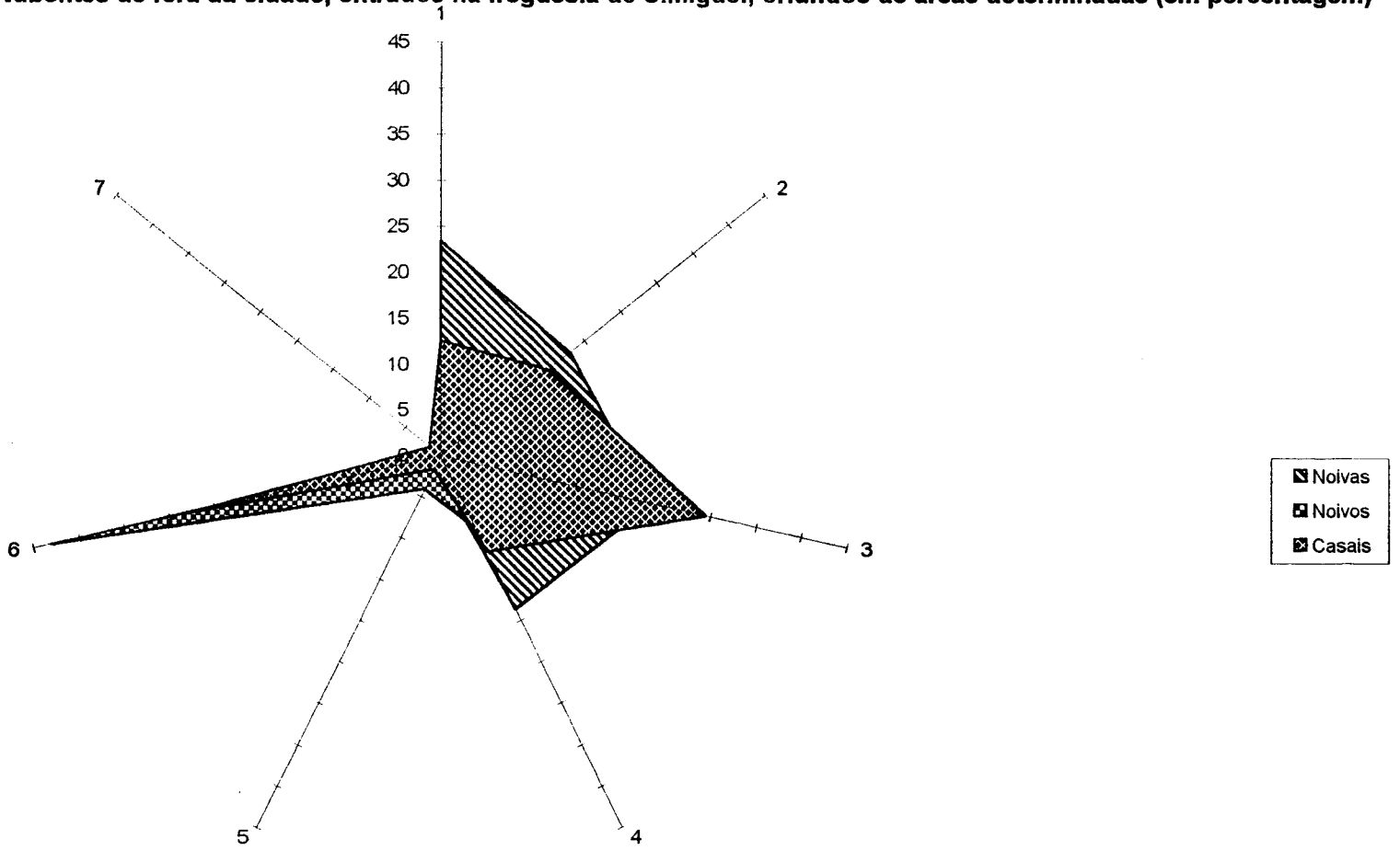
- o sexo parece condicionar a mobilidade, mas este facto deve estar relacionado com o estatuto profissional e social dos nubentes, aspecto que praticamente desconhecemos;

- 30Km, como limite de mobilidade, torna-se perfeitamente compreensível, se tivermos em conta dois aspectos: primeiro o facto daquela quilometragem corresponder à distância média dum dia de viagem a pé[152];

[152] No Regimento para os Portos Secos e Molhados, de 1668, refere-se, a propósito da deslocação entre lugares, o limite de 6 léguas por dia: in SILVA, J.J.Andrade e - *Colecção Chronológica...*, p.156. Sendo a légua, aproximadamente, de 5 Km, chega-se à distância de 30 Km por dia.

Gráfico 23

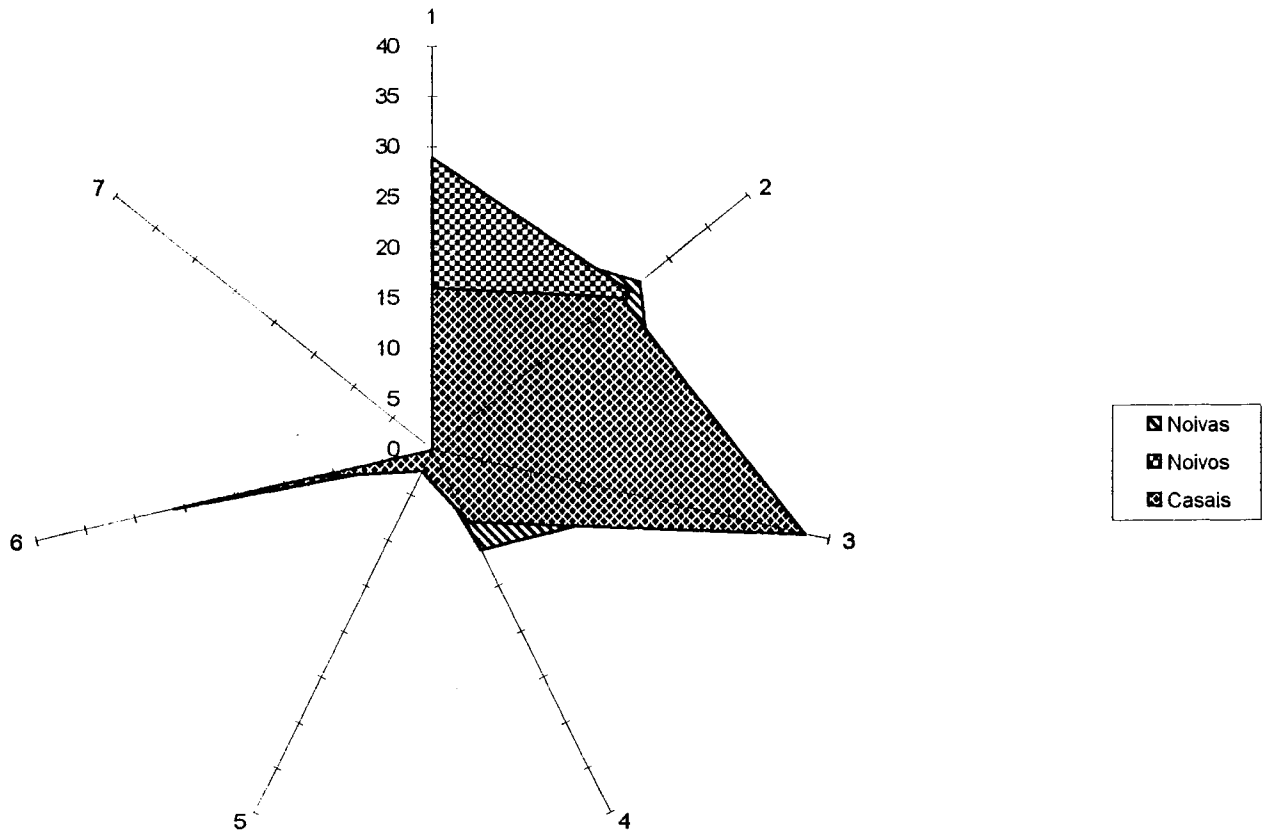
Nubentes de fora da cidade, entrados na freguesia de S.Miguel, oriundos de áreas determinadas (em percentagem)



1-Esgueira e Aradas, 2-até 10 Km, 3-10.1 a 20, 4-20.1 a 30, 5-30.1 a 40, 6-40.1 a todo o Reino, 7-fora do Reino

Gráfico 24

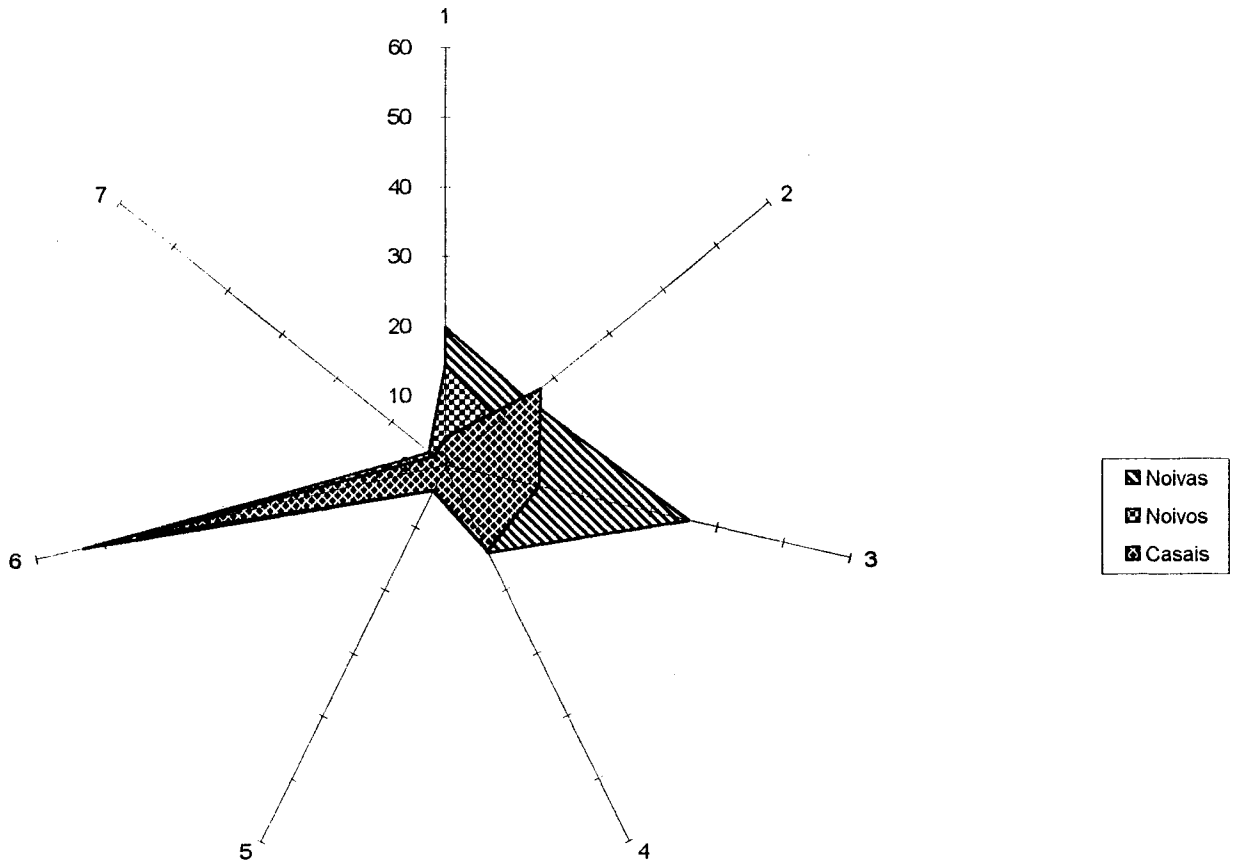
Nubentes de fora da cidade, entrados na freguesia de Espírito Santo, oriundos de áreas determinadas (em percentagem)



1-Esgueira e Aradas, 2-até 10 Km, 3-10.1 a 20, 4-20.1 a 30, 5-30.1 a 40, 6-40.1 a todo o Reino, 7-fora do Reino

Gráfico 25

Nubentes de fora da cidade, entrados na freguesia de NªSªda Apresentação, oriundos de áreas determinadas (em percentagem)

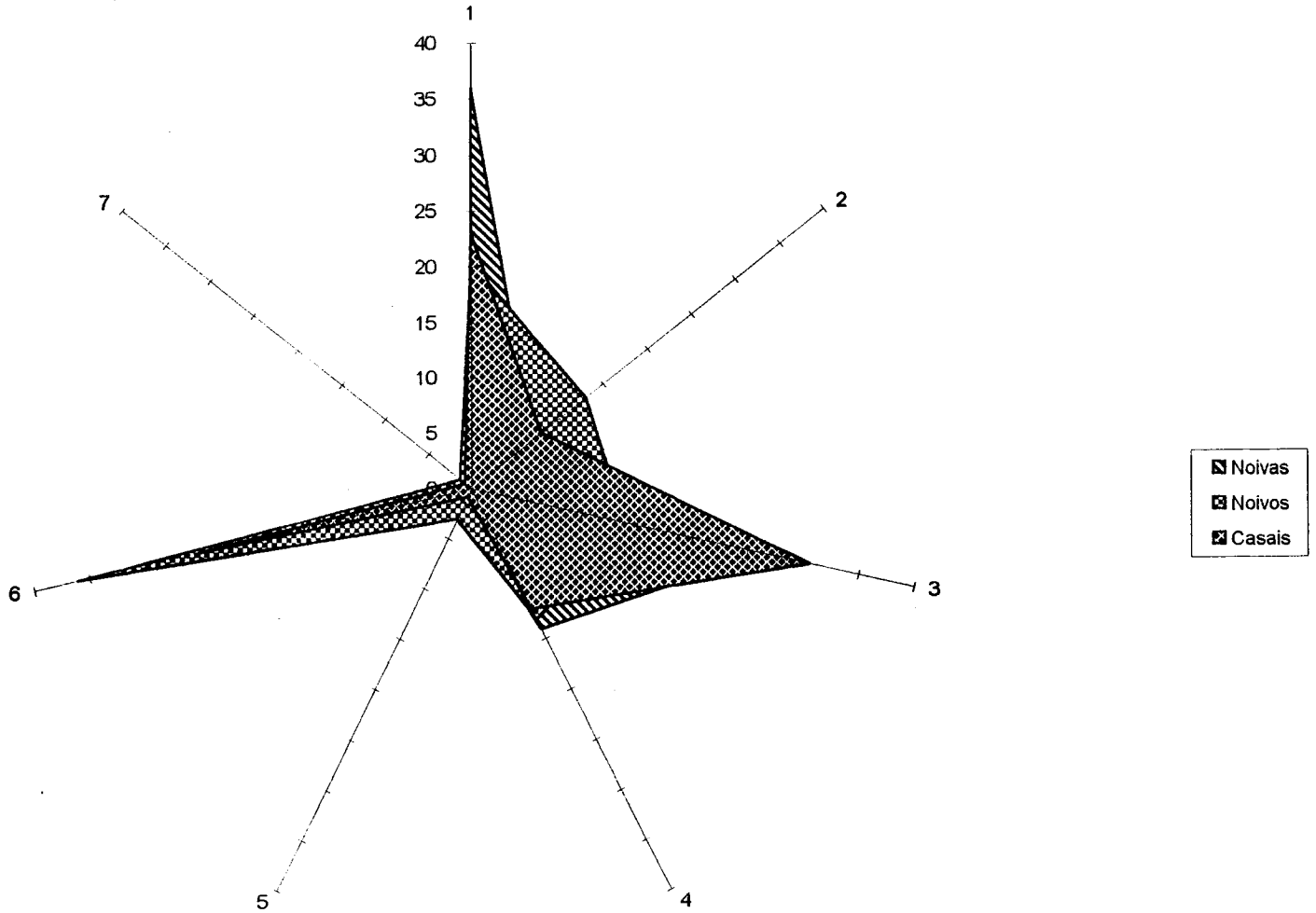


185.3

1-Esgueira e Aradas, 2-até 10 Km, 3-10.1 a 20, 4-20.1 a 30, 5-30.1 a 40, 6-40.1 a todo o Reino, 7-fora do Reino

Gráfico 26

Nubentes de fora da cidade, entrados na freguesia de Vera Cruz, oriundos de áreas determinadas (em percentagens)



1-Esgueira e Aradas, 2-até 10Km, 3-10.1a 20, 4-20.1 a 30, 5-30.1 a 40, 6-40.1 a todo o Reino, 7-fora do Reino

em segundo lugar porque o 4º círculo está já a 30Km da cidade do Porto, a Norte, e de Coimbra, a sul, centros urbanos que, certamente, exercem considerável influência;

- o raio de atracção de Aveiro vai: até Arada, a norte, no litoral; Vale de Cambra a nordeste; Préstimo a este; Anadia a sudeste e Vagos a sul, ou seja, uma área onde a baixa taxa de masculinidade [ver ponto 1.A], aponta para uma grande mobilidade masculina.

Ainda difícil é comprovar, quantitativamente, a existência duma emigração aveirense. Sabe-se que, desde longa data e devido ao tipo de ocupação piscatória, uma percentagem significativa da população duma faixa litoral que vai, desde Ovar a Mira, emigrava sazonalmente [ver ponto 1.D]. Em Aveiro e, nalgumas freguesias em seu redor, a taxa de masculinidade de 87.6%, indica fluxos migratórios e justificava a entrada de gente, do sexo masculino, como se viu atrás. A pesca no mar pode explicar, sazonalmente, saídas, sendo inegável a existência de correntes migratórios, sobretudo se as medidas de defeso[153], em relação à pesca e apanha de sargaço na Ria, impeliam para outras paragens; para o Brasil, poucos indícios quantitativos, embora as remessas de dinheiros que a Misericórdia geria, fossem sinais desta ponte[154].

Em suma, o panorama que os registos paroquiais transmitem é o de uma grande estabilidade demográfica, ou seja, uma mortalidade acentuada que declina lentamente, ao longo do século, acompanhada por uma fecundidade medíocre, agravada ainda, quando a mortalidade atinge os "maiores de 7 anos". O declínio demográfico da década de 30 a 50 ficou, parece-nos, perfeitamente provado pelas crises de intensidade forte e média, verificadas entre aquelas mesmas datas e que atingiram, não somente o grupo juvenil, mas sobretudo os adultos, afectando a estrutura demográfica e tornando a recuperação muito mais demorada.

---

[153] Este aspecto duma acentuação de saídas para outras paragens, foi sugerida por ARROTEIA, Jorge - *Ilhavos e Murtoseiros na emigração portuguesa...*, *o.c.*, p. 45: refere a instituição do defeso desde 1868 que traria um agravamento das condições de vida das populações de Ílhavo, Murtosa, etc. Parece-nos que esta hipótese é igualmente viável para épocas mais recuadas, se tivermos em conta as questões surgidas, ao longo do séc. XVIII, à volta deste assunto, como se verá no capítulo seguinte.

[154] Esta relação é atestada nos livros que administravam os empréstimos feitos pela Misericórdia, de que se destaca um tal Inácio da Silva Medela.

Com este quadro se entende a taxa de crescimento negativa da 1ªmetade de XVIII [ver 2.A deste capítulo], com ligeira recuperação desde então, a que não será alheio o contributo de migrações, mau grado alguns historiadores discutirem o valor reprodutivo dos imigrantes urbanos[155].

O conjunto destes dados permite concluir que a cidade declinou até meados do século, recuperando então, muito lentamente, devido a dois factores de carácter demográfico: por um lado, a diminuição da intensidade das crises de mortalidade embora, as de menor intensidade, se repetissem[156]; por outro, a tendência para um maior acolhimento de gentes, num círculo predominante de 30 Km de raio. Finalmente, a elevação de Aveiro a cidade parece ter sido um factor de atracção de gentes, por ter gerado a necessidade de criação dum aparelho administrativo, que despoletou uma certa animação económica, aspecto que tentaremos descobrir, oportunamente.

---

[155] VRIES. Jan - *La Urbanizacion. . . .* o. c. , p. 255 apresenta os argumentos dos que criticam aquela perspectiva

[156] MOREIRA. MªJoão Guardado - *Vida e morte....* o.c., p.162 "*não há uma mudança favorável no que diz respeito à sobremortalidade neste século XVIII*".

II - PARTE - ESTRUTURAS E CONJUNTURAS ECONÓMICAS

CAP.5 - OS CAMPOS

Cap. 5.1 - Estrutura da paisagem agrícola

Tentar-se-á avaliar a distribuição das culturas (extensivas e intensivas) e a distribuição do gado, salientando, porém, o peso dos chamados "incultos", numa avaliação essencialmente qualitativa das capacidades produtivas do solo.

1 - Os terrenos "incultos"

Sobre terrenos incultos escreveu J.Leite de Vasconcelos: "*Na designação de terrenos incultos, dado que na sua mor parte cultiváveis, entendam-se aqueles em que só crescem plantas rasteiras, e uma ou outra árvore silvestre de premeio, terrenos que se chamam, conforme as localidades, além de bunhas e charnecas[...], moitas, enxáras, boiças, e de modo genérico matos, matagais, maninhos: eles são, às vezes, baldios. Pertencem igualmente a esta categoria os chavascais. Também são incultos além de outros, os areais ou arneiros, as gândaras (na linguagem antiga Ganderas), as montanhas escalvadas ou pedregosas, os brejos, os charcos, os lodaçais, as beiras dos caminhos e das estradas, e certas porções das bordas dos rios, pelas quais eles se alargam, nas cheias*"[1]. Deste ponto de vista agrícola, alguns incultos, "*sua mor parte*", seriam passíveis de cultura, não apenas de plantas alimentares, como de silvicultura; a superfície inculta seria produtiva, ainda que não submetida a um cultivo regular.

A expressão "inculto" torna-se extremamente ambígua, sobretudo à medida que recuamos no tempo, e contactamos com a documentação produzida por agrónomos e juristas de meados do séc.XVIII, que denunciam a sua existência, inaceitável, responsabilizando a incúria, a ignorância, a falta de braços[2], ou porque, juridicamente, estavam na posse de senhorios laicos,

---

[1] VASCONCELOS, J.Leite de - *Etnografia Portuguesa...*, *o.c.*, v.2, p. 51.

[2] NUNES, João Arriscado, FEIJÓ, Rui Graça - *As Transformações dos «Incultos» no Noroeste (1750-1900)...*, *o.c.*, p.48.

religiosos, ou mesmo dos municípios[3]. No entanto, na prática, estes incultos, eram, em grande parte, essenciais para a sobrevivência das áreas cultivadas, complemento em estrumes, matos a roçar, pastos de gado, o que demonstra o grande fosso existente entre os teóricos e o poder político, partidários dum rápido arroteamento e cultivo, para aproveitamento agrícola e florestal, e o país real em que os corregedores[4] informam, sobretudo em finais de XVIII, que os incultos eram um autêntico "pulmão" para a sobrevivência dos terrenos cultivados.

Para já, uma estimativa destas áreas torna-se completamente impossível pela inexistência de cadastros da cobertura vegetal. O primeiro cadastro, de 1867, surge em resultado das preocupações da silvicultura portuguesa na 2ªmetade de XIX, estimando-se os incultos em cerca de 50% da superfície do Reino[5]; para o séc. XVIII, numa aproximação, calcula-se entre 1/3 e 2/3 da área total do Reino, na verdade, uma grande percentagem por cultivar[6].

A primeira estimativa por nós conhecida, relativamente ao Distrito de Aveiro, é de 1911, cuja área não corresponde, rigorosamente, à Provedoria, visto esta não abarcar os actuais concelhos de Arouca (apenas 4 freguesias), nem de Castelo de Paiva, nem parte das freguesias do concelho de Anadia; por outro lado, a freguesia de Mira, actualmente, não pertence ao Distrito de Aveiro. Mesmo assim, a estimativa de 40% de terras incultas em 1911[7], seria certamente superior, um século atrás, se tivermos em conta o movimento de ocupação dos areais por finais de XVIII[8], que se intensificou, a partir de meados de XIX.

---

[3] SERRÃO, José Vicente - *O Pombalismo e a Agricultura...*, *o.c.*, p.20. Sobretudo na 2ª metade de XVIII, o pensamento agrário português enfatizou-se à volta de dois temas que vinham de trás, propriedade e produção, analisando essencialmente as condições de produção e exploração agrícolas, assim como questões técnicas. A Academia de Ciências, divulga esta reflexão, adiantando projectos económicos dominados pela agricultura, como demonstraram SERRÃO, José Vicente - *O pensamento agrário setecentista (pré-"fisiocrático")...*, *o.c.*, p. 23 a 50. PEDREIRA, Jorge Miguel - *Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico...*, *o.c.*, p.63-84. CARDOSO, José Luís - *O pensamento económico em Portugal nos finais do séc. XVIII...*, *o.c.*

[4] NUNES, João Arriscado, FEIJÓ, Rui Graça - *As Transformações dos...*, o. c. , p. 49. Este trabalho, entre outros aspectos estuda as conclusões dum inquérito, de 1803, respondido pelos diferentes corregedores das várias comarcas de Entre-Douro-e-Minho.

[5] RADICH, Maria Carlos - *A Silvicultura em Portugal no Século XIX...*, *o.c.*, p. 63.

[6] SERRÃO, José Vicente - *O Pombalismo e a Agricultura. . .*, o. c. , p. 17 e 18.

[7] *O Distrito de Aveiro sob o ponto de vista agrícola...*, *o.c.*, p. 88.

[8] MATOS, José Maria de Melo de - *Memória sobre a arborização das Dunas de Aveiro...*, *o.c.*, p.106.

Distinguimos três áreas que marcam a paisagem na Provedoria: o perímetro dos areais, junto à costa, desde Espinho até Mira; os terrenos à volta da Ria e que se encontram ora cobertos, ora secos, assim como areais que se acumulam nas margens dos rios afluentes do Vouga; e o resto da Provedoria, mais para o interior, até às elevações mais significativas das terras de Sever, Castanheira do Vouga, Préstimo, Macieira de Cambra, e Fermedo.

A - O litoral

Junto ao litoral, as dunas eram vistas como potencial zona de culturas agrícolas e de florestação, cumprindo a função primeira de evitar o avanço das areias sobre as culturas. O aspecto de "nudez e proletarismo agrológico"[9], marca as descrições da orla marítima e, especialmente, como salienta um Relatório de 1868, "*de todas as porções do nosso litoral sujeitas ao pernicioso movimento das areias, aquela onde maior número destas condições se verifica, e que por isso maior atenção deve merecer dos poderes públicos, é [...], a costa do distrito de Aveiro, entre Mira e Ovar: ali, de facto, as areias são dotadas duma grande mobilidade[...]. Para evitar estes estragos, apresenta-se como primeiro remédio, [...] a arborização das dunas do norte e sul do canal da barra de Aveiro*"[10].

Em 1884, estimavam-se os areais em 26.000 hectares, e arborizados uns 3.600 aproximadamente[11], destacando-se três áreas[12]:

- a primeira, começando de Norte para sul, vai de Espinho até à praia do Furadouro, na direcção de Ovar; são cerca de 2738 hectares de superfície, 9 Km de comprimento por largura variável, na sua maior extensão frente ao pinhal de Ovar, de 4000 metros, aproximadamente[13]. Ultrapassada a lagoa de Esmoriz surgem dunas gigantescas com pendente para Norte, criação

[9] MESQUITA, Egberto de Magalhães - *Arborização da Costa de Aveiro..., o.c.*, p. 38.
[10] Citado em MATOS, José Maria de Melo de - *Memória sobre a arborização...* , o. c. , p. 102-103.
[11] MESQUITA, Egberto de Magalhaes - *Arborização da Costa...* , o. c. , p. 39.
[12] Id. , *Ibid.* , p. 28 a 39 considera 4 zonas: partindo da actual barra de Aveiro, uma zona até Ovar, pressupondo-se outra, daqui para norte até Espinho; para sul da barra, uma até à praia da Vagueira, e outra até aos Palheiros de Mira e seu interior. Já em BORGES, Joaquim Ferreira - *As Dunas de Portugal e a sua Arborização..., o.c.*, p.239, indica 3 zonas: da lagoa de Esmoriz à praia do Furadouro, desta à Barra Nova de Aveiro, desta aos Palheiros de Mira.
[13] BORGES, Joaquim Ferreira - *As Dunas de Portugal...*, o. c. , p. 243.

provável da intervenção do poder central em 1802, como relata Bonifácio de Andrade, ou das iniciativas da Câmara da Vila da Feira nos inícios do mesmo século. Esta ante-duna permitiu a existência duma vasta planície onde pastam gados, coberta de camarinheiras, silena, estorno, tojo, madorneira, etc. A Leste, as areias que encontraram passagem a sul da Lagoa, penetram e envolvem o pinhal de Cortegaça, impedindo o seu avanço[14]. Na verdade, a documentação refere, ao longo de XVII e XVIII, o avanço dos areais em toda esta costa, de Silvalde ao Furadouro[15] e, paralelamente, as preocupações da população e dos senhorios, neste caso da Casa do Infantado, em travá-los. Neste sentido, pelo menos em meados de XVIII, a Câmara da Feira determinava que nos lugares, junto ao mar, se semeassem pinhais, fossem coutos 4 anos e acoimados os gados[16]; porém, em Setembro de 1802, os moradores de Cortegaça alegam a invasão das areias e a necessidade de plantio de pinhais, para o que voluntariamente se submetiam a um real, imposto no vinho e carne[17]. Mas a maior intervenção, com sucesso evidente, revela-se na mancha de pinheiros, a sul de Maceda, o chamado Pinhal do Infantado, no Olho Marinho, toponímia assinalada explicitamente no Mapa de 1778[18] [veja-se carta n.5 do Anexo];

- a segunda área estende-se da praia do Furadouro à Barra Nova de Aveiro (aberta em 1808), com 25Km de comprimento e de superfície 4008 hectares[19]; frente a Ovar, um belo pinhal, mandado cultivar pelo infante D.Francisco, Senhor da Casa do Infantado, como consta duma carta dirigida à Câmara da Feira em 1723[20]. Por provisão de 3 de Setembro de 1785, foi concedido o *"real da areia e sementeiras de pinhais"*, sobre cada quartilho de vinho que na vila de Ovar e seu termo, se consumisse; e em 1801, retoma-se a mesma determinação, prorrogando o real até à conclusão das referidas sementeiras[21]. A técnica utilizada passava pela construção de "estrumada" ou "estromeira", ou seja, sementeiras de penisco e tojo, em pequenos tratos de

---

[14] Id., *Ibid.*, p.242.
[15] AMORIM, P. Aires de - *Esmoriz e a sua História...*, *o.c.*, p.204. LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar. Da Idade Média à República...*, *o.c.*, v.1, p.143.
[16] AMORIM, P. Aires de - *Esmoriz e a sua História...*, o. c. , p. 204.
[17] ANTT-DP, maço 23, n. 2210.
[18] IGC-Carta n. 318 de 1778; ou ainda em BPMP, Res. Pasta 19
[19] BORGES, Joaquim Ferreira- *As Dunas de Portugal. . .* , o. c. , p. 244.
[20] LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar...*, o.c., p. 144.
[21] Id. , *Ibid.*

terreno das dunas, abrigadas com uma sebe de ramos e pinheiros denominadas " tranqueiras", cobertos com caruma, que, por esta forma, se iam, embora vagarosamente, resguardando e desenvolvendo[22], vigiada por guardas, penalizando todos aqueles que as danificassem[23]. Iniciativas particulares semelhantes a estas, surgem ao longo do séc. XVIII, por parte das freiras de Arouca, que, desde 1763, registam nas despesas da sua quinta de Estarreja, várias verbas referentes a sementeiras de pinhões em Veiros e Beduído, de forma a proteger o interior agrícola[24] [ver carta n.5 do Anexo].

A partir de 1802, é o poder central a tomar, finalmente, medidas semelhantes, alargando-as a toda a costa « *do Mar junto de Aveiro e nas margens do rio Vouga*», lançando-se um imposto por 10 anos sobre barcos carregados de moliço que circulassem na Ria[25]. Em 1803, o Provedor de Aveiro inicia o primeiro talhão de 800 varas por 6 de largura, "*escolhendo o areal que fica ao Norte da actual Obra da Barra*"[26], aconselhado quer pelo Coronel Oudinot, responsável pelas Obras da Barra, quer *pelos "homens práticos da Vila de Ovar»*, durante os meses de Agosto e Setembro, "*que é a estação mais conveniente, até pela abundância de caruma, que sendo o melhor estrume vegetal serve igualmente de resguardo ao pinhão*"[27]. Experiência mal sucedida, porque a sementeira foi logo submergida por ventos, voltando-se a repetir mais a norte, abrigada pela Capela de S.Jacinto, "*dividida em talhões de 800 varas de cumprimento por 60 de largura, com tranqueiras mais altas pelo norte*", mas o insucesso repete-se, apesar de se semear "*o pinhão com a mistura de sementes de tojo e de outros*

---

[22] Id., *Ibid.* , p. 146. Nesta Monografia explica-se as características e gastos na construção dos pinhais, que articulava com as estrumeiras outros processos: "valos", que tinham de alto 6 palmos medidos do nível da terra, 9 de largo, em baixo e, em cima, 3 palmos, com dois fios de tojo e silvas; "tapadas", 3 varões com estacas de 10 em 10 palmos, cravadas com cavilhas de carvalho, com sebe de ramos bem tecidos; "tranqueiras", de varões e estacas de 10 em 10 palmos.

[23] Id., *Ibid.*, p.147.

[24] Em 1763, 800 reis em pinhões para sementeira; 1772, 710 reis em pinhões, 1776 obras de valagem e sementeiras de pinhões; 1809, 8 alqueires de pinhões para o pinhal da Cruz, 3200 reis; toda esta informação em ANTT-Mosteiro Arouca, C. 2, L. n. 120 e 121. A importância deste pinhal na economia dos pescadores da praia do Furadouro toma contornos curiosos: há 40 anos, um meu tio-avô materno, residente em Ovar, comprava grandes quantidades de pinhas com os respectivos pinhões (que secava e vendia) aos pescadores, colhidas nas matas de Ovar, na altura do defeso da pesca; desta forma, os pescadores encontravam outra forma de sobrevivência económica, na época de Inverno.

[25] MATOS, José Maria de Melo de - *Memória sobre a arborização*. . . , o. c. , p. 107. No entanto, este imposto, sendo prioritariamente para o cultivo de pinheiros, era-lhe permitido outras aplicações, como fossem o « *benefício das pescarias, ou à cultura das amoreiras, creação dos bichos da seda, ou o estabelecimento de alguma Fábrica de fiar algodão ou linho* ».

[26] BPMP-Res., ms. 294, carta de 10/12/1805.

[27] BPMP-Res., ms.295, carta de 9/5/1803.

matos, para o fim de o consolidar"[28]. Preconizam-se, então, sementeiras a partir de local abrigado como escrevera, em 1803, o engenheiro da Barra de Aveiro, Coronel Raynaldo Oudinot, em resposta ao Visconde de Balsemão[29], a quem o insucesso das primeiras experiências deu razão, sendo proposto pelo Provedor de Aveiro, em 1805, *"continuar esta sementeira ao pé do sítio chamado o Pinhal do Conde, onde terminam os últimos pinhais da Costa d'Ovar correndo para o sul"*[30], proposta que se cumprirá ao longo do séc.XIX[31]. Neste século, as sementeiras, que se iniciaram em grande escala em 1888, fizeram-se a partir de S.Jacinto, em direcção ao Furadouro, interrompidas pela crise económica de 1891[32], só se retomando em 1920, a partir de Ovar[33]. Com efeito, as experiências passadas não satisfaziam os estrategos que pretendiam resultados rápidos e, portanto, "políticos", contrários ao conselho do Provedor de Aveiro que, em 1805, escrevia: "*ainda que esta sementeira correndo do Norte para o Sul, seja mais demorada em chegar ao ponto mais interessante da costa de Aveiro, contudo a bem fundada esperança de prosperar com este método me parece um objecto digno de se executar*"[34];

- terceira área, da Barra Nova aos Palheiros de Mira, com cerca de 21 Km de comprido numa área de 1519 hectares[35], língua demasiado estreita para nela se fixar qualquer árvore, mas onde surgem moitas verdejantes, que, de certa forma, evitam o assoreamento da Ria[36]. Chegando-se a Mira, se voltarmos em sentido inverso, pela outra margem da Ria, encontra-se uma área superior a 9000 hectares de areais, marcada por grandes dunas de 10 a 15 metros, a que se sucedem valeiros, no fundo dos quais se encontram os chamados "*olheiros*", espécie de armadilha pela acção combinada da chuva e dos ventos, onde o viajante pode encontrar a morte[37]. Estas dunas e a extensão dos areais estão bem representadas nos mapas de 1758 e 1778[38]

---

[28] BPMP-Res..ms.295. carta de 10/12/1805.
[29] BPMP-Res., ms.295. carta 10/5/1803.
[30] BPMP-Res., ms.294. carta 10/12/1805.
[31] MESQUITA, Egberto de Magalhães-*Arborização da Costa de Aveiro*. . . , o. c. , p. 39. escreve em 1884 "*ora é justamente daqui [do pinhal municipal de Ovar], a nosso ver [...] que devem marchar as futuras sementeiras, que hajam de se fazer, pois que esta importante mata servir-lhe-á de coluna protectora contra os ventos dominantes*".
[32] BORGES, Joaquim Ferreira - *As Dunas de Portugal e a sua Arborização*. . . , o. c. , p. 244.
[33] LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar*. . . , o. c. . p. 151.
[34] BPMP-Res., ms.294. carta 10/12/1805.
[35] BORGES, Joaquim Ferreira - *As Dunas de Portugal e sua Arborização*... , o. c. , p. 245
[36] Id., *Ibid.*, p.245.
[37] Id. , *Ibid.* , p. 246. MESQUITA, Egberto de Magalhães - *A Arborização*. . . , o. c. , p. 34.
[38] IGC, mapas n. 315 de 1758 e 312 de 1778.

[ver cartas n.2 e n.5 do Anexo] - são os areais da Gafanha. Por volta de Vagos e Vista Alegre, vê-se uma linha de pinheiros que protege os campos agricultados, que temem não a invasão das areias oceânicas, mas o "mar" de areias, a sul[39]. E assim surgem, em meados do séc.XIX, graças a estes abrigos e ao árduo trabalho com moliço da Ria[40], duas faixas: uma ao longo do braço de Vagos, com 300 metros agricultados, e outra seguindo o braço do poente, que vai do extremo norte da Gafanha até Mira, com 500 a 800 metros de largura[41]. Gerardo Pery, em meados do séc. XIX, numa viagem pelo já então Distrito de Aveiro, escreveu: "*há 70 anos, apenas havia naquele sítio, uma ou duas casas de pescadores, ou mais propriamente palheiros ou casas de madeira, aonde se recolhem na época das pescarias. Semeou-se primeiro pinhal, naqueles sítios que nem uma planta produziam. O pinhal segurou as areias; os primeiros habitadores, foram cultivando alguma porção de terreno que estrumavam copiosamente com as plantas marítimas de que abunda a ria e a que chamam moliços*"[42].

Em suma, a arborização da costa ou as tentativas que se fizeram, demonstram que estes "incultos" eram, à custa de muito investimento, factor fundamental para servir de fronteira à movimentação dos areais e terreno fértil, a breve prazo. A prova maior está nos belos pinhais, frente a Ovar e também nos Pinhais da Murtosa e de Veiros.

B - As "Ilhas"

Vejamos agora os terrenos arenosos, situados na foz do Vouga, as chamadas Ilhas, ora cobertas, ora descobertas, como já observámos no cap. 2 assim como aqueles que, resultando do assoreamento dos rios da bacia do Vouga, se vão acumulando nas suas margens.

Relativamente às ilhas, vários documentos se lhes referem, registando as suas características e toponímia: ilha de Beiró, Gaga, Gramatais (Gramata), Testada, Garças, Sepa, Madalhoal, Pedras, Comendador, Arêa,

---

[39] MESQUITA, Egberto de Magalhaes - *A Arborização...*, o. c. , p. 246

[40] REZENDE, P. João Vieira - *Monografia da Gafanha..., o.c.*, p. 201:"*arrancar ao fundo da Ria, para esconder novamente no ventre dos seus campos*".

[41] MATTOS, José Maria de Melo de - *Memória sobre a arborização...* , o. c. , p. 143.

[42] CHAVES, Luis - *Uma viagem pelo Distrito de Aveiro no séc. XIX*. I°Caderno /Apontamentos de Viagem/13 de Abril de 1860/ Gerardo Pery/Beira Alta e Beira Baixa..., o.c., p. 271.

lezíria de Marco António, praia de Palha-Cana, Praia da Galega, ilha da Matança, ilha dos Ovos, e Muacha do Mestre de Campo, ilhote dos Amorosos, praia dos Amorosos, ínsua das Muachas, Muachas do Roque, ilha do Ronca, ilha do Fusil, do Perrexil, ilha do Trovisco ou do Privado ou do Posso, ilha de Sama, Monte Farinha, etc[43].

A cartografia disponível, mostra alguns destes topónimos: as duas carta de 1759[44] [ver cartas n.1 e 2 do Anexo] completam-se, registando as Ilhas de Monte Farinha, Privado, Testada, Fuzil, dos Ovos e ilhas de Caramuge e, indirectamente, cale de Sama que separa a Ilha de Sama da de Monte Farinha. Vinte anos depois, a carta de 1778[45] [ver carta n.4 do Anexo] apresenta contornos, mais definidos, das Ilhas situadas entre a Ilha de Testada e Ilha de Monte Farinha: a Ilha Nova e a Ilha dos Ovos. A evolução das duas cartas (1759 a 1779), permite ver o aproveitamento destas ilhas e ilhotes, separados por esteiros, valas ou regueiras, ou ainda por grossos veios de água funda a que se dá o nome de Cales. Tal evolução mostra que muitos terrenos ora emergiam, ora submergiam, pelo embate das águas, ou rasgados pela força das correntes, sendo, sucessivamente ou em simultâneo, conforme os interesses vigentes, praias de junco, bajunço e moliço, cultivados com cereais, ou áreas de pasto para criação de gado, marinhas, ou ainda praias de produção de moliço[46] Nada melhor do que transcrever a própria legenda da carta de 1759 "*as [terras] que ficam entre os diferentes braços do Rio Vouga são mais ou menos pantanosas, de pouca profundura, mas a sua superficie é geralmente de areia, e pela maior parte cultivadas pela curiosidade dos proprietários que lhes têm formado valados para embaraçar que se inundem, excepto nas grandes cheias. As Ilhas formadas pelas Caes do Espinheiro, Cal do Ouro, Cal do Aranhão, Esteiro de Esgueira, são lagoas misturadas de marinhas de sal, e do mesmo modo as que há costeando pela banda de Vouga até Ílhavo*"[47].

Conhecem-se alguns pormenores acerca da transformação e aproveitamento de Ilhas. Por exemplo, a Ilha do Poço(Posso) ou Trovisco, que desde 1524, sofreu benfeitorias no sentido de se usarem "*aquelas terras que forem para se aproveitarem em terras de pão, de maneira que toda a dita Ilha ande melhorada e não piorada [...] a valar e reparar [...], e lhe lancem os adubos [moliços] necessários segundo*

---

[43] *A legitimidade da propriedade particular em terrenos alagados pela Ria de Aveiro...*, *o.c.*, *p.*192.
[44] IGC. cartas n.º 314 e 315.
[45] IGC. carta n.308.
[46] Id. , *Ibid.* , p. 185. Acerca das características destes terrenos veja-se o capítulo 2 da I Parte
[47] IGC. carta n.315.

o costume da terra"[48]; em 1736, o novo rendeiro fazia-a "*reduzir a fábrica ou culturas de marinhas de fazer sal*"[49]. Por esta mesma data, outras ilhas, como Testada e Areja, rendiam pão, enquanto a do Fuzil pagava "*fazeduras de manteiga*"[50]. Esta última indica já um outro tipo de aproveitamento, o gado. Em 1705, os proprietários da Ilha de Monte Farinha queixavam-se de que alguns metiam éguas e gado vacum, com destruição de valas e muros e perda de pastos, pela entrada de água salgada[51]. Um século mais tarde, a ilha de Testada "*reduzida a cultura a muita parte dela*", era destruída por gados lançados furtivamente[52].

Parece ter-se generalizado, a todas as Ilhas, a exploração, bastante lucrativa, do moliço, ao ponto de se proibir, a estranhos ao termo de Aveiro, a sua colheita quer *"em terreno concelhio, ou Rio, como em propriedades particulares"*[53]. Com efeito, este rico fertilizante era essencial para o amanho das terras circundantes, especialmente nos terrenos arenosos da Gafanha, assim como o junco e bajunça que serviam para cama de animais e feitura de estrumes. É bem provável que a procura destes materiais se identificasse com o aumento da ocupação humana na orla marítima, ao longo de XVIII (ver cap.4) que, por sua vez, contribuía, à medida que se despiam as ilhas e margens dos canais desta vegetação[54], para um assoreamento da barra e, por outro lado, cheias periódicas que destruíam o investimento verificado; enfim, um círculo vicioso em que interesses vários se cruzavam e que, provavelmente, se intensificaram, à medida que o estrume natural ocupava um lugar destacado nas receitas tiradas da Ria[55].

---

[48] Excerto do documento relativo ao aforamento da Ilha de Trovisco em 1524. publicada em NEVES. Francisco Ferreira - *O aforamento perpétuo da Ilha do Trovisco ou do Posso na Ria de Aveiro...*, *o.c.*, *p.98*

[49] Id.. *Ibid.*

[50] ANTT-Mosteiro Lorvão. C. 25, n. 349- Livro das Rendas-1738/41, fol. 46 a 55

[51] MADAHIL, A.G. da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, *o.c.*, p. 452:documento de 14/7/1705

[52] ANTT-DP. maço 23, n. 2164- 5/7/1803.

[53] AMA-LV. n. 9, f. 55, ss. 11/6/1806.

[54] Este aspecto foi focado, pertinentemente. num trabalho de 1948: PATO. Jaime S. - *Problemas da Região de Aveiro...*, *o.c.*, p. 26: "*o aumento muito sensível da população à volta da laguna obriga ao aproveitamento, cada vez mais intenso, de terrenos que noutros tempos ninguém cultivava*", ou seja, "*falta de vegetação deixando o solo exposto à água e ao vento, a que se junta a destruição de plantas pela criação de gado, acelerando a erosão*".

[55] CUNHA. S. R. da Rocha e - *Notícia sobre as indústrias marítimas na área...*, *o.c.*, p. 15, refere algumas estimativas para inícios de séc. XX. Mas mais preciso é o Projecto de Regulamento para o exercício da pesca e colheita do moliço, por REGALLA. Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias...*, *o.c.*, p. 25 a 31.

As evoluções da bacia do Vouga, ao longo de XVIII, trouxeram não apenas transformações na foz como já vimos, mas mesmo, nalguns casos, a deslocação do alvéolo de rios e o aproveitamento das terras até então inundadas e "*encharcadas d'água [...] cujas rendas aumentarão*", como aconteceu em Travassô, Requeixo, Eirol e Ois da Ribeira[56]. Em Segadães, em 1794, os seus moradores pretendiam reduzir, a cultura, espaços de terra que "*tendo sido o antigo alveo dos rios Vouga e Alfusqueiro, eram agora areias áridas e estéreis*", prontas a serem repartidas e agricultadas[57]. As "valas", forma de drenagem tradicional, funcionaram como processo para enxugar, altear e arejar terrenos húmidos, prática largamente utilizada nas margens do Vouga, comprovadamente, em Eixo[58].

C - O interior

Finalmente, uma radiografia dos "incultos", espalhados pelo interior da Provedoria, mostra-se, documentalmente falando, mais generosa para a Comarca de Aveiro, permitindo verificar que, por volta de 1801/1802, houve uma política de plantio de várias árvores, apesar do corregedor de Aveiro, escrever que seriam poucos os maninhos por cultivar e "*esses mesmos necessários aos Povos para pastagem dos seus gados*"[59]. De qualquer forma, por quase todas as vilas da Comarca se semearam oliveiras, castanheiros, amoreiras e semente de pinhão (ver lista cap.2 da I Parte), com excepção das vilas e concelhos de Ílhavo, Ermida, Sorães, Paredes do Bairro, S. Lourenço do Bairro, Ois do Bairro, Anadia, Ferreiros, Avelãs de Cima e de Caminho, Aguieira, Trofa, Vouga, Serém, Couto de Esteves, Sever, Fermedo, Angeja, Pinheiro, Frossos, Esgueira, onde já existiam pés daquelas árvores, ou onde as terras não

[56] ANTT-MR. Correspondência dos Juízes de Fora. maço 367. 30 de Abril de 1765: informa o juiz de fora de Aveiro que os moradores. daqueles lugares. pretendem mudar a corrente do rio que vem de Águeda e Cértima. para as suas margens. Aliás. era prática comum por parte do Almoxarifado de Eixo. da Casa de Bragança presidir ao lançamento de foros aos terrenos tomados ao alvéolo do rio Vouga. como se refere MIRANDA. J. C. de - *Dissertação Histórico-Jurídica em defesa dos povos...*, *o.c.*, p. 9.

[57] ANTT-MR. CF, maço 300. 6/2/1794.

[58] Trata-se do testemunho dum seu habitante. VIEIRA. Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo, [1868-69]...*, o.c., p. 45-46.

[59] BPMP-Res.. ms.294. f.55.

permitiam quaisquer culturas, como acontecia em Vagos (só areias), e Préstimo (terreno agreste), ou então como em Angeja e Soza, onde não havia mesmo maninhos[60].

Esta preocupação de tornar cultivado o que era inculto fazia tábua rasa das condições locais, como transparece nas conclusões dum acórdão do Povo do Concelho de Cambra, que em Fevereiro de 1767 se queixa de "*por não haver neste concelho montes maninhos e baldios donde se pudessem plantar árvores e semear pinhais, nem os caminhos para a saída das madeiras para fora do concelho permitirem [...], se não podia obrigar aos povos a plantar árvores e criar pinhais, principalmente por causarem muito dano pela sombra e raízes às terras frutíferas*"[61].

Enfim, se por um lado, o poder central e alguns teóricos opinam no sentido de que terra não arroteada ou arborizada era terra por aproveitar[62], a realidade era outra: ou as terras não eram aptas, ou traziam danos às culturas, ou, como escreve o corregedor de Aveiro em 1803 "*poucos os maninhos por cultivar e esses mesmos necessários aos Povos para pastagem dos seus gados*"[63], opinião comum, na mesma época aos corregedores da Província do Minho[64]. Esta autêntica "febre"de cultivo chegava a anular os efeitos benéficos que se procuravam, como aconteceu em Eixo, nos inícios de XIX, quando se propôs arrancar os cômoros separadores das parcelas, tendo em vista aproveitar a terra que ocupavam, quando afinal eles eram o único meio de abrigar os campos do vento das nortadas[65].

Em suma, neste esforço de cultivar o que era "inculto", incluindo as iniciativas de arborização para contenção de areias, encontramos iniciativas essencialmente de carácter particular a norte da foz do Vouga, enquanto a sul, eram oriundas do poder central e inserindo-se nas preocupações agraristas de inícios de XIX. Ambas conduziam a uma ocupação crescente dos areais, sobretudo ao longo do séc. XVIII, afirmação dum movimento que vem do séc.XVII. Por outro lado, nas restantes terras da Provedoria, existia pouco entusiasmo, em tornar cultos, terrenos que eram fundamentais para o

---

[60] BPMP-Res., ms.294, f.55v.a 57v.
[61] ANTT-DP, maço 6, n.415.
[62] NUNES, João Arriscado, FEIJO, Rui Graça - *As Transformações dos...* , o. c. , p. 48 a 52 apresenta alguns destes teóricos.
[63] BPMP-Res., ms. 294, f.55.
[64] NUNES, João Arriscado, FEIJO, Rui Graça - *As Transformações dos. . .* , o.c., p. 49 a 51.
[65] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo, 1868-69, ...* , o. c. , p.45.

próprio equilíbrio ecológico: ora para estrumes, ora para gado, ora cultivos marginais ou habitação dos mais pobres. Estas divergências conduziram a conflitos, conforme os intervenientes no processo, e os interesses que, no momento, estavam em jogo, intimamente dependentes do estatuto jurídico do "inculto"[66].

2 - Culturas extensivas: os cereais

O que possamos escrever sobre este assunto não constitui grande novidade. Orlando Ribeiro leu e interpretou a paisagem agrícola e, referindo-se ao espaço histórico em causa, apontou o prolongamento dos caracteres do Minho pela orla do maciço antigo e médio do vale do Vouga, caracterizado por: policultura, prados verdejantes, criação de gado; milho de regadio, a providência destes lugares; terra de planura e areais, penetrada de via marítima ao longo dos braços da Ria, estrumada abundantemente de moliço, recorreendo à policultura de milho e batata; vinha baixa, na margem esquerda do Vouga, inicia a área de produção do primeiro vinho maduro, que se estende às terras da Bairrada; serras do Vouga, povoadas, cultivadas em sucalcos até ao topo, enquanto as aldeias nos altos, continuam o pastoreio donde tiram o estrume para a cultura dos cereais[67].

Tentámos fazer um estudo micro-regional do mosaico de culturas que, por freguesias, conseguimos apurar, sobretudo a partir das Memórias Paroquiais de 1758. A estatística possível revela que, das 133 freguesias de que temos informação (das 148 freguesias que constituem a Provedoria), em 93% (124), predomina o milho grosso (milhão, zaburro), o centeio, em 57% (76), trigo em 35% (47), milho miúdo em 22% (29), cevada em 8% (11), e aveia apenas em 1.5% (2) dos casos. Torna-se evidente que o milho grosso dominava a paisagem, nalguns casos era mesmo "muito", como reforçam os párocos, das freguesias de Arcos, Argoncilhe, Aveiro, Bunheiro e Covão do Lobo; mas bem significativo nos parece o facto de, em 29 freguesias, apenas

---

[66] Alguns aspectos das diferentes reacções em TENGARRINHA, José - *Movimentos populares agrários em Portugal...*, *o.c.*, v.1, p.157 a 163.

[67] RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico...*, *o.c.*, p. 145 a 147.

indicar, como única produção cerealífera, o milho (29%)[68], sinal claro da sua predominância; na MP de Ílhavo, o pároco escreve: nas margens do Vouga, "*algumas fazendas muito boas, chamadas vulgarmente vessadas produzem muito bom milho*". O milho estava definitivamente implantado e, sem sombra de dúvidas, contribuiu para o crescimento da população, porque, como refere Jorge Dias, adivinha-se o deserto a sul da ria de Aveiro, quando o milho (e a batata) eram ainda desconhecidos[69].

Mas o milho anda associado com outras produções que faziam parte do seu sistema de cultura. Este processo, largamente descrito por Orlando Ribeiro, provocou uma autêntica "revolução" produtiva, pelo facto de, no mesmo espaço, se desenvolverem três culturas, no Inverno, Primavera e Verão, socorrendo-se mesmo das terras de pasto e linhares, tradicionalmente regadas e alargando-se, sucessivamente a áreas de centeio, mais secas, multiplicando-se as formas de captar águas[70]. O milho dependia de uma boa adubação, factor abundante na orla marítima, ou das margens da Ria, onde não admira a sua forte implantação, mas tornava-se mais complexa nas zonas em que escasseva ou exigia disponibilidade de matos para estrume. Aquela capacidade de associação a outras culturas aparece, bem documentada, num estudo de 1912, feito pelo agrónomo João Vasco de Carvalho, relativamente à freguesia de Ovar[71], mas que nos parece possível recuar no tempo e estender ao espaço da Provedoria. Vejam-se as seguintes associações:

A	milho com leguminosas/ prado temporário
B	milho com leguminosas/grão miúdo
C	milho com leguminosas/linhaça
D	milho/prado
E	milho e feijão/cebola

Observemos, segundo descrição do agrónomo, as características de cultivo de cada um dos tipos de afolhamento referidos no quadro:

---

[68] Caso das freguesias de Angeja, Beduído, Bunheiro, Cedrim, Covão do Lobo, Espinhel, Fermelã, Madail, Mosteirô, Murtosa, Ois da Ribeira, Ovar, Pardilhó, Pessegueiro do Vouga, Recardães, Rocas, Salreu, Sandim, Segadães, Sever, Silvalde, Souto, S. Vicente Pereira, Talhadas, Vagos, Válega, Veiros, Vila Chã de Cambra.

[69] DIAS, Jorge, GALHANO, Fernando, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *A região e a casa Gandaresa..., o.c.*, p. 419.

[70] RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. . . , o. c. , p. 116.

[71] CARVALHO, João Vasco de - *Monographia da Freguezia Rural de Ovar..., o.c.*, p. 3 a 73.

A - milho, leguminosas/prado temporário (produção de pão e engorda de gado).

Cultivam-se os milhos branco e amarelo. Conforme o período vegetativo que apresentam (4 ou 5 meses de criação), são designados, respectivamente, por galegos ou temporãos e verdiais ou serôdios.O cultivo processa-se da seguinte forma: de Março a meados de Julho, aduba-se a terra com estrume do curral (ou então com mexoalho ou moliço), lavrando-se, conjuntamente, o milho e o feijão; passado um mês, sacha-se e faz-se o primeiro debaste do milho (criar espaço de 25 a 30 centímetros nas terras mais secas e 20 nas mais húmidas, entre os pés, para maior ventilação e desembaraço da planta). Passado outro mês, o segundo desbaste, do qual resulta o suplemento verde para o gado. Mês e meio após, apanha-se o feijão, e de Junho a Agosto rega-se, abundantemente. Se a colheita foi temporã a terra fica em descanso até às primeiras águas de Outubro, sendo ou não estrumadas e nela lançada uma mistura de trigo, centeio, cevada e aveia. Se é serôdia semeia-se, logo após a colheita, com azevém, misturado com plantas gramíneas ou então a anterior mistura de grãos aplicada às terras temporãs. Desta forma, o prado fornece 4 a 5 cortes até à sementeira seguinte de milho.

B - milho com leguminosas/grão miúdo (trigo, centeio, cevada ou aveia para grão).

Logo que vêm as primeiras chuvas de Outubro, estrumam e lavram a terra, deixando-a em descanso, até Novembro ou Dezembro, altura em que semeiam o grão miúdo, mondando-o em Maio e cegando-o em Junho ou Julho; a partir de então, o milho, com mistura de leguminosas, é semeado da mesma forma mencionada em A.

C - milho com leguminosas/linhaça.

As leguminosas, em mistura com o milho, são, às vezes, substituídas pelo linho; dispõem a terra como se as leguminosas acompanhassem o milho; semeiam-no primeiro e, depois, a linhaça que é semeada e enterrada a ancinho; passados 2 meses e meio, o linho é arrancado, ficando o milho até completa maturação. Esta modalidade, apesar de registada como em decadência no ano de 1912, devia ter uma certa implantação, se observarmos

que, nos Tombos da Casa da Feira (do Infantado), em 1769, Ovar e o seu termo, assim como a Feira e seu termo, pagavam de foros, quantidade substancial de linho, em rama e fiado[72].

D - milho/prado.

O solo é preparado tal como se indicou no afolhamento de milho com leguminosas, seguido de prado; o milho é, propositadamente, semeado muito basto, para que os desbastes forneçam, para alimentação do gado, uma considerável massa verde;

E - milho e feijão/cebola.

Escolhe-se um talhão muito bem estrumado, onde se semeia o cebolo, muito basto, em Novembro; em princípios de Março, monda-se. Em Abril, a terra destinada à plantação, depois de ter sido aproveitada, de Novembro a Abril, para um corte de grão maiano (vários tipos de grão), é fortemente estrumada, plantando-se o cebolo, cuja colheita se faz em Julho. Sucede-se então a cultura simultânea do milho e feijão. Esta prática era provavelmente corrente, como parece indicar o direito da ração da cebola que, em Ovar, algumas terras pagavam à Casa do Infantado, em 1763[73].

Comparando os rendimentos de três destas modalidades, A, B e D, e apesar de se referirem a 1912, parece claro que os custos de produção condicionaram a preponderância de certos tipos de afolhamento:

QUADRO 1

Rendimento dos diferentes tipos de afolhamento na cultura do milho

	Tipo de terra	C.T.	R.B.	R.L.	% RL/RB
A	1ª classe	99.270	174. 000	74. 730	43
	2ª classe	87. 150	146. 500	59. 350	40. 5
	3ª classe	81. 090	111. 000	29. 910	27
B	1ªclasse	158. 270	240. 000	81. 730	34
	2ª classe	146. 150	201. 500	55. 350	27. 5
	3ª classe	140. 090	156. 000	15. 910	10
D	2ª classe	72. 050	115.000	42. 950	37. 3
	3ª classe	65. 990	90.000	24. 010	26. 7

C.T.- custo total; R.B.- rendimento bruto; RL- rendimento líquido;% - rendimento líquido sobro o rendimento líquido, em percentagem.
Fonte: CARVALHO, João Vasco de-*Monografia da Freguesia Rural de Ovar...*, o. c. , p. 35 a 40.

[72] ANTT-AHMF-VI/E/21-Almoxarifado da Feira
[73] ANTT- Casa do Infantado. Relação dos Rendimentos, em Ovar-1763. , f. 304.

Por estes cálculos se verifica que os cultivos de tipo A e D, apresentam uma percentagem superior de rendimentos líquidos, relativamente aos ilíquidos, explicando o declínio, pelo menos nalgumas regiões, do cultivo de tipo B, ou seja, de conjugação com outras cereais, exigindo grande estrumação, mas cujo afolhamento era pouco propício à alimentação animal e, por conseguinte, à produção de estrumes. Porém, trata-se duma estimativa apenas, visto que o autor da Monografia não indica as áreas a que corresponde a implantação de cada um dos tipos de cultura. Além disso, o sucesso daqueles grupos, A e D, deve-se à sua articulação com a criação de gado, simultaneamente, como factor fertilizador e como rendimento não cerealífero. Ora, apesar de verificarmos, como veremos à frente, um certo desenvolvimento da pecuária, ela parece cingir-se a algumas franjas espaciais e sociais, à volta do Vouga, e em quintas senhoriais. Ou seja, duvida-se da relação cereais/criação de gado, como prática de exploração agrícola generalizável, numa substituição do uso da terra, sobretudo na pequena exploração, embora seja admissível a sua existência, subordinada ao cultivo da terra[74]

Nas freguesias que sofrem a influência do Vouga e seus afluentes, a documentação indica uma correspondência entre cada um dos tipos de culturas e as características das terras; por exemplo, nas freguesias de Eixo[75], Frossos, S.João de Loure e Esgueira [76], distingue-se a existência do "campo", para o cultivo de tipo A, e o "monte", para o cultivo de tipo B; o primeiro mais fértil e húmido, sem necessitar de estrumes, seguido de ervagens que

---

[74] Este aspecto está desenvolvido e comprovado por SANTOS, Rui - *Configurações espaciais agrárias alentejanas no Baixo Alentejo...*, *o.c.*, p.41 "*enquanto a grande exploração tende a orientar-se pela busca dos máximos rendimentos líquidos (pelo menos é isso que todos parecem censurar-lhe), com um grau elevado de convertibilidade dos investimentos, reservando sempre uma parte dos seus recursos para a pecuária e aumentando-a quando a balança dos preços tendesse a seu favor: a pequena exploração tinha sempre uma parte importante da sua produção retida para autoconsumo e adiantamento de semente. Essa parte interessava-lhe em bruto, e não como rendimento líquido: como tal não seria substituível pela pecuária, por muito que os preços desta se revelassem mais compensadores, a não ser no contexto (inexistente) de um mercado perfeito, onde os rendimentos líquidos acrescidos pudessem ser convertidos em bens de primeira necessidade*"

[75] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo*. . . , o. c. , p. 46 a 48.

[76] SILBERT, Albert - *Le Problème Agraire portuguais au temps des premieres cortes...*, *o.c.*, p.207 e 253.

sustentam gado, e o segundo, adubado por bons estrumes, produz trigo, milho, centeio, cevada e aveia.

Porém, a tradição foraleira, impondo foros em várias espécies, sobretudo trigo, perpetua a associação do milho com os restantes cereais, no processo de tipo B. Alguns exemplos paradigmáticos: em Préstimo, a MP, refere o cultivo de milho graúdo, e " *se o ano é quente e húmido[...] algum centeio e trigo*"; porém, em 1824, a Câmara daquela vila, refere que "*o Foral em todos ou quase todos os casais manda pagar foros de trigo; porém em parte nenhuma deste Termo se lavra trigo; e por isso os foreiros para haverem de satisfazer ao pagamento dos seus foros se vêem na precisão de o irem comprar fora*"[77]. O mesmo se verificava em Eixo, onde, em meados do séc.XIX, se referem os foros pesadíssimos em trigo, centeio, aveia e milho-painço, apesar da terra os não produzir[78]. Como manifestação desta implantação predominante do milho, ao nível quer da produção, quer do consumo, nesta área à volta da Ria, parece-nos sintomática a resposta das "padeiras de boroa" de Aveiro, que em 1784, relativamente ao pregão da Câmara para fazerem termo de obrigação a fim de serem padeiras de pão de trigo, respondem ser cereal que não costumavam amassar, nem tinham dinheiro para o adquirir[79].

O milho exigia, como é bem sabido, uma boa irrigação e daí a necessidade duma melhor gestão da água, quer no sentido da ventilação e secagem das terras, quer na rega atempada, que obedecia a uma calendarização e codificação de costumes, por transmissão oral que, só muito esporadicamente, se registava. Quando o objectivo era a secagem da terra, veja-se o que se passava nas freguesias ribeirinhas à Ria, "*os principais benefícios que se têm feito no "campo" são os dos cômoros e tapagens, ou, como aqui se diz, fazendo chousas e abrindo valas [...], porque sendo o "campo" muito exposto ao vento norte, é evidente que os cômoros são o único meio económico de o abrigar*"; "*as valas são a nossa antiga e fácil drenagem com que enxugam, alteam, aquecem e arejam os terrenos húmidos, baixos, frios e impermeáveis ao ar*"[80]. Ainda hoje, nos projectos relativos ao melhoramento destas áreas se referem as "valas-caminhos", "*sistema tradicional de drenagem de campos, constituído na sua essência por caminhos fundos, que se desenvolvem a cota inferior à*

---

[77] BAPTISTA, J. S. de Sousa - *O Foral de D. Manuel I na vila do Préstimo...*, o.c., p. 292.

[78] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo, 1868-69,...* , o.c. , p.47 "*se não fosse a introdução do nosso milho, estaria hoje o campo a produzir só feijão, abóbora e painço para os canários*".

[79] AMA, LV. n.8, ss.14/2/1784.

[80] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo, 1868-69*, ..., o.c. , p.45.

dos campos marginais e que servem de valas de enxugo durante o Inverno, e de via de acesso durante o Verão"[81], mas que hoje "*estão em mau estado de conservação, dificultando o movimento da água*"[82].

Esta degradação era evitada, pelo menos até à 2ª década de XIX, com a vigilância atenta dos "juízes das valas", que as faziam abrir e limpar anualmente, cotizando-se os interessados entre si[83]. O Convento de Lorvão, a partir da sua Quinta em Esgueira, utilizava, largamente, estes processos de valagem dos campos, como em 1810, em que as Freiras pagaram a um "*guarda do Campo de Vilarinho*", da freguesia de Cacia, lugar do termo de Esgueira, "*por não querer servir pelo Partido que lhe costumam fazer os lavradores por serem poucos os que semearam no Campo[...]; se não agricultava há muitos anos parte alguma daquele campo, que tem mais de 200 léguas de circunferência, de cujo trabalho resultou poder-se semear já o presente ano, parte do dito campo, do que recebeu o Mosteiro mais de 1000 alqueires, recebidos a maior parte pelo rendeiro, e parte pela administração da Quinta*"[84]. Lembremo-nos que estes investimentos foram feitos numa altura em que a desobstrução da Barra, em 1808, propiciou uma melhor canalização do rio e das águas estagnadas.

Em áreas onde a água não corria com tanta abundância, a sua utilização obedecia a regras ordenadas pela "sede" do milho. As MP revelam, nalgumas freguesias, códigos costumeiros:

. em Escapães "*um rego de água que é desta igreja, desde o dia de S.Miguel até S.João Baptista, no tempo de Verão, anda a girar entre a mesma Igreja e os moradores dela; mas mesmo neste tempo deve um anel dela correr para a Igreja, a qual água chamam da povoação*";

---

[81] MAIA, Carlos Manuel Ferreira da - *Aproveitamento da Bacia do Vouga-sua importância na estratégia de um programa de desenvolvimento regional integrado do Baixo Vouga...*, o.c., p. 68.

[82] BRAGANÇA, João Manuel F. - *Perspectivas do Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar...*, o. c. , p. 80.

[83] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo, 1868-69*, ... o. c. , p.48: « *abandonados como foram pelos anos de 1830, quando da abertura das valas chamadas "reais"*». Em 1763 o Marquês de Angeja, tendo a maior parte das rendas naquela vila queixava-se da sua perda por inundações provocadas pela falta de tapagens e valas necessárias, acusando os oficiais da Câmara pedindo ao Desembargo do Paço que interviesse, in ANTT-DP-Beira, maço 3, n. 197, 18/12/1763. Em 1786 foi apresentado na Câmara de Aveiro um precatório do Juízo da Provedoria, dando conhecimento e pedindo opinião acerca da representação de José Joaquim de Sá Barreto d'Eça e Noronha a S.Majestade, para que o nomeasse Provedor dos Marechões do Campo de Angeja e território da Comarca de Aveiro, "*por se acharem entupidas as valas*": AMA-LV, n.8, ss.11/11/1786.

[84] ANTT-Mosteiro de Lorvão, C. 25, n. 444-Receita e Despesa da Quinta de Esgueira-1810.

. na Vila da Feira "*um rego de água nativa e perene que se chama da velha, por nascer no lugar deste nome, o qual rega a maior parte das terras desta freguesia, repartida por horas para evitar alguns distúrbios do povo*";

. em Nogueira da Regedoura existia "*um rego de água que no tempo do Estio fertiliza os campos [...] repartido pelos moradores do giro dela*";

. em Sanguedo, "*de Verão, os campos regados com a sua água [do rio Uima], são-no a determinadas horas, ao sábado e determinado por sentenças [...], de resto serve para mover os moinhos*".

Felizmente, algumas monografias passaram, a escrito, a tradição oral, ou transcreveram escrituras notariais perdidas, onde aparece bem clarificado o processo de rega e, sobretudo, a terminologia local que acompanha o costume regional; é assim nas freguesias de Oliveira de Azeméis, Carregosa, Ossela, Macinhata da Seixa, Nogueira do Cravo[85], Pinheiro da Bemposta[86], Mansores[87], Macieira de Alcôba[88], Pessegueiro do Vouga[89]. No conjunto destes casos conhecidos, verifica-se que:

.de Junho a finais de Setembro, a água das minas ou nascentes, ou dos rios serve para a rega dos milhos; quando suficiente, rega-se "de pé", nas épocas de estiagem, o menor caudal exige que a água seja acumulada em "presas"[90];

. desde que as águas se destinem a mais do que um proprietário, havia a necessidade de divisão em "giros", variando a parte que cabe a cada um dos "consortes", desde um ou mais dias, até uma fracção do dia que pode ser de noite ou do dia, seguindo uma designação característica: hora do Galo, da Terça, da Sesta, da Pròsesta, do Sol-posto, da meia noite[91]; ou então, a divisão faz-se assinalando marcações numa vara vertical, enterrada na presa (1/4, 1/2,...);

---

[85] RAMOS. Mário - *Divisão de águas no Concelho de Oliveira de Azeméis...*, *o.c.*, p. 93.
[86] TAVARES. José - *Costumes Regionais. Divisão de águas de rega na freguesia do Pinheiro da Bemposta...*, *o.c.*, p. 211.
[87] JUNIOR. Manuel Rodrigues Simões - *Um Regulamento de polícia rural...*, *o.c.*, p. 126.
[88] PAREDE. João Domingos - *Estudos Regionais. Subsídios para a história da antiga terra de Préstimo...*, *o.c.*, p. 38
[89] TAVARES. António Henriques - *Pessegueiro do Vouga. Das Origens à actualidade...*, *o.c.*, *p.* 243.
[90] RAMOS. Mário - *Divisão de águas no Concelho de Oliveira de Azeméis*. . . , o. c. , p. 94.
[91] Id. , *Ibid.* , p. 95: hora do galo-da meia-noite ao nascer do sol ; hora da terça-do nascer do sol até aos "*quatro pés de sombra*", cerca das 9 ou 10 da manhã; hora da sesta-da última até *"aos dois pés"*; hora da pròsesta-até ao pôr-do-sol; hora do sol-posto-até "*não se conhecer cruzes ao dinheiro*"(não se distinguir a cruz inscrita na moeda); hora da meia noite-até à meia-noite;

. os consortes tinham obrigação de tapar e limpar a presa, assim como os regos por onde corria a água.

Enfim, tais princípios fazem pressentir conflitos, quando a necessidade de regas chocava com os interesses de propriedade de senhorios, ou seja, conflitos de património e usufruto da água, num confronto crescente entre privatização e desprivatização da água.

3 - Culturas intensivas

A - A horta

De certa forma, as linhas anteriores referem já o facto de várias culturas hortículas como o feijão e o cebolo, andarem associadas ao milho. É também bem claro que as características demográficas e o parcelamento da terra impunham o aproveitamento de pequenas hortas para culturas de consumo familiar. O incremento de tais culturas adquiriu expressão suficiente para ser referenciado, por exemplo, na corografia do P.Carvalho da Costa, relativamente a Aveiro: "*hortaliças em grande quantidade*"[92]. Nada de admirável, se tivermos em conta as características dos solos arenosos, e da capacidade de adaptação de alguns legumes como couve, nabo, abóbora e cebola[93].

Aparecem, nas MP, poucas referências a culturas hortículas, apenas em freguesias como: Albergaria-a-Velha (nabos), Avanca (grão de bico, favas e feijão), Nogueira do Cravo e Branca (feijão), Mira e Segadães (legumes). Na freguesia de Eixo, a expressão "lavouras", indica que "*os terrenos em roda da Vila, compreendendo os quintais, são bem cultivados, e excelentes para todas as novidades tanto de Verão como de Inverno*", que necessitam de dois factores fundamentais, estrume e rega; de Setembro a Novembro preparavam os alfobres, e daí, transplantavam para terras fortemente estrumadas, onde produzem, sucessivamente, à custa da forte fertilização[94]. Em Ovar, a MP refere-se à

---

[92] COSTA, Carvalho da - *Chorographia Portugueza...*, *o.c.*, v. 2, p. 66.
[93] CARVALHO, João Vasco de - *Monographia da Freguezia Rural de Ovar...*, o. c. , p. 32.
[94] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo, 1868-69*, ... o.c. , p. 47.

cultura da cebola e do alho, mas várias terras em 1763, pagavam à Casa do Infantado, ração de cebola, e a expressão " Ortas da Igreja", situadas sobretudo a nascente, de Ovar, ou seja, Ponte de Riade, Guilhovai, Sande, Acçoes[95], são os locais onde, 150 anos depois, Ovar concentra os "*centros produtores de certa importância*"[96].

B - Os linhares

Nos inícios do séc. XX, as referências ao cultivo do linho praticamente desapareceram; o agronomista de Ovar escreve em 1912, que "*a cultura e indústria do linho tem decaído tanto na freguesia que nem quase valia a pena aludir a ela*"[97]. Mas um pouco por toda a parte, as MP indicam a disseminação do seu cultivo e a ocupação artesanal que lhe está associada; a linguagem escrita refere a expressão "bastante" em Avanca e Canedo; "excelente" em Nogueira da Regedoura, "algum", nas freguesias da Feira, Lobão, Macieira de Cambra, Paços de Brandão, Palmaz e Paradela, Pessegueiro e Pigeiros, Sever, Vila Chã de S.Roque, Valongo do Vouga e Valmaior, onde "*põem suas teias de linho donde muito se remedeiam*". Mesmo em Ovar e nas freguesias do termo de Feira, pagavam, em 1767, mais de 2000 arratéis de linho proveniente de foros, cerca de 1 tonelada[98]. Porém, não temos qualquer percepção do valor relativo desta quantia, visto não conhecermos estimativas para outras regiões ou épocas. Quando muito, Gerardo Pery estima, para 1871, uma produção de 10.000 toneladas de linho, em bruto, para Portugal[99], ainda assim não suficiente para o consumo nacional, porque, no mesmo ano, se importam 1116 toneladas de linho, em rama[100].

Está provado que a produção e fabrico de peças a partir do linho, teria atingido, nos finais de XVIII, um peso significativo, demonstrado nas

---

[95] ANTT-AHMF-Tombo Casa da Feira-1763

[96] CARVALHO. João Vasco de - *Monographia da Freguezia Rural de Ovar...*, o. c. , p. 32.

[97] Id., *Ibid.*, p. 39.

[98] VALDEZ. Luis Travassos - *Noticia sobre os Pesos, Medidas e Moedas de Portugal e suas Possessões Ultramarinas..., o.c.*, p. 12: 1 arrátel=0. 459Kg.

[99] OLIVEIRA. Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando. PEREIRA. Benjamim - *O Linho. Tecnologia Tradicional Portuguesa..., o.c.*, p. 27.

[100] MENEZES. A. A. Telles de- *Le lin*, in "Le Portugal au point de vue agricole"..., o.c., p. 685.

exportações de artigos para o Brasil, cuja matéria-prima, não sendo suficiente, se importava, em apreciáveis quantidades, da Rússia[101]. Esta grande solicitação do linho aprecia-se, igualmente, num outro sector, o do fabrico do papel. Na Comarca da Feira, temos notícia, em 1812, da existência de duas fábricas de papel que contavam, entre os seus componentes, trapos de linho, mas que denotavam um estado de decadência, "*até que hajam linhos em preços cómodos*"[102].

As formas de cultivo são bem conhecidas[103] e, relativamente ao espaço em estudo, podemos destacar a sementeira do linho mourisco, dito de Inverno, num solo menos rico, semeado entre Outubro/Novembro, e colhido em Abril/Maio para dar lugar ao milho; e a sementeira de linho galego, de Verão, num solo mais rico, em fins de Abril/Maio, colhido em Julho/Agosto, sendo semeado, simultaneamente, o milho que, embora se desenvolvesse pouco no linhar, se criava bem, após a colheita do linho[104] (processo que descrevemos anteriormente acerca das diferentes formas de cultivo do milho). A sementeira de linho galego exigia grandes cuidados com a rega, mesmo que houvesse abundância de chuvas, a fim de evitar o desenraizamento da planta; em anos de seca a rega mais se impunha, senão, na linguagem popular, "esturrava"[105] .

C - A fruticultura

Nas MP, são referenciados alguns frutos, principalmente nas freguesias que pertencem à comarca da Feira: os chamados "*peros pipos*", "*os célebres pipos da terra da Feira*", "*célebres maças chamados pipos da Feira*", expressões que indicam algo de muito apreciado, sobejamente conhecido e familiar para entrarem em pormenores; julgamos tratar-se de pereiras e macieiras e são referencidas nas freguesias de Arada, Avanca, Fiães,

---

[101] ALEXANDRE, Valentim - *Um momento crucial do Subdesenvolvimento Português..., o.c.*, p. 7.
[102] AHMOP-JC, n.12-"Mappa das Fábricas existentes. . . -1812".
[103] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim - *O Linho..., o.c.*
[104] *O Linho e suas tradições em Terras de Santa Maria...*, o.c.
[105] *Ibid.*

Fornos, Maceda, Oliveira de Azeméis, Riomeão e S. Mamede de Travanca[106]. Já em Ílhavo, e à volta de Aveiro, se fala em pomares de árvores *"de espinho"*(citrinos), ao ponto de Carvalho da Costa referir que *"a fruta de espinho é tanta que dá carga a muitos navios para Inglaterra"*[107]. Os Livros do Consulado, da Alfândega de Aveiro, referem, esporadicamente, a saída de limões para a Galiza e Holanda[108], e das raras alusões a laranjais, apenas a MP de Valongo do Vouga indica *"laranjas da China e azedas, limas, limões doces e azedos"*.

Alguns conventos apresentam iniciativas no sentido de criarem, nas suas quintas, belos frutos, como parece ter acontecido na Quinta de Estarreja das freiras de Arouca, em 1768[109]. Segundo a MP de Ílhavo, as freiras do Convento da Madre de Deus e Sá, de Aveiro, possuíam, naquela freguesia, *"bom pomar de espinho"*, embora o Tombo de 1770 nada refira[110]. As freiras de Lorvão, por seu lado, na Quinta de Esgueira, registam no Livro de contas da quinta, despesas com enxertos de laranjeiras, em 1786 (4860 réis), no triénio de 1789/92 enxertos de laranjais (14400 réis), no de 1795/98 enxertos (2500 réis), em 1807/10, a venda de laranjas entra já nas receitas (33920 réis)[111]. Enfim, poderemos acreditar que a fruticultura se desenvolveu nas cercas dos Conventos, onde o paladar mais requintado evolui, ao longo do séc. XVIII, como parece acontecer no Entre-Douro-e-Minho, pela obra dos frades beneditinos[112].

D - A oliveira

Sendo bem conhecida a preferência das oliveiras pelos terrenos calcários, torna-se evidente a localização daquela espécie, numa faixa paralela à costa, que partindo de Arcos a Vilarinho do Bairro, se prolonga até Oliveira de Azeméis, correspondendo na Carta de Barros Gomes de 1868, aos então

---

[106] Sempre que nos referimos a MP não indicaremos a cota que se poderá ver no Índice Documental.
[107] COSTA. Pe. Carvalho da - *Corografia. . . ,* o. c. , p. 66.
[108] ANTT. AA. Livros do Consulado; ver cap.8.1.
[109] ANTT-Mosteiro de Arouca. C. 2, n. 120-L. Receita e Despesa. ano de 1769.
[110] AUC-Convento de Madre de Deus e Sá. D. III. 1D, Est. 14. T. 2. Cx. n. 45. ou ainda D. III, 1D, Est. 15. T. 2, n. 33:"Archivo Compendioso. . . ";.
[111] ANTT-Mosteiro Lorvão. C. 25. n. 552.
[112] OLIVEIRA. Aurélio de - *A Abadia de Tibães 1630/80-1813..., o.c.,* v.1. p. 222.

concelhos de Águeda, Albergaria, Anadia, Oliveira de Azeméis e Oliveira do Bairro[113].

As MP referenciam-nas para aquela área: Aguada de Cima, Agadão e Castanheira do Vouga, Arcos ("*abundância de azeite*"), Avelãs de Cima, Belazaima do Chão, Valongo do Vouga, e depois esporadicamente, a Norte, S.Miguel do Mato, Pigeiros e Crestuma. Mas as avaliações quantitativas são muito mais difíceis de apurar; em 1801, Columbano de Castro escreve, na sua "*Descrição da Comarca da Feira*", que na vila de Castanheira e seu termo (freguesias de Castanheira e Agadão), se produzia "*muito*" azeite[114]. Em 1803, as ordens régias relativas ao plantio de árvores silvestres, incluiam as oliveiras. No que diz respeito à Comarca de Aveiro, possuímos algumas estimativas:

QUADRO 2

Plantio de olivais na Comarca Aveiro em 1803

Localidade	Nº pés
Aveiro e Termo	1348
Couto Aradas	52
Oliveira do Bairro	3276
Sangalhos	300
Aguada de Cima	3492
Couto de Barrô	160
Recardães	600
Bemposta	1000
Mira	58
Soraes, Paredes do Bairro, S.Lourenço do Bairro, Ois do Bairro, Anadia, Ferreiros, Avelãs de Cima, Avelãs de Caminho, Assequins, Aguieira, Trofa, Vouga, Couto de Esteves, Fermedo, Frossos, Esgueira	alguns
TOTAL	+ de 10286

Fonte: BPMP-Res., ms. 294.

[113] GOMES, Barros - *Cartas Elementares de Portugal para uso das escolas-1878*,..., o.c.,"Carta dos Arvoredos".

[114] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801*.... o.c., p.273.

Três anos mais tarde, a Vereação de Aveiro apura os resultados da safra daquele ano e os juízes das ouvidorias do termo da cidade, estimam um total de 800 alqueires de azeite, ou seja, 10.800 litros; no entanto, esta produção não seria suficiente para o consumo local que atingia os 8000 alqueires, embora se esperasse um aumento, a breve prazo, porque "*estes vinte anos anda plantando-se desde já grandes olivais*"[115].

Estas preocupações relativamente à produção de azeite, repetem-se nas Memórias Económicas, tanto mais que os olivais, nos finais de XIX, enfermavam da doença da "ferrugem", para a qual vários memorialistas, pedagogicamente baseados na experiência e verificação, apontam soluções[116]. A segunda década de XIX teria aberto um período de dificuldades para a espécie: por um lado, parece ter crescido o número de rebanhos de cabras como se queixa a vereação de Aveiro em 1811 "*visto ser irremediável o prejuízo que estes animais fazem aos arvoredos [de oliveiras], com o seu envenenado dente*"[117]; por outro, as condições climáticas não seriam as melhores e a acção destruidora pelo exército napoleónico, fez abrandar os cuidados, porque em 1813, as Freiras de Lorvão queixam-se, na sua Quinta do Botão, nos arredores de Coimbra, que o ano foi escassíssimo em azeite, e passam a comprá-lo[118].

E - A vinha

Em 1860, Gerardo Pery, na sua viagem pelo já então Distrito de Aveiro, refere o seguinte: "*foi no lugar de Sobreiro, junto a Albergaria, que pela primeira vez vi as videiras que dão o vinho verde, trepando pelos castanheiros, carvalhos, etc. É a partir da margem direita do Vouga que começa a zona onde se produz o vinho verde*"[119]. Orlando Ribeiro, reafirma que, passado o Vouga, "*a vinha baixa produz, para quem vem do*

---

[115] AMA-LV. n. 9. ss. 29/3/1806.

[116] Particularmente pedagógico. e destinado a uma utilização prática. VANDELLI. Domingos - *Memória sobre a ferrugem das oliveiras..., o.c.*, p. 19. BARBOSA. António Soares - *Memória sobre a causa da doença. chamada Ferrugem. que vai grassando nos olivais de Portugal..., o.c.*, p.154.Não contamos com estimativas quantitativas: as únicas conhecidas. são para inícios deste século, calculando. para o Distrito de Aveiro. uma média de 100 oliveiras por hectare. como se lê em *O Distrito de Aveiro sob o ponto de vista agrícola..., o.c., p.* 88.

[117] AMA. LV. n.9. ss.8/5/1811.

[118] ANTT-Mosteiro Lorvão. C. 2. L. 444-1810: no triénio de 1810/13 « *as religiosas fugiram para a Quinta de Esgueira*».

[119] CHAVES. Luis - *Uma viagem pelo Distrito de Aveiro no séc. XIX...*, o.c., p. 273.

Norte, o primeiro vinho maduro"[120]. Não se confundam porém, os vinhedos de cepas baixas, geometricamente dispostas em paralelo, na Bairrada, e as latadas de pequena altura, dispostas no meio de terrenos dedicados a outras culturas, como se verifica mais a norte, junto do Vouga e Águeda, com um tipo de vinhos, embora maduros, sensivelmente diferentes[121].

As MP ajudam a construir, para meados de XVIII, a distribuição dos vinhedos: 85 freguesias registam o vinho; destas, 44, ou seja, 52% apontam o vinho verde, a que se poderão juntar aquelas que falam de vinho de enforcado, (em mais 5 freguesias), o que sobe para 58%; as restantes 42%, falam simplesmente de vinho. Agadão e Castanheira do Vouga registam as expressões "*bastante vinho de qualidade mediana entre verde e maduro*", aliás única referência ao maduro; de resto, o vinho verde circunscreve-se ao espaço já delimitado e conhecido, com o acrescento de, por vezes, se adjectivar com "pouco", "muito" ou "algum".

A apresentação da vinha e seu plantio surge, em modalidades diferentes, conforme se trata de verde ou de maduro. A Norte, o verde aparece de "enforcado" em carvalheiras e outras árvores que bordejam os campos; no dizer do agrónomo de Ovar, a invasão da filoxera, acabou quase por completo com esta disposição e surgiram então, as vinhas baixa e em latadas, sobretudo, a partir de 1882, com replantação de "americanas"[122]. Porém, bem antes deste tempo, as MP de Arada e Espargo referem "ramadas" e "latadas"; prática esporádica ou pouco referida? Pelo menos as Quintas das Freiras de Lorvão, em Esgueira, e as de Arouca, em Estarreja, fazem referências na 2ªmetade de XVIII, a "*parreirais de pilares*", " *varas para ramadas*", "*madeira para parreirais*"[123]. É bem possível, segundo hipótese de Aurélio de Oliveira, relativamente à Abadia de Tibães, que a produção dos rendeiros e pequenos lavradores se fizesse em vinha de enforcado, enquanto que as Instituições poderiam sustentar os custos de armação de ramadas[124].

---

[120] RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. . . , o. c. , p. 147.
[121] GIRÃO, A. Amorim - *Aspectos geográficos do Distrito de Aveiro..., o.c*, p. 13.
[122] CARVALHO, Joao Vasco de - *Monographia da Freguezia Rural de Ovar*, . . . , o. c. , p. 45.
[123] ANTT-Convento Arouca, C. 2, n. 120- 1761/62- « *1 parreiral com 44 pilares*»; Convento de Lorvão, C. 25, n. 380- 1780/83- « *varas para ramadas*»; 1786/89- « *madeira para parreirais*»
[124] OLIVEIRA, Aurélio de - *A Abadia de Tibães*. . . , o. c. , v. 1, p. 207.

A sul, o vinho maduro, "*das Bairradas*"[125], é expressão empregue, em 1747, pelo Padre administrador das quintas do Mosteiro de Jesus; ao referir-se-lhe considera-o de excelente qualidade e a imitar nas propriedades do Mosteiro, em Ouca, freguesia de Sosa, o que claramente demonstra que havia, dentro dos vinhos maduros, a sul do Vouga, uma área específica, muito mais limitada do que a actual região demarcada da Bairrada[126], e que produzia vinho, segundo técnicas muito apuradas. Tal área corresponderia às áreas de barro (Bairrada), distinguindo-se, dentro da Provedoria, fundamentalmente, as freguesias de Águeda, Oliveira, S. Lourenço, Vilarinho e Ois do Bairro, Arcos, freguesias à volta do rio Cértima e do Águeda.

Reunimos um conjunto de indicações, relativas à produção de bons vinhos maduros, referenciados, especificamente, para as freguesias de Sosa, Ouca e Eixo[127], mas que na generalidade se aplicam a toda a área de vinhos maduros, à moda "das Bairradas":

. as cepas deveriam ser plantadas, nas encostas dos vales abrigados por grande extensão de pinhais;

. a qualidade dos terrenos recomendada, aponta para os de natureza sílico-argiloso-calcárea, sendo o melhor vinho aquele que se plantasse em solos argilosos, "surrapeiros e barros", embora os terrenos bem expostos e abrigados, onde falta a argila ou é substituída pela sílica, pudesse produzir bons vinhos; de qualquer forma, os melhores não deveriam criar-se nas terras próprias para cereais;

. distinguem-se as "latas", dos "cordões", embora as primeiras produzam um vinho inferior, por serem sombrias, de dispendioso amanho, ocupando terras susceptíveis de aproveitamento para outras culturas; os "cordões", em contrapartida, ocupando menos área por pé, rentes à terra, bem expostos ao sol, de fácil amanho e vindima, porque paralelos, próximos, abrigam-se uns aos outros;

---

[125] Tombo de 1749 do Mosteiro de Jesus de Aveiro, sendo procurador Frei Bento Xavier da Cunha, publicado em SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus de Aveiro...*, *o.c.*, v. 4, p. 456.

[126] A actual região demarcada da Bairrada, oficializada em Dezembro de 1979, abarca os concelhos de Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro, Mealhada e Cantanhede.

[127] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo...*, o. c. , p. 51-52.

. não são as muitas castas que produzem vinho fino, mas a combinação conveniente das doces com as acres;

. os vinhos dos "cordões" seriam melhores, por serem mais maduros do que os das "latas"; mas tantos uns como outros podem ser classificados como vinhos meio-maduros, subdividindo-se em vinhos carrascões, com bastante corpo e cor, e vinhos palhetes, transparentes, cor de cravo; geralmente, estes provêm das "latas", e os primeiros dos "cordões";

Acerca do incremento da vinha pouco se sabe, apenas o que regista o cartório do Mosteiro de Jesus, documentando a execução de plantios consideráveis, anteriores a 1749, durante a gestão do procurador e administrador Frei Bento Xavier da Cunha, nas quintas em Ouca, freguesia de Soza: "*as madres priorezas lhes encarrego, em suas consciências, para que todos os anos dem todo o dinheiro, que for necessário, para se cultivarem estes bacelos, porque enquanto são novos, não dão nada; só gastam. Porém em passando seis ou sete anos, dão para si e rendimento para o Convento, que não há-de ser pequeno, porque assim fazem os seculares conventos, e com isto se acham bem*". A confirmar uma acção recente, acrescenta "*e o que lá se lavra por hora se gasta lá com os moços, e ainda não chega para as soldadas; mas se continuarem com o que fica disposto, há-de chegar e crescer, nas baceladas que estão postas e se vão pondo*"[128].

Para bem cuidar dos vinhedos, Frei Bento preconiza:

. moço que não seja casado, "*antes já crescido em anos*", "*não convém que seja da terra, buscá-lo-ão de fora, e que seja das Bairradas*", para tratar das vinhas a seu tempo, cultivá-las, e acrescentar bacelos;

. na cultura das vinhas viessem homens de Bolhe (lugar desta mesma freguesia, onde o Convento também tinha propriedades), para as podar, "*que os de Ouca, quando mas podavam, cortavam a vara do vinho, e não davam nada as vinhas; isto faziam ou de malícia, ou por não saberem mais*"; se dêem todos os cuidados necessários: escavá-las, "espaldrá-las", podá-las, atá-las;

. podá-las, quanto mais tarde melhor e cavá-las antes que se principiasse a semear o milho, "*porque entrando-se a semear o milho, querem-se homens de serviço a 60 réis por dia e um salami de milho*";

. quando as uvas estivessem maduras, se "*poderá governar pelas terras da Bairrada*";

---

[128] Tombo de 1749 do Mosteiro de Jesus de Aveiro, publicado em SANTOS, Maurício - *O Mosteiro de Jesus. . .* , o. c. , v. 4, p. 649.

As técnicas de produção estavam, igualmente, bem delineadas, distinguindo-se o vinho de venda e consumo imediato, proveniente dos foros, e o da produção directa da Quinta, a aguardar por melhor altura. No primeiro caso, o procedimento seria o seguinte:

. ter "*a louça aparelhada*", funil, 4 ou 5 cântaros para transportar para os tonéis;

. em cada tonel, "*sua mecha de conserva*" e 3 canadas de água-ardente;

. ou então, estando o tonel cheio, juntar uma tijela cheia de sal "*que este o não deixa tão grosso*";

. aos 2 primeiros tonéis se junta, estando quase cheios, "*duas caldeiras de mosto, estando sem ferver, pois este o faz cozer*";

.dentro de 15 dias, estaria pronto a ser consumido, para o que se deveria "*tirar licença na terra e pô-lo à venda, pondo-lhe preço mais diminuto, do que eles na terra, para se vender melhor, que não são vinhos de aturar, e com vender logo com dinheiro ou fiados, que convém, gastem-se*"[129].

Quando o vinho era de produção directa, da Quinta de Ouca, utilizavam outra técnica:

. fazer uma pipa de aguapé para os "*serviços*";

. pôr nos tonéis uma boa "*mecha de conserva*";

. quando estivessem prontos a receber o vinho, se introduzisse "*um arrátel de açúcar, um vintém de canela picada e dois cravos da India, e se lhe botarem uns cachos de passas não é mau*";

. introduza-se o vinho, "*e lhe botem uma canada de aguardente, e no meio outra e junto ao cimo outra*";

. quando deixar de ferver, pôr uma maquia de sal;

. "*feito o vinho leve aguardente britada*";

. no mês de Janeiro, mandá-lo transfegar, pôr em almudes e vendê-los, de modo a que cobrisse as despesas "*com as fazendas, moços, gastos de homens e jornais nas vinhas, que sempre lhes há-de ficar avanço*"[130].

Em conclusão, parece possível afirmar que existia uma área demarcada, reconhecida, pelo menos em meados de XVIII, como "*vinhos das Bairradas*", de qualidade superior, quer nos processos de cultivo, quer de

[129] Id., *Ibid.*, p.643.
[130] Id., *Ibid.*, p.649.

produção, com mão-de-obra qualificada e cobiçada. É muito provável que nalguns casos este tipo de cultura se "*imitasse*", nas zonas limites ao núcleo "*barradino*", alargando assim a zonas provavelmente menos qualificadas, como aconteceu na Quinta de Ouca das Freiras de Jesus.

O vinho da " *Bairrada*" era consumido em Aveiro, como se percebe através das manifestações dos rematantes da massa das sisas, e a preços superiores aos "*da terra*": "*que se não lotem vinhos da Bairrada misturados com os da terra*"; aliás, nas tabernas, os preços do vinho aquartilhado, eram tabelados, segundo "*informação que houve da Bairrada*"[131]. Em Aveiro, era este o vinho consumido, fortemente onerado por vários reais, sustentáculo dum sem número de obras, centro dum jogo pouco claro entre produtores, vendedores e rematantes, o que constitui assunto para outro lugar.

3 - O Gado

A - Gado cavalar

Um dos aspectos a destacar na Provedoria de Aveiro é o peso significativo de pradarias, destinadas à criação de gado cavalar. Link, na sua viagem por Portugal, refere, em finais de XVIII, que à volta de Ovar, viu, pela primeira vez, as pradarias artificiais[132]. Já o P.Carvalho da Costa notara, em fins de XVII, que, em Aveiro e em seu redor, "*criam seus pastos férteis grande multidão de cavalos, alguns deles ginetes generosos, exercitados pelos nobres da Vila em lustrosas festas*", e nas ilhas e penínsulas da Ria, "*se criam em manadas os potros*"[133].

Não se sabe, ao certo, do surgimento das Coudelarias, mas o regimento de coudel-mor aparece nas Ordenações Afonsinas; teria funções de vigiar pela conservação de cavalos, em áreas mais ou menos extensas, a fim de servirem para o exercício militar. Esta vocação, justificada pelas guerras com Castela, teria passado, desde 1676, à dependência da Junta dos Três Estados, surgindo em 1692 o "Regimento da Criação dos Cavalos",

---

[131] AMA-LV, n. 7, ss. 7/6/1766.
[132] LINK- *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799 par. . .* , Paris, v. 1, 1803, p. 416.
[133] COSTA, Carvalho da - *Corografia. . .* , o. c. , p. 66 e 76.

organizando-se coudelarias no sentido de criação e apuramento de raças[134], estrutura que se mantém em 1811, visto as Coudelarias continuarem sob a dependência da Junta dos Três Estados[135].

Em 1789, Domingos Vandelli aponta o carácter decadente da criação de cavalos e escreve: "*ainda que hajam leis e regimentos para multiplicar e aperfeiçoar a sua espécie, é muito limitado o número, e a boa qualidade deles por falta de pastos, e por causa dos superintendentes*"[136]. Não parece ser o caso da Provedoria, porque os livros de Vereações da Câmara de Aveiro registam, frequentemente, a solicitação do Juízo da Superintendência da Repartição das Coudelarias da Comarca de Esgueira/Aveiro, para que fossem nomeadas pessoas capazes de lançar "*éguas de lista*", no sentido duma criação seleccionada de gado cavalar. Assim se indicam, para os inícios de XVIII, a existência de 4 coudelarias: Aveiro e seu termo, Esgueira, Estarreja e Ovar[137]. A primeira englobava as freguesias de Aveiro, Cacia ("*criam-se nesta região muitos bons cavalos*"[138]) e lugares do termo de Aveiro (Oião, Perrães e S.Romão de Vagos); a de Esgueira circunscrita à freguesia, a de Ovar, desde 1703, desmembrada de Estarreja, tinha duas coudelarias, compostas por 2 garanhões e 70 éguas, tal como o Regimento previa[139]; finalmente, a de Estarreja que englobava S.J.Loure, Angeja, Canelas, Salreu, Veiros, Pardelhas, Bunheiro, Avanca, Válega[140]. Todas elas foram extintas em 12 de Março de 1821[141]. No entanto, em 1860, foram criadas Coudelarias Distritais, importando-se garanhões anglo-normandos, distribuídos por todos os Distritos, constatando-se que "*houve apenas três regiões, Aveiro, Coimbra e Ribatejo, onde os cruzamentos imprimiram modificações duráveis e profundas. Estas regiões são as mais abundantes em forragens graças ao lodo fecundante que deixam as cheias do Vouga, Mondego e Tejo sobre as planícies vizinhas aos seus rios*"[142], o

---

[134] SILVA. J. J. Andrade e - *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa..., o.c.*, p. 302 a 312: "Regimento da criação dos cavallos" de 23 de Dezembro de 1692.

[135] AHMOP-Junta dos Três Estados. n. 6.era superintendente das Coudelarias de Aveiro José Joaquim de Sá Barreto d'Eça e Noronha

[136]VANDELLI. Domingos - *Memória sobre a agricultura deste Reino, e das suas conquistas..., o.c.*, v. 1. p. 129.

[137] AMA-LV. n. 7. ss. 8/7/1758; 14/3/58; 8/8/59; 22/12/59; 5/3/60 25/3/61

[138] *O Terramoto de 1755 no Distrito de Aveiro...o.c.*, p. 137: Cacia.

[139] GOMES. Marques- *O Distrito de Aveiro. Noticia Geographica..., o.c.*, p. 289. PINHO. João Frederico Teixeira de - *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar..., o.c.*, p. 24.

[140] AHMOP-Junta dos Três Estados. n. 6. ; em 1811 Ovar aparece. neste documento integrado na coudelaria de Estarreja.

[141] GOMES. Marques - *O Distrito de Aveiro. . . .* o. c. . p. 289. PINHO. João Frederico Teixeira de - *Memórias e Datas para a História . . .* , o. c. , p. 24.

[142]MACHADO. Jaime - *A bovinicultura no Baixo Vouga..., o.c.*, p. 22.

que prova a "*qualidades dos pastos, quer nas ribas quer nos maninhos, sem contar com a facilidade com que todas as terras da freguesia [de Ovar] produzem erva em grande quantidade e de boa qualidade*"[143].

Este último aspecto conduz-nos para a relação entre a qualidade dos pastos e a possibilidade ou obrigação de se ser criador de cavalos: "*os Superintendentes obrigarão aos lavradores que tiverem 300. 000 reis de fazenda para cima que cada um tenha uma égoa fantil castiça*"; e ainda "*os lavradores ou outras pessoas que tiverem muitas egoas, ou sejam em ordem á criação, ou em razão do serviço de suas lavouras, querendo ter cavallo de raça, a que as lancem, [...] não serão constrangidos a lança-las aos cavallos geraes da criação; porém não tendo cavallos seus, chegando a dez as egoas que tiverem, ou dahi para cima, serão obrigados a terem duas fantis para os cavallos do lançamento*"[144].

A documentação confirma o Regimento: por ordem da Repartição das Coudelarias, solicitava-se que se nomeasse, no acto de Vereação, um número determinado de "*pessoas capazes de lançar égua de lista*"[145]; seguia-se o conjunto de nomes, tendo à frente o montante da avaliação dos bens de raiz do candidato, com a indicação (ou não), de possuírem pastos, mas, segundo o Regimento, condição indispensável.

Conhecem-se alguns, poucos, criadores de gado cavalar; por provisão régia, Miguel Rangel de Quadros, em 1705, insurge-se contra os que metiam éguas e gado vacum na sua lezíria, na Ilha de Monte Farinha, destruindo valas e muros, com perda de pastos pela entrada de água salgada[146]; ainda as freiras de Lorvão, na sua Quinta de Esgueira, no triénio de 1738/41, gastaram 93.000 reis em éguas de criação, 1 macho e 1 cavalo; no ano seguinte, 14.360 réis numa poldra para criação, despesas perfeitamente distintas da compra de "*macho e cavalo para serviços na Quinta*", como acontece no triénio de 1750/53[147]. É nesta quinta que nos surge a indicação de (pelo menos, explicitamente), a partir de 1810, se despenderem verbas na obtenção de prados "*modernos*", ao se referir a lavoura de terras para sementeira de "*milho, tremossos e verde para bestas*", ou então, "*tremoços*

---

[143] CARVALHO, João Vasco de - *Monographia da Freguezia Rural de Ovar*, ... o. c. , p. 51.
[144] SILVA, J. J. Andrade e - *Collecçao Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1859, vol. 1683-1700, p. 302.
[145] MADAHIL, A.G. da Rocha - *Milenário de Aveiro*. . . . o. c. , p. 17, doc. de 24/5/1727; AMA-LV, n. 7, ss. 8/7/1758; ss. 14/3/1759;ss. 8/8/1759;ss. 22/12/1759; ss. 5/3/1760;ss. 25/3/1761;ss. 4/2/1764.
[146] Id., *Ibid.*, p.452, doc.14/7/1764.
[147] ANTT-Mosteiro Lorvão, C. 25, n. 552.

para semear para esterco de quintal"[148]. Isto significa a consagração do prado temporário, de regadio, como cultura-chave, na construção da fertilidade do solo, além de constituir suporte da alimentação do gado[149].

B - Gado bovino

Parece certo que, até meados do séc. XIX, podemos detectar, dentro do espaço histórico da Provedoria, duas áreas de criação de gado bovino: uma, a do gado mirandês, de Trás os Montes, das duas Beiras e Estremadura[150], que se espalha pela Feira, Ovar, Oliveira de Azeméis até Estarreja; a outra, dos bois ratinhos da Estremadura que penetram pela Bairrada, estendendo-se por Vagos, Ílhavo e Aveiro até Estarreja. Desta conjugação teria surgido a raça "marinhoa", vivendo à solta, no estuário e ilhas do Vouga, convivendo com o gado cavalar; seria mais apropriada ao trabalho, do que ao talho[151] e, a confirmá-lo, estão as condenações da Câmara, em 1777 ao marchante dos açougues da cidade, por ter mandado abater gado do sítio da Gafanha, em vez de "*carne do Douro*", como era obrigado[152].

Apesar de hoje, ser a orla marítima a zona, por excelência, da produção leiteira, a verdade é que nós encontramos referências à manteiga, no concelho de Cambra, que pagava ao Senhor da Feira, perto de 280 quartilhos, contrastando com os 93 do concelho da Feira, e nenhuma referência em Ovar e Pereira Jusã[153]. As indicações, mais concretas, à sua

---

[148] ANTT-Mosteiro Lorvão. C. 25. n. 444.

[149] Aspecto que se constata nos nossos dias, como se lê em RAMALHEIRA, Eduardo A. - *Importância dos prados temporários na renovação dos sistemas de produção agrícola na Regiao de Aveiro..., o.c.*, p. 54.

[150] MACHADO, Jaime - *A bovinicultura no Baixo Vouga*, . . . , o. c. , p. 22: esta raça mirandesa teria uma área de dispersão muito extensa, planalto de Miranda até às margens do Douro, daqui avançando até Oeste, penetrando em Vila Real, e para sul, ocupando quase toda a Beira Baixa e parte oriental da Beira Alta; reparte-se até ao litoral, invadindo a Beira marítima, passando às planícies do Vouga e do Mondego.

[151] Id. , *Ibid.* , p. 23. CARVALHO, João Vasco de - *Monographia da Freguezia Rural de Ovar*,...,o.c., p. 49.

[152] AMA-LV, n. 8, ss. 27/9/1777.

[153] ANTT-AHMF-Almoxarifado Feira, VI/E/21-1767. A produção leiteira no litoral surge sobretudo a partir de 1895 quando houve um corte na exportação de bovinos para a Inglaterra, começando igualmente a explorar a capacidade lactopoiética dos animais, sendo fortemente responsáveis as vacas

criação encontramo-las em Esgueira, na Quinta das Freiras de Lorvão, que compraram, no triénio de 1735/38, "vacas e vitelas"; no triénio seguinte, "vacas para leite". Nos finais do século, 1792/95, fica no celeiro, como saldo, 14 quartilhos de manteiga, e nas receitas, a partir, do triénio seguinte, existe sempre uma verba respeitante à venda de manteiga; entre 1810 e 1815, vendiam em média, por ano, 130 quartilhos de manteiga[154]. Ou seja, parece ter havido, ao longo de XVIII, um certo incremento na criação de gado bovino que, encontrando prados naturais excelentes, desempenhou, não apenas uma função motriz, mas por vezes, quando protegida, caso da Quinta de Esgueira, a de produção leiteira.

C - Gado ovino e caprino

Sobre este tipo de gado as informações são dispersas, e as M. P. registam-no, nas freguesias serranas de Castelões, S.Miguel da Junqueira, Roge, Silva Escura, Talhadas e Valongo do Vouga: são ovelhas, cabras e carneiros. Quantitativamente falando, em inícios do séc.XIX, o desembargador da Comarca da Feira refere-se às terras de Castanheira e Cambra, como tendo "muito" gado que não especifica[155]; as referências à forma de criação escapam totalmente.

Em 1785, foi pedido, por um particular, autorização "*para meter na cidade [Aveiro], um rebanho de cabras, pagando as perdas que elas fizessem*", mas recusado, visto os pastos serem poucos, e estarem já arrendados segundo a chamada "*renda do verde*" (1 alqueire de milho por boi, ou seja, exclusivamente para este tipo de gado). Mesmo assim, deveriam ser bastantes os proprietários de cabras, porque foram notificados, no mesmo ano, para porem as suas cabras fora da cidade e seus subúrbios, por terem feito extorções nas novidades particulares, valados e pastos que pertenciam aos lavradores da "*renda do verde*" que, por lhes terem usurpado

---

de raça "turina" oriundas dos Países Baixos: MACHADO, Jaime - *A bovinicultura no Baixo Vouga...*, *o.c.*, p. 24.

[154] ANTT-Mosteiro Lorvão, C. 25, n. 444.

[155] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801...*, o.c., p.273.

os pastos, se recusavam a pagá-la[156]. Esta tendência para uma intensificação da criação de cabras compreende-se perante a própria procura de peles curtidas para vários fins, e não espanta a frequência de moinhos "*de casca de carvalho*" para curtumes de couros (de caprinos e bovinos)[157].

D - Gado suíno

As referências a este gado fazem-se, a partir das condenações relativas à sua entrada em terrenos de propriedade privada, o que pressupõe a sua criação, à solta: cevados, bácoros, porcos, à mistura com bois, bezerros, éguas, que estragam as novidades. Em 1772, a Câmara estabeleceu uma coima de 500 reis por cada cevado que fosse encontrado pela rua[158], uma medida, não só urbanística, mas também para precaver prejuízos e cobrar coimas perdidas, como parecem traduzir-se as recriminações ao Procurador do concelho por não ser suficientemente diligente[159].

As freiras de Lorvão, na sua quinta de Esgueira, em 1750/53 compram "*porcos para criação*", mas é iniciativa de que perdemos rasto; nos anos seguintes, na verba das despesas, entra a compra de "*porcos e carne de porco*", indiscriminadamente.

Enfim, parece-nos que no seu conjunto, a importância dos prados naturais ou mesmo artificiais, a acreditarmos em Link e nas iniciativas particulares das freiras de Esgueira, a norte do Vouga, pode levar-nos a falar, não numa área de criação de gado, no sentido estrito do termo, mas duma paisagem onde o gado bovino teria uma relativa importância. Tão importante que, quando surgem as iniciativas de coimar as terras ou partir os maninhos, surgem as oposições por parte daqueles "*que precisam pastos para os seus gados, quando havia muitos*"[160]. Por outro lado, a predominância da cultura do milho, no sistema descrito atrás, ou seja, conjugação

---

[156] AMA-LV, n. 7, ss. 15/1/1785;ss. 17/4/1785.
[157] ANTT-MP de Cucujães e Ul, explicitamente são identificados
[158] AMA-LV, n. 8, ss. 17/6/1772.
[159] AMA-LV, n. 7, ss. 3/8/1768.
[160] AMA-LV, n. 8, ss. 11/9/1791.

milho/leguminosas/prado, permite forragens suficientes para engorda de gado e, naturalmente, uma produtividade significativa.

De qualquer forma e para terminar, na falta de dados quantitativos que cubram o séc.XVIII, parece-nos elucidativa a estatística que Barros Gomes apresenta em 1878[161]

QUADRO 3

Densidade de cabeças de gado por hectare

Concelhos	Caprino	Ovino	Suíno	Bovino
Agueda	3	5	3	3
Albergaria	2	5	5	4
Anadia	2	5	4	3
Aveiro	1	4	4	4
Estarreja	1	4	5	5
Feira	1	4	4	5
Ílhavo	1	5	5	5
Oliveira de Azeméis	1	5	4	5
Oliveira do Bairro	1	5	5	4
Ovar	1	1	5	5
Vagos	1	4	4	4
MÉDIA	1	4	4	4

Legenda: 1 de 50 e + hectares/cabeça, 2 de 20 a 50 hectares/cabeça
3 de 10 a 20 hectares/cabeça; 4 de 5 a 10 hectares/cabeça
5 de 0 a 5 hectares/cabeça
Fonte: Barros Gomes - *Cartas Elementares de Portugal....*, o.c. quadros finais, p. 4

Relativamente à distribuição do gado, o Distrito de Aveiro situava-se, em termos de densidade pecuária, logo a seguir ao Douro Litoral, particularmente as espécies bovina, suína e ovina em média, 5 a 10 hectares por cabeça. O quadro anterior confirma este facto, especialmente nos concelhos de Albergaria, Estarreja, Ílhavo, Oliveira de Azeméis e Oliveira do Bairro, apesar de o gado caprino ter pouco significado no conjunto das espécies.

[161] GOMES, Barros - *Cartas Elementares de Portugal-1878..., o.c.*, quadros finais.

Cap. 5.2. - Os Senhores da Terra

As marcas de poder sobre a terra passam por direitos de jurisdição vitalícios e hereditários, fazendo dos seus senhores usufrutuários de rendas, dízimos, direitos censitários e enfitêuticos, ou então, e ainda, direitos contemplados nas cartas de foral Manuelinas, ou medievais, em que a Coroa delega em donatários, a cobrança e usufruto de direitos (foros e rações entre outras). Mas existem ainda bens a partilhar, jogos de poder, à volta da propriedade patrimonial pública ou da Coroa, maninhos, montados, baldios e águas, que tenderam, ao longo da 2ªmetade de XVIII, ora para a privatização ora para a desprivatização, entre conflitos de interesses.

1 - A fortuna senhorial

O Cadastro para o estudo do mundo rural seria o melhor instrumento de investigação e aproximação daquela realidade, visto permitir não apenas a análise detalhada da forma das parcelas, sua distribuição, cursos de água, caminhos, casas e anexos, mas principalmente, medir, detalhadamente, a propriedade fundiária e seus proprietários. Tal fonte preciosa e utilizada em vários países[1], infelizmente, não se conhece em Portugal, até ao séc. XIX, a não ser a excepção de tipo urbano encontrada para Braga do séc.XVIII[2].

Socorremo-nos, então, de informações indirectas e tardias, fornecidas pela contribuição predial de 1875, sobre o Distrito de Aveiro, que não corresponde exactamente ao espaço da Provedoria. Através destes dados verifica-se que a proporção de colectas, entre 0 e 1000 réis, era de 69.5%, sendo a percentagem até 100 réis de 22%, a mais alta do país[3], o que aponta

---

[1] Referido em PIUZ, Anne-Marie. MOTTU-WEBER - *L'Economie Genevoise, de la Réforme à la fin de l'Ancien Régime...*, *o.c.*, p.185; nesta obra se nomeia a advertência pioneira de Marc Bloch a respeito desta fonte e se utilizam largamente os documentos cadastrais.

[2] Para Portugal, a tese de Mestrado BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo - *O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII...*, *o.c.*

[3] PERY, Gerardo - *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias...*, *o.c.*, p.112.

para uma forte divisão da propriedade, embora não elucide sobre a extensão das lavouras. Em 1878, Barros Gomes descreve, com maior pormenor, por concelhos, as classes de imposição predial[4], donde colhemos dados que se inserem no espaço da Provedoria:

QUADRO 1

Classes de imposição predial de alguns concelhos

que se inserem no espaço da Provedoria de Aveiro em 1878

Classe	Réis	Concelhos
I	de 0 a 100	-
II	de 100 a 200	Águeda, Albergaria
III	de 200 a 500	Anadia, Feira, Oliv.de Azeméis, Oliv.Bairro, Ovar, Vagos, Mira
IV	de 500 a 1000	Aveiro, Estarreja
V	mais de 1000	-

Fonte:Barros Gomes-*Cartas Elementares de Portugal*,..., o.c.

Torna-se claro que o grosso dos prédios se situava entre os 200 e os 500 réis, sinal duma acentuada fragmentação. Mais concludente será a avaliação da superfície média de cada prédio que, em 1868, era de 0.50 hectares, a mais baixa do país, quando a grandeza média se situava nos 1.55 hectares[5]. Sendo de 1912, e referindo-se especificamente a Ovar, parece pertinente a seguinte citação: "*às propriedades de 1 e 2 hectares já ali chamam grandes; às leiras de alguns ares apenas dão o nome de lavouras; e até os exíguos páteos tomam o nome de quintais*"[6].

A fragmentação da terra é ponto assente; mas a sua apropriação e extensão das lavouras ou explorações agrícolas, torna-se difícil de avaliar para toda a Provedoria. Fazemos, portanto, algumas estimativas a partir dos dados disponíveis, começando pelas fortunas senhoriais que serão aferidas segundo três tipos de indicadores: dízimos, direitos de foral e património fundiário. Seleccionámos a Casa da Feira, integrada na Casa do Infantado, o Almoxarifado de Eixo, pertença da Casa de Bragança, a Casa de Aveiro,

[4] GOMES, Barros - *Cartas Elementares de Portugal, 1878..., o.c.*
[5] PERY, Gerardo - *Geografia e Estatística Geral de Portugal...*, o.c., p.111.
[6] CARVALHO, João Vasco de - *Monografia da Freguesia rural de Ovar...*, *o.c.*, p. 30.

Mosteiro de Jesus, Mosteiro de Arouca, Mosteiro de Grijó e de S. Agostinho da Serra.

A - Os donos das dízimarias

A perspectiva histórica e jurídica acerca do dízimo está feita[7]. A dízima seria uma prestação paga ao senhorio, quer à Igreja, quer a laicos com direitos de padroado, que consistia numa décima parte dos frutos da produção geral. Não utilizamos aqui esta fonte com o objectivo de avaliar a produção ilíquida, mas sim apurar os seus principais usufrutuários. As informações são lacunares, porque os inquéritos paroquiais de 1758 não distinguem quem os recebe, limitando-se, na maior parte dos casos, a referir, somente, as côngruas dos párocos. Também Columbano de Castro, na sua "*Descrição da Comarca da Feira*", em 1801, confunde, na lista de apresentações e rendimentos, dizimarias com simples côngruas ou "pés de altar"[8]. Assim, só possuímos dados para uma parte da Provedoria, conformes com o "*Inquérito à Diocese de Aveiro de 1775*", que interrogava sobre o estado do culto e todos os aspectos que lhe estavam relacionados: sustentação do clero, seu número, apresentação, recolha de dízimos[9]. A partir destes dados, elaborou-se o Anexo 1, que nos revela vários aspectos surpreendentes:

. na maioria dos casos, o padroeiro não "*come os dízimos*", segundo expressão da época;

. a excepção vai para as Ordens Religiosas que, como padroeiros, recolhem, igualmente, os dízimos, caso do Mosteiro Beneditino de Cucujães, dos Frades de S. Marcos dos Jerónimos, dos Frades regulares de S. Agostinho de Grijó, de S. Agostinho da Serra do Pilar e Santa Cruz de Coimbra;

. no caso das religiosas, existem variações: enquanto as Freiras de Lorvão, Arouca e S.Clara de Coimbra apenas recebem parte, as Freiras de Jesus de Aveiro colhem-nos, integralmente, as quais, à sua conta, apresentam

---

[7] OLIVEIRA, Aurélio de- *A Abadia de Tibães 1630/80-1813*..., o.c., 2ºvol., pág. 361 e segs.
[8] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801*..., o.c., p.342.
[9] GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no séc. XVIII. Um inquérito...*, o.c.

seis igrejas e recebem dízimos de sete (a de Frossos, anexa à de S.João de Loure, é de apresentação do reitor desta última), numa presença certamente marcante e dominadora..

. o clero regular masculino, apesar de em número diminuto, recebe, na maior parte dos casos, os dízimos das igrejas da sua apresentação,

Relativamente aos laicos, a variabilidade era muito maior:

. nas igrejas do padroado da Casa de Bragança, os dízimos estavam distribuídos entre priores, Mitra, Cabido, mas igualmente pelo Duque de Cadaval e Lafões;

. este último possuía, além dos dízimos de igrejas da apresentação da Casa de Bragança (Oiã e Espinhel), apresentação e dízimos das igrejas de Soza e Mamarrosa;

. relativamente às igrejas da Coroa, os dízimos dividiam-se ora entre a hierarquia da Igreja, prior, Cabido de Coimbra, Mitra de Aveiro ou Coimbra, e Igreja Patriarcal de Lisboa, ora entre Comendadores, dos quais se destaca o Visconde de Vila Nova da Cerveira, que arrecada as igrejas de Valongo do Vouga e Préstimo.

Resumindo, podemos afirmar que os senhores dos dízimos se repartem por dois grupos fundamentais: os comendadores, em que sobressai o Duque de Lafões, e as ordens religiosas, sobretudo as Freiras Dominicanas do Mosteiro de Jesus de Aveiro.

B - Direitos de Foral

Parece estar claro, a partir dos trabalhos de Albert Silbert[10] e Nuno Gonçalo Monteiro, mais recentemente[11], que, apesar do declínio das jurisdições leigas e eclesiásticas ao longo dos sécs. XVII a XIX, não houve uma correspondência ao nível dos "senhorios úteis" que continuaram a cobrar antigas imposições foraleiras, numa notória dissociação entre jurisdição e

[10] SILBERT, Albert - *O Feudalismo Português e a sua abolição..., o.c.*, p. 81.
[11] MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Revolução Liberal e Regime Senhorial:a 'Questão dos Forais'...,o.c.*, p. 143.

tributação senhorial[12]. Compreende-se assim a razão por que, nos finais do Antigo Regime, o discurso vintista confundia questão senhorial com tributação e não com jurisdições[13].

Nuno Monteiro estudou a incidência do poder senhorial útil baseado nas respostas ao inquérito sobre forais de 1824, que se reportam à situação existente em 1819-20, vésperas da primeira revolução liberal, concluindo, entre outros aspectos, a diversidade de prestações que se pagava a donatários da Coroa, nalguns concelhos, entre eles Aveiro (somando-se Coimbra e Santarém); a predominância de direitos raçoeiros (4º, 5º, 8º, ...), que nos casos da Provedoria de Aveiro (e Coimbra), se combinavam com foros e laudémios. Compreende-se, desta forma, a grande conflituosidade senhorial, manifestada no movimento peticionário vintista[14].

Já nós, em 1986, a propósito do estudo do senhorio monástico de Grijó, tínhamos notado uma realidade diferente, à volta do Vouga, quando as prestações eram baseadas em rações, retiradas da produção, mesmo antes do dízimo, como explicitamente contemplava o Foral de Vagos «*se paga o sexto do monte maior amte de ser dizimado*»[15]. Além destes direitos, acrescente-se os de dispor de terras "maninhas" e "montados", fontes de frequentes conflitos.

Deste conjunto de direitos, tentámos identificar donatários e respectivo usufruto, na Provedoria de Aveiro, a partir da leitura dos forais e outros documentos disponíveis. Construi-se o Anexo 2, do qual se pode tirar um certo número de indicações:

. praticamente, em toda a Comarca de Aveiro se cobravam rações;

. a Casa do Infantado, senhora dos direitos dos foros, abrangendo praticamente toda a Comarca da Feira, apenas cobrava rações em Castanheira, enclave na Comarca de Aveiro, e somente sobre terras "a romper";

---

[12] Id. - *O Regime Senhorial:II-Os direitos de Foral...*, *o.c*, p. 353.
[13] Id. -*Revolução Liberal e Regime Senhorial. . .* , o. c. , p. 160.
[14] Id.- *Geografia e Tipologia dos direitos de Foral nas vésperas da revoluçao liberal...*, *o.c.*,p. 266. Este autor, na primeira parte do artigo faz uma análise da documentação peticionária vintista reunida por Albert Silbert, demonstrando que aquele movimento se concentrava no Centro Litoral, coincidindo com a geografia da tipologia dos direitos de Foral.
[15] AMORIM, Inês - *Mosteiro de Grijó-Senhorio e Propriedade...*, *o.c.*, p. 218.

. sobressai a Casa de Bragança, no seu Almoxarifado de Eixo, a mostrar-se senhora das justiças, foros, rações e maninhos;

. além desta, impõem-se as Casas dos Almadas, Angeja, Ordem de Malta, destacando-se o Duque de Lafões, porque além da jurisdição de Vouga e Oliveira do Bairro, era ainda donatário das mesmas terras e de Soza e Couto de Esteves, terras da Coroa;

. as instituições religiosas e hierarquia da Igreja tinham, também, presença significativa: Bispo de Coimbra, vários Mosteiros e Conventos;

. destacamos o Senhor de Vagos, Conde de Aveiras, pelo facto de o Foral expressamente indicar que era senhorio dos foros e rações, cobrados sobre toda a produção, mesmo antes de ser dizimada, o que o colocava como primeiro usufrutuário de toda a produção agrícola daquela terra.

Tentamos, agora, uma última abordagem: conjugar os dados do Anexo 1 (dos usufrutuários dos dízimos) com o Anexo 2 (donatários de rações, maninhos e montados), tentando intersectar casos de fortunas maiores, à volta destas duas perspectivas, de que resultou o Anexo 3. Os resultados não são espectaculares, mas permitem detectar um caso de fortuna de monta, entre dízimos, rações e direitos de foral. O do Duque de Lafões era o grande beneficiário quer de dizimarias de algumas igrejas da Casa de Bragança quer ainda do padroado da freguesia de Soza e Mamarrosa, quer como donatário de imposições foralengas sobre Soza, Vouga e Oliveira do Bairro. Como dizia o pároco de Soza, em 1774 "*o dito Ilustríssimo Duque de Lafões é senhor da Comenda desta vila de Soza e recebe os dízimos desta freguesia e de alguma parte da freguesia da Mamarrosa [...], é senhor das rações que lhe cobram juntamente com os dízimos, e neste contrato entram o que rendem duas barcas de passar e que andam no dito rio[...] a renda de Ouca que entra na freguesia de Mamarrosa onde também o Ilustríssimo Duque é senhor das rações e foros que se cobram juntamente com os dízimos, e também é senhor das rações e foros do dito lugar de Ouca*"[16]. Enfim, pelo menos na Provedoria e Comarca de Aveiro, a Casa de Lafões arrecadava boa fortuna e parece estar provado que, nos finais do Antigo Regime, aquela Casa era uma das que recebia maiores rendimentos, sobretudo porque administrava maior número de comendas[17].

---

[16] GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro...*, o.c., p.42.

[17] MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O Regime Senhorial:II-Os direitos deForal...*, o.c., p. 369.

De qualquer forma, é bem provável que aqueles senhorios, simultaneamente jurisdicionais e donatários, estariam melhor posicionados, relativamente à cobrança das imposições que o monarca lhes doara.

C - Fortunas Senhoriais

O mosaico vai-se construindo e podemos tentar aproximar-nos da extensão de algumas fortunas senhoriais, destacando a Casa do Infantado, sucedânea das terras dos Condes da Feira, o Almoxarifado de Eixo da Casa de Bragança, o Ducado de Aveiro. Relativamente às Ordens Religiosas, destacamos o Convento da Freiras de Jesus de Aveiro, de Lorvão, de Arouca, (femininos) e de S.Domingos (masculino), unicamente no que diz respeito a patrimónios inseridos na Provedoria.

Eis, pois, uma aproximação possível da extensão dos poderes económicos que se acrescentam aos administrativos e jurisdicionais, já focados anteriormente. Os quadros que se seguem demonstram e localizam algumas destas fontes de rendimento e de poder.

CASA DA FEIRA/CASA DO INFANTADO

Tenha-se em atenção o que se disse anteriormente, relativamente aos direitos de jurisdição cível e de foral, que fazem desta Casa, certamente, uma das maiores fortunas do Reino. O seu orçamento, em 1528, colocava-a em 7ºlugar na hierarquia dos vários titulares portugueses[18]. Interessa-nos somente o levantamento dos seus bens e direitos, a sua localização e, sempre que possível, a quantificação. A análise dos forais respeitantes a cada uma das vilas da jurisdição da antiga Casa da Feira, incorporada então na Casa do Infantado, em 1708 [ver cap. 1, Anexo 2], possibilita uma imagem de todos os bens e direitos na Comarca da Feira; a estes juntamos a informação contida num Livro Índice de Rendimentos de 1763[19], como que um roteiro por todas as propriedades, quer de domínio indirecto da Casa, quer de

[18] PEREIRA, João Cordeiro - *A renda duma grande casa Senhorial..., o.c.*, p. 789.
[19] ANTT-Casa do Infantado, Livro de Rendimentos -1763.

outros senhorios que, por razão do Foral, tinham encargos para com o donatário. Da recolha feita e respectiva síntese, surgiu o Anexo 4.

No total da Comarca da Feira, casais e reguengos surgem, como as unidades mais constantemente repetidas, mais de 600 referências a casais, ou partes deles, cuja maior concentração se daria na Vila da Feira. Em segundo lugar, vêm as "hortas", com 325 referências, praticamente circunscritas à terra de Ovar, a que juntaremos a designação "terra", com 298 registos dos 385 respeitantes a toda a Comarca.

QUADRO 2

Tipologia das propriedades, sobre as quais a Casa da Feira/ /Casa do Infantado, cobrava rendas em 1763

Tipo	Feira	Cambra	Castanh.	P.Jusã	Ovar	Total
Casais ou parte	411	85	43	61	3	603
Reguengos	93	16	0	1	0	110
Quintas	5	4	1	-	22	32
Hortas	-	-	2	-	323	325
Terras	22	15	35	15	298	385
Pinhais	-	-	-	1	23	24
Novo Foro	-	-	-	50	-	50
Sem designação	-	-	-	-	223	223

Fonte:ANTT-Casa do Infantado, Relação Rendimentos...1763

Neste quadro síntese, encontra-se uma área com uma organização espacial antiga, baseada em casais, muitos deles de outros senhorios que a fonte, por vezes, refere (Mosteiro de Grijó, Pedroso, Cucujães, S.Bento do Porto, etc), enquanto que a vila de Ovar organiza o seu espaço em quintas e reparte-se por hortas e terras, sendo significativo o número de referências sem distinção do tipo de propriedade (223 vezes), mas em que em 155 casos o pagamento é apenas em rações "*do que se põe*", o que denota terras em trabalho de desbravamento e bem fragmentadas. Já o Foral de Ovar se referia aos «*chãos foreiros e alfouveres*», e acrescenta «*não se põem aqui as confrontações por que são coisas muito miúdas e a todas sabidas onde são*»[20]. Pereira Jusã regista a expressão "*foro novo*", podendo tratar-se ora de

[20] MADAHIL. Rocha - *Forais Novos do Distrito de Aveiro-Ovar...*, *o.c.*, p. 310.

desmembramentos de casais, ora de partes de pinhais, cortinhas, etc; enfim, uma fragmentação e ocupação humana em crescimento, como se viu no cap.4 da I Parte.

Estes espaços seriam susceptíveis de contribuir para um aumento de rendimentos e uma extensão dos poderes da Casa do Infantado, na Comarca da Feira, alargados e reforçados pelos direitos que os Forais previam, e que o Tombo de 1763 confirma. O quadro seguinte sintetiza alguns:

QUADRO 3

Direitos da Casa do Infantado na Comarca da Feira em 1763

Direitos	Feira	Cambra	Ovar
Água	*	*	
Moliço	*		*
Muinha	*		
Moradores	*		
Portadas	*		*
Portagem	*	*	*
Pescado	*		*

Fonte: ANTT- Relação Rendimentos. . . Condado da Feira - 1763

Os direitos sobre a água incidem sobretudo na freguesia de Lever, no acesso às águas do Rio Levira onde 20 nomes pagam um foro em dinheiro. Depois, um pouco por toda a parte, havia que pagar o uso de água em Lourosa, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, Riomeão e Ul, como, na generalidade, o Foral ditava e como especialmente escrevia, relativamente a Lever "*foro que chamavam dinheiro de água*"[21]; nas terras de Cambra, as freguesias de Castelões e Cepelos, pagavam o "*direito de água*".

O moliço e a muinha (agulhas dos pinheiros) era objecto de arrendamento e, em 1763, nesta condição se encontra o Pinhal de Olho Marinho em Arada e em Ovar o Pinhal do Covelo e Enxomil.

Na freguesia da Feira os moradores junto ao seu Castelo, com portal para a rua, pagavam 1 galinha por fogo como previa o Foral. Em Ovar,

[21] Id. -*Forais Novos do Distrito de Aveiro-Feira...*, *o.c.*, p. 173.

havia o direito das portadas, que cobrava uma importância fixa em dinheiro, por casa e que, em 1767, ascendia a 1761 registos[22].

Os chamados direitos de "moradores" cobravam-se no termo da Feira, nas freguesias de Pindelo e Palmaz, tratando-se duma importância a haver de todos os moradores, libertando-os de qualquer outro foro; o mesmo se passava em Arões, terras de Cambra.

Os direitos de portagem estavam arrendados na Feira, Cambra e Ovar.

Finalmente, o direito de pescado que se pagava em Lever, o chamado "direito do condado", era uma herança das determinações do Foral da Feira, estipulando-se imposições sobre as pesqueiras e barcas no rio Douro, mas extensíveis, entretanto, ao mar. Em Ovar, cobrava-se pelo pescado na Ria que se estendia até Aveiro, e no mar, sobre as "*Artes*" da sardinha na Costa e mais "*Acima*" (em Espinho) e a Sul, na costa da capela de NªSªdas Areias (S.Jacinto).

CASA DE AVEIRO

É sabido que os bens e rendimentos respeitantes à Casa e Almoxarifado de Aveiro, eram uma fatia menor da casa Senhorial de D. Jorge que auferia, igualmente, dos Mestrados de Avis, Santiago e Ducado de Coimbra[23]. Mas, para o nosso caso, interessa-nos apenas apresentar uma imagem dos bens e direitos daquele senhorio, na Provedoria de Aveiro. Entre os bens doados por D. Manuel, contam-se, dentro da Provedoria, as jurisdições em Brunhido, Casal de Álvaro, Recardães, Segadães, Aveiro e seu termo, "*com suas Lezirias e Ilhas dentro da Foz*"[24].

Os Tombos da Casa de Aveiro, retidos no AUC, são vários e extensos; daí que déssemos preferência àqueles que, propriamente, se debruçavam sobre a cidade e zona envolvente. Infelizmente, não contamos com Índice de

---

[22] ANTT-CF, Casa da Feira, n. 16-1768

[23] PEREIRA, João Cordeiro - *A renda duma grande casa Senhorial. . .*, o. c., p. 792.

[24] SOUSA, Manuel Madeira de - *Allegação de Direito pela Justiça do Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Rodrigo Teles de Lencastre, Castro e Silveira. . .*, o.c., Reproduz a págs.177 em diante as doações do rei D. Manuel a D.Jorge, Duque de Coimbra, senhor da Casa de Aveiro.

rendas, e um trabalho de pesquisa, morosíssimo, se adivinhava. Optamos assim por um breve resumo da localização das propriedades e direitos[25].

QUADRO 4

Património da Casa de Aveiro em inícios de XVIII

Casas	Aveiro
Ilhas e Ilhotes	Saima, Trovisco ou Poço, Ovos, Gaivotas, Sama
Quintas	do Cojo, do Seixal, de S.António
Prazos	S.João de Loure (Quinta de S.Bernardo), Recardães, Segadães, Casal Álvaro, Brunhido, Lamas

Fonte: AUC-Tombos da Casa de Aveiro - 1698/723

Em Aveiro, as unidades contadas como prédios urbanos, entre quintais, chãos, armazéns, pardieiros eram, em 1532, em número de 53 e, dois séculos mais tarde, perto de 73, como consta duma cópia do Tombo da Câmara[26]. Acrescente-se a Casa da Câmara, casa dos Açougues, currais do concelho, e rocios do concelho, junto ao Convento de S. Domingos (incorporada desde meados de XVIII neste mesmo Convento), o Rocio de S.João e do Matadouro [veja-se o que, sobre estes lugares, foi dito no cap.3 da I Parte].

As ilhas e ilhotes vêm bem descritas no foral de Aveiro e a de Sama, que teria sido doada à vila, por D.Pedro, por carta e alvará de 10/12/1448[27], transitou para a posse de D.Jorge aquando da criação da Casa de Aveiro; todas elas estavam emprazadas em 1703[28].

Os prazos distribuíam-se, pelas freguesias correspondentes à própria jurisdição. Destaque para a quinta de S.Bernardo, em S.João de Loure, com uma área superior a 15 Km2, 1750 alqueires de terra, rotas apenas 700 alqueires, vinha de 60 homens de cava, alguns pinheiros, emprazada por 3 vidas[29].

QUADRO 5

[25] Trata-se de Tombos datados de 1692-1725:2 tombos de reconhecimento de marinhas(AUC-n. 9 e 10); 4 tombos de bens em Aveiro (n.3, 4, 5, 6,7 e 8)
[26] BMA-Tombo da Câmara, Títulos e papéis-1532 a 1799.
[27] Ibid., s/p/
[28] AUC-Casa Aveiro, t. 7.
[29] AUC-Casa Aveiro, t. 7

Direitos da Casa de Aveiro

soldos das casas "galinha de fogo"
direitos sobre as marinhas: "quarias"
ervas
matos
águas

Fonte:AUC-Tombos da Casa de Aveiro - 1698/723

O Quadro 5 trata dos direitos previstos no Foral. A começar pelo chamado *"galinha de fogo"*, que pagavam "*todos os vizinhos e moradores da dita vila que tiverem casas em que per si vivam, pessoalmente ora sejam suas ou de aluguer*"[30]. Direito que, em 1699/700, dá origem a vários Tombos de apuramento minucioso dos imóveis, sinal de poder renovado do senhorio, e que sobreviveu, até tardiamente, visto só em 1779 os moradores requererem a sua remissão, tal como noutras cidades[31].

Os direitos sobre as marinhas exerciam-se sobre os talhos da marinha, um búzio de sal ou seja, 3 alqueires por cada talho.

O Foral prevê ainda o pagamento do uso das ervas e águas do lugar de Vilar, freguesia de Vera Cruz, algo que a Câmara de Aveiro, em 1767, continua a cobrar, como "*renda do verde*", a todo o lavrador que tivesse gados[32]. Por fim, a Casa de Aveiro cobrava direitos sobre matos e águas em áreas do seu Termo, como Albergaria, Valmaior e Águeda[33].

CASA DE BRAGANÇA

Era, sem dúvida, a primeira casa senhorial do Reino, em inícios de XVI[34] e, com a sucessão de bens e poderes com que foi instituída, assumiu o estatuto de Sereníssimo Estado, uma vez que, nos seus domínios, passou a exercer-se jurisdição autónoma equiparada à Casa Real[35].

---

[30] MADAHIL. Rocha - *Forais Novos do Distrito de Aveiro-Aveiro..., o.c.*, p. 71.
[31] AMA-LV. n.8. ss. 24/3/1779.
[32] BMA-Tombo da Câmara. Títulos e papéis-1532 a 1799.
[33] AUC-Casa de Aveiro. Tombo n. 3 - 1692-93.
[34] PEREIRA. João Cordeiro - *A renda duma grande casa Senhorial. . .*, o.c., faz uma estimativa dos rendimentos das grandes casas senhoriais colocando-a em primeiro lugar, seguida depois pelo mestrado de Santiago que englobava a Casa de Aveiro.
[35] PESTANA. Manuel Inácio - *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança..., o.c.*, p.13.

Na Provedoria de Aveiro existia um núcleo fundamental, o chamado Almoxarifado de Eixo, em que a um forte poder jurisdicional [ver cap.1, parteI], se juntava a posse de número elevado de casais naquelas mesmas vilas de Eixo, Ois da Ribeira, Paus e Vilarinho do Bairro. Aliás, a própria organização dos Tombos obedecia a esta malha administrativa básica, a que se juntavam uma série de direitos, ferreamente revistos e registados naqueles mesmos Tombos[36].

QUADRO 6

Número de casais da Casa de Bragança
na Provedoria de Aveiro em finais de XVIII

Terras	Casais
Eixo e Requeixo	101
Ois da Ribeira	49
Paus	57
Vilarinho do Bairro	50
TOTAL	257

Fonte:AMA-Tombos da Casa de Bragança (1797-1804)

Estes casais incluem os chamados prazos novos, ou seja, concessões de terras maninhas, incorporadas nos antigos casais ou dando origem a novos, que ora aumentavam o foro, ora se mantinham, como diz o Tombo de Eixo, em 1727 "*terras sonegadas sendo descobertas não levassem aumento de foros*"[37]. A par destes casais, outros senhorios, como a Ordem de Malta, o Mosteiro de Lorvão, a Universidade, entre muitos, possuíam aqui propriedades, mas a verdade é que a Casa de Bragança, aliando poderes jurisdicionais a que já nos referimos e que lhe concediam determinados direitos e respectivos rendimentos, fortaleciam a sua posição:

QUADRO 7

Direitos da Casa de Bragança

maninhos e montados	todo os concelhos
lutuosas	excepto em Requeixo
moliço	Fermentelos e Requeixo

Fonte: forais das terras do Almoxarifado Eixo

[36] MIRANDA. Bacharel J. C. de Miranda-*Dissertação Histórico-Juridica em defeza dos Povos do Extinto Almoxarifado de Eixo..., o.c.*, p. 8.
[37] AMA-n.1837, L.1ºTombo da Vila e Concelho de Eixo-1727, f. 72.

Os forais de Eixo[38], Ois da Ribeira[39], Paos[40] e Vilarinho do Bairro[41] indicam a obrigatoriedade de pagamento sobre maninhos e montados. Isentavam-se dos direitos das lutuosas Requeixo e todos os casos em que mulheres ou órfãos fossem cabeças de casal, impedimento este que a Casa de Bragança contornou "*os cabeças nunca serão mulheres, orfãos e mentecaptos*"[42].

Nos finais do século, a Casa de Bragança dá-se ao direito de intervir nos conflitos respeitantes à Pateira de Fermentelos que opunham "*povos e Câmaras de um e outro termo [Fermentelos era do termo de Ois da Ribeira e de Requeixo], por causa do apanho do limo e estrumes que criam no tal ribeiro*"[43].

SENHORIOS ECLESIÁSTICOS

Entre os senhorios eclesiásticos, da Provedoria de Aveiro, seleccionámos alguns que contavam com um peso significativo, quer ao nível de jurisdições religiosas e arrecadação respectiva de dízimos (caso do Mosteiro de Jesus de Aveiro), quer pela conjugação de jurisdição religiosa e cível, como acontece com as Freiras de Lorvão, Arouca e crúzios de S.Agostinho da Serra. Façamos um breve apanhado das fontes de rendimento, bases do seu poder:

QUADRO 8

Mosteiro de Jesus

Direitos, Propriedades e Rendas em 1749

Dízimos	Angeja, Fermelã, Canelas, S.J.Loure, Frossos, Albergaria, Valmaior
Marinhas	Aveiro, Esgueira, Aradas, Ílhavo
Quintas	Ouca e Bolhe em Soza
Foros	Aradas, Ílhavo, Esgueira
Casas, armazéns, palheiros	Aveiro e Ouca (freguesia Soza)
Olivais	Coimbra
Casais	Miranda do Corvo

[38] MADAHIL, Rocha - *Forais Novos do Distrito de Aveiro- Eixo e Requeixo....*, *o.c.*, p. 101
[39] Id., *Ibid. -Ois da Ribeira...*, o.c., p. 34.
[40] Id., *Ibid. -Paos*, ..., o.c., p. 104.
[41] Id., *Ibid. -Vilarinho do Bairro..., o.c.*, p. 91
[42] AMA-n. 1837, L. 1ºTombo da Vila e Concelho de Eixo-1727, f. 69 v.
[43] BMA-L. 1ºdo Tombo da Vª Ois da Ribeira, anexa da Vila e Almoxarifado de Eixo-1797/1800, f.323.

Terras	Fermelã
Matos	S.J.Loure
"Retolos" ou foros "a retro"	Ouca e Bolhe(Soza), S.J.Loure

Fonte: AUC-Tombo 1749[44]

Esta síntese aponta para um núcleo fundiário, situado à volta das igrejas do seu padroado, e um outro em Ouca, freguesia de Soza, onde o Mosteiro possuía uma Quinta, em regime de administração directa e auferindo rendimentos provenientes dos direitos de jurisdição, facilitando o controlo de terras maninhas e águas.

Os Conventos de Arouca e Lorvão, com patrimónios dispersos pelas Comarcas de Viseu e Coimbra, respectivamente, possuíam, no entanto, nas terras de sua jurisdição, várias propriedades. Vejamos o Convento de Arouca:

QUADRO 9

Direitos, Propriedades e Rendas do Mosteiro de Arouca no Concelho de Estarreja, no séc. XVIII

Quinta de Estarreja	Quinta com casas, horta, vinha e logradouro
Prazos	Beduído, Pardilhó, Bunheiro, Salreu, Sever do Vouga, Aveiro, Águeda, V.Feira, Oliveira de Azeméis, Cambra e Veiros
Direitos de Foral	oitavos e sabidos de matos e lezírias, ilhas em Avanca, Beduído, Veiros, Murtosa, Pardilhó, Salreu, e Bunheiro; renda da barca; portagem na Feira de S.Amaro

Fonte: MADAHIL, Rocha- *Relação e mapa das rendas...*[45]

A Quinta de Estarreja era, no século XVIII, administrada directamente pelas Freiras, centro de recepção e celeiro dos foros, laudémios e oitavos das terras que lhes ficavam em redor. De todo o conjunto, destacam-se os oitavos[46], direitos de Foral, receita fundamental e ascendente,

[44]Este Tombo foi publicado em SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus de Aveiro..., o.c.*, v. 4

[45] MADAHIL, A.G. da Rocha - *Relação das Rendas do Mosteiro de Arouca..., o.c.*, p. 71 a 78.

[46] A documentação relativa ao Mosteiro de Arouca, que se encontra em grande quantidade no AUC, não se apresenta ainda catalogada. De forma que o inventário de que se dispõe, indica cerca de 39 Tombos referentes às terras de oitavos e sabidos, embora sem datação.

devido a dois factores: terras a arrotear e freguesias com taxas de crescimento e densidades significativas [ver cap.4, I parte]. Quando, em 1790, as Freiras pediam ao Desembargo do Paço, autorização para o lançamento duma finta que concorresse para a abertura duma vala no esteiro de Carregais (de Estarreja), justificavam, entre outras coisas, o crescimento da "*produção dos frutos daquele continente de que percebem os oitavos, cujo aumento depende da abundância que entra de adubos pelo dito rio e vala*", além de, por ali, circularem mercadorias para a feira de S.Amaro "*uma das mais vantajosas do Reino*"[47], confirmando, desse modo, a ideia de que os direitos de foral eram, certamente, uma das principais fatias dos rendimentos das Freiras, em Estarreja[48].

Já as Freiras de Lorvão possuíam um importante núcleo em Esgueira, à volta da sua quinta, que merece atenção:

QUADRO 10

Direitos, Propriedades e Rendas do Mosteiro de Lorvão na Provedoria de Aveiro no séc. XVIII

Núcleo de Esgueira	**Quinta** de Esgueira: casas, celeiro, lagar, terras de vinho e pão; **Quinta** de Viso e Solposto
Núcleo de Soza	em Perrães, 6 casais, terras, vinhas, matos, pinhais e maninhos
Ilhas	Testada, Ilhote do Amoroso, Fuzil, Areja
Prazos	em Esgueira, Cacia, S.J.Loure, Aveiro, Eixo
Direitos	rações de 8º nos maninhos de Perrães, **oitavos** das Ilhas, **maninhos** e **montados** de Esgueira, **portagem** em Vilarinho e Sarrazola, em Cacia

[47] ANTT-DP-Beira, maço 14, 1262a.

[48] Um Livro de Receitas e Despesas da Quinta de Esgueira para meados do séc. XVIII, mostra mais de 5 milhões de reis respeitante à verba das rendas dos oitavos; ver em ANTT-Mosteiro Arouca, C. 2, n. 120 e 121. Em 1846, apesar da extinção dos foros, as Freiras abrem várias demandas com o concelho, que darão origem a uma série de pareceres e opiniões sobre o assunto:veja-se SOUZA, Gonçalo António Tavares de - *Da questão sobre os foros do Convento de Arouca no Concelho de Estarreja...,o.c.*

Fonte: ANTT-Mosteiro Lorvão, C. 25, n.349 [49]

A Quinta de Esgueira, onde as freiras desenvolveram o cultivo de novidades, servia de celeiro para uma diversidade de rendas em seu redor; além deste núcleo, outro em Perrães, freguesia de Soza, que, embora sendo ouvidoria do Termo de Aveiro [ver cap.1, da I Parte], a propriedade da terra era do Mosteiro de Lorvão "*com todas as suas pertenças, terras, vinhas, matos, pinhais e maninhos*"[50].

Finalmente, o Mosteiro de S.Agostinho da Serra, sediado às portas da cidade do Porto, tinha, à volta do seu Couto de Aradas, um conjunto de rendimentos expressivos:

QUADRO 11

Direitos, Propriedades e Rendas do Mosteiro de S.Agostinho da Serra em Aradas, no séc. XVIII

Aradas	6 casais: ração de trigo e milho de 5º, ração de vinho, legumes e linho de 8º
Ilhavo	19 casais: ração de trigo e milho de 4º, ração de vinho, legumes e linho de 8º
Direitos	maninhos, montados, portagem, "fogo"

Fonte:ADP-Secção Monástica, S.Agostinhos da Serra, n.80-1729/30 [51]

Estes direitos do senhorio aparecem-nos em documentação dispersa, em especial nos finais do século XVI, inícios de XVII, e destaco o direito de fogo, ou seja, "*todo o morador do Couto de Aradas que tiver casa morada e povoada, ou fizer fogo*", pagava 1 alqueire de trigo e 1 capão, dando origem áquilo que, a documentação, regista como "*cabanarias*"[52].

O que aqui apresentamos foram ALGUNS senhorios e seus patrimónios na Provedoria de Aveiro, mas torna-se evidente que muitos e

[49] E ainda as seguintes fontes:ANTT-Mosteiro de Lorvão, C. 25, n. 25-Tombo Velho das Ilhas; AUC-n. 117-L°Mestre de toda a renda do Mosteiro-1771; n.30-Tombo de bens da Comarca de Esgueira-1727; RESENDE, P. João Vieira - *Emprazamentos feitos pelo Mosteiro de Lorvão, das Quintas do Viso e do Solposto, situadas na sua Vila de Esgueira...*, o.c., p. 272.

[50] ANTT, Mosteiro de Lorvão, n. 30-Tombo de bens da Comarca de Esgueira-1727, f. 72.

[51] E ainda ADA- n.101, f. 100v: "*certidão de como na praça da Vila de Arada se lançou pregão que quem tivesse maninhos os rompesse dentro de um ano sob pena do Mosteiro da Serra os aforar a quem lhe parecesse*»; ano de 1617.

[52] ADA, SM, n.45, f.133v-datado de 1591.

importantes se nos escapam, como os casos dos senhores de Angeja, Almadas, Aveiras, Arronches, Ordem de Malta, entre outros[53]. Além disso, não contamos com uma indicação dos rendimentos que permitisse avaliar a distribuição percentual do tipo de bens[54]. Assim como se nos escapa a série de intermediários, entre os senhores da terra e aqueles que, na maior parte das vezes, controlam essas terras ou direitos, porque os arrendam, vivendo do absentismo dos senhores, na corte ou nos seus Conventos. Mas é evidente que todo este estudo exigia uma reconstituição exaustiva da economia senhorial, trabalhos prévios, monográficos, sobre cada um dos senhorios, quer eclesiásticos, quer laicos.

Parece-nos, no entanto, claro que os direitos de jurisdição, pelo menos, no espaço correspondente à Diocese de Aveiro, criaram condições para a recolha dos direitos que estavam para lá da simples cobrança de foros e/ou dízimos, permitindo o aumento do perímetro dos seus bens, à custa das rações e oitavos como se viu atrás.

D - Senhorios em construção (crédito e propriedade)

A constituição dos patrimónios eclesiáticos até agora apontados é bem conhecida: partia dum núcleo de terras, igrejas e seu padroado, à volta dos quais uma política de doações, compras e escambos permitiu organizar o espaço fundiário[55]; em grande parte consequência de devoções medievais, benesses ou interesses régios e particulares. Porém, quando, no séc. XVII,

---

[53] Grande parte dos Tombos ou Livros Indices da Fazenda conservam-se no AUC; infelizmente os fundos estão praticamente por catalogar, com excepção do Mosteiro de Lorvão e Casa de Aveiro; os restantes Conventos (todos os da cidade de Aveiro e o beneditino do Couto de Cucujães, na freguesia do mesmo nome), a Casas Senhoriais, encontram-se dispersos por vários cartórios, perdidos, aspecto de que nos apercebemos quando pedíamos, por gentileza, que nos fossem trazendo volumes. A nossa convicção de que grande parte de arquivos se encontram na posse de particulares, confirmou-se quando na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, vol. 4, aparece na pág. 353, uma foto do Tombo do Conde de Aveiras, Senhor da Vila de Vagos, de "*colecção particular*"

[54] MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime...*, o.c., p. 361; refere-se à Casa de Angeja, mas não descriminando os seus bens inseridos na Provedoria de Aveiro.

[55] DURAND, Robert - *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère deGrijó(XI-XIII)...*, o.c.; COELHO, Mª Helena Cruz - *O Mosteirode Arouca. Séculos X-XIII...o.c.*; AMORIM, Inês - *Mosteiro de Grijó-Senhorio e Propriedade:1560-1720...* o.c., p.104. Consideramos que este movimento de concentração fundiária está praticamente terminado nos inícios do séc. XV. A partir desta data, a possibilidade de alteração das fronteiras da territorialidade faz-se duma forma muito mais subtil, com a luta pela imposição dos direitos jurisdicionais- a conquista dos montados e maninhos a partir do séc. XVII.

uma série de conventos se instalou em Aveiro, caso dos Carmelitas Calçados, masculino, de Nª.Sª.do Carmo (1613), das Religiosas Terceiras de S.Francisco ou Convento de Madre de Deus de Sá (1644) e do Convento de Carmelitas Descalças, feminino, de S.João Evangelistaca (1658), havia séculos que dois conventos Dominicanos (Jesus, feminino-1462, e Misericórdia, masculino-1423) e o de S.António dos Frades Menores da Província da Soledade (1524), partilhavam a propriedade dos bens imóveis, rurais e urbanos.

Sabemos como se construiu o núcleo destes conventos recém-instalados: a uma doação piedosa que captou outras devoções e doações, junta-se a instituição de capelas[56]e ainda os dinheiros provenientes da Índia e do Brasil[57]. Esta acumulação de património foi condicionada por uma legislação que impedia a retenção de bens imóveis, na mão de eclesiásticos e ordens religiosas, refinada no tempo de Pombal, na tentativa de criar um mercado de terras, que passava pela fragmentação dos potentados e subordinação da Igreja ao Estado[58]. O que se passou em três dos Conventos de Aveiro, instalados no séc.XVII, demonstra os percursos ou modelos de afirmação e sobrevivência, no meio de devoções partilhadas. Na falta de estudos monográficos, sobre cada um deles, uma breve biografia:

O Convento feminino, Franciscano, de **Madre de Deus e Sá**, herdeiro do Convento de NªSªdo Loreto, da vila de Almeida, refugiou-se em Aveiro aquando da Guerra de Restauração, aceitando um testamento e morgado[59]. A partir deste núcleo, vários legados pios e capelas, se foram reunindo, formando um património significativo de marinhas, azenhas, serrados, olivais, vários foros; além disto, foram-se dando, a juros, pequenas quantias de dinheiro[60]. O capital emprestado era proveniente de "depósitos" de particulares ou educandas e seus tutores que, desta forma, adiantavam verbas das quais iriam receber juros. Infelizmente para o Convento, na

---

[56] SANTOS, Eugénio dos - *O Oratório no Norte de Portugal..., o.c.*; SANTOS, Cândido dos - *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII...., o.c.*, . Estas duas teses exemplificam como se construiu o património de ordens com expansão relativamente tardias.

[57] Um exemplo apenas, entre muitos: em 1743, Domingos Gonçalves do Rio de Janeiro,doou 1600 mil réis para missas ao Convento do Carmo, in AUC-Carmelitas Calçados de NªSªCarmo, n. 32.

[58] FONSECA, Helder Adegar - *A propriedade da terra em Portugal 1750-1850...., o.c.*, p. 220.

[59] AUC-Mosteiro de Madre de Deus e Sá, n. 29-Archivo Compendioso. . . 1770, f. 5

[60] AUC-Mosteiro de Madre de Deus e Sá, Caixa 45-Certidão do Rendimento. . . 1777.

década de 70 o desequilíbrio entre empréstimos entrados no Convento (mais de 15 contos de réis) e empréstimos feitos pelo Convento (apenas 2.5 contos)[61], transformou a administração do Convento num verdadeiro caos o que não impediu a sua sobrevivência, até à extinção das Ordens Religiosas[62]. De qualquer forma, a prudência aconselhava, como refere o procurador do convento em 1770, Frei Francisco de NªSªdas Mercês e Silva, que para uma boa gestão "*que se puzessem a render por juros, como se devia de fazer, para que deste rendimento mais comodamente se pudesse cumprir a todo o tempo com as missas e legados*"[63].

Os Conventos Carmelitas Femininos e Masculinos de Aveiro, instalados no séc.XVII, com o beneplácito e bom acolhimento do então Duque de Aveiro, D.Raimundo de Lencastre[64], formaram e administraram o seu património de forma semelhante ao anterior Convento, partindo dum conjunto de legados, ou então, de dotes de religiosas, no caso do Convento feminino, que tudo fizeram por multiplicar, ao longo dos tempos. Esta sobrevivência a partir dos jogos de dinheiro, foi, na nossa opinião uma forma de transferir capital para a propriedade imóvel. Consistia pois, num processo, relativamente conhecido, em relação à Congregação do Oratório que, no Porto, por exemplo, adquiriu quintas de vinhas, no Douro, não resistindo aos tentadores negócios que aquele produto proporcionava[65]. Mas no caso que aqui apontamos dos Carmelitas, a forma de ter acesso ao património rural ou urbano era não apenas a compra directa, mas a utilização da cobrança de hipotecas e processos de dívidas. Desta forma, juntavam terras, marinhas, moinhos, atribuindo-lhes o foro correspondente ao juro de então, e

---

[61] No Tombo de 1777(ver nota anterior), verifica-se que o montante de empréstimos às Freiras, entre 1748 e 1777 foi de 15.834.590, a que se juntam 5.996.460 reis de juros atrasados, enquanto recebiam de juros 127. 831 reis correspondendo a um capital, a 5% ano, taxa habitual, de 2.556. 620 reis.

[62] Este Convento que foi aproveitado para quartel nos meados de XIX, recolhia figuras gradas da sociedade aveirense como consta duma lista das seculares educandas, em 1790, como se vê em ACL-ms. az., n. 347-f.159v; além disso, recebeu protecção régia, quando em 1763, por um acórdão do Desembargo do Paço, se proibiu a cobrança de dívidas por qualquer credor, até que recebesse dotes, e destes se fossem pagando apenas os juros, como se verifica em AUC-Mosteiro de Madre de Deus e Sá, n. 29-Archivo Compendioso. . . 1770, f. 56.

[63] AUC-Mosteiro de Madre de Deus e Sá, n.29-Archivo Compendioso...1770, f. 52.

[64] CERQUEIRA, Eduardo - *A fundação e extinção do Convento das Carmelitas Descalças...,o.c.*, p. 241;ver ainda cap. 3 da I Parte.

[65] SANTOS, Eugénio dos - *O Oratório no Norte de Portugal*. . . . o. c. , p. 211.

arrematando pelo preço da dívida. Estabeleciam uma cadeia de dependências que lhe permitia recolher foros, como pagamento de juros. Um exemplo:

. em Janeiro de 1750, João Couceiro Lançarote Coelho da Costa, da Vila de Esgueira, arrenda por 6 anos, a sua Leziria ou Ilha de Morraceira, cuja renda de 66.666 reis por ano (66.666 x 6 anos=399.996)[66], seria entregue às Freiras Carmelitas Descalças para distratar os 1000 cruzados (400.000 réis), de que lhes era devedor, e ainda 20.000 reis de juros (5% de juro).

Outro exemplo: em 1732, a título de dote duma freira, um seu irmão entregou as seguintes verbas:

.192.000 réis em dinheiro;

.várias escrituras de foro que somam 692.000: 70 alqueires de trigo na azenha da Lavandeira, foro de 6 alqueires de trigo, de 2 alqueires, de 10 alqueires, etc;

.escritura de arrendamento de terra por 800 réis/ano;

.instrumentos de crédito de que era credor: uma escritura de 33.000 que lhe devia João Nunes de Carvalho, uma outra de 27.000 que devia Manuel Vinirado[67];

Exemplos entre muitos, mas que explicam o meio, a fórmula encontrada para que tais Conventos chamassem a si o controlo da terra, e investissem naquelas de maior apetência: em 1764, o Convento das Carmelitas Descalças vende foros adquiridos por hipotecas em Aveiro, no montante de 120.000 réis e compra fazendas, na Bairrada, dois anos depois, pelo mesmo valor[68]; em 1766 adquire mais fazendas na Bairrada, por quase 500.000 réis igualmente provenientes de distrates de dívidas[69].

O principal objectivo era fazer render as verbas e nunca as perder de vista, aplicando-as na terra só quando se justificava: em 1764, as mesmas Freiras investiram a verba de distrate dum empréstimo (10.000 réis), em plantio de vinha, gastando 9000 réis; logo em 1766 tudo aforaram por foro de 300 réis ano[70].

---

[66] ADA-SN -Aveiro, n. 273, f. 16.
[67] AUC-D. III, n. 23-Tombo Convento Carmelitas Descalças de Aveiro, -1753, f. 179
[68] Ibid.
[69] AUC-D.III, n. 23-Tombo Convento Carmelitas Descalças. . . . f. 141Vº.
[70] AUC-D. III, n. 23-Tombo Convento Carmelitas Descalças de Aveiro, 1753-f. 179v.

A comprovar a constituição destes patrimónios e a sua sobrevivência aos conturbados tempos das Reformas Liberais, fica o cálculo dos bens do Convento das Carmelitas Descalças em 1859, altura em que se fez um inventário dos bens do Convento: a fatia respeitante a capitais titulados a diversos credores era de 16.880.130 réis, cerca de 75% da avaliação global de perto de 20 contos de réis[71].

Enfim, uma gestão atenta permitiu que os Conventos do Carmo e das Carmelitas Descalças se equilibrassem, ao longo dos tempos, baseando o seu património em capelas, legados, tenças e juros, vigiados e aplicados em bens imóveis sempre que se justificava. O Convento de Sá, das Terceiras Franciscanas, embora dentro do mesmo modelo de gestão, não soube ou não pôde, equilibrar o seu capital.

2 - Bens a partilhar

À volta de dois recursos, água e incultos, essenciais para a sobrevivência das zonas rurais, gerou-se grande conflituosidade, ao longo da época moderna, numa tendência para a "despatrimonialização"[72] da água e a "patrimonialização" dos maninhos. No primeiro dos casos foi provocada pelo crescimento demográfico e aprovisionamento urbano[73], pela introdução de novas plantas agrícolas, pela força hidráulica em vários sectores da vida agrícola e artesanal; no segundo, pelo crescimento demográfico, pressionando o mercado da terra e da produção, bloqueado por razões de esgotamento técnico-produtivo, espartilhado entre poderes senhoriais.

Os processos de privatização dos maninhos e movimento contrário das águas têm a sua maior representatividade, nos sécs. XVIII e XIX. As preocupações político-económicas da legislação portuguesa e a crítica cerrada dum leque de teóricos à improdutividade de tais recursos, conduziram à sua pragmática distribuição, um pouco por toda a parte, devendo ser analisados

---

[71] CERQUEIRA, Eduardo - *A fundação e extinção do Convento das Carmelitas Descalças de Aveiro...*, o. c., p. 246

[72] MALUQUER DE MOTES, Jordi - *La Despatrimonializacion del agua movilización de un recurso natural fundamental...*, o.c., p. 273.

[73] Id., *Ibid.*, p.281.

(na opinião de alguns[74]), à luz dum movimento mais lato de construção da propriedade rural. Tais processos, especialmente no acesso à propriedade de maninhos, foram lentamente preparados, ao longo do Antigo Regime, pela Coroa e pelo município, numa contestação dos poderes senhoriais.

A - Água - formas de partilha

"*Desde sempre, e em toda a parte, a água, elemento vital para o homem, que lhe mata a sede, fertiliza os campos, dá pastagem ao gado e move os engenhos que transformam o grão em farinha, entra, em larga escala, na nomenclatura geográfica, fornecendo um grande contigente de nomes de lugares habitados. Referências à propriedade privada [...], não são raras em documentos medievais particulares, tendo-se conservado, porém, até aos nossos dias, o princípio das águas indivisas, de propriedade em comum, no chamado sistema de tornas-tornas*"[75].

Esta citação é, simultaneamente, uma definição da potencialidade da água e da estrutura de poderes sobre aquele recurso. Partamos dum princípio, que é o dos direitos de utilização da água, especialmente para rega e moagem, poderem estar ou não unidos à posse da terra, condicionados pela abundância ou não de águas[76].

A legislação, desde as Ordenações Afonsinas até ao Código de 1867, pouco se altera. As Ordenações teriam colhido, do Direito Romano, a tripartição classificativa das águas públicas do Estado, dos Concelhos, comuns e particulares:[77]

. do Estado - as navegáveis e flutuáveis, e bem assim os rios perenes quando formados por correntes com aquelas características, assim como as fontes, nascentes, reservatórios e águas pluviais existentes em terrenos públicos, bem como as marítimas;

---

[74] BRANDÃO, Maria de Fátima, ROWLAND, Robert - *História da propriedade e comunidade rural: questões de método...*, *o.c.*, p. 173-207.

[75] PIEL, Joseph M. - *As águas na Toponímia Galego-Portuguesa...*, *o.c.*, p. 305. Sobre as diferentes facetas da água veja-se: Actes du 111e Congrès National des Societés Savantes-*Usages et Représentations de l'eau...*, *o.c.*

[76] PEREZ PICAZO, M.T., LEMEUNIER, Guy - *Agua e Coyuntura Economica. Las transformaciones de los regadios Murciano...*, *o.c.*, p. 20-21.

[77] Classificação defendida por Manuel de Sousa Lobão, em *Tratado Prático e Compendiário das águas dos rios públicos, fontes públicas, ribeiros, e nascentes delas...*, *o.c.*; PINHO, J. Cândido de - *As águas no Código Civil...*, *o.c.*, p.10-11.

. dos Concelhos - águas retiradas dos rios públicos para fins de uso público, ainda as das nascentes e reservatórios pluviais em terrenos públicos do concelho, para uso público ou comum;

. dos Particulares - águas que brotavam ou corriam em prédios particulares, retidas em reservatórios, ou deles eram derivadas para alcançarem outros prédios.

Referindo-se às águas de direito real, Lobão escreve em 1865: "*os rios navegáveis e os de que se fazem os navegáveis, se são caudais que corram todo o tempo [...] posto que o uso dos rios seja igualmente comum a toda a gente, sempre a propriedade fica no património real. Assim é expresso na Ordenação, L.2, T.26, § 8. Parece que esta Ordenação só faz um direito real a propriedade dos rios públicos, e que concede a qualquer pessoa a liberdade para extrair deles as águas, ou seja para moinhos e lagares, ou para fertilizar as terras, independentes de outra faculdade régia, e sem ficar sujeito a contribuição alguma, pelo uso das águas*"[78].

Acrescenta ainda, derivado do anterior, que os senhorios só teriam direito a dispôr da água dos rios, por expressa doação régia[79]. Mas isto pressupõe que qualquer dos titulares da propriedade eminente e útil de águas podia arrendar, doar, ceder ou alienar os seus direitos a terceiros, contribuindo para um confuso panorama de sobreposição de direitos[80].

Perante este contexto jurídico, não admira a diversidade de situações encontradas no espaço histórico da Provedoria: por um lado, a partilha amigável da água, num sistema de águas indivisas, sistema de tornas, que identificamos e apontámos no ponto anterior, relativo à cultura do milho, que tanto revolucionou a divisão de águas e a partilha da terra; por outro lado, um conjunto de direitos senhoriais, codificados no Foral, transmitidos a donatários, que criaram algumas bolsas de particularismos, que se arrastam pelo menos, até ao séc. XVIII, e que tentaremos inventariar, se possível, interpretar e ilustrar.

Quatro exemplos apenas: Casa do Infantado (antiga Casa da Feira), Almadas (Ílhavo), Conde de Aveiras (Vagos) e Casa das Rainhas (Mira). No primeiro exemplo, o "*direito de água*" contemplado no Foral da Feira continuava, em 1763, a ser pago por foreiros nalgumas freguesias da

---

[78] LOBÃO. Manuel de Almeida e Sousa - *Discurso Jurídico, Histórico e Crítico sobre os Direitos Dominicaes....*, *o.c.*, p.35.
[79] Id., *Ibid.*, p.36-37.
[80] MALUQUER DE MOTES. Jordi - *La Despatrimonializacion del agua...*, o. c. , p. 280.

Comarca da Feira (do termo da Feira: Lever, Louredo, Lourosa, Maceda, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, Paramos, Riomeão, Sanguedo e Ul; do termo de Cambra, Castelões e Cepelos). Em contrapartida, nenhum dos outros forais, respeitantes às terras de Ílhavo, Vagos e Mira previa a posse das águas por parte do donatário. Contudo, as áreas de maior conflituosidade e rigor na apreensão da água, no séc. XVIII, verificam-se nas três últimas jurisdições. Não se trata de terras escassas de águas, antes pelo contrário. Aproveitam a sua abundância no intensivo e atempado cultivo de milheirais e ainda accionamento de engenhos de pão.

Em Ílhavo, em 1772, os seus donatários, os Almadas, por provisão régia, elaboram um "*Tombo de Águas*", precioso instrumento de medição e confrontação "*das águas das azenhas do dito concelho de Ilhavo, e também as cabanarias das casas que cada um possui [...]. Todos os inquilinos possuidores de azenhas, águas, levadas, que pagam foros de trigo, capões e cera, pertencente à Coroa real e seu Donatário*"[81]. Neste caso, pretende-se apenas que "*se medisse e destrinçasse os foros das ditas águas*", distribuídos por 38 moinhos ou azenhas, incluindo 21 cabanarias, ou seja, casas feitas nas tomadas de maninhos, como prevê o Foral[82], e não a água propriamente dita.

Em Vagos, embora o Foral se não pronuncie relativamente à água, a verdade é que vários conflitos se arrastaram, pelo menos desde o séc.XVI[83], com o Mosteiro de Grijó que, ali, possuía matos em desbravamento e, em 1695, os moradores de S.Romão de Vagos, alegando pertencerem as águas ao donatário de Vagos, contestam o arrendamento pelo Mosteiro de Grijó a um seu foreiro[84]

Em Mira, o Foral é omisso a respeito da jurisdição sobre a água. Ora, em 1777, a Câmara de Vagos responde ao pedido de informações pela Casa das Senhoras Rainhas, relativamente ao uso da água da Vala Real para engenhos de pão, a montar ou recuperar (entre 1777 e 1781, cerca de 10 moinhos a acrescentar aos 14 já existentes e alguns com 2 ou mais rodas, até

---

[81] MADAHIL, A. G. da Rocha - *Tombo das águas de Ilhavo..., o.c.*, p.183.
[82] Id.- *Foral de Ilhavo..., o.c.*, p.187.
[83] Os conflitos não são tanto à volta da água mas dos maninhos, que, juntamente com as águas, o Convento considerava seus: em ANTT-CFT-Mosteiro de Grijó, n. 8, f. 261-27 de Outubro 1609, f. 248v°-24 de Novembro de 1626. ADP-SM -Mosteiro Grijó, n. 93, f. 83-12 de Outubro de 1632.
[84] ANTT-CFT -Mosteiro de Grijó, n. 8, f. 252-21 de Agosto 1695.

4)[85]. Opõe-se à sua instalação invocando os danos causados pela interrupção da Vala, e a necessidade de autorização dos vizinhos. Porém, a decisão da administração da Casa Real ignora estas recomendações, acedendo na concessão do uso da água, sinal de que se considerava de plena jurisdiçãp sobre ela. Este comportamento surge num contexto particular. É que alguns daqueles tinham sido construídos em terras do Mosteiro de S.Cruz, e as águas "usurpadas" à Câmara, segundo expressão da Vereação. A situação alterou-se desde 1770, porque se, até então, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra sempre reivindicara e fizera aforamento de águas, mesmo com o desagrado da Câmara (por considerar pertencer-lhe, por Foral, o foro das águas e ervas[86]), desde essa data sofreu uma série de reveses, entre os quais uma forte intervenção régia que ignorou os seus privilégios[87]. Alguns anos mais tarde, em 1805, é outro o usurpador, o Capitão-mor da Vila de Mira, objecto de queixas por parte da Câmara e moradores, pelos abusos cometidos, ao mudar a corrente das águas, abrindo valas para os seus moinhos, mesmo que fosse por terrenos alheios[88].

O conjunto dos casos apresentados não é suficiente para se tecer uma história dos poderes sobre as águas, na Provedoria, tanto mais que seria necessário um estudo muito mais desenvolvido sobre a propriedade. Mas há um aspecto que me parece de vincar: na Comarca da Feira (grosso modo antiga Casa da Feira), os direitos sobre a água estavam codificados nos Forais, não oferecendo grandes dúvidas ou ocasião de conflitos, pelo menos, do nosso conhecimento, enquanto que, na zona a sul do Vouga, em áreas onde o crescimento demográfico se fez vertiginosamente, e cujos forais não esclarecem os direitos sobre a água, os problemas parecem mais graves. Enquanto no primeiro caso, a verba a pagar era fixa e rateada por todos os seus utilizadores, na segunda área, a imprecisão permitia fazer das águas um bem que se multiplicaria em receitas crescentes.

---

[85] ANTT-Casa das Senhoras Rainhas. N. 20. f. 221v°. 224v°. 227. 230. 252. 340v°. 408. 432v°. 472v°. 482.

[86] NETO. Maria Margarida Sobral - *Regime Senhorial. Sociedade e Vida Agrária. O Mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra...., o.c.*, v.1. p. 126 a 129: refere todo o processo de conflituosidade à volta da concessão destes bens.

[87] Id., *Ibid.*, p.184 a 188.

[88] ANTT-DP-Beira. maço 25. n. 2380. 9 de Abril de 1805.

Enfim, apesar dos senhorios só terem direitos sobre a água, mediante expressa doação régia, a verdade é que as necessidades do mundo rural (rega, moagem), impuseram novos costumes, frente a costumes antigos. Trouxeram dificuldades de aceitação de uns e outros, quando as estruturas jurídicas são pouco conhecidas, confundindo águas públicas, comuns e privadas, nos casos em que os poderes dos donatários ultrapassavam a simples recepção de rendas. Ou seja, quando como senhores dos maninhos e montados estendiam os seus poderes ao controlo da água, como se se tratasse de bens da mesma natureza.

B - Maninhos

A sua definição jurídica ganha alguma precisão com as palavras de Vila Nova Portugal, nos finais do séc.XVIII: "*no princípio a palavra maninhos significou todos os terrenos que por menos férteis ficaram incultos, mas hoje esta palavra explica propriamente aqueles que se reservaram para o senhorio da terra, e que ele pode aforar ou emprazar, ou receber renda pelos pastos, como bens seus particulares [...]. Mas por baldios hoje se conhecem aqueles terrenos, que ficaram pertencendo aos moradores do termo, e no seu domínio em comum [...], e que antigamente se explicariam pela palavra de logradouros do povo*"[89].

Parece provado que a legislação Pombalina tudo fez para contribuir, seriamente, para um alargamento da área de produção disponível, recorrendo às terras improdutivas[90]. Ora, a legislação aplicada teria conduzido a uma confusão de conceitos[91], que tendia a igualar a propriedade comunal e a propriedade concelhia, legitimando e aprovando as tomadias e apropriações individuais[92]. Mas, voltando a Vila Nova Portugal, "*é necessário*

---

[89] PORTUGAL, Tomás António de Vila-Nova - *Memória sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo de Ourém...*, *o.c.*, t. 2, p. 296.

[90] Ver SERRÃO, José Vicente -*O Pombalismo e a Agricultura...*, *o.c.*, p. 17. ; FONSECA, Helder Adegar - *A propriedade da terra em Portugal 1750-1850....* *o.c.*, p. 220; NETO, Maria Margarida Sobral - *Uma provisão sobre foros e baldios: problemas referentes a terras de «logradouro comum»...*, *o.c.*, p.91.

[91] VELOZO, Francisco José - *Baldios, Maninhos e exploração silvo-pastoril em comum...*, *o.c.*, p.26, sublinhou que Marcelo Caetano no seu "Manual de Direito Administrativo" chamara atenção para este aspecto, transcrevendo "*a partir do reinado de D. José é frequente a confusão intencional, na linguagem legislativa, entre a propriedade comunal e a propriedade corporativa, atribuindo-se os baldios à pessoa moral do concelho ou freguesia*".

[92] NUNES, João Arriscado, FEIJÓ, Rui Graça - *As Transformações dos Incultos no Noroeste...*, *o.c.*, p. 67

principiar por expôr qual seja a natureza destes terrenos, e recorrer para isso ao Foral; pois os forais são leis, e são os títulos da isenção, e das condições com que os povoadores aceitaram as terras; e por isso, em quase todos há diversas divisões"[93]. Seguimos o conselho apresentando o resultado desta mesma leitura no Anexo 2 do cap.5.1.. Assim sendo, parece-nos certo afirmar que, na Provedoria, existiam maninhos da jurisdição de senhorios, maninhos que passaram ou voltaram para a jurisdição da Coroa quando os seus senhores desapareceram (como aconteceu com a Casa de Aveiro), maninhos comuns, passíveis de individualização sempre que o requeressem, com consentimento de concelho (Feira e Ílhavo), outros indivisos e, finalmente, omissos (poucos).

É neste contexto, numa tentativa de sistematização, tendo em conta a documentação disponível, que se indicam três senhorios, tendo como ponto de referência, a evolução da legislação, à medida que se percorre o séc.XVIII:

CASA DO INFANTADO (antiga CASA DA FEIRA)

Na Terra da Feira, em meados do séc.XVIII, repetiram-se conflitos que pareciam vir de há bastante tempo. O próprio Foral se lhes refere, esclarecendo, explicitamente, que os maninhos não eram pertença do então Conde da Feira, mas sim da Coroa, embora, pudessem ser tomados por quem os requeresse, determinado em Câmara e, obrigatoriamente, trabalhados no prazo de 3 anos[94]. Já em 1540, o Conde pretendia aforá-los e cobrar rendas; os próprios moradores não só se insurgiam contra partilhas, como apenas aceitavam que se cumprisse o "*costume, que sempre fora que os moradores de cada freguesia por estarem apertados nos casais quando tinham necessidade de aproveitar algumas saídas por se não poderem manter com a grande necessidade que tinham, se juntavam todos os moradores daquela aldeia cuja a tal saída era, e ali partiam por varas o tal Rocio, e o lavravam e cavavam e aproveitavam suas novidades e aquele ano, e como recolhiam, abriam portais aos gados pera os pastos, e acabados dois anos com duas novidades até três se era alguma boa terra, logo soltavam e abriam geralmente em rocios como dantes*"; aliás, "*toda a terra estava tão aproveitada e povoada que todas as suas lavras estavam tapadas entre os casais e entre eles só havia maninhos muito pequenos necessários para a saída dos casais e pastos dos seus gados*"[95].

---

[93] PORTUGAL, Tomás António de Vila-Nova - *Memória sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo de Ourém. . .* , o. c. , p. 295.

[94] MADAHIL, A. Rocha - *O Foral da Feira..., o.c.*, p. 22.

[95] Treslado de sentenças datadas de 1540 envolvendo os moradores da Terra da Feira e o Conde D.Manuel Pereira, à volta do usufruto dos maninhos: os primeiros pretendiam ser livres de encargos.

Apesar desta luta, por alturas de 1545, alguns senhorios, vizinhos, com casais encaixados na Terra da Feira, sustentam as mesmas questões. Foi o caso do Mosteiro de Grijó "*fez o Mosteiro um contrato com os moradores da freguesia de Guetim, situada no Couto de Brito* [encostada à freguesia de Anta, mesmo no limite exterior da Comarca da Feira], *e lhe demarcou certa parte em que lhe dava para eles e suas mulheres e filhos por prazo de três vidas, o dito montado, a saber os que fossem caseiros do Mosteiro não pagassem nada do dito montado por pagarem por seus prazos, e os que não fossem caseiros pagassem no ano em que cavassem e lavrassem o dito montado uma galinha e assim mais os dízimos que ouvessem na dita lavoura e acabada ela tornassem a destapar o dito montado para ficar para pasto do mais gado comum*"[96].

Note-se que se refere agora montados e não maninhos, numa indefinição que se arrastará. Alguns anos mais tarde, por volta de 1660, o mesmo Mosteiro entra em acordo com os moradores do Couto de Grijó (limite norte da Comarca da Feira, encostado à freguesia de Nogueira da Regedoura), "*porque temia que a sentença [da Relação do Porto], fosse contra si*", ajustando que, cada montado se repartisse pelos casais e em todos, o Mosteiro teria um quinhão, sorteado; os montadores caseiros não poderiam tapar nem dar a ninguém um quinhão, sem autoridade e consentimento do Mosteiro; este cobraria foro, sem diminuição da renda do casal, quando autorizasse a tapagem de algum pedaço. Após esta composição, o número de contratos de emprazamento sucede-se, na 2ªmetade do mesmo século[97].

No século seguinte, a legislação pombalina, sobretudo em consequência do alvará de 1766, confundiu expressões que tinham, de comum, o facto de serem incultas, mas que, juridicamente, significavam coisas diferentes. Não admira, por isso, que alguns senhorios se esforçassem por clarificar ou confundir, em seu favor, tais conceitos, algo que Grijó já praticava há muito.

Um exemplo estudado por Margarida Neto para o Senhorio Crúzio de Coimbra foi o de um parecer dum anónimo intitulado "*Discurso juridico pratico sobre a verdadeira intelligencia e execução do Alvará de 23 de Julho de 1766*"[98]. Entre os vários aspectos focados, destaque-se o da distinção

---

e o segundo considerava-os passivos de foro, contidas em ANTT-CFT, Mosteiro Grijó, n.6, f.344, trabalhado em AMORIM, Inês - *Os Senhores da Feira e a propriedade da terra...*, *o.c.*, p. 131 a 147.

[96] ADP-SN-Mosteiro de Grijó, n. 109, f. 259

[97] ANTT-DP, Beira, maço 6, n. 415-19/2/1767.

[98] NETO, Maria Margarida Sobral - *Regime Senhorial, Sociedade...*, o. c., v. 1, p. 223.

entre "*logradouros dos povos*" e "*proprios do concelho*", acentuando que apenas estes seriam alvo da legislação. A distinção feita entre "*bens do concelho*", "*bens de logradouro comum*" e terras incultas de senhorios, assim como a demonstração de que as designações que podiam apresentar não eram exclusivas dum tipo de propriedade: "*baldios, maninhos, montados, bravios, pousios, e outras semelhantes terras podem ter diversos donos*", era conveniente ao senhorio, mas pouco relevante para os concelhos e Coroa, ambos sedentos de proventos políticos, fiscais e económicos.

Ainda em conformidade com a legislação, surgida desde 1766, o Desembargo do Paço passou a controlar os pedidos de aforamento que as Câmaras lhe remetiam, numa postura manifesta de centralização quer em relação aos senhorios, quer mesmo às Câmaras que tinham de submeter os pedidos ao Desembargo[99]; por isso mesmo, neste Cartório encontrámos uma série de pedidos localizados nas Terras da Feira: Oliveira de Azeméis, Cambra, Macinhata da Seixa, Ovar, Cortegaça; e na Comarca de Aveiro: Segadães, Recardães, Travassô, Eirol, e outras.

As fórmulas de partilha acompanham a legislação: por um lado, pedidos individuais que, umas vezes, não sofrem contestação dos moradores, outras merecem discordância, dando a imagem de processos viciados de compra de testemunhas, falsos vizinhos a troco de retribuições[100]. Como já alguém constatou, "*mesmo que os Corregedores e Provedores cumprissem sempre escrupulosamente a lei - o que não seria tão frequente como poderemos pensar - e ouvissem as Câmaras e os Povos, a consulta a estes, chamando-os a reuniões nas sedes dos concelhos, muitas vezes longe do local em questão e outras tantas mal anunciadas, raramente terá passado duma manobra retórica para dar cobertura aos pareceres elaborados pelos oficiais*

---

[99] Id., *Ibid.*, p. 191 « *este diploma[23de Julho de 1766], é uma expressão da política Pombalina de centralização de atribuições até aí desempenhadas pelos concelhos*». Numa perspectiva mais lata ver NUNES, João Arriscado, FEIJÓ, Rui Graça - *As Transformações dos Incultos* . . . , o. c. , p. 71: consideram que tal alvará permitiu o surgimento dum forte poder da Câmara contra os povos "*os processos passavam a envolver o interessado na tomadia, a Câmara e o Desembargo do Paço, sendo praticamente impossível às comunidades rurais fazerem-se ouvir contra o parecer emitido pela Câmara. Nao é de excluir que o poder central favorecesse estas situações dado o benefício que colhia em termos financeiros, quer dos requerimentos de provisão, quer das terças decorrentes do aumento das rendas concelhias. Ao condenar os abusos, o Estado não estaria tanto a salvaguardar os interesses dos Povos, mas sim as possibilidades de crescimento duma fonte de receitas*"

[100] Quando dum pedido de pedaço de baldio no lugar de Vilar e Cidacos, da freguesia de Oliveira de Azeméis, em 12/12/1772, aquele foi embargado por vários, alegando que o baldio ficava no meio dos ditos lugares, logradouro dos embargantes, para pastar gado, roçar matos e estrumes, tendo o requerente subornado testemunhas da freguesia de Milheirós de Poiares a mais de 2 léguas, assim como compadres e parentes: ANTT-DP, Beira, maço 7, n. 538.

municipais. Por vezes os Povos não se opunham seriamente a esta situação; noutros casos porém, os abusos davam lugar a protestos e conflitos"[101].

Por outro lado, desde 1783 que nos surgem autos de partilha nas freguesias de Paramos; em 1786 na de Cortegaça; em 1800 nos lugares de Sande e Cabanões da freguesia de Ovar e na de Esmoriz[102]. Trata-se dum documento que, por princípio, contempla todos os moradores da freguesia, por fogo e lareira, excluindo-se os de fora, em porções iguais, sorteando-se "*por números que cada um tirou*"; em Cortegaça 206 moradores, Paramos 126, Ovar 200 fogos, Esmoriz 225. O princípio aparece estipulado, mais claramente, na Provisão de 30/8/1797, transcrita na partilha de Ovar:

"*passeis [corregedor] a examinar com toda a individualização, quais sejam as pessoas moradoras nos ditos lugares, posto que maiores ou menores que vivem a um só fogo em sociedade, sem apartar legítimas para seu trato, a fim de que ao fogo e não às pessoas se dê o quinhao [...], que inteirem os legitimados com porções iguais, declarando nas apegações o número e pessoa, que repõem para que número e pessoa passa; sendo esta deligência propriamente um acto de tornas e emenda de partilhas para inteiramento de quinhões iguais, tanto em qualidade de terreno, como em quantidade; sem ser preciso entender com as leiras*".

A partir de então, os conflitos far-se-ão entre os novos senhores da terra: uns vendiam o seu direito, outros passavam a subenfiteutas, outros adquiriam grandes áreas de baldio[103].

Esta partilha, proporcional aos teres de cada um, excluia aqueles que pouco ou nada tinham, os cabaneiros. Esta situação, suscitou tensões, conhecidas e estudadas para inícios de XIX[104]. Em nosso entender, o significado destes conflitos é muito mais profundo. Trata-se de um corte com o modo de vida de muitos, e de longa data. Na verdade, o benefício dos maninhos era não apenas o tradicional arrotear, aproveitar pastos, roçar mato ou cortar madeiras, mas a oportunidade de muitos aí se instalarem e construirem fogos ou "cabanas". Um estudo particular serviu-nos de reflexão:

---

[101] NUNES, João Arriscado, FEIJÓ, Rui Graça - *As Transformações dos Incultos . . .*, o. c. , p. 71.

[102] ANTT-AHMF, Casa do Infantado-Autos de partilha. Sobre Esmoriz ver AMORIM, Pe. Aires de - *Esmoriz e a sua História..., o.c.*, p.209: refere que em 1797 foram sorteadas 225 leiras.

[103] Id., *Ibid.* : refere que as 225 leiras foram sorteadas por igual número de moradores distribuídos por vários lugares, numa área de 464 alqueires de centeio; dá vários exemplos de venda e aforamento de sortes, por míngua de recursos, sem possibilidade de trabalhar as terras.

[104] Como refere NUNES, João Arriscado, FEIJO, Rui Graça - *As Transformações dos Incultos...*, o.c., p. 79. , abre-se uma nova página de conflituosidade: "*os que opuseram os moradores de determinadas freguesias aos que nelas não moravam, e os que opuseram diferentes estratos de beneficiários tradicionais de certos baldios entre si, a despeito de serem todos moradores da mesma freguesia*».

quando, em meados de XVII, o Mosteiro de Grijó decidiu emprazar a sua parte de maninho ou montado (como indiferentemente refere), deparou-se com um espaço, já ocupado, que tratou de legalizar. As fontes permitiram construir o seguinte quadro:

QUADRO 12

Emprazamento de maninhos do Mosteiro de Grijó em Grijó, Serzedo, Argoncilhe, limite norte da Provedoria entre 1631 e 1720

Estado civil dos foreiros	
Casados e viúvos	46.7%
Solteiros(as)	53.3%
Casas	
já feitas:	39
a fazer:	8
Área das casas (em alqueires de semeadura) *	
igual ou abaixo de 1	25
entre 1.1 e 2	6
maior que 2.1	2
Área dos matos (em alqueires de semeadura) **	
igual ou abaixo de 1	36
entre 1.1 e 2	12
entre 2.1 e 3	14
entre 3.1 e 4	5
maior que 4.1	5

Nota: * desconhece-se em 14 casos ** desconhece-se em 8 casos

Fonte: ADP-SM-M. Gr., n. 83

Neste quadro, constatam-se três dados fundamentais: a percentagem maioritária de solteiros, a esmagadora maioria de casas já construídas, o domínio de áreas abaixo de 1 alqueire de semeadura. Nestas circunstâncias, parece-nos que, legalizar juridicamente tal situação, interessava a ambas as partes: ao senhorio, porque chamava, a si, terras que o direito podia contestar, acrescentando as suas rendas, à partida modestas, mas que, a médio prazo, poderiam aumentar com as benfeitorias e renovações de prazos; ao foreiro porque, de fracas posses, passava a dispor duma "cabana" e, certamente, a oportunidade de constituir uma nova família. Este processo não seria exclusivo desta área, ou inédito. A política do Mosteiro é que

permitiu chegar bem perto desses pequenos proprietários, para quem o maninho representava a forma de sobreviver[105]. A questão que então se coloca, é a de saber, até que ponto o processo de divisão de maninhos, tal como se apresenta nos finais do séc.XVIII, teria criado problemas para aqueles que, sem nada seu, poucas hipóteses teriam de reivindicar o que quer que fosse: ou se tornavam enfiteutas dos novos senhores, ou então mudavam-se para outras paragens, hipótese que não nos parece de desprezar[106].

Nos domínios da antiga CASA DE AVEIRO, a documentação revela uma maior incidência sobre os incultos, em consequência da legislação Pombalina. Em Aveiro, na Câmara, fez-se um balanço dos maninhos do Termo da cidade; daí protestos, em 1770, em Loure contra uns poucos que se haviam apropriado de terrenos que utilizavam para pastos "*desde o tempo que os ditos sítios deixaram a condição de areias[...], prejudicando o Povo*"[107]. Ou então em Lamas, em 1774, onde alguns, voluntariamente confessavam ter feito "*uns malhões ou cavadelas*"[108]. Mas parece ter havido maior pressão em Albergaria, visto que, desde 1769, se recomendava, em Vereação, ter atenção aos maninhos da Quinta de Silhó, que "*Sua Magestade quer se reduzam a cultura*"[109]. Porém, quando em 1791, a Câmara pretendia fazer reconhecimento de "*porções que se acham incultas*", sente oposição[110]. Alegavam que as terras que alguns queriam aforar lhes faziam falta para pastagens "*lenhas para as suas necessidades, colher estrumes para cultivar*".

---

[105] Os dados apresentados e estudados em AMORIM, Inês - *Mosteiro de Grijó-Senhorio e Propriedade...*, o. c. , p. 211 a 216.

[106] ROOT, Hilton L. - *État et Communautés Villageoises dans la France Moderne:en Bourgogne aux XVII et XVIII siècles...*, *o.c, p.*303 a 323, defende que, foram os intendentes, em França, que nos sécs. XVII e XVIII, desencorajaram a partilha das terras comunais, visto que só assim os pequenos cultivadores poderiam fazer pastar algumas vacas ou carneiros nas terras comunais, para ganharem o capital suplementar e pagarem o aluguer das terras e impostos. Sem terreno comunal juntar-se-iam ao proletariado rural, abandonando a aldeia por um trabalho itinerante. Desta forma, a manutenção do sistema comunal estava de acordo com os objectivos fiscais e administrativos do Estado.

[107] AMA-LV, n.8, ss. 12/9/1770

[108] AMA-LV, n.8, ss. 5/1/1774

[109] AMA-LV, n.8, ss. 29/7/1769

[110] AMA-LV, n.8, ss. 11/5/1791. As terras de Albergaria eram propriedade do Hospital de Albergaria, administração da Coroa, da fundação de D.Teresa, cujo arrolamento de bens foi fortemente contestados em 1633 dando origem a motins violentíssimos, como se pode ver em ANTT-CF, n. 682-Tombo do Hospital de Albergaria-a-Velha.

Segadães, que fora igualmente do Duque de Aveiro, a partir de 1794, requere o aproveitamento do antigo alvéolo dos rios Vouga e Alfusqueiro, apresentando um *"Plano para a repartição das Ganderas de Segadães"*[111]: com o consentimento unânime dos Povos, dividindo-se apenas metade da área, ficando a outra parte para pasto de gados "*que desta forma aumentariam a proporção da lavoura*". Eram porções sorteadas, em número proporcional aos casais, pagando, além dos 360 reis por casal, os oitavos de todas as novidades, com obrigação de efectuar o cultivo no prazo de 3 meses, sob pena de perderem o seu quinhão.

A documentação disponível relativamente à CASA DE BRAGANÇA, reafirma, várias vezes, que os maninhos eram disponibilizados segundo os seus próprios interesses e direitos: em 1745/46, o Tombo de Vilarinho do Bairro, referia, como prática geral e indiscutível, o facto de "*os acrescidos dos casais no caso que tenham entrado no concelho ou logradouros do Povo, se lhe lance o foro proporcionado ao antigo*"[112], e em todos os Tombos aparece referência a terras novas; em Eixo, em 1792, registam-se casais "*extraídos dos manifestos*", ou seja, "*de terras sonegadas e alargadas aos maninhos e baldios*"[113].

A prática era legitimar e incluir nos Tombos as terras que iam sendo anexadas, à imagem do que se passava um pouco por toda a parte. Em Sever, terra do conde de Penaguião, Marquês de Fontes e Abrantes, em 1785, uma "*Tosca Descrição do Concelho de Sever*"[114] refere: "*os roubos que se praticavam por alguns directos senhorios, como a Comenda de Malta e outros particulares, na tomada dos baldios e noutros em meter nas renovações dos novos emprazamentos, as terras baldias contíguas aos seus casais[...], devia o ouvidor na forma da lei, fazer repor ao público todas as tapadas, cavadas e terras demarcadas, que a sua clandestina aquisição tenha sido de quarenta anos a esta parte*".

C - Moliços

---

[111] ANTT-MR -CF -maço 300, 6/2/1794. Ainda em 1796, o Prior de Segadães, refere conflitos com a vizinha freguesia de Trofa acerca de oliveiras e casas no sítio chamado "Maninho", e que seria conveniente incluir no Tombo do Concelho de Segadães que se iria fazer: ANTT-DP-Beira, maço 17, n. 1544.

[112] AMA-n. 1859-Livro 1º Tombo vila e Concelho de Vilarinho do Bairro-1745/46.

[113] AMA-n. 1846 e 1847-Livro 1º e 2º do Almoxarifado Eixo-1792-94.

[114] ANTT-AHMF-Descrição do Concelho de Sever-1785

À medida que se avançava no séc. XVIII, um dos elementos naturais disponíveis, mais apetecível, foi o moliço. Este, crescendo livremente, sendo também colhido segundo as necessidades dos povos, valorizou-se perante as exigências dos areais conquistados, do crescimento demográfico, do surgimento de novas culturas.

A área habitual de produção daquele fertilizante era, naturalmente, nas bordas da Ria, nas suas praias ou ilhas da foz do Vouga, terrenos que oscilaram entre produção de sal e de moliço, conforme a conjuntura[115]. Na sua grande maioria, eram de propriedade privada ou da Câmara, como já vimos anteriormente, que os dispõem, arrendam ou reservam[116].

Entretanto, em locais onde a propriedade privada não se encontrava limitada, surgem as dúvidas. Assim acontecia em 1797, quando o almoxarife da Casa de Bragança teve de presidir à demarcação "*do Ribeiro e Paul entre o lugar de Fermentelos, termo de Ois da Ribeira e o de Requeixo e vizinhanças do termo de Eixo, para cessarem os conflitos dos povos e Câmaras de um e outro termo por causa do apanho do limo e estrumes que criam no tal Ribeiro para adubo de terras confinantes e pastagens onde as há*"[117]. No mesmo local, meio século mais tarde, os conflitos transformaram-se em autênticas batalhas campais[118].

O mesmo acontecia na conhecida Barrinha de Esmoriz ou Lagoa de Paramos, onde uma série de contendas se desenrolam desde o séc. XIII, e se arrastam até inícios de XIX, à volta da caça, pesca, maninhos e moliço, entre a Casa dos Pintos e os moradores de Esmoriz e Paramos; destaque-se apenas a argumentação dos povos, relativamente ao moliço: se toda a lagoa fosse da Casa dos Pintos, deveriam os de Esmoriz pagar-lhe renda pelo lavradio que, no Inverno, ficava submerso. Ora, se as terras não lhe pertenciam, também a Lagoa que as cobria.: "*nesta há, em alguns lugares, perpétua inundação, perdendo-se*

---

[115] *A legitimidade da propriedade particular em terrenos alagados pela Ria de Aveiro ...,o.c.*, p.184

[116] Id., *Ibid.*, p.192. Veja-se ponto 1 deste capítulo

[117] BMA-L°1°do Tombo da Vila de Ois da Ribeira-1797/1800, f. 323.

[118] OLIVEIRA, Victor de - *Pateira de Fermentelos. Polémicas Ribeirinhas..., o.c.*, p.112: "*uns querem mais área para a apanha do moliço do que outros. Começou a guerra. As autoridades intervêm e em 12 de Agosto de 1857 são divididas as Insuas entre os de Mamodeiro, Carregal, Requeixo e Fermentelos, assistindo a esta divisão as Câmaras de Oliveira do Bairro, Águeda e Aveiro, fazendo também uma divisão na lagoa entre Requeixo e Fermentelos, Ois e Espinhel*".

deste modo, terrenos de cultivo, passando assim o domínio para a Coroa e a ser de uso comum o moliço"[119].

A Câmara de Aveiro, em 1806, insurge-se, a pedido de alguns, contra os que "*de fora do termo e distrito desta cidade vêm apanhar moliço, não só nos terrenos próprios do concelho*"[120], porque, quem fosse achado a apanhar moliço, tanto no terreno concelhio, ou Rio, como em propriedades particulares que não trouxessem arrendadas, perderia o moliço, pagando de cadeia 10 tostões, da primeira vez, e 2000 réis da segunda. Em Mira, no ano de 1805, o Capitão-Mor apercebe-se do seu valor e exige que lhe façam estrumeiras de moliço[121]. Finalmente, desde 1815, que freguesias a Norte do Vouga protestam contra a Câmara de Vagos que fazia seu, o braço meridional da ria, exigindo rendas sobre o moliço[122].

Sem dúvida, que a procura desenfreada, à medida que se conquistavam os areais, aguçou o apetite por parte da propriedade privada e senhorial da ria, transferindo a procura de tais estrumes para áreas, até então, consideradas de domínio comum. Mas a força crescente das Câmaras, as necessidades fiscais, impõem novos donos e começa a discutir-se a quem pertence a propriedade alagada da Ria de Aveiro, polémica que se estenderá até aos nossos dias[123], em muitas vertentes, mas que a resposta das Cortes Constituintes em 1822 parece abrir: "*o leito dos rios é domínio público e nenhuma administração local pode regulamentar o seu uso*"[124]; o sinal de partida na busca

---

[119] AMORIM, Pe. Aires de - *Alguns problemas históricos a respeito da Barrinha de Esmoriz...*, *o.c.*, p. 57.

[120] AMA-LV, n. 9, ss. 11/6/1806.

[121] ANTT-DP-Beira, maço 25, n.2380: o capitão-mor, Pedro Mendes Vaz e seu irmão Tomé Mendes, sargento-mor, foram acusados pela Câmara e "*alguma parte do Povo*", do dito Capitão os obrigar a fazer estrumeiras de moliço para seu benefício.

[122] SILBERT, Albert - *Le Probleme Agraire Portugais, au temps des premieres corte...*, *o.c.*, p. 180

[123] MADAHIL, A. G. da Rocha - *Subsídios para o estudo da propriedade alagada...*, *o.c.*, Neste artigo. Rocha Madahil publica um Relatório de 1897 de vários proprietários ribeirinhos. A este propósito escreve R. Madahil, p. 178: "*muito se tem escrito a propósito e alguma coisa legislado, também; mais talvez do que seria necessário, e sem a objectividade requerida pelo fenómeno natural, em si próprio considerado; desde o nosso Código Civil, que no seu artigo 380º classifica de coisa pública os leitos das águas salgadas, estabelecendo assim o Domínio Público Marítimo, até à publicação que em 1936 o vice-Almirante Jaime Afreixo fez de vários dos seus Relatórios, Informações e pareceres, como capitão do Porto que foi, durante largos anos, as dúvidas acumulam-se e a actuação do fisco contradiz-se, prejudicando o desenvolvimento das propriedades e vexando os povos*"

[124] SILBERT, Albert - *Le Probleme Agraire Portugais, au temps des premieres corte liberales...*, o.c., p. 181.

desenfreada do moliço está dado, até que as preocupações ecologistas e a sobranceria do Estado chame, a si, a administração da Ria[125].

D - Matas e montados

Difícil distinguir umas e outros pela existência de vegetação mais ou menos densa, ou pela passagem livre de animais. Mas, se os montados são muitas vezes contemplados nas Cartas de Foral, as matas parecem ser apenas do uso particular. Ambos fortemente cobiçados. Os montados eram disputados em áreas muito precisas, nos concelhos de Ílhavo e Vagos. Enquanto que o Foral do primeiro exclui os gados de Vagos, o do segundo declara liberdade para todos os concelhos vizinhos[ver Anexo 2, do cap.5.1]. Porém, em 1810, o juiz e oficiais da Câmara de Vagos queixam-se que a Câmara de Ílhavo fazia condenações por gados achados "*nos baldios do concelho de Vagos, pretendendo apossar-se do terreno que fica ao poente da Ria de Aveiro, que segundo a demarcação, pertence a Vagos*"[126].

Outros pedem a transformação de terras, matos, ilhas, já então de sua propriedade, em terrenos coimeiros[127], enquanto as freiras de Lorvão e Arouca, há muito, viam contemplado no Foral as suas lezírias. De certa forma, as Matas eram mais ou menos, livres de utilização, como refúgio dos homens quando a guerra ameaça[128] e colheita de gravitos para a fogueira sob a passividade do seu dono. Contudo, em finais do séc.XVIII, quando o

---

[125] Entre as várias vozes que reclamam as terras da Ria para o domínio de Estado, REGALLA, F.Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro e suas Indústrias..., o.c.*, pág. 27 leia-se: "*da impunidade havida nestes casos e em outros idênticos, resulta o desprestígio do princípio de autoridade e o convencimento, para os exploradores da ria de que ela é um vasto campo, onde não chega a acção das leis*".

[126] ANTT-DP -Beira, maço 30, n. 3002, 6/8/1810

[127] Em 1803, o Corregedor abona um pedido ao Desembargodo Paço do Desembargador Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos, da cidade de Aveiro, senhor e possuidor da Ilha de Testada « *o qual suplicante tem reduzido a cultura a muita parte dela*», mas que era destruída por gados de muitas pessoas, o que se podia evitar «*concedendo-lhe Vossa Alteza a graça de fazer coimeira a dita Ilha, assim como o são outras que estão na mesma Ria*»:ANTT-DP -Beira, maço 23, n. 2164-5/7/1803.

[128] ANTT-DP, Beira-maço 29-n. 2867, 19/7/1809: Damião Pereira da Silva, fidalgo da casa Real, que muitas pessoas da freguesia de Estarreja foram à sua Quinta, arruinando valados e cancelas, cortando árvores e lenhas que, furtivamente, foram levando, desde Março de 1809, nunca se queixando devido ao Inimigo ter ocupado aquelas paragens.

espaço começa a escassear[129], o proprietário reage a estes colectores esporádicos. Um exemplo: em 1809, após a 2ª Invasão Napoleónica, queixam-se os proprietários do oportunismo de alguns no corte de árvores e lenhas em Matas particulares[130].

Parece-nos que as palavras do Corregedor de Aveiro, em 1803[131], equacionam os factores que provocaram alterações, não só na paisagem, como já vimos anteriormente, mas também na relação de forças entre os diferentes poderes sobre águas, maninhos, montados e matas, tais como: o aumento da cultura e indústria da lavoura, a falta de combustíveis que se começava a sentir em todo o Reino, os poucos maninhos por cultivar, e esses mesmos necessários aos povos para pastagem dos seus gados.

---

[129] As matas como refúgio em SARMENTO. Alexandre Tomás de Morais - *Relação das medidas de defesa que se executaram nas margens do Rio Vouga...*, *o.c.*, p. 135.

[130] Aspecto desenvolvido em CORVOL. Andrée - *L'Homme aux Bois. Histoire des relations de l'homme et de la forèt...*, *o.c.*: na primeira parte da obra. estuda a floresta quando se abria à comunidade aldeã e os comportamentos. perante a alteração deste estado de coisas: a pressão do Estado. de particulares. das cidades.

[131] BPMP-Res . ms. 294. f. 55.

Cap. 5.3. - Medir, Arrecadar, Contar e Projectar

O último objectivo é medir a produção agrícola, ao longo do séc.XVIII. Mas, como se adivinha, tarefa difícil. Os encargos dizimais seriam talvez, a resposta mais aproximada[1], mas a vastidão deste espaço, o facto de não existirem monografias paroquiais, o de não termos encontrado contabilidades monásticas precisas, o de as dizimarias andarem arrendadas ora isoladas, ora aglutinadas a outras[2] e de incluírem, além do encargo paroquial, rações e lutuosas[3], perturbam qualquer cálculo. Acrescentemos que a diversidade de pesos e medidas que a documentação permitiu concluir aponta para um mosaico de avaliações.

Começaremos assim por contribuir para o estudo da metrologia agrícola. Depois será a vez de avaliar como a terra rendia, ou seja, ver como os donos das terras recolhiam as suas rendas, que tipo de rendas, e onde as recolhiam[4]. Finalmente, tentar perceber como evoluiu a agricultura na Provedoria, ou os difíceis progressos da agricultura, entre a tradição e a inovação.

---

[1] Aurélio de Oliveira foi pioneiro em Portugal na utilização desta fonte e de metodologia que conduzisse a uma avaliação da produção total; entre vários trabalhos, destacamos OLIVEIRA, Aurélio de - *Contabilidades monásticas e produção agrícola durante o Antigo Regime. Os dízimos do mosteiro de S. Tirso*, 1626-1821..., o.c.

[2] Como vimos, no capítulo anterior, trata-se de mundos diferentes: o dos padroeiros e o dos recebedores. O Mosteiro de Jesus, com as 7 freguesias de que recebe dízimos, não tem contabilidade específica, preferindo arrendar, mas variando o número de freguesias que arrenda conjuntamente.

[3] O Mosteiro de Grijo, dos cónegos regrantes de S. Agostinho, nas suas igrejas, especialmente, em Travanca de Grijó e Travassô, fazia incluir nos contratos com os rendeiros, o receberem rendas atrasadas, lutuosas e domínios perdidos, o que fazia elevar, artificialmente, o montante do dízimo; veja-se o que se verifica entre 1600/1720, em AMORIM, Inês - *Mosteiro de Grijó-Senhorio e propriedade:1560-1720...*, *o.c.*, cap. 3, quadros relativos àquelas igrejas.

[4] Teremos sempre que possível, em vista, o escalonamento de proventos a partir da terra, como define OLIVEIRA, Aurélio de - *A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas...*, *o.c.*, p.2: "*neste conceito alargado da renda incluimos, por conseguinte, todas as imposições pagas pelo rendeiro e pelo camponês, provenientes não só da fruição estrita do domínio útil, como ainda de outras taxas e imposições de diferente natureza que impendiam sobre o rendeiro, fosse a título de usufruto de bens (ou serviços), fosse ainda como resultado de obrigações estritamente dominicais e/ou ocasionais*"

1 - Medir - pesos e medidas

A linguagem que a documentação refere faz perceber a existência de medidas novas e velhas, de Lisboa, Porto, ou outros pontos de referência. O mosaico adquire cores, que talvez, possamos desenhar e compreender.

A primeira tentativa de uniformização dos pesos e medidas parece ter sido a Manuelina, contida nas respectivas Ordenações, padronizada pelas medidas praticadas em Lisboa[5]. Em 1856, Luis Travassos Valdez, numa Memória acerca das sucessivas reformas dos pesos e medidas, escreveu: "*a Comissão de exame dos Forais e melhoramento da agricultura em 1812, observou [...] e achou que quase todas as Câmaras tinham perdido os seus padrões de bronze, dados pelo dito Rei, e que os existentes eram a maior parte de pau, barro ou folha de Flandres, rotos, quebrados e alterados, e que havia Câmaras que não tinham padrão algum*", e ainda que "*o alqueire da medida nova de que El-Rei mandou fazer uso, tinha dois e um punhado da medida antiga; que o moio que consta actualmente de 60 alqueires, já constou de 16, 17, 20, 32, 44 e 64; que o almude de 12 canadas não é geral em todo o Reino, havendo alguns Concelhos, principalmente na Beira, que têm almudes de 15, de 11, 10 e até de 8 canadas!*"[6].

Esta apreciação revela o espanto que a chamada Comissão de Exame dos Forais sentiu, quando pretendeu não só uniformizar, como introduzir o sistema Metro-Decimal, que Mendes Trigoso pedagogicamente expôs à Academia e publicou no v.5º das "*Memórias Económicas*". Neste trabalho, em consequência do empreendido pela Comissão de que fazia parte[7], avaliaram-se as razões de tais desigualdades: uma ineficaz legislação ao longo dos tempos, a imperícia dos obreiros e aferidores das medidas padronizadas, a fraca divulgação dos novos padrões junto dos concelhos, a indiferença ou

---

[5] VALDEZ, Luis Travassos - *Notícia sobre os Pesos, medidas e moedas de Portugal e suas Possessoes Ultramarinas e do Brasil..., o.c.*, p. 4: refere-se à Lei do Liv. 1ºTit. 15ºdas Ordenações Manuelinas, «*parece que o padrão que mandou seguir foi o de Lisboa, e que a unidade escolhida foi a canada, devendo notar-se que então, e ainda hoje, muitos concelhos têm o almude de 10 canadas. A mesma Lei determinou que as medidas do pão, vinho, azeite e mais cousas que por elas se medem, sejam iguais e nomeadas geralmente por seus próprios nomes, a saber: que as de pão se chamem fanga, alqueire, meio alqueire, canada, meia canada, quartilho e meio quartilho, e que o padrão geral e único das referidas medidas fosse feito pelo de que então se usava na cidade de Lisboa*».

[6] Id., *Ibid.*, p.5.

[7] Faziam parte da Comissão: João António Salter de Mendonça, Secretário de Estado dos Negócios do Reino e Fazenda, João Pedro Ribeiro, Francisco Ribeiro de Guimarães, Francisco de Paula Travassos, Mateus Valente do Couto, Anastácio Joaquim Rodrigues, Sebastião Francisco Mendo Trigoso, Francisco Manuel Trigoso d'Aragão Morato, João Bell; os documentos relativos aos trabalhos da Comissão publicados em LOPES, João Baptista da Silva - *Memória sobre a Reforma dos pesos e medidas em Portugal, segundo o Sistema Métrico-Decimal..., o.c.*

falta de reflexão e, finalmente, "*o que porém, mais que tudo, devia concorrer para as fraudes, que se interpuseram contra aquela lei, foi a falta de redução das medidas antigas às modernas*"[8]. Dois aspectos particulares justificam a frequência de tais irregularidades:

. "*alguns termos, abundantes das suas produções, [queriam] atrair os compradores com as terem grandes*";

. "*a quantidade de padrões que desapareceram em a última invasão que sofreu o nosso reino*"[9].

Feito o diagnóstico, a Comissão passou à acção, desde a feitura dos novos padrões, até ao aferimento dos que se encontravam espalhados pelo Reino. Curiosamente, a ordem dada aos corregedores para remeterem os padrões dos concelhos ao Arsenal do Exército em Lisboa, exceptua a Província da Beira, onde se insere o espaço da Provedoria de Aveiro, que os deveria enviar para Coimbra, sintoma dum particularismo evidente[10].

Em 1828 foram elaboradas Tábuas comparativas das medidas de capacidade com as do sistema métrico decimal, em todos os concelhos do Reino e Ilhas[11]. Com os dados respeitantes à capacidade, em litros, do alqueire de cereais e do almude de vinho, relativos à Provedoria (embora nem todas as freguesias contem com a informação), elaboramos o Anexo 5. Da sua leitura, é possível lançar algumas questões e conclusões preliminares. Comecemos pela medida alqueire e pelo Mapa 1:

. a sua capacidade era, nitidamente, mais baixa na Comarca de Aveiro, e Almoxarifado de Eixo; naquela, os alqueires são de menor capacidade no litoral, com excepção de Soza, e aumentam-na para o interior, desde Préstimo a Couto de Esteves, passando por Talhadas e Sever;

---

[8] TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendes - *Memória sobre os Pesos e Medidas Portuguesas*....o.c., p.278-279.

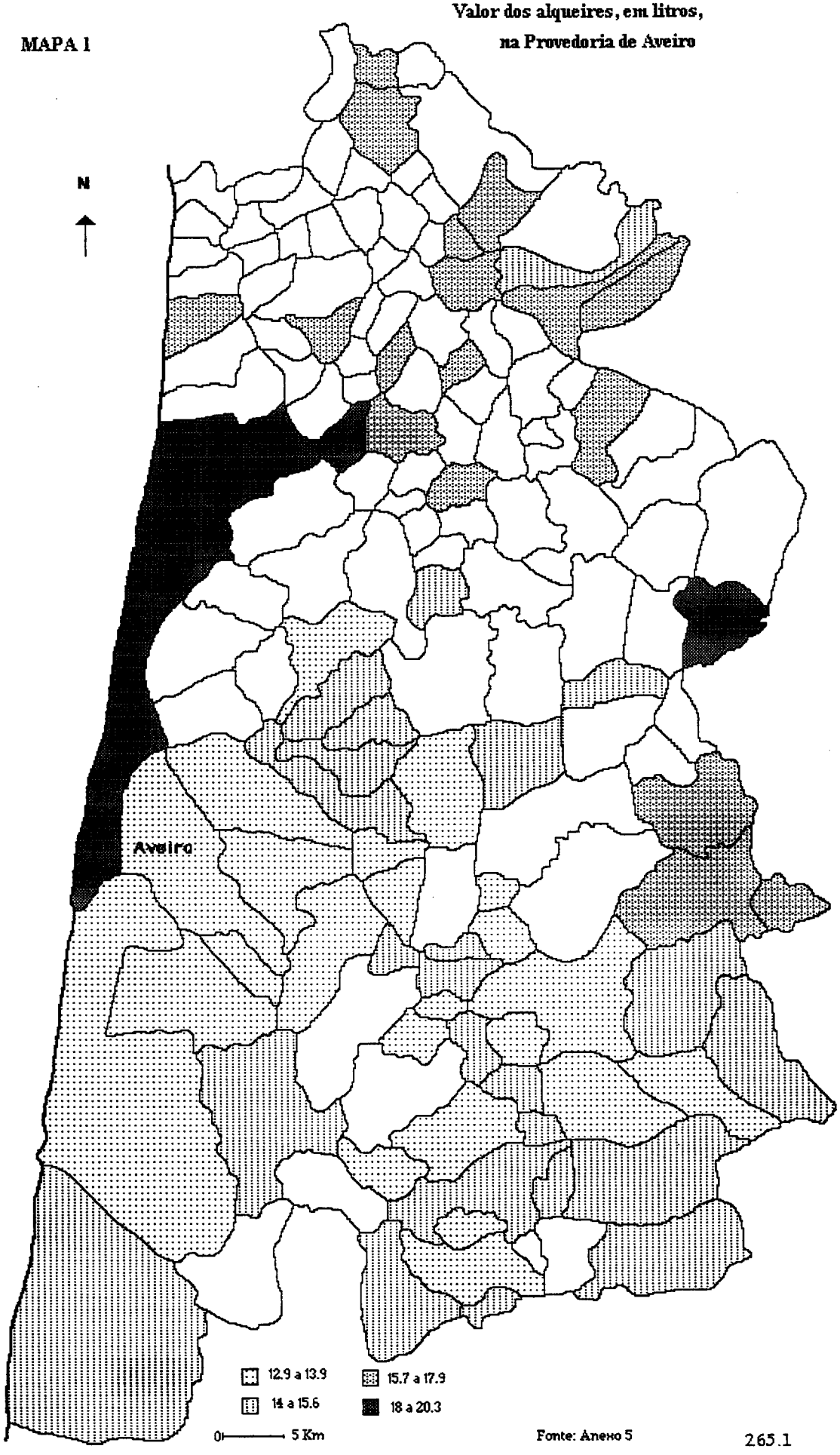
[9] Id., *Ibid.*, p.279.

[10] LOPES, João Baptista da Silva - *Memória sobre a Reforma dos pesos e medidas em Portugal*...., o.c., p.18.

[11] Id.*Ibid.*, p.66, explica como foi elaborada esta Tábua: "*Temos formado as Táboas da comparação das medidas de extensão e de pèso, conforme os cálculos que foram feitos na Casa da Moeda e Arsenal do Exército em 1815 pela respectiva Commissão, os quaes se acham na Memória do Sr. Mendo Trigoso já citada; e os das medidas de capacidade à vista dos termos remettidos pelos Officiais Engenheiros em 1828 para a Torre do Tombo onde se guardam; servindo-nos, pelo que respeita às Comarcas da Beira, onde o Official Engenheiro não concluiu as comparações, dos termos exarados no livro que formou em Coimbra o Sr. Trigoso e o Sr. Lacerda Lobo, que também se conserva na Torre do Tombo*".

MAPA I

Valor dos alqueires, em litros, na Provedoria de Aveiro

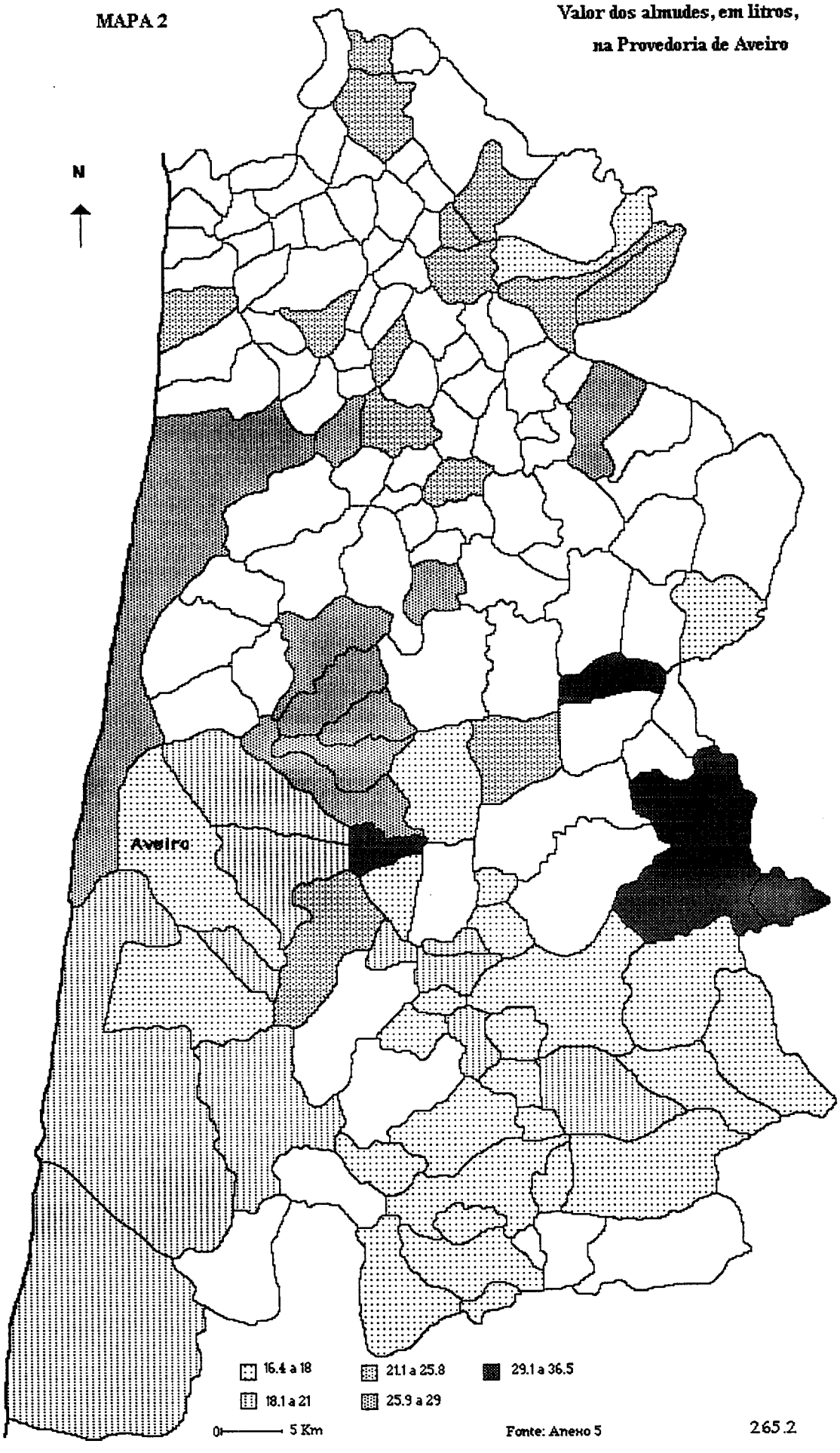


Fonte: Anexo 5

265.1

MAPA 2

Valor dos almudes, em litros, na Provedoria de Aveiro



Fonte: Anexo 5

265.2

. na Comarca da Feira, eram de capacidade superior, de medida quase uniforme com excepção, no litoral, das freguesias de S.Vicente da Pereira e Ovar, onde a sua capacidade é ainda maior;

. grosso modo, aumentam de capacidade de sul para norte, mais altas no litoral norte e no interior sul.

Em relação aos líquidos, as medidas referidas são a canada e o almude. Por princípio, 1 almude deveria levar 12 canadas, mas, perante os dados presentes no Anexo 1, a relação oscila entre a 5ª parte e a 15ª, embora na maioria dos casos se aproxime daquela proporção; veja-se o Mapa 2 relativo ao valor, em litros, do almude[12]:

. mais uma vez, uma uniformidade na Comarca da Feira, apenas cortada em Ovar e S. Vicente da Pereira, onde o almude atinge os 27 litros;

. na Comarca de Aveiro, as mesmas características do alqueire, mais baixo no litoral do que no interior (as mesmas freguesias de Sever, Talhadas, Macieira de Alcoba e Préstimo), mas salienta-se neste caso, uma mancha de freguesias, no litoral, logo imediatamente a norte de Aveiro, com medidas superiores às que lhes estão em redor.

Registe-se a frequência das queixas de vários, às diferenças de capacidade entre lugares bem próximos. Um facto repetido era o do vinho, sobre o qual se pagaram um ou vários reais de imposto, alvo de forte contestação. O que se passou, em 1769, é exemplo deste confronto: na Vila de Ovar, o vinho vendia-se a menos 1 real do que na cidade de Aveiro, "*sendo a medida muito maior que nestes termos, e a proporção se devia regular nesta cidade para se poderem comprar os vinhos nos mesmos sítios com a mesma ou menos despesa*"[13].

Em Sever, um documento de 1785, refere que, aqui, havia duas medidas de pão; uma, comum à terra que era maior do que a do Porto; a outra, maior ainda do que esta, uma oitava; "*por esta medida velha é que pagam os caseiros as rendas que pagam ao Senhorio dos Requengos e bens de prazo, servindo tão somente para este mesmo efeito*"[14]. Duas conclusões: havia uma medida do Porto, como ponto de referência, e não a de Lisboa; os senhores utilizavam, à margem das medidas em circulação, medidas próprias, exclusivamente, para

[12] As informações sobre a capacidade do almude para o azeite, são escassas, apenas para Eixo, de 18 litros, e Valmaior de 19.56; ver Anexo 5.
[13] AMA-LV, n.8, ss.12/7/1769.
[14] ANTT-AHMF-Tosca descrição do Concelho de Sever-1785

cobrança das suas rendas. A tabela incluída nos "*Mappas das medidas do novo systema legal... , de 1868*", confirma este facto, ao referir algumas excepções para o então Distrito de Aveiro: no concelho de Sever haveria o alqueire de 14.8 litros e o "*alqueire antigo*" de 17.4 litros e para o de Ovar, o alqueire de 19 litros e o "*antigo*" de 20[15].

Por estas razões, pareceu-nos interessante, na linha dos anexos anteriores, ordenar os dados relativos à Provedoria, extraídos da "*Tabela Comparativa das Medidas, o alqueire e o Almude, [...], mostrando quando produzem cada 100 das referidas medidas, a respeito de 100 das dos padrões de Lisboa*", elaborada em 1856 por Luis Travassos Valdez[16]

QUADRO 1

Tabela mostrando quanto valem 100 dos padrões de Lisboa em 1856

Terras	Cereais (alqueires)	Almudes (vinho)
Porto	123.2	162.8
Coimbra	94.8	98.6
Aveiro	95.4	100.7
Albergaria-a-Velha	95.4	100.7
Ilhavo	95.7	104.3
Oliveira do Bairro	98.8	96.9
Agueda	99.3	110.3
Estarreja	101.3	141.6
Anadia	104.7	108.6
Cambra	104.9	162.2
Oliveira de Azeméis	105.9	144.1
Feira	105.9	144.1
Sever	113	143.4
Ovar	119.3	163.6

Fonte: VALDEZ, Luis Travassos - Notícia sobre os pesos..., o.c.

Os dados são ao nível dos concelhos, saídos já da reforma administrativa de meados do séc.XIX, sem se poder sobrepor, exactamente, à malha territorial do séc.XVIII; mas, mesmo assim, torna-se interessante comparar não só com Lisboa, mas igualmente, referenciar as medidas praticadas nos concelhos de Coimbra e Porto. Na generalidade, as tendências confirmam o que foi dito atrás:

---

[15] *Mappas das medidas do novo systema legal comparado com as antigas nos diversos concelhos...*, o.c., p. 7 a 25.

[16] VALDEZ, Luis Travassos - *Notícia sobre os Pesos, medidas e moedas de Portugal e suas Possessões...*, o. c., p.14-15.

. as medidas do vinho de Estarreja, para norte, aproximam-se das do Porto, enquanto para sul, aproximam-se das de Coimbra e Lisboa;

. relativamente aos cereais, o alqueire está próximo da capacidade do de Lisboa, enquanto em Ovar e Sever, se aproximam da capacidade da medida do Porto. Algumas possíveis justificações: Ovar, freguesia do Cabido do Porto, talvez impusesse as suas medidas maiores; Sever era do donatário Conde de Penaguião, cujo ouvidor desde 1529 tivera autorização para viver no Porto[17] e o Conde, no séc.XVII, habitava na Rua Chã do Porto, sendo um dos mais importantes mercadores de vinho[18], pelo que, é bem provável que impusesse, como padrão, a medida do Porto.

Outra vertente da questão será tentar compreender a relação entre múltiplos e submúltiplos, dos diferentes tipos de pesos e medidas. O Quadro seguinte foi resultado do trabalho da mesma Comissão de 1812[19]:

QUADRO 2

Medidas oficiais de capacidade para secos em 1812

Moio	15 fangas ou 60 alqueires
Fanga	4 alqueires
Alqueire	4 quartas
Quarta	2 oitavas
Oitava	2 maquias
Maquia	2 selamis
Selami	

Fonte : VALDEZ, Luis Travassos-*Notícias sobre pesos e medidas*...o.c., p. 10.

Mas a realidade contraria esta norma. Num Tombo de Eixo explicita-se: "*neste Almoxarifado, 1 salami entende-se por 2 maquias, ou 1/2 quarta, de sorte que 1 alqueire tem 4 quartas ou 8 salamis, ou 16 maquias*"[20], ou seja, neste caso, o salami era múltiplo da maquia. Mas não é caso isolado, porque em inícios de 1809 a Câmara de Aveiro fez aferimento das "*medidas, pesos e padrões deste mesmo Concelho*"[21]. Os quadros construídos, apresentam esta mesma relação.

---

[17] HESPANHA, A. Manuel - *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político...*, *o.c.*, p. 96.
[18] SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto e o seu Termo(1580-1640)...*, *o.c.*, v.1, p. 158.
[19] VALDEZ, Luis Travassos - *Notícia sobre os Pesos, medidas e moedas de Portugal e suas Possessões...*, o.c., p.10.
[20] AMA-n.1846-Tombo de Eixo, 1792/94.
[21] AMA-LV, n. 9, ss. 2/1/1809.

QUADRO 3

Medidas capacidade para secos (cereais e legumes secos)

Aveiro	Reino (desde D.Sebastião - 1575)
alqueire	alqueire
meio alqueire	meio alqueire
quarta	quarta
	oitava
salami	meia oitava ou salami
maquia	
meia maquia	

Fonte: AMA-LV, n.9, ss. 2/1/1809, TRIGOSO, Mendes. . , o.c., p.276

Constata-se a inexistência de vários padrões no concelho de Aveiro, tais como os múltiplos do alqueire, embora os submúltiplos utilizados não apresentem grandes variações, relativamente ao sistema em vigor, desde D.Sebastião, e introduzido nas Ordenações Filipinas[22]. O mesmo se verifica relativamente às medidas para líquidos, pesos e panos, como poderemos observar nos quadros que se seguem.

QUADRO 4

Medidas de líquidos (vinho e azeite)

Oficiais		Aveiro
tonel	2 pipas	
pipa	25 almudes	
almude	2 potes	
		meio almude
pote	6 canadas	
canada	4 quartilhos	canada
		meia canada
quartilho		quartilho
meio quartilho		meio quartilho

Fontes: ver quadros 2 e 3.

Entretanto, no tempo de Pombal, a legislação tentava uniformizar medidas, em especial no que dizia respeito à saída, pelas barras, de vinhos, aguardentes e azeite:

- o alvará, de 26 de Outubro de 1765, ordenou que as pipas de conduzir vinho que entrassem em Lisboa fossem iguais a 30 almudes cada, o

[22] VALDEZ, Luis Travassos - *Noticia sobre os Pesos, medidas e moedas de Portugal e suas Possessões....* o.c., p.4.

mesmo passando a acontecer com o aguardente (por alvará de 13 de Julho de 1767[23]);

- por carta de Lei de 10 de Novembro de 1772, se determinou que, para o pagamento do Subsídio Literário, as pipas de vinho e aguardente fossem computadas em 26 almudes de 12 canadas, para todo o Reino[24]; na Alfândega de Aveiro, precisamente para este efeito, confirma-se este valor, quer para a pipa de vinho, quer para a de azeite[25].

- por Alvará de 20 de Dezembro de 1773, se ordenou que as pipas de vinho do Porto fossem de 21 almudes e 6 canadas[26].

Calculando, em litros, a quanto correspondiam no Porto, Aveiro e Lisboa, os 30 almudes, não admira que, no Porto, se alterasse o limite das canadas, tendo em conta a sua maior capacidade, nesta cidade; havia muito vinho que escapava aos impostos e, por outro lado, havia que uniformizar o mercado com o exterior, perante o mosaico que era a realidade interna.

QUADRO 5

Cálculo do número de litros por pipa, na 2ªmet. XVIII

nas cidades de Lisboa, Aveiro e Porto

Cidade	litros por almude	Nºalmudes	Nºlitros
Lisboa	16.95	30	508.5
Porto	25.20	30	756
	25.20	21.5	541.8
Aveiro	17.06	30	511.8

Fontes: ver notas 20 a 23, Anexo 1

Relativamente às medidas de peso, repete-se o que se disse em relação aos líquidos: existem, na Câmara de Aveiro, as que deveriam servir, provavelmente, o quotidiano, enquanto outras se omitem, completamente. Veja-se o quadro seguinte:

---

[23] Id., *Ibid.*, p.11.
[24] Id., *Ibid.*
[25] ANTT-AA, n. 306, 1809/14.
[26] VALDEZ, Luis Travassos - *Notícia sobre os Pesos, medidas e moedas de Portugal e suas Possessões...*, o.c., p.12.

QUADRO 6

Medidas peso (para carnes, metais)

Oficiais	Aveiro
tonelada - 13.5 quintais	
quintal - 4 arrobas	
	2 arrobas
arroba - 32 arráteis	arroba
	meia arroba
	8 arráteis (ou 1/4 arroba)
	4 arráteis (ou 1/8 arroba)
	2 arráteis (ou 1/16 arroba)
arrátel - 16 onças	arrátel (ou 1/32 arroba)
	meio arrátel
	1 quarta
	meia quarta
onça - 8 oitavas	
oitava - 3 escrópulos	
escrópulo - 24 grãos	

Fontes: ver quadros 2 e 3.

Uma atenção particular para o linho, cuja medição, surgida na documentação relativa à Comarca da Feira, refere "mãos", "afuzais", "estrigas" e arráteis. A única equivalência de que dispomos é para Arouca, limite nordeste daquela comarca, em que cada mão teria 2 afusais e cada afusal 12 estrigas[27].

Finalmente, as medidas de comprimento para panos, aproximam-se das oficiais como se poderá constatar no quadro seguinte:

QUADRO 7

Medidas comprimento(para panos)

Oficiais	Aveiro
braça - 2 varas de 5 palmos	
vara - 5 palmos	vara
côvado - 3 palos ou 2 pés	côvado

Fonte: ver quadros 2 e 3.

Ora pois, poderemos definir um espaço onde a diferença metrológica era real, era mesmo alimentada por razões derivadas da ignorância ou desleixo das directrizes centrais, mas muito provavelmente, também, por

[27] JUNIOR, Manuel R. Simões - *Do Linho...*, o.c., p. 33.

pressões e exigências dos diferentes domínios senhoriais, como parece sugerir a indicação do concelho de Sever.

Como justificava Mendes Trigoso, em 1815, "*o espírito público, [...] quase ao mesmo tempo as [medidas] desejava já grandes já pequenas, já iguais já desiguais*"[28], conforme a existência de mercados com raios e amplitudes diferentes: "*em um País onde os homens são frugais, e subsistem desta maneira, importa menos que as medidas das diversas comarcas fossem desiguais, visto que há poucas ocasiões de sairem os géneros de um certo e limitado recinto*"; e também "*não tinha ainda crescido muito a capital, nem devorava como ao depois o suco das províncias*". Acreditava que com a aceleração do comércio, devida aos Descobrimentos, "*Lisboa era o centro de todas estas transacções, e elas se faziam com pesos e medidas [...], e ficava sendo manifesto que não era às medidas do Porto, mas sim às de Lisboa, que todas as outras se deviam referir para a facilidade do comércio, e da escrituração mercantil*"[29].

Deste ponto de vista, poder-se-ia falar de espaços-mercados, em que a uniformidade das medidas era a garantia, a possibilidade de comunicar, negociar, ou causa ou consequência: podemos lançar a hipótese de Aveiro e, grosso modo, a Comarca estar especialmente virada para Coimbra/Lisboa, enquanto a Norte do Vouga, se assiste a um mercado voltado para o Porto. Uma tentativa de uniformização estatal dá-se com o vinho, pelo menos, por razões fiscais, mas o tipo de vinho, verde ou maduro, parece impor o seu limite. Em relação aos cereais, a mesma delimitação, não tão vincada, mas aqueles dois espaços estão presentes.

2 - Arrecadar

O quadro parece claro, os agricultores colhem, os senhores cobram. Não tão linear, se nos lembrarmos da série de intermediários que o próprio sistema pressupõe: rendeiros, cabeças de casal, fiadores. As variações possíveis dependem das directrizes do Senhorio, ou da conjuntura económica, política e social, em combinações múltiplas.

---

[28] TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendes- *Memória sobre os Pesos e Medidas Portuguesas...*, o.c., p.272-273.
[29] Id., *Ibid.*, p.272.

A - Como arrecadar

A colheita vai-se fazendo, conforme as produções colhidas; as vasilhas, celeiros, adegas, eiras têm que estar preparadas. Os celeiros são pontos fundamentais na recolha dos encargos senhoriais, aglutinando certamente direcções de recolha. Como escrevia o Procurador das Freiras de Jesus, Frei Bento Xavier da Cunha, em 1749, criticando o desinteresse das Freiras na construção de novos celeiros nas freguesias de Albergaria e Valmaior: "*umas peças tão boas, e tão bom rendimento, nunca tiveram disposição para se fazerem dois celeiros capazes: à uma por segurar o rendimento, à outra por sacarem o apetite aos lançadores*"; "*digam-me senhoras: se um homem tiver uma Quinta rendosa e uma vinha que dê muito fruto, e não tiver umas pipas de vinho em que recolhe o dito vinho, não lhe hão de chamar, todos, tolo e louco? Pois isso é que sucede às Freiras de Jesus de Aveiro, e nisto é que deviam cuidar as prioresas e não em festinhas*"[30].

Na opinião experimentada deste frade, os celeiros, além de armazéns de arrecadação, funcionavam como símbolo de abastança, cálculo para os rendeiros. Por princípio, colocados, estrategicamente, em relação aos encargos a cobrar[31], mas, em certos casos, sem qualquer justificação racional, assistindo-se à mesma freguesia pagar simultaneamente a celeiros diferentes da mesma instituição senhorial, caso do Mosteiro de Grijó, com dois celeiros

---

[30] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus de Aveiro..., o.c.*, v. 4, p. 644

[31] Alguns celeiros foram possíveis de localizar, mas trata-se dum dossier sempre incompleto: eis alguns: Mosteiro de Grijo: celeiros em Travanca, Travassô e Vagos (veja-se em AMORIM, Inês- *Mosteiro de Grijó-Senhorio e propriedade:1560-1720*. . . , o. c. , p. 185); Mosteiro de S. Agostinho da Serra, em Aradas, (ver em MADAHIL, A.G.da Rocha - *Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira da Cunha...*, o.c., p. 260, «*pagavam dizimos aos frades da Serra do Pilar*»); Casa Feira, em Ovar (ver MP Ovar-1758) e Feira, junto ao Castelo (ver ANTT-AHMF-Relação dos Rendimentos-1763), Casa de Bragança, em Eixo, Paus, Ois da Ribeira e Vilarinho Bairro (ver PESTANA, Inácio Pestana - *Celeiros Comuns da Antiga Casa de Bragança...*, o.c., p. 45); Duque de Cadaval em Eixo (tem dois celeiros, ver *Memória sobre a vila de Eixo..., o.c.*, p. 55); Freiras Arouca em Estarreja (em Beduído dois celeiros, em Sedouros e Bunheiro, como refere CUNHA, José Tavares Afonso e - *Notas Marinhoas..., o.c.*, v.1, p.146); Freiras Jesus Aveiro, em Fermelã, Canelas, Angeja e Soza (ver SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus*. . . , o. c. , v. 4); Frades S. Domingos, em Aveiro (na Rua do Caneiro como refere QUADROS, António Rangel de - *Apontamentos Históricos..., o.c.*, v. 4); Mosteiro de Lorvão, em Esgueira (ver AUC, Livro Mestre de toda a renda); Almadas (senhores de Ílhavo, Avelãs de Cima e Ferreiros), em Aradas, Ílhavo, e Anadia (ver MP Ílhavo, MADAHIL, A.G. da Rocha - *Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira da Cunha...*, o.c., p.260); Condes de Penaguião, Marquês de Fontes e Abrantes, Senhor de Sever, em Pessegueiro do Vouga (ver ANTT-AHMF - Tosca Descrição do Concelho de Sever, 1785); da Coroa, em S.Lourenço do Bairro (ver ANTT-MR -CF -maço 297).

próximos, em Travassô e Vagos[32]. Finalmente, por razões incompreensíveis, ou baseadas na tradição, alguns foreiros eram obrigados a percorrer grandes distâncias, quando, bem perto, existia um celeiro do mesmo Senhor. Exemplo: os moradores de Aradas que deviam o oitavo dos seus produtos aos Almadas, igualmente senhores da vizinha terra de Ílhavo, que possuindo aqui celeiro[33], eram obrigados a dirigirem-se ao celeiro de Famalicão, "*próximo da vila de Anadia, o que lhes era muito penoso, e por isso de há muito que pediam ao senhorio um celeiro dentro do concelho, até que afinal foram atendidos, mas com a condição, que aceitaram, de pagarem mais um alqueire cada fogo, que chamavam o alqueire do celeiro*"[34].

A forma ou lugar onde se fazia a partilha variava; enquanto os enfiteutas preferiam fazê-la nas eiras, afastadas dos campos, o Senhor, queria-a no lugar da produção[35], embora muito provavelmente variasse de senhorio para senhorio, e, sobretudo, do tipo de encargos a serem recolhidos: os dízimos exigiriam uma vigilância muito mais apertada. Torna-se curiosa e paradigmática a forma como, mais uma vez, o Procurador das Freiras de Jesus recomenda a cobrança, ora se trate de foros e rações, ora se trate de dízimos;

- vejamos as dízimas: "*é de parecer que as rendas andam conforme os preços: preços de pão diminutos não podem dar grandes preços por eles [...]; e se algum ano por pique subirem, há-de descer em muitos, com grande perda da comunidade, que a não poderão restaurar com facilidade. E assim pelo afecto que tenho a este Convento sou obrigado a dizer, na consciência, o que entendo de conveniente para o convento: o cobrarem -se por conta da Casa*";

- neste caso, ou seja, serem cobrados pela Casa, seguiam-se as instruções: "*fazer rol de todos os moradores pelo rol de confessados do pároco[...]. A primeira coisa que se cobra é o linho, o qual se cobra pelas portas com o mesmo livro e se conduz para o celeiro [...]. E, acabada a cobrança do linho, se entra na do centeio, cevada e trigo*"; depois do vinho e "*estando as secas dos milhos feitas, convém logo aparelhar sacos*";

---

[32] Nas freguesias de Eixo, Alquerubim e Trofa do Vouga, assim acontecia: ver em AMORIM, Inês - *Mosteiro de Grijó-Senhorio e propriedade:1560-1720*.... o.c., p.185.

[33] ANTT-MP-Ílhavo, refere a existência deste celeiro dos Almadas em Ílhavo.

[34] MADAHIL, A.G. da Rocha - *Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira da Cunha...*, *o.c.*, p. 260.

[35] NETO, Margarida - *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária...*, *o.c.*, v. 1, p. 61:« *enquanto os Crúzios exigiam que ela fosse feita no local da produção, os enfiteutas preferiam fazê-las nas eiras afastadas do campo, o que permitia a fuga de algumas espigas para casa sem passarem pelo crivo dos cobradores*»; a partir de 1778, em Capítulo, decidem que a recolha dos frutos do mosteiro será feita não mais nas eiras, mas por avaliações nos campos, pela forma descrita na mesma obra, v, 2, em nota 57 da pág. 277.

- quando recebiam, na mesma freguesia, dízimos e rações (percentagens sobre a produção, depois de retirado o dízimo), o processo era mais apertado: "*se entra por casa dos lavradores a tomar-se-lhes as contas. Lá se pergunta quanto lavraram no campo[milho], e se carrega em um papel o que lavraram no trigo. As vezes dão só a conta do campo e não a da seca do trigo[...]. E como a pessoa leva carregado o que deram de trigo, nunca podem fugir. [...]. Soma-se o rol dos alqueires que ele lavrou, e se faz a conta: [...] foram tantos, botai no saco*";

- o segredo da cobrança estaria em três princípios "*em ir cedo; não lho deixar na mão para fazer boa medida como fazem, porque sempre um por mil alqueires faz uma grande soma; [...] e o pão que seja bom, não seja podre nem mal seco, [...] tenham muito tento, não lhe deêm milho verde, que destrói o celeiro e nisso vai muito engano*"[36].

Variava o lugar onde e a forma como se entregavam os encargos, ora levados pelo rendeiro ou mordomo, ora pelos foreiros, no celeiro senhorial. O exemplo de Préstimo é esclarecedor: nas queixas às Cortes Constituintes, a quando da reforma dos Forais, reza o auto camarário que, entre as demais queixas, se insere a relativa à forma da cobrança das rendas. O Foral dizia: "*são os rendeiros ou mordomos dos senhorios pelo foral obrigados a cobrar esses direitos pelas eiras, lagares e tendais, e só fazem a cobrança depois dos frutos colhidos*"; entretanto corria o costume de irem "*os rendeiros pelas casas dos lavradores procurar a conta das lavranças, e arrecadar as novidades, isto já depois dos frutos colhidos, e os foros fazem eles, com que os cabeças das sentenças os levem ao celeiro*"; ora este processo "*nem consente a boa razão, que sendo os foros e as rações pertencentes ao mesmo senhorio, sejam estas cobradas por dois diferentes modos, sentindo os foreiros grave vexame, em serem obrigados os cabeças apresentarem nos celeiros os seus foros e os dos mais inquilinos*"[37].

Esta discrepância de critérios era constante. Em 1727, no Tombo de Eixo da Casa de Bragança, declara-se que os cabeças de casal cobrassem dos demais inquilinos o foro e o entregassem no celeiro da Vila, excepto os cabeças de Vilarinho de Bairro que podiam entregar os foros, nas suas próprias casas, aos rendeiros da dita Vila[38].

Uma posição sábia e complacente partilha, mais uma vez, o procurador das freiras de Jesus: àqueles que avançam com o rendimento da ração "*o vêm trazer a casa e são queridos pela sua verdade, não pagam primícias e se lhe dá uma tijela de vinho a cada um quando vêm trazer*"[39].

---

[36] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus. . .*, o. c. , p. 642 a 644.
[37] BAPTISTA, J. S. de Sousa - *O Foral de D. Manuel I na Vila do Préstimo em 1824...*, *o.c.*, p. 291.
[38] AMA-n. 1837, Tombo da Vila de Eixo-1727, f. 68v.
[39] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus. . .*, o. c. , p. 643.

B - Formas de arrecadar - os contratos

São rendas, de diversa natureza, conforme o contrato efectuado entre o senhorio eminente, e o enfiteuta. Por princípio, a enfiteuse era a fórmula predominante em toda a Provedoria, embora se verifiquem algumas variações entre a Comarca da Feira e a de Aveiro. A partir do estudo do Mosteiro de Grijó, julgámos que não estaremos muito longe do comportamento geral para toda a Comarca da Feira, embora se salvaguardem as directrizes que cada senhorio poderá, particularmente, tomar.

O prazo de três vidas era a fórmula de exploração do domínio indirecto, o chamado emprazamento de nomeações de pacto e providência, visto prever as fórmulas de sucessão, em que o enfiteuta nomeia a segunda vida e esta a terceira, mas assumindo duas variantes: a "mista familiar" restringindo as pessoas (1ªvida e 2,ª marido e mulher, 3ªvida explicitamente filho ou filha entre ambos), e a de nomeação "mista hereditária", em que as 2ª e 3ª vidas seriam da vontade do enfiteuta[40]. Seria porém a variante "mista familiar" a mais divulgada: "*todos os prazos que o Mosteiro [de Grijó] assistente fazia e tinha feito de tempo imemorial a esta parte de todos seus casais e propriedades que lhe pertenciam eram nas ditas três vidas para marido e mulher e filho ou filha de entre ambos e esta era e fora sempre a mais comum forma dos prazos do mosteiro assistente e de toda esta Terra da Feira*"[41].

O emprazamento fateusim, por princípio era pouco praticado, por implicar uma alienação perpétua do domínio útil, verificando-se tal condenação em toda a Provedoria, visto que quer as Constituições Sinodais do Bispado do Porto, quer as de Coimbra[42], prevêm as situações em que seria justificável tal prática: bens estéreis, de difícil amanho, onde a agrura do trabalho afastasse o enfiteuta. A este era recomendado "*tapar a água às ditas propriedades redondamente muito bem e a romper os matos e os lavrar e semear em cada um*

[40] LOBÃO, M. de Almeida Sousa - *Tractato Pratico e Critico de todo o Direito Emphiteutico...*, *o.c.*, § 106, 107 e 287; CARVALHOS, Bernardo José - *Tractado Theorico e Practico sobre os Tombos...*, *o.c.*, §63 e 64.

[41] ANTT-CFT,.M.Gr., nº 7, fol. 151 vº.

[42] Relativamente ao Bispado do Porto ver SANTOS, Cândido dos - *O Censual da Mitra do Porto...*, *o.c.*, p. 138 e segs. Para a Diocese de Coimbra ver NETO, Margarida - *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária*. . . , o. c. , p. 45.

ano as folhas segundo costume da terra e seus vizinhos e tudo romperem e aproveitarão e darão todos os mais adubos necessários em cada um ano a seus tempos acostumados e farão todas as benfeitorias que fazer puderem"[43]. A tendência será, ao fim de algumas gerações, transformá-los em prazos de vidas, actualizando as rendas; este movimento verificou-se nas terras do Mosteiro de Grijó, na área de Vagos, ao longo do séc. XVII e inícios de XVIII, sucedendo-se às designações de "matos e montes" as de "quintas e casais", sinónimos dum conjunto de benfeitorias que se foram apurando e funcionalmente organizando[44].

Como expressão fundamental da unidade de cobrança de administração indirecta da terra, surge o "casal", célula de exploração sócio-económica, sujeita a contrato enfitêutico do seu conjunto ou das sub-unidades. Era constituído por um núcleo formado por várias casas e pequenas unidades tais como lagar, palheiro, eira, horta, cortinha, e à sua volta, em percentagens variáveis, terras em leiras, vinhas, matos, devesas, etc[45].

O aumento progressivo da população, o sistema de heranças, a conjuntura atractiva dos preços agrícolas, conduziram à fragmentação do casal que, entretanto, aumentara a sua área à custa de arroteamentos retirados a maninhos e baldios; a toponímia confirma esta fragmentação: quintas, quebradas, terras, casas, tornando-se o casal uma unidade mais funcional do que orgânica, como nos indicam os sucessivos prazos que exigem o encabeçamento num "cabeça de Casal"[46].

Desta forma, o encabeçamento de casais era o processo de controlar rendas, de evitar a dispersão das parcelas. Este princípio vai ao ponto de impedir que, por questão de partilhas, um casal se dividisse por herdeiros. Este facto parece comprovado, pelo menos, para as terras da Feira, que contrastaria com o Entre-Douro e Minho. Em inícios do séc. XVII, quando da morte dum enfiteuta do Mosteiro de Grijó, o juiz dos órfãos da Bemposta decidiu partir o casal por todos; apelou o Mosteiro para a Relação do Porto,

---

[43] ADP-SM. M.Gr., n. 93, f. 83.
[44] AMORIM. Inês - *O Mosteiro de Grijó*. . . , o. c. , p. 200.
[45] Abordagem de SAMPAIO, Alberto - *Estudos Históricos e Económicos...*, *o.c.*, v. 1, p.79, mas trabalhada por OLIVEIRA, Aurélio de - *A Abadia de Tibães-1630-1680...*, *o.c.*, p.129 e segs.
[46] OLIVEIRA, Aurélio de - *A Abadia de Tibães, 1630/80-1813...*, *o.c.*, v. 1, p. 63-64.

que deu o veredicto final "*não se poder partir o tal casal, visto não estar Entre Douro e Minho onde o costume tem prevalecido contra a lei comum*"[47].

No Almoxarifado de Eixo, este problema da fragmentação surge radicalmente resolvido, quando a Casa de Bragança instituiu pura e simplesmente, que os sujeitos susceptíveis de perigar uma transmissão linear estivessem arredados do processo de encabeçamento: "*os cabeças nunca serão mulheres, orfãos e mentecaptos*"[48], o que implicaria, certamente, modificações no regime de transmissão de bens de pais para filhos, aspecto de que não iremos tratar, mas que talvez seja proveitoso assinalar.

Parece-nos curioso que em Ouca, nos prazos fateusins do Mosteiro de Jesus, os cabeças fossem trienais, tanto mais que deveria ser difícil acompanhar as mudanças, como advertia o Procurador, Frei Bento Xavier da Cunha em 1749, prevenindo que as Freiras deveriam ter "*o foral na sua mão*", porque "*dizem todos que pagaram e que o Padre descarregara no livro e não dava quitações [...] e juraram uns pelos outros e perde o Convento*"[49].

A nomeação para cabeça de casal obedecia a um certo critério: por princípio, teria o maior quinhão de bens e seria, provavelmente, o mais endinheirado. No Almoxarifado de Eixo, estava previsto que "*todas as vezes que qualquer copossuidor vier a ter mais bens e maior quinhão que os outros, ficará tido por cabeça no dia em que se registar com o Almoxarife*". Ou ainda, sempre que estivesse em causa a alienação de parte do casal, a fim de evitar a dispersão, declara-se "*não poderá ser vendida [...] sem primeiro ser afrontado o cabeça para se não desmembrar dos casais, e se não quiser daí em diante até o menor possuidor, e só depois se poderá vender a pessoas estranhas*"[50]. Desta forma, quer evitar-se a penetração de potentados. O Mosteiro de Jesus, por esta mesma razão, acrescenta "*querendo as tais terras, o Convento está em primeiro lugar, tanto pelo tanto; e não as querendo, está em primeiro lugar o cabeça das tais terras; e não as querendo este as pode ajustar a quem as quiser, não sendo a pessoas defesas em direito*", e especifica tais pessoas "*Conventos, Misericórdias, Hospitais, Morgados, fidalgos e clérigos*"[51].

As cláusulas do contrato enfitêutico variavam, ao longo da Provedoria, mas, grosso modo, implicavam uma renda anual, ou foro em

---

[47] AMORIM, Inês - *O Mosteiro de Grijó*. . . . o. c. , p. 203.
[48] AMA-n. 1837-Tombo da Vila e Concelho de Eixo-1727, f. 69v. .
[49] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus*. . . . o. c. , p. 647.
[50] AMA-n. 1855 -Tombo da Vila de Paus:1740-44, f. 17.
[51] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus*. . . . o. c. , p. 646.

espécie ou numerário, fixo ou percentual, a que se podia juntar uma série de encargos: domínio ou laudémio (percentagem ou montante fixo caso o enfiteuta vendesse o domínio útil) e lutuosa (sempre que falecesse uma das vidas). Saliente-se porém, além destes, a chamada "ração", que consistia no pagamento de uma percentagem sobre determinados produtos, ou sobre a produção de determinda qualidade de terras (campo, monte, vinha, etc). Assim temos terras de foro, terras de ração e terras de ração e foro. Por princípio, o foro, prestação fixa em géneros (foro ou renda "sabida", em "ser", isto é, em géneros e não em dinheiro, embora este também possa estar incluído[52]) ou dinheiro, cobria toda a Provedoria.; noutros casos ainda se pagavam, simultaneamente, foros e rações. O conjunto de informações de que dispomos permite elaborar o seguinte quadro:

QUADRO 8

Terras de Ração e Foros da Provedoria

Senhorio	Terra	Rações	Foros
Casa do Infantado	Vila da Feira	4º a 8º	sim 1)
	Ovar	4º a 8º	não 2)
	Castanheira	8º	sim 3)
Freiras Lorvão	Oiã e Esgueira	8º	desconhece-se
Freiras Arouca	Estarreja	8º	desconhece-se
Freiras Jesus	S.J.Loure,Fermelã	5º a 9º	sim 4)
Frades S.Domingos	Bemposta	8º	desconhece-se
Conde Vila Verde	Angeja, Fermelã	8º	desconhece-se
Casa de Bragança	Almox.Eixo	4º a 9º	sim 5)

1) embora mais leves 2) sobretudo oitavos; não acrescenta foros, 3) embora mais leves, sobretudo oitavos, 4) embora mais leves, ou ração de vinho apenas, 5) foros pesados e estipulados.
Fonte: Forais, e Tombos respeitantes a estes Senhorios

A "ração", conhecida e estudada para a Idade Média por R. Durand, apresenta a seguinte proporcionalidade: a Norte do Vouga, na ordem de 1/5, e a sul, inferior a 1/6[53]. Entretanto, notamos uma certa evolução que tentamos sintetizar:

. em primeiro lugar, a ração está circunscrita a um espaço que nos parece confinado ao litoral de Ovar para sul, que se prolongava para lá de

[52] AREDE, Abade João Domingues - *Cucujães e Mosteiro com seu Couto nos tempos medievais e modernos...*, *o.c.*, p. 56, nota 1.
[53] DURAND, Robert - *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII siecles...*, *o.c.*, p. 404

Mira[54]. No interior, de Albergaria para sul[55], o mesmo acontece, até, pelo menos, Castanheira. Para Norte, unicamente à volta do Castelo da Feira se referem rações de vinho, ou outros produtos, mas não sistematicamente;

. em segundo lugar, parece-nos que, na sua grande maioria, predominava a ração de oitavo, os "oitavos";

. em terceiro, estas rações eram impostas em terras não compreendidas nas demarcações dos aforamentos, na sua maior parte incapazes de trabalho imediato; nestes casos começam por ser matos, pântanos ou areais, mas susceptíveis de cultivo, sobre as quais se lança uma ração;

. com o passar dos tempos tais terras rendiam boas maquias como deve ter acontecido em Estarreja, Esgueira, Angeja, as chamadas rendas dos "oitavos";

. a tendência seria a evolução de terras raçoeiras para terras de foro, ou a que se acrescenta foro, contra a vontade de uns e insistência de outros.

Este último aspecto foi-nos suscitado pelas palavras do Frade Procurador de Freiras de Jesus, em 1749, que apelava às Freiras para não permitirem que se transformassem as terras de "*novea velha*", ou seja, que apenas pagavam ração, em "*terras sabidas*", quer dizer, de foro fixo, "*não consintam de sorte nenhuma que procurador algum, terra que seja raçoeira a faça sabida*", porque, com isto, muito "*perdeu o Convento, que é lamentável que não tem remédio*"[56]. Em contrapartida a política foi agravar os casais raçoeiros com um foro fixo, a que o Mosteiro designa por "*novea nova*"[57].

Parece ser política comum à Casa de Bragança, como se vê registado em 1744, no Tombo da Vila de Paus, a respeito das terras sonegadas "*deveis cuidar [o juiz do Tombo] em lhes fazer dar a natureza de foros sabidos que é mais útil ao Estado do que ficarem raçoeiras simplesmente; porém deveis tratar este negócio com tal modo, socego e prudência com os lavradores que sobre este particular não haja as mesmas dúvidas e demandas que houve com os Povos de Eixo e Ois da Ribeira, porque havendo total repugnância dos povos e lavradores sobre ficarem as ditas propriedades com foros sabidos, será melhor que*

---

[54] NETO, Margarida - *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária*. . . , o. c. , p. 53

[55] ANTT-CF , n. 682-Tombo do Hospital de Albergaria-a-Velha:1789, f.192, acerca de rações a pagar sobre "faixas de novidades"

[56] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus*. . . , o. c. , p. 646

[57] ASCMA-n. 258-Caderno relativo ao reconhecimento de bens do Mosteiro de Jesus no lugar de Ouca.

fiquem raçoeiras somente"[58]. Os objectivos não serão puramente económicos, mas igualmente um exercício de poder "*os direitos e tributos constavam dos respectivos Tombos; e alguns também dos chamados prazos novos, que eram concessões de terrenos maninhos, que a Sereníssima Casa fazia por modo de mercê, mas com certo foro, a quem lhos requeria para reduzir a cultura*"[59]. Em suma, como revelam as posições dos povos do Almoxarifado de Eixo em 1745, os acrescidos dos casais retirados aos "*logradouros comuns*" recebiam foro proporcional ao resto do casal, encargo aceite pacificamente, mas não noutras circunstâncias, como se deduz das recomendações seguintes: "*as terras que só pagam ração de novea por serem antigamente palhais como consta do Foral, fiquem da mesma natureza sem se lhe lançar foro*"; "*também se não lançe foro às terras sesmeiras que só pagam ração por ser esse o tributo que só devem pagar e nem tão pouco as que são dízimo a Deus se lhes não imponha ração*"[60].

Nos finais do século XVIII, a contestação à ração é certa, aspecto estudado e conhecido para o vizinho senhorio crúzio de Coimbra[61]. Trata-se, por certo, dum movimento alargado: contestam os foreiros do Convento de Jesus contra a "novea" de 9º[62], contestam os de Vilarinho de Bairro, em 1805, contra a ração da azeitona que a Casa de Eixo pretendia cobrar nos maninhos e "*pelos possuidores dos palhais, hoje lavradios e medidos neste Tombo, foi dito que duvidavam reconhecê-los porque no Foral se declara que são do concelho e não do Senhorio*"[63], reafirmando o mesmo de há 50 anos atrás "*nenhuma dúvida tinham em pagar ração de azeitona dada nas terras raçoeiras, mas não das oliveiras plantadas no maninho que o Povo tem o uso*"[64].

Não admira, pois, que as principais petições, saídas desta Provedoria nas primeiras Cortes Liberais, fossem o pedido de abolição das rações: nas freguesias de Frossos da Ordem de Malta[65], Esgueira das Freiras de Lorvão[66], Paos da Casa de Bragança[67], Beduído das Freiras de Arouca[68], Oliveira do

---

[58] AMA-n. 1856-Tombo da Vila de Paos-1741-44. f. 666.
[59] MIRANDA, J. C. de-*Dissertação Histórico-Jurídica em defesa dos Povo do extinto ..., o.c.*, p. 8
[60] AMA-n. 1859, L. 1ºdo Tombo da Vªe Concelho de Vilarinho do Bairro-1745-46, f. 6.
[61] NETO, Margarida - *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. . . .*, o. c. , v. 2, p. 265; a recusa do pagamento de ração do azeite ou de novos produtos, até então, não previstos, foi a fórmula encontrada para fugir a tais encargos.
[62] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus. . . .*, o. c. , v. 3.
[63] AMA-n. 1862-Tombo 2ºde Vilarinho do Bairro-1803-1805, f. 515.
[64] AMA-n. 1859-Livro 1ºdo Tombo da Vª e Concelho Vilarinho do Bairro-1745-46, f. 6v.
[65] SILBERT, Albert - *Le Probleme Agraire Portugais au temps des premieres Cortes ..., o.c.*, p. 206.
[66] Id., *Ibid.*,p.221.
[67] Id. , *Ibid.* , p. 285; um conflito estalou que deu origem a um trabalho jurídico de MIRANDA, J. C. de-*Dissertação Histórico-Jurídica em defesa dos Povo do extinto Almoxarifado de Eixo..., o.c.*

Bairro do Duque de Lafões[69], S.João de Loure de vários senhorios[70]. Estas queixas confirmam o quadro anterior de área de grande tensão[71]; as petições iam sempre no sentido da extinção radical de tais encargos. Noutros casos, como em Préstimo, em 1824, o concelho apenas propõe a transformação de tais rações, variáveis, em quotas fixas, de produtos agricultados e não daqueles como o trigo que já se não lavrava, "*evitando-se assim as contínuas confusões que nascem dos diferentes modos de partilhas, já do quarto, já de quinto, já de sexto, e já de sétimo, etc. , porque assim se evitariam enganos de contas, perigos de consciência, vexame de rendeiros, que são flagelos dos lavradores; os quais muitas vezes pelo receio da perda demandam maiores dívidas do que se lhe devem, pondo demandas aos mais pobres os quais por falta de meios muitas e muitas vezes confessam e pagam o que não devem*"[72].

Finalmente referimos os dízimos, contribuição paroquial dos frutos que semeiam e colhem: da terra, das árvores, dos gados, na proporção de 10/1, retirados do monte global, da produção bruta, prevista nas Constituições Sinodais, conhecidas para o Bispado do Porto[73] e Coimbra[74], embora não se discuta a hipótese de alguns padroeiros imporem algumas particularidades. Porém, esta descrição simples, atravessa algumas vicissitudes: desde a recusa dos povos no seu pagamento, até à alteração das áreas de cultura, dos produtos dizimados e da respectiva taxa[75]. A este respeito, as notícias acerca das formas de cobrança e reunião destas rendas são, mais uma vez, descritas pelo Procurador das Freiras de Jesus, em 1749, que achamos paradigmáticas:

---

[68] SILBERT, Albert - *Le Probleme Agraire Portugais au temps des premieres Cortes Liberales. . . , o. c. .* p. 179; sobre a questão dos foros devidos às Freiras de Arouca surgem alguns trabalhos jurídicos: SOUZA, Gonçalo António Tavares de - *Da questão sobre os foros do Convento de Arouca no Concelho de Estarreja....* o.c.

[69] SILBERT, Albert - *Le Probleme Agraire Portugais au temps des premieres Cortes Liberales....*o.c., p. 250.

[70] Id., *Ibid.*, p.314.

[71] A partir do estudo do movimento peticionário de 1824, Nuno Monteiro havia detectado um foco de intenso movimento anti-senhorial na Comarca e Provedoria de Coimbra, prolongando-se pela Beira Litoral e Estremadura Ocidental, correspondendo a concelhos onde predominavam as rações combinadas com foros certos e laudémios: ver MONTEIRO, Nuno Gonçalo-*Revolução Liberal e Regime Senhorial: a "questão dos Forais" ..., o.c., p.*143 a 182. Este espaço de conflituosidade da Comarca de Coimbra estudado a partir do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no trabalho de NETO, Margarida - *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. . . ,* o. c.

[72] BAPTISTA, J. S. de Sousa - *O Foral de D. Manuel I na Vila de Préstimo ..., o.c.*, p. 293.

[73] Os pormenores destas exigências publicadas em AREDE, Abade João Domingues - *Cucujães e Mosteiro com seu Couto. . . ,* o. c. , p. 52

[74] NETO, Margarida - *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. . . ,* o. c. p. 47.

[75] OLIVEIRA, Aurélio de - *Contabilidade Monástica. . . ,* o. c. , p. 148 a 149, refere os condicionantes da recepção desta fonte de rendimentos para as ordens monásticas.

"*pelo afecto que tenho a este Convento, sou obrigado a dizer, na consciência o que entendo de conveniente para o Convento: o cobrarem-se por conta da Casa, porque só nas sisas e décimas que poupam, com isso as cobram e lhes cresce e levam este avanço, maior que os rendeiros, e o que eles haviam de ganhar fica para a casa*"[76]. Conselho frustrado, porque as Freiras arrendaram, ao longo do século, várias igrejas ao mesmo rendeiro ou a vários[77]. E, acerca destes, sabia-se que "*se acham muitas vezes por conluio dos arrematantes que se mancomunam para lhas [rendas] não picarem*"[78], embora, mesmo assim, o prudente e pragmático Procurador das Freiras aconselhe "*a estes, que cobram rendas, se devem tratar com afavelidade e amor porque tomara eu, sempre, que me servirão por amor e não por medo de gritarias e de outras coisas. As vezes é preciso fazer do ladrão fiel, que se acha a gente mais bem servido*"[79].

Outra perturbação na boa cobrança dos dízimos é a alteração dos produtos sobre os quais recaía o encargo. Não nos parecem isoladas as declarações do Prior de Segadães em 1775, mas, apontando algo que se modificou desde inícios do séc.XVIII: "*como alguns lavradores não pagam os dízimos como devem e têm quem os industrie que só se deve a concessão dos milhos, observo que antigamente rendia 1500 alqueires de milho e agora só 800 e menos [...], escusando-se de pagar as abóboras*"; e remata, datando os inícios de tais desmandos "*já das cebolas que lavram apenas dá um concessionário escusando-se de pagar de abóboras, azevéns, serradela, melodias e verdes, quando de tudo isso pagavam, o que consta do capítulo da visita do ano de 1713, e é a causa da diminuição da renda*"[80]. Na vizinha Comarca de Coimbra, o Senhorio Crúzio de Coimbra, desde inícios de XVIII, que verificava a recusa do pagamento da ração de produtos não contemplados no Foral, sobretudo, de novos produtos, entre os quais a batata[81].

C - Quem arrecada

Codificadas e estabelecidas entre Senhor e enfiteuta, entre Senhor e rendeiro dos dízimos ou dos foros as condições do contrato, o primeiro

---

[76] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus. . .* , o. c. , v. 4, p. 643.
[77] Não possuímos livros do cartório do Convento com estes registos mas detectamos alguns, nos livros notariais, no ADA, de 1769 em diante Livros n. 304, 309, 312, 313, 325.
[78] BAPTISTA, J. S. de Sousa - *O Foral de D. Manuel I na Vila de Préstimo* ..., o. c. , p. 293.
[79] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus. . .* , o. c. , v. 4, p. 644.
[80] GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no séc. XVIII. Um inquérito...*, *o.c.*, *p.*110-111.
[81] NETO, Margarida - *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. . .* , o. c. v. 1, p. 137.

passava a desempenhar, através dos seus agentes (procurador, companheiro, louvados, licenciados), um rigoroso cumprimento daquelas cláusulas.

Parece paradigmático o que se passava na freguesia de Beduído das Freiras de Arouca, relativamente à nomeação do cabeça de casal: aí, estas nomeações eram feitas pelos seus procuradores e julgadas pelo juiz privativo que o Mosteiro punha, em Estarreja, com o nome de juiz dos direitos reais; "*ao consorte escolhido chamava-se cabeça de prazo e à decisão do juiz sentença do encabeçamento. O nomeado era obrigado a aceitar o encargo e a pagar as custas do processo que depois cobrava rateadamente dos consortes [...]. Até vésperas de N^aS^a de Agosto, os caseiros entregariam as suas porções de foro ao cabeça; até dia de S.Miguel de Setembro, poria a cabeça e totalidade do foro dentro do celeiro de Estarreja*"[82]. Desta forma apertada, o Senhor não perdia as rendas, mas para o cabeça podia tratar -se dum penoso percurso de que várias vezes se queixam[83]. Talvez, por isto, se compreenda a razão por que o Mosteiro de Jesus contratava, com cabeças trianuais, os seus prazos fateusins, no sentido de aliviar esta sobrecarga de esforços e, assim, atrair enfiteutas.

Cada senhorio teria o seu quadro administrativo, mais ou menos elaborado, conforme a extensão dos seus domínios, ou a própria filosofia que geria a casa. Mas, em qualquer dos casos, seria imprescindível o contacto com gente local: o Mosteiro de Grijó contava com o apoio de vários "*familiares*" desempenhando o papel de louvados ou testemunhas nos emprazamentos ou arrendamentos, e ainda de homens "*ajuramentados*" que enviava em auxílio dos rendeiros (mas às custas destes), para cobrar as diferentes imposições, como sucedia em Vagos. Os rendeiros das dizimarias eram agentes fundamentais de cobrança, não apenas de dízimos, mas também de foros e encargos em geral, como se depreende da expressão "*descobrirá os domínios e lutuosas*"[84]. O facto de se incluírem tais encargos nos arrendamentos, pressupunha o levantamento actualizado da mobilidade e fragmentação da

---

[82] CUNHA. José Tavares Afonso e - *Notas marinhoas..., o.c.*, v. 1.p. 147.

[83] Id. . *Ibid.: "a cargo dos foreiros ficavam os foros, os laudémios, as lutuosas, as custas dos processos de encabeçamento, as despesas de caminhos e carretos. Sobre os remissos, além de execuções e penas pecuniárias, chegou a pairar a ameaça de excomunhão"*; ver ainda BAPTISTA. J. S. de Sousa - *O Foral de D. Manuel I na Vila de Préstimo..., o.c.*, p.292: "*serem obrigados a cobrar cada cabeça uma ou mais sentenças, e ser obrigado a dar conta dos foros de todos os inquilinos, e ter de os ir levar à sua conta e risco ao celeiro do Senhorio*".

[84] AMORIM. Inês - *O Mosteiro de Grijo. . .*, o. c. . p. 176.

terra, que só um conhecedor atento daquelas paragens poderia efectuar, atraído por um prémio, ou uma percentagem, sobre os desvios detectados.

A confiança seria a palavra chave, como adverte o Procurador das Freiras de Jesus "*não é conveniente dar crédito a muitas mechidas e embrulhadas, que por quaisquer razões fazem alguns sujeitos com ódio ou de os escuzarem ou de qualquer coisa, por vingança ou por lhe fazerem pagar o que lhes devem [...]. E chamar o sujeito e dizer-lhe: a mim me dizem isto; eu não o creio porque conheço; bom é evitar a ocasião, para que eles não tenham fundamento, e obrar sempre o que for melhor*"[85]. Mas também se deveria jogar com a astúcia "*para se saber os laudémios que há, procurarão em Ouca [fregueisa de Sosa] um homem que lhe dê conta de todas as compras que se fazem, e a este darão, de cada, dez tostões que se cobrar, que por isso há-de haver quem o faça. E este rol se dará à senhora prioresa para ela o somar e entregá-lo ao procurador para ele cobrar a quantia que nele se contém. Os laudémios dos lugares fora de Ouca pertencentes à Quinta, se procurará homem de fora de Ouca e dos lugares da contenda que faça o mesmo e as preladas farão o mesmo, na forma que assim digo*"[86].

3 - Contar

O mais difícil é calcular a produção global, porque existe uma grande distância entre renda e produção, ou entre produção e consumo. Pode a produção aumentar, mas não bastar, ou seja, pode-se aceitar que houve um aumento da produção, da produtividade por hectare ou semente, mas por cabeça, por produtor, por homem, as dúvidas crescem[87]. Por outro lado, é bem provável que a dependência exclusiva da agricultura se tenha alterado, com participação do trabalho artesanal e complementar do agrícola[88].

---

[85] SANTOS, D. Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus*. . . , o. c. , v. 4. p. 644.
[86] Id. , *Ibid.* , p. 647.
[87] Toda esta problemática discutida em *Troisième Conference Internationale d'Histoire Económique*, Munich, Mouton, 1965, os trabalhos de Jean Jacquart, Le Roy Ladurie, e especialmente Jean Meuvret, que define produtividade como o quociente do produto global pelo conjunto de factores necessários para essa produção (salários, meios e instrumentos de produção).
[88] BOWDEN, Peter - *Agricultural prices, wages, farm profits and rents, 1640-1750*..., o.c., p.189; este autor explica esta alteração: o preço da mão de obra agrícola estava abaixo de outras profissões e nos finais de XVIII apenas 1/3 da população estaria na agricultura, que, finalmente, teria aumentado a participação no trabalho industrial doméstico"putting-out system".

A - Alterações da área cultivada

Um dos sinais duma alteração da área cultivada foi o recurso a terras, quer comuns, quer concelhias que, como vimos, a legislação e o crescimento demográfico pressionaram. A Casa de Bragança, no seu Almoxarifado, elabora os seus Tombos em inícios e finais do séc. XVIII, tendo, nestes últimos, incorporado casais novos, "*extraídos dos manifestos*", isto é, "*de terras sonegadas aos maninhos e baldios*", e o foro, acrescentado, segundo determinado princípio:

"*1 maquia de milho ou meia de trigo/ por cada porção de terra que leve 1 alqueire trigo em semeadura*",

lembrando que, "*neste Almoxarifado 1 salami entende-se por 2 maquias ou 1/2 quarta, de sorte que 1 alqueire tem 4 quartas ou 8 salamis ou 16 maquias*", de tal modo que o exemplo se segue: "*vem este foro de 22 alqueires, 1/4 e 3/8 a corresponder a de 400 alqueires em semeadura*"[89].

Como em todos os Tombos elaborados nos finais de XVIII, se referem os foros de acrescento, fizemos um cálculo, relativamente a cada um dos núcleos de casais, que apresenta nos Quadros 8 a 11, para as terras do Almoxarifado de Eixo.

QUADRO 9

EIXO E REQUEIXO: 1727/36 - 1792/97

		Número	Acrescento	Total
Casais	1727	vários		
	1792	89	+ de 12	+ de 101
Trigo	1727	218.125*	163	381.125
	1792	474.42		474.42
Milho	1727	109	36.9	145.9
	1792	106.23		106.23
Centeio	1727	69.75	179.5	249.25
	1792	211.76		249.25
Meado	1727	0		211.76
	1792	129.5		129.5
Aveia	1727	0		0
	1792	9		9
TOTAL	1727			776.275
	1792	817.88	191.91"	1009.79
Vinho	1727	3.94**		3.94
	1792	34.275		34.275
Galinhas	1727	350	60	410
	1792	424	6.5	430.5

[89] Trata-se dum cálculo aproximado, porque 22.625 alqueires de foro x (vezes)16 maquias = 362 alqueires de semeadura. AMA-n. 1846-Livro 1ºTombo do Almoxarifado Eixo-1792/94.

Frangos	1727	294	78	372
	1792	424.5	35.5	459.75

RESUMO FINAL:

Renda em cereais de 1727	776.275
Renda em cereais de 1792	1009.79
Saldo entre 1792 e 1727	233.515 ou 30% de aumento
Aumento de foro em prazos novos	191.915 ou 25% de aumento
Diferença entre Saldo e prazos novos	41.65

* todos os cereais em alqueires ** em canadas

" Refere-se a cereais, não distinguindo o tipo

Fonte: AMA- Tombos n. 1837, 1841, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850.

Deste quadro, se salienta, que os 191.91 alqueires de cereal de foro de acrescento, correspondem a um aumento de renda da ordem dos 30% sobre a de 1727. Entretanto, 25% deve-se ao aumento da extensão de terras, e apenas 5% ao crescimento da renda; mas como se pode ver, existiam ainda aumentos em produtos como a vinha, frangos e galinhas, de certa forma significativos. Vejamos o que se passa, relativamente aos restantes núcleos de Ois da Ribeira, Paus e Vilarinho do Bairro, descrevendo somente a relação entre foros novos e acrescentos:

QUADRO 10

OIS DA RIBEIRA 1736/46-1797/1800

Renda em cereais de 1736	480.032
Renda em cereais de 1797	519.602
Saldo entre 1797 e 1736	39.57 ou 8% de acrescento
Aumento de foro em prazos novos	35.43 ou 7.4%
Diferença entre Saldo e Prazos novos	4.14

Fonte : AMA- Tombos n.1851, 1852, 1854

BMA-Livro 1º Vª Ois da Ribeira

QUADRO 11

VILA DE PAUS 1740/44-1800/1803

Renda em cereais de 1740	317.21
Renda em cereais de 1800	472.04
Saldo entre 1800 e 1740	155.63 ou 49% de acrescento
Aumento de foro em prazos novos	48.61 ou 15%
Diferença entre Saldo e Prazos novos	42.52

Fonte : AMA- Tombos n. 1855, 1856, 1857, 1858

QUADRO 12

VILARINHO DO BAIRRO 1745-1803/1805

Renda em cereais de 1745	280.054
Renda em cereais de 1803	304.871
Saldo entre 1800 e 1745	24.817 ou 8.8% de acrescento
Aumento de foro em prazos novos	7.03 ou 2.5%
Diferença entre Saldo e Prazos novos	3.787

Fonte : AMA- Tombos n. 1859, 1860, 1861, 1862.

Por estes quadros se verifica que as áreas de maior recurso a terras maninhas se verificaram em Eixo e Vila de Paus, como se observa a partir do acrescento de foros novos; em contrapartida, em Vilarinho do Bairro, teriam aumentado. No entanto, note-se que estamos a referir-nos a cereais, exclusivamente, quando houve acrescento de vinho e aves, tal como aconteceu em Eixo.

Em conclusão, parece certo que o aumento da produção existiu efectivamente, neste caso, e nestes locais assinalados, à custa da incorporação de "manifestos", prática revelada já, nos acrescentos de inícios de século, mas muito mais acentuada, desde então. Do mesmo modo, parecem revelar que os próprios prazos antigos aumentaram o seu contributo, o que poderá ter duas interpretações, pelo menos: ou aumentou, efectivamente, a produtividade, ou então, o Senhorio exerce uma rigorosa vigilância, obtendo melhores receitas.

Um dos factores, muito concretos, de alteração da área cultivada, diz respeito ao crescimento da área destinada à cultura da vinha. Os dados com que contamos são, sobretudo, indirectos. Contribuem para a história dum imposto, sobre o consumo de vinho aquartilhado, paradoxalmente designado por "real d'água", ao qual se foram acrescentando outros "reais": para obras e calçadas, para a abertura da barra de Aveiro (o dito "Cofre da Barra"), para completar o cabeção das sisas, como subsídio literário, para o partido dos médicos e quantos mais[90], sinais evidentes dum consumo e produção crescentes.

---

[90] Um breve historial sobre a cobrança deste imposto em Aveiro, veja-se MENDES, H. Gabriel- *Cartografia e Engenharia Pombalinas da Ria e Barra de Aveiro...*, *o.c.*, p. 27 a 34; permiu um maior controlo das receitas do real sobre uma bebida largamente consumida; tal encargo serviu de sustentáculo das grandes e pequenas obras da cidade, da Barra de Aveiro, mas também da própria Companhia das Vinhas do Alto Douro que ao Cofre da Barra veio buscar, em 1760, os reais do vinho consumido em toda a Provedoria, assim como serviu para as obras da Cadeia da Relação (BNL-Res.,

Este imposto sobre o consumo abria excepção relativamente aos agricultores que, nas suas casas, vendiam vinho da sua lavra, mesmo a retalho; este facto permitia os maiores abusos de que se queixaram, em 1757, "*as Pessoas do Povo da Vila de Aveiro*", afirmando que "*das pessoas da Nobreza daquela Vila e outras Eclesiásticas alguns vinhos de lavra que dantes mandavam vender por pipas, e depois que houveram os reais os mandam vender a quartilho em várias tabernas públicas, pelos preços que correm os vinhos de negócio[...], e muitos alterando os foros da sua nobreza e estado, que lhes não permite negociarem; [...] mas ainda mandam comprar vinhos para introduzirem com a capa de serem de lavra, usando de várias cautelas, como é fazerem a entrada de noite em pipas outros em quartos maneáveis, que uma só pessoa pode conduzir, outros em odres e borrachas, outros mandando recolher associadamente em diversas casas, dizendo os donos destas serem para seu gasto*"[91]. Contemplando estas queixas, o imposto foi alargado por ordem régia, no mesmo ano[92], aos vinhos de lavra de "gente poderosa"; nesta perspectiva, talvez se possa inserir a legislação pombalina de obrigatoriedade em manifestar os vinhos, como um primeiro passo no sentido de limitar a produção e acautelar a qualidade[93].

O conjunto destes dados, até agora expostos, não responde directamente a questões que se colocam muito especialmente no séc.XVIII, no que diz respeito ao avanço da vinha, à custa das terras de pão, mas denota a pressão do consumo e as respostas possíveis, ao nível da produção. Não se pode ignorar a legislação Pombalina, no sentido de limitar esse avanço incontrolado, ao antecipar, em alguns séculos, as regiões demarcadas da vinha: em 1765 manda arrancar nas "*vargens, lezírias e campinas baixas de Anadia, Mogofores, Arcos, Avelãs de Caminho, e Fermentelos*"; no ano seguinte reforçando o anterior, atacam-se as "*vargens, e terras baixas ou de lezíria com as perniciosas consequências de impedirem a lavoura do pão, e de arruinarem a qualidade e reputação que tiveram os vinhos das referidas terras exceptuadas, enquanto as vinhas delas se reduziram aos terrenos altos e de declive*"[94].

Pretendia-se, sem dúvida, apurar a qualidade e quantidade do líquido, o que nos parece adequado às características desta área, tendo em

---

Ms.27. n.139: autos de diligência para a remoção do dinheiro que se achava no Cofre destinado às Obras da Barra de Aveiro, para o Cofre da Companhia de Vinhos do Alto-Douro).

[91] Id. , *Ibid.* , p. 39.

[92] Id. , *Ibid.* , p. 46.

[93] Volta a ser assunto em 1771, quando se obrigam os lavradores a manifestarem o vinho que vendiam as suas casas, excepto quando o vendessem na mesma terra a taberneiros, sinal das dificuldades no controlo de impostos e de produção: AMA-n. 182:Obra da Barra de Aveiro, f. 4.

[94] CARDOSO, A. Dias - *O arranque de vinhas no tempo de Marquês de Pombal...*, *o.c.*, p. 33

conta o significado das recomendações do memorialista de Eixo [ver cap.5.1], acerca da qualidades das terras e vinhos produzidos. Ele apontava dois defeitos fundamentais:

. o cultivo em terras próprias para pão;

. o princípio de que "*cada casta tem seu ano*", optando os agricultores pela variedade de castas, que diziam que se umas falhavam num ano, não falhavam outras, sempre se obtendo vinho, mas prejudicando a sua qualidade[95];

Estes dois factores, e especialmente o primeiro, apontam para a expansão da vinha à custa das terras de cereal. Aurélio de Oliveira e Romero de Magalhães, demonstraram, respectivamente que, para o Entre Douro e Minho e para o Algarve, o alargamento das áreas de vinha não se fez à custa da do pão, mas de terrenos virgens ou de logradouro comum[96]. No caso que apresentamos de seguida, não podemos afirmar, com segurança, o mesmo. Inclinamo-nos até para um recurso indiferenciado, ora a terrenos apropriados, ora a terras de pão, como os dados, descritos em 1749 pelo procurador das Freiras de Jesus na Quinta de Ouca, indicam. Vejamos a qualidade de terras:

. um pedaço de vinha, "*no cimo*"; dará 1 pipa

. "*no "fundo" um grande pedaço de bacelo que lhe mandei meter*"; 3 pipas vinho;

. "*uma "costa grande de barro" que algum dia foi vinha, que se a repuserem de novo, há-de arribar de 8 pipas*";

. "*uma vinha a que chamam da Mata*" que daria 50 almudes;

. "*tem uma vinha que dava os seus 60 almudes, de vinho mais os seus "matos e terras de pão". Tudo mandei plantar de vinha, assim os matos como a terra de pão, e daqui a 6 anos lhe há-de dar as suas 20 pipas de vinho, porque tudo está pegado*"[97].

Constata-se que, no caso específico de Ouca, o recurso a terras de pão foi uma realidade, embora se refira, também, matos e matas, alargando a área do vinho "das Bairradas". Relativamente às quintas das freiras de Lorvão em Esgueira, e das de Arouca em Estarreja, apenas podemos confirmar um trabalho cuidadoso de plantio de novos vinhedos, de enforcado.

---

[95] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a vila de Eixo* . . . , o. c. , p. 51-52

[96] OLIVEIRA, Aurélio de - *A Abadia de Tibães*. . . , o. c. , p. 216

[97] Tombo de 1749 do Mosteiro de Jesus de Aveiro, publicado em SANTOS, Maurício - *O Mosteiro de Jesus*. . . , o. c. , v. 4, p. 649.

B - Receitas e despesas-um balanço restrito

A evolução das receitas e despesas da Quinta e núcleo de propriedades em Esgueira, do Convento das Freiras de Lorvão, poderá levar-nos a uma aproximação, conforme os dados disponíveis, da evolução da produção. Em primeiro lugar, os Livros de Bolsaria de Lorvão permitiram-nos observar a evolução das Receitas Trianuais de Esgueira, referentes às de todo o Convento; até 1727, processavam-se de Novembro a Outubro, de três em três anos; a partir daquela data surge uma administração mais prolongada, isto é, de Novembro de 1727 a Abril de 1732; desde então, sempre se verificou entre Maio e Abril, também por três anos[98].

Observemos então o Gráfico 1 elaborado, a partir do Anexo 6: verifica-se que, enquanto as receitas totais de Lorvão sofrem fortes oscilações, as de Esgueira crescem lentamente, a partir de 1780, e acentuadamente, nos inícios do séc.XVIII, contrastando com o declínio das receitas globais; ou seja, Esgueira teria escapado a oscilações que marcam a contabilidade de outras fontes de rendimento do Convento, num crescimento saudável e sem retrocessos.

Num segundo momento, conjugámos as receitas e despesas deste núcleo de Esgueira. Das primeiras, faziam parte o rendimento da massa das sisas de todo o termo de Esgueira, a renda do prazo de Perrães, a renda de pescado e portagens, o prazo do Fuzil, o rendimento da quinta em milho, trigo, feijão e vinho, os prazos e laudémios. As despesas eram: ordinárias, gastos com a alimentação das freiras, criados e pobres; e extraordinárias: em demandas, novos cultivos e outras[99]. O gráfico 2 e respectivo Anexo 6, demonstram um crescimento constante das receitas, muito acima das despesas, progredindo mesmo no início da década de 80, embora, a curva dos preços implique, de certa forma, este avanço, por estarmos a lidar com quantias em réis; ora as despesas não seguem o mesmo ritmo. Das indicações das despesas extraordinárias, retiramos alguns dados que nos parecem

[98] ANTT-Mosteiro Lorvão, C.25, n. 405, 552, 380, 553.
[99] ANTT-Mosteiro Lorvão, C. 25, n. 349. AUC-L°Mestre de toda a Renda do Mosteiro-1771.

Gráfico 1
Receita do Mosteiro de Lorvão e do núcleo de Esgueira 1706-1813

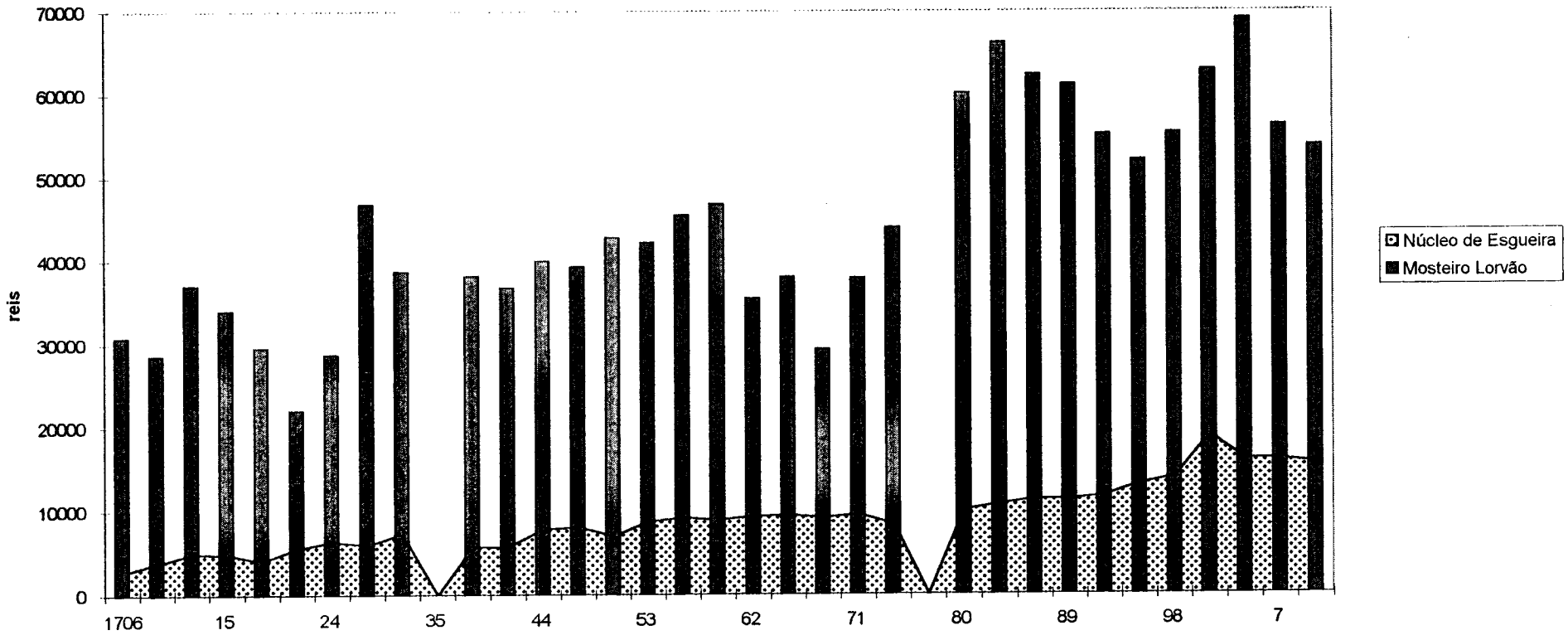


Gráfico 2
Receita e Despesa do núcleo de Esgueira 1706-1813

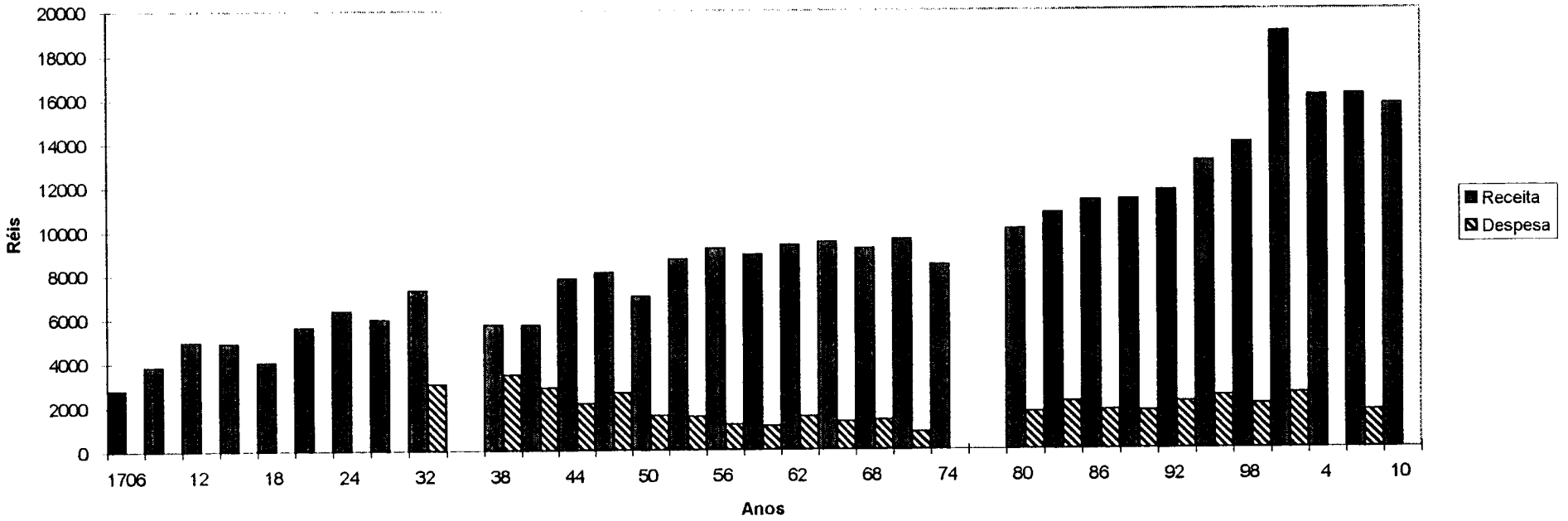
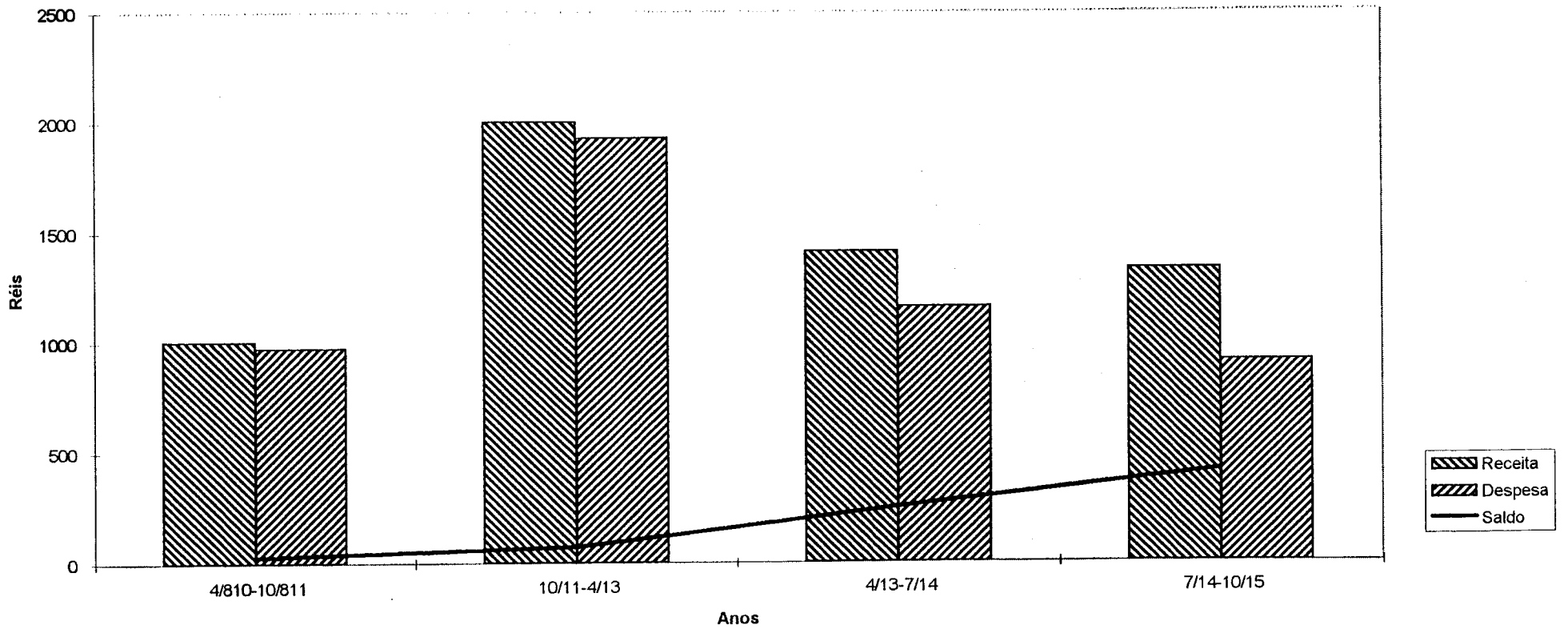


Gráfico 3
Receita e Despesa da Quinta de Esgueira das Freiras de Lorvão



momentos cruciais de investimentos que dariam os seu frutos, a médio prazo:

1738 a 1747 - obras no celeiro, valas para drenagem de águas, compra de vacas para leite, éguas de criação, serviços de vinha (espias e calabras);

1783 a 1792 - demandas sobre rações, ramadas, regas, pomares e laranjais;

1810 a 1813 - sementeiras de tremoço/milho/verde, tapagem do Campo de Vilarinho, "*cujos donos se não sabe, e ajudar os lavradores a tapar as maiores quebradas do Rio Vouga por causa das quais se não agricultava há muitos anos parte alguma daquele grande campo, que tem mais de 200 léguas de circunferência, de cujo trabalho resultou poder-se semear já o presente ano parte do dito campo, do que recebeu o Mosteiro mais de 1000 alqueires de milho de seus direitos, recebidos a maior parte pelo Rendeiro e parte dela pela administração da Quinta*"[100].

Este último surto coincide com a fase de abertura da Barra de Aveiro em 1808, visto que até ao entupimento daquela, aquele Campo, juntamente com os de Estarreja, Cacia, Murtosa, Salreu, Fermelã, Canelas, Angeja, Frossos, terrenos e ilhas da Ria "*produziam quase milhão e meio de alqueires de milho e feijão*"[101].

Em suma, pelo menos, o rendimento da Quinta de Esgueira cresceu e embora tratando-se de valores nominais, o saldo era largamente positivo. A análise dum livro, único, de receita e despesa, de Abril de 1811 a Outubro de 1815, apenas para a Quinta de Esgueira, de administração directa, permitiu avaliar, em períodos de 15 a 18 meses, as receitas e despesas. Verifica-se que o saldo foi ligeiramente positivo entre Abril de 1810 e Abril de 1813; não estará alheio a esta modéstia de resultados a pressão das Invasões, e o acolhimento que esta Quinta deu às freiras fugidas de Lorvão quando da 2ª Invasão[102]. Nos 2 anos e meio seguintes, as receitas ultrapassaram largamente as despesas, restabelecendo-se o orçamento da Quinta [ver graf.3 e anexo 6],

---

[100] ANTT-Mosteiro Lorvão. C. 25, n. 444-L°Receita e Despesa Quinta Esgueira

[101] NEVES. Francisco Ferreira - *Resumo Histórico da Barra de Aveiro..., o.c.*, p. 95

[102] No triénio de 1810/13, as religiosas fugiram para a sua Quinta de Esgueira, como se vê em ANTT-Mosteiro de Lorvão. C.2. L.444, ano 1810

C - Arrendamento das dizimarias

Tentemos uma outra abordagem: a avaliação da conjuntura agrícola, com base na evolução dos dízimos. Acerca destes já descrevemos a sua natureza e seus limites, reconhecendo que o seu levantamento será uma imagem refractada da evolução da produção.

As séries de dízimos que recolhemos dizem respeito a três núcleos fundamentais do Convento de Grijó: as Igrejas de Argoncilhe, de Travanca e de Travassô. É evidente que se trata de poucos casos, perante o espaço da Provedoria, mas surgiram na continuidade de trabalhos nossos anteriores que nos familiarizaram com as características destas séries[103], mais acessíveis portanto; por outro lado, porque embora encontrando outras séries, nomeadamente as das setes Igrejas do Mosteiro de Jesus, verificámos que os arrendamentos, dispersos pelos Livros Notariais, não seguiam sempre o mesmo critério, ora arrendadas por conjunto ou isoladamente. Mesmo nos registos das igrejas, em questão, escapam-se-nos dados de alguns anos pois, até meados do séc.XVIII, os arrendamentos encontravam-se inseridos em Livros de Prazos de cartórios notariais, ou porque provavelmente se faziam de forma verbal[104], ou em tabeliães mais afastados e que nunca conseguimos localizar, sobretudo no caso das Igrejas de Travanca e Travassô.

Sintetizemos algumas apreciações, retiradas dos contratos de arrendamentos:

. a duração do arrendamento variava entre 3 a 4 anos, sendo celebrado, por volta do S. João;

. a natureza da renda era mista, em dinheiro e géneros: o montante, em dinheiro, oscilava, enquanto que em géneros (cereais, galinhas, cera, etc), era praticamente fixo; os pagamentos anuais faziam-se em três ou quatro prestações conforme o montante do encargo; no primeiro caso figurava Travanca, que saldava as suas contas pelo S.João, Natal e Páscoa; no segundo caso, as freguesias de Argoncilhe e Travassô pagavam pelo S.João, S. Miguel, Natal e Páscoa;

---

[103] AMORIM, Inês - *O Mosteiro de Grijó*. . . , o. c. .
[104] OLIVEIRA, Aurélio de - *A Abadia de Tibães 1630/80-1813*. . . , o. c. , p. 431.

. o rendeiro assegurava a sustentação dos curas, visitadores, despesas de culto, consoadas aos fregueses, garantindo o seu cumprimento com a apresentação de bens que seriam hipotecados, em caso de quebra de contrato;

. em relação às rendas cobradas, estamos perante três situações: na Igreja de Argoncilhe cobram-se dízimos e primícias, ou seja, 1 alqueire de trigo e outro igual para compra de leite, manteiga, fruta, hortaliça para o Mosteiro e seu gado[105]. A Igreja de Travanca englobava, além dos dízimos e primícias, foros, pensões e lutuosas, não apenas desta paróquia como ainda foros e lutuosas de Palmaz, Ossela, Castelões, Roge, Cepelos, Vila Cova da Junqueira, Sever, Pessegueiro do Vouga, Silva Escura, S. Pedro do Sul, Branca, Salreu; a Igreja de Travassô reunia dízimos e primícias ou seja, 1 alqueire de trigo, 1 de milho e 1 de vinho, foros, miunças e rações[106].

Esta última condição implica que, só no caso de Argoncilhe, se poderá falar propriamente duma apreciação directa da produção agrícola, enquanto as outras duas incluem diversos tipos de prestações que alterarão, certamente, a curva.

Feita esta reflexão, torna-se necessário deflacionar as séries, ou seja, retirar-lhes todo o carácter de oscilação de preços que sem dúvida, condicionaria os arrendamentos em numerário, e transformá-las em produção de cereais[107]. Os preços utilizados foram os do trigo da Misericórdia do Porto visto o Mosteiro de Grijó aferir as suas medidas, desde 1621, pelas daquela cidade, "*e só depois serviriam os negócios dos moradores daquele Couto[de Grijó]*"[108]. Na verdade, como vimos já acima, as medidas da Feira aproximam-se das do Porto, o que não deixa de corroborar esta identificação, mas já não se passa o mesmo na freguesia de Travassô que adoptava alqueires muito mais pequenos. Os preços praticados pela Misericórdia do Porto, foram levantados até 1712 nos Livros de Administração trienal do Celeiro[109] e, a partir desta data, reunidos num Livro próprio, segundo preços correntes no

---

[105] BGUC-Ms. 640. Crónica do Mosteiro de Grijó. 3ªParte
[106] ADP-SM-MGr. , n. 110. f. 295v.
[107] OLIVEIRA, Aurélio de - *Contabilidades Monásticas*. . . , o. c. , p. 151.
[108] AHMP-N. 873. L. 2ºPrazos. f. 181.
[109] Publicados em AMORIM, Inês - *O Mosteiro de Grijó*. . . , o. c. , ver quadros

ano, formando uma série cronológica homogénea e de longa duração[110] (publicada dos anos de 1713 a 1854[111]).

É evidente que muitas objecções se colocam ao método utilizado,[112]mas não quisemos deixar de fazer uma aproximação à evolução conjuntural da produção, visto nos escaparem contabilidades mais precisas. Comecemos por Argoncilhe, onde apenas se recolhem dízimos e primícias [ver Anexo 7 e gráf.4]. Duas conclusões para já:

- os piores momentos, por ordem decrescente, dão-se nos inícios do século, entre 1706 e 1712; o segundo mau momento, entre 1764 e 1769; o terceiro, entre 1739 e 1741 e o 4º, entre 1789 e 1790; finalmente, os níveis voltam a descer entre 1801 e 1808;

- os melhores momentos para o séc.XVIII vão de 1777 a 1788, entre 1200 a 1700 alqueires; depois 1791 a 1798; e na 1ªmetade do século, entre 1729 e 1735 e de 1742 a 1752, níveis irregulares mas com bons anos;

Tendo agora em vista os outros dois gráficos de Travanca e Travassô e, apesar de sabermos que recolhem foros e rações, existe um conjunto de aspectos que parecem comuns [ver Anexo 8 e 9, gráf.5 e 6]:

- a mais grave crise, entre 1706 e 1711, é comum a todas as séries;

- segue-se uma recuperação que, na década de 30, terá atingido os mais altos valores;

- de 1741 a 1761 existe uma certa estabilidade com bons valores, quer em Argoncilhe quer em Travanca, visto que em Travassô nos faltam dados;

- o declínio de 1768-70, e de 1789-90 nota-se em simultâneo;

- o período que se segue evidencia uma grande irregularidade, com apenas 3 anos bons a terminar o século, em Travanca (1797-99), e dois anos em Travassô (1801-2); segue-se uma queda dos níveis anteriores. Ora em Argoncilhe, os anos de 1798-99 elevam-se, mas não se demarcam,

---

[110] GODINHO, Vitorino Magalhaes - *Prix et Monnaies au Portugal..., o.c.*, p. 79.

[111] De 1713 a 1740 publicados por SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820..., o.c.*,p. 71. De 1740 a 1854 por GODINHO, V. Magalhaes - *Prix et Monnaies*. . . , o. c. , p. 81.

[112] OLIVEIRA, Aurélio de - *A Abadia de Tibães*. . . , o. c. , e *Contabilidades Monásticas*. . . , o. c. , sintetiza as diferentes perspectivas. Destacamos a forte crítica de MORINEAU, Michel - *Histoire de Dîmes ou*. . . , in "Pour une Histoire Economique Vraie", Lille, P. U. L. , 1985, p. 413, onde manifesta as suas fortes discordâncias em relaçao a L. Roy Ladurie.

Gráfico 4

Arrendamentos nominais e em alqueires das dizimarias da Igreja de Argoncilhe 1699-1809

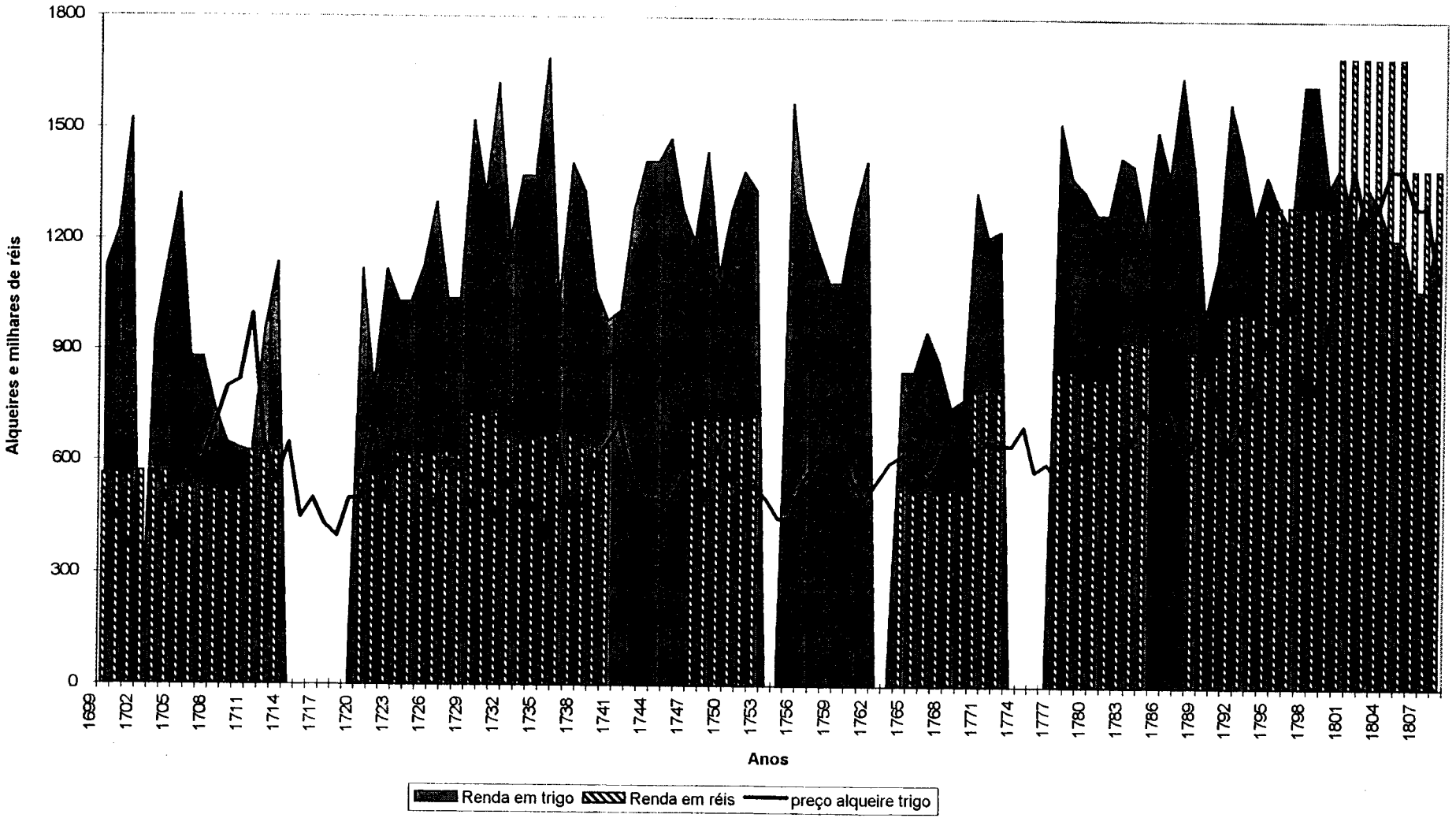


Gráfico 5
Arrendamentos nominais e em alqueires das dizimarias da Igreja de Travanca de Grijó

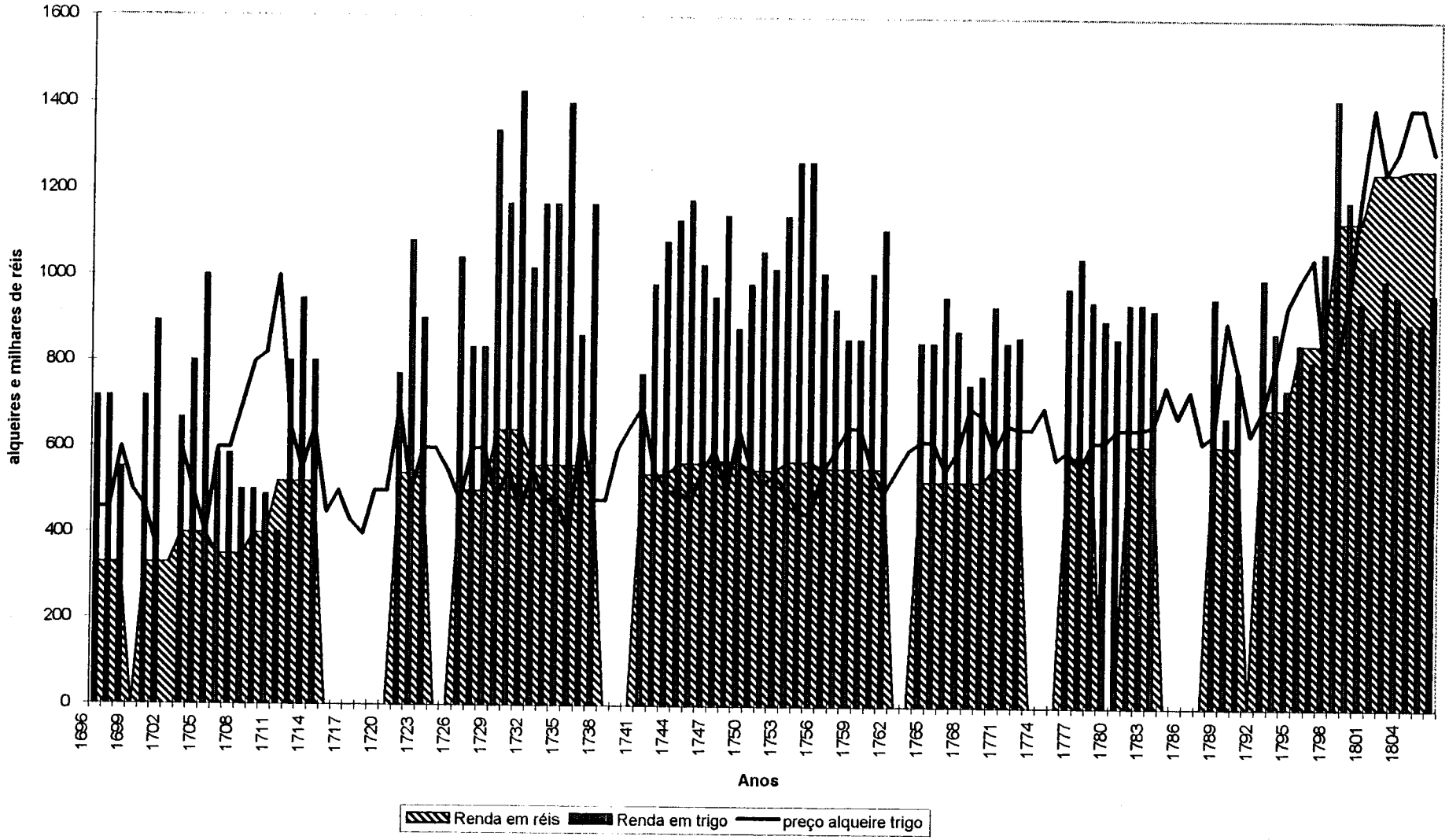


Gráfico 6

Arrendamentos nominais e em alqueires das dizimarias da Igreja de Travassô e anexa de Eirol

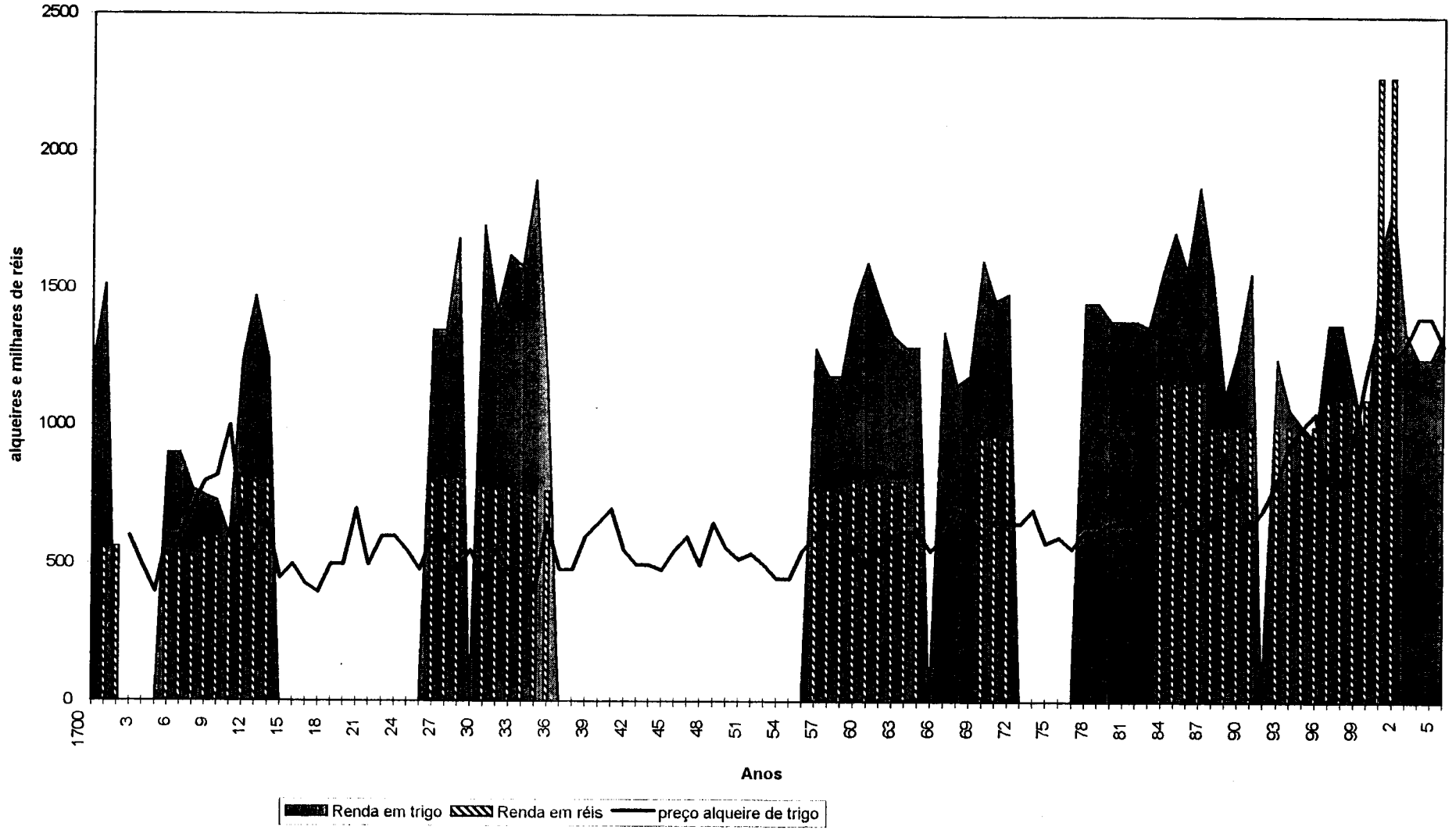
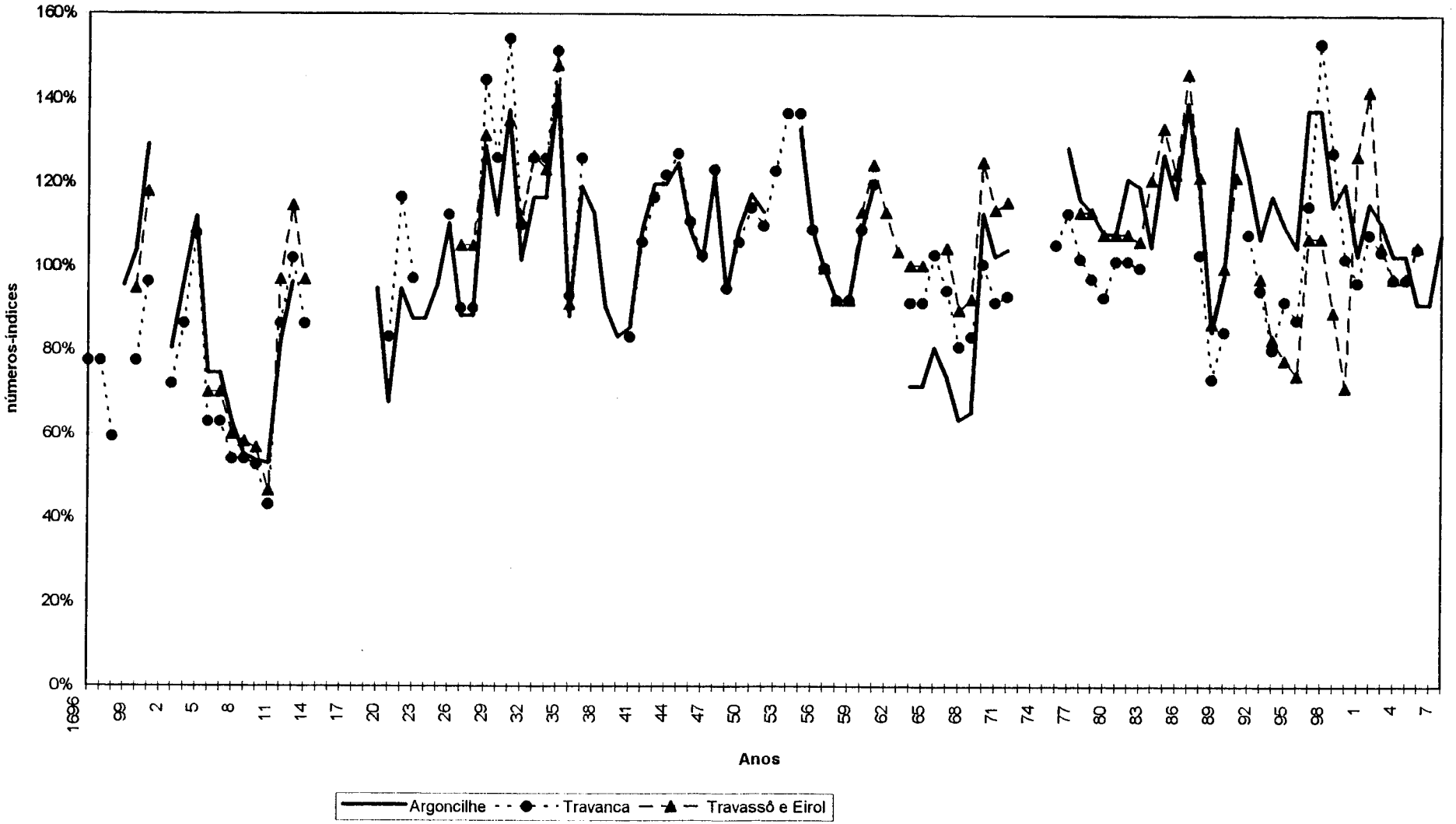


Gráfico 7
Dizimarias em cereais - Números Índices (ano base=1757)



extraordinariamente, em relação aos anos anteriores ou imediatamente posteriores, embora a crise venha por volta de 1806.

A comparação através de números-índices vincará melhor os paralelismos ou desfasamentos. O gráfico 7 [com o Anexo 10] parece concludente:

- existe uma grande sintonia, entre as três Igrejas, até inícios da década de 60, para depois entrarem num período de movimentos desencontrados;

- os anos de maior queda das dizimarias seriam em finais da 1ªdécada do séc.XVIII, finais da década de 60, finais da década de 80, finais da 1ªdécada do séc.XIX;

- na crise de 68-70, Argoncilhe acentua mais a sua quebra de produção, embora todas as séries, igualmente, registem a descida;

- a partir de 1790 os desequilíbrios marcam uma diminuição ou crispação da produção agrícola nas igrejas de Travanca e Travassô, enquanto Argoncilhe parece melhor resistir, até porque esta última, no decénio de 1790 a 1800 não mostra abrandamento, mas sim boas médias; o declínio dá-se, a partir daqui.

As razões específicas para Travassô e Travanca escapam-se-nos. Os lances, em numerário, sobem, mas não o suficiente que cubram os preços agrícolas. Os sinais são mesmo de défice resultado de interrupções voluntárias? (lembremo-nos da recusa em Segadães do pagamento de certas rações) ou involuntárias? (dificuldade de entrega de foros pelas irregularidades da conjuntura política, motivada pelas Invasões) ou resultado da dispersão por outras actividades agrícolas, nomeadamente feijão, milho, vinho, sobretudo em Travassô, área onde a prática das rações indicava a prospecção de terrenos de novidades, como aconteceu em Eixo nas terras do Almoxarifado da Casa de Bragança?.

Comparemos estes dados com outras informações para outros espaços[113]:

. 1709/7-1712: no Entre-Douro e Minho, "*o ponto de rotura durante o primeiro quindénio de XVIII [...] o mais grave e pronunciado tanto para todo o séc. XVIII, como*

[113] Uma comparação entre o Algarve e o Entre-Douro e Minho foi estabelecida no artigo OLIVEIRA, Aurélio de - *A História Económica e Social dos séculos XVII-XVIII...*, *o.c.*, p.113 a 131.

para todo o período anterior de século XVII"[114]; no Alentejo, 1705/7- 1711, um período de subida violenta dos preços que se inicia primeiro em Santarém e, dois anos mais tarde, em Ferreira do Alentejo; tem-se conhecimento da extrema falta de trigo em Beja, Évora , Estremoz e Gáfete; em Lisboa, refere-se o grande "aperto" em que se encontrava a cidade, salientando a Câmara que tal situação seria extensiva a todo o Reino[115];

. 1740-41: em S.Tirso, "*crise bem acentuada entre 1737-39*"[116]; Alentejo "*1740 - esta crise vem no seguimento de dois anos climaticamente adversos: em 1738 a prolongada seca dizimou grande parte das culturas das lezírias do Ribatejo*"[117]; no Algarve os acidentados anos 30 correspondem ao esgotamento dos solos para a sementeira do trigo, traduzindo-se numa substituição por outros cereais, centeios e cevadas; mas as fracas condições climáticas também explicam as dificuldades dos anos de 1735-36.[118]

.1764-69: o segundo pior momento do século, em S.Tirso, "*gravíssima crise de 1768-70, anunciada desde 1764*"[119]; no Alentejo "*ocorrência de dois novos maus anos agrícolas seguidos, 1768 e 1769. No primeiro a escassez foi geral em toda aquela Província [Alentejo], aonde os mais dos lavradores não colheram a semente que lançaram à terra e poucos recolheram mais do que semearam*"[120];

.1789-90: em S.Tirso esta crise abriria um período descendente "*entrado o decénio de 1790, as médias baixas sucedem-se e é praticamente nessa mesma sequência de anos difíceis que se irá prosseguir até 1812 não se conseguindo arrancar desse ciclo antes de 1815*"[121]; no Alentejo, Mértola é exemplo paradigmático de escassez agrícola[122].

Aponta-se, relativamente às dizimarias dos Mosteiros beneditinos de S.Tirso e de Tibães, um retrocesso da produção agrícola, desde 1760, até finais de XVIII; David Justino, embora notasse, para Évora, um encarecimento progressivo do preço do trigo, atribuiu tal facto a uma diminuição

---

[114] OLIVEIRA, Aurélio de - *Contabilidades monásticas...*, o.c., p.167; Id.- *A Abadia de Tibães 1630/80-1813....* o.c., p.490.
[115] JUSTINO, David - *Crises e «Decadência» da economia cerealífera Alentejana no século XVIII..., o.c.*, p. 50.
[116] OLIVEIRA, Aurélio de - *Contabilidades Monásticas. . .* , o. c. , p. 169
[117] JUSTINO, David - *Crises e «Decadência» da economia cerealífera. . .* , o. c. , p. 51
[118] MAGALHÃES, Romero de - *O Algarve Económico, 1600-1773...*, o.c., p.175, 182.
[119] OLIVEIRA, Aurélio de - *Contabilidades Monásticas. . .* , p. 169
[120] JUSTINO, David - *Crises e «Decadência» da economia cerealífera. . .* , o. c. , p. 60
[121] OLIVEIRA, Aurélio de - *Contabilidades Monásticas. . .* , p. 170
[122] SANTOS, Rui - *O socorro aos lavradores de Mértola em 1792..., o.c.*, p.15 .

progressiva da produção e isso dever-se-ia, não apenas a uma queda da produtividade, mas à substituição da cultura do trigo pela pecuária, desde meados do séc.XVIII, como já havia notado Albert Silbert[123].

D - Os índices de preços

Finalmente, utilizemos as séries de preços disponíveis e o que elas nos poderão dizer, acerca da conjuntura agrícola. Três séries: uma do Porto, já apresentada acima; uma de Aveiro[124], retirada igualmente dos livros da Misericórdia, a partir da venda do trigo dos foros e que infelizmente não regista quaisquer outros preços; e, finalmente a da Misericórdia da Vila da Feira, mas apenas a partir de 1750[125][ver Anexos 11 e 12]. Os preços, anuais, são o resultado do habitual ano económico das Misericórdias: uma administração de Julho a Junho. Lembremos que os valores são de alqueires, mas cuja capacidade é, como já vimos atrás, bastante diferente: Aveiro, 13.16 litros; Feira, 17.95; Porto, 17 litros.

O primeiro gráfico, n.8, mostra as três curvas de preços dos alqueires, em paralelo, embora a de Aveiro se encontre, sempre, abaixo das outras; a do Porto e Feira parecem confundir-se frequentemente. Calculámos então o preço do litro de cereal em Aveiro e Porto, tendo em conta as disparidades da capacidade do alqueire. O Gráfico 9 apresenta os resultados. Verifica-se que as curvas se sobrepõem, excepto na transição da década 60 para 70 e de 1800 até 1815. Na globalidade estes dois gráficos apresentam as seguintes constâncias, relativamente às 3 curvas. Vejamos:

.uma forte subida, no virar da primeira década do século;

.1742 ligeiro avanço

.1768-70 novo pico

.1779-81 outro salto

---

[123] JUSTINO, David - *Crises e «Decadência» da economia cerealífera*. . . , o. c. , p. 66 a 68.

[124] ASCMA, n. 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 108, 109, 110.

[125] Preços publicados por VITORINO, António Ferreira - *Elementos para a História da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Feira...*, *o.c.*, "Mapa com os preços dos géneros das rendas. . . ".

Gráfico 8
Mercados do Porto, Aveiro e Vila da Feira, preços do alqueire do trigo

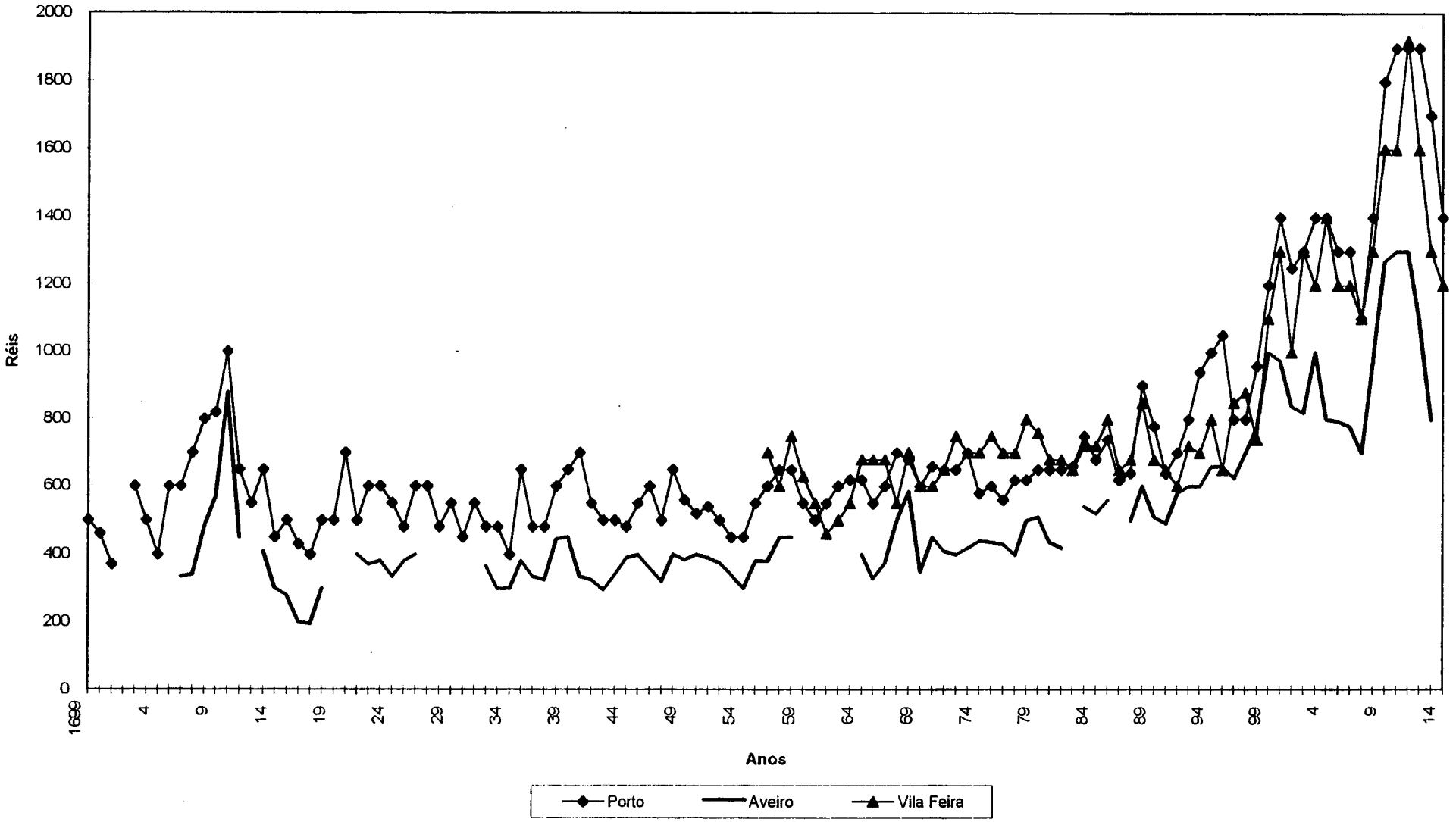


Gráfico 9
Preço do litro de cereal no Porto e Aveiro

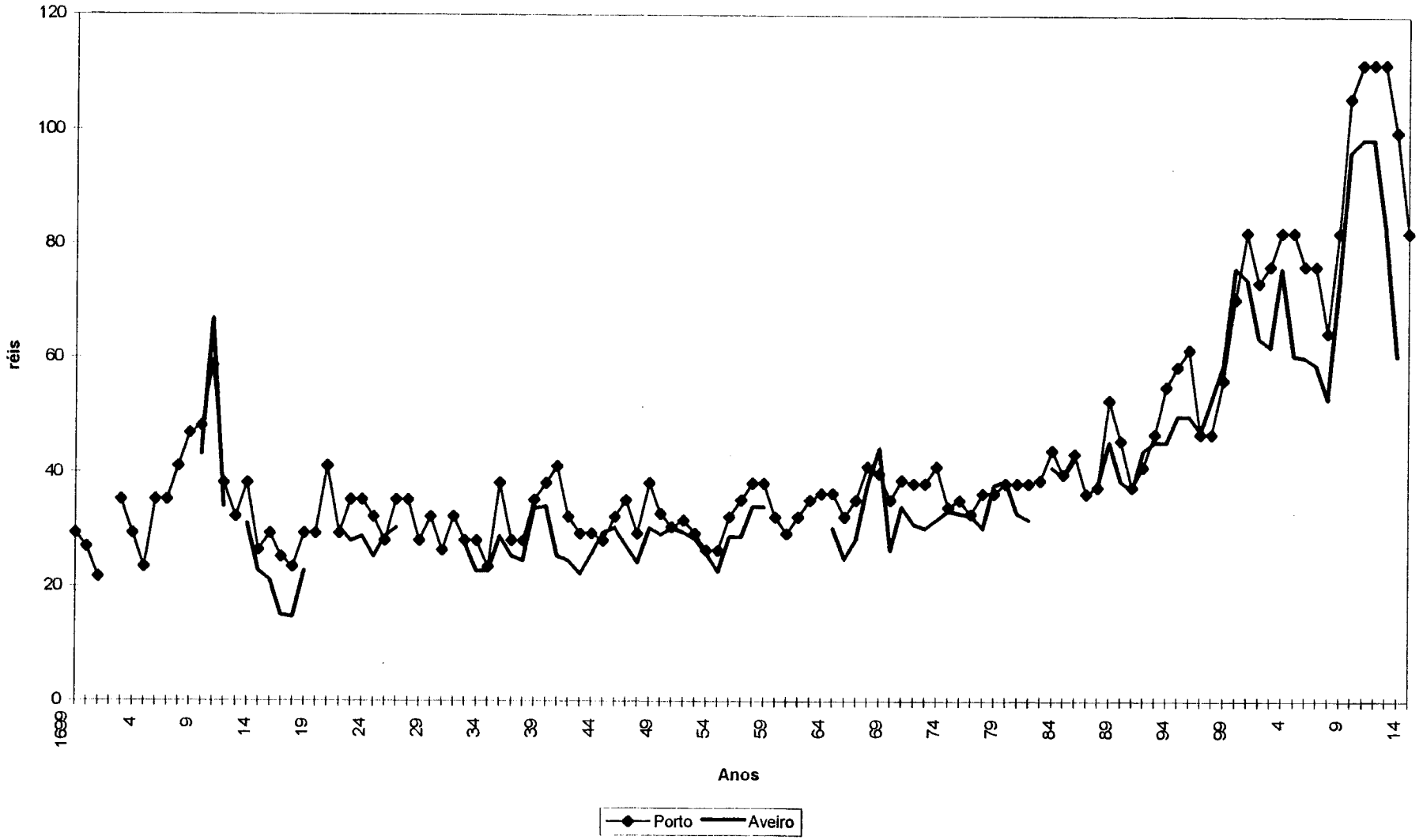
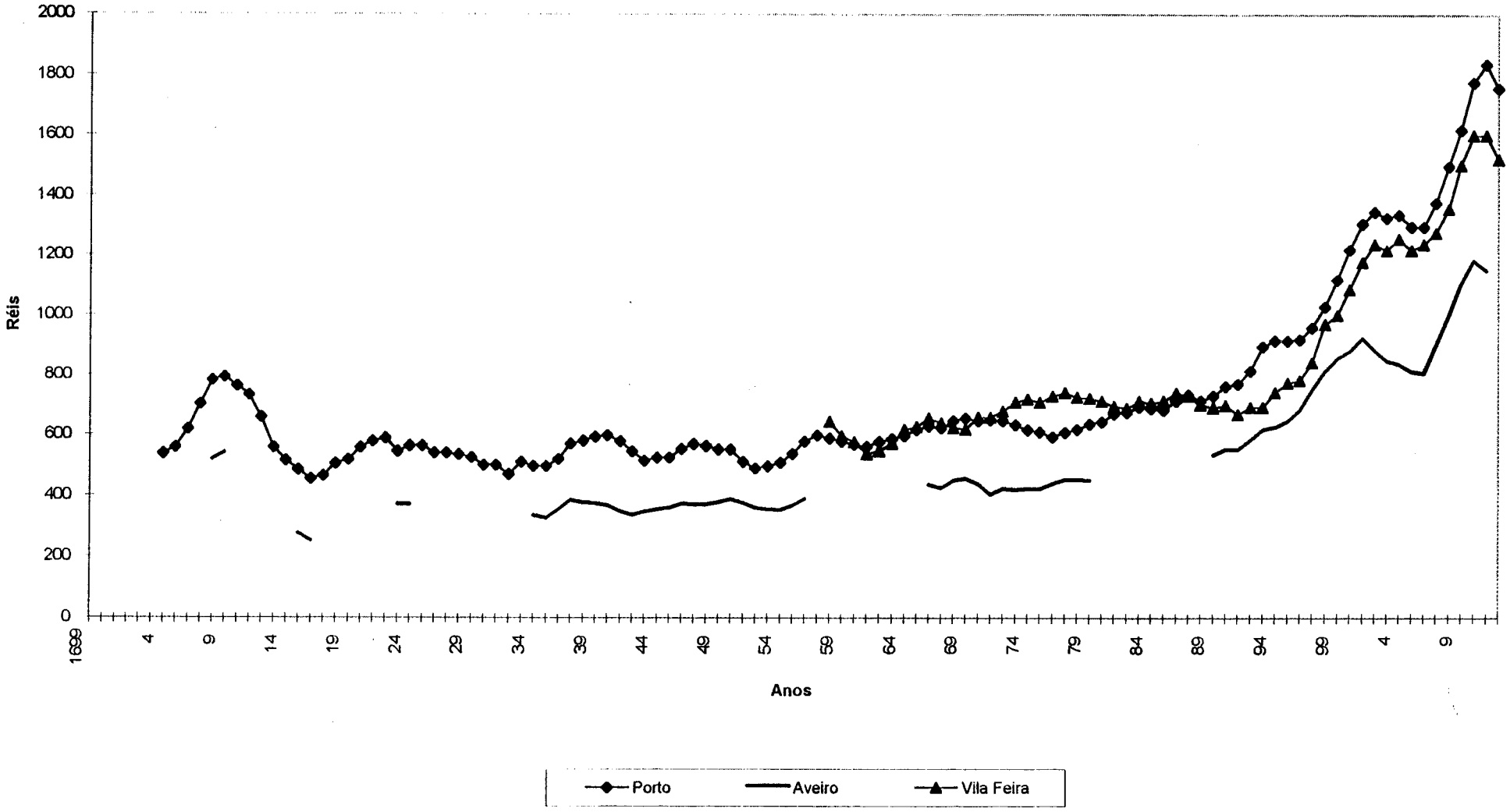


Gráfico 10

Mercados Porto, Aveiro e Vila da Feira, médias móveis de 5 anos do preço do alqueire do trigo



.novo sobressalto em 89 que se irá repetir agora periodicamente e quase sincronicamente nas três curvas: 95-96, 1800, 1804, 1810-11;

Vitorino Magalhães Godinho havia já analisado a evolução da curva dos preços, utilizando médias móveis de 5 anos, a partir das quais desenhou os movimentos mais longos, desde 1740[126], e que nós completamos desde o início do século, o que se poderá observar no gráfico 10, sintetizados no quadro seguinte:

QUADRO 13

Movimentos longos dos preços ao longo do séc.XVIII

1705 - 1714	alta, 10 anos
1715 - 1750	baixa moderada, 26 anos
1751 - 1787	alta moderada ,37 anos
1788 - 1811	alta brutal

Fonte: ver nota 127 e anexos 11 e 12 e gráf.10

Apesar das interrupções da curva de Aveiro, não parece que exista grande divergência nestas tendências. As maiores diferenças de comportamento da curva parecem dar-se, sobretudo na 4ªfase, entre 1788-1811, enquanto as da Feira e Porto sobem em paralelo, embora a primeira se situe abaixo; a de Aveiro, entre 1799 e 1807, baixa mais claramente, divergindo das outras curvas, para depois encontrar o paralelismo da subida. Em contrapartida, quando os preços descem, a curva de Aveiro mais se acentua, como parece acontecer nos anos de 1717-19, 1770-72, 1802 em diante.

Tentemos explicar a particularidade da curva de Aveiro:

. 1770 - a acta de vereação regista um curioso incidente, sobre a entrada na cidade duma "*curveta francesa carregada de milho*", por iniciativa dum mercador do Porto, Manuel da Silva Guimarães, "*por saber da carência e pobreza da comarca, razão de tantos pedintes, experimentadas há dois anos*", mas impedida por considerarem o cereal podre e prejudicial ao povo, devido à sua cor mais trigueira; como explicava o negociante, tratava-se de "*milho francês onde as secas se fazem em eiras de barro e não de cal*"[127]. Esta passagem parece comprovar que se

[126] GODINHO, Vitorino Magalhaes - *Prix et Monnaies au Portugal*. . . . o. c. , p. 159.
[127] AMA-LV. n. 8. 20/6/1770

atravessava uma crise de produção, e que não era habitual entrar na cidade, ou mesmo, nunca entrara milho estrangeiro, pelo menos, francês;

. 1790 - em Abril deste ano, a Vereação procura saber quanto existia de grão no celeiro, reservando até ao S.João 1/3, para provimento da cidade e o resto para o povo (particulares) que o quisesse comprar[128]; sinal de que a colheita era insuficiente. Na Alfândega de Aveiro, decide-se que "*devido à esterilidade*", não saísse grão algum[129]. Nesta época, a Barra de Aveiro, fechada, inundava os campos de Angeja, Fermelã, Esgueira, Cacia, situação que periodicamente se repete até à sua abertura, em 1808, reduzindo a produção agrícola;

. 1801 - em resposta a uma ordem régia de envio de cereais para Torres Vedras, sendo pedidos 1000 moios de milho (vezes 60 alqueires/moio = 60.000), o Juiz de Fora responde que os problemas, na Comarca, eram semelhantes e, como as proibições de venda de cereais eram apenas para fora das Comarcas, desde Março daquele ano que "*correu o povo aos celeiros e gastaram o milho que neles se achava, de modo que pelas averiguações que se fizeram apenas se acharam 234 alqueires*"[130]. Por conseguinte, dois aspectos são dignos de nota: a carência era geral mas, em Aveiro, havia ainda cereal para distribuir e vender.

Por outro lado, alguns indicadores, dispersos, denotam que a Comarca de Aveiro teria, pelo menos, nalgumas ocasiões, uma produção excedentária:

. Borges de Macedo publicou uma "*Relação do Pão que costumam colher e consumir, por ano, as Províncias de Portugal e Algarve...*" de 1785[131], e verificava-se que a Comarca do Porto consumia 42663 moios, faltando-lhe 7884 moios na sua produção, cerca de 18%; a da Feira consumia 19003, faltando 14235, 74%; a de Aveiro gastava 12576, excedendo 4783 moios da sua produção, ou seja, pelo menos naquele ano, a Comarca excedia as suas necessidades em 38%;

. em 1766, um homem de negócio de Lisboa, acerca da proibição que a Coroa impusera ao Corregedor da Comarca de Aveiro, para que os frutos

---

[128] AMA-LV, n. 8, 28/4/1790

[129] AMA-n. 95-Registo da Alfândega, f. 275v; providências de Agosto de 1789.

[130] ANTT-MR , maço 984-20/6/1801

[131] MACEDO, Borges de - *Problemas de História da Indústria Portuguesa...*, *o.c.*, p. 335-336.

não saíssem dos seu limites, argumenta que "*nos mesmos distritos se não podem consumir por serem muito abundantes [...] pede [ao Desembargo do Paço], que autorize a saída sob pena de se perderem os frutos, e ninguém os comprar, trazendo gravíssimo prejuízo não só para ele, por ser rendeiro da Comenda de S. Marinha de Avanca, mas também a todas as mais rendas e lavradores das mesmas terras que se acham com os celeiros cheios de grãos empatados, em termos de se perderem por causa da dita proibição*"[132].

O balanço deste conjunto de informações leva-nos a pensar que, à volta de Aveiro, nalguns períodos, a produção cerealífera era abundante. Sabemos também que grandes quantidades eram até encaminhadas para a capital, se tivermos em conta a série de Comendas que arrecadavam as dizimarias de numerosas igrejas da Diocese de Aveiro [ver anexo 3 do cap.5.2], mesmo quando, localmente, as falhas se notavam, como nos anos de 1710 em que sai pela Barra, para Lisboa, 7067 alqueires de trigo e 34441 de cevada; em contrapartida, nos anos de 1738, indicado para o Norte e Ribatejo (ver atrás), de crise acentuada, vai milho para Viana, Caminha, Porto, Peniche, Lisboa, Setúbal, Lagos [ver Anexo 9 do Cap.8.1]. Aveiro, apesar dos parcos dados com que contamos, funcionou, muitas vezes, como fornecedora da capital e, por vezes, de todo o Reino.

Já a Comarca da Feira teria dificuldades em se auto-abastecer, como apresenta a *"Relação..."*de 1785; como vimos, as maiores densidades demográficas da Provedoria estavam aí localizadas, com taxas de crescimento altas, sobretudo no litoral. Aliás, em Ovar, por volta de 1821, o juiz de fora, apresentando uma proposta de tornar cultiváveis terrenos improdutivos, elabora o seguinte quadro[133].

QUADRO 14

Estimativa da produção e consumo da vila de Ovar

em 1821

Produtos	Produção *	Consumo	Défice
milho	32.500	340.000	307.500
trigo	1.600	8.000	6.400
centeio	800	6.000	5.200
feijão	1.600	9.000	7.400
vinho verde	200	1.400	1.200

* cereais em alqueires, vinho em pipas

Fonte: ver nota 134

[132] ANTT-DP. Beira, maço 4, n. 262.

[133] ANTT-MR, maço n. 369. 20/9/1821. certidão tirada pelo escrivão da Câmara de Ovar, referindo a produção e consumo da mesma e seu termo.

Ou seja, produzindo 34.900 alqueires de cereais, e consumindo 354.000, significa que só se abastecem em 10%, muito menos do que em 1785, quando o cálculo para toda a Comarca da Feira apontava para 26%, tendo de comprar os restantes 74% de que necessitava.

Reflectindo sobre o conjunto de informações, até agora, reunidas e juntando uma última apreciação das curvas das três séries, a partir da dispersão dos preços relativamente à sua média, em percentagens[134], tentaremos verificar o grau de concordância ou não, dos diferentes mercados e sua provável interpretação[ver Anexo 11 e 12 e gráf. 11]:

- os coeficientes de variação são, grosso modo, mais altos nos períodos de crises dos inícios do século e finais, e naturalmente descem, quando as séries nominais também assim procedem;

- Aveiro escapa a um paralelismo, com as restantes curvas, porque se afasta delas, em termos de maiores coeficientes, quer nas altas (1707, 1768-70, 1808-10), quer nas baixas (1724/25, 50/51, 73/76, 94/95); a excepção reside nos anos de 1801 a 1805, cuja diminuição, embora sentida pelas outras curvas, faz-se não tão vincadamente.

Tal comportamento leva-nos a pensar que, por um lado, apesar de se tratarem de mercados litorais, Aveiro apresenta sinais dum mercado com problemas muito próprios, desfasado do do Porto: sofre mais nos períodos de carência mas, igualmente, a abundância estagna-lhe os preços; ou seja, apresenta semelhanças com o comportamento de mercados do interior como estudou David Justino para o Alentejo[135]. O mercado de Vila da Feira insere-se entre uma e outra curva, ora se sobrepondo à do Porto, ora à de Aveiro, mas muito mais próxima da primeira do que da segunda. A única excepção seria nos inícios de XIX, quando Aveiro sente, bem próximo, o inimigo invasor e acolhe muitos refugiados (ver cap.4).

Assim se poderá falar, embora com muita cautela, de mercados regionais nos finais de XVIII, em que Aveiro apresenta aspectos que a isolam do hinterland portuense: uma Barra entupida periodicamente, uma

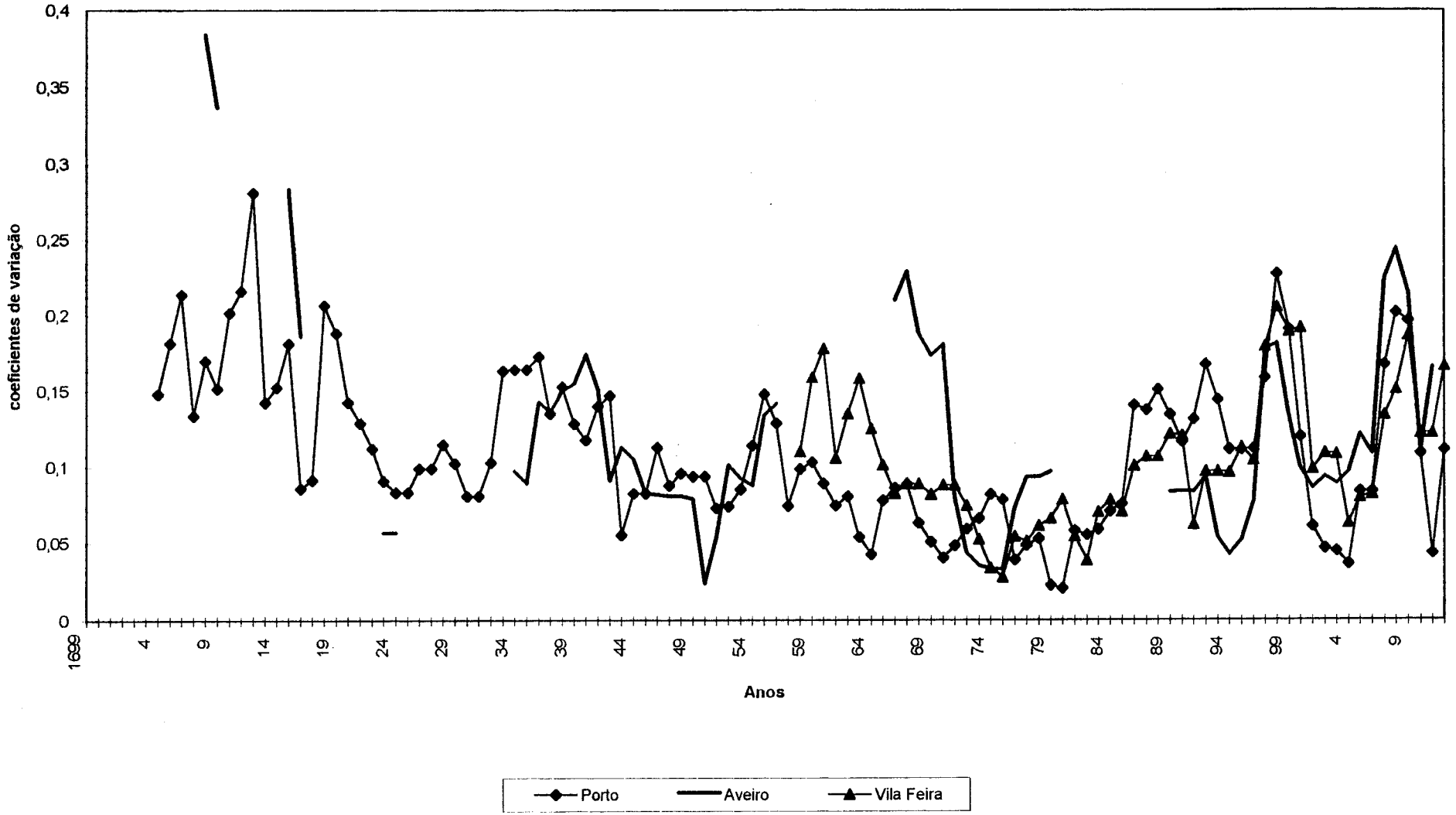
---

[134] O coeficente de variação é igual à relação desvio-padrão sobre média aritmética. vezes 100. em médias de 5 anos.

[135] JUSTINO. David - *Crises e «Decadência» da economia cerealífera. . . .* o. c. , p. 64.

Gráfico 11

Mercados do Porto, Aveiro e Vila da Feira, coeficientes de variação dos preços do alqueire do trigo



população que cresce lentamente, afastada da estrada real norte-sul, sente dificuldades de comunicação com o interior e com o litoral, como vimos no cap.2.

É evidente que não temos um conjunto de séries de preços e dizimarias suficientes, para falarmos seguramente das áreas de crescimento ou inflexão, mas é muito provável, como dissemos atrás, que a procura de terras para arrotear seja um reflexo do crescimento demográfico já notado, e do estrangulamento da oferta agrícola. Na Comarca da Feira, tal recurso era algo que vinha muito de trás, legitimado já no Foral, impulsionado pela legislação entretanto surgida. Na Comarca de Aveiro, as terras conquistadas precisavam de muito trabalho e investimento, cujos frutos só a longo prazo vingarão, como aconteceu, nomeadamente na Gafanha, ou no alvéolo de rios assoreados, ou à volta da Ria, nos ricos campos de Ovar, Angeja, Eixo e Ílhavo, várias vezes perturbados pelas enchentes, que inviabilizam periódicamente a cultura de cereais, mas que era, igualmente, a promessa de riqueza. Mas tentam-se as novas culturas, de vinha, de criação de gado, tendências que percebemos nas Quintas mais organizadas, mas que o aumento de encargos recebidos pelo Almoxarifado de Eixo, também deixam perceber. Enfim, as dificuldades ajudam a projectar.

4 - Projectar

Surgem então, aqui e ali, algumas iniciativas que, sendo tradicionais, se intensificaram, e outras que seriam verdadeiras propostas de inovação.

A - Técnicas ancestrais e empirismo

Alguns destes aspectos já considerámos anteriormente, relativos aos sistemas de rega, à secagem dos terrenos, às "valas". Indicámos também, no único caso explícito que conhecemos, para Ovar, como rodavam as culturas

hortícolas e cerealíferas; mas sabemos que a produtividade agrícola dependia duma boa estrumação da terra que apresentava várias modalidades.

Tínhamos, assim, três tipos de adubos:

. os de mato roçado em áreas consideradas comuns (ora maninhos, ora baldios, ora logradouros do povo) que era lançado nos currais de gado, donde saía para se juntar, em meda, até ser espalhado no campo;

. os dejectos e lixos domésticos, colhidos na cidade de Aveiro e contra os quais a Vereação se insurgia porque, estendidos ao sol, enquanto aguardavam que as gentes de Ílhavo os viessem comprar e carregar, com suas pás, produziam péssimos odores (veja-se I Parte, cap.4); o mesmo acontecendo, por exemplo em Eixo "*toda a gente pobre não agricultora, tem à porta do seu quintal uma cova, que é o depósito geral da sua cozinha, urinas, excrementos e restos de vegetais que colhem. Este excelente adubo é vendido aos de fora e raríssimas vezes aos lavradores desta Vila*"[136];

. o escaço, o moliço e o junco da Ria de Aveiro ou da Pateira de Fermentelos; o escaço ou mexoalho era adubo formado por micro-organismos, colhidos no fundo da Ria (moluscoa, algas, etc); o moliço era constituído por algas produzidas em terrenos igualmente partilhados pelas marinhas o que leva a pensar que o abandono das segundas pode ter sido um factor de crescimento das áreas de moliço e este, suficientemente rentável para ser preferido à produção de sal (será assunto para outro lugar); o junco e a bajunça, utilizam-se como adubo, após servir de cama dos animais

Sabemos já que a utilização do moliço era uma prática ancestral. Desde sempre se lhe referem os Livros de Acórdãos da Vila, na fertilização das Ilhas com aquele produto; resta saber quando foi que o seu emprego deixou de estar confinado a esta estreita cinta de terrenos, na margem da Ria, e se estendeu a maiores distâncias. A Memória Paroquial de 1758, de Avanca, refere, que muitos barcos vadiavam "*a dita Ria ou chamado rio, das muitas freguesias que pelos muitos canais, que aqui chamam esteiros, que dela para as tais se encaminham, a procurar a extracção dos seus agraços ou musgos, que nomeiam moliços, e de juncos das marinhas das suas margens, que somente desta freguesia são mais de 300 para a cultura de terras, que muitas destas freguesias com eles produzem tanto que dão 3 novidades no ano*", e acrescenta "*e não ao Rio Vouga, porque a este somente os que vão a conduzir os*

---

136 VIEIRA. Venâncio Dias de Figueiredo- *Memória sobre a Vila de Eixo...*, *o.c.*, p. 49.

vinhos chamados de Anadia"[137], ou seja, não se difundiam para o interior. Porém, em inícios de XIX, a procura mostrava-se desenfreada, ao ponto de, em reunião de Vereação, a 11 de Junho de 1806, se ter proibido, a estranhos à cidade e seu termo, de apanharem moliço, sob penas que iam de multa pecuniária à prisão, em caso de reincidência[138].

Por uma lei consuetudinária, a colheita começava só em meados de Agosto e durava até ao fim do ano; porém, a sua crescente procura alterou o calendário: uma fase mais intensa, entre Agosto e Dezembro, e outra no resto de ano, ocupando um certo número de indivíduos, exclusivamente, naquela prática[139]. Esta autêntica febre levantou protestos, digamos 'ecologistas', pelo facto de a colheita ser feita, indiscriminadamente, privando as espécies piscícolas dum habitat que as fixasse, desovando e multiplicando-se.[140] A este protesto se junta um outro, relativo à recolha de "*escasso*", constituído por resíduos de pesca, peixes, moluscos, crustáceos, impróprios para a alimentação, de mistura com algas que as redes apanham, mas que arrastava tudo o que, ainda minúsculo, alimentaria a fauna da Ria[141]; acabou por se tornar num importante sector da pesca, do caranguejo, exclusivamente destinado a adubo, por "*pilado ou mexoalho*"[142].

Estudos mais recentes demonstraram que, entre 1912 e a actualidade, as obras feitas na Barra, no sentido da sua abertura perene, confinaram a área de água salobra (de moliços) ao canal de Ovar, para Norte da Torreira[143]. Esta constatação leva-nos a pensar que as sucessivas evoluções da Barra e seu posicionamento terão condicionado e alterado, ao longo dos tempos, as manchas de algas, certamente muito maiores, quando a Barra entupia, o que aconteceu frequentemente, desde a década de 80 do séc.XVIII, e anteriormente a 1759.

---

[137] MP Avanca..., o.c., p. 238.
[138] AMA-LV, n. 9, f. 55-55v. , ss. 11/6/1806.
[139] REGALLA, Francisco Augusto - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias..., o.c.*, p. 28.
[140] Estes princípios foram repetidos sobretudo na transição de XIX para XX, em relatórios vários, como se pode ler em REGALLA, Francisco Augusto - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias...*,o.c.,p.30, e ainda MACEDO, José de, AFREIXO, Jaime, NOBRE, Augusto - *A Ria de Aveiro. Relatório oficial do Regulamento..., o.c.*
[141] Id. , *Ibid.* , p. IV. LEITÃO, António do Nascimento - *A bacia hydrographica de Aveiro..., o.c.*, Cap. VII, ponto 3.
[142] CARVALHO, João Vasco de - *Monografia da freguesia rural de Ovar....*, o.c., p. 53.
[143] SILVA, J. Figueiredo da - *O moliço da Ria de Aveiro..., o.c.*, p. 241.

Outro factor de progresso agrícola baseou-se no recurso a plantas enriquecedoras do solo que corrigissem o solo. Do recurso ao trevo e tremoço, apenas temos notícias da sua aplicação na Quinta das Freiras de Lorvão em Esgueira. No ano económico de 1810/11, indica-se o cultivo de "*semente de tremoço para semear para esterco de quintal*"[144], ou seja, para culturas que exigiam forte estrumação; inovação importante tanto mais que associam a criação de gado, para produção de estrumes, embora num âmbito muito limitado, apenas para benefício da produção directa da Quinta.

Em suma, é natural, que na 2ªmetade do séc.XVIII, a procura de estrumes se tenha intensificado, sobretudo recorrendo ao estrume natural que a Ria fornece. É que, as áreas de cultivo aumentaram, muitas vezes à custa de terras comuns, onde, até então, se roçava o mato fertilizador e, consequentemente, este adubo tornou-se menos disponível. Ora acontece que, nesse período, se acentua a apropriação de terras comuns, de terras de moliço e de terras que se tornam coimeiras; em contrapartida, as gentes aumentam. Neste contexto, é bem provável que os senhores fizessem valer os seus direitos, o moliço crescesse de importância e, porque cobiçado, subisse de preço[145].

Pensamos que a sistematização que, em seguida, apresentamos, apesar de ser de meados deste século[146], não se afasta grandemente do passado. Podemos assim distinguir algumas áreas, relativamente ao emprego de estrumes:

. a que melhor beneficiaria dos estrumes da Ria ficava a sul do Vouga, agregando os actuais concelhos de Aveiro, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia, onde uma boa toalha de água, com os adubos naturais e os provenientes da criação de gado vacum e bovino (veja-se "gado", atrás), permitiam significativa produção, não apenas de leguminosas (feijão, em especial) abastecedoras de aglomerações próximas, mas ainda de cereais, especialmente o milho;

---

[144] ANTT-Mosteiro de Lorvão . C. 25. n. 444-Livro Receita e Despesa

[145] BATH. B. H. Slicher Van- *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*.... o.c.. p. 261. refere que na 2ªmetade de XVIII. teria havido uma diminuição da adubação provocada pela reconversão de terras de pastagens em cereais. o que diminui o fertilizante animal. Não parece ser o caso desta área. em que o recurso ao moliço e outros fertilizantes naturais. deve ter atenuado este processo.

[146] RAMALHEIRA. Eduardo A. - *Alguns traços essenciais da Agricultura como actividade económica..., o.c.*, p. 31.

. a norte do Vouga, nos actuais concelhos de Murtosa e freguesias de Pardilhó e Veiros, do concelho de Estarreja, os solos arenosos, bem incorporados de matéria orgânica, produziriam feijão, e milho.

. na Gafanha, em contrapartida, os mesmos factores, mas uma maior ventilação da terra e uma forte componente de trabalho humano, permitiam boas culturas, embora o grande sucesso com a batata, venha no séc.XIX.

. já o chamado Baixo Vouga, constituído pelos campos de Canelas, Salreu, Angeja, do Vouga e do Águeda, simultaneamente influenciados pelas cheias dos rios e ribeiras e pelas marés da Ria, apesar de no seu seio se desenvolver uma mancha expressiva de estrumes, tem uma produção irregular, entre milho e pastagens, ora altamente produtivas, ora incultas, contando com os moliços.

. nas restantes áreas, a Nordeste do Vouga, desde Ovar (aqui ainda se utiliza o estrume da ria) localizam-se os concelhos de Oliveira de Azeméis, Cambra, Feira, Estarreja, Albergaria, onde os estrumes eram feitos à base de mato, tanto mais enriquecido quanto se lhes associasse a criação de gado, tão necessário para os campos principalmente produtores de milho;

. para os concelhos vinhateiros de Anadia e Águeda, onde a cultura do milho e feijão era secundária e de sobrevivência, o estrume não seria tão fundamental.

B - As novas culturas (batata e arroz), e a dinâmica das tradicionais (linho e amoreiras/seda)

O linho e as amoreiras terão tido, por parte da Coroa, uma atenção especial, no sentido de servirem de suporte a uma transformação que se pretendia activar. A protecção ao tecelão, a cultura das amoreiras e a reorganização da real Fábrica de Sedas do Rato são os aspectos mais exemplificativos, deste esforço[147]. A partir de 1770, novo impulso industrial enquadrou o surgimento duma Fábrica de Algodão em Aveiro[148]. Volta-se a

[147] MACEDO, Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal...*, *o.c.*, p. 122
[148] AMORIM, Inês - *Os poderes urbanos face às mutações...*, o. c. , p. 140

intensificar o cultivo de amoreiras por todo o Reino[149], e Aveiro, através do seu Corregedor, cumpre, rigorosamente, as ordens: na cidade, em dois anos, 1772-1773, mais de 1000 pés; no ano de 1773, mais de 80 mil pés distribuídos por várias terras, sendo a de Bemposta contemplada com mais de vinte mil pés[150] [ver quadro seguinte]. Paralelamente, o cultivo do linho seria também encorajado, para misturar com a seda e algodão. Numa carta da Junta do Comércio em louvor do Corregedor, explica-se como este procedeu para incentivar a cultura do linho "*distribuiu por várias pessoas os livros que tratam sobre o método de os [bichos da seda] criar e conservar, promovendo ao mesmo tempo a plantação de árvores de sumagre e outras úteis para a composição da tinta; e do mesmo modo a sementeira dos linhos em sítios adequados*"[151].

Os núcleos de plantio situavam-se, em especial, à volta de Aveiro, sobressaindo Aradas, minúsculo couto, que plantou quase o dobro de Aveiro; segue-se Esgueira, Ílhavo, Vagos; mas, sobretudo para Norte, Bemposta e Pinheiro concentraram o maior número de plantios. Podemos interrogar-nos acerca da continuidade e eficiência destas culturas. A resposta surge 30 anos mais tarde: tratou-se duma autêntica medida política, pois que muitos terrenos foram classificados, quando do esforço de florestação de inícios de XIX, de impróprios para o cultivo de amoreiras. Dois exemplos: em 1772, foram plantados, em Ílhavo e em Vagos, respectivamente, 470 e 1600 pés de amoreiras; porém, em 1803, afirma-se que ambos os terrenos eram apenas próprios para o plantio de pinheiros e desaconselhado qualquer outro tipo de vegetação[152]. O Quadro seguinte compara os dois momentos:

QUADRO 15

Plantio de pés de amoreiras em 1772 e 1803

---

[149] MACEDO, Borges de - *Problemas de História da Indústria*. . . , o. c. , p. 227.

[150] AHMOP-J. C. , n. 8. Cx. Joao. "Plano y Estado das Amoreiras Velhas e Novas plantadas no anno de 1772 para a futura proxima Creasion de Bichos de Seda que se hade fazer mediante disposisao do S. D. Antonio Pestana Corregedor Dignissimo da Cidade de Aveiro y su Comarca»

[151] AHMOP-JC , n. 8. Cx. João. carta de Venâncio Galhardo. escrivão da Correição de Aveiro. de 6/11/1772.

[152] BPMP. Res . ms. 294-Registo de Ordens e Ofícios respeitantes à Plantação de Amoreiras. . . . 1803.

Terras	1772	1803
	novas	
Aveiro e Termo	3774	-
Avelãs de Cima	820	poucas
Aguieira	260	não tem
Vagos	1600	não tem
Couto de Barrô	16	52
Sangalhos	269	43
Esgueira	5821	não refere
Pinheiro	878	algumas
Ois do Bairro	205	já tem
Frossos	275	não refere
Arada	3390	76
Serém	181	não tem
Ermida	210	não tem
Paredes	56	já tem
Angeja	707	não refere
Ilhavo	2706	imprópria
Préstimo	533	agreste
Bemposta	20387	não refere
Estarreja	14438	não refere
Ferreiros	3299	algumas
Couto de Esteves	2121	algumas
Sever	205	algumas
Trofa	946	não tem
Soza	3600	não tem
Oliveira do bairro	570	não tem
Recardães	565	imprópria
Vouga	3728	não tem
Sorães e Bustos		nada
S.L. do Bairro		já tem
Anadia		imprópria
Assequins		alguns
Fermedo		alguns
Mira		20

Fonte: 1772 -AHMOP-JC., n. 8, Cx. João, 1772-1773

BPMP, Res. ms. 294-1803.

Como novas culturas, surgem a do arroz e a da batata. Sobre a primeira, as informações são esporádicas; era tradição de que no lugar de Verdemilho, da freguesia de Aradas, em tempos, houve sementeiras de arroz, mandadas arrasar pelo Marquês de Pombal, alegando falta de salubridade, o que a comprovar-se, seria das primeiras experiências de cultivo[153]. Na MP da freguesia de Oliveira de Azeméis, refere-se que "*um brasileiro fez produzir arroz no lugar de Cidacos*"[154], mas perde-se este vestígio. Só a partir, provavelmente, de finais da 1ª metade do séc. XIX, a cultura do arroz atingiu grandes áreas e adquiriu um significado económico e social extraordinário, na área alagada da Ria: "*não haverá seis lavradores na Vila [de Eixo], que não tenham o seu arrozal maior ou*

[153] GOMES. Marques - *O Distrito de Aveiro. Notícia Geográfica, Histórica...*, o.c., p. 104.
[154] MP Oliveira de Azeméis..., o.c., p. 60.

menor, cuja falta seria hoje[1868] uma fatalidade para esta classe e mesmo para os jornaleiros de ambos os sexos que se empregam nestes trabalhos, de que vivem"[155].

Sobre o cultivo da batata, a primeira referência vem através da MP de Pigeiros, ou seja, em meados de XVIII[156]. Margarida Neto detectou, para as décadas de 20 e 30 do séc. XVII, em Quiaios, perto da Figueira, o Mosteiro de S.Cruz a reivindicar a obrigação dos foreiros pagarem ração sobre este produto, que as terras pobres e arenosas começavam a produzir, ou seja, cerca de um século antes da sua divulgação, na Europa e Portugal[157]. É bem provável que não se trate de caso único, pois, como já vimos atrás, as terras de Vagos e sobretudo Gafanha, mostram-se propícias àquele tubérculo.

Pelo menos em inícios de XIX, a Câmara de Aveiro apressava -se a cumprir as determinações da Intendência geral da polícia a respeito da sementeira das batatas pela cidade e seu termo; em 1807, chamam lavradores dos diferentes lugares da cidade, e auscultam os resultados da sementeira do ano anterior. As respostas são desanimadoras: que nasceu apenas rama; que nos terrenos mais propícios, os lavradores preferiam cultivar o trigo ao milho porque "*é mais lucrosa e útil*"; que exigia muita mão de obra, na altura, rara e dispendiosa. Estes observadores, experimentados, sugerem então, que apenas os lavradores, com juntas de bois, fossem obrigados a cultivar uma quarta de batatas, no terreno que escolhessem, "*sem haver falta nas outras sementeiras do costume*"[158]. A batata sentiu ainda algumas dificuldades em substituir o pão, embora, como já se disse, nalgumas áreas, próximas, se cultivasse há muito, ao ponto de senhorios pretenderem ração sobre tal "novidade". O grande salto era fazer deste produto factor de animação comercial mais forte e denso, como a própria legislação tentava acarinhar, em Julho de 1801, ao isentar por 20 anos, quaisquer direitos alfandegários sobre a sua produção e circulação[159].

---

[155]VIEIRA. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a Vila de Eixo..., o.c.*, p. 49.

[156] ANTT-MP Pigeiros.

[157] NETO. Margarida - *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. . . .* o. c. . p. 144

[158] AMA-LV. n. 9. f. 99v. a 100. 14/11/1807: ainda em 1893. o jornal "O campeão das Províncias". de Aveiro. apontando o exemplo de França e Alemanha. questiona se não seria conveniente incentivar o cultivo da batata. apesar do preço ser baixo. sinal de que a divulgação não estava ainda realizada: MACHADO. Edmundo - *Breves considerações sobre a cultura intensiva da batata*, in "O campeão das províncias". n. 4:240. Aveiro. Fevereiro de 1893..

[159] AMA-Registo Alfândega. n.95. f.364v

C - Os grandes projectos

Finalmente, apontamos os projectos que, efectivamente, pretendem uma profunda revolução agrícola. Estamos agora nos inícios de XIX, logo após a revolução liberal, 1821/22, um pouco fora do terminus cronológico deste trabalho, mas não resistimos a expor um projecto de irrigação dos campos, inviabilizado, é certo, mas sem dúvida, uma iniciativa ambiciosa, da responsabilidade do juiz de fora, de Ovar.

Apresentado à Comissão de Agricultura, remetido depois ao Provedor, a fim de dar o seu parecer, assim como ao engenheiro hidráulico da Barra, Luis Gomes de Carvalho, partiu tal projecto dum princípio constatado por todos: a existência de uma mancha de água doce que se misturava com a salgada, a Ria, sem ser aproveitada, para regar e aumentar a produção dos campos circundantes. A proposta seria a construção de dois canais: um que conduzisse as águas da Barrinha (Ria de Aveiro) até ao lugar do Sobral (a Nordeste de Ovar); um segundo saído do lugar do Carregal para a margem esquerda da Ria, ou seja, para poente de Ovar. O primeiro de 2 léguas, o segundo de 0.5 quarto de légua (ver mapa 3).

O Provedor responde que o primeiro canal seria muito dispendioso, inviável, pela grande despesa na indemnização de particulares por onde ele atravessava; o segundo, viável e muito útil, de baixo custo. Infelizmente, apesar das tentativas que o corregedor de Aveiro fez, a pedido do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em obter um parecer do engenheiro da Barra de Aveiro, "*para acompanhar a vistoria do projecto, este se escusou*". Na opinião do corregedor de Aveiro, tal obra seria motivada mais por "*génio patriótico do que de ideias práticas*"[160]. E assim tudo ficou, esquecido, pelo menos, que nós saibamos. Ora, os projectos conhecidos para a época, como já referimos, visavam a navegabilidade dos rios, da barra, e de um canal de Aveiro ao Porto. Este projecto, de irrigação de terras, não se enquadrava nos objectivos daqueles; pretendia, não a circulação de bens, gentes e mercadorias, mas a sua fixação, a partir dum desenvolvimento agrícola, porque, como alega o dito juiz de fora, "*a maior parte dos seu habitantes desta vila,*

[160] ANTT-MR. maço n. 369, 20/9/1821, processo relativo ao encanamento para irrigação, projectado pelo juiz de fora de Ovar.

no Inverno e Primavera, tempo pouco próprio da pesca, vão, para não perecerem de miséria, procurar à custa do seu trabalho, o seu alimento e de suas famílias, às margens do Douro e principalmente à Capital, regressando de ordinário com a mesma miséria com que sairam, porém cheios de moléstias e maus costumes com que alteram o físico e o moral do resto dos habitantes"[161].

Em conclusão, estudámos alguns Senhorios que cuidavam de implementar novos processos de cultivo nos milheirais, na vinha, na criação de gado, casos da Quinta de Esgueira das Freiras de Lorvão, da Quinta de Esgueira das Freiras de Arouca, mesmo da Quinta de Ouca das Freiras de Jesus de Aveiro. Outros, numa linha de tradição senhorial, coimam as suas Ilhas e criam gado, apertam o cerco das imposições, tentando garantir os rendimentos constantes - o certo pelo incerto. Finalmente, um recurso de sempre, o moliço, serve para criar uma nova riqueza da terra. Ao transformar areias e incultos em uma riquíssima policultura, o moliço foi factor de uma produção equilibrada, da qual todos beneficiaram, proprietários e não proprietários. Pela sua grande capacidade fertilizadora, contrastava com o que se passava noutros lugares, onde o roço do mato se disputava e se ia perdendo. Verdadeiramente inovador, mas desajustado da realidade político-económica da época, foi o projecto de irrigação das margens da Ria, em Ovar, vaticinando uma autêntica revolução da produção agrícola.

[161] Id., *Ibid.*

CAP. 6 - O SAL

A dependência secular do homem ao sal, como sobrevivência física e ponto de referência mental, mostra que um longo caminho se percorreu entre a "fome de sal" e o "gosto pelo sal", comportamento adquirido nos tempos modernos[1]. Note-se o seu valor simbólico e real para todas as civilizações e culturas, desde a religião à economia, quer se trate de sal da terra quer do mar. Os percursos traçados são autênticas pistas para animais e humanos.

Devemos, em grande medida, a abordagem deste tema, aos planos e estudos, elaborados pela Profª Virgínia Rau, que desbravou uma imensa documentação, salientando a posição de Portugal nos grandes circuitos mundiais, especialmente ao longo do séc. XVII. Daí, que os tenhamos como referência constante, não tanto como trabalho cronologicamente simultâneo, mas, sobretudo, pelas sugestivas pistas de trabalho que nos suscitou[2].

Curiosamente, os contemporâneos e conterrâneos de Aveiro, talvez por respirarem dia a dia o ambiente das salinas, de forma subjectiva, escrevem as suas próprias sensações[3], sempre a "rer o sal"[4], a contemplar, porque, como escreveu o humanista Bispo de Aveiro, D. João Evangelista de Lima Vidal:

"*Está-me a parecer que nós, os de Aveiro, mesmo no Céu, mesmo mergulhados no mar imenso dos divinos encantamentos, havemos de ter alguma saudade do fresco panorama do sal, da alva sementeira das marinhas, da faina dos marnotos tisnados, da graça ligeira das*

---

[1] Dois livros foram sugestivas leituras relativas à dependência secular do homem ao sal: SEGONZAC. Gilbert Dunoyer - *Les chemins du sel...*, *o.c*; MEYER. Philippe - *L'Homme et le sel...*, *o.c.*

[2] RAU. Virginia - *Estudos sobre a História do sal português...*, *o.c.* Esta obra reune os diferentes trabalhos. dispersos por várias publicações: o estudo sobre o séc.XVIII foi anunciado mas não teve oportunidade de o concretizar. ou fê-lo esporadicamente

[3] Entre alguns. de pura contemplação. destacámos: GOMES. Dr. Victor Manuel Machado - *Sal de Aveiro-Epopeia dos Marnotos...*, *o.c.*, p.5; ou ainda MELO. M. da Costa - *O Sal e o Homem-(Requiem sobre o apagar de um tema)...*, o.c., p. 41.

[4] Acerca do habitante de Aveiro. assim escreve o jornalista e escritor Aveirense SOUTO. Alberto - *A paisagem e o homem na grande região Aveirense...*, *o.c.*, p. 9.

salineiras; até penso que, de quando em quando, através das nuvens ou das estrelas, procurarão ainda os nossos olhos o antigo encanto dos montinhos de sal"[5]

Cap. 6.1.- Metrologia, áreas, proprietários, produção

Uma das características fundamentais da produção do sal, é a sua enorme variação, de ano para ano, no decurso do mesmo Verão, ou mesmo dum lugar para o outro. Depende dum grande número de factores: características da propriedade privada e de gestão dessa propriedade, condições climáticas, acesso às águas e marés salgadas, técnicas de trabalho, habilidade do salineiro. Todos estes factores contribuem para os custos da produção, cuja evolução condicionava a própria produção e o comércio, mas também o contrário, em que altos custos poderiam retrair a comercialização. Algumas ideias fundamentais, básicas, a reter:

. a construção duma marinha ultrapassa, em muito, as forças dum salineiro;

. a produção duma salina varia enormemente de ano para ano, por diversos factores;

. poucos produtos se permitem tão facilmente ao armazenamento e especulação;

. a produção dum ano, raramente, coincide com a venda.

Tendo em conta estes princípios fundamentais, gerais aos salgados de mar[6], vejamos concretamente como se encontrava o salgado de Aveiro no séc.XVIII: o número de marinhas e sua extensão e localização, o número de proprietários e formas de exploração salícola e o quadro métrico que, como se notará, é específico de Aveiro.

1 - "Linguagem das salinas" - pesos e medidas

---

[5] VIDAL, D. João Evangelista de Lima - *Aveiro. Suas gentes, terras e costumes...*, *o.c.*, p.127, reprodução dum seu artigo do Jornal "Correio do Vouga, n. 1194, de 22-5-1954, p. 1 e 12.

[6] Estas características que fazem da produção do sal um produto especial, referidas noutros trabalhos conhecidos: DELAFOSSE, M. LAVEAU, CL. - *Le commerce du sel de Brouage aux XVII et XVIII...*, *o.c.*, p. 26. HOCQUET, Jean-Claude - *Le sel et la fortune de Venise...*, *o.c.*, *v.1*, p. 113 a 176.

É este o sugestivo título dum trabalho notável que desenvolve Ricardo de Sá Nogueira, ao escrever alguns "subsídios" para um glossário de linguagem das salinas, reunindo expressões características do meio salícola, qualquer que fosse o lugar em causa. Não obstante, relativamente a pesos e medidas, apresenta dados escassos, limitando-se a nomear o facto de, ainda em 1935, em Aveiro, se utilizarem medidas mais ao menos arbitrárias, ao contrário do que se passava na vizinha Figueira ou outros locais de produção[7].

Na verdade, Aveiro apresentou, desde sempre, uma metrologia diferenciada do resto do Reino, verificando-se, na análise da documentação municipal, uma luta entre as disposições legais na tentativa de uniformização, e a prática quotidiana marcada por particularismos. A comprovar isto mesmo, surge o acórdão, tardio, feito em Vereação, de Julho de 1814, no sentido duma uniformização das medidas de Aveiro, pelas do resto do Reino:

"*Dizem os Proprietários das salinas desta cidade que sendo costume e prática geral nas terras onde há semelhante qualidade de prédios, como Lisboa, Setúbal Figueira e Algarve, o fazer-se a venda de sal por moios, prática que é mais análoga à legislação relativa na qual para a imposição dos Direitos é só conhecida esta medida; acontece que por ser esta mesma cidade singular em todo o Reino, na venda daquele género por contos, os Negociantes assim Nacionais como Estrangeiros da cidade do Porto, e mais Barras do Norte, especuladores deste importante ramo do Comércio ignorando a quantidade de moios de sal que é precisa para preencher um conto nesta mesma cidade, a fim de poderem nas suas especulações calcular os preços, e medidas daquelas outras terras do Reino, ficam perplexos, redundando esta natural perplexidade em prejuízo da boa extracção do mesmo género*"[8].

Constantino Botelho de Lacerda Lobo, nos seus trabalhos sobre as marinhas de Portugal, em 1793, confirma que "*só em Aveiro se mede o sal por contos*"[9].

---

[7] NOGUEIRA, R. de Sá - *Subsídios para o estudo da linguagem das salinas...*, o.c., p.81. Distingue o sal vendido a retalho, cujas medidas eram o alqueire e a fanga de 4 alqueires, e o sal vendido "ao navêgo", ou por grosso, cujas medidas eram o moio de 15 fangas ou 60 alqueires, e o moio de 24 cestas ou canastras, cerca de 2.5 alqueires por canastra.

[8] AMA-LV, n. 9, ss. 16 de Julho de 1814.

[9] LOBO, Constantino Botelho de Lacerda-*Memória sobre a História das Marinhas de Portugal...*, *o.c.*, p. 270. Esta obra articula-se com o seu outro trabalho *Memória sobre as marinhas de Portugal...*, p. 127.

Enquanto que para as medidas de capacidade em geral, foram construídas algumas tabelas comparativas para todo o Reino, como vimos no capítulo anterior, para o sal nunca surgiu tal preocupação, certamente, porque o sal não desempenhava papel fulcral na economia de XIX, ao contrário do de outras regiões, sobretudo no Mediterrâneo italiano, onde o sal animou, fortemente, o seu comércio, em particular o de Veneza, que de produtora, até finais de XIII, adquiriu uma posição de força no tráfico do sal no Mediterrâneo, pelo facto de as suas compras se tornarem indispensáveis às áreas produtoras[10]. Como nota J. C. Hocquet no seu artigo, pioneiro, acerca da metrologia do sal, não admira a multiplicidade de Tratados de *"Pratica de Mercatura"*, que comparam as medidas de sal no Mediterrâneo, em especial as de Veneza, mas também Génova e Florença[11]. Mas, acrescenta que seria conveniente comparar tais dados com os textos guardados nos arquivos, porque, e interessa citar:

"*entre as capacidades e equivalências definidas pelas leis ou transmitidas ao conhecimento dos mercadores, e a realidade quotidiana da medição, tal como era praticada pelos medidores, muito hábeis a enganar o seu cliente, com o acordo tácito ou expresso do Estado, existiam muitas e profundas divergências, cuja natureza convém estudar, procurar razões, medir as diferenças obtidas*"[12].

Por vezes, não se trata de fraude, mas da própria natureza da mercadoria, como refere, relativamente às medições feitas em Lisboa: 24 moios de grão fazem na Flandres 100 "hoet", enquanto para o sal seriam necessários 25 moios, devido à redução do volume do sal, durante a viagem; o mesmo se passaria em Veneza[13]. São muitas, por isso mesmo, as cautelas a tomar, na possível avaliação da movimentação do sal a partir de Aveiro. Virgínia Rau nunca destrinçou tais conceitos, embora refira "moios" e "milheiros", sem se preocupar, contudo, com equivalências, registando-os simplesmente[14].

---

[10] HOCQUET, Jean-Claude - *Le sel et la fortune de Venise*..., o.c.

[11] Id. -*Métrologie du sel et histoire comparée en Méditerranée*..., *o.c.*, p. 393. Retoma o assunto, numa artigo mais alargado em HOCQUET, Jean-Claude - *A la jonction du commerce maritime et des trafics terrestres, les mesures de Venise: muid, setier et minot*..., *o.c.*, p. 3 a 19.

[12] Id. , *Ibid.* , p. 394.

[13] Id. , *Ibid.* , p. 403.

[14] Os exemplos podiam ser vários, mas entre outros, na sua obra RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal português*. . . , o. c. , p. 290: os dados referentes ao ano de 1776, apresentam a exportação, por mar, do sal português, em moios de Setúbal, Lisboa, Vila do Conde e Algarve, e em

Podemos afirmar que existem medidas relativas ao comércio externo, pela Barra, e medidas para o comércio local, para as localidades mais próximas. No primeiro caso houve uma evolução ao longo do séc. XVIII, que merece reflexão. O quadro seguinte tenta sintetizar e localizar as fontes de que nos servimos:

QUADRO 1

Medidas de sal usadas em Aveiro

Ano	Medidas	Equivalências		Fonte
		Submúltiplos	Alqueires	
1692-99	milheiro	5 contos	750	AMA,n.96
1692-99	conto	50 rasas	150	AMA, n.96
1784	moio	20 rasas	60	BMA, s/n/
1784	rasa		3	BMA, s/n/
1784	búzio		3	BMA, s/n/
1704	búzio		3.8	AUC, Casa Aveiro,n.9

Há uma nítida distinção na utilização destas medidas. No comércio externo: o milheiro, conto, moio, rasas ou búzios; no comércio interno: apenas contos e rasas. Mesmo as que se referem ao comércio externo, foram-se alterando, ao longo do séc.XVIII. Vejamos o quadro seguinte:

QUADRO 2

Medidas de sal usadas em Aveiro no comércio externo

milheiro	utilizado até 1742*[15]; a Misericórdia deixou de indicar preços de milheiro desde 1740[16], passando a ser o do conto, valendo este 1/5 do milheiro (veja-se Quadro anterior).
moio e conto	só desde 1814[17] se estipula que a medida fosse não mais o conto, mas sim o moio de 20 rasas, medida aplicada, de imediato, no comércio externo[18]
búzio	utilizado até 1721[19], a partir de então apenas rasas, mantendo a mesma equivalência

milheiros. do Porto e de Viana do Castelo; ignoramos donde retirou tais informações. visto não indicar a fonte.

[15] Foi no levantamento sistemático dos livros de saída de sal que constatamos a evolução no emprego destas medidas: AMA. n. 108. Livro das entradas e manifestações do sal despachado em embarcações na Alfândega desta vila. 1720-1766.

[16] Esta nossa afirmação baseia-se no facto de. nos diferentes registos respeitantes às marinhas da Misericórdia. desde 1740/41. se indicar não mais o preço do milheiro. mas sim do conto:ASCMA. Livros de Receita e Despesa. n. 188 a 211; Livros de Receita. n.108 a 110; Livro das marinhas. n.354.

[17] AMA. LV. n. 9. ss. 9/8/1814.

[18] ANTT-AA. n. 926-Livro da extracção do sal. 1804-1815.

[19] AMA. n. 108. Livro das entradas e manifestações do sal despachado em embarcações na Alfândega desta vila. 1720-1766

Estas alterações, para medidas cada vez mais pequenas, podem querer indicar, por um lado, uma diminuição do volume dos embarques, por outro, a influência das utilizadas noutros portos, com quem Aveiro mantinha contactos. Em 1802, temos indicação concreta da utilização do moio[20], mas provavelmente desde muito antes desta data, visto ser medida utilizada em Setúbal, Lisboa e Figueira[21], donde, especialmente desta última, vinha quantidade apreciável de sal[22]. No entanto, depois de entrado em Aveiro, em moios, era vendido *"para os portos da Comarca"*, portos fluviais e mercados da Comarca, em contos, o que confirma a indicação de que a medição a partir de Aveiro era feita em contos.

De 1814 em diante, a situação ter-se-ia alterado. Pretendia-se unificar as medidas, embora sem grande sucesso, como se verá, aplicando-se a mesma designação para capacidades diferentes; oficialmente, as medidas seriam, em meados do séc.XIX, segundo o *"Museu Technologico"*, as seguintes:[23]

QUADRO 3

Medidas de sal em 1877

Medida	Submúltiplo	Alqueires
barco	4 moios de rasas	720
moio	60 rasas	180
rasa		3

Fonte: ALCOFORADO, M. Maia-A indústria do sal...o.c., p.76

Porém, como escrevia Alcoforado: *"a medida adoptada no comércio para a venda do sal é o moio de rasas de três alqueires (milheiro), e o barco de quatro moios de rasas"*, mas se *"até 1860 a capaciade destes barcos era aferida no concelho de Aveiro: depois daquela época porém este costume principiou a cair em desuso, de maneira que actualmente os carregadores mandam fazer seus barcos de lotações diferentes, o que origina confusão nos preços do sal, e é causa de incalculáveis prejuízos para os interessados na indústria salineira"*[24].

---

[20] Apenas, desde 1802, temos este tipo de registo de entradas e saídas de mercadorias, pelo porto de Aveiro; desta forma, se verifica que entra sal, em moios, especialmente da Figueira: ANTT-AA, n.917-Fianças do mar, 1802-1806.

[21] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal português..., o.c.*, p. 290.

[22] Nos livros chamados de Guias de Fianças dos Portos Secos do sal, a partir de 1750, ano em que fizemos este levantamento, verifica-se que quase 5% do sal que circula à volta de Aveiro, era proveniente de Setúbal; em 1788, da Figueira vinha 11%, e em 1799, quase 38%; este assunto será referido mais à frente, a propósito dos mercados locais para o sal.

[23] ALCOFORADO, M. da Maia - *A indústria do sal..., o.c.*, p. 76.

[24] Id. , *Ibid.* Uma informação contida no *"Mappas das medidas do novo systema. . . 1868"*, pág.25, confirma esta mesma, disparidade: concelho de Aveiro rasa de sal 39 litros, concelho de Ovar rasa de sal de 77 litros, de Ílhavo, rasa de 42 litros, concelho de Águeda, búsio de sal de 57 litros. David Justino, no seu artigo sobre o sal de Aveiro, regista, para o período que estudou, 1862-1931, que " *a*

Ao longo do séc.XVIII, a situação não é muito diferente, e a razão principal, na opinião comum de proprietários e do juiz da Alfândega, estava na imperícia dos medidores *"uns não sabiam ler"*, outros *"prejudiciais à fazenda"*, porque todos mediam mais do que o devido[25]. Em 1760, os proprietários das marinhas queixam-se que *"nesta cidade e vilas em redor havia-se introduzido a 'corrotela' de que na compra do sal alguns marnotos, no conto do sal, que eram 50 rasas, costumavam levar 52 rasas, ficando 2 sem direitos, em prejuízo dos senhorios"*; e ainda 1 rasa de mais *"para a conta"* (para o sal que possa levar alguma água), outra para os barqueiros, outra para vinho, outra para lastro[26]. Em 1775, o Juiz da Alfândega acusava os exageros das medições, sempre acima da medida prevista, prejudicando-se a Fazenda[27]. Em 1784, queixam-se *"os Senhorios de marinhas do Rio Salgado"*, invocando, igualmente, o prejuízo que a Real Fazenda estaria a sofrer:

> *"os medidores estão fazendo de muitos anos a esta parte um excesso de medida [...], porque eles medem o sal nas eiras aferida pelo Padrão do Concelho que leva somente três alqueires, sem algum cogulo, por se estabelecer no Foral dado a esta Cidade, pelo Sr. Rei D. Manuel, que Deus tem em Glória, que as medidas daquele tempo se reduzissem a alqueires, abolindo o uso dos búzios e antigos moios, de que o Foral fala, e constituindo o milheiro de sal de setecentos e cinquenta alqueires, de forma que compondo-se o milheiro de cinco contos, e cada conto de cinquenta rasas de três alqueires cada uma que fazem os setecentos e cinquenta alqueires de cada milheiro como se declara no dito Foral";"os referidos medidores não só medem as ditas rasas com cogulo, [...] mas até fazem os contos de cinquenta e duas rasas"*[28].

O mesmo se repete em 1809 e, desta vez, *"particulares senhorios"* e *"oficiais da Alfândega"*, concordaram no *"excesso das medidas de sal"*, passando a medição a ser feita *"pelo marnoto vendedor, ou homem que qualquer destes nomeasse de uma parte, e da outra pelo próprio comprador ou pessoa por ele escolhida, sendo no fim pelo medidor rasada a medida, pau com pau"*[29]. Finalmente, em 1814, a fim de literalmente acabar com a fraude, faz-se do moio a medida base, medida de

---

medida na generalidade dos casos, adoptada, era o barco de sal, correspondendo a 9360 L, ou 4 moios de rasas, ou 240 rasas. Para o sal expedido por caminho de ferro, utilizava-se o wagon de 1000Kg", in JUSTINO, David - *Problemas de História dos Preços: o sal e o milho no mercado de Aveiro(1862-1931)...*, o.c., p.35. Entretanto, LEPIERRE, Charles- *Inquérito à Indústria do sal em Portugal...*, *o.c.*, p. 223, indica o wagon de 10 toneladas.

[25] AMA, LV, n. 8, ss. 5/8/1775

[26] AMA, LV, n. 7, ss. 5/9/1760

[27] AMA, LV, n. 8, ss. 5/8/1775

[28] AMA, LV, n. 8, ss. 4/9/1784; BMA, s. n. , Livro de Privilégios e Cartas de Oficios pertencentes à Câmara, f. 219v.

[29] AMA, LV, n. 9, ss. 9/8/1809.

20 rasas, porque "*o menor número de rasas necessárias para completar esta medida deixa mais proporções para descobrir qualquer malicioso excesso dos mesmos medidores*"[30].

Parece-nos que esta consciência crescente, numa rigorosa aferição das medidas, coincide com períodos, bem marcados, na comercialização do sal. Concretizando, as preocupações dos proprietários coincidem com períodos de diminuição de vendas, provável diminuição de produção; as queixas do juiz da Alfândega fazem-se, quando se está a vender bastante, e muito escaparia às imposições régias. Ao observarmos, mais à frente, as curvas de comercialização, compreendemos melhor estas queixas: em 1760, os proprietários viam diminuídas as vendas; em 1775, pelo contrário, aumenta a comercialização, ao ponto de se recrutarem cada vez mais, medidores e, a Alfândega querer contabilizá-la. Em 1784, a crise seria forte porque proprietários e Alfândega queixam-se, conjuntamente; em 1815 nota-se, alguma recuperação, mas estamos longe do passado, o controlo aperta-se. Em conclusão, como em tudo, quando havia abundância, não se notavam os desmandos, em período de défice, qualquer 'migalha' contava.

2 - Áreas de cultura, superfície e técnicas

Num trabalho recente sobre Aveiro Medieval, refere-se a certo passo: "*é verdadeiramente impressionante a sensação que se desprende da análise da documentação que aos séculos XI e XII se refere: dir-se-ia que Aveiro era só marinhas*"[31]. Assim parece!

A - Descrição e número de marinhas

O número de marinhas e sua localização evoluiu ao longo dos tempos, sendo difícil uma rigorosa avaliação, devido à inexistência de estatísticas até meados de XIX e, mesmo assim, para datas aproximadas, os números variam, significativamente, sinal de conceitos diferentes do que

[30] AMA. LV. n. 9. ss. 9/8/1814.
[31] SILVA. MªJoão Violante Branco Marques - *Aveiro Medieval..., o.c.*, p. 97.

seria uma marinha, ou então, duma certa facilidade em fazer e desfazer marinhas.

Começamos por uma definição, tirada dum prospecto apresentado na Exposição Universal de Viena de Áustria, em 1873, acerca das "*Marinhas da Ria de Aveiro*" e, tal como propunha, trata-se duma definição clara e simples, facilmente percebida pelos não especialistas:

"chama-se marinha a uma superfície de terreno vedada em volta por um muro de 'torrão' e dividida regularmente em certos compartimentos onde a água salgada da Ria possa entrar, demorar-se, e correr segundo as conveniências do fabrico do sal. Deduz-se que esta superfície deve ser de nível inferior ao das marés na praia-mar, ter comunicação com a ria e ser sensivelmente plana"[32].

Cada compartimento comunicava com os restantes por meio de comportas, tornando possível a passagem da água, por gravidade. Por este movimento, vai-se obtendo uma precipitação fraccionada dos sais, atingindo, finalmente, o cloreto de sódio, vulgo sal.

Estes diferentes compartimentos, com terminologia própria, foram estudados, e a cada um deles atribuídas determinadas dimensões. O quadro que se segue [e desenho esquemático], poderá auxiliar na descrição dos diferentes tanques, partindo dos de maior dimensão e altura, até aos subdivididos cristalizadores e condensadores.

QUADRO 4

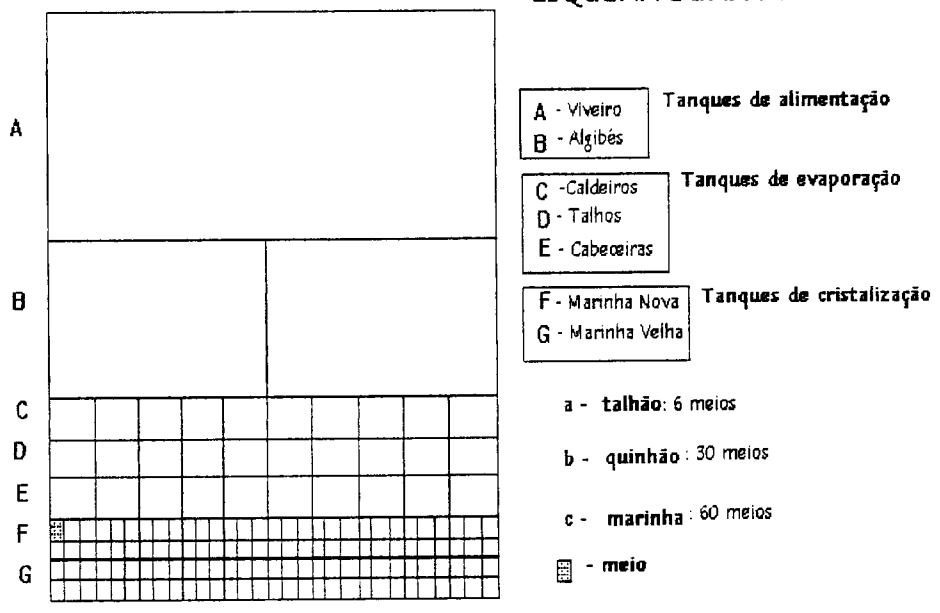
Diferentes compartimentos duma marinha de Aveiro

Tanques *	Designação **	Subdivisão**
I Tanques de alimentação	Comedorias	Viveiros, Algibés
II Tanques de evaporação	Mandamento	Caldeiros,Sobrecabeceiras,Talhos,Cabeceiras
III Tanques de cristalização	Marinha	Marinha nova: meios de cima, meios de baixo; Marinha velha: meios de cima, meios de baixo

* estas expressões utilizadas por VIEIRA, Mª Natividade - *Ecologia de Salinas...*, o.c., p. 4.
** terminologia conhecida em Aveiro e utilizada por Silvério Augusto, Charles Lepierre, Diogo Alcoforado, autores até aqui citados; este último usa também a expressão cristalizador referente aos meios de baixo da marinha, que na opinião de C. Lepierre não era empregue nas salinas de Aveiro, como confirma Sá Nogueira in "*A linguagem das salinas*"..., o.c.

[32] SILVA, Eng. Silvério Augusto Pereira da, MOURA, Francisco António Marques de - *Breve Notícia sobre as Marinhas da Ria de Aveiro...*, o.c., p. 294.

ESQUEMA DUMA MARINHA



FONTE: ALCOFORADO, D.Maia A indústria do sal...
LEPIERRE, C-Inquérito à...,
SILVA, S.A.-Breve notícia...

Interessa agora saber como se avaliava a extensão duma marinha. Ora, a forma corrente de o fazer, em Aveiro, era através do número de "meios". Como explica Silvério Augusto, "*o meio é a unidade da marinha quando se trata de conhecer da sua capacidade e valor, e assim diz-se que uma marinha tem 20, 30, 40 meios tendo geralmente o meio a mesma FIGURA E SUPERFICIE*"[33]. Diogo Alcoforado, acrescenta "*a unidade de medida nas marinhas é o meio: quem diz uma salina de tantos meios de largura, subentende em comprimento a praia necessária para alimentar d'água concentrada esse número de meios*"[34]. Ou seja, dois aspectos que nos interessam: o número de meios determina a sua área, o meio tem sempre, em qualquer marinha, a mesma figura.

Em geral, a largura de cada meio era de 4.44 metros segundo Alcoforado[35], 4.50 metros mediu C. Lepierre[36]. A mesma medida de sempre, como o Foral de Aveiro previa, a propósito do pagamento sobre as marinhas, o chamado "*direito dos búzios*"[37] (1 búzio sobre 1 talho); mais tarde, pelo menos, desde o séc.XVII, designado por "*direito das quarias*":

---

[33] Id., *Ibid.*, p.297.
[34] ALCOFORADO, M. da Maia - *A indústria do sal. . . .* o. c. , p. 57.
[35] Id. , *Ibid.* , p. 57
[36] LEPIERRE, Charles - *Inquérito à Indústria do sal em Portugal*, o. c. , p. 72.
[37] MADAHIL, Rocha - *Forais Novos do Distrito de Aveiro: Foral de Aveiro..., o.c.*, p. 69

"*todas as marinhas que possuem dentro da jurisdição desta vila de Aveiro e para se obrigar a pagar o tributo e direito das 'quayras' à dita casa de Aveiro ou a seu rendeiro que é uma medida cheia de sal chamada búzio*"[38].

O Foral fornece a largura de cada talho: "*no talho há em ancho doze varas de medida de cinco palmos a vara e de longo o que cada marinha for*"[39]. Sendo a vara de 5 palmos de 1.1 metros, o resultado final é de 13.2 metros de largura[40]. Como a largura de cada talho corresponde a 3 meios, significa que cada meio tem de lado 4.4 metros, prova da manutenção das dimensões.

Acrescentem-se mais alguns dados para futuros cálculos:

. a marinha chama-se singela, quando tem apenas duas ordens de meios (cima e baixo); quando tem quatro, diz-se dobrada (marinha velha e marinha nova); seis meios formam um talhão, trinta um quinhão e sessenta ordinariamente uma marinha "*também as há de quinze meios e menos, mas não é essa a regra geral*"[41];

. a relação entre a superfície dos diferentes compartimentos duma marinha foi avaliada, entre outros, por Charles Lepierre; estudando e comparando estimativas prévias, concluiu que, em média, o "viveiro" corresponde a 35% da superfície da marinha, as restantes peças evaporativas (algibés, caldeiros, sobrecabeceiras, talhos e cabeceiras) 55%, os meios de cima da marinha velha e nova 10%, e os meios de baixo outros 10%[42].

A conclusão que, de momento, nos interessa é simples: os meios correspondem a cerca de 10% da área total. Portanto, sendo, em média a área duma marinha de 50000 m2, como calcula o mesmo autor, os 60 meios duma marinha correspondem a 5000 m2, que são os 10% estimados. Obtido este cálculo, a partir do conhecimento do número de meios, podemos ter uma ideia aproximada da extensão da área destinada à produção de sal. O

---

[38] AUC. Casa Aveiro-Tombo 9-1704. f. 43.

[39] *Foral de Aveiro...*, o.c., p.72.

[40] VALDEZ. Luis Travassos - *Noticia sobre os Pesos, medidas e moedas de Portugal e suas Possessões Ultramarinas..., o.c.*, p. 9: " *a vara tem 5 palmos de 1 metro, 10 centimetros*": 12 x 1.1=13.2 metros/3=4.4 metros.

[41] ALCOFORADO. M. da Maia - *A indústria do sal*. . . . o. c. , p. 57.

[42] LEPIERRE. Charles - *Inquérito à Indústria do sal em Portugal*. . . , o. c. , p. 72; no texto deste autor aparece apenas a percentagem de 10% relativamente aos tanques cristalizadores, visto que a cristalização apenas se faz nos meios de baixo, quer da marinha nova quer da velha, embora os meios contíguos também forneçam algum sal.

quadro seguinte reúne algumas informações sobre a evolução do número de marinhas, ao longo do tempo, colhidas em fontes dispersas:

QUADRO 5

Diferentes avaliações do número e área das marinhas ao longo dos tempos

Fontes	Data	Nºmarinhas	Superfície Total	Área da marinha
Alcoforado	D.Afonso IV	500		
AUC, CA, n.7	1693/1704	112[43]	560 ha	
Lacerda Lobo	1790/91	178		
Alcoforado	meados XVIII	178[44]		
ANTT,CF,n.163	1815	274[45]	1370 ha	
Silvério Augusto	1873	450	3000 ha	68020 m2[46]
Alcoforado	1877	750	3000 ha	44177 m2[47]
Regalla, F.A.	1888	400	2000 ha[48]	

Esta disparidade de números quer empurrar-nos para o conceito, largamente generalizado e extensível aos nossos dias, de que o número de marinhas e sua produção, declinou, ao longo dos tempos, em especial a partir da 2ªmetade de XVIII. Todos repetem o mesmo. Alcoforado refere os números de Lacerda Lobo[49], sem os citar, os quais vão sendo, sucessivamente, repetidos por vários, até aos nossos dias[50]. O ponto de referência são as 500 marinhas, conhecidas no reinado de D. Afonso IV; logo, toda a estimativa

[43] Dados extraídos dum Tombo da Casa de Aveiro de 1697, em que as marinhas são avaliadas em "meios", no cumprimento do estipulado em Foral, ou seja, que todas as marinhas da vila pagassem ao senhor da Vila, um búzio por um talho que correspondia a 3 meios; contámos 6705 meios:60=111, 75 Mas, tenha-se em atenção que apenas se refere à vila, excluindo as que se estendiam por Ílhavo, Vagos, Esgueira, Estarreja, etc.; a área foi estimada a partir da avaliação de 50000m2, por marinha.

[44] Claramente colheu os dados em Lacerda Lobo, sem os citar.

[45] Este documento indica 16450 meios de marinha; como 60 meios completavam uma marinha, como vimos atrás, aponta para, aproximadamente, 274 marinhas; multiplicada pelos 50000m2 dá 1340 hectares;

[46] 33 meios dobrados; segundo este cálculo, a área total das marinhas deveria ser 3060, 9 ha, que preferiu arredondar.

[47] Alcoforado não estima o número de marinhas, mas sim de quinhões; ora, como ele próprio classifica, "*seis meios formam um talhão, trinta um quinhão, e sessenta ordinariamente uma marinha*", e regista 1500 quinhões, logo 2 quinhões dão uma marinha; entretanto, se, segundo os seus cálculos, cada marinha for de 44177 m2, a área total seria de 3313, 27 ha;

[48] Regalla, F. A. da Fonseca - *A Ria de Aveiro*, . . . o. c. , p. 19: se cada marinha tem de área 50000m2, a área total atingirá os 2000ha.

[49] ALCOFORADO, M. da Maia - *A indústria do sal*, ... o. c. , p. 48.

[50] PELIZ, Marina - *Exploração do sal em Aveiro, um caso de bloqueio à inovação tecnológica...*, *o.c.*, p. 257: apresenta uma tabela da produção do salgado ao longo dos tempos até 1983.

abaixo daquele número se torna crítica e declinante. Não se nega a decadência das salinas, mas importa contá-las e datar tal decadência.

Renuncie-se a qualquer objectivo de precisão: desconfia-se de número tão redondo - 500 marinhas. Além disso, entre as marinhas em bom estado e as abandonadas, surgem outras que só se fazem nos bons anos ou, quando o comprador reclama o sal[51]. O próprio Foral de Aveiro previa esta situação, sob o título "Marinhas Danificadas", admitindo que o jogo da oferta e da procura condicionava o próprio fabrico da marinha. Leia-se:

"E porque é algumas vezes dúvida entre os Senhorios dos ditos direitos e os das propriedades das ditas marinhas quando se deixam danificar, nós havendo respeito à muita custa que se faz no corregimento delas e à pouca valia que às vezes tem o sal e algums anos dão má novidade, determinamos que quando algumas pessoas as assim deixarem danificar, não sejam por elas requeridos nem encorridos em alguma pena até cinco anos, no fim dos quais serão requeridos pelos Almoxarifes e Oficiais dos ditos direitos que as reparem e corrijam logo, aos quais será dado o tempo que parecer convinhável para bem se poderem corrigir, segundo a danificação que tiverem"[52].

Enfim, a contagem do número de marinhas não é dado seguro para avaliar a prosperidade ou não da produção.

B - Localização das marinhas

Todas as marinhas de Aveiro são feitas em terrenos inferiores ao nível das águas vivas, tornando-se indispensável que elas fiquem descobertas na baixa-mar e, completamente alagadas, na preia-mar; não tendo este meio termo de nível, é impossível escoarem e tomarem água naturalmente, quando transformadas em marinhas[53]. Portanto, as exigências do seu fabrico, obrigam, forçosamente, a uma certa localização:

- devem estar a uma distância apreciável do mar, mas de modo a fazer-se sentir o efeito das marés;

---

[51] Exactamente as mesmas constatações no estudo acerca das marinhas do Oeste Francês. em DELAFOSSE. M. , LAVEAU. CL. - *Le commerce du sel de Brouage aux XVIIe et XVIIIe siècles...*, *o.c.*, p. 14.

[52] *Foral de Aveiro...*, *o.c.*, p. 72.

[53] ALCOFORADO. M. da Maia - *A indústria do sal* . . . , o. c. , p. 53.

- devem situar-se numa região plana, quase ao nível do mar, permitindo que os diferentes tanques sejam baixos e largos;

- devem colocar-se em zonas de estuários, onde o solo, apesar de ser arenoso, contenha argila que lhes dê uma certa impermeabilidade;

- devem situar-se em regiões de clima em que a evaporação bruta exceda a precipitação bruta.

Tais condições, ideais, comportam alguns problemas, se todas não ocorrem, equilibradamente: quando a proximidade do curso de água doce tende a provocar um abaixamento de salinidade, ou se, devido à proximidade do mar, houver o perigo da destruição das salinas, durante as tempestades invernais[54].

Tendo em conta os factores apontados, tente-se, então, localizar, ao longo do séc. XVIII, as marinhas do Salgado de Aveiro. A deslocação da Barra de Aveiro trouxe, certamente, alguma perturbação e, sobretudo, mudança na própria distribuição das marinhas[55].

Como já estudámos, em capítulo anterior [cap.2, I Parte], pelo menos, ao longo de XVIII, e desde 1757, essa deslocação estava a fazer-se, para sul da Vagueira. Naturalmente, que se verificou o atrofiamento e assoreamento de alguns canais, diminuindo o grau de salinidade em troços da Ria, até então, aptos a fazer sal. Um dos casos mais evidentes foi a extinção de marinhas existentes em Ovar, perfeitamente documentadas nos inícios de séc. XVII, em 1605, de iniciativa do Conde da Feira[56]. Os vestígios da sua existência surgem-nos no "*Mappa Topografico [...], desde a dita Barra thé à do Porto, e para o Sul da mesma Barra de Aveiro...*", de 1778[57] [ver carta n.5 do Anexo], a partir

---

[54] VIEIRA. Maria da Natividade - *Ecologia das Salinas..., o.c.*, p. 1-2.

[55] Ora, como observou ALCOFORADO. M. da Maia - *A indústria do sal...*,o.c. , p. 49. "*se ela [Barra] se conserva larga e profundamente rasgada, as águas do Vouga, as do Antuã e as dos rios e ribeiros afluentes têm saída fácil, e no fluxo a ria enche-se de água do mar com o necessário grau de salsugem, para que o seu cloreto de sódio possa ser extraído por meio das marinhas. Se, pelo contrário, a corrente da barra é diminuta, as águas doces conservam-se estagnadas na grande baia, e, predominando sobre as salgadas, tornam inteiramente impossível qualquer exploração salífera*".

[56] AMORIM. P. Aires de - *Para a História de Ovar-Marinhas de sal, nos séculos XV a XVII..., o.c.*, p.35: em 23 de Maio de 1605, reuniu-se o Cabido da Sé, nomeando seus Procuradores, para fazerem vistoria e apegação das três marinhas que D. João de Forjás Pereira de Menezes, Conde da Feira e Senhor das Terras de Cambra e Ovar, ia fazendo na Vila de Ovar, uma de 75 meios "*fora o Viveiro*", outra de 42 meios, e uma terceira de 96 meios; estava começada uma de 40 meios.

[57] IGC-Carta n. 312-ano 1778.

do topónimo Marinha Grande, situado entre a Cal do Covelo que vai dar ao Carregal, e a Cal de Ovar.

Observando a cartografia disponível, verifica-se que, na carta de 1759[58][ver carta n.2 do Anexo], onde está assinalada a Barra, aberta em 1757, por João Ribeiro da Silveira e, simultaneamente, os projectos de François Jacinte Polchet e Charles Mardel, aparece, em legenda, o seguinte: "*as Ilhas formadas pelas caes do Espinheiro, Cal do Ouro, Cal de Aranhas, esteiro de Esgueira, são lagoas misturadas de marinhas de sal, e do mesmo modo as que há costeando pela banda do Vouga, até Ilhavo*". Vinte anos mais tarde, dois Mapas Topográficos elaborados pelos engenheiros Isidoro Pereira e Manuel de Sousa Ramos, em 1778, mostram a alteração sofrida, entretanto [ver cartas n.4 e 5 do Anexo][59]:

. reduziu-se a área das marinhas; e entre o esteiro de Esgueira e o Esteiro de Sá, aparece a indicação de "*marinhas velhas*", num dos mapas, e "*marinhas perdidas*", noutro; reduziu-se, igualmente, a área a sul, entre a Cal da Gafanha e Ílhavo, onde, do mesmo modo, se assinalam "*marinhas velhas*";

. surgem, entretanto, marinhas novas para oeste da cal do Espinheiro, nas Ilhas de Monte Farinha e Sama, não assinaladas no mapa de 1759; e ainda as chamadas "*marinhas do Forte Novo*", como muito visivelmente, se pode observar, a caminho da Barra.

A partir daqui, e até à abertura da barra, em 1808, não conhecemos mais representações da barra, mas sabemos que, em 1791, estava fechada e quase sempre entupida, dificultando nesta época, com toda a certeza, a produção de sal [ver cap.2, I parte].

O Mapa da Ria de Aveiro, da autoria do Engenheiro responsável pela recuperação da Barra, datado de 1813[60], pouco depois do sucesso da abertura, mostra, muito claramente, que, não apenas se conservaram as marinhas feitas, entre 1759 e 1778, como se recuperaram algumas, entre o esteiro de Esgueira e o de Sá, mas para sul de Aveiro, até Ilhavo.

Aos dados, até agora, coligidos podemos acrescentar outros que nos permitam desenhar uma cronologia, no avanço e recuo da área das marinhas, apenas no que diz respeito ao séc. XVIII.

---

[58] IGC. carta n.315 - 1759.
[59] IGC. cartas n.308 e 312, de 1778.
[60] IGC.carta n.319.

Até meados de XVIII, pode falar-se em alargamento da área das marinhas, e os sinais são variados. Em 1692, El-Rei manda que *"não se alaguem as marinhas"*, porque *"há necessidade de sal para Galiza"*[61]. Em 1736, João de Sousa Ribeiro da Silveira, cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Capitão-Mor da Vila de Ílhavo, empraza 7/8 da Ilha de Poço (ou Trovisco) a Aires de Sá e Melo e, em 1739, arrenda o restante da Ilha ao outro proprietário D.Inês Perestrelo Rangel, viúva; quando da escritura de dote, feito pelo seu casamento com D.Brites Joana Teresa da Silveira, em 1743, faz-se referência às marinhas de sal que, entretanto, tinha feito na mesma Ilha[62].

O verdadeiro sinal de alarme, por parte da Barra, deu-se, na nossa opinião, em 1757, e foi precisamente este mesmo Capitão que, nesta data, rompeu, às suas custas, a Barra na Vagueira, como vimos em capítulo anterior, sinal de que os seus recursos estavam a diminuir, logo, a área das marinhas sofria uma regressão.

Contudo, as oscilações da Barra e sua deslocação para sul, levaram ao aproveitamento de marinhas cada vez mais próximas da entrada da água salgada, e daí, a sua situação, em novos espaços, como os de Forte Novo, Monte Farinha e Sama. A comprovar tal facto, numa sondagem que fizemos aos Livros de Portos Secos, referente ao ano de 1788, verificou-se que quase 7% do sal que se vendia aos lugares vizinhos de Aveiro, era proveniente das marinhas do Forte Novo[63].

Naturalmente que a partir da abertura da barra se renovou o cultivo das marinhas, pela adesão ao convite publicitado pelo próprio engenheiro da Barra, Luis Gomes de Carvalho que, em Março de 1805, anuncia as obras que ia iniciar e, por conseguinte, estariam criadas boas condições para o fabrico do sal: "*tenho a honra, e a mais lisonjeira satisfação de convidar a todos os senhores proprietários de marinhas de Aveiro, a que façam mandar fabricar as suas respectivas marinhas, visto que muito a tempo terei executado o meu projecto e estarei no estado de poder evacuar as águas doces da Ria para se escoarem à vontade as mesmas Marinhas, e dar depois na Ria grandes marés de água salgada para se fazer o sal como no resto das Marinhas do Reino*"[64].

---

[61] MADAHIL. A.G.da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, *o.c.*, p. 374.

[62] NEVES. Francisco Ferreira-*O aforamento perpétuo da Ilha do Trovisco ou do Posso na Ria de Aveiro...*, *o.c.*, p. 81.

[63] AMA. n. 143 - Livro das guias das fianças do sal-1788

[64] NEVES. Francisco Ferreira - *Resumo Histórico da Barra de Aveiro...*, *o.c.*,p. 33.

Luis Gomes acreditava, firmemente, naquilo que estava a fazer e a dizer, porque encontramo-lo, desde Junho de 1806, a comprar várias marinhas, como se pode ver nos livros de Sisas de 1806, e de Notário de 1807[65], além de arrendar às Freiras de Lorvão várias praias e marinhas, ter comprado a Ilha de Sama. Outro comprador foi Guilherme Guerner (e sua família), rico negociante da cidade do Porto que, entre 1806 e 1812, comprou quase 370 meios, dos quais 30% se situavam, precisamente, na "*Gafanha ao pé do Forte*"[66]. Mas estes aspectos, relacionados com a propriedade das marinhas, podemos lê-los mais à frente, em lugar próprio. Para já, fica a ideia dum renovar de áreas que a expectativa da abertura da Barra proporcionou.

Poder-se-á concluir, de momento, que nem sempre as dificuldades da barra teriam provocado uma diminuição da produção; houve sim uma deslocação das áreas de produção, à procura da água salgada. De qualquer forma, entre 1791 e 1808, a produção foi efectivamente, afectada.

A localização pormenorizada das marinhas é, como se compreende, tarefa gigantesca: por um lado, porque se nos escapa grande parte da toponímia; por outro, porque na própria documentação, muitas vezes se escreve "*e por ser bem conhecida se não demarca*"; e ainda porque nos falta um fundo cartográfico seguro que acompanhe as diferentes evoluções.

A oportunidade de localizar as marinhas surgiu, quando o Tombo da Casa de Aveiro, de 1704, levantava todas as marinhas "*dentro da jurisdição desta dita vila de Aveiro, para se obrigar a pagar o direito das quairas*" (1 búzio ou três alqueires de sal por cada talho de marinha como mandava o Foral[67]). Infelizmente, nem sempre são indicados os nomes das marinhas e, sobretudo, a sua localização exacta. Nomeiam-se esteiros e cales, mas a toponímia, em muitos casos, não a reconhecemos. Tentámos então, partindo do princípio de que houve uma certa ordem lógica no percurso de levantamento das marinhas, compulsar uma listagem desses canais e esteiros, que nos deu a seguinte hipótese:

1º-a norte da cal da cidade:

---

[65] AMA-n. 1712. Livro de Sisas. 1805-1807; ADA. SN. n. 341. 344. 346. 347

[66] ADA. SN-Aveiro. n. 346. 350. 353. 356

[67] AUC. Casa Aveiro-Tombo 9-1704. f. 43. MADAHIL. Rocha - *Foral de Aveiro*. . . . . o. c. , p. 69.

. de norte para sul: esteiros Leiva, Sá, Prancha, Sá, S. Roque, Casa, Dobadoura, Carreira, Sá, Maria Dias, Ponte Ledo, S. Gonçalo, Seboleira;

. de este para oeste: esteiros de Frades, Regateira, Brasalaia, Sircia, Robala, Saima, Robala, Romanos, Frades, Cal S.Gião, Sama, Espinheiro, Ouro;

2º-a sul da cal da cidade

esteiros de Paraíso, Arada ou Serra, Boca Asno, Pinheira, Bento, Fajarda, Entortas, Robala, Casa, Cal, Sebeira, Dobadoura, Santiago, Serra ou Arada, Arneiros, Serra, Dobadoura, Saboleira, Dobadoura, Fonte da Pega;

As cartas que apresentamos em Anexo [especialmente as cartas n.4, 5 e 6] confirmam algumas destas localizações, mas uma reconstituição, mais cerrada, seria um trabalho minucioso, de equipa, num futuro.

3 - Proprietários e regimes de exploração

Se o estudo da repartição fundiária é sempre algo de complexo, no caso das marinhas, o problema agudiza-se ainda mais, ora porque as fontes escasseiam, ora porque a natureza do terreno alimenta a indefinição: lembremo-nos que um viveiro serve vários meios que, por sua vez, podem ser pertença de vários proprietários. O que vamos tentar é verificar até que ponto o regime de propriedade pode ter afectado a produção.

A - Os proprietários

Diz-se que, desde o primeiro documento respeitante a Aveiro, a Vila aparece referenciada, segundo a sua capacidade de fazer sal[68] e, pelo menos até ao séc. XIII, as salinas eram não só património de privilegiados, mas também de indivíduos que, tudo indica, eram proprietários alodiais. Este movimento conhecido e estudado até ao séc. XV, interessava quer a instituições religiosas, quer a particulares, quer ao próprio rei[69]. Provavelmente, nesta apetência pelo crescimento da produção que o

[68] SILVA, Mª João Violante Branco Marques - *Aveiro Medieval*. . . . o. c. . p. 96.
[69] Id. . *Ibid*. . p. 97.

comércio estimulava, gentes de fora de Aveiro tentavam igualmente possuir marinhas; mas, logo se impediu este processo, sobretudo, a mercadores do Porto, como parece ter acontecido no séc. XIV[70].

Nos finais do séc.XVII, inícios de XVIII, contámos, mais uma vez, com o Tombo de 1697-1704, que, a propósito de imposições devidas ao Duque de Aveiro, permite uma avaliação aproximada dos proprietários das marinhas, embora seja circunscrito aos limites da então, ainda Vila de Aveiro[71]. Baseados nestes dados, elaborámos quadros, tentando responder a algumas questões:

QUADRO 6

Distribuição dos "meios" das marinhas

Nº "meios"	Proprietários		Total meios	
X a Y	Nº	%	Nº	%
0 - 60	88	74	2429	36
61 - 120	19	16	1661	25
121 - 180	6	5	801	12
181 - 240	2	1.5	431	6
241 - 360	1	1	243	4
360 - 403	3	2.5	1140	17
TOTAL	119*	100	6705	100

* os proprietários eram 120, mas em 1 caso não se indica o número de meios que possuía;
Fonte: Anexo 1

A constatação é simples: quase 3/4 dos proprietários (75%) têm menos de 1 marinha; 16% até 2, e cerca de 10% têm mais de 2. No entanto, saliente-se que estes 10% correspondem só a 12 proprietários que possuem 39% dos meios. Em média, por proprietário, pouco mais de 54 meios. A conclusão imediata é a de que a propriedade se encontra bastante repartida, e a marinha pertence, simultaneamente, a vários indivíduos, em maior ou menor quantidade de meios. Não estamos, portanto, perante grandes proprietários[72]. Note-se, desde já, que tal fragmentação numa propriedade com características de administração, exploração económica e tecnologia muito próprias, pode condicionar a produção.

---

[70] GODINHO, V. Magalhães - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial...*, *o.c.*,v.4, p. 138.
[71] AUC, Casa Aveiro-Tombo 9-1704
[72] Semelhante ao que se passava nas marinhas do Oeste Francês, DELAFOSSE, M. , LAVEAU, CL. -*Le commerce du sel de Brouage...*, *o.c.*, p. 27.

Vejamos agora a origem geográfica destes indivíduos, segundo a residência indicada, no quadro seguinte:

QUADRO 7

Residência dos proprietários das marinhas

Origem	Proprietários		Meios	
Lugares	Nº	%	Nº	%
Aveiro	80	66.5	4981	74
Arredores*	19	16	679	10
Lisboa	7	6	286	4.3
Coimbra	3	2.5	281	4.2
Viseu	3	2.5	159	2.5
Porto	3	2.5	118	2
Outros	5	4	201	3
TOTAL	120	100	6705	100

* Esgueira, Aradas, Ilhavo, Eixo
Fonte: Anexo 2

Nota-se que mais de 80% dos proprietários são de Aveiro e arredores, Esgueira, Aradas, Eixo, Ílhavo, concentrando igual percentagem de meios de marinha. Lisboa, naturais de Aveiro mas residentes na Corte, Coimbra e Viseu concentram outros 13%. O Porto não tem grande significado no conjunto. Por conseguinte, a regra é as marinhas serem propriedade de gentes residentes em Aveiro. Logo, não se trata de "absentistas", distanciados dos interesses produtivos de Aveiro e que poderiam causar, por esta razão, diminuição da produção.

Mas, socialmente, quem são os proprietários? Mais difícil de responder se falham os trabalhos sociais, e se a fonte, raramente, o revela. Tentámos colmatar estas falhas, da seguinte forma: quando ao nome das viúvas se associava o dos defuntos maridos, procurámos a identificação destes; depois utilizámos uma listagem de irmãos da Misericórdia de Aveiro, ditos de "*maior condição*", de 1703, mas com a indicação de entrada de irmãos, desde 1670, que, pelo menos, nos informa tratar-se de gente, socialmente bem colocada, alguns mesmo cidadãos[73]. A partir de processos de habilitações de familiares do Santo Ofício, completámos o anteriormente

[73] ASCMA-n. 337-Livro dos assentos irmãos. . . , 1614-1732.

apurado[74]. Desta forma, conseguimos identificar 75 proprietários, cerca de 62.5%, que concentravam 73% da área das marinhas.

Tentamos agora, localizar, socialmente, estes proprietários. Não reduzimos a escala social ao trifuncionalismo habitual nobreza, clero e povo; a escala social é muito mais complexa, porque a realidade assim o é. Se em relação ao clero, não há muitas dúvidas, não se pode, entretanto, inserir Conventos como indivíduos, visto se tratar duma entidade colectiva. Este carácter, misto, mais se afirma com Confrarias e Capelas cujo papel, apesar de forte cariz religioso, era de administração laica.

Difícil discernir os restantes laicos; o título de Dom ou Dona não nos dava qualquer certeza, pelo que fizemos algumas divisões: referências a Ordem de Cristo, Casa Real e Corte pressupunham uma certa forma de estar, dita "nobre", enquanto ser Familiar do Santo Ofício nada garante acerca do seu estado, pois que, apesar da certeza de certo nível social e económico, não esclarece, concretamente, o estatuto. Finalmente, os cidadãos e irmãos da Misericórdia não garantem a pertença a uma nobreza, embora os estatutos prevejam que "*não aceitarão pessoa de menor condição no lugar dos nobres, nem nas de menor condição pessoa nobre*"[75]; o que indica é a pertença a uma nobreza local, gente de governança que, juntamente com o seu estatuto de cidadão ou funcionário, completa um grupo a que chamámos de 'elite local'.

A partir destes casos constituímos o quadro seguinte:

QUADRO 8

Estatuto sócio-profissional de proprietários das marinhas

Estatuto	Indivíduos		Meios	
	Nº	%	Nº	%
clero secular: padres	13	17.3	772	16.1
clero regular: freiras	3	4	67	1.4
conventos	3	4	813	17
TOTAL CLERO	19	25.3	1652	34.5
capelas	4	5.3	192	4
misericórdias	2	2.7	326	6.8
CAPELAS E MISERICÓRDIAS	6	8	518	10.8

[74] LIMA, Jorge Hugo Pires de - *O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício..., o.c.*, vols. 25 a 42.

[75] ASCMA-n. 383-Registo de Leis. f. 19 "*Como se proverão os lugares dos Irmãos que morrerem-1615*".

O.CRISTO, CASA REAL	5	6.6	134	2.8
CORTE	5	6.6	134	2.8
H.NEGÓCIO E MERCADORES	3	4	97	2
FAMILIARES Sº OFÍCIO	3	4	67	1.4
Funcionários *	5	6.6	228	4.7
Licenciados	9	12	105	2.2
Cidadãos, irmãos Misericórdia	20	26.6	1729	36.1
NOBREZA LOCAL **	34	45.3	2062	43
ELITE LOCAL ***	40	53.3	2226	46.5

*da Alfândega, Capitão, Estanqueiro Tabaco; ** cidadãos, irmãos maiores da Misericórdia, licenciados e funcionários; *** nobreza local: familiares S. Ofício, homens negócio e mercadores

Fonte: Anexo 3

Como se vê, só 12% dos proprietários pertencem efectivamente a uma nobreza, mesmo de Corte, que somente concentra 8% dos meios de marinhas. O clero secular, com uma representatividade de 17%, possuía 16% das marinhas, assim como 3 conventos eram senhores de 17% dos meios. Finalmente, se somarmos funcionários, cidadãos e irmãos da Misericórdia, assim como licenciados, surge-nos uma nobreza local que envolve cerca de 45% dos proprietários que concentram 43% das marinhas. Nada nos repugna acrescentarmos homens de negócio e mercadores, familiares do Santo Ofício, a que chamamos 'elite local', e ultrapassamos os 50% de proprietários, com igual percentagem de meios de marinha.

Sendo assim, temos uma propriedade fortemente fragmentada, possuída, fundamentalmente, por gente de Aveiro, socialmente dividida entre uma nobreza local, Conventos e Clero Regular. Gente estranha à vila, alta nobreza, grandes concentrações, são a excepção. Enfim, não se pode falar em absentismo e concentração de marinhas, antes pelo contrário, assiste-se a uma fragmentação de meios de marinhas por vários proprietários, o que se pode ter tornado num factor desmobilizador da produção.

Os Conventos e Misericórdias apresentam maior capacidade de concentração de marinhas. Nos Conventos de S.Domingos e de Jesus, o património, dificilmente, era alienado, atendendo às próprias características

de formação, baseado em doações piedosas, instituição de capelas, ou dotes de Freiras[76]. Vejamos o exemplo, possível de seguir, das Freiras de Jesus:

QUADRO 9

Marinhas do Convento de Jesus (Feminino)

Ano	Pertença	Nome marinha	Nºmeios
1697 - 1704	Convento	Várias	362
	Luzia Maria, freira	Pinta	35
	DªMarcela, noviça	Gramata	14
		TOTAL	412
1749	Soror Margar. Micaela	S.Roque	37
		Valéria	45
		Branca da Maia	24
		Intortas em Sama	13
		SUB-TOTAL	119
	Convento: Aveiro	Gramata	14
		Pinta	35
		Castanha/ Boca Asno	93
		Corte Freiras	72
		Robala	57
		Sebeira	15
		Dobadoura e Escada	30
		Fonte da Pega	25
		Paraizo	12
		Novas	20
		Paraízo da SªRosario	9
		Freirinha e Cachinha	24
		Braçalaia *	12
		Intortas	16
		SUB-TOTAL	434
	Convento:fora Aveiro	Ílhavo:Saltoas/Novas	50
		Esgueira	60
		SUB-TOTAL	110
		TOTAL	663

*"anda junta com uma de António Rangel, e se faz à volta pelo mesmo marnoto"
FONTE: SANTOS, Domingos Maurício G. dos - *O Mosteiro Jesus...*, o.c., v. 4, p. 672-673.

Em 1749, o Mosteiro de Jesus tem já integrado, no seu património, as duas marinhas, Pinta e Gramata, até então de usufruto das Freiras, fórmula que continuará em vigor, porque nesse ano, vários dotes eram de algumas freiras que, a prazo, pertenceriam ao Convento.

A Misericórdia, pela origem do seu património, tendia a aumentá-lo. Baseado em legados, que se foram acumulando, apresenta-se em 1697-1704 como o 6ºproprietário com 206 meios. Mas, a partir de meados de XVIII, recebeu várias marinhas como execução de empréstimo a juros ou cumprimento de testamentos. Vejamos:

[76] ANTT-Convento S. Domingos Aveiro, Capelas do Convento, 1617, indica a instituição de várias capelas e número de missas, sendo os legados constituídos, em grande número de casos, por meios de marinhas. SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus de Aveiro...*, *o.c.*, v. 4, p.672, indica as diferentes marinhas, aquelas que sendo pertença particular de freiras, enquanto vivas, passarão para o património do Convento, após a sua morte.

QUADRO 10

Marinhas que a Misericórdia de Aveiro incorporou

Ano	Origem das marinhas	Nome	Nºmeios
1725/26	rematação de dívidas de missas por seu pai a Tomé Ribeiro Leitão	Escada	15
1727	legado de João Moura	Cebeira	27
1758	execução dívida de empréstimo a juros a João António Rangel Varela	Catralva Pacheca Saboleira Capeloa Brazalaia	23 36 23 52 11
1775	hipoteca/ empréstimo a João Barata,amanho de marinha a meias	Anraboinos	18
		TOTAL	203

Fonte: ASCMA, nº33, nº45, nº354;

Por este quadro se verifica que a Misericórdia duplicou o número de meios, praticamente, em meio século; aos 206 meios juntou 203, graças à sua política de empréstimos que era, em grande medida, a sua vocação.

Mais difícil se torna seguir o percurso das fortunas laicas. Um único exemplo: em 1741, uma obrigação de dívida, contraída por Diogo Luís Perestrelo Rangel de Quadros, neto de Miguel Rangel de Quadros[77], o maior proprietário de marinhas de 1697 (403 meios), possuía, entre os bens imóveis afiançados, cerca de 445 meios de marinhas[78].

Para o resto do século, não contámos com fontes da natureza dos Tombos, de finais do séc.XVII. Porém, as actas de vereação, a propósito de negócios relacionados com o sal, vão nomeando os "*maiores proprietários*". Em 1784, a propósito da adulteração das medidas de sal, em sessão da

[77] Diogo Luis Francisco Perestrelo Rangel de Quadros, filho de Luis Francisco Perestrelo Rangel de Quadros e DªInês Perestrelo Rangel Quadros, neto paterno de Miguel Rangel de Quadros e DªInês Perestrelo Rangel de Oliveira, e materno de Diogo de Oliveira Rangel e DªCatarina Correia Rangel Quadros. Seus pais eram primos, visto Miguel Rangel ser irmão de D.Catarina Correia Rangel; in NEVES, Francisco Ferreira - *Genealogias de Famílias Nobres Aveirenses..., o.c.*, p. 27 e 28.

[78] ASCMA, L.n.44, fls. 24 a 32. Sua mãe, igualmente envolvida no empréstimo por ter cometido grande parte das dívidas, possuía ainda 71 meios.

Câmara[79] aparece a assinar como "*senhorios de marinhas do Rio Salgado*", um conjunto de nomes:

QUADRO 11

Principais proprietários em 1784

I Grupo	Fr.Custódio de S.José Bessa, Convento S.Domingos
	Soror Isabel Narcisa de Baptista, Prioreza Conv.Jesus
	Fr.Manuel dos Santos Pereira, Prior Igreja S.Miguel
	Misericórdia da cidade do Porto
	Misericórdia de Aveiro
II Grupo	Miguel Rangel de Quadros da Costa Monteiro
	José Leandro da Costa Monteiro Rangel de Quadros
	DªTeresa Joana Rangel de Quadros
	DªBrites Maria Rangel
	DªAna Clara Prestrelo
	Catarina Vicência Rangel
	João de Sousa Ribeiro da Silveira Magalhães
	DªBrites Joana Teresa da Silveira
	DªRosa da Silveira e Sousa Magalhães
	DªInês de Sousa da Silveira Magalhães
	Pedro de Sousa Brandão de Albuquerque Ribeiro Bacelar
	Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos
III Grupo	Francisco António Gravito
	Diogo Calisto Pereira
	Custódio José Gomes Guimarães

Fonte: AMA-LV , n. 8, ss. 11/9/1784.

Três grupos de proprietários se distinguem. No primeiro se incluem as duas habituais instituições monásticas dominicanas feminina e masculina, o Prior de S.Miguel, provavelmente como zelador do património pela instituição de Capelas, e as Misericórdias.

No segundo grupo surgem os apelidos tradicionais e ancestrais: Rangel, Perestrelo, Quadros, proprietários ancestrais e que reúnem fortuna significativa[80]. Juntam-se-lhes os Silveiras, constituído por João de Sousa

[79] AMA-LV. n. 8. ss. 11/9/1784.

[80] Complexa a rede que se vai constituindo. como se pode ver em NEVES. Francisco Ferreira - *Genealogias de Famílias Nobres Aveirenses..., o.c.*, p. 53"Rangéis de Aveiro".

Ribeiro da Silveira Magalhães e suas irmãs, filhos do Capitão João de Sousa Ribeiro da Silveira que abriu, à sua custa, a Barra na Vagueira, em 1757, e que, como vimos atrás, adquiriu partes da Ilha de Sama onde fabricou marinhas; tem igualmente sangue dos Rangéis[81]. Podemos acrescentar Pedro de Sousa Brandão de Albuquerque Bacelar, por ser ainda sobrinho-neto do dito Capitão, fruto da união de Silveiras e Bacelares[82]; Casimiro Barreto Ferraz era descendente da junção dos Ferrazes de Aveiro e de Águeda com a família de Luis Marques Romano, notável proprietário de marinhas, em 1697(111 meios)[83].

No terceiro grupo, referenciam-se novos proprietários: Francisco António Gravito Simões da Veiga, Desembargador e Superintendente das Obras da Barra, que foi um interessadíssimo acompanhante das evoluções da Barra de Aveiro[84], adquirindo várias marinhas, entre 1780 e 1788, até vésperas de sua morte[85]; Diogo Calisto Pereira, Bacharel, nomeado Provedor de Aveiro, em 30 de Outubro de 1764[86], que ainda se encontrava em Aveiro, em 1774, altura duma devassa, onde aparece como "*assistente nesta cidade*", com 48 anos[87]; finalmente, Custódio José Gomes Guimarães, que foi almotacé em 1790[88], o que significa ser da cidade e da elite local.

Em 1814, de novo, em sessão da Câmara, a propósito das medições do sal, assinam, no final, "*os proprietários das salinas desta Cidade*"[89]:

---

[81] Id. , *Ibid.* , p. 70.
[82] Id., *Ibid.*, p.69.
[83] Id. , *Ibid.* , p. 207. LIMA, Jorge Hugo Pires de - *O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício...*, *o.c.*, v. 35, p.141: "José Barreto Ferraz", avô de Casimiro Barreto Ferraz. Ver ainda NEVES, Francisco Ferreira - *Os Provedores da Misericórdia de Aveiro...*, *o.c.*, p. 202. Em 14 de Agosto de 1803, Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos, filho de José Barreto Ferraz de Vasconcelos, recebeu mercê de fidalgo da Casa Real: AMA-n.1683, f.309.
[84] MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro no último quartel de XVIII...*, *o.c.*, p.242 e segs.
[85] ADA, SN, n. 326, f.14v, 9/1/1788; nesta data fez a sua última compra, visto falecer de 26 para 27 de Janeiro de 1788, sendo o acto notarial seguinte, de venda de propriedades, pela viúva, Dª Antónia Benedita de Lima.
[86] ANTT-CH, D. José, L. 29, 174v.
[87] ANTT-MR, maço 325. Ajustado para casar com uma senhora de Ovar, in LIMA, Jorge Hugo Pires de - *O Distrito de Aveiro nas Habilitações...*, o. c. , v. 29, p. 45
[88] AMA-LV, n. 8, ss. 2/1/1790, eleito para almotacé dos meses de Outobro a Dezembro desse ano.
[89] AMA-LV, n. 8, ss. 20/7/1814.

QUADRO 12

Principais proprietários em 1814

I grupo	Frei Fernando da Conceição, Prior de S.Domingos
	Frei Jerónimo de S.Tomé, procurador Convento Freiras de Jesus
II grupo	Pedro de Sousa Brandão de Albuquerque Ribeiro Bacelar
	João Rangel de Quadros
	Miguel Rangel de Quadros
III grupo	Dona Vicência do Carmo Oudinot
	Luis Gomes de Carvalho
IV grupo	Luis Francisco Pereira da Silva e Cunha
	Nuno Freire de Andrade

Fonte: AMA-LV, n. 8, ss. 20/7/1814.

Mantêm-se, tal como em 1784, os dois Conventos da cidade, e a família Rangel e Bacelar. Além destes, aparecem duas figuras cuja origem familiar desconhecemos: Dr. Luis Francisco Pereira da Silva e Cunha, "*pessoa nobre de muita Cristandade*"[90], eleito almotacé em 1810, repartidor das sisas em 1811[91] e Nuno Freire de Andrade, nome que não conseguimos identificar.

Em contrapartida, surgem-nos dois proprietários novos, fruto duma recente fixação em Aveiro: DªVicência Oudinot, descendente de Reinaldo Oudinot, projectista das obras da Barra, e o genro, Luís Gomes de Carvalho, que foi discípulo e continuador daquele[92]. No primeiro caso, a posse de marinhas comprova-se por referências indirectas, como por exemplo, "*junto à marinha de Oudinot*"[93]. No segundo caso, através do único livro de Sisas de Aveiro, disponível para a época, de Julho de 1805 a Dezembro de 1807, e dos registos notariais da cidade, surgem, efectivamente, uma série de compras e

[90] AMA-LV. n. 9. ss. 29/1/1806

[91] AMA-LV. n. 9. ss. 1/1809; ss. 13/11/1811

[92] Segundo Biografia de Oudinot feita por um seu descendente, QUADROS. João Rangel de - *Aveiro. Apontamentos Avulsos(Manuscrito)..., o.c.*, p. 48 a 52: ter-se-ia casado em primeiras núpcias com Maria Vicência Mengui. de quem teve uma filha. chamada DªFrancisca de Paula Oudinot. que se casou com Luis Gomes de Carvalho. que trabalhou com o seu sogro. o engenheiro Oudinot. Em 17 de Outubro. Luis Gomes de Carvalho voltou a casar com D. Vicência do Carmo Locatelli. filha João Baptista Locatelli que fundou em Aveiro uma fábrica de algodão [ver cap.7.2] Encontrei este registo paroquial em ADA-RP. S.Miguel-Casamentos. L. 20. f. 241. 17/10/1802. mas o nome referido é de D. Joaquina. o que causa alguma confusão com a informação de João Rangel: confirma a data. mas não o nome próprio.

[93] AMA. n. 1712-Livro das Sisas. 1805-1806: compra de marinha que fez Cristóvão Guerner do Porto. chamada a Brasalaia. "*junto à marinha de Oudinot*".

aforamentos, feitos por Luis Gomes de Carvalho e de que fizemos a seguinte listagem:

QUADRO 13

Aquisição de marinhas por Luis Gomes de Carvalho

engenheiro das obras da Barra Aveiro

Ano/mês	Vendedor	Contrato	Localização	NºMeios
1806/6	Padre J.Caetano	compra	Rata	16
1806/7	Januário S.Lapa	compra	perto Chamorra	18
1806/10	Freiras de Jesus	aforamento	sítio da Palha	14
1806/11	António Santos Brandão	compra	perto Chamorra	4.5
1806/11	Religiosas de Sá	compra	Rata	16
1806/12	DªAntónia Vicência	compra	Esteiro Frades	6
1807/1	Mosteiro Lorvão	prazo fateosim	Rota,Nova,Rodriga Catrinha,Couceira, Coelhinha de baixo e Cima	?

Fonte:ADA, S. N. , n. 341, 344, 346, 347.

AMA, L. S. , n. 1712

Surge, no entanto, naquela mesma documentação, uma família que, entre 1806 e 1811, adquire um número significativo de marinhas: a família Guerner, da cidade do Porto. Cristóvão Guerner, Provedor da Companhia Geral de Agricultura de Vinhos do Alto Douro[94], era do Porto, ligado ao comércio com a Europa e América[95]. Seu filho, José Guerner, foi nomeado cônsul das Sicílias, no Porto e em Aveiro[96]. Em suma, família bem colocada nos círculos comerciais internacionais. Veja-se o montante de meios que

[94] GUERNER, Christovão - *Discurso Historico e analytico sobre o estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro..., o.c.*; a obra foi escrita na década anterior, e uma 2ªedição bastante acrescentada foi publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1827. Veja-se sobre isto PEREIRA, Gaspar Martins - *O Douro e o Vinho do Porto de Pombal a Joao Franco..., o.c.*, p. 124 e 137.

[95] Consignatário de várias embarcações na cidade do Porto: com 2 embarcações portuguesas, anos de 1806 e 1807, para S. Petersburgo e Baltimore; in MACEDO, Borges - *O Bloqueio Continental...*, o.c., p. 95, nota 75; de 3 barcos ingleses em 1809 (p.101, nota 99); de 6 barcos estrangeiros:2 de Hamburgo, 2 da Dinamarca, 1 da América, 1 de Papemburgo (p.89).

[96] AMA, n. 54-Livro Receita Portos Secos, f. 40v, 20 Julho de 1811: "*registo de patente de consul deputado por S. Mag. El-Rei das Duas Secilias, a favor de José Luis Guerner, com exercicio na cidade do Porto e Aveiro*"

Cristóvão Guerner comprou até Maio de 1808 e, depois, desde Junho, a esposa (viúva), DªFrancisca Margarida Guerner e um seu familiar (filho ?), Manuel Guerner, "*o mais abonado negociante da cidade do Porto*"[97].

QUADRO 14

Aquisição de marinhas pela família Guerner

Ano/mês	Vendedor	Localização	NºMeios
1806/6	Miguel Marques Gomes	Pranxinha	30
1806/6	VªDesembargador Francisco António Gravito	Brasalaia	30
1806/11	mesma	Cachinhas	70
1808/5	Freiras de Jesus	Escada, Alforges	15, 30
1808/6	Dr.António Tomás Pinto	?	15
1808/7	José Maria e Miguel Rangel de Quadros	Tanoeira	22
1809/10	Herdeiros Joaquim Ant.º da Fonseca Lemos	Forte da Gafanha	90
1810/1	Salvador Toneli	Forte da Gafanha	24
1811/7	J.B.Gravito Veiga,fºDesembargador F.AºGravito	Rata	30
1812/7	Francisco Manuel Couceiro	Capelos	26

Fonte: ADA, S. N. , n. 346, 350, 353, 356, 357 AMA, L. S. , n. 1712

É, ainda, bem provável, que existissem ligações com a família Rangel de Quadros, visto ser Cristóvão e DªFrancisca Guerner, representados, nos actos notariais, por José Maria Rangel de Quadros, explicitamente, como lavra a procuração da senhora: "*dou todos os poderes necessários ao Ilustríssimo Senhor José Maria Rangel de Quadros, Fidalgo da Casa Real, para que ele como se eu presente fosse para comprar ou emprazar as marinhas ou praias que se lhe oferecerem*"[98]. Esta ordem explícita para compra de marinhas ou praias, susceptíveis de se transformarem em tal, alargou-se até à Figueira (da Foz), onde logo em 1812, comprou 98 talhos[99].

Porquê todo este interesse? Pela abertura da Barra e as perspectivas do sal, a colher? Os trabalhos de Luis Gomes de Carvalho terão entusiasmado um capitalista, Guerner, que viu, aqui, hipóteses de rentabilidade a médio prazo? No entanto, em 1814, o apelido Guerner não faz parte dos proprietários-comerciantes, preocupados com adulteração de medições. Seria

[97] ADA-SN, n. 357, f. 8v.
[98] ADA-SN, n.356, f. 49.
[99] ADA-SN, n. 357, f. 7v, escritura de 13 Setembro de 1812.

real a notícia que corria e que refere o próprio engenheiro da Barra, a 17 de Julho de 1814 : " *as medas de sal vão crescendo para as nuvens [...], e já no Porto, e muitos estrangeiros o querem com preferência ao da Figueira*"[100]? É bem possível que houvesse contactos próximos, entre o Provedor da Companhia Geral da Agricultura e Luis Gomes de Carvalho, visto este ter acompanhado e, finalmente concluído, as obras de abertura e reparação da Barra do Douro desde a foz à cidade que, precisamente, decorriam sob a inspecção da Companhia Geral de Agricultura[101]

Portanto, ao longo do séc.XVIII, ao lado dos proprietários tradicionais que vão persistindo, surgem outros, de fora da cidade, melhor informados sobre a situação da Barra, que apostam no seu sucesso, melhor conhecedores das condições geográficas ou ...dos mercados. Entre estes, dois nomes se assinalam: o do Desembargador das Obras da Barra, Francisco António Gravito que, desde a sua nomeação, em 1779[102], adquiriu fortuna considerável em Aveiro[103]; e o de Cristóvão Guerner, que nos inícios do séc.XIX adquiriu várias marinhas, precisamente aos herdeiros do primeiro, assim como a outro nome sonante, ligado ao comércio internacional, Salvador Toneli, vice-cônsul dos Estados Unidos em Aveiro, no ano de 1808[104]. São forasteiros, atraídos pelas perspectivas que a intervenção e abertura da Barra trariam, esperando um bom negócio no sal, ou especular sobre os terrenos, quando a procura chegasse.

E para os antigos, o que significa possuir marinhas? Prestígio ou a larga experiência do que o sal pode render? Delafosse e Laveau, estudando o sal das marinhas do Noroeste francês, explicam a permanência das marinhas na posse da mesma família, não por prestígio, mas como propriedade de recurso "*eles [proprietários] esperam sempre a alta, esta 'revolução dos preços', resultado de*

---

[100] NEVES, F. Ferreira - *As actividades hidráulicas do engenheiro Luis Gomes de Carvalho..., o.c., p.* 233.

[101] MATOS, Artur Teodoro de - *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira(1750-1850)..., o.c.*, p.323:Luis Gomes de Carvalho trabalhou com Oudinot e substituiu-o de 1793 a 1803, nas obras da Barra do Douro, que decorreram sob a inspecção da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro à qual caberia arrecadar os fundos necessários.

[102] AMA-n.1682-Livro Registo Leis, f. 387v°

[103] Desfolhando os Livros de Notário de Aveiro, desde 1779 até vésperas da sua morte, assiste-se à constituição da fortuna do Desembargador, entre casas, chãos, empréstimos, etc; mas no que diz respeito a marinhas, apenas localizámos a compra de marinha de 30 meios em 1788: ADA, SN, n.326, f. 14v, 9/1/1788.

[104] AMA, N. 95-Registo da Alfândega, f. 477, Maio de 1808

más colheitas, de que se consolam os detentores de stocks. Dum só golpe, a alta pode encher o cofre - aqui reside o segredo da sua ligação às salinas"[105]. É hipótese provável para Aveiro, e para as salinas em geral, tendo em conta as características de produção (e comercialização como, mais à frente, iremos estudar) deste produto. Mas parece-nos que este movimento de concentração de marinhas em Instituições já de si grandes proprietárias (Misericórdia e Conventos), e o reforço de algumas fortunas laicas, ou ainda, transferência para novas fortunas, seria a resposta possível às dificuldades individuais em suportar os custos de tratamento, conservação e produção duma marinha. A prová-lo, duas expressões semelhantes dos responsáveis administrativos do Mosteiro de Jesus e Misericórdia de Aveiro que indicam a dificuldade dos pequenos proprietários em trabalhar as suas micro-parcelas, acabando por abandoná-las. Como escrevia o Padre Administrador das Freiras de Jesus, em 1749, "*algumas marinhas se não fabricam por andarem misturadas com outras de vários donos, que andam a monte*"[106]; ou então, em 1775, o Provedor da Misericórdia declara: "*alguns meios a monte [...] pelos mais consortes não quererem concorrer para a alimpação deles*"[107]. Não quererem ou não poderem...

Enfim, a concentração da propriedade parece ter sido a melhor defesa e sobrevivência das marinhas, interessando não apenas aos tradicionais proprietários, mas suscitando apetência nos meios mercantis, mesmo exteriores à cidade.

B - Regime de exploração

A forma de exploração das marinhas variou, ao longo do século. Tomámos, como exemplo, as medidas previstas e recomendadas pelo administrador do Mosteiro de Jesus, em 1749: o Convento nomeava um feitor, a quem pagava 4000 réis e 20 alqueires de milho por ano, não pagando direitos da sua marinha, que escolhia entre as que o Convento

---

[105] DELAFOSSE, M., LAVEAU, CL. - *Le commerce du sel de Brouage aux XVIIe et XVIIIe siècles...*, o.c., p.30.
[106] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus...*, o.c., p. 674
[107] ASCMA-n. 331, f. 1

possuía, ou da que "*vagar está em primeiro lugar*"[108]. Este feitor obrigava-se a "*procurar marnotos a tempo hábil para fabricarem as marinhas*", verdadeiros conhecedores do meio, difíceis de enganar, coisa que facilmente acontecia às Freiras, pressionadas por pedidos "*os que metem empenhos tudo são enganosos*".

Competia às freiras (e demais senhorios) entrar com despesas ao nível da bombagem para escoamento da água, de Inverno, das marinhas, "*quanto melhor mais cedo for, para que o Convento não duvide dar dinheiro, porque levando uma ou duas reduras de sal adiantadas, paga o gasto muito, muito bem, e fica o sal todo livre*"; e reforça esta ideia de participação da Instituição, na preparação da marinha "*as preladas devem ser muito exactas nas fábricas de suas marinhas, concorrendo com tudo o necessário para elas, porque se as não fabricam, não rendem e o que cuidam poupam em não dar nada para gastos delas, perdem ao depois catrapiado no rendimento*"[109].

A distribuição do rendimento do sal fazia-se, por princípio, a meias, ou seja, "*se faz o dinheiro em duas partes, uma para o marnoto, outra para o Convento*". Só que, da parte do marnoto, eram descontadas várias parcelas:

- de cada 1000 réis da parte do marnoto, se tiravam 50, correspondentes aos meios dízimos de que o Convento estava isento, recebendo os ditos 50 réis (ou seja, recebiam + 50 réis);

- de cada conto de sal, se tiram 100 reis que é dos direitos do donativo, 500 réis por milheiro, 100 por conto[110], ficando 50 para o Convento;

- do dinheiro que ficava líquido para o marnoto, se desconta alguma coisa, das obras de arranjo da marinha, ou de "*empréstimo*", mas de molde a que o marnoto "*leve alguma coisa do seu trabalho de Verão, excepto se despedir a marinha, que então deve pagar tudo*"[111].

Este sistema de divisão, não completamente equitativa de receitas e despesas, era designado por contrato de "*parceria de metade*"[112], e evoluiu ao longo do tempo, no que diz respeito à divisão das despesas[113].

---

[108] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro Jesus*. . . , o. c. , v. 4, p. 674.
[109] Id. , *Ibid.*
[110] AMA, n. 96 - Livro Saídas sal-1692
[111] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro Jesus*. . . , o. c. , v. 4, p. 674.
[112] PELIZ, Marina - *Exploração do sal em Aveiro*. . . . o. c. , p. 259.
[113] ALCOFORADO, M. da Maia - *A indústria do sal*. . . . , o. c. , p. 70: Diz Alcoforado em 1877: o senhorio dividia a meias as seguintes despesas "*contribuição predial, custo da andoa, e a importância dos jornais que se despendem a tirar a água do bombeiro e as cabeçadas*". Acrescentam SILVA, Eng. Silvério Augusto Pereira da, MOURA, Francisco António Marques de - *Breve Notícia sobre as*

O mesmo senhorio podia variar estes contratos. A Misericórdia de Aveiro permite observar esta variação:

- 1º: por princípio " *a Santa Casa sempre teve a posse de dar toda a marinha a marnoto e fazer a despesa necessária, para o seu amanho anual e depois cobrar rateadamente das partes*"[114];

- 2º: quando uma marinha necessitava de grandes despesas por estar abandonada há anos, era arrendada, como aconteceu várias vezes, em 1699[115], 1708[116], ou em 1812[117]; neste último caso, esperava-se que o rendeiro fizesse todas as melhorias necessárias, ajustando-se a renda no fim deste tempo, ou então "*largá-la para eles senhorios, amanhada e preparada*";

- 3º: pelo menos, desde 1775, que a Misericórdia, nalguns casos, adiantava aos marnotos quantidade variável de alqueires de milho, "*avanços*"; aconteceu com a Brazalaia, Capeloa, Paxota, Corcovada, Escada, Moliça, Santos Mártires, Garra, Oliveira, Esteiro Frades[118]; Lacerda Lobo notou este pormenor, relativamente a Aveiro, quando escreve "*o marnoteiro recebe metade do sal e mais alguns alqueires de milho*"[119]. Também podia ser em dinheiro, como registam os Livros de Despesa, pelo menos de 1776 a 1815[120].

Nada de original. Em França, nas marinhas do Oeste, regista-se este mesmo comportamento, nas contas de exploração, em anos consecutivos, sob a indicação de "*avanços aos salineiros*", sinal de "*manutenção e reforço da ligação do salineiro ao serviço do mesmo senhor*"[121], no sentido de dependência mútua. É bem provável, sobretudo quando as irregularidades da produção podem pôr em causa a conservação da marinha, aumentar as despesas e, se a venda não compensa, desincentivar o marnoto; o senhor, a seu tempo, verá o seu pagamento. Como referia o sábio frade, administrador

---

Marinhas . . . . o. c. , p. 304 : fica exclusivamente para o marnoto, o pagamento de jornais das mulheres carregadeiras, quando não eram da família, e moços ajudantes.

[114] ASCMA-n. 354, f. 83, ano de 1812.

[115] ASCMA-n. 10-Livro de Assentos da Mesa, f. 211-aforamento de praia que fora marinha.

[116] ASCMA-n. 11-Livro de Assentos Mesa, f. 82 arrendamento da Moliça, por estar a monte há mais de 5 anos.

[117] ASCMA-n. 354, f. 83-arrendamento por 5 anos a Bento José Mendes Guimarães, negociante-1812

[118] ASCMA-n. 354-Livro onde estão todas as marinhas. . . 1776.

[119] LOBO, Constantino Botelho de Lacerda - *Memória sobre a História das Marinhas de Portugal*.... o. c. , p.270.

[120] ASCMA-n. 212-Livro das despesas de 1776 a 1815: diz-se expressamente"*despesa com os empréstimos que se fizeram a dinheiro aos marnotos das marinhas*"; a partir de 1812, no ASCMA, n.354-Livro onde estão todas as marinhas. . . ,

[121] DELAFOSSE, M. , LAVEAU, CL. - *Le commerce du sel de Brouage*. . . , o. c. , p. 35.

do Convento de Jesus, "*se descontará conforme o ano de sal, ficando sempre o marnoto favorecido, em ordem a que leve alguma coisa do seu trabalho*"[122].

Pelos dados relativos à produção e comercialização do sal, que analisaremos , de seguida, parece-nos provável, estabelecer algumas etapas na evolução das relações, entre senhorio e marnoto:

- até aos primeiros 20 anos do séc.XVIII, não seria difícil ao senhorio impor as suas condições. Em 1695, quando dum contrato da Misericórdia com o marnoto da marinha "do Doutor" de 15 meios, a Misericórdia ajusta que "*todas as vezes que os Irmãos da Mesa lhe quiserem tirar a dita marinha, o poderão fazer sem o dito marnoto poder pôr dúvida alguma*"[123]; em 1711, já se justifica o despedimento, caso o marnoto não tratasse bem a marinha, nem a tempo, nem com cuidado[124].

- a inversão deve ser anterior a 1775, mas, na reforma que neste ano a Misericórdia sentiu[125], começa a registar-se uma quantia de cereal, variável, os "*avanços*", dividindo-se as despesas correspondentes à preparação da marinha. Além disto, supomos (por ser prática conhecida para meados do séc.XIX), que como o muro de vedação da marinha era largo, a Misericórdia autorizava o marnoto a cultivá-lo com hortaliças, batatas, milho, cevada, centeio, trigo e outros produtos de subsistência, de que recebia integralmente, o seu rendimento[126]. Este procedimento acontecia, exactamente, no séc.XVIII, em Brouage, nas marinhas do Oeste francês[127]. A esta receita se acrescentava, muito possivelmente, a colheita do moliço, tendo em vista a procura crescente, ao longo de XVIII, que levou mesmo a posturas, acerca da sua colheita desenfreada, aspecto que estudámos, anteriormente[128].

- simultaneamente, outro tipo de contrato, adoptado pela Misericórdia, passava por empréstimos camuflados. Um caso concreto, em 1775, verificou-se com João Barata, relativamente a meios de marinha que se

---

[122] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro Jesus. . .* , o. c. , v. 4, p. 674.
[123] ASCMA-n. 10-Livro de Assentos da Mesa, f. 152, 11/12/1695.
[124] ASCMA-n. 10-Livro de Assentos da Mesa, f. 273, 10/12/1702; n. 11-f. 124, 20/12/1711.
[125] ASCMA-n. 354-Livro onde estão todas as marinhas. . . 1776, precisamente quando foi Provedor o 1ºBispo de Aveiro.
[126] SILVA, Eng. Silvério Augusto Pereira da, MOURA, Francisco António Marques de - *Breve Notícia sobre as Marinhas ...*, o. c. , p. 304-305.
[127] DELAFOSSE, M. , LAVEAU, CL. - *Le commerce du sel de Brouage. . .* , o. c. , p. 33.
[128] Veja-se capítulo 5, AMA-LV, n. 9, f. 55, ss. 11/6/1806.

encontravam juntos com os da Misericórdia: 18 meios do segundo, com 24 da SªCasa, formavam a "Freira"; e ainda, 12 da Misericórdia, e 8 de João Barata a "Brasalaia". A condição era a Confraria gastar o que fosse necessário, e depois se fizesse pagar *"do dinheiro que gastasse na dita marinha e seus juros, e paga que seja, ficar a marinha para seu dono"*[129]. Recurso forçado de João Barata, empréstimo velado, ou interesse de ambas as partes? Dizia o Frade, já várias vezes referido, que *"algumas marinhas se não fabricam por andarem misturadas com outras de vários donos, que andam a monte. Se se puderem arrumar, ou trocar ou ajuntar algumas de alguns com sortes que estejam ao pé, de sorte que se possam tapar sobre si, sendo sítio capaz, é conveniente comprar e juntar, para se poderem fabricar"*[130].

Parece-nos que foi o recurso tentado, sobretudo, quando as marinhas sentiram rude diminuição, na viragem para o século XIX. Um exemplo: aquela marinha Brasalaia, foi em Abril de 1812, arrendada por 5 anos, por um "negociante" de Aveiro; era constituída por 12 meios da Misericórdia, 12 das Freiras de Jesus, 8 do dito João Barata; passado um ano, a Misericórdia desistiu do arrendamento por verificar que as despesas com as benfeitorias não tinham sido cobertas pela venda do sal e por as *"marinhas vizinhas não andarem tapadas e fabricadas em termos de se poder teimar com as despesas"*[131], ou seja, exigia maior protecção e custos de reparação se o cultivo fosse isolado e esporádico.

Enfim, o sistema contratual evoluiu duma forma vantajosa para todos. Quando a produção e comercialização declinava, houve que encontrar melhores condições de fixação de marnotos, porque estes faltavam, desiludidos ou atraídos por outras funções. Tentam-se intermediários arrendatários, juntam-se marinhas, soluções nem sempre animadoras: em 1818, a mesma marinha Brazalaia foi aforada em fateusim, seja, perpetuamente, pelo foro anual de 1600 reis, alternativa administrativa, sempre que a receita era irregular, assim se tornando a Misericórdia, ausente da exploração, desinteressada das marinhas, desligada de qualquer despesa ou lucro, no final da safra.

---

[129] ASCMA-n. 354-Livro onde estão todas as marinhas. . . 1776. f. 9 e 25.
[130] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro Jesus*. . . , o. c. , v. 4. p. 674.
[131] ASCMA-n. 354-Livro onde estão todas as marinhas. . . 1776. f. 83.

Em suma, a produção pode ter sido condicionada por falta de mão-de-obra, especializada, disponível, cara, levando a uma gestão multifacetada, de forma a atraí-la, desmentindo a ideia generalizada duma situação desfavorável do marnoto, em benefício do senhorio.

4 - Técnicas de produção

Nada melhor para iniciar este aspecto, do que a linguagem dum grande especialista do estudo do sal, Jean-Claude Hocquet:

"para fazer o sal[...], o único procedimento é a evaporação que conduz às duas fases sucessivas de concentração e depois de cristalização. A evaporação transforma a água em vapor sob a acçao do sol e do vento. Graças à evaporação que elimina progressivamente a água, a concentração em sais aumenta; mas como estes sais têm graus de solubilidade diferentes, eles não atingem a saturação ao mesmo tempo: os menos solúveis precipitam e cristalizam mais rapidamente. Está aqui uma observação preciosa para o salineiro, de que tira partido, construindo uma sucessão de bacias para isolar os sais uns dos outros, ou seja, eliminá-los quando estavam ainda em solução, e recolher apenas o cloreto de sódio"[132].

Encontram-se assim mencionados os factores fundamentais de produção de sal: a correlação entre condições naturais e intervenção humana, necessária, atenta e experimentada.

A - Preparação e feitura do sal

Já descrevemos, atrás, uma marinha, os seus diferentes tanques de alimentação, evaporação e cristalização. Falta-nos observar as regras de construção e amanho, expostas por Diogo Maia Alcoforado e completadas por estudos mais elaborados, de Charles Lepierre[133]:

. as marinhas devem ser construídas em lugares bem expostos aos ventos dominantes; a disposição dos "cristalizadores", terá que ter este facto em conta, de tal forma que os ventos predominantes os atravessem

---

[132] HOCQUET, Jean-Claude - *Le sel de la Terre*. Paris, Editions Du May, 1989, p. 50.

[133] LEPIERRE, Charles - *Inquérito à Indústria do sal em Portugal...*, *o.c.*, p. 62 a 64; este autor acrescenta, ou desenvolve algumas das regras que apresenta ALCOFORADO, D. - *Museu Techonologico...*, *o.c.*, p. 43.

diagonalmente ou, pelo menos, paralelamente ao seu lado maior, porque o vento apanha assim uma superfície mais extensa, agita melhor e concentra mais a água;

. as marinhas devem ser armadas, próximo dos esteiros que conduzem a água do mar mais pura e, tanto quanto possível, afastadas dos rios;

. o nível do terreno das marinhas, em relação à água do mar, deve ser um meio termo entre o nível das mais altas e o das mais baixas marés, para que aqueles escoem a água doce, na baixa-mar, e tomem água salgada na preia-mar; cada compartimento deve ser nivelado, separadamente, e ocupar um plano superior aos que lhe seguem na direcção dos cristalizadores;

. o solo ou fundo das marinhas terá que ser, tanto quanto possível, impermeável, compacto, para que a água se conserve nos tabuleiros; o fundo lodoso e mole não convém pelas impurezas levantadas ao tirar o sal; os fundos arenosos ou calcáreos também não interessam, pelas perdas por infiltração;

. a capacidade do reservatório que serve de entrada à água do mar é estabelecida, por empirismo, fixada pela prática secular; a altura da camada de água, nos tabuleiros, deve ser a mais pequena possível, mas suficiente para cobrir os fundos e para alimentar os diversos compartimentos;

. a água do mar, antes de produzir sal, deve purificar-se por sedimentação das partes em suspensão (areia, argila, etc), e por cristalização dos compostos pouco solúveis (hidróxido férrico, gesso, etc);

A partir destas condições "ideais", vejamos, concretamente, como tudo se passa em Aveiro. Para um ponto fundamental, citemos Alcoforado:

"*as nossas marinhas, quanto à diferença dos métodos usados na fabricação do sal, dividem-se em dois únicos grupos: o primeiro abrange as que têm o solo mineral tornado duro artificialmente; e o segundo compreende as que são revestidas por um tapete vegetal naturalmente resistente. Desta propriedade característica e fundamental dimanam, todas as diferenças que há entre as operações usadas no amanho das salinas portuguesas. Pertencem ao primeiro grupo as marinhas de Aveiro e as da Figueira, e fazem parte do segundo as de Setúbal, as de Lisboa e as do Algarve*"[134].

---

[134] Id., *Ibid.*, p. 47.

Vejamos, o mesmo problema, segundo uma apreciação técnica mais recente e científica: o casco, constituído por algas filamentosas, (pertencentes às espécies Microcoleus chtonoplastes e Oscillatoria lactevirens), é de grande importância, porque forma uma cobertura sobre o substrato, tornando-o impermeável, o que dificulta a infiltração de água, protegendo, assim, os tanques de perda das salmouras. Estas macroalgas facilitam, também, uma melhor absorção da luz solar, o que provoca um aumento da temperatura, eliminam as impurezas, quer por osmose, quer por absorção dos sais de magnésio. Com efeito, esta excepcional estrutura permite três colheitas de sal, raramente quatro, durante o ano, em Lisboa e Setúbal, ao passo que. nas salinas de Aveiro e Figueira, a recolha de sal é feita quase diariamente[135].

Esta diferença torna-se fundamental e marca a posição das marinhas de Aveiro, exigindo, à partida, gastos acrescidos na sua preparação e na colheita repetida do sal. O solo das "praias" em que se fazem as marinhas é formado por aluviões de terra vegetal, argila e areia, pouco resistentes e à partida, pouco favoráveis à exploração das marinhas. Mas, apesar disto, como refere Alcoforado, traduzindo o que era popularmente dito, "*os marnotos denominavam tais praias sadias ou sãs, porque há nelas veios ainda mais moles formados principalmente de areias, chamadas praias rotas ou podres*"[136]; na sua selecção, entra a "*arte*" do marnoto.

Sucedem-se os diferentes trabalhos que constituem a "*amanhação*", o trabalho duma salina. Três grandes grupos se consideram: trabalhos preparatórios, trabalhos de cristalização e colheita do sal, e trabalhos para a conservação do produto. Os trabalhos preparatórios são, sem dúvida, os mais demorados, de encargos consideráveis, minúcia e de paciência. Uma série de estudos, de que se destaca a Memória apresentada na Exposição Universal de 1873, descrevem e destacam esta importante fase preliminar.

TRABALHOS PREPARATÓRIOS

. o muro exterior da marinha, que a fecha e protege, deve sempre ficar superior às maiores marés;

---

[135] VIEIRA. Maria Natividade - *Ecologia das salinas..., o.c*, p. 5.
[136] ALCOFORADO. D. - *Museu Techonologico*, . . . , o. c. , p. 53.

. nos anos em que o Inverno é seco, os viveiros e os mandamentos não se escoam, porque a água é muito salgada e o seu fundo não precisa de limpeza;

. em anos chuvosos, ou enchentes do Vouga, ou ruína do muro, a água doce entra e "*estraga*" a marinha;

. iniciam-se os trabalhos em fins de Março, princípios de Abril;

. se o muro exterior abriu alguma "*cambeia*", isto é, se se destruiu em parte, ou então se se inicia a construção do muro duma marinha, deve-se tapar com "*torrão*", ou seja, uma espécie de tijolos cúbicos de lodo (2dm3, aproximadamente), cortados nas praias de moliço, por vezes reforçados por pedra solta, quando a marinha, pela sua exposição, se torna facilmente vulnerável;

. em seguida "*baracha-se*", quer dizer, reconstroem-se as divisões interiores da marinha (barachas e traves);

. "*põem-se em seco*", ou seja, esvaziam-se os caldeiros, cabeceiras, talhos, e secam-se até o terreno abrir fendas; e depois "*rega-se*" os mandamentos, a fim de criar lamas e nivelar os fundos; limpa-se o moliço, desentopem-se as canejas e barachas; deixa-se ao sol, até fender em gretas largas e fundas;

. segue-se a fase fundamental de "*cura*", conjunto de operações com que se obtém o endurecimento do solo; satura-se o terreno de cloreto de sódio e comprime-se; depois de bem seco e gretado, mete-se água do mandamento já bastante concentrada a 10 graus, que se deixa evaporar, totalmente; desta forma, deposita-se uma camada imperceptível de cristais de cloreto de sódio; estando alguns dias exposto ao sol, o marnoto passa-o com o "*circio*", cilindro de madeira de pinho, de 1m de comprido por 30 cm de diâmetro, atravessado por um eixo, em cujas extremidades enfiam dois cabos, a fim de ser possível rolá-lo; a operação de meter água, secar e circiar repete-se até as camadas de cloreto de sódio, misturadas com a lama, formarem um tapete salino impermeável;

. em seguida, "*embarra-se*" a marinha, isto é, cobre-se com uma ligeira camada de argila, e alisa-se com um "*basculho*", espécie de vassoura feita com fetos; depois de bem seca, cobre-se com fina camada de areia do

mar, que torna o terreno impermeável e firme; deixa-se finalmente passar a água dos meios de cima para os de baixo; estão criadas as condições para "*salgar*", o que pode ser já no dia seguinte;

. este conjunto de operações demorou, de Março até fins de Maio ou Junho, cerca de 3 meses[137].

O único documento que encontrámos referente ao ano de 1770, acerca da feitura duma salina, revela as mesmas expressões da actualidade, indiciadoras da manutenção duma técnica de trabalho: em Novembro daquele ano, a Misericórdia do Porto fez uma escritura de contrato de uma nova marinha, com um "marnoto" de Ílhavo, que se compromete ao "*preparo duma nova marinha*", de 72 meios, na Cal do Ouro, com seus "*viveiros e comedorias*", na forma "*dos apontamentos*" estabelecidos:

"*primeiramente o malhadal do muro [...]que terá de largo nas vageiras dez palmos por baixo e sete torrões de altura e morrerá em cinco palmos e no mais alto cabeço do malhadal terá quatro torrões de altura e morrerá em sinco palmos"; "serão estas marinhas barachadas e muito bem direitos na forma costumada e travejadas, traves bem grossas [...] e se for necessário tirar alguma terra nas cabeceiras e nos talhos, se lhes tirará, [...] e os canejos abertos, esbarachados, cortadas por linha e pronta em um circio capaz de um marnoto a receber*"[138].

TRABALHOS DE COLHEITA

Preparada a marinha como foi dito, está na hora de fazer sal. Começa-se por encher o viveiro, o que só se faz de 15 em 15 dias, durante as fases da lua nova e lua cheia, de marés vivas[139], por razões que a experiência observou: é que nas marés vivas a água do mar entra com maior velocidade e volume, repelindo a água doce para o interior dos rios, e aumenta o nível dos esteiros, criando condições superiores de salsusagem, sabido que a concentração aumenta com a profundidade; além disto, apenas se enche o viveiro nas 3 horas em que a maré conserva o seu mais alto nível[140].

---

[137] Estes apontamentos são a síntese da demorada e pormenorizada exposição de ALCOFORADO, D. - *Museu Techonologico*,..., o.c. , p. 59 a 64; e ainda de SILVA, Silvério Augusto Pereira da, MOURA, Francisco António - *Breve notícia sobre as marinhas..., o.c.*, p. 298 a 301.

[138] ADA, SN, Aveiro, L. n. 305, f. 118v, 28/11/1770.

[139] SILVA, Silvério Augusto Pereira da, MOURA, Francisco António - *Breve notícia sobre as marinhas*. . . , o. c. , p. 302.

[140] ALCOFORADO, D. - *Museu Techonologico*. . . . , o. c. , p. 65.

O viveiro torna-se um grande reservatório, pronto a alimentar os diferentes condensadores, depurador de corpos insolúveis que traz em suspensão, como areias, lodo, etc, mas também condensador, pois, já aqui, a água chega a atingir os 5° de condensação[141]. Como o grau de concentração se activa tanto mais quanto menor é a espessura da camada aquífera, não admira a descida de nível, à medida que se parte do viveiro para os sucessivos cristalizadores.

Em cada um dos espaços condensadores, a água sobe em graduação, que pode variar de marinha para marinha, ou, na mesma, de ano para ano; o que se torna mais constante é a densidade à entrada, na marinha, e a que vai penetrar nos meios de baixo e, daí, dar sal, entre os 2. 5 a 4 graus, na entrada no viveiro, e os 25 graus, nos meios de baixo[142]. É evidente que os marnotos não possuíam densímetros para elaborar cálculos; era a "*sua experiência e bom olho*". Quando as águas se concentravam a 25 graus, chamavam-se "*moiras*", ou seja, águas do mar sem as areias, lodo, matérias orgânicas, sulfato de cal, carbonato de cal, óxido de ferro, mas com todo o cloreto de sódio, sais de magnésia e potassa. Isto significa que, mal cobrem os meios, principia a formar-se uma pele ténue de cristais de sal, à superfície; estes precipitam-se, se está vento que agite a água, se não, conservam-se, à tona, até que o seu peso os afunde; é aqui que entram as operações fundamentais de fazer sal, em que o marnoto 'ajuda' a natureza[143]:

- bulir, consiste em agitar, levemente, a água com a "*rasoila*", pela força do calor; desta forma, consegue-se atingir três objectivos: precipitar o sal, removendo a superfície evaporativa, auxiliando a acção do vento; evitar a formação de "*tremonhas*" de grandes dimensões, obtendo sal em pequenos cristais, uma das qualidades mais apreciadas no salgado de Aveiro e evitar que o sal adira ao fundo, para se não sujar;

- quebrar, significa juntar o sal, com o "*ugalho*", dos lados, fundo e superfície, para o eixo do cristalizador;

- rer, arrastá-lo com a "*rasoila*" para o tabuleiro do sal.

---

[141] Id., *Ibid.*

[142] LEPIERRE, Charles - *Inquérito à Indústria do sal em Portugal. . .* , o. c. , p. 77.

[143] ALCOFORADO, D. - *Museu Techonologico*, . . . , o. c. , p. 66. Baseado neste, LEPIERRE, Charles, sintetiza-as bem, *Inquérito à Indústria do sal. . .* , o. c. , p. 78.

Salientam-se algumas ideias fundamentais acerca dos trabalhos de colheita:

- as duas últimas operações tornam-se delicadas, pelo facto do marnoto usar toda a cautela para não danificar o fundo dos meios, de modo a deixar um lençol fino de sal, "*camisa*", o que comprometeria a brancura do sal e a continuidade da produção em boas condições;

- a produção do sal é contínua, porque a circulação da água está combinada de modo a que nunca falte água saturada, vinda dos tanques precedentes;

- a operação de rer, colher o sal, faz-se todos os dias, se o tempo for favorável; se não, de dois em dois ou três em três dias ; inclusivamente, no tempo em que sopra o nordeste, é necessário rer, ou tirar o sal todos os dias, porque a cristalização se verifica muito rapidamente e em grande quantidade[144];

- a extracção dura, de fins de Junho a Setembro;

- a chuva interrompe, muitas vezes, estes trabalhos, durante a safra, podendo até terminá-la, quando em grande quantidade, enchendo-se de água doce, tornando a extracção impossível; diz-se que as marinhas se alagaram[145].

TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO

Quando o sal não é vendido durante a safra, formam-se montes, em forma de pirâmide cónica, ou prisma triangular, terminado em dois meios cones (neste caso chamam-se "*mulas*")[146]. Há que "*apajar*" os montes, seja ,bater com o pajão (espécie de pá), de modo a que fiquem com a superfície lisa e bem comprimida; depois são cobertos com junça ou bajunça, colhida na Ria, a fim de que a chuva os não os destrua. Finalmente, para que o vento os não descubra são "*chapeados*", em diferentes pontos do monte, com pedaços de terra relvada[147].

---

[144] SILVA. Silvério Augusto Pereira da. MOURA. Francisco António - *Breve notícia sobre as marinhas*. . . , o. c. , p. 303.
[145] Id., *Ibid.*, p.302.
[146] ALCOFORADO. D.- *Museu Techonologico*. . . . , o. c. , p. 67.
[147] SILVA. Silvério Augusto Pereira da. MOURA. Francisco António - *Breve notícia sobre as marinhas*. . . , o. c. , p. 302.

Apesar destes cuidados, muitas vezes, a intensidade dos ventos pode abrir fendas, "*beiras*", por entre a junça e levam muito sal. Daí, que alguns senhores tenham palheiros, espécie de armazéns em madeira. É evidente que esta medida não era a única razão para existirem; razões comercias como as que indica o procurador do Convento de Jesus em 1749 "*para o dinheiro vir mais certo, sem ter o risco com os mercadores de fugirem com o dinheiro*", ou seja, armazenar, controlar preços e mercados[148]. A Misericórdia regista, entre as mais despesas do ano de 1795/ 1796, gastos com um palheiro do sal[149], mas certamente não foi situação única[150].

B - A mão-de-obra: os marnotos, figurantes principais

O conhecimento da complexidade das diferentes operações de fabrico do sal, a ausência de mecanismos, evidenciam a grande e longa aprendizagem a que se tinha (e tem) que submeter a mão de obra que trabalha nas salinas. Marnotos, assim chamados em Aveiro, não o são permanentemente, porque grande parte, depois da safra do sal, entre Março ou Abril, e Junho, na preparação, até Setembro[151], empregam-se, igualmente, na pesca da Ria[152], na lavoura, ou outras actividades, numa das características fundamentais da população ligada à Ria e ao mar, a interdependência de interesses, a acumulação de diferentes ocupações que ela proporciona[153].

Conforme a abundância da colheita, recorre-se ao trabalho de mulheres para baldeação do sal (acarretar sal das eiras)[154], embora nos trabalhos de preparação da marinha, de "*defensão*", a força de trabalho

---

[148] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro Jesus. . . .* o. c. , v. 4. p. 674

[149] ASCMA-n. 212. Livro de Despesa. f. 269v.

[150] Em 1791 indica-se a recolha da safra no palheiro: ASCMA-n. 354-Livro onde estão todas as marinhas: em vários lugares. como seja. fol. 19 a propósito da marinha da Moliça.

[151] SILVA. Eng. Silvério Augusto Pereira da. MOURA. Francisco António Marques de - *Breve Notícia sobre as Marinhas . . . .* o. c. . p. 298.

[152] LEITÃO. António do Nascimento - *A Bacia Hydrographica de Aveiro..., o.c.*, p.149. Ver mais à frente. cap.7.3.

[153] Id. - *Aveiro e a sua Laguna ....* o.c., p.181:"*arrais, mareantes, pescadores, marnotos, bateleiros, mercantéis (negociantes exportadores de pescado), moliceiros, construtores de barcos, calafates, gafanhões, ilheiros e marinhões-todos estão mais ou menos ligados por uma interdependência de interesses*".

[154] Id., *Ibid.* , p. 149. SILVA. Eng. Silvério Augusto Pereira da. MOURA. Francisco António Marques de - *Breve Notícia sobre as Marinhas . . . .* o. c. . p. 304.

tenha, forçosamente, que crescer. Trata-se de construir os muros de vedação que protegem a entrada das marés, feitos de duas paredes paralelas, de torrão, cortado com enxadas, nas praias, por vários homens e carregados em barcos, para o local onde se vai fazer a marinha[155].

Surge a imagem do conjunto de homens que se juntam para a condução dos torrões, retirar lamas, preparar a marinha com toda a força que a função exige - homens possantes. Jean Hocquet verificou que, nas salinas de Veneza, "*a construção duma marinha impunha a necessidade absoluta de controlar a água [...], assegurada por um trabalho colectivo, formado por uma equipa de 'consortes'[...]. A companhia não se dissolvia quando terminavam os trabalhos, ela reconstituía-se cada ano no princípio do Inverno*"[156]. Tal associação não nos aparece, claramente, em Aveiro, embora, em 1813, a contabilidade da Misericórdia permita verificar como, na fase de feitura da marinha, se recorria a grande quantidade de mão-de-obra, variável, consoante o estado de conservação da marinha. Veja-se:

QUADRO 15

Número de homens utilizados na preparação de algumas marinhas da Misericórdia, no ano de 1813

Marinha	Nºmeios	Nºhomens	Salários
Capeloa	52	3	300
		3	350
Molissa	~~44~~	15	300
		75	350
		35	330
Remelha	~~42~~	~~43~~	350
		7	~~400~~
Catralva	36	~~34~~	350
Graceira ou Doutor	30	8	218.75
		5	350
		7	~~400~~

Fonte: ASCMA-L. n. ~~354~~ - Livro das marinhas

[155] ALCOFORADO, M. da Maia - *A indústria do sal*. . . . , o. c. , p. 56.
[156] HOCQUET, Jean-Claude - *Le sel et la fortune de Venise..., o.c.*, v. 1, p. 118.

Quanto mais deteriorada ou destruída estava a marinha, mais mão de obra era necessária para a reconstruir, o que aconteceu, ao longo do séc. XVIII.

Em média, afirma Alcoforado em 1877, cada marinha de 60 meios necessita "*dum marnoto, um moço de vinte anos e um de catorze*"[157]. Em 1873, Silvério escreve que uma marinha de 30 meios precisa dum marnoto e um moço; quando o sal era muito, necessitava duma ou duas mulheres para carregar, dos tabuleiros às eiras[158]. O mais certo é, naturalmente, depender da extensão da marinha. No entanto, seguindo o cálculo do segundo autor, podemos dizer que, em finais de XVII, os 6705 meios precisariam entre 450 e 700 pessoas (6705:30 meios= 223.5x 2 = 447 homens; 223.5x3 = 670.5 homens); em 1815 os 16450 meios precisavam de, segundo o mesmo cálculo, mais de 1000 homens. Estimativa aproximada mas que correspondia, em 1801, caso o número de indivíduos necessário se mantivesse, a quase 20% da população de Aveiro[159]. Uma Memória de 1809 diz, a certa altura, que "*Aveiro pode muito bem considerar-se um viveiro de marinheiros. A maior parte da sua povoação não se emprega em outra coisa mais que na pescaria, e na extracção do sal das marinhas e seu arranjo, por consequência toda esta gente é naturalmente própria para a vida no mar. A Ria tem uma prodigiosa quantidade de barcos de pescaria: o seu número é certamente de 3 mil, e cada barco tem pelo menos 6 homens*"[160]. Fazendo os cálculos, na Ria, circulavam cerca de 18.000 pessoas, número fantástico se tivermos em conta o total de almas, que não chegava a 4000; é notório que se refere a todo barco que circulava por uma ria imensa, desde Ovar até Mira. Quando o memorialista tentou chamar alguns desses barcos para carregarem mantimentos para Ovar, e depois para o Porto, apenas apareceram 130, ou seja, cerca de 780 homens, número que encaixa melhor na realidade de Aveiro.

Evidentemente que se trata duma ocupação sazonal, e com frequência se afirma que toda uma população, em redor de Aveiro, beneficia

---

[157] ALCOFORADO, M. da Maia - *A indústria do sal*. . . . . o. c. , p. 57.

[158] SILVA, Silvério Augusto Pereira da, MOURA, Francisco António - *Breve notícia sobre as marinhas*. . . , o. c. , p. 304.

[159] Em 1801 Aveiro possuía 3793 almas, onde se incluem menores de 7 anos, como se vê no cap.4 da I Parte.

[160] PIMENTA, Belisário - *A Barra de Aveiro em 1809.... o.c.*, p. 169. Esta era uma Memória do Comandante Isidoro Francisco Guimarães, que conseguiu, pela primeira vez, após a abertura da Barra, fazer entrar um comboio de 39 navios e um bergantim, de apoio ao exército inglês na expulsão dos franceses.

deste sector, especialmente, como refere um documento de 1685, "*todos os de Ilhavo se sustentam nas marinhas dos de Aveiro, em que ganham de comer todo o ano*"[161]. A Misericórdia de Aveiro, quando regista a residência dos marnotos, refere-os de Aveiro e de Ílhavo[162].

Além destes "*especialistas*", ainda era costume há bem pouco tempo, contratar moços por alturas da abertura da Feira de Março, a 25, na chamada Feira dos Moços, oriundos das zonas ribeirinhas de Aveiro, Gafanha, Vagos, Mira, e igualmente do Alto Douro e Trás-os-Montes[163], o que talvez justifique que, ao longo de XVIII, os noivos, casados na freguesia de Apresentação de Aveiro, reduto de marnotos, oriundos de outras localidades, fossem em 54% dos casos, de fora da Provedoria, como vimos no cap.4 da I Parte. Mais ainda, o quociente almas/fogos em 1801 era, naquela mesma freguesia de 4.3, quase 1 ponto acima das restantes, assim como a percentagem de homens dos grupos de idades, entre 7-24 e 25-39 era a mais alta de toda a cidade.[164]

A contratação dos moços obedece a critérios de experiência. Parece que, só depois de 5 safras de sal, é que o moço estaria devidamente habilitado e contratado como tal[165]. As suas idades, como as dos marnotos, variam muito, embora a dureza do trabalho, a complexidade das operações, aferidas a olho nu, exijam uma longa aprendizagem e madureza de raciocínio. Logo se calcula que a perturbação dos grupos mais jovens, ora por acidentes (morte), ora atraídos por outros sectores (pesca, moliço), pudesse quebrar um sector, baseado numa longa aprendizagem. Alcoforado escreveu algumas páginas interessantíssimas, acerca do marnoto:

"*é geralmente um homem bem apessoado [...] ombos largos, o peito saliente, o ventre deprimido, a musculatura desenvolvidíssima e a tez requeimada pelo sol ardente da beira-mar*

---

[161] MADAHIL, A. Rocha - *Milenário de Aveiro...*, *o.c.*, p.265:"Acerca do encabeçamento das sisas, 1684".

[162] Infelizmente não existe um registo sistemático, impedindo uma avaliação percentual das duas origens: esporadicamente aponta-se em livros de Receita, ou Livro n. 354-Livro das Marinhas, nomes de marnotos, com respectiva residência.

[163] PELIZ, Marina - *Exploração do sal em Aveiro*. . . , o. c. , de p. 270. Apenas aqui recolhemos esta informação.

[164] Ainda para o 3ºquartel de XIX, o bairro da freguesia de Apresentação onde predominavam pescadores, só no Inverno exerciam tal ocupação, visto, de Verão, trabalharem ou nas companhas da Costa, ora nas marinhas de sal, veja-se MATOS, José Mª de Melo de - *Memória sobre a arborização das dunas de Aveiro...*, *o.c.*, p. 137.

[165] Id., *Ibid.*, p.263.

[...]. Neste belo tipo de força física transparece claramente o homem habituado às afanozas e arriscadas lides do mar: com efeito o marnoto acumula quase sempre as funções de marinheiro ou as de pescador"[166]. Começa o trabalho às 5 da manhã, até ao pôr do sol, com duas paragens (em que aproveita para comer e dormir durante 1 hora), às 9 e às 14 horas.

Parecia haver uma distribuição de tarefas, conforme a complexidade da operação: ao marnoto cabiam as operações de "*bulir, quebrar e governar as águas*"; o moço podia rer o sal, ou seja, começar a arrastá-lo para os tabuleiros, embora com cuidado, a fim de não destruir o fundo da marinha e sujar o sal. Daqui, é carregado para as eiras por moços, marnotos e mulheres "*carregadeiras*", mulheres[167].

Acrescenta Alcoforado acerca do marnoto: "*é profundamente ignorante como industrial (tomada esta palavra na sua acepção moderna); porque além da maioria não saber ler, nenhum deles faz a mais leve ideia dos fenómenos que tão habilmente preparam e dirigem. Se assim praticam, é porque seus pais ou seus amos assim os ensinaram*". E conclui: "*o marnoto é pois o símbolo mais perfeito da ignorância, a encarnação mais completa da rotina, a personificação mais acentuada do empirismo*"[168].

É de crer que os períodos de maior ou menor necessidade de mão-de-obra, variassem no mesmo sentido que o número de marinhas, mas não proporcionalmente, se pensarmos que a mão de obra, além do trabalho do marnoto, se agudiza, sempre que era preciso preparar uma marinha destruída. Ora, após momentos de abandono das marinhas, a sua recuperação poderia exigir um maior esforço, de que destacaremos dois momentos: após a abertura da barra em 1759, e em 1808, como já vimos. Mas, parece-nos, embora sem provas concludentes (não temos registos de salários), que um conjunto de factores terá agravado a oferta de mão-de-obra: além das perdas de gente que a cidade sentiu, sobretudo na 1ªmetade de XVIII, também a viragem de sectores ligados ao trabalho do sal que, perante o seu declínio, por várias razões, como veremos, ter-se-ão desviado para outras ocupações. Salientamos duas que faziam parte já, da ocupação sazonal destes indivíduos: a pesca, com a instalação de uma série de

---

[166] ALCOFORADO. M. da Maia - *A indústria do sal*..... o.c., p. 68.

[167] Id. , *Ibid.* , p. 69. Em inícios deste século. as mulheres são também vistas na preparação da marinha, a limpar lamas e algas. acumuladas durante o Inverno; ver LEITÃO, António do Nascimento - *Aveiro e a sua laguna...*, *o.c.*, p.89.

[168] ALCOFORADO, D. - *A indústria do sal*..., o.c., p.70.

campanhas de pescadores (aspecto que veremos em capítulo competente), e a apanha do moliço. Ou seja, a certa altura, a necessidade de mão de obra foi, certamente, problema grave, faltava e era cara, somando-se a todos os custos que o demorado processo de preparação do sal exigia.

5 - Irregularidade e incerteza da produção

A produção do sal é caracterizada pela sua extrema variação, pelas características que apontámos atrás. Primeiro há que ter em conta os caprichos do clima, depois o acesso às águas salgadas e, finalmente, a vontade de o produzir ou não, ou seja, o choque entre custos, preços e comércio.

A - As estimativas

Sobre estimativas as informações são escassas, qualitativas, limitando-se a apontar anos de falta ou abundância de sal. A Misericórdia indica-o para certas datas:

.1709/10, "*um pouco de sal*"

.1747/48, não há qualquer rendimento[169];

.1782 nada rendeu, na marinha Doutor;

Em contrapartida, no ano de 1775, a Vereação nomeia vários medidores de sal "*para se dar melhor despacho à grande produção de sal que houve neste ano*"[170]. No ano seguinte, o mesmo acontece[171].

Mas as expressões são dúbias, porque o documento da Misericórdia não especifica se se trata de nada render, porque não se vendeu o sal, ou se, efectivamente, não houve produção; resultado daquilo que dissemos atrás, produção e comércio não coincidem. Como veremos, registam-se anos em que houve produção, mas armazena-se e só anos mais tarde, se comercializa.

---

[169] ASCMA-n. 210- Livro receita de Despesa.
[170] AMA-LV, n. 8, ss. 27/9/1775.
[171] AMA-LV, n. 8, ss. 3/8/1776

O que parece certo é que nos finais do séc.XVII, houve incentivos por parte da Coroa, no sentido de permitir, ou melhor, obrigar os donos das marinhas, a fabricarem o sal, antes da data habitual, "*de S.João em diante*", a fim de fornecer os principais clientes, a Galiza[172] (voltaremos a este aspecto). Em 1775 e 1776 houve abundante colheita; e, após a abertura da Barra, o engenheiro comenta a grande agitação, à volta das marinhas " *há muita abundância [...], ocupando com muito lucro todos os habitantes de tal modo que custa achar um homem, para o barco, ir à Barra ou ao Rio; rapazes, mulheres, tudo trabalha*"[173].

Tentemos a quantificação, baseados nos cálculos que Alcoforado, Silvério e outros propõem:

QUADRO 16

Produção de sal por meio (alqueires) segundo vários autores

Autores	Estimativas	Nºalqueires
Lacerda Lobo	"o meio de baixo um conto de sal"	150
Silvério A.S.	"30 meios [...] ou 9360 alqueires"	156
Alcoforado	"cada quinhão [30 meios] 5400 alqueires"	180
C.Lepierre	180 toneladas por marinha	225.5*

Fonte: ver nota[174]

*180 toneladas=180000Kg. =180000litros/60 meios=3000l; segundo Alcoforado, cada meio dava 180 alq. ou 2400l; logo cada alq =13. 3litros; usamos esta medida para transformar os 3000 litros em alqueires

Através destes cálculos, podemos dizer que a produção oscila, entre os 150 e os 225 alqueires por meio, ou seja, entre 9000 a 13500 alqueires, por marinha, de 60 meios. No entanto, indica Silvério A. Silva, "*se as chuvas interrompem o fabrico, a produção é menor, mas se nos meses em que ele se efectua, o tempo se conserva quente e ventoso, pode aquela chegar a ser tripla da que designamos*"[175].

Por este cálculo, 150 alqueires ou 1 conto por meio, os 6705 meios de 1693/1704 produziriam a mesma quantidade em contos, assim como em

---

[172] MADAHIL, A. Rocha - *Milenário de Aveiro..., o.c.*, v.2, p.374.

[173] NEVES, Francisco Ferreira - *As actividades hidráulicas do engenheiro Luis Gomes de Carvalho..., o.c.*, p. 233-234.

[174] LOBO, Constantino Lacerda - *Memória sobre as marinhas de Portugal..., o.c.*, p.270; ALCOFORADO, D.- *A indústria do sal,...*, o.c., p.76. SILVA, Silvério Augusto Pereira da. MOURA, Francisco António - *Breve notícia sobre as marinhas. . . .* o. c. , p. 305. LEPIERRE, Charles - *Inquérito à Indústria do sal. . . .* o. c. , p. 82.

[175] SILVA, Silvério Augusto Pereira da. MOURA, Francisco António - *Breve notícia sobre as marinhas. . . .* o. c. , p. 305.

1815, os 16450 meios, outro tanto de contos de sal. Parece-nos perfeitamente aceitável, tendo em conta os cálculos para 1880 por Francisco Regala, responsável por um projecto de regulamentação da Ria. Deste documento estima-se a produção entre 500.000 a 600.000 hectolitros de sal, informações quer da Associação Comercial de Aveiro, quer "*de homens práticos na indústria e comércio de sal*"[176]. Sendo, segundo o mesmo relatório, em número de 400 as marinhas de Aveiro, os cálculos dão-nos o seguinte raciocínio:

500. 000 hl : 400 marinhas = 1250 hl/marinha
1250 hl: 60 meios = 20. 83 hl/meio
20.83 hl = 2083 l : 13.3 l = 156.6 alqueires / meio

Em suma, parece válido, perante tal variedade de elementos, que a produção se situe, como vimos, à volta dos 150 alqueires por meio.

Estes cálculos redondos, aproximados, partem do princípio de que as marinhas são sempre trabalhadas, e que apenas acidentes climáticos, ou desaires dos marnotos, perturbariam esta repetição. Porém, há que contar com o possível desequilíbrio entre procura e oferta, entre custos e receitas, aspectos que ainda iremos abordar.

B - Instabilidade climática

A pobreza da documentação não permite a precisão. No entanto, à partida, o ciclo vegetativo do sal, oferecendo alguma simultaneidade com o dos cereais da Primavera, não apenas no momento da maturação e colheita de Julho-Agosto, mas também durante a preparação do terreno na Primavera, coloca a hipótese duma concordância entre crises frumentárias e de produção de sal. Porém, a realidade é outra. Como notou J.Claude Hocquet, a sucessão de boas ou más colheitas de cereal, não é devida, exclusivamente, a ciclos climáticos, mas, porque uma má colheita tem tendência a engendrar no ano seguinte uma nova má colheita, por penúria

[176]REGALLA. Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias...*, *o.c.*, p. 19.

de sementes; ora o sal não acumula más colheitas, acompanhando melhor as condições climáticas[177].

Uma certa incursão iremos fazer na história do clima, com os poucos dados que foi possível recolher, retirados de livros de administração da Casa da Misericórdia de Aveiro:

. em Março de 1694, devoções e procissão clamavam por chuva "*para se poderem fazer as lavouras*". Inverno seco pode significar custos de produção baixos, visto não se desmancharem os muros do ano anterior.

. 1707/8, inundações, "*não houve mais rendimento nas marinhas da Casa em razão das cheias e grandes inundações que por tais nunca foram vistas semelhantes, que comeram a novidade das marinhas*"[178];

.1727/28, "*se alagou*", ou seja, as chuvas interromperam a colheita, em pleno Verão;

.1791, houve cheia, mas a colheita já feita, porque se diz "*2 barcos de sal que se não mediu pelo aperto da cheia e se recolheu ao Palheiro*"[179].

Apenas isto, aquelas notícias que mereceram um breve comentário nos livros de receita; nalguns casos, a cheia veio só apressar a colheita, mas não perdê-la, totalmente. É evidente que estas inundações, cheias, alagamentos, podiam ser provocados não por causas climáticas, mas por interrupções da Barra; o historial das oscilações, que já vimos atrás, poderá ter alguma responsabilidade naquelas datas específicas; pelo menos entre 1803 e inícios de 1808, as águas estavam estagnadas, inviabilizando, totalmente, a feitura de sal[180].

C - Os custos de produção

Charles Lepierre refere, de certa forma, este aspecto, quando escreve: "*a safra salineira, quando o tempo corre seco, vai o máximo até fim de Setembro; dura em média três meses. Contudo, por razoes meteorológicas ou de ordem financeira, pode a*

---

[177] HOCQUET. Jean-Claude - *Le sel et la fortune de Venise*. . . , o. c. , p. 150.
[178] ASCMA-n. 195-Livro de receita e despesa. f. 33v.
[179] ASCMA-n. 354-Livro. p. 21. marinha "Escada" de 15 meios.
[180] PIMENTA. Belisário - *A Barra de Aveiro em 1809*. . . . , o. c. , p. 166.

campanha fechar mais cedo. Assim aconteceu em Aveiro, no ano de 1934, em que houve grande produção de sal e pouca procura"[181].

Era prática secular, porque conhecida desde meados do séc.XIV, que a gente de Aveiro estabelecera entre si, que o sal se fizesse só nos meses de Julho e Agosto, controlando a produção, de que resultava o encarecimento para o consumidor, mas compensador para o fabricante: "*valesse mais o sal pouco que fizesse, que a abundância que a nossa terra dele poderia haver*"[182].

Uma carta régia, de Abril de 1692, refere este acordo tácito e justifica-o:

"*consiste em um contrato que fizestes em uma sentença que em virtude dele alcançastes há tresentos anos, tempo em que as marinhas fabricavam tão pouco sal nesse distrito que se queixavam os moradores do Porto necessitavam dele; e em virtude deste documento representais ser utilidade pública não se fabricar mais sal que o que se puder gastar e ter saca, porque fabricando-se muito valerá barato, e será maior o custo da fábrica que o rendimento*"[183].

Mas, a partir daquela data, um conjunto de circunstâncias parece ter justificado a antecipação do trabalho das marinhas, e é o próprio monarca que o justifica, ao apresentar a crescente procura, por parte da Galiza

"*porque como não têm marinhas, e as desse distrito [de Aveiro] lhe distam vinte e cinco ou trinta léguas, antes as hão de procurar do que as de França, distando-lhe duzentas léguas, [...] porque com preço alto não tenta aos estrangeiros e são constrangidos a irem-nos buscar a outras partes*"; logo, "*a maior quantidade de frutos supre a menor dos preços*"[184].

Daqui se deduz que, tendo em conta as características da feitura do sal, só compensa o aumento de produção, se houver uma procura assegurada. O monarca, a fim de manter firme a procura galega, proibe de imediato, que quaisquer "*marnoteiros oficiais desta arte e práticos na cultura dela, os quais sendo naturais deste Reino andassem no da Galiza ou daí em diante*"; ou então "*os castelhanos, ou qualquer, digo, quaisquer outros estrangeiros tivessem proibição de trabalhar na fábrica das marinhas deste Reino aonde facilmente se podiam fazer capazes de levar esta arte à Galiza*"[185].

---

[181] LEPIERRE, Charles - *Inquérito à Indústria do sal*. . . , o. c. , p. 80.
[182] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal português...*, *o.c.*, p.106; trata-se de resposta de Aveiro a queixas formuladas nas Cortes de Santarém de 1331, contra preço excessivo de sal, pelo retardamento da sua produção.
[183] MADAHIL, A. Rocha - *Milenário de Aveiro*. . . , o. c. , p. 375.
[184] Id. , *Ibid.*
[185] Id. , *Ibid.* , p. 419.

Mas, mesmo que houvesse uma procura contínua que consumisse a produção e justificasse a diminuição do preço, este não poderia reduzir abaixo de determinado nível, se tivermos em conta:

- a necessidade constante de mão de obra, quer para a preparação, quer para o amanho, com colheitas quase diárias, em nítida desvantagem com as de Setúbal que se reduzem a 3 ou 4 por ano;

- a grande área ocupada pelas marinhas de Aveiro, desde o reservatório, enorme, até à cristalizadora, pequena, contrastando com as de Setúbal, de proporções mais equilibradas; veja-se o quadro seguinte:

QUADRO 17

Distribuição das áreas duma marinha

Partes da marinha	Setúbal	Aveiro
reservatório colectivo	40%	35%
tanques preparatórios intermédios	20%	55%
cristalizadores	40%	10%

Fonte : PROENÇA, Raul - *As marinhas, indústria do sal em Portugal*, ...o.c., p. 102.

Por este quadro, rapidamente, nos apercebemos que a produção em Aveiro, é 6 vezes inferior à de Setúbal e, no entanto, os custos, certamente muito superiores[186].

Sabendo tudo isto, é bem natural que, em certos momentos, quando o comércio minga, o peso da mão de obra, os custos preparatórios da marinha tornavam-se insustentáveis, abandonando-se as marinhas, e sempre que se tentava a recuperação, a mão-de-obra distribuira-se, entretanto, por diferentes actividades (pesca e moliço), colocando outras exigências.

Enfim, juntam-se assim, e de momento, as três razões fundamentais para a irregularidade da produção: variações climáticas, variações da Barra, grande peso dos custos relativamente ao preço de comercialização; ora, a procura pode diminuir e o preço não se retrair. Em 1815, a Misericórdia de Aveiro registou os gastos e receitas verificadas durante aquele ano.

[186] PROENÇA, Raul - *As marinhas-indústria do sal em Portugal...*, *o.c.*, p. 103.

QUADRO 18

Receita e Despesa das marinhas da Misericórdia em 1815

Marinha	Preparação	Avanços	Total Despesa	Receita	Saldo
Graceira	16500	14400	30900	39900	+9900
Moliça	116470	15600	132070	42550	-89520
Pajota	-	-	104750	104750	0
Remelha	51150	14600	65750	56475	-9275
Nova S.Roque	3520		3250	59750	+56500
Chamorra	3200		3200	47850	+44650
Catralva	11400		11400	176215	+164815
Capeloa	31170	12600	43770	70210	+26440
Corcovada	1920	4800*	1920	45750	+43820
Escada	8420		8420	62525	+54105
		TOTAL	300680	705975	405295

* o marnoto pagou logo

Fonte : AHSCMA, n. 354-Livro das marinhas. . . , f. 83 e segs.

Daqui se percebe que grandes despesas de preparação nunca trazem, de imediato, saldos positivos; daí, a gestão diferenciada, os contratos praticados. E a conclusão é óbvia: depois duma marinha abandonada, tem que haver fortes razões para a sua recuperação, sobretudo tem que haver possibilidades de obter noutras actividades, ou nas restantes marinhas, as receitas que cubram o investimento.

Como está escrito por um dos Provedores ilustríssimos da Misericórdia de Aveiro, e 1º Bispo da Diocese, D.António Freire Gameiro de Sousa, aquela Casa tinha no Rio "*alguns meios a monte, sem fazerem sal, pelos mais consortes não quererem concorrer para a limpeza deles, e estarem há muitos anos incultos*"[187]. A mesma ideia surge registada na margem duma folha do mesmo Livro de 1815, a propósito do abandono da marinha Brasalaia, qua havia sido arrendada, mas de novo entregue à Santa Casa "*tendo-a benfeitoriado de modo que deu sal nos anos de 1812 e 1813, em que gastara 169000 reis, ela não corresponde a esperanças algumas de interesse, até pelas marinhas vizinhas não andarem tapadas e fabricadas em termos de se poder teimar com as despesas desta*"[188]. Enfim, abandonar ou fazer uma marinha exige contas bem feitas.

---

[187] ASCMA-n. 331. Caderno registando o mapa de fundo. . . , 1775. f. 1

[188] ASCMA-n. 354-Livro onde estão todas as marinhas. f. 83.

Cap. 6.2. - O comércio do sal: interno e externo

O nosso objectivo é desenhar as rotas do sal de Aveiro no mercado externo e interno, atribuindo uma periodização ao desenvolvimento e afirmação de tal actividade, dentro do tempo anunciado, o séc. XVIII. Mas, igualmente, inventariar os diferentes intervenientes, neste processo, entre eles o Estado, que, ao longo do séc.XVIII, terá usufruído das imposições sobre a comercialização do sal.

1 - O Estado e o imposto

Fundamental o estudo que, neste domínio, Virgínia Rau preconizou[1]; excelentes as perspectivas de estudo, abertas num recente colóquio, sobre a direcção do especialista Jean Claude Hocquet, demonstrando as particularidades da intervenção das diferentes Coroas ou Senhorias Europeias, quer no monopólio da produção, quer no da comercialização[2].

A - A legislação

A intervenção régia, em Portugal, ter-se-ia dado, apenas, ao nível da comercialização do produto. Em 1576, D.Sebastião, invocando as muitas despesas da guerra, determinou a instituição dum monopólio de compra e venda de sal:

- de compra, porque "*de todo o sal lavrado e criado cada ano, a fazenda real passaria a comprar a terça parte ou aquela porção assente pelos oficiais régios competentes, mas sem exceder a dita terça parte, pagando o preço segundo a taxa estabelecida em cada ano e contra entrega do produto*";

---

[1] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal português...,o.c.*
[2] HOCQUET, Jean-Claude - *Le Roi, le marchand et le sel..., o.c.*, p. 27 "L'impôt du sel et l'Etat".

- de venda, de todo o sal necessário para o consumo interno;

Desta deliberação escapava o comércio externo, visto que qualquer produtor podia vender os restantes 2/3 da sua produção[3].

Mas a 2 de Setembro de 1578, foi revogado o alvará anterior[4]. Coube à Coroa espanhola desenvolver uma actividade legislativa intensa, no sentido de estender a Portugal, a política de Filipe II, visando o monopólio da produção e venda de sal. Esta, encetada desde 1564, teve repercussões diferenciadas: no caso das salinas marítimas espanholas, conduziu-as à ruína, porque os clientes flamengos, ingleses ou do Cantábrico castelhano e basco, preferiam fornecer-se em Portugal ou em França, de melhor mercado, com melhores preços; trouxe mesmo efeitos negativos para a pesca basca em plena expansão[5].

Em Portugal, a preocupação foi monopolizar o seu comércio, arrecadando tributos consideráveis. Assim, em 1 de Abril de 1601, lançou-se um novo imposto de 220 reais para a fazenda real, sobre cada moio, além dos 200 até aí pagos, num total de 420 réis por moio, excepto o que era para consumo interno, ou levado, por terra, para Castela, e por mar, para a Galiza, Astúrias e Biscaia[6]. A partir daqui, uma parte do sal português passa a ser expedida para provimento destes destinos. Os sucessivos contratos e ordens régias demonstram-no:

. logo a 15 de Novembro de 1601, Filipe II autorizava o tesoureiro geral do sal dos reinos de Castela, a tirar, por mar, cerca de 400. 000 fangas de sal por ano, durante 8 anos[7];

. o alvará de 25 de Junho de 1624 vem libertar do imposto dos 220 reais, as 400. 000 fangas de sal que se exportariam para Galiza e Astúrias por conta da coroa de Castela, ficando, assim, completamente livre e desonerada a comercialização para Espanha, por espaço de dez anos, coagindo, ao transporte, as embarcações dos portos portugueses que fossem necessárias[8].

Aveiro era um destes portos:

---

[3] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal português. . . .*, o. c. , p. 142. Ainda AMZALAK, Moses Bensabat - *A Salicultura em Portugal. Materiais para a sua história...*, *o.c.*, p. 34.
[4] Id., *Ibid.*, p. 34.
[5] LADERO QUESADA, Miguel Angel - *La recette du sel et son evolution dans les états de la Couronne de Castille(XIII- -XVI siécles)...*, *o.c.*, p. 77.
[6] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal português. . . .*, o. c. , p. 163.
[7] Id. , *Ibid.* , p. 164.
[8] Id., *Ibid.*, p.181-182.

"Eu El Rei faço saber a vós juiz de fora da Comarca de Aveiro que no arrendamento que se fez nesta minha Coroa de Castela com Martim de Bolivar (cujo concessionário é o licenciado Dom João Sapata de la Torre) da renda e direitos de sal para provimento dos partidos do Reino da Galiza e Principado das Astúrias se pôs por condição que para as quatrocentas mil fanegas de sal que podem tirar cada ano do meu Reino de Portugal, as justiças dele fariam embargar os navios e caravelas que fossem necessários para navegar o sal; e porque convém que na provisão dele não haja dilacção, e Martim de Bolivar cumpra o arrendamento, hei por bem e vos mando que embargueis os navios e caravelas para o levarem à Galiza e Astúrias, e isto durante o arrendamento com que não sejam os navios e caravelas dos estrangeiros, se não dos naturais desse meu Reino de Portugal que não estiverem aprestados ou aprestando-se para as conquistas dele, ou para servirem em minhas armadas, dando fiança a que não derrotarão a outra alguma parte, e irão em direitura à Galiza e Astúrias, e trarão certidão dos oficiais a que tocar de como lá fizeram a entrega e descarga do sal que levaram [...]. Madrid, 22 de Setembro de 1625"[9].

Em Janeiro de 1633 surgiu nova ordem para se continuar a poder tirar do Reino, livres de direitos, até 400.000 fanegas para as mesmas Provincias de Galiza e Astúrias, sucedendo-se em 1634, 1636, 1638 e 1639 iguais contratos para esse provimento de sal[10].

A assinatura final da administração da Coroa de Castela, deu-se em 1638, com a elaboração do primeiro *"Regimento do Sal"*, regulando e coordenando o seu carregamento no porto de Lisboa, com vista a um melhor controlo da carga tributária, criando a Mesa do sal, na Casa Grande da Alfândega de Lisboa; cerca de 2 anos depois, foi aplicado aos portos de Aveiro e Setúbal[11].

Com a Restauração, continuam as imposições sobre o comércio, mas desta vez, há que reduzir a um só imposto, os diferentes direitos pagos sobre o sal; por alvará de 22 de Fevereiro de 1641, passam a ser de 500 réis sobre cada moio[12].

Depois da Restauração, durante 20 anos, os diplomatas portugueses esforçaram-se por negociar um tratado de paz com a Holanda. Mas foi o sal de Setúbal a condição para que, finalmente, ela se restabelecesse.[13] Em Aveiro, a acreditar nos dados relativos às trocas económicas entre o Porto e Galiza, de

---

[9] MADAHIL, A.G.da Rocha - *Milenário de Aveiro..., o.c.*, pag. 87.
[10] RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal português*. . . , o. c. , p. 190.
[11] Id., *Ibid.*
[12] AMZALAK, Moses Bensabat - *A Salicultura em Portugal*. . . , o. c. , p. 35: *"redução dos 4 impostos a um só"*; eram dízima de 10% nas saídas do Reino, consulado de 3% também nas saídas, desde 1593, os 200 réis preexistentes e os 220 réis acrescentados em 1601.
[13] RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal português*. . . , o. c. , ps. 237 e 286

1640 a 1668, a guerra e depredações interrompiam o intercâmbio comercial e, nos períodos de afrouxamento da guerra, o contrabando retomaria, ligeiramente, as actividades[14].

Terminada a Guerra de Restauração, o Regimento das Alfândegas dos Portos Secos, Molhados e Vedados, de 10 de Setembro de 1668, restabelece os contactos comerciais, tentando uniformizar o regime aduaneiro, estabelecer o quadro do funcionalismo, combater o contrabando[15]. Daqui para a frente, várias medidas serão tomadas no sentido duma uniformização e controlo de réditos, regulamentação de cargos e ordenados[16].

Mas importante, do ponto de vista de recepção dos diferentes impostos, foi a criação, em 22 de Dezembro de 1761, de uma única tesouraria, o Erário Régio, passando a escrituração das Alfândegas a pertencer a esta única tesouraria geral[17], reflectindo-se na forma como a documentação da Alfândega de Aveiro se apresenta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo do Tribunal de Contas, com entradas a partir de 1762, altura em que, certamente, o contrôle se processou de forma mais vigorosa[18].

Em Novembro de 1774, novo alvará apareceu no sentido de uniformizar direitos nas diferentes Alfândegas do Norte: Minho, Trás-os-Montes, Porto e Beira[19]. Em consequência desta medida, a Alfândega de Aveiro, no que diz respeito ao comércio do sal, sofre alterações, extinguindo-se a chamada Mesa do Sal[20], integrada, desde então, na Mesa Grande, tendo em

---

[14] OLIVEIRA, Aurélio de, GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto, sua região e a Galiza na época moderna..., o.c.*, pág. 130.

[15] Este regimento significou a uniformização do sistema a todo o Reino, regularizando-se não só o movimento pelas Alfândegas marítimas, como inclusivamente sobre Portos Secos, ou seja, pelo interior do país. Sobre o assunto ver SILVA, Francisco Ribeiro da - *A Alfândega do Porto: os diplomas legais que marcaram a sua evolução secular..., o.c.*, p. 28. MONTEIRO, Manuel G. - *As Alfândegas no Espaço Português, sua evolução..., o.c.*, p. 9. FONSECA, F. Belard da - *Alfândegas e Guarda Fiscal..., o.c.*, p. 148.

[16] Destaque-se a publicação do Regulamento da Alfândega do Porto, de 2 de Junho de 1703, com o fim de prover na arrecadação dos direitos, evitar os descaminhos; depois, pelo Alvará e Regimento de 29 de Dezembro de 1753, mereceram especial atenção os ordenados, propinas e ajudas de custo de diferentes empregos das Alfândegas; sobre isto, ver FONSECA, F. Belard da - *Alfândegas e Guarda Fiscal*. . . , o. c. , p. 148 a 150.

[17] FONSECA, F. Belard da - *Alfândegas e Guarda Fiscal*. . . , o. c. , p. 150.

[18] AMORIM, Inês - *Alfândega de Aveiro. Documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo..., o.c.*, p. 22 a 25. Nesta inventariação, verifica-se que, praticamente, a documentação recolhida, neste Fundo de Alfândegas, se verifica após a data de 1762.

[19] SILVA, Francisco Ribeiro da - *A Alfândega do Porto*. . . , o. c. , p. 31 e 32.

[20] AMZALAK, Moses Bensabat - *A Salicultura em Portugal*. . . , o. c. , p. 37. Ainda AMA, n. 95-Registo da Alfândega, f. 82

vista uma simplificação de cargos, passando a haver apenas um recebedor de todos os direitos, "*porque a separação em que se acha a Mesa do sal dentro na Alfândega de Aveiro, só serviu para fundamentar discórdias entre os oficiais da mesma Alfândega, negando os da Mesa subordinação ao juiz da Alfândega, extingue-se a Mesa do Sal*"[21]. A partir de 1786, da Superintendência Geral das Três Províncias do Norte, várias directrizes tentam pôr ordem, na escrita dos Livros da Alfândega, competência do Guarda-mor do sal e juiz da Alfândega de Aveiro[22].

A tendência foi, ao longo do séc. XVIII, uniformizar quadros, reduzí-los e concentrá-los nas mesmas pessoas, quer por razões de maior facilidade de recolha de receitas, quer por diminuição destas, quer porque as Alfândegas da Beira perderam protagonismo, em favor da do Porto. Este último ponto está provado, por estudos, sobre a organização da Alfândega do Porto, num processo que viria, desde inícios do séc. XVI[23]. A questão põe-se, concretamente, em relação ao funcionalismo, receitas e administração da Alfândega de Aveiro, apenas no que diz respeito ao sal. É assunto que veremos, em seguida.

B - "Mesa do sal" na Alfândega de Aveiro

A Alfândega de Aveiro seria das primeiras a existir, pelo menos já no séc. XV, juntamente com as de Lisboa, Porto, Foz do Mondego, Buarcos, Viana de Caminha, Foz do Lima, Setúbal, Faro, Bragança e Mértola[24]. Desde 1450, que a documentação refere um juiz das sisas e dízima do pescado, com indicações de o ser há bastante tempo, e em 1482 surgem escrivães adstritos a estas funções: escrivães da imposição do sal e das dízimas[25]. A partir de 1638, o Regimento do Sal, a que nos referimos atrás, codificou o corpo

---

[21] AMA. n. 95-Registo da Alfândega. f. 83v.
[22] AMA. n. 95-Registo da Alfândega. f. 262v. 266 e 271.
[23] Veja-se SILVA. Francisco Ribeiro da - *A Alfândega do Porto. . . .* o. c. , p. 31: "*de facto como assinalámos, já em 1521 o Licenciado João Lourenço, Juiz de Fora do Porto e Feitor-Mor da sua Alfândega fora nomeado Feitor-Mor de todas as Alfândegas da Comarca de Entre-Douro-e-Minho, Aveiro e Buarcos[. . .]. A dependência aparece, de novo, no cap. 78 do Regimento de 1703 que obrigava a que os lealdamentos dos privilegiados daquelas três Provincias fossem efectuados exclusivamente na Alfândega do Porto*".
[24] MONTEIRO. Manuel G. - *As Alfândegas no Espaço Português. . . .* o. c. , p. 46.
[25] SILVA. Maria João Violante Branco M. da- *Aveiro Medieval..., o.c.*, pag. 73.

administrativo e normas de venda do sal. Em 1640, eram funcionários da Alfândega, do negócio do sal, nomeados por El-Rei[26]:

juiz da extracção, cargo avaliado em 40. 000
escrivão da extracção..... 40. 000
guarda-mor da extracção..... 40. 000
tesoureiro da extracção..... 40.000

Na mesma data, outra fonte[27] indica apenas:

escrivão do sal, com rendimentos 60. 000
com emolumentos 60. 000

Para os finais do século, Carvalho da Costa[28] descreve, entre os diferentes funcionários da "boa Alfândega": o guarda-mor, o tesoureiro, o escrivão e guardas menores. A análise dos chamados "*Livros das entradas e manifestações do sal*", de 1692 em diante, esclarecem, um pouco mais, acerca de algumas daquelas funções[29]:

. guarda-mor - dá licença e ordem, por escrito, para se fazer a medição do sal que se pretende comprar da marinha ou marinhas onde será recolhido, autoriza os barcos e respectivos barqueiros a conduzirem-no até à embarcação maior;

. o guarda - assiste à medição;

. o medidor ou medidores - medem a quantia de sal vendida;

. o escrivão - assenta todos estes dados.

Este processo mantém-se, pelo menos, até inícios do ano de 1763[30], a partir do qual, perdemos dele qualquer informação; apenas se refere a quantidade a carregar.

Como já vimos atrás, em 1774, foi extinta a Mesa do sal, passando a haver um só recebedor de todos os direitos, com a subordinação ao juiz da Alfândega. Mas os conflitos de hierarquia e competências complicaram-se. Em 1780, o guarda-mor do sal e Alfândega queixa-se ao Desembargador das Três Províncias do Norte, de, ao enviar os guardas a fazer inspecções às embarcações para evitar "*descaminhos*", ter sido contrariado pelo guarda-mor

---

[26] ANTT-Manuscritos da Livraria, n. 488, f. 36
[27] "Livro das avalliações de todos os officios do Reyno de Portugal. Anno 1640", foi a fonte utilizada por HESPANHA, A. Manuel - *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político...*, *o.c.*, p. 351.
[28] COSTA, Pe. Carvalho da - *Corographia Portugueza...*, *o.c.*, p. 74.
[29] AMA-n. 96, 97 e 98, Livros de entrada e manifestações sal
[30] AMA-n.108, Livros de entrada e manifestações sal

da Saúde, que àqueles mandou prender[31]. A resposta, clarificadora, só encontramos alguns anos mais tarde, em 1786: pelo facto do guarda-mor da Alfândega, ser, simultaneamente, guarda-mor do sal, tinha, sob a sua dependência, os guardas da Alfândega, para acautelar todos os extravios[32].

Em 1789, esclarecem-se as atribuições respectivas do juiz e guarda-mor da Alfândega e do sal:

- os 4 "remeiros" que andam na barca do guarda-mor são nomeados ou excluídos por este;

- as visitas competem ao guarda-mor do sal e, por seu impedimento, nomeará um dos oficiais da Mesa Grande, como se pratica na cidade do Porto;

- mas, visto ser o guarda-mor do sal o mesmo da Alfândega, reconhecerá superioridade ao juiz da Alfândega[33].

O processo que determinava o carregamento do sal desconhecemos. O que nos causa admiração, tendo em conta o que se passava em Setúbal, com a institucionalização da chamada "Roda do Sal" que Virgínia Rau estudou[34], e que se baseava num princípio em que a venda era feita, proporcionalmente, à colheita de cada produtor, numa distribuição ordenada, sem preferências de marinhas, evitando descida de preços que a venda livre fomentava; o sal era fornecido aos barcos estrangeiros, segundo a escala ou "*roda*", formada por esses consumidores. Na prática, este sistema revelou as possibilidades de corrupção, quando os "línguas", ou seja, tradutores das diferentes nações, avaliadores da produção das marinhas, mesmo oficiais da Câmara, manifestavam, indevidamente, as suas preferências, suscitando uma longa polémica que se arrastou, até meados do século passado[35].

A única notícia da existência duma avaliação das marinhas reside na informação de 1777, em que, a vereação da cidade nomeou 3 "*avaliadores das marinhas de sal e ilhas do rio*"[36]; mas não se definem papéis. Aliás, à Câmara competia nomear os chamados "*medidores de sal*", tal como previa o

---

[31] ANTT-CF, n. 163, f. 61v.
[32] AMA-n. 95, Registo da Alfândega, f. 266; carta de Outubro de 1786.
[33] AMA-n. 95, Registo da Alfândega, f. 271; carta de Abril de 1789.
[34] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal português*. . . , o. c. , p. 156.
[35] AMZALAK, Moses Bensabat - *A Salicultura em Portugal*. . . , o. c. , p. 19. Foi extinta a "Roda do Sal", por decreto de 5 de Agosto de 1852
[36] AMA-LV, n. 8, ss. 14/3/1777.

Regimento do Sal de 1638[37]. Em 1727, a Câmara de Aveiro fez uma revisão das diferentes taxas dos "ofícios mecânicos", reformando-se a dos medidores de sal, que previa uma aferição das medidas, a recomendação de boas medições, o salário. Mostrou-se válida, pelo menos, até 1809, altura em que se acrescentou alguns comentários (poucos), que nada alteravam o anteriormente previsto[38]. Mas eram alvo de constantes reparos ao seu trabalho: ora porque não sabiam ler nem escrever, ora porque não conheciam Regimento, ora por carregarem de mais. Como refere o Juiz da Alfândega, em 1775, *"chamados à sua presença os medidores de sal, verificou que uns não sabiam ler, e outros cinco prejudiciais à Fazenda"*[39]. Será mote repetido!

C - Os impostos e o comércio

Em Aveiro, à imagem das determinações gerais, pagava-se, desde 1641, a chamada imposição, relativa à saída do sal para outros reinos, cerca de 500 réis por moio ou 6250 réis por milheiro (recorde-se, 1 milheiro=12. 5moios), imposição essa designada, nos Livros de saídas de sal, por direitos de *"extracção"*[40]. Outra determinação era a do *"donativo"*, imposição local de 40 réis por moio, ou 500 réis por milheiro, fosse qual fosse o destino[41], provável herança da *"imposiçam"* expressa no Foral de Aveiro *"ora valha o sal muito ou pouco [...] pelo sal quando se vende"*[42].

A imposição do donativo aparece referenciada, ao longo do séc. XVIII, surgindo uma série praticamente contínua, desde que o Erário Régio foi criado, justificado por *"despesas de Armazém"*[43]. No entanto, a partir de 1800, devido ao facto da produção local não bastar, e ter de vir sal de Setúbal e Figueira, acordou-se que, deste sal entrado não se pagava tal imposição[44]. Quando, em 1815, se declaram os impostos sobre o sal, a vigorar em Aveiro,

---

[37] RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal em Portugal*. . . . o. c. . p. 195. § 15.
[38] AMA-LV. n. 6. ss. 31/12/1727. f. 140
[39] AMA-LV. n. 8. ss. 5/8/1775
[40] AMA-n. 96, 97 e 98. Livros de entrada e manifestações sal
[41] Ibid.
[42] MADAHIL. A.G. da Rocha - *Foral de Aveiro..., o.c.*, p.72.
[43] ATC-ER. n.3513. no ano de 1767, declara-se que o donativo, *"corresponde a 40 réis lançados em cada moio de sal que é aplicado para as despesas de Armazém"*.
[44] AMA. n. 95-Registo da Alfândega. f. 341v.

afirma-se que existia uma imposição de "*40 reis por moio de todo o sal exportado das marinhas, fosse qual fosse o destino*"[45].

A extracção ter-se-ia mantido, com o mesmo valor, até, pelo menos, 1814[46] . As receitas desta imposição apresentam-se, praticamente, contínuas desde 1762, coincidindo com a organização do Erário Régio, tal como aconteceu com o registo do donativo[47].

A partir destes dados, receitas de extracção e do donativo e sabendo os seus significados, tentámos desenhar uma curva e interpretá-la. Os dados no Anexo 4 e o Gráfico 1 permitem tirar algumas conclusões, somente, a partir da 2ªmetade de XVIII (1762) a inícios de XIX:

- as duas curvas apresentam um certo paralelismo até 1772, só voltando a convergir, na 2ª década de XIX.

- a curva da extracção verifica bastantes interrupções, por não haver saídas de sal: 1777[48], 1784, 1786 a 1789[49]; entre 1793 e 1798 "*não houve extracção*"[50]; e em 1799 e 1802, as duas verbas dizem respeito a sal que, vindo da Figueira, foi exportado para o Norte, Inglaterra[51]. Entre 1803 e 1808 nada saiu[52]; a partir de então, timidamente, os registos vão aumentando até 1814[53]; apenas se contam dois picos, em 1769 e 1814; os mercados internacionais parecem bem distantes;

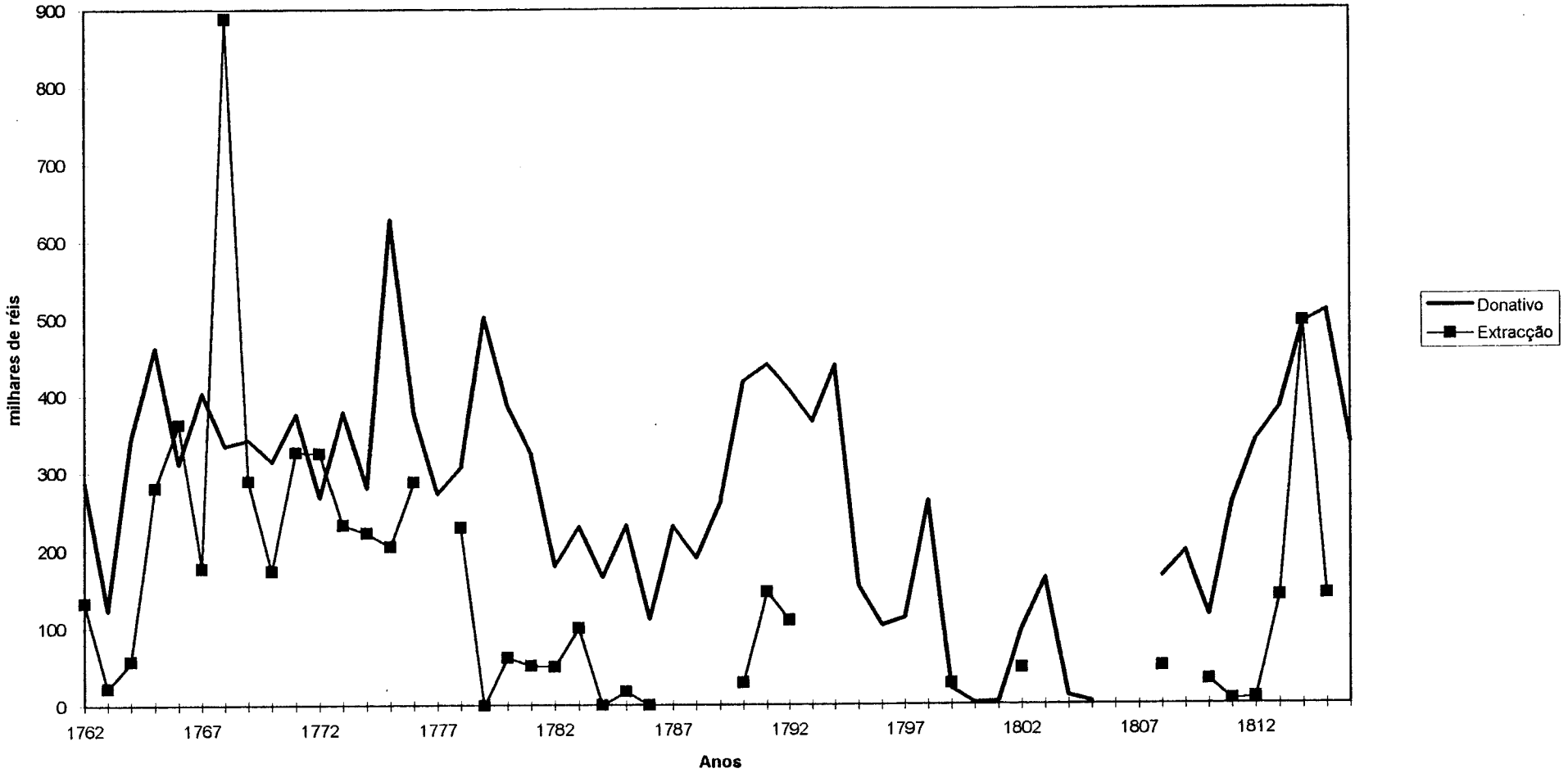
- a curva do donativo regista melhores vendas de sal: boas médias, regulares até 1781, com um forte pico ascendente em 1775 e 1780; depois surge a queda até 1788; nova recuperação entre 1789 e 1794; a partir desta data, queda vertiginosa até 1805; interrupção de dados até 1807[54], e, finalmente, boa retoma desde 1810, terminando, em alta, o período em causa.

Através destas curvas, parece nítido um declínio do comércio em geral, mas, sobretudo, do comércio internacional, com bastantes anos sem

---

[45] ANTT-CF. n. 163. f. 273.
[46] ANTT-AA . n.811. ano de 1814.
[47] ATC-ER. n. 3513.
[48] ATC-ER. n. 3513, no ano de 1777. diz expressamente. "*não houve*".
[49] As mesmas referências em ATC-ER. n. 3513. e ANTT-AA. n.811-Livro de extracção do sal. 1778/1793.
[50] ANTT-AA. n. 876-Livro de extracção do sal. 1794/1802
[51] Ibid.
[52] ANTT-AA. n. 926-Livro de extracção do sal. 1804/1815
[53] Ibid.
[54] ANTT-AA. n. 923-Livro do donativo do sal. 1807/1808

Gráfico 1
Receita das imposições sobre o sal de Aveiro (1762-1815)



qualquer cobrança da extracção. Não obstante, quer uma, quer outra não reflectem, exclusivamente, sal produzido em Aveiro. Como vimos, havia sal proveniente da Figueira que era expedido pela extracção, e por outro lado não entrava na cobrança do donativo, pelo menos, desde 1801[55]. Desta forma, estes dados dão-nos uma ideia aproximada da comercialização, a partir de Aveiro, mas não completa: nem todo o sal que sai pela Barra para outras nações era de Aveiro, e nem todo o sal comercializado localmente, ou para portos portugueses, passava por estes registos. Logo, estas fontes não são suficientes para esclarecer acerca da comercialização do sal de Aveiro, embora dêem boas pistas de trabalho, levando-nos a explorar outras direcções de pesquisa.

D - Fraude e contrabando

Em Aveiro, as condições naturais, os diferentes braços e esteiros da Ria eram favoráveis a "*descaminhos*"; não é por acaso, que o guarda-mor se queixava de tal, em 1780, advertindo "*ser a distância da Barra à cidade de 3.5 léguas, deserta, propícia a descaminhos, e para o evitar punha, logo à entrada, guardas*"[56]. Quem, minimamente, conhece a história recente, os casos de julgamentos por corrupção e contrabando, sabe como, facilmente, o processo se repete.

Algumas medidas tentavam punir tais práticas: por um lado, gratificava-se os denunciantes com um terço da carga apreendida[57]; por outro lado, existiam os guardas da Mesa que, como era de sua obrigação, vigiavam os "caminhos do sal", por água[58], contando com o barco próprio, a fragata do sal que convinha manter sempre operacional[59], ou por terra. Quando montes de sal se mostravam afastados do monte maior, suspeitava-se que estava

---

[55] ANTT-AA. n. 904-Livro do donativo do sal. 1801; AMA- n.95. Registo Alfândega. f.341v. decidiram que o sal que entrasse proveniente de Setúbal ou Figueira não pagasse donativo.

[56] ANTT-CF. n. 163. f. 61v, 8/6/1780.

[57] AMA. n. 116-Denúncias e tomadias. 1723-1814; várias vezes se refere este facto. um terço da carga ficava para o denunciante e o restante para a Coroa.

[58] AMA. n. 116-Denúncias e tomadias. 1723-1814; em Junho de 1775 assim falam os guardas da Mesa do sal

[59] Em inícios de XIX. repara-se a fragata:AMA. n.95-Registo da Alfândega. f. 349v. Setembro de 1800. Em 1807. constrói-se nova AMA. n.95-Registo da Alfândega. f. 467v. Março 1807.

eminente uma medição sem autorização, tentando fugir aos impostos[60]; de vez em quando, ao entardecer, interceptavam-se sacos, às costas de mulas ou em carros de bois, provocando fuga dos seus condutores, e consequente perseguição[61].

Mas há vários tipos de fraude:

- processos contra o próprio juiz da Alfândega, Manuel de Sousa Ribeiro da Silveira, em 1792[62], acusado, desde 1779, de ter cometido "*erros no ofício*", não especificados, de juiz da AlFândega entre 1773 e 1778[63];

- processos contra medidores de sal, "*fazendo até a medição de noite maliciosamente*"[64];

- os roubos efectivos, como se depreende das determinações que a Câmara emitia "*não se despache sal na Alfândega, sem que se apresente bilhete de licença dos senhorios das marinhas*"[65];

- depois há o inevitável; quando as relações com Espanha são cortadas, a alternativa é contrabandear; a legislação prova-o, porque em 23 de Junho de 1761, foi proibida a exportação para Caminha, por se pretextar com ela, a exportação para Galiza[66];

- finalmente, a fraude quase aceitável, hábito repetido: medidas de cogulo, alargadas, ou o sal que, graciosamente, se retira[67]. Luis Gomes de Carvalho refere esta abundância de medição como uma prática comum; em 1814, explicando a abundância de sal, escreve: "*há muita abundância, de sorte que já está a 2000 réis o moio, e descerá ainda bastante; bem entendido que se dão graças além disso, quero dizer, mais a quarta ou quinta parte do que se compra vai dado*"[68].

---

[60] AMA. n. 116-Denúncias e tomadias. 1723-1814; a partir de 1814 é assim que se procede. uma ronda pelas eiras das marinhas.

[61] AMA. n. 116-Denúncias e tomadias. 1723-1814; apenas duas situações: em 1731. 2 bestas para Viseu; em 1761. carros de bois. sem declararem o destino;

[62] AMA. n. 95-Registo Alfândega. f. 294. Setembro 1792.

[63] ANTT-CF. n. 163. f. 54v. 18/5/79.

[64] AMA-LV. n. 9. ss. 7/8/1816

[65] AMA-LV. n. 8. ss. 12/2/1785

[66] AMZALAK. Moses Bensabat - *A Salicultura em Portugal. . . .* o. c. , p. 36.

[67] VIDAL. D. João Evangelista de Lima - *Aveiro, suas gentes, terras e costumes...*, o.c., p. 129; a passagem que transcrevemos refere-se aos inícios deste século. mas refere uma das normas em Aveiro. e as mil oportunidades de não comprar sal. se não dado: "*lá na minha terra, em Aveiro, o sal não se comprava, mas quando passavam para a estação os carros de bois que o levavam, vinham as cozinheiras, estendiam ao condutor as suas vasilhas, só lhe agradecendo a dádiva*"

[68] NEVES. Francisco Ferreira - *As actividades hidráulicas do engenheiro Luis Gomes de Carvalho..., o.c.*, p. 233.

Mas causa-nos admiração que o único Livro de Denúncias que cobre todo o tempo, de 1723 a 1814, não some mais de 27 tomadias; veja-se o quadro seguinte:

QUADRO 1

Tomadias de sal não autorizado

Ano	Nº	Local
1723	5	barco
1724	1	barco
1726	1	barco
1730	1	barco
1731	2	barco, terra
1732	1	barco
1733	2	marinhas, barco
1735	1	barco
1736	1	palheiro
1738	1	marinha
1739	1	casa particular
1742	1	barco
1747	1	barco
1751	1	barco
1759	1	barco
1761	1	terra
1770	1	barco
1775	1	barco
1814	2	marinhas

Fonte: AMA, n. 116- Livro de denúncias e tomadias: 1723-1814

Verifica-se que dois terços das denúncias se realizam nas duas décadas de 20 e 30; na maior parte dos casos, trata-se de tomadias em barcos, mais fugidios, ocultando-se o sal de forma engenhosa, ensacado e "*escondido debaixo de estrumes*"[69], sendo difícil de perseguir o prevaricador, entre as ramificações dos esteiros.

Note-se contudo, que em 1814, parece vigorar uma outra forma de controlo; faziam-se rondas pelas eiras das marinhas, verificando quem escapava ao pagamento do donativo do sal, imposto que qualquer deslocação do sal exigia, quer para palheiro, e futura revenda, quer para consumo familiar; se somarmos, a este facto, a construção duma nova barca da Mesa do sal, podemos pensar que, após a abertura da Barra, o controlo tenta ser mais eficaz, apesar da vastidão da Ria. Em 1809, quando na Barra de Aveiro, recentemente aberta, entrou um comboio de navios, transportando mantimentos e munições, em direcção ao Porto, relatado pelo oficial

[69] AMA, n. 116-Denúncias e tomadias, 1723-1814: em 1736, denúncia de sal deslocado para palheiro de Ilhavo, sem pagar o donativo, apesar de ser para futura revenda.

responsável da operação, este queixa-se da falta de contagem dos numerosos barcos que por ali circulavam:

"na repartição da Marinha não há naquela cidade polícia alguma: agora bem o observei na passagem das tropas combinadas, que sendo precisos barcos para as conduzirem a Ovar, e às provisões, com muito custo pude aprontar 130 quando a Ria tem 3 mil, e disto mesmo se queixou o general Welesley; e se houvesse um alistamento de todos os barcos que tem as Rias, por seus números e declarando o número dos arrais, eles se não poderiam escapar"[70].

Enfim, a falta de meios de controlo é o mote; daí que, prevenindo, fosse preferível vigiar o sal à saída das marinhas, nas eiras, do que já embarcarcado.

2 - Condições de comercialização

Nesta rubrica, pretendemos verificar a forma como se operavam as transacções, os meios de transporte, os contratos e seus protagonistas.

A - Os contratos

Nas Cortes de Évora, em 1481, a vila de Aveiro visitada por galegos e outros estrangeiros, defendeu os seus interesses de exportação de sal, livre de quaisquer taxas. Protestava contra o constrangimento de serem obrigados, pelos rendeiros e recebedores da imposição do sal, a pagarem esta imposição sempre que os moradores ou seus agentes enviassem o sal ou outras mercadorias, para fora do Reino. Reclamavam ainda contra os oficiais da coroa que contrariavam o costume, seguido pelos donos das marinhas, de fretarem, por procuração, navios para carregarem o seu sal, sem necessidade de rogar autorização régia para poderem fretar *"quaees quer nauyos asy como se faz em todallas partes do mundo"*[71]. Daqui se depreende que, em princípio, as vendas eram feitas livremente, sendo os proprietários os únicos interlocutores e interessados na venda do sal.

---

[70] PIMENTA, Belisário - *A Barra de Aveiro em 1809..., o.c.*, p. 169.
[71] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal português*. . . . o. c. , pags. 122-123

Sabemos que, durante o período Filipino, vários contratos se estabeleceram no sentido de, em anos sucessivos, o sal ser conduzido para Castela e, em especial, para a Galiza. Havia um administrador que se encarregava de o fazer. Com a Restauração este fluxo atenua-se, embora o contrabando funcione. Uma Memória anónima sobre Aveiro escrita, pouco depois da independência, refere:

"*antes da feliz aclamação de Vª Magestade importava o contrato de administração de sal que se tirava de Aveiro, para Galiza, Biscaia e Astúrias e Reino de Leão, cada um ano 67 contos de reis em tanto se arrendava em Castela. Depois da feliz aclamação de Sua Magestade se acabou esta saca*"[72].

Porém, em Dezembro de 1668, assinada que foi a paz, a Coroa pretendeu regularizar, novamente, este importante comércio. Desta forma, nos aparece, em documento notarial de Aveiro, um importante contrato de obrigação de compra de sal, em Portugal, a conduzir aos Reinos de Galiza e Astúrias[73]. Uma leitura atenta do contrato revela os seguintes aspectos:

. Dom Fradique de Almeida e Castro, vivendo em Aveiro, mas natural da cidade da Corunha, Reino da Galiza, serviu como procurador de seu irmão Dom Manuel de Almeida Castro, da Vila de Pontedume do mesmo Reino;

. o contrato fora estabelecido por D.Manuel de Castro com D.Bartolomeu Montezinos, Tesoureiro e Administrador Geral das salinas do Reino de Galiza e Principado das Astúrias, por escritura de 13 de Outubro de 1668, na Vila de Pontevedra, em que o primeiro se encarrega de providenciar o abastecimento de algumas cidades da Galiza em quantidade de 50.000 fanegas de sal, por duas etapas: 1ª até finais de Dezembro de 1668, 22.000 fanegas, a 2ª durante os meses de Abril, Maio e Junho, as restantes 28.000 fanegas; as vilas e cidades referidas são as seguintes: Pontevedra, 18.000 fanegas de sal, Redondela 8000, Vigo 4000, Pobla 4000, Vila Gracia 6000, Muros 4000 e Boucas 2000;

. o contrato estabeleceu-se em três partes iguais, João de Magalhães de Aveiro, Dom Fradique de Castro e Dom Manuel de Castro, da Galiza, com perdas e ganhos por conta dos três, competindo a João de Magalhães carregar

---

[72] BAJ -51-IX-7(211)-Representações de guerra.

[73] ADA. SN, Aveiro, n. 11, fol. 80v a 82, em 30 de Dezembro de 1668. publicado por AMORIM, Inês - *O comércio do sal de Aveiro até meados de XVII...*, *o.c.*, p. 9.

o sal em Portugal, Aveiro, Lisboa, Setúbal, Figueira ou em qualquer outro porto, fretar os barcos necessários e enviá-los para a Galiza, acompanhados de respectivas cartas de fretamento. Dom Fradique e Dom Manuel encarregar-se-iam de cobrar o dinheiro da entrega das fanegas de sal e pagariam aos mestres das embarcações;

. para assegurar o contrato, João de Magalhães havia já recebido a importância de 779.038 reis, de boa moeda portuguesa, que viria a ser completada até ao final do contrato;

. todas as perdas e ganhos seriam divididos, equitativamente.

Da leitura de tal documento apercebemo-nos, da constituição de sociedades, prontas a estabelecerem um rápido escoamento e abastecimento do mercado extraordinário que significava a rede de armazéns, "alfolias" da Galiza, em ordem à política de monopólio do comércio do sal, desenvolvida por Filipe II[74]. Ainda na última década de XVII, se referencia, esporadicamente, a venda para a *"Administração da Galiza"*[75], embora a frequência, como iremos ver, com que os barcos galegos visitam o porto de Aveiro, possa indiciar a existência de contratos regulares; infelizmente, tais contratos não mais aparecem na documentação disponível, ao longo do séc.XVIII.

No entanto, no único livro que conhecemos, referente ao sal saído apenas para a Galiza, intitulado "*Receita dos Portos Secos da Mesa do Sal*"[76], indica-se, entre 1727 e 1763, os nomes de indivíduos, que, por sua conta e risco, expedem para Galiza e Biscaia; nestes anos, surgem apenas 7 nomes, que significativamente, são comuns aos Livros de Alfândega, do Consulado e Portos Secos[77], ou seja, gente ligada ao comércio internacional. Aparecem a importar da Biscaia e Galiza, fundamentalmente ferro, exportando tabuado e outros produtos, entre eles o sal. Desta forma, o comércio do sal parece estar dependente destes comerciantes, conhecedores dos mercados mais longínquos.

---

[74] LADERO QUESADA, Miguel Angel - *La recette du sel et son evolution dans les etats de la Couronne de Castille. . .* , o. c. , p. 96

[75] AMA-n. 96, Livro de entrada e manifestações sal

[76] ANTT-AA, Cx. 124, n.770A-Livro de Portos Secos da Mesa do sal, 1727/76; porém apenas registos nos anos de 1727, 1728, 1734, 1735, 1737, 1738, 1739, 1741, 1742, 1743, 1763;

[77] Os nomes seguintes aparecem, igualmente, nos livros de direitos de Consulado: AMA-n. 51, 52, 55, 65; os 7 comerciantes eram: Gabriel Rodrigues da Costa, Diogo Currales Varela, Diogo Correia dos Santos, José dos Santos, João Rodrigues Branco, Domingos Francisco Guimarães, Luis Feliciano Velho.

Para inícios de XIX, entre 1801 e 1806, temos algumas (poucas), escrituras de contratos de fretamento de barcos para irem carregar sal, à Figueira ou a Lisboa, "*tanto sal quanto ele [barco], possa alojar*", a descarregar em Aveiro[78]. A partir de 1808, a situação é outra; fretam-se hiates para levar sal à Galiza, "*e portos seguintes, Vigo, Redondela ou Cangas, onde for mais conveniente a venda, e isto à escolha deles fretantes ou do Comissário e procurador que eles constituiram para isso*"[79]. Ou seja, parece haver contratos, acordos que se nos escapam completamente, de certa forma, na continuidade daqueles que, desde sempre, se fizeram, em direcção à Galiza.

B - O transporte

O emprego de duas medidas para o comércio marítimo com portos portugueses e estrangeiros e para o comércio local, condiciona, certamente, o tipo de transacções e a tipologia dos transportes: tráfico a duas velocidades.

Os livros de fianças do sal indicam que a distribuição do sal, à volta de Aveiro, pelos canais e braços da Ria onde navegam barcos sem quilha, baixos, a contornar os bancos de areia, "*nem é capaz de barcos de maior fundo*"[80], se fazia em rasas. Diogo Maia Alcoforado refere que, como vimos acerca dos pesos e medidas, até 1860, os barcos transportavam até 4 moios de rasas, perto de 720 alqueires. Já Silvério A. refere 300 rasas para 1873, o que daria perto de 900 alqueires[81].

Tentámos então, a partir dos chamados Livros de Fianças, calcular, nos 4 cortes cronológicos em que observámos a circulação local do sal, a carga média por embarcação, verificando-se que oscilava, grosso modo, entre os 2 os 3 contos, isto é, entre os 300 e os 450 alqueires (150 alqueires/conto), como se pode ver no quadro seguinte[82]:

---

[78] ADA. SN. Aveiro. n. 338. f. 139v. 24/8/1801:f. 141v. 28/8/1801 n. 346. f. 10v. 3/6/1806;
[79] ADA. SN. Aveiro. n. 351, f. 6v. 26/8/1808. f. 7v. 27/8/1808; f. 8v 27/8/1808.
[80] MP de Cacia.in *Cacia e o Baixo-Vouga...*, *o.c.*, p. 29
[81] SILVA. Silvério A. P. da. MOURA. Francisco A. M. - *Breve notícia sobre as marinhas da Ria de Aveiro...*, *o.c.*, *p.* 305.
[82] Infelizmente não possuímos, de momento. documentação que nos permita elaborar trabalho comparável ao de HOCQUET. Jean-Claude *Le burchio, outil privilégié du transport du sel en Vénétie...*, *o.c.*, p. 117 a 138.

QUADRO 2

Carga média, por embarcação, no tráfego fluvial

Ano	Nºcontos	Nºviagens	contos/viagem	alqueires/viagem
1750	1669	722	2.3	345
1771	2549	799	3.2	480
1788	2248	961	2.3	345
1799	895	285	3.1	465

Fonte: AMA - Livros das guias das fianças do sal, n. 122, 131, 143 e 152.

Mas os "*carreiros*" de carros de bois ou de mulas, também se praticavam, como nos revelam os poucos autos de denúncia de fugas ao imposto, o donativo sobre o sal[83], relativos a este meio de transporte; porém, a carga é muito variável e, esporádicamente, registada.

Pela barra entram hiates, rascas, barcas, caiques[84]. Como já vimos anteriormente, a medição do sal, a partir da década de 40, modificou-se, passando a usar-se, em vez do milheiro de 5 contos e 750 alqueires, apenas o conto de 150 alqueires. Esta alteração parece apontar uma diminuição das cargas e, efectivamente, como iremos ver à frente, houve uma diminuição das quantidades saídas; porém, ao calcularmos a carga média de cada embarcação que saía do porto de Aveiro, entre 1692 e 1775 (único período para o qual tínhamos dados da mesma natureza), obtida com a divisão da quantidade de sal pelo número de barcos, com destino a portos portugueses ou estrangeiros, constatamos o seguinte [ver Anexo 5 e gráfico 2 e 3]:

. claramente se denotam dois períodos, um primeiro até 1745 e o segundo até 1775; no primeiro, a carga varia, sobretudo, entre os 10 e os 20 contos (1500 a 300 alqueires), no segundo, entre os 20 e os 50 contos (3000 a 7500);

. até 1745, em três momentos ultrapassaram-se os 20 contos: 1698 a 1701, 1723, 1737 a 1739; na primeira data, são principalmente, barcos destinados a portos portugueses que transportam maior carga média; nos restantes anos, dirigem-se ao estrangeiro;

---

[83] AMA. n. 116-Denúncias e tomadias. 1723-1814; apenas duas situações: em 1731, 2 bestas para Viseu; em 1761, carros de bois, sem declararem o destino e quantidade.

[84] AMA-n. 96. Livro de entrada e manifestações sal

Gráfico 2
Transporte médio das embarcações em contos
(1692 a 1775)

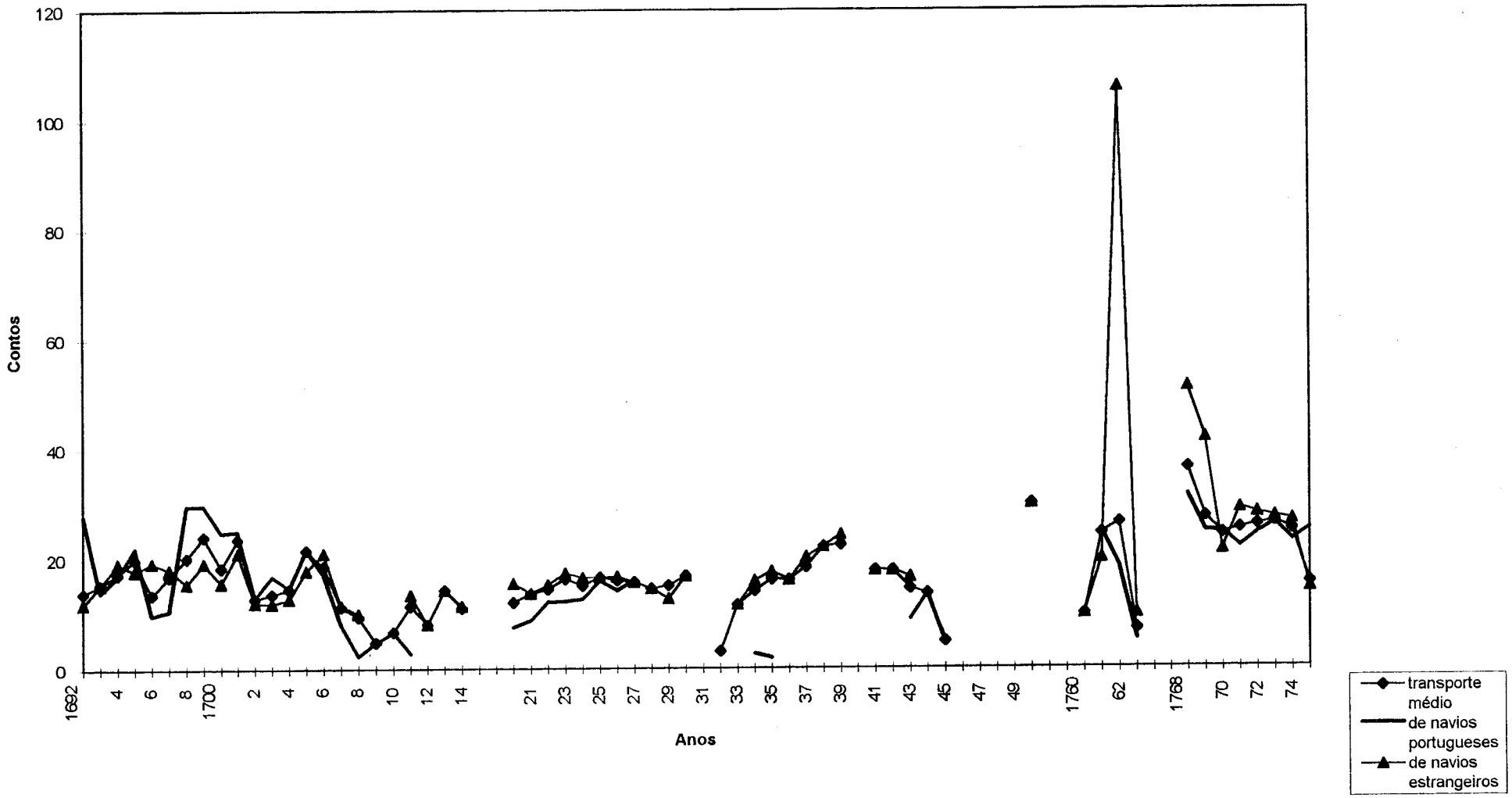
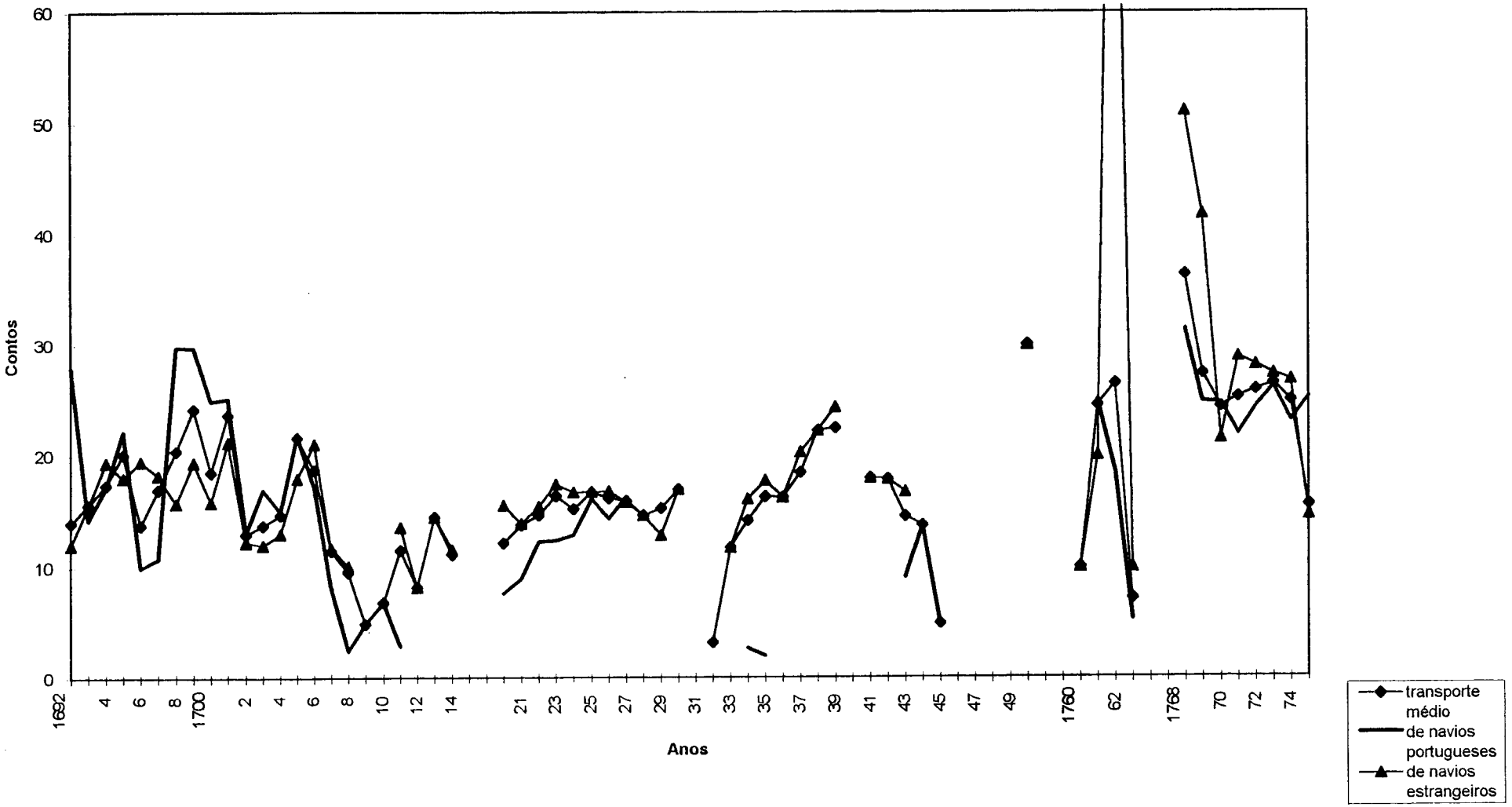


Gráfico 3
Transporte médio das embarcações em contos
(1692 a 1775)



. também no segundo período, até 1775, regista-se, em 1763, um ano excepcional, justificado pela saída dum único barco holandês, carregado com quase 110 contos (16500 alqueires); mas na generalidade, a tonelagem média subiu para 30 contos (4500 alqueires); são, porém, cargas muito inferiores às praticadas em Setúbal, porque em 1771, os hiates locais, de 10 a 12 homens, carregavam perto de 250 moios por barco, cerca de 12500 alqueires (moio a 50 alqueires)[85] .

É evidente que nada nos assegura que tais barcos carregassem, exclusivamente, sal e que a carga correspondesse à tonelagem; porém o destino de tais barcos condicionava e explicava, por certo, a evolução da carga; os gráficos que, mais à frente, iremos ver, demonstrarão que, apesar do sal saído para o estrangeiro ser diminuto, era, no entanto, a partir de 1768, carregado essencialmente, para o Norte (Inglaterra, Suécia, Holanda), grandes trajectos, habituais transportadores de mercadorias pesadas, de grandes tonelagem[86].

Jean-Claude Hocquet pôs, em evidência, a existência duma relação precisa entre a tonelagem do barco e a distância a percorrer, entre o tipo de barco e a linha de navegação: pequenos barcos para itinerários breves, quanto mais longínquo o itinerário, maior a tonelagem. Tudo se justifica pelos custos de transporte[87]. Ora, os rumos e embarcações até 1727 são, sobretudo, para os portos portugueses do litoral norte e para a Galiza, distâncias curtas certamente; enquanto a partir de 1768, depois dum grande hiato, se destinam, em especial, para o Báltico e Inglaterra.

Resta-nos explicar as baixas cargas nos anos de 1706 a 1708 e 1711, em que, praticamente, apenas entraram e saíram barcos, provenientes de Génova e Livorno. Tratar-se-ão de grandes rotas, como declaram os pilotos? Em direcção ao "Norte", para o Báltico? Sabe-se que o papel dos Genoveses, como transportadores para o Ocidente, descreveu um percurso histórico interessante; Braudel destacou o seu poder de adaptação, no transporte de mercadorias, desenvolvendo os seu tecidos preciosos, a fim de captar o ouro

---

[85] AHU. MR. maço 19, n.2660.
[86] BRAUDEL. Fernand - *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme...*, *o.c.*, v.3, p. 159
[87] HOCQUET. Jean-Claude - *Le sel et la fortune de Venise, 1200-1650...*, *o.c.*, v.2, p. 128 a 132.

português e a prata espanhola[88]. Por outro lado, Hocquet realça que, desde meados de XV, a tonelagem das "galere" genovesas tendeu a diminuir, visto que os genoveses, na sua rota para o Mar do Norte, carregados à ida de produtos pesados como alúmen e algodão, entre outros, sentiam dificuldade, no regresso, em obter frete, visto daí pouco trazerem[89]. Porém, neste anos em que frequentam o porto de Aveiro, vindo buscar sal, deixam não tecidos, mas aço, breu, ferro de Biscaia, e cobertores e meias de Castela, levando, em troca, sal para o "Norte", expressão indiferenciada[90]. Só que, verificando a naturalidade destes barcos, temos a sensação de que não se trata, exclusivamente, de genoveses, mas, igualmente, de Biscainhos, como o nome de um dos mestres, João Baptista Biscaia, parece trair. Estes mestres, dizendo ser de Génova e Livorno, vêm, nalguns casos, referenciados como da Biscaia e Galiza, e vão para "Norte". Estranho circuito que nos permite lançar a hipótese de ser a fórmula encontrada para os (até então) sempre frequentes barcos galegos, entrarem nos portos portugueses, em alturas da Guerra de Sucessão (1701 1714), sobretudo, desde 1703, quando mais declaradamente, nos colocamos contra o partido de Espanha e França, coligados à Inglaterra, Áustria, Holanda e Prússia; ou então seria, mais uma vez, a constatação de como os Genoveses se adaptavam à conjuntura: substituir, esporadicamente, sempre que uma oportunidade se lhes depara.

Nesta sequência, vejamos quem eram os principais transportadores até 1775: surgem como principais carregadores [gráf. 4, Anexo 6] galegos, mas também, de entre os portugueses, gente de Esposende e Peniche. Depois, como dissemos atrás, em 1706, 7, 8 e 11, aportam os de Génova e Livorno, aproveitando a ausência de galegos, e rumando ao indefinido "Norte". Os ingleses são presença modesta, mas praticamente constante, ao longo dos anos, quase únicos, com peso significativo na década de 60 e 70.

Observando, separadamente, cada um dos grupos mais expressivos [Anexo 7], note-se o peso maior dos galegos, destacando alguns aspectos que nos parecem interessantes [ver gráf.5]:

---

[88] BRAUDEL, Fernand- *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme*. . . , o. c. , p. 140
[89] HOCQUET, Jean-Claude - *Le sel et la fortune de Venise*. . . , o. c. , p. 152.
[90] AMA, n. 47-Livros do Consulado, 1706-17

Gráfico 4
Principais transportadores do sal (número de barcos)

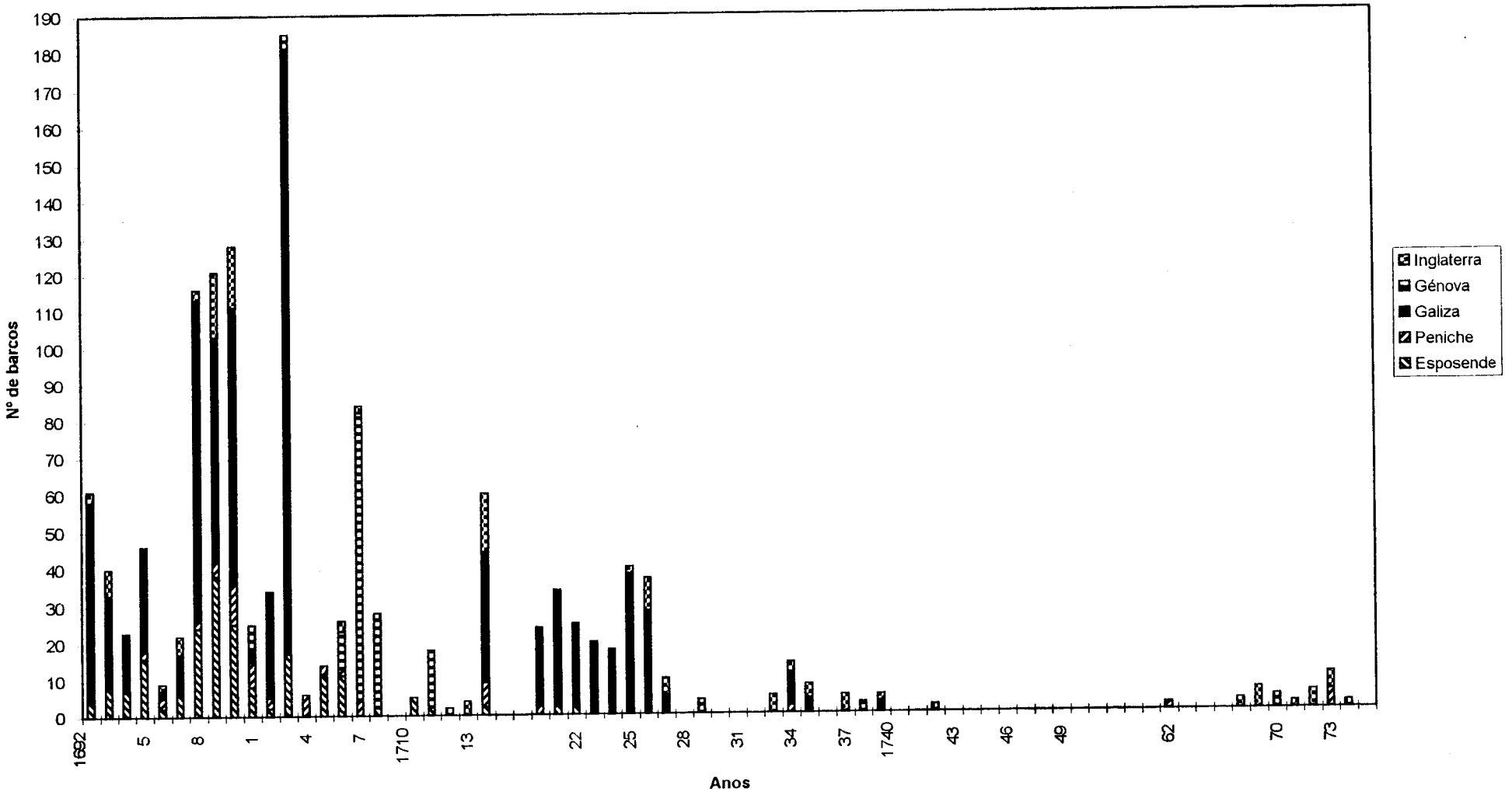


Gráfico 5
Alguns portos onde os galegos depositaram sal
(quantidades transportadas, em contos)

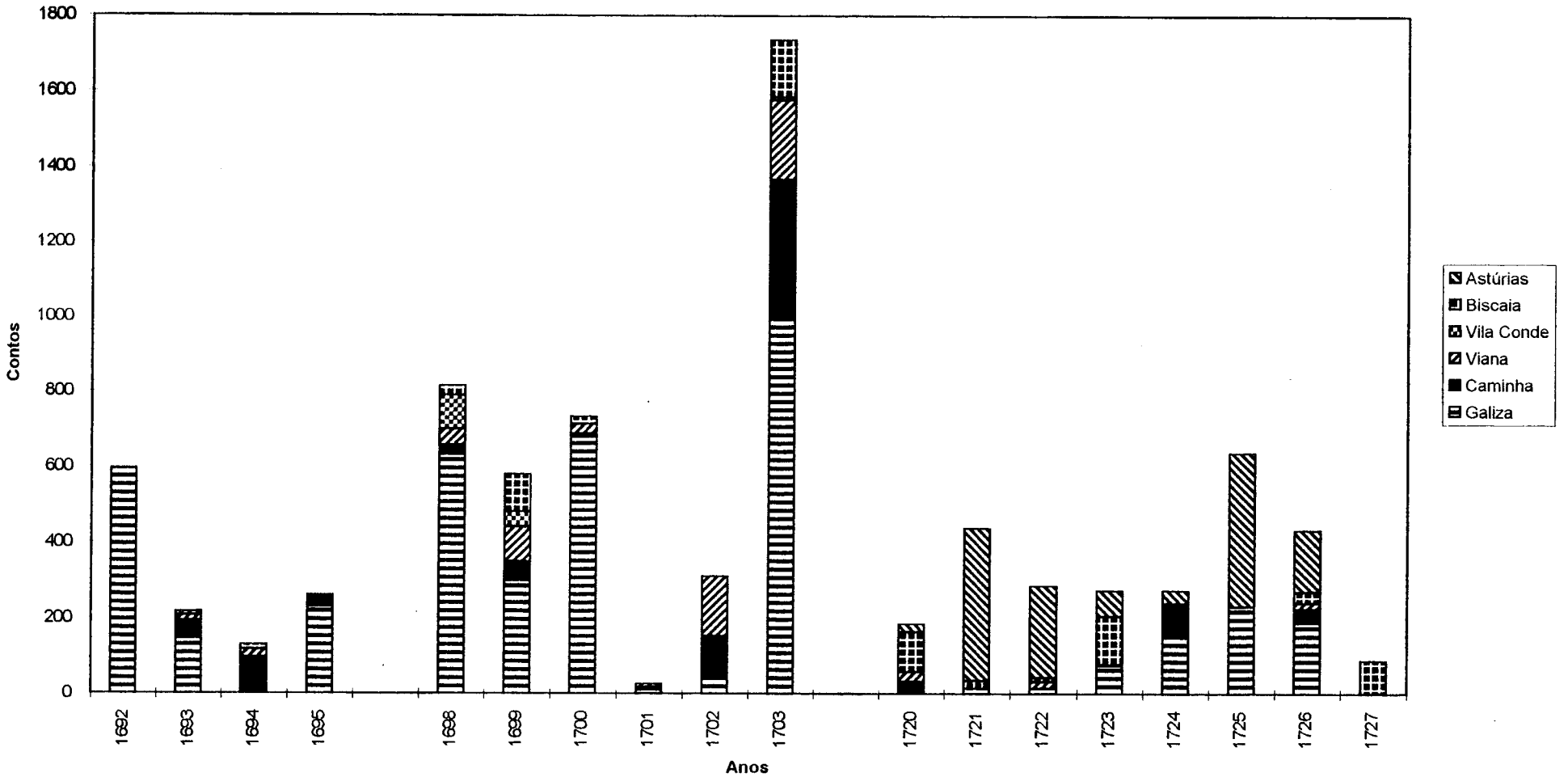


Gráfico 6
Alguns portos onde os de Esposende depositaram sal - 1692-1706
(quantidades transportadas, em contos)

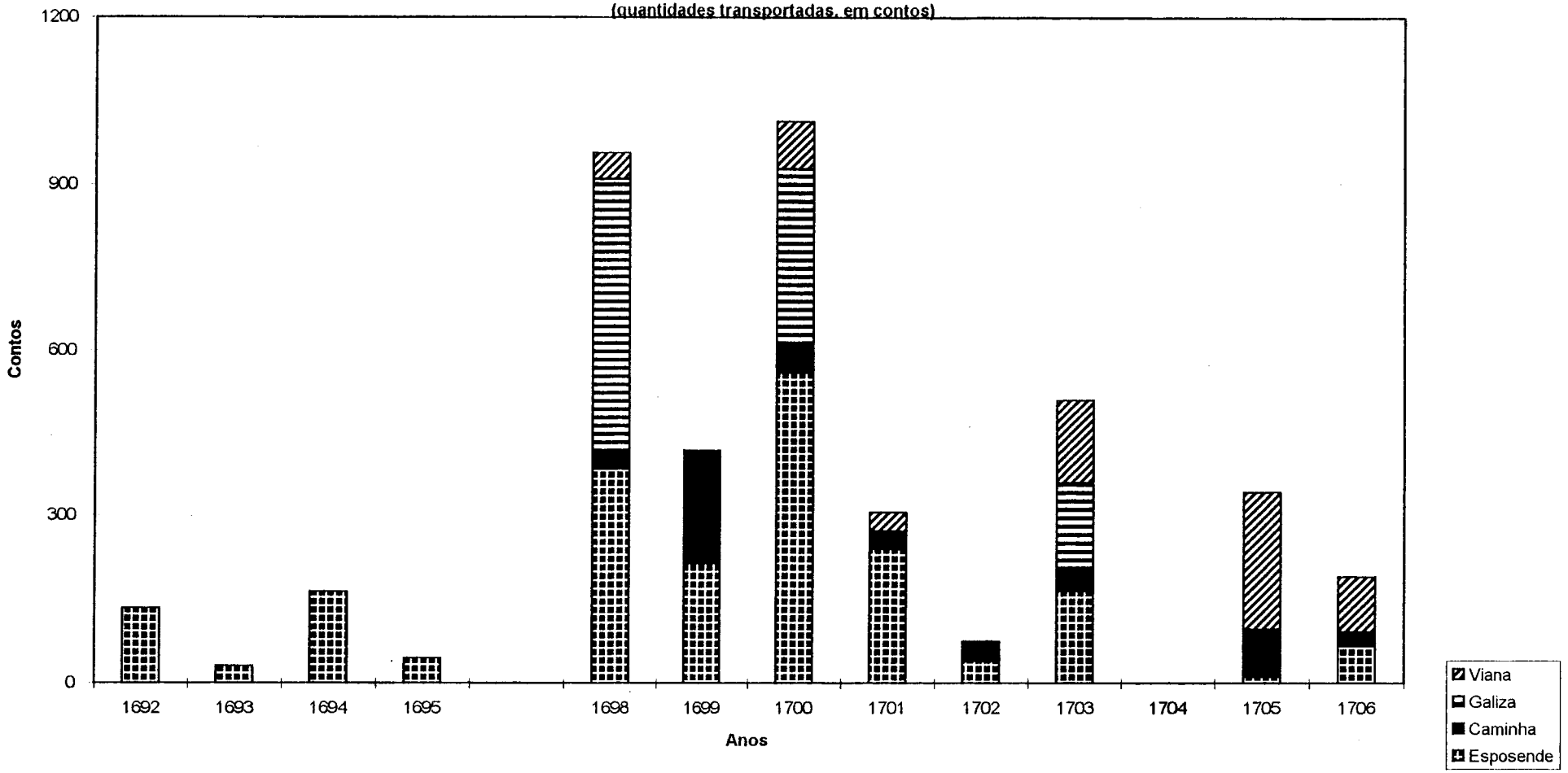


Gráfico 7
Portos onde os ingleses depositaram sal
- 1692 a 1714 -
(quantidades transportadas, em contos)

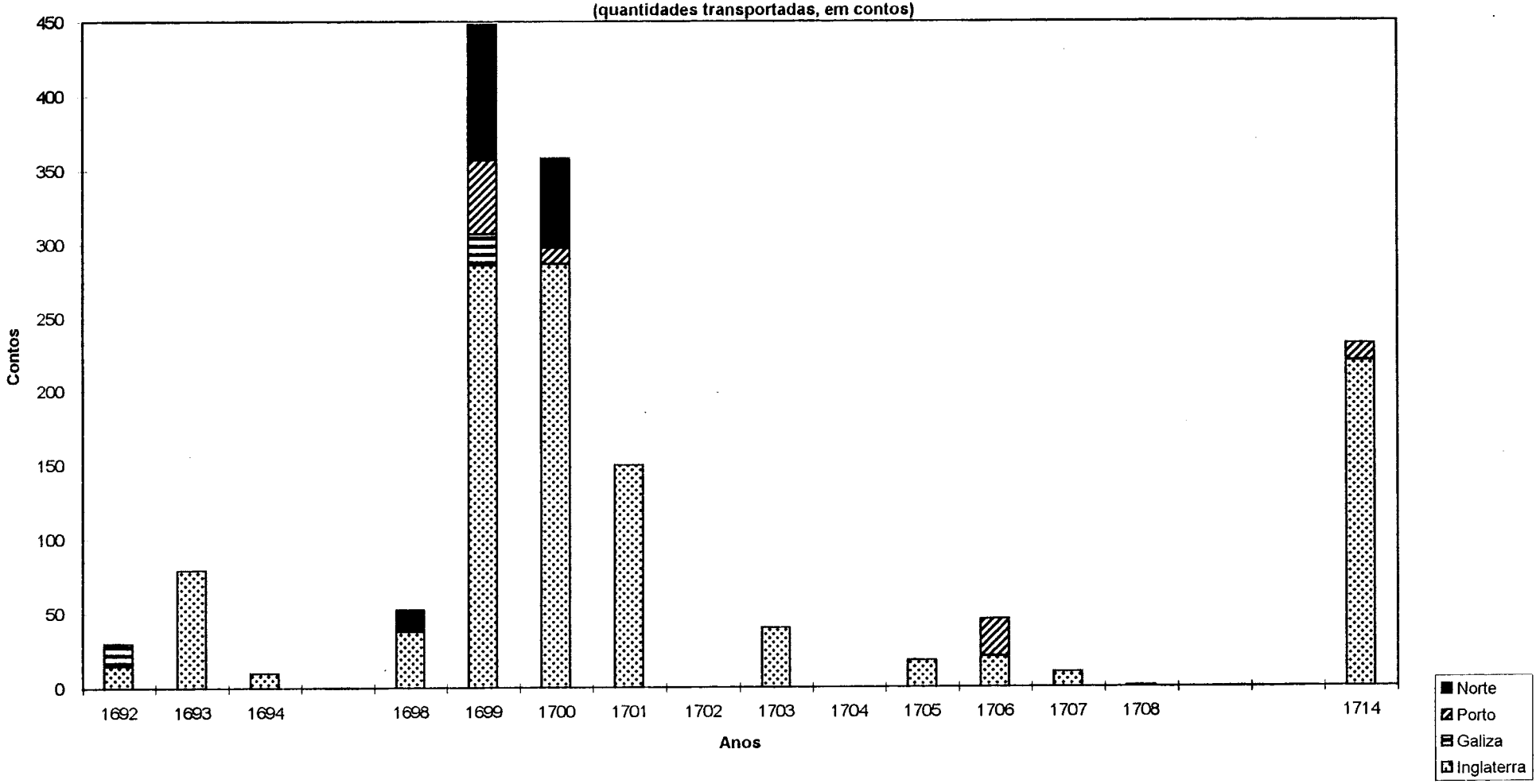
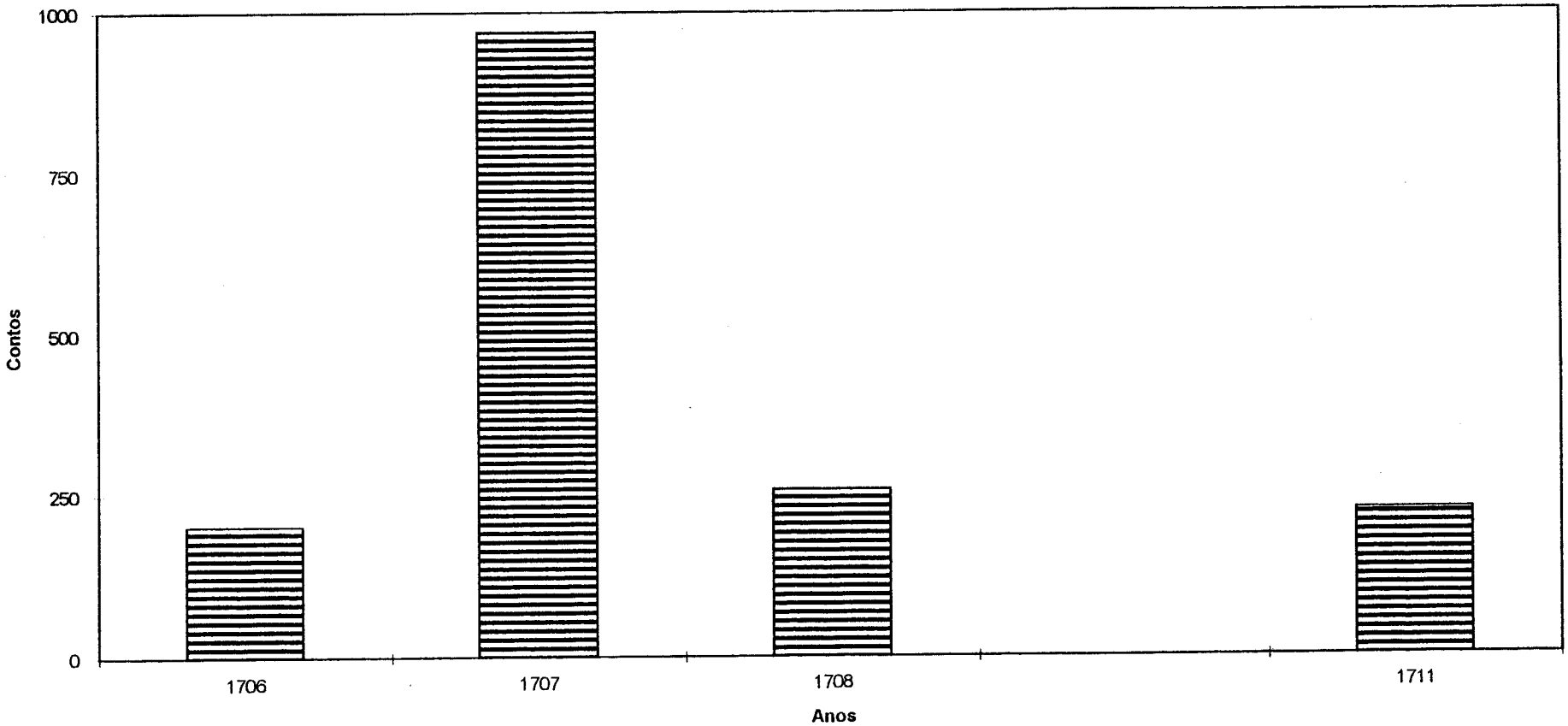


Gráfico 8

Quantidades transportadas pelos de Génova e Livorno para portos do Norte

- 1706 a 1711- (em contos)



. a sua maior presença vai até 1703; a paragem seguinte explica-se, facilmente, pela Guerra de Sucessão de Espanha;

. neste período, apesar das maiores cargas serem para a Galiza, note-se a sua grande responsabilidade nas relações comerciais com portos como Caminha, Viana e Vila do Conde, indicando o papel fundamental que desempenhavam no comércio, entre portos portugueses; alguns destes barcos dirigem-se a Aveiro, carregados de sardinha, ferro, milho, e outros produtos[91];

. a partir de 1720, veja-se que os principais portos espanhóis são os da Biscaia e Astúrias, como se houvesse uma deslocação da clientela da Galiza para a costa nordeste de Espanha, donde vem, essencialmente e praticamente, ferro, produto que sempre entrará em Aveiro, ao longo do século, ora da Biscaia, ora do Norte da Europa.

Esposende [ver gráf.6] conta também com um grupo importante de embarcações, que até 1706, dividem a sua carga entre Esposende e a Galiza e depois Caminha e Viana; observe-se que, a partir daquela data, praticamente a sua presença, no porto de Aveiro, à procura do sal ou de outras mercadorias, é muito esporádica, o que pode indicar uma perda de importância de Aveiro, no tráfico entre Galiza e o Nordeste de Portugal, visto sabermos, como apontou Mejide Pardo, que o sal era o principal artigo entrado na Galiza, e a gente de Esposende estava à frente desse tráfico, até finais de XVIII[92].

Os Ingleses [ver gráf.7] carregam em especial para Inglaterra e Norte da Europa, embora em alguns anos, também tentem o transporte para a Galiza; é de frisar, no entanto, que, apesar da Guerra de Sucessão, não substituíram os galegos.

Finalmente, os Genoveses [ver gráf.8] aproveitando a perda de viagens dos de Esposende e dos de Galiza, e mesmo dos da Inglaterra (atingidos pelas vicissitudes da Guerra) ocupam, sozinhos, o espaço que lhes foi deixado [comparar com gráf.5]; no entanto, os galegos voltam à ribalta, embora, agora

---

[91] BMA-s/nº-Livro visitas às embarcações

[92] MEJIDE PARDO, Antonio - *Aspectos del comercio gallego de exportation a Portugal en el siglo XVIII..., o.c.*, p. 806" *entre os produtos que Galiza recebia, principalmente da nação vizinha, figura à cabeça, destacado, o sal, seguida de azeite, açúcar, madeira e cera*"; "*com dois portos de grande tráfico-Porto e Viana do Castelo-e outros secundários, ainda que capacitados para receber navios de certo porte-Caminha, Esposende Vila do Conde, Matosinhos, etc*"; "*de 86 navios entrados na Corunha no quinquénio de 1793-97, mais de metade - 32 de Esposende, 12 de Vila do Conde, 5 de Viana e 5 do Porto - provinham do âmbito minhoto-duriense*".

mais destinados às Astúrias e Biscaia e menos presentes nos portos tradicionais.

Embarcações de Aveiro contam-se pelos dedos; registam-se de 1692 a 1697, uma média de 5 por ano; depois de 1703 a 1705, respectivamente 2, 1, 1; de 1720 a 22, 1 barco por ano; novamente reaparecem em 1768, 69, 70 e 71, com 1, 5, 7 e 2 barcos respectivamente; números pouco significativos relativamente aos outros grupos atrás descritos.

3 - Rumos do comércio

Quando, no sec. XIV, aumenta e se regulariza a produção do sal na Europa, com a especialização geográfica e traçado dos circuitos internacionais, o litoral português destaca-se com os salgados de Aveiro e Tejo[93].

Virginia Rau reuniu um conjunto de factores responsáveis pela preferência do sal português, nos mercados do Norte da Europa: *"a luta travada entre a Liga Hanseática e os Neerlandeses pelo predomínio no Mar do Norte, a evolução e aperfeiçoamento da pesca e salga do arenque, o desenvolvimento das pescarias do bacalhau, o incremento da indústria neerlandesa de refinação do sal, a expansão do comércio marítimo português"*[94] e, *"os períodos de crise da salicultura francesa"*[95], quer seja a Guerra dos Cem Anos, quer o lançamento de impostos (gabelle generale), quer ainda as más colheitas de sal na costa atlântica francesa. Acrescenta ainda que o sal, juntamente com o vinho, azeite e frutas foram a moeda de troca que a economia portuguesa usou para atingir as matérias-primas do Norte(cereais, madeiras, metais, alcatrão, breu), assim como mercadorias manufacturadas (tecidos de lã, aprestos navais, munições, etc).

No séc. XIV, Aveiro impunha-se em relação aos portos do Norte. Seria frequente a cabotagem do Vouga ao Douro e daqui, para os portos franceses[96]. As poucas estatísticas existentes, para o séc. XVI, da exportação do sal de Aveiro, indicam quatro aspectos fundamentais:

---

[93] GODINHO, V. Magalhães - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, . . . , o. c. , pags. 137-138.
[94] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal português*. . . , o. c. , pag. 281.
[95] Id., *Ibid.*, p.286.
[96] Id., *Ibid.*, p.99.

. as intensas relações comerciais de Aveiro com a Feitoria da Flandres, Antuérpia, e cidades constelares (Arnemuidam e Midelburgo);

. a existência duma marinha mercante significativa;

. a presença dum grupo profissional de homens de Aveiro, à frente de embarcações, provenientes de outros portos.

Vejamos as estatísticas:

. tomando os 208 navios entrados em Arnemuidem em 1528-29, verificaram-se os seguintes portos de partida: 44 de Aveiro, 34 de Viana, 33 de Vila do Conde, 17 de Setúbal, 16 de Lisboa, 12 do Porto e 7 de Faro[97];

. em 1552, entraram no mesmo porto 71 barcos com sal, dos quais 4 de Portugal, sem indicação da proveniência, 32 do sul da Espanha, 25 de Lisboa, e 10 de Aveiro. Ao comando de 19 navios portugueses estavam 9 de Aveiro, 7 de Lisboa, 4 do Porto e 1 de Zurara; daqueles 19 aportaram 16 carregados de sal, cabendo aos de Aveiro o exclusivo transporte de tal mercadoria[98].

Este relacionamento comercial com Antuérpia e portos circundantes foi interrompido, nos finais do séc. XVI, com a transformação de Amsterdão, mais a Norte, no principal porto distribuidor de cereais, madeiras e linhos, vindos do Báltico. Antuérpia foi esmagada pela intolerância religiosa e política de Espanha, perdendo o seu tráfego internacional, herdado agora pela Holanda[99]. As escápulas internacionais passaram a ser os Países Baixos, Alemanha e Báltico. Este tráfego caracteriza-se pelas viagens triangulares: os navios vinham da Holanda a Lisboa onde carregam sal, especiarias e, por vezes, vinho que levam a Dantzig, nas planícies da Polónia, donde trazem o precioso trigo e pez[100]. A estatística dos barcos, dessa proveniência, que atravessaram o estreito de Sund, entre 1557 e 1657, evidencia o predomínio dos holandeses com 47937 navios, enquanto Portugal, com 8712, se coloca abaixo da França com 18463. Entretanto, no que diz respeito aos navios carregados em Portugal, no mesmo período, Setúbal estava bem à frente, com 6788 navios, seguido de Lisboa com 1473. Finalmente Aveiro regista 447 barcos[101].

---

[97] Id., *Ibid.*, p.132.
[98] Id., *Ibid.*, p.134.
[99] Id., *Ibid.*, p.138.
[100] GODINHO, V. Magalhães - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. . . , o. c. , pag. 144.
[101] RAU, Virginia - *Estudos sobre a História do sal*. . . , o. c. , pag. 208.

Saliente-se que, no ano de 1603, o porto de Aveiro, depois de ter atingido um máximo de 68 embarcações, igual número para Setúbal e metade para Lisboa, deixou de ter qualquer significado no transporte de mercadorias, pelo estreito de Sund.

A partir dos finais do séc. XVI, o comércio internacional estava, definitivamente, nas mãos dos holandeses e estes preferiam Lisboa-Setúbal. Um exemplo: as contas da companhia de navegação de Adriaen van Adrichem relativas aos anos de 1569 a 1597, referem que em 20 viagens directas para oeste, contam-se 2 para portos franceses, 2 para portos espanhóis e 16 para portos portugueses, 14 para Lisboa-Setúbal e 2 para Aveiro[102]. Aveiro não está mais na rota dos holandeses. Não obstante, em 1699, numa Viagem efectuada a Portugal, pelo Padre François de Tours, foi por ele referenciado, explicitamente, que Aveiro "*tem um porto de mar onde vêm os holandeses carregar sal branco*"[103], apontamento, não confirmado, nas nossas fontes alfandegárias ou outras.

Estamos, agora, em pleno séc.XVIII. Vejamos quais as quantidades de sal comercializadas e que direcção tomavam. Distingam-se dois espaços de circulação: o comércio, através da barra, para portos portugueses e estrangeiros, e aquele que se faz para as localidades à volta de Aveiro, nos portos fluviais e localidades mais interiores, registados nos chamados livros de Portos Secos, muitas vezes designados por "*Portos da Comarca*".

A - Quantidades vendidas, quantidades compradas

A primeira tentativa de apuramento, neste sentido, fez-se a partir da curva que as imposições do donativo e da extracção, respectivamente, sobre a venda para o mercado interno e para o mercado externo nos permitiam analisar. Ora, como já observámos atrás, tais direitos não reflectem, correctamente, a realidade, embora de forma alguma se devam desprezar.

O gráfico 9 [ver Anexo 5], diz respeito ao sal, saído por mar, entre 1692 e 1775, quer para barras estrangeiras, quer para portuguesas, e foi

[102] Id., *Ibid.*, p.150-151.
[103] *Itinerário em Portugal do padre François de Tours em 1699...*, *o.c.*, p. 78.

elaborado, a partir dos chamados "*Livros de Entradas e manifestações de sal*". A série, não sendo contínua, permite, até 1774, afirmar que as quantidades transaccionadas atingiram o seu máximo, nos finais do séc. XVII, inícios do séc.XVIII, irrepetíveis apesar de, por volta de 1768, se ultrapassarem os 1800 contos, o que não se verificava desde 1703.

Consideramos ser possível detectar 4 períodos: o primeiro até 1707, marcado por excelentes anos; um segundo até 1727 (embora desconheçamos o que se passa entre 1714 e 1719), que ronda os 600 contos; entre 1727 e 1750 as vendas são quase mínimas; a partir de 1760, algo se modifica (apesar da falta de dados, entre 1763 e 1767), parecendo haver uma certa recuperação das vendas, comparável aos níveis de 1714 a 1726, ou mesmo, superior.

Vejamos agora qual era o destino deste sal, o número de barcos utilizados no seu transporte e as quantidades transportadas [ver Anexos 5 e 8]. Duas distinções se referenciam quanto ao destino do sal: o que se remete para portos portugueses e o que sai para portos estrangeiros. Os gráfs.9 e 10 contemplam os dois destinos - o primeiro refere as quantidades e o segundo o número de embarcações:

. até 1703, as saídas entre um e outro destino, equilibram-se;

. entre 1704 e 1707, ora predomina o sal para portos portugueses, ora para o estrangeiro, coincidindo com o período delicado da Guerra de Sucessão e que merece interpretação, mais à frente;

. de 1720 a 1730, o comércio é, essencialmente, para portos estrangeiros, desaparecendo mesmo as saídas para portos portugueses;

. de 1730 até 1750, as quantidades são diminutas, quase reduzidas a zero;

. a partir de 1768 inverte-se a situação; o sal sai, em especial, para as Barras portuguesas;

O gráfico 10, que revela o número de barcos para cada um destes destinos, dá-nos, aproximadamente, duas direcções: predomínio de barcos para o estrangeiro, quase até finais da década de 20; predomínio de barcos para portos portugueses, a partir de meados da década de 60 - o comércio do sal parece adquirir um carácter apenas nacional, se não mesmo, regional.

Gráfico 9
Destino do sal e quantidades transportadas - 1692 a 1775

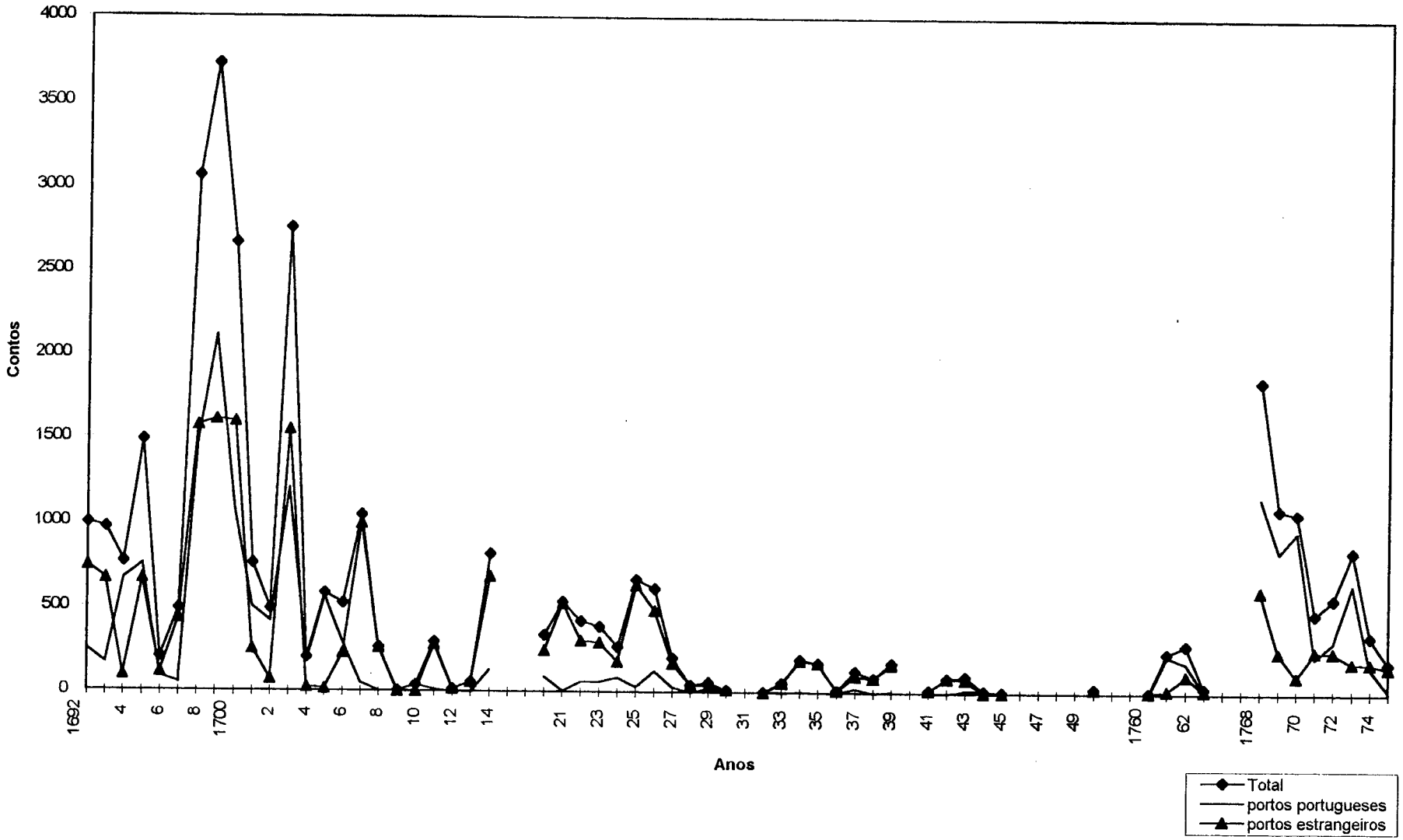
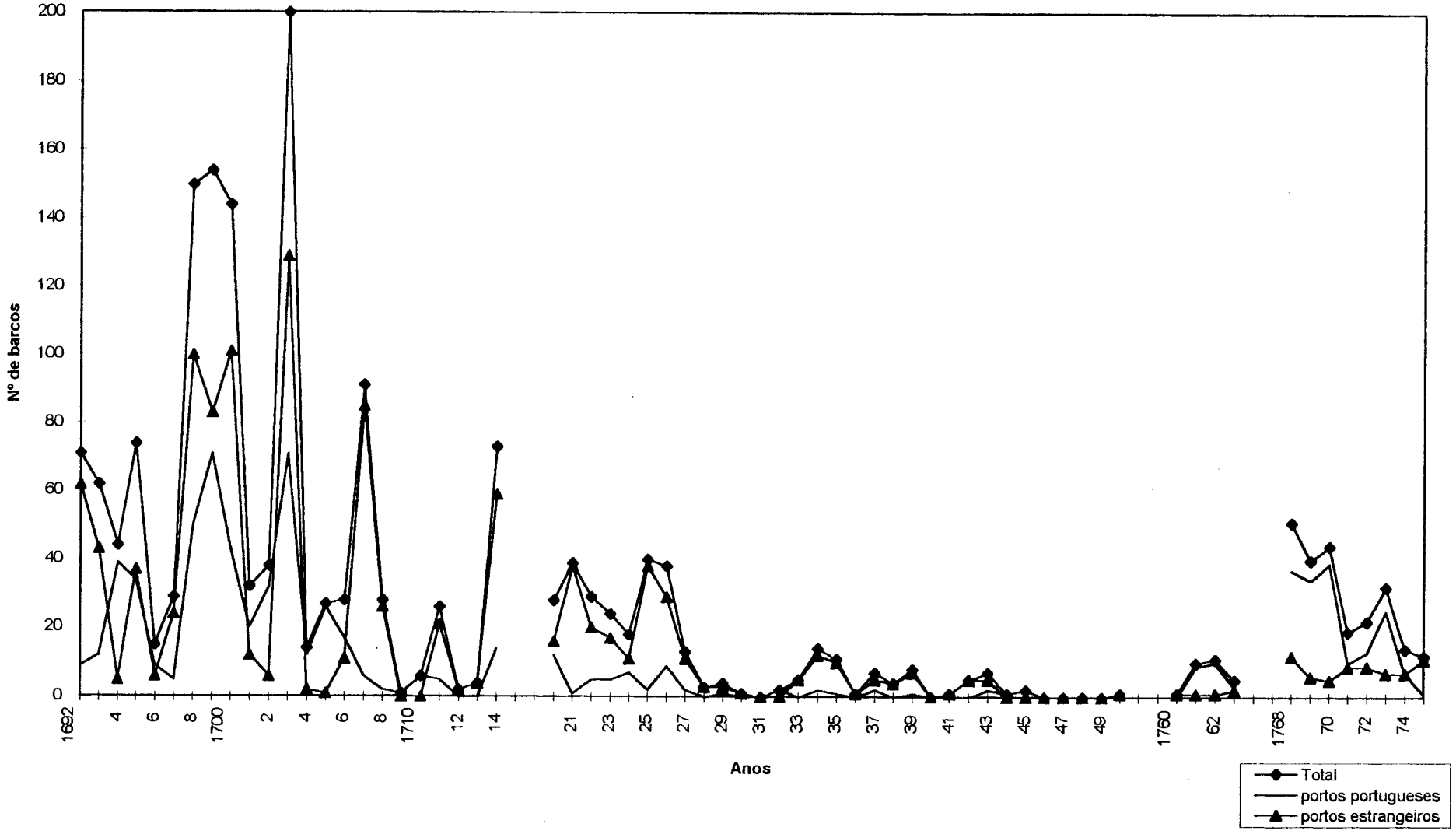


Gráfico 10
Número de barcos por destino (1692 a 1775)



Em 1776, data a partir da qual as fontes só indicam as saídas para portos estrangeiros [ver gráf.11, à frente, e Anexo 9], saliente-se que até 1815, num espaço de cerca de 40 anos, em 15 anos não se verificou qualquer saída (37.5% do tempo em causa). As quantidades são mínimas, atingindo o seu máximo em 1814, só ultrapassando os 400 contos, no ano de 1814. Mais ainda, em 1785, em que apenas saem 14 contos para Estocolmo, diz-se, expressamente, que somente 5 contos e 5 rasas eram de Aveiro, vindo o resto da Figueira e Setúbal[104].

Este comentário coloca o problema da origem do sal que era vendido a partir de Aveiro. Já atrás, a legislação e o estudo da fiscalidade sobre o sal tinham levantado esta questão sobre a comercialização de sal, oriundo de outras proveniências: Figueira, Lisboa e Setúbal. Depois, por volta de 1802, os contratos de frete de embarcações denunciam a entrada de sal de outros centros produtivos. Foi precisamente na tentativa de cálculo do sal, vendido através dos chamados "*livros de guias de fianças do sal, portos secos*", ou seja, circulação por portos fluviais, à volta de Aveiro, e desde 1776 também designados por "*portos da Comarca*" ou "*Barras do Reino*", que verificámos ser prática habitual colmatar-se as necessidades locais com sal doutras proveniências. As características destas fontes (ver Introdução), obrigaram-nos a seleccionar apenas 4 datas: 1750, até ao dobrar da 1ªmetade do século, quando quase nada sai pela Barra; 1771, ano de abundância da produção como já vimos atrás; 1788 quando não se verifica qualquer saída para o estrangeiro, e 1799, último livro desta série documental[105].

QUADRO 3

Quantidades de sal comercializadas através dos Portos Secos

Ano	Contos sal	Sal de fora		
		Origem	Contos	%
1750	1668.63	Setúbal	75.96	4.5
1771	2549.08	-	-	-
1788	2248.3	Figueira	226.72	10
		Lisboa	21.5	1
1799	894.5	Figueira	335.2	37.5
		Lisboa	5	0.5
		Setúbal	56	6.3

Fonte: AMA - n. 122, 131, 143, 152- Livros guias de fianças de sal

[104] ANTT-AA, n. 811-1778/1793.

[105] AMA-n. 122, 131, 143 e 152. Entre este último e o próximo, de 1816, uma falha de 18 anos.

Quantitativamente, podemos afirmar que nos circuitos de venda à volta de Aveiro, o sal da Figueira entrava em maior quantidade, seguido pelo de Setúbal. A explicação pode não ser, unicamente, por falhas de produção, mas até por preferências da clientela, sobretudo, no caso do sal de Setúbal, mais branco. Mas, em 1788, já 10% da comercialização, através dos portos secos, era da Figueira e dez anos depois, era já de quase 45%. A partir de 1802, os chamados livros de *"Fianças do Mar"* que registam as entradas e saídas de qualquer mercadoria de e para portos portugueses[106], confirmam, sem todavia indicarem quantidades, a frequência da entrada de sal da Figueira e Lisboa, no período de 1802 a 1806. Apenas em um dos anos deste período - 1805 - existe o livro de "Entrada de embarcações"[107], que regista os barcos que entram, natureza e quantidades da mercadoria, permitindo concluir que entravam quase 980 contos, provenientes dos portos de Figueira, Lisboa e Setúbal, repartidos da seguinte forma:

QUADRO 4

Sal entrado em Aveiro no ano de 1805

Origem	Contos sal	%
Figueira	615.2	62.8
Lisboa	282.8	28.8
Setúbal	21.6	2.2
Desconhecida	59.6	6.2

Fonte: AMA - n. 1299- Livro de termos das entradas

Visto estarmos a estimar a venda de sal a partir de Aveiro, chamamos a atenção para a delicadeza deste aspecto, com um caso apontado por Virgínia Rau. Ela apresenta, infelizmente, sem citar a fonte, um quadro da exportação por mar, do sal português, no ano de 1776, que transcrevemos[108]:

QUADRO 5

Exportação por mar do sal português em 1776

Portos	Quantidades	Preço moio
Setúbal	103 685 moios	1550 réis
Lisboa	34 756 moios	1550
Porto	2272.5 milheiros	3150
Viana do Castelo	769 milheiros	3500
Vila do Conde	283.5 moios	1800
Algarve	77 moios	1500

Fonte: RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal. . .*, o. c., p. 290.

[106] ANTT-AA. n. 917-Fianças do Mar.
[107] AMA-n. 1299-Livro de termos das embarcações
[108] RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal. . .*, o. c., p. 290

Virgínia Rau coloca, no mesmo plano, zonas produtoras: Lisboa, Setúbal e Algarve, com zonas revendedoras: Porto, Viana e Vila do Conde. Depois não observa as diferenças de medidas, moios e milheiros, apesar de se reflectirem na disparidade de preços. Surge, por isso, a seguinte questão: donde vem o sal que entra no Porto e restantes portos comerciais? Resposta: de Aveiro muito provavelmente no caso dos portos do Porto e de Viana e no de Vila do Conde surgem dúvidas. As justificações:

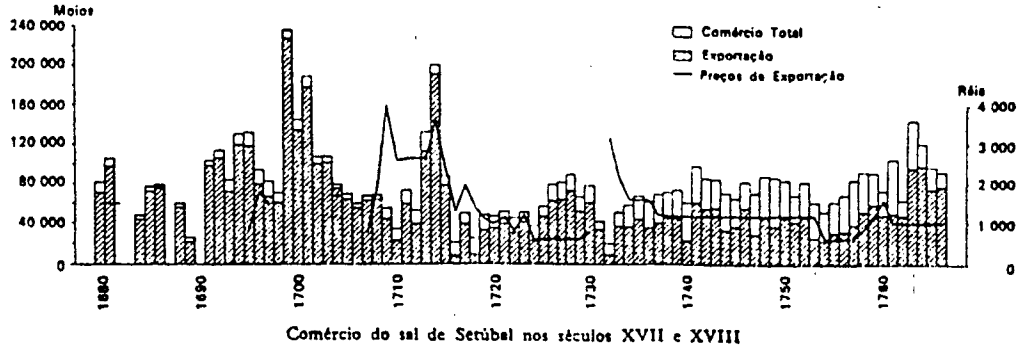
. apesar de não contarmos com dados quantitativos exactos, sabemos que, em Aveiro, o ano de 1776 tinha sido de boa produção como já verificámos atrás;

. o preço do conto, praticado naquele ano em Aveiro, era de 3000 réis [ver Anexo 11]; as contas são fáceis de fazer: cada conto era de 2.5 moios; logo o preço deste era de 1200 réis, muito próximo do praticado nos restantes portos, ou seja, dividindo o preço de 3150 réis praticados no Porto por 2.5 moios, surge-nos o preço de 1260 réis por moio; o mesmo cálculo aplicado a Viana do Castelo, dá como preço do moio 1400 réis, muito próximo do de Aveiro;

. perante este cálculo, deduzimos que os preços apresentados por V.Rau, relativamente aos portos de Viana do castelo e Porto, se referem a contos e não a moios;

Compare-se, agora, o movimento geral das exportações pela Barra de Aveiro, e a curva que Virgínia Rau apresenta, até 1766[109].

Comércio de sal de Setúbal sécs. XVII e XVIII



Comércio do sal de Setúbal nos séculos XVII e XVIII

[109] Id., *Ibid.*, p.294.

Comparando o gráfico 9 com o que escrevemos até aqui acerca do sal de Setúbal, surgem-nos algumas pistas de reflexão:

. os melhores anos do séc. XVIII deram-se entre 1698 e 1707 e entre 1699 e 1715 para Setúbal, notando-se assim um certo paralelismo;

. não é apenas Aveiro que, a partir da década de 30 ganha um carácter eminentemente nacional ou regional; também em Setúbal, desde aquela época, se acentua este aspecto, embora, note-se, não deixe de ocupar espaço fundamental, nos circuitos internacionais.

Houve, certamente, razões justificativas de comportamentos diferentes nos dois centros produtivos, mas que, no caso de Aveiro, trouxeram um retrocesso evidente do comércio com o exterior, aspecto que retomaremos, a propósito dos preços do sal.

B - O comércio externo

Vejamos agora, em pormenor, os principais destinos do sal saído pela Barra. Em primeiro lugar, para os portos estrangeiros, e depois para os nacionais.

Dividimos, numa primeira fase, o sal saído para o estrangeiro, em duas áreas: Espanha (Galiza, Biscaia e Astúrias) e o Norte da Europa, englobando aqui, quer as zonas do Báltico, quer as Anglo-Saxónicas (Inglaterra, Inglaterra a Nova, Terra Nova). Os gráficos 11 e 12 representam esta distinção, permitindo-nos apontar algumas fases:

. de 1692 a 1703 predomina a saída de sal com destino a Espanha; o mesmo acontece de 1720 a 1727; a partir de 1770 até 1775, apesar de sempre se manter este destino, tende a perder-se em favor do Norte; de 1775 a 1815, equilibram-se as exportações para as duas áreas;

. a exportação para o Norte parece dominar de 1706 a 1708, e ainda em 1711, anos que, como afirmámos atrás, correspondem à presença exclusiva dos genoveses; depois, desde 1776, os montantes equilibram-se, sem supremacia radical, entre Espanha e o Norte; a verdade é que estamos em anos de saídas diminutas, sem possibilitar grandes conclusões.

Gráfico 11
Quantidades de sal saídas para alguns portos estrangeiros - 1776 a 1815 (em contos)

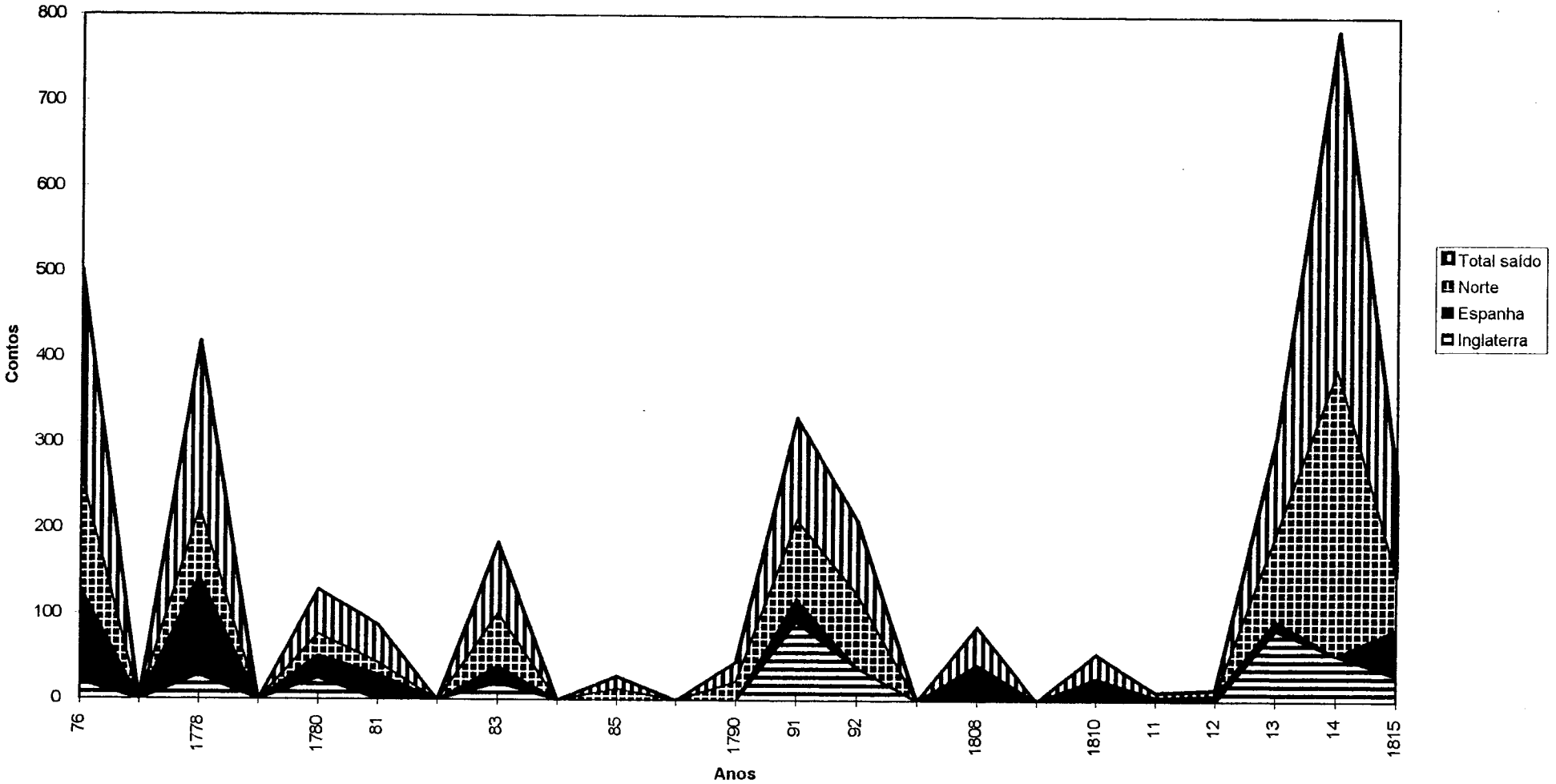


Gráfico 12
Quantidades de sal saídas para o Norte e Espanha - 1692 a 1775 (em contos)

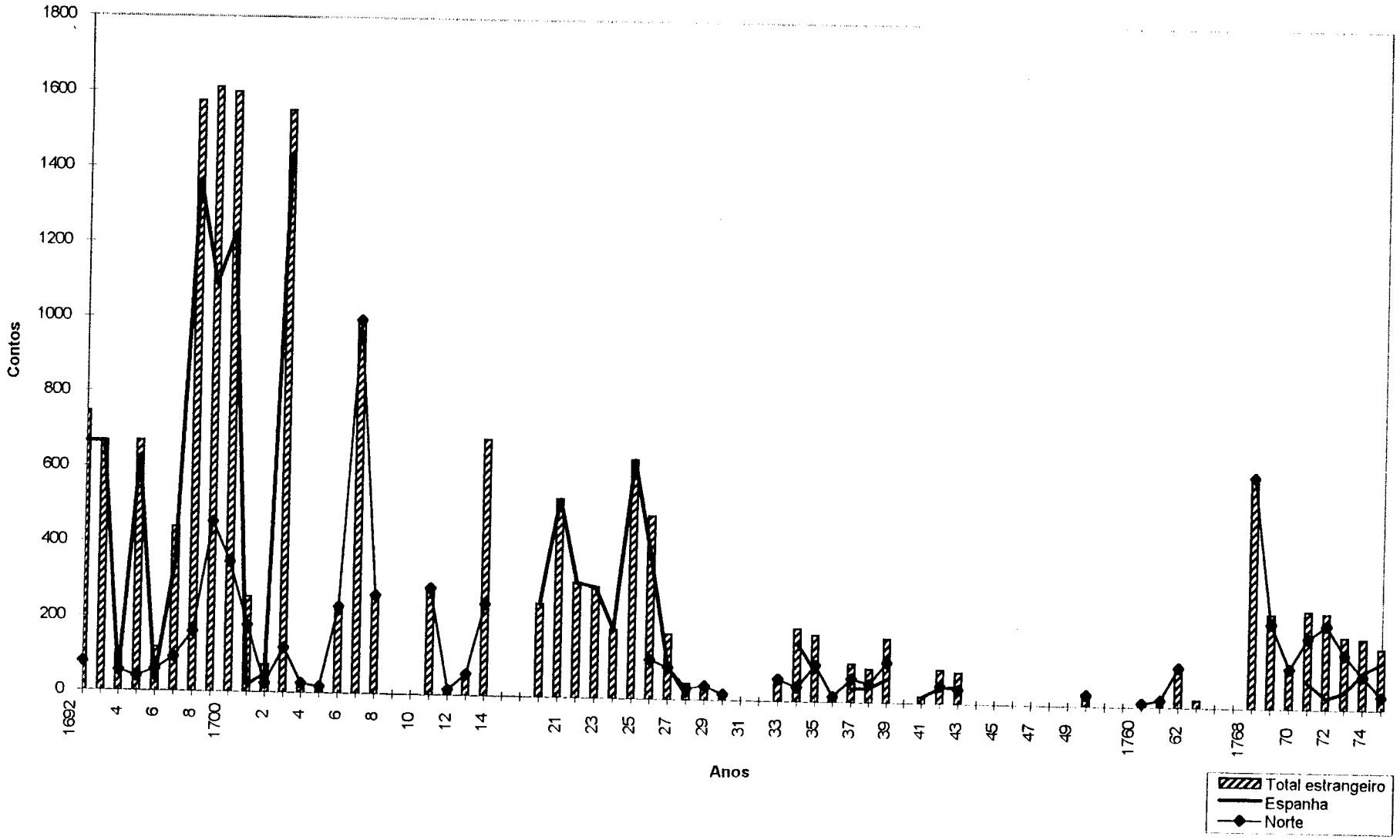
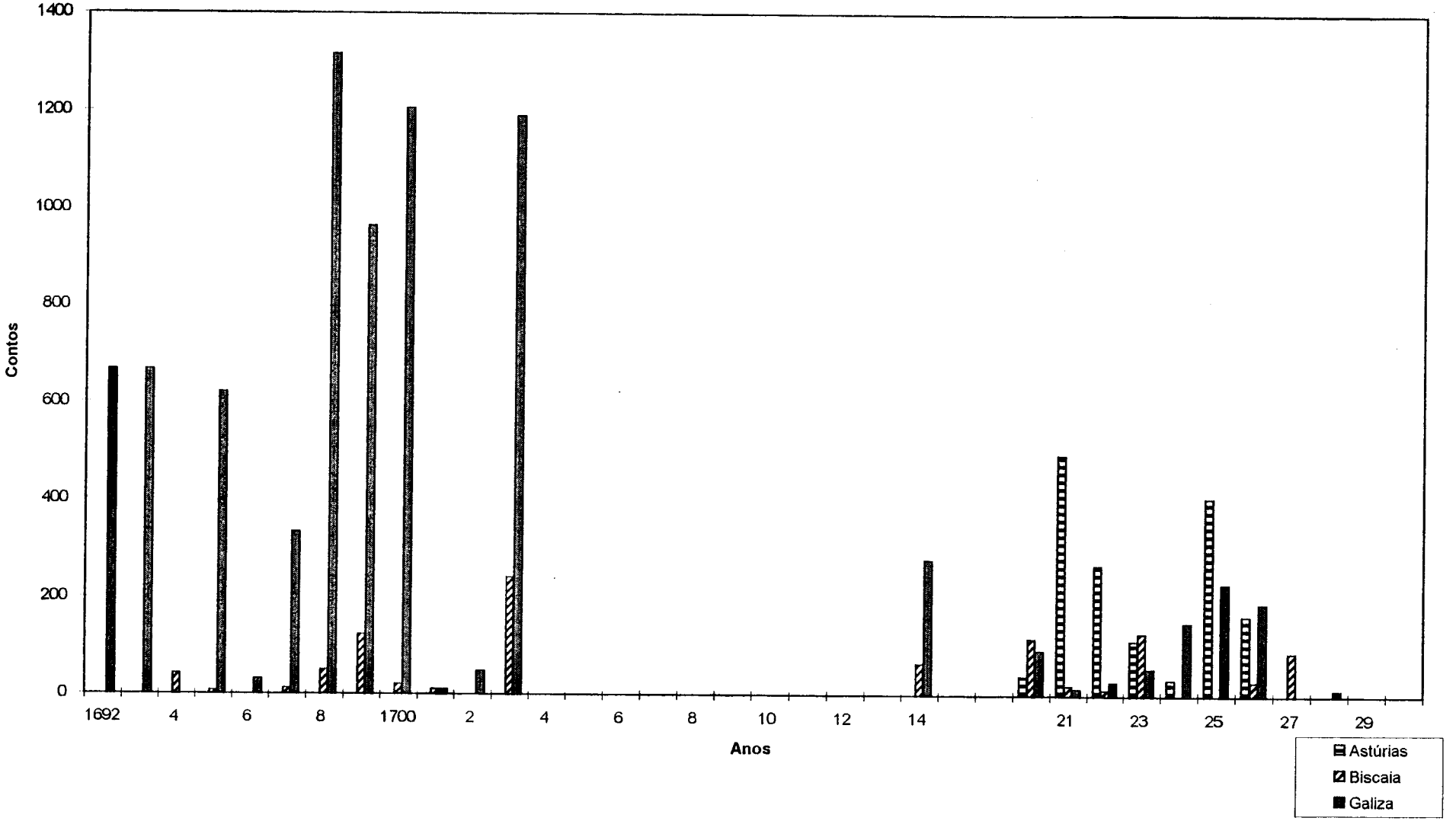


Gráfico 13
Quantidades de sal saídas para Espanha, entre 1692 e 1730 (em contos)



Analisemos agora, mais em detalhe, as saídas para Espanha, no período que vai até 1730 [gráf.13]. Desdobram-se, segundo os destinos, em sal para a Galiza, Astúrias e Biscaia:

. até 1703, o sal vai, essencialmente, para a Galiza; porém, de 1720 a 25, ganham preponderância as áreas das Astúrias e Biscaia, como se houvesse uma deslocação da clientela, mais para este, da costa norte da Espanha;

. o ano de 1703 parece ter sido aquele que mais barcos mobilizou, cerca de 110, só para Galiza, a que se juntam 13 para a Biscaia [ver Anexo 8].

Comparando os dados, entre 1694 e 1704, do número de barcos e quantitativo de moios de sal saídos da Barra de Aveiro[110], com o número de barcos saídos do Porto, as chamadas "Lanchas da Galiza"[111], e ainda o número de moios saídos de Setúbal[112], o quadro seguinte pode lançar algumas sugestões:

QUADRO 6

Saída de embarcações dos portos de Aveiro, Porto e Setúbal com destino à Galiza, de 1694 a 1704

	Aveiro		Porto	Setúbal
Ano	Nºbarcos	Moios	Nºbarcos	Moios
1694	3	105	58	454
1695	36	1570	40	1010
1696	2	146.25	-	937
1697	17	870	-	-
1698	94	3417.5	-	155
1699	63	2720	56	-
1700	82	3066.25	65	-
1701	2	50	37	-
1702	5	121.25	48	-
1703	124	3580	62	-
1704				

Fonte:[113]

Deste quadro se deduz a extrema importância que o sal de Aveiro desempenhou, especialmente nos anos de 1698 a 1700, assim como no de 1703, ultrapassando, em número de barcos, a saída dos da Barra do Porto com destino à Galiza. Por outro lado, os montantes de sal saídos por Aveiro, nos anos de 1695 e 1698 são superiores aos registados no porto de Setúbal.

[110] AMA. n.96-Livro de entradas e manifestações de sal

[111] SANTOS, A. Cândido dos - *Para a História do Comércio Português Movimento da saída de barcos pela barra do Douro de 1681 a 1705 e de 1777 a 1801...*, *o.c.*, p. 131.

[112] RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal. . .* , o. c. , p. 284-285.

[113] Ver as 3 notas anteriores.

Porém, este comportamento não mais se repetirá. Setúbal será, mesmo em anos de menor venda, o maior fornecedor de Espanha.

Esta extraordinária comercialização para a Galiza não era novidade, mas deve ter atingido, na 1ªdécada de XVIII, o fim dessa predominância. Com efeito, logo após a Restauração, um anónimo de Aveiro refere-se ao perigo duma invasão Castelhana, por ser de "*tanta importância ao inimigo por respeito do sal que padecem Galiza, Biscaia, Astúrias e o Reino de Leão, que por falta de não terem sal poderão cometer a Vila que tão descuidada está*"; " *e se o inimigo entrar na Vila lhe pode vir socorro por mar todos os dias de Galiza, Biscaia, e os galegos e biscainhos e asturianos sabem muito bem a Barra e de Verão entram com seus navios e pinaças e lanchas sem haverem mister de Piloto*"[114].

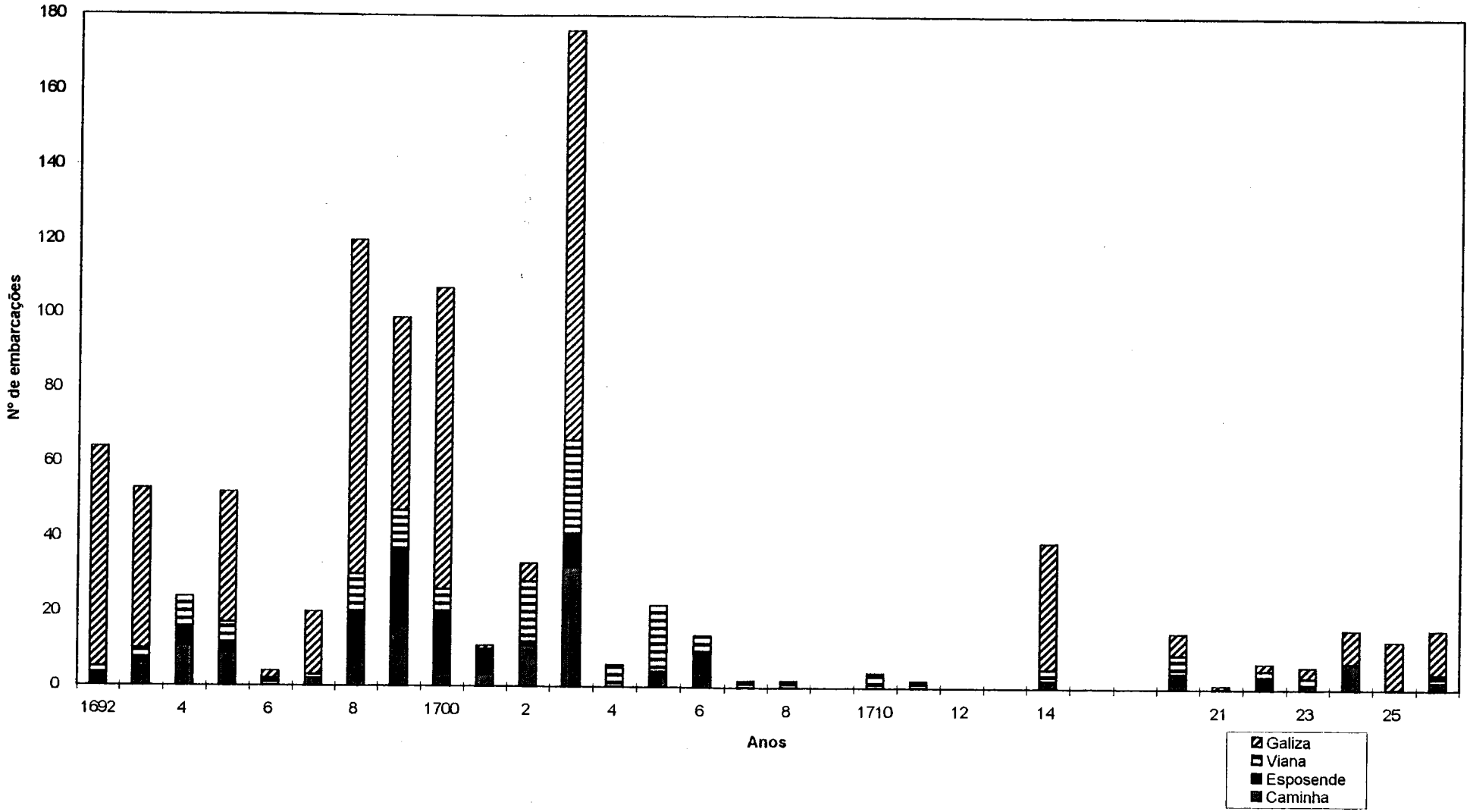
Muito claro é este documento: presença familiar de galegos, biscainhos e asturianos, que habituados às Rias Baixas de Galiza, facilmente circulavam, mesmo em portos que criavam problemas à navegação como Aveiro. Mas, parece-nos que este circuito do sal podia não ser directo, seguindo portos intermédios. Como vimos, no Gráfico 5, os galegos transportavam igualmente para portos portugueses de Caminha, Viana e Vila do Conde, até porque, dessa forma, escapavam a impostos de extracção, saindo de forma clandestina e contrabandeada.

Esta corrente para Espanha interessava ainda a outros transportadores, um grupo muito importante de Esposende [ver atrás gráf.6] que deixa percentagem significativa na Galiza, mas jogando com a vantagem de, fugindo à imposição da extracção, depositar em portos portugueses como Viana e Caminha, mais fáceis de contrabandear. Isto se verificou, sobretudo, a partir da Guerra de Sucessão, logo a seguir a 1703. Este aspecto parece-nos confirmado pelo gráfico 14, em que comparamos o número de barcos com destino aos portos de Galiza, Caminha, Esposende e Viana; nota-se que a quantidade de sal, destinado a Viana, se mantém, mesmo depois daquela data.

Este último circuito lembra a importância do papel comercial dos portos e sua hierarquização. O porto de Viana parece sobressair entre os outros apontados, Caminha, Vila do Conde e Esposende. Efectivamente, como escreveu Viriato Capela, entre 1740 e 1767 "*a navegação galega que representa em média cerca de 40% do total da navegação que entra em Viana, situa-se a um nível aproximado ao da navegação metropolitana, e em alguns anos ultrapassou mesmo os 50% como se verificou*

[114] BAJ. 51-IX-7(211)-*Representação de guerra*-1640(?).

Gráfico 14
Número de embarcações destinadas a alguns portos - 1692 a 1726



em períodos de contactos mais intensos entre os dois territórios". "O tráfego entre ambos os territórios assenta, no fornecimento da sardinha salgada e ferro biscainho por parte dos galegos. No regresso as embarcações levam o sal"[115].

Reflictamos sobre o conjunto dos dados: parece certo que a Guerra da Restauração afectou o fluxo habitual entre Portugal e Espanha, interrompendo os contactos de Aveiro e Galiza. Esta porque desenvolveu, cada vez mais, a actividade do pescado fresco ou salgado que começa mesmo a chegar aos portos portugueses de Entre o Douro e Minho até a Aveiro, desde o séc.XV[116], exigia um enorme consumo de sal, conservante indispensável, suscitando um ganho acrescido da Coroa espanhola, que controlava, por estanco, o abastecimento do sal[117]. Este monopólio acabou, nalguns casos, pelo menos, em meados de XVI, por destruir as salinas marítimas espanholas, com excepção da Andaluzia. Impôs tais preços que afastavam aquela que, até então, eram compradores: flamengos, ingleses, ou do cantábrico castelhano e basco, que preferiam abastecer-se em Portugal, ou França, a melhor preço[118].

Quando da perda da independência, abriu-se à Coroa espanhola o bom mercado português. A Restauração terá abalado os contactos, mas o contrabando permitiu a manutenção das relações, e a prová-lo, estará a facilidade com que se operam contratos, logo que as tréguas se assinam, como aconteceu em 1668[119]. Logo após a celebração da paz, é precisamente, em Aveiro, que se regista um contrato de abastecimento de algumas vilas da

---

[115] CAPELA, J. Viriato - *Viana na segunda metade do século XVIII: em torno de um processo de decadência e subalternização comercial..., o.c.*, p. 123.

[116] OLIVEIRA, Aurélio de, GARCIA LOMBARDERO, Jaime, *Alguns dados em torno* ..., o.c., pag. 135.

[117] LÓPEZ LINAGE, Javier, CARLOS ARBEX, Juan - *Pesquerías Tradicionales y conflictos ecológicos, 1681-1794..., o.c.*, p. 4: "*o fomento da actividade pesqueira tinha duas derivações muito importantes: a primeira o fomento e aperfeiçoamento duma marinha susceptível de ser recrutada para a Armada Real [...]; a segunda o suporte ou abastecimento de uma manufactura de salga nacional capaz de ir substituindo as custosas importações de pesca de conserva procedente do Mar do Norte e Terra Nova [...]. O enorme consumo de sal[. . .], de que era susceptível um fomento adequado das pescas, resultava um atractivo ganho para a Coroa, pois que era um género 'estancado' para a Real Fazenda*".

[118] LADERO QUESADA, Miguel Angel - *La recette du sel et son evolution dans les états..., o.c.*, p.97.

[119] ADA-SN, Aveiro, n. 11, f. 80v a 82, de 30 de Dezembro de 1668, publicado por AMORIM, Inês - *O comércio do sal de Aveiro*, . . . , o. c. , p. 9. Ver atrás: 2.B. contratos.

Galiza, num montante de 50.000 fanegas[120], que traduzidas em contos, dá 1333 contos, aproximadamente[121], quantidade razoável para Aveiro, tendo em conta os melhores anos do séc.XVIII, como já vimos. Com as devidas distâncias, talvez possamos afirmar que o sal de Aveiro teve alguma importância na paz com Castela, como o de Setúbal na paz com a Holanda em 1669, como o demonstrou Virginia Rau[122].

Mas como explicar a queda da procura, desde 1703 e, definitivamente, desde 1725, assim como a diminuição da presença dos galegos no seu transporte? O primeiro corte, em 1703, compreende-se pela Guerra de Sucessão, como já o dissemos. Mas não entendemos o segundo em 1726 ou, quando muito, em 1730 e daí em diante. Seriam por razões internas a Aveiro, ou externas, da parte dos compradores? Sobre as primeiras falaremos mais à frente. Sobre os factores externos poderemos lançar algumas hipóteses, de difícil articulação, mas que constituem uma tentativa de justificação das irregularidades da procura, pelos espanhóis, do sal português.

Quando Filipe II, em 1564, estabeleceu o estanco ou monopólio da produção do sal, com excepção da Andaluzia e Granada, não estabeleceu uma taxa mínima de consumo, de que resultou uma diminuição da procura do sal de Castela e da Galiza, mesmo até à Biscaia[123], conduzindo à retracçaõ da produção local e provocando, eventualmente, a médio prazo, a procura em Portugal.

Entretanto, a partir de 1715, Filipe V, impôs o monopólio real sobre o consumo, descrevendo, detalhadamente, o que cada um deveria consumir e quanto, e as receitas a receber sobre este consumo[124]. Podemos então, prever que esta medida impunha um consumo local, incrementando a respectiva produção. No entretanto, é bem possível que se procurasse, no exterior, o complemento ao abastecimento necessário.

---

[120] VITERBO. Sousa - *Elucidário das palavras termos e frases. . . .* o.c., pag. 250: " *medida, que ainda hoje se usa [1798, 1. edição] chamada fanega que consta de quatro alqueires de medida corrente*".

[121] Cada conto 150 alqueires, ver 6.1. 1.

[122] RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal. . . .* o. c. , pags. 289-290.

[123] LADERO QUESADA, Miguel Angel - *La recette du sel et son évolution dans les états...*, *o.c.*, p.98.

[124] MENIZ MARQUEZ, Catalina - *Vente et impôt du sel en Catalogne Les Salines de Cardone...*, *o.c.*, p. 101-103.

Acerca das marinhas da Península de Salnés pouco se sabe. Em meados do séc. XVIII estariam muito abaixo das suas possibilidades e, a partir de então, recuperaram, com valores significativos que justificavam, entre 1753 e 1756, o comércio para as Astúrias e alguns lugares das chamadas Rias Baixas da Galiza, para norte de Pontevedra. Porém, desde 1767, dificuldades de comercialização, com acumulação dos stocks, tornam-se paradoxalmente contraditórias, perante as exigências surgidas com o aumento da pesca e salga da sardinha, por iniciativa dos catalães. Perez Garcia, que estudou esta problemática, coloca a hipótese duma importação de sal catalão ou mesmo português, através do comércio catalão, tanto mais que se verificou idêntica situação relativamente a outros produtos como o vinho, ou seja, a introdução de produtos de que a própria região era produtora[125].

Aliás, a evolução da pesca, pode também ter condicionado a procura do sal português. Mais uma vez, Perez Garcia indica que na península de Salnés, nomeadamente em Portonovo e Grove, os melhores momentos da pesca local se deram na 1ªmetade de XVII, invertendo-se a tendência, entre 1710 e 1730, mantendo-se assim, até 1770[126]. Note-se que nos referimos à pesca tradicional das Rias, multisecular, pois, desde 1770, o novo desenvolvimento se faz pelas mãos dos catalães, há muito infiltrados na Galiza, com novas técnicas de pesca. Lopez Linage e Carlos Arbex clarificam melhor: o reinado de Filipe II foi o período de maior esplendor pesqueiro da sardinha da Galiza; acerca desta intensa actividade estacional (costeira, outonal) os contemporâneos deram notícia: abundância do recurso, valor da sua comercialização e processos de organização humana, na sua extracção. A comprová-lo está a saída de sardinha proveniente da Galiza para Portugal e mesmo para a costa da Catalunha. Logo os catalães, quando chegam à Galiza, sabem bem da riqueza deste pescado e, após terem tentado implementar as suas novas "artes" de arrasto, nas costas mediterrânicas, dirigiram-se para onde sabiam existir um espaço sardinheiro abundante: as rias baixas galegas[127], trazendo consigo as suas novas artes de pesca "xavega", mais

---

[125] PEREZ GARCIA, Jose Manuel - *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia coster: la Península del Salnés...*, *o.c.*, p. 252.

[126] Id., *Ibid.*, p.245 a 247.

[127] LÓPEZ LINAGE, Javier, CARLOS ARBEX, Juan - *Pesquerías Tradicionales y conflictos ecológicos*, ... o.c., p.17 a 19: tradicionalmente a decadência das pescarias galegas veu-se associada à

rentável, as novas formas de salga da sardinha e a organização gremial diferenciada[128].

Estas novas técnicas aumentaram a exportação de sardinha e a procura de sal. O movimento de exportação verificado para Portugal fazia-se, nomeadamente, para o Porto, como refere Mejido Pardo; em 1756 vinham ao Porto entre 60 a 80 embarcações, transportando mais de 27.000 milheiros de sardinhas[129]. Relativamente à procura do sal, não é a Aveiro que o vêm comprar. Na verdade, como afirma Aurélio de Oliveira, o Porto, neste período de 1760-1764, transformou-se em centro de passagem e reexportação[130]. Porém, de Aveiro, embora se note, efectivamente, entre 1760 e 1763, um ligeiro movimento ascendente, até porque em 1761, saem daí para a cidade do Porto, 64% do sal comercializado, e 44% em 1762 [ver Anexo 5], era de Setúbal que, segundo Mejide Pardo, provinham, continuamente, grandes quantidades, muitas vezes, sob a bandeira sueca ou dinamarquesa, sempre que os condicionalismos políticos o impunham[131]. Aveiro, deixa de ter peso significativo.

Em resumo, ter-se-á alterado o consumo por várias razões: diminuição da pesca tradicional, stocks galegos relativamente suficientes, introdução, na Galiza, da xávega, pelos catalães que, simultaneamente, trazem consigo o sal, sobretudo de Setúbal.[132]

O outro rumo do sal de Aveiro foi o Norte da Europa, acompanhando o tráfego internacional da época; ou seja, embora o número de embarcações fosse diminuto, no máximo 11 embarcações no ano de 1776, os destinos dividem-se, equilibradamente, entre o Norte (Suécia, Holanda, Hamburgo) e

---

penetração catalã. Ora, é hoje sabido que a pesca galega se encontrava em meados de XVIII em situação crítica e decadente, depois de ter atingido o seu auge na 2ªmetade de XVI, por razões ainda por apurar, mas não pela chegada dos catalães, apesar da existência de tal crise seja uma das causas que vai propiciar a sua chegada.

[128]ROBERTO FERNANDEZ ed. - *Espana en el siglo XVIII...*, *o.c.*, p. 487 a 489.

[129] MEJIDE PARDO, Antonio - *Aspectos del comercio gallego de exportation a Portugal...*, *o.c.*, p.820.

[130] OLIVEIRA, Aurélio de, GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno...*, o.c., p. 143.

[131] MEJIDE PARDO, Antonio - *Aspectos del comercio gallego de exportation a Portugal...*, *o.c.*, p.807.

[132] Não sabemos até que ponto a diminuição da procura de sal de Aveiro, desde 1725, se insere numa política hesitante entre Portugal e Espanha, quando se verificaram conversações, goradas, acerca do livre trânsito de algumas mercadorias: vinho do reino vizinho, açúcares e cacau de Portugal; sobre esta questão vimos ALMEIDA, Luis Ferrand de - *Problemas do comércio luso-espanhol nos meados do século XVIII...*, *o.c.*, p.101.

reinos ou estados de língua ou frequência inglesa (Inglaterra, Terra Nova, e Inglaterra a Nova/Estados Unidos), como se pode ver nos gráf.11 e 12. Excepcionalmente, o ano de 1814 destaca-se, pelo predomínio da rota do Norte: Suécia 3 barcos, Holanda outros 3, e 1 da Rússia, pela primeira vez.

Dois trabalhos acerca do tráfego comercial na Barra do Porto, com fontes diferentes e para a mesma época: um de entradas na barra[133], outro sobre as saídas[134], revelam o predomínio dos ingleses, apesar de ligeira quebra, em 1783; os holandeses vêm logo, em segundo lugar. Até então, veja-se gráf.12: de 1692 a 1775 assinal-se o tráfego de sal para aquilo que chamamos de "Nórdico", Suécia, Holanda, Noruega, Hamburgo, "Báltico"; desde 1768 em diante mais se acentua. Para "Norte" como indicam expressamente os documentos, apenas se regista o breve momento em que os genoveses aqui o vêm carregar, oportunamente.

C - O comércio interno

Sabemos já que, à volta de Aveiro, pelos braços da Ria, corriam algumas embarcações que, embora de pequeno calado, realizavam um importante negócio. Como referimos atrás, levantamos 4 anos: 1750, 1771, 1788 e 1799. Comparando o sal, saído pela Barra e pelos portos regionais, naqueles anos, construímos o quadro seguinte:

QUADRO 7

Sal saído de Aveiro, em contos, pela Barra e pela Ria

Anos	Mar		Ria
	Fora Reino	Barras Reino	
1750	30	0	1668.6
1771	260	219	2549
1788	0	?	2248.2
1799	0	?	894.5

Fonte: AMA - n. 122, 131, 143, 152- Livros guias de fianças de sal

É evidente que circulava mais sal pela Ria que pelo mar. No início de 1776, os livros começam a designar-se por "Portos da Comarca", expressão

[133] RAU, Virgínia - *O movimento da Barra do Douro durante o século XVIII...*, *o.c.*, s. p.: gráficos relativos a "navios entrados na Barra do Douro 1733-1743; 1764-1785.

[134] SANTOS, A. Cândido dos - *Para a História do Comércio Português Movimento ...*, *o.c.*, p. 131.

pouco clara, mas que indicaria uma profusão de embocaduras, ao longo da costa, através da Ria. Parece claro que, pelo menos na 2ªmetade do séc.XVIII, o sal de Aveiro circula, sobretudo, pela Ria e junto à Costa; anos existem, como em 1788 e 1799 que nada sai pela Barra e, no entanto, ele circula em quantidades apreciáveis.

Sabemos que, frequentemente, se recorria ao sal de Setúbal, Lisboa e Figueira, pois desde 1799, que 40 % era dessas proveniências. A Figueira que em 1788, introduzia 10% do sal que circulava, passados 10 anos, aumentava para 37.5 a percentagem.

Em 1805, entrava no porto de Aveiro quase tanto sal como o que se vendera em 1799: 979 contos, como se pode ver no QUADRO 3. Este sal chegado por mar, indica, em 75% dos casos, a quem se destina, e o restante vem "*por conta e risco*" dos mestres dos barcos, neste caso de Aldeia Galega, Ericeira e Figueira.

QUADRO 8

Destino do sal entrado na Barra de Aveiro

em 1805

Localidades	%
Agueda	2
Travanca (?)	2.3
Ílhavo	18.6
Aveiro	17.7
Ovar	34.4

Fonte: AMA - n. 1299- Livro de termos...

Note-se que este sal, sobretudo entregue a comerciantes de Ovar, Ílhavo e Aveiro, era destinado a revendas, o que pode significar outros destinos. Mas fica a imagem de serem estes os principais postos redistribuidores.

Compare-se, agora, as informações que os Livros de Fianças do sal, de circulação pela Ria, permitem constatar nos ditos 4 cortes cronológicos que fizemos e explicámos atrás: destino do sal, origem e quantidades circulantes:

QUADRO 9

Destino do sal comercializado pela Ria nos anos de

1750, 1771, 1788 e 1799

1750

Nºviagens	Contos vendidos	Contos entrados		
722	1668.6	Setúbal	76	4.5%
Destino				
até 5% sal	Pessegueiro do Vouga, Bunheiro, Torreira, Murtosa, Esgueira, Soza, Ois da Ribeira, Angeja, Arrancada, Aveiro, Valongo Vouga, Recardães, Estarreja, Ouca, Vagos, Sever, Salreu, Águeda			
de 10 a 13%	Ílhavo, Eixo			
de 55 a 60%	Ovar			

1771

Nº Viagens	Contos vendidos	Contos entrados
799	2549	0
Destino		
até 5%	Angeja, Bemposta, Veiros, Nazaré, Figueira, Murtosa, Serém, Ois da Ribeira, Soza, Salreu, Sever, Valongo do Vouga, Torreira, Mira, Perrães, Recardães, Estarreja, Vagos, Válega, Eixo.	
de 5.1 a 10%	Águeda e Ílhavo	
de 70 a 75%	Ovar	

1788

NºViagens	Contos vendidos	Contos entrados		
961	2248	Figueira	226.7	10%
		Lisboa	21.5	1%
Destino				
até 5%	Avanca, S.Jacinto, Vagos, Mira, Estarreja, Salreu, NªSªAreias, Águeda.			
de 5.1 a 10%	Ílhavo			
de 17 a 18%	Ovar			
de 70 a 75%	"Portos da Comarca"			

1799

NºViagens	Contos vendidos	Contos entrados		
285	894.5	Figueira	335.2	37.5%
		Setúbal	56	6.3%
		Lisboa	5	0.5%
Destino				
até 5%	Ílhavo, Válega, Águeda			
de 5.1 a 10%	Salreu			
de 25 a 26%	Ovar			
de 60 a 62%	"Portos da Comarca"			

Fonte: AMA - n. 122, 131, 143, 152- Livros guias de fianças de sal

Em 1750 e 1771, o destino do sal espalha-se por uma multiplicidade de pequenos portos, bem descriminados, desde Pessegueiro do Vouga, limite da navegabilidade do rio Vouga, até aos diferentes esteiros e caminhos de água do Cértima, Águeda e braços da Ria. Porém, o ano de 1788 mostra algumas alterações, sendo a principal uma redução das quantidades destinadas a Ovar, em favor do "saco anónimo" dos "Portos da Comarca"; mas devia ser porto importantíssimo atendendo à cota de consumo assinalada, pois que, em 1805,

quando se registam entradas de sal da Figueira, Lisboa e Setúbal, Ovar absorve 34.4% deste sal [ver Quadro 8]. Ilhavo, que ocupava lugar destacado na absorção de sal, deve ter encontrado fórmulas de adquiri-lo, directamente, nos pontos abastecedores, porque diminuiu a sua cota de consumo, apesar da sua crescente actividade piscatória. Em contrapartida, em 1799, Salreu desenvolveu o seu protagonismo, como esteiro fundamental para as freguesias de Beduído, Veiros, Fermelã, Angeja e outras, em redor

A Figueira, que em 1771 chegou a consumir sal de Aveiro (até 5%), pelo menos em 1788 regista uma importância crescente na superação das carências locais, confirmada em 1799 (e 1805, ver Quadro 4); entretanto, os centros produtivos de Setúbal e Lisboa vão-se infiltrando no comércio de Aveiro.

O mercado de Ovar, pelo seu peso ou oscilação, merece uma maior reflexão, pois que passou dos 55 a 75%, respectivamente, em 1750 e 1771, para cotas inferiores de 17 a 26% em 1788 e 1799, respectivamente, tanto mais que se sabe da instalação, no local, de fábricas de salga de sardinha, desde 1774. Podemos pôr a hipótese de Ovar perder o seu papel redistribuidor do sal para os caminhos do interior, e para, sobretudo, o consumo nas suas "fábricas"; é o que parece apontar o desabafo do pároco da freguesia de Olival, em 1758, ao indicar o fraco comércio, pela perda do tráfico de sal: "*o sal vinha de Ovar mas há anos que se não fabrica naquelas marinhas*"[135]. Efectivamente, ainda se construíam marinhas em Ovar, nos inícios de XVII como já vimos, mas em 1758 nada existia, o que pressupõe tratar-se de sal, proveniente das marinhas de Aveiro, via Ovar.

Se compararmos as quantidades, expressamente destinadas a Ovar, com as que passaram a entrar, sob a designação de "Portos da Comarca", parece-nos que terá embarcado, até então, sal que, tradicionalmente, se situava sob a designação de Ovar, e que se destinava a outros portos fluviais em redor, ou mais afastados, mas via cais de Ovar. Confirma-se pelos cálculos seguintes:

[135] ANTT-MP. v.26. f. 154.

QUADRO 10

Sal destinado a Ovar e Portos da Comarca

Data	Ovar		Portos		Ovar+Portos
	Contos	%	Contos	%	%
1750	1366	56.4	-	-	65.4
1771	1831	72	-	-	72
1788	398.4	17.3	1612.4	71.7	89
1799	224.3	25.1	546	61.1	86.2

Fonte: AMA - n. 122, 131, 143, 152- Livros guias de fianças de sal

Tendo em conta as entradas em 1805, claramente definidas para Ovar, cerca de 336.4 contos ou 34.3% [ver quadro 8] podemos estimar, que, para aquela vila, era necessário no mínimo, entre os 300 e os 400 contos (veja-se anos de 1788 e 1799), para acudir às necessidades locais da pesca, salga e mesmo mercancia. É que o sal, muito provavelmente, acompanhava os mercantéis da sardinha salgada que, a partir de Ovar, comprovadamente, desde 1806 faziam as suas expedições de Ovar para o Vale do Douro pelo Porto e Crestuma, ou para a Beira por Águeda e Albergaria[136].

Resta estabelecer o calendário destas vendas, que contrasta com o comércio, através da Barra. Os Anexos 9 e 10 e gráficos respectivos, 15 e 16, elucidam, rapidamente, este aspecto. Pela Barra, as vendas cresciam, a partir de Junho até Setembro, acompanhando, aproximadamente, a safra salineira e a melhoria das condições de navegação. A comercialização fluvial, interna, local, regional, obedece a outro critério: os melhores meses situam-se de Setembro até Dezembro. Por esta altura, as águas sobem pelos canais e rios mais assoreados, permitindo uma melhor navegabilidade. Por outro lado, o calendário das colheitas impõe as suas exigências: a matança do porco e respectiva conserva (salga); ainda a salga da sardinha (armazenamento para Invernos), complemento alimentar dos animais e tempero da terra. Interessante economia doméstica!

4 - Variações de preços e crises

[136] GRAÇA, Serafim Soares da - *Águeda Antiga...*, *o.c.*, p. 57, nota 2.

Gráfico 15
Distribuição média, mensal, do sal saído pela Barra
1692 a 1739 e 1770 a 1779

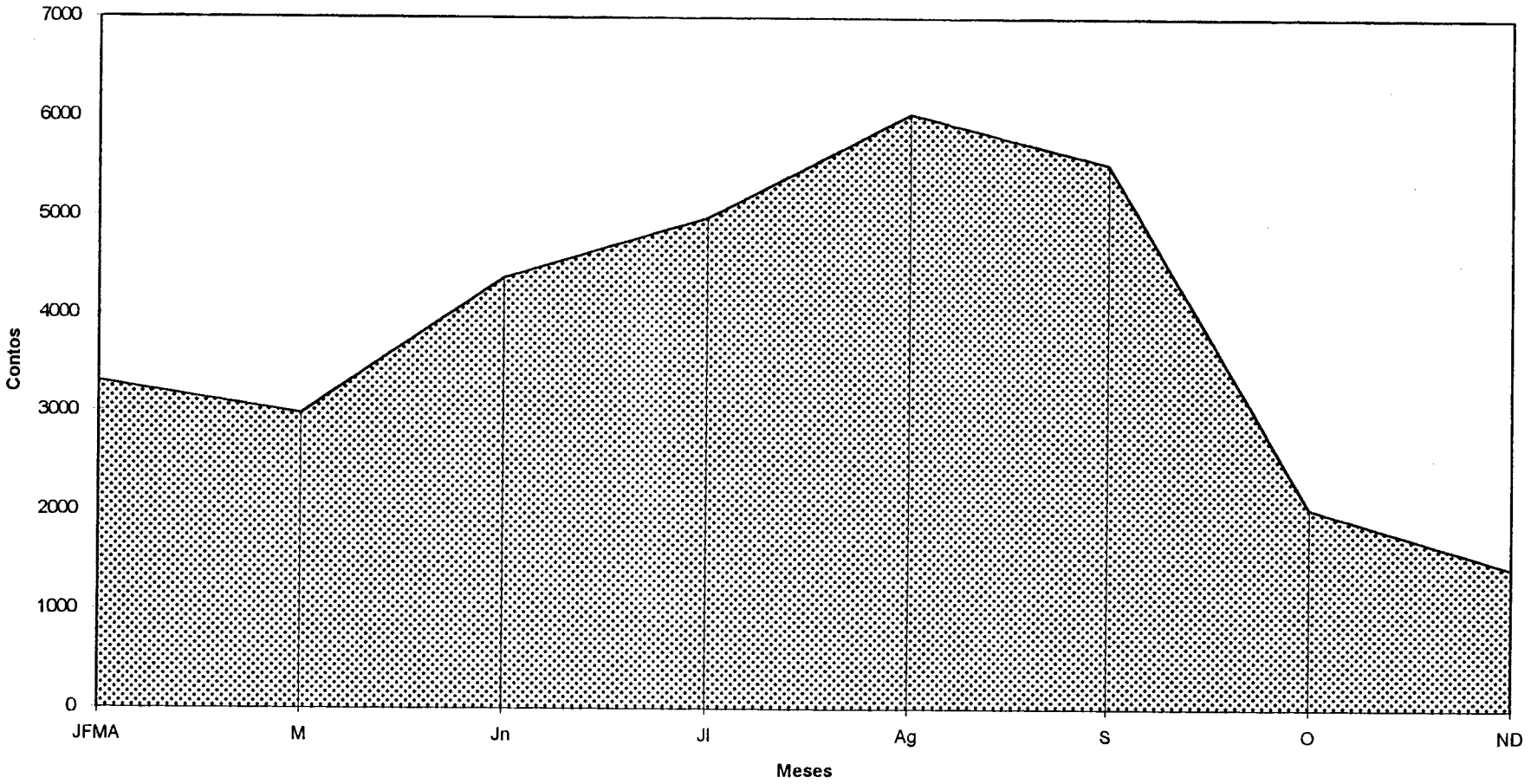
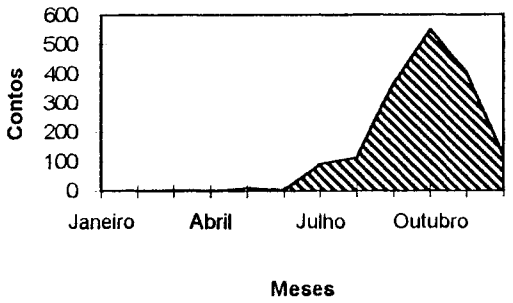
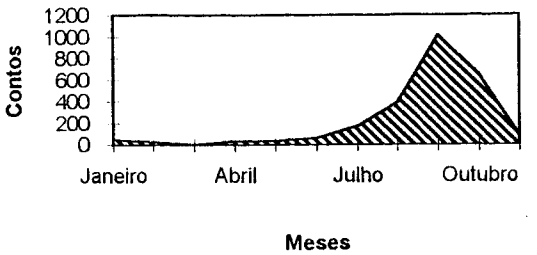


Gráfico 16

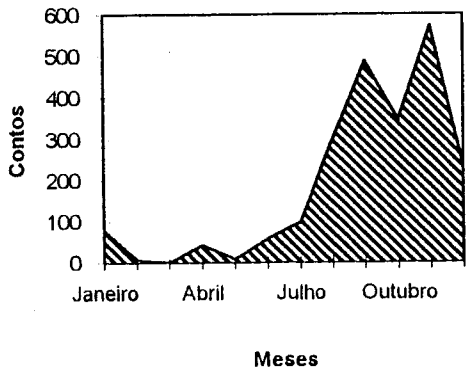
Distribuição mensal do sal saído pelos Portos Secos em 1750 (em contos)



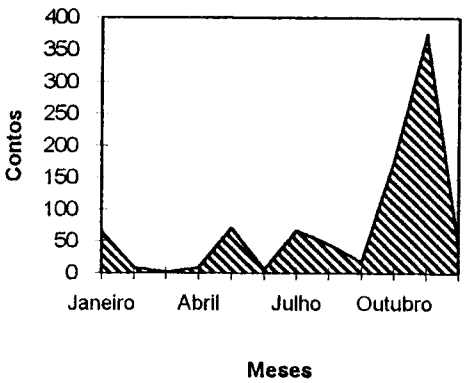
Distribuição mensal do sal saído pelos Portos Secos em 1771 (em contos)



Distribuição mensal do sal saído pelos Portos Secos em 1788 (em contos)



Distribuição mensal do sal saído pelos Portos Secos em 1799 (em contos)



Este é o último aspecto nesta abordagem, sobre o qual pouco se sabe, à excepção do que Virgínia Rau compilou para Setúbal, embora aí, os preços fossem, oficialmente, tabelados, tentando fugir às oscilações do mercado. Vejamos o que se passa em Aveiro.

A - As séries de preços

Note-se que, apesar da Vereação da cidade indicar, várias vezes, preços de produtos alimentares, nunca, apesar de tão correntemente falado, se indica o do sal.

Os que aqui compulsámos dizem respeito, assim como aconteceu com os cereais, aos praticados pela Misericórdia de Aveiro, um dos grandes proprietários de marinhas, como vimos atrás. As séries, não são, infelizmente, contínuas, mas surgem registadas nas rubricas dedicadas à administração das marinhas, onde se apura aquele sal que, ao ser vendido, era dividido entre marnoto e Misericórdia[137]. Algumas explicações:

. até 1740, o milheiro era a unidade em que o preço era indicado; daí para a frente era o conto; é desta última medida e do moio, como termo de comparação com Setúbal, que daremos o preço;

. o preço é o de venda pela Misericórdia, cujo destino tanto era pela Barra como para portos fluviais, mas não inclui os preços de revenda que o frete variável, segundo o destino, acrescentaria;

. o ano considerado é o ano administrativo, próprio da Misericórdia, seja de Julho, a Junho do ano seguinte; logo, quando, por exemplo, aparecia o preço de Julho de 1704 a Junho de 1705, atribuíamos o preço ao de 1705, visto as receitas assim serem contabilizadas;

. por vezes, para a mesma marinha, tínhamos mais do que um preço, atribuíamos o mais alto, sinal de maior ou menor abundância, e comparávamos as receitas das diferentes marinhas;

. nem todas as marinhas registavam os preços, logo eles não foram retirados, uniformemente, dum mesmo lugar, duma mesma realidade.

[137] ASCMA-Livros da Receita e Despesa da Santa Casa. n. 187 a 212 (consecutivos).

Tendo em conta todas estas dificuldades, não encontrámos, de momento, outra forma de obter este indicador do mercado. A partir do gráfico 17 e Anexo 11, observe-se os grandes vazios de informação. Mesmo assim, assinale-se:

. a grande variação de preços, em anos sucessivos;

. maiores picos em 1697, anos, praticamente, consecutivos de 1710 a 1713, de 1796 a 1799 e 1804, 1810 e 1811;

. preços bastante baixos de 1717 a 1720, de 1741 a 44, e sempre em descida, de 1771 a 1780.

Em suma, assinalam-se grandes variações, verificando-se preços mais altos, na 2ª década do séc.XVIII e inícios de XIX.

B - Crises de produção ou de comercialização?

Tentemos articular estes preços com as informações qualitativas, acerca da produção e comercialização do sal, sobretudo pela Barra; veja-se gráf.18:

. de 1693 a 1703, a grande variação dos preços parece resposta à procura; em 1697 aumenta, extraordinariamente, o preço; a venda retrai-se; qual deles é causa do outro?

. de 1710 a 1713, um ano de inundações parece ter perturbado a produção, já o vimos atrás; os preços sobem abruptamente em 1710, no ano de 1711 parecem acalmar, mas, em seguida, há um novo pico até 1713;

. de 1740 a 1744, o preço do sal é bastante baixo e não se registam vendas; a procura declina;

. de 1771 a 1780, os preços descem, paralelamente, à comercialização do sal; sabemos, como indicámos atrás, que os anos de 1775 e 1776 foram anos de colheita abundante, o que se reflecte nos preços, tanto mais que as saídas, pela Barra, diminuem acentuadamente, sobretudo desde o abundante ano de 1775;

. a partir de 1796 os preços não mais descem, a não ser em 1809, fruto provável do efeito psicológico e da abertura da Barra, porque logo, no

Gráfico 17
Preço do conto de sal, em Aveiro (1692 a 1814)

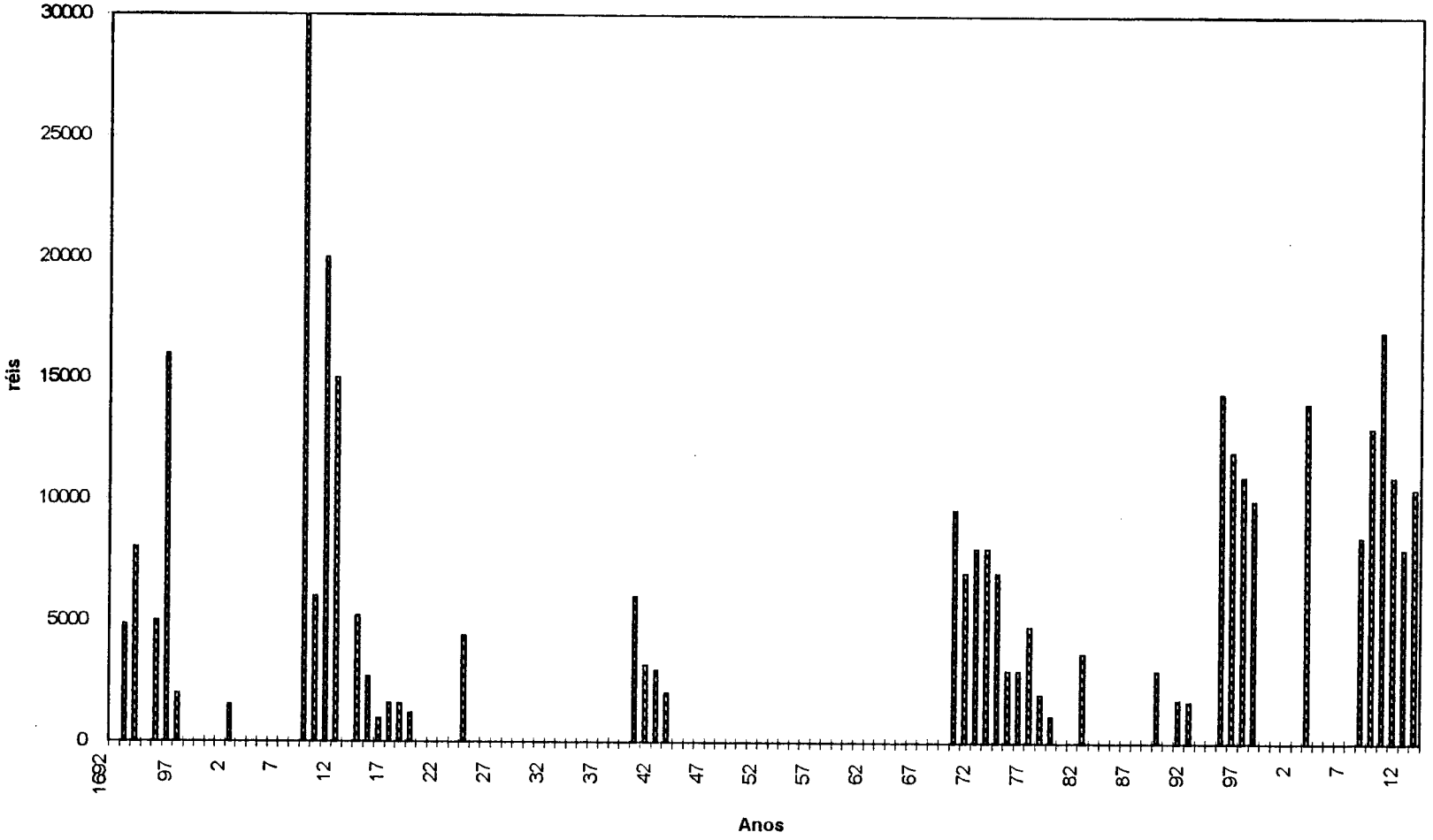


Gráfico 18
Saída de sal pela Barra para portos portugueses e estrangeiros
1692 a 1814, em moios, e preço do moio

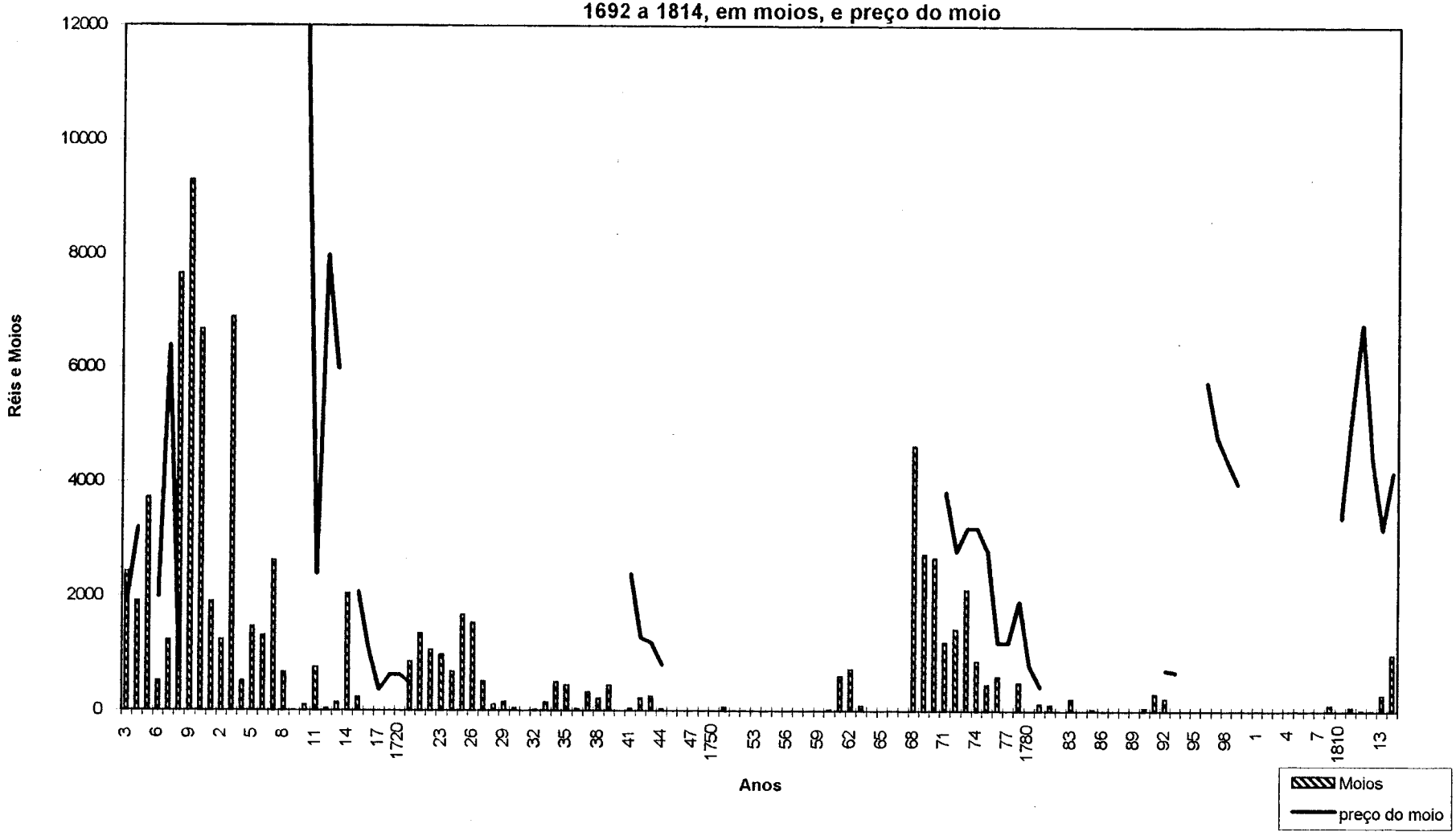
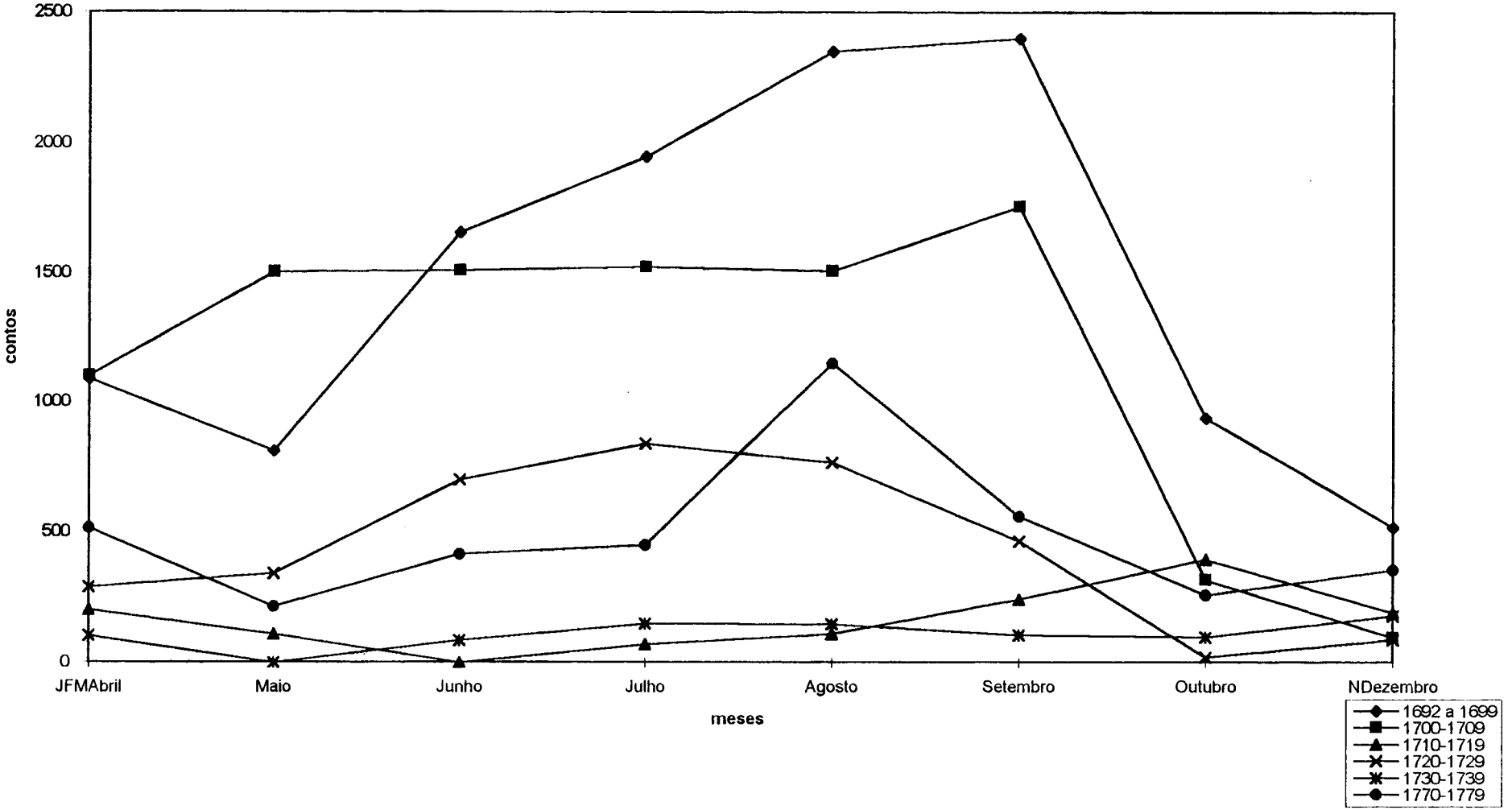


Gráfico 19
Distribuição média mensal do sal saído pela Barra
nas décadas de 1692 a 1739 e 1770 a 1779



ano seguinte, voltou a subir de preço, pois as vendas pela Barra parecem aumentar.

Tentámos agora outra metodologia: somámos, por décadas, as saídas pela Barra, mensalmente, partindo do princípio e sabendo, efectivamente, que o ritmo de produção salineira se verificava, à volta do pico de Julho e Agosto. Assim sendo, sempre que se verificassem vendas acentuadas, fora desse calendário, tratava-se de décadas em que a produção anterior não foi absorvida pelo comércio. O gráfico 19 sugere-nos o seguinte:

. 1ª década: 1692-99, período de produção abundante, com maior frequência de anos que seguiram o ritmo normal de produção, de Junho a Setembro e respectiva venda;

. 2ª década: 1700-1709, as vendas começam, em alta, desde Maio, sempre constantes, seguidas de pico, em Setembro; parece continuar a escoar as boas safras anteriores;

. 3ª década: 1710-1719, esgotados os stocks, as vendas só em Outubro sobem ligeiramente, o que pode indicar colheita tardia; lembremos que é, neste período, entre 1710 e 1713, que se dão os mais altas preços das medidas de sal; segue-se uma boa colheita, porque em 1717 o sal desceu de 13500 o milheiro para 4800; os preços estão baixíssimos;

. 4ª década: 1720-1729 desde Junho e Julho vende-se bem; pode ser já resultado da safra da década, mas pode ser ainda sal da boa colheita anterior; mas de Agosto e Setembro pouco se vende, declinando mesmo, a venda; fica certamente, em stock, ou se perdeu e, logo a seguir, veríamos preços em alta; infelizmente não os temos;

. 5ª década: 1730-1739, quase não há oscilações nas vendas; não há registo de preços para esta década, mas, nos anos que se seguem, 1741 a 44, os preços são baixíssimos;

. 6ª década: 1770-1779, a repetição da curva clássica em que a venda se faz, à medida que se colhe, sem stocks anteriores.

Parece-nos que o comércio do sal nas 2 primeiras décadas, até 1709, se fez, durante todo o ano, o que pressupõe esgotamento de stocks, tendo em conta as características da produção de Aveiro. A 2ª década, de 1710 a 1719, pode significar duas coisas: por um lado, esgotamento de produção, por outro,

restrição da procura, causas internas e externas que, por sinal, coincidiram; de 1720 a 1729 novo fôlego, não mais repetido.

A contabilidade das marinhas da Misericórdia pode ajudar a esclarecer melhor, desmentindo ou confirmando esta ideia que parece sobressair: a existência de sal que ninguém quer comprar:

QUADRO 11

Indicação dos anos em que se não vendeu sal das marinhas da Misericórdia de Aveiro

Nome marinhas	Informações
S.Roque	por vender a safra de 1718-19; em 1736/37, vende-se o de 1735/36; nada se vende de 1745 a 1754
Entortas	por vender os anos de 1718/19, 22/23; 32 a 33; em 1748/49, vende-se o de 1746/47 e 1747/48;
Remelha	nada se vende de 1728/29 a 1732/33, de 1746 a 48; em 1748/49, vende-se a "novidade" de 1744;
Volta dos Anraboinhos	não se vende a safra de 1718/19; no ano de 1745/46 vendeu a de 1744 e ainda algum do mesmo ano;
Corcovada	do ano de 1717 a 1719, "todo por vender"; de 1723/24 não se vendeu; 1724/25, apenas 14 contos para os galegos [safra do] ano passado"; 1734/35 vendeu de 1732 a 1734; 1736/37, vendeu da safra dos dois anos anteriores;
Santos Mártires	1717/18 "todo por vender";
Garra	em 1726/27 vendeu a colheita do ano de 1724/25; em 1733/34 vendeu o de 1732 e do próprio ano;

Fonte: ASCMA -Livros da Receita e Despesa da Santa Casa, n.187 a 212(consecutivos)

Este conjunto de dados parece provar que, não obstante se verificarem colheitas sucessivas de sal, houve uma certa retracção da procura, acumulação de stocks, marasmo efectivo da comercialização que, na nossa perspectiva, explica o abandono de algumas marinhas. Quer dizer, a ideia, sempre difundida, de que a Barra restringiu a produção pelo assoreamento e acumulação de águas, não permitindo chegar a água salgada aos viveiros e restantes compartimentos duma marinha, deve ser reduzida à sua escala. Também a diminuição do comércio retraiu a oferta e, perante os elevados custos de fabrico das marinhas de Aveiro, como vimos atrás, não justificava produzir, pelo encarecimento da mão de obra, pelas crises demográficas, na 1ª metade de XVIII e pelas outras solicitações, entretanto surgidas, na 2ªmetade do século.

Propomos assim uma cronologia:

. 1692 a 1717, anos de produção e consumo sucedem-se, sem sobressaltos;

. de 1717 em diante, as colheitas repetem-se e acumulam-se; os principais clientes, os galegos, afastaram-se, e as boas vendas não mais se repetem; as áreas de produção vão, inevitavelmente, restringir-se; de tal forma, que, como vimos em 1750, mesmo para os Portos Locais, há que recorrer ao sal de Setúbal, ainda que em percentagens que não ultrapassam os 5%;

. na década de 70, a produção foi abundante, mas o comércio, pela Barra, diminuiu muito; aliás, o mercado de Aveiro é cada vez menos externo e muito mais regional;

. efectivamente, só a partir de 1791, o fecho da Barra passou a ser a justificação para a perda da produção; os preços, de final de século e inícios de seguinte, evidenciam-no e as entradas de sal, de fora, pela Barra, reforçam-no.

As razões de atracção e afastamento da clientela galega já as tentámos apurar, mas registe-se um último factor, relacionado com os preços. Era tradição, em Aveiro, e antiga prática, muito contestada pelos do Porto, nas marinhas só se fabricar o sal do S.João em diante, por razões que, em 1692, uma provisão régia recorda, para contrariar essa prática, ordenando que o produto comece a ser feito mais cedo, coincidindo, precisamente, com as datas de grande comercialização para a Galiza. Vejamos o documento:

"*as marinhas fabricavam tão pouco sal nesse distrito que se queixavam os moradores do Porto necessitavam dele, e em virtude deste documento representais ser utilidade pública não se fabricar mais sal que o que se puder gastar e ter saca, porque fabricando-se muito valerá barato, e será maior o custo da fábrica que o rendimento*".

Perante esta posição, ancestral, El-Rei apresenta dois argumentos contrários:

um - "*a maior quantidade de frutos supre a menor dos preços*"; "*no tempo presente porque de necessidade a [saca] há de haver para Galiza porque como não têm marinhas e as desse distrito lhe distam vinte e cinco ou trinta léguas antes as hão-de procurar do que às da França, distando-lhe duzentas léguas*"; "*porque com preço alto não tem tenta os estrangeiros*"; o outro - "*seguindo-se outro dano que é o da falta do comércio das fazendas que trazem para a saca o qual dano não é só da perda dos direitos mas do negócio que aumenta os povos*"[138].

[138] MADHIL.A.G.da Rocha -*Milenário de Aveiro*..., o.c., p. 375.

A experiência de séculos sobrepôs-se à expectativa dos bons réditos que a Coroa alcançaria; e Aveiro era o principal fornecedor.

Um outro aspecto a analisar, relativo à concorrência com os mercados franceses, confirmando aquilo que alguns estudos vinham apontando: era tradição, ao longo de XVII, embarcações francesas, em ocasiões de falta local de sal, optarem pelos portos portugueses, como declaradamente se verificou nas marinhas de Brouage, do Noroeste francês[139]. Mas, para o séc.XVIII, esta complementaridade não parece perfeita, verificando-se antes uma simultaneidade de crises ou bons anos:

- 1698-1703: bons anos nos dois locais;

-1711-15: indica inundações para Brouage que destruíram as colheitas e, sem stocks, porque tudo fora vendido nos anos anteriores, com subida bruta, acompanhada de motins e conflitos vários; em Aveiro, houve inundações no ano de 1708, subida de preços de 1710 a 13; mas em 1714, 8 barcos franceses, de Baionne, entram em Aveiro, e saem 7 para o mesmo destino. Nunca mais se repete esta presença francesa [ver Anexo 6 e 8]. Esta justifica-se pelo facto de acontecer no intervalo, entre o tratado de paz com a França em Abril de 1713 e com a Espanha, em Fevereiro de 1715[140]. Repetindo a vocação de sempre, pelo menos nos sécs. XVII e XVIII, o porto de Bayonne, em tempo de guerra, voltado sobretudo para o mercado espanhol, tornava-se indispensável no trânsito das mercadorias do resto do mundo Atlântico para a Espanha, via Bayonne. A fronteira tornava-se porosa, o contrabando era inevitável[141];

- 1715 a 1765: verificou-se o marasmo dos preços, tal como em Aveiro, e ainda o mesmo comportamento da curva de preços e comércio de sal em Setúbal, por razões comuns a toda a Europa: a subida do preço dos fretes dos barcos, em consequência da guerra anglo-espanhola, perturbando a circulação marítima;

- finalmente, de 1765 a 1775, contrastam: em Brouage, más colheitas sucessivas provocam subida de preços, enquanto em Aveiro, conseguem-se boas

---

[139] DELAFOSSE, M. , LAVEAU, Cl. - *Le commerce du sel de Brouage aux XVII et XVIII siècles*..., o.c., p. 118.

[140] SERRAO, J. Veríssimo - *História de Portugal*..., *o.c.*,v. 5, p. 241.

[141] PONTET-FOURMIGUÉ, Josette - *Bayonne, un destin de ville moyenne à l'époque Moderne*..., *o.c.*, p. 481.

médias; Aveiro vende, mas já não tanto para o mercado externo; desconhece-se a presença de barcos franceses em Aveiro, porque era a Setúbal, como refere V. Rau, que se dirigiam[142].

Jean Claude Hocquet explica muito bem a conjugação de preços com o transporte que se adapta, perfeitamente, ao caso de Aveiro:

"é preciso notar que no coração das regiões de consumo, onde a população é numerosa, os custos de produção podem ser elevados [...], porque são compensados pela brevidade das distâncias a percorrer para atingir os centros de consumo. Ao inverso, sobre a periferia, as vastas salinas devem fazer baixar os seus custos de produção e produzir um sal solar de boa qualidade e grande quantidade, a fim de equilibrar os custos de transporte, navegação, muito elevados, para os consumidores afastados"[143]. Curiosamente, El-Rei, disse-o em 1692, na carta régia que, acima, transcrevemos, *"a maior quantidade de frutos supre a menor dos preços"*.

Foi medida que resultou por pouco tempo; os preços subiram e Aveiro não consegue reduzir os custos; antes pelo contrário, ao abandonarem-se marinhas, porque o consumo decrescia, desprotegiam-se as que lhes estavam próximas, despendendo-se mais na sua preparação, o que agravava o preço. Estes custos não favoreciam o contacto com mercados mais distantes.

Tal constatação ajuda a compreender o contraste com o mercado de Setúbal; na verdade, comparando o preço do moio com o de Aveiro, as diferenças são flagrantes. Veja-se gráf.20:

. em Setúbal, não só os preços eram tabelados, como apresentam poucas amplitudes;

. embora se verifique a simultânea subida nas duas curvas, na viragem da 1ªdécada de XVIII, em Setúbal ela foi muito mais atenuada;

. nos restantes anos, descem os preços nos dois mercados mas, em Setúbal, são muito mais estáveis, por conseguinte, preços praticamente constantes.

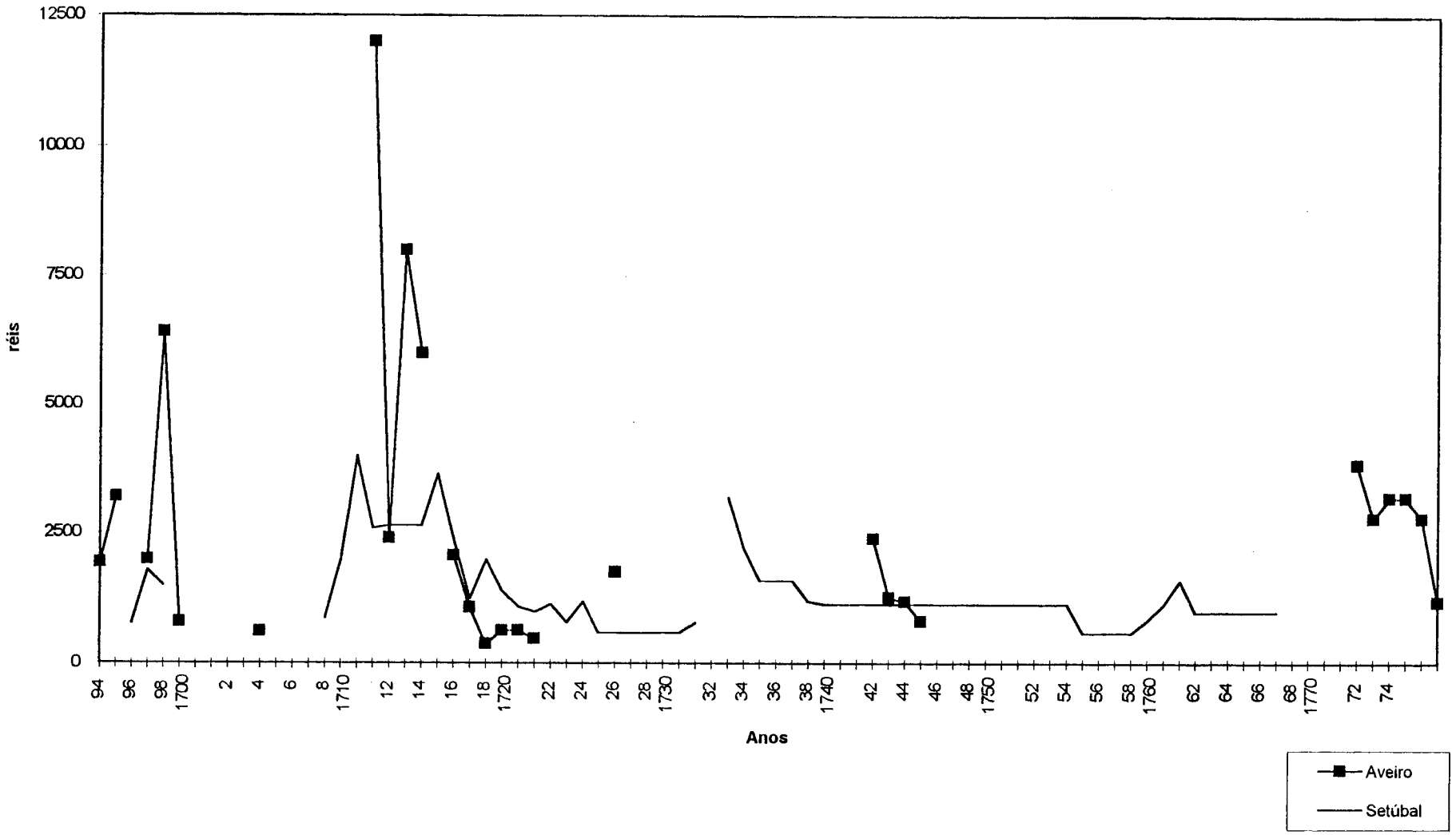
Em suma, a fortuna de Aveiro, à volta do sal, fez-se com os galegos; o seu afastamento, por uma diversidade de circunstâncias, não foi colmatado por outros quaisquer mercadores, tanto mais que Aveiro não oferece nem preços, nem mercadorias, suficientemente atractivas, que fixassem novos

---

[142] RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal. . .* o. c. , p. 290: no séc. XVIII, *"a França continua figurando como comprador, e não dos menores"*.

[143] HOCQUET, Jean Claude - *Le Roi, le marchand et le sel..., o.c.*, p. 347.

Gráfico 20
Preço do moio de sal em Aveiro e Setúbal (1693-1776)



clientes. Os Ingleses pouco vêm a Aveiro, o comércio é mais regional, e o Porto fazia o transbordo para esses barcos internacionais.

Aveiro, à sua medida, vai sentir os efeitos da conjuntura internacional. O aumento dos custos de frete e as alterações políticas e económicas diminuem os fluxos de comercialização do sal, tal como acontece em Setúbal[144], como indicámos atrás. Mas, quando se reanimam, na década de 70, alterou-se a origem dos compradores: Suecos, Dinamarqueses, Nórdicos que, apesar de aparecerem em Aveiro, fazem-no muito esporadicamente: nem os preços de Aveiro compensam, nem o comércio local atrai, e a Barra "começa" a não permitir. Por outro lado o comércio torna-se mais regional que internacional; Aveiro é porto pouco visitado, o Porto e Viana arrebatam-lhe o seu papel de redistribuidor. Desde então, é a vez de a Barra, efectivamente, "*entupir*"; o sal sobe de preço, e até 1808, só a Ria se percorre, cada vez com menos sal, ou com sal de outras origens.

A Figueira, desde finais da década de 70 terá preenchido as falhas que Aveiro sentia, junto das clientelas habituadas ao mesmo tipo de sal, crescendo à custa de Aveiro? Muito provavelmente. Ainda em princípios do séc.XVIII eram poucas as marinhas da Figueira, e o fabrico do sal apenas supria o consumo ordinário, importando mesmo algumas quantidades[145]. Entretanto, a barra da Figueira acolhia, cada vez mais, barcos estrangeiros, sendo, desde finais de 70, considerado dos mais visitados por embarcações estrangeiras, justificando até um alargamento dos quadros da pilotagem[146]. Estes barcos carregavam o sal que, desde 1757, começa a ser exportado pela Barra da Figueira[147].

Apontamentos dispersos, apontam o crescimento da Figueira, não como factor da decadência do sal (e comércio em geral) de Aveiro, mas aproveitando o declínio deste, introduzindo a produção local nos tráfegos crescentes que está a desenvolver; desta forma, dinamiza a sua actividade salícola. É hipótese bem provável.

---

[144] RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal. . .* , o. c. , p. 290.
[145] ROCHA, António Santos - *Materiais para a História da Figueira nos sécs. XVII e XVIII...*, *o.c.*, p.73.
[146] Id. , *Ibid.* , p. 201.
[147] Id., *Ibid.*, p.204.

C - O fim da 'monocultura' do sal

Talvez por esta perda de interesse pelo sal de Aveiro, atendendo a todos os factores apontados, surja, principalmente, desde a década de 70 do séc.XVIII, todo um conjunto de medidas, no sentido de diversificar as restantes actividades económicas: pesca, indústria, comércio que, ao conduzir as novas produções, encaminhe, igualmente, o sal, actividade que, durante muito tempo fez a sua fortuna. Esta hipótese explica, em parte, o interesse pelas salinas de indivíduos, até então, desconhecidos, como sejam, os Guerner, que eram, simultaneamente, compradores de marinhas (em Aveiro e Figueira), e consignatários de barcos portugueses ou estrangeiros, onde embarcariam, entre outros produtos, o sal, assegurando o seu escoamento, independentemente do seu preço.

Mas a consequência, mais imediata, do abandono das marinhas, talvez fosse o desenvolvimento de outras actividades, na própria Ria: a colheita do moliço e a pesca. Os contemporâneos sabiam-no muito bem e, a este propósito, já nos finais do século passado, escreveram claramente, sobre isto; a (talvez) longa citação que apresentamos, repartida por itens, prova-o bem: "*o mau estado da barra, todas as vezes que se repete, tem, sobre a indústria salineira uma acção duplamente desastrosa,*

.não só o sal deixa de ter saída em consequência da suspensão da navegação marítima, e o preço baixa consideravelmente,

.mas sendo a quantidade de água do mar entrada pela barra insuficiente para dar às águas de toda a zona salineira da ria a salsugem necessária para o trabalho da salinação, um certo número de marinhas não pode fazer sal, outras o fazem em quantidade não suficientemente remuneradora;

.nessas condições é preferível aos proprietários explorar de novo nos respectivos terrenos a produção de moliço: destroem os muros de vedação da salina, para que as águas das marés possam entrar livremente, e bem assim os barcos destinados a apanhar e transportar o dito moliço;

.por estas razões, e porque ao mesmo tempo os moliços iam adquirindo valor crescente, um grande número dessas marinhas não se reconstruiu mais, e os terrenos em que existiam são explorados pelos respectivos proprietários como praias de produzir moliço".

E completa com o exemplo da marinha da "Garra" da Misericórdia, que, por duas vezes, durante o século XIX, deixou de ser marinha para ser praia de moliço[148]; uma dessas vezes foi no ano económico de 1813/14 "*alagou-se depois de grande despesa*"[149]

A pesca na Ria seria a outra alternativa. Não é por acaso que os proprietários das marinhas se queixam contra os que pescavam dentro das suas propriedades, levantando "*diversos marachões para as pescas*", isto em 1809[150], logo após a abertura da Barra. Geralmente, entram na salina, durante a época de repouso, peixes, crustáceos e moluscos (enguias, tainha, robalo, dourada, solha, amêijoa, camarão) e, quando fosse esvaziada, seriam capturados e vendidos[151]. Esta actividade, actualmente proposta como alternativa económica, aquacultura, seria prática artesanal, sobretudo quando a feitura da salina não se justificava.

Enfim, Aveiro não pôde viver, por muito mais tempo, do sal. O protagonismo que sentiu, em tempos, à volta deste produto, não mais regressará...

---

[148] MADAHIL, A. G. da Rocha - *Subsídios para o estudo da propriedade alagada na zona de influência da Ria de Aveiro...*, *o.c.*, p. 184.
[149] ASCMA-n. 354-L. Marinhas.
[150] AMA-LV, n. 9, ss. 22/8/1809.
[151] VIEIRA, Maria da Natividade - *Ecologia das Salinas...*, *o.c.*, p. 2.

CAP. 7 - A INDÚSTRIA

A indústria portuguesa tem sido estudada à volta dum conjunto de premissas: o Tratado de Metwen e os limites da sua influência[1], os arranques industriais alternando com as conjunturas favoráveis à actividade comercial e colonial[2]; as iniciativas do Conde de Ericeira e D.João V, limitadas por uma preferência pelo comércio colonial e a fiscalidade sobre esse comércio[3]; as medidas de Pombal, através dum enquadramento jurídico, incentivos fiscais, financiamento e contratação de peritos, que conduziram a um certo enraizamento dos estabelecimentos industriais que à sua sombra se haviam estabelecido[4]; e o Tratado de 1810 de abertura dos portos brasileiros à oferta

---

[1] Entre os efeitos devastadores da concorrência inglesa nomeiam-se: a entrada de tecidos ingleses, saída do ouro brasileiro, expansão da vinha entregue a um nicho de interesses (em grande medida também britânicos), retrocesso de outras culturas, falha de sectores produtivos, balança comercial desequilibrada, particularmente com a Inglaterra (SIDERI, Sandro - *Comércio e Poder...*, o.c., p.64 e segs). Perspectiva desmontada por MACEDO, Borges de - *Problemas de História da Indústria portuguesal..., o.c.*,que outros desenvolveram: o vinho de Portugal era o único produto português capaz de sustentar a competição internacional; a Grã-Bretanha desenvolvera posição fundamental na comercialização de outros produtos como o bacalhau e cereais, bem mais importantes do que os produtos manufacturados; os embaraços dos sectores produtivos nacionais são anteriores ao tratado de Methuen e às primeiras remessas de ouro, e as crises de subsistência de inícios de XVIII, assim como as devastações da Guerra de Sucessão fariam sobressair a incapacidade produtiva nacional.

[2] Os "*arranques industriais*" (1670-75 a 1690;1769-70 a 1778;1806-1826(?)) ter-se-íam verificado, alternadamente, com as conjunturas favoráveis à actividade comercial, sobretudo colonial (GODINHO, V.Magalhães - *Prix et monnaies au Portugal..., o.c.*, p.249 a 281). V. Magalhães Godinho aprofundava a discussão entre conjuntura dos preços e salários e industrialização: uma baixa dos preços agrícolas era factor de investimento, pelo peso maior dos salários, mais altos, no cômputo dos custos, o que fomentaria o avanço tecnológico com vista à substituição da mão de obra. Tais concepções não apresentam qualquer contestação para os dois primeiros períodos de fomento manufactureiro: dificuldades do comércio colonial, embaraços no escoamento dos produtos coloniais, com afundamento dos preços e, se em 1770 o tabaco resiste à baixa e o vinho atravessa uma fase favorável, a contracção das remessa de ouro, produz uma escassez de meios de pagamento que impõe a promoção das manufacturas. Este consenso esbate-se com o estudo do terceiro arranque industrial, porque a recomposição dos níveis, pós Invasões Francesas, ultrapassa uma simples reelaboração (PEDREIRA, Jorge Miguel - *Industrialização e flutuações económicas, preços, ..., o.c.*, p.278-281).

[3] Borges de Macedo remonta às iniciativas do Conde de Ericeira, apoiadas por uma actividade artesanal ou doméstica, complementar da estrutura agrária, pouco afectada pela concorrência inglesa, a não ser no litoral (MACEDO, Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal...*, o.c., p.120). Não é desta opinião Jorge Pedreira ao considerar que o Estado Joanino revelou um limitado empenho manufactureiro, preferindo-se viver do comércio colonial ou da fiscalidade sobre a extracção do ouro (PEDREIRA, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial..., o.c.*, p.36-37).

[4] É que quando após o fomento Pombalino os tráfegos se recompõem, não se reproduz a recessão industrial; embora restringindo os subsídios às fábricas, transferindo-as para a propriedade e

inglesa que fez renascer a ideia duma concorrência à indústria portuguesa, especialmente têxtil, dos algodões, que perdia o seu principal mercado[5].

A reflexão de Jorge Pedreira, num trabalho recentemente publicado, parece ser um motivador ponto de partida para a investigação: "*persistem muitas interrogações sobre o efectivo alcance das oscilações e dos surtos e do seu impacto na estrutura manufactureira e no conjunto da economia. A inexistência de fontes apropriadas não nos permite proceder, com rigor, a essa avaliação. As variações da produção das indústrias domésticas, dispersas, discretas, mas não menos influentes, são-nos inacessíveis e serão no mínimo temerárias as estimativas da contribuição para a economia do sector industrial e, em especial, das unidades que se constituíram e se desenvolveram durante os períodos de florescimento das manufacturas. Sob o risco de avançar uma afirmação pouco discriminante, imprecisa e, em verdade, impossível de validar, dir-se-á que essa contribuição terá sido exígua, se expressa em relação ao valor da produção global da economia. Porém, de uma perpectiva dinâmica, perante a letargia de outros sectores, não se afigura já tão insignificante e foi mesmo reforçada, em finais do século XVIII, pela maior associação (cuja importância relativa é também impossível de medir) ao comércio ultramarino, sem dúvida a mais pujante das actividades económicas*"[6].

O que aqui tentaremos estudar é a possível aplicação dum programa industrial do Estado, no período Pombalino (1769-1777), num espaço histórico específico, a Provedoria de Aveiro, palco onde se movem as directrizes estatais e interesses locais e regionais, relações centro/periferia, tentando-se avaliar até que ponto as iniciativas estatais foram precedidas ou encontraram condições favoráveis à sua instalação.

Ora é esta perspectiva dinâmica que nos interessa mais; chegar àquela "dispersão discreta", inventariar, avaliar a organização e capacidade tecnológica, a comercialização sempre que possível; atingir, mesmo que só qualitativamente, a produção industrial que escapa aos grandes 'quadros estatísticos' surgidos, sobretudo, na 2ª década de XIX.

---

exploração privadas, o Estado não deixou de as proteger por pautas sobre importações, isenções e exclusivos. As inovações prosseguem, mesmo, no período de subida de preços, a partir de 1789, com as fiações de algodão e, sobretudo, com a estamparia, correspondendo este vigor não apenas a um mercado interior, ou à substituição das importações, mas voltado para o fornecimento às colónias, representando, entre 1796 e 1806, 36% de todas as manufacturas exportadas (PEDREIRA, Jorge M. - *Indústria e flutuações económicas...*, o.c., p.289). O Brasil era o grande mercado. A clarificação de funções entre a Junta do Comércio e a criada Junta da Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres, em 1778, permitiu salvar as empresas que eram viáveis (CUSTÓDIO, Jorge - *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos, de José Acúrsio das Neves..., o.c.*, p.47), numa espécie de "clearing"industrial

[5] ALEXANDRE, Valentim - *Um momento crucial do subdesenvolvimento português..., o.c., p.* 3 a 45, desenvolvido na sua tese .

[6] Id., *Ibid.*, p.63.

Verificar como se repartiam, espacialmente, as actividades mais subtis e despercebidas, como se articulavam, como se relacionavam actividades rurais e tecido urbano, tradicionalmente preenchido por uma multiplicidade artesanal, enfim, estudar "*os lugares da indústria*"[7].

Cap. 7.1. - Inventariação e evolução

Enfim, a história das manufacturas (que a história económica tem privilegiado e tentado explicar), tem que se interessar pela forma como um ofício, sabedoria feita de experiência e arte, transmitida por tradição, se transforma numa "fábrica", com significado comercial, tendendo a substituir a tradição pela racionalidade duma administração e "tecnologia", processo lento, certamente, de combinações múltiplas que nos interessa vivamente[8].

Neste sentido, sentimos grande prazer em romper com a perspectiva, de ver este domínio, em função dum conceito de progresso ou não progresso, que, muitas vezes, acaba por ignorar aquela microeconomia, sem peso aparente, no conjunto da economia, mas de grande dinamismo, galvanizando sectores importantes da população.

1 - Estrutura sócio-profissional: o 'peso' do sector secundário

Não se trata de apresentar, aqui, uma descrição da estrutura social da população da Provedoria, mas antes avaliar o peso do sector secundário e, desta forma, aproximarmo-nos duma realidade quantitativa, raramente mensurável. Mais uma vez, as fontes não permitem uniformidade para todo o espaço histórico; daí, que se recorra a fontes diferentes para a Comarca da Feira e para a de Aveiro, mas que não podem ser ignoradas.

---

[7] Agradou-nos esta expressão e, sobretudo, a forma de abordar a história da indústria em WORONOFF, Denis - *Histoire de l'industrie en France, du XVI siècle à nos jours...*, o.c., p.145

[8] ORTIGUE, Edmond - *Une histoire des fabriques, pouquoi?...*, o.c., p. 241

A - O peso do sector secundário na Comarca da Feira

Em 1801, Columbano Ribeiro de Castro, desembargador corregedor da Comarca da Feira elaborou uma "*Descrição da Comarca da Feira*"[9], rica de informações, característica da sua 'estatística' conhecida já do seu manuscrito, relativo a Trás-os-Montes[10]. Uma das qualidades maiores deste manuscrito é, certamente, o contribuir para a definição profissional duma percentagem significativa da população da Comarca e possibilitar assim, um confronto com as raras fontes, conhecidas, deste tipo[11].

Interessa-nos, em especial, avaliar o peso do sector secundário no que diz respeito ao trabalho doméstico, que, como afirmámos atrás, tradicionalmente escapa às estatísticas oficiais conhecidas, quer à "Relação de Fábricas" de 1788[12], quer à de 1814[13] e subsequentes.

A síntese dos dados de Columbano aparece no Anexo 1, apresentando a estrutura sócio-profissional da Comarca. Note-se que apenas diz respeito a 17.2% do total da população, embora variando esta percentagem de vila para vila e, como seria de esperar, era mais alta nas de menor número de fogos e almas. Considerando a hipótese da população classificada representar, sobretudo, cabeças de casal, multiplicou-se o quociente de almas/fogo pela percentagem de População Activa e obtivemos os valores que se podem ver, no quadro seguinte:

QUADRO 1

População Activa da Comarca da Feira- 1801

Terras	Fogos	Almas	A.quociente %	B.Pop.Activa %	AxB %
Feira	6196	25927	4.2	16.4	68.8
Cambra	1951	8330	4.3	16.6	70.9
Castanheira	173	894	5.2	23.4	120.8
C.Cortegaça	161	708	4.4	28.7	126.1
C.Cucujães	529	1961	3.7	21.1	78.3
C.Crestuma	229	855	3.7	21.1	78.3

[9] AHMF-Sala IX. T/40. Publicamos esta fonte com estudo introdutório: AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801...*, o.c., p. 227 a 285.

[10] MENDES, José Maria Amado - *Trás-os-Montes nos fins do séc. XVIII...*, *o.c.*

[11] SERRÃO, Joel, et alii - *População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do séc. XVIII...*, *o.c.*, p. 748-762.

[12] DIAS, Luis Fernando de Carvalho - *Relação das Fábricas de 1788...*, o.c., págs. 213 a 261; estes dados foram apresentados em quadro por CAETANO, Lucília de Jesus - *A Indústria no Distrito de Aveiro...*, o.c., Quadro X.

[13] NEVES, José Acúrsio das - *Variedades sobre objectos. . .*, o. c. , págs. 241 a 270.

Pereira Jusã	549	2266	4.1	17.0	70.1
C. Sandim	214	979	4.6	20.1	92.1
O.de Azeméis	3856	16487	4.3	15.7	67.0
Ovar	2470	9541	3.9	20.1	77.7
Total	16328	67948	4.2	17.2	71.6

Fonte: *Descrição da Comarca da Feira. . .* o. c.

Os resultados apresentados no quadro oscilam, grosso modo, entre os 60 e os 120%, sugerindo-nos algumas hipóteses:

. as mulheres, raramente, seriam contempladas nas contagens, prática aliás corrente noutros casos congéneres[14]; note-se que não se referem tecedeiras, quando é suposta a sua existência um pouco por toda a parte, como aliás, se verá mais à frente;

. uma subavaliação da população, ocupada na agricultura[15];

. a classificação profissional só de homens a partir dos 7 anos, quando se sabe, como estudou Fernando de Sousa, que, na Comarca da Feira, o grupo de idade, masculino, de 1-6 anos, era de 21.1% em 1801[16].

Independentemente do critério, são estes os dados que possuímos e com que contamos e que apresentamos no Anexo 1 e 2. No sector primário, incluímos jornaleiros, pescadores e lavradores; no secundário, sombreireiros, canastreiros, alfaiates, e outros; e no terciário os restantes, inclusivamente eclesiásticos, criados e criadas[17]. Vejamos, agora, o seguinte quadro:

QUADRO 2

Distribuição da População Activa da

Comarca da Feira em 1801

Sectores	Almas	%
Primário	6304	54.9
Secundário	2947	25.2
Terciário	2439	20.7
População activa	11690	17.2
População total	67948	100.0

Fonte: Anexo 2

[14] SERRÃO. J. et alii. - *População activa e população. . . .* o. c. . pág. 749.
[15] Id., *Ibid.*
[16] SOUSA. Fernando - *A população portuguesa nos inícios do séc. XIX..., o.c.*, p. 128.
[17] Em SERRÃO. Joel et alii - *População activa e população. . . .* o. c. , pág. 753. foi retirada a população religiosa e a designada, por Columbano, como "*sem ocupação*", sectores não activos. e só depois feitos os cálculos percentuais. Nos trabalhos citados a seguir, de Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, nunca se contaram os criados, mas incluiram-se os clérigos, no sector terciário. NAZARETH. J. Manuel, SOUSA. Fernando de - *Aspectos sócio-demográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII..., o.c.* Id. , - *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime-aspectos sócio-demográficos de Coruche..., o.c.*, pág. 61.

Algumas conclusões preliminares, a partir deste quadro e do Anexo1:

- em primeiro lugar, o sector primário reúne uma percentagem esmagadora de ocupação, confirmação do que se sabe, acerca da estrutura ocupacional do Antigo Regime; a predominância das actividades agrícolas representadas, nitidamente, pelo peso dos lavradores (5037, ou 43.1%), à qual podemos juntar os jornaleiros (em quinto lugar, cerca de 601 ou 5.1%); porém, sob esta designação de "lavradores" é provável que se estenda a um leque muitíssimo diferenciado, sobretudo, quando comparado com outros estudos conhecidos, caso de Salvaterra de Magos e Coruche, em que, de forma específica, representam respectivamente 4.12%[18], e 2%[19], ao lado de "trabalhadores", "caseiros", "hortelãos";

- em segundo lugar, o sector secundário, reune 25.3% da população, muito acima dos 9.2% conhecidos para Trás-os-Montes[20], ou Coruche, 16.8%[21], ou Salvaterra, 20.6%[22]. Mas aqui destaca-se, com nitidez, uma geografia industrial: os sombreireiros estão praticamente confinados às Vilas de Oliveira de Azeméis e Cambra, e respectivas freguesias do seu termo.

- o sector terciário envolve cerca de 2439 indivíduos, 20.7% da população activa, abaixo dos níveis de Trás-os-Montes[23], ligeiramente acima de Coruche[24] e Salvaterra de Magos[25], ou seja, dentro dos limites conhecidos. Note-se, porém, o facto das ocupações claramente ligadas ao comércio, se localizarem quase, em exclusivo, em Ovar: negociantes, boticários, almocreves e fragateiros, tão característicos da Ria que se espraia até Aveiro ou Mira, e a que podemos juntar os barqueiros.

Analisando agora, segundo outra perspectiva, ou seja, destacando as profissões com significado relativo ao sector em causa [ver Anexo 1]:

- num admirável segundo lugar, estão os sombreireiros, cerca de 7.3% da população activa, sinal duma predominância profissional, sem paralelo, nos estudos conhecidos: por exemplo, alfaiates (2.7%) e carpinteiros (2.1%) em

---

[18] NAZARETH, J. Manuel, SOUSA, Fernando de - *Aspectos sócio- demográficos de Salvaterra de Magos* . . . , o. c. , p. 371.
[19] Id. - *A demografia portuguesa* . . . , o. c. , p. 61.
[20] SERRÃO, Joel et alii - *População activa e população*. . . o. c. , pág. 754.
[21] NAZARETH, Manuel, Sousa, Fernando de - *A demografia portuguesa*. . . o. c. , pág. 61.
[22] NAZARETH, Manuel, Sousa, Fernando de - *Aspectos sócio- demográficos*. . . , o. c. , pág. 371
[23] SERRÃO, Joel et alii - *População activa e população*. . . , o. c. , pág. 754.
[24] NAZARETH, Manuel, SOUSA, Fernando - *A demografia portuguesa*. . . . o. c. , pág. 62.
[25] NAZARETH, Manuel, SOUSA, Fernando - *Aspectos sócio-demográficos*. . . o. c. , pág. 372.

sétimo e oitavo lugares das profissões anotadas em Trás-os-Montes[26], enquanto em Coruche os sapateiros atingem os 4.3%[27], e em Salvaterra de Magos se aproximam dos 7%[28];

- em terceiro lugar, vem a pesca que ocupa cerca de 5.7% da população activa que, aqui, encaramos como actividade primária e não extractiva, pelo facto de se complementarem, ou seja, nas horas mortas do mar, faz-se o amanho da terra[29], mas cuja complexidade nos levou a dedicar um estudo, mais detalhado, à sua vertente extractiva e transformadora, que seguirá, mais à frente;

- em quarto, quinto e sexto lugares estão: criados, jornaleiros e criadas (respectivamente 5.4%, 5.1% e 5%); caracteriza-os o facto de terem um vínculo contratual com os seus empregadores, mas, enquanto os criados residem com a família para a qual trabalham, os jornaleiros vivem na sua própria casa[30]. Mas este mesmo factor distintivo traduz outras diferenças: é muito provável que os criados fossem jovens e que desempenhassem essa função, no período prévio ao casamento, entre a saída da casa dos pais e o casamento[31]. De qualquer forma, a percentagem indicada insere-se nos valores conhecidos relativamente ao conjunto da população[32]. Inserimo-los no sector de serviços, embora seja certo que podiam, perfeitamente, desempenhar funções produtivas no sector agrícola e artesanal, como foi verificado noutras casos conhecidos[33];

---

[26] SERRAO, Joel, et alii - *População activa e população*. . . , o. c. ,pág. 752.
[27] NAZARETH, J. Manuel, SOUSA, Fernando - *A demografia portuguesa*. . . , o. c. , pág. 61
[28] NAZARETH, J. Manuel, SOUSA, Fernando - *Aspectos sócio-demográficos*. . . , o. c. , pág. 371.
[29] CARVALHO, João Vasco - *Monographia da Freguezia Rural de Ovar..., o.c.*, pag. 64 "*o pescador pobre, que não possue terras suas, torna-se muitas vezes, no inverno, em jornaleiro rural [...]; o pescador de Ovar, quando não pode pescar no alto, mete-se à ria no seu barco e ali, quer pescando quer colhendo moliço ou junco, ou fazendo pequenos fretes, angaria sempre o suficiente para acudir às suas mais urgentes necessidades*".
[30] SILVA, Álvaro Ferreira da - *Família e Trabalho doméstico no Hinterland de Lisboa:Oeiras, 1763-1810..., o.c.*, p. 538.
[31] Id. , *Ibid.* , pág. 539 a 541.
[32] Id. , *Ibid.* pág. 544. Álvaro Silva apresenta o seguinte quadro comparativo: Oeiras, 1763-criados e criadas cerca de 10%; se se juntasse os aprendizes e oficiais mecânicos residentes nas famílias dos seus empregadores, elevava-se a 13%; Guimarães, freguesia de Oliveira, 1760, 19% da população masculina; Salvaterra de Magos, 1788, 8.9%; Coruche, 1789, 6.2%
[33] Id., *Ibid.*, pág. 547:"*a maioria dos criados exerce a sua actividade em fogos dedicados ao trabalho agrícola e industrial (64%), embora exista uma dissemetria de comportamentos relativamente a cada um dos sexos, com as criadas participando em muito menor número nas actividades directamente produtivas*". Nos estudos sobre Salvaterra de Magos e Coruche, não foi tomado, nos cálculos, aquele grupo, pelas dúvidas suscitadas.

- note-se, entretanto, que um conjunto de actividades se destacam não pelo seu valor percentual, mas pelo facto de se confinarem, praticamente, a alguns espaços, como sejam: fragateiros (251), pescadores (666), oleiros (35) e ourives (8), que se concentram, totalmente, na vila de Ovar.

Deste conjunto de aspectos, a análise desta fonte permitiu-nos isolar algumas actividades que, doutra forma, dificilmente se detectariam. Aproximemo-nos dos sombreireiros e veja-se o quadro seguinte:

QUADRO 3

Distribuição dos sombreireiros pelas freguesias em que se estabelecem- 1801

Freguesias	Número	A - %	B - %
S.João da Madeira	161	18.8	12
Carregosa	158	18.4	17.5
Codal	102	11.9	18.2
Arrifana	91	10.6	9.7
Pindelo	75	8.8	11.3
Vila Cova do Porrinho	52	6.0	27.
Cucujães	52	6.0	2.6
Fajões	41	4.8	4.7
Ossela	39	4.6	3.5
Arões	32	3.7	2.9
Outros[34]	53	6.2	-
Total	856	100	-

A - Percentagem relativa ao total dos sombreireiros
B - Percentagem relativa ao número de almas da respectiva freguesia
Fonte: Descrição da Comarca da Feira. . . o. c.

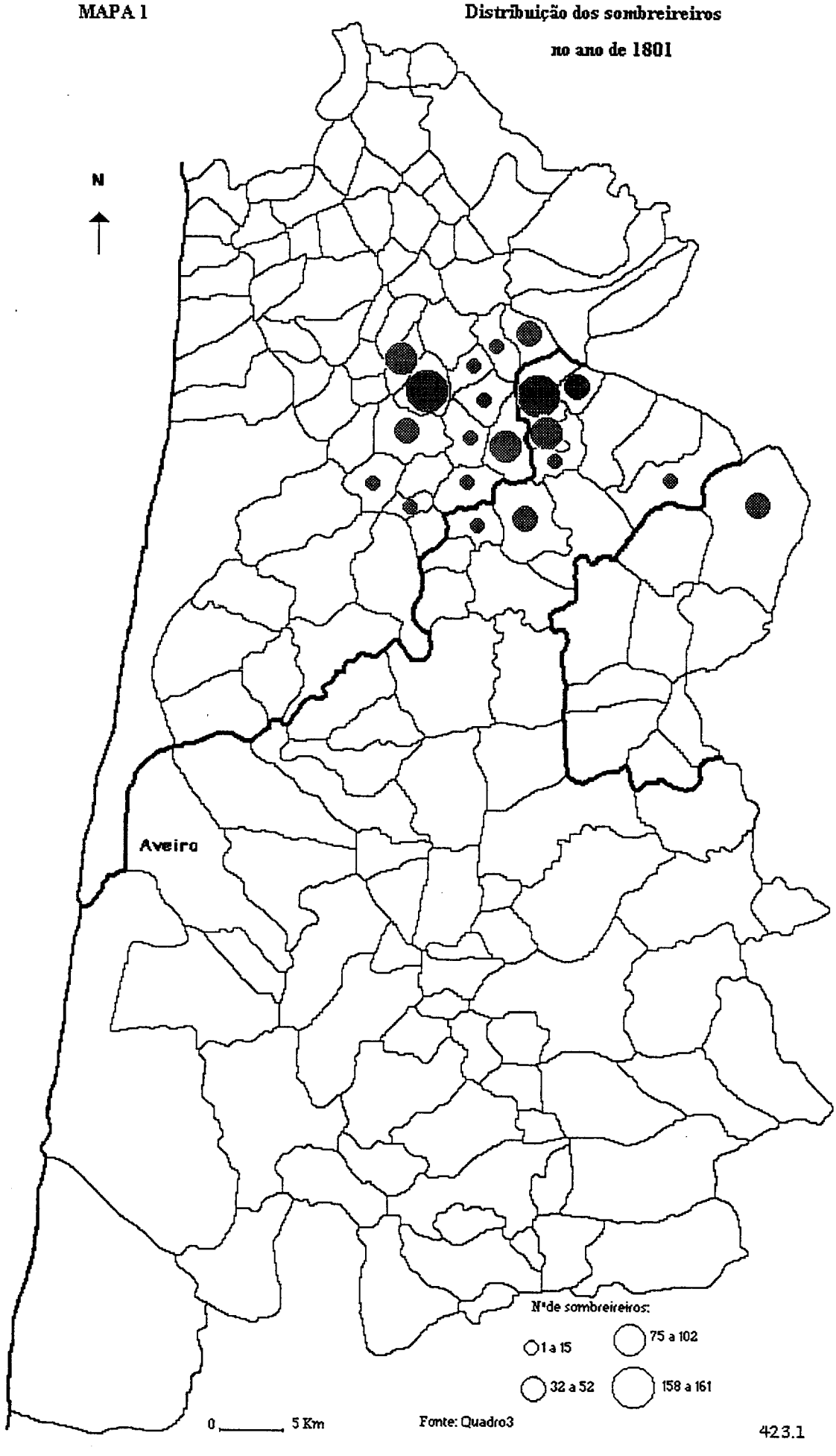
Torna-se interessante cartografar a mancha de ocupação (Mapa 1): S.João da Madeira com 161 representantes, depois Carregosa com 158 casos, à volta das quais se constituiram dois núcleos: o primeiro formado por S.João da Madeira, Cucujães e Arrifana com 304 indivíduos, e o segundo por Carregosa, Codal, Pindelo, Vila Cova do Porrinho e Ossela com 426. Esta distribuição demonstra que, para certas freguesias, como Porrinho, Codal e Carregosa, uma parte significativa da população se dedicava a esta ocupação, como se verifica pela percentagem de sombreireiros relativamente ao número de Almas, em 1801, apoiados certamente, pela proximidade da matéria-prima (lãs) do concelho de Cambra, como Columbano de Castro, aliás, assinalou[35].

[34] Distribuídos pelas seguintes freguesias: Escapães-2, Milheirós-1, Romariz-1, Sanfins-1, Oliveira de Azeméis-10, Cesar-15, Macieira de Sarnes-2, Nogueira do Cravo-7, Macinhata da Seixa-3, Madail-1, Vila Chã de S.Roque-3, S.Martinho da Gândara-1, Cepelos-2, Vila Chã de Cambra-4;
[35] Amorim, Inês - *Descrição da Comarca da Feira. . .*, o. c. , p. 273.

MAPA 1

Distribuição dos sombreireiros

no ano de 1801



42.3.1

Mas tal actividade insere-se, parece-nos, num longo processo de familiaridade com este tipo de trabalho. Na verdade, através dum Livro de "Cartas de Examinaçam" de 1739 a 1741 da Câmara da Feira, o ofício de sombreireiro mostra uma presença maioritária, bem localizada, que o distingue de outros ofícios. Veja-se:

QUADRO 4

Cartas de "examinaçam" passadas pela Câmara da Feira entre 1739 e 1741

Freguesias	af	cp	ct	fd	fr	pd	sb	sp	sr	tc	tc*	tq	Total
Anta		1							7		1		9
Arada						1					1		2
Argoncilhe		1	2			3	2	1		1	3		13
Arrifana	1									1	1		3
Canedo	1		5					2					8
Carregosa	1	1					33				1	36	
Cesar	1						1	1		2	3		8
Cucujães	1	3	2				1			9	2	1	19
Duas Igrejas			1										1
Escariz	1	1			1					2			5
Esmoriz								1			2		4
Espargo	2	2											4
Fajões	1		1			1	2			2	1		8
Fornos			1							3		1	5
Gião			5							1			6
Guizande			1			1				1			3
Lobão	1	3	5					1		1	2	1	14
Louredo			2										2
Lourosa	2	1									2		5
Maceda		2				1					1		4
Mac.Sarnes			1										1
Mac.Seixa	1		1				1	2					5
Mansores										2			2
Milheirós	3							6		2	2		13
Moselos						1				1	1	1	4
Mosteiró	1	1	1							1			4
Oleiros		1		1							2		4
Ossela	2					1	5			1			9
O.Azeméis	1	1		1	1	2	9	4					19
P. Brandão						1							1
Paramos										1	12		13
Pigeiros										2	2		4
Pindelo							8						8
Riomeão		2				1		1			1		5
Sandim	2	2	3	1				3	2	2	1		16
Santins					1			1	1		1		4
Sanguedo								1		1	2	1	5
Silvalde									1		2		3
Souto	1	2				2					1		6
S.João Ver		3			1								4
S.I.Madeira				1			3				1		5
S.Jorge											1		1
S.M.Gândara	1	2	4								1		8
S.Roque			2										2
S.Riba-Ul	1	2		1						1	1	1	7
S.V.Pereira			1								1		2
Travanca											2		2

Vale		1								3	1		5
Válega		1							2		1		4
Vila Maior			1							1	2		4
TOTAL	25	33	39	5	3	16	65	27	11	41	57	6	328

Legenda: af-alfaiate, cp-carpinteiro, ct-canastreiro, fd-ferrador, fr-ferreiro, pd-pedreiro, sb-sombreireiro, sp-sapateiro, sr-serrador, tc-tecedeira, tc*-desistência de tecedeira, tq-tamanqueiro

Fonte: AMSMF-" Livro de cartas de examinaçam"

Profissões	af	cp	ct	fd	fr	pd	sb	sp	sr	tc	tc*	tq	Total
TOTAL	25	33	39	5	3	16	65	27	11	41	57	6	328
% A	8	10	12	2	1	6	20	8	3	13	17	2	100
% B	9	12	14	2	1	6	24	10	4	15	-	2	100

% A - percentagem de cada um incluindo as cartas de desistência de tecedeiras;

% B - percentagem de cada grupo sem cartas de desistência

O grupo dos sombreireiros destaca-se com 65 cartas para um universo de 271, ou seja 24% do total[36], que se encontram concentradas em Arrifana, Carregosa, Oliveira de Azeméis, Ossela, Pindelo e S.João da Madeira, confirmando as frequências, notadas em 1801; atente-se que esta fonte só incluía freguesias do concelho da Feira e não de toda a Comarca e, por conseguinte, nada sabemos sobre freguesias do concelho de Cambra.

O grupo de tecedeiras, apesar de ser igualmente numeroso, 15% do total de cartas, dissemina-se um pouco por toda a parte; curiosamente, ao lado das licenças, surgem as cartas de desistência do mesmo ofício, que achamos por bem acrescentar, o que parece revelar um certo controlo do ofício. Os restantes grupos profissionais também se disseminam, num princípio de estrito serviço às necessidades locais: produzir "quanto baste".

Este enraizamento da actividade de sombreireiros enquadrou iniciativas florescentes, sobretudo, em S.João da Madeira; há quem refira a existência duma primeira fábrica de chapéus naquela freguesia, no lugar de Casaldelo, em 1802[37], originando, rapidamente, o aparecimento de outras[38]:

---

[36] AMSMF-"Livro de Cartas de Examinaçam"1739-1741. Estes livros foram referidos pela primeira vez por AMORIM. Pe. Aires de - *Das corporações de artes e oficios. Taxas e cartas de examinação (séc. XVIII) na Vila da Feira...*, o.c., p. 14 a 19.

[37] Um Grupo de Oliveirenses, cor. - *Annaes do Municipio de Oliveira de Azemeis...*, *o.c.*, pag. 280. Vejamos um quadro das oficinas surgidas na 1ª metade de XIX:

Data fundação	nºfábricas	lugar
1820.1848.1858	5	lugar das Vendas
1802.1822.1833.1853	5	lugar Casaldelo
1852	2	lugar de Pedaço
1859	1	lugar da Quintã
1842	1	lugar de Corgas

"*em tempos a manufactura era principalmente de grandes chapéus sombreiros grossos de lã, usados pelos alentejanos e os chapelinhos de aba revirada, minúscula, ou de testo, adornados de penas e bandas de velutão característico do vestuário das varinas e mulheres de quase toda a Beira marítima; no presente [1944] fabrica também, e em grande escala, chapéus finos citadinos, de pêlo de lã e de palha*"[39].

Jorge Pedreira admite que a indústria de chapelaria, na Comarca da Feira, ocupava numerosa gente, em regime de trabalho caseiro[40], embora sem poder avaliar a sua representatividade. Na nossa opinião, há que repensar a ideia, de que, apenas nos inícios do séc.XX, se concentrarem chapelarias em Braga e S.João da Madeira, deslocadas de Lisboa e Porto[41]; trata-se antes dum retorno, tanto mais que a indústria chapeleira aparece, intimamente ligada à empresa familiar, passando pelo 'atelier' artesanal e pela máquina a vapor, mas sem nunca poder dispensar a mão de obra qualificada[42].

Finalmente, destaquem-se, na contagem de Columbano, os oleiros, cerca de 35, situados exclusivamente em Ovar, actividade confirmada, mais tarde, num inquérito de 1815-17, elaborado após as Invasões Francesas, em que o juiz de fora (de Ovar) refere "*fábricas de louça vermelha*", "*dentro da Villa de Ovar*", apresentando o nome dos proprietários que eram ao mesmo tempo mestres, cerca de 19, com mais 21 oficiais, sem aprendizes nem serventes, "*porque fugiram na ocasião da guerra por causa do*

1848	1	lugar das Fontainhas

"*Nos anos seguintes foram surgindo novas fábricas, mas ao mesmo tempo, também outras foram desaparecendo, e no princípio deste século, este tipo de chapéu, que tinha por matéria-prima a lã, foi ficando fora de uso, pois as camadas sociais começaram a dar preferência ao chapéu fino de pêlo*", in AMARAL, José Alberto Fontes Serra - *Subsídios para a História da Indústria da Chapelaria em S.João da Madeira..., o.c.*, p.127

[38] Id., *Ibid.*, pag. 130:

"Desenvolvimento da Indústria de Chapéus"

Fábricas	1920	1930	1940	1950	1959	1966
chapéus feltro	6	8			11	11
chapéus lã	12	+	11*	10*	-	5
chapéus pano	+	+			+	2
chapéus palha	+	7	1	2	2	3
aprendizagem e acabamento	6	8	7	8	7	9
Artigos para chapéu	+	+	6	6	6	5

*inclui fábricas de chapéus de feltro e de pano

[39] *Guia de Portugal-Beira Litoral...*, o.c., p. 604.

[40] PEDREIRA, Jorge - *Estrutura industrial. . .* o. c. , p. 101.

[41] MÓNICA, Maria Filomena - *A Formação da Classe Operária Portuguesa..., o.c.*, pág. 27.

[42] ORTIGUE, Edmond, ROLLAND, Raymond - *Les chapeliers de Camps-la- Source (XV-XIX siecle)*..., o.c., pág. 243.

recrutamento", vendendo em boa quantidade para a Beira Baixa e Alta, Porto e Minho, num montante de mais de 30 mil cruzados[43].

B - O peso do sector secundário na Comarca de Aveiro

Não possuímos fontes que permitam cobrir toda a Comarca, à imagem do que fizemos para a da Feira. A única aproximação possível foi analisar as cartas de fianças de ofícios, respeitantes a Aveiro e seu termo, registadas nos Livros de Vereação. Como vimos atrás [cap.1 da I Parte], esse termo, totalmente disperso, caracterizava-se por pequenos enclaves, em freguesias bem afastadas da sua sede, disseminadas pela Comarca de Aveiro: freguesias de Águeda, Ois do Bairro, Avelãs de Cima, Lamas do Vouga, Oiã, Soza, S.João do Loure, Vagos, Requeixo, Talhadas, S.Lourenço do Bairro, e ainda toda a freguesia de Albergaria-a-Velha. Não podemos falar de amostragem, mas a dispersão pode reflectir e atingir algumas actividades aí desenvolvidas. Assim, a partir das cartas de Fianças, tiradas na Câmara de Aveiro, apenas entre 1758 e 1779 (quando existem dados), colhemos 278 registos e constatámos os seguintes aspectos [ver Anexo 2, gráf.1]:

. o maior número de cartas foram passadas para as freguesias de Albergaria e Aveiro, o que é natural, visto as restantes respeitarem a pequenas partes de freguesias;

. destacam-se as tecedeiras, 45% (124 indivíduos), a que podemos juntar os 10% (29) de cartas de desistência de tecedeiras [gráf.2];

. depois vêm os alfaiates, carpinteiros, sapateiros, ourives, entre os 4 e os 13%, e os restantes, com pouco significado;

. as tecedeiras localizam-se, sobretudo, em Albergaria, Loure e Oiã, e em percentagens modestas, em Aveiro, Sosa e Vagos [gráf.3];

. os alfaiates estão mais presentes em Aveiro (aliás o maior grupo de Aveiro);

[43] AHMOP-JC. n. 12. Note-se que, na estatística de José Acúrsio das Neves, não é feita qualquer referência a estas iniciativas. NEVES, José Acúrsio das - *Variedades sobre objectos relativos as Artes, Comércio e Manufacturas*. . . , o.c., pág. 257

. os carpinteiros dividem-se, essencialmente, por Albergaria, Lamas do Vouga e Loure;

. os ourives estão praticamente reduzidos a Águeda, 9, e apenas 1 em Aveiro;

. em Aveiro observe-se a diversidade de funções: alfaiate, alvener, carpinteiro, sapateiro, tamanqueiro, tanoeiro, tecedeira, e alguns mesteres que, somente, aqui se encontram: tintureiro, cordoeiro e esteireiro.

Uma constatação evidente é a da predominância do têxtil, bastante disseminado pela Comarca, mas com um certo peso nalgumas zonas, pelo menos, em Loure e Albergaria. Aliás, em 1760, regista-se a nomeação, para juíza do ofício, de uma tecedeira de Loure, "*para poder examinar as tecedeiras de S.J.Loure, Albergaria, Lamas e Taipa [lugar da freguesia de Requeixo]*"[44]. Se acrescentarmos mais alguns dados dispersos, veremos esta distribuição com outros olhos: quando em 1772, se plantaram amoreiras na Comarca de Aveiro (ver cap.5.3 e o seguinte 7.2), a maior concentração de pés verificou-se em Bemposta (24.6%) e Estarreja (17.4%), mesmo a norte de Albergaria; nesta freguesia, do termo de Aveiro, plantaram-se 43.3% do total de pés que a vila de Aveiro espalhou pelo seu Termo (4.4% do total da Comarca), em Loure 28.4%, e em Lamas 18.3%. Ou seja, desenha-se, nesta área, uma intensiva actividade de tecelagem que justificava extensão de produtos afins, nomeadamente, amoreiras para a criação do bicho e do fio da seda.

Aveiro, como centro urbano, apresenta uma tipologia de ofícios que, significando uma especialização de papéis, nomeia em 1763 e 1774, tecedeiras de tear alto e de tear baixo, além do tintureiro para completar a obra; estas atribuições prevêem um trabalho e organização mais elaborados, sinais de ordenação empresarial, mais sofisticada.

Finalmente, em Águeda, note-se o grupo de 9 ourives, significativo, se pensarmos que, corresponde a 1/4 da freguesia, visto ela estar sob 4 jurisdições.

---

[44] AMA-LV, n. 7, f. 104, ss. 3/9/1760

Gráfico 1
Percentagem de cartas passadas por Aveiro ao seu Termo

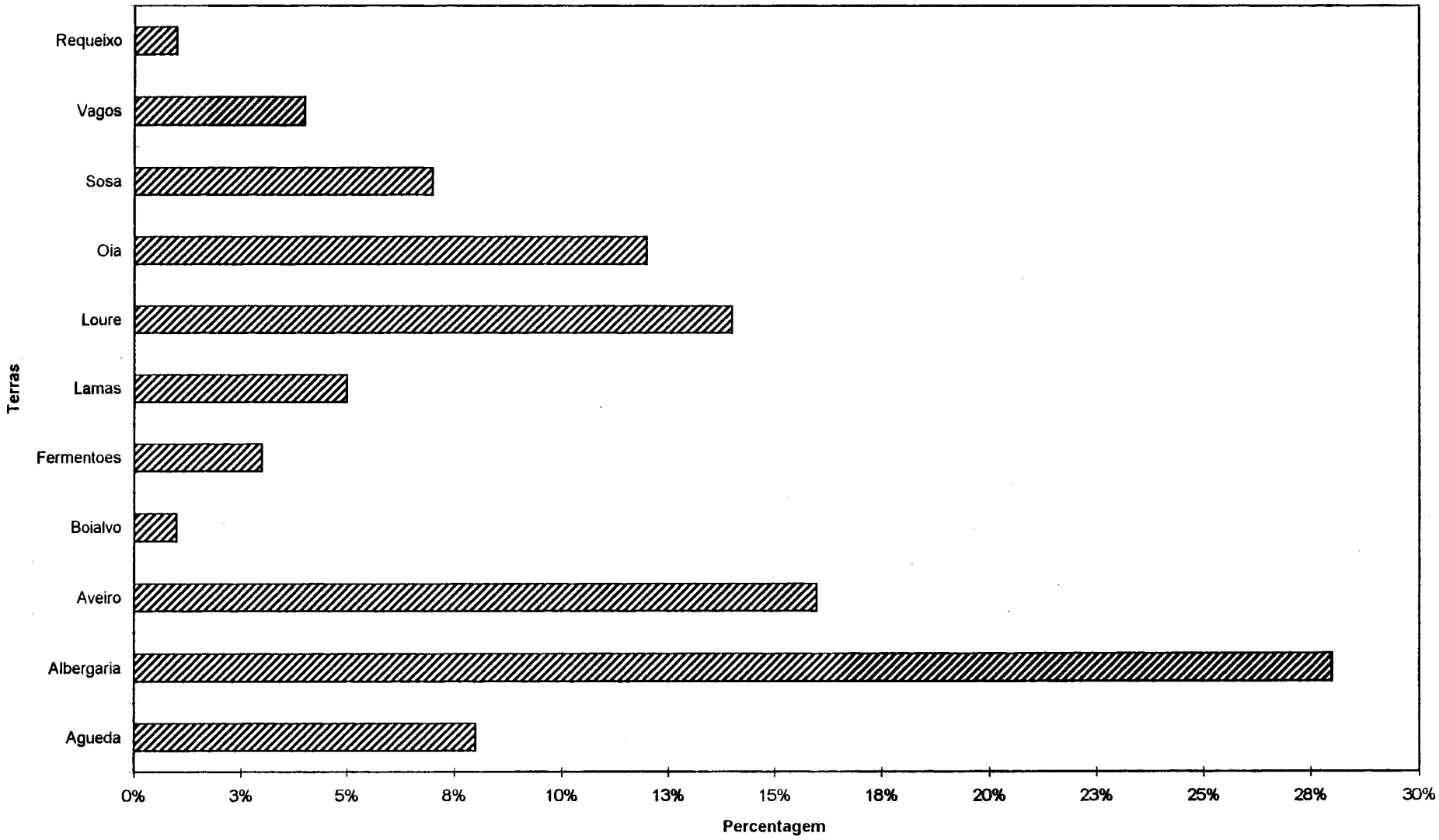
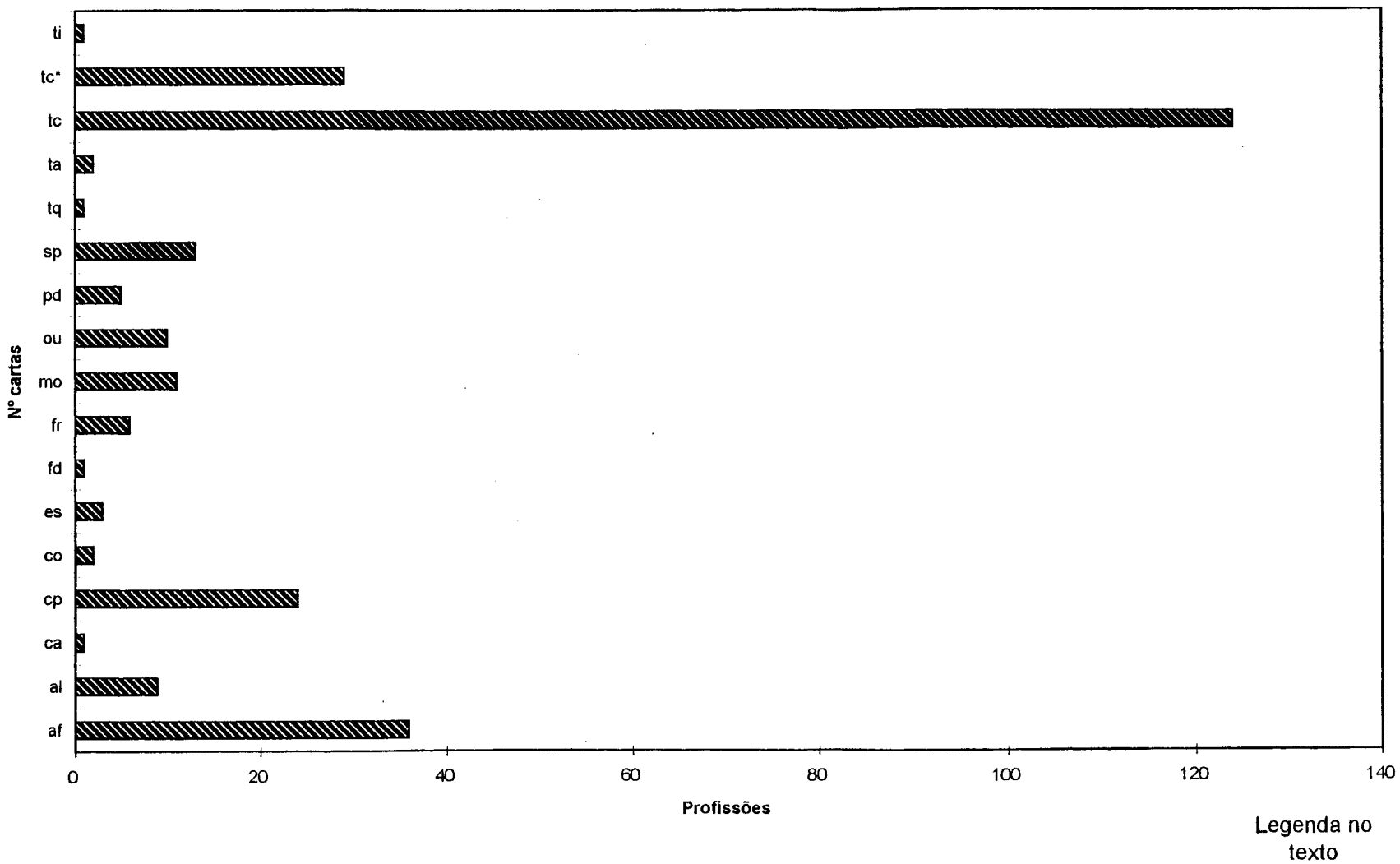


Gráfico 2

Número de cartas por ofício 1758 a 1779



No seu conjunto, estes dados pouco representam, até porque correspondem a 20 anos de gestão camarária. De qualquer forma, servem como indicação e não os podemos ignorar.

2 - Uma actividade disseminada com sombreados

Dois sectores foram já detectados, disseminados mas com sombreados: sombreireiros e tecedeiras, que tentámos representar, esquematicamente, no mapa seguinte (mapa 2). Na dificuldade de medir, verificar o peso efectivo de cada uma das actividades, tente-se, pelo menos, inventariar. Columbano de Castro na sua "*Descrição da Comarca da Feira-1801*"[45], quando se refere às "*indústrias transformadoras*", enumera somente a construção de arcos de pipa, prática ancestral[46], a de ferragens em Crestuma, correspondendo às necessidades da construção de arcos de ferro, propriedade da Companhia dos Vinhos do Douro, e a do cozer o pão de milho, também em Crestuma. Estranha-se, porém, que não mencione, pelo menos, a Fábrica de vidros da Quinta do Côvo, freguesia de S. Pedro de Vila Chã de S. Roque, talvez a primeira do Reino[47], e ainda em plena laboração em 1814[48], assim como a fábrica de papel da freguesia de Paços de Brandão. Embora desta pouco se conheça[49], sobre ela falaremos, mais à frente. Assim sendo, tentaremos enumerar algumas dessas actividades.

A - Moagem e pisoagem

Actividade bem longínqua e fundamental para a transformação do precioso grão e que acompanhou, nalguns casos já conhecidos para os sécs.XV

---

[45] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira. . .*, o. c.

[46] Sobre o tráfico destes arcos para a cidade do Porto, pelo menos em 1540, o Conde da Feira, D. Manuel Pereira, pretendia cobrar impostos (assim como anterior conde D. Diogo Pereira); sobre os conflitos surgidos ver AMORIM, Inês - *Os Senhores da Feira e a Propriedade da terra no séc. XVI: maninhos e aguas...*, *o.c.*, p. 131 a 147.

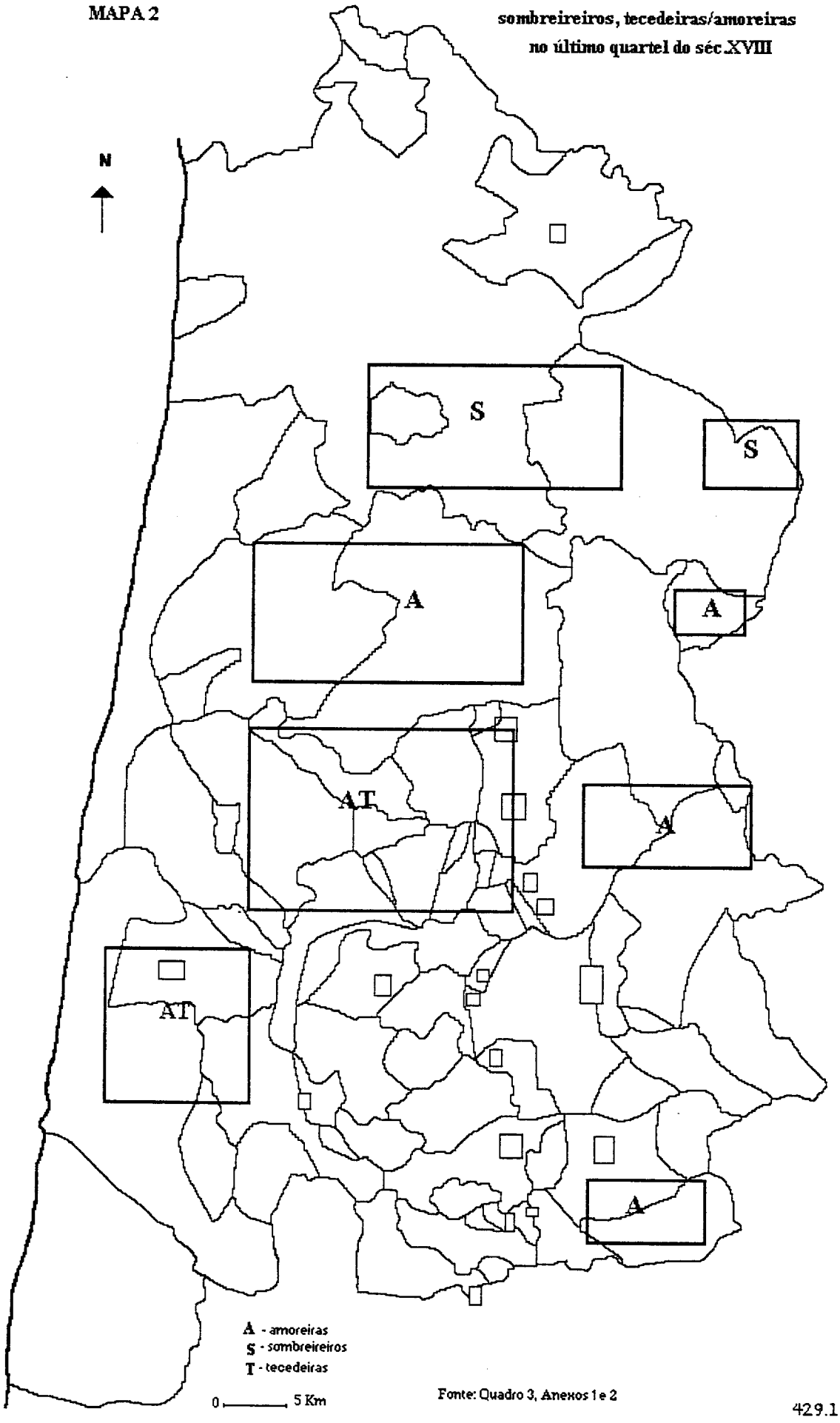
[47] COSTA, Pe. Pereira - *Subsídios para a História da Indústria Vidreira no Concelho de Oliveira de Azeméis...*, *o.c.*, pág. 266.

[48] AHMOP-JC, n.12-Relação das Fábricas existentes na Comarca da Vila da Feira, 1814.

[49] Id. , Ibid.

MAPA 2

Confluência de actividades:
sombreireiros, tecedeiras/amoreiras
no último quartel do séc.XVIII



Fonte: Quadro 3, Anexos 1 e 2

429.1

e XVI, os arroteamentos de áreas, à volta do Mondego e Vouga[50]. Referimo-nos quer a moinhos de pão, quer de azeite, pisoagem ou curtição de peles, três vertentes da ocupação e utilização destes centros transformadores. As fontes, as Memórias Paroquiais, referem-se a esta diversidade, embora, por vezes, nos limitem à simples expressão de "*muitos*" e "*alguns*". Por outro lado, note-se que as respostas das MP apenas questionam acerca da existência de moinhos de água, ou seja, se o rio tinha "*moinhos, lagares de azeite, pizões, noras ou outro algum engenho?*", eliminando todos aqueles que usassem o vento, ou força animal, o que exclui uma potencialidade moageira a não desprezar[51].

Comecemos pelos moinhos de pão. Aqui a distinção é somente entre "*negreiros e alveiros*", respectivamente moinhos de pão de segunda, e de pão de trigo[52]. Era actividade ancestral, fundamental para o fabrico do pão, disseminada um pouco por toda a parte. Alguns falam, hipoteticamente, na insuficiência da capacidade moageira portuguesa, responsável por uma deficiente economia agrícola[53]. Tentámos inventariar tais unidades e consequente actividade. O que apurámos, vai no Quadro seguinte:

QUADRO 5

Actividade moageira na Provedoria de Aveiro - 1758

Freguesias	nºmoinhos	nºrodas	lagar azeite	pisões	moinho casca
Agadão e Cast.	15			9	
Águeda	muitos				
Arada	4				
Arcos	alguns		1		
Avanca	30				
Beduído	2				
Canedo	+ 113				
Casteliões	alguns				
Cedrim	alguns			1	
Cortegaça	17				
Crestuma	14				
Cucuiães		26			1
Escapães	5				
Faiões	muitos				
Feira	5				
Fermedo	vários				

[50] GIL, MªOlímpia da Rocha - *Engenhos de moagem no séc.XVI (técnicas e estrutura)*..., o.c., p.161 a 192; adverte para a relação entre moagem e arroteias especialmente no eixo de ligação vale do Mondego e vale do Vouga, por onde passava a estrada Coimbrã, referindo, dentro do espaço da provedoria, que nos interessa, em particular, a implantação, sob o patrocínio da Mitra de Coimbra e Convento de SªCruz de Coimbra, respectivamente no Couto de Ermida e Aguada, assim como em Vagos.

[51] Hoje estão reconhecidos alguns moinhos de vento na freguesia de S.Romão de Vagos, como se pode ver em CAPÃO, António - *Os moinhos na nossa região, sua vida e decadência...*, *o.c.*, p.17.

[52] Algumas MP assim referem: MP de Lobão, Paços de Brandão, Ul.

[53] BRANCO, Fernando Castelo - *Os moinhos na economia portuguesa...*, *o.c.*, p. 44.

Fiães	vários				
Fornos	bastantes				
Ílhavo	+ 14				
Lamas	muitos			alguns	
Lever	15				
Lobão	6				
Cambra	muitos				
Mac.Sarnes	9				
Mira	vários				
Oleiros	17				
Olival	9				
O.Azeméis	9				
O.Bairro	muitos				
Ossela	2				
P.Brandão	19				
Palmaz	4				
Pigeiros	14			1	
Pindelo	alguns				
Pinheiro	vários				
Riomeão	16				
Roge	muitos				
Romariz	vários				
Sandim	muitos			3	
Sanguedo	5				
Silva Escura	vários			1	
Silvalde	5				
Soza	25				
S.Jorge	11				
S.L.Bairro	alguns				
S.M.Gândara	9				
S.M.Mato	bastantes				
S.T.Riba-Ul	alguns				
S.V.Pereira	4				
Talhadas	vários			alguns	
Travanca	2				
Valongo Vouga	3			1	
Vila Maior	6			1	
V.C.S.Roque	vários			1	
Ul	51	130			2
Válega	alguns				
Veiros	2				

Fonte: Memórias Paroquiais

Segundo a monografia de Avanca, aqui se levantavam 30 moinhos, alguns, mais antigos, de 4 rodas; em Ossela, se especifica "*dois moinhos de 3 rodas cada*"; em Fornos, o pároco entra em pormenores "*no Inverno moem a 3 rodas e mais a par, mas depois que se lhe tiram as águas para os campos, só moi uma, e muitas vezes é necessário emprazar as águas*"; no caso da freguesia de Ul, com uma descriminação exaustiva, verifica-se que cada moinho oscila entre 2 a 3 rodas, mas é bem provável que as necessidades da rega condicionassem o seu número.

As azenhas parecem corresponder a um espaço muito particular, em Ílhavo e Soza, fundamentalmente, mas também em Pigeiros a MP nomeia 4 azenhas, e referindo-se à freguesia vizinha de Escapães onde passava o mesmo

rio, distingue "*3 moinhos e 2 azenhas*". Tecnicamente, são diferentes: no moinho de rodízio ou espicho, de presa ou represa, movido por grande quantidade de água, acumulada a nível superior, a casa do moinho estava construída num plano inferior, e a sua ligação com a presa ou represa era feita por um tubo inclinado, até à parte mais funda da casa, onde gira o rodízio; na parte de cima da casa, está instalado o casal das mós; a azenha, era uma construção de pedra e cal (que, algumas vezes, serve de habitação), ao lado da qual desce uma levada de água que cai sobre uma roda vertical, exterior à casa, de palhetas horizontais, ligada à mó, por um eixo[54].

Localiza-as uma Monografia sobre a freguesia de Oiã "*na freguesia houve algumas azenhas mas na sua maioria eram moinhos de rodízio de uma ou mais pedras*"[55]; e acrescenta, "*no litoral tinham predominância as azenhas (Vale de Ílhavo e Vale do Boco)*", ou seja, lugares pertencentes à vizinha freguesia de Ílhavo.

Precisamente em Ílhavo, a MP realça a multiplicidade de azenhas "*no lugar de Val d'Ilhavo de Baixo, boas azenhas, muito rendosas, principalmente uma das religiosas do Convento de Sá [em Aveiro], [...]. No lugar de Val d'Ilhavo de Cima, [...] com as águas que pouco acima deste lugar têm a sua nascente, se formam açudes que se prolongam por um quarto de légua, moendo 14 azenhas*". Em 1772, foi organizado pelo donatário do concelho de Ílhavo um Tombo das águas das azenhas do concelho, descrevendo as levadas e presas que forneciam a água até às rodas das azenhas; no total são 38 azenhas bem delimitadas[56]. Ílhavo não era atravessada por cursos de água e as ribeiras, de reduzido caudal, justificavam a formação de "levadas"; em Vale d'Ilhavo, referem-se "nascentes": no "*corgo dos Tavares, limite dos Moitinhos[...]até às Quintas[...] que até aí é que nascem a maior parte das águas [...] que nasce água em sete partes*"; "*por cima da quinta de Manuel Fernandes da Praça" [...] na Quinta do Cap. Mor Manuel de Sousa Ribeiro*"; que nascem "*um rego delas na Quinta de Pedro Leitão e outro no Carregueiro*"; águas "*que vêm do concelho de Arada para as Azenhas do Coimbrão*"[57].

A cartografia recente, nomeadamente a carta militar 1/25000, representa, a Norte do Vouga, junto ao litoral, a desembocar na Ria, várias ribeiras enxameadas de azenhas, que a toponímia não esqueceu; de norte para sul, veja-se: o Rio Caster que viria de Feira, juntando-se-lhe a Ribeira de S. João,

---

[54] CAPÃO, António - *Os moinhos...*, o.c., p.36 a 41.
[55] MOTA, Armor Pires - *Oiã, Terras e Gentes...*, o.c., p. 122.
[56] Hoje apenas subsiste apenas uma azenha: CAPÃO, António - *O Tombo de águas de Ílhavo*, in "Os moinhos...", o.c., p.49.
[57] MADAHIL, A. G. da Rocha - *Tombo das Águas de Ílhavo..., o.c.*, p. 183 a 198.

à qual desembocara a Ribeira da Lage e a Ribeira. Todos vão desembocar em Ovar, junto da Ponte da Vila, "*e não tem aqui outros nomes mais que o Rio da Vila, o Rio da Ruela, quando é certo que na Vila da Feira e outras donde eles vêm tem nomes diversos*". Mais a sul, a Ribeira de Seixo, proveniente de S. Vicente da Pereira, passando por S. Martinho da Gândara, "*o sítio donde nasce é uma aldeia chamada a Insua, que é da freguesia do Couto de Cucujaes, que fica logo no cimo desta mesma freguesia[de S. Vicente da Pereira]*". Ainda para sul, surge o Rio Negro, proveniente de Cucujães, que passa por S.Martinho da Gândara e Válega, como a MP, desta última, assinala.

Deste apanhado de informações, parece certo podermos dividir este espaço em duas partes: o Vouga e sua bacia, área de rios mais ao menos caudalosos, mais propícios a moinhos, porque o desnível natural o justifica; o sul e litoral, marcados por pequenos cursos de água, que se dirigem à ria e com pouco declive, exigindo levadas, ocupados fundamentalmente por azenhas. Neste espaço, Ílhavo destaca-se. Acrescente-se Soza cuja MP distingue, numa vala do lugar de Boco, 14 azenhas, de diversos donos, com água de 2 nascentes; no lugar de Pedricosa, 4 azenhas de diversos donos; no lugar de Ouca, 7 azenhas com água da fonte do dito lugar; no lugar de Vila Nova, 2 azenhas e no lugar de Rio Tinto também 2 azenhas de diversos donos. Sobre Mira a MP refere um pequeno rio, proveniente da freguesia de Covões, movendo vários moinhos, até entrar na lagoa de Mira; desta lagoa sai um "rio" com o nome de Cana, "*por entre juncais e areias anda meia légua e vai-se meter no mar*".

Vejamos, agora, as referências a moinhos que as MP referem, nuns casos bem definidos, noutros, imprecisamente. Destaquem-se alguns:

- no rio Águeda, a propósito da sua navegabilidade a MP refere o facto de, entre o lugar de Raivo até Bolfear, ter sido possível navegar, 20 anos atrás, até que "*pessoas poderosas fizeram açudes e moinhos com que à força tomaram as servidoes*"; de Bolfear para cima, vários moinhos existiriam há muito.

- o rio Agadão e seus afluentes, são responsáveis por uma série de engenhos, nas freguesias de Agadão e Castanheira.

- o rio Cértima foi classificado pela MP, de Oliveira do Bairro como "*muito sossegado*", logo "*não tem engenhos*"; já o que lhe ficava a poente, o Levira, tinha "*muitos engenhos*".

- o rio Uima, bem a norte, faz parte da bacia do Douro. Descrito como fortemente caudaloso, é referido por várias MP; a de Canedo sublinha que o Uima e Inha seriam dois rios a cercar esta freguesia e que desaguavam no Douro; o primeiro, proveniente de Pigeiros, o segundo, de S.Miguel do Mato, e, só na freguesia, o rio Uima tivera, até altura duma cheia destruidora de 1757, perto de 113 moinhos, onde se moíam farinhas para a cidade do Porto. O Inha, mais pobre, tinha poucos. A MP de Lever situa, em Duas Igrejas, a nascente do Uima, dando água a 15 moinhos, mas notando a abundância na freguesia seguinte de Crestuma; finalmente, a MP de Pigeiros, descreve o percurso *"nasce o rio Milde na freguesia de Duas Igrejas, ao passar pelo lugar de Nadias da freguesia de Escapães, faz mover 3 moinhos e 2 azenhas, juntam-se-lhe mais águas e em Pigeiros move 10 moinhos, em S.Jorge 11, Lobão 6, Sanguedo 3, Vila Maior 5 e 1 pisão, Sandim e Crestuma terão mais de 20; de Lobão para o Douro se chama o Uima"*. A MP de Sanguedo regista 5, e a de Sandim "muitos" e ainda 3 pisões. Enfim, parece certo que as freguesias de Lever e Crestuma desenvolvem importante actividade moageira que conduzia as farinhas ao Porto, como confirmam as MP de Crestuma e Canedo.

- o rio Caima, também da bacia do Vouga, nascido na freguesia de Albergaria das Cabras, mete-se no Vouga em Macinhata do Vouga. No percurso tinha moinhos em Roge, "*muitos*", em Macieira de Cambra, "*todo cheio de açudes e moinhos*", ao passar em Castelões registava "*alguns açudes de moinhos*", em Ossela, 2 casas de moinhos, com 3 rodas cada uma, em Palmaz movia 4 moinhos. As MP de Branca e Valmaior fazem-lhe referência, mas não indicam engenhos.

Rio Ul e Antuã, cursos fundamentais pelas rodas que alimentam, tradicionalmente, alvos de grandes discussões na sua identificação[58], dando origem a grandes polémicas nem, por isso, mais esclarecedoras[59].

---

[58] A Carta Militar 1/25000 distingue o Antuã que, vindo algures da freguesia de Cucujães, se encontra em Ul com o Ínsua, continuando com o nome de Antuã até desembocar na Ria de Aveiro, por alturas da Murtosa; entretanto, um desenho da Bacia hidrográfica do Vouga e sub-bacias da responsabilidade da Direcção Geral dos Recursos e aproveitamentos hidráulicos, de 1985, representa o Antuã desde Ul, fruto da confluência do rio Ul a oeste e Ínsua a este. Esta última imagem adapta-se melhor às descrições das MP de Cucujães, Romariz, S.J.Madeira e Ul, embora o Insua nunca tenha sido apontado com tal nome.

[59] AREDE, Abade João Domingues - *Identificação do Rio Antuã e do seu afluente Rio Ul..., o.c.*, p.269, e SILVA, F. Ferreira da - *Qual dos dois rios banha Cucujães, o rio Antuã ou o rio Ul?*...o.c., p.81. Ambos decidem que o rio Ul passa em Fajões, Romariz, Milheirós, S. J. Madeira, S. Roque, Cucujães, Santiago de Riba-Ul, Madail e Ul, onde encontra o Antuã que viria de NE-SW, desde

O pároco da freguesia de S.João da Madeira escreve, cuidadosamente, na MP, aquilo que era uma verdade fundamental: "*respondo que o Rio ou Ribeiro com mais propriedade que discorre e corre pelos confins desta freguesia não tem nome estável porque só o tem conforme os lugares por onde passa e tanto que só nesta freguesia tem de seu quatro nomes a saber o rio da ponte, das Travessas, da Volta e de Fundões: o seu nascimento provém de várias fontanheiras ou fontinhas, e só começa a distinguir a sua perene corrente na freguesia de Romariz*". A MP de Romariz confirma "*o sítio onde começa a remanecer é neste vale de Romariz e se chama o rio Ul*".

A MP da freguesia de Ul regista a confluência de dois rios "*um que corre pela parte do poente desta freguesia que se chama Rio de Ul e este tem seu nascimento na freguesia de S.Isidoro de Romariz, nesta mesma comarca da Feira. E outro corre pela parte do nascente e se chama rio de Travanca e que dizem seu nascimento na freguesia de São Martinho de Fajões desta Comarca e Bispado*"[60].

Toda esta minuciosa descrição para chegarmos à identificação dos rios que se encontram em Ul, cuja MP apresenta a mais completa listagem de engenhos, ao longo do seu curso. Eram construídos açudes que permitiam a canalização das águas para as casas de moinhos, constituídas por número variável de rodas de trigo ou de segunda, que, como expressamente refere, "*são para moer milho grosso*", e ainda rodas para moer casca de carvalho para curtição de peles. No total, apura-se o seguinte:

QUADRO 6

Moinhos existentes na freguesia de Ul- 1758

Rios	Nºaçudes	NºCasas	NºRodas		
			trigo	segunda	casca
Ul	22	39	10	92	1
Travanca(actual Insua)	7	12	5	23	1
	9*				

* açudes da freguesia de Travanca de que nao dá conta "para evitar confusões"

Fonte: MP da freguesia de Ul

Escariz: ainda recentemente outros escrevem o mesmo "*apoiados em diversos documentos medievais(que talvez um dia publiquemos) podemos, sem medo de contradita*", OLIVEIRA, Samuel de Bastos - *Oliveira de Azeméis e freguesias entre os rios Antuã e Ul na Visitação de 1769..., o.c.*, p.15.

[60] A MP de Fajões refere-se ao rio Covo, nascido naquela freguesia, no sítio de *Seixeira* e *Azalhães*, "*juntando-se com o rio de S.João em o sítio de Ul*". Olhando para a Carta Militar 1/25000, nota-se que o Insua forma-se pela conjugação de dois braços: um proveniente de Fajões ou mesmo Escariz, direcção N-S, outro talvez de Mansores, ou Escariz, mas direcção NE-SW juntando-se em Carregosa e seguindo depois por Pindelo, Oliveira de Azeméis, onde a MP chama "*rio de Vilar*", até Ul onde encontra o deste nome.

O pároco descreve, passo a passo, a localização dos moinhos, referindo que os do Rio Ul eram também meeiros, em grande parte, à freguesia de Loureiro. Mas os do rio Ínsua, meeiros a Travanca, não descreve por pertencerem ao Isento do Mosteiro de Grijó. Infelizmente, não conseguimos encontrar a MP desta freguesia. Calcorreando, hoje, a freguesia de Ul, ainda se encontram bastantes rodas de moinhos, tendo sido alguns deles adaptados ao descasque do arroz, encontrando-se, precisamente, ao longo do rio Ul desde Cucujães, passando por Santiago de Riba-Ul até Ul, várias fábricas que aproveitaram a força caudalosa do rio e antigas instalações de casas de moagem[61].

No seu todo, podemos afirmar a existência de algumas áreas fundamentais de intensa actividade moageira: .

. à volta de Lever, Crestuma e Canedo, no abastecimento da cidade do Porto, alargada a Ovar com uma multiplicidade de azenhas servindo população, em crescimento;

. em redor dos rios Ul e Ínsua, de grande densidade demográfica; como concretização deste facto, fixe-se a profusão e minúcia, destacada pela MP, e a perenidade do chamado "pão d'Ul" ainda hoje fortemente apreciado, e que abastecia Oliveira de Azeméis (e não só)[62];

. outra à volta do Águeda que, ao longo do séc.XVIII, parece ter aumentado o número de engenhos, em detrimento da navegabilidade como atrás foi dito;

. Ílhavo servia Aveiro, tanto mais que era bem sabido virem, daí, as padeiras, de Vale d'Ílhavo [ver cap.3]; as Freiras de Sá possuíam e zelavam pelas suas azenhas aí localizadas; e ainda Soza, com núcleo abundante de engenhos;

. finalmente, em Mira, o forte crescimento demográfico suscitou a multiplicação de engenhos, não sem conflitos, entre foreiros a Santa Cruz de Coimbra e a Câmara de Mira [ver cap.5].

---

[61] Ali se encontram fábricas como a da marca "Saludães" ou "Caçarola", entre muitas outras.

[62] Ainda na minha meninice, esse pão era transportado por padeiras que circulavam a pé, percorrendo longas distâncias; hoje, o transporte individual permite, mais rapidamente, seguir os mercados da vizinhança, semanais, onde as padeiras ainda se apresentam, ou diariamente, por revendedores, porém, num processo mais adulterado.

Quanto à tese da ineficácia da actividade moageira portuguesa, para o séc.XVIII, e para a nossa área, a questão punha-se em torno da gestão da água. O crescimento demográfico pressionava a produção cerealífera assim como a sua moagem, mas ambas necessitavam de água, em momentos diferentes, contraditórios e conflituosos: a rega, especialmente numa área de cultivo do milho, exigia uma boa administração, e a retenção da água, em açudes ou em canadas para as azenhas, era para muitos, entrave ou à navegabilidade, ou então, à cultura dos campos. A MP de Fornos descreve bem este impasse entre os vários interesses:

"*correm dois regatos com pouco peixe quer porque no Verão secam, quer com os amargos da água dos linhos que em verdes se enterram no dito rio para se curtirem; tem bastantes moinhos de milho grosso, que no Inverno moem a 3 rodas e mais a par, mas depois que se lhe tiram as águas para os campos, só moi uma e muitas vezes é necessário emprezar as águas*".

Já em 1777, perante o pedido (seguido de muitos outros) para instalar engenho de moer pão, na chamada Vala Real em Mira, a Câmara refere o prejuízo, para as passagens públicas, caminho de pé e carros, danifício de pastagens, estreitecimento da vala onde o povo costumava pôr estrumes que tirava da Lagoa.

Ou então, são os moradores de Ouca, freguesia de Soza, divididos entre as necessidades de navegação "*circulação de estrumes, exportação de cal, lenhas, vinhos e mil outros géneros que os suplicantes costumam vender em Aveiro, Ovar e outras terras*", e levantar açudes "*não façam tapagens no regato em forma de pequenos açudes com estacas e terras*"[63]

Difícil equilíbrio!

As referências a moinhos de água para obtenção do azeite são escassas, só referidos na MP de Arcos. As descrições actuais cingem-se, antes, a moinhos de azeite, puxados a força animal ou humana, mas em zonas onde, provavelmente, existia já uma tradição de prensagem da azeitona, sobretudo

[63] AHU, MR, maço n.2749- Barra de Aveiro, carta de 10/2/1814

em Águeda, Anadia e concelho da Feira, nas freguesias de Vale, Canedo e Gião[64].

Os pisões, em pouco número, parecem obedecer, na sua maioria, a uma localização mais no interior: de sul para norte em Agadão, Castanheira, Talhadas, Valongo do Vouga, Lamas do Vouga, Cedrim, Silva Escura. Pessegueiro do Vouga também regista esta tecnologia ao referir, a propósito dum tombo de propriedades da Igreja e limites com Sever, um pisão, junto ao rio Mau[65]. Não admira se pensarmos que se trata de áreas de produção de gado caprino e lanígero. A fonte é, no entanto, limitativa, dependendo da 'vontade' de resposta dos párocos, sabendo nós que, ainda hoje, existe tradição de apisoamento. Mas uma conclusão é certa, o apisoamento revelava-se importante recurso para estas áreas mais interiores, nem que fosse de "*pano grosseiro*" como especifica a MP de Silva Escura. Numa Monografia de 1942 sobre as terras de Préstimo, encaixada, precisamente, nesta faixa mais montanhosa a caminho do Caramulo, explica-se o processo ancestral da utilização da lã dos rebanhos de ovelhas e carneiros, pastoreados nos montes, e do linho, criado nas terras baixas:

> "*as mulheres fiadeiras põem na roca de cana a lã, já em escojas e a reduzem a fio com repetidos golpes de fuso movido pelos dedos da dextra que logo enrolam no mesmo fuso até formar maçarocas [...]. Por fim é levada a teia ao pisão para ser pisoada - com pisão inteiro, se o pano tem de ser utilizado para fatos (calça, vestia e sartum), capuchas e cobertas de cama, ou - com meio pisão, quando o pano for para mandil que é uma espécie de xale com que as mulheres apertam a cintura, ou se resguardam dos ombros e costas até à cintura. O pano assim preparado toma o nome de burel*"[66].

Como sobrevivência destes mecanismos rústicos, praticamente todos em madeira, rudemente trabalhada, o pisão de Arões, no rio Teixeira, foi estudado ainda há 20 anos[67], embora hoje, esteja esquecido[68]; em contrapartida na freguesia de Vila Cova do Porrinho, cujo pároco, nada indica,

---

[64] Sobre oficinas de azeite no Distrito de Aveiro e técnicas praticadas assim como respectivo inventário e estudo linguístico- etnográfico, veja-se OLIVEIRA, Henrique J. C. de - *Por terras de Arouca: Quatro antigas oficinas oleículas..., o.c.*

[65] TAVARES, António Henriques - *Pessegueiro do Vouga. Das Origens à actualidade..., o.c.*, p. 18.

[66] AREDE, Joao Domingos - *Estudos Regionais..., o.c.*, p. 37.

[67] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando - *Tecnologia Tradicional. Pisões portugueses..., o.c.*, p. 41.

[68] MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide - *Monografia de Vale de Cambra..., o.c.*

existem, no lugar do Rossio, diversos moinhos, de linhos, constituindo, actualmente, "*uma área de património ambiental*"[69].

B - Barro, cal, cerâmica e vidro

No caso da Provedoria de Aveiro, vários factores contribuiram para fomentar uma actividade artesanal que se disseminou, sobretudo, numa faixa litoral entre Ovar e Vagos, mas que, do mesmo modo, se estendeu às terras do barro. Um dos factores mais determinante é, certamente, a existência duma matéria-prima abundante e de qualidade: por um lado, as características geológicas da beira-mar, de terras formadas por areias, calhaus rolados, arenitos, argilas e mesmo calcários, deram origem a uma série de unidades de extracção de cal, de construção civil (telha, tijolos e adobes) e de olarias; por outro lado, a abundância de lenhas, em redor de Aveiro, da terra da Feira[70], de Ílhavo[71], chegando mesmo a sair "achas", pela Barra de Aveiro, em direcção a Lisboa, para alimentar a breve existência da Fábrica de Vidros de Coina[72], que era energia fundamental. Outro factor é a percepção dum aumento de consumo, porque o crescimento demográfico acentuado, desde o séc.XVII e ao longo de XVIII, nas áreas do litoral arenoso, ainda a colonizar (ver cap.4), justifica, à partida, uma maior procura quer de materiais de construção, quer de consumo doméstico. Finalmente, produção e consumo só se activam pela existência duma rede de comunicações. Esta fazia-se principalmente, através da Ria, o meio privilegiado de ligação desde Mira até Ovar, por onde se transportava ora a matéria-prima (barro e lenhas), ora objectos acabados; depois, o porto de Aveiro entrosava rotas marítimas com rotas regionais. Uma

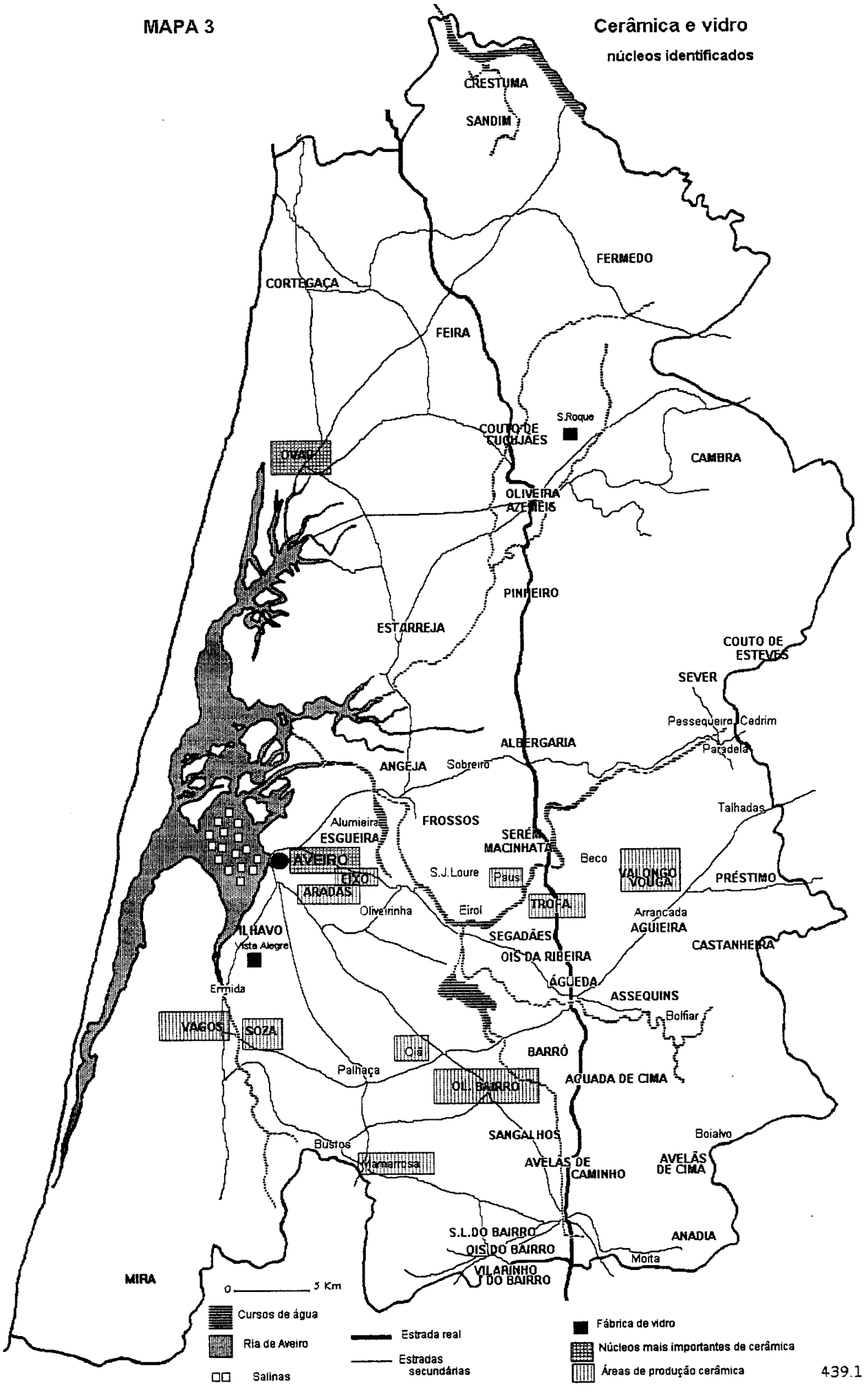
---

[69] Id., *Ibid.*, p.222.

[70] O aranzel das sisas de finais do séc.XVII, em vigor também no séc.XVIII, indica a proveniência de lenha da Feira; veja-se NEVES, Francisco Ferreira - *Subsídios para a História Económica de Aveiro no séc.XVII...*, *o.c.*, p.45.

[71] Como refere GOMES, Marques - *A Vista Alegre. Memória Histórica...*, *o.c.*, p.37 e 38.

[72] Entre 1742 e 1743, saíram 9600 achas destinadas à Real Fábrica de Vidros de Coina: AMA, Alfândega, n.83. Em inícios do séc.XIX, anos de 1805 e 1806, saía lenha para Lisboa, Viana, Figueira da Foz e Ericeira: ANTT, AA, n.917.


MAPA 3
Cerâmica e vidro
núcleos identificados
CRESTUMA
SANDIM
FERMEDO
CORTEGAÇA
FEIRA
S.Roque
COUTO DE CUCUJÃES
OVAR
CAMBRA
OLIVEIRA AZEMEIS
PINHEIRO
ESTARREJA
COUTO DE ESTEVES
SEVER
Pessequeiro
Cedrim
Paradela
ALBERGARIA
ANGEJA
Sobreiro
Talhadas
Alumieira
FROSSOS
ESGUEIRA
SERÉM
MACINHATA
AVEIRO
Beco
VALONGO VOUGA
PRÉSTIMO
S.J.Loure
Paus
EIXO
ARADAS
Oliveirinha
Eirol
TROFA
Arrancada
AGUIEIRA
ILHAVO
Vista Alegre
SEGADÃES
CASTANHEIRA
OIS DA RIBEIRA
ÁGUEDA
Ermida
ASSEQUINS
Bolfiar
VAGOS
SOZA
Oia
BARRÔ
Palhaça
OIL. BAIRRO
AGUADA DE CIMA
SANGALHOS
Boialvo
Bustos
Mamarrosa
AVELÃS DE CAMINHO
AVELÃS DE CIMA
S.L.DO BAIRRO
ANADIA
OIS DO BAIRRO
Moita
VILARINHO DO BAIRRO
MIRA
0 5 Km
Cursos de água
Ria de Aveiro
Salinas
Estrada real
Estradas secundárias
Fábrica de vidro
Núcleos mais importantes de cerâmica
Áreas de produção cerâmica
439.1

rede de feiras, onde a louça ocupava lugar cativo[73], articulava oferta e procura.

Assim se compreende a implantação de uma série de unidades que tentámos localizar, através de Memórias Paroquiais, Monografias e reflexões dos que lhes eram contemporâneos:

. a Memória Paroquial de Valongo do Vouga (1758)[74] indica que no lugar de Chousa havia 3 fornos de telha;

. a tradição de fabrico de telha e tijolo, em Eixo, regista-se no Livro de Tombo da sua Igreja, de 1722, referindo a existência de um forno de telha[75];

. em Alquerubim, no lugar de Paus, existia, não se sabe desde quando, um modesto forno de telha, nem sempre a funcionar[76],

. na freguesia de Trofa, lugar de Mourisca, verificava-se o fabrico de adobes e saía barro apropriado para artigos cerâmicos[77].

. de Soza, a partir do rio Boco, por onde se comunicava com a Ria, grande número de barcos transportava, entre vinho, feijão e arroz, a cal e o barro para as olarias "*de Ovar e Porto*" (nos finais do séc.XVIII, inícios de XIX)[78].

. em Oiã, o lugar da Pedreira abundava em fornos de cal, utilizados para o "*fabrico de adobes tendidos nas formas rectangulares, nos areeiros que abundavam por toda a parte e deixados a secar ao bom sol[...]; os adobes eram fabricados com terra preta à mistura com barro para fazer melhor ligação*"[79].

. em Mamarrosa, o Livro de Tombo da Vila de Cantanhede indica, em 1683, aforamentos de fornos de cal, de telha[80].

---

[73] Acerca deste assunto, escreveu PEIXOTO, Rocha - *Indústrias Populares, as olarias de Prado..., o.c.*, p.123 "*a abundância de argila explica a soma considerável de olarias que, desde tempos mais ou menos remotos, se mantêm no país com melhor ou pior êxito; o acesso comercial dos produtos de determinados focos provém naturalmente da qualidade das loiças, filiada, por sua vez, na natureza mais apreciável da matéria-prima. Neste último grupo incluem-se, no Minho, as olarias do Prado, no Douro as de Ovar, Aveiro e Miranda do Corvo, na Beira as de Tondela*".

[74] ANTT-MP das respectivas freguesias.

[75] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a a vila de Eixo[1868-1869]*.... o.c., p.43. Aliás é aqui que Marques Gomes situa a informação de Ratton acerca das prospecções de argila refractária feitas por um francês, Drouet, como se lê em GOMES, Marques - *A Vista Alegre. Memória Histórica..., o.c.*, p.37 e 38.

[76] MELO, Laudelino de Miranda - *Travassô e Alquerubim e outras localidades ..., o.c.*, p. 86.

[77] Id., *Ibid.*, p.160.

[78] D'ALMEIDA, M. - *Soza e as suas gentes, da Idade Média..., o.c.*, p. 45

[79] MOTA, Armor Pires - *Oiã, Terras e Gentes..., o.c.*, p. 80-81.

[80] Id. - *Mamarrosa Milenária..., o.c.*, p. 172-173.

. em Oliveira do Bairro, um estudo sobre a produção de cal no séc.XIX, revela uma ocupação antiga, mas sobretudo demonstra a importância crescente deste produto a partir daquele século, não apenas para a construção civil e o adobe como único material utilizado na zona, mas sobretudo, pelo consumo da cal na preparação das marinhas para o cultivo do arroz, desinfectadas antes da sementeira do cereal[81].

. bem perto de Aveiro, havia, em Aradas o tradicional fabrico de louça preta de barro onde, pelo menos até meados de Oitocentos, toda a gente cozinhava, preferindo-a à de ferro[82].

. um pouco mais a Sul, em Vagos, como forma subsidiária de equilíbrio do orçamento familiar, instalaram-se algumas oficinas de olaria; mas o bom barro daqui, em meados de XIX, servia as fábricas de louça vermelha de Ovar[83];

. Ovar seria um dos mais importantes centros de produção, embora só em inícios do séc.XIX, tenhamos uma ideia do seu significado, porque em 1801, o Desembargador da Comarca da Feira localizava, exclusivamente em Ovar, no conjunto de toda a Comarca, 35 oleiros[84];

. Rocha Peixoto indica ainda, na freguesia de Ossela, o fabrico dos conhecidos púcaros negros, baseado, historicamente, no Catálogo da Exposição de Aveiro, de 1882, e sobre os quais escreveu um sugestivo trabalho[85]; porém, não conseguimos detectar, para épocas anteriores, a existência deste núcleo artesanal[86].

Dados parcos, certamente.[87]

---

[81] OLIVEIRA, António - *Apontamentos sobre a produção de cal em Oliveira do Bairro..., o.c., p.*21 e 22.

[82] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira de Cunha..., o.c.*, p. 259. Ainda há 10 anos se conhecia alguma sobrevivência desta actividade, como se pode ver em NEVES, Amaro - *Actividades tradicionais no concelho de Aveiro..., o.c.*, p. 23-24.

[83] VILAS-BOAS, J. S. Paes de - *A região de Aveiro e as olarias...., o.c.*, p. 33 a 39.

[84] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira..., o.c.*, p.227 a 285.

[85] PEIXOTO, Rocha - *Os Pucareiros de Ossela* (1908).... o.c., p.315 a 316.

[86] A fonte mais próxima daquela data e que apresenta características "estatísticas" era a *Descrição da Comarca da Feira*, de 1801,que englobava a freguesia de Ossela, mas que apenas refere a existência dum núcleo de oleiros em Ovar, veja-se: AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira...*, o.c.

[87] Evidentemente que se utilizássemos "estatísticas" mais recentes, como por exemplo "*Estudo sobre o estado actual da Indústria Cerâmica na 2ªcircunscrição dos serviços tecnicos da indústria*, Publicação do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, Lisboa, 1905, p.50, encontraríamos registadas, no Distrito de Aveiro, cujos limites correspondem, grosso modo, aos da Provedoria (excepto o concelho de Mealhada e faltando o de Mira), 47 fábricas de louça, 2 de telha, 56 fornos de telha, 352 operários homens, 176 trabalhadores homens, 55 carreiros homens, 138

Do conjunto das unidades referidas destaca-se, pela crescente dinâmica que apresenta, o núcleo de Ovar e de Aveiro, mas, acerca deste, falaremos mais desenvolvidamente, à frente (cap.7.2). O primeiro núcleo parece crescer nos finais do séc.XVIII, enquanto o segundo, como veremos, sofrerá um certo declínio, na mesma data.

Sobre o núcleo de Ovar, as notícias são já de inícios de Oitocentos. Os Inquéritos promovidos pela Coroa, em 1788 e em 1814, não fazem qualquer referência a esta actividade[88]. Contudo, um "*Mapa de todas as Fábricas que se acham estabelecidas no Distrito da Vila de Ovar*", datado de 1815-1817[89], dá conta duma certa organização. Refere os nomes dos proprietários de "*fábricas de louça vermelha*", em número de 19, classificando-os, simultaneamente, como "*mestres*", acrescentando 21 oficiais, mas notando a falta de aprendizes "*porque fugiram na ocasião da guerra, por conta do recrutamento; seria justo obrigar alguns orfãos que tiverem capacidade para aprenderem e servirem nas ditas Fábricas*". Fabricavam louça vermelha e grossa, "*em parte alguma se faz melhor. Tem tido sempre a maior reputação*". O seu destino era Beira Baixa e Alta e o Minho, sendo a cidade do Porto um bom centro distribuidor. Veja-se a listagem dos principais proprietários:

QUADRO 7

Nomes dos proprietários das Fábricas de Louça vermelha da Vila de Ovar - 1815-17

José António de Resende
José Dias de Resende
Francisco Domingues de Resende
Francisco Domingues de Resende(?)
Manuel Dias de Resende
João Domingos de Resende
Francisco de Oliveira Baptista
Manuel de Oliveira Baptista
Ventura de Oliveira Domingues
Pedro Gonçalves da Silva
António Correia
António Catrino
Manuel José Rodrigues Borralha
Manuel de Sousa
Marcelino Ferreira
Tomé Ferreira

mulheres. 168 menores. Verifica-se que, em grande parte dos casos, se tratava de simples unidades familiares.

[88] CAETANO, Lucília de Jesus - *A indústria no Distrito de Aveiro...*, *o.c.*, Anexo III, Quadros X e XI.

[89] AHMOP, JC, n.12.

Francisco Ferreira
José de Oliveira Daniel
Manuel de Oliveira Daniel

Fonte: AHMOP-J. C. , n. 12

A série de apelidos repetidos revela uma estrutura familiar, relações de parentesco evidentes, tratando-se, certamente, de oleiros cuja actividade, tendo ganho dinamismo, foi interrompida pela guerra. A soma dos 19 proprietários com os 21 oficiais dá 40 elementos, não muito mais do que os 35 oleiros, indicados na Memória de 1801. Uma estabilidade notória, apesar das Invasões Francesas, denotando um enraizamento que propiciará, a instalação, posterior, de importantes fábricas de tijolo e telha, perto do Caminho de Ferro, além de 7 fábricas de louça ordinária de barro vermelho, sendo a matéria-prima proveniente, não apenas de Vagos, como ainda do lugar de Boco da freguesia de Soza, transportada, pela ria, em barcos mercantéis e, depois, em carros de bois, até às fábricas[90] .

Nesta disseminação de iniciativas, ligadas ao barro e exploração de cal, insere-se a instalação, em 1824, da chamada fábrica de Vista Alegre, numa quinta comprada por José Ferreira Pinto Basto, em Ílhavo, "*sobranceira ao braço da ria de Aveiro que liga a chamada Calle da Vila com o Boco*". Está justificada a sua localização: boa via de comunicação, mas, parece-nos que também a condicionou a existência duma mão-de-obra, largamente familiarizada com o trabalho do barro, a que se vai juntar engenho e novas tecnologias. O alvará da sua criação apresenta todo um rol de motivos que justificaram o arranque da empresa, começando pelo vidro e só depois, passando para o barro:

"*D.João, por graça de Deus, rei [...]. Faço saber que José Ferreira Pinto Basto me representou por sua petição, que ele pretendia erigir para estabelecimento de todos os seus filhos com igual interesse, ainda mesmo os menores logo que chegassem à idade competente, uma grande fábrica de louça, porcelana, vidraria e processos químicos, na sua quinta chamada de Vista Alegre de Ermida, freguesia de Ílhavo, comarca de Aveiro, vizinha à Barra [...]. O seu local é o mais vantajoso por ficar nas margens de um rio navegável, rodeado de pinheiros e outras matérias combustíveis, assim como de excelentes barros, areias finas e brancas, e seixo cristalizado, tudo próprio para as vidrarias e porcelanas, como se tem verificado por felizes ensaios; e finalmente que o suplicante é um dos negociantes mais ricos e grande proprietário de*

[90] CARVALHO. João Vasco de - *Monographia da freguezia rural de Ovar...*, *o.c.*, p. 57-58.

muitos prédios, tanto naquela comarca como nas do Porto e Penafiel, sendo além disso dotado de um génio empreendedor [...]. Lisboa, em 1 de Julho de 1824."[91]

Esta produção vidreira foi antecedida, na Comarca da Feira, desde tempos bem remotos, pela existência de um dos mais antigos fornos do Reino, chamado "*do Covo*", situado na freguesia de Vila Chã de S.Roque, como a respectiva MP localiza. A "*Relação de Fábricas de 1788*", indica-a como fabricante de "*vidros ordinários*", desconhecendo a sua data de fundação. Sabemos porém que, pelo menos, já D. Sebastião confirmara um outro alvará de D. Manuel[92], muito provavelmente, por alturas do 1º quartel de XVI[93].

Interessa-nos a sua actividade ao longo do séc.XVIII, quando terá ssofrido a concorrência de outras iniciativas servidas pela protecção régia, como no caso da Fábrica de Coina, e depois no da Fábrica da Marinha Grande de Stephens[94], ou então, a concorrência de produtos importados, sempre que o Estado não sentia a mesma urgência na constituição de novas manufacturas. No entanto, a acreditar no trabalho de há mais de 40 anos, produzido pelo padre da freguesia de Vila Chã de S. Roque, e, sobretudo baseado na documentação, a que teve acesso, na própria Quinta e Casa do Covo, teria sido, por volta de 1792, que a Fábrica sofreu um forte impulso. A entrada de Inácio de Castro Lemos e Menezes na administração da Casa, dinamizou a Fábrica, muito provavelmente devido à rede de funções e interesses que D.Inácio representava e cujos dados biográficos podem confirmar. Vejamos, era:

"*fidalgo da casa Real, por decreto de 3/6/1782, Provedor da Comarca de Aveiro por carta de 20/7/1782, Desembargador da Relação do Porto, por decreto de 10/11/1789[...]. No ano de 1802, por decreto de 17 de Dezembro, ascende a Desembargador da Casa da Suplicação, em Lisboa, e é eleito deputado à Mesa da Consciência e Ordens, em 17/12/1804, e nomeado membro do Conselho Real, no ano seguinte, a 17 de Janeiro*"[95].

Até à sua gestão, os seus antecessores sempre insistiram na renovação de alguns direitos ancestrais. Entre eles, o de terem o exclusivo da produção

---

[91] Sobre esta fábrica, ainda à espera dum trabalho monográfico, ver GOMES, Marques - *A Vista Alegre. Memória Histórica...*, o.c., p.41-42. Id. - *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história...*, o.c., p.23 e segs.

[92] AHMOP, JC, n.12.

[93] Alguns defendem, ter sido a primeira fábrica do Reino, como se pode ler em COSTA, Pe. Pereira da - *Subsídios para a História da Indústria Vidreira no Concelho de Oliveira de Azeméis...*, o.c., p.267 e segs.

[94] MACEDO, Borges de - *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII...*, o.c., p.69-70

[95] COSTA, Pe. Pereira da - *Subsídios para a História da Indústria Vidreira*. . . , o. c. , v. 20, p. 286.

do vidro, não sendo permitida a entrada de vidro estrangeiro (da Galiza), nas províncias abastecidas pelo Côvo (Minho, Douro e Trás-os-Montes[96]), mantendo, de igual modo, o exclusivo da comercialização, por venda ambulante, obtido pela provisão de 8 de Outubro de 1751, nos seguintes moldes: a fábrica fornecia o vidro "*a homens a que chamavam sacadores, e às costas, uns e outros em bestas o iam vender por todo este Reino, apregoando-o pelas portas nas terras por onde passavam, fazendo conveniência para si e para o senhor da fábrica a quem vinham pagar para levar o vidro, e por este modo se dava saída ao seu produto*"[97].

O posicionamento político do novo senhor, em 1792, permitiu ajustes ao nível da produção, da técnica, da mão-de-obra, do capital e da comercialização. Comecemos pelo primeiro:

PRODUÇÃO:

Requer ao governo as mesmas graças que as outorgadas à Fábrica da Marinha Grande, que acabaram por ser confirmadas, por alvará de 22 de Novembro de 1796, regulando o processo de aprendizagem dos segredos do ofício, as facilidades de entrada de matérias-primas, os despachos pela Alfândega, as situações litigiosas e a disciplina na Fábrica[98].

Alargou as instalações da Fábrica que passaram a constar de:

. uma casa com 2 fornos, um para cozer e calcinar o seixo, outro para calcinar os materiais, já preparados;

. uma casa "*com um forno de 10 bocas e outro para temperar os morteiros e uma arca para temperar o vidro feito*"

. terceira casa com "*uma grande caldeira para extrair os sais de cinzas*"

. outra casa "*onde se pule e abre flores e letras nos vidros*"

. um forno " *de fazer mangas para as vidraças, outro para as estender*".

. várias repartições para encaixotamento dos vidros,

. um engenho hidráulico *'com uma grande roda de água tocada por água'* para moer os materiais,

---

[96] Id., *Ibid.*, v.21, p.88. E ainda VALENTE, Vasco - *O vidro em Portugal...*, o.c., p.27, publica os docs. Também VITERBO, Sousa - *Artes industriaes e indústrias portuguezas-Vidro e papel...*, *o.c.*, p.107 e 108 refere estas cartas de privilégio.

[97] Id. , *Ibid.* , p. 89.

[98] AHMOP-MR, n. 41-Sedas e vidros: *"condições com que Sua Magestade toma debaixo da sua Real Protecção a Fábrica de Vidros do Côvo"*

. um armazém, onde se guardavam as potassas, a barrilha e o seixo"[99].

A mão de obra, "*afora muitas pessoas sem ocupação determinada*", constava de 6 mestres com respectivos ajudantes, um florista ou lapidário, encarregado de adornar e polir os trabalhos de vidro[100].

As matérias-primas eram "*seixo das vizinhanças, de Vermoim, Ossela, potaça, soda natural extraída da erva barrilheira, e manganésio, bióxido, para o branqueamento do vidro*"[101], e a lenha das matas do Covo essenciais para a laboração dos fornos; a potaça e a barrilha eram importadas, respectivamente, da Inglaterra ou Rússia, e de Alicante[102].

Introduziu o fabrico de vidraça, de vidro branco, "*chapas de vidraça, toda a espécie de garrafaria em vidro, copos, e todo o mais vidro que se encomenda, e que se pede, e também cristal, havendo materiais próprios para isso, e a sua produção anual anda por umas 22 mil peças de vidro*"[103].

COMERCIALIZAÇÃO:

Um dos aspectos mais notáveis da actuação do novo senhor foi assegurar o escoamento da produção, de modo que se contratou, com dois negociantes de Lisboa, Dr. Bento Fernandes de Sousa e Diogo António Pereira Pinto, o envio anual de 6000 dúzias de vidro sortido a 280 réis a dúzia, e 4 a 5 mil arráteis de vidraça a 110 réis o arrátel, preços bem vantajosos para os compradores, uma vez que os então, em vigor, eram de 320 réis a dúzia, de vidro ordinário, cristal a 460, o refugo a 240 e a vidraça a 180 réis o arrátel[104]. Além deste destino, acrescente-se Castela e Brasil[105], sobretudo este último[106].

CAPITAL E MÃO-DE-OBRA:

Como muitos do seu tempo, vê-se confrontado com custos crescentes, expondo à Real Junta do Comércio, em 1803, as dificuldades na manutenção e crescimento da recente "*nova manufactura de cristais e vidraças*", agravadas

---

[99] COSTA, Pe. Pereira da - *Subsídios para a História da Indústria Vidreira*. . . , o. c. , v. 21, p. 90
[100] Id., *Ibid.*
[101] Id., *Ibid.*, p.91. Documento publicado em VALENTE, Vasco - *O vidro em Portugal*..., o.c., p.177, doc.26
[102] AHMOP-JC, n. 12 "Mapa das Fábricas. . . 1812";"Mappa de todas as Fábricas. . . Vila de Oliveira de Azeméis-1815"
[103] COSTA, Pe. Pereira da - *Subsídios para a História da Indústria Vidreira*. . . , o. c. , p. 91.
[104] Id., *Ibid.*, p.90-91.
[105] Id., *Ibid.*, p.91.
[106] AHMOP-JC, n. 12"Mapa das Fábricas. . . 1812";"Mappa de todas as Fábricas. . . Vila de Oliveira de Azeméis-1815"

com impostos, pedindo um empréstimo entre os 30.000 e os 40.000 cruzados, a fim de comprar materiais, por atacado, mais em conta, e construir novo laboratório para produzir cristais. Lembra que havia exemplos de benefícios idênticos para a a Fábrica de Algodão, instalada em Aveiro, de Locatelli e, tal como neste caso, o dinheiro podia sair do cofre da Barra existente na Companhia Geral do Alto Douro; propõe, mesmo, hipotecar toda a Quinta, avaliada em 200.000 cruzados[107]; mas o seu pedido foi recusado[108].

Pouco mais se sabe acerca da Fábrica, a não ser alguns relatórios a partir da 2ª década de XIX.

QUADRO 8

Relação da mão-de-obra participante na

Fábrica de Vidro do Covo

Funções	1796a	1814b	1815b
Administrador	1	1	
Guarda-livros		1	
Caixeiro armazém cristal		1	
Caixeiro armazém vidraça		1	
Caixeiro	4		
Encarregado das vidraças	1		
Encarregado dos armazéns	1		
Guarda	2		
Mestre fábrica		1	6
Oficial	6	8	6
Ajudante		8	13"
Aprendiz		8	6
Tomador	1	1	
Lançador	1		
Cortador de vidraças	1		
Atiçador	2	4	
Calcinador	2	4	
Encarregado potassas	1		
Estendedor		4	
Ajudante de estendedor		4	
Compositor	1	1	
Ajudante de compositor		1	
Mestre de engenho	1	1	
Ajudante de mestre de engenho		1	
Mestre fornos de destilação		1	
Carreiros das lenhas		8	
Ajudantes dos carreiros		8	
Moços de lavoura	4		
Rapaz	1		
Mulheres*	4		
Jornaleiros, rachadores, moleiros	muitos	muitos	
Juntas de bois	4		
TOTAL	+ 38	+ 67	31

[107] VALENTE, Vasco - *O vidro em Portugal...*, o.c., p.180. documento n.27.

[108] COSTA, Pe. Pereira da - *Subsídios para a História da Indústria Vidreira. . . .* o. c. , p. 92.

* "4 mulheres no engenho a peneirar"
" designa por 'serventes'
Fonte:a-COSTA, Pe. Pereira-Subsídios para a História da Indústria..., o.c., p. 91.
b-AHMOP-JC, n. 12"Mapa das Fábricas. . . 1812"; "Mappa de todas as Fábricas... Vila de Oliveira de Azeméis-1815"

Poucos dados colhemos para se falar em crescimento ou regressão. Contudo, em 1814, refere-se que "*o estado desta dita Fábrica actualmente é progressivo*", no ano seguinte, indica-se que se encontrava em "*estado médio*", fabricando as mesmas 15 mil a vinte mil dúzias de vidro de toda a qualidade que já se assinalara, em finais de XVIII, "*isto é, garrafas, vidraças, copos, cálices*"[109]. A importância desta fábrica pode medir-se, sobretudo, pelo efeito irradiador dos seus técnicos e empregados; destaque-se o caso do alemão Francisco Miller que dirigira a fábrica do Covo e que se encontrava, até 1826, com a mesma função, à frente da secção de vidro da Fábrica da Vista Alegre[110]; ao longo do séc.XIX e inícios de XX, uma série de novas empresas, desmembramentos da do Côvo, com novos capitais, proliferou no concelho de Oliveira de Azeméis[111], faceta interessantíssima, mas que não nos compete desenvolver, por ora.

C - Extracção mineira, ferrarias e outros metais

As chamadas minas do Palhal, nas proximidades do Rio Caima, freguesia da Branca, teriam sido descobertas, segundo Marques Gomes, à volta de 1744[112], sendo assinalada pelo pároco de Roge, na respectiva MP, como de minério de prata. O pároco da freguesia da Branca, na MP, escreve "*haverá quinze anos se descobriu uma mina de prata, chumbo e cobre, na qual se trabalhou por espaço de cinco ou seis anos, por conta de alguns homens de negócio da cidade de Lisboa, dos quais era Caixa Geral um inglês chamado Guilhetone Mauman e todos os metais que tiraram, os conduziram para a fundição que tinham no Paço de Arcos, e ultimamente se cerrou a dita mina*". Esta descrição é confirmada pela expedição de cobre para Lisboa, através do porto de Aveiro, pelo menos entre 1744 e 1750 [ver cap. seguinte]. Reatadas

[109] AHMOP-JC. n. 12. "Mappa de todas as Fábricas. . . Vila de Oliveira de Azeméis-1815"
[110] RODRIGUES. Manuel Ferreira - *A Fábrica Nacional de vidros Aveirense, 1888-1891..., o.c.*, p.168.
[111] COSTA. Pe. Pereira da - *Subsídios para a História da Indústria Vidreira. . . .* o. c. , p. 95 a 97.
[112] GOMES. Marques - *O Distrito de Aveiro. Noticia geographica, estatística. .* , Coimbra. 1877. p.72.

as escavações, em meados de XIX, revelaram a sua extracção já em tempos bem recuados[113].

Outra exploração, que merece ser assinalada é a da pedra de granito, que o pároco da freguesia de Vila Chã de Cambra refere "*na serra do Porrinho há extracção de pedra para alvenaria e cantaria*"[114].

Uma das actividades predominantes, à volta das freguesias de Valongo do Vouga e Trofa, é o fabrico de ferragens, prego e cravo, em pequenas ferrarias individuais. A MP de Valongo refere a falta de gente para a agricultura, porque "*grande parte dela se ocupa no ofício de ferreiro, e faz prego e cravo de toda a qualidade que se transporta para várias terras do Reino e para o Estado do Brasil, com pouco interesse de quem o fabrica, que de ordinário vivem com pobreza*"; num trabalho, mais recente, diz-se, acerca da freguesia de Trofa, que "*há aqui uma desenvolvida indústria de taxas e cravos(pregos) que ocupa muita gente pobre e é grande fonte de receita da povoação*"[115]. Como se verá, no capítulo 8, importavam-se grandes quantidades de ferro, da Biscaia e da Suécia que eram canalizadas para as vilas de Aguieira, Albergaria, Arrancada, Trofa, por comerciantes ora destas localidades, ora de Aveiro e Porto; estes últimos, no 3ºquartel de XVIII, parecem penetrar no circuito de abastecimento de ferro a estas terras, depois vendendo ferragens para Viseu ou Porto.

As únicas estatísticas surgem-nos, em inícios de XIX, época de inquéritos vários, de que destacamos o de 1814, "*Mapa de todas as Fábricas existentes na cidade e comarca de Aveiro*"[116]. Neste inventário, as ferrarias encontram-se, unicamente, localizadas nas freguesias de Trofa do Vouga e Valongo, mas organizadas segundo a jurisdição, ou seja, terra de Aguieira Vouga e Trofa. Tendo identificado os lugares do termo de cada uma das terras, organizámos, por freguesias [ver Anexo 4].

---

[113] RAMOS, Fernando Soares - *A exploração de minérios no concelho de Sever do Vouga...*, o.c., p.20 a 22.

[114] Hoje não se conhece nem se refere tal actividade, como procurámos em MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide - *Monografia de Vale de Cambra*, . . . , o. c.; porém, as escadarias de granito de meus bisavós, em Pinhão, construídas nos finais do século passado, e de meus avós, em inícios deste século, na freguesia de Vila Chã de S. Roque, são originárias precisamente desta área, o que demonstra o raio de acção desta actividade e um labor continuado.

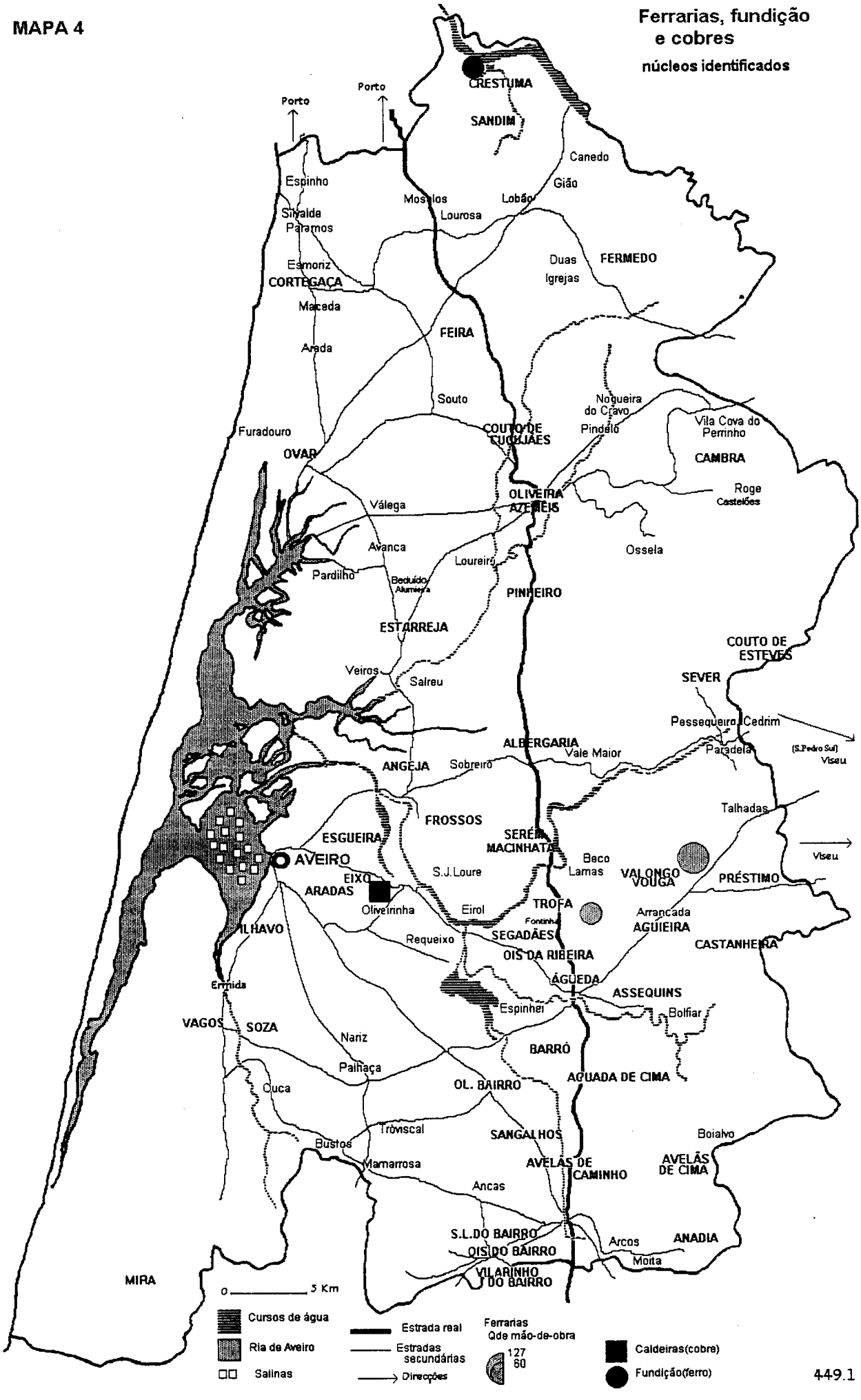
[115] MELO, Laudelino de Miranda - *Travassô e Alquerubim*. . . o. c. , 1942, p. 160.

[116] AHMOP-JC, n. 12, 1814. Este inquéritos apresentados e sintetizados em PEDREIRA, Jorge - *Estrutura industrial*. . . o. c. , p. 68, nota 6; mas também CAETANO, Lucília de Jesus - *A indústria no Distrito de Aveiro*, . . . , o. c. , v. 1, p. 247.

MAPA 4

Ferrarias, fundição e cobres

núcleos identificados



449.1

QUADRO 9

Número de empresas, proprietários e gente envolvida no fabrico de artefactos de ferro - 1814

Freguesias	Empresas	Proprietários	Oficiais	Aprendizes	Serventes	Total
Valongo Vouga	26	14	97	30	0	127
Trofa Vouga	15	15	36	22	2	60
TOTAL	41	28	133	52	2	187

Fonte: Anexo 4

Os lugares com maior números de empresas eram em Arrancada, Aguiera e Mourisca, ficando esta quer no termo de Aguieira, quer no termo de Trofa. Em média, havia 4 a 5 indivíduos por empresa. Mas o que sobressai e confirma as palavras atrás escritas é que, na freguesia de Valongo, 1 em cada 5 fogos poderia ocupar-se desta actividade (127 indivíduos para 628 fogos em 1801, são 20%), e na de Trofa 1 em cada 3 (60 para 179 fogos, atinge os 33.5%)[117]

O ordenamento das unidades, por proprietários, permitiu-nos verificar que podemos estar perante um sistema de "putting-out", ou seja, comerciantes que entregam matéria-prima e recebem a mercadoria para vender; na verdade, ordenando os proprietários, verificámos que quase metade das empresas, se encontram nas mãos de 21% dos proprietários. Analise-se o quadro seguinte, baseado no Anexo 5:

QUADRO 10

Distribuição das empresas pelos diferentes proprietários - 1814

Nomes	Nº Emp	% Total	NºOpe	NºApr	Total	Valor réis	%
Capitão José Pereira Simões	7	17	25	8	33	5000.000	50
José João	4	10	23	8	31	400.000	4
Dr.José Agostinho de Figueiredo	2	5	8	1	9	1200.000	12
Manuel Rodrigues de Melo	2	5	6	6	12	800.000	8
Cristovão Marques	2	5	7		7	200.000	2
Maurício de Almeida Gato	2	5	7		7	200.000	2
TOTAL	19	47					78

Emp-empresários; Ope-operários; Apr-aprendizes

Fonte: Anexo 5

[117] Acerca do montante dos fogos por freguesia em 1801 ver cap.4, ponto 1.

Verifique-se que 47% das empresas movimentam um volume de negócio correspondente a 78% do seu valor e, sobretudo, os proprietários nunca são designados como participantes activos. Como se refere num "Mapa" do ano seguinte, a estas unidades "*vulgarmente se dá o título de Tendas ou Loges*"[118], o que pode significar tratar-se de comerciantes e não, propriamente, dos produtores.

Jorge Pedreira refere a "*impressionante densidade das ferrarias no baixo Vouga*", em "*Trofa, Carvalhosa, Mourisca, Arrancada, Costovães, Aguieira na área de Aveiro*", embora não precisando a sua localização. Acrescenta "*agrupavam-se em Pardilhó, perto de Estarreja. Uma força de trabalho superior a 350 operários distribuía-se por 70 pequenas oficinas, que só em Aguiera e Arrancada excediam com regularidade os cinco artífices*"[119]. Utilizou fontes "*em torno de 1820 (para o qual são mais completas as informações)*",[120] não admirando o crescimento do número de gente envolvida. No entanto, se, em relação às localidades respeitantes às duas freguesias de Valongo e Trofa, onde se localizavam aqueles lugares, pudemos medir e confirmar quantitativamente, já, relativamente a Pardilhó, apenas possuímos uma notícia, isolada, dum comerciante de Aveiro, Custódio de Sousa Maia, que se queixa no Desembargo do Paço, ter enviado ferro, "*por fiado*", amiudadamente, mas sem "*título público*", a "*Rodrigo Nunes de Bastos, mestre ferreiro do lugar de Pardilhó, termo da Vila de Estarreja*"[121].

Jorge Pedreira, num outro seu trabalho, especifica melhor: para a Comarca de Aveiro contabiliza 42 estabelecimentos, entre 1 a 5 operários, num total de 112, valor que se aproxima do que apurámos atrás, e ainda 30 estabelecimentos, entre 6 a 10 operários, com 221, e 2 estabelecimentos entre 11 e 25, com 23 operários[122]; daqui deduzimos que, além das 42 ferrarias as restantes se situariam em Pardilhó e Bunheiro.

---

[118] AHMOP-JC, n. 12, 1815

[119] PEDREIRA, Jorge - *Estrutura industrial...* o. c., p. 114.

[120] Reportando-se como afirma a alguns anos posteriores às convulsões das invasões francesas e ruptura do pacto Colonial Id., *Ibid*, p. 69, fontes do AHMOP-JC., "*sempre que possível os dados numéricos foram extraídos dos mapas referentes ao ano de 1820 (ano central do decénio para que é mais extensa a informação), completados, para as comarcas, localidades e oficinas em falta, pelos elementos do ano mais próximo(entre 1815 e 1825)*"

[121] ANTT-DP, Beira-maço 15, n. 1409, 27/10/1794.

[122] PEDREIRA, Jorge Miguel - *Estrutura sectorial e regional da indústria portuguesa..., o.c.*, p.111 e 132.

Ainda na freguesia de Eixo, bem próxima de Aveiro, havia uma importante actividade de caldeiras, relatada numa monografia de meados de XIX. Veja-se a descrição feita:

"o pessoal desta indústria compõe-se de proprietários capitalistas, artistas e criados caixeiros para andarem pelas feiras; ainda que muitas vezes a mesma pessoa acumula os dois primeiros mesteres, e alguns (poucos) os três ditos. Esta indústria consiste no seguinte: - Os proprietários das lojas de caldeiras compram e mandam vir do Porto pastas de cobre e latão amarelo e fazem ou mandam fazer nas suas lojas caldeiras, tachos, alambiques, panelas, sertas, escumadeiras, fogareiros, esquentadores de cama e outros objectos, que se costumam fazer desta matéria, os quais os ditos criados vão vender às feiras e pelas portas em quase todo o Reino. Daqui resultou dizer-se em toda a parte 'que Eixo é a terra dos caldeireiros'; porém tal asserção não só não é exacta porque o todo o dito pessoal desta indústria forma uma grande minoria da terra, porque as lojas de caldeiras nunca passaram de seis a oito ocupando cada uma um ou dois artistas e quando muito três criados; e nem esta indústria pode ser considerada vil e tanto que os donos destas lojas sempre ocuparam os primeiros empregos da terra"[123].

A corroborar esta sua afirmação, enumera a presença de caldeireiros, ocupando cargos de vereadores e juízes da vila de Eixo, no ano de 1749. Note-se que, em 1775, como se verá no capítulo seguinte, surge um grupo numeroso de vendedores de Eixo, envolvidos, todos eles, no negócio de cobre, tachos, bacias, caldeiras, expedidos para Eixo e para as Feiras da Provedoria [ver cap. 8. 2, quadro 20].

Duma forma mais organizada, surge a Fábrica de arcos de ferro e fundição, de Lever, propriedade da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, cujo objectivo principal foi suprir as necessidades de construção de pipas, mas que se abriu às necessidades conjunturais, a guerra, com o fabrico de munições, alargando-se, até, ao fornecimento de utensílios domésticos. Sobre esta Fábrica de metalurgia, cuja data de fundação desconhecemos, mas muito, provavelmente, associada à criação da Companhia, registada na "*Descrição da Comarca da Feira*", em 1801, que aludimos atrás, conhecem-se um relatório de 1812[124], de 1814, de 1815 e de outros posteriores[125], em que se dá conta do estado de organização, produção e comercialização dos produtos:

---

[123] VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a Vila de Eixo[1868-69]*..., o.c., p. 43-44.

[124] AHMOP-JC, n. 12, 1812. Este mapa foi utilizado por Acúrsio das Neves como se verifica no v. 3, p. 257, e respectiva nota 13 na página 271 "*Informação e relação do corregedor da Comarca[Feira], de 5 de Outubro de 1812*".

PRODUÇÃO:

- as MATÉRIAS-PRIMAS, utilizadas, eram lenha, carvão de pedra inglês, e de S. Pedro da Cova, ferro em barra, certamente importado, porque, de seguida, se indica que *"por curiosidade se tem fundido alguma porção de pedra mineral de ferro explorada no sítio de Seixo alvo distante desta mesma Fábrica um quarto de légua"*, e ainda *"ferro coado"*, *"peças velhas de artilharia e outros fragmentos semelhantes"*;

- a TECNOLOGIA baseava-se no emprego de mecanismos, movidos a água, força fundamental a partir do rio Uima, mas condicionada pelo caudal deste o que permitia a laboração, só de Novembro a Junho, e no resto do tempo *"recompõem e renovam todas as suas máquinas"*; o fogo era atiçado da seguinte forma *"em lugar de foles são animados pelo vento produzido da queda de água, para cujo efeito se servem de simples máquinas às quais se nomeiam trompas, à excepção dos fornos de reverbere, porque os lumes destes são animados pelo ar atmosférico"*. Depois nomeiam-se as forjas e sua utilização:

. uma para compôr utensílios, utilizados na Fábrica;

. 2 forjas para fazer pregos de *"ferrar e galiota que servem para cravar e segurar os ditos arcos nas pipas"*;

. 2 fornos de *"reverbere"*, para fusão dos *"cilindros"* para fabrico de objectos domésticos assim como balas de diferentes calibres, além dos arcos;

. forja ou forno baixo para fundição *"por curiosidade"* de alguma pedra mineral;

. pequeno forno alto de fusão, em construção, para poder fundir a dita pedra mineral;

. 3 tornos diferentes, aplicados aos eixos das rodas da água;

.1 máquina de abrir roscas, quadradas, de todas as dimensões *"movida a braçáo"*;

- a MÃO-DE-OBRA é parcamente indicada, apenas o Mapa de 1814 e 1815 fornecem alguns dados; veja-se:

QUADRO 11

---

[125] AHMOP-JC, n. 12; PEDREIRA, Jorge Miguel - *Estrutura sectorial e regional. . .* , o. c. , : este autor utilizou os mapas para os anos de 1815 a 1825. No seu outro trabalho, *Estrutura industrial. . .* o. c. , p. 113, refere-se à Fábrica de Lever e *"uma fundição em Crestuma"*, como se se tratasse de unidades diferentes, quando ambas se encontavam unidas e dependentes, sob a administração da mesma Companhia de Vinhos do Alto Douro, estabelecendo no Quadro 2. 9, p.115, 1 unidade de 5 operários e outra de 88

Mão-de obra utilizada na fundição de Lever da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro

Designações	1814	1815
Mestre		6
Mestre principal	1	
Contra-mestre máquina de arcos	1	
Operários de arcos	10	
Contra-mestre de fundição	1	
Oficiais da fundição	6	
Oficiais		23
Aparilhador	2	
Escrivão	1	
Pregueiros	4	
Ferreiros	3	
Carpinteiro	1	
Pedreiro	1	
Oficiais de pedreiro e carpinteiro	4	
Moços	2	
Aprendizes		8
Serventes		2
TOTAL	37	39

Fonte: AHMOP-JC, n. 12, 1814, 1815.

A diferença de elementos, entre as duas datas, é mínima, mas, mais especificada, em 1814; saliente-se a diversidade, demonstrando que, nesta data, fundição e fabrico de pipas eram feitos, conjuntamente.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Note-se que a produção de arcos estava avaliado, em 1812, à volta de 1600 arcos, por mês e, em 1814 e 1815, em 8000, com uma produção anual (8 meses por ano) entre 60 a 70 milheiros. Além disto, fabricavam-se balas necessárias para a defesa da cidade a quando das Invasões: em 1812, a sua quantidade está bem descriminada, "*para uso do Real Arsenal do Porto por ordem do Excelentíssimo Senhor Governador da mesma cidade*":

7127 balas de calibre 12
10246 balas de calibre 9
7892 balas de calibre 6
456 balas de calibre 8,

num total de "*25721 com o peso de oitenta e um quintal, duas arrobas e um arratel*".

Finalmente, a fábrica servia ainda encomendas de diversa natureza e clientela: "*para outra qualquer Fábrica dos Particulares: fogões económicos de várias dimensões para cozinhas, panelas, chaves ou torneiras para tonéis, pipas e tanques e todas as mais obras de qualquer figura que sejam*".

Um dos maiores problemas que se repete nos sucessivos "Mapas", é a falta quer de matéria-prima, quer de materiais combustíveis; em 1812

referem-se as tentativas para se obter ferro para o que se construiu um pequeno forno, "*apesar da pouca abundância de lenha para carvão, contudo se vê o Mestre obrigado a seguir este método porque pelo contrário daqui por algum tempo não haverá matéria de que se façam os cilindros e mais apréstimos necessários para o uso da dita Fábrica*". Porém em 1814, 2 anos após escreve-se "*a falta de lenhas para reduzir em carvão [...] não permite continuar com as ditas operações só sim sendo em caso de necessidade*".

D - Fábricas de papel

A MP de Oleiros, em 1758, informa que "*no fim dele [Rio Maior], nesta freguesia em o lugar da Lapa, tem um notável engenho de papel*", o mesmo a que se refere o pároco da vizinha freguesia de Paramos. Em 1788, na Relação das Fábricas, fonte bem conhecida e publicada, diz-se estar esta fábrica na posse duma conhecida figura do Porto, e com grandes interesses comerciais e industriais em Aveiro, Pedro Pedrossem[126]. Perde-se, entretanto, o rasto desta fábrica, surgindo em 1812, no Mapa citado, 2 fábricas:

Paços de Brandão	Pe. José Pinto de Almeida	papel escrever
Oleiros	Francisco Novais Moreira	papel pardo

Ambas movidas a água, consideradas em "*decadência*", pela falta de matéria-prima, até que "*haja linhos em preços cómodos, a qual emprega os mesmos trapos, lenhas, colas, ferros, bronzes, madeiras*". Em 1814, a situação é diferente "*progressiva*" ou "*em actividade*"; porque, não só estas superaram, como se informa que havia surgido uma outra, em 1811, também na freguesia de Oleiros, de papel "*ordinário e de embrulho*", no lugar do Candal. O proprietário era o Bacharel Manuel José de Ataíde e Magro[127]. Porém, nos "Mapas" de 1814 e 1815 apresentam-se associadas, a nova de Oleiros com a antiga de Paços de Brandão, sob a administração do Pe. José Pinto de Almeida. O pessoal que as duas

---

[126] DIAS. Fernado de Carvalho - *A relação das Fábricas de 1788..., o.c., p.57: " Pedro Pedrosen, He antiga, mas não consta q. tenha izençoens*": Sobre a família Pedrossem, ver o que se diz, no cap.seguinte, sobre o seu envolvimento na Fábrica de Algodão de Aveiro, e no cap.8.1., o seu desempenho comercial.

[127] Na Carta militar actual a toponímia indica "*engenho novo*" na freguesia de Oleiros, lugar da Lapa e "*engenho velho*" na freguesia de Paços de Brandão provavelmente referindo-se aqueles dois primeiros engenhos.

unidades apresentavam era, praticamente, o mesmo, nos dois anos consecutivos.

QUADRO 12

Mão-de-obra e produção das Fábricas de papel da Comarca da Feira

Mão-de-obra/produção	Fábricas antigas (Oleiros e Paços de Brandão)		Fábrica Nova (Oleiros, lugar Candal)	
	1814	1815	1814	1815
Mestres	2	3	4	4
Oficiais	10	17	2	2
Aprendizes		2	2	4
Serventes	6	6	1	4
Total	18	28	9	14
Produção(resmas)	1200	2000	800	300

Fonte: AHMOP-JC, n. 12-1814, 1815

A acreditar nestes dados, a instalação mais antiga teria quase duplicado a sua produção e a segunda, diminuído, embora ambas aumentassem o seu potencial, em mão-de-obra. O papel era consumido no Porto, Aveiro e Feira. Parece ter sido um sector que acelerou, extraordinariamente, se compararmos com os quadros de Jorge Pedreira para o ano de 1825: 6 unidades num total de 125 operários, na "*pequena área do Rio Meão, Paços de Brandão e Oleiros, onde se implantara um grupo de fábricas que pareciam atrair-se umas às outras*"[128].

E - Canastras e esteiras

Actividade largamente artesanal mas de que as gentes, à beira-rio, faziam ocupação rentável, chegando a sair, pelo porto de Aveiro, quantidades significativas, como se poderá ver no capítulo 8. As descrições que nos chegam são, sobretudo, de há 50 anos, mas imagina-se que esta actividade não seria muito diferente da dos tempos mais recuados. A matéria-prima, o junco, crescia em terrenos pantanosos, de forma abundante em volta do rio Cértima,

[128] PEDREIRA, Jorge - *Estrutura industrial*. . . o. c. , p. 117, quadro 2. 10.

repetidamente, colhido pelas gentes de Oiã, utilizando métodos bem conhecidos, e vendida a obra para feiras próximas[129].

No entanto, pelo menos em meados de XIX, à volta do comércio do junco, alguns, sobretudo da Murtosa, dedicavam-se, quase exclusivamente, a esta ocupação, com pouco trabalho de transformação; também alguns de Aveiro, a fim de cobrirem os montes das marinhas[130], ou o chão das cozinhas, especialmente no bairro piscatório, usavam-no sobre o pavimento, em terra batida[131].

Talvez a forma, mais evidente, para demonstrar o valor desta actividade seja o quadro seguinte de 1888, que permite comparar aquilo a que, na época, se chamava "*indústrias da Ria de Aveiro*"

QUADRO 13

"Indústrias da Ria de Aveiro - 1888"

Tipo "indústria"	Produção(contos)	Capital(contos)	NºPessoas	NºBarcos
Navegação e fretes	41.5	24	550	400
Extracção de sal	50.	6	600	100
Colheita junça,caniço	59.9	1.8	60	60
Moliço	157.9	78.4	2542	1342
Pesca	46.7	23.5	1155	383

Fonte: REGALLA, Francisco A. da Fonseca- *A ria de Aveiro e as suas indústrias*. . . , o. c. p. 59.

Verifique-se que, com pouco empate de capital, e apenas 60 pessoas/60 barcos, se movimentavam quase 60 contos anuais, respeitantes à sua colheita, sem contabilizar o acréscimo da sua transformação[132]; relativamente às outras "indústrias", era certamente a mais compensadora. Hoje, ainda se encontram alguns resquícios desta actividade, tanto mais que as vindimas, sobretudo na Bairrada, canalizam parte desta produção[133].

Em resumo, conseguimos identificar uma multiplicidade de iniciativas, formas igualmente distintas de organização de trabalho, tendo, em comum, a sua antiguidade e forte implantação. Se o sector têxtil, chapelaria, ferrarias, e

---

[129] MOTA, Armor Pires - *Oiã, Terras e Gentes*. . . , o. c. , p. 141 a 144. ALBERTO, Manuel Simões - *A freguesia de Palhaça..., o.c.*, p. 55-56: regista o fabrico duma espécie de capas em "*bajunça ou tábua*", com que as pessoas em geral se resguardavam da chuva, a que chamavam "*palhoças*" sendo, na opinião de alguns, razão do ser do topónimo da futura freguesia de Palhaça.

[130] LEITÃO, António do Nascimento - *A bacia hidrographica de Aveiro e a Salubridade pública..., o.c.*, p. 136-137.

[131] SOARES, José - *A Hygiene d'Aveiro..., o.c.*, p. 65.

[132] REGALLA, Francisco de Sousa - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias..., o.c.*, p. 22.

[133] NEVES, Amaro - *Actividades tradicionais no concelho de Aveiro*. . . , o. c. , p. 21-22.

olarias, se disseminam, servindo a procura local, aqui e ali, surgem 'sombreados' que acentuam a actividade, dando-lhe uma dinâmica difícil de medir, pois que, raramente, as fontes ditas 'estatísticas' revelam esta densidade. No entretanto, alguma organização 'fabril' aparece bem localizada, tendo em conta as necessidades mais próximas, mas, envolvendo-se já, num mercado mais distante: cerâmica, vidro, arcos de pipa, papel.

Note-se que três áreas tiveram, muitos anos após, uma dimensão mensurável: na terra da Feira, nas manchas de sombreireiros, vieram a surgir fábricas de chapéus; nas dos ferreiros e ferrarias, a moderna concentração metalúrgica das terras de Águeda; na multiplicidade de olarias, as de louça fina, a da Vista Alegre exemplo acabado. Trata-se de unidades cuja produção não parece ultrapassar o consumo próximo, até bem tarde, como enumerou, largamente, Lucília Caetano, num seu trabalho sobre a Indústria no Distrito de Aveiro: a propósito da exposição realizada no Palácio de Cristal, no Porto, em 1891, onde o distrito de Aveiro esteve representado (em que a Provedoria se encaixa), demonstra[134]:

"*a escassez de expositores provenientes do distrito, apesar da curta distância que o separa do Porto, confirma a ideia, decerto entrevista através da larga soma de dados apresentada, de que a indústria aí existente era sobretudo de pequena dimensão, de feição doméstica, com as verdadeiras fábricas em número muito reduzido*".

Reduzida sem dúvida, perante os modelos industriais de concentrações a avolumarem-se, mas, significativa, pelo número de indivíduos, capitais e mercadorias que se jogavam, pela dinâmica que desenvolve. Vejamos, então, de que forma Aveiro, centro desta Provedoria, funcionou e se organizou, perante os novos rumos propostos, ao longo de XVIII.

---

[134] CAETANO. Lucília de Jesus - *A indústria no Distrito de Aveiro*. . . , o. c. , v. 1. p. 273-274.

Cap.7.2 - Aveiro, entre a tradição e a inovação

Interessa-nos, agora, avaliar a aplicação de directrizes centrais, observando a capacidade de adaptação da conjuntura local, à do Reino, ou seja, os poderes municipais, face às intervenções do poder central, os governos municipais, face às mutações manufactureiras. E ainda, avaliar até que ponto as iniciativas estatais foram precedidas ou encontraram condições favoráveis, à formação de um mercado interno.

O nosso espaço é Aveiro, cidade, a partir de 1759, centro duma recém-criada Comarca e Provedoria [ver cap.1], onde se encontra uma organização artesanal, comum a qualquer centro urbano, e onde o surto industrializador de Pombal, no ramo têxtil, seda e algodão, se vai sentir, a partir de 1769, com a laboração da Fábrica de Algodão de Aveiro. Além desta, outra importante Fábrica de "Louça Fina" se instala, mas num contexto muito mais familiar.

1 - Actividades tradicionais

A estrutura profissional de Aveiro, meio para avaliarmos o 'peso do secundário', é-nos, completamente, impossível apurar; de forma aproximada, pode ter-se em conta o que se escreveu atrás, cap.3.C, acerca da estrutura funcional da cidade, a partir de fontes fiscais: marnotos e pescadores, oleiros, tanoeiros, que predominam, mas também toda a diversidade essencial à manutenção dos serviços mínimos e complementares de todo o centro urbano: padeiras, alfaiates, ferreiros, etc. Juntemos, entretanto, outros elementos que permitem completar o quadro 'industrial'.

A - Evolução das actividades "mecânicas"

Em 1727, a Vereação de Aveiro acordou uma série de *"taxas dos ofícios mecânicos"*, por serem muito antigas as, até então, vigentes, mas, sobretudo, porque *"oficiais e mestres de tais ofícios levavam o que queriam com grande vexação do povo e prejuízo da República"*[1]. Estabelece-se, na altura, um regimento e taxas para estalajadeiras, padeiras, pedreiros e alveneres, tanoeiros, carpinteiros, marceneiros e tamanqueiros, alfaiates, ferradores, cordoeiros, esteireiros, serralheiros e ferreiros, oleiros, tecedeiras, sapateiros, espadeiros, canastreiros, sombreireiros, tecelões, forneiras, tintureiras, padeiras, medidores de sal. Além destes, acrescentam *"taxas gerais para os oficiais e mais mesteres que não têm regimento particular calafates, barqueiros homens de ganhar, homens de enxada, carreiros, lavradores e siereiros, junqueiros e curveiros"*. Presume-se ser esta a lista de ofícios existentes na ainda, então, vila.

A descrição da Procissão do Corpo de Deus poderá contribuir para nos apercebermos duma certa hierarquização, entre ofícios, como nos revela um documento de inícios do séc.XVII[2]:

. para a "charola" do Santíssimo Sacramento, contribuíam os *barbeiros, ferreiros, ferradores, serralheiros, cutileiros e besteiros,*

. acompanhavam-na 8 clérigos, pagos por *alfaiates, canastreiros e tanoeiros,*

. 2 tochas, pagas pelos *mercadores de retalho,*

. 16 tochas pelos *mercadores de bacalhau e ferro,*

. dança das ciganas paga pelas *regateiras da sardinha e fruta,*

. 2 *"pelas"*[jogos], pelas *padeiras, tecedeiras, horteloas, e alfaiatas;* uma *"da banda da vila nova e outra da banda da vila"*,

. uma dança pelos *oleiros* que levam bandeira,

. uma nau *muito bem consertada* pelos *carpinteiros das naus,*

. 1 bandeira, pelos *carpinteiros e pedreiros,*

. *"uma folia muito boa"* pelos *almocreves e trabalhadores,*

. *"festa do drago"* pelos *taberneiros e azeiteiros,*

. *"festa da mourisca"* pelos sapateiros,

---

[1] AMA, LV. n. 6, 31/12/1727.

[2] MADAHIL, A. da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, *o.c.*, vol. 2, p. 26 a 28.

. "*dança dos romeiros*" pelos *sombreireiros e sirgueiros,*

. os "*chocalheiros*" dão os *medidores,*

. "*Nossa Senhora numa charola*" pelos *marceneiros,*

. "os *forneiros* dão a serpe e a levam todos",

. os *carniceiros* dão cada um seu touro,

. os *lavradores* dão 1 touro,

. os *cordoeiros* tapam o curro;

Porém, a partir de 1682, os 6 primeiros representantes (contribuintes para a charola), foram substituídos por 12 clérigos[3]; em seguida, vinham os mercadores de bacalhau e ferro, oleiros, calafates, carpinteiros e pedreiros; depois naturalmente os vereadores e almotacés, além dos frades de S. Domingos[4]; eliminam-se as folias e a sobriedade passa a ser a tónica.

Destas alterações, poderemos concluir que, como aconteceu noutras cidades[5], se tentou moralizar os costumes e eliminar "*festejos e danças indecorosas*" como a nobreza reclama em 1728[6], ou em 1765[7]; entretanto, teria havido, uma hierarquização sócio-profissional, de que se destacam os mercadores de bacalhau e ferro, no sector comercial (que não nos interessa agora referir) e os oleiros que parecem manter um certo prestígio. Mais tarde, já em 1777, o juiz e escrivão dos ourives, reconheciam haver dúvidas, acerca do lugar a ocuparem na Procissão do Corpo de Deus, recusando-se a ficar em lugar posterior aos almotacés, mas sim juntos, logo adiante da Câmara, reservando a sua participação, única e exclusivamente, nesta procissão, ostentando bandeira própria[8], quando na cidade existiam, pelo menos, as de S.Sebastião, Santa Isabel e Anjo Custódio[9]. Aliás, a disposição dos feirantes da Feira de Março, com os ourives, sempre colocados em locais centrais [ver cap.3] pode ser um indício da sua ascensão profissional e, mesmo, social.

---

[3] Id. , *Ibid.* , p.26, nota (I).

[4] Id., *Ibid.*, p.27.

[5] OSSWALD, Helena - *Um aspecto da vida pública do Porto no séc. XVII...*, *o.c.*. GOMES, Maria Eugénia Reis - *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa ...*, *o.c.*, p. 17.

[6] AMA-LV, n. 6, f. 211, ss. 13/5/1728

[7] AMA-LV, n. 7, ss. 1/6/1765.

[8] AMA-LV, n. 8, ss. 24/5/1777.

[9] MADAHIL, A. da Rocha - *Milenário de Aveiro*. . . , o. c. , p. 26.

Em 1769, a Vereação recorda a necessidade de novos regimentos aos "*obreiros e mestres de ofícios mecânicos*", sendo nomeados mestres de diversos ofícios que tratariam de os propôr: sapateiros, alfaiates, serralheiros, alveneres, marceneiros, tecedeiras, oleiros, cordoeiros, tanoeiros, esteireiros, forneiros, tintureiros. Talvez, seja interessante comparar a complexidade da estrutura profissional de 1727 e a que se refere à de 1769:

QUADRO 1

Ofícios "mecânicos" referidos em Aveiro

1727	1769	1787	1805-1812
estalajadeiras			
barqueiros			
ferradores			
forneiras	forneiros		
padeiras			
medidores de sal			
homens de ganhar			
homens de enxada			
carreiros			
lavradores e seareiros			
	ourives		ourives
pedreiros e alveneres	alveneres	alveneres	alveneres
tanoeiros	tanoeiros		
carpinteiros, marceneiros e tamanqueiros	marceneiros	marceneiros	carpinteiros
serralheiros e ferreiros	serralheiros	ferreiros	serralheiros
espadeiros			
sapateiros	sapateiros		sapateiros
alfaiates	alfaiates	alfaiates	alfaiates
sombreireiros			
esteireiros	esteireiros		
canastreiros			
junqueiros e curveiros			
oleiros	oleiros		
tecedeiras	tecedeiras	tecedeiras	
tecelões			
tintureiras	tintureiros		
calafates		calafates	calafates
cordoeiros	cordoeiros		cordoeiros

Fonte: AMA-LV, n. 6, 7, 8, e 9.

A lista de 1727 inclui profissões que significam serviços, como no caso das estalajadeiras, padeiras, barqueiros e carreiros, ferradores, medidores do sal; depois profissões indiferenciadas, homens de ganhar e de enxada, lavradores e seareiros; só, então, surgem ofícios. Em 1769 a necessidade de novos regimentos indica os que seriam mais significativos, enquanto as restantes datas dizem apenas respeito aos ofícios para os quais se nomeiam juizes. Nestes duas últimos colunas, note-se a manutenção dos calafates e cordoeiros, sinal da continuação duma construção naval, assim

como de actividades quotidianas, essenciais a qualquer núcleo urbano. Porém as ausências notórias de oleiros e tecedeiras, actividades registadas até 1774 (no primeiro caso através de sociedades, e no segundo por cartas de fianças), podem indicar uma certa absorção por parte de "empresas" que, entretanto, se instalaram na cidade.

A análise das taxas dos regimentos de 1727 permite concluir que o único objectivo era tabelar preços e salários, não revelando, especificamente, deveres e direitos e a própria organização interna. Como outros demonstraram, a grande preocupação no séc. XVIII, por parte do governo municipal, era permitir que os abastecimentos básicos não faltassem e o fabrico corresse a preços convenientes, intervindo, ora a favor dos corpos de ofícios, ora contra, segundo o objectivo principal e delineado[10]. Daí que se juntem, no mesmo objectivo, profissões não "mecânicas", como estalajadeiras, e restantes serviços.

Praticamente, não temos indicação do seu funcionamento interno, relações de mestres, oficiais e aprendizes, deveres e direitos, à imagem do que se conhece para outras cidades, sobretudo para o séc. XVII[11]. No entanto, em 1788, em Câmara, repreendem-se os Mestres de ofícios que punham seus aprendizes a realizarem outras tarefas, como "*guardar animais e fazer outros serviços*", sem a devida aprendizagem, decidindo-se que:

. terminado o tempo estipulado, no contrato de aprendizagem, o aprendiz fosse submetido ao juiz e escrivão de cada ofício;

. não sendo aprovado por estes, "*ficará o dito Mestre obrigado a pagar a outro enquanto aquele seu aprendiz se habilita para exercer o mesmo ofício*"[12].

Infelizmente, nunca conseguimos encontrar qualquer contrato de aprendizagem que melhor concretizasse este aspecto, mas não deixa de significar a sua existência, à margem do resgisto escrito, oralmente, segundo convenções consideradas válidas[13]. Porém, aquela admoestação prova a sua

---

[10] FERNANDO DIEZ - *Viles y Mecánicos. Trabajo y sociedad en la Valencia preindustrial...*, o.c., p.49 a 60. MAGALHÃES, J. Romero de - *O Algarve Económico. 1600- 1773...*, o.c., p. 215.

[11] OLIVEIRA, António de - *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640...*, o.c., p.443. CRUZ, António - *Os mesteres do Porto. Subsídios para a história...*, o.c.

[12] AMA-LV, n. 8, ss. 1/3/1788

[13] PELLEGRIN, Nicole - *L'apprentissage ou l'écriture de l'oralité...*, o.c., p.361

existência e, sobretudo, que obedecia a regras, largamente conhecidas: o aprendiz deveria dedicar-se, exclusivamente, ao seu objectivo primeiro, sendo as tarefas laterais, de criado, pouco próprias[14].

Com os dados que temos, relativos à extensa lista de taxas de ofícios em 1727, podemos avaliar, com precisão, o que era permitido fabricar, dentro de cada ofício, e o horário de trabalho respectivo. Leia-se:

a) pedreiros e alveneres

. recebiam ao dia, variando o salário, para metade, se lhes dessem de comer, como acontecerá aos restantes "especialistas" deste ofício: "cavouqueiros" que cortam e arrancam a pedra, serventes e caiadores;

. tinham dois horários anuais, de Verão e de Inverno; o primeiro, da Páscoa até S. Miguel de Setembro, das 5 horas até às 12 e das 2 da tarde até às Avé Marias; o segundo, de S. Miguel à Páscoa, das 6 horas às 12 e da 1 hora da tarde às Avé Marias.

b) tanoeiros são referidos em 6 páginas, bem descriminadas de preços e tamanhos de vasilhames, novos ou consertados, de madeira nacional ou de "hamburgo", desde as pipas aos almudes, passando por caixas, para "*escabeches de peixe e mexilhão*"

c) carpinteiros, marceneiros e tamanqueiros

distinguem-se os carpinteiros e marceneiros que "*costumam emadeirar casas, assolhar e ferrar e fazer barcas e barcos e batéis*", e os tamanqueiros que faziam, exclusivamente, tamancos, mais ou menos, elaborados; os primeiros recebiam ao dia, com ou sem jantar, e os outros à peça, diminuindo o preço à medida do pé.

d) serralheiros e ferreiros

o trabalho é sempre por peça, mas são específicas as funções do serralheiro, das do ferreiro; o primeiro faz: fechaduras de diferentes aparelhos, dobradiças, ferrolhos, argolas de manjedoura, freios de animais, canas de espingarda, esporas de cavalgar, utensílios para outras profissões, martelos de sapateiro, formões de ferreiro e espingardeiro, cutelos de tanoeiro; o ferreiro fabricava grades de sacadas, machados e ferramentas de corte (para a agricultura), pregos, alavancas, etc.

---

[14] OLIVEIRA, António de - *A vida económica e social*. . . o. c. , p. 444 a 446: apresenta exemplos de contratos de aprendizagem cujas condições variavam. consideravelmente.

e) espadeiros

pagam-se à peça, pelo restauro de arma ou construção de nova, variando o preço, neste caso da qualidade do material; também se cobram de amolar as bainhas desde tesouras de alfaiate às facas de sapateiro, armas de almocreve e de pastores, ou machados.

f) sapateiros

têm 7 páginas de preçários, por peça, dependendo dos materiais empregues, complexidade do calçado, "feitio", ou idade do cliente; os consertos tinham, igualmente, tabela própria

g) alfaiates

constam em 6 páginas descriminando peças, materiais, feitio, tamanhos; além disso, podiam deslocar-se a "*algumas casas alheias*" onde cobravam de comer;

h) sombreireiros

os chapéus de vários feitios e tamanhos tinham preço compatível; mas acrescenta-se recomendação 'ecológica', nunca lançar "*as águas sujas de seus ofícios nos sítios onde moram, e as mandarão lançar no muro*"(veja-se cap.3)

i) esteireiros, canastreiros, junqueiros e curveiros

ofícios diferentes, com respectivo regimento, mas completando-se; os esteireiros fabricam esteiras de junco que os junqueiros e curveiros apanham; são esteiras de vários tamanhos, mistura de outros materiais (linho ou esparto), com diferentes aplicações: chão, sanefa, embrulho para almocreves ou cama comum, cobrir o sal; os canastreiros fazem canastras de diferentes tamanhos e aplicações (figos, sardinhas, caldeirada, tijolo ou pedra), capoeiras para galinhas, berços para crianças; finalmente, os junqueiros recebem, segundo os feixes de junco ou de palha triga ou cevada.

Do conjunto destes ofícios, surge a convicção de uma necessidade férrea de impor preços, controlar a produção (definindo as características do artigo e factores para o seu fabrico), evitar a concorrência e, mesmo, a novidade, defender o monopólio, ou seja, proibir o consumo de artigos que não os fabricados pelos artífices, o que, como veremos, igualmente se aplicará aos oleiros.

Mas a lista de ofícios apresentada não termina aqui. Seguem-se alguns que, pela dinâmica alcançada ou a alcançar, indicam formas de organização, enraizamentos que poderão condicionar mudanças na estrutura artesanal. Vejamos.

B - A possível mudança

Tenta-se, agora, fazer uma análise mais pormenorizada, à medida das fontes disponíveis, dos ofícios que viveram, ao longo do século, uma certa organização, dando origem, mesmo, a algumas 'manufacturas' que marcaram, por algum tempo, a vida da cidade.

Comece-se pela construção naval, actividade bem conhecida no período medieval[15], embora sem grandes pormenores quanto ao seu número, ocupação, movimento de construção. Em 1626 faz-se o treslado, no Livro de Registos, dum mandado do Conselho da Fazenda, acerca da matrícula geral da gente de navegação, bombardeiros, carpinteiros e calafates[16], sinal duma actividade significativa.

A taxa dos calafates de 1727, apenas, refere o salário diário[17]; note-se, no entanto, que sempre se passaram termos de fianças, ou juramento ao juiz deste ofício, ao longo do séc.XVIII. Sabemos que o lugar da construção era no "Matadeiro", como, por razões indirectas, nos informa a Vereação, ao exigir um termo de fiança para os prejuízos, inerentes à construção dum barco, por um homem de negócio do Porto, ao serem cravadas estacas, naquele local[18]. Nos notários de Aveiro, apenas encontrámos um contrato de *"feitura de embarcações"*, no ano de 1766[19]: o cliente, algarvio, declara ter-se contratado com um Veríssimo José Monteiro, do lugar da Figueira, a fim de este construir "*um hiate no estaleiro do Rio desta cidade*" com 70 palmos de quilha, com 20 palmos de boca e 14 de pontal. Estipulam-se as madeiras, breu e prego, e determina-se que o contratador as fornecerá; o construtor se

[15] SILVA, Mª João Violante B. Marques da - *Aveiro medieval..., o.c.*, p. 108.
[16] MADAHIL, A. da Rocha - *Milenário de Aveiro*. . . , o. c. , v. 2, p. 72.
[17] AMA-LV, n. 6, f. 143
[18] AMA-LV, n. 7, ss. 10/4/1771.
[19] ADA-SN, Aveiro, L. n. 294, f. 98v

encarregará de "*meter [...] oficiais no estaleiro*". Surgem-nos dúvidas, acerca das continuidade operacional do estaleiro, visto o construtor ser da Figueira, e "*meter oficiais*", o que pode indicar recorrer-se a gente de fora, para uma obra de dimensões não costumadas. Atente-se, porém, que era habitual, ao longo do século, importarem-se madeiras do Báltico e breu da Galiza[ver cap. 8], apontando para uma continuidade da actividade, concentrada nas ruas das Barcas e Alboi, nos inícios de XVIII, onde se verificava uma acentuada presença de calafates[ver cap.3].

Em resumo, é bem provável que se mantivesse uma contínua actividade de construção de barcos moliceiros, mercantéis, e bateiras que enxameavam o Vouga[20], embora sem sabermos, concretamente, onde se encontravam os "estaleiros" de cada um destes tipos de embarcações. As bateiras seriam imprescindíveis na travessia do Vouga, no transporte de ervagens, lenhas, produtos do campo, pesca e caça e, a acreditar nalgumas informações mais recentes, podiam ser construídos pelos próprios lavradores[21]. Certamente, porque, como indica o juiz de fora de Aveiro, em 1821, "*não havia qualquer obrigação de tirar licenças para construir barcos de pesca, e nunca se exigiu emolumentos*"[22]. A completar a actividade dos calafates, poderíamos pensar nos cordoeiros, registados em 1727 e 1769; porém o regimento descreve peças que não especificam funções ligadas a embarcações; são, sobretudo, para cargas do campo, prender animais e, em esparto, cordéis para alcatruz de nora, capachos, etc.

Vejamos, agora, uma das actividades dominantes da estrutural sócio-profissional da cidade. Aqui, a olaria é apontada, pela historiografia local, como actividade ancestral, lembrada na própria toponímia: "*Bairro das Olarias, Rua e Travessa das Olarias*", "*as Barreiras*". Este último correspondia ao local onde se recolhia a matéria-prima, utilizada pelos oleiros próximos, justificando, aí, a existência dum 5° bairro como o memorialista de Aveiro, Pinho Queimado escrevia, em finais do séc.XVII[23]. O tipo de produtos mereceu referência ao Pe Carvalho da Costa, "*barro*

---

[20] LARANJEIRA, Lamy - *A Ria de Aveiro. Barcos e Artes de pesca..., o.c.*
[21] CONDE, Bartolomeu - *Cacia e o Baixo-Vouga, apontamentos históricos..., o.c.*,v.2, p.97 a 102
[22] ANTT-MR, CF, maço 353.
[23] NEVES, Francisco Ferreira - *Memória sobre a vila de Aveiro-1687..., o.c.*, p. 93

formado em louça encarnada, tão dura quase e tão durável como pedra [...] especialmente pelas invenções várias de púcaros e quartinhas [...], pois com repuxos, retalhados e figuras, e letrias lisonjeiam a sede sem se penetrarem da água"[24].

O papel, sem dúvida importante, destes oleiros, traduz-se no seu envolvimento nas procissões de Aveiro, quer através da sua presença, quer por custearem a bandeira e dança que as acompanhavam, desempenhando sempre, apesar das alterações sucessivas na organização da procissão do Corpo de Deus, ao longo do séc.XVIII, uma posição social cimeira.[25]

Em 1727, o Regimento aprovado pela Câmara, revela uma distribuição de papéis, à volta do barro; é que, quase no final do conjunto do registo das diferentes "taxas", adverte-se para a obrigatoriedade dos "*oficiais de telha e tijolo que trabalham na Lamarosa* [freguesia de Espírito Santo, à saída para Ilhavo[26]] *termo desta vila, não fabricarem nem fazerem ladrilho, tijolo, telha, sem tomarem a bitola para as ditas cousas por ordem desta Câmara da mão do juiz do ofício dos oleiros, o qual se encarregou ainda com respeito às lenhas e barros*"[27]. Este acrescento cria uma certa distinção social e funcional, entre os oleiros de roda e os de materiais de construção, entre "*artistas*" e "*os outros*", sendo estes dependentes dos primeiros, à imagem, aliás, do que se passava noutras cidades, e era próprio duma regimentação corporativista[28].

Nesse mesmo Regimento, encontra-se um rol dos produtos elaborados, com o devido preçário e que se lê no quadro seguinte:

QUADRO 2

Tipo e preçário de utensílios produzidos pelos oleiros de Aveiro, em 1727

Nº	T	tipologia	preço (réis)
1	DA	alguidar de amassar, de 4 alqueires	360
1	D	alguidar de amassar de 2 alqueires	180

[24] COSTA, Pe.António Carvalho da - *Corographia Portugueza e Descripçam ..., o.c., v.2,* p.77.
[25] MADAHIL, A.Gomes da Rocha - *Milenário de Aveiro..., o.c.,* v.2, p.26 a 28.
[26] GASPAR, Pe. João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no séc.XVIII..., o.c.,* p.32.
[27] AMA-LV, n. 6, f. 74.
[28] Para Coimbra conhece-se Regimento de 1569, repetido em 1623, acerca duma distribuição funcional e profissional da arte: barro de S.Martinho do Bispo só para telha e tijolo; barro branco de Trouxemil e Póvoa de Bordalho, como se pode ler em MELLO, Adelino António das Neves - *Apontamentos para a História da Cerâmica em Coimbra..., o.c.,* p.24 a 32.

1	P	alguidar maior de sangrador	80
1	P	alguidar menor de sangrador	40
1	D	"chequitas" #	20
1	D	tigela de comer	4
1	D	tigela de quartilho	3
1	D	tigela de meio quartilho	1.5
100	D	tigelinhas pequenas de barro coado	120
100	D	tigelinhas pequenas de barro grosso	100
1	DA	pote no lagar, de almude	50
1	DA	pote no lagar, de 6 canadas	25
1	D	pote de 2 asas, pintado, com tampa	50
1	D	"enfuza maior"*	10
1	D	daí para baixo até	7
1	DA	barril de 6 canadas	40
1	DA	barril de 3 canadas	20
1	P	alcatruz para nora	15
1	D	"azado" **de 2 almudes	60
1	D	panela de 4 canadas	20
1	D	jarra de 2 canadas	10
1	D	jarra de 1 canada	5
1	D	panelinha de 1.5 canadas	10
1	D	panelinha para cozer, 2 arratéis carne	7
10	D	panelinhas vidradas	20
1	D	púcaro de 2 asas	6
1	D	púcaro comum	3
1	DP	talhador grande para homens de serviço***	10
1	DP	talhador para cobrir talhos	5
1	D	testo de panela	1.5
1	D	testo de panela pequeno	1
1	DP	tigela de 8 canadas para fogo	40
1	DP	tigela de 5 canadas	30
1	D	tigela mais pequena	25
1	D	tigela mais pequena	15
1	D	servidor	45
1	D	bilha de barro coado	30
1	D	bilha de barro grosso	20
1	D	mealheiro grande	4
1	D	mealheiro pequeno	1.5
1	P	"devasas" para craveiras grandes	100
1	P	"devasas" para craveiras pequenas	50
100	P	ladrilho	400
1	P	canas"	25
1	P	canas de joelho"	50

D-doméstico; P-profissional; A-armazenamento
a quarta parte de um quartilho
*para líquidos, com uma asa vertical[29]
**pote de 2 asas[30]
*** prato para trinchar a carne; talho, vasilha para divisão das carnes no açougue
"trata-se de ferramenta também em barro, para puxar o barro, fazer o tremido (ondulação estreita), rapar as tigelas (fazer o fundo)"[31]; para fazer o encrespado
Fonte: AMA-LV, n. 6, "Taxas dos oleiros- 1727"

Trata-se, sem dúvida, duma lista que poderá servir de instrumento comparativo com outras áreas produtoras. A variedade tipológica que apresenta torna-se, por vezes, difícil de compreender. É necessário

[29] Corresponderá à "Infusa", vasilha com uma asa vertical, para líquidos, em geral, como por exemplo o leite, como se refere FERNANDES, Isabel Maria - *Cerâmica Açoriana. Catálogo...*, *o.c.*, p.24 e 107.
[30] CARNEIRO, Eugénio Lapa - *Empedrado, técnica de decoração cerâmica...*, *o.c.*, fig.3 e 4.
[31] VILAS-BOAS, J. S. Paes de - *A região de Aveiro e as olarias...*, *o.c.*, p. 37 e 38 descreve e desenha estes instrumentos do oleiro de Vagos, que não deveriam ser muito diferentes do de Aveiro.

classificá-la, a fim de permitir extrair linhas gerais de interpretação e evolução. Uma arrumação possível foi proposta por Leroi-Gourhan que organizava os artigos, conforme correspondiam a técnicas de consumo ou a técnicas de aquisição (entre outras)[32]. Ao classificarmos o primeiro produto do rol, "*alguidar de amassar de 4 alqueires*", naturalmente, que o situávamos como instrumento auxiliar da alimentação (técnicas de consumo). Contudo, tal alguidar, devido à sua capacidade, 4 alqueires, não esgota as suas características, numa aplicação directa e simples de consumo doméstico. Pode apontar mesmo uma dinâmica comercial - fabrico de pão em tal quantidade que lhe dê um alcance funcional muito mais alargado. Assim, preferimos dividir os diferentes produtos, segundo uma outra classificação, conforme se trate de uso doméstico (D), profissional (P) ou de armazenamento (A). As fronteiras, entre si, são ténues, porque a dimensão doméstica pode alargar-se a um âmbito comercial e "industrial. Vejamos:

D - doméstico, uso corrente, da casa, no sentido actual: cozinhar, servir, ou mesmo decorar (mealheiro);

DP- vasilhas de maior capacidade de que se serviam para uso doméstico, mas que indicam, já, armazenamento (vinho, azeite, líquidos); ou então, nitidamente, para acondicionamento de colheita, produção agrícola e comercialização, porque amassar 4 alqueires é muita quantidade, e pote, no lagar, de almude (17 litros), ou 6 canadas (meio almude), não é coisa maneirinha;

P - significa eventual utilização por outros ofícios, ou auxiliar do próprio oleiro: neste caso, encontram-se as "canas", para o encrespado; nos restantes casos, assinale-se o talhador para os açougues, alcatruzes para noras (rega agrícola ou abastecimento de água), sangrador, ladrilho para a construção civil.

No embelezamento das peças ou técnica mais apurada, note-se a utilização do "encrespado" (ondulação estreita) e da pintura (pote de 2 asas, pintado).

---

[32] LEROI-GOURHAN, André - *Evolução e técnias, II-O meio e as técnicas...*, *o.c.*, v.2, capítulos VI e VII.

Enfim, a lista ou rol ultrapassa a imagem de uma produção doméstica (destinada à preparação e provisão de alimentos), para frisar o carácter comercial (transporte) e, mesmo, industrial (ao serviço de outros sectores).

Só nos aperceberemos do alcance desta actividade, através duma avaliação do grau de irradiação da louça. Os destinos variavam. As indicações de comercialização conhecemo-las, a partir de poucos elementos e, sobretudo, presumimos que se trata de louça de Aveiro, quando a origem da louça contém a expressão *'de Aveiro'*.

As feiras, um pouco por toda a parte, registavam a presença de louça, indispensável complemento das actividades agrícolas: guardar o vinho, fabricar o pão. A de Aveiro, de Março, ao longo de Setecentos, exigia 200 réis por oleiro[33], independentemente do lugar ocupado ou quantidade vendida, enquanto os restantes feirantes (sombreireiros, ferreiros, vendedores de madeira, ourives, tendeiros em geral), pagavam por lugar ou carga. Além disto, se em 1727, altura do tabelamento, os 200 réis correspondiam a meio alqueire de trigo, em meados de XVIII, aquele preço perdeu qualquer significado, visto o alqueire triplicar ou quadriplicar.

As feiras, em redor, não se imaginam sem a canastra de louça, embora as fontes que se lhes referem, caso das Memórias Paroquiais, não o indiquem, explicitamente. Bem posicionadas estariam as de S.Amaro, em Beduído, Alumieira em Loureiro, NªSªda Fontinha em Segadães, Beco em Macinhata do Vouga, Vista Alegre em Ílhavo, Gândara em Cambra e Palhaça em Soza[34].

Depois, os braços da ria são caminho preferido de portos secos. Pequenas embarcações circulam, carregadas, pelos esteiros da Murtosa, Veiros, Estarreja, ou mesmo Ovar e, a partir desta vila, em direcção à cidade do Porto, importante mercado redistribuidor[35].

---

[33] AMA.LV. n.6. f.166 a 168v.

[34] MP respectivas.

[35] Apenas um exemplo: no ano de 1724. pelos portos secos. mercadores de Aveiro levam louça vermelha para Ovar. ponto de acesso. pela Ria. até à cidade do Porto. Ver ainda MATOS. Artur Teodoro de - *Transportes e comunicações em Portugal..., o.c.*, páginas não numeradas. quadros relativos a itinerários nas Beiras. Havia uma barca da Misericórdia de Aveiro. arrendada. que fazia o transporte exclusivo de Aveiro para Ovar como se pode verificar. a partir dos livros de assentos ou receitas da Misericórdia.

Pela Barra, as notícias das saídas são irregulares, conforme a documentação disponível, e a legislação exige o seu registo ou não; logo, nem sempre fiável ou contínua; mesmo assim, assinalam-se alguns elementos:

* para barras portuguesas, entre 1705 e 1750, saía louça vermelha de Aveiro, à mistura com louça branca de Coimbra, mas igualmente tijolo, telha, alcatruzes, botijas e cal (ver quadro anexo). Os destinos eram: para Norte, Viana e Caminha, seguia louça, por fornadas e milheiros, alcatruzes; para Sul, Peniche e Figueira da Foz, iam louça e telhas; para Lisboa, seguiam tijolos com destino à Fundição de Cobre de Paço D'Arcos (entre 1744 e 1750).

Articulando-se com estes dados, mostra-se preciosa a informação, colhida através das sisas da Alfândega de Viana do Castelo, entre 1744 e 1770 (1773 e 1777)[36]. No ano de 1744, quando se assinala a saída de Aveiro de 8 milheiros de louça vermelha, entram em Viana 666.5 dúzias de tigelas; refere-se a essa mesma saída, porque o cálculo (8000: 12 = 666.5) o confirma. Veja-se a regularidade do quadro seguinte:

QUADRO 3

Louça de Aveiro entrada no porto de Viana

Ano	Nºde cargas	Proveniência	Tipo Louça	Qt*
1744	2	Aveiro	tigelas verm.	666.5
1751	1	Porto	tigelas	20
1752	3	Porto	tigelas	440
1752	3	Lisboa	tigelas	59
1753	3	Porto	tigelas	90
1754	3	?	tigelas	85
1754	2	Porto	tigelas	103
1755	3	Porto	tigelas	45
1757	1	?	louça vermelha	40
1759	2	Porto	louça Aveiro	30
1760	1	Aveiro	louça Aveiro	240
1764	2	Aveiro	louça vermelha tigelas alguidares cântaros servidores almotolias	380 500 20 25 20 10
1764	2	Aveiro	louça grossa branca, tigelas e pratos	176
1765	2	Aveiro	louça vermelha	70

[36] CAPELA. Viriato - *Exportação de louça de Prado para a Galiza..., o.c.*, quadros das págs.33 a 39 "Despachos de louça entrada na Alfândega de Viana. 1744-1831".

1765	1	Aveiro	louça branca grossa	60
1766	1	Aveiro	louça vermelha	2 mil
1768	1	Aveiro	tigelas	70
1769	1	Aveiro	tigelas	100
1769	1	Aveiro	louça grossa	15
1770	1	Aveiro	louça branca	513
1773	1	Aveiro	tigelas	29 mil
1777	1	Aveiro	louça vermelha	20 mil

* em dúzias; mil-milheiros; verm-vermelha

Fonte: CAPELA, José Viriato - *Exportação de louça...*o.c.

Os dados, com referência explícita a Aveiro, terminam ali, em 1777, enquanto que a louça de Coimbra e de terras vizinhas a Viana continuam a ser referidas. Constata-se que a louça de Aveiro provinha, quer directamente desta cidade, quer redistribuída pela do Porto, ou mesmo, em barcos provenientes de Lisboa que, provavelmente, faziam escala, ou em Aveiro ou no Porto. A linguagem generaliza "*louça vermelha*" ou "*de Aveiro*", não possibilitando grandes avaliações tipológicas, mas as "*tigelas*" repetem-se. Finalmente, um peculiar aspecto: desde 1764 que se nomeia louça branca grossa, de Aveiro. Produto recente, objecto de experiências na procura de Louça Fina que começa a surgir, em Aveiro, à volta de 1774, ou já anteriormente?[37]. Ou será louça branca de Coimbra, expedida por Aveiro? Difícil resposta.

* para fora do reino, para a Galiza, Biscaia e Astúrias, nos inícios do séc.XVIII, alguns dados que não mais se repetem:

1730: 190 cântaros de barro vermelho, para Galiza
97 dúzias de louça branca de Coimbra - Galiza
30 dúzias de louça branca de Coimbra- Biscaia

1732: 20 potes de barro vermelho - Galiza
116 dúzias de louça branca de Coimbra - Astúrias
160 dúzias de louça branca de Coimbra - Galiza
74 dúzias de louça vermelha de Coimbra - Galiza

Depois, a legislação local (isenção de sisa) e pombalina isentaram de direitos de saída do país, a louça de produção nacional, pelo alvará de 7

[37] AMORIM, Inês - *A cerâmica de Aveiro...*, o.c., o contrato de arrendamento que parece dar origem à chamada Fábrica de Louça Fina, de 1774, induz a existência duma unidade anterior, de louça branca, de inferior qualidade.

de Novembro de 1770[38]. Mas para a Galiza, era provável que o destino interno, Viana, correspondesse a um reencaminhamento naquela direcção, à mistura com a louça localmente produzida, como se verificou, ao longo do séc.XVIII; assim como a direcção Porto significa redistribuição.

* para o Brasil, destino longínquo e eventual, as informações são esporádicas; as chamadas formas de pão de açúcar, para transporte de melaço, eram o produto mais referido nos relatos conhecidos[39]; além destes, outra informação, qualitativa e isolada, é a de um memorialista, de meados do séc.XIX, que escreveu *"no bairro das Olarias apenas conheci dois velhos que me diziam ter sido oleiros, mas que já não trabalhavam.[...] Também ali se fabricavam formas dos chamados pãos de açúcar que iam para o Brasil e que deixaram de ir, desde o infelicíssimo Tratado de 1810"*[40].

A estruturação deste comércio é difícil de avaliar. O Porto seria o destino de grande parte da louça e redistribuidor, mesmo, como vimos, em relação ao mercado de Viana. A confirmar a dinâmica daquela cidade, acrescente-se uma notícia que informa sobre a constituição de sociedades, tendo, como objectivo, aquela praça. A notícia é isolada, mas demonstra a fórmula encontrada por oleiros que se organizam na expedição da sua própria produção: em 1761, surge uma *"escritura de sociedade de contrato"* de vários oleiros da cidade de Aveiro[41] e cita os seguintes: Bartolomeu Gaspar, Manuel da Silva, João da Cruz, João António e Francisco Coelho. O contrato pressupõe uma certa organização comercial; os diferentes sócios dispõem-se a vender, na cidade do Porto e em conjunto, em quotas rigorosamente iguais, a louça que produzem:

. iriam ao Porto *"cada hum per si alternativamente para o que disporão de 1200 réis para pagar o seu trabalho"*;

. perante a desistência dum deles, Francisco Coelho, porque *"não tinha cabedal para poder entrar sempre com igualdade de louça dos mais e para que não pudessem*

---

[38] DIAS, Fernando de Carvalho - *A Relação das Fábricas de 1788..., o.c.*, p.50.

[39] MACEDO, Borges de - *Problemas de História da Indústria portuguesa..., o.c.*, p.62, indica as "formas de barro de Aveiro" entre os produtos exportados. O fabrico e circulação deste artigo confirmou-se, mais recentemente, por achados arqueológicos colhidos no fundo da Ria de Aveiro: Jornal "*Público-Local*", 23 de Fevereiro de 1996, p.27 "Tesouros da Ria de Aveiro"

[40] NEVES, Francisco Ferreira - *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira da Cunha..., o.c.*, p.87.

[41] ADA-SN, Aveiro, n. 290, f. 42 a 43.

prejudicar uns aos outros, ficaram os mais companheiros obrigados a comprar a louça ao dito Francisco Coelho, à boca do forno".

Não se define tipo de louça, quantidades, qualidade, mas o produto vendido não devia ser muito diferente daquele que o regimento referia, embora, entre aqueles nomes, Bartolomeu Gaspar fosse conhecido como "barrista", por produzir presépios e santos, alguns deles, actualmente, identificados[42]. Percebe-se, contudo, que estava em causa o escoamento da sua produção[43] e o afastamento da concorrência, pois que se comprometem a comprar a produção dos que não podem entrar na sociedade, afastando a hipótese de outros intermediários, comprovando ainda a existência dum mercado regional, que as saídas, pela barra, para o Porto e Norte de Portugal, confirmam.

Em conclusão, se tomássemos como ponto de referência, a evolução conjuntural do comércio de louça, pelo porto de Viana, poderíamos falar de um apagamento da comercialização da louça vermelha de Aveiro desde a década de 70; e, se ainda quiséssemos ver, aí, um decréscimo da produção, datá-lo-íamos para mesma década. Mas as fontes calam-se; só para inícios do séc.XIX, os Inquéritos Industriais nomeiam algumas sobrevivências que ficam registadas: apenas 4 oleiros merecem estatística.

QUADRO 4

Unidades de barro vermelho da cidade de Aveiro, em 1814

Oleiro	Géneros empregues	Valor
Bento dos Santos Ventura	barro, lenha	80.000
José António Resende	id	60.000
João da Graça Ventura	id	20.000
João dos Santos Gamelas	id	20.000

Fonte: AHMOP-JC, n.12, 1814

[42] NEVES, Amaro - *Barristas Aveirenses...*, *o.c.*, p.47. QUADROS, Rangel de - *Apontamentos Avulsos, (1911-1916)...*, o.c., p.105, indica Bartolomeu Gaspar como juiz do ofício de oleiros a passar cartas de habilitação do ofício a outros da mesma arte.

[43] PEIXOTO, Rocha - *Etnografia Portuguesa...*, o.c., p.127, descreve o processo, para inícios deste século: *"em feiras grandes, o oleiro ou a família vendem directamente o artigo; por vezes entre o fabricante e o público há um intermediário local, também oleiro, mas, por mais traficante e aventuroso, tendo previamente encomendado, a tarefas, uma certa quantidade de vasilhas que depois vende distante"*.

Em suma, à primeira vista, a produção de louça vermelha parece apagar-se, a partir de finais da década de 70, do séc.XVIII, ou, perder o seu alcance regional, quedando-se por um consumo, mais local. A Viana não chega essa louça, ou, pelo menos, as sisas daquele porto não a regista, e as diversas fontes de Aveiro não divulgam mais notícias. Procuram-se as razões para este apagamento, muitas vezes, meras hipóteses:

* permanência quotidiana que não merece referência, porque familiar?

* ou então a grande individualidade das diferentes louças de Aveiro, sem força de marca e prestígio suficientes para uma continuidade produtiva, como indica Rocha Peixoto, comparando as louças, ditas do Prado e as de Aveiro[44];

* ou ainda, a concorrência de, ou preferência por outras louças, de barro branco, mesmo grosseiro, que entravam em Viana, provenientes de Coimbra e Figueira, no séc.XVIII[45], e que se mantêm com grande vigor, até inícios do séc.XX[46]. Parece-nos que a história da cerâmica de Aveiro está muito dependente da evolução da cerâmica de Coimbra, não só, porque os mercados são os mesmos como se verificou, através das saídas de louça pelo porto de Aveiro e entradas no de Viana, como, inclusivamente, a propósito da instalação da dita Fábrica de "Louça Fina" em Aveiro, em 1774, se nomeava a actividade de Coimbra, como exemplo ou como estorvo, à produção e comercialização[47].

* finalmente, poder-se-á falar duma substituição da louça vermelha (a usada como meio de acondicionamento e armazenamento), por outros materiais - vidro, latão, madeira ou mesmo verga? Até que ponto a introdução do latão e ferro substituiu, com vantagens (além da durabilidade), o barro? Um indício deste facto surge, pelo menos, em 1775,

---

[44] Id., *Ibid.* p.124: "*administrativamente a olaria do Prado pertence aos três concelhos de Barcelos, Vila Verde e Braga; mas realmente é toda uma como matéria-prima e formas, o que já não sucede no distrito de Aveiro onde as loiças de Ovar se distinguem das da cidade, muito mais das de Aradas, ainda mais das de Ossela*".

[45] CAPELA, Viriato - *Exportação de louça de Prado...*, o.c., quadros finais.

[46] MENDES, José Maria Amado - *Cerâmica em Coimbra, nos finais do séc.XIX e inícios de XIX...*, *o.c.*,: refere a reduzida variação do número de fábricas de faiança (à volta de 10) de 1783 a 1907, com superioridade numérica das de louça branca, e diminuição das de vermelha; em 1813, 9 de barro branco e 5 de barro vermelho.

[47] AMORIM, Inês - *A cerâmica de Aveiro no séc.XVIII ..., o.c.*.

quando se multiplica o número de guias de portos secos, passadas a gente de Eixo (próximo de Aveiro), mercadores com tendas de caldeiras e tachos destinados às Feiras da Comarca e cidade do Porto[48].

São pistas de estudo a percorrer...

A actividade têxtil tinha o seu peso, como vimos no capítulo anterior, através das cartas de examinação e fiança ou eleição de juizes de tecelagem. Na altura, destacámos uma certa complexidade de tarefas, ao referirem-se tecedeiras de tear alto e baixo e tecelões, além de tintureiro.

Note-se a diferença de trabalhos entre tecelões e tecedeiras; no caso dos tecelões, é-lhes pedido o fabrico de peças específicas: toalhas, guardanapos de largura condicionada pelo número de "*cabrestilhas*", e utilizando materiais ricos e diversificados "*damasco, veneza, linho*". As tecedeiras, divididas em tear alto e tear baixo, deveriam, com um arrátel de matéria-prima (linho, estopa, e "*lenço*" mais fino), tecer peças de tamanho variável; quanto mais tecessem com o mesmo arrátel, mais recebiam, porque, provavelmente, mais fino e apurado seria o trabalho.[49] Em Coimbra, no 1º quartel do séc. XVI, as tecedeiras de tear baixo na procissão do Corpo de Deus, ocupavam um lugar inferior ao dos tecelães e tecedeiras de tear alto[50], o que demonstra uma certa hierarquização de funções. Finalmente, os tintureiros tingem ora tecidos e linhas, ora peças de pano já elaboradas.

Do conjunto destes dados, salienta-se o seguinte: o linho era a matéria-prima, por excelência; entretanto, os tecidos de lã e seda eram, habitualmente, comercializados na cidade ou feiras, à volta de Aveiro [ver cap.8]; desconhecemos, porém, o quantitativo produzido na cidade que poderia entrar no mercado.

Uma última observação a reter: em 1774 faz-se, pela última vez, dentro das datas que possuímos dos Livros de Vereação, menção a tecedeiras

---

[48] Em Eixo, regista-se uma forte actividade de fabrico de peças, caldeiras e tachos em latão, adquirindo-se a matéria-prima, através da Barra de Aveiro e transformando-a, animando feiras e mercados até ao Porto. Este facto é descrito por VIEIRA, Dr.Venâncio Dias de Figueiredo - *Memória sobre a Vila de Eixo (1868-69)*..., o.c., p.43-44; revela que nos cargos da Vereação de Eixo, desde 1749 estavam presentes caldeireiros.

[49] Sobre a diversidade de trabalhos ver OLIVEIRA, E. Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim, *O linho. Tecnologia tradicional portuguesa...*, *o.c.*, p.172.

[50] OLIVEIRA, António de - *A vida económica e social*. . . o. c. , p. 515.

de tear alto e baixo; em 1787, apenas se indica "*mestra do ofício das tecedeiras*", sem qualquer distinção; difícil é verificar a articulação deste ofício com o surgimento de tecelagem, à volta do algodão, por alturas da instalação da Fábrica de Algodão de Aveiro, em 1770.

2 - As diferentes dinâmicas empresariais: das olarias à "Fábrica de Louça Fina"

As olarias que parecem marcar presença em Aveiro, desde bem cedo, ao longo de XVIII, vão organizar-se, enfrentando ainda uma dinâmica empresarial inédita. Como vimos, no capítulo anterior, havia uma grande familiaridade com a cerâmica (barro, cal e olaria) sobretudo, numa faixa litoral, entre Ovar e Vagos, justificada pela abundância de matéria-prima e de qualidade (barro e lenha) e, certamente pela facilidade de circulação dos produtos, no entrosamento de rotas fluviais e marítimas. Estas condições naturais vão, porém, evoluir para formas mais organizadas, de estruturação da produção e circulação de cerâmicas.

A - Factores de implantação

Distinguimos aquilo que são factores mais próximos, locais, e aqueles que se entrosam com um contexto nacional. No primeiro caso, já abordáamos, no capítulo anterior, a existência dum espaço familiarizado com a cerâmica: barro, cal, e olaria, a começar pelas características geológicas da beira-mar que condicionaram a "bacia de materiais". Em Aveiro, havia que usar os que estavam mais próximos: o calcário, o barro, os seixos rolados do mar. Estes, numa argamassa consistente, serviam de suporte à construção[51]: eram os tijolos, secos ao sol e depois cozidos em

[51] SILVA.Maria João V.B.M. da - *Aveiro Medieval...*, o.c., p.46. Esses tijolos seriam provavelmente o material que os higienistas de princípios do séc.XX referem relativamente às construções da cidade de Aveiro"*usam-se uns paralelepipedos de cal e areia-adobes-que se unem e cobrem com argamassa*": SOARES.José - *A Hygiene d'Aveiro...*, *o.c.*, p.64.

fornos, utilizados mesmo em construções notáveis, como o Mosteiro de Jesus[52]. Também para a construção civil, produzia-se ladrilho e telha, cujos oficiais dependiam dos "artistas", dos oleiros de roda, tal como o regimento contemplava, e já observámos atrás.

À volta de Aveiro, as terras barrosas permitiam uma série de actividades: a extracção de cal, fabrico de telha e tijolos, e uma gama de artigos de uso corrente, um pouco por toda a parte. A esta familiaridade com o barro, de qualidade e abundante, junta-se a circulação de madeiras, achas, energia fundamental, abundantes em redor de Aveiro.

A produção distribuía-se em várias direcções. Aveiro configurava-se, como núcleo receptor e distribuidor, em contacto com o litoral através da Barra e com o interior, servindo-se da tradicional Feira de Março e, igualmente, de uma rede de feiras e mercados. Os braços da Ria de Aveiro constituiam um meio de comunicação rápido e barato. Especialmente do sul e sudoeste, os viajantes de Coimbra e outras proveniências, preferiam vir a Aveiro, aproveitando as 5 léguas de barco por Ovar, em direcção ao Porto, em vez de utilizarem a estrada real[53]. O Porto é um destino conhecido para o séc.XVIII, organizando-se fluxos que encaminham a produção cerâmica local, funcionando ainda, aquela cidade, como entreposto em direcção a Viana e daqui, mesmo à Galiza, como vimos atrás. O Brasil era destino mais longínquo e eventual. Mas Aveiro funcionava, também, como receptora e distribuidora de produtos cerâmicos, provenientes de outros centros produtores; em finais do séc.XVII, refere-se a entrada de louça de Castela, da Beira e de Coimbra. Esta última, ao longo da 1ªmetade do séc.XVIII, fazia do porto de Aveiro, entreposto em direcção ao norte, e ainda circulava, em grandes quantidades pelos portos fluviais e terras da Comarca (ver ponto 1.B. deste capítulo).

Por outro lado, adiciona-se a este contexto favorável, todo um conjunto de indícios que nos permitem falar de expectativas de mudança. As alterações político-administrativas, surgidas na 2ªmetade do séc.XVIII, em Aveiro, (cap.1) fizeram desta, centro expectante das directrizes estatais,

---

[52] SILVA, MªJoão Violante Branco Marques - *Aveiro Medieval...*, o.c., p.45.

[53] MATOS, Artur Teodoro de - *Transportes e comunicações em Portugal...*, *o.c.*quadros relativos a itinerários nas Beiras.

das correntes político-económicas, emanadas do centralismo político vigente. Demograficamente, como vimos no cap.4, a cidade, ao longo do séc.XVIII, caracteriza-se por uma grande estabilidade do número dos seus habitantes: uma mortalidade acentuada mas que declina lentamente, ao longo do século, acompanhada por uma fecundidade medíocre. A cidade diminui até meados do século, recuperando então, muito lentamente, devido a dois factores de carácter demográfico: por um lado a diminuição da intensidade das crises de mortalidade e, por outro, a tendência para um maior acolhimento de gentes, num círculo predominante de 30 Km de raio. A elevação a cidade e sede de comarca parece ter atraído gentes, pela necessidade de criação dum aparelho administrativo. O interesse pela reconstrução da Barra, a dinâmica de algumas actividades, como seja a instalação da Fábrica de Algodão, trouxeram gente ligada, especificamente, à sua laboração, que se acomodam e constituem família[54]. A existência de 6 conventos, para uma população de pouco mais de 3000 almas, em meados do séc.XVIII (1758), e pouco mais, em inícios do séc.XIX(1801), desenvolveu, certamente, o sector de serviços, captando uma população exterior à cidade (ver cap.4).

Coincidindo com aquelas alterações político-administrativas, desde a década de 70, surge um conjunto de medidas (algumas já as estudámos e outras vão desenvolver-se nos caps. seguintes) no sentido de diversificar as restantes actividades económicas: pesca, indústria, comércio. A dinâmica do porto comercial e sua navegabilidade, o acesso a barcos de maior porte, direccionados, certamente, para o mundo colonial, tornam-se condição fundamental, na opinião dos contemporâneos, para o escoamento da abundância agrícola e salícola, a instalação de fábricas, entre as quais a de Cerâmica. Neste diagnóstico, apresentam-se os diferentes factores que justificariam a localização duma empresa:

. a necessidade de ultrapassar dificuldades passageiras, recuperando um passado glorioso de prosperidade[55];

---

[54] Registos paroquiais indicam a presença de artistas ligados, quer à Fábrica de Algodão, quer à de Louça; veja-se os anexos 22 e 23 do cap.4.

[55] O mote é repetido, frequentemente, ao longo do séc.XVIII, mas destaca-se a reflexão em Vereação de 4 de Maio de 1774, ano de fundação da fábrica de "Louça Fina": AMA, LV, n.8, f.177-177v.

. a existência de um mercado consumidor, facilitado por baixos custos de transporte - "*a esta cidade descem os povos circum-vizinhos [...], pelos rios Cértima, Alfusqueiro e Vouga, em barcos, e por estes levam os mesmos géneros com muita pouca despesa*"[56]

. "*esta cidade e as povoações circumvizinhas são muito baratas, e isto é não pequena condição para o estabelecimento de Fábricas*"[57]

.em suma "*pela imensidade de gente que se pode aplicar, segundo a boa ordem que se vai vendo na louvável aplicação destes povos ao comércio, as agriculturas, as fábricas, e manufacturas em benefício intrínseco deste Reino e exclusivo dos estrangeiros*"[58]

Finalmente, acrescentemos que a fábrica de Louça Fina surgiu no contexto industrializador de Pombal, pelas mesmas razões que acondicionaram outras instalações, inseridas no segundo "arranque industrial" a que se refere V.Magalhães Godinho[59]. Embaraços no escoamento dos produtos coloniais, afundamento dos preços, contracção das remessas de ouro, escassez de meios de pagamento, impuseram a promoção das manufacturas[60].

Nesta conjuntura, tinha já surgido em Aveiro, em 1771, a Fábrica de Algodão, pela mão de João Baptista Locatelli (como veremos à frente), que se tornou num exemplo típico da aplicação dum modelo de desenvolvimento industrial do poder central, sem resposta positiva, a nível local. Reflectiu-se, negativamente, nos hábitos da cidade, dividiu mesmo os seus moradores, escandalizados pelos custos de instalação ou atraídos pelas vantagens da inovação. Em contrapartida, a Fábrica de Louça Fina surgiu, discretamente, sem merecer grandes deliberações, quer a nível local, nos livros de vereação, quer a nível central, no que contrasta com outras fábricas de louça, instaladas em Lisboa e Porto, por volta de 1769[61].

De início, a Fábrica beneficiou, apenas, duma legislação que tendia a facilitar a circulação externa, considerando livres, de todos os direitos de entradas e saídas, entre os mais produtos, louças, tijolos e telhas

---

[56] AHMOP. Cx.8. Carta de correição de 11/11/1772.
[57] Id., Ibid.
[58] AMA. LV. n.8. f.177. sessão de 4/5/1774.
[59] GODINHO. Vitorino Magalhães - *Prix et Monnaies au Portugal...o.c.*, pag.249 a 281.
[60] Perspectivas concordantes de Borges de Macedo e V.Magalhães Godinho. sintetizadas em PEDREIRA. Jorge - *Industrialização e flutuações económicas...o.c.*, p.278.
[61] MACEDO. Borges de - *A situação económica ...o.c.*, p.157.

(4/2/1773). Depois, no sentido duma aceleração da circulação interna, os produtos portugueses passaram a ser transportados, livremente, sem serem acompanhados de guia (12/12/1774)[62]. Só em 1789, a Fábrica vai requerer isenções sobre as matérias-primas a serem utilizadas: "*isenção de direitos por entrada nas Alfândegas destes Reinos para todos os materiais de que carecer na sua laboração, sendo porém estes sempre qualificados perante a minha Real Junta do Comércio*"[63].

B - A fundação da "Fábrica de Louça Fina"

Pensa-se que a Fábrica de "louça fina", de Aveiro, teria surgido por volta de 1774[64]. É bem provável que se tratasse apenas da evolução e aperfeiçoamento de uma mais antiga, instalada na Quinta do Cojo, propriedade duma família da oligarquia local, produzindo artigos de barro branco, do género dos de Coimbra[65] .

A designação de Fábrica de "Louça Fina" aparece, como consequência do arrendamento das suas instalações, em 1774, a uma sociedade formada por Vicente Pedrossem da Silva, homem de negócio da cidade do Porto, com múltiplos interesses na cidade de Aveiro (rendeiro das sisas entre 1776 a 1781, ou interessado capitalista na Fábrica de Algodão)[66], e Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, da nobreza local,

---

[62] CAMPOS, José Roberto Monteiro - *Sistema ou Colecção de Regimentos Reais*, v.2,p.132 e 148.

[63] AMA-n.95, f.281: 20/4/1790; AHMOP-JC, n.8-Louça

[64] DIAS, Fernando de Carvalho - *A Relação das Fábricas de ...o.c.*, p.49.

[65] No documento relativo à renovação do arrendamento, em 1789, faz-se um historial do primeiro arrendamento, dando a entender que se tratava da remodelação duma primeira fábrica, bem mais antiga, difícil de datar: ADA-SN,Aveiro, L.n.327, f.25v-27. A corroborar esta suspeita, junte-se o que escreveu Rangel de Quadros, memoralista por excelência de Aveiro, que, a propósito da Ordem Terceira de Aveiro, esclarece que João Rodrigues Branco, um dos Irmãos, "*era além de proprietário, um comerciante e industrial de alguma importância e a ele se deveu a fundação da fábrica de loiça chamada do Cojo*": QUADROS, Rangel de - *Aveiro, Apontamentos Históricos..., o.c.*, v.6, p.40-41. Este personagem surge na Alfândega de Aveiro, como procurador do Consulado, por volta de 1723-25: AMA,n.94, f.77. Desconhece-se a sua descendência, embora os apelidos se aproximem deste José Rodrigues Branco de Melo Sampaio Guerra, cuja biografia ignoramos totalmente.

[66] A sua ligaçao à indústria textil passa, inclusivamente, por se tornar homem de confiança da vereação de Aveiro, ao se responsabilizar por fazer chegar, de Trás-os-Montes, estacas de amoreiras a serem semeadas na Comarca de Aveiro AMA-L.V.,n.8, ss.2/3/1772. Este Vicente Pedrossem de origem flamenga,era um dos mais ricos negociantes do Porto,como o atestam várias referências: GUERRA, Rui Moreira de Sá e - *As capelas ou vínculos instituídos no ...o.c.*, pag.312. SCHNEIDER, Susan - *O Marquês de Pombal..., o.c.*, p.134; MACEDO, Borges de -*A situação económica* ..., o.c., p.139: apresenta uma lista dos accionistas da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos, onde se referencia

fidalgo cavaleiro da Ordem de Cristo[67]. O primeiro, atestando o seu génio empreendedor, declarou, em 1775, ser-lhe *"indiferente estabelecer neste ou em qualquer outro porto de mar negócio avultado [...] e tendo já com a sua fábrica de louça dado um principio de estabelecimento de negócio, pretende ampliá-lo e estabelecer um ramo de negócio digno do mesmo nome"*[68].

Esta sociedade teria de tal forma suscitado confiança e promessas de renovação, que a própria vereação, em Maio de 1775, permitiu a abertura do esteiro do Cojo, desde a Fábrica até à Ponte da Praça, acesso, por barco, à Barra, facilitando a *"condução de louça da dita Fábrica e dos materiais e lenhas para a mesma"*[69], ou seja, tal empreendimento trouxe, mesmo, alterações na estrutura urbanística da cidade.

Ano e meio após este contrato, em Outubro de 1776, Bento Ferreira Guimarães, João Ferreira de Sousa e João Mendes Ribeiro, por serem, na altura, rendeiros da décima e de outros tributos fiscais, além de mercadores de fardos de fazenda estrangeira e frequentadores de feiras, em redor de Aveiro[70], compraram a Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, a metade que este tinha naquela fábrica, por dívidas que este contraíra, no incumprimento da décima. As dívidas ascendiam a pouco mais de 2 contos de réis, e incluíam *"toda a louça lavrada e por lavrar que se faz e achar dentro das casas e armazéns da dita Fábrica como fora dela, e da mesma forma toda aquela que se achar na cidade do Porto ou embarcada para fora do Reino e Estados da América"*[71].

Em 9 de Maio de 1789, renova-se o arrendamento por 10 anos, de toda a Fábrica, ao sobrinho do dito João Ferreira de Sousa, Bento João Ferreira de Sousa, *"cuja administração e aumento continuou"*[72]. Também

---

o seu antepassado Pedro Pedrossem da Silva como dos maiores participantes: COSTA, Pe.Agostinho Rebelo da - *Descripção Topográfica ..., o.c.*, p.38, refere a Quinta de Vicente Pedrossem em Vilar, comparável às da nobreza portuense. Em PEIXOTO, Ana Sílvia A.de O.N. de Lemos - *História Social da Administração do Porto..., o.c.*,p.70, verifica-se que Vicente Pedrossem da Silva recebeu o foro de fidalgo cavaleiro em 1760,e era filho de Pedro Pedrossem, fidalgo da Casa Real.

[67] Pertencia não apenas à nobreza local e oligarquia dirigente, por ter sido sucessivamente, entre 1764 e 1777, almotacé, vereador, recebedor do dobro das sisas, recebedor da Mesa Grande da Alfândega, recebedor das terças da Comarca, do real d'água, sargento-mor das ordenanças, e ainda em 1778, candidato a Superintendente das Coudelarias, mas apresentava-se mesmo como *"fidalgo cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-Mor das Ordenanças da cidade"*: AMA, LV, n.8, ss. 13/4/1778.

[68] AMA-LV.n.8.pag.224.

[69] AMA-LV,n.7, ss.17/5/1775

[70] João Ferreira de Sousa, encabeçou uma sociedade, recebedora da décima da cidade, entre 1771 e 1776: AMA.LV., n.8

[71] ADA-SN., n.313, f.76-79v.Esta escritura ignora a participação do outro sócio, Pedrossem.

[72] ADA, SN, n.327, f.25v a 27.

este era mercador, rendeiro das sisas, mesmo, da oligarquia da cidade por desempenhar as funções de almotacé[73],

Este novo arrendamento terá marcado uma etapa curta, mas promissora, de introdução de técnicas novas. Em Abril de 1790, rendeiro e arrendatário, respectivamente, como proprietário e administrador, requereram, à Junta de Comércio, privilégios e isenções sobre materiais e produtos, no sentido de dinamizarem o consumo e a produção. Tais pedidos eram corroborados pelos pareceres do Provedor da Comarca, louvados, e técnicos da Fábrica, que alegavam:

."*um grande consumo com povos daquela Comarca, assim pela comodidade dos preços porque as compravam como porque na conservação e aumento da mesma Fábrica, interessavam as muitas pessoas nela empregadas que adquiriam por este meio do seu trabalho a sua sustentação*";

."*aumento da sua louça de pintura e verniz que apenas se faz uma fornada que chegue para as muitas encomendas*", "*mais fina e melhor vidrada e cintada que a de Coimbra*";

. João Pereira Bastos apresentava-se, como administrador da fábrica de louça, "*perito na arte de manufacturar louça de várias qualidades, com diferentes vernizes e tintas*", tendo ensinado vários aprendizes[74];

Dez anos mais tarde, em 1802, num relatório do corregedor de Aveiro, o administrador era, então, Custódio Ferreira da Silva e Cª, figura ligada ao comércio da cidade, ao governo do município, e à arrematação das rendas fiscais[75].

A partir deste relatório, verifica-se que a Fábrica se encontrava dividida em 2 secções, correspondendo mesmo a locais diferentes, sob a

---

[73] Mercador, frequentador de feiras à volta de Aveiro, recebedor das sisas de 1781 a 82, das sisas singelas de 84 a 85, da décima de 1773, depositário do dinheiro das obras da Barra, almotacé em 1784: AMA, LV, n.8

[74] Por uma petição que este dirige à Junta do Comércio, de Maio de 1789, registada em Julho de 1789, João Pereira Bastos suplica licença para estabelecer, na cidade, uma segunda fábrica de louça nas mesmas condições de outra, erigida na cidade do Porto. Porém, no ano seguinte, o proprietário e administrador, ao pedirem privilégios, alegam terem, recentemente, introduzido um sector de pintura e envernizamento da louça. Pensamos que a iniciativa do técnico, que trabalhava na Fábrica, tivesse sido integrada ou absorvida pela outra: AHMOP, JC, Cx.8. Este João Pereira Bastos está registado, nos Livros Paroquiais de Aveiro, em 26 de Outubro de 1782, como padrinho de baptismo, apresentando-se como mestre da Fábrica de Louça, e em 27 de Fevereiro de 1799, também como padrinho, fabricante de Louça: ADA, RP, Freguesia de S.Miguel.

[75] Foi procurador do concelho, no ano de 1796, ANTT-MR,n.386. Em 1788 e, pelo menos, até 1790, rendeiro das sisas: AMA-LV,n.8, ss.29/12/87.

mesma administração, divisão provavelmente operada na década anterior, quando da introdução da pintura[76]. Veja-se a mão de obra envolvida na laboração:

QUADRO 5

Pessoal da Fábrica de Louça de Aveiro em 1802

	Fábrica do Cojo	Fábrica no Cais Novo
pintor	2	2
oficial da roda	1	1
enformador	1	1
aprendizes	2	-
serventes	2	3
Total*	8	7

* acrescente-se ainda número indeterminado de " carreiros na condução de barcos"

Fonte:AHMOP-JC,n.12, 12/6/1802

A Fábrica foi avaliada como estando em decadência, situação que não mais ultrapassará, porque, no ano de 1814, um novo balanço classifica-a como em declínio[77]

Em suma, podemos encontrar 3 fases de desenvolvimento, apesar de, manifestamente, nos basearmos num reduzido conjunto de fontes históricas:

1ªFase: 1774/1789- instalação com nítidas dificuldades, por parte dos arrendatários que passaram a empresa, quase de imediato, para gente saída do comércio e finanças, com alguns investimentos, a nível de instalações; vende-se para o Porto e mesmo, para fora do Reino;

2ªFase 1789/? - impulso tecnológico, com introdução de pintura e verniz, e possível ampliação de instalações para o Cais Novo, dividindo-se em duas secções; pede-se a protecção régia; refere-se o objectivo de superar a produção de Coimbra;

3ªFase 1803(?)/15 - redução da produção e mão de obra; vende-se, apenas, para o Reino; pelo menos, no ano de 1805/6 confirma-se a saída de louça, pela Barra de Aveiro.

---

[76] José Queiroz, referira a existência de 2 fábricas, que Marques Gomes, estudioso da cerâmica aveirense desmentiu, como sintetiza RODRIGUES, Manuel Ferreira - *A indústria cerâmica em Aveiro...*, *o.c.*, p.163-166. É provável que a criação de pintura permitisse a divisão em duas secções que correspondiam, fisicamente a dois espaços, mas sob a mesma administração.

[77] AHMOP, JC, n.12, 1814.

C - Um projecto bloqueado

No contexto duma actividade artesanal, tradicionalmente organizada em tendas de olaria, originando, mesmo, bairros de oleiros, surge a palavra - a instituição Fábrica. Reune capitais, gente, técnicas novas, com um fluxo de novidades, um espírito de renovação, igual ao que o Reino parece indicar, mas que acaba por sofrer um bloqueamento, entre as quatro vertentes da sua instalação: a origem do capital, a concorrência de outras instalações, a firmeza das tradicionais, as contradições do mercado. Vejamos cada uma delas:

A origem dos capitais

Como se viu atrás, o capital inicial resultou da sociedade de um homem de negócio do Porto, imbuído duma dinâmica mercantil plurissectorial, com um representante da nobreza local. Porém, no espaço de um ano, rapidamente o investimento se transformou em dívida. Tratou-se, portanto, duma ligação ocasional que poderia ficar, por aqui, pela penhora, se não fora o espírito comercial e negocial dos novos administradores. Estes, na sua globalidade, foram homens do meio mercantil, todos envolvidos em negócios de maior raio, importadores de fardos de fazenda, que vendiam em lojas em Aveiro, ou mesmo, em feiras próximas[78]. Ligados ao fisco, arrematavam rendas municipais ou estatais, e mesmo senhoriais, numa polivalência de interesses que lhes permitia alianças com o crédito, de que resultavam negócios vultuosos, como no caso da Fábrica de Cerâmica[79]. Este percurso, crescentemente, capitalizado

[78] Nos 2 cortes cronológicos, nos livros de registo de guias de portos secos, posteriores à legislação de 1774 que só exigia guias para produtos importados, relativos aos anos de 1775 e 1786, encontram-se a tirar guias para as feiras em redor de Aveiro: ANTT, AA, n.800-1775, n.838-1786. Os mesmos reclamam, em Dezembro de 1778, ao Superintendente Geral da Alfândegas do Norte por não estar a ser cumprida a legislação, alegando que pagavam já os direitos habituais de entrada sobre mercadorias importadas, devendo estar isentos de pedirem guias para circularem nas "*feiras que se fazem no interior todos os meses à volta de 3 léguas* [aproximadamente 15 Km]": AMA-Registo da Alfândega, n.95, f.157v

[79] A Companhia que arrematou a Fábrica, tendo à cabeça João Ferreira de Sousa, envolvia vários negócios, como se percebe por uma escritura de 1759: 2 lojas de tecidos de lã e seda, armazéns, casas esterqueiras (de fazer estrume doméstico, vendido para as hortas em redor de Aveiro), rendas das

permitiu de forma concreta, que o administrador e rematante João Ferreira de Sousa fosse designado, como "mercador", em 1765 e, já em 1773, "homem de negócio"[80].

Conhecedores dos mercados locais, regionais e mesmo coloniais, através das ligações à cidade do Porto, interessam-se pelo desenvolvimento da Fábrica, alargando as instalações, introduzindo técnicas de pintura, aconchegados pelo mercado que pareciam conhecer. Sem o sucesso esperado, o capital empregue revela-se um pesado encargo, sobretudo, quando se compara com os montantes necessários à laboração de qualquer olaria. A 'estatística', de inícios do séc.XIX, prova-o - "*Mapa de todas as Fábricas*", de 1814:

QUADRO 6

Unidades de cerâmica de Aveiro em 1814

Proprietário	Mestre	Oficiais	Géneros empregues	Capital
Domingos J.F.Barbosa	1	5	barro, vidro, chumbo, tintas, estanho, lenha	2000.000
José António Resende	1	-	barro, lenha	60.000
João dos Santos Gamelas	1	-	barro, lenha	20.000
Bento dos Santos Ventura	1	-	barro, lenha	80.000
João da Graça Ventura	1	-	barro, lenha	20.000

Fonte:AHMOP-JC,n.12, 1814

Neste ano, a louça era classificada como "vulgar e "grosseira", ou seja, sem vantagens sobre a produção tradicional, porque, perante as matérias-primas exigidas e a mão-de-obra empregue, naturalmente que os custos, por peça, desencorajavam o futuro da laboração.

A concorrência

A Fábrica de Louça de Aveiro data da mesma altura de muitas outras em Lisboa (1769), Viana do Castelo (1770), Porto (1780), Coimbra (1785)[81]. Todas estas, surgidas debaixo do privilégio régio, com participação da Junta do Comércio, foram bafejadas pelo alvará de 8 de Junho de 1769,

---

freguesias de Valongo do Vouga, por 6 anos, Macinhata do Vouga, por 3, Frossos por 4: ADA, SN, n.287, f.48 a 55, Agosto de 1759.

[80] AMA, LV, n.8.

[81] MACEDO, Borges de - *A situação económica...*, o.c., p.157. DIAS, Fernando de Carvalho - *A relação das Fábricas...*, o.c., p.49-50.

de isenção da décima e meneio, por 10 anos[82]. Não a de Aveiro que, só tardiamente, em 1790, pede isenções sobre a entrada de matérias-primas[83].

Qualquer uma das fábricas referidas se instalou num meio de tradição cerâmica. De Lisboa, são conhecidas, internacionalmente as louças aí produzidas, com a marca "da Índia", exportadas para toda a Europa[84]. De Viana, a louça dita do Prado saía para a Galiza, fomentando a instalação daquela fábrica, ou de outras em Tuy, imitando a de Viana[85]. Em Gaia, multiplicam-se as instalações, antecipando-se, cronologicamente, pela sua organização em "fábricas", à fábrica de Lisboa[86].

Mas o polo produtivo de Coimbra parece ser a sombra maior ao escoamento da louça de Aveiro, objecto, mesmo, duma atenção constante, por parte dos administradores da Fábrica, observadores dos fluxos saídos daquela cidade. Coimbra não só possuía uma tradição de louça vermelha e branca (11 fábricas), como desenvolveu, pelo menos, desde 1768 louça de *"outra espécie a que chama fina"*, como refere o memorialista da Academia de Ciências, Manuel Dias Baptista. Para tal, contavam com o empenho do "Laboratório Químico da Universidade"[87]. Depois, em 1784/85, Vandelli instalou fábricas, com bastante eficiência, em Coimbra e, pouco mais tarde, em Vila Nova de Gaia, numa dinâmica crescente[88].

A firmeza das tradicionais

Apesar da novidade que a Fábrica de Louça Fina representou para o mundo das olarias de Aveiro, estas não desapareceram. Prova-o o facto de serem referenciadas, a propósito do registo de cartas de "*examinação de*

---

[82] Id., *Ibid.* p.49; MACEDO, Borges - *A situação económica...*, o.c., p.155: Lista das fábricas instaladas com participação da Junta do Comércio, em consequência do alvará de 8/6/1769.

[83] AHMOP-JC, n.8, 20/4/1790

[84] BAART,Jan M.-*Ceramic consumption and supply ..., o.c.*, p.74 a 85: refere a grande produção, em Lisboa, de louça a imitar a da Índia, que tinha grande apreço em Amesterdão, sendo, lentamente, substituída por uma produção local, a partir de 1500.

[85] PEREZ VIDAL, José - *La ceramica popular Española..., o.c.*, p.89. CAPELA, José - *Exportação de louça do Prado...*, o.c.

[86] QUEIRÓS, José - *Cerâmica portuguesa e outros estudos.....*, o.c., p.103: cap.II-Porto e Gaia.

[87] BAPTISTA, Manuel Dias - *Ensaio de uma descrição física e económica..., o.c.*, p.221. Por outro lado, alguns artistas haviam desenvolvido de tal forma a sua criatividade e qualidade de trabalhos que confundiram cronologias, como é o caso de Manuel da Costa Brioso (o Brioso): "*atribuiram-se por muito tempo a Vandelli as faianças de Brioso, sem base alguma que justificasse tal atribuição [...]. O Dr.Domingos Vandelli enceta os seus trabalhos sobre a cerâmica em Portugal cinco anos depois da data em que Brioso assinou uma das suas melhores peças conhecidas, a travessa [de 1779*]", in QUEIRÓS, José - *Cerâmica portuguesa...*, o.c., p.133.

[88] Id., *Ibid.*, p.116.

ofícios de oleiro", em 1787[89], e ainda, avaliadas, em 1814, como vimos atrás (quadro 2).

Podemos, então, concluir que a produção tradicional continuava a satisfazer as necessidades de consumo local, porque, a nível regional, parece ter diminuído o seu escoamento, desde a década de 70 do séc.XVIII[90]. Dificilmente se poderá aceitar que a louça fina da Fábrica substituiu a vermelha, nos circuitos de maior raio, tanto mais que as peças produzidas seriam, à partida, mais raras e o preço, substancialmente superior. Embora não tenhamos preçários ou róis comparativos, o facto do proprietário exigir, como complemento da renda, um conjunto de peças produzidas na Fábrica, é sinal da sua originalidade, raridade, requinte e, certamente, valor económico: anualmente, 4 dúzias de louça "*sendo prato e tijela comum de vidro ordinário*", dentro dos 10 anos do arrendamento, "*dois aparelhos de chá finos*", 4 jarros e bacias de água, 2 finos e 2 ordinários, 6 terrinas "*todas finas*" com respectivos pratos[91]

Admitamos que, localmente, alguma difusão se fez sentir, até pela existência de 6 conventos, ou pela instalação dum corpo burocrático, associado à passagem de Aveiro a cidade e centro de Comarca que captou e fixou juízes de fora, corregedores, provedores, superintendentes da Barra. Está-se porém, muito longe, dos argumentos optimistas dos responsáveis pela Fábrica, em 1790, que alegavam, em defesa do privilégio de isenções alfandegárias, o "*grande consumo pelos povos daquela Comarca*". Mesmo em Lisboa, para onde a Fábrica enviou algum pacote[92], parece certo que o consumo de louça fina só se teria acelerado, no séc.XIX, porque no século anterior, a louça da India e China, pelo menos em Lisboa, só, lentamente, perderia o seu prestígio[93].

---

[89] AMA.n.1682, f.448v.450: Pedro Lopes Quaresma e João António da Silva Patacão, ambos em 1787.

[90] O mercado de Viana era destino habitual da louça vermelha de Aveiro e da de Coimbra como se viu atrás. Ora, desde 1770, que entra, naquele porto, cada vez menos louça de Aveiro, enquanto se mantém o fluxo da de Coimbra: CAPELA, Viriato - *Exportação de louça de Prado...*, o.c., quadros das págs.33 a 39.

[91] ADA, SN, n.327, f.26v.

[92] Em 1805, ainda se refere a saída de louça "da Fábrica" para o "Reino", sem se especificar concretamente o destino, ou quantidades: ANTT-AA, n.917.

[93] MADUREIRA, Nuno Luis - *Cidade: espaço e quotidiano...*, *o.c.*, p.192-193. A confirmar esta preferência, note-se que, quando por alvará de 7/11/1770, se proíbe a entrada de louças estrangeiras, foi exceptuada a da Índia, entrada em navios portugueses: DIAS, Fernando de Carvalho - *A relação das Fábricas...*, o.c., p.50.

As contradições do mercado

Sente-se o difícil equilíbrio, entre os factores que presidiram à instalação desta fábrica e a incompreensão dos mecanismos de mercado, restando a aplicação de gente desempregada, na linha mais tradicional, duma ocupação das gentes "*que adquiriam por este meio o seu trabalho e sustentação*".

Mas a dificuldade maior era perceber a articulação, entre a produção e a procura dum mercado interno ou colonial, os efeitos da concorrência, a necessidade em manter, tecnicamente, uma louça fina, de qualidade, a preços competitivos. Paradoxalmente, como escreve o corregedor de Aveiro, em 1802, classificando a louça de "*ordinária*", explicava a sua decadência, pela muita concorrência, mas, numa contradição evidente, insistia na falta de meios para desenvolver a produção: "*pelas muitas que há de semelhantes géneros de que resultam empates na exportação e por falta de meios dos proprietários para maior laboração*"[94].

Em conclusão, constata-se que, numa dispersão discreta, se instalou, à imagem do que aconteceu noutros espaços cerâmicos (Viana, Coimbra), uma Fábrica de Louça Fina, reunindo capitais de meios mercantis, desenvolvendo tecnologias novas, desenhando e aproveitando fluxos comerciais, pré-existentes. Esta realidade, percebida quase só do ponto de vista qualitativo, por dispersão, ou mesmo, silêncio das fontes, regista-se, laconicamente, nos quadros "estatísticos" de inícios do séc.XIX[95], sem dúvida, alicerces para a reconstrução das antigas estruturas industriais, mas exigindo, simultaneamente, um aprofundamento de casos que, embora inseridos numa conjuntura político-económica, têm um cariz local. Entre estas duas formas de fazer história há, parece-nos, uma necessária união[96].

A Fábrica de "Louça Fina" caracteriza-se, brevemente: iniciativa particular, num meio bem familiarizado com a cerâmica, mão de obra hábil, capitais privados substanciais, mas não suficientes, bafejada, tardiamente, pelo sopro do privilégio régio, breve renovação tecnológica, mercado

---

[94] AHMOP-JC.n.12. 12/6/1802

[95] PEDREIRA, Jorge Miguel - *Estrutura sectorial e regional da indústria portuguesa..., o.c.*, p.95 a 135.

[96] JACQUART, Jean - *Histoire générale, histoire locale..., o.c.*, p.32.

alargado até ao Brasil. Porém, a concorrência restringiria a produção e classifica-a como "decadente"; o consumo próximo não bastava.

Parece certo que esta, como outras fábricas de cerâmica, mesmo as surgidas na vizinha Galiza, produtoras de louça elegante, fundadas no séc.XVIII, surgiram no calor duma política económica geral que, sem adquirirem firmeza e estabilidade, voltaram a extinguir-se, quando tal conjuntura desapareceu[97]. Contudo, parece-nos, foi experiência que serviu para agitar outras iniciativas, ao demonstrar que, tecnicamente, futuras fábricas, nomeadamente, a da Vista Alegre, bem próxima de Aveiro, exigiam mão de obra, especificamente preparada, não bastando o prévio contacto com o barro vermelho[98].

Finalmente, a conexão entre esta Fábrica e as que surgiram no séc.XIX, embora difícil de provar[99], serviu, por certo, para aferir das possibilidades de novas instalações, à margem do privilégio, com capitais, saídos do comércio e negócio, em geral.

3 - A Fábrica de Algodão de Locatelli

Até 1760, a legislação industrial dizia respeito, quase exclusivamente, à indústria de tecelagem de seda, às manufacturas de tabaco, açúcar e pólvora, e o objectivo era proteger a produção nacional, face ao concorrente francês. A protecção ao tecelão, a cultura das amoreiras e a reorganização da Real Fábrica de Sedas do Rato são os aspectos, mais exemplificativos, deste esforço[100]. A partir de 1770, e depois dum certo desinteresse, motivado pela prosperidade colonial, o fomento da indústria tradicional visava mais uma melhoria da qualidade (estabelecimento da

---

[97] PEREZ VIDAL, José - *La Ceramica popular española...*, o.c., p.9.

[98] GOMES, Marques - *A Vista Alegre, ...*, o.c., p.33: "*com o fim de criar artistas hábeis para as duas fábricas de porcelana e vidro, fundou em 1826 o Sr. José Ferreira Pinto Basto, na Vista Alegre um colégio com o internato, onde se ensinava, além dum dos misteres da fábrica, instrução primária e música*".

[99] RODRIGUES, Manuel - *A indústria cerâmica em Aveiro*...o.c., p.170, refere, na constituição da Fábrica da Fonte Nova, embora por curto prazo, o nome de João Gonçalves Gamelas, cujo apelido surge, em 1814, como se pode ver no Quadro 2.

[100] MACEDO, Borges de - *A situação económica..., o.c.*, p. 122.

calandra, melhoramento no método de dar lustro e goma aos tecidos), mas também da quantidade, com a intensificação do plantio de amoreiras[101].

A - A "*Intendência das Amoreiras*"

Aveiro segue este exemplo, de plantio de amoreiras, através das medidas tomadas pelo Dr.José António Pestana e Silva, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo do Desembargo de Sua Majestade, juiz de fora de Aveiro, até Dezembro de 1771, empossado, então, como corregedor, por 3 mandatos, até Julho de 1779[102]. Apresentou um plano de sementeira de amoreiras, verdadeiramente exemplar, pela rapidez de concretização. Em Março de 1772, em reunião com a Vereação de Aveiro, refere as medidas a tomar na divulgação da planta[103]:

. a compra de estacas de amoreiras da Província de Trás-os-Montes, (zona, por excelência, de tradicional cultivo e indústria)[104], por encomenda feita a um homem de negócio do Porto, Vicente Pedrossem da Silva, com interesses polivalentes, como temos vindo a observar;

. o contacto com os juizes de Ílhavo, Vagos, Águeda, Estarreja, incumbidos, igualmente, de as mandar vir de outras Comarcas;

. o plantio, nos baldios do Concelho e à volta das muralhas de Aveiro; nos lugares do Termo, nos rocios e praças[105];

. a persuasão do seu cultivo, em terrenos particulares, por senhorios e enfiteutas, visto não haver maninhos do Concelho;

. o cultivo de cerca de 20 amoreiras, por lavrador, operando as enxertias que ainda fossem a tempo.

Em 1773, procedeu-se à vistoria das plantações, só na cidade de Aveiro: locais, amoreiras por plantador e sua identificação, e bichos da seda,

---

[101] Id., *Problemas de História da Indústria..., o.c.*, p. 227: só para o termo de Lisboa, plantam-se cerca de 20000 pés.
[102] AMA-LV, n. 8, ss. 1/12/1771
[103] AMA-LV, n. 8, ss. 2/3/1772; tinha sido ouvidor e intendente-geral de S. José de Rio Negro, Estado de Grão-Pará, como indica em ANTT, MR, maço n.367, 21/6/1776.
[104] SOUSA, Fernando de -*A indústria das sedas em Trás os Montes..., o.c.*, p. 69.
[105] AMA-LV n. 8, ss. 2/3/772, especificam-se o campo da Fonte Nova, e o de S. Tiago, e à volta das muralhas, junto à Torre dos Oleiros, na freguesia do Espírito Santo.

para o que se nomeiam três homens bons[106]. Passados dois meses, surgem os resultados do ano de 1772, ainda modestos[107] - 109 amoreiras novas, contra as 23 velhas; mas, logo no ano de 1773, um grande vigor se verifica com o próprio corregedor a plantar, nos seus terrenos, 500 pés; os Conventos da cidade plantaram cerca de 163, e vários particulares em número de 1213 pés[108], numa média de 30 por pessoa, numa missão que se pretendia, certamente didáctica e exemplar.

Logo são enviadas, para a Junta do Comércio, notícias detalhadas, acompanhadas por uma amostra dos fios obtidos[109]: refere-se o plantio de 82.867 amoreiras para lá das 564, já existentes no ano de 1772, na Comarca e Termo de Aveiro. Descreve, nominalmente, os donos das antigas amoreiras, lugar a lugar, quer do Termo quer da Comarca, sobressaindo o número impressionante de mais de 20.000 pés, só para o concelho da Bemposta, perto de 25% do total. Veja-se, mais detalhadamente:

QUADRO 7

Pés de amoreiras plantadas na Comarca de Aveiro entre 1772 e 1773

Terras	Velhas	Novas	%
Aveiro	23	109	0.1
Termo: Loure	20	1042	1.2
Lamas	1	673	1
Albergaria	33	1734	2
Outras	25	216	0.2
Avelãs de Cima	4	820	1
Angeja	10	260	0.3
Vagos	11	1600	2
C.Barrô	7	221	0.3
Sangalhos	12	269	0.3
Esgueira	10	5821	7
Pinheiro	8	878	1
Frossos	9	275	0.3
Arada	3	3390	4
Serém	3	181	0.2
Ermida	4	210	0.3
Paredes	5	56	0.1
Angeja	5	707	0.9
Ílhavo	8	2706	3.2
Préstimo	10	533	0.6
Bemposta	100	20387	24.6

[106] AMA-LV, n. 8, ss. 11/8/773
[107] AMA-LV, n. 8, ss. 2/10/773
[108] AMA-LV, n. 8, ss. 23/10/773.
[109] AHMOP-JC, n. 8, cx. João, Carta de Venâncio Galhardo, escrivão da Correição de Aveiro, 6/11/1772.

Estarreja	19	14438	17.4
Ferreiros	8	3299	4
C.Esteves	26	2121	2.5
Assequins	11	205	0.2
Sever	98	11308	13.6
Trofa	5	946	1.1
Soza	3	3600	4.3
O.Bairro	15	570	0.7
Recardães	34	565	0.7
Vouga	32	3728	4.5
TOTAL	82868		

Fonte: AHMOP-JC, n. 8, 7/11/1772.

Por este quadro e mapa 1, se poderá deduzir que os concelhos da Bemposta, Estarreja e Sever eram os que concentravam o grosso da distribuição, podendo indicar, para estes espaços, uma certa intensidade do trabalho de fiação e tecelagem, como vimos atrás [cap.7.1].

A quase, febril, actividade do corregedor foi reconhecida pela mesma Junta do Comércio, quando lhe renova o cargo e, entre as muitas razões apontadas, se inclui o zelo na divulgação do trato da amoreira: "*para cujo conhecimento distribuiu por várias pessoas os livros que tratam sobre o método de os criar e conservar, promovendo ao mesmo tempo a plantação das árvores de sumagre e outras úteis para a composição da tinta; e do mesmo modo a sementeira dos linhos em sítios adequados*"[110].

B - Um projecto nacional: fábricas de algodão no Minho, Trás-os-Montes e Beira

Será o algodão a trazer um vigor novo ao sector têxtil, e que contará, uma vez mais, com o zelo deste mesmo corregedor, a quando da instalação duma unidade de fiação e tecelagem de algodão, com mistura de seda e linho, em Aveiro (depois duma primeira em Lisboa), sob a iniciativa dum italiano João Baptista Locatelli. Talvez veneziano[111], teria começado por fundar uma fábrica de grude, em Lisboa[112], a que se seguiria uma oficina de

---

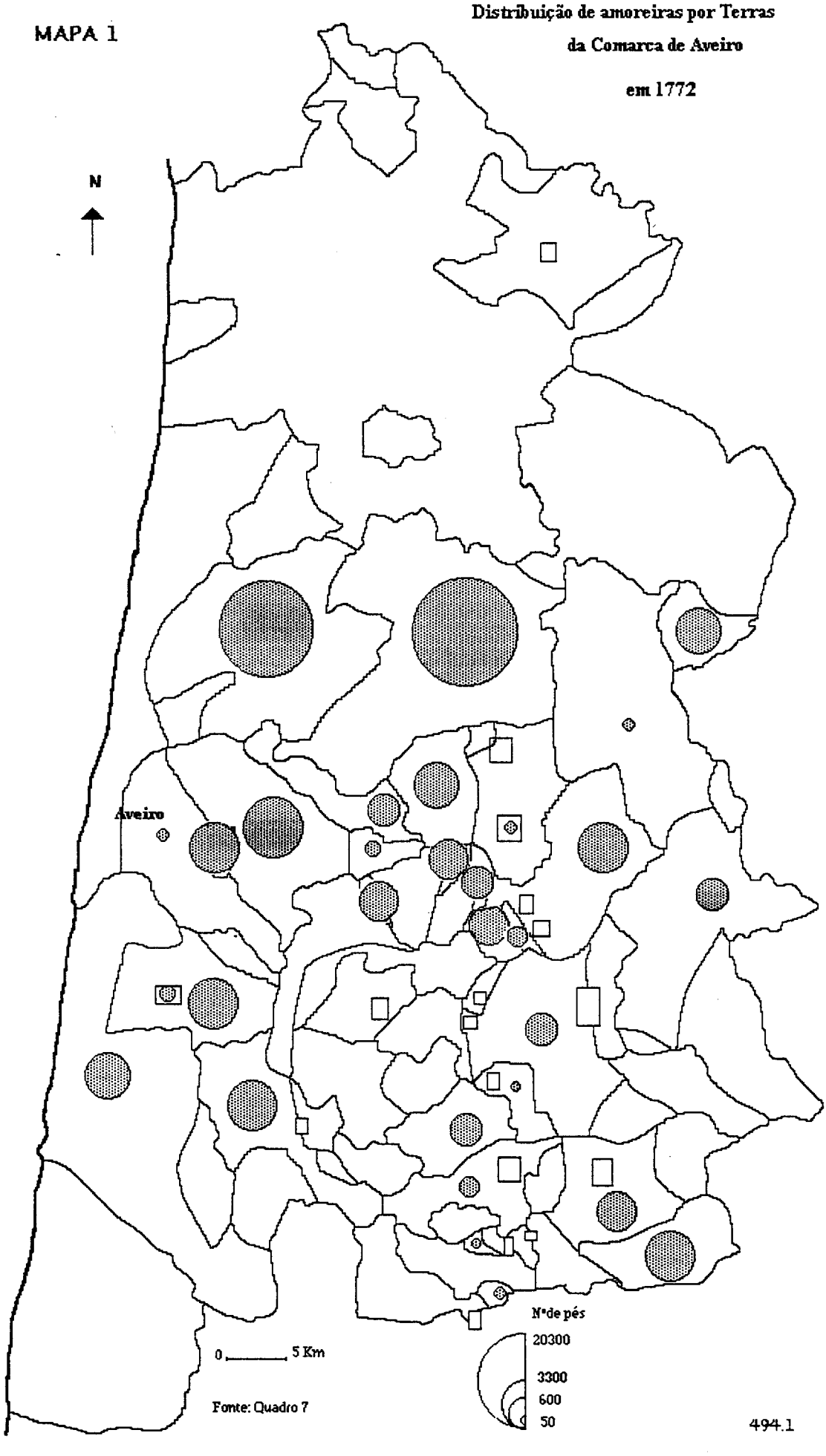
[110] AHMOP-JC. n.8. 7/11/1772 . curioso documento intitulado "*Plano y Estado das Amoreiras. Velhas e Novas plantadas no anno de 1772 para a futura proxima Creasion de Bichos de Seda que se hade fazer mediante disposisao do S. D. Antonio Pestana Corregedor Dignissimo da Cidade de Aveiro y su Comarca*".

[111] PEREIRA. Esteves - *A indústria portuguesa. Subsídios para a sua história...*, *o.c.*, pag. 136.

[112] SERRÃO. J. Verissimo - *História de Portugal...*, *o.c.*, v. 6. pag. 200.

MAPA 1

Distribuição de amoreiras por Terras da Comarca de Aveiro em 1772



azeite e salga de peixe, em Aveiro[113]. Mas o sector que o faria relativamente conhecido (estranhamente, pouco conhecido), seria a "*introdução e ensino de fazer cardar e fiar o algodão*"[114]. A notícia mais desenvolvida, acerca deste assunto, é dada por Timotheo Lecussan Verdier, responsável pela Real Fábrica de Algodões, Lençaria e Meias, de Tomar, fundada em 1789, associado a Jacome Ratton, numa sua "*Memória sobre as fiações d'algodão...*" em 1799[115].

Uma biografia de Locatelli é, por ora, bastante difícil de desenhar[116]. O seu perfil inventivo desmente a ideia duma simples passagem por Portugal. Desconhece-se a data da sua entrada, no Reino; viveria quer em Lisboa, pelo menos, em 1783 em S.Pedro de Alcântara[117], quer em Aveiro, nas casas que foram do Duque de Lafões (a partir da década de oitenta)[118], na freguesia de S. Miguel, onde se concentrava a aristocracia da cidade. Morre, em Aveiro, a 18 de Novembro de 1795[119], e deixa três filhas[120] e provavelmente, ainda um filho, algures na Ásia[121]. A viúva, D.Joaquina Locatelli, assegura a

---

[113] PEREIRA, Esteves - *A indústria portuguesa. . . .*, o. c. , pag. 137; refere ter Locatelli fundado primeiro uma fabrica de azeite de peixe, em Aveiro, e depois um francês"Minjoal", uma segunda, em Ovar. Porém, nunca encontrámos, quer nos Livros de Vereação, quer nos de Registo Geral, qualquer informação acerca da iniciativa de Locatelli em Aveiro.

[114] ATC, C.Av, Cx. 23, n. 17, Alvara 18/9/1769;

[115] *Memória sobre as Fiações d'algodão actualmente estabelecidas em Portugal, e sobre os obstáculos que impedem os seus progressos e que provocão a sua ruina*, publicado por GUIMARÃES, M. da Silva - *História duma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar...., o.c.*, págs. 220 a 235. Escreve:"*o primeiro que intentou fiar algodão em Portugal, foi um italiano chamado Locatelli; obteve do Marquês de Pombal grandes privilégios, e algum dinheiro. No ano de 1771 montou esta fábrica no palácio do Principal Lázaro Leitão [...]. O algodão era fiado em rodas de mão e as fazendas eram fabricadas com o dito fio e urdidura de linho. Esta fábrica depois da morte de Locatelli, acha-se seguida em Aveiro por sua viúva D. Maria Joaquina Locatelli que faz uso do nosso fio de urdidura com que mistura as fiações de trama que na dita cidade de Aveiro se executam ou em rodas de mão ou por Jennys*"

[116] Em parte, porque, como escreveu Borges de Macedo:"*franceses, italianos, alemães, holandeses, ingleses, em viagens perfeitamente de ocasião, chegam a Portugal impelidos pelos mais variados motivos e interesses*": MACEDO, Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal. . . .*, o. c. , pag. 129-130; e em parte porque os elementos depositados no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (por vezes, em ficheiros com entradas inimagináveis), esperam a elaboração de biografias.

[117] AHMOP-JC, n. 8-3/1/1783, cópia duma certidão passada por um notário de Lisboa, referindo a residência em S.Pedro de Alcântara.

[118] AHMOP-JCn. 8-7/11/1790, vistoria à fábrica, em que se refere ter saído das antigas instalações para melhores casas do Paço, do Exmo Sr.Duque de Lafões, porque as anteriores estariam velhas, arruinadas, e de Inverno, atingidas pelas cheias.

[119] ADA-RP, Aveiro, S. Miguel-Obitos, L. 26, fol. 31v.

[120] CERQUEIRA, Eduardo - *O 'Cofre da Barra'de Aveiro na função de caixa..., o.c.*, pag. 134.

[121] AHMOP-JCn. 8-25/5/1789, parecer de Domingos Vandelli, um dos elementos da Junta do Comércio, que afirma, a propósito da viabilidade da fábrica, que era possivel "*pelo filho bem estabelecido em Asia*"

continuidade da Fábrica, pelo menos, até à sua morte, em 30 de Novembro de 1814[122] . Uma das filhas, D. Maria Joaquina Locatelli casa com o famoso engenheiro militar e hidráulico, Reinaldo Oudinot, responsável pelas obras de desassoreamento da Barra de Aveiro, em 1802[123]. O bisneto de Locatelli[124], José Reinaldo Rangel de Quadros (1842-1918) que, na historiografia local, deixou valiosíssimos escritos sobre diversos assuntos e, acerca da Fábrica, apenas quatro páginas manuscritas[125], que terminam assim *"com a sua morte [de Locatelli] acabou a fabrica! Não vem para aqui contar os desgostos e contrariedades de que foi vitima para a família"*[126], e nada mais diz, efectivamente.

A fábrica de algodão, de Aveiro, teria surgido numa conjuntura de crise comercial e financeira, estreitamente ligada aos produtos coloniais e, com o acumular de alguns stocks e o mingar do fluxo do ouro, inaugurou um sector, cujo crescimento melhor disseca as dificuldades da indústria portuguesa[127].

Em finais da década de sessenta, a situação era clara: *"cada dia se aumenta mais a entrada do algodão neste Reino, vindo da América [...] de sorte que a sua extracção chega já a experimentar em diversas ocasiões alguns empates provenientes de não ter consumo algum..."*[128]. Os remédios, para tal situação, passavam pela sua utilização na indústria, como tinha ficado bem estabelecido, numa carta enviada, em 1766, a D.Luis António de Sousa, Governador e Capitão Geral da Capitania de S.Paulo, a propósito da instalação duma fábrica de algodões, na Vila de Santos que dizia:

---

[122] ADA-RP. Aveiro, S.Miguel-Óbitos. L. 26. fol. 99v. Surge a inscrição seguinte: "*D.Joaquina Locatelli Erra. mulher de Paulo Erra de nação italiana*". o que significa que contraiui um segundo casamento após enviuvar de Locatelli;a probablidade de se tratar duma filha é impossível pela razão referida na nota seguinte

[123] ADA-RP. Aveiro. S. Miguel-Casamentos. L. 20. fol. 241. 17/10/1802: DªJoaquina Locatelli. natural da freguesia NªSªLoreto. cidade Lisboa. com Rainaldo Oudinot. natural da freguesia de S.Pignei (Sepignes). Bispado de Verdun. Reino de França. viúvo de D.Maria Vicência. Existe ainda uma referência. como madrinha de baptismo. a uma DªJoana Locatelli (R.P.-Espirito Santo Baptismos. L. n. 12. fol. 174). Porém. noutro lugar diz-se ter casado Oudinot com DªVicência do Carmo Locatelli. filha de Locatelli. o que não corresponde ao registo paroquial: SARAIVA. José Mendes da Cunha - *A Bacia hidrográfica do Rio Lis, e os trabalhos do Engenheiro..., o.c., p.*26-27.

[124] Uma nota biográfica sobre José Reinaldo Rangel de Quadros. nunca refere as suas origens. remontadas a Locatelli. apesar de sua mãe se chamar DªThereza Josephina Lucately Oudinot: QUADROS. J. Reinaldo Rangel de - *Aveiro, origens, brasão e antigas freguesias..., o.c.*, pags. 7 a 10.

[125] QUADROS. Rangel de - *Aveiro, Apontamentos Avulsos* (Manuscritos)..., o.c.

[126] Id. , *Ibid.* , pag. 114.

[127] PEDREIRA. Jorge Miguel - *Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825)..., o.c., p.* 568.

[128] ATC-C. Av. -Cx. 23-alvará de 18/9/1769.

"será melhor suspender esta, e as mais manufacturas, e promover a lavoura; porque a política de todas as nações tem estabelecido receber das colónias ultramarinas os frutos e materiais crus, assim como as terras os produzem, para serem lavrados e digeridos na Europa, e se remeterem depois dela as manufacturas. Por cujo princípio se deve V. Sa. aplicar a promover com grande força a lavoura de algodão, para ser aqui transportado em rama"[129]

João Baptista Locatelli foi o primeiro a solicitar e a obter, em 1769, a exclusividade do ensino do cardar e fiar o algodão, em rama, assim como de todo o algodão a consumir no Reino, por espaço de 10 anos, livre de todos os direitos e encargos da Casa da Índia, no sentido de introduzir as fábricas de tecidos deste género, debaixo de determinadas condições (14 cláusulas):

(I)a exclusividade de compra à Companhia do Grão Pará e Maranhão,

(II) o preço de venda e o lucro,

(IV) isenção de direitos, quer sobre entrada de algodão em rama, quer na saída de produtos manufacturados,

(V) contemplar a liberdade de venda aos moradores do Brasil que enviarem algodão já fiado,

(VII) o direito de Locatelli passar certidões de habilitações aos que estivessem aptos, no uso do cardar e fiar,

(VIII) ajudas de custo para as suas deslocações,

(IX) e caso a sua acção o merecesse, ser nomeado Inspector Geral de todas as Fábricas de tecidos de algodão,

(X) quem quisesse levantar fábricas, quer Locatelli, quer outros particulares, de algodão simples ou mistura de seda, linho ou lã, solicitaria licença à Junta do Comércio[130].

Fica assim estabelecido que o primeiro objectivo era ensinar a cardar e fiar um produto que se encontrava, a baixos preços, e cujo consumo se pretendia incrementar, como, muito claramente, se estabelece no alvará referido: *"em razão dos estrangeiros lhe arbitrarem o preço regulado pela quantidade das remessas dele; sendo somente os que lhe dão extracção; procurando abatê-lo sem reparo em que o algodão das conquistas deste Reino he melhor que o das Provincias do Levante [. . .]o meio de conservar este género a sua estimação e o de se lhe facilitar e ampliar o consumo no uso interior do Reino, em que até agora não teve, [...] servirão consideravelmente ao tráfico do*

---

[129] MOREIRA, António - *Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal..., o.c., v.2*, pág.19; publicada, ainda com ligeiras alterações e mais abreviadamente, em GUIMARÃES, Manuel da Silva - *História duma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, . . . , o. c. pag. III.

[130] ATC-C. Av. -Cx. 23-alvará 18/9/1769. Documento publicado em AMORIM, Inês - *Os poderes urbanos face às mutações económicas..., o.c.*, p.137 a 171.

comércio, ao exercício de ocupar grande número de seus vassalos..."[131]. Assim, e na conformidade da condição oitava deste alvará, a Junta de Comércio estabelece uma ajuda de custo de 300.000 reis, a fim de Locatelli percorrer as Províncias da Beira e Minho para o estabelecimento do fiado do algodão[132].

As notícias desta grande "*escola*" começam a chegar e registam-se na Junta do Comércio:

. uma informação do Inspector da Fábrica e Estabelecimento das manufacturas de Algodão de Lisboa, à Junta do Comércio, em 1770, indica que Locatelli se tinha deslocado à "*Provincia do Minho, Trás-os-Montes e Beira para ensinar os tecidos do dito algodão com linho, que servira duma grande utilidade posto em prática muito principalmente na dita Província do Minho, onde abunda aquele segundo género e se factura com grande aplicação daqueles povos como é constante nos tecidos dele que dali sai não só para todo este Reino, mas tambem para as Conquistas*"[133];

. o próprio Locatelli relata a sua actividade, em benefício da fiação do algodão, a partir de Lisboa, e daqui para Estremoz, Elvas, Portalegre, Montemor-o-Velho, Porto, Aveiro, Sobral, Alcobaça, Torres Novas, Minde no termo de Porto de Mós e, finalmente, próximo de Óbidos[134].

Note-se que esta acção tinha, como missão, o enquadramento duma mão de obra dispersa, num novo processo de aprendizagem, de "*escola*", que fazia a ponte entre a tradição e a inovação, como o demonstra, a dado passo, uma das instruções dada a Locatelli: "*animar e dirigir as Fábricas em que se possam tecer diferentes drogas de algodão [...] sujeitando-se aos disvelos que de modo ordinário trazem consigo as novas introduções*".[135] Ou seja, o aproveitamento duma mão-de-obra, certamente, familiarizada com a fiação do linho[136], e a sua localização, especialmente no Norte[137].

---

[131] Ver nota anterior.
[132] AHMOP. JC. n. 6. 30/4/1770.
[133] AHMOP. JC. n. 8. 26/4/1770.
[134] AHMOP. JC. n. 8. 3/1/1783.
[135] ATC-C. Av. -Cx. 23-alvará de 18/9/1769.
[136] Este aspecto foi vincado em ALEXANDRE. Valentim - *Um momento crucial do subdesenvolvimento português..., o.c.*, pag. 14 e 15; quando refere a ligação da indústria rural, do Entre Douro e Minho e o mercado colonial, reforça a ideia de não o ser, exclusivamente, de Portugal. Critica ainda a perspectiva de Borges de Macedo em *Problemas de História da Indústria Portuguesa. . . ,* o. c. , que minimiza a ligação da indústria rural do linho aos circuitos coloniais, reduzindo-a ao âmbito local.
[137] David Justino, numa recensão à reedição da obra de Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa. . . ,* o. c. , in "Revista de História Económica e Social", n. 11, 1983, pag. 128, critica a tese duma oposição interior-costa, preferindo, antes, falar na oposição, na costa, norte-sul,

Os ingredientes do agrarismo vigente estão presentes em toda esta acção, bem explicitados, numa memória sobre o algodão, em 1789: "*quase todo o trabalho do algodão é mais leve, e mais fácil, que o do linho e da lã e assim empregando-se nele (como se pode e se faz na India) a idade e sexo mais fraco, se evita a ociosidade tão nociva ao bem comum: e ficam reservados outros braços de maiores forças para outros empregos que os requerem*"[138].

A carta que Locatelli escreve à Junta do Comércio, a propósito da criação da figura de Juiz Conservador das Fábricas de Tecidos de Algodão da Comarca de Aveiro, na pessoa do seu corregedor, resume os factores propícios à instalação daquela actividade:

"*distribuiu [o corregedor] por várias pessoas os livros que tratam sobre o método de os criar e conservar [bichos da seda], promovendo ao mesmo tempo a Plantação das arvores de Sumagre e outras úteis para a composição da tinta; e do mesmo modo a sementeira dos linhos em sítios adequados, e ultimamente a de se aplicarem as familias tanto a fiar o dito algodão e linho, como a executarem as suas teias, adquirindo por este modo tecidos próprios para seu uso sem maior despesa e com preferência aos estrangeiros [...], aplicando ao mesmo tempo a mocidade a estes exercícios, enquanto não tem maiores forças para se empregarem nas culturas das terras e pescarias, em que ordinariamente se ocupa aquele povo*"[139].

Um último aspecto terá condicionado o lançamento das fábricas de algodão, isto é, a disputa dum mercado onde concorre uma grande maioria de produtos têxteis ingleses. Os algodões vão ser defendidos, por medidas proteccionistas, contra a entrada dos estrangeiros, experimentando uma verdadeira revolução tecnológica, com efeitos significativos no preço e, logo, no consumo, alcançando franjas, até então, arredadas do mercado[140].

Em suma, uma conjuntura propícia ao investimento, no sector manufactureiro que, no sector têxtil algodoeiro, contou com algumas vantagens: baixo preço da matéria-prima, protecção alfandegária e legislativa, mão-de-obra familiarizada com a tecelagem tradicional, mão-de-obra feminina, que cumpre, pois, o pacto colonial, "*ficando desta sorte todo o lucro dum*

---

com vantagem para o primeiro que, no séc. XIX, apresenta um grande dinamismo, estruturado, desde meados de XVIII.

[138] LOUREIRO, Pe João de - *Memória sobre o algodão, sua cultura e fábrica...*, *o.c.*, p. 42.

[139] AHMOP, JC, Cx. 8, 22/8/1774.

[140] Uma legislação proteccionista parece explicar o sucesso dum sector que, alimenta, nos finais do séc. XIX, o fluxo comercial dos tecidos de algodão para o Brasil colonial, ainda que, em grande parte, de simples estampagem, como refere ALEXANDRE, Valentim - *Um momento crucial do subdesenvolvimento*. . . , o. c. , pag. 16.

género tão vasto, como útil e necessário, inteiramente para a nação na sua cultura, na sua fábrica, e no seu comércio"[141].

C - Factores para o seu estabelecimento, em Aveiro

Em 1771, Locatelli, depois de fundar uma primeira fábrica em Lisboa, como já referimos, instala-se em Aveiro, na "*Província da Beira*". O corregedor, em sessão da Câmara de 26 de Agosto de 1770, propõe a presença do italiano, "*Director geral das novas manufacturas do Algodão do Reino*", aquando da sua passagem para o Porto, a fim de ouvir as suas propostas e resoluções[142]. Um ano depois, uma Carta Régiaconcede a autorização para a instalação duma Fábrica de algodão, apontando, explicitamente, algumas razões[143]:

. a inexistência de outras fábricas;

. uma Comarca populosa;

. a fundação duma "*Escola de arquear e fiar*";

. a existência dum Cofre da Barra, depósito dos reais, destinados às obras de desassoreamento da barra de Aveiro[144] donde se poderia tirar 12 contos de réis para a "*execução de tão útil projecto*";

Outras justificações são apreendidas com a leitura dos relatórios do corregedor e das sessões da câmara:

. a ocupação das gentes, o seu ensino, criando riqueza, evitando o "*ócio*", ao ponto de se propôr o ensino da fiação ao carcereiro, sua mulher, e depois, aos presos da cadeia de Aveiro, numa constante escola[145];

. a formação duma mão-de-obra disponível, que fornecesse à(s) fábrica(s), o fiado, num sistema, já conhecido, de carácter doméstico, reservando à cidade o papel de distribuidor de matéria-prima, acabamento e

---

[141] LOUREIRO, Pe João de - *Memória sobre o algodão. . . .* o. c. , pag. 42.
[142] AMA, LV, n. 8, ss. 26/8/1770.
[143] ATC, C. Av. -Cx. 23-cópia de Carta régia de 10/6/1771.
[144] Os dinheiros recolhidos no Cofre provinham de imposições de dois arráteis sobre o quartilho do vinho e arrátel de carne para a obra da Barra desde 1739 [ver cap. 2 e 8], e a partir de 1751, passaram a recair, não só sobre a Vila, mas sobre toda a comarca de Esgueira/Aveiro. Ver sobre o assunto CERQUEIRA, Eduardo - *O Cofre da Barra de Aveiro na função de Caixa...*, o. c., p. 130.
[145] AMA, LV, n. 8-ss. 2/3/1772.

comercialização: *"o ter a Fábrica aprendizes não é o maior negócio só na razão de estes servirem ao depois para mestres, o negócio está nas tecedeiras de fora..."*[146];

. a existência dum mercado consumidor, facilitado por baixos custos de transporte: *"a esta cidade descem os povos circum-vizinhos [...] pelos rios Cértima, Alfusqueiro e Vouga em barcos e por estes levam os mesmos géneros com muito pouca despesa"*; ou o fácil aprovisionamento em algodão, através da *"Boa Barra"* de Aveiro ou da Figueira[147];

. um custo de vida baixo, com mão-de-obra barata, como se deduz da expressão: *"e sobretudo esta cidade e as povoações circumvizinhas são muito baratas, e isto é não pequena condição para o estabelecimento de Fábricas"*.

O conjunto de privilégios de que a iniciativa se vai fazer rodear, é bem sinal do seu tempo, privilégio, face aos lanifícios: isenção de encargos, por 10 anos, quer sobre a matéria prima, quer sobre os produtos acabados, (alvará de 18/8/1769); renovada e extensiva a todos os que se dedicassem àquelas manufacturas (5/7/1774); a isenção de 1% exigido pela Mitra do Porto na entrada do algodão (24/3/1774), a obtenção de capitais, a partir do Cofre da Barra, em condições, nitidamente, vantajosas, por prazo de 10 anos (10/6/1771)[148].

Finalmente, em Agosto e Outubro de 1771, adquire, em Aveiro, 4 *"pardieiros"* e *"casas"*[149] que lhe eram necessários *"para benefício da mesma fábrica"*, que confinavam a norte com a Rua do Matadeiro, localização aproximada da conhecida rua do Albói, bem perto do esteiro da cidade [ver cap.3]. Em 1790, muda-se *"para melhores casas, nas do Paço do Exmo Duque de Lafões [largo da Câmara], edificadas com muitas obras, porque as casas onde se achavam estavam*

---

[146] AHMOP, JC, Cx. n. 8-Carta da Correição de Aveiro, 11/11/1772

[147] AHMOP, JC, Cx. n. 8-Carta da Correição de Aveiro, 11/11/1772.Em MACEDO, Borges de - *Problemas de História da Indústria*. . . . o. c. , pag. 231, chama a atenção para o forte pendor litoral da instalação das novas indústrias que dependiam da importação de matérias-primas coloniais: algodão, couros e madeira. Curiosamente, não se verifica o mesmo com Espanha, em que a Real Fábrica de Algodão de Ávila, se localizava no centro da Península Ibérica, abundante em lãs, mas longe da costa. Só que o objectivo, várias vezes repetido, era o de ganhar o mercado espanhol, competindo com as telas de origem inglesa, e para tal, a instalação, no centro da Península, em Ávila, podia servir de complemento à catalã, que já iniciara o seu desenvolvimento, em meados do séc.XVIII; é que o mercado consumidor de Madrid, bem próximo, compensava a desvantagem do afastamento dos portos, como demonstra MARTIN GARCIA, Gonzalo-*La industria textil en Avila durante la etapa final del Antiguo Regimen. La Real Fabrica de Algodon..., o.c.*, p. 209.

[148] ATC, C.Av., Cx. 23

[149] ADA-SN, Aveiro, n. 307, f. 12v-15v.

velhas e arruinadas e de Inverno entravam as cheias de modo que muitos dias não se trabalhava"[150].

A evolução da Fábrica obedece a 3 fases fundamentais:

1ª- fase, seguindo as directrizes de Pombal, sendo Loccatelli apenas Director das novas manufacturas;

2ª- fase, a partir de 1778, torna-se proprietário, por directiva da Junta do Comércio, até à sua morte, em 1795, com sub-etapas que passam pelo sequestro pela Câmara de Aveiro, em 1787, aquando da morte do administrador de então, Jacome Buzi;

3ª- fase, depois da morte de Locatelli, a administração passa para a viúva, que a tomou em 1798, mas numa ocasião em que nitidamente se fala em decadência; a tentativa de arranque que aquela encetou, apoiada pelos esforços do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, não passou duma tentativa, sem efeito.

D - Organização e administração

De começo, competia a Locatelli a exclusiva responsabilidade sobre a Fábrica, até à criação dum Juiz Conservador de Todas as Fábricas de tecidos de algodão, na Comarca de Aveiro até à cidade do Porto "*exclusivé*", em 5/9/1774, a pedido do italiano[151], sendo nomeado para esse cargo o seu amigo e Corregedor de Aveiro. Este superentendia ainda sobre o juiz de fora e vereador mais velho da vereação. Competia-lhe, não apenas vigiar o andamento da fábrica, como, inclusivamente, os teares que se encontravam dispersos pela cidade e arredores. Mas, como vimos acima, era Locatelli que a administrava por ser o "*Director Geral das Novas Manufacturas do Algodão do Reino*".

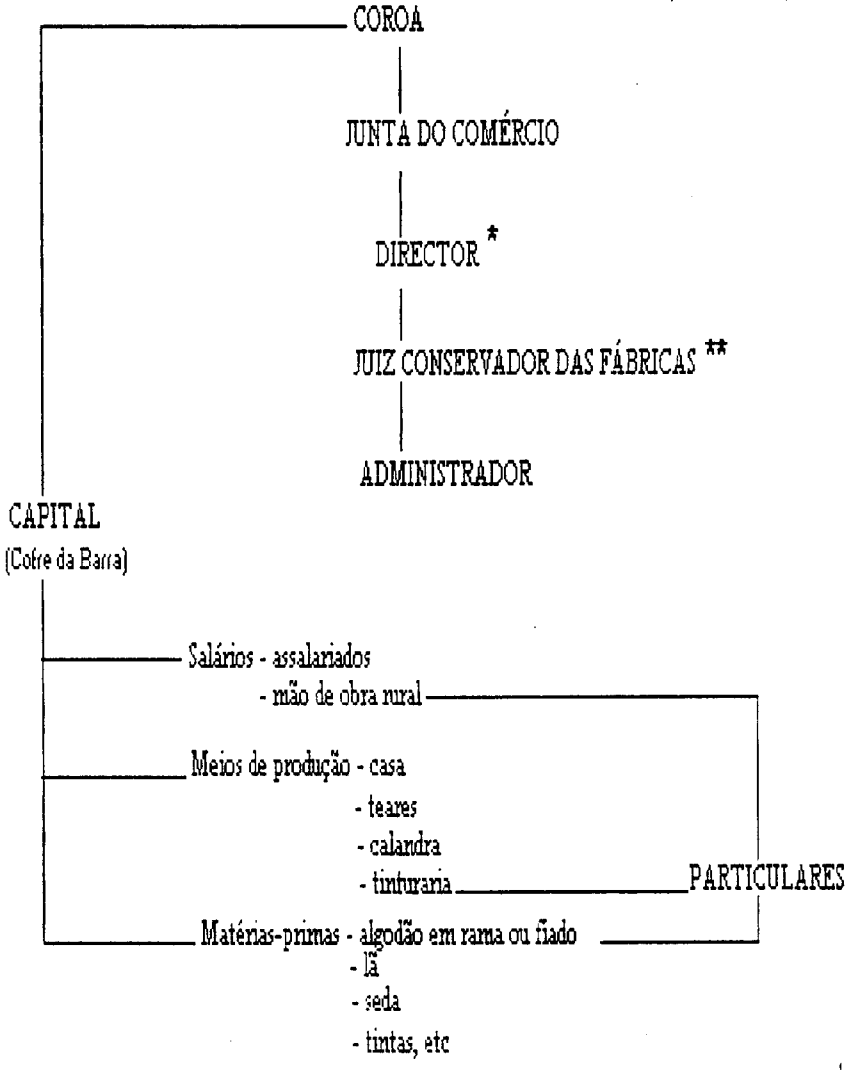
Até 1787, foi administrador Jacome Antonio Buzi[152], figura praticamente desconhecida. Nos registos paroquiais de Aveiro, surge, várias vezes, a apadrinhar baptismos, com a ocupação de tendeiro[153] e, em 1774,

[150] AHMOP-JC. n. 8. 7/11/1790.
[151] AHMOP. JC. Cx. n. 8-22/8/1774.
[152] AHMOP. MR. Cx. n. 41-25/8/1787.
[153] ADA. SP. Aveiro. Espírito Santo. Baptismos. L. . 12.

em livros da Alfândega, explicitamente como Administrador[154], nada mais. Pelo menos, desde 1798, passa-se a referir José Becali, ao serviço da viúva de Locatelli[155], cujo perfil ignoramos, igualmente. O esquema de organização administrativa esclarece melhor as competências:

QUADRO 8

Esquema de organização Administrativa da FÁBRICA DE ALGODÃO DE AVEIRO (1771-1778)



* Director Geral das Novas Manufacturas do Algodão do Reino
** Juiz Conservador das Fábricas de Tecidos de Algodão da Comarca de Aveiro, até à cidade do Porto;
Fonte: AHMOP, JC

[154] ANTT, AA, L. 528-1775, s/p/
[155] AHMOP-JC, n. 8, Cx. João, 20/10/1798.

Os capitais foram, como já o dissemos, extraídos do Cofre da Barra, conferindo à empresa um carácter, simultâneo, de iniciativa estatal e privada; o montante de 12 contos de reis, provenientes da imposição fiscal, vai servir para a aquisição de matéria-prima, máquinas e trabalho. O acesso a tal quantia estava previsto; era colocado num cofre com 3 chaves: uma para Locatelli, outra para o juiz de fora e a terceira para o vereador mais velho, auferindo, cada um destes dois últimos, 50.000 reis, anualmente[156]. Parece, no entanto, que não faltou capital. Vicente Pedrossem da Silva, homem de negócio da cidade do Porto, várias vezes envolvido no mercado de Aveiro, disponibilizou cerca de 30.000 cruzados, escrevendo várias cartas ao Corregedor, em Dezembro de 1771 e Maio de 1772, louvando a nova fábrica e manifestando-se interessado na sua colaboração[157].

A matéria-prima chegava certamente, embora ignoremos as quantidades, assim como os circuitos de distribuição, junto das fiadeiras. As informações, acerca da mão de obra e tecnologia, são bastante dispersas e lacunares. Comece-se pelos teares e sua evolução, ao longo dos tempos:

QUADRO 9

Número de teares dentro e fora da Fábrica

Anos	Fábrica	Fora	Total
1772	5	-	5
1789	-	-	20
1790	20	12	32
1791	16	7	23
1792	18*	11	29
1796	23	27	50
1798	17	24"	41
1802/Fev	-	-	30
1802/Jun	-	-	24

* "15 de linho e algodão, 3 algodão e seda, mais 3 que esperam um mestre"

" na cidade 18 teares, fora 2 na Vila de Ilhavo, 1 em Fermelã, 1 Oliveirinha, 2 Esgueira

Fonte:AHMOP-JC. , n. 6, 8, 12.

[156] AMA. LV. n. 8. ss. 6/7/1771

[157] AHMOP. JC. Cx. n. 8

A Fábrica começou com 5 teares, dentro da mesma e, só em 1789, voltamos a ter informação a este propósito, como se vê no quadro; até 1796, 1 ano após a morte de Loccatelli, ainda se sentem os efeitos da política deste, como refere o Provedor "*se não tem experimentado diminuição nos progressos, fornecimentos e laboração da Fábrica*"[158]. Ora, foi desde Maio de 1789, que Loccatelli reaveu a Fábrica, das mãos da Câmara, por ordem da Junta do Comércio, sendo-lhe recomendado "*abster-se da criação de outras Fábricas, restringindo-se a conservar e melhorar as de Aveiro*", ou seja, manufacturando, simplesmente, o algodão, ou com mistura de linho ou seda e fazer laborar os 20 teares "*e mais que se puderem levantar*"[159]. Nos anos seguintes, nota-se um crescendo de teares, sobretudo, fora da Fábrica, mas no seu todo, a tendência é para diminuir, como se nota, a partir de 1798.

Veja-se, agora, a quantidade de mão-de-obra a laborar. Logo em 1772, uma listagem permite avaliar a divisão de papéis, dentro da Fábrica e respectivos salários. Veja-se:

QUADRO 10

Relação das pessoas que ocupam a Fábrica em 1772

Função	Nº	Salário(reis)
mestre tear	1	320/dia
mestre tear	1	15/côvado
aprendiz	1	70/dia+vestir
mestre Calandra	1	360/dia
homem da roda	2	120/dia
homem tirar o pêlo	2	6/vara
mulher da água	2	80/dia
administrador	1	12800/mês
caixeiro	1	4800/mês
rapaz do Armazém	1	3000/mês+vestir
aprendiz	16	70/dia
oficial	1	a côvado
mestre*	1	80/cinta
TOTAL	36	

* com 5 teares e 5 aprendizes;

Fonte: AHMOP, JC, Cx.8

[158] AHMOP, JC, n. 8, carta 28/7/1796.
[159] AHMOP, JC, n. 8, carta 25/5/1789.

Só a partir de 1790, temos, de forma mais ou menos contínua, informação sobre a quantidade de gente envolvida e respectivos papéis:

QUADRO 11

Quantidade e especificidade de gente a trabalhar na Fábrica entre 1790 e 1802

Anos	tc	fa	fl	db	cr	tn	cd	ap	of	me	tp	as	Total
1790	-	170	500	40	25	12	2	14	-	-	-	-	781
1791	-	180	526	34	-	8	-	-	-	-	-	-	756
1792	-	180	632	30	-	8	-	-	-	-	-	-	850
1796	50	350	396	35	15	15	-	-	-	-	-	-	861
1798	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	631
1802/2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1000
1802/6	7	180	260	12	8	1	1	1	7	1	1	1	481

tc-tecedeira, fa-fiadeira de algodão, fl-fiadeira de linho, db-dobadoira; cr-curadeiro; tn-tintureiro; cd-cardadores, ap-aprendiz, of-oficial, me-mestre, tp-tirapelo, as-assedadeira.

Fonte:AHMOP-JC, n. 6, 8, 12.

A quantidade de gente envolvida parece incompleta, pelo facto de o número de tecedeiras e fiadeiras ser, segundo a documentação, mais generoso. Por exemplo, fala-se de mão de obra dispersa pela comarca, em tal quantidade que poderia fornecer uma fábrica de algodão (do Porto) de José Maria Ruci: "*seria útil ao dito Ruci valer-se de algumas tecedeiras desta comarca [...] pois este não pode aproveitar por si só as fiadeiras e tecedeiras desta Comarca com o pequeno cabedal de 30 mil cruzados [...] que ainda com 100 mil cruzados de fundo ainda não bastam para a aplicação de imensas gentes que se podem aproveitar*"[160]. Em finais do século, estimam-se em mais de mil tecedeiras, espalhadas por Vagos e Ílhavo[161], mas lembre-se que é notícia, tendenciosa, do juiz de fora que queria sensibilizar o poder central para a desgraça da extinção de tal empresa; poucos meses mais tarde, o corregedor entra em pormenores e apura apenas 481 pessoas[162]. Entretanto, alguns aprendizes foram fazendo a sua formação e começam a surgir mestres[163].

[160] AHMOP, JC, Cx. n. 8-carta do corregedor de 11/11/1772. Desconhecemos completamente o perfil deste Ruci, do Porto.

[161] AHMOP, JC, Cx. n. 6-carta do juiz fora de 16/2/1802.

[162] AHMOP, JC, n. 12-carta do corregedor de 12/6/1802

[163] Um exemplo é o de António da Costa que solicita à Junta do Comércio o seu registo, como Mestre cardador, através dum certificado, passado por Locatelli que atesta a função daquele, na fábrica de algodão de Aveiro, como se pode ver em AHMOP, JC. , Cx. n. 8-certidão de 20/6/1772, passada por

Tecnologicamente, pouco podemos dizer: utilizam-se rodas de mão, e as fazendas eram fabricadas com o algodão e com urdidura de linho[164]. Munida de calandra, imprensa e tinturaria, preconizava-se a sua utilização, mesmo, por outras fábricas do Porto ou dos povos das redondezas[165]. Ou seja uma fábrica que funcionava, como centro de actividades artesanais, e estava apetrechada de meios inacessíveis para os pequenos (ou mesmo maiores fabricantes), significa que a sua função não se esgotava apenas no aproveitamento da fiação praticada por mão-de-obra dispersa, mas também pelo fornecimento de meios tecnológicos.

A produção só é possível avaliar-se a partir da década de 90. Faziam-se panos com mistura de algodão, seda e linho: fustões, toalhas, guardanapos, baetilhas de seda, etc[166]. Mas o corregedor escreve, em 1772, que a fábrica "*para Lisboa pode fazer uma boa remessa de 500 ate 600 peças passadas pela calandra que trabalha há dias*"[167]. Nos poucos anos subsequentes, reúnem-se os seguintes dados:

QUADRO 12

Produção * da Fábrica de Algodão de Aveiro

Data	Venda	Armazém	Feira Golegã	Fabricou-se
15/11/1791	340	102	-	-
26/7/1792	169	191	-	-
1/7/1796	339	150	-	-
1/98 a 2/99	575	172	36	591

* peças de pano de 45 covados

Fonte:AHMOP-JC, n. 6, 8, 12

Os dados são parcos e descontínuos, mas, pelo menos, ao longo do ano de 1799, presume-se que se fabricaram, entre 500 a 600 peças.

João Baptista Locatelli, Director das Fábricas de Algodão do Reino:"*certifico que António da Costa, filho de Manuel da Costa, natural de Minde, termo de Porto de Mós, tem perfeitamente aprendido a cardar o algodão e presentemente se acha na qualidade de Mestre nesta fabrica de algodão de Aveiro ensinando a vários aprendizes o dito oficio de preparar e cardar o dito algodão*". Registado na Junta do Comércio a 20/ /7/1772.

[164] GUIMARAES, Manuel da Silva - *História duma Fábrica. . .* , o. c. , pag. 220.

[165] AHMOP, JC, Cx. n. 8 carta do corregedor 11/11/1772.

[166] AHMOP, JC, Cx. n. 6 carta do corregedor de 16/2/1802.

[167] AHMOP, JC, Cx. n. 8 carta do corregedor de 19/7/1772.

Os custos seriam inferiores aos dos lanifícios, pois que o mesmo corregedor e Inspector das Fábricas calcula que uma peça de 50 côvados, de mistura de lã e algodão, fique a 146.5 reis/côvado[168], muito longe, dos 535 reis do côvado de pano dozeno da Covilhã[169].

A comercialização e sistema de venda é, mais uma vez, de difícil avaliação. Na cidade, não transparece qualquer impacto. É provável que o administrador Buzzi, sendo tendeiro em Aveiro, expusesse os seus novos produtos. Mas os dados são, sobretudo, qualitativos. Apenas dois apontamentos, a partir, mais uma vez, das notícias do corregedor Dr. António Pestana:

. "*esta Comarca com as terras das Comarcas circunvizinhas que já se aproveitam e fornecem desta fabrica por os tecidos que nas mesmas se vão introduzindo desde Montemor-o-Velho, Cantanhede, Feira e mais partes adjacentes ao mar, e vadiáveis pelos rios, se poderá chamar uma nova Ásia em tecidos*";

. "*os tecidos [...] são cobiçados pelos comerciantes do Porto que vindo a esta cidade [...] os pediram e recomendaram ao Director da Fábrica persuadindo a este que lhe dariam consumo e prometendo-lhe direitos de antemão por algumas drogas de linhas e riscadilhos que tem saída para as nossas conquistas*"[170].

Em suma, esperava-se o despertar dum mercado interno e colonial. Mas, rigorosamente, qual era o aparelho distribuidor montado, circuitos estabelecidos, não sabemos. As margens de lucro são desconhecidas, embora o entusiasta corregedor afirme, de novo, que:

"*deixam grande conveniência e [...] são 50% bem seguros, ainda que não fosse tão avultado o lucro, se deve persuadir as fábricas pela utilidade publica de se espalhar o dinheiro pelos povos pelo meio do trabalho e aplicação destes*"[171], ideia esta que, nos nossos dias, poucos adeptos colheria...

E - Um projecto bloqueado

---

[168] AHMOP, JC, Cx. n. 8 carta do corregedor de 6/11/1772; ANTT, MR, Correspondência dos juizes de Fora, maço 367, carta ao juiz de Albergaria em 20/2/1777:os valores são extraídos duma avaliação de custos do corregedor Dr. José António Pestana e Silva, a que chamou "Cálculo para todos se vestirem sem despesa. . . ", publicado por AMORIM, Inês - *Os poderes urbanos face* ...., o.c., p.170. anexo 3.

[169] MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de História da Indústria Portuguesa...*, *o.c.*, p.325.

[170] AHMOP, JC, Cx. n. 8-carta do corregedor de 19/7/1772.

[171] AHMOP, JC, Cx. n. 8-carta do corregedor de 11/11/1772.

No contexto duma actividade artesanal, transmitida por tradição, surge a palavra Fábrica, com novas técnicas que exigem aprendizagem. Ora, o Dr.António Pestana admirava-se, dentro do seu fervor iluminista, "*que as pessoas desta cidade pouco se aplicavam aos fiados, tecidos e mais misteres da mesma fábrica*"[172], não obstante, como vimos atrás, existir uma tradição e especialização, na cidade, dentro dos parâmetros corporativos. Esta indiferença à nova tecelagem é o primeiro sinal dum mau-estar que se instalou e que, aflorando aqui ou acolá, virá, totalmente, ao de cima com o afastamento do Corregedor, em 1778. Os problemas resumem-se a quatro aspectos fundamentais: a origem do capital, os interesses comerciais locais, a concorrência de outras instalações, as contradições do mercado. Ou seja, os dois primeiros, puramente, locais, e os restantes de carácter nacional.

A origem do capital

Sabemos já que foi do Cofre da Barra que saíram os 12 contos de réis, desviados do seu destino primeiro, as obras de desassoreamento da barra. Não se tratava duma situação nova: dele tinham já saído verbas para obras, nos campos do Mondego e para a Companhia de Vinhos do Alto Douro[173], para arranjo urbanístico[174]. Mas, de momento, havia dificuldades fiscais várias, no arrendamento das sisas e na cobrança dos reais, sobre o vinho[175]. Daí, que o Senado, em 1777, perante a petição de um particular dum empréstimo do Cofre da Barra para edificar umas casas e armazéns, dê uma resposta afirmativa, pois que tal obra era "*praticável e melhor empregue pela falta de casas nobres*", até porque o dinheiro emprestado, 30.000 cruzados, para a fábrica de Algodão, e 400 mil cruzados para a Companhia de Vinhos do Alto Douro, estava perdido, com "*gravissimo prejuizo desta povoação*"[176].

No mesmo ano, o Senado insurge-se, abertamente, contra a liberdade de acção do Corregedor, e o juiz de fora mandou que "*para obviar à continuação de semelhantes procedimentos que podiam praticar-se na sua ausência ou impedimento*

[172] AMA, LV, n. 8, ss. 2/3/1772.
[173] AMA, LV, n. 8, ss. 4/5/1774
[174] AMA, LV, n. 8, ss. 4/5/1774, 31/8/1774.
[175] AMA, LV, n. 8, ss. 5/10/1774.
[176] AMA, LV, n. 8, ss. 30/4/1777.

representar aos oficiais do mesmo Senado a obrigação que tinham de obstar a todas as providências ou determinações que fossem dadas pelo sobredito Dr. Corregedor como juiz conservador duma fábrica que quase já não existia", e ainda "*porque a todas as ditas inúteis despesas ficavam directamente responsáveis eles ditos oficiais da Câmara que assinavam e consentiam nas ditas audiências de capítulos*"[177]. Lança-se depois a suspeita sobre o Corregedor, quando o mesmo juiz de fora lhe solicitou, que apresentasse, como Superintendente da Barra, e receptor das sisas sonegadas, as contas do Cofre. Neste sentido, enviou, para o Ministério do Reino, uma relação dos rendeiros, devedores ao Cofre da Barra, referindo erros de transcrição de verbas, a ausência do Corregedor, por largos períodos, em Lisboa "*provavelmente com a conivência do escrivão que compra prédios urbanos e rústicos quando há bem pouco serviu como criado das bestas do Corregedor*"[178]. Enfim, pesa sobre o corregedor a falta de transparência, a promoção pessoal, a ânsia de protagonismo.

Porém, será após a morte do primeiro administrador, Jacome Buzi, que, em Agosto de 1787, a Vereação irá sequestrar a Fábrica, resumindo todos os empréstimos do Cofre da Barra que ascendiam a valores incalculáveis, e fazendo uma estimativa do sequestrado em 2.752.425 réis, considerando-a falida. Daí que, ao sequestrá-la, esperavam que, no caso de Locatelli não a poder "*segurar, algum comerciante se poderia interessar*"[179]; porém, tal avaliação não coincide com a que, um ano antes, Buzi fizera, estimando a fábrica em 4. 055. 402 réis[180]. A Câmara queixava-se ainda que nunca tinham voltado ao cofre da Barra os 30.000 cruzados (12 contos). Na verdade, em 1798, quando da passagem da administração para a viúva de Locatelli, aponta-se que da dívida inicial (ao Cofre) de 12 contos, ainda se devia mais de 9 contos e 600. 000 réis; é evidente que a viúva alega que seu marido "*gastou de seu mais de 40.000 cruzados*"[181].

A concorrência

---

[177] AMA. LV. n. 8. ss. 30/8/1777

[178] ANTT. MR. maço n. 367. Correspondência dos juizes de fora. Carta do juiz de fora de Aveiro. João Vidal da Costa Sousa. de 22/3/1778. servindo de corregedor por ausência deste. com um rol de dívidas por cobrar. desde 1768. em que só para o ano de 1777. estavam cerca de 50%. em débito

[179] AHMOP. JC. n. 41. 25/8/1787.

[180] ADA. SN. Aveiro. n. 321. f. 91v-93v.

[181] AHMOP. JC. n. 8. 20/10/98.

É sabido que após a instalação em Aveiro da Fábrica de algodão, uma série de outras do mesmo género, surgiram especialmente à volta de Lisboa, entre as quais se destaca a Real Fábrica de Fiação de Tomar, em 1789[182]. O próprio Vandelli, em 1789, num parecer à Junta do Comércio, afirma que Locatelli não viu cumpridas as cláusulas n.1 a 14, do alvará de 1769[183], ou seja, a perda de exclusividade da fiação do algodão.

O preço da matéria-prima subiu, extraordinariamente, sobretudo a partir de 1789, momento em que a Inglaterra aumentou as suas compras a Portugal[184]. Também a França se tornou uma grande compradora, mesmo à frente da Grã-Bretanha[185]. Custos agravados, naturalmente, para todos. Entretanto, o desenvolvimento da estamparia, trouxe o surgimento de novas unidades que se esforçaram por introduzir avanços tecnológicos,[186] progresso que não se encontra na Fábrica de algodão de Aveiro. Finalmente, a partir de 1810, a abertura dos portos brasileiros aos têxteis em algodão ingleses, até aí vedados, marca a crise geral, da produção textil em Portugal[187].

Mas a concorrência sentia-se, localmente; qual o interesse em ver estabelecida uma indústria que poria, em causa, o comércio de tecidos de sedas e lãs, nacionais e estrangeiras, quer nas lojas da cidade, quer nas feiras à volta de Aveiro, até Viseu[188]? Por parte de comerciantes de Aveiro, nenhum. Isto se evidencia na forma indiferente como os comerciantes, que integram a vereação como procuradores do concelho[189], encararam a instalação daquela Fábrica. Animosidade aberta nunca se manifestou, nem mesmo por parte do modelo corporativo que continuou a vigorar, através de regimentos de tecedeiras e tecelões[190]; pode-se, no entanto, interpretar esta regimentação pela necessidade de relembrar uma tradição artesanal.

---

[182] VERDIER. Timotheo Lecussan - *Memória sobre as fiacções de algodão. . .* refere as diferentes fábricas ;AHMOP, JC, n. 12-Relação das Fábricas em 1788;

[183] AHMOP, JC, Cx. n. 8, parecer de Domingos Vandelli, 1789.

[184] MACEDO, Borges de - *Problemas de História da Indústria. . . .* o. c. , pag. 199-200

[185] ALEXANDRE, Valentim-*Um momento crucial do subdesenvolvimento. . . .* o. c. , pag. 12. PEDREIRA, Jorge - *Industrialização e flutuações económicas..., o.c.*, p. 290.

[186] ALEXANDRE, Valentim - *Um momento crucial do subdesenvolvimento. . .* , o. c. , pag. 16 e 17

[187] Id., *Ibid.*, p.42.

[188] ANTT. AA, L. n. 528 Fianças dos Portos Secos. Ver capítulo 8.

[189] Um exemplo: Bento Ferreira Guimarães e Manuel da Costa Guimarães, mercadores de lã e seda, nomeados almotacés em Marco/Abril de 1975, o 1ºprocurador do Concelho em 1780, o 2ºem 1776;ver AMA, LV, n. 8

[190] AMA, LV. , n. 6-Regimento e Taxas de oficios mecânicos em 31/12/ /1772.

O mercado

Torna-se claro que um dos problemas maiores da Fábrica foi a dificuldade de distribuição dos seus produtos, apesar das expectativas de consumo que os baixos custos de produção e o peso demográfico da comarca, apresentavam. Não será questão local; mesmo, em Inglaterra, o sector agrícola não constituiu mercado consumidor do sector industrial. Calculou-se que o consumo industrial por aquele sector, aumentou, entre 1700 e 1800, um terço, enquanto a produção industrial triplicou: só uma economia urbanizada (e não rural) e as exportações, poderiam absorver a produção industrial[191].

Em 1802 escreve, o então corregedor, que a Fábrica, apesar de possuir ainda 30 teares nem todos trabalhavam por "*não o permitir o consumo*", e fabricaria como antigamente "*se o consumo o permitisse*"[192].

Se por um lado, se pretendia um alargamento do mercado, simultaneamente, incentiva-se o auto-consumo, circulando pela Comarca, em 1772, um "*cálculo para todos se vestirem sem despesa ou com despesa tão módica que chegar e aos lavradores a conservação de seu dinheiro tendo o necessário vestido para suas famílias pelo meio da sua própria indústria e aplicação*"[193]. Onde estão então os consumidores? Mais ainda, aconselha-se que os lavradores e seareiros, ponham seus filhos nas "*primeiras idades em que não servem para a agricultura*" a fiar e tecer para se poderem vestir com asseio e sem despesa, vendendo ou trocando o algodão por lã[194].

Uma mentalidade conservadora

O Senado interessou-se, minimamente, pela nova Fábrica, duvidando daquele que foi elogiado pelo poder central, que, de juiz de fora, foi promovido a corregedor, por dois mandatos sucessivos, Superintendente das Fábricas, Superintendente e responsável pelo Cofre e Obras da Barra, numa carreira brilhante - o diligente Dr.José António Pestana e Silva.

---

[191] ALLEN, Robert - *Agriculture during the industrial revolution..., o.c.*, p.119.

[192] AHMOP, JC, n. 6-Carta do corregedor de Aveiro de 15/2/1802. PEDREIRA, Jorge - *Estrutura industrial e mercado colonial...*, o.c., p.187, refere, sem datar, a existência dum "*comissário*", correspondente de Aveiro, incumbido de colocar os tecidos de algodão em Azeitão, provavelmente para serem estampados.

[193] AHMOP, JC, n. 6-carta de 6/11/1772. Publicado em AMORIM, Inês - *Os poderes urbanos face...*, o.c., p.170.

[194] AMA, LV, n. 8-ss. 9/1/1773.

A Barra era a grande preocupação, o sal e o comércio pareciam esgotar as hipóteses dum renascer de Aveiro. Quando a Fábrica é referida, como um dos factores de prosperidade para a cidade e a comarca, ela surge em importância, ao lado da agricultura, do sal e milhos, dependendo da restauração da Barra, para um bom fluxo comercial[195].

A Fábrica só, marginalmente, tocou a população urbana, às vezes até, pela negativa, queixando-se esta da sujidade, provocada pela lavagem dos tecidos, nas pias de algumas fontes da cidade. Por outro lado, se, inicialmente, se recomendava aos almotacés, na hora do juramento *"não perturbem o estabelecimento da fábrica em cousa alguma, sendo digno de louvor tudo o quanto obrarem em beneficio do assunto dela, pela consequência do interesse público e sendo caso que se movam algumas dúvidas ou questões contrárias [...], ele Dr. Corregedor com assistência do Dr. Juiz de Fora [...] darão as providencias necessárias"*[196], logo uma guerra surda se instala, tomando aspectos curiosos, como seja, a recusa, por parte da Vereação, em aceitar a recomendação do Corregedor, no sentido de se contratar um professor espanhol, de matemática, provavelmente aquele que, com um extraordinário espirito de estatística, descreveu, minuciosamente, as amoreiras da Comarca[197].

Finalmente, a desconfiança por hábitos não costumados: *"à noite eram os salões da sua [de Locatelli] habitação frequentados pelas pessoas mais altamente colocadas. As suas paredes eram cobertas de damascos de seda de diversas cores"*[198]. O extremo desta ostentação, sobretudo, quando a conjuntura local era de dificuldades, e quando os impostos acabavam por ir para a Fábrica, revela-se numa voz que corria em Aveiro. Alguns afirmam ser testemunhas, de que o papel higiénico de hoje, recurso inimaginável para então, era, na casa de Locatelli, a reciclagem dos restos de tecidos[199].

A implantação do fiado contou com um recurso a uma mão-de-obra, familiarizada com a fiação do linho, pelo menos, no Minho. No caso de Aveiro, as fiadeiras espalhavam-se por Vagos, Ílhavo, áreas de pescadores, cujas mulheres e filhos se ocuparam da novidade, apesar de não haver

---

[195] AMA. LV. , n. 8-ss. 4/5/1774.
[196] AMA. LV. , n. 8-ss. 26/8/1772.
[197] AMA. LV. , n. 8-ss. 30/8/1777.
[198] QUADROS. Rangel - *Apontamentos avulsos. . .* , o. c. , pag. 112.
[199] CERQUEIRA. Eduardo - *O Cofre da Barra de Aveiro na função de Caixa de Empréstimos...*, o.c., p. 131.

tradição artesanal. Eram freguesias de baixíssimo nível de vida como se repete, amiudadamente. Por serem terras que exigiam intenso trabalho (terrenos arenosos) e marcadas por uma taxa de crescimento demográfica significativa [ver cap.4]. Verifica-se que a frequência de migrações, como refere Vila Nova Portugal, para a povoação de Azeitão, onde se encontram 118 *"habitadores da Comarca de Aveiro"*, deixando nas suas terras *"mulheres, meninos e invalidos"*[200]. Tudo isto faz com que Fábrica seja factor de sobrevivência, confirmado pelo pároco de Vagos[201]: *"nesta vila há muitas mulheres pobres que se sustentam de fiar algodão para a Fábrica da cidade de Aveiro, que sem isso viveriam miseravelmente"*. Se juntarmos a estes aspectos a quase inexistência de maninhos de livre usufruto da população, e a carga tributária senhorial, compreendemos como a Fábrica, neste sistema de "putting out", significava a sobrevivência de muitos. Desaparecida a Fábrica, não ficou vestígio de continuidade. Como escreveu Vila Nova Portugal: *"não faz aqui, a manufactura a subsistência do excedente da povoação; faz o equivalente para suprir a falta que sofre uma povoação que não goza em grande parte das terras que cultiva: e por isso é um equivalente necessário, pois neste estado de cultura a terra não tem outro regresso que não seja o destas manufacturas de chitas e tinturaria"*[202]. Por este mesmo motivo, funcionou a introdução do algodão como solução para situações, verdadeiramente, insustentáveis de sobrevivência.

Aveiro significa a aplicação dum modelo de salvação do Reino. O Corregedor simboliza este projecto, quando, em audiência de 21/6/1776, afirma que, na cidade de Aveiro, se aceitam todas as directrizes da Academia da Agricultura pelo seu procurador geral que era o próprio corregedor[203]. Este, numa acção verdadeiramente pedagógica, ordenava aos juizes, procuradores, vereadores e escrivães do concelho, que observassem todas as medidas tomadas[204], persuadindo *"com fallas"* os agricultores[205]. O esquema encontrava-se bem montado: *"o juiz e oficiais das camaras todas as semanas, e estes unidos com os deputados da Direcção(?) uma vez todos os meses, e os Directores dos lugares todos os domingos com os seus Reverendos Párocos sendo contemplados os 'Asseçores'(?)nas*

---

[200] PORTUGAL, Tomás António de Vila-Nova - *Observações sobre o mapa da povoação do termo da vila de Azeitão..., o.c.*, p. 229.
[201] AHMOP, JC, Cx. n. 8, certidão do pároco de Vagos, Padre José Tavares Nogueira, de 21/9/1793.
[202] PORTUGAL, Tomás António de Vila-Nova - *Observações sobre o mapa. . .*, o. c. , p. 229.
[203] ANTT, MR, Correspondência dos Juizes de Fora, maço n. 367;cópia da audiência de 21/6/1776.
[204] AMA, LV, n. 8, ss. 9/1/1773
[205] AMA, LV, n. 8, ss. 2/3/1772

conferências de todos os meses dando as instruções precisas aos juízes para estes sendo requeridos para promoverem o bem e evitarem o mal"[206]. No fundo, os primeiros a serem convencidos teriam que ser os poderes locais, e estes estariam pouco preparados para encarar as alterações da 2ªmétade do século. Deste ponto de vista, entre as iniciativas estatais e o seu cumprimento, havia uma grande distância, embora a consciência de tal facto seja clara.

A grande dificuldade era, sem dúvida, a articulação da produção com um mercado consumidor, interno e externo. Paradoxalmente, incentiva-se o auto-consumo, como se vê pelas normas divulgadas pelo corregedor[207]:

"*introdução de tecidos caseiros fazendo-se uma continuada fábrica desde Montemor-até-ao-Porto e terras adjacentes ao mar [porque]tendo sido decidido o estabelecimento das fábricas de algodão com mistura de linhos, lãs, seda, e cada género separadamente, sendo para tal preciso que se façam sementeiras dos mesmos linhos pelos lavradores e se faça criação de bichos de seda usando-se as amoreiras, as lãs dos melhores gados, e persuadindo-se os lavradores a fazer tecidos nas suas casas, vestindo-se de graça ou com pouca despesa*"

Ou seja, era preciso criar tudo na Comarca: linhos, amoreiras, lãs; porque, aqui, só havia mão-de-obra barata e o algodão que chegava, por mar. Situação artificial, impossível de rápida concretização, de tal forma que, em 1802, quando se ordena o plantio de amoreiras e outras árvores, o balanço das existentes, fruto das plantações de 1772, é perfeitamente desolador, sinal duma medida política e nunca económica[208].

Vive-se a euforia dum projecto iluminista, certamente com uma lufada de novidades, mas de feição, eminentemente, agrarista como confirma Domingos Vandelli numa sua memória: as fábricas que "*não prejudicam a cultura da terra, são aquelas que estão espalhadas; e nas quais o salário dos fabricantes é um lucro seguro, por serem estas executadas pelos cultivadores, e suas mulheres no tempo inutil à cultura; como são as ordinárias de lãs e de pano de linho, (as de algodão que principiavam a espalhar-se em algumas províncias), que são as mais estimáveis, e que por si mesmas se estabeleceram em quase todos os paises aonde existem; e que se aperfeiçoam e se aumentam à*

---

[206] ANTT. MR. maço 367-Correspondência dos juízes de fora:oficio recebido pelo juiz de Albergaria em 20/2/1777.

[207] AHMOP. JC. Cx. n. 8. carta do corregedor de 6/11/72. enviada aos juízes da Comarca Aveiro.

[208] BPMP-Res. , ms. 294-*Registo de ordens e oficios respeitantes à plantação de amoreiras. . . , 1803*. Dois exemplos apenas: em Ílhavo, em 1772, foram semeadas 470 amoreiras, e, em 1803, afirma-se que tem pinhais, sendo imprópria para outras plantações;Vagos, onde foram plantados 1600 pés, em 1772, em 1803 apenas se refere a plantação de pinheiros, por não se poder plantar quaisquer outras árvores; ver cap. 5.

proporção dos progressos da agricultura"[209]. A partir de 1777, e da reforma da Junta do Comércio, com o consequente "clering"industrial, aquele projecto deixou de importar, a não ser no que de mais tradicional possuía, que era ocupar as gentes.

A Fábrica de Locatelli não deixa rasto; em 1814, altura da elaboração dos conhecidos "Mapas"[210], não consta notícia alguma de qualquer sobrevivência, nem sequer um simples registo de algo que existiu e marcou, por momentos, a cidade.

Enfim, como se viu, a "história da indústria", não se resume aos inquéritos oficiais. Estas duas "Fábricas" inserem-se em manchas artesanais, pré-existentes, escapando ao quantitativo, obrigando-nos a escalas de análise, totalmente diferenciadas.

---

[209] VANDELLI, Domingos - *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as Fábricas..., o.c.*, p. 191.

[210] Referimo-nos ao AHMOP-JC. . n. 12 "Mapa de todas as Fábricas existentes na cidade e Comarca de Aveiro-1814".

Cap. 7.3 - Actividade piscatória

Actividade extractiva, "*indústria relacionada com o mar*" - é assim que Frederico Mauro classifica a pesca, no livro/inventário, acerca do séc. XVI económico[1]. Mas a fronteira entre agricultura, salicultura e pesca é extremamente curta, já o afirmámos várias vezes, nos respectivos capítulos, tanto mais que grande parte da rede de povoações de pescadores, no litoral, era constituída, sobretudo, por lavradores-pescadores ou pescadores-camponeses[2], estando a diferença na dinâmica e volume da pesca.

A costa de Aveiro, compreendida entre Espinho e Mira, apresenta, por várias razões, este carácter, descrito, de forma oportuna, por Jayme Affreyxo, em 1912, de que destacamos alguns aspectos:

-"*por agora basta que notemos, que as safras [no mar] duram apenas de Maio ao Natal, quando muito; fora destes meses, o pescador do mar ou tem de procurar outro modo de vida ou é obrigado a emigrar para outras zonas onde a indústria se mantenha activa*";

-"*da gente que sai das campanhas do litoral, parte emigra para Setúbal, Lisboa ou Leixões; parte vai para os trabalhos agrícolas, grande número entrega-se à vida de expedientes, ao empréstimo, à indigência e à miséria; e uma certa percentagem passa então à ria sob novos contratos para a pesca de arrasto com os chinchorros, assolando e despovoando o pouco que ainda resta*";

-"*a favor da produção de Aveiro, poder-se-á ainda argumentar que a porção de costa ocupada pelas praias de pesca representa uma extensão total muito reduzida, ficando também um grande trato completamente morto para a indústria. Isto é verdade, mas se a indústria se não exerce nesses pontos intermédios, não é porque as condições marítimas ali sejam diferentes, mas sim por faltas de comunicação ou de transportes e por falta de braços*";

-"*em resumo-Aveiro é o primeiro distrito produtor de pescaria, segundo a actual divisão administrativa do litoral; como centro de indústria piscícola, não o pode ser e está muito longe disso*"[3].

A estas constatações ligam-se outras que alguns trabalhos já comprovaram[4]:

---

[1] MAURO, F. - *Europa en el siglo XVI, aspectos economicos...*, *o.c.*, p.35.
[2] MOREIRA, Carlos Diogo - *Populações marítimas em Portugal...*, o.c., p. 167.
[3] AFFREYXO, Jaime - *Pescas Nacionais. A Região de Aveiro...*, *o.c.*, p.118-120

. a população piscatória era escassa, o que não impediu a sua difusão, ao longo da costa, prática frequente, durante a época moderna;

. o "*fervilhar do labor piscatório*", de que muitos autores falam, era, muitas vezes, mais de carácter fluvial do que piscatório;

. o fluxo e refluxo da actividade piscatória, por flutuação dos recursos disponíveis, explicam petições no sentido de limitar ou proibir certas "artes" e métodos de pesca, a demanda de águas territoriais mais afastadas, como sejam a Terra Nova e Norte de África, a necessidade de alguns centros populacionais se abastecerem na vizinha Galiza;

. o interesse crescente da Coroa no desenvolvimento das pescas, oscilava entre a necessidade de abastecimento interno e proventos fiscais e o arrecadar de bons impostos ou arrendamentos, mas que, a breve trecho, se revelaram pesadíssimos e contraproducentes[5],.

Vejamos o que, de concreto, se passa no espaço em causa, tendo em conta que as preocupações, à volta do esgotamento desta actividade, não são apenas do nosso tempo.

1 - Inventário de centros piscatórios

Nos sécs. XII e XIII, a pesca marítima e fluvial estavam claramente diferenciadas, como sugerem vários forais ou inquirições, sendo a segunda a mais praticada, não só pela disponibilidade de recursos, mas também pela segurança de trabalho[6].

A - Pesca fluvial

---

[4] MOREIRA, Carlos Diogo - *Populações marítimas em Portugal. . .*, o. c. , p. 151 e segs.

[5] Sobre este problema LOBO, Constantino Botelho de Lacerda - *Memória sobre a decadência das pescarias de Portugal...*, *o.c.*, p. 241-288. BALBI, Adrien - *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve...*, *o.c.*, v.1, p.177-179; este repete, resumidamente, os argumentos que Lacerda largamente desenvolveu.

[6] MOREIRA, Carlos Diogo - *Populações marítimas em Portugal. . .*, o. c. , p. 157

A pesca fluvial continua, no séc. XVIII e no espaço em estudo, a conter uma importância fundamental, rapidamente aferida, através dos conflitos 'ecológicos' sobre os quais nos pronunciaremos, mais à frente.

As MP dão algumas respostas, e podemos construir, para alguns rios, uma imagem das espécies vigentes, particularmente, nos dois cursos notáveis da Provedoria, o Douro e o Vouga e em alguns afluentes:

QUADRO 1

Algumas espécies de peixes em 1758

VOUGA e afluentes	tipo de peixes	calendário
Águeda	barbos, bogas, trutas	sáveis e lampreias:Fev./Abril
Alquerubim	barbos	sáveis e lampreias: Março/Maio
Angeja	enguias, sáveis e lampreias	
Aveiro	enguias, mariscos, lampreias	
Cacia	bogas, barbos, trutas, eiroses, tainhas, ruivaços, sáveis e lampreias	mariscos: Fev./Abril
Cedrim	trutas e bordalos	
C.Esteves	barbos, bogas, bordalos, trutas	
CAIMA		
Cepelos	barbos, bogas e muitas trutas	
Eixo	barbos, tainhas,	lampreias Março/Abril
Esgueira	tainhas	
Ilhavo	mexilhões	
Pessegueiro	barbos, bogas, bordalos, trutas	
DOURO		
Canedo	pesqueira de lampreias e sáveis	
C.Crestuma	barbos, solhas e enguias	lampreias Março/Abril
Lever	"pesqueiras"	

Fonte: Memórias Paroquiais das respectivas freguesias

Como sinal de extracção destas potencialidades, destaque-se a referência a *"caneiros"*, que represavam águas e peixes, em benefício de pescas privadas e senhoriais e que, nalguns casos, sofriam certa contestação, especialmente, quando estavam, em causa, outras prioridades. Veja-se o caso de Pessegueiro do Vouga em que simultaneamente, se refere a interrupção

da navegabilidade para todos, em benefício do monopólio, férreo, das pescas de alguns:

- "*se pescam nos caneiros ou pesqueiras, que tem este rio, que serão 12 ou 13, em covas que para isso se fazem; [...] estas pesqueiras começam no sítio do Esmarrida [...] último porto a que chegam aquelas embarcações [barcos de sal]*";

- a Igreja de Pessegueiro possuía um caneiro "*que nenhuma pessoa, nem de noite nem de dia se intrometa a levantar as armadilhas dele sem licença do Rev. Abade [1687]*"[7].

As espécies referidas são, naturalmente de água doce, ou salobra, ou ainda algumas, como o sável e a lampreia, migratórias; entram pelos rios dentro, a fazer desovas, entre Março, Abril e Maio e em Novembro e Dezembro descem, procurando o mar[8].

Era, sobretudo, a Ria que continha uma variedade piscícola, que a MP de Aveiro, não deixa de relatar:

"*é grande, e parece inextinguivel a abundância de peixes que traz este rio, uns que se criam nele, outros que lhe entrão pela Barra. A maior quantidade dos que cria é de enguias, machos, solhas, lingoados, muges, tainhas, robalos; entrão-lhe pelo mar corvinas, lampreias, savelhas e outros; também cria algumas espécies de mariscos, e uma infinidade de peixinhos que alimentam quase toda a pobreza destas vizinhanças*"[9].

Entre os mariscos, os caranguejos seriam fortemente apreciados e com uma fama que chegava longe, como parece confirmar a encomenda do Provedor da Misericórdia de Sena, na África do Índico, em 1656, que recomenda ao seu congénere, de Aveiro, que lhe mande "*uns poucos de caranguejos em conserva, porque me dizem que nessa terra há em abundância*"[10].

Tais expressões revelam um manancial, conhecido empiricamente, que outros estudos, mais tarde, inventariaram[11] ou aprodundaram[12].

---

[7] TAVARES, António Henrique - *Pessegueiro do Vouga. Das origens à actualidade...*, *o.c.*, p. 65.
[8] REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias...*, *o.c.*, p. 36.
[9] ANTT-MP, L.5, n. 44, f. 799 a 819v. O termo "muges" corresponde a "mugem" que se aplica a várias espécies do mesmo género e com os mesmos costumes, como sejam a tainha, negrão, ilhalvo e garranto, como descreve REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias*. . . , o. c. , p. 33: "*habitam a ria todo o ano, andando com as marés. Vêm do mar na enchente, e saiem com a vasante. Sobem os rios. Aparecem ovadas em Junho e Julho e algumas mais tarde. Desovam nas praias arenosas. Durante as estações quentes saltam fora de água*".
[10] ASCMA, n.262, carta n.83.
[11] OSÓRIO, Balthazar - *Pescas e Peixes-Uma nota relativa à pesca e aos peixes da Ria d'Aveiro...*, o.c., p. 216-224, 264-271. REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro e as suas indústrias*. . . , o. c. , p. 32 a 39: "*quadro indicativo dos peixes e mariscos que habitam ou habitaram as águas da ria de Aveiro*"

Pareceu-nos bem a rápida sistematização que a Comissão, encarregada do regulamento da Ria, em 1912, escreveu:

"à excepção dos sedentários de água doce - barbos, ruivaços e pimpões - dum certo número de solhas, dos inertes da zona salgada-berbigões, mexilhões e amêijoas - e dos caranguejos, a fauna da ria é constituída por espécies do mar que entram e saiem com as marés, parte das quais exerce uma permanência muito acentuada dentro do estuário durante o ano, afora os meses de Inverno, época em que as águas são invadidas pelas cheias e os peixes tendem também a procurar o mar, já por efeito da temperatura, já pelas necessidades fisiológicas da reprodução. O movimento dos peixes entre a Ria e o mar é permanente portanto, vindo a tomar o seu maior vulto na Primavera e no Outono. Nessas quadras, especialmente com as marés vivas, estabelecem-se duas correntes importantes de pescarias: a primeira de entrada, nas enchentes, e a segunda, de saída, nas vazantes, sendo ambas intensamente exploradas"[13].

A riqueza piscícola, devida a esta ligação ao mar, verificava-se, igualmente, na chamada lagoa de Esmoriz e Paramos, como as respectivas MP informam. Por este facto, os seus moradores sempre procuraram manter a comunicação com o mar: quando *"nos quartos da Lua, Nova e Cheia, [se] tapa, sempre se procurou manter aberta, razão por que um juiz de cada freguesia vigiava a foz, chamando e juntando o povo sempre que ameaçava fechar"*. Nos inícios deste século, quando fechava em Novembro, muito pouco peixe concentrava; em abrindo, por volta de Maio e Junho, o movimento de entrada e saída de peixes dava-se em grande escala; era, então, frequentada por enguias, mugens, solhas e linguados[14].

Podemos afirmar que todas as freguesias vizinhas à Ria, nela pescavam, mas nem todas o faziam duma forma constante. A MP de Ovar, apesar de dedicar à Ria uma atenção especial, onde diz que *"se pesca todo o ano"*, é sobre a do mar que desenvolve a memória. Murtosa, Aveiro e Ílhavo, alternam este serviço de pesca na Ria, com a pesca no mar e com o amanho das marinhas, sendo os dois primeiros centros, deste ponto de vista, mais numerosos e permanentes[15]. Era a época de Inverno mais activa, enquanto a safra do sal não se reiniciava.

---

[12] BOIA, Cristina M. - *Piscicultura no salgado de Aveiro...*, o.c., p.79; REIS, Álvaro - *Recursos biológicos da Ria de Aveiro..., o.c.*, p. 203.

[13] NOBRE, Augusto, AFREIXO, Jaime, MACEDO, José de - *A Ria de Aveiro. Relatório oficial do regulamento da Ria..., o.c.*, p. 16-17.

[14] Id., *Ibid.*, p. 16.

[15] REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro...*, o. c. , p. 42.

Causou-nos surpresa a forma como a bibliografia, de finais do século passado, distinguia, de forma desprestigiante, o pescador de Aveiro, e elevava o da Murtosa, opinião que Jaime Afreixo, relator das pescas de Aveiro, partilha e repete:

"*sob o ponto de vista da pesca distinguem-se sobretudo e muito caracteristicamente os pescadores da Murtosa e os pescadores de Aveiro. Os primeiros, sabedores do ofício, pescam um pouco por toda a parte, emigrando em determinados meses para o Tejo, o Douro, o Sado, etc, e na ria, embora se sirvam muitas vezes de rede de malha proibida, empregam também outras de tipos muito variados, tais como a solheira, a branqueira, e outros tresmalhos, a rede de salto, a mugeira, as tarrafas, etc [...].*

Os segundos, ao contrário, fazem consistir toda a sua astúcia e habilidade no emprego das chinchas e dos botirões. Mas este sistema de pesca é reputado pelos pescadores de Aveiro como a última e a mais elevada expressão de arte! O que não admira, porque enquanto as redes (os botirões) mergulhados n'água exercem a sua acção destruidora, eles dormem, descançadamente, no barco."[16]

Esta ideia duma forte mobilidade dos da Murtosa e dos de Ílhavo, e uma fixidez, quase comodismo, dos de Aveiro, não é credível. Na verdade, encontrámos, pelo menos ao longo de 2ªmetade de XVIII, gente de Aveiro, a entrar em campanhas, desde o Douro à Costa da Nazaré, pescando na Ria ou na costa, ao lado de Ílhavos e Murtoseiros. O que poderá explicar esta sedentarização dos de Aveiro é a polivalência do pescador, que ora pesca, ora trabalha no sal, ora transporta moliço pela Ria; as oportunidades múltiplas desta, proporcionam a ocupação duma franja significativa da população. Entretanto, não esqueçamos que Aveiro possuía uma diversidade de sectores e actividades, muito maior do que Ílhavo ou Murtosa.

Num trabalho, sobre o censo de 1878, com alguns dados estatísticos, que apresentamos aqui, apontam-se razões para este sedentarismo dos de Aveiro, contrastando com a forte mobilidade de outros. Apesar da citação ser extensa, não podemos ignorá-la, porque esclarece muitos equívocos:

"*atendendo à data em que se fez o recenseamento de 1878, explica-se a grande percentagem dos ausentes nos [actuais] concelhos de Avanca, Fermelã, Ilhavo, Beduído, Soza, e Murtosa, onde predomina o elemento pescador e agricultor, que no Inverno emigra para Lisboa e Sesimbra, porque as companhas de pescaria na costa não trabalham no Inverno e ainda por não haver que fazer na agricultura, indo muitas pessoas dedicar-se ao serviço de fragateiros,*

[16] NOBRE, Augusto, AFREIXO, Jaime, MACEDO, José de - *A Ria de Aveiro. Relatório. . .*, o. c., p.24.

carregadores, vendedores de peixe e de jornais e muitos outros modos de vida, que no Inverno se encontram nas cidades, principalmente em Lisboa e Porto.

Estas populações flutuantes são, em certos sítios do Ribatejo, conhecidas pelo nome de Ilhavos, quer sejam ou não daquele concelho. A eles se refere o visconde de Almeida Garrett [Viagens na minha terra], quando põe estas palavras na boca de um varino: 'para Almeirim vamos nós, que era uma charneca o outro dia e hoje é um jardim, benza-o Deus! Mas não foram os campinos que o fizeram, foi a nossa gente que o sachou e plantou, e o fez o que é e fez terra das areias da charneca [...].' Pois nós, que brigamos com o mar oito e dez dias a fio n'uma tormenta de Aveiro a Lisboa".

Não é tão sensível a percentagem da emigração em Ovar, embora terra de pescadores, atendendo a que já ali se encontram muitos indivíduos que vivem do comércio, do funcionalismo e de outras ocupações sedentárias e ainda porque é precisamente na época em que teve lugar o censo de 1878 que muitos catraeiros do Tejo recolhem áquela vila para construirem as barcaças [...]. Em apoio desta asserção observa-se que a freguesia de Vera Cruz, em Aveiro, onde predomina o elemento pescador e onde se acha o bairro das pescadeiras se avantaja a Ovar, embora seja facto reconhecido que o pescador de Aveiro só no Inverno é que exerce a sua indústria, porque no Verão ou vai trabalhar nas campanhas da costa ou nas marinhas para o fabrico do sal"[17].

B - Pesca litoral

As características geográficas, da costa de Aveiro, não contêm elementos favoráveis ao estabelecimento de armações fixas, ao longo do litoral. Os pescadores não estendiam a sua pescaria a grande distância da costa, por variadas razões; por:

. junto ao litoral não se abrigarem espécies sedentárias

. o fundo do mar ser de areia limpa (não atractiva para uma fauna rica e variada), e em ligeiro declive, até 15 Km de distância da costa, onde as sondagens apenas atingem 50 metros de profundidade;

. por, precisamente, entre as latitudes do Rio Douro e do Cabo Mondego, o manancial de pescarias se afastar mais da costa;

. porque para se aventurarem no alto mar precisavam de portos de abrigo, inexistentes[18].

---

[17] MATOS, José M. de Melo de - *Memória sobre a arborização das dunas de Aveiro...*, o.c., p.132 a 137.

[18] AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro. . .*, o. c. , p. 102 a 103

Não admira, por conseguinte, que se tratasse duma aventura árdua e de alto risco humano e material. Assim, só restava "*uma exploração costeira de espécies nómadas, e restringir-se a processos de captura muito especiais, visto que nem os barcos podem ter um largo campo de acção, nem as armações fixas são aqui susceptíveis de emprego, nem a riqueza piscícola da costa dá ensejo a mais arrojadas tentativas de outro género*"[19]. A sardinha é, assim, praticamente, o grande manancial[20]; desova em Dezembro, Janeiro e Fevereiro, procurando os lugares arenosos e pouco profundos da costa, movimentando-se de Inverno, de Norte para sul e de Verão, de Sul para Norte; na Primavera e Outono, pairando do mar para terra e vice-versa[21]. O Quadro seguinte confirma esta predominância: distingue, ao longo da costa da Provedoria, as seguintes praias, identificadas em 1858, numa "*Memória sobre as pescarias*"[22], registando as seguintes espécies e respectiva calendarização:

QUADRO 2

Calendário da pesca marítima na Costa de Aveiro

Lugares	Meses	Espécies
Espinho	Março/Novembro	sardinha, congros, fanecas e sáveis
Cortegaça e Esmoriz	Junho/Novembro	o mesmo
Ovar	Agosto/Outubro	predomina a sardinha; variedade de outros peixes
Torreira	Agosto/Novembro	o mesmo
Murtosa	Maio/Outubro	o mesmo
S.Jacinto	Junho/Novembro	o mesmo
Aveiro (Ria)	Janeiro/Abril	variedade
Costa	Julho/Novembro	o mesmo
Ilhavo e Vagos	Fevereiro/Outubro	o mesmo
Mira	Junho/Novembro	o mesmo

Fonte: ACL-ms.az. 1069

Discute-se, um pouco, a evolução e criação destes núcleos. Sobre alguns deles as MP deixaram registo. Veja-se de norte para sul:

---

[19] Id. , *Ibid.* , p. 104

[20] Id., *Ibid.*, p.114.

[21] SILVA. A. A. Baldaque da - *Estado actual das pescas....*, *o.c.*, p. 40.

[22] ACL-ms.az. 1069-*Memória sobre as pescarias do Barão de Vila Cova* 11/3/1858.

SILVALDE - entram os moradores no mar, quando está manso, a pescar tainhas, robalos e alguns peixes pequenos;

PARAMOS - pescam sardinha e vários peixes, de que pagam dízimo à Igreja, e ração ao senhor da terra;

ESMORIZ - a pesca principal é a da sardinha, e mais alguma variedade de peixes;

CORTEGAÇA - "*a fortuna lhes tem sido adversa*";

ÍLHAVO -"*os moradores de Ílhavo no sítio das Areias*"[23];

OVAR -"*desde o Espírito Santo até o mês de Novembro de cada ano dão exercício à sua pesca do mar os moradores de Ovar no sítio da Torreira*"; "*meia légua distante da vila está a costa do mar; é brava e sem enseada nem pedras; [...] e com maior abundância pescam sardinhas*"; "*três léguas abaixo da Sª das Areias se acha aberta a nova Barra d'Aveiro, que é um rego largo de 70 palmos de largura na entrada do mar*";

É conhecido o processo de dispersão e povoamento do litoral pelos pescadores Ovarenses, desde o rio Douro, no séc. XVI, onde pescaram, mas não se fixaram; só o fizeram nos sécs. XVII e XVIII, na Afurada, margem esquerda do Rio Douro, até à Caparica, e mesmo mais a sul, para Olhão. Sabia-se que, na 1ª. metade do séc.XIX, emigravam, sazonalmente, para o Tejo[24]; porém, a MP informa que, quando do terramoto de 1755, "*andando a trabalhar na cidade de Lisboa duzentos homens no mesmo dia, em que se viu morrerem tantos, os desta freguesia escaparam todos à morte*".

Também os de Ílhavo parecem enxamear e serem responsáveis pela fundação de novos núcleos piscatórios. Referindo-se a inícios do séc. XIX, um Memorialista de Aveiro escreveu[25]:

"*as companhas de Ílhavo trabalhavam antigamente na Costa de S.Jacinto. Aberta porém a nova barra em 3 de Abril de 1808, difícil se lhes tornava, e algumas vezes até perigoso, o trajecto do canal, através dos ventos e correntes". "Ficaram pois em S. Jacinto as duas campanhas de Aveiro*"

Fica, então, assente que a abertura da Barra, em 1808, afastou, dos circuitos habituais, os de Ílhavo, atirando-os, provavelmente, para outras paragens, originando novos núcleos piscatórios, para sul, como sejam, a Costa

---

[23] Sobre Ílhavo, mas citado na Memória Paroquial de Ovar, publicada em BASTOS, Manuel Pires - *O Concelho de Ovar nas "Memórias Paroquiais"...*, o.c., p.33.

[24] LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar..., o.c.*, v.1, p. 157.

[25] SOUSA, José Ferreira da Cunha e - *Subsídios para a História de Ílhavo, Gafanha e Costa Nova..., o.c.*, p. 272.

Nova[26], Palheiros de Mira[27], Buarcos[28] e outras áreas, bem para sul[29], até à costa Algarvia, num movimento que encerra gente de Ílhavo, mas também da Murtosa e Aveiro[30].

O número de campanhas ao longo da costa, e seu valor, para o séc.XVIII, é difícil de avaliar. Columbano Ribeiro de Castro, para a Comarca da Feira, em 1801, refere-se à importância da pesca, sobretudo, da sardinha. Salienta o lugar de Espinho que localiza na freguesia de Anta, "*fica neste sitio a Costa de Espinho em que trabalhão de Verão, e de Inverno, quando o Mar o permite, muitas Companhas de pescadores*"; mas, na Costa de Ovar, especifica: "*é esta costa muito abundante de sardinha, e chega a sua importância anualmente a duzentos mil cruzados*"[31].

Alguns anos antes, em 1763, uma Relação dos Rendimentos da Comarca da Feira, relativamente a Ovar, indica que, entre as mais rendas daquela vila, se contava o direito do pescado, nas Costas do Mar[32], e especifica: "*no distrito da mesma trabalham ao presente 16 artes, que andam arrendadas cada um ano em 2000 cruzados*"; "*tem mais as Artes que pescam no distrito de Nª Sª das Areias [Torreira] e não costumam ter número certo e andam no presente triénio [1763-66], arrendadas em cada ano em 180.500 reis*"; "*tem mais as Artes que pescam no distrito da Costa acima [Espinho], e no presente triénio andam arrendadas em cada um ano em 20.500 reis*"; "*tem mais o direito da ração do pescado da Ribeira que no presente triénio anda arrendada em cada ano em 290.000 reis*"[33]. Desta forma, pelas verbas apresentadas, temos uma ideia do desenvolvimento relativo, de cada núcleo:

---

[26] REZENDE, Pe. João Vieira - *Monografia da Gafanha...*, *o.c.*, p. 195-196. Ver também, sobre a diversidade de destinos: CACHIM, Dr. Amadeu Eurípedes - *Os Ílhavos, o mar e a Ria...*, *o.c.*, p.16-21.

[27] BRITO, Raquel Soeiro de - *Palheiros de Mira...*, *o.c.*, p. 31 e segs.

[28] CRAVIDÃO, Fernanda Delgado - *A população e o povoamento da Gândara...*, *o.c.*, p. 67 e segs.

[29] CORREIA, António - *A acção dos pescadores de Ílhavo na Costa da Caparica...*, *o.c.*, p. 5 e segs. , explica a origem do povoado na fixação conjunta de pescadores, provenientes de Ílhavo e Algarve, fazendo vida separada com costumes diversos e rivalidades acentuadas. CRUZ, Maria Alfreda - *Pesca e pescadores em Sesimbra...*, *o.c.*, cap.6: refere a transposição de técnicas, tradicionalmente, conhecidas por "*redes de ílhavos*".

[30] LOPES, Ana Maria Simões da Silva - *O vocabulário marítimo português e o problema dos mediterraneismos...*, *o.c.*, p.267 a 270; verifica o reflexo da migração daquelas gentes, através da tecnologia utilizada na pesca, no Algarve: Fuseta, Quarteira, Faro, Albufeira e Lagos e Olhão; e depois na costa ocidental, em Sines, Sesimbra, Peniche, Ericeira e Nazaré.

[31] Publicado em AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801...*, *o.c.*, p.267.

[32] No foral de Ovar refere-se este direito, da dízima nova, depois de retirado o dízimo a Deus, que seria de 20 peixes/1, :"*e os pescadores haverão seu conduto do pescado que trouxerem antes de se pagar nenhuma dízima para igualmente poderem comer aquele dia sem dele pagarem nenhuma dizima nem direito*": MADAHIL, A.G.da Rocha - Foral de Ovar..., o.c., p.314.

[33] ANTT-Relação das Rendas da Casa da Feira, 1763, Tombo Ovar, fol. 304.

1º- costa de Ovar	2000cruz. =600000
2º- ria	290000
3º- Torreira	180500
4º- Espinho	20500

A gente da Murtosa acorria, também, à costa, embora quantitativamente, seja difícil de avaliar. Em 1762, um pescador do lugar de Pardelhas, da freguesia da Murtosa, pede clemência a el-rei, através do Desembargo do Paço, por se ter envolvido em rixas no "*sítio da Torreira, que é termo de Ovar, entre 100 homens que andavam pescando*"[34]. Pelo menos desde 1777, o rendeiro da dízima do pescado, Manuel de Oliveira Camossa[35], fez instalar, no lugar de Pardelhas, um importante mercado de peixe onde melhor controlava as vendas, dando origem à chamada "Praça de Pardelhas"[36]. A esta afluía pescado, ora da Ria, ora do mar, "*sável e lampreia durante os meses de Fevereiro e Março, a do camarão branco e caranguejo de Outubro a Março, a do mexilhão, e berbigão, de Setembro a Abril [...]; a da sardinha e do mexoalho na Torreira desde Maio a Dezembro*"[37].

É bastante provável que esta expansão, ao longo da Costa, tivesse a ver com a evolução das técnicas de pesca: diz-se que, até cerca de 1776, se utilizavam as chamadas "*artes pequenas*" ou "*chinchorros*"; lançadas na borda da costa, as redes eram puxadas, para terra, pelos pescadores[38]. A partir de então, a instalação do francês Mijoulle, em Ovar, com o seu método catalão de extracção e conserva de sardinha teria pressionado o recurso às chamadas "*artes grandes*" ou da "*xávega*", de arrasto, utilizando redes de maiores dimensões e malha mais apertada, de prática catalã, que, a partir de meados de XIX, passa a utilizar a tracção animal, por meio de juntas de bois, no arrasto das redes, para o areal[39].

C - Pesca longínqua: à procura do bacalhau

---

[34] ANTT-DP, Beira, n. 132.
[35] ANTT-MR, maço n. 367
[36] BARBOSA, José Maria - *A Murtoza. A propósito da sua autonomia..., o.c.*, p. XVI.
[37] Id. , *Ibid.* , p. XVII.
[38] LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar*. . . , o. c. , pág, 161
[39] LARANJEIRA, Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem e o Mar..., o.c.*, pág. 431.

A pesca por gente de Aveiro é, habitualmente, invocada na bibliografia recente, plena de saudosismo de sucessos passados. De concreto, na documentação disponível, a primeira informação liga-se à actividade da Confraria de NªSªde Sá, confraria de pescadores, existente, provavelmente, desde inícios do séc. XIII[40], que demonstra, através dos seus estatutos, a diversidade de funções piscatórias. Veja-se:

"os confrades que fossem ao mar a pescar cada um sobre si que dêm à dita confraria de doze peixes um;

e se forem ao Rio dois homens e três e quatro ou mais, que dêm à dita confraria meio quinhão do que lhe Deus der,

e se estes confrades andarem em navios paguem em cada um mês dez reis brancos ou seu direito valor;

se andarem a caranguejos paguem cada um dez reis cada mês"[41].

Estão assim descritos os vários sectores da pesca que, aliás, o Foral igualmente distinguia *"barco grande ou pequeno [...] com pescado assim natural como estrangeiro"*[42]. A expressão "*andarem em navios*", e pagarem ao mês, significa, certamente, percursos maiores, eventualmente pesca do bacalhau.

Rezam as crónicas habituais que Aveiro teria vivido e sentido uma presença fundamental nos bancos da Terra Nova, nos tempos de D.João III e D. Sebastião, monarcas que regimentaram neste sentido[43]. Ainda em 1572, a propósito das isenções de sisa sobre sardinha, pescado e bacalhau, se refere a seca do bacalhau a que os de Aveiro se dedicavam, vendendo-o, depois, para outros lugares[44]. O Pe. Carvalho da Costa refere-se ao envolvimento de Aveiro na pesca do bacalhau, ao contar 60 embarcações que se dirigiam à Terra Nova[45]. No entanto, na altura em que escreve, tinha passado o maior esplendor, destruída a frota pelas necessidades da guerra, nomeadamente, as embarcações de melhor calado, como indicam algumas passagens dos livros

---

[40] NEVES, Francisco Ferreira - *A confraria dos pescadores e mareantes de Aveiro...*, *o.c.*, p. 241-271.
[41] Id., *Ibid.*, p. 244
[42] MADAHIL, A. da Rocha - *Foral de Aveiro...*, *o.c.*, p. 93
[43] AZAMBUJA, Jacob Frederico Torlade Pereira d' - *Memória sobre a pesca do bacalhau...*, *o.c.*, p. 3.
[44] MADAHIL, A.Gomes da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., v.2, p.20, documento de 21 de Outubro de 1572 (treslado de 26 de Abril de 1603)
[45] COSTA, Pe. A. Carvalho da - *Corographia Portugueza e descripçam...*, *o.c.*, p. 76.

de Acórdãos da Câmara de Aveiro, de 1580[46]. Numa acta de 9 de Abril, comenta-se a requisição dos governadores do Reino, respondendo:

"os senhorios das naus que estão prestes para a Terra Nova disseram [...] que à vinda uma provisão dos senhores governadores e defensores deste Reino para se tomarem nesta vila todos os marinheiros e grumetes que nela houver, e porque o corregedor tinha já tomado dez naus com toda a sua gente e se lhe tomassem agora os demais seria grande opressão para este povo e haveria grandes quebras nas rendas que todas dependiam na navegação na Terra Nova".

Cem anos depois, em 1684, queixam-se os de Aveiro do *"trato da Terra Nova que os ingleses tomaram"*, ou então *"as lojas estão cheias de bacalhau que trazem os ingleses"*[47], lamentando a prosperidade de tempos passados, tanto mais que o seu grande consumo propiciava rendas consideráveis à vila (sisas), fundamentais para a sobrevivência do município [ver cap. 8], situação que se manterá, ao longo do séc. XVIII, como veremos, no capítulo 8.1, a propósito da comercialização deste produto.

As razões para este afastamento estão, por certo, na perda duma frota considerável, desviada pelos conflitos em que Portugal, dependente, se envolveu. Assim se escreve, numa Memória de 1833: *"as guerras da rainha Elisabeth e dos Holandeses contra a Espanha no reinado de Filipe II, afugentaram os portugueses e espanhóis dos bancos da Terra Nova; e desde aquele tempo data a grande preponderância que os ingleses ali adquiriram; [...] no fim do seu reinado, já os ingleses expediam para ali mais de 200 embarcações pescadoras, que eram tripuladas por mais de 8000 marinheiros"*[48]. Para firmar este ascendente inglês, nos bancos da Terra Nova, a Inglaterra desenvolve uma cuidadosa legislação, a começar pelo Tratado de Utrecht, e sucessivamente, consolidada pelo Tratado de Paris (Amiens), com a França e, depois de 1783, com os Estados Unidos[49].

Poderemos ainda acrescentar, no conjunto das justificações, que a pesca longínqua exigia grandes recursos de capital, como recorda Fisher, tanto na organização e financiamento das operações de pesca, como nas operações de comercialização, a reaver a longo prazo, pois que os resultados

---

[46] NEVES, Francisco Ferreira - *Livro dos Acordos da Câmara de Aveiro de 1580..., o.c.*, p. 64 a 66.
[47] MADAHIL, A. Rocha - *Milenário de Aveiro..., o.c.*, p. 265 a 328
[48] AZAMBUJA, Jacob Frederico Torlade Pereira d' - *Memória sobre a pesca do bacalhau...*, o.c., p. 4. Esta perspectiva dum "factor político" que acabaria com a frota bacalhoeira foi apresentado, embora sem justificação, e aliando-a a um "factor físico" da interrupção da Barra, por CUNHA, S. R. da Rocha e - *Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania..., o.c.*, p. 18.
[49] AZAMBUJA, Jacob Frederico Torlade Pereira d '- *Memória sobre a pesca do bacalhau...*, o.c., p.8-13.

de vendas só seriam apurados, um ano a ano meio após o apetrechamento das expedições[50].

Ora, em Portugal, a pesca longínqua só será relançada a partir de 1830, sobretudo pela Companhia de pescarias Lisbonense[51], mas será em inícios deste século que renascerá[52], envolvendo pescadores, não apenas de Aveiro, mas das freguesias mais próximas, como Ílhavo e Murtosa, e suscitando uma série de pareceres, opiniões e diagnósticos dos problemas daquela sector[53]. Enfim, se houve uma verdadeira actividade de pesca, ao longo do séc.XVI, é difícil de provar[54]. A verdade é que ela esteve desactivada até, praticamente, os inícios deste século.

2 - Sistemas de exploração, ou exploração do sistema

---

[50] FISHER, H.E.S. - *De Methuen a Pombal. O comércio anglo-português de 1700 a 1770..., o.c., p.*109. Outro autor HANSON, Carl A. - *Economia e Sociedade no Portugal Barroco, 1668-1703...*, o.c., p.223, acrescenta alguns aspectos gerais "*a depleção da indústria de pesca local, falta de mão-de-obra e de capital, e, obviamente, a formidável concorrência estrangeira. Além disso os piratas mouros assaltavam repetidamente a frota de pesca.[...] Muitos pescadores, na realidade, pescavam pouco e em vez disso utilizavam os seus barcos no transporte de carvão, géneros alimentícios, rochas para paredões marítimos e outros artigos que nada tinham a ver com a sua ocupação*"

[51] MOUTINHO, Mário - *História da pesca do bacalhau..., o.c.*, p.24 a 29. AMZALAK, Moses Bansabat - *A pesca do bacalhau..., o.c.*, p. 22-23.

[52] Id. , *Ibid.* , p. 25 e segs

[53] Entre os diferentes e interessantíssimos trabalhos veja-se sobre o reavivar da pesca em inícios de XX, os trabalhos de AMZALAK, Moses Bansabat - *A pesca do bacalhau. . .* , o. c. ; Id. -*A indústria da pesca do bacalhau e a sua intensificação em Portugal..., o.c.*: Id. - *O mutualismo e o cooperativismo na indústria da pesca do bacalhau..., o.c.* Sobre Aveiro, propriamente, o importante trabalho de SOUTO, Alberto - *As pescarias da Terra Nova na economia portuguesa...*, o.c. Mais recentes: CACHIM, Dr. Amadeu Eurípedes - *A pesca do bacalhau nos mares da Gronelândia..., o.c, p.*29 a 38; MARCOS, Capitão da Marinha Mercante João São - *A Ria de Aveiro e a pesca do bacalhau..., o.c.*, p. 9 a 14; TEIGA, Asdrúbal José Sacramento Capote - "*30 anos da pesca do bacalhau*".... o.c., p. 9 a 22. Ainda sobre o dóri, embarcação empregue na dita pesca, veja-se MOURA, Armando - *O Dóri...*, o.c.; LOPES, Ana Maria - *Dos dóris. Despojos dos homens e do mar..., o.c.* Neste museu esteve patente uma exposição, de que resultou importante roteiro, no ano de 1991.

[54] Uma tese de doutoramento, defendida recentemente por uma investigadora luso-canadiense na Universidade de Toronto, acerca da história da pesca do bacalhau, por pescadores portugueses, até 1700, demonstra a falta de fontes manuscritas, acerca daquela matéria. Relativamente a Aveiro, resumem-se às impressas no *Milenário de Aveiro*, publicado por Rocha Madahil, que, embora escassas, confirmam o comprometimento dos pescadores aveirenses e, mesmo, do porto de Viana, na pesca do bacalhau; veja-se FERREIRA, Darlene Abreu - *Portugal in Newfoundland...*, o.c., p.11 a 33.

Pretende-se, aqui, reunir um conjunto de dados que englobe todos os processos utilizados na exploração dos recursos piscatórios: imposições fiscais e seus beneficiários, orgânica das campanhas, investimentos e rendimentos[55].

A - Jurisdição

Um dos factores que, habitualmente, se aponta para o declínio da pesca, em Portugal, nos finais do séc.XVIII, na senda do que Lacerda Lobo escreveu, na sua "*Memória sobre a decadência das pescarias de Portugal*" foi a pressão que os diferentes impostos régios e jurisdições senhoriais exerceram, sobre a vida do pescador e da pesca, em geral[56]. Como consequência, mingava a pesca, não correspondendo às necessidades de consumo, satisfeitas pela Galiza, um dos mais activos centros pesqueiros de Espanha[57].

Sem discutir os efeitos negativos de tal facto, parece-nos que o crescimento de tais impostos demonstram a forte rentabilidade da pesca que, ao agudizarem-se, ao longo de XVIII, denotam a dinâmica que aquela actividade, entretanto, sentiu. Lacerda Lobo assinala essa pressão fiscal:

"se houvermos de dar crédito aos clamores dos pescadores, que ouvi em quase toda a costa, contra as vexações feitas pelos oficiais de justiça, rendeiros e seus colhedores, devo afirmar, que tanto estes como aqueles são os meios mais eficazes de aniquilar as pescarias da nossa costa, e com elas uma parte dos vassalos de Sua Alteza Real, que mais proveito podem causar ao Estado"[58].

Vejam-se as imposições que recaíam sobre as pescas, na costa da Provedoria:

---

[55] Indicam-se como estudos parciais, mas que tentaram demonstrar o comportamento das companhas de pesca, os seguintes trabalhos: AMORIM, Pe.Aires de - *Comportamento grupal das companhas de pesca de arrasto, de Espinho a Ovar...*, *o.c.*, p.3 (diz respeito, sobretudo, ao séc.XIX). O outro trabalho, recentíssimo, é mais um estudo da sobrevivência da faina de pesca LOPES, Helena, LOPES, Paulo Nuno - *A Safra...*, *o.c.*

[56] Publicado in "*Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa-1812*"..., o.c., t.4, p. 241. Foi igualmente publicada, mas sobre o título "*Memória sobre as pescarias de Portugal*, in "Jornal de Coimbra", v. 2, Julho 1812, p. 3-21; Agosto 1812, p. 81-90; Setembro 1812, p. 153 - 166; Outubro 1812, p. 229-257.

[57] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga na Costa Noroeste ..., o.c.*, p.94-95.

[58] LOBO, Constantino Lacerda - *Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal...*, o.c., p.275.

FEIRA - o direito da dízima nas praias da costa (Espinho, Silvalde, Paramos, Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Arada), que a Casa da Feira arrendava[59];

OVAR - pagava a dízima a Deus (dízima nova), e o direito antigo de 20 peixes/1, paga primeiro a dízima eclesiástica (ao Cabido do Porto); os pescadores tirariam o "*seu conduto do pescado que trouxerem antes de se tirar nenhuma dízima para igualmente poderem comer aquele dia*"[60]; a MP, confirma "*pagam de 10 peixes 1 para o dízimo e outro para o Senhor da Terra*";

AVEIRO - pagava o "*mordomado*", ou seja, de todo o navio com peixe "*natural como estrangeiro*", carregado com 12 peixes em diante, "*pagará de mordomado um deles escolhendo seu dono primeiro um qual quiser e ele [direito real] depois outro*"; a dízima à Igreja sobre pescado fresco e a dízima nova sobre pescado fresco e seco; porém, os pescadores que trouxessem pescado fresco, deveriam tirar o seu "*conduto*" (percentagem que não se descreve) antes do peixe ser "*dizimado*"[61]; a MP de Aveiro, em 1758, refere, sem grandes explanações: "*de todo o peixe pagam certo tributo a S.Magestade, à Rainha N. Sª e ao Ducado*";

ÍLHAVO - cobrava-se dízimo para o Pároco, redízima para a Rainha, e o "mordomo", direito real que constava da retirada de 1 peixe por cada 12 pescados; estas normas são referidas na MP, porque o foral apenas declara "*se pagara em Aveiro assim se fará aqui*"[62];

MIRA, dízimo do mar ao vigário[63], e dízima nova[64].

Grosso modo, no que diz respeito à dízima "nova", temos a costa dividida entre dois senhorios: a casa da Feira (depois da Casa do Infantado) até à Barra de Aveiro; para sul, desde 1641, a Casa das Senhoras Rainhas[65] .

Mas as confusas atribuições, são uma constante. Em 1764, pescadores de Ovar pretendem entrar "*na água doce*" [Ria], e lho impedem moradores de Aveiro, Eixo e Ois da Ribeira; porém desta vez, o corregedor

---

[59] ANTT-Relação das Rendas da Casa da Feira. 1763. Tombo Ovar. fol. 304.
[60] MADAHIL. A. Rocha - *Foral de Ovar..., o.c.*, p. 314.
[61] Id. - *Foral de Aveiro..., o.c.*, p. 92
[62] Id. - *Foral de Ilhavo..., o.c.*, p.186.
[63] GASPAR. João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no século XVIII. Um inquérito...*, o.c., p. 43.
[64] As dízimas do pescado de Aveiro e Esgueira foram doadas por D. João II ao primeiro senhor de Mira como refere HESPANHA, A. M. - *As vésperas do Leviathan..., o.c.*, v.2, p. 80.
[65] Em 1644, por morte do último senhor de Mira, esta passou para as terras da Real Casa da Senhora Rainha, como se pode ler nas MP de Mira e BPMP-RES, ms. 124, e os direitos que lhe eram reservados.

considera que os rios são públicos, sem se sujeitarem a privilégios particulares, a utilizar por todos[66]. Em 1777, alguns pescadores-mercadores de Ovar são presos em Aveiro, pelo rendeiro da dízima do pescado da Rainha, Manuel de Oliveira Camossa, "*não pelo sítio onde compraram a dita pescaria, nem pelo porto ou praça onde a vão vender, mas sim por a terem transportado pelo Rio[Ria], onde deviam a tal dízima*"[67]. Depois, à medida que a barra descia para sul, e Ovar também se alongava, como vimos no cap.1, a Igreja do Porto, apressou-se a delimitar a freguesia, a fim de receber o seu dízimo de pescado. Nas duas demarcações conhecidas para o séc. XVIII, de 1757 e de 1779, o que estava em causa eram, por um lado a dízima do pescado para o Cabido da Sé, que recebia pelo seu padroado de Ovar, por outro lado as dízimas a cobrar pelos respectivos rendeiros da Casa da Feira e das Senhoras Rainhas, respeitantes à dízima nova[68].

Apesar da abertura da barra, em 1808, Ovar continuou a manter a sua jurisdição, para sul, onde os pescadores de Ílhavo haviam edificado palheiros e abarracamentos para guardar materiais das companhas, durante o Inverno. A Câmara de Ovar cobrava taxas das licenças de pesca, direitos sobre o vinho consumido e arbitrava conflitos entre os pescadores. Porém, a confusão das jurisdições levava a que, se "*os queixosos iam queixar-se às justiças de seus domicílios, Aveiro, Ílhavo, etc, as justiças de Ovar procediam ex-ofício pelo foro da perpetração do delito; e se acontecia ter havido acomodação ou satisfazendo um arguido às justiças do seu domicílio, e julgando-se assim seguro, era num belo dia capturado na costa por oficiais da justiça de Ovar, a cuja cadeia era conduzido, tendo de pagar as custas de dois livramentos*"[69].

Rendas a não desprezar![70]

---

[66] ANTT-DP. Beira. maço 3. n. 192. 5/6/1764

[67] ANTT-MR. maço n. 367.

[68] Estas demarcações foram apresentadas por RAMOS. Maria Camila Lumiar- *Duas demarcações da Barra de Aveiro no século XVIII...*, *o.c.*, p. 98.

[69] SOUSA. José Ferreira de Cunha e - *Subsídios para a história de Ilhavo, Gafanha e Costa Nova...*, *o.c.*, *p.* 272 a 279; e ainda Id. - *Memória de Aveiro no século XIX...*, *o.c.*, p.177-178. Estes problemas de jurisdição só foram resolvidos pela lei de 24 de Outubro de 1855. quando o cordão litoral a sul da Barra. foi dividido. pelos concelhos de Ílhavo e Vagos. e a norte. pelos de Aveiro. Estarreja e Ovar.

[70] Em 1808 a verba do pescado de Aveiro e Mira. era de 10200.000 réis. cerca de 25.8% das receitas da Casa das Rainhas. relativas a rendas e jugadas (39496.000). e 10.5% da renda total da Casa (97131.000). como se lê em BENEVIDES. Francisco da Fonseca - *Rainhas de Portugal. Estudo Histórico...*, *o.c.*, p.39.

B - Técnicas de pesca: individuais e colectivas

Lamente-se o facto de não possuirmos, para Portugal, um trabalho comparável ao que, na Espanha, da 'Ilustração', se produziu. O *"Diccionario historico de los artes de la pesca nacional"*, elaborado pelo comissário real de guerra da marinha, Don Antonio Sanez Reguart, foi publicado em 1791 e 1795, em 5 volumes, com profusão de desenhos, feitos por Don Juan Bautista Bru, conhecido por Juan Bru de Ramón. Don Antonio percorreu o litoral, graças à sua nomeação como Inspector Geral das Matrículas (das embarcações)[71]. Ou então, trabalho como o *"Traité Général des Pesches, et Histoire des Poissons... "*, produzido em França, em 1769, por M. Duhamel du Monceau, da Academia Real de Ciências[72]. Lacerda Lobo dedica algumas notas às características técnicas, mas, diluem-se, na sua tese de decadência. Comparável ao trabalho espanhol, só o muito tardio de Baldaque da Silva, *"Estado actual das pescas"*, de 1892[73].

A variedade de técnicas condiciona, certamente, o tipo de organização, de investimentos e benefícios a tirar. Distingamos, na Ria, as pescas individual e colectiva, desde as mais primitivas às mais elaboradas, sendo certo que algumas delas exigiam capitais e mão-de-obra significativa, originando uma estruturação crescente do trabalho, materiais e recursos.

A apresentação de tais técnicas segue vários critérios, e as inventariações até agora feitas, oscilam entre o número de 15 a 48 sistemas de pesca, só na Ria de Aveiro[74]. Vejamos alguns desses critérios:

. o de Francisco Regalla, de 1883, tem a ver com a colocação das redes: flutuantes (branqueira), varredouras (chincha, chinchorro, tarrafa, murgueira, botirão), fixas (botirão, solheira, salto ou parreira)[75];

. para Jayme Affreyxo, em 1912, o critério era a eficácia da técnica e sua maior utilização, sendo os principais aparelhos de pesca da Ria *"os*

---

[71] SANEZ REGUART, Don Antonio - *Diccionario Historico de los Artes de pesca nacional...*, o.c., 2vols.

[72] A obra, em 3 volumes, é da autoria daquele autor e as ilustrações, de M. de la Marre, são belíssimas, semelhantes à obra espanhola; encontrámos este trabalho na Biblioteca Nacional que tem, manuscrito, na 1ªfolha, ser proveniente do "Livraria d'Alcobaça".

[73] SILVA, A. A. Baldaque da - *Estado actual das pescas*. . . , o. c.

[74] Esta disparidade de contagens, apreciada em BRAGA, António Caires da Silva - *Sistemas de pesca da Ria de Aveiro...*, *o.c.*, p. 4 a 11.

[75] REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro* . . . , o. c. , p. 42.

botirões e as redes de arrastar, seguindo-se-lhes depois a birbigoeira, a fisga, a bolsa do caranguejo, e finalmente a solheira, a branqueira, e a rede de salto ou parreira"[76].

. outra divisão, mais recente, segue um critério que divide os sistemas, de forma crescente, em termos de número de homens, eficácia de pesca, custos de produção[77]:

aparelhos de mão:	fisga, linha, espinhel, sertela, bolsa
artes sedentárias:	botirão, galricho, camboa, atensão
tresmalhos exóticos:	salto, solheira, branqueira, caçoeira camaroeira
arrastos:	mugeira, tarrafa, chinchorro, chincha, garateia, berbigoeira

Lista razoável, embora existisse toda uma imaginativa variedade de artes individuais, manuais, de que podemos destacar, pela sua simplicidade:

. "escoar"[78], sistema primitivo, com ajuda de cesta ou à mão, usado no Verão, fazendo escoar valas de água mais parada, covas ou pequenos lagos, tapados, previamente;

"vides"[79], um molho de vides atadas, a boiar de um dia para o outro, depois levantado e sacudido para o bote, obrigando as enguias que se haviam refugiado entre as vides, a desprenderem-se.

Tente-se, entretanto, descrever as características de algumas técnicas [ver figuras no Anexo 5]:

APARELHOS DE MÃO

. "fisga", aparelho constituído por uma haste de ferro com 0.25 m, e que termina numa enfiada de 25 a 35 dentes, todos dispostos a igual distância uns dos outros; a haste de ferro encontra-se encabeçada numa vara de 1.5m de comprimento[80]. Esta técnica era, e é, utilizada na chamada "pesca

---

[76] Affreixo, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro*. . . , o. c. , v. 5, 1903, p. 33.
[77] LARANJEIRA, Lamy - *A ria de Aveiro. Barcos e artes de pesca..., o.c.*, p. 54.
[78] CONDE Bartolomeu, coo. - *Cacia e o Baixo-Vouga..., o.c.*, p. 176.
[79] Id. , *Ibid.* , p. 179
[80] LARANJEIRA, Lamy - *A ria de Aveiro*. . . , o. c. , p. 62. Estas dimensões variam como se pode ler em BRAGA, António Caires da Silva - *Sistemas de pesca*. . . , o. c. , p. 83 a 85. Se se fizesse comparação com outras áreas, veja-se que na Galiza, as "fisgas", têm a mesma configuração e características, como se pode consultar em EIROA DEL RIO, Francisco - *La pesca artesanal en*

ao candeio", nocturna, em noites sem luar, luz fixada à proa da bateira, em que enxergado o peixe, o pescador lança a "fisga"[81]. Uma descrição deste tipo de pescaria, em Águeda, no rio, é paradigmática:

"mal a noite descia começavam os preparativos para o 'Candeio'[...]; os pescadores pegavam das bateiras e das redes, e de fisgas em punho lá iam: uns para o Sardão até ao Soito do rio e mais longe ainda; outros, descendo a Paredes, continuavam até Almear. Nas bateiras levavam fogueiras acesas, que projectando clarões nas águas tranquilas do rio, vistas à distancia davam a impressão de regatas nocturnas[...]. Na volta do Candeio, já madrugada, cozinhavam-se belas caldeiradas no areal"[82].

. a "sertela", designada em 1764, por "*sertelha*" seria das práticas mais comuns; a sua característica era o enfiamento de minhocas, no sentido longitudinal do seu corpo, sucessivamente, numa linha; prende-se a uma vara de 1.5m, de salgueiro ou vime, que o pescador mergulha a tocar o fundo das águas, levemente, até sentir a mordidela do peixe (sobretudo enguia), e puxar, sempre ao sabor da corrente[83]; precisamente, em Maio de 1764 foram condenados "*sertelheiros*" de Aveiro por "*cavarem minhoca*" para este fim, junto aos arcos do aqueduto, do Cojo[84], prova duma larga utilização, pela precaridade dos meios empregues;

APARELHOS SEDENTÁRIOS

Têm esta designação de "sedentários", ou "fixos", por ficarem presos ao fundo, por ferros ou estacas, durante um período de tempo, mais ao menos longo, recorrendo, ora a aparelhos de rede, ora de vimes. Alguns exemplos:

. "nasso", armadilha em vime, tipo cesto sem fundo, aplicado, em sítios baixos, cheios de ervagens, sobretudo de nenúfares, por alturas do Verão; à proximidade do pescador o peixe agita-se, sendo aplicado sobre ele o

---

Galicia.... o.c., p. 37-38; ainda XAQUIN LORENZO - *O mar e os rios..., o.c.*, p.127-129, utiliza os termos "*fisga, frisga ou francado*";

[81] CONDE Bartolomeu, coo. - *Cacia e o Baixo-Vouga*. . . , o. c. , p. 185.

[82] GRAÇA, Serafim Soares da - *Águeda Antiga..., o.c.*, p.44. Encontram-se representações desta prática no caso de Espanha, em SANEZ REGUART, Don Antonio - *Diccionario Historico de los Artes de pesca nacional*. . . , o. c. , v. 2, p. 55 a 59.

[83] CONDE Bartolomeu, coo. - *Cacia e o Baixo-Vouga*. . . , o. c. , p. 180-181;

[84] AMA-LV, n. 7, ss. 19/5/1764.

nasso com a boca mais larga para baixo e com as mãos remexe-se até capturar o peixe[85];

. "nassa", do mesmo material, especialmente usada na captura da enguia; aproximadamente, em forma de funil, o pescador lança a boca, um pouco ao lado, enxotando com os pés o peixe, para dentro[86];

. "covo", feito em vime e ramos de salgueiro; o vime usado na construção da bolsa interior e das tranças, o salgueiro, no corpo e no arco da boca; na parte posterior, há um taco amovível; colocava-se nas partes fundeiras do rio, com a boca virada para a foz[87]; de larga utilização, é citado em 1763, quando se referem contendas entre *"pescadores de caranguejo que principiaram a lançar os covos ou redes de pesca"*[88];

. "botirão", popularmente designado por *"bitorão"*, é constituído por duas bolsas de rede em forma de funil, ficando a mais pequena, a "nassa", dentro do saco maior, mais ao menos, a meio do seu comprimento; a base ou boca mede 5/6 metros, o comprimento 10/12 metros, embora podendo variar estas dimensões[89]; a malha é decrescente, da boca para o fundo; o botirão é fixado ao leito do rio, por 2 estacas, para firmar a abertura, sendo esta voltada para jusante[90], mas mudando-se a direcção por altura da alteração das marés; os botirões fixam-se, uns junto aos outros, unidos pelas suas bocas, formando linhas contínuas, através dos canais[91];

. "galricho", pequeno botirão em verga, composto de vários arcos interiores que mantinham aberta a rede, em forma de funil, com um ou dois nassos, cosidos interiormente, raramente, ultrapassando os 2 metros[92];

. dentro deste grupo de artes sedentárias, inserem-se os "tresmalhos", de que apenas destacamos a "branqueira", rede de formato rectangular, cuja

---

[85] CONDE Bartolomeu, coo. - *Cacia e o Baixo-Vouga*. . . , o. c. , p. 188.

[86] Id. , *Ibid.* , p. 189; para o rio Minho na pesca da lampreia, ver XAQUIN LORENZO - *O mar e os rios*, . . . , o. c. , p. 135; representações de vários tipos de "nasas" e sua confecção em SANEZ REGUART, Don Antonio - *Diccionario Historico de los Artes de pesca nacional*. . . , v. 2, o. c. , p. 151-161.

[87] Id. , Ibid. , p. 190. Ainda em MOREIRA, Carlos Diogo - *Populações maritimas... o.c.*, faz uma descrição das diferentes caracteristicas, para esta designação, em todo o país.

[88] AMA-LV, n. 7, ss. 23/7/1763.

[89] REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro* . . . , o. c. , p. 48. LARANJEIRA, Lamy - *A ria de Aveiro*. . . , o. c. , p. 55.

[90] CONDE Bartolomeu, coo. - *Cacia e o Baixo-Vouga*. . . , o. c. , p. 191

[91] AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro*. . . , o. c. , v. 5, p. 33-34.

[92] CONDE Bartolomeu, coo. - *Cacia e o Baixo-Vouga*. . . , o. c. , p. 191. LARANJEIRA, Lamy - *A ria de Aveiro*. . . , o. c. , p. 56.

orla inferior está guarnecida com chumbeiras, que a agarram ao chão, e flutuadores, à superfície; é lançada num canal profundo e amarrada a uma bóia e ao barco[93].

REDES DE ARRASTO ou VARREDOURAS

O objectivo é cercar e alar, para terra, o peixe. A rede constituída por uma parte principal, saco, designado por "bocada", de extremidades, "calões", atados a cabos, "calas"; as partes da rede, compreendidas entre a "bocada" e os "calões", têm o nome de "mangas"; as variantes entre as diversas redes, deste género, estão no seu comprimento, e, naturalmente, no número de braços humanos necessários, no arrasto:

QUADRO 3

Estrutura das redes de arrasto ou "varredouras"

Tipos	Mangas(metros)	Saco(metros)	Nºhomens
mugeiras	40	8	15 a 20
tarrafas	35	6	15 a 20
chinchorros	30 a 32	4 a 5	3 a 4
chinchas	12	3	3 a 4

Fonte: LARANJEIRA, Lamy-*A Ria de Aveiro...*, o. c. ;

AFFREIXO, Jayme- *Pescas nacionais-a região de Aveiro. . .* , o. c. ;

A manobra destas redes faz-se deixando, em terra, o extremo de uma das calas, o reçoeiro, e indo a bateira, ao largo, fazer o lance, trazendo depois o extremo da outra cala, a "mão-de-barra", para a mesma praia. A gente da companha as vai juntando, pouco a pouco, à medida que a rede vem vindo, e, quando as mangas começam a sair, e a pescaria tem entrado já, para o saco, unem-nas, completamente, e assim prosseguem na faina até o saco ficar em seco. Por vezes, empregam duas bateiras, uma para ficar com o reçoeiro e a outra vai fazer a manobra; mas é, sobretudo, no caso das redes maiores, que são precisas até 3 bateiras para aliviar as mangas e levantá-las, a fim de não

[93] Id. , *Ibid.* , p. 59; REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro* . . . , o. c. , p. 43; em CONDE Bartolomeu, coo. - *Cacia e o Baixo-Vouga*. . . , o. c. , p. 186, fala-se da pesca à "palma" rede de malha apertada, de 3/4m, por 1.5m, amarrada a 2 paus afiados, com chumbeiras e bóias, nos lados opostos, e dois pescadores, calcavam a zona compreendida entre as margens e a rede, enxotando o peixe para esta, e levantando, seguidamente, o apetrecho como se fosse um coador.

mergulharem com o peso do pescado, apesar da existência de bóias de cortiça para as manter à superfície[94].

As redes utilizadas no mar, no séc.XVIII, eram semelhantes a estas, especialmente, os chamados "*chinchorros*". Veja-se como algumas MP tratam o assunto:

ESMORIZ - "*no Verão costumam os pescadores pescar com um género de redes de arrastar a que chamam chinchorro, dos quais há dois, e cada um consta de 40 companheiros; metem o barco à mão pelo mar dentro, e depois remando, navegam coisa de 500 braças*";

PARAMOS - "*pescam no mar com uma rede de arrastar a que chamam chinchorro, e neste aparelho existem 30 até 40 homens; antes havia dois chinchorros, hoje só um, porque [...] estes aparelhos fazem grande despesa, e há anos que pescam muito pouco*".

OVAR - "*nesta [costa de Ovar], lançam os moradores [...] as redes de arrasto[...] e com maior abundância pescam sardinhas*".

Tem-se considerado que a chegada, à costa de Ovar, de um francês de Languedoc, João Pedro Mijoulle, por volta de 1773, e o seu processo de salga da sardinha[95], teria provocado a utilização das artes grandes, da "xávega", arte catalã[96]. Esta, pelo menos, desde meados de XVIII, teria sido introduzida nos riquíssimos mananciais das rias galegas, fazendo capturas mais substanciais do que as tradicionais pescarias[97], correspondendo às necessidades crescentes da alimentação de peixe fresco.

Estas "*artes novas*" variam, relativamente, às anteriores pelas grandes dimensões da rede e pela utilização de uma rede de malha, bem apertada; veja-se:

saco:	70 metros de circunferência
	40 m de profundidade
	8 m de largura no fundo ou "cuada"
mangas:	230 m de comprimento
	20 a 25m de largura

[94] AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro*. . . , o. c. , ano 5, n. 4, p. 49; REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro* . . . , p. 43-44. LARANJEIRA, Lamy - *A ria de Aveiro*. . . , o. c. , p. 60-61.

[95] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga*. . . , o. c. , p. 103-107.

[96] PINHO, João Frederico Teixeira de - *Memórias e datas para a história da vila de Ovar[1870?]*.... o.c., p.82; aponta a data de 1776.

[97] LOPES LINAGE, Javier, CARLOS ARBEX, Juan - *Pesquerias tradicionales y conflictos ecologicos, 1681-1794...*, *o.c.*, p. 17-19.

A largura da malha da rede vai estreitecendo, cada vez mais, desde o "claro" até à "cuada": 7.5 cm a 25 cm do "claro" à "alcanela"[98]. Desta forma, ao ser puxada, a malha apertada e a viés, torna-se muro impenetrável para qualquer peixe, por mais pequeno que seja o seu tamanho[99].

O número de homens, envolvidos numa operação desta envergadura, teria de ser, necessariamente, superior; estima-se entre 43 a 46 homens, conforme se trata dum barco de 2 ou 4 remos (8 pessoas em cada remo), mas, ainda mais gente, em terra, para puxar, colher e transportar redes, despejar o saco, etc[100]. Porém, o "*Dicionario das pescas. . .* ", refere que dependia do tamanho da barca e da rede o número de 15, 18, 20 ou 22; mas, em terra, necessitava de outros tantos; exemplifica com casos concretos, na Andaluzia e, especialmente, em Málaga, onde compreendia 33 homens[101].

Talvez que, pela semelhança com o chinchorro, tenha sido tão bem recebido na costa portuguesa[102]. No entanto, as suas dimensões, custos aumentados e eficácia de pesca, trouxeram, certamente, consequências na organização de tais companhas. A nossa dúvida é esclarecer, verdadeiramente, através das fontes disponíveis[103], alguns contratos notariais, com que tipo de "arte" estamos a ser confrontados, ao longo do séc. XVIII, e quando, efectivamente, se introduziram, na costa de Aveiro, as "*artes novas*".

C - Organização das companhas, em meados de XVIII

---

[98] LARANJEIRA, Eduardo Lamy -*O Furadouro, o Povoado, o Homem* . . . . o. c. , p. 399-403.

[99] CALO LOURIDO, Francisco - *As artes de pesca..., o.c.*, p. 40-42.

[100] LARANJEIRA, Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem...*, o. c. , p. 393; AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro*. . . , o. c. , p. 134.

[101] SANEZ REGUART, Don Antonio - *Diccionario Historico de los Artes de pesca nacional*. . . , v.1, o. c. , p. 391

[102] LOPES, Ana Maria Simões da Silva - *O vocabulário marítimo português* . . . , o. c. , p. 245: afirma que a percursora da arte xávega foi em Sesimbra, o chinchorro, sendo esta largamente utilizada na ria de Aveiro, estabelecendo ligação aos fluxos migratórios. Considera, a pág. 237, que o espaço onde se usava a verdadeira arte da xávega, ia de Vieira de Leiria até Espinho.Também GALHANO, Fernado B. - *Notas sobre a pesca da xávega em Mira..., o.c.*, p. 2, refere que o principal tipo de pesca era a xávega, que substituiu, há muito, os chinchorros "*já usados por ali, no séc. XVII*".

[103] Veja-se o que escreve LARANJEIRA, Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem* . . . , o. c. , p. 431: "*infelizmente não há livros de actas das Companhas da costa. Apesar das nossas indagações as respostas eram sempre as mesmas: tinham sido inutilizados os livros ou vendidos como "papel velho"*.

Parece certo que os pescadores, quer de Aveiro, quer de Ovar, começaram por ser, especialmente, pescadores de rio e, entre 1725 e 1759, pescavam sáveis e lampreias, no rio Douro e na sua Foz,. Em 1734, a propósito duma demanda com o Cabido do Porto, reúnem-se em Ovar, *"todos os pescadores"*, por estarem em dívida do dízimo. Eram os chamados *"marmoteiros"* do Douro, registando-se cerca de 262 indivíduos:

88 lampreeiros no Douro
39 com chinchorro
92 mulheres, de que se desconhece a função
43 pescadores indiferenciados[104]

Entretanto, o Pe. Aires de Amorim e Sousa Lamy, indicam, para Ovar, as seguintes companhas que mantiveram uma certa continuidade, ao longo do séc.XVIII e seguinte:

QUADRO 4

Companhas conhecidas na Costa de Ovar

Manuel Pinto	1704-1887
Guerra	1718-1782
Santo André	1719-1851
Manuel Ramos	1719-1820
Santo Agostinho	1765-1859
Campainha	1777-1834
Alas ou Arte Velha	1785-1820
Panela	1785-1888

Fonte:[105]

[104] AMORIM, Padre Aires de - *Para a história de Ovar..., o.c.*, p. 27-28; estes 43 pescadores, apareceram uma semana mais tarde em relação aos anteriores.

[105] LAMY, Alberto de Sousa - *Monografia de Ovar*. . . , o. c. , v. 1, p. 164-165; cita trabalhos de Pe. Aires de Amorim no jornal *"Notícias de Ovar"* de 19-9-1974, acrescentando ainda o nome de outras companhas, como Aguente (1719), Almas (1731), Amador (1724-1738), Baleia (1717), Bandalho (1719-1732), Borracha (1727-33), Campainha (1717-37), etc. As companhas indicadas no Quadro, são consideradas as mais antigas por PINHO, J. F. Teixeira - *Memórias e datas*. . . , o. c. , p. 83. Ainda em LARANJEIRA, Lamy - *O Furadouro*. . . , o. c. , p. 68, além daquelas acrescenta, para o ano de 1800, Cotros e Ala, estimando em 2000 os homens envolvidos na faina.

Para a costa de Esmoriz, o Pe. Aires de Amorim conduziu um estudo de reconhecimento das campanhas, indicando as mais antigas:

QUADRO 5

Companhas conhecidas na costa de Esmoriz

Chinchorro ou Anjo (ou do Galego?)	1672, 87, 91
Chinchorro da Senhora da pena	1672-80, 82-91, 94, 1722
Chinchorro do galego	1673-80, 1682-90
Chinchorro de António Pacheco	1676
Chinchorro dos Galegos	1727
Chinchorro	1758
Companha do Pinto	1786
Companha Nova	1793, 99, 1802, 1809
Companha Velha	1799

Fonte:[106]

Estas companhas movimentavam-se desde Espinho até Maceda, sendo formadas por gente de Esmoriz, mas igualmente, daquelas freguesias litorais e ainda de Riomeão[107]. As MP de Esmoriz e Paramos, como vimos atrás, referem-se a estes grupos: homens trabalhando com redes "*de arrasto*" em Ovar, chinchorro de 30 a 40 homens em Esmoriz e Paramos. Nunca se indica a "*xávega*", ou "*artes novas*", no entanto, o número de homens envolvidos, tendo em atenção os dados, atrás descritos, acerca do pessoal empregue, leva-nos a avançar a hipótese de estarmos, já, em plena laboração da nova arte.

Percorrendo os livros de notários de Aveiro, ao longo do séc.XVIII, a primeira escritura data de 6/6/1751, "*de contrato e obrigação*", assentando a constituição duma campanha:

"*das INTRODUZIDAS DE NOVO nesta vila chamadas ARTES com todos seus aparelhos necessários e com seu barco, para com ela se pescar na costa do mar desta vila* "[108].

Trata-se de escritura isolada, mas parece referir-se a uma pesca diferente, nova, a que chamam "Arte"[109], que antecipa, em 20 anos, a data,

---

[106] AMORIM, Pe. Aires de - *Esmoriz e a sua história*, Esmoriz, Comissão de Melhoramentos, 1986, p. 308-309.
[107] Id., *Ibid.*.
[108] ADA-SN-Aveiro, n. 274, f. 75v-78v.

até agora aceite, da introdução da xávega, em Ovar, pelo francês Mijoulle. Só 10 anos depois do documento de 1751, surgirá novo contrato, em 1761, mas relativo às pescas no rio Douro. Veja-se, os contratos de pesca encontrados nos notários de Aveiro, até inícios do séc.XIX:

QUADRO 6

Companhas referidas nos livros de notário de Aveiro

Ano	Mês	Nome	NºHms	Origem	Destino	Anos
1751	6	-	19	Aveiro	Costa	-
1761	1	Barga	21	Aveiro	R.Douro	-
1763	1	-	27	Aveiro	Nazaré	3
1764	1	Enxada	38	Aveiro	Costa	-
1764	4	-	29	Aveiro/Ílhavo	Nazaré	3
1765	4	-	25	Aveiro	Nazaré	3
1765	5	Enxada	38	Aveiro	Costa	-
1766	1	-	22	Aveiro/Ílhavo	S.Jacinto/Torreira	-
1766	8	Enxada	38	Aveiro	Costa	-
1767	3	Branco	27	Aveiro/Ílhavo	NªSªAreias/Costa	-
1769	4	Mantas	12	Aveiro/Ílhavo	Toda Costa	3
1771	11	Tamanca	12	Esgueira	S.Jacinto/Costa	1
1772	1	-	31	Aveiro	Costa	-
1774	5	Enxada	43	Aveiro	Costa	-
1792	6	Campanha Nova	9	Ílhavo	Costa	-
1798	1	Enxada	62	Aveiro	Costa	-
1801	-	Enxada	-	Aveiro	S.Jacinto	-
1810	7	Cageiros	6	Ílhavo	Costa	-

Fonte: ADA-SN, Aveiro, ANTT-DP[110]

São poucos os contratos para mais de 50 anos, e desequilibradamente distribuídos: uma certa frequência, entre 1761 e 1774, e depois, um longo vazio que não pode ser sinónimo de interrupção da actividade. A explicação poderá estar numa falha de livros, de notários "sobreviventes", ou então, uma predominância de oralidade. Na verdade, em

[109] Embora a continuação do documento não descreva, claramente, as características de pesca, parece-nos que se refere às "Artes Novas", classificado como um "processo novo de pescar, com traineiras, arrastões, etc"; ver SOUSA, Arlindo de - *Vocabulário de Entre Douro e Vouga-I. Artes de Pesca Marítima...*, *o.c.*, p. 15.

[110] ADA-SN, L. ns: 274, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 308, 313, 327, 335, 355; A escritura de 1801 recolhida no ANTT, DP-Beira, maço 23, n. 2185

1798, a propósito de conflitos entre campanhas de Ílhavo, os queixosos apelam para o Desembargo do Paço, solicitando justiça, porque "*não há escritura pública e para o provarem por testemunhas e ser válida esta prova*", El-Rei lhes "*mande passar provisão para prova do Direito Comum*"[111].

Vejamos, agora, como se processavam estes contratos, tomando nota, dos adiantadores de dinheiro e arrais, apenas para a série de 1761 a 1774, mais ou menos, contínua, que nos pode indicar o número de companhas e circulação de gentes:

QUADRO 7

Organização de algumas companhas (1761-1774)

Ano	Mês	Senhorio	Verba	Quinhão	Arrais
1761	1	Tomás Lourenço de Aguiar	50000	1	José da Maia
1763	1	José Simões Estriga	57600	1	Eusébio dos Santos Bailo
1764	1	José Barreto Ferraz	131500	2	José Simões Estriga*
1765	4	José Simões Estriga	57600	1	Manuel da Silva Faria
1765	4	José Simões Estriga	51600	1	Eusébio dos Santos Bailo
1765	5	José Barreto Ferraz	129600	2	José Simões Estriga"
1766	1	Tomás Lourenço de Aguiar	144000	1	André da Cruz
1766	8	José Barreto Ferraz	133500	2	José Simões Estriga*
1767	3	António Simões dos Reis	28800	1	Manuel F.Branco
1769	4	Manuel Francisco, o Novo	40000	1	António Domingues
1771	11	João Pedro Mijoulle	126800	6+	António da Maia
1772	1	Luis Pedro Nolasco	144000	1	Manuel da Cruz, Patacão
1774	5	José L.C.M.de Quadros	152700	1+	José Simões Estriga*

* Eusébio dos Santos Bailo encontra-se entre os membros da Companha;
"Não faz parte da campanha Eusébio dos Santos Bailo, mas um Eusébio de Deus, mas integram-se Cristóvão dos Santos Bailo e João ou José dos Santos Bailo, naturalmente parentes; + mais 1 peixe dos melhores por dia;
Fonte: ver quadro anterior

A partir deste quadro, apercebemo-nos da frequência de alguns nomes, quer como senhorios, quer como arrais. Observando a actividade de uns e de outros, talvez possamos tirar algumas conclusões:

[111] ANTT-DP, Beira, maço 19, n. 1702-2/3/1798.

. Tomás Lourenço de Aguiar era capitão da Ordenança da freguesia de Espírito Santo, desde 1765[112];

. José Barreto Ferraz, um dos maiores proprietários de Aveiro, almotacé, vereador, recebedor das sisas[113];

. José Simões Estriga, arrais, não de Aveiro mas de Ílhavo[114];

. António Simões dos Reis, fintador e repartidor das sisas, recebedor das sisas e décima[115];

. João Pedro Mijoulle, o francês que instalou a fábrica de conserva de sardinha em Ovar[116];

. Luis Pedro Nolasco, almotacé em 1768[117], José Leandro da Costa Monteiro Rangel de Quadros foi almotacé, vereador, recebedor sisas da cidade[118].

Estamos perante capitais oriundos de diferentes meios: nobreza local e comerciantes. Para estes últimos, seria mais um sector, das suas actividades, a ser desenvolvido, com justificações várias:

. perfeitamente explicável no caso de Mijoulle, necessitando de matéria-prima para o seu negócio de salga; note-se que o contrato, aqui apresentado, é de 1771, quando se lhe atribui a sua instalação, em Ovar, em 1773, o que antecipa, em alguns anos, o interesse do francês pela exploração da sardinha na costa;

. Luis Pedro Nolasco, tinha negócios de grande trato, como comprova a constituição duma sociedade de compra de uma chalupa, em 1808, em que de 5 sócios e 5 partes, Nolasco ficava, em posição maioritária com 2 partes, por desistência de 1 dos associados[119].

Para a nobreza local em causa, trata-se de significativos proprietários de marinhas, aplicando a sua produção, ou então, construindo a sua fortuna na sua diversificação de sectores; veja-se:

---

[112] AMA-LV, n. 6, 5/6/1765.
[113] ANTT-MR, n. 386; AMA-LV, n. 7: exerceu tais funções no período de 1759 a 1768.
[114] ANTT-MR, maço 609.
[115] AMA-LV, n. 7 e 8:exerceu tais funções entre 1763 e 1771.
[116] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga. . .*, o. c.
[117] AMA-LV, n. 7-1768
[118] AMA-LV, n. 8-1780
[119] ADA-SN-Aveiro, n. 351, 29/9/1808.

. José Barreto Ferraz, após a sua morte e depois da de sua esposa, em 1774, deixa uma fortuna variadíssima, partilhada entre os filhos, Casimiro Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, Januário Barreto Ferraz e Dª Joana Antónia de Vasconcelos[120]; entre as dívidas activas, contava-se uma "*rede na Costa*", avaliada em 148800 réis, cerca de 10% do valor daquelas, numa fortuna cujo montante era o seguinte:

bens móveis	296960	11%
ouro e prata	154910	6%
bens raiz	730000	28%
dív. activas	1443314	55%
Total	2625184	100%
dívidas passivas	-346416	-13%
Saldo	2278768	

. José Leandro da Costa Monteiro Rangel de Quadros, pertencente à nobreza local, era, em 1784, um dos maiores proprietários de sal de Aveiro [ver cap.6] e, talvez por isto, interessado na aplicação da sua própria produção.

Também se encontram pescadores, arrais, como prestamistas, sugerindo que, entre pescadores pobres, assalariados, e senhores de capitais, o corte não era tão radical como, normalmente, se descreve. Concretamente, José Simões Estriga aparece a fazer empréstimos, para rede, nos anos de 1763, 1764 e 1765; poderíamos pensar que estava a servir de intermediário, pelo facto de, nos anos de 1764 e 1765, ser arrais num contrato, senhorio no outro; porém, os homens que compõem as duas campanhas, são completamente distintos. Este facto indica que a figura do arrais se distingue, no conjunto dos pescadores, não apenas, pelo seu papel técnico e de direcção da companha, mas também, pelo seu poder económico.

Já nos inícios deste século, Jaime Afreixo considera que "*subir de companheiro ou simples arrais a dono de empresa da pesca, só pelo trabalho da pesca, não é cousa viável nesta região [costa Aveiro]*"[121]. Dois séculos antes, não parece ser o caso: a contratação de arrais em Ilhavo, quando do recrutamento de pescadores para o Algarve, em 1774, em que aqueles negoceiam o preço da

[120] ADA-SN-Aveiro, n. 309, f. 113-119, 12/2/1774.
[121] AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro*. . . , o. c. , p. 136.

sua deslocação, parece significar que o seu peso estratégico lhes dava uma posição vantajosa, isto se a morte não os impedisse, entretanto, de acumular alguma fortuna[122]. Jaime Afreixo, pela diversidade que apresenta, deixa em aberto a hipótese de múltiplas situações, de praia para praia, relativamente ao financiamento das empresas:

"*em Espinho, Paramos e Furadouro, Mira, cada campanha pertence ordinariamente a um grupo de cinco, seis, oito, dez e mais indivíduos, cujas profissões fazem às vezes o conjunto mais disparatado que é possível fantasiar-se, mas contando-se sempre, entre eles um que conhece a arte e é competente para gerir os negócios da sociedade e mesmo o trabalho na praia*";

. "*na Torreira, são as campanhas propriedade de capitalistas transformados em arrais*";

. "*em S.Jacinto e Costa Nova, perto d'Aveiro, são propriedade de simples capitalistas*"[123].

Diversidade, sem dúvida, onde gente "nobre", da cidade, e comerciantes de diferentes actividades, poderiam apostar; o arrais surge, igualmente, empenhado, mas os investimentos são mais modestos e pré-datados, por não mais de 3 anos.

D - Estrutura das companhas

A sua organização indica uma hierarquia de funções, com algumas variantes pontuais. Uma das particularidades com que deparamos foi a manutenção, ao longo de muito tempo, do mesmo nome, para a companha, embora mudassem de senhorio e de pescadores. Assim aconteceu com a "Enxada":

. em 1764, 1765 e 1766 mantém-se o mesmo senhorio, José Barreto Ferraz, e ainda, em Fevereiro de 1774, na partilha de seus bens, se mantinha na família; em Maio do mesmo ano, era já senhorio José Leandro M. Rangel de Quadros; e em 1801, era de Manuel de Sousa Ribeiro da Silveira que a doou "*de hoje para todo o sempre*" a um seu escudeiro a quem devia

[122] ANTT, MR, maço 609, cartas de Abril e Maio de 1774.
[123] AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro. . . .*, o.c., p. 136-137.

favores[124]. Não conhecemos ligação familiar (Ferrazes, Quadros e Silveiras), mas têm, em comum o facto de pertencerem a famílias ancestrais e da nobreza de Aveiro[125];

. entretanto, o arrais mantém-se, ou então, alguns elementos da campanha rodam, nos diferentes contratos; caso de Eusébio dos Santos Bailo que era ora arrais ora aparecia na constituição de outras companhas (veja-se Quadro 7);

. finalmente, alguns pescadores repetem-se em várias campanhas; fazendo uma listagem de todos os nomes, referidos nos contratos de 1761 a 1774, alguns deles são comuns a várias companhas (António de Matos, António Rodrigues, Francisco André Cochicho, Francisco Simões Estriga, Francisco Tavares, João André da Loura, João da Faustina).

Em Aveiro, existiam, pelo menos, duas redes, no ano de 1774, dirigidas, precisamente, por "*José, de alcunha o Estriga*" e "*Manuel da Cruz de alcunha o Patacão*", arrais de Ílhavo, que, contactados naquele ano, para dirigirem redes de pescadores a instalarem-se, em Vila Real de S.António, informam que "*andam em Aveiro trabalhando ou governando duas artes de pessoas particulares*"[126]. Ora, como vimos, o primeiro anda em Aveiro, pelo menos, desde 1763, e o segundo aparece na constituição da companha de 1766, e, como arrais em 1772, agregado àquela que nos parece ser a segunda rede de Aveiro[127]. Pode-se ainda admitir que, periodicamente, se formava outra, ou desmembrava, se pensarmos nos anos de 1764, 1765 e 1766 em que nos surgem três campanhas: a de José Barreto Ferraz, a do arrais Estriga e a de Tomás Lourenço de Aguiar; note-se, porém, que as verbas emprestadas, pelo arrais, são mais limitadas e por um prazo de 3 anos, o que pode indicar uma solução momentânea, para substituição de material de pesca (rede como é o caso), e não a constituição duma companha.

---

[124] ANTT-DP. Beira. maço 23. n. 2185.

[125] Procuramos tais ligações a partir do trabalho sobre famílias de Aveiro. NEVES. Francisco Ferreira - *Genealogias de famílias nobres aveirenses..., o.c.*

[126] ANTT. MR. maço 609. cartas de Abril e Maio de 1774.

[127] Numa Memória de meados de XIX. diz-se haver apenas duas redes em Aveiro. "*ficaram em S. Jacinto as duas companhas de Aveiro, a Enxada e a Canária, quanto as então havia e por muito tempo houve*"; veja-se SOUSA. José Ferreira da Cunha e - *Subsídios para a história de Ílhavo. . .* , o. c. , p. 275.

Além destas, registou-se no notário de Aveiro, a campanha de pescadores, exclusivamente, constituída por gente de Esgueira, ao serviço de Mijoulle; outras, com gente de Ílhavo e Aveiro. São várias, com número de homens muito variável [veja-se Quadro 6], o que nos põe a questão da composição mínima duma campanha e, ainda, se todos os seus membros eram nomeados na escritura[128]. As listagens que fizemos assinalam grandes variações, chegando ao ponto de se atingir o número de 62 homens em 1792. No entanto, tendo em conta as características da pesca, descritas acima, sabe-se que cada companha era constituída por gente que ia no barco e por um forte contingente de outros que ficavam em terra, para puxar as redes[129]. Mesmo em finais do século passado, quando já eram puxadas por juntas de bois, dispensando grande parte da mão-de-obra, necessitava-se, além dos 8 ou 16 no barco, mais 18 auxiliares em terra, ou seja, um total, entre 26 e 34 homens[130]. Não se entende, então, a razão por que a arte, financiada por Mijoulle, em 1771, era, apenas de 12 homens contando com o arrais, se acreditarmos que se trata já de xávega. Corresponderá aos chamados "remadores de pé" (12), característicos duma xávega de 2 remos, como desenham alguns trabalhos recentes[131]? Talvez, como se pode ver pela figura apresentado no Anexo 5.

Assim sendo, o número de indivíduos registados seria a ponta duma lista, muito mais vasta e difícil de contabilizar. Como consta da escritura de Mijoulle, declararam os pescadores, nela presentes, aceitar as condições "*por si e em nome dos mais companheiros de que se compõe a dita rede*"[132]. Repare-se que, nos anos em que temos, simultaneamente, duas campanhas, 1764, 65 e 66 (nos dois primeiros de Ferraz e Estriga, e no terceiro, Ferraz e

---

[128] Esta irregularidade de registo, sobretudo quando existem dois documentos sobre a mesma Companha, surgindo nomes no primeiro que não no segundo, pode indicar esse aspecto, como verificou MARQUES, Maria Alegria Fernandes - *As Terras de Mira, perspectiva histórica...*, o.c., p.69, nota 11.

[129] LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar*. . . , o. c. , p. 172: fala em arrais da terra e do mar, sendo o primeiro responsável pela orientação da gente que puxava as redes em terra; PINHO, João Frederico Teixeira de - *Memórias e datas para a História de Ovar*, . . . , o. c. , p. 80: refere a grande quantidade de "*homens e rapazes afora a turba de mulheres que preparam a sardinha*";

[130] AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro*. . . , o. c. , p. 134.

[131] LARANJEIRA, Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem* . . . , o. c. , p. 455-458. De forma mais elaborada em *Estudos Etnográficos*, coord.D.José de Castro, v1, 2ºt, *Aveiro-Pescadores...*, *o.c.*

[132] ADA-SN-Aveiro, n. 313, f. 32v.

Aguiar), conta-se com 66 homens em 1764, 63 em 1765 e 61 em 1766, em média 30 homens para cada uma; num outro cálculo, mantendo-se a da "Enxada" em 38 homens, a do Estriga à volta de 25, e a de Aguiar de 22 homens, no total, as 3 redes, envolveriam entre os 85 e 100 homens.

Para Ílhavo, em 1774, uma relação de pescadores apalavrados para formarem campanhas de pesca, no Algarve, em Vila Real de S. António (que não se chegam a deslocar), somou cerca de 103 pescadores, embora fossem pedidos 200[133]. Dez anos antes (1763-1766) estima-se que, na costa de Ovar, pagavam imposições à Casa do Infantado,16 artes[134] que, tendo em média 25 homens, número certamente por defeito, somariam perto de 400 homens. Um quarto de século depois, em 1801, a "*Descrição da Comarca...*" refere 666 pescadores, exclusivamente em Ovar, isto é, 5.7% da população da comarca[135]. No total, teríamos na costa, entre 1764 e 1774, muito mais de 700 homens[136].

A forma como a campanha se estruturava seguia normas que dependeriam mais da tradição oral do que da escrita. A MP de Esmoriz refere que "*se regulam em tudo por estatutos, entre si estabelecidos, por antigo costume*" . Juntando os elementos que os contratos notariais fornecem, apercebemo-nos dessa organização:

. uma forte disciplina, que impunha respeito em primeiro lugar ao arrais e, depois, mutuamente: "*serão muito obedientes ao dito arrais a todos os seus mandatos e não armarão bulhas e pelejas uns com os outros mas antes se conservarão em boa paz e união uns com os outros como Deus manda, como bons companheiros*";

. possibilidade de sair ou entrar companheiro, com as devidas contrapartidas: "*será obrigado a entregar logo na mão do dito arrais o dinheiro que importa do seu quinhão e não levará dinheiro algum de corpo e rede [...], adiante queira entrar*

---

[133] Este documento foi citado por CORREIA, José Eduardo Capa Horta - *Vila Real de Santo António Urbanismo e poder na política pombalina..., o.c.*, p.162; p.204, nota 3, que lemos e consultámos no ANTT, MR, maço 609, cartas de Abril e Maio de 1774.

[134] ANTT-Relação das Rendas da Casa da Feira, 1763, Tombo Ovar, fol. 304.

[135] AMORIM, Inês - *Descrição da Comarca da Feira-1801...*, o.c., p.268. Entretanto, LAMY, Eduardo - *Furadouro. . . ,* o. c. , p. 68, sem citar a fonte sobre que se baseia, indica para o ano de 1800, 10 campanhas com 2000 homens.

[136] Só em 1821, Balbi apresenta uma tabela das pescas para todo o litoral, mas os números não distinguem se se trata de pesca, puramente marítima, ou se engloba a fluvial, e por outro lado, feita a média de homens, por embarcação, notam-se grandes variações entre 6.4 e 78.2, que nos levantam dúvidas acerca do valor "estatístico" desta fonte: BALBI, Adrien - *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve..., o.c.*, v. 1, p. 183.

na dita rede será admitido satisfazendo primeiro a parte que lhe tocar do acrescentamento da dita rede havendo-o";

. controlo das faltas ao trabalho, justificadas ou não: "*estando qualquer dos companheiros doente sangrado, trabalhando a rede se lhe dará o seu quinhão inteiro de corpo e rede, porém não estando sangrado se lhe dará só o seu quinhão de rede*";

. substituição do arrais, por acidente ou morte: "*eles companheiros entre si todos, elegerão um deles o mais capaz para a dita ocupação*";

. possibilidade do senhorio levantar a sua parte, mas "*fazê-lo saber ao dito arrais dois meses antes*"[137].

Alguns pequenos pormenores vão sendo acrescentados, justificando faltas em caso de "*ser padrinho*", "*não ser avisado*"do embarque repentino, "*ir a Romaria*" para pagar promessa, garantindo receber quinhão de rede[138].

Por princípio, a companha era dividida em quinhões, variando o número atribuído a cada uma das partes; em 1751, declara-se que o "*capitalista*", tinha direito a 3 quinhões de "*rede e senhorio*", ou seja, 1 de senhorio, 1 de corpo (como se estivesse presente) e 1 de rede[139]; mas daí para a frente, apenas se fala em quinhões de *"corpo e rede*". Entretanto, em contrato de Maio de 1765, na entrega da parte do senhorio, poderia este nomear homens que lha fizessem chegar ao local aprazado, a quem o arrais deveria dar "*meio quinhão como ajudadores da dita rede, assim como é costume fazerem-no a todos aqueles que os ajudam*"[140], ou mesmo, 1 "*quinhão de corpo*"[141].

Na generalidade, verifica-se que o senhorio recebia, entre 1 a 2 quinhões; no entanto, Mijoulle pede 6 quinhões (6 redes?), e ainda 1 peixe de cada dia de "*caldeirada*" (de pescaria)[142]. Depois deste contrato, nos anos seguintes (1771, 1772, 1774, 1792), passa a exigir-se um peixe, dos melhores da safra diária. Acrescente-se que o facto de Mijoulle estabelecer 6 quinhões, nos faz suspeitar tratar-se de mais do que uma rede, até pela expressão seguinte:

---

[137] ADA-SN-Aveiro, n. 274, f. 75v, 5/6/1751.
[138] ADA-SN-Aveiro, n. 297, 2/1/1763
[139] ADA-SN-Aveiro, n. 274, Junho de 1751
[140] ADA-SN-Aveiro, n. 294, Maio de 1765
[141] ADA-SN-Aveiro, n. 299, Janeiro de 1766
[142] ADA-SN-Aveiro, n. 313, Novembro de 1771

"*obrigados em seu nome e de todos os mais companheiros a contribuir ao comprador senhorio de hoje até o fim da safra do presente ano ATÉ SE RECOLHER AS MAIS REDES a dar-lhe 6 quinhões de tudo o que se pescar na costa de S. Jacinto*"[143].

Por princípio, o senhorio recebia a percentagem acordada, em pescado, mas, pelo menos, desde o contrato de Janeiro de 1766, acrescenta-se a condição de que, se a pescaria fosse fora da costa estipulada, receberia em dinheiro, mas só depois de vendido o peixe[144]; a única excepção é o contrato de Mijoulle que prefere o peixe colocado, à custa da campanha, nos seus "*armazéns*" ou "*em alguns dos seus barcos*".

O arrais, normalmente, recebia um quinhão como todos os restantes companheiros, mas em 1765 e 1766, no contrato da "Enxada", José Simões Estriga ficava com "*um quarto de quinhão além do seu de toda a pescaria que Deus desse pelo grande trabalho que o dito arrais tinha*"[145]. Estas condições não mais se explicitam, embora seja previsível que, devido à sua responsabilidade, fosse contemplado com pagamento competente.

As despesas englobavam os "*consertos e encascar*" a rede, arranjos do barco e fornecimento do vinho, fundamental à vida dura da faina. "Encascar" correspondia a uma operação de infusão das redes numa loção de casca de sabugueiro ou pinheiro[146]. O vinho era de tal forma indispensável, que, pelo menos, do contrato de 1772 em diante, a multa pecuniária, por briga, passou a ser substituída por retirar a ração de vinho (1 a 3 almudes por pessoa, conforme a reincidência); por outro lado, o grande consumo dava origem a dívidas que empenhavam as campanhas, como se percebe pelo contrato de 1810, feito em consequência dum montante acumulado de 286.192 réis[147].

---

[143] ADA-SN-Aveiro, n, 313, f. 32v.
[144] ADA-SN-Aveiro, n. 294, Maio de 1765
[145] ADA-SN-Aveiro, n. 294, Maio de 1765; n. 301, Agosto 1766.
[146] LARANJEIRA, Lamy- *O Furadouro. . .*, o. c. , p. 569: "*encasque: operação de encascar, usando-se a casca de sabugueiro ou de pinheiro, numa caldeira com água, que fica a cozer durante algum tempo. Terminada a cozedura, a infusão resultante é um líquido roxo que se utiliza para tingimento da rede; após esta operação, a rede é colocada em cima de bordões, ficando a secar*"; AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro. . .*, o. c. , p. 134. Os objectivos desta operação eram duplos: por um lado, aplicar um conservante à rede (ácido salicílico), por outro, dar uma cor que permitisse confundir a fauna, pela semelhança com as ervagens e limos aquáticos: in CONDE, Bartolomeu - *Cacia e o Baixo-Vouga...*, v.2, p.98.
[147] ADA-SN-Aveiro, n. 355, Julho de 1810.

Finalmente, resta saber quando se dividem os lucros e as despesas. E a esta dificuldade se junta outra, que é a de avaliar por quanto tempo se estabeleciam os contratos, ou seja, quando era que o "capitalista" reavia o capital emprestado. Nem sempre se declarava um prazo (veja-se o Quadro n.6), e os estipulados eram, normalmente, por 3 anos "*satisfazendo-se o dito dinheiro ficará a rede livre para eles ditos companheiros*"; quer dizer, o prestamista recebia anualmente, o seu quinhão, como juro, no final do contrato e os pescadores deveriam pagar a dita importância, ou então, apresentar a rede pronta e bem conservada, o que, na prática, podia significar a renovação do empréstimo e, uma forma de renda para o prestamista. Observe-se que, só no caso de Mijoulle, se declara explicitamente que o contrato era por um ano, no final do qual as redes e diversos aprestos deveriam estar aptos e bem conservados. Este regime podia ser o mesmo para os restantes casos, embora não declarado.

As despesas só, nalguns casos, eram divididas por todos os quinhões, inclusivé o dos senhorios, como acontece em 1751, 1763, Abril de 1764, Abril de 1765, Maio de 1765, mas, noutros casos, o senhorio livrava-se de qualquer despesa, como aconteceu em Janeiro de 1766, 1771, 1774 e 1798; noutras datas, não se especificam, 1769, 1772 e 1792. Em suma, não parece haver uma regra única, mas multiplicidade de situações.

A recolha de reflexões posteriores, acerca da organização das campanhas, mostra esta diversidade; veja-se o que escreveu o Capitão Rocha e Cunha, em 1932:

"*as velhas companhas, obrigadas a recorrer a usurários que lhes emprestavam o capital necessário para as despesas de exploração sempre crescentes, sucumbiram. Sucedeu-lhes a companha de terço ou senhorio, na qual o capitalista associado cobrava um terço da produção, e, finalmente, a companha moderna em que o pescador é simples assalariado, recebendo soldada, ou vencimento diário, caldeirada, e, desde data mais recente, uma percentagem sobre o apuro bruto do arrasto*"[148].

- para inícios deste século, escreveu Jaime Afreixo:

"*n'umas[praias]-Costa Nova do Prado e S.Jacinto, dum e outro lado da barra d'Aveiro - paga-se um salário fixo, [diário], conforme o mar é bom ou ruim. N'outras praias[Espinho], cada indivíduo que se matricula tem uma soldada fixa por safra, maior ou menor. Nas outras finalmente - Paramos, Esmoriz, Furadouro, Torreira e Mira, há salário fixo por toda a safra e*

[148] CUNHA, S. R. da Rocha e - *Notícia sobre as indústrias marítimas. . . .* o. c. , p. 9.

uma percentagem - diminuta é certo, mas real - para cada um, sobre o produto bruto da pesca, deduzidas as despesas do fisco, do vinho preciso para a ração de um quartilho a cada um dos da barcada, por vez que vão ao mar, e mais algumas estipuladas na ocasião da matrícula"[149].

Parece-nos que os contratos que encontrámos não se encaixam em nenhum dos modelos apresentados e, com todos, têm alguma afinidade. Note-se que, a evolução das características técnicas da pesca marítima, exigia uma disponibilidade significativa de capital, sobretudo, quando se sabe da curta vida de redes e barco (pouco mais de 3 anos). Talvez inesperado, mas plenamente justificável, que se recorresse a prestamistas. Rocha e Cunha classificou tais contratos como "cooperativas":

"*as companhas constituiam um tipo rudimentar de cooperativas; o peixe era partilhado em quinhões; barcos, redes venciam um certo número deles; os restantes eram divididos por arrais e pescadores, em conformidade com os usos e costumes locais*"[150].

Mais do que cooperativa, termo inexistente e realidade complexa, prefira-se sociedade, ou então, como rezam as escrituras notariais, na sua maioria, "*contrato de obrigação*", "*escritura de compra de uma rede*", ou, no caso de Mijoulle, "*contrato de sociedade*".

Nunca nos deparámos com a chamada companha "do senhorio e do terço", que o autor da Monografia de Ovar localiza, entre 1776 e 1905, associada à instalação de Mijoulle, naquela localidade[151]. Porém, os 6 quinhões que exigia eram percentagem expressiva, tendo em conta que o capital empregue não estava acima do, normalmente, investido por outros. Redes maiores, logo colheita maior? Talvez. Francisco Regala, em 1888, a propósito das redes de pesca lagunar, estabelecia o número de quinhões, de

---

[149] AFFREIXO, Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro*. . . , o. c. , p. 136.

[150] CUNHA, S. R. da Rocha e - *Notícia sobre as indústrias marítimas*. . . , o. c. , p.8.

[151] LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar*. . . , o. c. , p. 162. As condições eram as que a Monografia do Furadouro descreve: LARANJEIRA, Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem* . . . , o. c. , p. 495-497:

pressupondo que uma bateira de 6 pessoas, incluido proprietário, apurou na venda do pescado X
vinho para 6 tripulantes, 6 quartilhos Y
total a partilhar: X+Y=T
Proprietário o terço T/3= T'
Parte dos Corpos: T-T'= T"
Cada Corpo: T"/6= C
Meio quarto: T'/4=Q
Q/6=Q'
Importância por corpo: C+Q'
Importância ao proprietário: T"- Q

forma proporcional - quanto maior a rede, maiores custos, maior número de quinhões[152]:

rede chincha e chinchorro..... 1 quinhão(3/4 homens)
rede tarrafa..... 3 quinhões(6/8 homens)
rede murgeira..... 5 quinhões(15/20 homens)

Em suma, parece-nos que as redes maiores "artes novas", poderiam ter chegado à costa de Aveiro, já em meados de XVIII. A evolução técnica exigiu investimentos crescentes, com a participação de capitais, socialmente diversificados, surgindo contratos com algumas diferenças, mas que evoluem no sentido duma maior disciplina de trabalho, fixação de pescadores à rede, perante diferentes solicitações, noutras paragens (lembremos o Algarve e a política pombalina). Seria o espírito empresarial em acção ou a exploração de um recurso em pleno desenvolvimento, ainda não suficientemente onerado por taxas régias ou locais, além das que mandava a tradição? De tudo um pouco.

E - 'Produção do mar'

Nenhuma estatística ou estimativa possuimos sobre este assunto, porque nunca encontrámos qualquer documento comprovativo. Igualmente se desconhece qualquer balanço das rendas do pescado, quer da Casa da Feira, quer das Senhoras Rainhas. Parece-nos, porém, que houve um aumento significativo de movimento piscatório, não tanto na Ria, mas, sobretudo, no mar, com o surgimento de "artes novas", que datamos para 1751.

Se, na sua origem, estão catalães desconhecemos. Para o Algarve, Romero de Magalhães data, para a 2ª década de XVIII, a presença daqueles, quando a pesca de arrasto foi interdita na Catalunha, trazendo consigo capitais, técnica de arrasto e salga, e encarregando-se ainda do circuito de distribuição, nos seus próprios barcos, pelas costas mediterrânicas[153].

[152] REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro*. . . , o. c. , p. 57.
[153] MAGALHAES, J. Romero - *O Algarve económico, 1600-1773*..., o.c., p. 208.

É difícil falar de bons ou maus períodos de pesca - cronologia impossível. A "*Monografia do Furadouro*" escreve, para o ano de 1776, de "*tragédias marítimas na costa: fomes*"; "*o mar era um caos: nada dava e as redes só traziam fitas e um ou outro peixito apanhado por engano. Fizeram-se promessas, rezas bichanadas em todas as casas da povoação e uma grande procissão de penitência, que correu da vila do Furadouro, com muitos acompanhantes, pedindo o socorro do Senhor da Piedade*"[154] Em 1796 o mesmo sucedeu, sendo a população obrigada a comer o próprio escaço, recorrendo às procissões de penitência[155].

Acreditamos, no entanto, estar-se perante uma fase de boas pescarias, se juntarmos um conjunto de indícios:

. registo de várias escrituras notariais, sobretudo, entre 1760 e 1770;

. indicações do pároco de Mira que refere receber dízimos do mar, desde 1770[156];

. conflitos de jurisdição, a propósito de dízimas do pescado;

. perseguições do rendeiro da sisa de Aveiro, em 1777, que queria onerar os contratadores da sardinha de Ovar, que a tinham transportado pela Ria[157]; em 1783 era o próprio Mijoulle a queixar-se do rematante das sisas correntes, de Ovar[158].

Enfim, a pesca parecia render bons impostos, sinal de crescimento. Que se exportava sardinha, era certeza, como a Alfândega regista, episodicamente, porque a legislação Pombalina liberta-a do imposto [ver capítulo seguinte]. Finalmente, talvez como exemplo final da riqueza dos mares, da costa de Aveiro, é o facto, descrito por Lacerda Lobo, de virem a ela pescadores da Póvoa do Varzim e Vila do Conde: "*vão muitas vezes ao mar, que fica ao sul da barra do Porto em direitura de Espinho, Ovar e Aveiro, donde trazem muitas pescadas, arrais e cações*"[159]. Pesca de maior alcance talvez, porque em 1816, a Câmara de Aveiro convida pescadores da Póvoa a irem residir na cidade, com as suas lanchas, a fim de dinamizarem a pesca no mar alto e,

---

[154] LARANJEIRA, Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem . . .*, o. c., p. 515.
[155] Id., *Ibid.*, p. 516.
[156] GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro no século XVIII,...*, o. c., p. 48: "*vindo pescadores para a costa deste distrito e de cinco anos a esta parte*".
[157] ANTT-MR, maço 367, letra A, 15/4/1777
[158] ANTT-DP, Beira, maço 9, n. 815.
[159] LOBO, Lacerda - *Memória sobre algumas observações. . .*, o. c., p. 290

simultaneamente, devido à sua experiência, auxiliarem na pilotagem da barra, obrigando-se a reduzir-lhes, para metade, a dízima do pescado[160].

F - Conflitos 'ecológicos'

Nos finais do século passado (XIX), inícios deste, estalou, à volta da Ria, acesa polémica, acerca do acesso aos seus recursos que muitos viam, completamente, delapidados. Esta destruição sentia-se, quer na flora quer na fauna, por razões naturais (assoreamento da Barra), mas, igualmente, por acção destrutiva humana. Neste caso se encontram algumas actividades que, para tal, contribuiriam: a colheita do moliço, do escaço e a pesca, com redes miúdas.

Estas questões são, porém, bem anteriores, como pudemos verificar. O consumo do moliço, como já referimos no capítulo relativo à exploração agrícola, aumentou, significativamente, nos finais do século XVIII, justificado por uma ocupação crescente dos litorais arenosos, suscitando uma certa regulamentação, pela câmara de Aveiro, em relação ao assalto de terras vizinhas. Ora as características da apanha do moliço, por meio de ancinhos de pau, amarrados às bordas dos barcos e arrastados pelo fundo[161], eram de molde a destruir o habitat de muitas espécies. Como refere Regalla, em 1888:

"*noutro tempo, por uma lei consuetudinária, a colheita começava só em meio de Agosto e durava até ao fim do ano. Este uso bem entendido e adoptado, provavelmente como medida de ordem, obliterou-se e foi substituído por uma exploração constante que, se não provoca conflitos, é contudo danosa para a reprodução e desenvolvimento das espécies*"[162].

A pesca indiferenciada foi outro dos motivos de reparo. Já a MP, de Aveiro, estabelecia algumas limitações à pesca desenfreada:

" *é livre a pesca deste rio a todas as pessoas que se quiserem empregar nele; só nos meses da criação se proibem pelo Senado as redes de uma malha tão estreita que lhe não escapa nada*".

Estas redes eram, sobretudo, as varredouras que tudo arrastavam, independentemente do tamanho e espécie, além das técnicas artesanais como

---

[160] AMA-LV, n. 9, f. 439v-440, ss. 20/3/1816.
[161] REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro*..., o.c., p. 26.
[162] Id. , *Ibid.* , p. 30.

covos e botirões qu,e igualmente, apanhavam qualquer peixe mesmo aquele que ainda precisava de maturação. Finalmente, a "fisga", utilizada todo o ano, devido às suas características, torna-se condenável, pelo facto de ferir várias espécies piscícolas, sem as apanhar[163]. Acrescente-se que as varredouras, arrastando espécies miúdas, numa mistura de crustáceos e outros fertilizantes do solo, "o escasso", tornaram-se agentes dum lucrativo negócio, largamente criticado pela comissão encarregada do regulamento da Ria, em 1915[164]. Já Regalla, descreve em 1888, este processo, designando-o por "pilado"

"*caranguejo do mar, conhecido também por mexoalho. Durante o Inverno entra pela barra e é colhido pelos botirões. No Verão e quando há boas circunstâncias de tempo e mar, os pescadores colhem-no à boca da barra e no Espalhado com redes varredouras. Serve para alimentação, mas é principalmente aproveitado para adubos das terras*"[165].

Estes atentados ao crescimento dos cardumes, estão perfeitamente documentados, pelo menos, para o ano de 1764, a propósito dum conflito que opunha pescadores de Ovar às câmaras de Aveiro, Eixo e Ois da Ribeira. Os primeiros eram impedidos pelos restantes de pescarem na Ria[166]. Perante o corregedor da comarca de Aveiro, as duas primeiras câmaras (Aveiro e Eixo) consentem desde que "*respeitem o período de defeso, largura das malhas, praticando preços justos e abastecendo primeiro as pessoas junto aos rios [Ria]*"; já os de Ois da Ribeira mostram-se mais renitentes contra os de Ovar, "*por usarem umas redes chamadas barredouras ou chinchorros de malha miúda*", que, para lá de pescarem peixe miúdo, arrastavam ervagens e limos que serviam ao povo de pastos para gados e estrumes.

A enguia era apontada como a principal vítima dessa pesca, sobretudo, dos botirões, que a apanhavam, miúda, quando entrava, pela barra dentro, para a desova, introduzindo-se a ideia de que não havia, na ria, enguias em plenal fase de crescimento, porque os pescadores não as deixavam crescer.

---

[163] LARANJEIRA, Lamy - *A Ria de Aveiro*. . . o. c. , p. 62

[164] NOBRE, A. , AFREIXO, J. , MACEDO, J. - *A Ria de Aveiro*. . . o. c. , p. IV: "*quando todos os países marítimos cuidam carinhosamente da cultura dos mares, lançando-lhes milhões e milhões de peixes de criação, causa pena ver na Ria de Aveiro, o melhor viveiro de repovoamento de toda a nossa costa, a apanha anual de muitas dezenas de metros cúbicos destes preciosos seres para estrume*"

[165] REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca - *A Ria de Aveiro*. . . , o. c. , p. 39.

[166] ANTT-DP, Beira, maço 3, n. 192, 5/6/1764.

Parece-nos pertinente a exposição feita, em 1948, por Jaime S. Pato, comandante da capitania de Aveiro desde 1936, 20 anos após a aprovação do regulamento que condicionava a pesca da enguia a tamanho mínimo. Ele observou que os pescadores de enguias estavam, constantemente, a ser multados, enquanto os de tainhas, outra das espécies condicionadas, pescavam-nas, em boa quantidade e muito acima dos parâmetros estabelecidos. Daí, que os pescadores de enguias transgredissem a lei para governarem a sua vida, que mal governavam, e os de tainhas não precisarem de o fazer[167]. A par desta constatação, verificou que a 10 ou 15 Km da Ria de Aveiro, na Pateira de Fermentelos, havia uma grande abundância de enguias, bem desenvolvidas, não obstante a pesca intensa que ali se praticava, por todos os processos e fora da fiscalização rigorosa da Ria. Esta anomalia levou-o a estudar o ciclo da enguia e a verificar que:

. a Ria, pela sua situação, é o primeiro ponto de abrigo das larvas de enguias, do mar de Sargaços, para as águas do continente Europeu, em quantidades tais que lhe era difícil de alimentar;

. as enguias, na Ria, não atingem dimensões acima dos 15 a 20 cm, que é o comprimento das enguias com cerca de 6 anos de idade, quando o limite de crescimento era de 25 cm;

. a Ria não tem capacidade nutriente para a totalidade das enguias, sob pena de não se desenvolverem; o equilíbrio viria das tainhas que, ali, abundam e são o seu pior inimigo e também pelos pescadores que transgridem a lei;

. as condições da Ria onde a salinidade da água é, em certas ocasiões, sensivelmente igual à do mar e onde se fazem sentir as correntes das marés, são as piores para o desenvolvimento das enguias, sucedendo, exactamente, o contrário, na Pateira de Fermentelos, onde as águas são doces e calmas;

. as enguias sofrem a metamorfose de amarelas para prateadas, nas águas interiores, e depois iniciam a sua viagem para o mar, nos meses de Outubro a Dezembro, quando o Vouga e afluentes aumentam de volume;

. ao contrário do costume, estes últimos meses não eram os de maior prática e tradição da pesca, acabando por se tornar num recurso

[167] PATO, Jaime S. - *Problemas da região de Aveiro...*, *o.c.*, p. 31.

desperdiçado, "*tantas restrições para a pesca da enguia durante o seu período de crescimento para depois as deixar fugir livremente para o mar quando atingem o seu completo desenvolvimento*"[168].

Estes conflitos e perturbações da pesca lagunar não se encontram na pesca marítima. Nada de comparável ao que, no séc. XVIII, se passava na Galiza; aqui, o pretexto foi a introdução da xávega, muito mais depradadora do que as artes tradicionais, mantidas pelas velhas confrarias que suscitou paixões e diversos arbítrios[169]. Em Portugal, Lacerda Lobo, muito ao de leve, refere as redes de arrastar "*chamadas em uns lugares xávegas em outros artes, nas quais a demasiada pequenez da sua malha é a causa de com elas se pescar a sardinha*"; e acrescenta um documento de 1542, dada à Câmara de Setúbal por D. João III, impedindo a utilização de "xávegas"[170]. Tais conflitos, sempre à volta da gestão dum recurso fundamental, a todo o momento, poderiam estalar, quando se verificasse deslocação ou diminuição dos bancos de pesca, sobretudo, quando as capacidades técnicas da época não deixavam ir pescar muito longe da costa.

3 - Actividades dependentes

Transporte e transformação são as operações ligadas à extracção do pescado. São estes dois últimos aspectos que iremos, de seguida, tratar, tendo em conta que o séc. XVIII assistiu à divisão, cada vez mais nítida, entre os três momentos.

---

[168] Id. , *Ibid.* , p. 35-39. Curiosamente, no relatório do Regulamento da Ria em 1912, acerca das necessidades fisiológicas da reprodução exemplifica-se com o ciclo da enguia na costa NE. da Itália, demonstrando a grande rentabilidade da enguia, veja-se NOBRE, A. , AFREIXO, J. , MACEDO, J. - *A Ria de Aveiro*. . . o. c. , p. 16-17, nota 1.

[169] LOPES LINAGE, Javier, CARLOS ARBEX, Juan - *Pesquerias tradicionales y conflictos ecologicos*. . . , o. c. , p. 42-43.

[170] LOBO, Constantino Lacerda - *Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal*. . . , o. c. , p. 283-284. Baldaque da Silva, em 1892, tinha uma opinião bem diferente: "*as artes de arrastar para terra não se podem deitar senão em fundos limpos, vulgarmente de areia, e atingem o máximo alcance de 1000 metros da terra, destinando-se às espécies de peixes em trânsito ou nómadas, sendo portanto, inofensivas, por isso que não vão destruir comedouros ou pesqueiros de espécies domiciliados, e capturam apenas os peixes que se aproximam da costa, em cardumes, ou isoladamente*", in *Estado actual das pescas*. . . , o. c. , p. 245.

A - O comércio

Parece certo que a dinâmica crescente trouxe uma certa dissociação da pesca, face à comercialização. As quantidades terão aumentado, e a sardinha e peixe fresco seguem o caminho de outras mercadorias, pelas rotas existentes, a começar pela Ria. Águeda era o entreposto fundamental para as Beiras:

"*[os barcos] iam deslizando sobre a corrente, parando aqui e alí, nos diferentes 'portos' junto de algumas terras que lhe ficavam próximas, para aí descarregarem algum pescado de Aveiro e algumas mercadorias, até aportarem finalmente ao cais de Agueda, junto da velha ponte onde afluiam os almocreves com récuas de machos, à espera da sardinha que era apregoada como sardinha d'Agueda*"[171];

"*partem todos à uma a caminho das Beiras, ao som dos chocalhos que os bois levam ao pescoço; vão para Tondela, Santa Comba, Viseu. As sardinheiras e os almocreves, galgam as serras e de porta em porta, vendem a sardinha por todos os povoados d'aquém e d'além Caramulo;*"[172]

"*a expressão peixe d'Agueda [...] ainda agora a ouvimos em Mangualde, donde se conclui que fora dantes Agueda que fornecia a Beira Alta de peixe*"[173];

Aveiro seria porto redistribuidor, quer de peixe pescado pelos naturais, quer de terras próximas, ou ainda do Porto. Na verdade, através do "Aranzel das Sisas"[174] de finais do séc.XVII, ficamos a saber o peixe entrado e suas proveniências; peixe de rio e de mar, seco e salgado, do Porto ou terras vizinhas, ou mesmo o atum[175] de águas mais quentes. Leia-se:

. "*os pescadores desta vila não pagam mais que meia sisa o pescado que na praça venderem*";

. "*o que vier de Esgueira à cabeça paga meia sisa*";

---

[171] GRAÇA, Serafim Soares da - *Águeda Antiga*, . . . , o. c. , p. 51.
[172] Id., *Ibid.*, p.44.
[173] Id., *Ibid.*, p.57, nota 2.
[174] NEVES, Francisco Ferreira - *Subsídios para a história económica de Aveiro no século XVII...*, *o.c.*, p.43 a 47.
[175] Id., *Ibid*, "*Aranzel da renda dos búzios e toneladas e ver de peso desta nobre e notável vila de Aveiro*", p.51: "*de cada quintal de atum que entrar pela Barra desta vila pagará de peso quatro réis e de repeso três reis*".

. "*os sáveis, lampreias, enguias e mais pescado que vier à cabeça assim de Ílhavo, como Angeja, vendendo-se na Ribeira paga meia sisa e vendendo-se fora da Ribeira, o sobredito paga sisa direita*";

. "*os sáveis, lampreias, ruivos, pescada e sardinha fresca que vier da cidade do Porto não paga mais que meia sisa, ou de qualquer outra parte que venha, vindo por mar*";

. "*toda a sardinha salgada e bacalhau que vier da cidade do Porto assim por terra como por mar paga sisa direita posto que seja dos moradores desta vila*";

. "*a renda do bacalhau e sardinha que vier pela barra paga sisa direita*"

Os caminhos da sardinha eram, em 1806, feitos por mercantéis, em direcção ao Vale do Douro, pelo Porto e por Crestuma, e para a Beira, como vimos, por Águeda e Albergaria[176]. Caminhos antigos, e prioritários, porque implicaram medidas, pela Câmara de Aveiro, contra aqueles que sonegavam peixe ao consumo diário. No ano de 1783 impõem horário de venda; de Verão, não antes das 9 horas da manhã, de Inverno, só depois das 10, poderia sair peixe[177]. Difícil de cumprir, porque, repetidamente, voltam acusações de "*atravessarem*" o peixe "*para o irem revender à Serra e às feiras que se fazem em partes distantes, logo ao amanhecer muito antes das 9 e 10 horas da manhã contra os acordãos da Câmara*"[178].

Ovar era outro centro distribuidor, fundamental [ver ainda cap.8]: encontram-se, quer mercantéis especializados no transporte da sardinha para longas paragens, depois de salgado, quer vendedores por miúdo, peixeiras, varinas, vareiras, e 'peixeiros com cangalhas' (espécie de gigos na extremidade duma vara de comprimento, no mínimo de 1.80m, um em cada ponta, sustentada pelo ombro do peixeiro), que percorriam, em passo corrido, miudinho, distâncias até Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Vila da Feira, Souto, etc[179].

As descrições do movimento de avaliação e aquisição de peixe, à boca da rede, está bem descrito por vários, já para o nosso século, demonstrando a avidez com que mercantéis arrematavam, peixeiras pregavam, e crianças iam, mansamente, arrecadando[180].

---

[176] Id. . Ibid.
[177] AMA-LV. n. 8. ss. 26/4/1783
[178] AMA-LV. n. 8. ss. 24/7/1784.
[179] LARANJEIRA. Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem*. . . , o. c. , pág. 418.
[180] AFFREIXO. Jayme - *Pescas Nacionais-A região de Aveiro*. . . , o. c. , p. 183; VIDAL. D. João Evangelista de Lima - *Aveiro, suas gentes, terras e costumes...., o.c.*, p. 140-141.

Depois de comprada a sardinha pelos mercantéis, à borda do mar de Aveiro (S.Jacinto ou NªSªdas Areias), era carregada em barcos com o mesmo nome dos mercadores ("mercantéis"), que, como vimos atrás, pelo menos em 1777, a carregavam para Ovar; e ainda para Aveiro, pronta a partir para outras paragens. Temos para nós, que o projecto a que aludimos no cap. 3, acerca de obras na cidade, o cais novo, que vinha ter ao bairro dos marnoteiros, fez-se, também, para receber estes manaciais que, cobertos de boa camada de sal, partiam para outros lugares.

B - A indústria conserveira

A partir de 1776[181], ou mesmo 1773[182], ou ainda 1771 como adiantámos atrás, ter-se-ia instalado, com oficinas de salga, em Ovar e, eventualmente, noutros locais da costa[183], João Pedro Mijoulle, francês natural de Languedoc. Servido por técnicos catalães, teria desenvolvido um processo de salga e obtenção de azeite da sardinha, que logo sofreu irradiação para zonas da Foz do Porto[184]. Segundo Aurélio de Oliveira, tal sucesso deveu-se a uma conjuntura específica de protecção legislativa norteada pelo Marquês de Pombal, com punição da importação de peixe galego, fortemente consumido em Portugal; associe-se, ainda, novas técnicas de pesca (a xávega) e as ligações de Mijoulle com os meios comerciais nacionais e estrangeiros, no Porto e em Lisboa[185].

Mijoule tinha, igualmente, fortes interesses em Aveiro, expedindo mercadorias pela barra [ver cap.8], comprando sal e fretando barcos [ver cap.6.2], tornando-se vice-cônsul de nação francesa, em Aveiro, no ano de 1780[186]. A notícia da sua "indústria" em Aveiro, surge pela mão duma carta do Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, em 1781, a recomendar a

---

[181] LAMY, Alberto Sousa - *Monografia de Ovar*. . . , o. c. , p. 186. Entretanto, LARANJEIRA, Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem*. . . , o. c. , p. 68, refere que em 1766 chegou a Ovar Mijoulle, lapso?

[182] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga*. . . , o. c. , p. 103.

[183] Id. , *Ibid.* , p. 107.

[184] Id. , *Ibid.* , p. 107 e segs.

[185] Id. , *Ibid.* , p. 105-106.

[186] AMA-LR, n. 95

meritória acção do francês pela "*pronta extracção das pescarias que muitas vezes se perdia pelas praias por falta de compradores*" e ainda por se "*empregarem os mesmos moradores no trabalho das mesmas fábricas*"[187].

Este sistema de salga teve uma projecção extraordinária, de tal forma que, alguns anos mais tarde, inícios de XIX, mereceu divulgação por Clemente Ferreira França, juiz de fora, de Aveiro, entre finais de 1799 e finais de 1805[188]. Da sua autoria, cita Aurélio de Oliveira uma sua Memória sobre as diversas salgas da sardinha[189], que suscitou vivo interesse, posteriormente, em 1924, na revista "*A Pesca Marítima*"[190]. Mas esta memória não corresponde ao método que, de forma manuscrita, do mesmo autor, Clemente Ferreira França, nos surge, no livro de Registo Geral da Câmara de Aveiro: "*Método para a salga da sardinha extraída dos melhores originais estrangeiros, em particular do da Galiza*"[191], já publicada pela Imprensa Régia, em 13 de Maio de 1802. A memória, dividida em 17 partes, sintéticas e extremamente pedagógica, é um manual prático, com objectivos bem precisos: aproveitar a sardinha, armazená-la sem se corromper, obter azeite de peixe para várias aplicações, explicar, passo a passo, toda a metodologia, desde o material até aos produtos finais.

O modelo de Mijoulle desenvolveu-se de tal forma que, em 1821, estima-se para o Furadouro, perto de 400 fábricas, saindo perto de 1000 pipas de azeite[192]. Posteriormente, sobretudo, com o "mal das vinhas" do Douro, limitou a concentração de mão-de-obra nesta paragens, o que provocou uma diminuição do consumo da sardinha salgada[193], tal metodologia estendeu-se, pelo menos, até 1956[194], utilizando os mesmos processos de há muito: salga, prensagem e obtenção de azeite/óleo ou "sil", usado na iluminação e conservação da madeira dos palheiros[195].

---

[187] BMA-s/ n/

[188] AMA-RG. n. 1683. f. 213.

[189] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga. . . .* o. c. , p. 107, nota 39.

[190] FRANÇA, Clemente Ferreira - *Memória sobre as diversas salgas da sardinha. . . 1803*, in "A Pesca Marítima". n. 10. Abril 1924, p. 152-154, n. 12. Junho 1924, p. 184-186.

[191] AMA-RG. n. 1683. f. 213.

[192] ANTT-MR. maço 369, cx. 492. Ovar. 19/4/1821.

[193] LAMY. Alberto Sousa - *Monografia de Ovar. . .* , o. c. , p. 189.

[194] Id. , *Ibid.* , p. 188.

[195] LAMY. Alberto Sousa - *Monografia de Ovar. . .* , o. c. , p. 187. LARANJEIRA. Eduardo Lamy - *O Furadouro, o Povoado, o Homem. . .* , o. c. , p. 413-416.

A grande procura e a ausência de vigilância, por altura das Invasões, e, muito provavelmente, o aumento da dimensão do negócio, passou a exigir, pelo menos, desde 1809, a presença dum "*Inspector e Fiscal da praia de Espinho até à costa e areias de S.Jacinto*", evitando o mau fabrico e a "corrupção" da sardinha[196]. Em 1814, no balanço, pós Invasões, o juiz de fora de Ovar declara a necessidade que havia de "*secar em forma de bacalhau*" vários peixes para remediar a falta daquele, até porque os povos tinham muito peixe fresco de que se destacava a sardinha; Lisboa concorda, estudando forma de "*atrair alguns capitalistas a esta empresa*"[197].

Tal variedade de actividades, dependentes da pesca, significa uma alteração significativa na estrutura das pescas; por um lado, campanhas, cada vez mais numerosas e, por outro, capitalistas, de várias origens sociais que, nalguns casos encaminham o pescado para diferentes aplicações. A verdade é que tal impulso teria perdido força, sob o peso das imposições sobre o pescado, em finais do séc.XVIII, segundo as queixas de Lacerda Lobo[198]. Aurélio de Oliveira responsabiliza a perda de protecção pelo Estado português, mais interessado na saída de vinho, permitindo a invasão do peixe galego[199]. Podemos ainda acrescentar a própria natureza flutuante dos recursos, ou mesmo, do carácter predatório da actividade pesqueira. Em contrapartida, os sinais mais optimistas, revelam, "*como resultado positivo, a criação de novas póvoas marítimas, e mais importante ainda, a difusão de métodos e técnicas de pesca*"[200].

Na nossa opinião, o sinal de mal-estar de que Lacerda Lobo é representante, corroborado por Balbi, reside, não tanto na diminuição das pescas, mas numa oferta específica, o bacalhau, que não satisfaz o forte crescimento demográfico que se fazia sentir. Ora, numa altura em que aquele escasseia, por a conjuntura política afectar o nosso maior fornecedor

---

[196] ANTT-DP, Beira, maço 29, n. 2884, 14/9/1809.

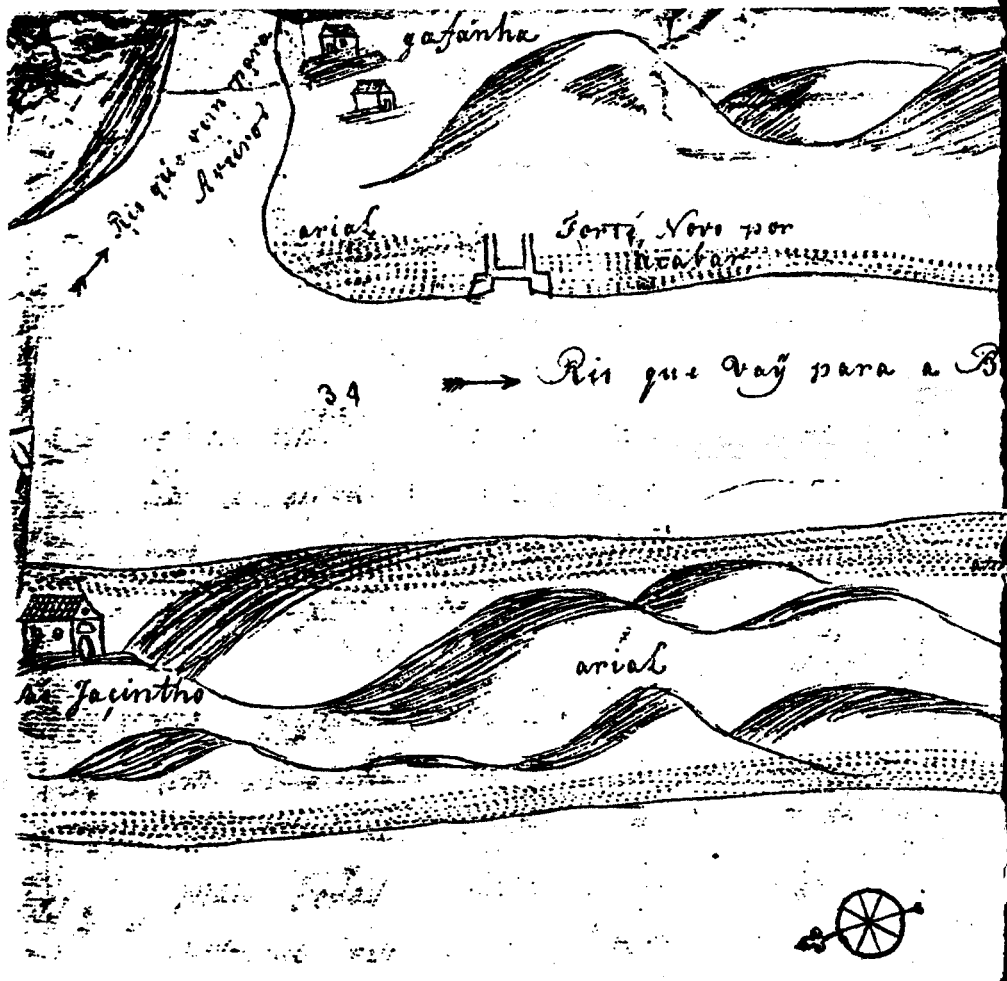
[197] AHMOP-JC-12, 10/12/1814.

[198] LOBO, C. - *Memória sobre a decadência das pescarias. . .* , o. c. , p. 241; tais impedimentos foram sintetizados em BALBI, Adrien- *Essai Statistique....* o.c., p. 177-180, em 10 items resume exactamente o diagnóstico de Lacerda Lobo.

[199] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga. . .* , o. c. , p. 114, citando por sua vez MEJIDO PARDO, Antonio - *Aspectos del comercio gallego de exportacion a Portugal en el siglo XVIII...., o.c.*, p. 823.

[200] MOREIRA, Carlos Diogo - *Populações marítimas. . .* , o. c. , p. 203; indica uma série de conflitos entre pescadores que se deslocavam para sul, carregando novas artes depradadoras.

(a Inglaterra), Portugal, retirado da pesca de longa distância, nunca negociando qualquer acordo à volta deste recurso (ao invés da Espanha), sente dificuldade de resposta àquela procura crescente. Não admira que surjam Memórias, como a do corregedor de Aveiro, que apontam no sentido de se conservar, o melhor possível, a sardinha, abundante na Costa, ao ponto de, já no séc.XIX, pô-la a "*secar em forma de bacalhau*", colmatando a falta deste, satisfazendo o paladar costumado. No entretanto, de Espanha, abertamente, ou de forma clandestina, entra sempre o seu peixe, pescado na sua costa, fruto dum desenvolvimento tecnológico, altamente rentável e produtivo.


gafanha
Rio que vem para Aveiro
ariaes
Forte Novo por tratar
34
Rio que vay para a B
ariaes
S. Jacintho